Infraestruturas de Portugal

Relatório e Contas 2024

INDICE RELATÓRIO E CONTAS 2024

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO | Página 3

PARTE II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS | Página 523

PARTE III - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E NOTAS | Página 666

PARTE IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS | Página 814

PARTE V - RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO | Página 980

PARTE VI – ASSINATURA DIGITAL | Página 1214

PARTE VII - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2024 | Página 1216

RELATÓRIO DE GESTÃO

Parte I

Infraestruturas de Portugal

Índice

1. Sobre o Relatório 7
2. Mensagem do Presidente 11
3. Quem Somos 17
3.1 O Grupo IP 20
3.2 Missão, Visão e Valores 23
3.3 Como nos organizamos 25
3.4 As Nossas Pessoas 31
3.5 As Nossas Redes 33
3.6 Principais Indicadores 41
3.7 Destaques do Ano 46
4. A Nossa Estratégia 62
4.1 Plano Estratégico do Grupo IP 62
4.2 Estratégia de Sustentabilidade 90
4.3 Gestão do Risco 106
5. Áreas de Negócio 115
5.1 Asset Management 115
5.2 Conservação e Manutenção da Rede 120
5.3 Investimento na Infraestrutura Rodoferroviária 144
5.4 Segurança 156
5.5 Utilização da Rede RodoFerroviária 157
5.6 Parcerias Público Privadas 161
5.7 Telecomunicações e Cloud Empresarial 166
5.8 Serviços de Engenharia 167
5.9 Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais 168
6. Declaração de sustentabilidade 171
6.1 Informação geral 171
6.2 Dimensão ambiente 175
6.3 Dimensão social 254
6.4 Dimensão governança 313
7. Desempenho Económico e Financeiro 342
7.1 Resultados 342
7.2 Rendimentos Operacionais 343

7.3 Gastos Operacionais 349
7.4 Imposto Sobre o Rendimento do Período 358
7.5 Investimento 359
7.6 Financiamento do Plano de Investimentos Ferrovia 2020 e Anel CAM 360
7.7 Estrutura Patrimonial 363
7.8 Resultados por Domínio e Missão 364
7.9 Gestão Financeira e Dívida 367
8. Cumprimentos das Orientações e Disposições Legais 379
8.1 Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento 379
8.2 Gestão do Risco Financeiro 397
8.3 Limite de Crescimento do Endividamento 398
8.4 Evolução do Prazo de Pagamento a Fornecedores 400
8.5 Recomendações do Acionista Aquando da Aprovação de Contas 2023 401
8.6 Diligências Tomadas com Vista a Solucionar as Situações Subjacentes à Emissão de Reservas na Última Certificação Legal das Contas 402
8.7 Remunerações/Honorários dos Órgãos Sociais e Auditor Externo 403
8.8 Aplicação do Disposto nos Art.º 32 e 33 do Estatuto do Gestor Público (EGP) 413
8.9 Despesas não Documentadas 415
8.10 Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens 416
8.11 Plano de Igualdade (Anual) 417
8.12 Relatório Anual Prevenção da Corrupção 418
8.13 Contratação Pública 420
8.14 Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) 427
8.15 Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais 429
8.16 Recursos Humanos e Massa Salarial 433
8.17 Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado 437
8.18 Recomendações Decorrentes de Auditorias Realizadas pelo Tribunal de Contas 439
8.19 Elaboração e Divulgação da Demonstração não Financeira 445
8.20 Informação Divulgada no Sítio da Internet do SEE 446
8.21 Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais 448
9. Eventos Subsequentes 455
9.1 Aumento de Capital 455
9.2 Moratória dos empréstimos do Estado com origem na rodovia 455
9.3 Portagens 455

9.4 Estudo e Concretização dos Projetos Rodoviários Prioritários 456
9.5 Plano Ferroviário Nacional (PFN) 456
10. Perspetivas Futuras 458
11. Proposta de Aplicação de Resultados 463
12. Anexos 465

1. SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório e Contas da Infraestruturas de Portugal, S.A., relativo ao exercício de 2024, é composto por sete partes e oferece uma visão abrangente da estratégia empresarial e da criação de valor para os seus *stakeholders*, incluindo colaboradores, acionistas, investidores, financiadores, clientes, reguladores, fornecedores e parceiros.

A **Parte I – Relatório de Gestão** apresenta a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) e as suas diversas áreas de negócio, bem como o desempenho de sustentabilidade e o desempenho económico e financeiro, com especial enfoque nos desafios estratégicos de curto prazo.

O Relatório de 2024 agora apresentado, assinala o primeiro ano em que a IP divulga a sua informação não financeira em alinhamento com a **Diretiva Europeia 2022/2464, de 14 de dezembro, sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD)**[1] e com o **Regulamento da Taxonomia da União Europeia** (Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho).

Dando seguimento ao estabelecido na CSRD, a IP integrou num **relatório único** a informação financeira e não financeira do exercício de 2024, reportando o seu desempenho de sustentabilidade ESG (*Environment, Social* e *Governance*) de acordo com as **Normas Europeias para Reporte de Sustentabilidade (ESRS)** publicadas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG).

O Relatório de Gestão de 2024 foi elaborado utilizando o método de "incorporação por referência", das divulgações exigidas pela ESRS, estando devidamente assinaladas no início de cada capítulo (ESRS-X-X).

Desta forma, o Relatório de Gestão Integrado de 2024 destaca-se como um instrumento essencial para a gestão estratégica do Grupo Infraestruturas de Portugal (Grupo IP), reforçando o compromisso da empresa com a sustentabilidade, a inovação, a responsabilidade ambiental e social e a criação de valor sustentável a longo prazo.

Nesta parte, são ainda detalhadas as diversas áreas de negócio do Grupo IP, bem como o seu desempenho económico e financeiro, com especial enfoque nos desafios estratégicos de curto prazo.

Destaca-se, em particular, a modernização da Rede Ferroviária Nacional, impulsionada pela fase de conclusão do Programa de Investimentos Ferrovia 2020, pelo desenvolvimento do Programa Nacional de Investimentos 2030 e dos investimentos rodoviários previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. Estes temas são analisados na perspetiva do Grupo IP, não apenas devido à sua dimensão e preponderância face às demais empresas do grupo, mas também pela existência de uma estratégia corporativa integrada e comum.

As demonstrações financeiras separadas e consolidadas do Grupo IP, assim como as respetivas notas explicativas, apresentadas na **Parte II - Demonstrações Financeiras Separadas e Notas e Parte IV - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas**, respetivamente, foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade das operações e em conformidade com as Normas

[1] Apesar de ainda estar em processo de transposição para o ordenamento jurídico nacional, a adoção da Diretiva Europeia CSRD por parte do Grupo IP, representou um esforço da empresa em termos de transparência, abrangência e da qualidade na divulgação de informação de sustentabilidade.

Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia (UE), em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

Na **Parte III - Demonstrações Orçamentais e Notas**, são apresentadas as demonstrações orçamentais e as respetivas notas, na ótica da IP: Este capítulo inclui as demonstrações de desempenho orçamental, a execução orçamental da despesa e da receita, bem como a execução do plano plurianual de investimentos.

A **Parte V – Relatório do Governo Societário 2024** foi elaborada em conformidade com o manual da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), sendo igualmente sujeito a parecer do Conselho Geral de Supervisão.

O presente documento é assinado digitalmente na **Parte VI – Assinatura Digital**.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras foram objeto de parecer pelo Conselho Geral de Supervisão, certificadas pela Sociedade Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda., e auditados pela entidade externa BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Incluídos na Parte VII - Certificação Legal de Contas 2024.

A IP assegura ainda o cumprimento das disposições da Diretiva 2013/50/EU, de 22 de outubro, que exige que os emitentes com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, sujeitos a obrigações de divulgação, elaborem os seus relatórios financeiros anuais num formato eletrónico único de comunicação de informação.

Para mais informações sobre os dados apresentados neste relatório ou para envio de comentários, contacte-nos através do e-mail *ip@infraestruturasdeportugal.pt* ou da seguinte morada:

Campus do Pragal
Praça da Portagem
2809-013 Almada, Portugal
Site: *Infraestruturas de Portugal*

Linguagem Inclusiva

Dado o caráter extenso deste documento, optámos por não utilizar linguagem inclusiva de género, exclusivamente por motivos de fluidez e clareza na leitura. Esta decisão não compromete o nosso compromisso com a igualdade, nem a nossa prática de combate a todas as formas de comunicação sexista.

02.

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Parte I

Infraestruturas de Portugal

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE



O ano de 2024 veio, mais uma vez, demonstrar a importância da Infraestruturas de Portugal no contexto nacional, na promoção da mobilidade, na implementação de políticas públicas no setor dos transportes e comunicações e como promotor da concretização de investimento público de caráter reprodutivo, tão relevante nas economias modernas.

O investimento total nas redes ferroviária e rodoviária, excluindo encargos com PPP, ascendeu a 776 milhões de euros, o que representa um aumento de 25% face ao período homólogo de 2023, constituindo também o valor mais alto realizado desde 2010. E se nos anos anteriores referi que nos exercícios de 2022 e 2023 havíamos atingido picos de investimento, a consistência da trajetória de crescimento do investimento realizado que a empresa tem vindo alcançar leva-me agora a dizer que atingimos mais um degrau nessa trajetória. E importa também sublinhar que este crescimento é atingido com uma maior eficiência na utilização dos recursos, sendo essencial deixar aqui um justo agradecimento a todas e a todos as/os colaboradoras(es) que, transversalmente à organização deram o seu contributo para o investimento público nacional, para a melhoria da mobilidade das populações, para o incremento da segurança, para a competitividade da atividade económica nacional, para a promoção das exportações, para apoiar a atração de investimento direto estrangeiro,

para a coesão territorial, para o cumprimento das obrigações assumidas por Portugal, desde logo, mas não apenas, na concretização de projetos com financiamento comunitário.

Do referido valor de investimento, 625 milhões de euros foram destinados à requalificação e modernização da Rede Ferroviária Nacional, sendo que, no âmbito do Programa de Investimentos Ferrovia 2020 foram executados 472 milhões de euros (excluindo projetos faseados cujo financiamento transitou para o QFP 2021/2027). Por outro lado, no âmbito do PNI 2030 o montante realizado foi de cerca 22 milhões de euros, essencialmente em estudos e projetos. Há ainda a assinalar, 39 milhões de euros de investimento realizado no Sistema Mobilidade do Mondego, sendo os restantes 33 milhões de euros referentes a outros investimentos ferroviários.

No que respeita à Rede Rodoviária Nacional, o investimento total realizado em 2024 foi de 108 milhões de euros, centrado maioritariamente nos investimentos enquadrados na componente C7 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) (93 milhões de euros), que se encontram integralmente cobertos por financiamento europeu. Saliento a abertura ao tráfego da Variante à EN248, em Arruda dos Vinhos, do troço do IC35 entre Penafiel e Rans, da EN 14 entre a Via Diagonal, na Maia, e a Interface Rodoferroviária, na Trofa, a conclusão da empreitada de reabilitação do troço da EN229, entre Viseu e Sátão, e a reabertura do troço entre o Km 67+800 e o Km 71+600 da EN344 na Pampilhosa da Serra.

Já em relação ao projeto relativo ao novo sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas, destaca-se a assinatura entre a IP e a Alcatel Submarine Networks do contrato para Execução da Empreitada para Conceção, Construção, Fornecimento, Instalação, Montagem e Entrada em Exploração do Cabo de Fibra Ótica Submarino de Telecomunicações do novo Atlantic CAM (CAM-Continente Açores Madeira). Em 2024 foi ainda aprovada a 2ª candidatura apresentada pela IP ao programa CEF Digital, com um financiamento aprovado de 14,3 milhões de euros. No entanto, o que importa aqui destacar é a execução do projeto, cumprindo o contratualmente planeado e dando uma perspetiva importante quanto à execução deste investimento essencial também por razões de coesão territorial, mas que vai muito para além disso em termos de conectividade, de sustentabilidade e de resiliência.

Em termos de manutenção e conservação das nossas redes, assinala-se a realização, em 2024, de 142 milhões de euros aplicados na rede rodoviária e de 86 milhões de euros na rede ferroviária.

Assim, o valor total de investimento nas redes rodoviárias e ferroviárias, Anel CAM e adicionado da manutenção, ultrapassou os 1000 M€, tendo registado, por isso o valor mais alto dos últimos anos.

No desempenho económico e financeiro, 2024 foi também um ano de regresso aos resultados líquidos positivos: a IP terminou o ano com Resultado Líquido de 124 milhões de euros, o que compara com o valor negativo de 19 milhões de euros em 2023, decorrente, fundamentalmente, da aplicação das alterações à legislação fiscal introduzidas pela Lei do Orçamento do Estado (OE) de 2023.

Importa aqui destacar também o desempenho de todas as empresas constituintes do Grupo IP, que não apenas melhoraram significativamente o seu desempenho relativamente ao ano de 2023, como entregaram valor ao seu acionista no montante de 5,9 milhões de euros.

Em termos de rendimentos operacionais, atingimos em 2024 o montante de cerca de 1547 milhões de euros, registando um crescimento de 15% face ao ano 2023. Destaca-se o valor da Consignação do Serviço Rodoviário registado em 2024, no montante de 691 milhões de euros, superior em 49 milhões de euros, quando comparado com o realizado em 2023 (8%).

No que respeita aos gastos operacionais, foram realizados 1218 milhões de euros representando um aumento de cerca de 72 milhões de euros face a 2023.

Relativamente ao processo de prestação de contas de 2024, merece referência a decisão de assegurar desde já o cumprimento dos normativos decorrentes da Diretiva Europeia sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD) e do Regulamento da Taxonomia da União Europeia, decisão que representou um desafio consciente, mas significativo, exigindo uma maior profundidade do processo de recolha e tratamento da informação sobre práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), a par de um acréscimo na quantidade e qualidade dos dados reportados. Ainda assim, entendemos que a implementação da CSRD representa uma oportunidade para promover a integração de abordagens sustentáveis em vigor na empresa que contribuem para a mitigação dos riscos ambientais e sociais, incentivam a adoção de processos mais eficientes e inovadores, promovendo a competitividade, o delinear de propósitos e a inovação a longo prazo. Entendemos também que a adequada divulgação das metodologias implementadas e dos resultados alcançados neste âmbito contribui para uma maior transparência e abrangência da prestação de contas anuais.

Foi realizada, em 2024, a primeira análise de dupla materialidade do Grupo IP, tendo a empresa, para esse efeito, efetuado uma auscultação aos nossos stakeholders internos e externos, avaliando os impactes, riscos e oportunidades associados à sua atividade. Esta avaliação permite traduzir os temas ESG considerados prioritários para o desenvolvimento sustentável da nossa atividade, constituindo a base para a definição da informação a divulgar no reporte de sustentabilidade, mas também para a revisão da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo IP e do respetivo plano de ação.

Neste contexto, entre outras ações desenvolvidas em 2024, destaca-se a continuada aposta na expansão e modernização da ferrovia e a promoção da vantagem ambiental deste modo de transporte, através, por exemplo, dos projetos de eletrificação em curso na Rede Ferroviária Nacional, a adjudicação da primeira parceria público-privada da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa, mas também, embora a outra escala, a preparação do concurso para realização de projeto piloto de produção fotovoltaica para autoconsumo de energia de tração na RFN, o desenvolvimento da 2ª fase do Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas, ou o desenvolvimento de projetos inovadores que incorporam princípios de “eco conceção”, como o caso da solução de pavimentação adotada no projeto “Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos”, de reutilização de 100% de material fresado das camadas betuminosas.

Quanto à sustentabilidade financeira da sua atividade, a IP vem identificando diversos fatores externos com potencial para pôr em causa o modelo de financiamento do setor rodoviário, tema que tem sido objeto de reflexão, destacando-se o trabalho realizado em 2024, que contou com colaborações de personalidades com vasta experiência no setor rodoviário e conhecedor das principais tendências do sistema de mobilidade e transportes.

Na dimensão social, reconhecendo que o capital humano constitui um dos nossos ativos mais importantes, que a evolução das metodologias de trabalho exigem flexibilidade e aquisição de novas competências, e que o desafio da retenção do talento impõe ao Grupo IP um esforço acrescido de modernização e de adaptação, em 2024, a empresa continuou a sua aposta nas políticas de conciliação da vida familiar e profissional, mas também na capacitação dos colaboradores. A Academia IP disponibilizou um total de cerca de 130 000 horas de formação, em várias áreas do conhecimento, maioritariamente nas áreas profissionais associadas ao negócio e à atividade core do Grupo IP, designadamente nas áreas das engenharias, das operações e da segurança, isto para além de promover iniciativas no sentido de integrar os novos colaboradores na empresa e nas equipas, por via do programa de acolhimento e integração “Somos IP 2024”.

Em 2024, destaca-se ainda a celebração com todos os sindicatos representativos dos trabalhadores do Grupo IP, do acordo de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Sendo a inovação um tema prioritário na estratégia do Grupo IP, deu-se continuidade à dinamização da atividade de ID&I, com destaque para a participação em 7 projetos de ID&I cofinanciados por vários programas europeus nas mais diversas áreas (e.g. conetividade e telecomunicações, gestão de ativos, segurança rodoviária, energia, ambiente e resiliência), em dois programas de inovação colaborativa, um na área da aceleração da tecnologia 5G e outro na área da circularidade e 2 sessões de Think Tank de Inovação.

Em termos do reconhecimento externo de práticas sustentáveis, de referir a distinção no âmbito do “Prémio Nacional de Sustentabilidade”, promovido pelo Jornal de Negócios, ou o prémio atribuído à IPE pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial pelo seu Programa de Assistência Técnica ao Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique. O Grupo IP tem desempenhado um papel relevante ao fomentar a colaboração e a cooperação técnica entre Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa. A parceria com Moçambique é um exemplo de como a cooperação pode fortalecer capacidades institucionais para melhorar a gestão de infraestruturas, gerando benefícios para as populações.

Na projeção de um futuro próximo, importa, ter em consideração o cenário geopolítico internacional, de acrescida incerteza e as orientações decorrentes da nova “Bússola para a Competitividade” da Comissão Europeia, que servirá de guião a uma série de medidas legislativas para promover a inovação e o crescimento económico, acelerar a descarbonização e a transição energética e tecnológica, diversificar as cadeias de abastecimento e garantir a segurança e autonomia estratégica, num sistema global em que as tensões políticas, a concorrência pela supremacia tecnológica e a luta pelo controlo dos recursos estão a aumentar.

No quadro das perspetivas futuras, merece especial atenção o potencial impacto da evolução do contexto económico e geopolítico no desempenho das empresas do Grupo IP. Ainda assim, perspetivamos a manutenção de uma trajetória de resultados líquidos positivos para os exercícios de 2025 a 2027, em linha com o projetado nos Planos de Atividades e Orçamento 2025-2027.

Em termos do plano de intervenções na rede, antecipa-se para 2025 e anos seguintes, a continuidade da trajetória de crescimento da atividade de investimento, mantendo-se assim a tendência que se verifica, consecutivamente, desde 2016.

O ano de 2025 será também um ano muito importante para o projeto da Linha de Alta Velocidade entre Porto e Lisboa, prevendo-se a assinatura do contrato da PPP do troço entre Porto e Oiã (PPP1), bem como a sequência do concurso da PPP do troço entre Oiã e Soure (PPP2).

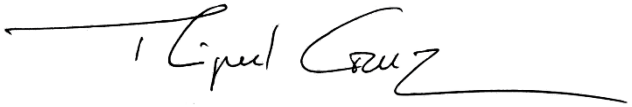
No domínio rodoviário, em 2025 irá registar-se um crescimento significativo na execução financeira do PRR. Com relevância para o futuro salienta-se também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março, que identifica os projetos rodoviários considerados prioritários e determina à IP o desenvolvimento dos estudos e demais ações necessárias à sua concretização.

Na relação com o Acionista, esperamos que o Contrato Programa Ferroviário para o período 2024-2028 possa entrar em vigor em 2025, após conclusão do processo de emissão de visto prévio do Tribunal de Contas.

Somos uma empresa de culturas diversas e de sucessivas gerações, que muito contribuíram e vão continuar a contribuir, para o desenvolvimento sustentável das acessibilidades e da aproximação entre as comunidades.

Por fim, em nome do Conselho de Administração Executivo, gostaria de manifestar o nosso reconhecimento à equipa do Grupo IP, os homens e as mulheres sem os quais não teria sido possível alcançar as nossas conquistas, continuar a acreditar que é possível abraçar com sucesso os novos desafios que se vêm impondo ao sistema de mobilidade e transportes, e garantir a prestação de um serviço público de referência, com um foco transversal na sustentabilidade.

Ligamos destinos!



Miguel Jorge de Campos Cruz

Presidente do Conselho de Administração Executivo

Infraestruturas de Portugal

.03

Quem somos

Parte I

3. QUEM SOMOS

ESRS 2 SBM-1

O Grupo IP é o maior grupo português de gestão de infraestruturas de transportes, tendo como objetivo a prestação de um serviço de mobilidade multimodal seguro, eficiente e sustentável. Incorpora o saber técnico necessário ao bom desempenho das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias nas vertentes de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo–se nesta última o comando e o controlo da circulação, privilegiando a inovação e o desenvolvimento tecnológico aplicados aos vários equipamentos, sistemas e materiais instalados.

Está ainda envolvido na gestão e operação de cabos submarinos, o *Atlantic* CAM, que liga o continente às regiões autónomas dos Açores e da Madeira

Dispõe ainda dos recursos, das competências e da experiência para cooperar e prestar assessoria e serviços, nas mais variadas áreas, numa lógica de transferência de conhecimento e de know-how.

A IP é uma empresa pública que resulta da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP), através da qual a REFER incorpora, por fusão, a EP, e é transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP). A fusão foi consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A IP é responsável pela gestão de infraestruturas rodoviárias, nos termos do Contrato de Concessão Geral da rede rodoviária nacional celebrado com o Estado, e exerce a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional (RFN), em regime de delegação de competências do Estado Português, através da execução de um Contrato Programa para o setor ferroviário.

Estão, igualmente, incluídas no objeto da empresa as atividades de **exploração do domínio público ferroviário e rodoviário do Estado**, e do seu património autónomo, designadamente a exploração de áreas de serviço, de parques de estacionamento, bem como dos sistemas de informação e gestão de tráfego, dos sistemas de segurança ferroviária e rodoviária, do canal técnico e das redes de comunicações entre infraestruturas ou entre estas e os veículos, as estações, os terminais e outras instalações ferroviárias.

No ano de 2022, o Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, ampliou o objeto social da empresa, de modo a permitir que esta promova a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do **sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas** (*Atlantic* CAM).

Neste âmbito, foram celebrados os seguintes contratos entre o Estado e a IP:

CONTRATO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

O Estado celebrou com a EP (agora integrada na IP) um contrato de concessão, cujas bases foram aprovadas através do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, e posteriormente alteradas pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio. Uma das alterações mais importantes foi a introdução do conceito de **disponibilidade,** que consiste na **verificação da qualidade do serviço prestado aos utentes** e na aferição dos níveis de sinistralidade rodoviária e dos níveis de externalidades por elas geradas, traduzidos nos indicadores de desempenho. O financiamento da Rede Rodoviária Nacional é assegurado pelas taxas de portagem cobradas nas vias portajadas e outros rendimentos de exploração da concessão, bem como pela Consignação de Serviço Rodoviário (CSR), nos termos da Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual.

CONTRATO PROGRAMA FERROVIÁRIO

Em 11 de março de 2016, o Estado celebrou com a IP um Contrato Programa para a Rede Ferroviária Nacional, com a duração de 5 anos, em respeito pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro. Este contrato foi sendo prorrogado por períodos de seis meses, através de aditamentos determinados por Resoluções do Conselho de Ministros, entre 1 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2022.

No âmbito deste Contrato plurianual, merecem realce as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas ferroviárias e as obrigações da IP no cumprimento de objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, medidos através de indicadores e critérios de qualidade abrangendo diversos elementos, como prestações dos comboios (velocidade, fiabilidade da linha e satisfação dos clientes), capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente. O contrato fixa, ainda, objetivos de eficiência financeira na forma de indicadores de receita e despesa. O financiamento da Rede Ferroviária Nacional é assegurado através das receitas tarifárias cobradas aos operadores ferroviários, dos excedentes resultantes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária e das indemnizações compensatórias que permitam cobrir os gastos decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público que não possam estar cobertos pelas receitas referidas.

Em janeiro de 2024, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, foi fixado o valor das indemnizações compensatórias relativas ao período compreendido entre julho de 2022 e dezembro 2023, mediante a celebração de um aditamento ao contrato programa anterior, bem como as relativas ao Contrato Programa 2024-2028, encontrando-se os respetivos contratos a aguardar a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

CONTRATO DE CONCESSÃO DO SISTEMA DE CABOS SUBMARINOS

Na sequência da ampliação do objeto social da empresa, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, foi assinado, em novembro de 2023, o Contrato de Concessão do Estado com a IP

relativo à conceção, construção, fornecimento, instalação, montagem e entrada em exploração do novo cabo de fibra ótica submarino que ligará o Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o qual foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em fevereiro de 2024.

A IP tem em curso a empreitada de "**Conceção, Construção, Fornecimento, Instalação, Montagem e Entrada em Exploração do Cabo de Fibra Ótica Submarino de Telecomunicações do *Atlantic* CAM**", no valor de 139 mil euros, na sequência de contrato assinado em 13 de março com Visto do Tribunal de Contas de 9 de maio de 2024.

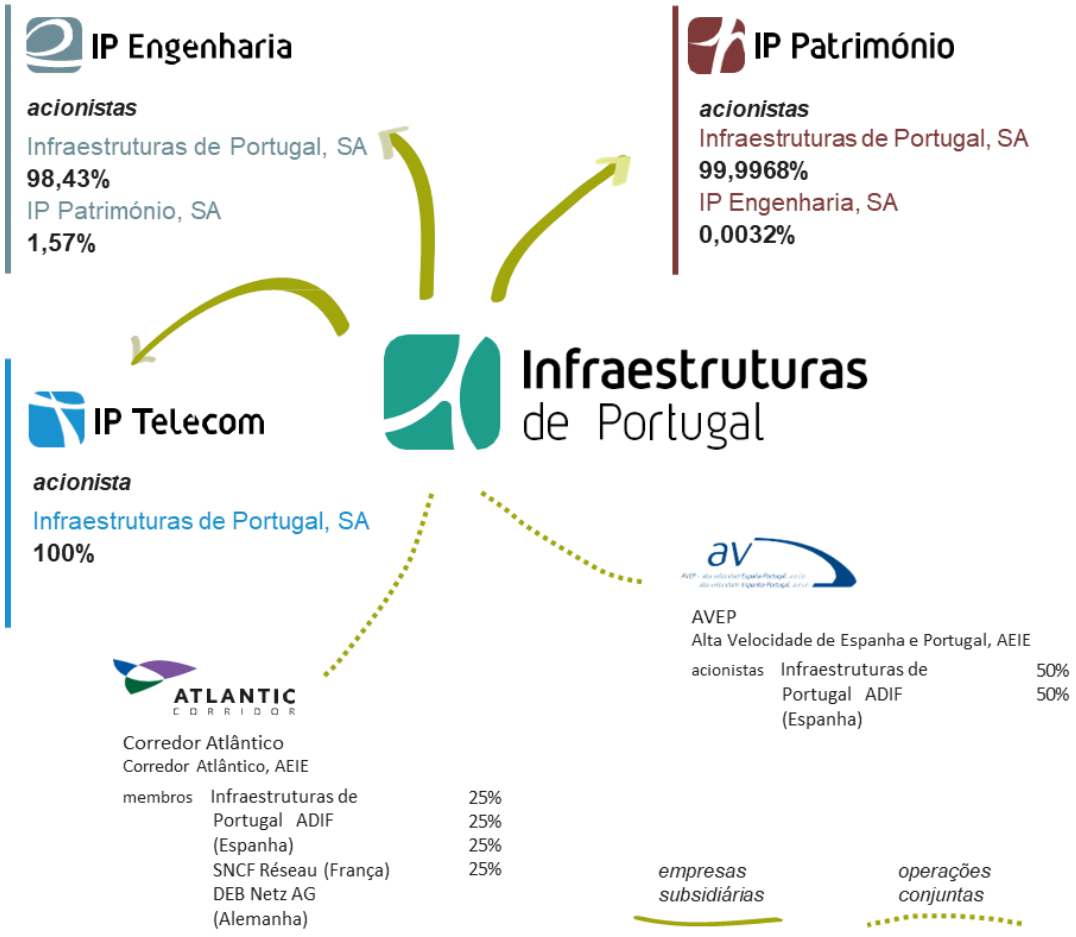
3.1 O GRUPO IP

ESRS 2 BP-1; ESRS 2 SBM-1

PARTICIPAÇÃO DA IP NO CAPITAL SOCIAL DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

O Grupo IP incorpora o saber técnico fundamental para garantir o bom desempenho e a sustentabilidade da infraestrutura rodoferroviária do país, cobrindo todas as etapas que englobam a conceção, o projeto, a construção, o financiamento, a conservação, a exploração, a requalificação, o alargamento e a modernização das redes rodoviária e ferroviária nacional.

No âmbito da sua responsabilidade pela gestão e operação da infraestrutura ferroviária, a IP também assegura o comando e controlo da circulação ferroviária, sendo um elemento-chave para a segurança e a eficiência do sistema de transporte ferroviário em Portugal. A IP é ainda uma referência na coordenação e execução de projetos estruturantes que visam a melhoria contínua da rede nacional de transportes, alinhando-se com as metas de sustentabilidade, inovação tecnológica e modernização dos sistemas de transporte multimodal.



A IP tem, atualmente, participação no capital social de três empresas: **IP Engenharia (IPE), IP Património (IPP) e IP Telecom (IPT)**. Estas empresas têm como objetivo **otimizar as receitas não-core do Grupo IP**, transformando-as em centros de lucro, aproveitando a capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas suas atividades principais.

A **IP Engenharia** é uma empresa especializada em engenharia de transportes, com a missão de **desenvolver estudos e projetos de engenharia**, além de gerir, coordenar e fiscalizar empreitadas no setor de infraestruturas. A empresa tem um papel crucial na execução de investimentos relacionados com a rede ferroviária e rodoviária nacional, sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Além disso, a IPE expandiu a sua atuação para o mercado internacional, com uma estratégia focada no fortalecimento de relações institucionais com entidades públicas gestoras de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, principalmente nos países de expressão portuguesa.

A IPE baseia-se na partilha de conhecimento e na troca de experiências, oferecendo serviços integrados de assistência técnica e formação. A empresa desenvolve parcerias, protocolos e ações de cooperação com os Países de Língua Portuguesa (PALOP), contribuindo para o fortalecimento das infraestruturas de transporte nesses países e reforçando a presença internacional do Grupo IP.

Adicionalmente e no atual contexto de elevado investimento, em particular na infraestrutura ferroviária, a IP Engenharia, foca a grande maioria da sua atividade na contribuição para a concretização do Programa Ferrovia 2020 e Programa Nacional de Investimentos 2030.

A **IP Património** é responsável pela gestão do património imobiliário da IP, com o objetivo de **otimizar os recursos e rentabilizar os ativos não operacionais**. A empresa foca-se na valorização e na exploração dos imóveis da IP, contribuindo com a gestão eficaz de terrenos, edifícios e outras propriedades que não estão diretamente ligados à operação das infraestruturas de transporte.

A IPP atua também na **requalificação e desenvolvimento de projetos imobiliários**, de forma a criar fontes de rendimento para o Grupo IP, sempre alinhada com a sustentabilidade e a eficiência energética.

Alguns dos segmentos de negócio onde a IPP atua são parques de estacionamento, espaços comerciais em estações, escritórios, restaurantes, alojamentos e hotéis em edifícios e terrenos da IP, rede de ecopistas, entre outros.

A **IP Telecom** é a empresa do Grupo IP especializada na gestão e exploração de redes de telecomunicações. A IPT tem como principal missão **garantir a infraestrutura de telecomunicações necessária para apoiar as operações do Grupo IP**, tanto nas áreas de transporte rodoviário como ferroviário. Além disso, a empresa desenvolve soluções de comunicação para terceiros, utilizando a vasta rede de fibra ótica e outros recursos tecnológicos sob a gestão da Infraestruturas de Portugal.

A IPT também oferece soluções em áreas como **conectividade, segurança cibernética e serviços de TI para clientes do setor público e privado**. A empresa tem uma estratégia focada em expandir a sua oferta de serviços, aproveitando a infraestrutura existente para se posicionar no mercado de telecomunicações, sempre com foco na inovação e na qualidade do serviço prestado.

Além disso, a IPT é responsável pela **operação do Sistema de Cabos Submarinos de comunicações eletrónicas entre o Continente e as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores** (*Atlantic* CAM), sendo responsável pela sua gestão durante os próximos 25 anos.

A IP detém ainda participações no capital social de duas entidades europeias: o **Corredor Atlântico e a AVEP – Alta Velocidade Espanha/Portugal**, que sublinha o compromisso da IP com a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias e o desenvolvimento de corredores ferroviários internacionais estratégicos.

O **Corredor Atlântico** é um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) composto pela IP, a espanhola ADIF, a francesa SNCF *Réseau* e a alemã DB InfraGO. Este agrupamento tem como missão **principal a rentabilização da infraestrutura ferroviária existente**, sem necessidade de investimentos adicionais, através de uma gestão centralizada da atribuição de capacidade, gestão de tráfego e relacionamento com os clientes. O Corredor Atlântico abrange uma extensa rede ferroviária que conecta diversos países europeus, promovendo a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

A **AVEP - Alta Velocidade Espanha/Portugal** é igualmente um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE) formado pela IP e pela sua congénere espanhola com o objetivo de **realizar estudos preliminares e análises de viabilidade para os corredores ferroviários internacionais**, nomeadamente os eixos Porto-Vigo e Madrid-Lisboa-Porto. Esses estudos incluem a avaliação da procura, análise custo-benefício e avaliação financeira e socioeconómica, visando o desenvolvimento de projetos de alta velocidade que promovam a integração e a mobilidade entre os dois países.

O Grupo IP reúne um vasto **saber técnico e uma experiência sólida**, fundamentais para o desempenho de excelência das suas infraestruturas rodoferroviárias. Através da conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, a IP **assegura a operação eficiente e segura do sistema de transportes**. Na vertente ferroviária, a responsabilidade do comando e controlo da circulação é também uma das suas atribuições cruciais.

Com este conjunto de iniciativas, o Grupo IP solidifica a sua posição de liderança na modernização e expansão das infraestruturas de transporte nacionais, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade e integração regional. Ao **alavancar a inovação tecnológica e a colaboração internacional**, o Grupo IP segue comprometido com o **desenvolvimento contínuo e com uma visão estratégica de futuro**, com **foco no crescimento sustentável e na excelência na gestão das infraestruturas de transportes**.

3.2 MISSÃO, VISÃO E VALORES

ESRS 2 SBM-1

MISSÃO

A Infraestruturas de Portugal tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviárias e ferroviárias nacionais, incluindo-se nesta última o comando e controlo da circulação.

Compete ainda à IP a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

VISÃO

Posicionar a Infraestruturas de Portugal como gestora de mobilidade multimodal, potenciando o *asset management* e garantindo a **prestação de um serviço seguro, eficiente e sustentável, valorizado pela rendibilização de ativos complementares**.



VALORES



DEFINIR A FORMA DE CONDUÇÃO

VALORES e COMPROMISSO DE GESTÃO

ÉTICA - Atuação com respeito pelos princípios éticos, nomeadamente de transparência, boa-fé e honestidade

SEGURANÇA - Atuação com respeito pela vida das pessoas e a sua integridade física, atributo que mais marca o nosso serviço

SUSTENTABILIDADE - Atuação orientada para a sustentabilidade económica, social e ambiental

O Grupo IP assume compromissos sólidos com os seus colaboradores e com a sociedade, pautando a sua **atuação pela excelência na gestão, segurança, ética e responsabilidade social**. Ao desenvolver e gerir as infraestruturas de transporte rodoviário e ferroviário em Portugal, a empresa reconhece o seu papel na criação de valor para a comunidade, estando empenhada em operar de forma **segura, ética e sustentável**.

A segurança é um tema central na atividade da empresa. A IP, enquanto entidade responsável pela gestão das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, mantém um **foco constante na redução da sinistralidade e na mitigação de riscos**, com o objetivo de tornar as redes rodoviária e ferroviária cada vez mais seguras.

Neste contexto, a empresa aposta numa abordagem integrada da segurança, abrangendo as dimensões rodoviária e ferroviária, e com foco na segurança dos trabalhadores, utilizadores e entidades envolvidas na conceção, manutenção e operação das infraestruturas sob sua responsabilidade.

O esforço da IP, nunca esquecendo o trabalho com génese nas empresas antecessoras, tem tido um papel crucial nas últimas décadas em Portugal, nos notáveis avanços alcançados na redução de acidentes rodoviários e ferroviários.

A empresa tem como objetivo permanente **promover uma cultura de segurança cada vez mais sólida**, que transcenda o mero cumprimento das regras. Este é um caminho que a empresa tem percorrido de forma coletiva, envolvendo toda a estrutura, com o propósito de consolidar comportamentos seguros e torná-los parte essencial da identidade e marca da IP.

3.3 COMO NOS ORGANIZAMOS

ESRS 2 GOV-1; ESRS 2 GOV-2; ESRS 2 GOV 3

A Infraestruturas de Portugal reveste a natureza de empresa pública sob a forma de sociedade anónima e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, que a criou, pelos seus estatutos, aprovados em anexo ao referido diploma legal, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

3.3.1 ESTRUTURA DO MODELO ORGANIZACIONAL

Para dar resposta à missão, visão e valores anteriormente indicados, e após 9 anos de consolidação da fusão entre as empresas, **em 2023 foram implementados ajustamentos na estrutura organizacional para potenciar a geração/criação de valor face às necessidades e expectativas *dos stakeholders*,** através de uma maior eficiência entre as diversas áreas e empresas do Grupo IP.

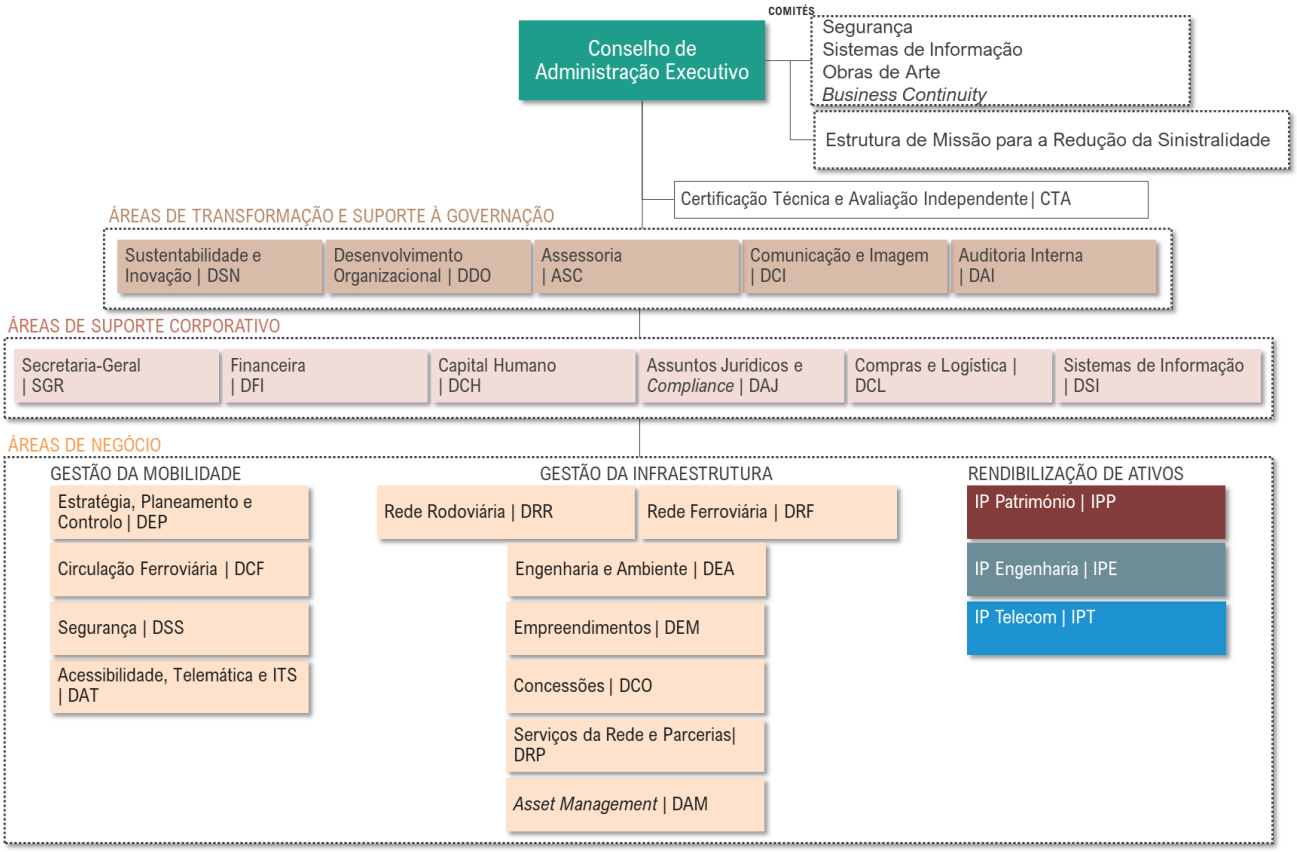
Assim, a macroestrutura do Grupo IP é constituída por:

- Áreas de Transformação e Suporte à Governação – composta pelas unidades orgânicas com objetivos de introdução e suporte da transformação/mudança/inovação ou com a missão de apoiar a governação;
- Áreas de Suporte Corporativo – onde se integram as unidades orgânicas que prestam serviços transversais e centralizados para todo o Grupo, ambas de valor acrescentado interno e, finalmente;
- Áreas de Negócio com as unidades responsáveis pelos outputs dirigidos ao exterior, concretizando o serviço prestado pelo Grupo IP.

No organograma estão ainda representadas entidades complementares à estrutura, de missão mais focalizada, não permanentes ou de natureza transitória:

- **Comités**: instrumentos de ligação e de gestão de interfaces, ao nível da gestão de topo, com representação do CAE e das Direções, que reúnem periodicamente;
- **Estrutura de Missão para a Redução da Sinistralidade**: equipa dedicada que integra elementos (interlocutores) de algumas das Direções envolvidas no seu objeto, com duração definida.

A macroestrutura organizacional do Grupo IP apresenta-se de seguida.



3.3.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO IP

As empresas participadas têm como objetivo otimizar as receitas não *core* do Grupo IP, **maximizando a rentabilização da capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas atividades principais e dos ativos não *core*.**

Os Conselhos de Administração (CA) destas empresas são compostos por um membro do Conselho de Administração Executivo (CAE) da IP, que assume a presidência, e por dois outros elementos com funções executivas.

O suporte corporativo da IP assegura o apoio necessário às atividades das empresas participadas, permitindo que estas se concentrem nas suas áreas core, sem necessidade de integrar essas valências nos seus modelos orgânicos.

Enquadramento Institucional

A IP é uma empresa pública sob a forma de sociedade anónima, criada pelo Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, resultante da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional (REFER) e a Estradas de Portugal (EP). O quadro normativo que rege a sua atividade inclui:

- Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro;
- Lei n.º 2/2020, de 31 de março;
- Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro;
- Lei n.º 24-E/2022, de 30 de dezembro;
- Regime jurídico do setor público empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);
- Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias aplicáveis.

A IP adota um modelo de governo societário dualista, garantindo uma separação eficaz entre as funções de supervisão e de gestão. Este modelo visa promover um alinhamento estratégico entre os objetivos da empresa, os interesses do acionista, dos seus colaboradores e demais *stakeholders*, assegurando transparência e confiança na sua atuação.

Enquanto entidade sob **Tutela do Ministério das Infraestruturas**, a IP está sujeita à **jurisdição e controlo do Tribunal de Contas**, bem como à fiscalização da **Inspeção-Geral de Finanças**, em conformidade com a legislação vigente.

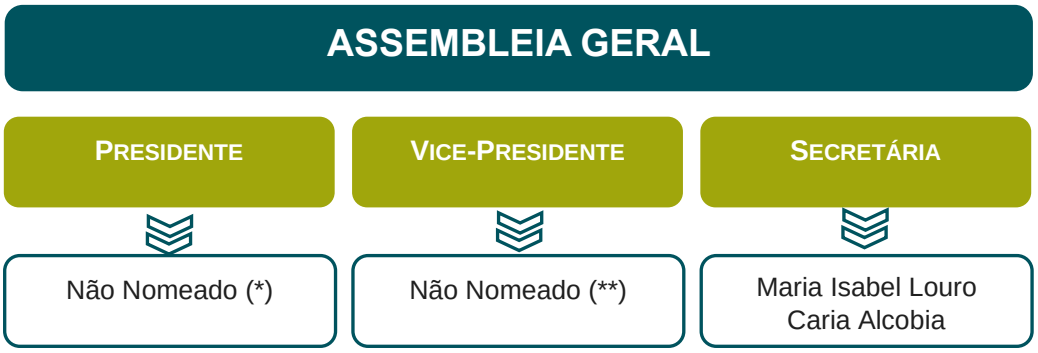
Capital Social

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.** é detida integralmente pelo Estado Português, sendo o seu capital social representado por **ações nominativas, na forma escritural**, detidas pela **Direção-Geral do Tesouro e Finanças**.

A **31 de dezembro de 2024**, o capital social da IP ascendia a **14.403.880.000 euros**, distribuído por 2.880.776 **ações**, com um **valor nominal unitário de 5.000 euros**.

Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da IP são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração Executivo, o Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, e o Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.



Presidente: (*) O anterior Presidente da mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 de janeiro de 2020, não tendo sido substituído até à data.

Vice-Presidente: (**) O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 2022.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos para o triénio 2018-2020 e exercem os respetivos cargos sem remuneração.

Conselho de Administração Executivo



Composição do CAE No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Presidente: Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz

Vice-Presidente: Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Eng.º Carlos Alberto João Fernandes

Vogais: Dr.ª Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa e Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel

Os termos do mandato e o estatuto remuneratório associados ao exercício dos cargos foram estabelecidos em reunião de Assembleia Geral que decorreu no dia 26 de agosto de 2022 (Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022) sendo que, no caso da Vogal do CAE, Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel, constam da Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023, que remete, no que respeita ao estatuto remuneratório, para a Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022.

Encontrando-se definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foi aplicada a redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, durante o ano de 2024.

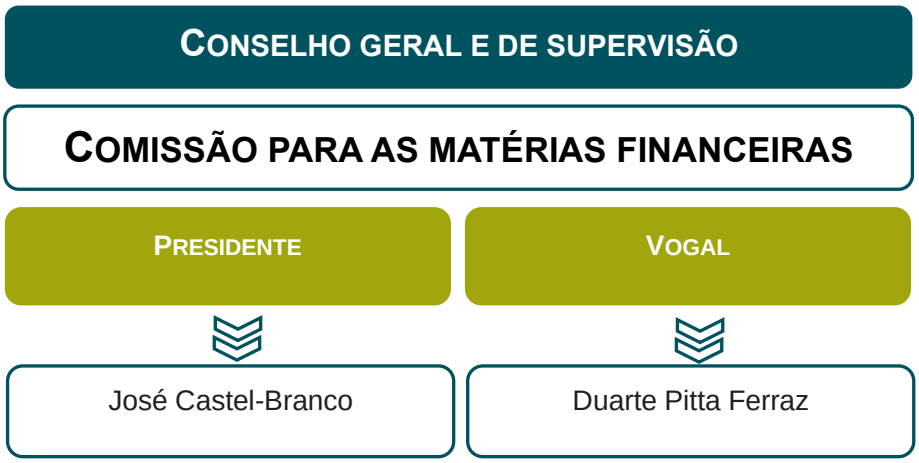
Não foram atribuídas remunerações variáveis de desempenho aos seus gestores.

Encontra-se autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 3, alínea c) do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

Conselho Geral e de Supervisão

O Conselho Geral e de Supervisão é constituído por seis a nove membros designados em Assembleia Geral, que designa também aquele que, de entre eles, exerce as funções de presidente.

Estão atualmente designados para o Conselho Geral e de Supervisão dois membros, os quais constituem também a Comissão para as Matérias Financeiras, cuja composição se apresenta de seguida:



REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em Assembleia Geral de 19 de março de 2019, o acionista procedeu à nomeação da sociedade Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda., inscrita Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 191, registada na CMVM com o n.º 20161491, representada pelo sócio Vítor Manuel Batista de Almeida (inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 691, registado na CMVM com o n.º 20160331), para Revisor Oficial de Contas da IP.

Esta nomeação foi efetuada para o mandato de 2018-2020.

Os órgãos de fiscalização mantêm-se em funções até nova nomeação, sendo a Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda. representada pela sócia Carla Margarida Vicente Godinho (inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1560, registada na CMVM com o n.º 20161170), desde agosto de 2023.

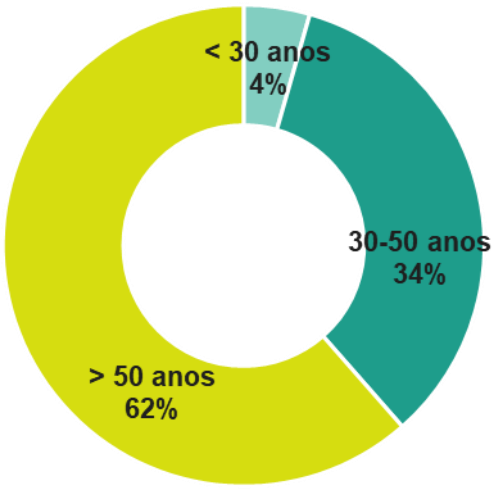
3.4 AS NOSSAS PESSOAS

S1-6; S1-9

Em 31 dezembro de 2024 o Grupo IP contava com **3 604 trabalhadores**, traduzindo-se numa redução de 33 efetivos (-0,91%) face ao número que se verificava em 31 de dezembro de 2023.

A **evolução da antiguidade** dos colaboradores manteve-se relativamente constante, com valores de cerca de **23 anos,** e o peso da **formação superior** nos quadros da empresa aumentou ligeiramente para 39% (38,2%, em 2023).

Em 2024, a IP deu continuidade ao recrutamento externo de novos quadros, tendo este esforço resultado em **186 entradas concretizadas**.



2024

3 604
Trabalhadores

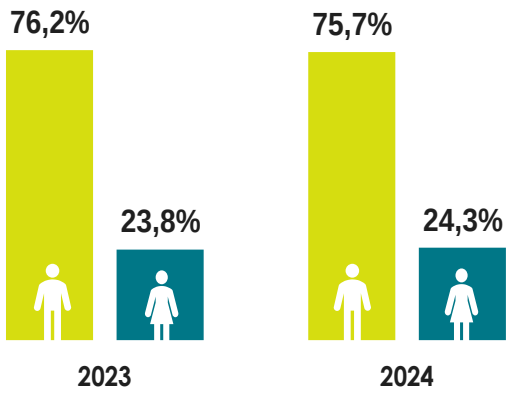
51,3 ANOS
Idade média

62%
Mais de 50 anos

48% DOS TÉCNICOS SUPERIORES
Entre 30 e 50 anos

Há predominância de colaboradores do sexo masculino, mantendo-se em 2024 um peso de cerca de 75,7% do género masculino e de 24,3% do género feminino.

Ao nível dos **cargos dirigentes**, a evolução face a 2023 foi muito ligeira, sendo que, atualmente, **mais de um terço das chefias são mulheres**, 38,5% em 2024 face a 38,1% em 2023.



No Grupo IP mantém-se a coexistência de 3 regimes laborais diferentes, apesar dos colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva serem atualmente 3 283, correspondendo a 91,2% do total de colaboradores. Assim, os 3 regimes que existem são:

- Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) – enquadra os colaboradores do Grupo IP com contrato individual de trabalho que aderiam ao ACT;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - enquadra os colaboradores com vínculo de origem à "função pública", oriundos da extinta Junta Autónoma de Estradas (JAE) que precedeu a empresa EP (com um peso de cerca de 9,7% do efetivo);
- Outros - enquadra os colaboradores do Grupo IP com contrato individual de trabalho que não aderiram ao ACT, trabalhadores cedidos de outras empresas e cedências de interesse público (com um peso de cerca de 0,2% do efetivo).

No quadro abaixo pode observar-se a distribuição do efetivo da IP por tipo de contrato e por género.

CARATERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	GÉNERO	TOTAL
Contrato Permanente	F	864
	M	2 694
	Total	**3 558**
Contrato a termo certo	F	
	M	13
	Total	**13**
Contrato a termo incerto	F	9
	M	18
	Total	**27**
Outro tipo de contrato	F	3
	M	3
	Total	**6**

3.5 AS NOSSAS REDES

ESRS S3 (Específico IP)

3.5.1 REDE RODOVIÁRIA

A extensão total da rede em exploração pela IP é atualmente de 17 463 km, dos quais 13 797 km em gestão direta.

2024



17 463 KM
Rede Rodoviária Nacional

86,4 % DA EXTENSÃO PREVISTA
Plano Rodoviário Nacional
(última revisão ocorreu em 1998)

13 797 KM
Rede sob gestão direta da IP

464 KM
IP (Itinerários Principais)

1 809 KM
IC (Itinerários Complementares)

4 684 KM
EN (Estradas Nacionais)

3 352 KM
ER (Estradas Regionais)

3 488 KM
ED (Estradas Desclassificadas)

48 KM
Estradas transferidas para os Municípios

A Rede Rodoviária Nacional da IP integra uma vasta gama de ativos, como pavimentos, obras de arte (pontes, viadutos), sinalização rodoviária e estruturas de contenção.



PAVIMENTOS (GESTÃO DIRETA)
(14 288 KM DE VIAS, CORRESPONDENTES A 13 797 KM DE REDE)



OBRAS DE ARTE
(5 868 das quais 18 são túneis)



MARCAS RODOVIÁRIAS
(13 804 km de vias)



OBRAS DE CONTENÇÃO
(97 ativos)

REDE RODOVIÁRIA | INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL

Em termos de gestão da rede, a mesma está repartida por 15 Contratos de Concessão: o Contrato de Concessão Rodoviário (CCR) celebrado com o Estado, o qual, por sua vez, integra 7 Contratos de Subconcessão, e outros 14 contratos de Concessão que o Estado tem celebrado com outras concessionárias.



Em 2007, o Estado celebrou com a ex-EP, SA (agora IP), um contrato de concessão cujas bases foram aprovadas através do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, e posteriormente alteradas pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

Uma das alterações mais importantes está relacionada com a introdução do conceito de disponibilidade, que consiste na verificação da qualidade do serviço prestado aos utentes e na aferição dos níveis de sinistralidade rodoviária e dos níveis de externalidades por elas geradas, traduzidos em indicadores de desempenho.

Os níveis de serviço a cumprir pelas diferentes secções de estrada da RRN, que estão previstos no Contrato de Concessão e em conformidade com o preconizado no Plano Rodoviário Nacional 2000, são: Nível B para a Rede Fundamental e Nível C para a Rede Complementar.

Parcerias Público Privadas

A atividade da IP inclui vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Ainda de acordo com os termos do Contrato de Concessão estabelecido, a IP é responsável contratualmente pela realização dos pagamentos que incumbem ao Estado e a receber os montantes a arrecadar por este, na qualidade de concedente, ao abrigo dos contratos de Concessão do Estado.

Renegociação dos Contratos de Concessão e Subconcessão

A Renegociação dos Contratos de Concessão e Subconcessão relativos à totalidade dos contratos de concessão do Estado, foi concluída no decorrer do ano de 2015, com a assinatura de nove contratos correspondentes às concessões rodoviárias Norte, Costa de Prata, Beira Litoral/Beira Alta, Grande Porto, Grande Lisboa, Interior Norte, Beira Interior, Algarve e Norte Litoral.

Face às vicissitudes inerentes ao contrato de subconcessão do Algarve Litoral, encontram-se por concluir cerca de 82 km de obra nova / requalificação e cerca de 26 km de obra está suspensa.

Neste contexto, a rede viária dos 7 contratos de subconcessão em vigor, totaliza uma extensão de aproximadamente 1 029 km, encontrando-se em serviço (obra concluída) cerca de 911 km.

3.5.2 REDE FERROVIÁRIA

As linhas e ramais da rede ferroviária nacional (RFN) têm uma extensão total de aproximadamente 3.600 km, em que cerca de 71% se encontra em exploração e cerca de 29% está, atualmente, sem exploração.

2024

2.526 KM
Rede ferroviária atualmente em exploração

1.917 KM
Via única

563 KM
Via dupla

48 KM
Via múltipla

1.794 KM
Rede eletrificada
(71% do total da rede ferroviária em exploração)

546
Estações e apeadeiros ao serviço

289
serviço exclusivo de passageiros

12
Serviço exclusivo de mercadorias

245
Serviço misto



As características da RFN, as condições gerais de acesso/utilização, e outros serviços conexos com a atividade ferroviária prestados pela IP aos operadores ferroviários, estão disponíveis num documento publicado anualmente e denominado **Diretório da Rede**. Neste documento são também divulgados os princípios de tarifação e respetivo tarifário, apresentando a metodologia aplicada.

A Rede Ferroviária Nacional é composta por um extenso conjunto de ativos que incluem a via-férrea, pontes, túneis, estações e sistemas de sinalização.



INFRAESTRUTURA E PLATAFORMA DE VIA-FÉRREA
- Obras de Contenção (168)



SUPERESTRUTURA DE VIA-FÉRREA
- Infraestrutura e Plataforma de Via-férrea
- Obras de Contenção (168)



OBRAS DE ARTE
- Pontes (1 942)
- Túneis (79)



SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO
- Encravamento e Equipamento Exterior (116 equipamentos)
- Sistema ATP (50 equipamentos)



CATENÁRIA E ENERGIA DE TRAÇÃO
- Catenária (2 345 km lineares de catenária)
- Subestações (29) e Postos de Catenária (461)

CONTRATO PROGRAMA FERROVIÁRIO

Em 11 de março de 2016, o Estado celebrou com a IP um Contrato Programa para a Rede Ferroviária Nacional com a duração de 5 anos, em respeito pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro. Posteriormente, o contrato foi sendo prorrogado semestralmente desde o 1.º semestre de 2021, por períodos de seis meses, através de aditamentos determinados por Resoluções do Conselho de Ministros. A última dessas adendas estabeleceu o término do contrato em 30 de junho de 2022.

No âmbito deste Contrato plurianual, merecem realce as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas ferroviária e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, através de indicadores e critérios de qualidade abrangendo diversos elementos, como prestações dos comboios (velocidade, fiabilidade da linha e satisfação dos clientes), capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente. O contrato fixa, ainda, objetivos de eficiência financeira estabelecidos para a IP, na forma de indicadores de receita e despesa. O financiamento da Rede Ferroviária Nacional é realizado através das receitas tarifárias cobradas aos operadores ferroviários, dos excedentes resultantes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária e das indemnizações compensatórias que permitam cobrir os gastos decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público que não possam estar cobertos pelas receitas referidas.

Em janeiro de 2024, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, foi fixado o valor das indemnizações compensatórias relativas ao período compreendido entre julho de 2022 e dezembro 2023, mediante a celebração de um aditamento ao contrato programa anterior, bem como

as relativas ao Contrato Programa 2024-2028, encontrando-se os respetivos contratos a aguardar a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

3.5.3 REDE TRANSEUROPEIA DE TRANSPORTES

A Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) é um projeto estratégico da União Europeia que visa fortalecer a coesão social, económica e territorial, criando um sistema de transportes eficiente e sustentável. Parte da rede rodoviária e ferroviária nacional encontra-se integrada na RTE-T, que visa contribuir para o reforço da coesão social, económica e territorial da União e para a criação de um espaço único europeu dos transportes eficiente e sustentável que proporcione mais benefícios aos seus utilizadores e que apoie o crescimento inclusivo.

O Regulamento (UE) 2024/1679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de junho de 2024, relativo às (novas) orientações da União Europeia (UE) para o desenvolvimento da Rede Transeuropeia de Transportes (que altera o Regulamento (UE) 2021/1153 e o Regulamento (UE) n. 913/2010 e que revoga o Regulamento (UE) n. 1315/2013), estabelece que a Rede Transeuropeia de Transportes, adiante RTE-T, visa criar uma rede de transporte fiável, sem descontinuidades e de elevada qualidade que garanta uma conectividade sustentável em toda a Europa sem interrupções físicas, estrangulamentos e ligações em falta.

A RTE-T deve ser uma rede de transportes à escala europeia que garanta a acessibilidade e a conectividade de todas as regiões da União, incluindo as regiões ultraperiféricas e outras regiões remotas, rurais, insulares, periféricas e montanhosas, e as zonas escassamente povoadas, e que reforce a coesão social, económica e territorial entre essas regiões. Os requisitos aplicáveis às infraestruturas da rede transeuropeia de transportes são estabelecidos com vista a promover o desenvolvimento de uma rede de elevada qualidade em toda a União.

A infraestrutura da rede transeuropeia de transportes é composta pelas infraestruturas de transporte ferroviário, de transporte por vias navegáveis interiores, de transporte marítimo, de transporte rodoviário, de transporte aéreo e de transporte multimodal, incluindo em nós urbanos.

O objetivo geral do desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes é estabelecer à escala da União uma rede única de transporte multimodal de elevada qualidade.

A rede transeuropeia de transportes deve reforçar a coesão social, económica e territorial da União, e contribuir para a criação de um espaço único europeu dos transportes que seja sustentável, seguro, eficiente e resiliente, ofereça mais benefícios aos seus utilizadores e apoie o crescimento inclusivo. A rede transeuropeia de transportes deve demonstrar um valor acrescentado europeu, contribuindo para os objetivos previstos nas seguintes quatro categorias: sustentabilidade, coesão, eficiência e aumento dos benefícios para os utilizadores.

O Regulamento estabelece orientações para o desenvolvimento de uma RTE-T em três níveis, que representam o grau mais elevado de planeamento das infraestruturas à escala da União, a saber:

Rede Global (*comprehensive network*), a concluir até ao final de 2050 e que compreende todas as infraestruturas de transporte - ferroviário, vias navegáveis interiores, rodoviário, transporte marítimo e espaço marítimo europeu, transporte aéreo, terminais multimodais de mercadorias e nós urbanos -

existentes e planeadas da RTE-T, bem como medidas destinadas a promover uma utilização eficiente e sustentável, dos pontos de vista social e ambiental, dessa mesma infraestrutura, incluindo nomeadamente as respetivas aplicações telemáticas.

Rede Principal Alargada (*extended core network*), **a concluir até ao final de 2040 e que compreende antecipar a conclusão de projetos de grande escala, principalmente transfronteiriços, nomeadamente ligações ferroviárias em falta antes do prazo de 2050.**

Rede Principal (*core network*), a concluir até ao final de 2030 e que compreende as partes da rede global estrategicamente mais importantes para atingir os objetivos de desenvolvimento da RTE-T. Esta rede deverá constituir-se como a coluna vertebral do desenvolvimento de uma rede de transportes multimodal sustentável e estimular o desenvolvimento de toda a rede global. Deverá ainda permitir que a ação da União se concentre nos componentes da RTE-T com maior valor acrescentado europeu, nomeadamente, os troços transfronteiriços, as ligações em falta, as interligações multimodais e os principais estrangulamentos, contribuindo para o objetivo estabelecido no Livro Branco de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa provenientes dos transportes em 60 %, com base nos níveis de 1990, até 2050.

O Regulamento identifica ainda os corredores europeus de transporte de maior importância estratégica com base em troços prioritários da rede transeuropeia de transportes e projetos de interesse comum e especifica os requisitos a cumprir para o desenvolvimento e execução da infraestrutura da rede transeuropeia de transportes.

Os corredores europeus de transporte correspondem às partes da rede principal ou da rede principal alargada que assumem maior importância estratégica para o desenvolvimento de fluxos sustentáveis e multimodais de transporte de mercadorias e de passageiros na Europa, e para o desenvolvimento de infraestruturas interoperáveis de elevada qualidade e a melhoria do desempenho operacional.

Os corredores europeus de transporte são um instrumento para facilitar a implementação coordenada das partes da rede principal e da rede principal alargada da rede transeuropeia de transportes, e visam, em especial, melhorar as ligações transfronteiriças, completar as ligações em falta e eliminar os estrangulamentos na União e, se for caso disso, melhorar as ligações com a rede transeuropeia de transportes de países vizinhos.

Os nove corredores multimodais da rede principal identificados no n.º 1 do Artigo 11.º e especificados no Anexo II do Regulamento 2024/1679 são os seguintes:

- Atlântico;
- Mar Báltico – mar Negro – mar Egeu;
- Mar Báltico – mar Adriático;
- Mediterrâneo;
- Mar do Norte – Reno – Mediterrâneo;
- Mar do Norte – Báltico;
- Reno – Danúbio;
- Escandinávia – Mediterrâneo;
- Balcãs – Mediterrâneo Oriental.

3.5.4 REDE DE TELECOMUNICAÇÕES

Por via da IP Telecom, o Grupo IP assegura ainda o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias Cloud e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações.

A IPT dispõe de um ativo exclusivo no mercado: uma vasta rede de infraestruturas de fibra ótica distribuída por todo o país, em grande parte instalada ao longo da RFN. Esta infraestrutura suporta as Redes de Alto Débito disponibilizadas aos clientes e é complementada **com a oferta do CTR - canal técnico rodoviário** –, formando uma malha de cobertura nacional sem paralelo.

A rede de telecomunicações da IPT possui uma abrangência nacional, com milhares de quilómetros de cabos de fibra ótica e três centros de processamento de dados de última geração, interligados por fibras de alto débito, garantindo uma operação contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A extensa infraestrutura da IPT permite-lhe, assim, ter uma grande capacidade de prestar serviços TIC ao mercado empresarial privado e à administração pública.

A rede de telecomunicações da IPT integra um conjunto abrangente de ativos estratégicos, garantindo uma infraestrutura de alta capacidade.

Com uma cobertura nacional, a **rede da IPT** conta com mais de **7.000 km de cabos de fibra ótica**, em grande parte instalados ao longo da Rede Ferroviária Nacional (RFN) e do Canal Técnico Rodoviário (CTR). Esta infraestrutura é suportada por uma estrutura operacional sólida, composta por 7 centros regionais de intervenção (Tunes, Barreiro, Lisboa, Entroncamento, Castelo Branco, Porto e Régua) e 3 centros próprios de processamento de dados (*Data Centers*), localizados em Lisboa, Porto e Viseu.

	2024
Rede de Fibra Ótica (km)	7012
Total de *Data Centers*	3
Canal Técnico Rodoviário (km)	4782
Total de salas de equipamentos e telecomunicações	1103

3.6 PRINCIPAIS INDICADORES

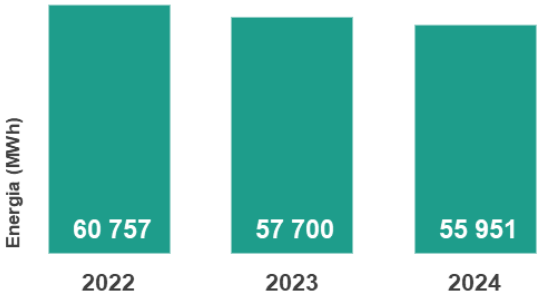
ESRS 2 BP-2

3.6.1 AMBIENTAIS

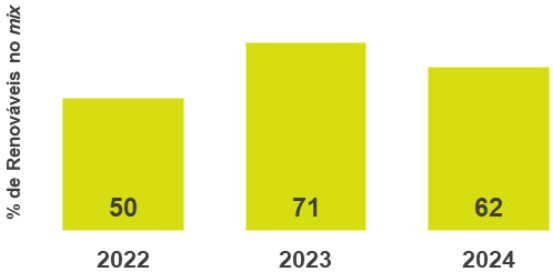
Transição Energética - O Grupo IP está empenhado na transição energética, dispondo de um conjunto de iniciativas alinhadas com os objetivos de descarbonização e de desenvolvimento sustentável nacionais e europeus, e com o Acordo de Paris.

Algumas das iniciativas estão ligadas à redução dos consumos energéticos e à penetração de energia renovável no mix energético consumido, contribuindo estas medidas para o cumprimento das metas científicas da empresa, de redução de emissões de GEE até 2030 e já aprovadas pela SBTi.

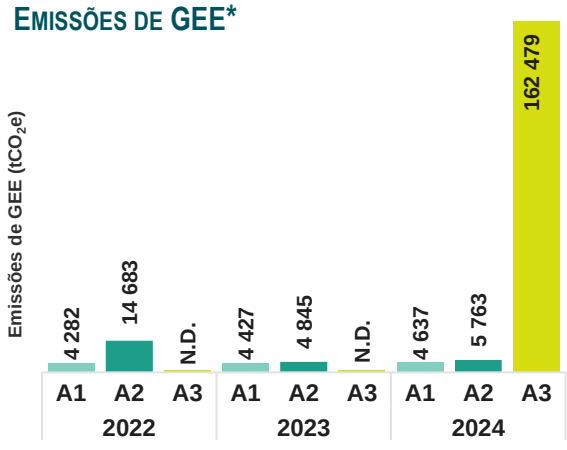
CONSUMO DE ENERGIA (SEM TRAÇÃO)



MIX ENERGÉTICO CONTRATADO



EMISSÕES DE GEE*



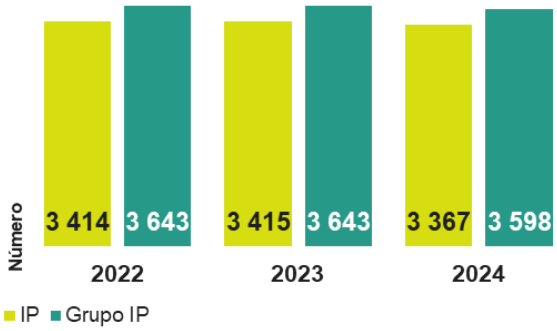
**As emissões totais de GEE correspondem ao somatório das emissões dos Âmbitos 1, 2 e 3.*

Nos anos de 2022 e 2023 foram apenas calculadas as emissões dos Âmbitos 1 e 2, o que justifica o grande diferencial relativamente às emissões totais do ano de 2024, que inclui os Âmbitos 1, 2 e 3. Para informação mais detalhada ver capitulo 6.2.1.

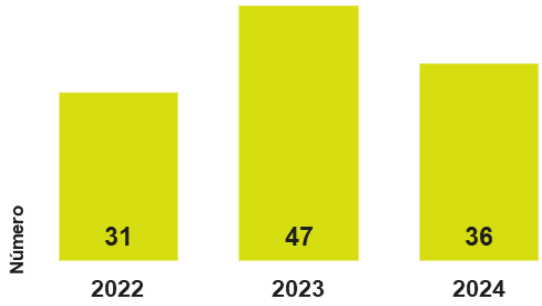
3.6.2 SOCIAIS

Recursos Humanos - A estratégia da empresa passa por estabilizar o efetivo, através da substituição dos colaboradores que cessam o vínculo, com reforços pontuais em áreas críticas, nas quais se destacam as áreas operacionais da manutenção, inspeção e fiscalização de infraestruturas.

EFETIVO MÉDIO



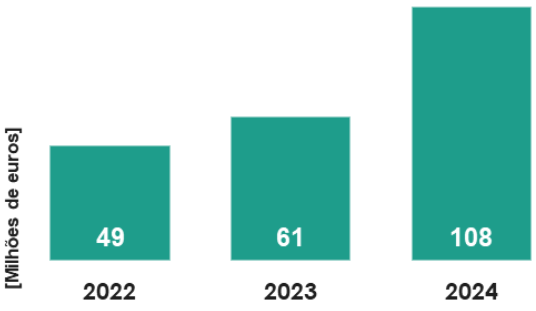
HORAS DE FORMAÇÃO
[Por Colaborador]



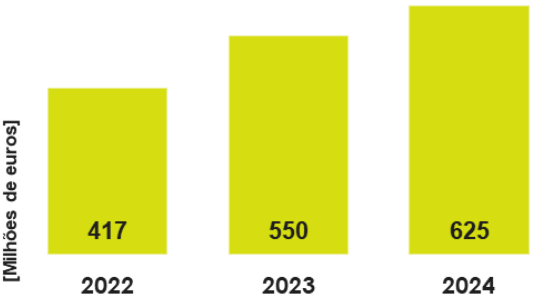
Investimento - O investimento ferroviário, face a 2023, registou um aumento de 13% no ano de 2024, impulsionado pelo Programa Ferrovia 2020.

O investimento rodoviário aumentou 76%, em resultado da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

INVESTIMENTO RODOVIA



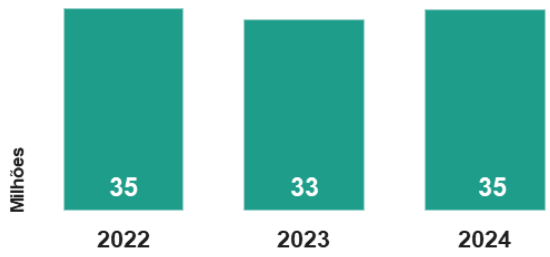
INVESTIMENTO FERROVIA



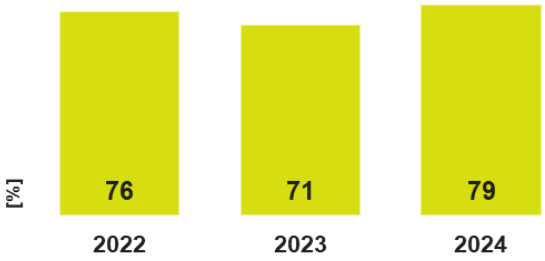
FERROVIA

Utilização da RFN - Em 2024 realizaram-se 34,9 milhões de comboios quilómetro (CK), cerca de 4,4% acima do verificado no ano de 2023, sendo 85,4% (29,8 milhões CK) de tráfego de passageiros e 14,6% (5,1 milhões CK) relativos a mercadorias.

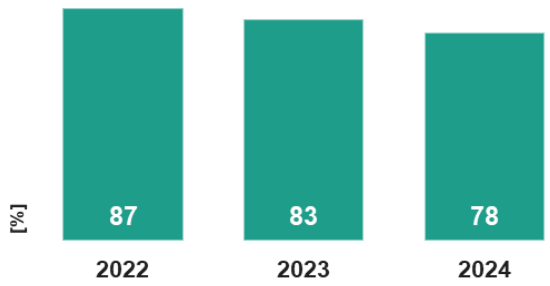
COMBOIOS KM



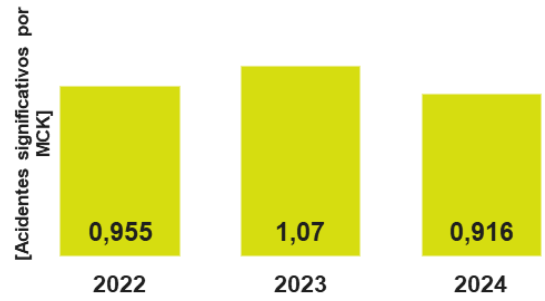
DISPONIBILIDADE DA REDE



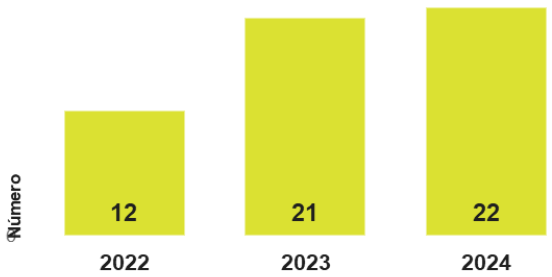
ÍNDICE DE PONTUALIDADE



NÍVEL DE SEGURANÇA FERROVIÁRIA



VITIMAS MORTAIS

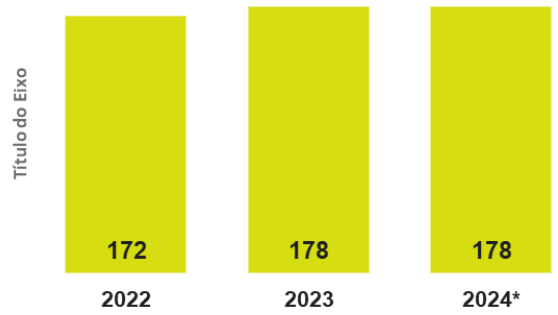


RODOVIA

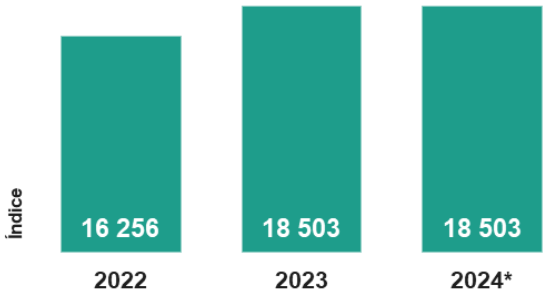
Segurança – Um dos objetivos da missão da IP, é assegurar uma mobilidade segura nas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias sob sua gestão.

O trabalho que tem sido desenvolvido tem contribuído de forma inequívoca para os elevados progressos obtidos na redução da sinistralidade, designadamente rodoviária, nas últimas décadas, em Portugal.

VITIMAS MORTAIS - RODOVIA



INDICADOR DE GRAVIDADE DENTRO DE LOCALIDADE - RODOVIA



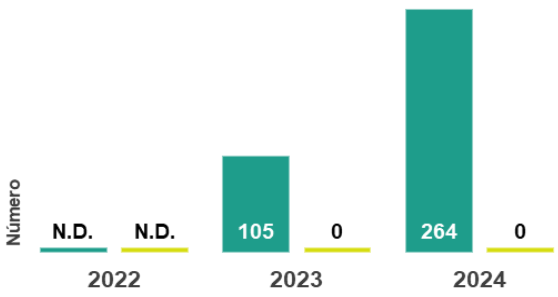
** Devido a dificuldades de ligação entre sistemas, externos à IP, não é possível indicar dados reais para 2024, pelo que são indicados valores estimados*

3.6.3 GOVERNANÇA

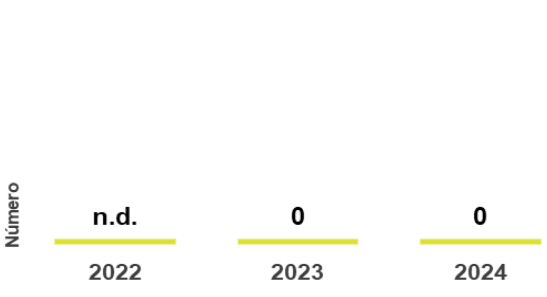
Conduta de Negócio - A adoção de boas práticas de gestão é um tema fundamental para a IP e traduz o seu empenho nas práticas éticas, na transparência e na prevenção da corrupção e suborno.

A cibersegurança é outro valor essencial para a IP e assenta no princípio de que para cumprir a sua missão de assegurar um bom desempenho das suas infraestruturas, tem necessariamente de garantir a segurança da informação e da tecnologia aplicada aos vários equipamentos, sistemas e materiais instalados.

INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA E ATAQUES CONSEGUIDOS

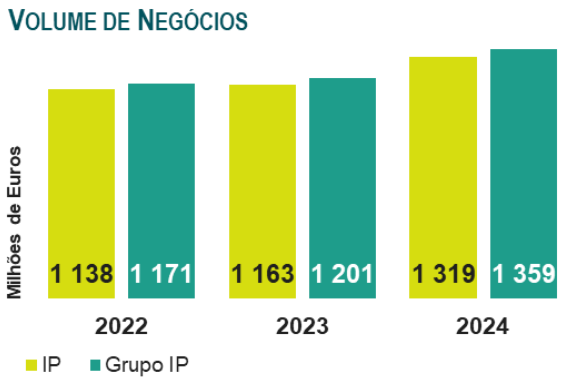


CONDENAÇÕES POR FRAUDE E CORRUPÇÃO

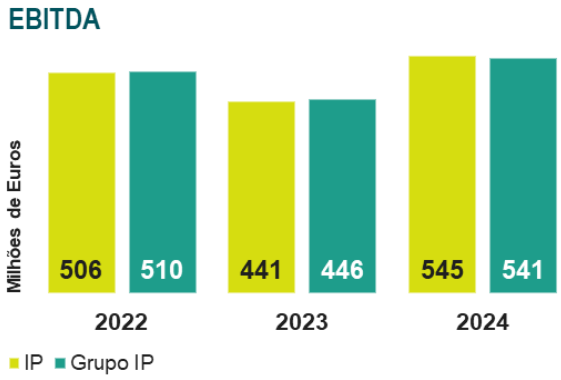


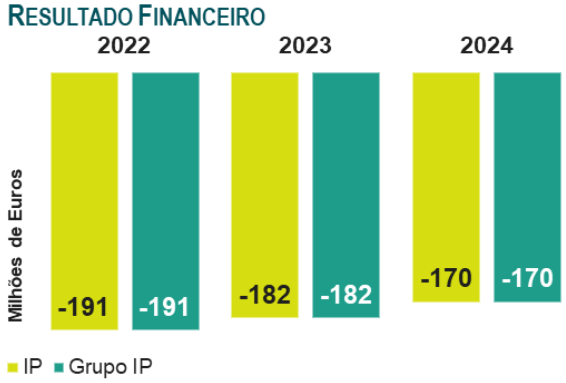
3.6.4 FINANCEIROS

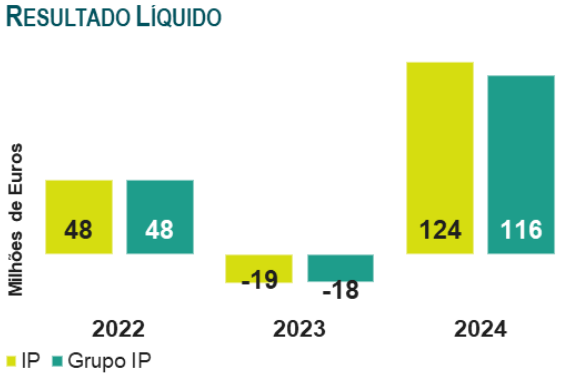
O Volume de Negócios do Grupo IP atingiu, em 2024, o montante de 1.359 milhões de euros, mais 158 milhões de euros do que em 2023.

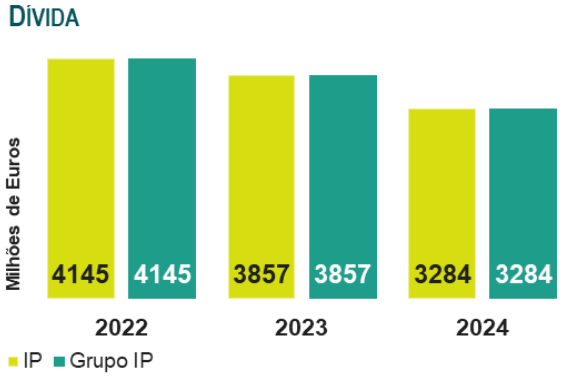












3.7 DESTAQUES DO ANO

LINHA DE ALTA VELOCIDADE | IP LANÇA CONCURSO DA PRIMEIRA CONCESSÃO DA LINHA PORTO-LISBOA

A construção da rede ferroviária de alta velocidade, em total complementaridade com a rede ferroviária convencional, tem como objetivo impulsionar de forma decisiva o setor ferroviário, reconhecendo-o como um meio essencial de satisfação das necessidades de mobilidade das populações e de aumento da produtividade e competitividade do tecido empresarial instalado em Portugal.



PRR | ASSINATURA DO AUTO DE CONSIGNAÇÃO DA EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TROÇO DE LIGAÇÃO ENTRE A A25/IP5 E A EN229, NA ZONA EMPRESARIAL DO MUNDÃO



A Infraestruturas de Portugal procedeu, no dia 15 de janeiro de 2024, à consignação da empreitada para a construção de um troço de ligação entre a A25/IP5 e a EN229, na Zona Empresarial do Mundão, no concelho de Viseu. A nova ligação rodoviária irá contribuir para o aumento da competitividade das empresas instaladas no Parque Empresarial do Mundão.

PRR | ASSINATURA DO AUTO DE CONSIGNAÇÃO DO TROÇO FINAL DA VARIANTE À EN14, ENTRE A INTERFACE RODOFERROVIÁRIA DA TROFA E SANTANA

Foi consignada, no dia 8 de janeiro, a obra de construção do lanço, que terá uma extensão de 2,4 km, entre a Interface Rodoferroviária da Trofa e Santana, que constituí o último troço da nova Variante à EN14. A empreitada envolve a construção de uma nova Ponte sobre o Rio Ave e permitirá a eliminação dos atuais constrangimentos no atravessamento do centro urbano da Trofa.



PRR | Assinatura do Auto de Consignação para a requalificação do troço do IC2 entre Meirinhas e Pombal

A Infraestruturas de Portugal assinou o contrato para a execução da empreitada de requalificação do troço IC2, com cerca de 12 km, entre Meirinhas e Pombal, tendo como principais objetivos a melhoria das condições de mobilidade e segurança rodoviária de automobilistas e peões e a promoção da coesão económica e social na região.

Candidatura e metas climáticas da IP aprovadas pelo *Science Based Targets Initiative (SBTi)*

A Infraestruturas de Portugal tem apostado numa estratégia de descarbonização assente em várias iniciativas, onde se inclui a sua adesão ao compromisso climático mundial *Business Ambition* for 1.5º C, criado pela Nações Unidas (UN-*Global Compact*), *World Wilde Fund for Nature* (WWF), *World Resources Institute* (WRI), CDP – *Disclosure Insight Action* e o *Science Based Targets Initiative* (SBti). O compromisso *Business Ambition* 1.5º C consiste num movimento voluntário de adesão global de empresas, a nível mundial, que pretendem descarbonizar a sua atividade e os seus processos de negócio, em linha com os objetivos do Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1.5° C, acima dos níveis pré-industriais, sendo o SBTi o standard e a entidade de referência para a validação da ambição climática das empresas.

Linha do Oeste | Lançamento do concurso para o Projeto de Execução para a Eletrificação e Modernização do troço entre Caldas da Rainha e Louriçal



Foi lançado, no dia 12 de fevereiro, o concurso público para a contratação do Projeto de Execução da eletrificação e modernização de troço da Linha do Oeste. Promovido no âmbito do Programa Nacional de Investimentos - PNI2030, este projeto dá continuidade aos investimentos atualmente em execução e procura dotar a Linha do Oeste de uma infraestrutura mais moderna e eficiente, promovendo a competitividade do sistema ferroviário e oferecendo um serviço de transporte público de maior capacidade, rápido, seguro e ambientalmente sustentável.

IP, *WAZE* E ICNF JUNTOS NA SEGURANÇA DOS CONDUTORES E DO LINCE-IBÉRICO



Em visita ao Centro de Controlo de Tráfego, no dia 1 de março, a IP recebeu os responsáveis do *Waze* Internacional, para acompanharem os desenvolvimentos do protocolo estabelecido e visualizarem, em tempo real, o novo projeto relacionado com o lince-ibérico.



A IP, em parceria com o ICFN e com o *Waze*, está a desenvolver um projeto de deteção de linces-ibéricos junto das estradas nacionais, e posterior alerta junto dos condutores que utilizam a aplicação móvel *Waze*. Esta nova solução permite a implementação de um novo sistema de monitorização espacial da população de linces-ibérico em Portugal, sofisticado e rigoroso, com dados transmitidos em tempo real.

IP E ASN ASSINAM CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DE NOVO ANEL CAM

No dia 13 de março foi assinado o contrato para execução da empreitada para Conceção, Construção, Fornecimento, Instalação, Montagem e Entrada em Exploração do Cabo de Fibra Ótica Submarino de Telecomunicações do novo Anel CAM (CAM - Continente, Açores, Madeira) entre a IP e a Alcatel *Submarine Networks* (ASN).



O Novo Anel CAM, um sistema de Cabos Submarinos que ligará o Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, trará melhorias ao desempenho das comunicações eletrónicas.

PRR | ABERTURA AO TRÁFEGO DA VARIANTE À EN248, EM ARRUDA DOS VINHOS



Com a conclusão da empreitada da Variante à EN248, em Arruda dos Vinhos, a IP cumpriu o segundo investimento no âmbito do PRR, evidenciando a sua aposta na melhoria da mobilidade, no reforço da segurança rodoviária e na beneficiação ao nível ambiental e da qualidade de vida das populações da região.

Conclusão da reabilitação e reforço sísmico no Viaduto Duarte Pacheco

Foram concluídos os trabalhos de reabilitação e de reforço sísmico do Viaduto Duarte Pacheco, os quais permitiram aumentar a durabilidade desta obra de arte e garantir melhores condições de segurança e de mobilidade dos milhares de automobilistas que diariamente circulam sobre o Viaduto e também de todos os utilizadores do caminho de ferro, que cruzam sob esta emblemática infraestrutura.



Linha do Sul | Lançamento do Concurso para a Modernização entre o Porto de Setúbal e Praias do Sado

Foi lançado o concurso público para a empreitada de Modernização da Linha do Sul, entre o Porto de Setúbal e Praias do Sado. Esta intervenção visa eliminar os constrangimentos de exploração ferroviária existentes na estação de Praias-Sado, assim como em diversos ramais e infraestruturas ferroviárias do Porto de Setúbal, melhorando as condições de exploração do sistema ferroviário.



PRR | Lançamento do concurso público para empreitada "Linha de Cintura e Linha Norte - Estações de Concentração de Campolide, Oriente, Alverca e Azambuja – Sinalização" (Digitalização do Transporte Ferroviário)

A 29 de abril foi lançado o concurso público para a empreitada que prevê a substituição do atual sistema de sinalização nas estações de concentração de Campolide (Linha de Cintura), Oriente, Alverca e Azambuja (Linha do Norte), tendo como objetivo compatibilizar as ligações físicas e funcionais da Linha do Norte, da Rede Ferroviária Nacional (RFN), com a futura Linha de Alta Velocidade (LAV), permitindo uma utilização combinada, relevante para o objetivo de coesão territorial da LAV. A extensão total a intervencionar será de aproximadamente 55 km de vias dupla e quádrupla.



IP distinguida na 4.ª edição do "Prémio Nacional de Sustentabilidade" promovido pelo Jornal de Negócios

No âmbito da 4.ª edição do "Prémio Nacional de Sustentabilidade", em 7 de maio de 2024, a IP foi reconhecida na categoria "Descarbonização" com a iniciativa "Programa de Eletrificação da Rede Ferroviária Nacional (RFN)".



Esta iniciativa é promovida pelo Jornal de Negócios, com o alto patrocínio da Presidência da República, e pretende reconhecer programas/projetos que criem um impacte positivo a nível da redução das emissões de gases com efeito de estufa e a promoção da luta contra as alterações climáticas.

Este Prémio reconhece o trabalho da IP, no que diz respeito à sustentabilidade e à estratégia de descarbonização, quer pela atividade da Empresa, enquanto organismo público, com responsabilidades acrescidas neste âmbito, mas também por via do compromisso na promoção da mobilidade sustentável.

Linha de Alta Velocidade | IP mandatada para avançar com os estudos da Terceira Travessia do Tejo e ligação Lisboa – Madrid



O Conselho de Ministros, realizado a 14 de maio, anunciou a decisão de «Mandatar a Infraestruturas de Portugal para concluir os estudos necessários para a construção da Terceira Travessia do Tejo em Lisboa e da Ligação de Alta Velocidade (LAV) de Lisboa a Madrid».

PRR | Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada de Requalificação da EN114 – Ligação da A15 a Rio Maior

Esta intervenção tem como objetivo a melhoria significativa das condições de acessibilidade, circulação e de segurança, para o tráfego com origem e destino na zona industrial de Rio Maior, principalmente para veículos pesados e para o tráfego de passagem vindo da A15 que utiliza o eixo da EN114 como acesso a Rio Maior.

IP subscreve a Carta de Princípios do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

A Carta de Princípios do *BCSD* Portugal é um documento que estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial. Ao subscrever este compromisso, a IP reconhece que a gestão sustentável das empresas é um fator de competitividade.

Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível | ILCAD 2024



Numa iniciativa conjunta de vários países, liderada pela União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC), assinalou-se a 6 de junho, pelo 16.º ano consecutivo, o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível" (*ILCAD – International Level Crossing Awareness Day*), tendo como objetivo a sensibilização da sociedade para esta questão, promovendo a adoção de comportamentos seguros, determinantes para evitar os acidentes.

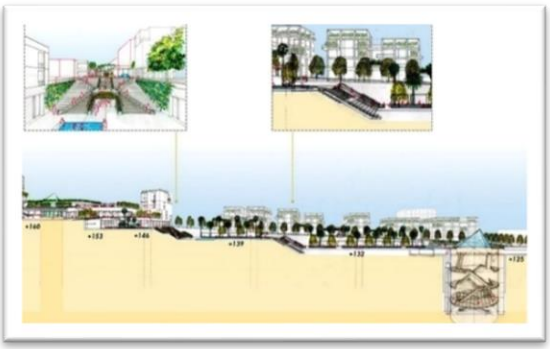
IP organiza evento por ocasião do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível (ILCAD – *International Level Crossing Awareness Day*)



Ainda no âmbito do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, a IP realizou um evento onde foi apresentada a perspetiva da realidade nacional, no que às passagens de nível diz respeito, bem como o Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível. Foram ainda assinados acordos entre a IP e os Municípios do Cartaxo e de Elvas, para a supressão de passagens de nível na Linha do Norte e Linha do Leste.

LINHA DE ALTA VELOCIDADE | APRESENTAÇÃO DA FUTURA ESTAÇÃO DE SANTO OVÍDIO

Carlos Fernandes, Vice-Presidente da IP, marcou presença na sessão de apresentação do Plano de Pormenor da futura Estação de Santo Ovídio. A sessão foi dedicada aos novos desenvolvimentos do Plano de Pormenor de Santo Ovídio, em Gaia, diretamente relacionada com o projeto da Linha de Alta Velocidade (LAV) Vigo - Porto - Lisboa. Esta estação faz parte do primeiro troço da LAV entre Porto e Oiã.



ERESS FORUM 2024 REALIZA-SE NA SEDE DA IP

No dia 19 de junho, o Presidente do Conselho de Administração da IP, Miguel Cruz, realizou a abertura dos trabalhos do *Eress Forum* 2024, que teve como principais objetivos o debate entre os *players* europeus sobre os desafios do setor na concretização da alocação correta, justa e transparente dos consumos energéticos para a tração elétrica nas redes ferroviárias, a definição de estratégias para a sua total implementação e a troca de experiências entre os vários participantes.



LINHA DO DOURO | INVESTIMENTOS NA MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO DOURO



No decorrer do mês de junho, no âmbito dos Programas Ferrovia 2020 e PNI 2030, tiveram lugar várias ações de relevo no desenvolvimento dos procedimentos em curso no que à Linha do Douro diz respeito. A IP está a desenvolver um conjunto de projetos que pretendem dotar a Linha do Douro dos mais modernos sistemas de controlo, comando e sinalização, interoperáveis e de tração elétrica em toda a sua extensão, criando uma infraestrutura ferroviária moderna, mais segura, com maior capacidade e sustentável ao serviço da mobilidade das populações da região.

PRR | Conclusão da empreitada de eliminação de constrangimentos nos acessos às Zonas Industriais pela EN229

A intervenção desenvolvida consistiu na reabilitação integral do troço da EN229, que serve diretamente os concelhos de Sátão e Viseu, entre a interseção com a EM583 (final da Variante a Sátão) e a rotunda do Parque Empresarial do Mundão. Com a concretização destas intervenções ao nível do traçado foi possível alcançar uma grande melhoria das condições de circulação e segurança na EN229.



Túnel do Grilo no IC17/CRIL | Assinatura do Auto de Consignação da empreitada de reabilitação e modernização



No dia 27 de junho foi consignada a empreitada de reabilitação e modernização do Túnel do Grilo, a qual permitirá a requalificação da infraestrutura ao nível dos requisitos de segurança, de eficiência energética e de sustentabilidade, para garantir o melhor nível de serviço e a exploração integrada da rede adjacente, bem como o reforço dos sistemas de comunicação entre o Túnel do Grilo e o Centro de Controlo de Tráfego (CCT) da IP.

PRR | Abertura ao Tráfego do Troço do IC35 entre Penafiel e Rans



Dia 1 de julho, entrou ao serviço um novo troço do IC35 entre Penafiel e Rans, desenvolvido no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), na sua dimensão de Investimentos "*Missing links* e Aumento da capacidade da Rede". A empreitada envolveu a construção de um troço com cerca de 1 500 metros, com início na nova rotunda na EN15 e final contemplou a construção de uma ponte sobre o vale do Rio Cavalum, e de três Passagens Superiores.

PRR | Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada de duplicação do IP8 entre Relvas Verdes e Roncão

A Infraestruturas de Portugal consignou a empreitada para a duplicação do IP8 (A26) – ligação entre Sines e a A2. A obra visa melhorar as condições de circulação e segurança no IP8, no troço de aproximadamente 15 quilómetros, entre o Nó de Relvas Verdes e Roncão, contribuindo também para a melhoria das acessibilidades ao Porto de Sines.

PRR | Assinatura do Auto de Consignação da construção da Variante a Aljustrel

A Infraestruturas de Portugal consignou, no dia 8 de julho, a empreitada para a construção da Variante a Aljustrel. Com 4,4 quilómetros de extensão, a nova infraestrutura reforçará a segurança rodoviária e melhorará os acessos à zona de extração mineira, à área empresarial e à povoação de Montes Velhos.

Sessão de capacitação da Gestão de Topo da IP em Sustentabilidade



Realizou-se, no dia 8 de julho de 2024, a sessão de capacitação da gestão de topo da IP em Sustentabilidade, por forma a assegurar que os princípios do desenvolvimento sustentável sejam parte integrante das operações, do modelo de governança e das decisões estratégicas da Empresa, para atender aos crescentes desafios de sustentabilidade que se colocam ao sistema de mobilidade e transportes.

Esta iniciativa pretendeu contribuir para a capacitação da Empresa relativamente à abrangência dos novos requisitos da Diretiva 2464/2022 - Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD).

PRR | Abertura ao Tráfego – EN14 – Via Diagonal - Interface rodoviária da Maia



O Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, inaugurou, no dia 14 de julho, a nova ligação rodoviária entre a Via Diagonal, na Maia, e a Interface Rodoferroviária, na Trofa, numa cerimónia realizada na Trofa, com a presença do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, e de autarcas locais. Esta nova via melhora a segurança e a mobilidade numa região densamente povoada e com forte atividade empresarial. Com cerca de 10 km de extensão, a empreitada incluiu cinco Obras de Arte Especiais, permitindo uma melhor articulação com os principais eixos de transporte rodoviário e ferroviário.

LINHA DE ALTA VELOCIDADE | APROVADA CANDIDATURA LINHA PORTO-LISBOA

Foi aprovada a candidatura da IP, submetida a 29 de janeiro, a financiamento comunitário no âmbito do Programa *Connecting Europe Facility for Transport* 2 (CEF 2) relativa ao desenvolvimento da primeira fase do projeto da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa (LAV Porto-Lisboa). Dos 134 projetos selecionados, o projeto da LAV foi o que recebeu um maior montante de financiamento, confirmando-se assim o forte compromisso da Comissão Europeia em apoiar o projeto, considerando-o como um projeto prioritário e totalmente alinhado com os objetivos europeus em matéria de sustentabilidade e coesão territorial.

LINHA DE ALTA VELOCIDADE | LANÇAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DO 2.º TROÇO ENTRE OIÃ E SOURE

Na sequência da Resolução de Conselho de Ministros que autorizou a realização da despesa inerente à celebração do contrato de concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade, entre Oiã e Soure, a Infraestruturas de Portugal lançou no dia 26 de julho, o concurso com publicidade internacional referente à parceria público-privada (PPP) da referida concessão.

PRR | LANÇAMENTO DO CONCURSO PARA A EXECUÇÃO DA PRIMEIRA FASE DA MELHORIA DA LIGAÇÃO RODOVIÁRIA DE BAIÃO À PONTE DA ERMIDA, SOBRE O RIO DOURO

A Infraestruturas de Portugal procedeu à publicação em Diário da República do concurso para a execução da primeira fase da melhoria da ligação rodoviária de Baião à Ponte da Ermida, sobre o rio Douro. Este é um investimento na melhoria das condições de comodidade, mobilidade e segurança rodoviária para a população e corresponde à primeira fase da intervenção global de melhoria da ligação rodoviária de Baião ao território a Sul do Concelho.

PRR | LANÇAMENTO DO CONCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN211 ENTRE QUINTÃ E MESQUINHATA

A Infraestruturas de Portugal fez publicar no dia 17 de julho, o concurso público para a construção da Variante à EN211 entre Quintã e Mesquinhata. Este empreendimento constitui o 25.º projeto rodoviário previsto no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência lançado pela IP.

ECOPISTA DO TUA | INAUGURADOS MAIS 13,656 KM EM MIRANDELA

O Município de Mirandela inaugurou no dia 1 de agosto a totalidade do troço da Ecopista do Tua inserida nos limites do respetivo concelho, num total de 13,656 km, com início na Estação de Carvalhais, seguindo em direção a Macedo de Cavaleiros. Com estas intervenções, o projeto intermunicipal iniciado em 2017, em parceria com a IP e a IPP, avança para a concretização da Ecopista do Tua na sua totalidade, ligando Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança ao longo de 75 km adaptados à mobilidade sustentável.



PRR | Assinatura do Auto de Consignação da empreitada de melhoria do acesso do IC8 ao Parque Empresarial do Camporês em Ansião, Leiria



A Infraestruturas de Portugal consignou no dia 26 de agosto a empreitada de melhoria dos acessos do IC8 ao Parque Empresarial do Camporês, em Ansião, no distrito de Leiria. A intervenção tem como objetivo a melhoria significativa das condições de circulação e segurança, para além da criação de uma ligação privilegiada do Parque Empresarial aos grandes eixos da rede nacional e internacional através do IC8, maioritariamente para o tráfego de veículos pesados, potenciando desta forma o desenvolvimento económico da região, bem como a segurança e mobilidade de pessoas e bens.

Atlantic CAM | Reforço do financiamento comunitário



A 13 de agosto foi comunicado à IP o reforço do apoio comunitário ao Projeto *Atlantic* CAM em mais 14,27 milhões de euros através do Programa CEF2 Digital da União Europeia. Este apoio reforça a verba de 40,5 milhões de euros aprovada em dezembro de 2023 na anterior *call* do programa CEF Digital, pelo que o total do financiamento comunitário ascenderá aos 54,8 milhões de euros. O projeto *Atlantic* CAM corresponde a um investimento de 154,4 milhões de euros, com um cofinanciamento por fundos comunitários que agora atinge os 35,5 %, sendo o restante financiado através do Orçamento de Estado.

PRR | Assinatura do Auto de Consignação da Empreitada de construção da Variante de Olhão, na EN125



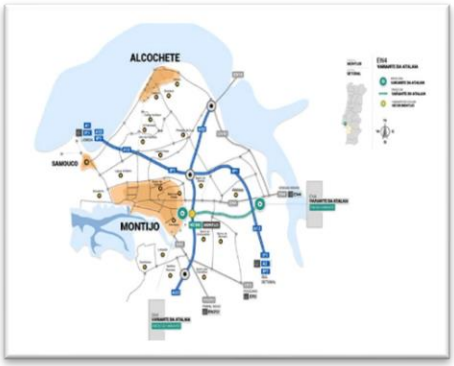
Promovida no âmbito do PRR, a futura variante rodoviária irá assegurar a melhoria das condições de segurança e fluidez de tráfego na EN125, desviando o tráfego que hoje atravessa o núcleo urbano para fora da cidade, o que contribuirá para o descongestionamento do trânsito na cidade de Olhão e o aumento da segurança rodoviária, mitigando o risco de acidentes em particular o risco de atropelamento.

IP antecipa o cumprimento de mais um marco dos objetivos do investimento *Missing Links* e Aumento de Capacidade na Rede

A IP deu cumprimento a mais um marco no âmbito dos empreendimentos do PRR, com a assinatura do contrato de empreitada para a requalificação da EN103 Vinhais-Bragança, totalizando assim 23 contratos de empreitada assinados, salientando que todos os 14 marcos, nos quais a IP está envolvida, foram cumpridos com sucesso, correspondendo a 74% do total de objetivos rodoviários a cumprir até final do Plano.

PRR | Consignação da empreitada de construção da Variante da Atalaia na EN4

No dia 4 de outubro foi consignada a empreitada para a conclusão da Variante da Atalaia à EN4. Esta intervenção permitirá, em articulação com os troços já construídos, completar na totalidade esta ligação, reforçando a mobilidade e a segurança na região.



PRR | Consignação da requalificação do IP8 entre Santa Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo e construção da Variante a Figueira de Cavaleiros

A 4 de outubro foi assinado o auto de consignação da empreitada de Requalificação do IP8 entre Santa Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo, em Beja, que prevê a beneficiação estrutural da via, entre o final da A26, em Santa Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo, após a rotunda com a ER2, e a construção da nova Variante a Figueira dos Cavaleiros, criando uma alternativa mais eficiente e direta à circulação rodoviária.

PRR | Consignação da Empreitada de Requalificação da EN103 entre Vinhais e Bragança

A 4 de outubro foi consignada a empreitada de requalificação da EN103 entre Vinhais e Bragança, tendo como principais objetivos a redução do tempo de percurso e a melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária, disponibilizando uma infraestrutura rodoviária com elevados níveis de qualidade.



Linha de Alta Velocidade | Adjudicada a Concessão entre Porto (Campanhã) e Oiã



No dia 10 de outubro foi adjudicada a Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade (LAV), entre Porto (Campanhã) e Oiã, que integra a primeira de três fases da nova ligação Porto – Lisboa. O Contrato de concessão inclui a conceção, projeto e construção de 71 quilómetros de uma nova linha de alta velocidade, a adaptação da atual Estação de Campanhã, uma nova estação enterrada em Vila Nova de Gaia, uma nova ponte sobre o rio Douro, ligações à Linha do Norte e uma nova subestação de tração elétrica na zona de Estarreja.

Grupo IP reúne dirigentes em workshop para debater os Temas Materiais das empresas



No âmbito da nova Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), realizou-se no dia 18 de outubro de 2024 um *workshop* em que a maioria dos dirigentes do Grupo IP se reuniram para debater os temas materiais relacionados com os impactes da atividade da empresa na sociedade e no ambiente, bem como, as implicações que, vindas do exterior, impactam financeiramente a empresa.

Foi um encontro muito produtivo, dedicado à discussão dos temas materiais do Grupo, contribuindo para processo de avaliação da estratégia de sustentabilidade do Grupo IP, de forma que a atividade das empresas se paute por critérios cada vez mais exigentes, nos domínios do ambiente e da mitigação e adaptação às alterações climáticas, sem descurar os objetivos de sustentabilidade para com a sociedade, a economia e a governação da empresa.

IP e IPE distinguidas pela APEE no "Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade"



No dia 22 de outubro, a IP e a IP Engenharia foram distinguidas no âmbito do "Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade" (RPRSS), numa cerimónia organizada pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, que decorreu no Centro Ismaili, em Lisboa. A cerimónia destacou o impacto do trabalho do grupo IP/IPE no fortalecimento da capacidade de atuação do Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique (MTC), visando melhorar o planeamento e o aumento das redes de infraestruturas de transporte terrestre. O ODS 17, no qual a IPE foi reconhecida, incentiva parcerias para a implementação dos ODS e é particularmente relevante no setor das infraestruturas. Neste contexto, o grupo IP/IPE tem desempenhado um papel relevante ao fomentar a colaboração e a cooperação técnica entre Portugal e os Países de Língua Oficial Portuguesa.

PASSAGENS DE NÍVEL | APRESENTAÇÃO DO PLANO PARA A REDUÇÃO DA SINISTRALIDADE PARA O PERÍODO 2024 – 2030

No dia 23 de outubro a IP apresentou a estratégia para a redução da sinistralidade em passagens de nível, para o período 24-30, suportada em quatro dimensões: Supressão, Automatização, Sensibilização e Fiscalização. Complementarmente, irá atuar-se sobre a interface das passagens de nível de modo a dissuadir comportamentos de risco.



"IP SOLIDÁRIA" NA REFLORESTAÇÃO EM MONFORTE

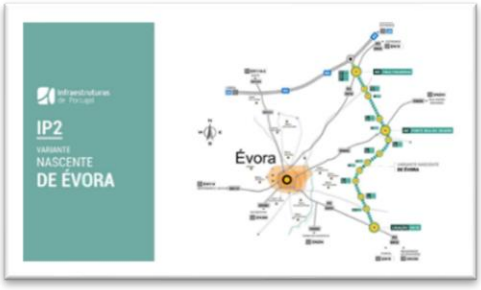


No dia 22 de novembro, em mais uma ação da "IP Solidária", mais de 30 voluntários/as da Bolsa de Voluntariado IP, aos quais se juntaram duas turmas do 7.º e 8.º anos do Agrupamento de Escolas João Maria Carriço, participaram da ação de reflorestação no parque de merendas Norte de Monforte, adjacente ao IP2, no concelho de Monforte, distrito de Portalegre.

Os/as voluntários/as plantaram 200 árvores de espécies autóctones (pinheiros, azinheiras e medronheiros), concluíram a vedação do espaço e, ainda, pintaram a sinalização antiga colocada no terreno (marcos quilométricos e sinais de identificação de localidade), promovendo-se a renaturalização do parque de merendas e a valorização da paisagem.

PRR | INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE NASCENTE DE ÉVORA

No dia 22 de novembro foi consignada a empreitada de construção da nova Variante Nascente de Évora, a qual irá contribuir para a melhoria das ligações rodoviárias na região de Évora, promovendo a competitividade das empresas e a mobilidade das populações da região.



Linha da Beira Alta | Reabertura do serviço de passageiros entre Celorico da Beira e Vilar Formoso

No dia 25 de novembro foi reposto o serviço de passageiros no troço entre Celorico da Beira e Vilar Formoso, na Linha da Beira Alta, assegurando maiores níveis de qualidade, conforto e segurança aos utilizadores do transporte ferroviário de passageiros.



PRR | Reabertura do troço da EN344 em Pampilhosa da Serra

No dia 11 de dezembro foi reaberto à circulação rodoviária o troço da EN344 entre os quilómetros 67,800 e 71,600, em Pampilhosa da Serra. A reabertura ao trânsito ocorreu após a realização dos trabalhos de requalificação da estrada, que envolveram a retificação do traçado, melhorando significativamente os níveis de qualidade, capacidade e segurança da via, permitindo maior rapidez e condições de conforto aos automobilistas no acesso de e para Pampilhosa da Serra.



Projeto FCH2RAIL | Primeiro comboio movido a hidrogénio testado com sucesso na rede ferroviária portuguesa e espanhola

No âmbito do projeto FCH2Rail, do qual a IP fez parte, foi testado com sucesso, na rede ferroviária espanhola e portuguesa, o primeiro comboio movido a hidrogénio. Este projeto consistiu no desenvolvimento de um comboio com células de combustível de hidrogénio, uma alternativa competitiva aos comboios a gasóleo no atual processo de descarbonização.



Linha do Oeste | Conclusão dos trabalhos de modernização do troço Malveira - Torres Vedras

No final de dezembro foram concluídos os trabalhos de reposição dos cabos de sinalização das Passagens de Nível na Linha do Oeste, permitindo o restabelecimento do serviço comercial de transporte ferroviário de passageiros, entre Malveira e Torres Vedras, a partir do dia 5 de janeiro de 2025.





4.0

A nossa Estratégia

Parte I

Infraestruturas de Portugal

4. A NOSSA ESTRATÉGIA

4.1 PLANO ESTRATÉGICO DO GRUPO IP

O **Plano Estratégico do Grupo IP** baseia-se na **Missão**, **Visão** e **Valores** da empresa, definindo a estratégia de atuação e os grandes objetivos. Está orientado para uma gestão rigorosa dos ativos, essencial para maximizar o valor criado para os *stakeholders*. Essa gestão permite identificar ações de melhoria de médio e longo prazo, apoiadas em diversos mecanismos de planeamento e numa metodologia robusta de gestão de projetos – abrangendo projetos transversais, operacionais e de investimento – e envolvendo várias áreas de atividade do Grupo IP, sempre com uma orientação permanente ao cliente e utilizador das infraestruturas rodoferroviárias.

Com foco na expansão e modernização da infraestrutura rodoviária e ferroviária nacional, na promoção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas, na diversificação e aumento das receitas, tanto core como não core, no aproveitamento de sinergias internas e externas, maximizando escala e *know-how*, e no fortalecimento da presença regional, garantindo uma gestão eficiente e sustentável das infraestruturas.

A estratégia de atuação da IP, tendo presente os instrumentos de planeamento externos e internos, é orientada, para as seguintes **linhas de ação**:

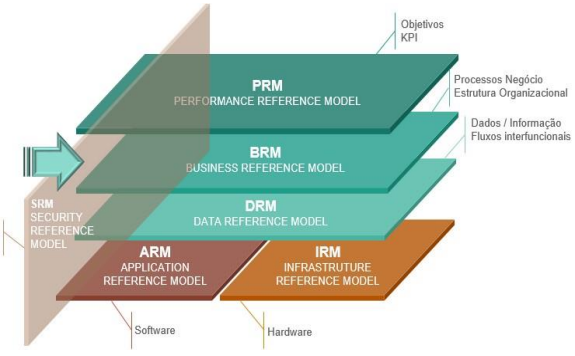


O modelo de negócio da empresa, assente no ciclo **PDCA** – ***Plan, Do, Check e Act***, e materializado no sistema de gestão empresarial, permite a identificação de intervenções de melhoria a médio e longo prazo. Essas intervenções são suportadas por diversos mecanismos de planeamento estratégico, global e integrado, de apoio à decisão, de definição de prioridades e por uma metodologia de gestão de projetos robusta, que envolve várias áreas de atividade do Grupo IP. A implementação de todo o modelo de gestão da performance da atividade da empresa é garantida pelos processos organizacionais integrados no **mapa de processos do Grupo IP**.



Como suporte ao modelo de negócio, foi definida a arquitetura empresarial do Grupo IP, a qual tem por base 6 modelos de referência que se interrelacionam, com o objetivo de garantir o alinhamento e a concretização da estratégia em vários níveis da organização. Estes modelos abrangem áreas essenciais como performance, organização e processos, aplicações de TI, infraestruturas de TI, informação/dados e segurança. Dessa forma, busca-se assegurar uma abordagem integrada e eficaz para a implementação da estratégia do Grupo IP.

ARQUITETURA EMPRESARIAL GRUPO IP - MODELOS DE REFERÊNCIA *



*Baseado em FEA*Federal Enterprise Architecture Framework*

4.1.1 CONTEXTO INTERNO

Com vista a potenciar a criação de valor face às necessidades e expectativas dos *stakeholders*, o modelo organizacional do Grupo IP está orientado em três áreas: (1) **Áreas de Transformação e Suporte à Governação** – compostas por unidades orgânicas dedicadas à introdução e suporte da transformação, mudança e inovação, ou com a missão de apoiar a governação; (2) **Áreas de Suporte Corporativo** – integrando unidades orgânicas que prestam serviços transversais e centralizados para todo o Grupo, ambas de valor acrescentado interno; e, por fim, (3) **Áreas de Negócio** – responsáveis pelas unidades que geram outputs direcionados ao exterior, concretizando o serviço prestado pelo Grupo IP.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta os *stakeholders* internos, seus interesses e os mecanismos/documentos desenvolvidos para responder às suas necessidades e expectativas.

ÁREAS / *STAKEHOLDERS* INTERNOS	O QUE ESPERA DA IP? (REQUISITOS / EXPETATIVAS)	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA
Colaboradores Grupo IP	• Formação contínua e capacitação dos colaboradores e disseminação do conhecimento e gestão do desempenho dos seus colaboradores; • Conhecimento do plano de melhoria dos sistemas ferroviário e rodoviário e possibilidade de participar para a sua melhoria; • Planeamento, programação e execução das atividades em contexto de trabalho seguro e da influência desses trabalhos no desempenho do sistema; • Continuação do processo de reforço e renovação dos quadros; • Alinhamento entre mérito, avaliação e progressão profissional e salarial; • Manutenção e reforço das medidas que promovam a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar; • Manutenção e reforço das medidas que promovam a saúde, segurança e bem· estar dos colaboradores; • Manutenção do plano de benefícios sociais;	Plano Atividades e Orçamento (PAO) IP; Sistema de gestão e avaliação de desempenho individual – "Via Excelência"; Plano de Formação; Acordo Coletivo de Trabalho; Sistema de Carreiras; Sistema de Gestão da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal; Regulamento interno de teletrabalho; Plano de Mobilidade Empresarial da IP – "MOB IP";
	• Adoção de novas medidas e reforço das existentes, que promovam padrões de mobilidade mais sustentáveis, integrando preocupações como a redução da pegada carbónica da empresa, a eficiência energética e económica;	Metas Científicas do *Business Ambition* 1,5º já aprovadas pela SBTi (*Science Based Target initiative);*

ÁREAS / *STAKEHOLDERS* INTERNOS	O QUE ESPERA DA IP? (REQUISITOS / EXPETATIVAS)	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA
	• Atuação no estrito cumprimento de padrões de gestão responsável e integridade empresarial, assegurando o compromisso com o interesse público, a legalidade, a transparência e a eficiência;	Programa ECO-AP;
	• Prestação de serviços de qualidade na área da saúde no trabalho;	Seguro de Saúde do Grupo IP;
	• Resiliência, sustentabilidade, notoriedade, cumprimento da missão • Condições de trabalho que promovem a realização das atividades de forma segura. • Promoção da discussão de assuntos de inovação no seio do Grupo de Embaixadores de Inovação.	Legislação, regulamentação, documentos do âmbito da segurança no trabalho; BCP- *Business Continuity Plan* – Plano de Continuidade de Negócio. Memorandos de reflexão sobre assuntos de inovação e recomendações, produto dos *Think Tanks* de Inovação e da atividade regular do Grupo de Embaixadores de Inovação.
IPT	Requisito específico: • Prestação de serviços e apoio nas áreas de suporte.	Protocolo relativo à prestação de serviços de gestão económica e financeira, serviços de compras, logística e serviços gerais e serviços de recursos humanos; Plano Atividades e Orçamento IPT.
IPE	Requisito específico: • Prestação de serviços e apoio das áreas de suporte.	Protocolo relativo à prestação de serviços de gestão económica e financeira, serviços de compras, logística e serviços gerais e serviços de recursos humanos; Plano Atividades e Orçamento IPE.
IPP	Requisito específico: • Prestação de serviços e apoio das áreas de suporte.	Protocolo relativo à prestação de serviços de gestão económica e financeira, serviços de compras, logística e serviços gerais e serviços de recursos humanos; Plano Atividades e Orçamento IPP.

A resposta da IP aos requisitos e expetativas dos *stakeholders* internos é assegurada pelos diversos processos organizacionais integrados no mapa de processos do Grupo IP, bem como pelos diversos mecanismos e canais de comunicação disponíveis na Organização.

FORÇAS E FRAGILIDADES:

A análise do contexto interno, aponta para um conjunto de pontos fortes e de fragilidades relativamente aos quais se consideram no PAO as medidas mais adequadas, suportadas em projetos transversais, planos de atividades de cada direção da empresa e outros mecanismos de atuação intrínsecos ao modelo de gestão existente.

Destacam-se os **pontos fortes** a manter e reforçar:

- Recursos humanos com profundos conhecimentos e experiência nos vários domínios da atividade da IP;
- Alinhamento das equipas com os Objetivos e Compromissos Estratégicos da organização;
- Equipas altamente especializadas, competentes e comprometidas com a organização;
- Concentração de recursos humanos nas áreas de transformação e suporte à governação e de suporte corporativo, permitindo o reforço de competências e a obtenção de mais-valias;
- Capacidade de adaptação e de contínua formação e sedimentação de conhecimentos;
- Processos de recrutamento e integração de novos colaboradores, mesmo em contexto adverso (condições oferecidas pelo mercado);
- Elevada adesão dos colaboradores aos processos participativos de governança;
- Alinhamento com referenciais de qualidade e de boas práticas, nomeadamente normas ISO;
- Continuidade da certificação do Sistema de Gestão Empresarial (SGE) da organização, obtida em 2019, que atesta a melhoria e o cumprimento contínuo dos requisitos das normas ISO 9001 (Qualidade) e ISO 55001 (Gestão de Ativos);
- Rigor e fiabilidade da informação estruturada em sistemas robustos e tecnologias e sistemas de informação modernos, bem como a sistematização de mecanismos de monitorização de planos estratégicos rodoferroviários;
- Contínua modernização dos sistemas de gestão, com a evolução de ferramentas que representam o estado da arte nos respetivos domínios (ex. planeamento, gestão de contratos de empreitada, etc.);
- Consciencialização a nível transversal da Organização para a utilização de ferramentas de Inteligência Artificial, Automação e *Machine Learning* com vista a potenciar, cada vez mais, a eficiência dos processos e atividades desempenhadas;
- Dinamização e implementação de uma estratégia de promoção da resiliência do negócio das empresas do Grupo, nomeadamente pela execução de planos de continuidade do negócio onde se inclui a realização de exercícios (TTX, CPX e Livex), prosseguindo e reforçando a atuação em prol da melhoria da capacidade de resposta em situações emergentes que já vinha acontecendo (por exemplo, pandemia Covid 19);

- Alinhamento de todas as Unidades Orgânicas do Grupo IP com contributos necessários e transversais para a reduzir a pegada carbónica da organização, de forma a dar cumprimento às Metas Científicas de redução de Emissões de CO2 apresentadas ao SBTI;
- Alinhamento e cooperação de todas as Unidades Orgânicas do Grupo IP no desenvolvimento de projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI).

Do lado das **fragilidades** destacam-se:

- Elevada dependência de serviços externos em algumas atividades, a par de uma oferta limitada de mercado em diversas áreas (em particular na ferrovia e nos Sistemas de Informação);
- Informação pontualmente não integrada e dispersa, o que justifica a necessidade de melhorias ao nível dos sistemas de informação em casos específicos;
- Política salarial dependente das orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, dificultando a captação, retenção e consolidação do capital humano no seio da empresa;
- Reduzida partilha de informação de gestão e resultados alcançados aos diversos níveis da organização

4.1.2 CONTEXTO EXTERNO

ESRS 2 SBM-1; ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3

A IP desempenha a sua atividade num contexto externo que apresenta desafios importantes, sendo várias as alterações que se têm vindo a verificar ao longo dos anos, com implicações no sistema de mobilidade e transportes e, em particular, na atividade de gestão das infraestruturas de transporte.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO SETOR

A movimentação de pessoas e mercadorias tem passado por transformações significativas, e o século XXI promete trazer ainda mais avanços e mudanças disruptivas.

Sistematizando as grandes tendências com implicações no sistema de mobilidade e transportes, apontamos para 4 grupos: sustentabilidade ambiental, inovação tecnológica e respetiva geração de dados em quantidade e qualidade superior, novos modelos de gestão e financiamento e alterações demográficas e sociais.



No contexto global do futuro dos sistemas de mobilidade e das infraestruturas de transporte, a **sustentabilidade ambiental** permanece um imperativo a atingir, por via da descarbonização, da economia circular, de alterações comportamentais e das necessidades de deslocação, assim como de alterações dos modelos de crescimento económico e da resiliência das infraestruturas, designadamente, às alterações climáticas.

Neste contexto, a Europa propôs em 2019, uma estratégia de crescimento que pretende a transformação da UE para uma economia sustentável, descarbonizada, moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva – o **Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*)**.

O *Green Deal* redefine o compromisso da Comissão Europeia para enfrentar os desafios climáticos e ambientais, tendo como objetivo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em pelo menos 55%, em comparação com os níveis de 1990, até 2030, conforme acordado na Lei do Clima da EU, e tal como é também o objetivo do pacote legislativo europeu de transição verde ***Fit for 55***, adotado formalmente em outubro de 2023.



Para conseguir alcançar os objetivos climáticos a que se propõe, a Comissão Europeia define várias linhas de ação no *Green Deal*, incluindo, acelerar a transição para uma mobilidade sustentável e inteligente.

Considerando que o setor dos transportes é responsável por mais de um quarto das emissões de GEE na UE, a Comissão determinou que para alcançar a neutralidade climática, será necessária uma redução de 90% das emissões dos transportes até 2050.

De facto, é com base nas premissas do *Green Deal* e nos problemas que nele são identificados, que em dezembro de 2020 foi publicada a **Estratégia Europeia de Mobilidade Sustentável e Inteligente**, que estabelece um roteiro para pôr os transportes europeus firmemente na senda de um futuro sustentável e inteligente, definindo vários marcos, para nortear o caminho do sistema de transportes europeu e alcançar os objetivos de mobilidade sustentável, inteligente e resiliente, alguns deles com impacto direto no transporte ferroviário de longa distância e de alta velocidade (AV), nomeadamente os seguintes:



- Até 2030: o tráfego ferroviário de alta velocidade deverá ter duplicado e as viagens em transporte coletivo programadas na EU, para distâncias inferiores a 500km, devem ser neutras em carbono; e
- Até 2050: o tráfego ferroviário de alta velocidade deverá ter triplicado e a Rede Global prevista na Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), equipada para transportes sustentáveis e inteligentes com conectividade de alta velocidade, deverá estar operacional.

Em alinhamento com o modelo global de desenvolvimento sustentável preconizado para a Europa, a **política para a mobilidade sustentável e descarbonizada**, incentiva a escolha de opções de mobilidade e de transportes mais sustentáveis, de forma que seja possível alcançar-se um continente neutro em emissões de carbono, em 2050, data esta, entretanto antecipada para 2045.

Em Portugal, com o mesmo objetivo de descarbonização da economia, aprovou-se também o **Roteiro de Neutralidade Carbónica 2050**, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, que pretende que a economia nacional seja neutra em termos do seu balanço de carbono até 2050, entretanto também antecipada para 2045, por força da **Lei de Bases do Clima**, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro.



Na prossecução deste desígnio, a **descarbonização dos transportes** através da transição acelerada para a **mobilidade elétrica**, ferroviária e também rodoviária, baseada em energias renováveis está já em marcha, com um forte investimento na eletrificação dos transportes, incluindo por ex. no alargamento e flexibilização do carregamento das baterias dos veículos elétricos rodoviários e, também na performance das próprias baterias.

No contexto da **produção da energia renovável**, as infraestruturas de transporte lineares podem ter um papel relevante, ao serem utilizadas para além da sua vocação primordial de vias de comunicação. A área dos taludes ao longo das vias e os próprios pavimentos podem, no limite, ser potenciados para produzir energia renovável. Também no campo de abastecimento de energia, as infraestruturas rodoviárias podem ter um papel potenciador da mobilidade elétrica. Se um veículo elétrico puder carregar enquanto circula, é conseguido um significativo ganho de tempo e de autonomia, aumentando desta forma o seu potencial. Quer seja por condução, com catenária ou através de um carril colocado no pavimento, quer seja, por indução magnética sem fios, estas estradas podem fornecer energia elétrica aos veículos durante a circulação. Existem já vários projetos de Estradas Elétricas em implementação em todo o mundo.

Mas para que seja assegurada uma maior sustentabilidade do setor, as tendências apontam para que a transição energética tenha de ser acompanhada de **alterações dos modelos de crescimento económico**, que incorporem outras dimensões de desempenho, para além do tradicional Produto Interno Bruto (PIB), assim como de **alterações de comportamento**, que permitam a transformação dos desafios globais em desafios individuais, por via por ex. da adoção de opções de transporte mais sustentáveis e menos intensas em carbono e, da **alteração das necessidades de deslocação**, reduzindo-se viagens, conseguida por via dum planeamento urbano das cidades mais focado nas relações de proximidade entre diferentes atividades e mesmo, anulando-se algumas viagens, através

da flexibilização da organização do trabalho e da desmaterialização do próprio posto de trabalho (por ex. teletrabalho).



É também primordial tornar as **infraestruturas de transporte mais robustas e resilientes às alterações climáticas** e aos eventos climáticos extremos, antes, durante e após esses eventos naturais, de forma a minimizar os danos e para garantir níveis mínimos de serviço durante o período de catástrofe.

Neste sentido, terá necessariamente de ser assegurado que as infraestruturas de transporte incorporem medidas de adaptação às alterações climáticas, que lhes permitam ser mais resilientes.

Uma outra tendência incontornável é a adoção da **economia circular** aplicada ao sistema de mobilidade e transportes, conseguida por via da minimização do consumo de recursos, designadamente de matérias-primas, e da produção de resíduos, e do aumento do período de vida útil dos produtos/ativos.

De referir ainda que o desenvolvimento tecnológico incremental associado por exemplo à **impressão 3D** continuará a alterar os padrões e os fluxos de mercadorias que hoje conhecemos, apresentando oportunidades ao nível dos métodos construtivos, dos próprios projetos das infraestruturas e dos processos de manutenção e conservação das mesmas.

A **automação do transporte** em si mesmo, dos **métodos construtivos e das operações logísticas**, aliados a um aumento da sensorização e conectividade de todos os sistemas, resultarão na produção de uma enorme quantidade de dados e de informação, que tornará possível grandes transformações quer ao nível da mobilidade em geral, quer das cadeias logísticas.

A **sensorização dos veículos e das próprias infraestruturas** permitirá que **tudo seja monitorizado a todo o momento**, desde as condições climatéricas locais, ao estado de conservação da infraestrutura, às condições de tráfego, à ocorrência de incidentes/acidentes, à existência de obstáculos, etc.

Para que esta transmissão de dados seja efetiva, será essencial assegurar que toda a rede de transportes tenha **cobertura de rede e capacidade para suportar as telecomunicações e a troca de dados**, suportando comunicações 5G e as outras gerações que venham a existir, sem a qual não seria possível um funcionamento integrado do sistema de mobilidade.

A gestão dessa enorme quantidade de informação, com recurso à **inteligência artificial**, permitirá por um lado, uma **gestão da mobilidade em tempo real e centralizada, mais segura e inteligente** e, com maior capacidade e flexibilidade, e por outro, uma **monitorização e gestão mais eficiente e direcionada aos ativos** das próprias infraestruturas, conferindo-lhe novas potencialidades em termos de conservação e manutenção.

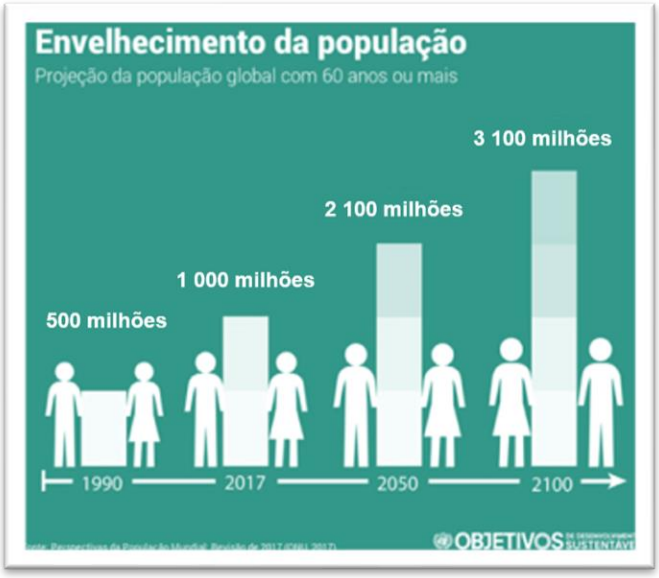
No entanto, a inteligência artificial traz também **desafios éticos e sociais**, que terão de ser acomodados pelos gestores das infraestruturas. Por exemplo, o apuramento de responsabilidades, no caso de um acidente com um veículo autónomo e conectado representa desafios novos e difíceis

de avaliar em termos da atribuição de responsabilidades (responsabilidade de quem o programou, de quem ia no carro ou de quem disponibiliza a infraestrutura).

Por outro lado, a digitalização e a conectividade aplicadas, à mobilidade, aportam também questões muito relevantes de **cibersegurança**, pelo que é fundamental que todos os sistemas de suporte às infraestruturas sejam seguros, vigilantes e com redundâncias, para além de incorporarem medidas de *backup* em caso de ataques cibernéticos.

Também os **modelos de gestão e financiamento das infraestruturas de transporte** têm evoluído traduzindo a necessidade de ajustamento às novas tendências de sensorização e das oportunidades geradas pela sensorização e digitalização do sistema de mobilidade e transportes.

Em particular na IP, os mais de 15 anos do Contrato de Concessão da RRN celebrado com o Estado, traduzem-se num natural desalinhamento dos pressupostos em que se baseia, face às tendências do sistema de mobilidade e transportes e da gestão das infraestruturas atuais e futuras. A potencial redução dos valores da Consignação de Serviço Rodoviário (CSR) resultante da **crescente eletrificação da mobilidade**, as tendências demográficas que apontam para a **diminuição da população** e, consequentemente, para a **potencial diminuição do número de veículos em circulação na RRN**, destacam-se como fatores críticos para o financiamento da infraestrutura. Adicionalmente, o aumento do investimento necessário para **cumprir com os níveis de segurança** impostos pela legislação nacional e europeia, para assegurar as necessidades tecnológicas e a **resiliência da infraestrutura rodoviária às alterações climáticas** e ainda a pressão pública para **eliminar portagens**, representam também desafios significativos. Por outro lado, a existência de uma rede rodoviária consolidada, a elevada maturidade do setor público na gestão de concessões, a primeira geração de concessões rodoviárias estar progressivamente a terminar, a capacidade disponível da rede e a crescente consciência pública relativamente aos impactos sociais e ambientais das estradas, conduzem à **oportunidade de repensar e redesenhar a estratégia de financiamento da RRN**, o que constitui, em si, um dos grandes **desafios para a sustentabilidade financeira da IP**.



Finalmente, as próprias pessoas e a forma como se distribuem geograficamente tem vindo a alterar-se, consubstanciando diversas **alterações sociais e demográficas** relevantes e que terão naturalmente consequências nos atuais padrões de mobilidade e nos sistemas de transportes do futuro. O **envelhecimento populacional** a que se assiste, a concentração em grandes zonas urbanas, o aumento da economia de partilha e a **desmaterialização dos processos e dos locais de trabalho**, exigirão respostas multimodais e em tempo-real às novas necessidades de mobilidade da sociedade futura.



Para fazer face a estas novas realidades, será exigido um **sistema de mobilidade mais integrado, inteligente, flexível e apoiado em vários modos**, onde cada modo de transporte deverá ser o mais sustentável e eficiente possível, por ex. em emissões por cada quilómetro percorrido. As interfaces de transportes assumirão um papel cada vez mais relevante – tanto fisicamente como digitalmente, sendo que a tendência será para dispormos de **interfaces mais simples, com menos barreiras e muito mais fáceis de utilizar**, em resultado da sua necessária adaptação às alterações demográficas e sociais que se verificam.

É assim exigido à Infraestruturas de Portugal, enquanto prestador crítico de serviços de mobilidade, que assegure um **acompanhamento destas tendências do sistema de transportes e, integre projetos e experiências de inovação**, com o objetivo de clarificar o seu papel e o das suas infraestruturas, no futuro da mobilidade nacional. Tal permitir-lhe-á ensaiar e **antever os possíveis cenários para a sua sustentabilidade e rentabilização de ativos**, para além de poder acompanhar e participar nas alterações legislativas e regulatórias, que serão essenciais para perceber o funcionamento e gestão das infraestruturas de transporte a médio e longo prazos, e que poderão condicionar fortemente o seu **planeamento e estratégia**.

CONTEXTO REGULATÓRIO EXTERNO

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento da complexidade regulatória, nomeadamente em termos da regulação ambiental e de sustentabilidade.

O Grupo IP tem enfrentado estes desafios regulatórios como uma oportunidade de melhoria dos seus procedimentos, ações e transparência. É nesse âmbito que se pretendeu já no reporte deste ano de 2024, o alinhamento com a regulação europeia em matéria de reporte de sustentabilidade, particularmente com a **Diretiva Europeia 2022/2464, de 14 de dezembro, sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD) e com a Taxonomia Europeia**.

A CSRD exige que grandes empresas já sujeitas à Diretiva de Reporte não Financeiro (*Non-Financial Reporting Directive* (NFRD)) divulguem informação adicional sobre as suas práticas ESG, a partir de 1 de janeiro de 2025, e referentes ao exercício de 2024.

Neste contexto, as empresas abrangidas pela CSRD terão de publicar informação sobre questões de sustentabilidade, que permitam compreender e aferir o impacto das suas políticas de ESG (Ambiente, Social e Governança) atuais e futuras, entre as quais:

- Estratégias adotadas para garantir a compatibilidade da atividade com o objetivo de não se ultrapassar em 1,5ºC o agravamento do aquecimento global até 2050 (objetivo estabelecido no Acordo de Paris e Lei Europeia do Clima);

- Análise da Dupla Materialidade, incluindo as ações para prevenir, mitigar e remediar questões de sustentabilidade adversas que possam afetar a sociedade e o ambiente (materialidade de impacte) e a própria empresa (materialidade financeira);
- Identificar as estruturas de gestão de sustentabilidade na empresa (órgãos envolvidos, incluindo formação e experiência dos seus membros), as suas políticas de sustentabilidade e os eventuais sistemas de incentivos remuneratórios ligados aos ESG.

A divulgação das questões de sustentabilidade deve seguir as **Normas Europeias para Reporte de Sustentabilidade (ESRS)** publicadas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG).

A **Taxonomia Europeia** surgiu no contexto do Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*) e da crescente necessidade de canalizar os investimentos para atividades que promovam a sustentabilidade e mitiguem os efeitos das alterações climáticas. O **Regulamento da Taxonomia da União Europeia** (Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho), desenvolvido como parte integrante do **Plano de Ação para o Financiamento do Crescimento Sustentável da Comissão Europeia**, estabelece um sistema de classificação para avaliar se uma atividade económica pode ser considerada sustentável do ponto de vista ambiental. O seu objetivo é aumentar a transparência, introduzindo uma classificação uniforme para orientar os fluxos de capital para atividades sustentável.

Para a sua materialização, foi publicado o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 da Comissão, de 4 de junho 2021, que estabelece os critérios técnicos de avaliação (CTA) para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para i) **mitigação das alterações climáticas** (MAC) ou para ii) **adaptação às alterações climáticas** (AAC), e as condições para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais (iii) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; iv) transição para uma economia circular; v) prevenção e controlo da poluição; e vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas). O Regulamento Delegado (UE) 2023/2485 da Comissão, de 27 de junho de 2023, altera a regulamentação anterior, estabelecendo critérios técnicos de avaliação adicionais.

De modo a englobar os restantes objetivos ambientais definidos pela União Europeia, foi ainda publicado o Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 da Comissão, de 21 de novembro de 2023, que estabelece os CTA para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente para a utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, para a transição para uma economia circular, para a prevenção e o controlo da poluição ou para a proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e as condições para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais, alterando ainda o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão, de 6 de julho, no que respeita à divulgação pública de informações específicas relativas a essas atividades económicas.

Sabendo o Grupo IP que, a partir de 2025 e relativamente ao exercício de 2024, se enquadra nos parâmetros de reporte obrigatório da CSRD, iniciou o seu processo de transição dos *standards* de reporte previstos na *Global Reporting Initiative* (GRI), para o alinhamento com estas novas orientações e cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Diretiva CSRD/*standards* EFRAG, apesar da mesma ainda não se encontrar transposta para a legislação nacional.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS

Uma vez que os transportes são responsáveis por um quarto das emissões de gases de GEE da União Europeia, a política de transportes continua a apostar de forma determinada, no objetivo de **recuperar quota de mercado** para o caminho-de-ferro, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias, através da manutenção do **vasto programa de investimentos em infraestruturas ferroviárias**, em políticas de incentivo à separação contabilística entre a infraestrutura e a operação de transporte, visando a abertura ao mercado e por esta via o estímulo da concorrência.

O Corredor Atlântico, enquanto parte da rede transeuropeia de transportes pretende contribuir para o reforço da coesão social, económica e territorial da União Europeia e contribuir para a criação de um espaço único europeu dos transportes eficiente e sustentável, que proporcione mais benefícios aos seus utilizadores e que apoie o crescimento inclusivo. Deste modo, o seu desenvolvimento deve demonstrar valor acrescentado europeu através do seu contributo para os objetivos da coesão, da eficiência, da sustentabilidade e do aumento dos benefícios para os utilizadores.

Neste sentido, o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes e do Corredor Atlântico, em particular, tem vindo a ser planeado, desenvolvido e explorado de modo eficiente em termos de recursos, mediante:

- O desenvolvimento, a modernização e a manutenção das infraestruturas de transporte existentes;
- A otimização da integração e interligação das várias infraestruturas;
- A implantação de novas tecnologias e de aplicações telemáticas, caso essa implantação se justifique do ponto de vista económico;
- A devida consideração das sinergias possíveis com outras redes, em particular com as redes transeuropeias de energia ou de telecomunicações;
- A avaliação do impacte ambiental estratégico dos sistemas de mobilidade e das infraestruturas de transporte;
- A adoção de medidas de planeamento e, se necessário, de otimização e/ou aumento da capacidade das infraestruturas; e
- A devida consideração da vulnerabilidade das infraestruturas de transportes e de telemática às alterações climáticas e às catástrofes naturais ou provocadas pelo homem e a identificação das medidas de adaptação necessárias para as tornar mais resilientes a essas catástrofes.

Se, no que diz respeito à infraestrutura ferroviária, o **Plano de Investimentos Ferrovia 2020** tem sido fundamental para materializar uma rede mais moderna e eficiente, do lado da infraestrutura rodoviária o grande foco continua a ser a manutenção e conservação, aliado com a renovação de alguns ativos que já esgotaram o seu ciclo de vida e de forma que a própria conservação da rede existente seja mais eficiente.

O **Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)**, que lhe sucede, e que concretizará os **investimentos estruturantes de promoção pública**, a realizar até 2030, pretende continuar a apostar na expansão da rede ferroviária, dando um salto disruptivo com a construção das Linhas de Alta Velocidade Porto-Lisboa e Porto-Vigo, na reabilitação e modernização da infraestrutura e no aumento quer da capacidade quer das velocidades da rede ferroviária já existente. No PNI 2030 e

em termos rodoviários, a aposta mantém-se na **renovação e reabilitação da rede** existente, na digitalização/conetividade da rede e na conclusão de "*missing links*", para além da implementação de várias medidas alinhadas com a incontornável necessidade de descarbonização do setor e de aumentar a resiliência das infraestruturas.

Não obstante, com a aprovação do **PRR**, plano de investimento de resposta à pandemia Covid-19 e aos problemas associados na economia, o investimento em infraestruturas rodoviárias ascenderá a 463 milhões de euros, a desenvolver pela IP. Este plano operacionaliza alguns dos investimentos preconizados no PNI2030, no anterior PETI 3+ (Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas) e no PVAE (Programa de Valorização de Áreas Empresariais), tendo como exemplos a Variante Nascente de Évora, a Variante a Arruda dos Vinhos ou o IP8 entre Santa Margarida do Sado e Beja, entre outros de relevo, contando-se já com todos os investimentos em desenvolvimento.

No final de 2023, o PRR passou a integrar, também, um investimento da IP no modo ferroviário: a Digitalização do Transporte Ferroviário, com um financiamento de 49 milhões de euros.

Por último, o lançamento do **Plano Ferroviário Nacional (PFN)** em abril de 2021 apresenta-se, ainda, como uma oportunidade para garantir estabilidade do que é a rede ferroviária de interesse nacional e com ligações à rede internacional e, por conseguinte, do seu planeamento e respetivas intervenções a médio/longo prazo. De acordo com o preconizado no PFN, será garantido o **acesso da ferrovia a todas as capitais de distrito**, promovendo-se uma cobertura adequada do território e uma fácil intermodalidade, esperando-se, a médio prazo, uma transferência modal da rodovia para a ferrovia, o que garante um contributo positivo para os objetivos de descarbonização da economia e do sistema de transportes.

SUSTENTABILIDADE

Reconhecendo a emergência climática em que o mundo se encontra e a necessidade premente do cumprimento do **Acordo de Paris** sobre o clima e dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030** das Nações Unidas, a IP tem vindo a comprometer-se com algumas das estratégias de preservação do planeta e de combate às alterações climáticas.

Entre esses instrumentos e políticas internas, que visam gerir o seu desempenho em termos da mitigação das alterações climáticas, destacam-se a sua **Política Energética**, o **Programa de Eficiência Energética**, o **Plano REPowerIP** e a adesão ao **Programa *Business Ambition for* 1.5ºC**, lançado pelo *United Nations Global Compact*.

No que diz respeito ao compromisso com o Programa BA 1,5, assinado em 2019, o Grupo IP tem, desde 2023, as suas **metas científicas de redução de emissões de GEE** (Âmbitos 1, 2 e 3) até 2030 **aprovadas pela SBTi**.

Para além disso, a IP tem vindo ainda a fazer um trabalho de acompanhamento da **sustentabilidade das suas operações**, integrando **critérios ESG (ambiente, social e governança)**, ao longo do ciclo de vida das infraestruturas, de forma a tentar assegurar que o seu negócio possa contribuir para fazer avançar o desenvolvimento sustentável, quer minimizando impactes negativos da sua atividade, quer otimizando **impactes positivos nas pessoas e no planeta**.

O Grupo IP está também comprometido com a **observância dos Direitos Humanos** plasmados na Constituição e na demais legislação portuguesa, tendo assumido vários compromissos com os seus

colaboradores e com a sociedade em geral, em matéria **de gestão, de segurança, de ética e de responsabilidade social**.

A IP é também signatária da **Carta Portuguesa para a Diversidade**, da **Carta de Princípios do BCSD**, membro associado do **GRACE**, do **SGI Portugal** e da **Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (RSO)**, estando em preparação o processo de adesão ao ***Global Compact*** da UN.

Fatores externos

Neste contexto, a IP tem vindo a desenvolver a sua atividade tendo por base as seguintes orientações / fatores externos:

- Orientações da Tutela com vista à modernização e expansão da infraestrutura ferroviária, devidamente enquadradas no Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, como alavanca financeira para o Plano de Investimentos Ferrovia 2020. No setor rodoviário, para além do referido PRR em curso, a implementação do PETI e do PVAE é assegurada por fundos próprios, com parcerias pontuais com as autarquias;
- Orientações da Tutela para a modernização e expansão das infraestruturas rodo e ferroviária, enquadradas no Quadro Comunitário de Apoio 2021-2027, como alavanca financeira para o Programa Nacional de Investimentos 2030;
- Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), e os princípios e valores de referência constantes do Plano de Negócios da IP.

Outros fatores externos com influência na atividade da IP passam pelo necessário cumprimento do Regime Geral de Proteção de Dados, pela resposta às exigências das autoridades administrativas, pelo aumento legal do período de formação anual dos colaboradores, pelos contextos políticos nacional, europeu e internacional e pelo agravamento da disponibilidade e qualidade dos serviços contratados externamente à empresa.

A IP é uma empresa pública reclassificada, estando por esse motivo abrangida pela Lei de Enquadramento Orçamental e obrigada ao cumprimento dos normativos legais de natureza orçamental e financeira do Estado.

A Europa e o país enfrentam ainda outros grandes desafios como o ressurgimento dos conflitos geopolíticos, a pressão migratória ou a transição demográfica com o envelhecimento da população.

Dos efeitos sobre a empresa, realça-se a inflação e subida das taxas de juro que colocam uma pressão adicional às famílias, com riscos de perda do poder de compra, influenciando as expetativas dos colaboradores em termos de evolução salarial.

Realce, ainda, para o Acordo de Médio Prazo de melhoria dos rendimentos e para Agenda do Trabalho Digno e alterações do Código do Trabalho e legislação conexa no âmbito da mesma.

Por outro lado, por via do contexto atípico da pandemia (COVID 19), passou a existir uma generalizada perceção favorável ao teletrabalho, essencialmente na perspetiva de conciliação familiar e também do respetivo potencial de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

associadas por exemplo à supressão de deslocações pendulares casa-trabalho-casa. Esta é uma matéria que se mantém continuamente em análise, justificada pela necessária avaliação quanto aos seus efeitos em dimensões menos tangíveis, como sejam as relações interpessoais, a gestão de equipas e partilha de conhecimento, o impacto sobre cadeias de valor, entre outros.

Há ainda a considerar, resultado da pressão inflacionista, o aumento dos preços das matérias-primas, obrigando a rever o custo de alguns investimentos, sendo que este impacto tem notado uma tendência decrescente.

STAKEHOLDERS EXTERNOS

Tendo em conta a dimensão do Grupo IP a nível nacional, as suas diversas áreas de atuação e a extensa rede de fornecedores e parceiros com que colabora, considerou-se fundamental ouvir e incorporar as perspetivas de *stakeholders* externos, captando, desse modo, diferentes visões sobre a atividade do Grupo IP e respetivos impactes em temas ESG.

No quadro abaixo, pode ser consultada a informação relativa aos *stakeholders* externos e o que esperam da IP, no que diz respeito ao contexto no qual se insere a atividade da empresa.

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
Acionista	Rodovia Ferrovia Telecomunicações	Estado português	Projetos e Construção sustentáveis Mobilidade Sustentável Gestão Eficiente (Qualidade *vs* Custo) Boa Reputação Boa Governança Serviço Público Racionalidade e Critério na Seleção do Investimento Redução de sinistralidade Reporte periódico e atempado de indicadores	Contrato de Concessão Contrato-Programa	Obrigação
Utentes	Rodovia	Utilizadores particulares ou coletivos da Rede Rodoviária Nacional	Bom estado de funcionamento e conservação das infraestruturas Segurança Informação Acessibilidade Mobilidade	Contrato de Concessão Manual de Operação e Manutenção e Plano de Controlo de Qualidade	Expectativa

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
			Disponibilidade da rede de acordo com os níveis de serviço estipulados Custos reduzidos Descarbonização do setor Reporte de informação e gestão transparentes		
		Concessionárias	Colaboração na relação contratual Controlo das obrigações contratuais	Contratos	Obrigação
	Ferrovia	Operadores ferroviários Utilizadores particulares ou coletivos da Rede Ferroviária Nacional	Tarifa justa Informação Disponibilidade Pontualidade Fiabilidade Segurança Eletrificação da infraestrutura Conservação da infraestrutura Otimização da operação	Diretório de Rede Acesso à Rede (Decreto-Lei n.º 151/2014)	Obrigação Expectativa

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
			Custos reduzidos Acessibilidade Mobilidade Atravessamentos superiores/inferiores Serviços de interesse económico geral		
	Telecomunicações	Utilizadores	Informação Disponibilidade/ Fiabilidade Custos reduzidos	SLA	Expectativa
Regulador	Rodovia	AMT IMT ANSR	Cumprimento do contrato de concessão	Contrato de Concessão /PCQ Plano Rodoviário Nacional (PRN – Lei n.º 222/98) Estatuto das Estradas (EERRN - Lei n.º 34/2015) Estatutos da AMT, IMT e ANSR Plano Nacional de Segurança Rodoviária Decreto-Lei n.º 84-B (relativo à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária)	Obrigação

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
	Ferrovia	AMT	Cumprimento do contrato programa	Contrato Programa	Obrigação
		IMT	Cumprimento dos requisitos de Segurança	Autorização de Segurança (Regulamento Delegado (UE) 2018/762 da Comissão de 8 de março de 2018	
	Telecomunicações	ANACOM	Cumprimento dos requisitos legais e regulamentares	Registo	Obrigação
			Reporte de informação correta e atempada	Âmbito: rede e serviços GSM-R; Rede de comunicações públicas.	
Entidades Locais	Rodovia, Ferrovia e Telecomunicações	Comunidades Intermunicipais Áreas Metropolitanas Municípios CCDR Confinantes	Tratamento equitativo e transparente. Acessibilidade Informação adequada	Estatuto das Estradas (EERRN - Lei n.º 34/2015) Domínio Público Ferroviário (Lei n.º 276/2003) Acordos	Expectativa / Obrigação
Fornecedores	Rodovia, Ferrovia e Telecomunicações	Subconcessionárias Operadoras dos sistemas de cobrança de portagens e fornecedores de serviços de portagem	Cumprimento contratual. Tratamento equitativo e transparente (cumprimento CCP)	Contratos	Expectativa / Obrigação

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
		Empresas de Projeto e Construção, prestadores de serviços Conservação e Manutenção Consultores Fornecedores de Utilidades			
Condições de Trabalho	Rodovia, Ferrovia e Telecomunicações	ACT (Autoridade para as condições de trabalho	Cumprimento da legislação laboral e dos acordos estabelecidos	Acordo coletivo de trabalho Lei geral do trabalho em Funções Públicas Código do Trabalho	Expectativa / Obrigação
Media	Rodovia, Ferrovia e Telecomunicações	Órgãos de Comunicação social	Informação rápida, rigorosa e atualizada	Comunicados/Respostas/ Informação Site/Redes Sociais	Expectativa/Obrigação
Outros	Rodovia, Ferrovia e Telecomunicações,	Comissão Europeia TdC	Cumprimento de políticas europeias Cumprimento da legislação europeia	Contratos Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Grupo IP	Expectativa / Obrigação

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
		Entidades Gestoras de Fundos Comunitários			
		Inspeção-Geral das Finanças	Coesão territorial		
		Direção Geral do Tesouro e Finanças	Legalidade dos procedimentos contratuais		
		Unidade Técnica de Acompanhamento e de Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM)	Cumprimento das Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção		
		Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP)	Informação rigorosa e transparente		
		Conselho Superior de Obras Públicas	Parcerias de Inovação científica e tecnológica		
		Conselho Económico e Social (CES)	Agendas de produção, difusão e transmissão de conhecimento		
		Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)	Avaliação e financiamento de atividades de investigação científica		

GRUPO DE *STAKEHOLDERS* (EXTERNOS)	REDES	*STAKEHOLDERS*	INTERESSE (REQUISITOS/ EXPETATIVAS) O QUE ESPERA DA IP?	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA / RESPOSTA	NATUREZA DO INTERESSE
		Conselho para a Ação Climática (CAC)	Parcerias de reconhecida utilidade pública para a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza		
		Agência Nacional de Inovação (ANI)	Especial dever de cooperação na concretização das políticas em matéria climática		
		Laboratórios Colaborativos (CoLAB)			
		Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)			
		Comunidade científica e tecnológica, universidades e centros de investigação			
		Entidades do Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas (RNOE)			

OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

A análise do contexto externo identifica um conjunto de ameaças e de oportunidades. Gerir estas vulnerabilidades (ameaças e/ou oportunidades) de forma estruturada, integrada, transversal e contínua, contribui para a preservação e criação de valor, e, como tal, está intrinsecamente associada à sustentabilidade do negócio da IP. Assim, e de forma a melhor analisar estes mesmos pontos, tem-se, como ponto de partida os princípios de "envolvimento generalizado", "acrescento de valor", "ser suporte à tomada de decisão".

Do primeiro lado, **oportunidades**, destacam-se:

- A disponibilidade de fundos comunitários e do acionista para financiamento do investimento, o desenvolvimento de um plano de resiliência das infraestruturas (ferrovia, rodovia e telecomunicações), a incorporação de inovação tecnológica e outras (adaptação das infraestruturas às novas tendências de mobilidade do transporte terrestre, também com efeitos no aumento do nível de segurança e fiabilidade do funcionamento do sistema), o reconhecimento externo pela qualidade do modelo de seleção e priorização de investimentos utilizado na IP, bem como o consenso político em torno do PNI2030 e do PRR;
- O PRR é assumido como uma oportunidade também pelo facto de garantir o financiamento em infraestruturas críticas para o desenvolvimento e consolidação da rede rodoviária e da rede ferroviária, bem como para a dinamização económica dos territórios, através de investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década;
- As medidas de adaptação, que têm vindo a ser identificadas e aplicadas nas infraestruturas, tornando-as mais resilientes aos eventos climáticos extremos e às catástrofes naturais;
- O forte investimento que a IP tem vindo a fazer na descarbonização das suas atividades (ex. eletrificação da Rede Ferroviária Nacional, aumento da quota de energia renovável consumida e produzida pela IP, definição de Metas Científicas de redução de emissões, aceleração da conversão da frota automóvel da IP para veículos menos intensos em carbono, expansão da rede de postos de carregamento elétrico);
- O Decreto-Lei n.º 84-C/2022, de 9 de dezembro, o qual entrou em vigor em janeiro de 2023, estabelece o serviço eletrónico nacional de portagens, revendo o quadro legislativo existente à data em matéria de cobrança de portagens, nomeadamente a respeito da interoperabilidade nacional e do acesso à atividade de fornecedor de serviços eletrónicos de portagens. Este novo contexto poderá promover a introdução de novas soluções de cobrança e/ou a entrada de novos *players* no setor, conduzindo a eventuais melhorias de eficiência no processo de cobrança da receita da IP. Por outro lado, introduzindo o diploma algumas alterações ao nível dos sistemas de pagamento, estabelece que as portageiras, onde se inclui a IP, e os fornecedores de serviços de portagem, dispõem do prazo de dois anos contados da data de entrada em vigor do decreto-lei, para se adaptarem aos mesmos, assumindo particular relevo o impacto no sistema *Easytoll* disponibilizado pela IP;
- O lançamento do Plano Ferroviário Nacional que garantirá estabilidade no que é a rede ferroviária de interesse nacional e internacional e, por conseguinte, ao seu planeamento e respetivas intervenções, a médio/longo prazo;

- As novas tendências e padrões ao nível da mobilidade e da sustentabilidade ambiental dessa mobilidade, que se afirmam decorridos 15 anos da assinatura do Contrato de Concessão Rodoviário, justificam que se promova uma adaptação do atual sistema de financiamento das infraestruturas rodoviárias, designadamente pelo ajustamento do conceito da Consignação de Serviço Rodoviário (CSR) à circulação de veículos elétricos, não abrangidos pelo atual sistema. Esta ação constitui uma oportunidade para se estabelecer um melhor alinhamento da IP com as políticas nacionais e europeias em matérias ambiental e de sustentabilidade, nomeadamente dando um contributo para uma mobilidade mais sustentável, mais eficiente do ponto de vista energético e descarbonizada;
- Por último, a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira apresenta-se como uma oportunidade, pela sua importância e centralidade, tendo a IP as responsabilidades acima descritas.

Do lado oposto, **ameaças**, temos:

- Os procedimentos de aprovação da despesa e da contratação pública nos termos da moldura legal, bem como a autonomia condicionada para proceder a recrutamentos e determinar respetivas condições remuneratórias;
- As alterações climáticas e os seus efeitos nas infraestruturas e na sua resiliência e recuperação das respetivas condições iniciais;
- Os ataques à segurança tecnológica e as novas formas de terrorismo;
- O crescimento global da possibilidade de ciberataques aos sistemas informáticos, com acesso indevido a informação confidencial, alteração de dados e danos financeiros e reputacionais;
- A falta de financiamento para a conservação e construção das infraestruturas em quantidade e qualidade necessária;
- O número elevado de investimentos a decorrer em simultâneo;
- A falta de capacidade do mercado para responder às necessidades de desenvolvimento de novos projetos e empreitadas da empresa;
- A falta de parceiros científicos e de I&D que permita o desenvolvimento deste tipo de projetos;
- A descarbonização da economia e do sistema de transportes, por via da crescente eletrificação da mobilidade rodoviária, sem alteração do atual sistema de financiamento das infraestruturas rodoviárias, em grande parte assegurado pela Consignação de Serviço Rodoviário – CSR;
- O PRR, que para além de constituir uma oportunidade, internaliza aspetos desafiantes, pelos ambiciosos marcos intermédios e prazo de execução disponível, cujos eventuais incumprimentos implicarão penalizações;
- O cumprimento das diretrizes legais em termos da economia circular e da incorporação obrigatória de materiais reciclados ou que incorporem materiais nas matérias-primas usadas em

obra, que apresentará desafios em termos do custo desses materiais e à respetiva oferta do mercado, para além do cumprimento dos prazos para execução dos projetos;

- As perturbações ou paralisações dos serviços ferroviários, devido a catástrofes, calamidades com impacto na infraestrutura, falta de pessoal, greves ou outras condicionantes;
- A introdução, por decisão do Estado Concedente, de regimes de redução ou isenção do pagamento das taxas de portagem aplicáveis em autoestradas cuja receita é titulada pela IP, ou ainda a ausência de autorização para cobrança em determinados sublanços dessas autoestradas ou instalação de novos pontos de cobrança;
- O Decreto-Lei n.º 84-B/2022, de 9 de dezembro, o qual entrou em vigor em janeiro de 2023, estabelece um novo regime jurídico para a definição e aplicação de procedimentos relativos à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária, entre os quais, impõe, obrigatoriamente, a participação de auditores de segurança rodoviária devidamente credenciados. De referir que a IP não dispõe, atualmente, de auditores de segurança suficientes para dar resposta às exigências do referido diploma legal, o mesmo acontecendo no mercado em geral, nomeadamente pela falta de formação que se tem vindo a verificar por parte do IMT. Este aspeto será decisivo nos estudos e projetos atualmente em curso, incluindo os associados à concretização do PRR. Simultaneamente, serão necessários auditores de segurança rodoviária para fazer face às inspeções específicas de segurança rodoviária que vierem a ser exigidas pela ANSR ao abrigo do mesmo diploma legal;
- Falta de capacidade de atração e retenção de recursos humanos, decorrente, entre outros aspetos, da falta de competitividade salarial relativamente ao setor privado nacional ou ao mercado de trabalho internacional;
- Por último, o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira é, para além de uma oportunidade, uma ameaça, pela novidade de negócio e pelos desafios que acarreta.

4.1.3 EIXOS ESTRATÉGICOS

Tendo em consideração:

- A análise dos contextos interno e externo;
- As necessidades e expetativas das partes interessadas;
- As macrotendências do Sistema de Mobilidade e Transportes.

Foram definidos quatro eixos estratégicos que se pretendem ver convertidos em impactos quantitativos:

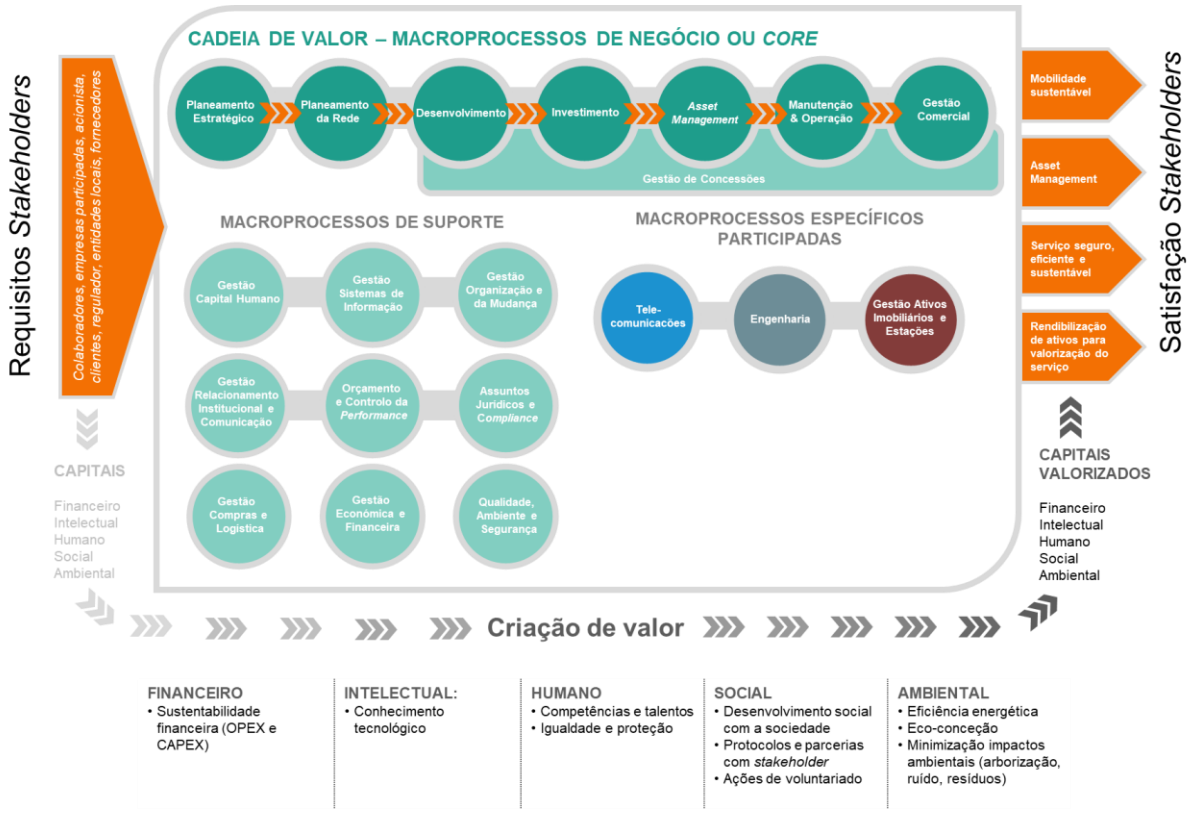
		TIPOLOGIA DOS KPIS
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	Potenciar a **gestão de mobilidade multimodal** num quadro de desenvolvimento integrado e racional da rede rodoferroviária • Assegurar a **sustentabilidade financeira** da IP, num quadro de **cumprimento dos níveis de serviço** estabelecidos com o Estado Português para a exploração das redes rodoferroviárias e de **desenvolvimento / modernização integrado e racional da rede**	• Receita Portagens • Receita Serviços DR • Receita CSR • Receita *Core* • *Cash Flow* Total
ASSET MANAGEMENT	Desenvolver ***Asset Management* como alavanca de otimização do OPEX e CAPEX** associado às infraestruturas rodoferroviárias • **Planeamento integrado e racional** da rede rodoferroviária, numa **ótica plurianual** • Cumprimento do **Plano de Investimentos Anual e Plurianual** • Otimização do **Acesso a Fundos Comunitários**	• Plano de Proximidade • Ferrovia 2020 / PETI3+ • Taxa de Cobertura F2020 por FC • Praxo Execução Projetos
SERVIÇO SEGURO, EFICIENTE E SUSTENTÁVEL	Garantir **níveis de serviço estabelecidos com o Estado Português** para a exploração das redes rodoferroviárias • Cumprimento dos **níveis de serviço** estabelecidos no **Contrato de Concessão da Rede Rodoviária Nacional** • Cumprimento dos **níveis de serviço** estabelecidos no **Contrato Programa para a gestão da Rede Ferroviária Nacional**	• Índice Segurança Rodoviária • Qualidade Infraestrutura Rodoviária • Execução CCC Rodoviários • Índice Acidentes Significativos • Qualidade Infraestrutura Ferroviária • Fiabilidade da Infraestrutura • Nível de Utilização da Rede • Atraso Teórico • Plano MPS e MPG
RENDIBILIZAÇÃO DE ATIVOS PARA A VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO	Rendibilizar **ativos não core ou capacidade excedentária** que contribuam para a valorização do serviço *core* • Assegurar a **sustentabilidade financeira** da IP, num quadro de **cumprimento dos níveis de serviço** estabelecidos com o Estado Português para a exploração das redes rodoferroviárias e de **desenvolvimento / modernização integrado e racional da rede**	• **Receita Não *Core***

Em simultâneo com o desenvolvimento do **Plano Estratégico**, foi elaborado o **respetivo Plano de Negócios**, com horizonte temporal até 2082 (termo do contrato de concessão geral da rede rodoviária nacional), o qual incorpora as projeções económico-financeiras relativas às atividades de exploração, investimento e financiamento e que constituíram uma das linhas de referência à elaboração do PAO 2025-2027.

4.1.4 CADEIA DE VALOR DO GRUPO IP

A materialização dos resultados pretendidos para o curto, médio e longo prazo está suportada no desempenho das atividades de todos os processos da organização conforme a **cadeia de valor do Grupo**, que é constituída por:

- Macroprocessos de negócio ou core da IP (processos de negócio da IP);
- Macroprocessos de suporte à IP e às empresas participadas;
- Macroprocessos específicos das empresas participadas.



A **cadeia de valor** suporta a implementação do modelo de negócio da Organização nas várias fases do ciclo de melhoria PDCA (*Plan, Do, Check e Act*) e tem por base:

- Os requisitos e expetativas dos *stakeholders*;
- Os meios ou capitais necessários à transformação e criação do valor para o mercado (financeiro, intelectual, humano, social e ambiental);
- As orientações estratégia internas e externas à IP.

Complementarmente, a IP tem vindo a consolidar e dinamizar a abordagem para a melhoria do desempenho dos processos tendo por base os princípios do **BPM – *Business Process Management***, os quais vão ao encontro da criação de uma dinâmica interna que potencia a identificação de atividades críticas e oportunidades de melhoria em benefício de um desempenho eficiente na "produção" dos outputs e, consequentemente, dos resultados pretendidos pela Organização (*outcomes*)

.

4.2 ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

ESRS 2 BP-1; ESRS 2 BP-2; ESRS 2 GOV-1; ESRS 2 SBM-1; ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS 2 IRO-2

Dada a influência e impacto do Grupo IP junto de vários *stakeholders* ao longo da sua cadeia de valor, a adoção de uma estratégia de sustentabilidade robusta é uma necessidade imperativa. Assim, o Grupo IP definiu a sua **abordagem estratégica à sustentabilidade** em alinhamento com os critérios ESG (*Environment, Social* e *Governance*), já divulgada no reporte de sustentabilidade do ano de 2023. Uma vez que o Grupo IP está abrangido pela Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD), apesar desta não estar ainda transposta para o direito nacional, a empresa realizou durante o ano de 2024 uma **análise de dupla materialidade**, conforme requerido na Diretiva CSRD, que originou pequenos ajustes na estratégia de sustentabilidade existente.

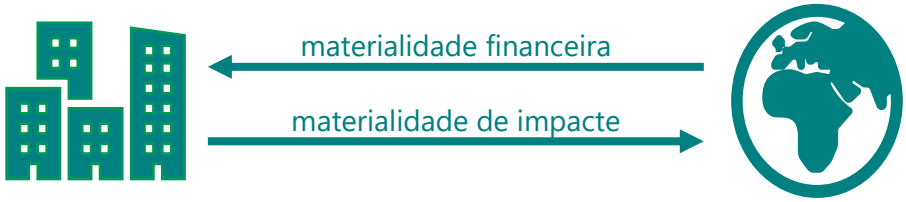
4.2.1 ANÁLISE DE DUPLA MATERIALIDADE

Conforme referido, em 2024, o Grupo IP realizou, pela primeira vez, um exercício de análise de dupla materialidade, em antecipação à transposição para o direito nacional da CSRD, considerando também as Normas Europeias de Reporte de Sustentabilidade (ESRS) e as orientações da *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG[2]).

Tendo em consideração a metodologia indicada pela CSRD, o primeiro passo deste processo consistiu na identificação dos temas com materialidade, ou seja, dos temas que, por via da atividade da empresa e da sua cadeia de valor, têm um impacte nas pessoas e no ambiente e/ou, em simultâneo, possam ter também um impacte financeiro na empresa. Assim, segundo a EFRAG, o conceito de "dupla materialidade" abrange tanto a materialidade de impacte, como a materialidade financeira.

A dupla materialidade implica assim uma avaliação de impactes, riscos e oportunidades (IRO) tendo em consideração estas duas perspetivas:

- De dentro para fora, na qual se avalia os impactes da atividade da IP e da sua cadeia de valor sobre o ambiente e a sociedade - **materialidade de impacte**;
- E de fora para dentro, na qual se avalia os impactes financeiros que alguns fatores externos podem ter na empresa - **materialidade financeira**.



[2] *Implementation Guidance – Materiality Assessment*

O processo de análise de Dupla Materialidade do Grupo IP teve lugar entre agosto e dezembro de 2024 e o seu objetivo foi identificar e avaliar os impactes, riscos e oportunidades (IRO) associados a tópicos, subtópicos e sub-subtópicos ESG, mais relevantes para a organização.

A análise efetuada resultou assim numa **Matriz de Dupla Materialidade,** onde estão identificados os temas ESG materiais (materialidade de impacte e/ou materialidade financeira) para o Grupo IP.

Os temas considerados materiais são prioritários para o desenvolvimento sustentável da atividade do Grupo IP, tanto em resultado da atividade direta como ao longo da sua cadeia de valor, constituindo a base, quer para a definição da informação a divulgar no reporte de sustentabilidade, quer para a revisão da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo IP e do respetivo plano de ação.

CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor do Grupo IP é apresentada de seguida.



Montante

Materiais | Serviços | Conceção, construção, manutenção e renovação das infraestruturas | Regulação | Financiamento

Operação Direta

IP | IPE | IPP | IPT

Jusante

Clientes | Comunidade | Ambiente e Biodiversidade | Acionista

METODOLOGIA

O exercício da análise de dupla materialidade (ADM) do Grupo IP, realizado de acordo com a orientação da EFRAG, desenvolveu-se em quatro etapas principais.



TÓPICOS POTENCIALMENTE MATERIAIS (ETAPA 1)

As normas europeias de reporte de sustentabilidade (ESRS) desenvolvidos pela EFRAG, incluem uma lista de tópicos, subtópicos e sub-subtópicos ESG potencialmente materiais, para além de requisitos gerais, que se destinam a guiar as organizações na sua avaliação e reporte de sustentabilidade.

Gerais	Ambiente	Social	Governança
ESRS 1 Requisitos Gerais	**ESRS E1** Alterações Climáticas	**ESRS S1** Trabalhadores Próprios	**ESRS G1** Conduta de Negócio
ESRS 2 Divulgações Gerais	**ESRS E2** Poluição	**ESRS S2** Trabalhadores na Cadeia de Valor	
	ESRS E3 Água e Recursos Marinhos	**ESRS S3** Comunidades Impactadas	
	ESRS E4 Biodiversidade e Ecossistemas	**ESRS S4** Consumidores e Utilizadores Finais	
	ESRS E5 Consumo de Recursos e Economia Circular		

Através do trabalho realizado na primeira etapa, foi definida a lista dos tópicos e subtópicos potencialmente materiais para o Grupo IP, a partir da qual, os *stakeholders* internos procederam à identificação e avaliação da:

- **Materialidade de impacte**: impactes significativos (potenciais ou atuais), positivos ou negativos, de cada um dos temas sobre a sociedade e o ambiente, no curto (CP), médio (MP) ou longo prazo

(LP), que decorrem das operações diretas do Grupo IP (OD) e das operações que ocorrem na cadeia de valor, a montante (M) e a jusante (J);

- **Materialidade financeira**: riscos e oportunidades decorrentes de cada um dos temas, e que se podem traduzir no aumento ou diminuição do valor da empresa, devido a alterações que possam gerar no negócio, no curto, médio ou longo prazo**.**

Assim, os **potenciais temas materiais** identificados para o Grupo IP foram agregados seguindo essa estrutura de organização temática, obtendo-se 9 tópicos e 29 subtópicos, relativamente aos quais foram posteriormente identificados os **impactes, riscos e oportunidades (IRO)** – Anexo 3 – Resultados da análise de dupla materialidade.

IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IRO – AUSCULTAÇÃO A *STAKEHOLDERS* INTERNOS (ETAPA 2)

A auscultação dos *stakeholders* internos (etapa 2) materializou-se através da realização de um *workshop* interno, que reuniu 43 colaboradores do Grupo IP, pertencentes a 25 Unidades Orgânicas da IP e às 3 empresas participadas, constituindo uma amostra abrangente e diversificada de todas as áreas de atividade do Grupo IP, cujos contributos, dada a sua experiência e conhecimento sobre o negócio, permitiram a definição de **193 IRO para os 9 Tópicos e 29 subtópicos potencialmente materiais**. Com o objetivo de preparar e sensibilizar a organização para os novos desafios de reporte, que garantisse a familiarização dos participantes com os temas do *workshop*, foi previamente organizada uma sessão de capacitação da gestão de topo, sobre tendências de sustentabilidade e os desafios de reporte ESG no contexto da nova Diretiva CSRD.

No *workshop* (etapa 2), os *stakeholders*:

- Avaliaram os IRO qualitativamente, de acordo com as escalas de avaliação sugeridas pela metodologia da EFRAG (avaliação de 1 a 5)[3];
- Identificaram os IRO decorrentes da operação direta da empresa ou da sua cadeia de valor (montante e jusante);
- Identificaram o horizonte temporal a que cada IRO se refere (curto prazo: até 1 ano; médio prazo: entre 1 e 5 anos e longo prazo: acima de 5 anos).



Os resultados obtidos neste *workshop* foram analisados pela equipa técnica, para garantir o apuramento mais rigoroso possível dos IRO dos temas, que, no caso dos impactes, foram posteriormente sujeitos a uma avaliação qualitativa por um conjunto de *stakeholders* externos (etapa 3).

[3] A avaliação quantitativa da materialidade de impacte considera a escala, âmbito e nos casos dos impactes negativos a irremediabilidade dos mesmos. A avaliação quantitativa da materialidade financeira considera a magnitude e probabilidade dos riscos e oportunidades identificados.

AUSCULTAÇÃO A *STAKEHOLDERS* EXTERNOS (ETAPA 3)

Com o objetivo de auscultar os *stakeholders* externos, foram realizadas entrevistas a 12 representantes de diferentes grupos de *stakeholders* (Operadores, Concessionárias, Fornecedores, Entidades locais e regionais), para que estes identificassem os temas que mais os impactam na sua relação com o Grupo IP e, estabelecer prioridades de gestão e estratégias a adotar, no sentido de minimizar as consequências negativas da atividade da IP nos seus *stakeholders,* e maximizar as positivas.

Tendo em conta a dimensão do Grupo IP a nível nacional, as suas diversas áreas de atuação e a extensa rede de fornecedores e parceiros com que colabora, a realização da auscultação externa, constitui-se numa etapa fundamental, que tem por objetivo ouvir e incorporar as perspetivas de *stakeholders* externos, captando as respetivas visões sobre a atividade do Grupo IP e respetivos impactes em temas ESG.

Os grupos de *stakeholders* prioritários e os temas mais relevantes para cada um, relacionados com a atividade do Grupo IP, encontram-se enumerados no capítulo 4.1.4. No âmbito da ADM foram auscultados os *stakeholders* externos, relativamente aos quais se considera que a atividade da IP pode ter maior impacte, designadamente, clientes, entidades locais e fornecedores.

ENTREVISTAS INDIVIDUAIS	
AE Baixo Alentejo	Comboios de Portugal (CP)
APCAP	Construções JJR e Filhos
ASCENDI	MEDWAY
AYVENS-LEASEPLAN	Mota Engil
CCDR-LVT	TOSCCA - Equipamentos em Madeira
CCDR-Norte	TPF - Cons. de Eng. e Arquitetura

Importa ainda salientar que as entrevistas realizadas, permitiram concluir sobre o alinhamento das perspetivas dos *stakeholders* externos com a avaliação de materialidade de impacte realizada pelos *stakeholders* internos.

APURAMENTO DOS TÓPICOS MATERIAIS (ETAPA 4)

A metodologia da **Análise de Dupla Materialidade** define que, para um tópico ser material, basta que um dos subtópicos correspondentes seja material do ponto de vista da materialidade de impacte e/ou da materialidade financeira. Tendo em consideração que um subtópico é considerado material se tiver pelo menos um impacte, risco ou oportunidade com uma classificação de materialidade superior ou igual a um determinado limiar, foi necessário definir esse limiar.

Em resultado da análise de sensibilidade realizada conclui-se que devem ser considerados subtópicos materiais, todos aqueles cujos IRO obtenham uma pontuação superior ou igual a 4 valores (numa escala de avaliação de 1 a 5).

Os temas materiais do Grupo IP são apresentados em maior detalhe no Anexo 3 – Resultados da análise de dupla materialidade.

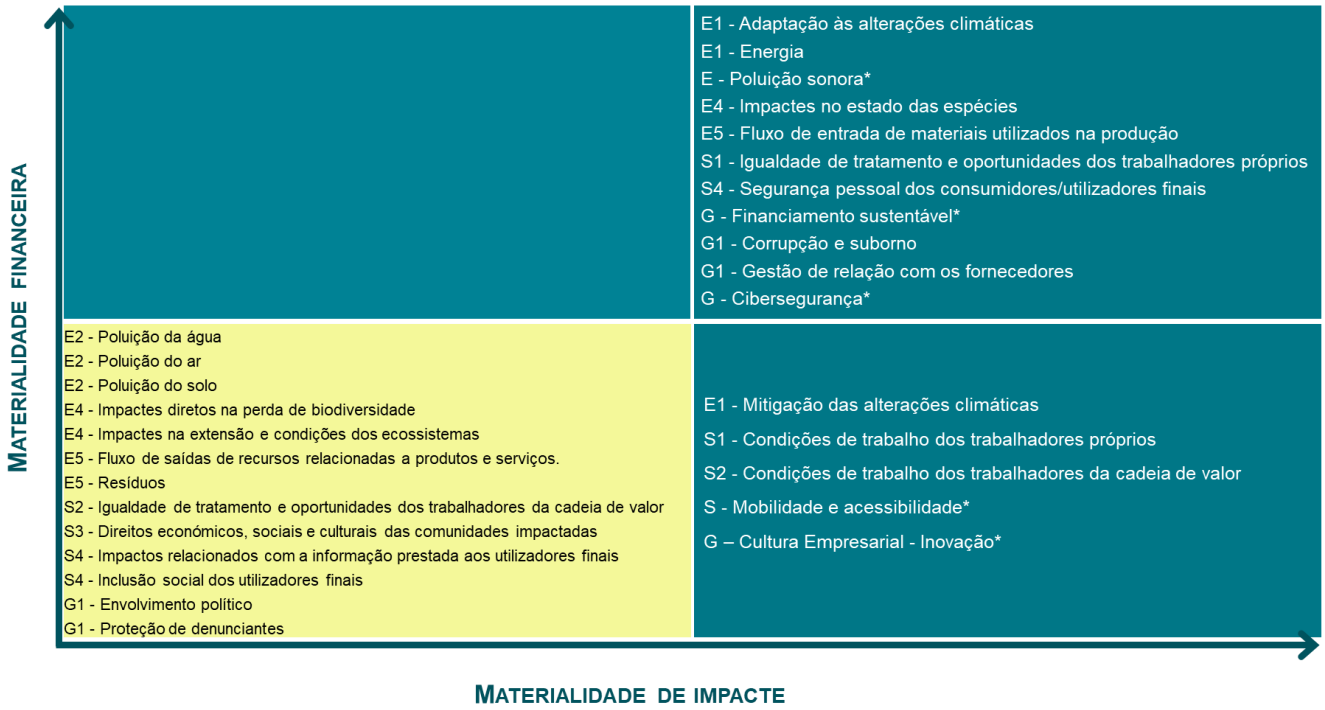
O trabalho desenvolvido durante o ano de 2024 permitiu identificar 46 IRO, correspondentes a 16 temas materiais para o Grupo IP (etapa 4).

Por último, os resultados da auscultação interna e externa foram projetados numa matriz constituída pela materialidade de impacte (eixo X) e, pela materialidade financeira (eixo Y) de cada um dos 29 subtópicos potencialmente materiais analisados.

A matriz apresenta três quadrantes de temas materiais (com materialidade financeira – quadrante superior esquerdo; com materialidade de impacte – quadrante inferior direito; com materialidade de impacte e financeira – quadrante superior direito) e um quadrante de temas não materiais.

A matriz resultante do exercício realizado foi analisada pelo Conselho de Administração Executivo (CAE) e pela Direção de Sustentabilidade e Inovação (DSN), no sentido de ajustar o resultado ao contexto estratégico e conjuntural da empresa.

O resultado da matriz de dupla materialidade está refletido na figura seguinte.



*Nota: * Temas que foram considerados materiais dentro das áreas temáticas em que foram avaliados, no entanto não constituem subtópicos previstos nas ESRS.*

Sistematizando o resultado dos **temas materiais por dimensão ESG**, obteve-se:

AMBIENTE (E)		SOCIAL (S)		GOVERNANÇA (G)	
TÓPICO	TEMAS MATERIAIS (SUBTÓPICO)	TÓPICO	TEMAS MATERIAIS (SUBTÓPICO)	TÓPICO	TEMAS MATERIAIS (SUBTÓPICO)
E1-Alterações climáticas (AC)	Adaptação às AC	S1-Trabalhadores Próprios	Condições de trabalho	G1-Conduta do negócio	Gestão da relação com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento
	Mitigação das AC		Igualdade de tratamento e oportunidades para todos		Corrupção e suborno
	Energia	S2-Trabalhadores na cadeia de valor	Condições de trabalho	G-Específico	Financiamento sustentável*
E-Específico	Poluição sonora*	S3-Comunidades impactadas	Mobilidade e acessibilidade*	G-Específico	Cultura Empresarial – Inovação*
E4-Biodiversidade	Impacto no estado das espécies	S4-Consumidores e utilizadores finais	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	G-Específico	Cibersegurança*
E5-Economia circular e utilização de recursos	Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção, incluindo embalagens				

** Temas que foram considerados materiais dentro das áreas temáticas em que foram avaliados, no entanto, não constituem subtópicos previstos nas ESRS*

Os temas materiais apresentados na matriz de dupla materialidade do Grupo IP refletem os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados, que são apresentados em maior detalhe no Anexo 3, mas em que se descrevem alguns exemplos seguidamente.

TEMAS ABRANGIDOS PELAS ESRS[4]

E1 - Alterações Climáticas

As infraestruturas rodo e ferroviárias estão expostas a fenómenos climáticos extremos, como por exemplo ondas de calor, inundações e instabilidade de vertentes. A IP tem por isso um papel de relevo na disponibilização de infraestruturas mais resilientes às alterações climáticas, que garantam adequados níveis de serviço e a segurança dos utilizadores das suas infraestruturas. Num contexto de crescente frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, a implementação de soluções de adaptação (físicas e não físicas) tem implicações financeiras na atividade de investimento, na manutenção e operação das infraestruturas (risco).

Adicionalmente, a construção de novas linhas de caminho de ferro e a crescente eletrificação da rede ferroviária nacional, desempenham um papel fundamental na promoção de modelos de mobilidade de baixo carbono, contribuindo positivamente e de forma substantiva para a mitigação das alterações climáticas.

Por outro lado, os programas de desenvolvimento e modernização da RFN, impactam financeiramente a empresa, ao exigirem investimentos significativos. Por outro lado, a cadeia de valor da IP (jusante), por via por ex. da utilização das suas infraestruturas rodoviárias, contribui para o aumento das emissões de GEE (impacte negativo).

No contexto da energia, a IP enfrenta riscos relevantes associados à possibilidade de perdas de receita, por interrupção do serviço ferroviário, que pode ocorrer por quebra de fornecimento de energia e, às variações do custo da energia, devido a fatores de contexto internacional e também à maior penetração de energias renováveis.

E4 - Biodiversidade

A IP garante a implementação de diversos projetos de proteção da fauna, entre outras medidas de mitigação dos impactes das suas infraestruturas construídas, sobre a fauna e a biodiversidade. Estas medidas resultam em impactes positivos na afetação da fauna e dos ecossistemas, mas também colocam um risco financeiro devido aos custos elevados associados à sua implementação.

E5 - Economia Circular e Utilização de Recursos

A construção e manutenção da infraestrutura de transporte, realizadas pela IP ou por atividade da sua cadeia de valor, estão associadas a um elevado consumo de matérias-primas.

A variabilidade no custo dos materiais e a incerteza, associadas a cadeias de abastecimento globais, representam riscos financeiros e operacionais para a empresa. Por outro lado, tendo como objetivo otimizar o consumo de materiais, a IP tem vindo a apostar e a exigir à sua cadeia de valor, a inclusão de material reciclado nas suas empreitadas.

[4] Tópicos de sustentabilidade incluídos na análise de materialidade: https://xbrl.efrag.org/e-esrs/esrs-set1-2023.html#d1e134-3-1:~:text=Sustainability%20matters%20to%20be%20included%20in%20the%20materiality%20assessment

S1 - Trabalhadores Próprios

As pessoas são um tema material para o Grupo IP por via da sua dimensão, presença nacional e estrutura pública, e ao impacte que a empresa tem nas condições de trabalho e de segurança que garante aos seus colaboradores.

Enquanto entidade pública, a empresa tem a responsabilidade de promover elevados padrões laborais, fomentar a diversidade e a inclusão, bem como uma oferta de emprego estável aos seus colaboradores.

Além disso, a formação contínua e o desenvolvimento de competências são fundamentais para acompanhar as mudanças e avanços tecnológicos (ex: digitalização, modelos digitais, BIM, inteligência artificial) associados ao negócio da empresa, possibilitando aos seus colaboradores a obtenção das competências necessárias à evolução continuada das atividades da organização.

S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor

Enquanto entidade pública, o Grupo IP deve garantir que a sua vasta rede de fornecedores e empreiteiros respeita elevados padrões laborais, práticas éticas e o cumprimento com a regulamentação legal em matéria de segurança no trabalho.

Dado que os setores das infraestruturas de transporte e da construção, estão associados a maiores riscos ao nível da segurança e às condições de trabalho, o Grupo IP tem a responsabilidade de promover medidas rigorosas de saúde e segurança, de exigir condições de trabalho justas e garantir o cumprimento dos direitos laborais em toda a sua cadeia de valor.

S3 - Comunidades Impactadas

As infraestruturas da IP têm um impacte direto na mobilidade, acessibilidade e coesão territorial.

Ao desenvolver e manter/conservar as infraestruturas de transporte, a IP possibilita a ligação entre zonas urbanas e rurais, a melhoria do acesso a serviços essenciais e a promoção do desenvolvimento económico, tanto a nível regional como nacional.

A empresa procura colaborar com as comunidades, para garantir que as soluções de transporte proporcionadas são inclusivas, sustentáveis e alinhadas com as necessidades de desenvolvimento económico e social.

S4 - Consumidores e Utilizadores Finais

A utilização das redes rodoviária e ferroviária está inerentemente associada a um risco para a segurança dos seus utilizadores.

A IP procura mitigar esse risco, por via da garantia de condições de segurança das suas infraestruturas e da sensibilização dos utilizadores, por ex. para a condução segura.

G1 - Conduta de Negócio

A conduta de negócio é um tema material para o Grupo IP, por via das suas atribuições e responsabilidade na gestão de infraestruturas essenciais, onde a legalidade, a ética e a transparência são fundamentais. O Grupo procura assegurar relações equitativas com fornecedores e contratantes, no sentido de mitigar os riscos associados à corrupção e suborno.

TEMAS ESPECÍFICOS DA ORGANIZAÇÃO

Poluição Sonora

A utilização da rede rodoviária e ferroviária está associada a níveis de poluição sonora significativos que afetam sobretudo as comunidades próximas das infraestruturas.

A IP tem um papel importante na mitigação deste impacte, através da implementação de medidas de minimização do ruído (ex: construção de barreiras acústicas), que por sua vez, representam um risco acrescido para a empresa, por serem de cariz obrigatório e terem um elevado custo de instalação associado.

Inovação

A inovação é um valor muito importante na cultura organizacional da empresa, pois pode impactar positivamente as suas atividades, os seus parceiros e os utilizadores das suas infraestruturas, em resultado do desenvolvimento de soluções que incorporam as novas tecnologias disponíveis.

Cibersegurança

O tema da cibersegurança é relevante para a empresa, pois resulta da necessidade de prevenir riscos de incidentes cibernéticos que possam resultar na quebra de serviços, com consequências negativas nos clientes/utilizadores. A exigência de cibersegurança pode também implicar um aumento dos custos, associados à manutenção da resiliência das infraestruturas a ciberataques.

Financiamento sustentável

No contexto do financiamento, o Grupo IP considera que uma gestão de governança robusta e que integre objetivos de sustentabilidade, pode por um lado, desbloquear oportunidades para investimentos verdes, e por outro, promover infraestruturas sustentáveis, em resultado da exigência de inclusão de critérios ESG nos projetos, dos programas de financiamento.

Com base na análise de dupla materialidade efetuada, e seguindo as orientações da EFRAG, o Grupo IP identificou a informação de sustentabilidade a divulgar na sua **Declaração de Sustentabilidade**, considerando os âmbitos ambiental, social e de governança (em inglês *Environmental, Social, Governance*), consubstanciada em 16 temas (i.e. subtópicos) materiais, relatados ao longo deste documento, em particular do capítulo 6.

4.2.2 ABORDAGEM ESTRATÉGICA ALINHADA COM OS ODS

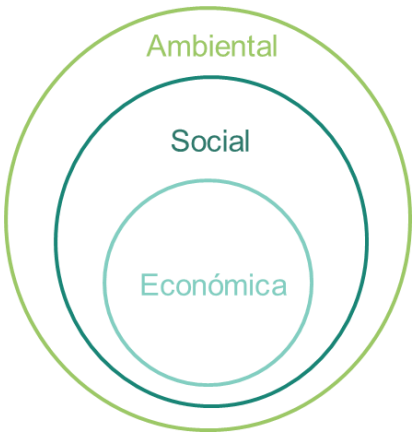
A visão da IP posiciona-a como uma organização gestora de uma mobilidade multimodal, que potencia o *asset management* e garante a prestação de um serviço de transportes seguro, eficiente e sustentável, valorizando também a rendibilização de ativos complementares.

A abordagem estratégica para a Sustentabilidade contextualiza-se nos principais desafios do setor, mantém-se consistente com a Missão, Visão e Valores do Grupo IP e contribui para a prossecução dos **3 desígnios estratégicos**:

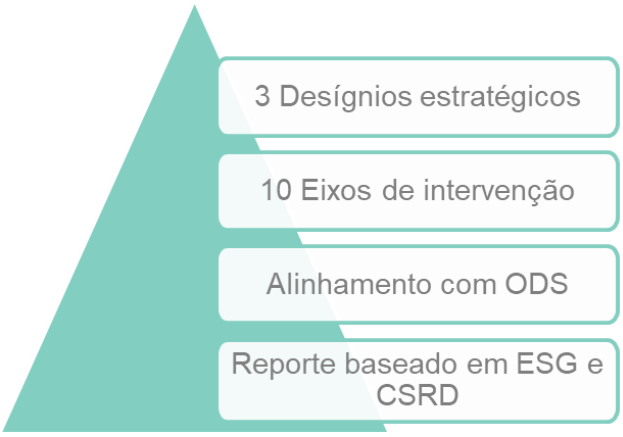
- **Organização preparada para o futuro**, investindo na inovação, na qualificação dos recursos humanos existentes e na retenção de novos talentos, garantindo que as transições a realizar integram princípios de responsabilidade social e que asseguram o alinhamento da cadeia de valor da atividade da IP com princípios éticos e responsáveis;
- **Mobilidade sustentável**, apostando numa mobilidade sustentada em infraestruturas com menor intensidade carbónica e mais ajustada às alterações sociais/comportamentais e demográficas que se perspetivam, mais acessível e inclusiva;
- **Infraestruturas inteligentes, seguras e resilientes**, digitalizando e sensorizando as infraestruturas, recorrendo a Inteligência Artificial para otimizar a tomada de decisões e tornar a gestão de ativos mais preditiva e eficiente, melhorando a segurança e capacitando adequadamente as infraestruturas para serem resilientes às alterações climáticas e aos eventos extremos, durante todo o ciclo de catástrofe.

→ Abordagem Estratégica

Abordagem holística, integrando critérios de sustentabilidade ao longo do ciclo de vida das infraestruturas, no caminho crítico da prosperidade.



Na perspetiva da sustentabilidade, os ativos ambientais e sociais condicionam o crescimento económico.



3 desígnios estratégicos, materializados através de 10 eixos de intervenção alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suportados nos 3 pilares ESG – Ambiente, Social e Governança.

Os resultados da **Análise de Dupla Materialidade** e a identificação dos **temas materiais da empresa**, implicaram a realização de ligeiros ajustes aos eixos de intervenção que tinham sido definidos em 2023, permitindo que a **Estratégia de Sustentabilidade do Grupo IP** pudesse estar totalmente alinhada com esses temas materiais.

Para a materialização da Estratégia de Sustentabilidade da IP e para que seja possível à organização endereçar os temas materiais identificados, foram definidos **10 eixos de intervenção**, que se corporizam num conjunto de políticas, programas, práticas e ações que contribuem para o desempenho da empresa nas **3 dimensões ESG** e para alcançar os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** e as metas estabelecidas para 2030.



No âmbito da **dimensão ambiente**, os eixos estratégicos encontram-se alinhados com objetivos de promoção da transição energética, de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de incorporação de princípios de economia circular na atividade da IP e da proteção do ambiente e preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Relativamente à **dimensão social**, os eixos consideram os colaboradores da IP bem como os colaboradores da cadeia de valor, os serviços de mobilidade/acessibilidade disponibilizados às comunidades, e as condições de segurança prestadas pela IP aos utilizadores finais das suas infraestruturas.

Na **dimensão governança**, os eixos estratégicos procuram refletir a governança da IP ao nível da conduta empresarial, das práticas éticas e responsáveis, da transparência e prevenção da corrupção,

do relacionamento com fornecedores e com financiadores, assim como ao nível da inovação aplicada ao desenvolvimento das atividades e processos, da proteção das informações e das infraestruturas (cibersegurança).

Para o desempenho desta dimensão, a IP desenvolve as suas atividades em conformidade com a lei, adotando práticas de gestão eficientes e alinhadas com princípios éticos e responsáveis, promovendo a inovação nas atividades e nos processos, procurando um bom desempenho financeiro da organização e assumindo transparência e rigor na divulgação de informações, o que lhe permite enfrentar o futuro de forma mais sustentável e resiliente.

Seguidamente apresenta-se a agregação dos **16 subtópicos materiais**, pelos eixos de intervenção que definem a abordagem estratégica do Grupo IP, identificando-se os respetivos requisitos de divulgação, segundo as ESRS, que informam o reporte de sustentabilidade do Grupo IP.

Estratégia de Sustentabilidade Eixos de Intervenção	Tópico (ESRS)	Temas Materiais (Subtópico ESRS)	*Disclosure Requirements* (ESRS)
1 - Eficiência energética, transição e descarbonização	E1 - Alterações Climáticas	Mitigação das Alterações Climáticas	SBM-3, IRO-1, E1-1, E1-2, E1-3, E1-4, E1-5, E1-6, E1-7, E1-9
		Energia	
2 - Resiliência às AC		Adaptação às Alterações Climáticas	
3 - Economia circular	E5 - Economia Circular e Utilização de Recursos	Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção, incluindo embalagens	IRO-1, E5-1, E5-2, E5-3, E5-4, E5-5, E5-6
4 - Proteção do ambiente e ecossistemas	E - Específico IP	Poluição Sonora (Específico IP)	Adaptado ESRS E-2 ESRS E2 IRO-1, E2-1, E2-2, E2-3, E2-4
	E4 – Biodiversidade	Impacto no estado das espécies	SBM-3, IRO-1, E4-1, E4-2, E4-3, E4-4, E4-5, E4-6
5 - Capital humano e talento	S1 - Trabalhadores Próprios	Condições de Trabalho	E1.GOV-3, SBM-3, S1-1, S1-2, S1-3, S1-4, S1-5, S1-6, S1-7, S1-8, S1-9, S1-10, S1-11, S1-12, S1-13, S1-14
		Igualdade de tratamento e oportunidades para todos	
	S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor	Condições de Trabalho	SBM-3, S2-1, S2-2, S2-3, S2-4, S2-5
6 - Mobilidade e acessibilidade	S3 - Comunidades Impactadas	Mobilidade e acessibilidade (Específico IP)	Divulgação livre
7 - Segurança	S4 - Consumidores e Utilizadores Finais	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	SBM-3, S4-1, S4-2, S4-3, S4-4, S4-5

Estratégia de Sustentabilidade Eixos de Intervenção	Tópico (ESRS)	Temas Materiais (Subtópico ESRS)	*Disclosure Requirements* (ESRS)
8 - Boas práticas de gestão	G1 - Conduta de Negócio	Gestão da relação com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento	GOV-1, G1-1, G1-2, G1-3, G1-4, G1-6, ESRS 2 GOV-1, ESRS2 GOV-4
		Corrupção e suborno	
	G - Específico IP	Financiamento sustentável	Divulgação livre
9 - Inovação	G - Específico IP	Cultura Empresarial	Divulgação livre
10 - Cibersegurança	G - Específico IP	Cibersegurança	Divulgação livre

Compromisso com os ODS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, definiu as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030, e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

Os 17 ODS representam assim um apelo urgente à ação de todos os países, relativamente a áreas que afetam a qualidade de vida de todos os cidadãos do mundo e daqueles que ainda estão para vir, e estruturam-se em torno de 5 Princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias.

Os ODS reconhecem que a erradicação da pobreza e outras privações devem ser acompanhadas de estratégias que melhorem a saúde e a educação, reduzam a desigualdade e estimulem o crescimento económico – ao mesmo tempo que combatem as alterações climáticas e preservam os ecossistemas.



Através do seu modelo de sustentabilidade, a IP assume também o compromisso com a Agenda 2030 das Nações Unidas, contribuindo para cerca de 14 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Reconhecendo que as empresas devem ter um forte envolvimento na concretização da Agenda 2030, pois é nas suas cadeias de valor que ocorrem os principais impactes, a IP identificou em particular, ancorados no seu negócio e em alinhamento com os seus eixos de intervenção, os seus **4 ODS prioritários**.

De facto, apesar da empresa contribuir para um conjunto alargado de **ODS**, aqueles que são **considerados prioritários da IP**, ou seja, associados aos impactes mais relevantes da sua atividade *core*, são os seguintes:



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos

4.2.3 GOVERNANÇA DA SUSTENTABILIDADE

Para que a estratégia de sustentabilidade do Grupo IP seja eficaz, é fundamental integrá-la em todos os níveis da organização. Este compromisso foi assumido pelo Conselho de Administração Executivo e os colaboradores, têm vindo gradualmente a participar na definição de metas claras e mensuráveis, que refletem a ambição da organização em relação à sustentabilidade.

A Direção de Sustentabilidade e Inovação (DSN), criada em 2023, enquadrada nas Áreas de Transformação e Suporte à Governação, assume a missão de coordenar a ação do Grupo IP para a sustentabilidade e inovação, assegurando a representação internacional, enquanto foco de identificação e a promoção de boas práticas tendo como principais atribuições, entre outras:

- Propor a revisão e atualização da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo IP, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), identificando e propondo objetivos prioritários, metas e indicadores de desempenho;
- Construir o Plano de Ação para a materialização da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo IP, em estreita colaboração com as demais unidades orgânicas da empresa e empresas participadas, tais como a DEA, DEP, DCH, DAJ, DSS, DFI, DCL, DRP, IPT, IPP e IPE, e outras unidades orgânicas do Grupo que se revelem pertinentes, no âmbito das respetivas atribuições específicas;

- Monitorizar os indicadores de desempenho de Sustentabilidade, de forma a garantir o alcançar das metas definidas/resultados e identificar pontos críticos e eventuais barreiras, e apoiar na identificação de soluções para os constrangimentos identificados;
- Promover uma cultura de sustentabilidade e de inovação no Grupo IP e identificar oportunidades de desenvolvimento de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação orientados para a sustentabilidade da atividade da empresa.

Ainda durante o ano de 2024, foi desenhado um novo **modelo de governança para a sustentabilidade**, que será aprovado e implementado em 2025.

4.3 GESTÃO DO RISCO

ESRS 2 GOV-1; ESRS 2 GOV-2; ESRS 2 GOV-5; ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1

4.3.1 ENQUADRAMENTO

A gestão do risco consiste na aplicação sistemática e contínua de políticas, procedimentos e práticas de gestão que permitem regular a atuação da empresa às circunstâncias (externas e internos) que impactam o seu negócio, minimizando ou potenciando o seu efeito na prossecução dos objetivos, atentas as necessidades e expetativas das partes interessadas. Integrada no sistema de controlo interno, a gestão eficaz dos riscos (doravante entendido como "ameaça") e oportunidades contribui para reforçar a resiliência da IP perante as ameaças que expõem a sua vulnerabilidade e, simultaneamente, potenciar a eficiência da organização na otimização dos seus objetivos de negócio orientados à fiabilidade, transparência e segurança dos processos e sistemas que sustentam o serviço prestado pela IP, por forma a assegurar uma gestão sustentável das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias nacionais.

A atuação da empresa no reconhecimento, tratamento, monitorização e controlo dessas ocorrências que afetam ou incrementam a capacidade para atingir os resultados estabelecidos consubstancia-se na prevenção e controlo das ameaças, que se materializam em riscos de Regulação e *Compliance*, Financeiros, Operacionais, Tecnológicos, Reputacionais e de Negócio, e na exploração de situações com potencial aporte de valor à atividade da IP.

A gestão efetiva e eficaz dos riscos e das oportunidades prossupõe a sua integração na estrutura organizativa e, nesse sentido, o modelo de governo do Grupo IP tem como referência as diretrizes do modelo de 3 "linhas de defesa" para esclarecer as responsabilidades e delimitar as ações dos intervenientes. No âmbito do Grupo IP, a Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance* é responsável pela criação, implementação e dinamização do modelo para gerir os eventos com potencial de afetar a plena consecução dos objetivos das empresas.



- Gestores Operacionais **(1.ª linha de defesa)**: responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas, controlos e procedimentos internos, que asseguram que as atividades estão de acordo com as metas e objetivos definidos;
- Gestão do Risco, *Compliance* e Planeamento Corporativo e Controlo de Gestão **(2.ª linha de defesa)**: incorpora a função de gestão de riscos, a função de *Compliance* e um sistema de controlo interno;
- Auditoria Interna **(3.ª linha de defesa)**: a Direção de Auditoria Interna é a Unidade Orgânica responsável por assegurar a conformidade, o funcionamento e a adequação dos processos de gestão do risco, controlo e governação.

4.3.2 RESULTADOS 2024

GESTÃO DO RISCO

Em 2024, tiveram continuidade e reforço as atividades implementadas desde 2015:

- Atualização do Mapa dos Riscos do Grupo IP;
- Monitorização contínua da implementação dos controlos dos riscos da organização;
- Elaboração e divulgação do Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo IP (disponível para consulta no sítio da Infraestruturas de Portugal, S.A.)[5];

[5] https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

- Avaliação intercalar dos riscos de níveis Elevado e Muito Elevado identificados no Plano do Grupo IP 2023-2024, efetuada com os seguintes objetivos:
    - Validação do nível do risco, considerando eventuais alterações de contexto com impacto nos riscos identificados;
    - Monitorização da implementação dos controlos constantes dos Planos de Ação.

A situação de instabilidade geopolítica internacional tem repercussões sociais e económicas cujas consequências impactam a atividade da empresa, de forma assinalável. As limitações à circulação e ao transporte de materiais e o aumento de custos em consequência de restrições logísticas a nível mundial, são fatores externos que continuam a marcar a instabilidade no mercado da construção. O aumento generalizado do preço dos materiais e do custo da mão-de-obra, associados à dificuldade na sua aquisição, por escassez de oferta qualificada no reduzido mercado nacional (empreiteiros/ fornecedores/ prestadores de serviços), tem forte impacto na formação e na execução dos contratos para materialização dos investimentos sob responsabilidade das empresas do Grupo IP (PETI3+/ Ferrovia 2020 / PNI 2030 / PRR).

Ainda de entre os fenómenos externos mais impactantes, destaca-se pela magnitude, abrangência e influência das suas consequências nas decisões e estratégicas prosseguidas, o crescente efeito dos fenómenos naturais e ambientais na condição da infraestrutura, os fenómenos de ciberataque na manutenção dos equipamentos/ sistemas e integridade da informação, e ainda a subordinação da gestão ao enquadramento legal, regulamentar e processual complexo e dependente de decisões externas à organização.

Aos constrangimentos associados à limitação dos recursos humanos, seja por parte dos prestadores de serviços em garantir as condições contratuais dos empreendimentos, seja nas equipas internas de fiscalização e acompanhamento dos mesmos, acresce a morosidade do processo de contratação (aplicação do quadro legal e orçamental) transversal a todas as fases do processo de investimento/intervenção na infraestrutura, e que são referidas, entre outras, como causas do atraso na implementação dos controlos identificados para tratamento dos riscos conexos a esta atividade.

A insuficiência de recursos humanos internos afeta, igualmente, a execução regular das atividades operacionais de inspeção e controlo contínuo e sistemático da rede, com particular criticidade na área tecnológica, pela dificuldade na captação/retenção de recursos com competências técnicas especializadas que assegurem a continuidade e desenvolvimento das aplicações e sistemas de suporte à atividade na gestão dos processos internos, com perda de eficiência para a organização.

Não obstante as limitações identificadas na gestão da atividade, o investimento na modernização dos sistemas, tecnologias e equipamentos críticos é uma prioridade e tem progredido face ao desgaste/degradação e obsolescência observadas, designadamente, em áreas críticas do negócio, e para reforço da segurança e resiliência dos sistemas e informação, fortemente impactadas por eventos externos em tendência crescente de evolução.

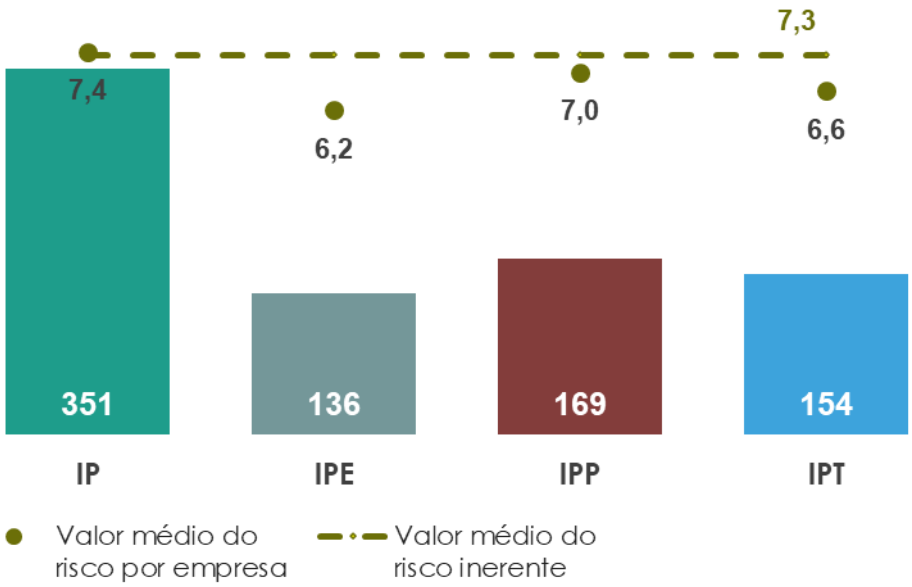
Assim, e por forma a manter uma gestão equilibrada e adequada dos riscos ora analisados, os planos de ação para tratamento destes riscos preconizam sobretudo o reforço e continuidade dos controlos implementados avaliados regulamente no que respeita à sua eficácia e adequabilidade ao contexto,

procedimentos que integram o sistema de controlo interno para a monitorizados dos riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas,

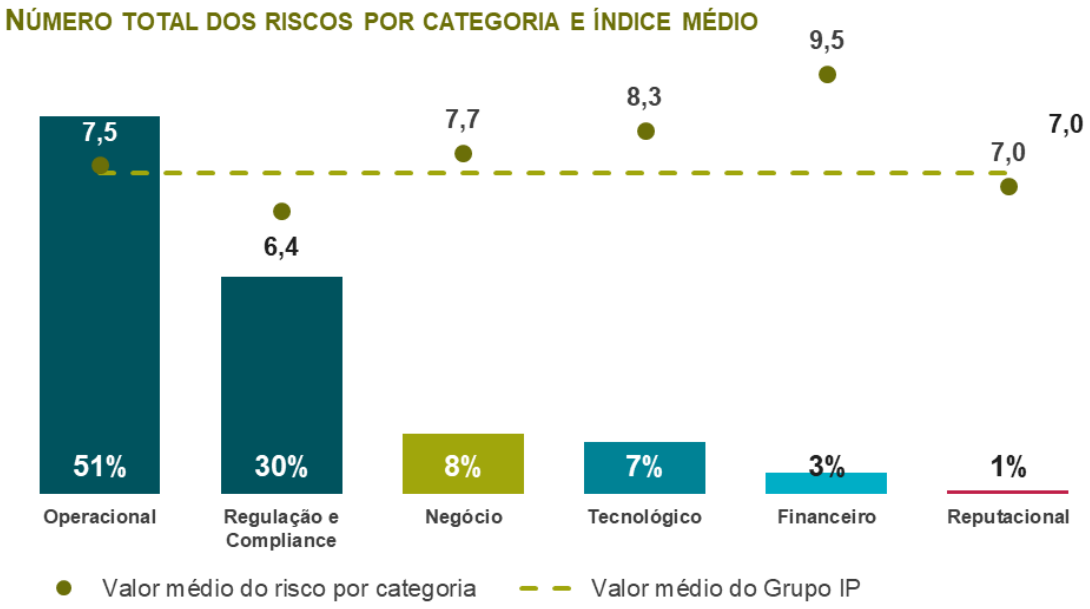
Em resultado das ações concertadas da i) auditoria interna, na identificação de fragilidades nos processos internos e identificação das consequentes ações corretivas, da ii) *Compliance* no âmbito do cumprimento normativo e ações para aplicação das recomendações aplicáveis, que incluem a divulgação, comunicação, formação e sensibilização para as matérias conexas com a Ética, Conflito de Interesses, a Proteção de Dados Pessoais, o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, o Canal de Denúncias, a Declaração de Política Antifraude Política de Comunicação de Irregularidades, a Cibersegurança e iii) da Gestão do Risco na identificação e tratamento das ameaças, o Grupo tem prosseguido e reforçado a estratégia implementada para deteção, prevenção e dissuasão da fraude e corrupção cujos riscos conexos se situam em nível relativamente moderado.

Em resultado da análise efetuada, confirma-se que o Grupo IP se encontra exposto a 375 riscos, dos quais 21 são novas ameaças. Do universo dos riscos identificados no Grupo IP, verificou-se que 94% dos riscos têm potencial de impacto na IP, sendo que o nível de risco médio da IP (7,4) supera ligeiramente o valor do risco médio do Grupo (7,3).

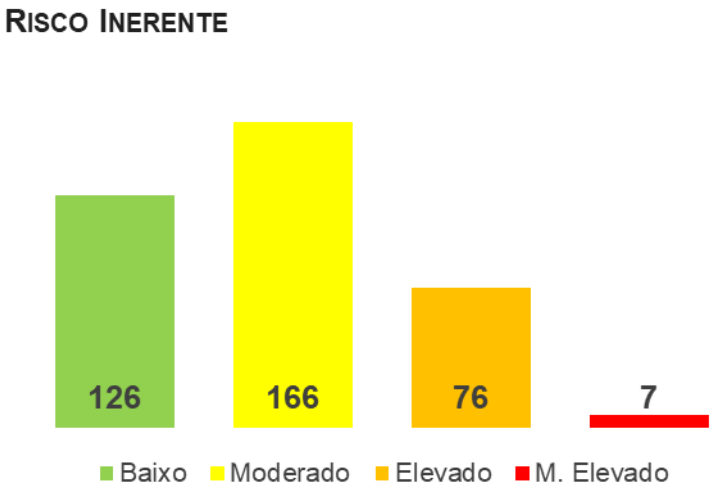
NÚMERO TOTAL DOS RISCOS COM POTENCIAL DE IMPACTO NAS EMPRESAS



Considerando a tipologia dos riscos que caracterizam a atividade, confirma-se a predominância dos riscos de categoria “Operacional” no universo global dos riscos do Grupo IP, em que se verificou um ligeiro acréscimo no nível médio do risco assim como na categoria “Reputacional” e de “Negócio” comparativamente ao período homólogo.



Da análise aos 375 riscos identificados, que considera o efeito dos controlos implementados no controlo e mitigação dos riscos, verifica-se que o nível médio atual do Grupo IP é de 7,3, ou seja, há uma concentração de riscos de nível moderado, com a distribuição global representada na figura:



A variação do nível do risco verificou-se em 22% dos riscos analisados, sendo que em 14% se traduziu numa diminuição do nível do risco.

Dos controlos implementados para a mitigação dos riscos, mantêm-se as ações de monitorização e intervenção nas infraestruturas, a implementação das ações do plano tecnológico e desenvolvimento das aplicações e sistemas de suporte à atividade.

Acresce ainda a continuação i) do reforço de recursos humanos e realização de ações de formação, onde se inserem a realização de workshops e ações internas de sensibilização, referentes a matérias conexas com a Ética, Conflito de Interesses, a Proteção de Dados Pessoais, a Cibersegurança e a Gestão do Risco e ii) a realização de ações de Auditoria Interna/Monitorização, bem como o desenvolvimento de procedimentos e normativos específicos às diferentes áreas de atuação.

Nos planos de ação inscritos no atual mapa global do Grupo IP estão previstos 385 controlos a implementar que dão continuidade e reforçam a mitigação dos riscos, designadamente no que respeita à continuidade das ações para o desenvolvimento e melhoria i) de aplicações e procedimentos para maior eficiência no desempenho dos processos e cumprimento da *Compliance* das atividades; ii) dos sistemas e infraestruturas tecnológicas e iii) de reforço de recursos humanos para colmatar as necessidades de rejuvenescimento e reforço das equipas.

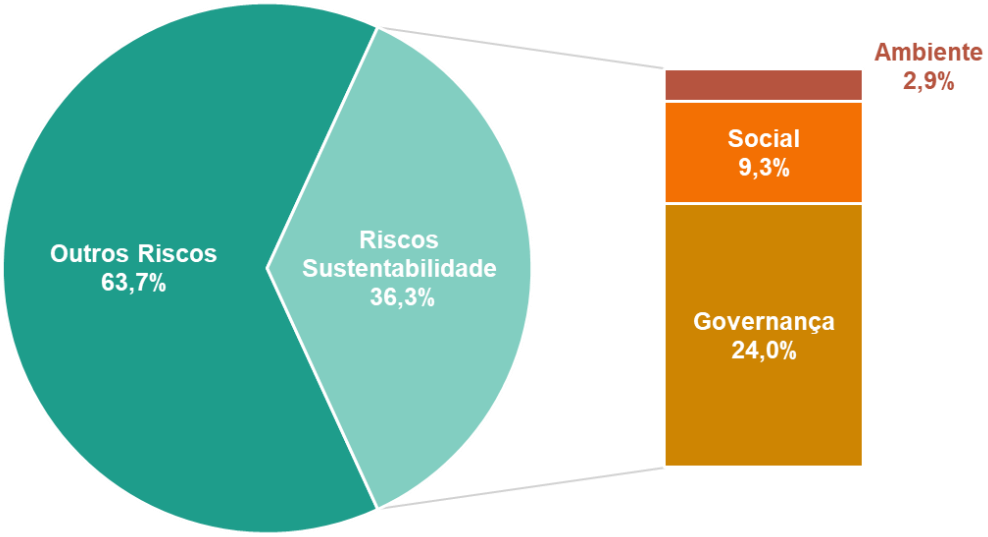
A monitorização da implementação destes controlos será efetuada em articulação com o "Dono do Risco" e os intervenientes neste processo, sendo o respetivo resultado reportado às partes interessadas.

Paralelamente ao processo de gestão de riscos do Grupo IP, realizou-se, em 2024, a referida análise de dupla materialidade, identificando riscos e oportunidades relacionados com os temas ESG da empresa.

O procedimento de gestão de riscos da organização segue a norma NP ISO 31000:2019 – Gestão do Risco, com foco no desempenho a curto e médio prazo, e enfatizando os riscos para o negócio da empresa. No caso da ADM, que segue a Diretiva CSRD, é adotada uma perspetiva de médio/longo prazo, visando estabelecer os temas prioritários da atuação da empresa em termos de sustentabilidade, e que ajustam, se necessário, a estratégia de sustentabilidade da empresa.

Os **Impactes, Riscos e Oportunidades (IRO)** identificados no âmbito da **Análise de Dupla Materialidade (ADM)**, apesar de não estarem totalmente integrados na Gestão de Riscos da empresa, em resultado do facto de 2024 ter sido o primeiro ano em que se realizou, encontram-se, na sua maioria, já integrados, e predominantemente mapeados na categoria de "Consequência do risco", no caso dos impactes. Por outro lado, os riscos da ADM estão refletidos nas dimensões de "Designação do risco", "Detalhe do risco" e "Fonte do risco". Ainda assim, da análise e avaliação que foi realizada, foi possível identificar a necessidade de realizar alguns ajustamentos à Gestão de Riscos da empresa, no sentido de integrar novos elementos e adaptá-la a esta nova realidade, a concretizar em 2025.

Neste contexto, a partir do próximo ano, a integração e o ajuste da metodologia da gestão de risco contribuirá para uma abordagem mais estruturada e integrada, fortalecendo a estratégia corporativa e a capacidade da organização de antecipar e mitigar riscos de forma eficiente e sustentável.



Analisando a caracterização dos riscos identificados no atual processo de **Gestão de Riscos** da empresa, pode verificar-se que 136 riscos, ou seja, 36% do total de riscos estão diretamente relacionados com os temas materiais ESG, enquadrando-se na ADM:

- 24% sobre **governança**, com destaque para a gestão da relação com fornecedores (7,7%), incluindo práticas de pagamento, e corrupção e suborno (6,9%);
- 9% sobre tópicos **sociais**, onde as condições de trabalho representam 4%; e
- 3% sobre **ambiente**, com a adaptação às alterações climáticas e a economia circular a representarem 2,1%.

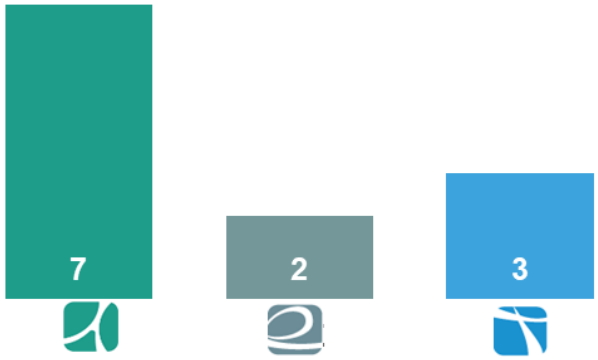
Esta análise confirma uma considerável representatividade dos temas materiais resultantes da ADM realizada em 2024, nos riscos geridos pela empresa, de acordo com a metodologia atual.

GESTÃO DAS OPORTUNIDADES

Estão atualmente identificadas 12 oportunidades para tratamento no Grupo IP.

As oportunidades em tratamento no Grupo IP são as identificadas em sede de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento das respetivas empresas e têm a seguinte distribuição:

OPORTUNIDADES POR EMPRESA DO GRUPO IP



A natureza destas oportunidades na IP deriva particularmente do contexto externo, designadamente o aproveitamento dos incentivos que decorrem de vários programas de investimento (PNI 2030 / PRR / Plano Ferroviário) e incentivo à inovação tecnológica, da disponibilidade de fundos comunitários e a continuidade do processo de recrutamento.

Nas empresas participadas, as oportunidades identificam-se com a especificidade do negócio; na IPT são as que incentivam o processo comercial e consolidação no mercado tecnológico; para a IPE estão orientadas para o relacionamento com os clientes no mercado internacional e de melhoria das sinergias com a IP.

Para o tratamento destas oportunidades estão identificados 16 controlos cuja implementação é monitorizada semestralmente pela "Gestão do Risco" em colaboração com o "Dono da Oportunidade" e o órgão de apoio de gestão transversal, interno a cada empresa. O resultado é reportado às partes interessadas.



50.º

Áreas de Negócio
Parte I

Infraestruturas de Portugal

5. ÁREAS DE NEGÓCIO

5.1 ASSET MANAGEMENT

A gestão dos ativos que integram as redes ferroviária e rodoviária da IP, é orientada para a otimização do ciclo de vida dos ativos, conduzida por critérios de sustentabilidade, tendo em vista a disponibilização de uma infraestrutura com elevados níveis de segurança e qualidade.

Neste enquadramento, a IP tem a missão basilar de **inspecionar os ativos das infraestruturas**, assegurando a **realização de um adequado diagnóstico do seu estado de conservação**. Este conhecimento da condição dos ativos é fonte de desenvolvimento das atividades de planeamento e gestão de ativos. A inspeção dos ativos que compõem a infraestruturas é uma componente fundamental para uma resposta mais eficaz no que diz respeito **à segurança, manutenção e exploração das infraestruturas**.

CAMPANHA DE INSPEÇÕES 2024

PAVIMENTOS RODOVIÁRIOS

As campanhas de inspeção principal aos pavimentos são de carácter anual e constituem-se como atividades fundamentais para a missão da IP, permitindo obter os indicadores necessários a uma boa gestão de conservação e manutenção.

Em 2024 a inspeção aos pavimentos foi realizada com recurso aos equipamentos *Laser Road Surface Tester* (RST66 / Lobo), pela primeira vez, e *Sideway-force Traction Measurement System* (SKM / Lince), equipamentos de referência que asseguram um diagnóstico detalhado e preciso das características superficiais do pavimento.

RST66 / Lobo – inspecionados 8.141 km de extensão de via;

SKM / Lince - inspecionados 5.288 km de extensão de vias.





Perfilómetro Laser RST66 / Lobo (exterior / interior)





SKM / Lince (exterior/ interior)

SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

Em 2024, realizaram-se as primeiras inspeções aos ativos de sinalização rodoviária em cerca de 850 km de estradas, correspondentes à rede abrangida pelo Decreto-Lei n.º 84-B, de 9 de dezembro. A iniciativa teve como principal objetivo a caracterização da retroreflexão das marcas rodoviárias e dos sinais verticais, regulamentados pelo Regulamento de Sinalização do Trânsito (RST).

A caracterização da retroreflexão dos sinais verticais e das marcas rodoviárias é fundamental para uma gestão eficiente da conservação da sinalização e para a promoção da segurança rodoviária, permitindo ainda assegurar o cumprimento das obrigações contratuais da Infraestruturas de Portugal, tais como o Plano de Controlo de Qualidade (PCQ) e as Inspeções Periódicas de Segurança Rodoviária (IPSR), previstas no Decreto-Lei n.º 84-B/2024, de 25 de julho.

VIA-FÉRREA E CATENÁRIA


Veículo EM120 juntamente com o vagão de inspeção ultrassónica de carril

Durante o ano de 2024 destaca-se a realização de duas Campanhas de Inspeção de Via e Catenária, sobre toda a RFN em exploração (campanhas à rede geral). Foi efetuada inspeção de geometria de via a 6.301 km lineares de via, e inspeção de geometria de catenária a 2.493 km lineares de via.

Integrada na inspeção principal de via é normalmente assegurada, com periodicidade anual, uma campanha de auscultação ultrassónica de carril, em contínuo e com recurso a veículo pesado, em parte significativa das linhas gerais de via larga, que constituem a RFN em exploração. Em 2024, esta importante campanha de inspeção do carril foi assegurada com recurso à contratação da empresa Redalsa, tendo a mesma percorrido cerca de 2.480 km na RFN.

A Inspeção Principal base a Aparelhos de Via (AV) consiste na avaliação detalhada da condição geral e estado dos seus componentes constituintes. Em 2024 foram efetuadas 4.676 inspeções.

OBRAS DE ARTE (O.A.)



No que se refere às Obras de Arte, foram executadas, em 2024, 938 ações de Inspeção Principal a Pontes Rodoviárias, com meios internos, com destaque para os distritos de Setúbal, Beja, Castelo Branco, Lisboa e Évora. Esta atividade de Inspeção Principal incluiu, também, a realização de um conjunto de atividades contratadas externamente, num total de 246 Inspeções Principais.

Na rede ferroviária foram executados internamente 353 relatórios de Inspeção Principal. Do ciclo de inspeções ferroviárias de 2024, destacam-se pela sua dimensão a campanha de inspeções realizadas nas linhas da Beira Alta, do Leste, de Sintra e de Cascais.

A campanha da contratação externa de 2024, incorporou a realização de um total de 158 O.A. na rede com exploração e 69 O.A. na rede sem exploração.

A IP tem também consolidada uma equipa interna de Inspeções Subaquáticas, que é realizada às partes permanentemente imersas das obras de arte.


Inspeção Subaquática da EN10 - PH sobre a Vala do Tejinho ao km 116+810com meios internos (2024)

Em 2024, foram realizadas 22 inspeções na rede rodoviária com meios internos e 15 com meios externos. Na rede ferroviária, foram efetuadas 21 inspeções com meios in ternos e 4 com meios externos.

PÓRTICOS DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA

A IP iniciou em 2019 o acompanhamento às estruturas metálicas de suporte a painéis de sinalização rodoviária (pórticos e semi-pórticos). Definidas as linhas orientadoras e os protocolos de inspeção, e tendo sido recolhida a experiência de contratações-piloto nos anos transatos, efetuou-se, em 2024, o primeiro concurso público para a prestação de serviços de execução de inspeções principais.

Recorrendo ao protocolo formalizado em manual próprio e fazendo uso da aplicação desenvolvida com base no *IP.GIS.Mobile*, foram contratadas 51 inspeções e 8 avaliações estruturais, incluindo a realização de ensaios, tarefas que se prolongam para o corrente ano.





SISTEMA DE GESTÃO DE ATIVOS

Tendo por base a atividade de inspeção são desenvolvidas ferramentas de gestão de ativos que permitam dar a conhecer o impacto das decisões económicas de curto-prazo, nas vertentes de custo-desempenho-risco a longo prazo, através de:

a) Metodologias para aferir do estado de condição dos ativos, nível de utilização a que estão sujeitos e momento do ciclo de vida útil em que se encontram;

b) Modelos de gestão diferenciada de acordo com o nível de serviço, ou disponibilidade para a operação, a que o seu desempenho deve corresponder;

c) Identificação das efetivas necessidades de intervenção em função dos níveis de serviço exigidos e ainda, as intervenções mais adequadas a executar, o momento do ciclo de vida útil do ativo e o respetivo impacto no seu desempenho;

d) Identificação dos riscos associados às decisões de não executar as intervenções indicadas no momento certo;

e) Planeamento, com uma visão a 20 anos, analisando cenários de custo aferindo o correspondente risco e desempenho, assim como o passivo de renovação resultante.

O conjunto de informação relativa à condição das Infraestruturas, é compilado e analisado para que permita a sua rápida disponibilização e análise em contexto de planeamento, através de suportes aplicacionais dedicados (figura abaixo, para cinco tipos de ativos distintos). Os resultados obtidos pelos atuais sistemas de gestão existentes na empresa conduzem, preferencialmente, a atuações preventivas em detrimento de intervenções reativas, caracterizadas por um maior risco, maior disrupção nas redes, bem como investimentos mais avultados.



Após a compilação da informação de inspeção (técnica e detalhada) esta é tratada e transformada em informação de gestão e de suporte à decisão, consubstanciada na apresentação anual de informação relativa ao Estado da Infraestrutura. Desde 2019, esta informação é disponibilizada à sociedade e ao público em geral através do site institucional da IP, ação esta alinhada com os valores de clareza e transparência que norteiam a atuação da IP.

5.2 CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE

5.2.1 REDE FERROVIÁRIA

A **segurança, disponibilidade, fiabilidade e sustentabilidade** são os pilares basilares da atividade de manutenção das infraestruturas ferroviárias.

Para assegurar a prossecução de uma estratégia que corporize estes referenciais, a IP dispõe de recursos humanos e equipamentos tecnologicamente avançados, que lhe permitem deter um conhecimento rigoroso do estado da infraestrutura, priorizar os seus investimentos de forma habilitada e sustentar de forma capacitada as diferentes ações de manutenção e reabilitação impostas aos 2.526 km de rede em exploração sob sua gestão, incluindo:

km de via-férrea	Aparelhos de via	km de catenária	Subestações	Encravamentos de Sinalização
2.526	**3.044**	**2.511**	**29**	**68**

Pontes	Túneis	Estações e apeadeiros	Passagens de nível	Edifícios
1.943	**79**	**561**	**782**	**3.431**

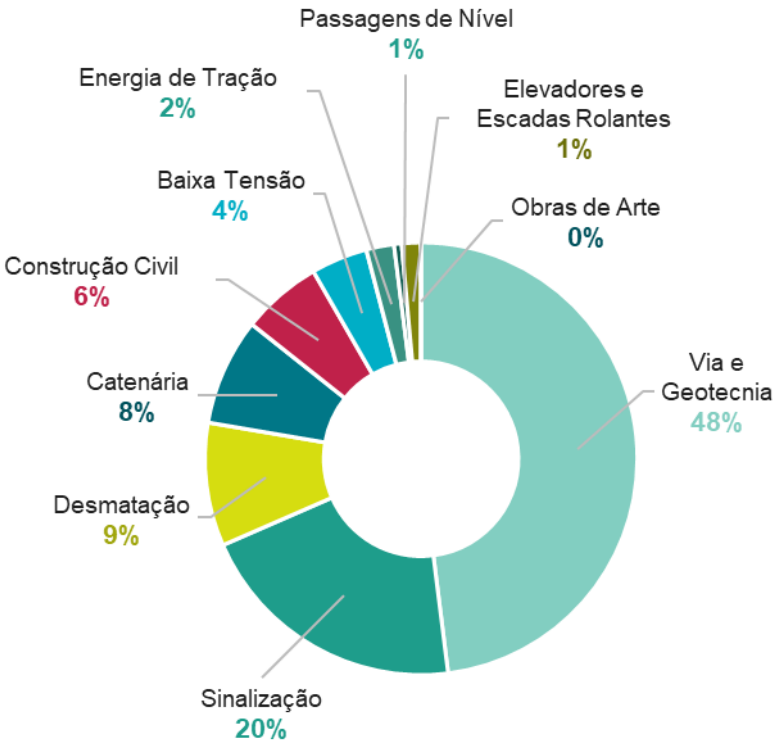
A manutenção ferroviária desenvolve as diferentes atividades num ciclo contínuo que vai da inspeção à execução, tendo em consideração as características da infraestrutura, o tipo de exploração e os objetivos de serviço de cada linha.



As intervenções de manutenção e reabilitação de infraestrutura-ferroviária são suportadas em dois instrumentos de gestão:

A. CONTRATOS DE MANUTENÇÃO

Em 2024, a IP executou 71,6 milhões de euros em contratos plurianuais, distribuídos entre diversas especialidades.



A realização foi desenvolvida através de contratos plurianuais nas diversas especialidades que compreendem três componentes:

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

A **Manutenção Preventiva Sistemática (MPS)** inclui a atividade de inspeção e a execução, baseada em roteiros de ações pré-definidas, devidamente calendarizadas em plano e adaptadas à especificidade de cada equipamento, de modo a reduzir a sua probabilidade de falha ou avaria, assim como conhecer a sua condição.

A atividade de MPS - execução é desenvolvida, maioritariamente, ao abrigo das aquisições de serviço de manutenção e a MPS - inspeção é realizada com recursos internos sendo, mediante o diagnóstico resultante desta atividade, determinadas as necessidades de intervenção nos ativos planeáveis.



MPS - Inspeção de Pontes



MPS - Execução de deservagem

A **Manutenção Preventiva Condicionada (MPC)** é baseada no controlo de condição, na vigilância do funcionamento do equipamento e nos seus parâmetros significativos, sendo desencadeada em função do resultado de inspeções aos equipamentos e respetivo diagnóstico, devidamente planeada a curto ou a longo prazo.



MPC - Ataque mecânico pesado de via

A fiscalização dos trabalhos de manutenção é realizada com recursos internos, sendo obrigatória nos trabalhos considerados críticos, ou que pela sua complexidade, ou consequências gravosas da sua má execução, estão sujeitos a disposições especiais de certificação e homologação de procedimentos, pessoal e equipamentos.

MANUTENÇÃO CORRETIVA

A **Manutenção Corretiva (MC)** é realizada em resposta à deteção de uma falha num sistema ou equipamento, com o objetivo de restaurar as suas condições de operação visando a disponibilidade e segurança da infraestrutura. As falhas podem ser categorizadas em duas origens principais: avarias originadas pelo próprio sistema e avarias originadas por influências externas, acidentes ou desastres naturais.

Estão continuamente em regime de prevenção (regime 24/7) equipas responsáveis por restaurar a operacionalidade dos equipamentos o mais rapidamente possível, estando definidos Tempos de Reação e de Resposta de acordo com a criticidade de cada sistema. Estas equipas, seguindo regras técnicas e de segurança adequadas, conduzem as atividades com o objetivo de restituir as normais condições de utilização e promover a disponibilidade da infraestrutura para a operação ferroviária garantindo a segurança das pessoas e bens.

Um dos casos de MC, ocorridos em setembro/2024, resultou dos incêndios que devastaram um total de 135.000 hectares nas regiões do norte e centro, abrangendo uma extensão considerável da linha do Vouga.



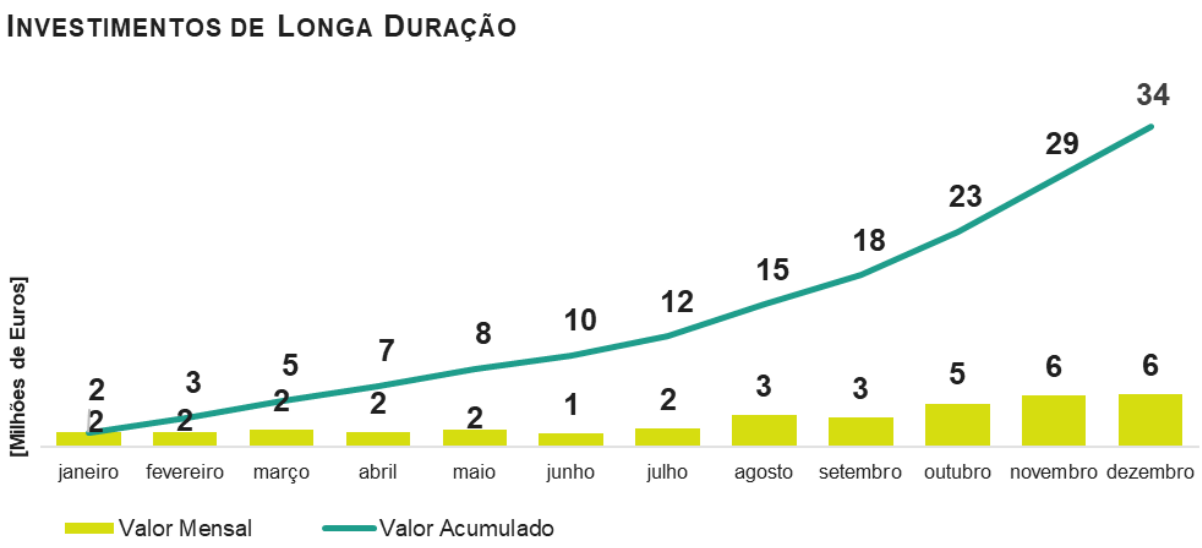
Danos causados pelos incêndios



MC - Reposição das condições mínimas de circulação na linha do Vouga

B. INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO (ILD)

No ano de 2024, o investimento realizado em intervenções de renovação e reabilitação da infraestrutura, de adequação aos normativos e regulamentos existentes e de reforço dos níveis de serviço da infraestrutura ferroviária, totalizou 34,3 milhões de euros



Neste contexto, em 2024, destacaram-se os seguintes investimentos:

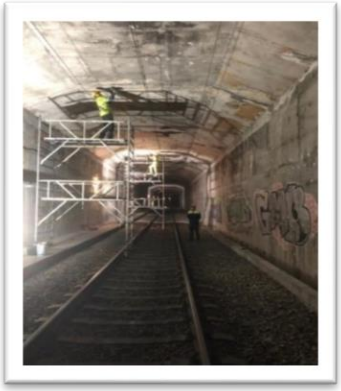
- **Linha do Sul – PK 73,089 a PK 76,277 – Substituição de PH´s**

A Empreitada visou a substituição do tabuleiro metálico da PH de Albergue, ao km 73,091, e do da PH do Amieiro, ao km 76,279, localizadas na Linha do Sul, troço Pinheiro-Funcheira, por estarem sinalizados com insuficiente resistência estrutural. Os novos elementos, em betão armado e balastrados, garantem a resposta regulamentar das estruturas às atuais solicitações dinâmicas das circulações, bem como a continuidade da via balastrada. Foram mantidos e reforçados os encontros, através de micro-estacas, mantendo-se o vão original das estruturas.

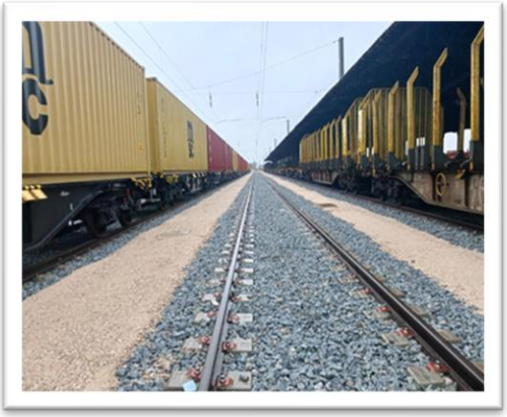


- **Linha do Minho – Empreitada para tratamento do betão armado no Túnel de Campanhã**

Esta empreitada teve o objetivo de reparar problemas estruturais, originados por fenómenos patológicos em rápida evolução como: fissuras longitudinais e transversais, delaminação de betão, deficiente ligação em juntas de betonagem, juntas de dilatação degradadas e falta de impermeabilização nos hasteais e abóbada. Repararam-se, também, fenómenos de corrosão na armadura principal, painéis delaminados em risco de queda, vários pontos de passagem de água e zonas com eflorescências/carbonatação.



- **Reabilitação das Linhas T16 e T17 da Triagem da Estação do Entroncamento – Linha do Norte**



A reabilitação das linhas em referência contemplou, entre outras atividades, a substituição das travessas de madeira existentes por travessas de betão bi-bloco, a abertura de caixa para colocação de balastro, incluindo a aplicação de manta geotêxtil sobre a plataforma de Via e ataque mecânico pesado.

A concretização desta ação teve por objetivo central a melhoria dos níveis de Segurança, Qualidade, Disponibilidade e Fiabilidade das referidas infraestruturas bem como o cumprimento dos níveis de serviço acordados com os operadores ferroviários.

- **Estabilização do talude de escavação entre o km 72,655 e Km 72,900 LE da Linha do Norte**

Esta ação teve como objetivo a estabilização do talude de escavação localizado entre o km 72,655 a 72,900, do lado esquerdo da linha do Norte, destacando-se entre as várias atividades desenvolvidas, o reperfilamento do talude, a execução de máscaras drenantes/ enrocamento e a reformulação de todo o sistema de drenagem.



- **Estabilização do talude de escavação entre o km 124,510 e Km 124,630 LE da Linha do Norte**

Esta ação teve como objetivo a estabilização do talude de escavação localizado entre o km 124,510 a 124,630, do lado esquerdo da linha do Norte, destacando-se entre as várias atividades desenvolvidas, o reperfilamento do talude, a execução de máscaras drenantes, execução de pregagens e betão projetado, hidrossementeira e a reformulação de todo o sistema de drenagem.



- **Renovação da subestação de tração do Cais do Sodré na Linha de Cascais**

A linha de Cascais é alimentada a 1.500 V em corrente continua e explorada com subestações de tração em paralelo. No troço entre Cais do Sodré e Belém as catenárias são alimentadas simultaneamente pela SST Cais do Sodré e a SST Belém.

No dia 19 de março de 2024 na Linha de Cascais, registou-se uma ocorrência que provocou avaria em diversos equipamentos da Catenária, Energia de Tração e Sinalização e a indisponibilidade temporária de circulação entre Alcântara Terra e Cais do Sodré.

Em consequência desta ocorrência, a SST de Cais do Sodré, ficou em condição de total indisponibilidade, criando um constrangimento à quantidade de comboios em circulação e em simultâneo no troço Cais do Sodré.

Por razões técnicas e urgência na reposição das condições normais de exploração, foi encontrado uma solução modelar, contentorizada para substituição integral dos equipamentos danificados, seguindo-se trabalhos de interligação com a catenária e entre contentores, fornecimento e montagem de cabos e equipamentos complementares a montante e jusante da solução contentorizada.

- **Linha do Sul – Beneficiação/ reposição RCT + TP – Pinhal Novo/ Setúbal / Águas de Moura. Pinhal Novo/ Poceirão (exc.). Concordância Poceirão/ Bif. Águas de Moura Norte/ Pinheiro (exc.) Concordância Agualva. Concordância Águas**



A necessidade de compatibilizar diferentes valências ao nível da infraestrutura com os sistemas de corrente de tração respeitando as Normas Europeias em vigor, nomeadamente em termos de segurança de pessoas e instalações, levou ao desenvolvimento da norma IT.GER.002, dedicada ao Retorno da Corrente de tração e Terras de Proteção das Instalações.

O seu principal objetivo é criar um ambiente seguro para seres humanos e sistemas (eletrotécnicos) na vizinhança da via-férrea.

- **Estabilização de talude ao Pk 137,020 na Linha do Douro**

O objetivo desta ação foi estabilizar o talude dado o elevado risco geotécnico, que havia obrigado à implementação, por razões de segurança, a uma limitação de velocidade de 10km/h, entretanto levantada.



Os trabalhos, de elevada complexidade logística, em troço de difícil acesso, onde a linha se desenvolve paralelamente à margem do rio Douro, decorreram em período noturno e diurno, com recurso a meios aéreos e ferroviários para transporte de materiais.

Atendendo aos riscos inerentes à existência de taludes, elemento geotécnico que acompanha largas extensões na linha do Douro, a IP tem desenvolvido diversas intervenções de estabilização de taludes nesta linha, procurando assim corrigir sinais de instabilidade e minorar os riscos naturais que lhes estão intrinsecamente associados, beneficiando as condições de segurança e consequentemente a disponibilidade e fiabilidade da infraestrutura ferroviária.

- **Substituição de travessas monobloco fissuradas (troço 220 km/h) – Fase 5 (VA e VD) entre os PK 267,300 e 271,000 da Linha do Norte e Substituição de travessas de betão monobloco (Fase 1) entre os PK 181,000 e 184,300, em ambas a vias, na Linha do Norte**



Considerando o acentuado estado de degradação em que se encontram as travessas de betão monobloco nestes dois troços da linha do Norte, nas vias A e D, estas empreitadas visaram substituir as travessas de betão monobloco fissuradas. Tratando-se de troços de linha onde a velocidade máxima é de 220 km/h, com grande intensidade de tráfego ferroviário diversificado, entre comboios de passageiros e de mercadorias, numa superestrutura em carril 60kg/m em barra longa soldada com travessa betão monobloco assente sobre balastro granítico. Dado o desconhecimento do comportamento da fissuração identificada nas travessas importou mitigar riscos e aumentar o nível de fiabilidade e de disponibilidade do canal à exploração. Neste contexto, procedeu-se à substituição das travessas em contínuo em troços onde a percentagem de fissuração é mais elevada e realizar ataque mecânico pesado com descarga de balastro para garantir os parâmetros geométricos da via, para a velocidade a praticar.

Esta intervenção teve como objetivo executar os seguintes trabalhos:

- Fornecimento, transporte, descarga e regularização de balastro;
- Substituição de travessas de betão monobloco para betão monobloco;
- Ataque mecânico pesado.

- **Linha Norte - Gare do Oriente - Remodelação da Iluminação**



A Estação do Oriente, que integra as componentes ferroviária, rodoviária, metropolitano e de estacionamento, foi inaugurada em 20 de maio de 1998, por altura da Exposição Mundial – Expo 98.

Esta infraestrutura estava dotada de iluminação que se encontrava em final de vida útil, com os naturais constrangimentos que daí advêm. Eram recorrentes as avarias em equipamentos de iluminação e regulares as necessidades de intervenção ao nível da manutenção dos mesmos.

Para a remodelação da iluminação da Gare do Oriente, foi definida a ação de substituição dos equipamentos existentes por luminárias com tecnologia LED, proporcionando uma solução de maior sustentabilidade e eficiência energética. Foram substituídas, na sua totalidade, 8.506 aparelhos de iluminação.



- **Remodelação do piso 3, incluindo AVAC, do Edifício 2 do Campus do Pragal**

Esta intervenção visou maximizar funcionalmente o aproveitamento do espaço existente, fomentar uma cultura de proximidade e partilha de informação entre as várias unidades orgânicas da IP e reduzir custos com o funcionamento e a manutenção do edifício.

Esta maximização, na qual é integrada a intervenção no piso 3, visa dar continuidade ao projeto de modernização do edifício 2 (já realizada no piso 4) e tem como intuito possibilitar o acolhimento de 724 colaboradores nos pisos 1 a 4, um incremento de 64 % face à situação anterior, criar espaços mais versáteis e com melhores condições de trabalho à semelhança do piso 4 deste projeto cuja obra se encontra já em fase de conclusão.

5.2.2 REDE RODOVIÁRIA

CENTRO DE CONTROLO DE TRÁFEGO (CCT)

O Centro de Controlo de Tráfego (CCT) da IP opera **24 horas por dia, 365 dias por ano**, sendo responsável pela coordenação e gestão do tráfego rodoviário a nível nacional, com especial enfoque nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como no Túnel do Marão.

Com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço para os utilizadores da infraestrutura rodoviária, o CCT opera um sistema avançado de informação, que inclui dados em tempo real sobre tráfego, sinistralidade e outras ocorrências na rede. Todas as informações são geridas por meio de uma plataforma informática específica.



A recolha de dados ocorre através de diversos equipamentos de telemática rodoviária instalados na rede, incluindo:

2024

475
câmaras para monitorização do tráfego

9
estações meteorológicas que analisam as condições climáticas

(última revisão ocorreu em 1998)

565
contadores de tráfego para medição do fluxo rodoviário

412
postos SOS para assistência a automobilistas

Durante o ano de 2024 foram registadas 20 921 ocorrências, registadas pelo operador do CCT em tempo real, tais como acidentes, veículos avariados, entre outros.

A interação com os automobilistas é realizada através de diversos meios, de entre os quais se destacam: **102 Painéis de Mensagem Variável (PMV)**, **6 Painéis "*Road Information Map*"** (RIM) na Serra da Estrela e o **Portal Viajar na Estrada**, acessível em *Viajar na Estrada*.



De referir igualmente que o CCT assegura a realização de auditorias aos sistemas de portagem virtual e contadores de tráfego das concessões e subconcessões através da realização de vídeo verificações. Em 2024 foram efetuadas **518 vídeo verificações** e **206.990 veículo aferidos**.

Em 2024, foram promovidos avanços significativos na infraestrutura do CCT, incluindo a **substituição do *videowall***, com o objetivo de modernizar a tecnologia e atender às crescentes exigências do setor.

A informação de tráfego é também obtida pelas **Unidades Móveis de Inspeção e Apoio (UMIA)**, pelas forças de segurança (PSP e GNR) e pela informação dos utilizadores da estrada, através da linha de apoio ao cliente IP.

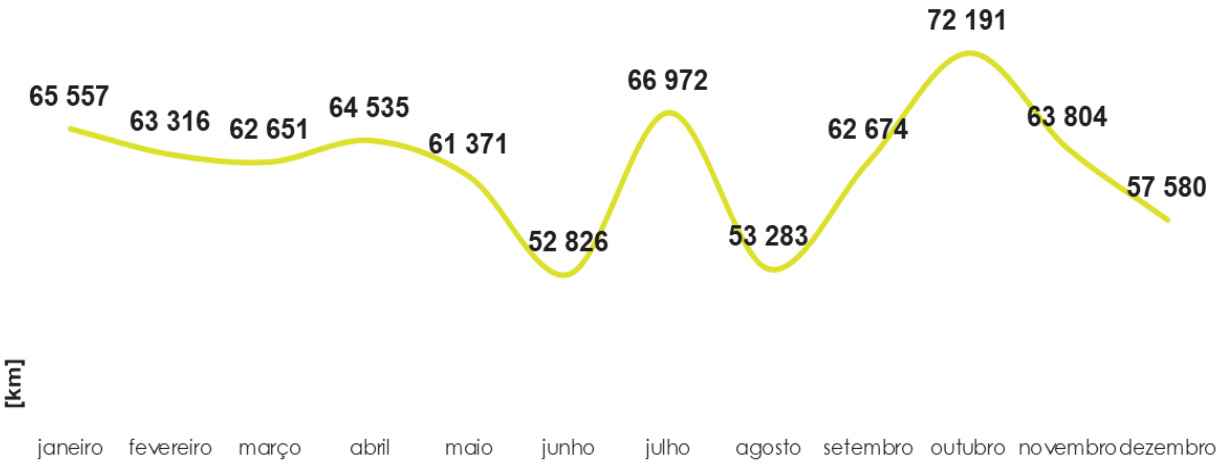
Fiscalização da Rede



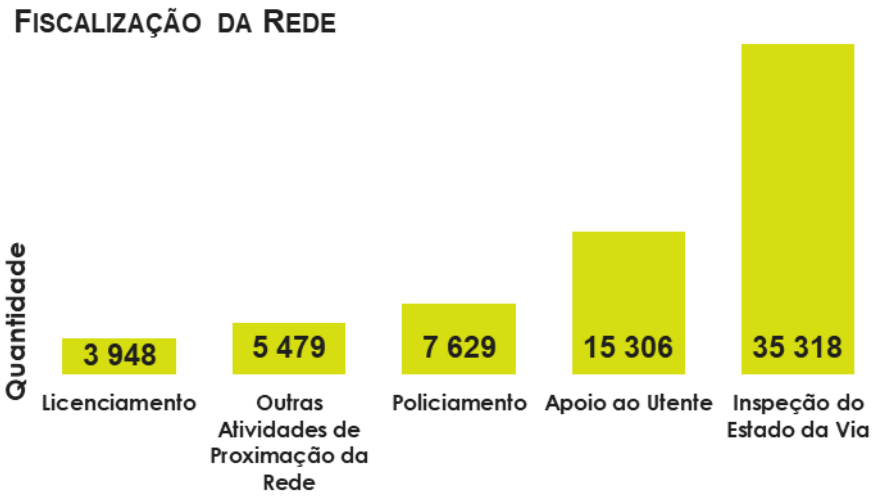
A fiscalização da rede rodoviária pela IP envolve o patrulhamento periódico das vias, estruturado com base em critérios como Tráfego Médio Diário Anual (TMDA) e Tráfego Médio Diário Semestral (TMDS), além de atividades comerciais e recursos disponíveis. O objetivo é garantir o cumprimento dos níveis de serviço da rede.

As inspeções são realizadas pelas **Unidades Móveis de Inspeção e Apoio (UMIA)** que percorrem trechos estratégicos da rede conforme roteiros pré-definidos. Em 2024, as UMIA percorreram **1.604.269 km** de estradas, dos quais **746.760 km** correspondem à rede efetivamente fiscalizada.

Extensão de Estrada Fiscalizada



A principal função das UMIA é monitorizar continuamente a rede, identificando e registando deficiências ou situações críticas que exijam intervenção imediata para preservar a segurança dos utilizadores. Em 2024, as **UMIA atenderam 68.848 chamadas**, realizaram **67.680 avistamentos** e **percorreram 1.604.269 km de rede**, contribuindo para a rápida resolução de problemas na infraestrutura rodoviária.

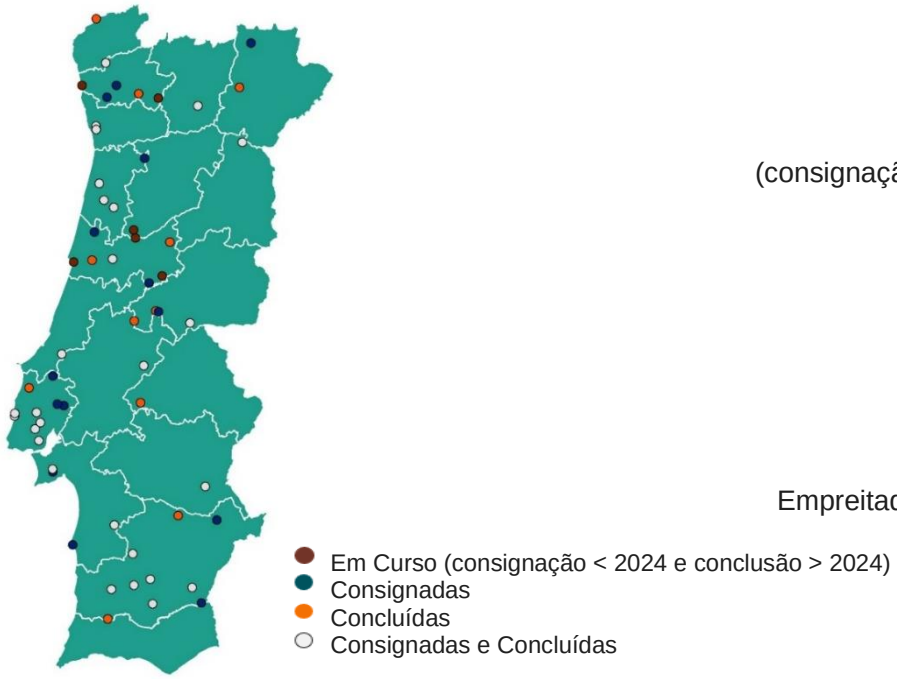


CONSERVAÇÃO PERIÓDICA

A **Conservação Periódica** consiste na execução de intervenções de elevada complexidade, realizadas com base numa priorização definida por critérios técnicos oriundos dos Sistemas de Gestão. Essa abordagem considera a racionalidade económica e a otimização dos recursos humanos, operacionais e de oportunidade, visando reabilitar os componentes da estrada sem alterar as suas características originais, restabelecendo um nível de serviço satisfatório e prolongando a vida útil das estruturas existentes.

Esta atividade encontra-se organizada na IP por meio de um conjunto de programas de Intervenções em Vias, que abrangem áreas como Pavimentos, Geotecnia, Obras de Arte, entre outras. Adicionalmente, existe um programa específico de intervenções em Pavimentos, fundamentado na avaliação das necessidades de reabilitação. Esse programa baseia-se numa estratégia de priorização pautada na urgência técnica, utilizando o Índice de Qualidade (IQ) das vias e os níveis de tráfego verificados, no âmbito do pipeline de planeamento.

Durante o ano de 2024, foram executadas 83 empreitadas, com a seguinte distribuição:



2024

9
Empreitadas em Curso
(consignação < 2024 e conclusão > 2024)

25
Empreitadas Consignadas

19
Empreitadas Concluídas

30
Empreitadas Consignadas e Concluídas

Durante o ano de 2024, as principais **empreitadas Consignadas e/ou Concluídas** foram as que se apresentam a seguir:

- **EN101 – Valença (KM 0+875) e Entroncamento com a EN202 (Monção) (KM15+963)**

Esta intervenção teve por objetivo uma melhoria significativa das condições de circulação e segurança rodoviária, reabilitando o pavimento e a sinalização e equipamentos de segurança, repondo os níveis de serviço adequados.



- **C35(EN106) - Penafiel (KM25+630) e Cruzamento EN15 Nascente (KM27+660) - IPV 2022**

O programa IPV foi concebido com base numa avaliação técnica, consistindo em intervenções preventivas, mais ligeiras, efetuadas aos primeiros sinais de degradação, com o objetivo de melhorar o desempenho e prolongar o tempo de vida do pavimento, adiando a médio prazo a execução de uma ação de Conservação Periódica mais onerosa.



- **EN347 - KM17+275 - Ponte Sobre o Rio Mondego. Reabilitação**

A intervenção teve como objetivo a reabilitação e o reforço da Ponte, tendo em consideração o seu estado atual e dando garantias da sua durabilidade estrutural, prolongando a sua vida útil e reforçando a sua estabilidade, repondo as normais condições de circulação e segurança da via.



- **ER348, KM 87+690, Ponte Sobre o Rio Zêzere - Reabilitação E Reforço Estrutural**

Reabilitação e o reforço estrutural da Ponte sobre o rio Zêzere situada ao km 87+690 da ER348. A Ponte sobre o rio Zêzere, sobre a albufeira de Castelo de Bode, apresenta uma altura de 100m acima do leito do rio e uma extensão total de 385 m. Caracteriza-se por ser uma estrutura em arco e possuir um vão de 224 m.



- **IC15 – Viaduto Duarte Pacheco. Reforço Sísmico e Reabilitação Complementar**

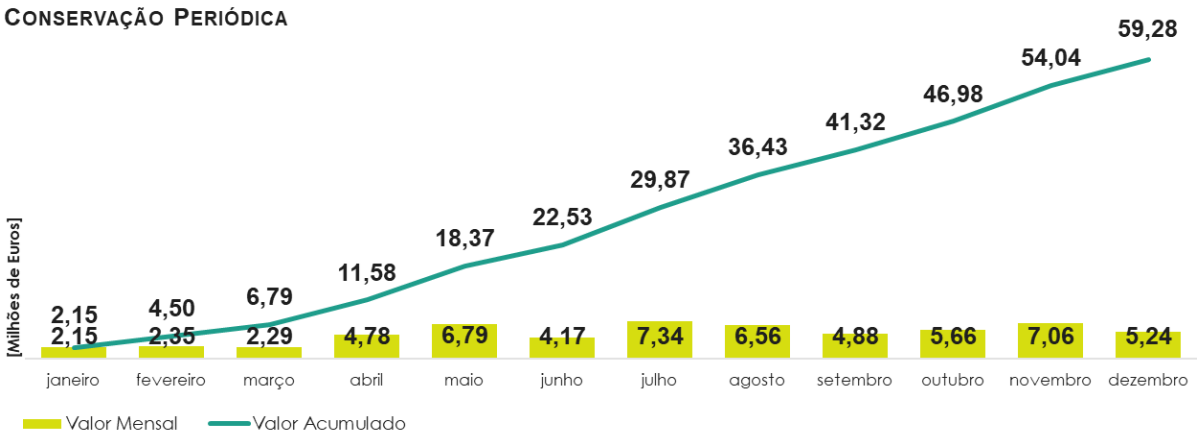
Implementação do reforço sísmico do Viaduto Duarte Pacheco, aumentando a durabilidade da obra de arte e garantindo melhores condições de segurança.



- **ER267 EN2 Almodôvar (KM92+645) e LC (Almodôvar/Mértola (KM105+072). IPV 2022**

O programa IPV foi concebido com base numa avaliação técnica, consistindo em intervenções preventivas, mais ligeiras, efetuadas aos primeiros sinais de degradação, com o objetivo de melhorar o desempenho e prolongar o tempo de vida do pavimento, adiando a médio prazo a execução de uma ação de Conservação Periódica mais onerosa.

Considerando a totalidade das empreitadas de **Conservação Periódica** realizadas durante o ano de 2024, o valor total de execução atingiu 59,28 milhões de euros.



GESTÃO OPERACIONAL DA CONSERVAÇÃO

A **Gestão da Conservação Corrente** constitui um processo sistemático de inspeção e intervenção — tanto preventiva quanto reativa — destinado a manter, reparar e repor todos os componentes da estrada, garantindo a sua plena funcionalidade. Dessa forma, assegura-se conforto e segurança para os utentes, prevenindo a degradação da infraestrutura e a deterioração dos níveis de serviço.



Atividade Operacional

A atividade operacional é ancorada em **Contratos de Conservação Corrente**, na Rede Convencional, e em **Contratos de Conservação Corrente e Operação**, na Rede de Alta Prestação. Estes contratos são de âmbito plurianual, sendo a sua intervenção complementada pelas Brigadas de Intervenção (BI's).

Em complemento a estes contratos, existem contratos específicos para a gestão da vegetação, para cumprimento das obrigações relativas à defesa da floresta contra incêndios, contratos específicos para Conservação Corretiva de Pavimentos e Atividades desenvolvidas por Administração Direta.

EXTENSÃO DA REDE RODOVIÁRIA

13.797 KM

13.493,4 KM REDE CONVENCIONAL (RCV)

303,6 KM REDE DE ALTA PRESTAÇÃO (RAP)



Brigadas de Intervenção

As Brigadas de Intervenção desempenham atividades num modelo de atuação pontual, nas seguintes situações:



Intervenções de Caráter Urgente

- Limpeza de órgãos de drenagem
- Sinalização de guardas de segurança danificadas
- Limpeza da estrada após condições climatéricas adversas
- Limpeza de óleos na via
- Limpeza de neve e eliminação de gelo
- Desobstrução de via
- Tapagem de covas



Intervenções de Caráter Preventivo ou Corretivo

- Remoção de publicidade
- Limpeza de pavimento
- Conservação e limpeza de órgãos de drenagem e linhas de água na zona da estrada
- Conservação da sinalização vertical
- Ceifas, desmatação e controlo pontual da vegetação
- Tratamento preventivo de neve e Gelo



Intervenções não *Core*

- Preparação e montagem de sinais
- Armazenamento dos materiais
- Apoio às inspeções de rotina
- Limpeza de parcelas sobrantes
- Apoio a peregrinos
- Apoio a intervenções no Canal Técnico
- Trabalhos de manutenção em instalações da IP

Atividades no âmbito do sistema de gestão integrada dos fogos rurais

Para dar resposta às obrigações legais da IP, nomeadamente ao Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual, o qual estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, para a manutenção de Faixas de Gestão de Combustível das vias rodoviárias sob jurisdição da IP, a empresa dispõe de diversos contratos nos quais se integram a realização destes trabalhos.

Assim, durante o ano de 2024, existiram em curso diversos contratos específicos de **Execução de Trabalhos de Gestão da Vegetação (ETGV)** para garantir a execução das atividades de Ceifas e Corte de Vegetação, Corte Seletivo de Vegetação e Abates e Podas de Árvores, bem como os Contratos de Conservação Corrente (rede convencional e rede de alta prestação), onde se realizaram estes trabalhos integrados nas designadas atividades ambientais, os quais totalizaram um **investimento de cerca de 13,62 milhões de euros**.

Do total destas intervenções, **6,7 milhões de euros são relativos a trabalhos de gestão de vegetação em faixas de gestão de combustível, numa área de cerca de 6.400 hectares**, o que representa cerca de 51% da área total intervencionada com trabalhos de ceifa e corte seletivo.

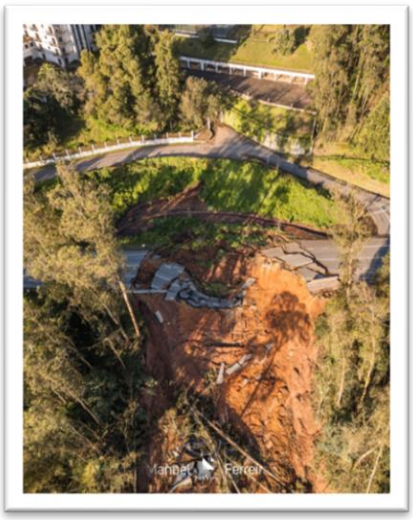
Atividades no âmbito dos fenómenos climáticos extremos na rede rodoviária

As alterações climáticas, e os consequentes eventos climáticos extremos, requerem que a infraestrutura seja mais resiliente para minimizar as interrupções na operação da rede rodoviária. A empresa está envolvida em grupos de trabalho, de forma a desenvolver medidas para garantir que a infraestrutura existente, bem como os novos projetos de construção ou modernização, incluam requisitos para garantir a **resiliência da infraestrutura face às alterações climáticas e aos eventos climáticos extremos**.



Os **eventos climáticos** que, durante o ano 2024, mais interferiram com a operação da rede rodoviária foram a precipitação intensa, o vento forte e o calor excessivo (resultando em incêndios florestais).

Os distritos mais atingidos foram Aveiro, Porto, Braga e Viseu, incidindo sobretudo em barreiras de segurança e vedações.



Considerando que estes eventos são cada vez mais frequentes, deu-se início, em outubro de 2023, à sistematização da monitorização dos danos e das limitações que estes provocam na rede rodoviária. Através de avaliações de risco, identificam-se potenciais vulnerabilidades, que permitem implementar medidas direcionadas para mitigar esses riscos, garantindo a funcionalidade contínua e a resiliência da infraestrutura.

A gestão de incidentes é centralizada no Centro de Controlo de Tráfego da Infraestruturas de Portugal, que recolhe informações através de equipamentos de telemática (câmaras CCTV, postos SOS, etc.), de fontes internas ou de fontes externas como as forças policiais, serviços de proteção civil, bombeiros e utilizadores da estrada.

Sempre que necessário, são ativadas medidas de assistência ao utilizador, coordenando operações com outros recursos operacionais, incluindo bombeiros, polícia e proteção civil.

Com base nos avisos meteorológicos emitidos pelo IPMA, e caso ocorram interrupções e danos na rede rodoviária, resultantes de fenómenos climáticos, são registadas as interrupções existentes e efetuada a ponderação de diversos riscos, nomeadamente o impacto financeiro, impacto legal, impacto reputacional e impacto na vida humana.

Centro de Limpeza de Neve (CLN) e restantes Atividades Invernais

Com uma função de especial relevo na garantia de circulação em condições de segurança durante o inverno, a IP dispõe do **Centro de Limpeza de Neve da Serra da Estrela**, o qual foi criado em 1971, situado a uma altitude de 1.650 m, junto à estrada EN339, em Piornos. Constitui um posto avançado onde se encontram os recursos que permitem manter as condições de circulação e segurança de exploração da rede rodoviária nacional dos distritos da Guarda e Castelo Branco, numa rede com um total de cerca de 290 km, dos quais cerca de 128 km no maciço central da Serra da Estrela.







As **Atividades Invernais** constituem uma componente importante das intervenções de segurança rodoviária, devido à necessidade de manter abertas ao tráfego as vias situadas em zonas geográficas sensíveis, sujeitas a baixas temperaturas, e suscetíveis ao gelo e neve. Em função das condições de orografia e clima do país, estas incidem maioritariamente nos distritos de Bragança, Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, podendo também ocorrer em Aveiro, Braga e Porto.

Em 2024, foram investidos cerca de 241 mil euros na atividade de espalhamento de sais fundentes, através dos contratos de conservação corrente e conservação corrente e operação.

Igualmente, durante o ano de 2024, foi lançado concurso público para a aquisição de cerca de 1053 toneladas de Sal-Gema, de modo a garantir a Viabilidade Invernal da circulação, em condições de segurança, nas vias que, devido à sua localização, necessitam de tratamento com sais fundentes.

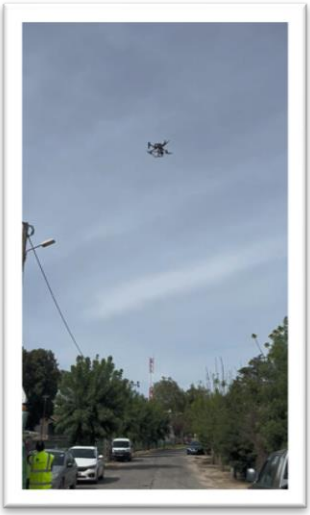
Para garantir o armazenamento do sal-gema a granel, a IP dispõe de silos com capacidade de 60 toneladas, com dispensa de forma totalmente automática, para garantir o seu armazenamento. A operação de carregamento é fácil, rápida e silenciosa, sendo efetuada pelo próprio operador do limpa-neves.

Drones | Veículos aéreos não tripulados (VANT)

A IP iniciou a utilização de *Drones* | Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) no suporte a atividades relacionadas com a Operação e Manutenção, através de um conjunto de missões que têm vindo a permitir, de uma **forma económica, funcional e mais expedita, entender, avaliar e caracterizar a realidade territorial existente**, apoiando atividades de construção, operação, manutenção e fiscalização da rede rodoviária nas áreas de jurisdição e áreas adjacentes, com recurso à captura de imagens aéreas e registos de vídeo.







Durante o ano de **2024, foram realizadas 75 missões**. Com a entrega de novo equipamento e de software específico para o tratamento das imagens, o número de missões e o tratamento dos dados serão otimizados. Essas missões dividiram-se nas seguintes categorias:

- **Conservação Periódica**

  Execução/acompanhamento obras (construção, retificação, beneficiação, alteração geometria); Estado inicial/projeto (reconhecimento pré-obra); Acompanhamento (monitorização tráfego zona trabalhos, movimentos terras, desenvolvimento e conclusão obra).

- **Conservação Corrente**

  Cadastro, inspeções, atividades ambientais, atividades de segurança, pavimentos, taludes, nós rodoviários, faixas de gestão de combustível.

- **Fiscalização**

  Fiscalização de locais de difícil acesso, controlo/gestão/análise tráfego, acompanhamento incidentes e acidentes, acompanhamento atividades Operação de Rede, caracterização final, licenciamentos de grandes intervenções/operações urbanísticas e permutas de jurisdição/gestão de rede viária entre IP e municípios.

- **Reações de Emergência**

  Circulação/tráfego/sinistralidade: avaliação de fenómenos localizados (movimentos terras, queda de blocos, inundações, fogos, intempéries, etc.).

- **Suporte a outros Departamentos**

  Empreendimentos: cálculos de volumes – aterros e escavações, registos videográficos; Ambiente: identificação e caracterização de espécies invasores, árvores de valor paisagístico - identificação de doenças (sensor multiespectral).

- **Telas Finais**

  Disponibilização de ortofotomapa à hora de abertura ao tráfego para disponibilização interna (SIG empresarial) e externa (*Map Service Providers*, etc.).

Rota EN2 | Requalificação

A IP tem desenvolvido trabalhos de manutenção na EN2, na extensão sob sua gestão, cerca de 77% (568 km) da sua extensão total, numa ótica de preservação dos elementos antigos que a caracterizam, de melhoria das condições de circulação e das condições de fruição da estrada, enquanto rota turística.

Sendo a demarcação da estrada uns aspetos relevantes e valorizadores da Rota, face ao caráter patrimonial da EN2, retomaram-se as cores originais dos marcos miriamétricos, quilométricos e hectométricos, definidas nos Estatutos das Estradas Nacionais de 1949, o branco e vermelho.

Assim, em 2024, realizou-se a reabilitação dos marcos e reposição dos inexistentes.







Também, numa ótica de valorização da rota, e potenciando a leitura da estrada, foram identificadas as alamedas de árvores e procedeu-se à sua cintagem de branco.

GESTÃO OPERACIONAL DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA

A gestão da segurança rodoviária tem como objetivos o desenvolvimento de estratégias de gestão e manutenção dos equipamentos de segurança rodoviária, dos equipamentos semafóricos, e da iluminação rodoviária, da rede rodoviária da IP, assegurando o suporte técnico às áreas operacionais e colaborando no reporte periódico referente à atividade de gestão técnica destas atividades.

Equipamentos de segurança rodoviária



Equipamentos semafóricos



Iluminação rodoviária



Neste âmbito, são desenvolvidos projetos de manutenção, assegurando-se a análise, monitorização e reporte do desenvolvimento dos respetivos contratos de empreitada.

Dada a importância das **Inspeções de Segurança Rodoviária** e **Auditorias de Segurança**, efetua-se regularmente o acompanhamento das mesmas, monitorizando-se e dando-se suporte estratégico à prossecução das ações decorrentes das Inspeções.

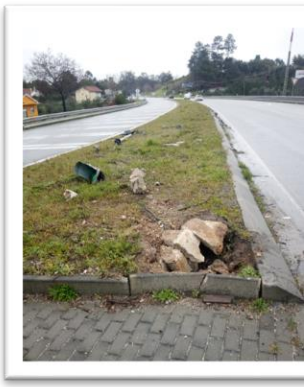
Contratos de Equipamentos de Sinalização e Segurança (ESS)

Encontra-se em execução, a empreitada de Equipamentos de Sinalização e Segurança, em 6 lotes, os quais abrangem os 18 distritos, e que têm como objetivo introduzir maior **regularidade e continuidade nas intervenções de Sinalização e Segurança, contribuindo para melhorar as condições de segurança rodoviária da rede nacional**, repondo, de modo programado as condições iniciais de qualidade destes equipamentos.

Esses contratos agrupam-se, principalmente, em 3 tipos de equipamentos, nomeadamente Sinalização Vertical, Marcação Rodoviária e Sistemas de Retenção, sendo que estes equipamentos desempenham um papel fundamental na garantia da segurança rodoviária, contribuindo para a orientação dos condutores, a organização do tráfego e a proteção dos utentes da estrada.

Contratos de Reparação e Manutenção de Equipamentos Semafóricos 2024

Os contratos de **Reparação e Manutenção de Equipamentos Semafóricos**, em 6 lotes, que abrangem os 18 distritos, têm como objetivo garantir a conservação/manutenção e reparação de avarias dos sistemas/equipamentos sob a responsabilidade da IP, além de dar continuidade ao programa de modernização do equipamento instalado na rede, cuja responsabilidade pela conservação e manutenção tem vindo a ser assegurada pelas Autarquias.



Antes da reparação



Depois da reparação



Antes da reparação



Depois da reparação

PONTE 25 DE ABRIL

A gestão da Ponte 25 de Abril é regulada por diploma legal específico, sendo que a IP desenvolve a sua atividade em estreita articulação com a LUSOPONTE, a qual tem competências de gestão relacionadas especificamente com a rodovia. A IP realiza permanentemente a inspeção, manutenção e conservação da Ponte e, efetua regularmente estudos, projetos e consequentes trabalhos de beneficiação e de grande reparação ou reformulação das características da Ponte, incluindo o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos e a necessária assistência técnica.

Para além destas ações, compete também à IP **o controlo e a articulação da segurança da exploração rodoviária e ferroviária nas infraestruturas da Ponte 25 de Abril**, numa lógica de

gestão integrada, de onde se destaca a adoção, de forma sistemática e continuada, de medidas de prevenção dos riscos inerentes à existência e exploração da Ponte, a gestão dos documentos de segurança integrados, procedendo à sua revisão e atualização sempre que necessário, a realização de inquéritos e investigações técnicas de acidentes e incidentes na infraestrutura, a elaboração do programa anual de segurança e do respetivo relatório semestral de acompanhamento da sua execução, realização de exercícios reais ou em gabinete para teste dos documentos de segurança integrados e a gestão das situações de emergência nos termos previstos nos documentos de segurança integrados.

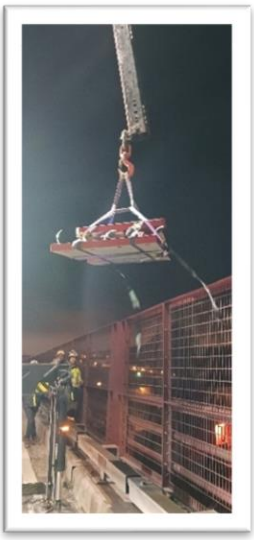
Ainda em relação à segurança de exploração, destaque para o Conselho de Segurança da Ponte 25 de Abril, órgão criado pelo Decreto-Lei n.º 95/2008, de 6 de junho, que funciona na dependência do Presidente do Conselho de Segurança da IP e tem funções consultivas.

Atualmente, o Conselho de Segurança integra, em permanência, para além dos representantes da própria IP, dois representantes do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), um representante dos serviços e forças de segurança, nomeado pelo Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), um representante dos serviços de emergência, nomeado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e um representante da Lusoponte.

De assinalar a conclusão, em março de 2024, da empreitada de trabalhos de reparação e conservação da Ponte 25 de Abril, que contemplou a execução de 8 intervenções, distribuídas entre Ponte Suspensa e Viaduto de Acesso Norte.

Tratou-se de trabalhos integralmente respeitantes **à intervenção 08 – substituição dos bloqueadores de deslocamentos transversais**, sendo referentes ao fabrico e montagem dos novos bloqueadores nas juntas de dilatação do tabuleiro rodoviário do viaduto de acesso norte.

- **Fabrico e montagem dos novos bloqueadores de deslocamentos transversais**


Esta empreitada contemplou a execução de 8 intervenções, distribuídas entre Ponte Suspensa e Viaduto de Acesso Norte.

5.3 INVESTIMENTO NA INFRAESTRUTURA RODOFERROVIÁRIA

O Plano de Investimentos assenta nos seguintes eixos de atuação:

- O **Programa de investimentos Ferrovia 2020**, que tem um grande enfoque na renovação e modernização da rede ferroviária;
- O **Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE)** que tem como objetivo reforçar a competitividade das empresas através da melhoria das ligações rodoviárias entre áreas empresariais já consolidadas e a rede viária existente;
- O **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** que tem como objetivo reforçar a resiliência e a coesão territorial, através do aumento da competitividade do tecido produtivo e permitindo uma redução de custos de contexto;
- O **Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)** que tem como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.

5.3.1 FERROVIA 2020

O Programa de Investimentos Ferrovia 2020, fundado no PETI3+, tem por objetivo a modernização da Rede Ferroviária Nacional, o reforço da conectividade interna e internacional (às escalas nacional e ibérica), a competitividade, a indução do investimento privado e a criação de emprego.

O Programa de Investimentos Ferrovia 2020 previa um investimento inicial de 2,1 mil milhões de euros, encontrando-se em fase de conclusão.

FERROVIA 2020
PROJETAR PORTUGAL NA EUROPA

Este programa pretende garantir o **aumento de eficiência do transporte ferroviário, designadamente na componente de transporte de mercadorias,** em termos de:

i. **Aumento da capacidade da rede**, quer em carga, quer em número de comboios;
ii. **Redução dos custos de transporte**;
iii. **Redução dos tempos e trajeto**;
iv. **Melhoria das condições de segurança e fiabilidade**.



Corredor Internacional Sul
Corredor Internacional Norte
Corredor Norte Sul
Corredores Complementares

Estes investimentos, para além de potenciarem as ligações internacionais, promoverão a ligação entre o litoral e o interior, bem como a ligação deste último ao mercado ibérico. A execução global dos Investimentos Ferrovia 2020, em 2024, foi de 530,9 milhões de euros.

No âmbito do Programa de Investimentos Ferrovia 2020 de suporte à modernização da rede Ferroviária Nacional, as redes e sistemas respeitantes à componente de Telemática Ferroviária foram também alvo de intervenção, através da concretização de diversas empreitadas realizadas em regime de conceção e construção.

As componentes tecnológicas objeto destas empreitadas, incluem, entre outros, os sistemas de alimentação de energia, a rede de dados de suporte à exploração, a rede telefónica de exploração, o sincronismo horário, o sistema de supervisão técnica das infraestruturas e a rede física de transmissão constituída por cabos metálicos e de fibra ótica.

CORREDOR INTERNACIONAL NORTE

Permite a **consolidação da ligação entre o arco metropolitano do Porto e o sistema do centro litoral**, respetivos **portos (Leixões e Aveiro), aeroportos e plataformas logísticas, a Espanha e ao resto da Europa, através da fronteira de Vilar Formoso**.

As intervenções neste corredor visam **aumentar a capacidade diária para mais do dobro da atual, a circulação de comboios elétricos na totalidade da linha da Beira Baixa**, a melhoria das rasantes em alguns troços críticos, a construção das concordâncias das Beiras e da Pampilhosa e o melhoramento das condições de segurança através da eliminação de passagens de nível e instalação de sinalização eletrónica.

Em 2024, foram executados investimentos no valor de 260,4 milhões de euros neste corredor, referentes à Linha da Beira Alta, o que corresponde a 55% do total do investimento do ano no Programa Ferrovia 2020.

CORREDOR INTERNACIONAL SUL

Permite o alargamento do *hinterland* portuário de Sines, Setúbal e Lisboa, assegurando a **ligação ferroviária entre o sul de Portugal e a Europa**, através da fronteira do Caia, promovendo a **interoperabilidade ferroviária e contribuindo para um transporte de mercadorias eficiente**.

Este corredor permitirá a ligação direta entre Sines e Elvas/Caia, **reduzindo em cerca de 3h30 o tempo de trajeto**, aumentando a capacidade para mais do dobro da atual e melhorando as condições de segurança, com a eliminação de passagens de nível e a instalação de sinalização eletrónica. Encontra-se atualmente em fase de obra e a sua execução em 2024 foi de 116,7 milhões de euros, correspondendo a 25% do total do investimento do ano no Programa Ferrovia 2020.

Destaque para as empreitadas em curso e em fase de conclusão para a construção da nova linha entre Évora Norte e a Linha do Leste, empreitada no troço Évora Norte – Freixo, empreitada no troço Alandroal – Linha do Leste e a empreitada geral de Via e Catenária.

Ainda neste corredor, está incluída a empreitada de Modernização da Linha do Sul, no troço Ermidas – Grândola Norte.

CORREDOR NORTE-SUL

Investimento estruturante nas linhas do Minho e Norte que permite uma **melhoria da ligação ferroviária entre o Eixo Atlântico de Portugal e o resto da Europa, através da fronteira de Valença**.

Na Linha do Minho prevê-se **a redução do tempo de trajeto com a utilização de comboios de tração elétrica** e da eliminação da rotura de carga em Nine, o **aumento da segurança e da fiabilidade da operação através da instalação de um novo sistema de sinalização e telecomunicações**, e da capacidade atual para mais do triplo da atual.

Na Linha do Norte, os investimentos contemplam a renovação do ciclo de vida da infraestrutura, a **redução do tempo de trajeto dos serviços de longo curso**, o **aumento da segurança e da fiabilidade da exploração, através da instalação / modernização de sistema de sinalização e telecomunicações**, o **aumento da segurança ferroviária e rodoviária por via da supressão de passagens de nível e da construção de desnivelamentos**.

Na Linha do Minho, os troços Nine-Viana, Viana-Valença e Valadares-Gaia (L. Norte) encontram-se já concluídos.

Em 2024, foram executados investimentos neste corredor no valor de 2,6 milhões de euros.

CORREDORES COMPLEMENTARES

Este lote de intervenções contempla a eletrificação da Linha do Minho entre Caíde e Marco de Canavezes-Régua e da Linha do Algarve entre Tunes-Lagos e Vila Real de Santo António e Faro, assim como a modernização e eletrificação da Linha do Oeste, entre Meleças e Caldas da Rainha. Está ainda integrada nos Corredores Complementares a modernização da Linha de Cascais.

Na Linha do Douro, já foi concluída a empreitada de eletrificação do troço Caíde-Marco de Canaveses. Na linha do Oeste, estão em curso duas empreitadas de modernização: no troço Meleças-Torres Vedras e no troço Torres Vedras-Caldas da Rainha.

Na Linha do Algarve, encontram-se em curso as duas empreitadas de eletrificação dos troços Tunes-Lagos e Faro-Vila Real de Santo António.

Na Linha de Cascais, salienta-se a obra de Via e Catenária.

A execução financeira das empreitadas realizadas nos Corredores Complementares em 2024 ascendeu a 91,7 milhões de euros.

5.3.2 PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030 (PNI 2030)

PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTOS 2030

O Programa Nacional de Investimentos 2030 define os investimentos estratégicos que o País deverá lançar na próxima década, estando articulado com os objetivos estratégicos definidos para o Portugal 2030.

Incide sobre a Mobilidade e os Transportes, fatores chave para a competitividade externa e a coesão interna do nosso País e sobre o Ambiente / Ação Climática e a Energia, áreas intrinsecamente ligadas à mobilidade aos desafios das alterações climáticas, da descarbonização e da transição energética.

O Programa Nacional de Investimentos (PNI2030) foi apresentado pelo Governo em outubro de 2020.

Tem como objetivo ser o instrumento de planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras.

O PNI 2030 consubstancia a estratégia do país para uma década de convergência com a União Europeia, de forma a permitir que Portugal possa responder adequadamente aos desafios globais que se perspetivam para os próximos anos, assentando em três objetivos estratégicos, a saber:

- **Coesão**, reforçando a coesão territorial, em particular através do reforço da conetividade dos territórios e da atividade económica, valorizando o capital natural;
- **Competitividade e Inovação**, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território nacional, capitalizando o potencial geográfico atlântico nacional e reforçando a inserção territorial de Portugal na Europa, em particular na Península Ibérica;
- **Sustentabilidade e Ação Climática**, promovendo a descarbonização da economia e a transição energética, adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas.

O PNI 2030 inclui, portanto, os principais investimentos em infraestruturas e equipamentos a realizar entre 2021 e 2030, em quatro áreas temáticas**: Transportes e Mobilidade, Ambiente, Energia e Regadio**.

No eixo Transportes e Mobilidade, estão integrados os investimentos nas infraestruturas ferroviária e rodoviária, áreas que interessam diretamente à IP, que, no seu conjunto, totalizam um investimento previsto de 12,5 mil milhões de euros.

FERROVIA

Foram identificados 16 programas e projetos, com um valor total de 10.510 milhões de euros.

As linhas orientadoras, para os objetivos a atingir com a concretização destes projetos, são as seguintes:

- Aumentar a capacidade e reduzir o tempo de viagem ao longo do Eixo Porto – Lisboa, onde se concentra o maior fluxo de passageiros e mercadorias;
- Construção de uma nova linha de alta prestação em via dupla (Lisboa – Oriente / Porto-Campanhã) equipada com travessa polivalente, com instalação de bitola ibérica numa primeira fase;
- Promover a conetividade transfronteiriça, assegurando a interoperabilidade, no prolongamento do Eixo Atlântico para Norte e nos Corredores Internacionais transversais;
- Resolver os principais estrangulamentos e consolidar a rede ferroviária nas Áreas Metropolitanas do Porto e Lisboa;
- Concluir a modernização e eletrificação da Rede Ferroviária Nacional, com aumentos de capacidade e de velocidade onde tal seja viável e pertinente;
- Lançar as bases para a futura expansão da Rede Ferroviária Nacional enquanto fator de coesão territorial;
- Melhorar o acesso ferroviário aos portos e aeroportos;
- Reabilitar os ativos, melhorar a segurança, reduzir os impactos ambientais, nomeadamente, do ruído e adaptar a rede ferroviária para alterações climáticas;
- Desmaterializar e digitalizar a logística nos terminais;
- Desenvolver sistemas de telemática e conectividade digital, tanto nas interfaces de passageiros como nos terminais logísticos;
- Renovar e expandir a frota de material circulante disponível para todas as categorias de serviços de passageiros.

FERROVIA		PERÍODO
F1	Nova Linha Porto - Lisboa	2021-2030
F2	Programa de aumento de capacidade na rede ferroviária das áreas metropolitana	2021-2028
F3	Programa de segurança ferroviária, renovação e reabilitação, redução de ruído e adaptação às alterações climáticas	2021-2030
F4	Programa de sinalização e implementação do ERTMS / ETCS + GSM-R	2021-2030
F5	Programa de Eletrificação e Reforço da Rede Ferroviária Nacional	2021-2030
F6	Programa de telemática, estações e segurança da operação	2021-2030
F7	Programa de melhoria de terminais multimodais	2021-2030
F8	Modernização das ligações ferroviárias a Beja e a Faro	2021-2025
F9	Modernização da Linha do Vouga	2021-2025
F10	Ligação da Linha de Cascais à Linha de Cintura	2023-2027
F11	Nova Linha Porto – Valença – Vigo (1ª Fase)	2021-2030
F12	Corredor Internacional Sul (2ª Fase)	2021-2030
F13	Corredor Internacional Norte (2ª Fase)	2021-2030
F14	Novo Material Circulante: Comboios Urbano	2021-2029
F15	Novo Material Circulante: Comboios de Longo Curso	2021-2029
F16	Novo Material Circulante: Comboios Regionais	2024-2030

RODOVIA

Foram identificados 8 programas e projetos, com um valor total de 1.980 milhões de euros.

As linhas orientadoras, para os objetivos a atingir com a concretização destes projetos, são as seguintes:

- Renovar e reabilitar a rede rodoviária, promovendo a digitalização das infraestruturas;
- Concluir ligações em falta, promover a coesão territorial e a conectividade transfronteiriça;
- Melhorar os acessos às áreas empresariais;
- Melhorar os acessos rodoviários aos aeroportos;
- Mitigar as externalidades negativas decorrentes do uso de veículos motorizados;

- Reabilitar os ativos, melhorar a segurança, reduzir os impactos ambientais, nomeadamente, do ruído e adaptar a rede rodoviária para alterações climáticas;
- Apoiar a inovação e a eficiência da infraestrutura existente.

FERROVIA		PERÍODO
R1	Prog. de Segurança Rodoviária, Renovação e Reabilitação, Redução de Ruído a adaptação às alterações climáticas	2021-2030
R2	Programa de Construção de "*Missing Links*"	2021-2030
R3	Arco Ribeirinho Sul	2021-2026
R4	Programa de alargamentos e aumentos de capacidade	2021-2030
R5	Conclusão do IP8 entre Sines e Beja	2021-2028
R6	Programa de Apoio à Inovação e Eficiência na Rede Rodoviária	2021-2030
R7	Programa de Valorização das Áreas Empresariais (2ª Fase)	2021-2030
R8	Programa de Coesão Territorial e Transfronteiriça	2021-2030

Em 2024, a execução deste programa na **componente ferroviária ascendeu a 21,2 milhões de euros**, dos quais se destacam **10,7 milhões de euros em estudos e projetos e 5,3 milhões de euros na Modernização da Linha do Vouga**.

Na **componente rodoviária**, foram executados 145 mil euros essencialmente no desenvolvimento de estudos e projetos e no Programa de apoio à **inovação e eficiência na rede rodoviária.**

5.3.3 PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

O Plano de Recuperação e Resiliência pretende, com a sua implementação, alavancar o desenvolvimento económico e social do país, com o reforço da resiliência e da coesão territorial, através do aumento da competitividade do tecido produtivo permitindo uma redução de custos, sendo uma iniciativa europeia que decorre do contexto da pandemia e das suas consequências a nível das desigualdades sociais e territoriais.

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

Com base no diagnóstico de necessidades e dos desafios, o Plano de Recuperação e Resiliência foi organizado em três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital.

A IP enquadra-se na Componente 7 – Infraestruturas, com o Objetivo de "Reforçar a Resiliência e a Coesão Territorial, através do aumento da competitividade do tecido produtivo e permitindo uma redução de custos de contexto."

Para estes efeitos, contribuem os investimentos *Missing Links* e Aumento de Capacidade da Rede, Ligações Transfronteiriças e Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias.

A IP assinou 3 contratos de financiamento em 2021 na Dimensão Resiliência, Componente 7 – Infraestruturas, no valor total de 394,8milhões de euros e limite de execução até 31 de dezembro de 2025. Com a reprogramação de 2023, a IP assinou 3 aditamentos aos contratos de financiamento, em dezembro 2023 e janeiro 2024, passando a dispor de financiamento para os investimentos rodoviários no valor de 463,2 milhões de euros.

A capitalização dos fundos comunitários para este programa é essencial para garantir a modernização e melhoria da rede rodoviária nacional, permitindo:

- A conclusão de ligações rodoviárias em falta;
- O reforço da coesão territorial e transfronteiriça;
- A melhoria dos acessos a Áreas de Localização Empresarial, potenciando o desenvolvimento económico.

O investimento realizado no PRR, no ano de 2024, ascendeu a 92,7 milhões de euros, tendo sido concluídas 4 empreitadas e consignadas 8 empreitadas

A IP e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) assinaram o contrato para a Digitalização do Transporte Ferroviário. Neste âmbito, estabeleceram um contrato de financiamento para a substituição dos sistemas eletrónicos de sinalização ferroviária.

Assim, o investimento em PRR, na componente ferroviária, tem como objetivo tornar a **Linha do Norte compatível com a nova linha ferroviária de alta velocidade (LAV), através da substituição dos atuais sistemas eletrónicos de sinalização**, instalados na década de 90. Espera-se que tal melhore a interoperabilidade da RFN com o espaço ferroviário europeu único. Prevê-se que este investimento, com execução estimada de 49 milhões de euros, tenha início em 2025.



5.3.4 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS EMPRESARIAIS (PVAE)

O Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE) foi apresentado pelo Governo português em fevereiro de 2017, com o objetivo de reforçar a competitividade das empresas, potenciar a criação de emprego e aumentar as exportações. Este programa visa promover melhores condições de acesso às vias de grande capacidade para as pequenas e médias empresas, consideradas motores da economia nacional.



A IP desempenha um papel crucial na implementação do PVAE, estando profundamente empenhada na promoção de **melhores acessibilidades às áreas empresariais**. As intervenções da IP no âmbito deste programa abrangem as **redes ferroviária, rodoviária e de telecomunicações**, bem como a gestão do património, com o intuito de **melhorar as infraestruturas de suporte às atividades económicas** e, consequentemente, **fomentar o desenvolvimento regional e nacional**.

Entre as iniciativas, destacam-se projetos de melhoria das acessibilidades rodoviárias às áreas de acolhimento empresarial, como a nova ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3, que visa

facilitar o escoamento de produtos e a mobilidade de trabalhadores, contribuindo para a eficiência logística e a competitividade das empresas instaladas nessas áreas.

No âmbito deste Programa de Investimentos foram concluídos, até 2024, os seguintes investimentos:

- Melhoria da Ligação do Parque Empresarial de Lanheses à ER305 (Viana do Castelo);
- Melhoria das Acessibilidades às Áreas de Localização Empresarial de Famalicão Sul (Ribeirão e Lousado);
- Via de Acesso ao *Avepark* – Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Espaço Industrial de Gandra – Guimarães) – Nó de Silvares;
- Ligação do Parque de Negócios de Escariz à A32 (S. M. Feira), cuja abertura ao tráfego ocorreu no mês de novembro de 2022;
- Variante à EN303, com uma extensão de cerca de 8,8 quilómetros;
- Parque Empresarial de Formariz e o Nó de Sapardos da A3. Envolvendo um investimento total de 10,8 milhões de euros, a nova Variante compreende uma plataforma rodoviária de duas vias, integrando uma via de lentos em 60% do traçado.

A execução financeira do Programa de Valorização das Áreas Empresariais, em 2024, foi de 182 mil de euros.

5.3.5 SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO (SMM)

O projeto Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) tem por objetivo a criação de uma ligação de transporte público entre Coimbra e os concelhos limítrofes (Miranda do Corvo e Lousã), através de um sistema de "*Metrobus*", que consiste na implementação de um serviço tipo BRT (*Bus Rapid Transit*) com tração elétrica no antigo ramal Ferroviário da Lousã e na Área Urbana de Coimbra.



A extensão total do percurso é de 43 Km, ligando Serpins, Lousã e Miranda do Corvo a Coimbra, servindo a estação de Coimbra B e a zona dos Hospitais.

Este projeto visa contribuir para a redução de emissões de CO2 e outros GEE e reforçar as condições de mobilidade na Região de Coimbra, através da transferência modal para modos de transporte público coletivo, criando melhores condições de intermodalidade com os demais meios de transporte e assim proporcionando menores emissões carbónicas. Com a nova solução adotada para o Sistema de Mobilidade do Mondego, será possível o atravessamento da cidade de Coimbra e a extensão do serviço a zonas onde existe uma procura significativa, visando estabelecer-se como a principal âncora de articulação entre o sistema de transporte público de Coimbra e os serviços suburbanos.

Em 2024, a execução financeira associada a este empreendimento ascendeu a 39,4 milhões de euros.

5.3.6 PLANO ESTRATÉGICO DOS TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS (PETI3+) RODOVIÁRIO



O principal objetivo do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas é o de contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego, assegurar a competitividade do setor dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses, promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país.

Em 2024, estes investimentos, registaram uma execução de 3,4 milhões de euros, com destaque para a obra do IP5 Vilar Formoso - Fronteira, com uma execução de 2,4 milhões de euros.

5.3.7 OUTROS INVESTIMENTOS RODOFERROVIÁRIOS

Para além dos investimentos associados aos Planos e Programas de Investimento estruturais, são concretizados **outros investimentos na infraestrutura ferroviária e rodoviária visando assegurar as condições de segurança e a melhoria dos níveis de fiabilidade e qualidade de serviço** prestado aos clientes, tendo, em 2024, sido executados 44,1 milhões de euros.

Assim, o investimento realizado em intervenções de renovação e reabilitação da infraestrutura de **adequação aos normativos e regulamentos existentes e de reforço dos níveis de serviço da infraestrutura ferroviária**, totalizou 32,9 milhões de euros, onde se evidenciam alguns investimentos de sinalização e telecomunicações.

Na rodovia, foram executados cerca de 11,2 milhões de euros, considerando a realização de atividades associadas ao PRR e a empreitada de reabilitação do Túnel do Grilo no IC17 – CRIL.

5.3.8 *ATLANTIC* CAM (CONTINENTE | AÇORES | MADEIRA)

O contrato para empreitada de conceção, construção, fornecimento, instalação, montagem e entrada em exploração do Cabo de fibra ótica submarino de telecomunicações do *Atlantic* CAM, foi assinado no primeiro trimestre de 2024 e prevê uma execução de 139 milhões de euros até 2026. Este contrato obteve visto do TdC em maio de 2024 e encontra-se atualmente em execução.

A execução em 2024, corresponde a serviços de consultoria e apoio, no montante de 34,9 milhões de euros, perspetivando-se um aumento significativo da execução deste investimento no durante o ano de 2025.

5.3.9 INVESTIMENTOS EM ESTRUTURAS DE APOIO À GESTÃO

O valor dos investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão foi, no final do ano de 2024, de 8,6 milhões de euros. Destacam-se os investimentos no processo de migração do SAP S/4HANA, no montante de 1 milhão de euros, nas obras de melhoria em várias instalações da IP, no valor de 1,9 milhões de euros e no projeto *Road Safety*, que visa a melhoria da segurança da infraestrutura rodoviária da rede transeuropeia de transporte e das regiões urbanas de Lisboa e Porto, com uma execução de 1,7 milhões de euros.

5.4 SEGURANÇA

A Segurança é um dos pilares fundamentais que orientam a atividade da Infraestruturas de Portugal. Enquanto entidade responsável pela gestão das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, a sua atuação está permanentemente focada na redução da sinistralidade e na mitigação de riscos, tornando as Redes Rodoviária e Ferroviária Nacionais cada vez mais seguras para os utilizadores.

Apostando numa abordagem integrada, que abrange as dimensões rodoviária e ferroviária, o foco está na segurança dos trabalhadores, utilizadores e entidades envolvidas na conceção, manutenção e operação das infraestruturas sob sua responsabilidade.

O esforço conjunto da equipa da IP, nunca esquecendo o trabalho génese das empresas antecessoras, desempenhou um papel crucial nos notáveis avanços alcançados na redução de acidentes rodoviários e ferroviários nas últimas décadas em Portugal. É importante salientar que, no contexto rodoviário, esses resultados foram alcançados apesar de um aumento significativo do tráfego nas estradas.

No que diz respeito ao transporte ferroviário, os resultados são avaliados em função dos Acidentes Significativos em toda a Rede Ferroviária Nacional, independentemente da responsabilidade direta da IP.

A maioria desses acidentes e incidentes, resultam de fatores externos ao sistema ferroviário, principalmente devido à intrusão de terceiros nas áreas ferroviárias. Isso evidencia a necessidade de abordagens proativas para lidar com desafios externos e reforçar ainda mais as medidas de segurança.

Um objetivo constante é promover uma cultura de segurança cada vez mais consolidada, que vá muito além do estrito cumprimento das regras. Este é um percurso realizado coletivamente, envolvendo toda a estrutura, e culmina na promoção de comportamentos seguros, tornando-os intrínsecos à identidade e à marca da IP.

No ponto **6.3.3 Eixo de intervenção 7 – Segurança**, encontra-se detalhada a atividade da Segurança Ferroviária e Rodoviária da IP.

5.5 UTILIZAÇÃO DA REDE RODOFERROVIÁRIA

5.5.1 UTILIZAÇÃO DA REDE FERROVIÁRIA (COMBOIOS KM)

O **Diretório da Rede** é um documento anual onde constam as características da Rede Ferroviária Nacional (RFN), as condições gerais de acesso, e outros serviços conexos com a atividade ferroviária prestados pela IP aos operadores ferroviários. Neste documento são igualmente divulgados os princípios de tarifação e respetivo tarifário, apresentando a metodologia aplicada.

Em 2024 realizaram-se na rede, por operadores ferroviários, um total de 34,9 milhões de comboios quilómetro (CK), sendo 85% de tráfego de passageiros e 15% relativos ao segmento de mercadorias.

No ponto **6.3.2 Eixo de Intervenção 6 – Mobilidade e Acessibilidade**, encontra-se detalhada a atividade da Utilização da Rede Ferroviária da IP.

5.5.2 GESTÃO DA INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA - CONTRATO PROGRAMA

Em 11 de março de 2016, o Estado celebrou com a IP um Contrato Programa para a Rede Ferroviária Nacional, com uma duração de cinco anos, em conformidade com o Decreto-Lei n. 217/2015, de 7 de outubro. Após esse período, o contrato foi sendo prorrogado semestralmente entre 1 de janeiro de 2021 e 30 de junho de 2022, através de aditamentos determinados por Resoluções do Conselho de Ministros. A última adenda estabeleceu o término do contrato em 30 de junho de 2022.

No âmbito deste Contrato plurianual, merecem realce as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas ferroviária e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, através de indicadores e critérios de qualidade abrangendo diversos elementos, como prestações dos comboios (velocidade, fiabilidade da linha e satisfação dos clientes), capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente. O contrato fixa ainda objetivos de eficiência financeira estabelecidos para a IP, na forma de indicadores de receita e despesa. O financiamento da Rede Ferroviária Nacional é realizado através das receitas tarifárias cobradas aos operadores ferroviários, dos excedentes resultantes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária e das indemnizações compensatórias, que permitam cobrir os gastos decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público que não possam estar cobertos pelas receitas referidas.

Em janeiro de 2024, na Resolução do Conselho de Ministros n. 3/2024, de 5 de janeiro, foi fixado o valor das indemnizações compensatórias relativas ao período compreendido entre julho de 2022 e dezembro 2023, mediante a celebração de um aditamento ao contrato programa anterior, bem como as relativas ao Contrato Programa 2024-2028, encontrando-se os respetivos contratos a aguardar a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

Considerando a assinatura do contrato no final de 2024, a estrutura dos indicadores do nível de serviço prestado, incluindo indicadores de natureza financeira, avaliadas foram as definidas no anterior contrato, assim:

1. **Margens Suplementares** – representam os tempos adicionais nos trajetos planeados para acomodar as limitações de velocidade causadas por intervenções programadas na infraestrutura.
2. **Pontualidade Ferroviária** – indicador que reflete a pontualidade anual em toda a rede ferroviária, medido pelo atraso dos comboios à chegada.
3. **Satisfação dos Clientes Ferroviários** – resultado dos inquéritos de satisfação realizados junto dos Operadores Ferroviários e demais utilizadores da rede ferroviária.
4. **Disponibilidade da Rede** – percentagem de tempo em que a infraestrutura esteve disponível para exploração.
5. **Gestão dos Ativos Ferroviários** – avalia o estado de conservação da infraestrutura ferroviária.
6. **Volumes de Atividade** – corresponde ao total de comboios.km percorridos na rede ferroviária nacional ao longo do ano.
7. **Níveis de Segurança** – rácio entre o número de acidentes significativos e o total de comboios.km, refletindo a segurança ferroviária com base na circulação real de comboios.
8. **Proteção do Ambiente** – mede a redução percentual do número de pessoas expostas a níveis de ruído acima dos limites regulamentares, em relação ao total de pessoas sujeitas a esses níveis.
9. **Rendimentos Ferroviários** – avalia o desempenho da IP na obtenção de receita core.
10. **Outros Rendimentos** – mede a evolução das receitas não core, provenientes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária.
11. **Gastos de Manutenção** – acompanha a evolução dos gastos com manutenção da infraestrutura.
12. **Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)** – avalia a evolução dos custos associados a estes serviços.
13. **Gastos com Pessoal** – reflete a evolução dos custos com recursos humanos.

INDICADOR		RESULTADO 2023	RESULTADO 2024	EVOLUÇÃO 2024-2023
1	Margens Suplementares	96 min.	95 min.	-1,0%
2	Pontualidade Ferroviária	83,3%	78,3%	-5,0 p.p.
3	Satisfação dos Clientes Ferroviários	59,9%	61,5%	1,6 p.p.
4	Disponibilidade da Rede	71,3%	79,4%	4,7 p.p.
5	Gestão de Ativos Ferroviários	65,2%	64,4%	-0,8 p.p.
6	Volumes de Atividade	33.416.683 CK	34.937.347 CK	4,6%
7	Níveis de Segurança	1,070	0,916	-14,4%
8	Proteção do Ambiente	0,2%	0,1%	-0,1 p.p.
9	Rendimentos Ferroviários	84 047 916,3	95 239 446,9	13,3%
10	Outros Rendimentos	27 814 743,9	31 125 098,7	11,9%
11	Gastos de Manutenção	96 326 480,3	95 023 919,8	-1,4%
12	Gastos com outros FSE's	52 376 196,0	48 419 564,7	-7,6%
13	Gastos com o Pessoal	91 300 598,9	94 506 074,6	3,5%

Nos pontos **6.2.4 Eixo de intervenção 4 – Proteção de Ambiente e Ecossistemas (ruído)** e **6.3.2 Eixo de intervenção 6 – Mobilidade e Acessibilidade**, encontra-se detalhada alguma informação referente ao Contrato Programa Ferroviário.

5.5.3 CIRCULAÇÃO NA REDE RODOVIÁRIA (VEÍCULOS KM)

A circulação na rede rodoviária concessionada à IP registou, em 2024, um crescimento anual de 3%, face a 2023, atingindo os 25.381.379.341 veículo/km.

No ponto **6.3.2 Eixo de Intervenção 6 – Mobilidade e Acessibilidade**, encontra-se detalhada informação sobre a atividade da Circulação na Rede Rodoviária.

5.5.4 NÍVEIS DE SERVIÇO DA REDE RODOVIÁRIA

O contrato de concessão da IP com o Estado Português, celebrado em 23 de novembro de 2007, prevê que as secções de estrada da rede rodoviária nacional cumpram níveis de serviço em conformidade com o preconizado no PRN2000: Nível B para a Rede Fundamental e Nível C para a Rede Complementar

No ponto **6.3.2 Eixo de Intervenção 6 – Mobilidade e Acessibilidade**, encontra-se detalhada outra informação sobre os Níveis de Serviço da Rede Rodoviária.

5.5.5 PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES

A diversidade da atuação operacional desenvolvida pela IP, recomenda e determina a necessidade de estabelecer parcerias com entidades externas (Municípios, outras entidades públicas, promotores, etc.), tendo em vista a complementaridade, partilha de custos, ganhos de eficiência e adequada alocação de funções ao interveniente mais adequado.

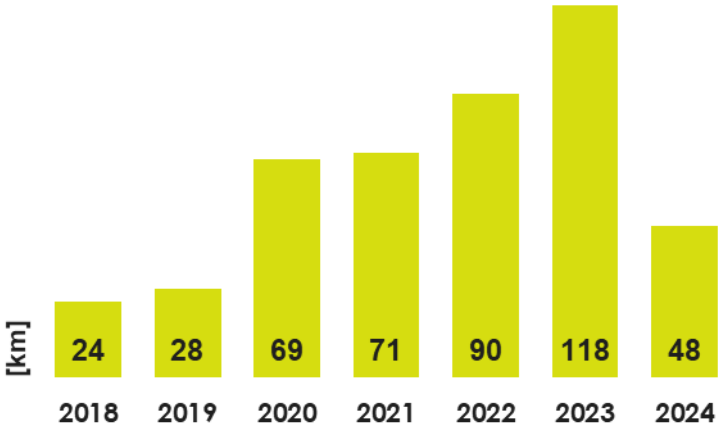
Estas parcerias, formalizadas através de Acordos, vão ao encontro do definido no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril.

São três os tipos de Acordos definidos ao abrigo da referida Lei:

- **Acordos de Mutação Dominial (AMD)** – para transferências de estradas desclassificadas pelo PRN 2000 e estradas substituídas por variantes, para os Municípios;
- **Acordos de Gestão (AG)** – a celebrar com Municípios ou outras entidades públicas, permitindo que estas assumam responsabilidades em intervenções a realizar no domínio público rodoviário do Estado;
- **Acordos com Terceiros (AT)** - a celebrar com Terceiros (Particulares e Empresas privadas), permitindo que estes efetuem intervenções no domínio público rodoviário do Estado;

Relativamente aos Acordos de Mutação Dominial, em 2024 foram transferidos cerca de 48 km de rede desclassificada para os Municípios.

REDE TRANSFERIDA PARA OS MUNICÍPIOS



A rede desclassificada transferida para os Municípios, entre 2018 e 2024, foi cerca de 448 km.

A comparticipação financeira associada à transferência de estradas em 2024, no âmbito de Acordos de Mutação Dominial, foi de 6,3 milhões de euros.

Foram também estabelecidas outras parcerias entre Municípios e a IP, com diferente enquadramento e das quais resultaram repartição de encargos, quer de pagamento pela realização de obras, quer quanto ao pagamento de expropriações e ainda para elaboração de estudos de implementação de um terminal ferroviário.

Unidade: euros

ENTIDADE	OBRA	FATURAS EMITIDAS 2024
Paredes Coura	Execução da Ligação do Parque Empresarial de Formariz ao Nó de Sapardos na A4 - PVAE (expropriações)	138 545,24
Pampilhosa da Serra	Requalificação da EN344 entre o km 67+800 e o km 75+520 (expropriações)	96 612,33
Mirandela	ER315 Mirandela (KM 34+000) e Ent. com IP2 (Bornes) (KM 53+360)	426 017,41
Azambuja	EN3 Reformulação geométrica das interseções aos kms 5,800 e 6,450	229 772,45
Terminal Évora-Elvas	Elaboração de Estudos para Implementação de um Terminal de Mercadorias na Ligação Évora/Elvas - Protocolo de Cooperação	16 750,02
	TOTAL	**907 697,45**

5.6 PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

A atividade da IP inclui vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente Subconcessões.

De acordo com os termos do **Contrato de Concessão** estabelecido entre o Concedente Estado e a ex-EP, a Infraestruturas de Portugal é responsável contratualmente pela realização dos pagamentos que incumbem ao Estado e recebe os montantes a arrecadar por este, na qualidade de concedente, ao abrigo dos contratos de Concessão do Estado.

No entanto, nos termos do Decreto-Lei nº 77/2014, de 14 de maio, o IMT é a entidade competente para representar o Concedente Estado em matéria de infraestruturas rodoviárias.

5.6.1 RENEGOCIAÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO E SUBCONCESSÃO

O processo negocial relativo à totalidade dos **contratos de Concessão do Estado** foi concluído no decorrer do ano de 2015, com a assinatura de nove contratos correspondentes às concessões Norte, Costa de Prata, Beira Litoral/Beira Alta, Grande Porto, Grande Lisboa, Interior Norte, Beira Interior, Algarve e Norte Litoral.

Estes nove contratos foram remetidos para apreciação por parte do Tribunal de Contas (TdC), tendo sido devolvidos com a indicação de que os mesmos não se encontram sujeitos a fiscalização prévia, pelo que se encontram em plena produção de efeitos.

No que diz respeito ao processo negocial dos contratos de subconcessão, apresenta-se de seguida o respetivo ponto de situação.

SUBCONCESSÃO DO ALGARVE LITORAL

O Contrato de Subconcessão Alterado (CSA) do Algarve Litoral, assinado a 23 de outubro de 2017, foi submetido à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, mas tendo em conta a decisão do TdC proferida em dezembro de 2017, a IP comunicou à Subconcessionária que o mesmo teria de ser submetido, de novo, à fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Após análise do processo, o TdC, através do Acórdão n.º 29/2018, recusou, em 20 de junho de 2018, a concessão do Visto.

O Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 13/2019, de 28 de maio, manteve a posição inicial de recusa de visto do Contrato de Subconcessão do Algarve Litoral, tendo por este efeito o Conselho de Administração decidido recorrer para Tribunal Constitucional de tal decisão e resubmetido os Contratos de Subconcessão Alterados (subconcessões Baixo Alentejo, Autoestrada Transmontana e Pinhal Interior) a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

Em 2020, e após uma decisão inicial de não admissão de recurso, a IP reclamou para o plenário, tendo este, através do Acórdão n.º 58/2021, de 22 de janeiro, tomado a decisão final e definitiva de não admissão do recurso.

É assim entendimento da IP que, esgotadas as vias de recurso da decisão do Tribunal de Contas, fica confirmada a recusa definitiva de visto prévio ao CSA, nos termos do n.º 4 do artigo 45.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que é condição da sua produção de efeitos.

Neste contexto, o Contrato de Subconcessão Reformado, celebrado em 20 de abril de 2009 e alterado pelo instrumento de reforma de 28 de maio de 2010, constitui, em definitivo, o título contratual que regula a relação de concessão estabelecida entre as partes.

Em 17 de julho de 2019, a Subconcessionária veio pedir à IP a aceitação para a sua declaração de resolução do contrato de concessão, nos termos da lei aplicável, tendo a RAL, a 4 de setembro de 2019, face à discordância por parte da subconcedente, desencadeado um processo Arbitral contra a IP, que ainda decorre. No âmbito dessa mesma ação, a RAL deduziu um pedido cautelar, peticionando o pagamento antecipado de 30.007.923,12 euros, acrescido de um valor mensal até que seja proferida a decisão final, no montante mínimo de 1.162.805,95 euros.

Por decisão de 9 de março de 2021, a IP foi condenada a pagar 30.007.923,12 euros, acrescido de um valor mensal até que seja proferida a decisão final, no montante mínimo de 1.162.805,95 euros, e de 1.262.805,95 euros decorridos 45 dias da referida decisão arbitral. Os valores em causa estão a ser pagos pela IP, por conta da remuneração devida ao abrigo do Contrato de Subconcessão reformado. Do ponto de vista operacional, há que ter presente que:

- A Subconcessionária suspendeu, a partir das 24h00 do dia 6 de julho de 2018, todas as atividades de operação e manutenção por si desenvolvidas. Neste enquadramento a IP, ao abrigo dos poderes de fiscalização previstos no referido contrato de subconcessão, promoveu os meios necessários para a garantia das condições de segurança de pessoas e bens, sem prejuízo de ter de se acionar os mecanismos contratualmente estabelecidos para as situações de incumprimento das exigências de Operação e Manutenção conferidas à Subconcessionária;
- Posteriormente, a subconcessionária retomou as atividades apenas no objeto definido no Contrato de Subconcessão Alterado (CSA), fundamentando que o mesmo se encontra em vigor desde 27 de dezembro de 2017, recusando-se a intervir nas vias cujo referido contrato estabelece virem a integrar a jurisdição direta da IP. Esta situação obrigou a IP a intervir nesta rede subconcessionada em situação de emergência para garantir as condições de segurança rodoviária, atento o incumprimento expresso da Subconcessionária;
- Com a decisão cautelar do Tribunal Arbitral de 9 de março de 2021, a IP pagou, em abril 2021, o montante de 30.007.923,12 euros, e passou a pagar, Mensalmente, o valor de 1.162.805,95 euros até ao mês de julho face ao exposto a seguir;
- A 18 de julho de 2021, na sequência da decisão do Tribunal Arbitral de 9 de março de 2021, referente ao pedido cautelar, a subconcessionária retomou os trabalhos de operação e manutenção de todos os lanços compreendidos no Contrato de Subconcessão Reformado, incluindo os que seriam excluídos da subconcessão por via do início da vigência do Contrato de Subconcessão Alterado. A partir dessa data, a IP passou a pagar o montante mensal de 1.262.805,95 euros.

SUBCONCESSÕES DO BAIXO TEJO E LITORAL OESTE

Na sequência da recusa do Tribunal de Contas de emissão do Visto ao Contrato da Subconcessão do Algarve Litoral, as subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste entenderam inviabilizado o processo de negociações nos exatos termos dos Memorandos de Entendimento (MdE) estabelecidos com a Comissão de Negociações, não tendo os mesmo sido prorrogados.

Ou seja, entenderam as duas subconcessionárias que as negociações não deveriam ser prosseguidas.

Resultou, por conseguinte, a caducidade dos MdE o que veio reinvestir as subconcessionárias e a IP relativamente aos direitos e obrigações de que eram titulares na data de assinatura do MdE, ou seja, foram retomados os Contratos de Subconcessão Reformados, incluindo os pagamentos da IP previstos nestes contratos.

A AEBT, subconcessionária do Baixo Tejo, no entanto, comunicou à IP, que a permanência (formal) da ER377-2 no objeto da Subconcessão, aliada à impossibilidade de a AEBT prosseguir a sua construção e operação (em virtude da anulação da DIA), desequilibravam financeiramente o Contrato de Subconcessão, privando o projeto de receitas absolutamente essenciais para custear, entre outros, os alargamentos e as grandes reparações previstos no Plano de Trabalhos.

Deste modo a IP, a 7 de fevereiro de 2019, com insistência a 11 de junho de 2019, nos termos do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, requereu junto da Secretaria de Estado das Infraestruturas a constituição de uma comissão de negociação, com fundamento na necessidade objetiva de fazer refletir contratualmente a impossibilidade de construção da ER377-2, a qual veio a ser constituída por despacho da coordenadora da UTAP de 22 de julho de 2019, tendo o relatório final da Comissão de Negociação (CN) sido submetido à apreciação do Governo a 8 de janeiro de 2021.

Em 4 de junho de 2021, na sequência da aprovação do relatório da CN pelo Secretário de Estado das Finanças e pelo Secretário de Estado das Infraestruturas, foi celebrado entre a IP e a AEBT – Autoestradas do Baixo Tejo, S.A (AEBT), o Acordo de Aditamento e demais documentação contratual acordada entre a CN e a AEBT, tendo a IP submetido o mesmo a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

O TdC, em 20 de julho de 2021, tomou uma decisão de indeferimento liminar.

O CSC Alterado entrou em vigor em 29 de julho de 2021, após a AEBT aderir ao entendimento da IP de que a decisão do TdC permite a entrada em vigor do mesmo (cfr. alínea c) do n.º 1 da Cláusula Quarta do Acordo de Aditamento).

SUBCONCESSÕES DO BAIXO ALENTEJO, PINHAL INTERIOR E AUTOESTRADA TRANSMONTANA

Os Contratos de Subconcessão Alterados (CSA) do Baixo Alentejo, Pinhal Interior e Autoestrada Transmontana encontram-se a produzir efeitos desde, respetivamente, 3 de abril de 2017, 21 de dezembro de 2017 e 24 de maio de 2018.

No entanto, face à recusa de visto ao CSA do Algarve Litoral, proferida em 20 junho de 2018 pelo Tribunal de Contas, foi decidido pela IP, no final de agosto de 2018, suspender os pagamentos a estas três subconcessionárias. Perante a continuada ausência de resposta do TdC ao recurso

apresentado, foi decidido em novembro de 2018 retomar de forma parcial o pagamento dos montantes devidos a estas três subconcessionárias, situação que se manteve no 1.º semestre de 2019.

Em junho de 2019, no seguimento da tomada de conhecimento do Acórdão n.º 13/2019 do TdC, a IP submeteu novamente a este Tribunal, para efeito de Fiscalização Prévia, os CSA do Baixo Alentejo, Pinhal Interior e Autoestrada Transmontana.

O TdC pronunciou-se tendo informado, no caso do CSA do Baixo Alentejo, que "decidiu julgar verificada a exceção dilatória de caso julgado, não conhecendo do mérito da pretensão de concessão de visto ao(s) ato(s) relativo(s) ao(s) processo(s)…" e relativamente aos CSA da Autoestrada Transmontana e do Pinhal Interior "decidiu devolver o(s) ato(s)/contrato(s) relativo(s) ao(s) processo(s) acima identificado(s)" por não se encontrar(em) sujeito(s) a fiscalização prévia".

Em face do referido, no 2.º semestre de 2019, à exceção do Pinhal Interior cujo pagamento por conta de agosto de 2019 ainda foi parcial, foram retomados os pagamentos em conformidade com os respetivos CSA, assim como a regularização dos pagamentos parciais ocorridos até ao final do 1.º semestre de 2019.

SUBCONCESSÃO DO DOURO INTERIOR

Na Subconcessão Douro Interior, as renegociações estão terminadas, tendo a respetiva ata final sido assinada no dia 15 de fevereiro de 2018, encontrando-se em curso o processo de aprovação pelo Governo.

Com a decisão final de não admissão do recurso interposto para o Tribunal Constitucional acima referida (Subconcessão do Algarve Litoral), a decisão final do Governo quanto à renegociação do Douro Interior deixa de ficar limitada ou condicionada pela pendência daquele recurso para o Tribunal Constitucional.

5.6.2 CONCLUSÃO DA REDE SUBCONCESSIONADA

A rede viária dos sete contratos de Subconcessão em vigor, totaliza uma extensão de aproximadamente 1.019 km, encontrando-se em serviço (obra concluída) cerca de 911 km.

Face às vicissitudes inerentes ao contrato de subconcessão do Algarve Litoral, encontra-se por concluir cerca de 82 km de obra nova / requalificação e 26 km de obra está suspensa.

Na extensão total dos lanços já não estão a ser considerados os troços das subconcessões do Pinhal Interior, Transmontana, Baixo Tejo e Baixo Alentejo que, de acordo com os Contratos de Subconcessão Alterados, transitaram para jurisdição direta da IP ou que foram retirados do objeto do CSA, na sequência da renegociação dos contratos.

Como factos relevantes ocorridos em 2024, destaca-se a continuação da empreitada referente ao aumento do número de vias do IC 20 – Via Rápida da Caparica entre o Nó com a A2 e o Nó de Casas Velhas, numa extensão de 3,1 Km.

5.6.3 ENCARGOS 2024

Os encargos assumidos no ano de 2024, relativos a concessões e subconcessões rodoviárias, foram de 1.083,9 milhões de euros, menos 49,4 milhões de euros, comparativamente com o ano de 2023.

unidade: milhões de euros

CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES	REAL 2023	REAL 2024	Δ% 2024-2023
Concessões Disponibilidade Infraestrutura + Disponibilidade A+B	**685,7**	**671,8**	**-2%**
Algarve	51,7	46,6	-10%
Beira Interior	52,4	37,2	-29%
Beira Litoral e Alta	122,2	115,6	-5%
Costa de Prata	44,3	39,1	-12%
Grande Lisboa	35,6	36,5	2%
Grande Porto	79,9	80,4	1%
Interior Norte	72,3	61,4	-15%
Norte	171,6	198,2	16%
Norte Litoral	55,7	56,8	2%
Subconcessões Disponibilidade + Serviço	**370,1**	**342,7**	**-7%**
AE Transmontana	49,3	48,8	-1%
Baixo Alentejo	42,0	39,7	-5%
Baixo Tejo	30,7	27,9	-9%
Douro Interior	85,0	81,9	-4%
Litoral Oeste	42,2	23,4	-45%
Pinhal Interior	120,9	120,9	0%
Comparticipações e Reequilíbrios	**27,6**	**44,1**	**60%**
Grandes Reparações	**49,8**	**25,4**	**-49%**
Total	**1 133,2**	**1 083,9**	**-4%**

5.7 TELECOMUNICAÇÕES E *CLOUD* EMPRESARIAL

No âmbito do Grupo IP compete à IP Telecom assegurar a gestão eficaz da infraestrutura de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, e assegurar o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias *Cloud* e Segurança.

A IP Telecom tem assumido um posicionamento estratégico no mercado empresarial e no setor da administração pública, enquanto operador de comunicações de retalho (*Wholesale*) de fibras óticas e de gestão de canal técnico rodoviário para operadores nacionais e internacionais, atividade complementada com a operação no mercado *Cloud* Empresarial e de *Data Centers*.

Em termos macroeconómicos, os conflitos armados e a instabilidade política internacional criam alguma incerteza no setor e na atração de investimentos significativos nestas áreas. No entanto, a IP Telecom continuou a demonstrar robustez financeira e capacidades técnicas, pelas evoluções tecnológicas introduzidas nos últimos anos no seu *portfolio*, quer do ponto de vista de telecomunicações, quer do ponto de vista de soluções *Cloud*, garantindo um compromisso elevado na importância de garantir a estabilidade e segurança de comunicações críticas.

Em 2024, continuou-se a renovação de um conjunto significativo de salas técnicas que tinham a sua capacidade esgotada. Estas novas salas permitiram o reforço das ligações internacionais, assim como a nova ligação a sul que liga Sines a Espanha e que presentemente suporta vários clientes nacionais e internacionais. Este esforço foi alargado a vários troços de fibra ótica em que foi necessário substituir os cabos por terem atingido o fim da sua vida útil, nomeadamente nas ligações internacionais.

Foi também implementada uma plataforma de serviços PaaS – *Platform as a Service* - com vista a uma maior integração de desenvolvimentos aplicacionais dos seus clientes, estando hoje totalmente integrada na oferta. Adicionalmente, a IP Telecom disponibiliza alguns serviços SaaS – *Software as a Service*, com base em soluções de fornecedores e parceiros tecnológicos. A IP Telecom está focada na garantia de uma prestação de serviços de elevada qualidade, em mercados altamente concorrenciais e com padrões de disponibilidade muito exigentes.

A IP Telecom manteve a sua atividade focada nos operadores de telecomunicações, nacionais e internacionais, e nos segmentos de mercado empresarial, privilegiando as médias e grandes empresas e organismos públicos, sendo no segmento das telecomunicações uma referência no fornecimento de infraestrutura de Fibra Ótica e serviços conexos.

Referir ainda que, na sequência do mandato conferido pelo Governo português à Infraestruturas de Portugal e à IP Telecom, foi assinado em março de 2024 o contrato da Empreitada para Conceção, Construção, Fornecimento, Instalação, Montagem e Entrada em Exploração do Cabo de Fibra Ótica Submarino de Telecomunicações do novo Anel CAM entre a Infraestruturas de Portugal e a Alcatel *Submarine Networks*.

O volume de negócios em 2024, excluindo os negócios tidos com o Grupo IP e com o CTR, foi de 12,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 12% face ao valor verificado em 2023, que foi de 11,0 milhões de euros.

5.8 SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A IP Engenharia (IPE) tem por missão elaborar estudos e projetos de engenharia de transportes, gerir, coordenar e fiscalizar empreitadas nesse âmbito e dinamizar o negócio internacional do Grupo IP.

A IP Engenharia presta serviços especializados de engenharia ferroviária, vocacionada para a coordenação, elaboração e revisão de estudos e projetos e gestão, coordenação e fiscalização de obras, essencialmente no contexto dos investimentos sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal.

A IP Engenharia manteve, em 2024, o objetivo de garantir o equilíbrio económico, social e ambiental de acordo com as suas orientações para um crescimento sustentado. Presentemente, o foco da ação da IP Engenharia é centrado no domínio ferroviário, sendo a sua atividade suportada na gestão integrada dos recursos e competências disponíveis, necessária a uma resposta ágil e direcionada para os objetivos e investimentos do Grupo IP, no âmbito da coordenação, elaboração e revisão de estudos e projetos, assessoria técnica de engenharia, gestão, coordenação e assessoria na gestão de fiscalizações e empreitadas.

A Empresa continua a contribuir para a sustentabilidade financeira da IP, no âmbito do desenvolvimento e modernização integrada da rede rodoferroviária. Neste exercício destaca-se o reforço da equipa técnica na área de projetos, através de novas contratações, assim como a manutenção de uma "performance" operacional muito positiva, o que reflete a orientação do Grupo IP de afetação dos recursos da IP Engenharia às necessidades do Plano de Intervenções na Rede da IP, em concreto, dos seus Programas de Investimentos Ferrovia 2020 e PNI 2030. Merece igualmente destaque o cumprimento continuado dos prazos acordados com as Direções-cliente da IP, designadamente as Direções de Engenharia e Ambiente e de Empreendimentos.

DESENVOLVIMENTO DO NEGÓCIO INTERNACIONAL

Em 2024 manteve-se a estratégia de abordagem ao mercado internacional do Grupo IP, da responsabilidade da IPE, com o foco no bom relacionamento institucional do Grupo com as entidades públicas gestoras de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias dos países de expressão portuguesa, encontrando-se em curso o programa de assistência técnica para o Ministério das Obras Públicas de Moçambique iniciado em novembro de 2022.

No âmbito do crescente negócio internacional do Grupo IP, o ano foi marcado por vários pedidos de prestação de serviços de assistência técnica, solicitados por vários Governos e entidades congéneres da IP dos países de expressão portuguesa, cujas negociações, juntamente com as entidades diplomáticas portuguesas, prosseguirão em 2025. É de realçar a formalização de um acordo pioneiro apoiado pelo Programa Estratégico de Cooperação Portugal - São Tomé e Príncipe. A obtenção de financiamento pelo Instituto Camões constitui, naturalmente, um contributo financeiro relevante para o crescimento da atividade, mas, mais do que isso, implica um reconhecimento externo da qualidade de trabalho realizado e de validação da aposta estratégica na área internacional.

Os rendimentos da IP Engenharia com os Serviços de Engenharia e Transporte, excluindo os fluxos intra Grupo IP foram de 88 mil euros, o que representa um decréscimo face aos 107 mil euros verificados em 2023, em resultado da diminuição das prestações de serviço em 2024, tendo-se centrado a atividade basicamente para o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos de Moçambique.

5.9 GESTÃO IMOBILIÁRIA E DE ESPAÇOS COMERCIAIS

A IP Património (IPP) é a empresa dentro do Grupo IP responsável pela gestão e rentabilização do património imobiliário, com vasta experiência na exploração comercial da rede de estações e interfaces de transporte, garantindo a sua eficiente utilização, valorização, requalificação e preservação.

Os resultados alcançados pela IP Património em 2024 são o reflexo da estratégia que vem sendo implementada, a qual permitiu consolidar a retoma da atividade da empresa após o período da pandemia da Covid-19, reforçada quer pelas medidas extraordinárias que teve capacidade de implementar, como pela procura de novas soluções para os desafios com que foi confrontada, e suportada na capacidade de trabalho e profissionalismo dos seus Colaboradores.

O Volume de Negócios de 2024 ascendeu a 21,49 milhões de euros, superando o valor do período homólogo de 2023 (19,71 milhões de euros), tendo igualmente ultrapassado o valor alcançado no período homólogo de 2019 (17,38 milhões de euros), ano de pré-pandemia.

Neste contexto, a IPP logrou celebrar/renovar cerca de 430 contratos de Subconcessão e Licenças Precárias de espaços (incluindo ajustamentos de contratos em vigor), 79 dos quais cujo objeto são espaços anteriormente desocupados, num total de cerca de 1.240 contratos em vigor no final do ano de 2024. De notar que a celebração dos 12 novos contratos celebrados se traduz num investimento financeiro na ordem dos 12,4 milhões de euros previsto realizar pelos subconcessionários durante o período de vigência dos respetivos contratos, o que é um dos sinais de manutenção do interesse do mercado na requalificação dos espaços sob gestão da IPP.

Dos procedimentos promovidos em 2024 destacam-se:

- Continuidade da articulação com a área governativa da habitação, identificando imóveis com aptidão habitacional para serem alocados aos diversos programas do Governo neste âmbito;
- Na Estação de Porto S. Bento, a instalação do espaço de restauração e eventos, *Time Out Market*, no âmbito da subconcessão daquele espaço;
- No edifício da antiga Estação de Setúbal, a abertura de uma unidade de alojamento para estudantes;
- As parcerias estabelecidas com alguns Municípios que permitiram a requalificação de edifícios, atribuindo-lhes outros usos, como são os casos da Estação de Águeda, com o Município de Águeda, e de Couto de Cucujães, com o Município de Oliveira de Azeméis;
- No âmbito do Plano Nacional de Ecopistas, a continuidade das negociações com Municípios e Comunidades Intermunicipais, mantendo o objetivo de criação de uma rede de percursos de singularidade ímpar, constituindo a conclusão da Ecopista do Ramal de Reguengos mais um marco na prossecução deste objetivo;
- O trabalho desenvolvido no âmbito da valorização e manutenção do património desativado, com diversas obras em curso ou concluídas, que dotam este edificado de uma nova vida e alma, como

é propósito da IPP, como é exemplo a conclusão da recuperação do edifício de passageiros de Mirandela;

- Programa funcional para a nova estação de Alta Velocidade (AV) de Coimbra;
- Programa para a adaptação da Estação de Aveiro ao Serviço de Alta Velocidade;
- Linha de Cintura - Programa para a Nova Estação de Alcântara Rio;
- Linha do Norte - Programa preliminar no âmbito da construção da nova estação rodoferroviária de Vila Franca de Xira;
- No âmbito das obras de Remodelação e Beneficiação no Edifício Sede da IP, gestão do complexo processo de desocupação e de relocalização das equipas;
- Na área de cadastro e expropriações, o crescente número de pedidos, os novos projetos de expropriação continuaram a impor um esforço muito significativo da Equipa.



90.º

Declaração de Sustentabilidade

Parte I

Infraestruturas de Portugal

6. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

6.1 INFORMAÇÃO GERAL

ESRS 2 BP-1; ESRS 2 BP-2

Neste ano de 2024, publica-se o **Relatório de Gestão do Grupo IP**, que inclui a sua **Declaração de Sustentabilidade**, em substituição do Relatório de Sustentabilidade, designadamente o relativo ao ano 2023, que reportou o desempenho dos temas ESG do Grupo IP.

Seguidamente, apresenta-se uma sistematização das respostas a alguns requisitos de âmbito transversal à elaboração da Declaração de Sustentabilidade, decorrentes da ESRS 2.

REQUISITO	NOTAS	ESRS 2
Base geral para a elaboração	A declaração de sustentabilidade do Grupo IP abrange dados e informações referentes ao ano civil de 2024, de 1 de janeiro a 31 de dezembro. O âmbito da consolidação está alinhado com o das demonstrações financeiras, incluindo todas as entidades do Grupo IP, nomeadamente, a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP), a IP Engenharia (IPE), a IP Telecom (IPT) e a IP Património (IPP). A constituição, em termos genéricos, do Grupo IP pode ser consultada no capítulo 3.1 O Grupo IP. O reporte de sustentabilidade foi elaborado em conformidade com as novas Normas Europeias para Reporte de Sustentabilidade (ESRS), no que concerne à metodologia, às métricas e aos indicadores de desempenho, não tendo sido utilizada a opção de omitir informações específicas correspondentes a propriedade intelectual, resultados da inovação, desenvolvimentos iminentes ou questões de negociação em curso.	BP-1
Cadeia de valor	A declaração de sustentabilidade abrange não só as operações diretas do Grupo IP, mas também as operações que ocorrem na sua cadeia de valor, a montante e a jusante. A cadeia de valor da empresa foi incluída na análise de dupla materialidade e os IRO materiais, foram informados pela auscultação da mesma – auscultação de *stakeholders* externos. Esta abordagem estende-se às políticas, ações e metas do Grupo IP. Consulte informação pormenorizada da cadeia de valor no capítulo 4.1 Plano Estratégico do Grupo IP.	BP-1

REQUISITO	NOTAS	ESRS 2
Horizontes temporais	O Grupo IP selecionou horizontes temporais consistentes com as definições da secção 6.4 da ESRS 1, para impactos, riscos e oportunidades (IRO). Os horizontes temporais considerados são: curto prazo (< que um ano), médio prazo (um a cinco anos) e longo prazo (> cinco anos). Adicionalmente, e no que respeita às alterações climáticas, os horizontes de longo prazo compreendem os períodos 2041-2070 e 2071-2100, tendo em conta as projeções climáticas do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC).	BP-2
Alterações na preparação ou apresentação das informações	Foram alterados os valores do ano de 2023, referentes aos veículos a combustão integrantes da frota do Grupo IP, de 800 para 731, com afetação do valor total de veículos integrados na frota, que passou de 890 para 821 veículos. Também os valores da próxima renovação da frota, prevista para 2025, sofreram alterações, com reforço dos veículos elétricos, passando dos anteriormente previstos 95 para 106, com uma pequena redução dos veículos híbridos *plug-in*, de 34 para 31 e um aumento dos veículos híbridos não *plug-in*, de 318 para 352. Deixou-se também de considerar os veículos híbridos não *plug-in* e híbridos *plug-in* como veículos de baixo carbono, pois, segundo a UE, um veículo de baixo carbono tem emissões inferiores a 50 gCO_2e/km, o que apenas é válido para os veículos 100% elétricos. Foi igualmente alterado o valor total de pontos de carregamento e postos de carregamento de veículos elétricos instalados na IP e reportados em 2023, de 77 para 81.	BP-2
Outra legislação ou normas de reporte de sustentabilidade	O Grupo IP deixou de divulgar os indicadores da *Global Reporting Initiative* (GRI) alinhando o seu reporte de informação não financeira/sustentabilidade com os requisitos da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD). O presente relatório inclui também divulgações em conformidade com a Taxonomia Europeia, referida no capítulo 4.1.2 Contexto Externo e concretizada no capítulo 6.2.5 Elegibilidade e Alinhamento com a Taxonomia Europeia. Informações sobre a contribuição do Grupo IP para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são apresentados no capítulo 4.2.2 Abordagem estratégica alinhada com os ODS e ao longo do capítulo 6, relativo ao Desempenho ambiental, social e de governança do ano de 2024. Outras normas e referenciais orientadores foram utilizados para apoiar as divulgações requeridas pelas normas ESRS, nomeadamente o *GHG Protocol Corporate Standard*, relativo ao cálculo das emissões de GEE. No Anexo 2 – Tabelas ESRS 2: Relação com legislação europeia apresenta-se a lista de pontos de dados (*data points*) constantes de normas transversais e temáticas decorrentes de outra legislação da	BP-2

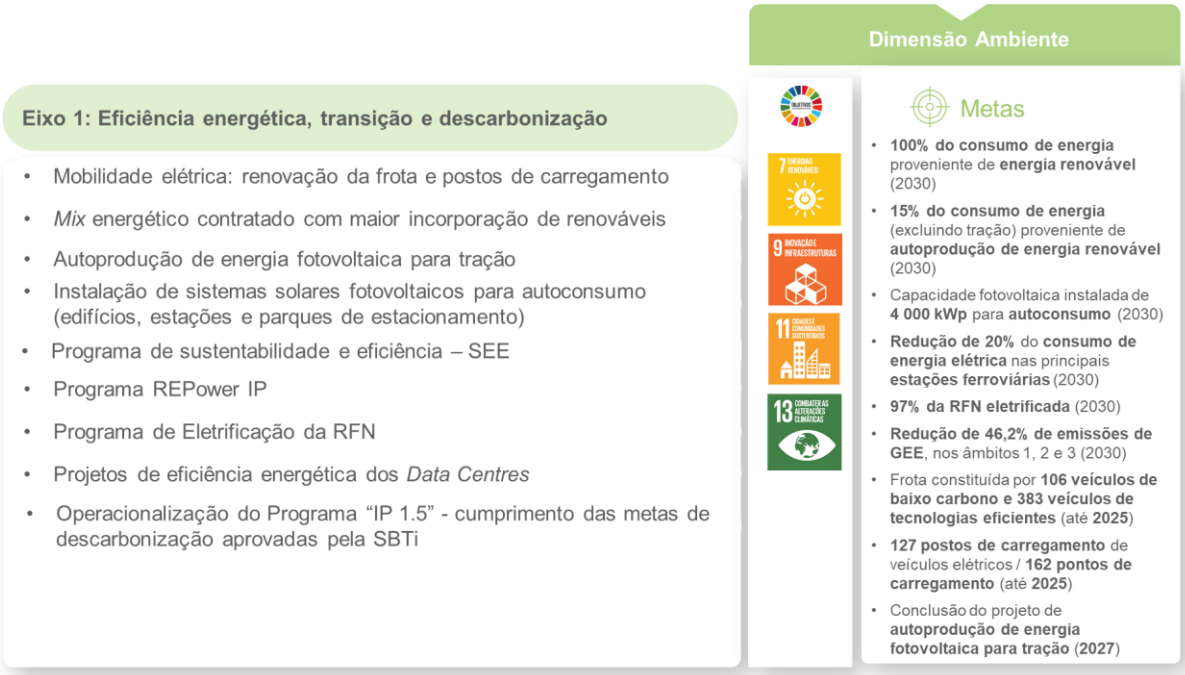
<table>
<tr><th>REQUISITO</th><th>NOTAS</th><th>ESRS 2</th></tr>
<tr><td></td><td>UE (Apêndice B, Regulamento Delegado ESRS), e associadas a cada Eixo de Intervenção.</td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">Incorporação por referência</td><td>O Relatório e Contas do Grupo IP é composto por várias partes, incluindo o presente Relatório de Gestão (Parte I) e o Relatório de Governo Societário (Parte V).
Os requisitos de divulgação das normas europeias ESRS encontram-se praticamente todos descritos no capítulo 6. Declaração de Sustentabilidade, mas também no capítulo 4. A Nossa Estratégia. No entanto, optou-se pela remissão de alguns requisitos de reporte para o Relatório de Governo Societário, e outros para Anexo, designadamente:</td><td>BP-2</td></tr>
<tr><td><table>
<tr><td>Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão (ESRS 2 GOV-1)</td><td>RGS 2024: cap V. Órgãos Sociais e Comissões</td></tr>
<tr><td>Requisitos de divulgação do ESRS abrangidos pela declaração de sustentabilidade (ESRS 2 IRO-2)</td><td>Anexo I - Tabela de Correspondência ESRS</td></tr>
<tr><td>Lista de pontos de dados provenientes de outra legislação da UE (ESRS 2 IRO-2)</td><td>Anexo 2 – Tabela ESRS 2 – Relação com Legislação Europeia</td></tr>
</table></td><td></td></tr>
<tr><td rowspan="2">Fontes de incerteza</td><td>Existem fontes de incerteza inerentes aos exercícios de estimativas decorrentes da assunção de determinados pressupostos. Para minimizar estas incertezas e garantir transparência, o Grupo IP segue normas e protocolos estabelecidos, que pretendem reduzir esse nível de incerteza e aumentar o grau de comparabilidade com outras organizações que sigam os mesmos protocolos. No entanto, as emissões de GEE de âmbito 3, podem conter níveis de incerteza específicos da atividade do Grupo IP.
As emissões de GEE de âmbito 3 do Grupo IP são calculadas utilizando dados reais, específicos do fornecedor, sempre que disponíveis, combinados com fatores de emissão e médias, quando os dados específicos não estão acessíveis.
A percentagem de GEE de âmbito 3 calculada utilizando dados primários foi de 5,0%: emissões totais das Categorias 3, 8 e 13 (combustíveis fósseis e energia elétrica e térmica) e uma parcela das emissões da Categoria 7 (transportes coletivos rodoviários de Coimbra, Porto e Lisboa, metros de Lisboa e do Porto).
Fonte de incerteza: o uso de dados médios setoriais de fatores de emissão introduz incerteza, especialmente em áreas onde a recolha direta de dados é limitada.</td><td rowspan="2">BP-2</td></tr>
<tr><td>Foram identificados alguns aspetos, relacionados com a qualidade dos dados de atividade disponibilizados e dos fatores de emissão utilizados, durante o processo de contabilização das emissões de GEE, que podem conduzir a alguma incerteza na estimava realizada, tais como:</td></tr>
</table>

REQUISITO	NOTAS	ESRS 2
	• A introdução manual de dados de atividade nas fichas de recolha de informação; • A utilização de estimativas para a consolidação dos dados de algumas atividades; • Formato inconsistente de alguns dados disponibilizados; • A multiplicidade de unidades de medida no mesmo ficheiro de *input*; • Inconsistências na informação base fornecida. Simultaneamente, os aspetos referidos constituem oportunidades de melhoria, as quais podem ser abordadas e aplicadas nos exercícios futuros de contabilização de emissões de GEE. O Grupo IP está atualmente a implementar novos procedimentos para melhorar a recolha de dados diretos junto dos seus fornecedores e prestadores de serviço, reduzindo a dependência de dados aproximados (*proxy data*).	
Base para cálculo	A metodologia utilizada no exercício financeiro e de reporte de sustentabilidade relativo a 2024 e aos anos comparativos anteriores seguiu a seguinte ordem de prioridade: • Medição direta; • Medições periódicas; • Cálculo baseado em dados específicos do local; • Cálculo baseado em fatores publicados; • Estimativa.	BP-2

6.2 DIMENSÃO AMBIENTE

6.2.1 EIXO DE INTERVENÇÃO 1 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, TRANSIÇÃO E DESCARBONIZAÇÃO

E1 IRO1; E1-1; E1-2; E1-3; E1-4; E1-5; E1-6; E1-7; E1-9



O **Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização** engloba diversos temas materiais para o Grupo IP. No âmbito deste eixo de intervenção, a empresa tem vindo a reforçar o seu compromisso através de investimentos, quer na expansão, modernização e eletrificação da rede ferroviária nacional, quer em sistemas que promovam uma maior integração de energias renováveis na matriz energética global consumida pela empresa. Este esforço concretiza-se quer na expansão de soluções de autoprodução e autoconsumo de energia proveniente de fontes renováveis, quer no desenvolvimento de soluções de autoprodução de energia renovável destinadas ao abastecimento da energia de tração. Em termos de eficiência energética, o Grupo IP tem prosseguido com a implementação de uma estratégia de redução de consumos e de intensidade energética.

O Roteiro de Neutralidade Carbónica para Portugal ambiciona reduzir as emissões de GEE, no setor dos transportes em 26%, até 2030, e atingir a neutralidade carbónica em 2050, e desejavelmente antecipado para 2045. O Grupo IP tem um papel fundamental na prossecução deste objetivo, através da gestão e do desenvolvimento das suas infraestruturas.

Ao apostar firmemente na descarbonização, o Grupo IP não só alinha a sua atividade com os objetivos ambientais da Taxonomia Europeia como também promove a descarbonização do setor dos transportes. A capacidade do Grupo em integrar de forma estratégica a eficiência energética, transição e descarbonização, será determinante para a sua sustentabilidade e sucesso a longo prazo.

A abordagem da empresa à descarbonização, cumpre com as exigências da Estratégia Europeia de Mobilidade Sustentável e Inteligente, e posiciona o Grupo IP como motor da transição para um sistema de transportes mais verde e resiliente. Esta aposta estratégica pode gerar benefícios económicos, sociais e ambientais, contribuindo para um futuro mais sustentável para Portugal e para a Europa.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
E1 - Alterações Climáticas	Mitigação das alterações climáticas	N.A.	Diminuição das emissões de GEE pela construção de novas linhas ferroviárias e eletrificação das existentes	Impacte Positivo	OP | J	CP | MP | LP
		N.A.	Emissões de GEE relacionadas com a utilização das infraestruturas rodoviárias	Impacte Negativo	OD | J	CP | MP
		N.A.	Redução das emissões de GEE decorrentes da produção de energia renovável para autoconsumo	Impacte Positivo	OD	CP | MP | LP
		N.A.	Contratos de energia verde	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
	Energia	N.A.	Consumo de energia associado à operação interna da IP (ex: frota, maquinaria, instalações)	Impacte Negativo	OD	CP | MP
		N.A.	Perdas de receita por interrupção do serviço devido a quebra de fornecimento de energia	Risco Financeiro	OD | J	LP
		N.A.	Variação do custo de energia devido ao contexto internacional e à penetração de energias renováveis	Risco Financeiro	M | OD | J	CP | MP | LP

A atividade do Grupo IP tem um impacto positivo significativo na redução de emissões de GEE, por via, por exemplo, da eletrificação de linhas ferroviárias e do estabelecimento de contratos de energia verde. No entanto, o consumo energético da operação interna, em resultado da operação da sua frota automóvel, das instalações e de maquinaria, representa um desafio, amplificado pela dependência externa em termos de disponibilidade do fornecimento de energia e da volatilidade de preços dessa energia.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Mitigação das alterações climáticas

Políticas, ações e desempenho

O Grupo IP, embora não disponha de um plano de transição formal para a mitigação das alterações climáticas, tem um conjunto de iniciativas e ações, a implementar e implementadas, que já se encontram refletidas noutros instrumentos e programas de gestão, quer da IP, quer da Tutela ministerial onde a IP se enquadra, no âmbito dos objetivos de descarbonização e de desenvolvimento sustentável nacionais, que por sua vez decorrem de diretivas e diretrizes europeias, alinhadas com o Acordo de Paris.

Entre esses instrumentos e políticas internas, que visam gerir o seu desempenho em termos da mitigação das alterações climáticas, destacam-se a sua Política Energética, os Programas de Eficiência Energética e o Programa BA 1.5, que se descrevem em maior detalhe abaixo.

Como fatores críticos para o sucesso da redução das emissões de GEE, destacam-se os seguintes: a expansão da rede ferroviária atualmente em curso, acompanhada pelo aumento da adesão ao transporte ferroviário por passageiros e mercadorias; a continuação da eletrificação da rede ferroviária; a taxa de conversão do parque automóvel nacional para veículos elétricos ou para outras soluções mais eficientes; e a disponibilidade de eletricidade proveniente de fontes renováveis no sistema eletroprodutor contratado, de forma a responder às necessidades atuais e futuras, da descarbonização do sistema de transportes.

Os principais progressos, que terão resultados positivos na transição energética da mobilidade, encontram-se refletidos no desenvolvimento dos principais empreendimentos de infraestruturas da IP, que se encontram ainda, em alguns casos, em fase de conceção e construção.

Estes empreendimentos da IP, estão enquadrados em programas de investimentos ambiciosos, com destaque para o Programa Ferrovia 2020 e o PNI 2030. Dado que o horizonte temporal, desde a conceção até ao início da exploração de projetos ferroviários, é aproximadamente de uma década, alguns dos principais progressos nesta matéria e associados ao desenvolvimento ferroviário ainda não se fazem sentir. Já os investimentos menos avultados na operação da empresa, como por exemplo na transição para uma frota elétrica, na eficiência energética e na produção de energia renovável, já apresentam um nível de execução superior, com reflexos positivos ao nível das emissões de GEE.

Todos os principais investimentos do Grupo IP, incluindo os que impactam a descarbonização da sua atividade, estão devidamente incluídos nos Planos de Atividade e Orçamento (PAO) da empresa, os quais integram os contributos das várias Unidades Orgânicas, que serão responsáveis pela sua implementação, em linha com a estratégia definida e a missão de cada uma. O PAO é aprovado pelos Ministério das Finanças e Ministério das Infraestruturas e Habitação, sendo a sua execução operacional e financeira, monitorizada por instrumentos e ferramentas de controlo e gestão da empresa.

A IP, sendo uma empresa pública, tem uma dependência significativa de financiamento público para o exercício da sua atividade, estando condicionada pelas orientações e estratégias definidas pela sua Tutela, ao nível dos grandes investimentos em infraestruturas. Nos investimentos mais direcionados

para melhorar o desempenho energético de instalações e frota própria, a IP consegue afetar receitas próprias, o que permite maior previsibilidade no investimento gradual em ações de melhoria.

O **Programa de Sustentabilidade e Eficiência (Programa SEE)** integra, entre outras, um conjunto de medidas destinadas à melhoria do desempenho energético da empresa, com o objetivo de reduzir o consumo e a intensidade energética das atividades e operações, bem como de otimizar os custos associados à energia e às emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Algumas dessas iniciativas, incluem a realização de análises e diagnósticos aos consumos energéticos do Grupo IP, auditorias energéticas a instalações e equipamentos, certificação energética de edifícios e a execução de um outro conjunto abrangente de medidas de eficiência energética. Para além da vertente energética, o SEE contempla igualmente as dimensões da gestão da água, paisagem, mobilidade e resíduos.

No mesmo âmbito, o Grupo IP desenvolveu o **Plano *REPowerIP***, alinhado com as diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho de Ministros n. 82/2022, de 27 de setembro, que define o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 para Portugal. Este plano estabelece um conjunto de medidas obrigatórias para a redução do consumo energético e hídrico, promovendo a adaptação da indústria e das infraestruturas a diferentes fontes e fornecedores de energia, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis. O Plano é dirigido ao setor da Administração Pública Central, onde se inclui a IP.

Reconhecendo a urgência do desafio que as alterações climáticas representam sobre a sua atividade, os seus *stakeholders* e a sociedade civil em geral, a IP aderiu, em 2018, ao movimento global de empresas a nível mundial que irão alinhar a sua atividade e os seus processos de negócio com os objetivos do Acordo de Paris, para limitar o aumento da temperatura global a 1,5° C, acima dos pré-níveis industriais. Esta iniciativa, designada por "***Business Ambition for* 1.5º C**" foi lançada pelo *World Wide Fund for Nature* (WWF), *World Resources Institute* (WRI), CDP – *Disclosure Insight Action e a Science Based Targets Initiative* (SBTi).

Esta adesão implicou um trabalho exaustivo de preparação e de adaptação de metodologias na IP, de contabilização e reporte de emissões, tendo para o efeito sido elaborados:

- Inventário de Emissões da IP, alinhado com as diretrizes e normas internacionais, designadamente o *GHG Protocol*;
- Roteiro de Desempenho Carbónico; e o
- Relatório de medidas de redução de emissões da IP até ao ano 2030.

O Grupo IP tem, desde 2023, as suas metas científicas de redução de emissões de GEE até 2030 aprovadas pela SBTi.



- **Emissões de âmbito 1** - Redução em 46,2%, face ao ano de 2019, o que equivale a uma redução de 2.567 tCO_2e;
- **Emissões de âmbito 2** - Redução em 46,2%, face ao ano de 2019, o que equivale a uma redução de 16.417 tCO_2e;
- **Emissões de âmbito 3** - Redução em 46,2%, face ao ano de 2019, o que equivale a uma redução de 131.761 tCO_2e.

Para alcançar estas metas, o Grupo IP definiu o **Programa *Business Ambition* "1.5 IP"** que integra um *roadmap* de ações a implementar. As temáticas abordadas são o uso eficiente de energia, a produção de energia renovável para autoconsumo, a renovação da frota própria incluindo um número crescente de veículos de baixo carbono, o uso eficiente de materiais, produtos e serviços e outras ações para a mobilidade sustentável, sendo monitorizado seu impacte na componente de mitigação climática.

Estando a IP empenhada na transição energética, tem vindo a implementar, ao longo dos anos, uma estratégia orientada para a promoção de uma mobilidade sustentável. Neste contexto, destacam-se as seguintes principais medidas:

- **Eletrificação da Rede Ferroviária Nacional**, com um vasto conjunto de investimentos previstos, quer no programa Ferrovia 2020, quer no Programa Nacional de Investimentos 2030, que permitirão aumentar a extensão da rede ferroviária eletrificada respetivamente até 88% e 97% da RFN total em exploração.



  Nesta medida, o programa de eletrificação da RFN contribuirá para a descarbonização do setor dos transportes, ao possibilitar uma redução das emissões de CO_2e associadas ao material circulante que opera nas infraestruturas ferroviárias nacionais, que permitirá a substituição da tração diesel para elétrica, para além de potenciar os sistemas de frenagem regenerativa de energia.

  Assim, e como impacto muito relevante desta iniciativa na descarbonização, e apenas considerando os investimentos em eletrificação previstos no Ferrovia2020, estima-se uma redução anual de emissões de GEE de cerca de 152 $ktCO_2e$, por via da referida possibilidade de transição energética da tração do material circulante que opera na RFN.

Em 2024, destaca-se a eletrificação do novo troço Évora-Caia, integrado no corredor internacional sul, dos troços Faro-Vila Real de Santo António e Tunes-Lagos, da linha do Algarve e do troço Meleças-Caldas da Rainha, da linha do Oeste.

Em 2024, 1.794 km da RFN em exploração já se encontrava eletrificada.

- **Projeto piloto de autoprodução de energia fotovoltaica para tração**, a localizar junto à subestação de tração do Entroncamento. Uma vez que a operação da RFN é muito dependente de energia, os consumos de energia elétrica para a tração são elevados, da ordem de 300 GWh/ano. Com a construção de novas linhas férreas elétricas e com a crescente eletrificação dos troços existentes, o consumo de energia continuará a aumentar.

  Neste contexto, e face às novas obrigações legais em termos do consumo de energia de tração para o transporte ferroviário (Decreto-Lei n. 84/2022, de 9 de dezembro), a IP entendeu ser prioritária a procura de soluções que permitissem reduzir a dependência dos seus consumos energéticos baseados em energia fóssil, para além de assegurar a contratação energética externa com selo de energia verde.

  Assim, foram levantadas as principais condicionantes e foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, no final de 2023. Já em 2024, foram recebidas as propostas preliminares que permitiram elaborar uma avaliação técnica e económica e que conduziram ao início do processo de contratação com pedido de aprovação à Tutela, fase em que esta iniciativa se encontra atualmente**.** Para 2025, está prevista a decisão da Tutela, o lançamento do Concurso Público Internacional e o processo de contratação. Prevê-se que o início da empreitada decorra em 2026 e que o projeto esteja concluído em 2027.

  A central fotovoltaica a construir, deverá ter uma potência máxima de produção de 5 MWp, o que permitirá uma produção de 7,7 GWh/ano de energia renovável para uso na tração ferroviária, com a correspondente redução anual de emissões estimada em 1.863 tCO_2e.

- **Renovação da frota automóvel do Grupo IP**, para veículos elétricos e híbridos. Esta medida de renovação da frota para veículos com menor intensidade carbónica na sua fase de utilização, tem vindo a ser implementada desde 2019.

  Para se quantificar a intensidade carbónica de cada tipologia de veículos da frota, tomou-se em consideração a informação constante do Regulamento (UE) n. 2019/631 do Parlamento Europeu do Conselho, de 17 de abril, que estabelece as normas de desempenho em matéria de emissões de CO_2 dos automóveis novos de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros novos, para que seja possível a classificação de «Veículo com nível nulo ou baixo de emissões». Assim, para um automóvel de passageiros ou um veículo comercial ser classificado com Veículo com nível nulo ou baixo de emissões tem de ter emissões, medidas no tubo de escape, entre zero e 50 gCO_2e/km, determinadas nos termos do Regulamento (UE) n. 2017/1151.

  Recolheu-se dados de utilização ao longo do ano de 2024, nomeadamente, consumo de combustível e quilómetros percorridos, de modo a aferir quais os veículos integrantes da frota do Grupo IP, poderiam ser considerados veículos de baixo carbono. Utilizou-se como base da

análise, as características do gasóleo e gasolina publicados no NIR 2024, e o *IPCC Fifth Assessment Report* (AR5).

Dados da Frota	Quilómetros Percorridos (km)		Combustível consumido (L)		Consumo médio (L/100km)		Emissão por km (gCO_2e/km)	
	2023	2024	2023	2024	2024	2023	2023	2024
Veículos Elétricos (BEV)	1 060 438	925 111	0	0	0	0	0	0
Veículos Híbridos plug-in (PHEV)	139 861	141 961	6 534	5 844	4,7	4,1	109	96
Veículos Híbridos não plug-in (HEV)	908 928	921 714	48 954	53 037	5,4	5,8	126	135
Veículos de Combustão	22 344 603	21 920 077	1 536 484	1 533 027	6,9	7,0	202	205

Através da análise da tabela anterior, foi possível concluir-se que apenas os veículos elétricos integrados na frota deverão ser considerados veículos de baixo carbono. Ainda assim, os veículos híbridos *plug-in* (PHEV) e os veículos híbridos não *plug-in* (HEV) permitem a redução das emissões de GEE por quilómetro percorrido, comparativamente com os veículos a combustão, sendo considerados veículos de tecnologia mais eficiente.

Em termos de número de veículos e renovação da frota, o ano de 2025 vai ser marcado pela substituição dos veículos existentes por veículos de tipologias mais eficientes, como apresentado na tabela seguinte.

Frota do Grupo IP (número de veículos)	2023	2024	Variação (%)	Meta 2025
Veículos Elétricos (BEV)	45	45	0	106
Veículos Híbridos *plug-in* (PHEV)	7	7	0	31
Veículos Híbridos não *plug-in* (HEV)	38	38	0	352
Veículos de Combustão	731	731	0	387
Total de Veículos Frota IP de Baixo Carbono	45	45	0	106
Total de Veículos Frota IP com tecnologias mais eficientes	45	45	0	383
Total de Veículos da Frota do Grupo IP	821	821	0	876

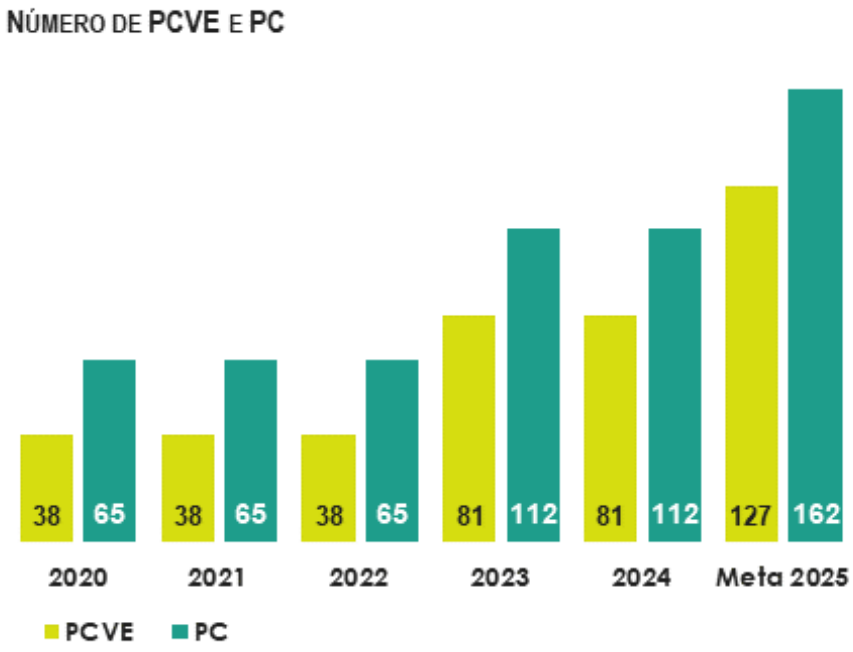
Durante o ano de 2025, e com a renovação da frota que vai ocorrer, os veículos a combustão diminuirão 47%, sendo substituídos por veículos mais eficientes e de baixo carbono, que totalizarão 56% do total da frota do Grupo IP.

Os veículos de baixo carbono mais do que duplicarão (+136%), acompanhando a estratégia da organização de redução de emissões da sua frota.

Em 2024, a frota do Grupo IP integra 5,5% de veículos elétricos e 5,5% de veículos híbridos. A próxima renovação da frota, prevista para 2025, estará associada a uma maior representatividade de veículos de baixo carbono (12%) e de tecnologias mais eficientes (44%).

Uma vez que a renovação da frota é evolutiva, o Grupo IP poderá ainda vir a beneficiar das melhorias tecnológicas ao nível da autonomia dos veículos elétricos e das baterias, que se esperam nos próximos anos, podendo reduzir-se ainda mais os atuais constrangimentos que se apresentam para o desenvolvimento de algumas das suas atividades, que exigem percorrer longas distâncias.

- **Instalação de carregadores de veículos elétricos (VE)**, em todo o país. A estratégia do Grupo IP nesta matéria, passa por fazer um reforço significativo, em 2025, do número de postos de carregamento (PCVE) e do número de postos de carregamento (PC) disponíveis nas suas instalações, respetivamente de 127 e 162.



Em 2024 estão instalados e disponíveis 81 PCVE e 112 PC, nas instalações da empresa.

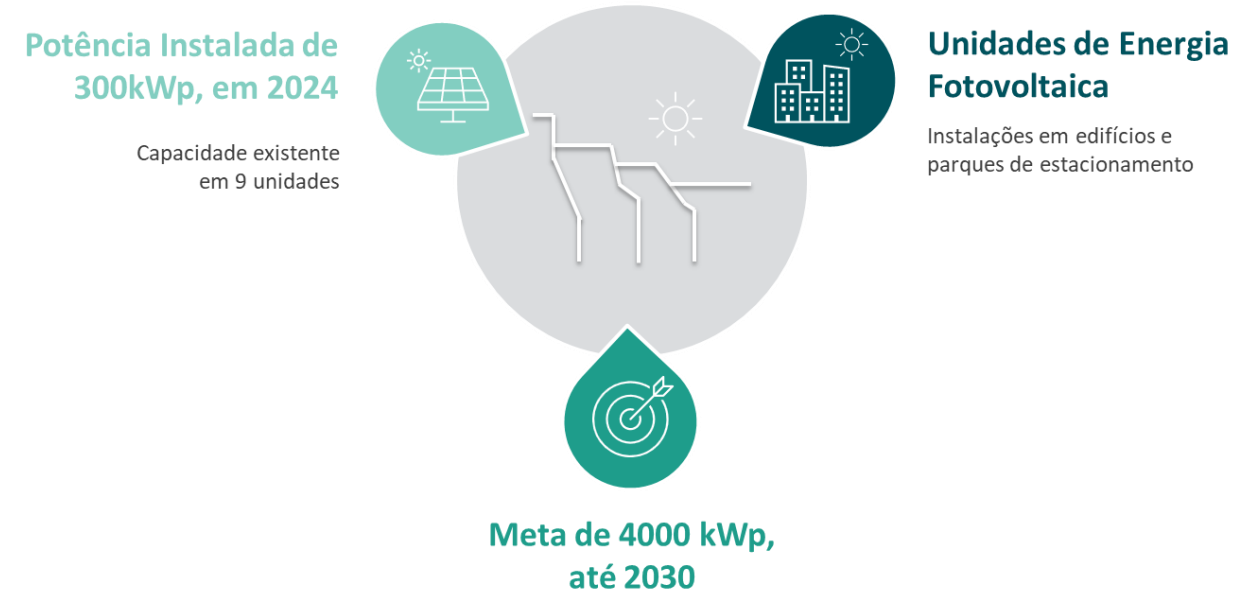
- No que respeita a **projetos de autoprodução de energia fotovoltaica**, o Grupo IP, promove duas modalidades distintas: i) são estabelecidas parcerias com promotores privados através de concessões, para instalação e exploração dessas instalações, em que a energia produzida é vendida à rede. Os investimentos nestas centrais de autoprodução são realizados por esses promotores, através da instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas de edifícios e estações, sendo os ganhos obtidos com a venda de energia à rede pública.

Em 2024, encontrava-se instalada uma potência de cerca de 782 kWp (pico) em 24 unidades de produção, o que representa um aumento de +12% de capacidade instalada relativamente ao ano de 2023. A energia produzida durante este ano atingiu os 1.006 MWh.

Outra modalidade é a ii) instalação de painéis fotovoltaicos para **produção de energia renovável para autoconsumo**. O Grupo IP tem instaladas unidades em edifícios e em parques de estacionamento da IP. O objetivo a médio prazo, até 2030, é de dispor de cerca de 4.000 kWp para autoconsumo.

Em 2024, a potência instalada para autoconsumo manteve-se nos 300 kWp (pico) em 9 unidades. Até final do ano foram produzidos 354 MWh nestas unidades, o que representa um aumento de 22% relativamente ao ano passado.

Os números do autoconsumo



Tendo em conta os painéis fotovoltaicos instalados em parques de estacionamento das instalações da empresa, estes têm a particularidade de estarem integrados em sistemas *Carport* e dotados de postos de carregamento de veículos elétricos. Estes sistemas têm a vantagem de proporcionar em simultâneo sombreamento, produção de energia e carregamento elétrico de viaturas.





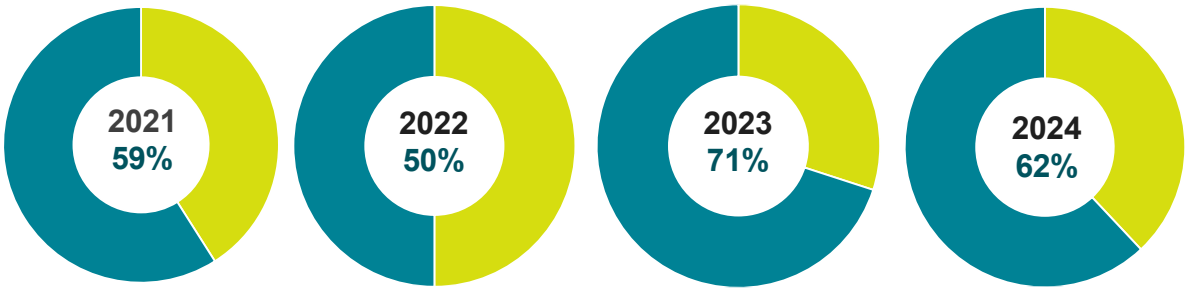
As iniciativas de produção de energia renovável em edifícios e instalações do Grupo IP visam ainda dar cumprimento aos regulamentos e às metas nacionais de descarbonização, atualmente em vigor, nomeadamente, ao Regulamento ECO.AP 2030, aprovado pela Resolução de Conselhos de Ministros n. 104/2020, de 24 novembro, que aprova o Programa de Eficiência de Recursos para a Administração Pública, para o período até 2030. O programa encontra-se sob a tutela da Agência para a Energia (ADENE), a Direção Geral de Energia (DGEG) e a APA.

Este programa visa a promoção da adoção de medidas de melhoria de eficiência energética e de outros recursos, fixando um conjunto de objetivos e metas que contribuam para a descarbonização e transição energética das atividades desenvolvidas pela Administração Pública, direta e indireta, incluindo o Setor Empresarial do Estado. Neste contexto, a IP terá até ao ano de 2030, que contribuir para o cumprimento das seguintes metas:

- Reduzir em 40% os consumos de energia primária;
- Contribuir para que 10% do consumo de energia seja assegurado por soluções de autoconsumo com origem em fontes de energia renovável;
- Reduzir em 20% o consumo de água;
- Reduzir materiais em 20%;
- Alcançar 5% de taxa de renovação energética e hídrica dos edifícios.

A IP já instruiu o seu **Plano ECO.AP 2030**, junto da APA e DGEG, estando agora em curso a sua atualização em observância com as metas a atingir para o triénio 2025-2027.

- Em 2024, O Grupo IP manteve o seu **modelo de aquisição de energia a fornecedores externos** para incremento da quota de energia renovável no total de energia consumida pela empresa e pelos utentes das suas infraestruturas. Esse modelo de contratação passa por fixar uma percentagem mínima de energia renovável, com exigência sempre que possível, dos respetivos Certificados de Garantia de Origem, exigindo assim o aumento da penetração de energias renováveis na energia fornecida pelos comercializadores.



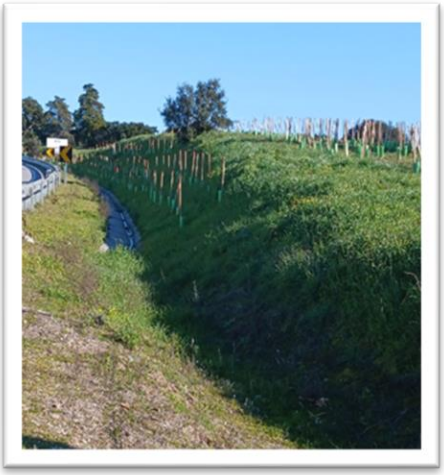
O peso da energia de origem renovável no *mix* energético contratado pela empresa aumentou de 50%, em 2022, para 71%, em 2023 e para 62%, em 2024.

- O Grupo IP realizou também em 2024, algumas **ações de reflorestação**, que podem ter enquadramento em projetos de remoção de GEE, apesar de não ter sido efetuado ainda o cálculo da remoção efetiva em termos de tCO2e. Prevê-se, em 2025, dar seguimento a esta temática no sentido de estabelecer e aplicar uma metodologia de quantificação do potencial de remoção de emissões GEE associado a estas iniciativas.

  No ano de 2024, o Grupo IP investiu cerca de 2,09 M€ em integração paisagística. Um dos objetivos principais das intervenções, para qualquer um dos projetos de integração paisagística (PIP's) onde foram efetuadas plantações, foi procurar que a vegetação não ficasse tão dependente de trabalhos de manutenção como tem estado até agora, através das seguintes opções:

  - Plantação efetuada no outono;
  - Aproveitar os núcleos já vegetados como pontos de partida para a expansão do coberto vegetal e associar sempre *mulch* como forma de reter humidade;
  - Plantar árvores muito próximo das espécies arbustivas de sub-bosque compatíveis para se apoiarem e para reduzir a quantidade de água de rega no verão;
  - Diversificar as espécies autóctones e aplicá-las nos contextos geomorfológicos que lhes são mais favoráveis em termos de nicho ecológico e habitats;
  - Dar expressão aos estratos arbóreos, arbustivos e subarbustivos, não apenas ao arbóreo, como forma de garantir a perenidade e mimetizar os ecossistemas;
  - Plantar as primeiras arbustivas a mais de 3 metros das infraestruturas para não serem afetadas pelas ceifas, mas respeitando citérios de segurança;

- Plantar árvores a distâncias ou localizações que não agravem a situação em caso de acidente ocorrido na infraestrutura;
- Identificar bem os exemplares no terreno, com estacas bem visíveis, para não correrem o risco de serem cortados aquando da manutenção das infraestruturas, quando ocultos pelo crescimento das herbáceas em redor.





Seguidamente apresentamos as ações de reflorestação associadas à **RRN**, que poderão vir a ser classificados e contabilizados como projetos de remoção de emissões de GEE.

PROJETOS DE REFLORESTAÇÃO EM 2024 (REMOÇÃO DE GEE)	N.º ÁRVORES PLANTADAS	ESPÉCIE	ÁREA (HA)
EN 114-4 (PS da A6)	562	Freixos, Murtas, Piornos, Ciprestes, Loendros, Medronheiros	0,50
EN256 – Ponte do Albardão	1 038	Lódãos, Giestas-brancas, Murtas, Loendros, Amendoeiras, Cedros-bastardos, Pinheiros-mansos, Madressilvas, Zambujeiros, Sanguinhos das-sebes, Medronheiros, Figueiras, Catapereiros, Carvalhos-cerquinhos	1,60
EN114 – Parque das Bolas	158	Medronheiros, Sabugueiros, Tamargueiras, Loendros, Madressilvas, Folhado, Murta	1,35
EN4 parque dos Lusos	928	Carvalhos-cerquinhos, Medronheiros, Piornos, Castanheiros, Lódãos, Cedros-bastardos, Freixos, Murtas, Madressilvas, Ciprestes	2,30
EN114 Km 42.250/42.300; 42.325/ 42.375; 42.400/ 42.475; 42.590 /42.655 e 42.710/ 42.750 LD	25	Carvalho-cerquinho	< 1

PROJETOS DE REFLORESTAÇÃO EM 2024 (REMOÇÃO DE GEE)	N.º ÁRVORES PLANTADAS	ESPÉCIE	ÁREA (HA)
A22 – Controlo de Fronteira	129	Lódãos, Giestas-arbóreas, Zimbros, Zambujeiros, Amendoeiras, Pinheiros-mansos, Alecrins	1,00
N118 - Monforte	260	Azinheiras, Pinheiro manso, Medronheiros	0,70
IC8 - KM37+930 - Nó de ligação à EN237 (Pombal)	50	Pinheiros mansos	1,88
	5	Carvalhos	
Freguesia de Moçarria (em ambiente urbano)	15	Medronheiros	0,10
EN233 - Depósito de Sal (Guarda)	13	Plátanos	0,56
	12	Ciprestes	
	25	Carvalhos	
EN324 - KM53+000 (Guarda)	21	Carvalhos	0,80
	16	Sobreiros	
	42	Oliveiras	
EN114 - KM168+600 e 172+300 (Évora)	20	Medronheiros, Lódãos-bastardos, Pilriteiros, Alfarrobeiras, Carvalhos portugueses, Carvalhiças, Loureiros, Murtas, Cevadilhas e Oliveiras	0,30
Freguesia de São João da Ribeira e Ribeira de São João (Rio Maior)	14	Amendoeiras	0,10
EN238 - Nó do IC8 (Sertã)	400	Sobreiros	0,90
	400	Carvalhos	

Em 2024, o total de área intervencionada para reflorestação foi de cerca de 13,1 hectares, com a plantação de 4.148 árvores de espécies autóctones e com interesse ecológico, como por exemplo sobreiros, carvalhos, medronheiros, oliveiras, entre outras.

- A legislação portuguesa estabelece **medidas de compensação pelo abate de árvores protegidas**, como os sobreiros e azinheiras, por via do Decreto-Lei n. 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual. Este diploma legal determina que o corte ou arranque de sobreiros e azinheiras carece de autorização do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e, em determinadas situações, exige a implementação de medidas compensatórias. Por cada árvore protegida abatida, o Grupo deve aplicar a medida de compensação, que se concretiza na plantação de um número de 2 a 3 vezes o número das árvores abatidas. Muitas dessas medidas de compensação vêm referenciadas nas Declarações de Impacte Ambiental (DIA) dos projetos.

  Na tabela abaixo, caracterizam-se essas ações de compensação realizadas em 2024.

Medidas de Compensação de Abate de Árvores Protegidas (Sobreiros, Azinheiras) (2024)	N.º árvores plantadas por espécie	Espécie	Área (ha)
Ligação de Mondim de Basto à EN210	460	Sobreiros	0,85
ER361 – Amiais de Cima / Alcanena	470	Sobreiros	0,75
EN14 - 2ª Fase - Via Diagonal / Interface Rodoferroviário da Trofa	290	Sobreiros	5,52
EN326 – Feira / Escariz (Trecho 1)	490	Sobreiros	0,81

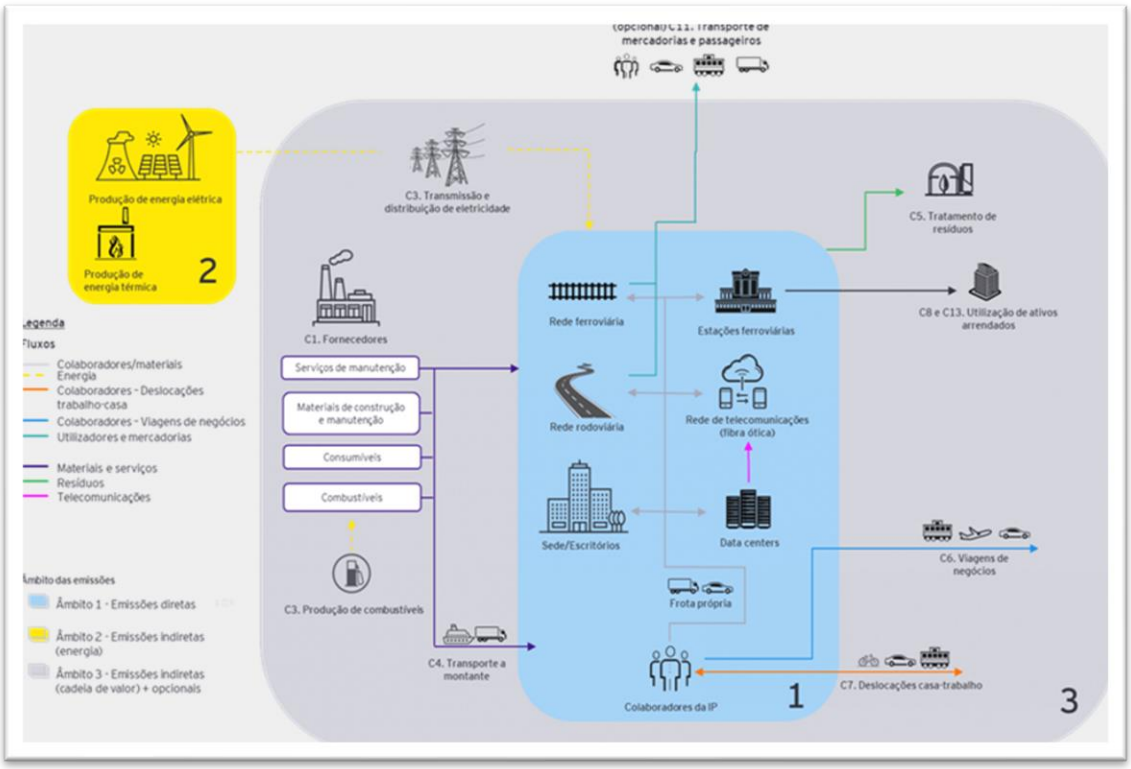
Durante o ano 2024, foi intervencionada para replantação de árvores uma área de 7,9 hectares, correspondendo à plantação de 1.710 sobreiros.

Como resultado dos vários programas e iniciativas anteriormente descritos, apresenta-seguidamente a **evolução do Grupo IP**, em termos de **emissões de GEE**. Os dados referem-se ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro dos anos descritos, e todo o Grupo IP é considerado, nomeadamente IP, IPT, IPE e IPP.

O cálculo de emissões de GEE foi elaborado de acordo com o *GHG Protocol Corporate Accounting and Reporting Standard – Revised Edition (2004),* utilizando uma abordagem de controlo operacional para a consolidação dos limites organizacionais. Utilizou-se, também, o *Scope 2 Guidance*, e o *Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard*.

Foram calculados os 3 âmbitos nos anos de 2019 e de 2024, enquanto em 2023, apenas foram calculadas as emissões dos âmbitos 1 (A1) e 2 (A2).

A metodologia utilizada foi a mesma, tendo sido atualizados os fatores de emissão para o ano de 2024. As fronteiras operacionais do inventário de emissões de GEE apresentam-se na figura abaixo.



No cálculo de emissões de GEE foram excluídas as categorias de emissões de Âmbito 3 (A3) para as quais não foram identificadas atividades no Grupo IP, como seja o caso da categoria 9 (Transportes a jusante; ou seja, emissões decorrentes do transporte de produtos vendidos pela empresa), categoria 10 (Processamento de Produtos Vendidos), categoria 12 (Fim de vida de Produtos Vendidos) e categoria 14 (*Franchises*). No caso da categoria 15 (Investimentos), foi considerado que, embora o Grupo IP detenha 25% do capital social da empresa *Atlantic Corridor* (AC), as emissões estimadas respetivas possuem uma contribuição imaterial (inferior a 0,1% das emissões de GEE).

A percentagem de GEE de âmbito 3 calculada utilizando dados primários foi de 5,0%: as emissões totais das categorias 3, 8 e 13 (combustíveis fósseis e energia elétrica e térmica) e uma parcela das emissões da categoria 7 (transportes coletivos rodoviários de Coimbra, Porto e Lisboa, metros de Lisboa e do Porto). As restantes categorias foram calculadas com o apoio de valores base e fatores de emissão médios, publicados por entidades como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e pelo *Department for Environment, Food & Rural Affairs – UK* (DEFRA).

Na tabela seguinte apresentam-se as emissões de GEE calculadas para os 3 âmbitos (A1, A2 e A3), para os anos de 2019 e de 2024, enquanto em 2023, como já referido anteriormente, são apresentadas apenas as emissões de âmbitos 1 e 2 (A1 e A2), o que não permite que se faça uma comparação efetiva em termos de emissões totais de GEE entre os anos de 2023 e 2024.

EMISSÕES DE GEE (TCO2E)	ANO BASE (2019)	2023	2024	2023 - 2024	2019 - 2024	META 2030
EMISSÕES DE GEE DE ÂMBITO 1						
Emissões brutas de GEE de A1	4 752	4 427	4 637	+ 4,7%	- 2,4%	- 46,2%
Emissões de GEE de A1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados (%)	0%	0%	0%	-	-	-
EMISSÕES DE GEE DE ÂMBITO 2						
Emissões brutas de GEE de A2 baseadas na localização	17 830	-	7 401	-	-	-
Emissões brutas de GEE de A2 baseadas no mercado	30 514	4 845	5 763	+ 18,9%	- 81,1%	- 46,2%
EMISSÕES DE GEE DE ÂMBITO 3 (BASEADAS NO MERCADO)						
Emissões brutas indiretas totais de GEE (A3)	244 909	-	162 479	-	- 33,7%	- 46,2%
C1: Aquisição de bens e serviços	201 141	-	145 627	-	-	-
C2: Bens de Capital	13 809	-	1 990	-	-	-
C3: Energia não incluída em A1 e A2	4 494	-	1 656	-	-	-
C4: Transporte e distribuição a montante	574	-	273	-	-	-
C5: Tratamento de resíduos	200	-	96	-	-	-
C6: Viagens de negócios	111	-	91	-	-	-
C7: Viagens pendulares	7 753	-	7 230	-	-	-
C8: Ativos alugados a montante	346	-	156	-	-	-
C9: Transportes a jusante	-	-	-	-	-	-
C10: Processamento de Produtos Vendidos	-	-	-	-	-	-
C11: Uso de produtos (por tipo de produto da IP – Rodovia) *	6 068 930	-	5 890 223	-	-	-
C11: Uso de produtos (por tipo de produto da IP – Ferrovia) *	84 297	-	61 970	-	-	-
C12: Fim de vida de Produtos Vendidos	-	-	-	-	-	-
C13: Ativos alugados a jusante	16 480	-	5 360	-	-	-
C14: Franchises	-	-	-	-	-	-
C15: Investimentos**	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Âmbitos 1, 2 e 3) (tCO_2e)	**280 175**	**-**	**172 879**	**-**	**- 38,3%**	**-**

** De acordo com os requisitos mínimos – "minimum boundaries" - do GHG Protocol para a categoria 11, disponível na Tabela 5.4 do Corporate Value Chain (Scope 3) Accounting and Reporting Standard, o Grupo IP não tem quaisquer emissões diretas durante a fase de uso, mas sim emissões indiretas durante a fase de uso dos produtos vendidos. A SBTi, indicou, no processo de validação das metas com base na ciência, que as emissões indiretas de âmbito 3 da fase de utilização ou outras fontes opcionais, não devem ser incluídas no inventário de âmbito 3 e devem ser reportadas em separado.*

*** Embora a IP detenha 25% do capital social da empresa Atlantic Corridor (AC), as emissões estimadas respetivas possuem uma contribuição imaterial (inferior a 0,1% das emissões de GEE do Grupo IP).*

Na tabela apresentada, verifica-se, em 2024, um aumento de 4,7% das emissões de GEE de Âmbito 1 relativamente a 2023, resultado do aumento do consumo de combustíveis (+1,8%) e de gás natural (+26,8%), que acompanharam o crescimento operacional.

A ambição e esforços devem ser redobrados nas medidas que afetam as emissões diretas, nomeadamente o reforço da conversão da frota própria para veículos elétricos, bem como a expansão da instalação de postos de carregamento para veículos elétricos (PC e PCVE) nas instalações próprias em todo o país.

Ainda assim, considerando a atividade do Grupo IP, esta conversão tem de ser forçosamente gradual, para não comprometer a operacionalidade da IP, já que a dispersão geográfica da sua atividade operacional exige elevada autonomia dos veículos, nem sempre compatível com a disponibilidade do mercado ao nível das baterias e dos veículos.

Para os próximos anos estão já previstas metas, apresentadas neste capítulo, que contribuirão para a redução de emissões de âmbito 1.

Em 2024, o desempenho relativamente à meta de redução das emissões de GEE de Âmbito 1 representou 2,4%, longe dos 46,2% de redução necessária em 2030.

Quanto às emissões de GEE de Âmbito 2, relativas ao consumo de energia elétrica, verifica-se que, para os resultados do cálculo, baseado no mercado, o desempenho em 2024 indica um aumento das emissões de 18,9% comparativamente com o ano passado. Embora o consumo de eletricidade tenha sido 3% mais baixo que o ano de 2023, o *mix* energético global em 2024, teve menos 9% de energias renováveis, o que explica o aumento significativo das emissões de GEE.

Associadas à redução das emissões de âmbito 2, salientam-se diversas iniciativas em curso, como aa ações para a melhoria da eficiência energética, o aumento da produção de energia renovável para autoconsumo e o recurso a fornecedores de eletricidade com um *mix* energético mais sustentado em fontes renováveis.

Em 2024, as emissões de GEE de Âmbito 2 foram 81,1% inferiores ao ano base de 2019, tendo nessa medida sido largamente ultrapassada a meta prevista para 2030, de redução de 46,2%.

Já as emissões de âmbito 3 (indiretas), em 2024, totalizaram cerca de 162.479 tCO_2e. A principal categoria, com maiores contributos, continua a ser a categoria 1, referente à Aquisição de bens e serviços, com um valor de cerca de 145.627 tCO_2e, o que significa uma redução de 28% a partir do ano base (2019). É de realçar que esta redução se explica, essencialmente, por via da redução dos fatores de emissão de CO_2e associados à melhoria de desempenho das indústrias relevantes. Para atingir a meta em 2030, o Grupo IP deve continuar a investir em medidas que permitam a redução das suas emissões indiretas, atuando por ex. na sua cadeia de valor.

Em 2024, houve uma diminuição de 33,7% das emissões de âmbito 3, relativamente a 2019, o que indica que, mesmo com o aumento das operações da empresa, atingiu-se um nível de redução que se aproxima da meta de - 46,2%, até ao ano de 2030.

Face a estes resultados, considera-se que a descarbonização da atividade do Grupo IP em curso, indicia que o cumprimento destas metas climáticas será uma realidade no final desta década.

Embora não tenham sido consideradas para as metas *SBTi*, as emissões resultantes da utilização das infraestruturas rodoferroviárias pelos utilizadores (categoria 11 do Âmbito 3) têm uma expressão muito significativa, com a rodovia a representar, naturalmente, a quase totalidade das emissões de GEE associadas à utilização de infraestruturas.

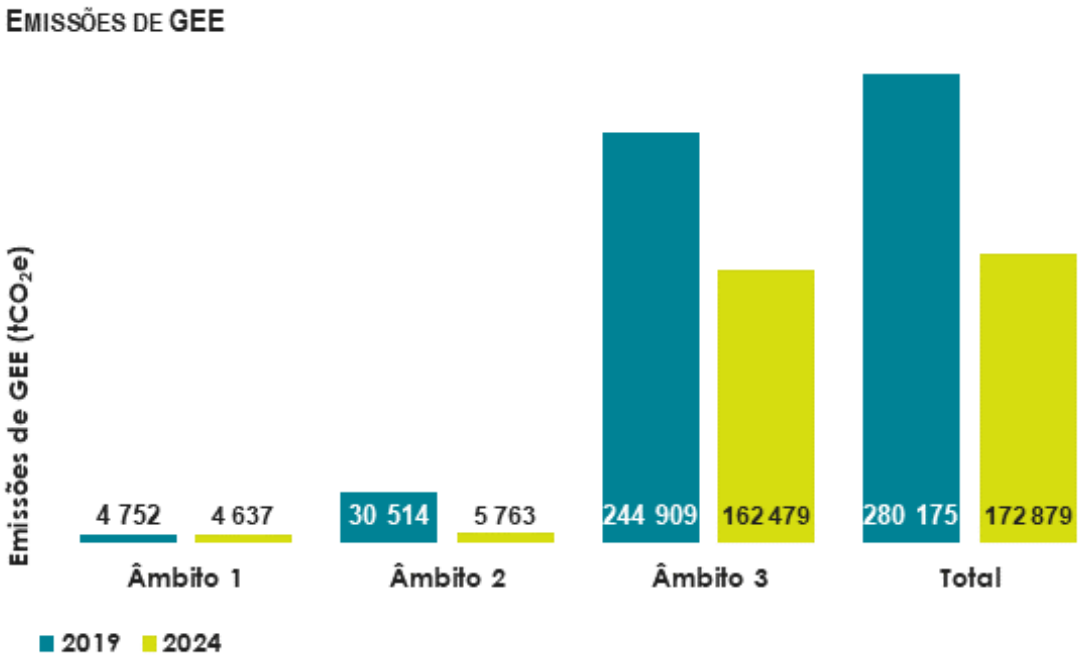
Tendo sido considerado um tema material, independentemente das metas *SBTi*, calculou-se para 2024, a categoria 11 do Âmbito 3, onde se enquadra, como referido, a utilização das infraestruturas rodoferroviárias, resultando num total de emissões de 5.952.193 tCO_2e. A utilização da rodovia representa 99% deste valor e a utilização da ferrovia os restantes 1%, o que espelha bem as diferenças de emissões de CO_2e/km e de totais da circulação neste dois modos.

Os investimentos mais relevantes que o Grupo IP está a concretizar para a redução destas emissões da categoria 11 do Âmbito 3, incidem sobre a rede ferroviária, nomeadamente através da sua expansão e eletrificação, promovendo a transferência modal e a consequente diminuição de circulação de veículos a combustão interna.

No que respeita a investimentos em projetos rodoviários, destaca-se o contributo da IP para o Sistema de Mobilidade do Mondego, que será operado integralmente por autocarros elétricos em canal dedicado.

Ainda assim, ao considerar as atividades inerentes ao Grupo IP, verifica-se que não existe capacidade para reduzir de forma significativa as emissões de GEE da infraestrutura rodoviária, uma vez que a empresa não dispõe de qualquer controlo operacional sobre essas emissões, dado que resultam diretamente da composição da frota nacional e está dependente das estratégias nacionais em termos por exemplo da eletrificação da mobilidade.

Considerando as emissões totais de GEE de 2024, apresentadas no gráfico abaixo, verifica-se uma redução global de 38,3%, relativamente ao ano base de 2019, número que espelha o sucesso das medidas de mitigação da emissão de GEE que têm vindo a ser implementadas.



Além das metas definidas no âmbito da SBTi, o Grupo IP possui outras **metas próprias até 2030**, e metas no âmbito do programa Eco.AP, em que todas têm como **ano base o ano de 2019**.

Nos gráficos seguintes, pretende-se demonstrar o desempenho atual relativamente a essas metas. Nos gráficos abaixo apresentam-se dois tipos de metas de redução, as metas objetivo (primeiro gráfico) e as metas de redução (segundo gráfico).

Assim, o primeiro gráfico apresenta a evolução do desempenho do cumprimento de diversas metas objetivo, comparando os valores registados em 2023 e 2024, face aos objetivos estabelecidos para 2030.

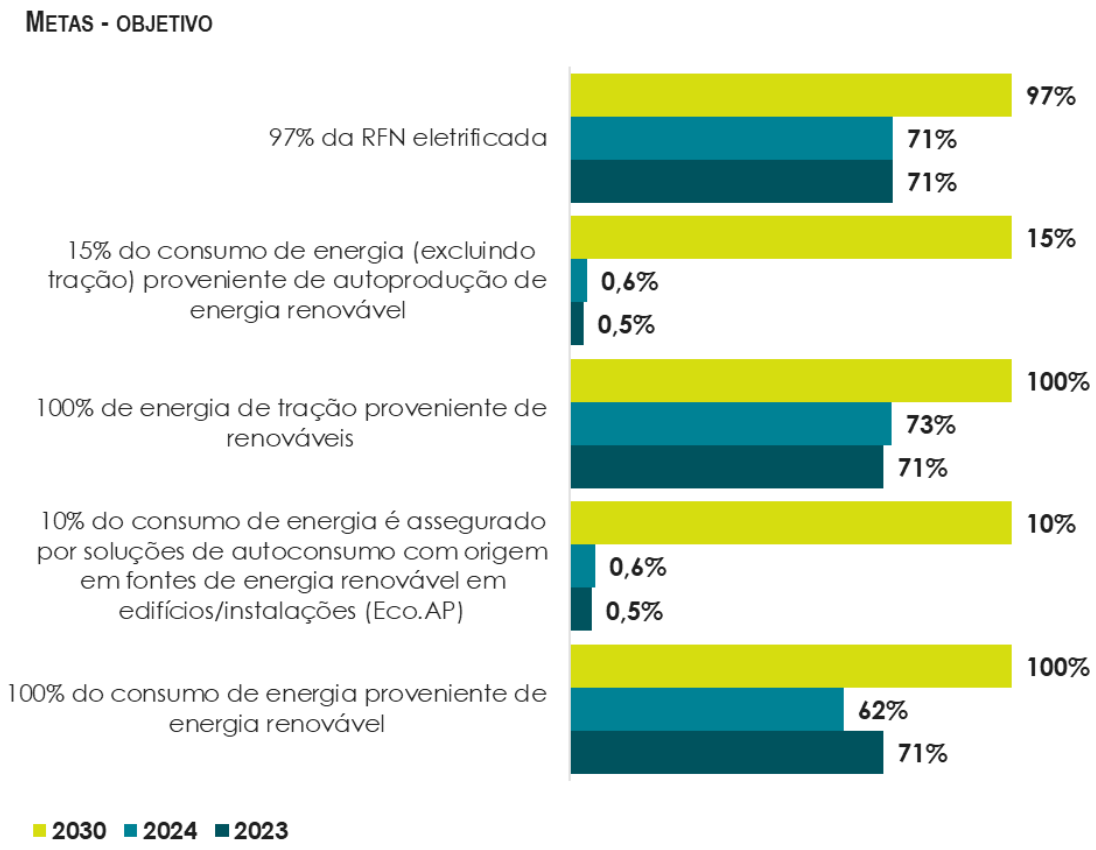
Quanto ao objetivo de 97% da RFN eletrificada em 2030, embora já se encontre atualmente num nível elevado, de 71%, irá aumentar significativamente após a conclusão dos investimentos previstos para a RFN, que visam exatamente a eletrificação de linhas ferroviárias. Em 2024, não se concluiu qualquer obra de eletrificação, o que justifica que o mesmo valor caracterize o ano de 2023 e o ano de 2024.

Estão também em vigor, atualmente, duas metas relativas à produção de energia renovável para autoconsumo, uma de 10% até 2030 no âmbito do programa Eco.AP, e outra interna do Grupo IP mais ambiciosa, de 15%. Verifica-se que o ritmo de crescimento atual é insuficiente para alcançar a meta até 2030, pelo que será necessário um aumento significativo do investimento em soluções de autoconsumo a localizar em edifícios/instalações da empresa.

O progresso desempenho relativo à meta de 100% de energia de tração proveniente de energias renováveis é positivo, sendo que em 2024, o valor atingido já foi de 73%, bastante próxima da meta intermédia de 75% em 2025, a qual será, muito provavelmente, atingida antes do final do ano.

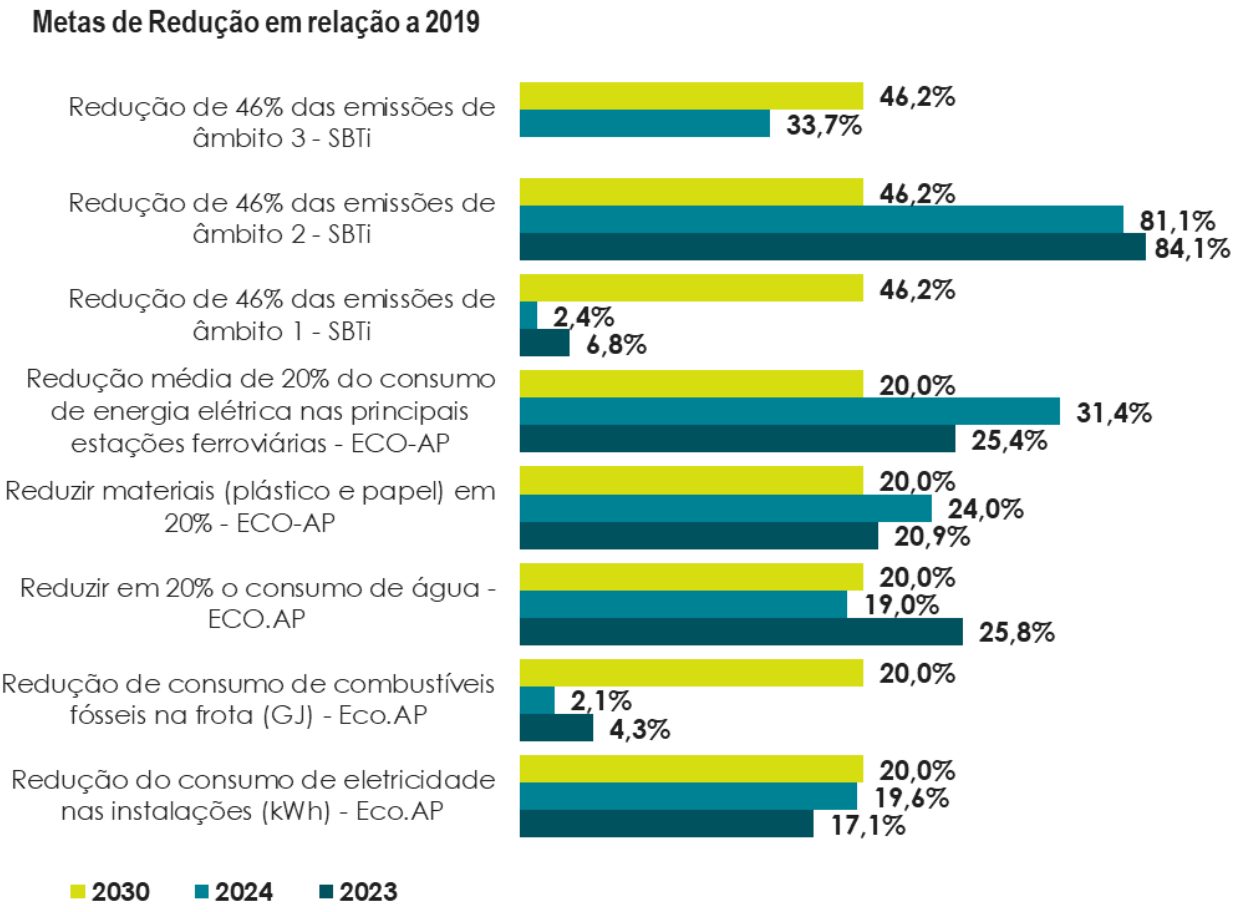
Relativamente à meta de 100% da energia para a ferrovia com proveniência renovável (2030), o desempenho da IP em 2024, foi de 62%, o que sugere ainda uma acentuada dependência de fontes fósseis, tendo inclusivamente este valor do *mix* energético sido inferior ao registado em 2023 (71%).

Embora se considere que o progresso é positivo, a distância para a meta de 2030 ainda é significativa, pelo que, será necessário manter uma estratégia firme de penetração de energia renovável na energia de tração, nos próximos anos, o que se espera seja uma realidade.



O segundo gráfico apresenta a evolução do desempenho relativamente às metas de redução em diversas áreas ambientais, comparando os valores registados em 2023 e 2024 com os objetivos estabelecidos para 2030.

Uma vez que a análise das metas de redução de emissões de GEE foi já apresentada neste capítulo, as restantes metas de redução surgem no âmbito do programa Eco.AP.



A redução média de 20% do consumo de energia elétrica nas principais estações ferroviárias foi já atingida em 2023 e em 2024 verificou-se que a redução atinge os 31,4%.

Foi atingida e ultrapassada, igualmente, a meta de redução de 20% do consumo de materiais (plástico e papel). O valor de 2024, representa 24% de redução, demonstrando um compromisso eficaz da empresa com a redução do uso de materiais descartáveis.

A meta redução de 20% do consumo de água tinha sido ultrapassada em 2023, baixando ligeiramente em 2024, para 19%. Embora o desempenho tenha sofrido um ligeiro decréscimo este ano, o cumprimento da meta para 2030 deverá estar assegurado.

Já o progresso do desempenho relativo à meta de redução do consumo de combustíveis fósseis na frota, encontra-se muito aquém, verificando-se em 2024, uma redução de 2% relativamente a 2019, face a uma meta de 20%. O valor deixa transparecer que a redução no consumo de combustíveis fósseis está a avançar a um ritmo lento, sendo necessária uma transição mais acelerada para consumos de combustíveis mais sustentáveis, com uma aposta por exemplo na eletrificação. No ano

de 2025, com a renovação da frota, é esperada uma melhoria no desempenho em termos da redução dos consumos de combustíveis fósseis.

Finalmente, a meta de redução de 20% do consumo de eletricidade nas instalações até ao ano de 2030, foi atingida em 2024, esperando-se uma redução ainda mais expressiva nos próximos anos.

Os **indicadores de intensidade carbónica da atividade** da organização foram reformulados para que pudessem refletir a nova regulamentação em vigor, como é o caso da **Taxonomia Europeia**, estabelecendo-se tal como requerido, a ligação entre as emissões de GEE decorrentes da atividade do Grupo IP e alguns indicadores financeiros associados por ex. à utilização das redes ferroviária e rodoviária. A sua quantificação apresenta-se na tabela abaixo.

INDICADORES DE INTENSIDADE CARBÓNICA	2024	UNIDADE
Intensidade carbónica (Âmbitos 1, 2 e 3) por Volume de Negócios Total	109,1	tCO_2e/M€
Intensidade carbónica (Âmbitos 1, 2 e 3) pelo CAPEX associado à atividade da Taxonomia Europeia 6.14 - Infraestruturas de transporte ferroviário	276,7	tCO_2e/M€
Intensidade carbónica (Âmbitos 1, 2 e 3) pelo CAPEX associado à atividade da Taxonomia Europeia 6.15 - Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	1 607,1	tCO_2e/M€
Intensidade carbónica da utilização da ferrovia (Categoria 11 de Âmbito 3), pela utilização da infraestrutura ferroviária (milhões de comboios quilómetro)	1 776,7	tCO_2e/Mckm
Intensidade carbónica da utilização da rodovia (Categoria 11 de Âmbito 3), pela utilização da infraestrutura rodoviária (milhões de veículos quilómetro)	232,1	tCO_2e/Mveículo.km

Cada indicador pode ler-se da seguinte forma:

- **Intensidade carbónica por Volume de Negócios Total**: 109,1 tCO_2e/M€. Este valor indica que, para cada milhão de euros de volume de negócios, são emitidas 109,1 tCO_2e.
- **Intensidade carbónica pelo CAPEX na atividade 6.14** (Infraestruturas de transporte ferroviário): 276,7 tCO_2e/M€. Este valor reflete as emissões associadas à construção e modernização da infraestrutura ferroviária e poderá estar influenciado pelo tipo de materiais e processos utilizados.
- **Intensidade carbónica pelo CAPEX na atividade 6.15** (Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público): 1.607,1 tCO_2e/M€. A infraestrutura rodoviária apresenta um valor de intensidade carbónica significativamente superior ao da ferrovia, demonstrando um maior impacto ambiental por unidade de investimento. Este valor pode refletir a pegada de carbono da construção e manutenção das estradas e a dependência da atividade/setor rodoviário de combustíveis fósseis.
- **Intensidade carbónica da utilização da ferrovia** (Categoria 11 do Âmbito 3): 1.776,7 tCO_2e/Mckm. Representam as emissões da ferrovia associadas ao seu uso por milhão de

comboios.km. Este valor poderá estar relacionado com a eficiência energética do setor ferroviário e com o *mix* energético usado/contratado.

- **Intensidade carbónica da utilização da rodovia** (Categoria 11 do Âmbito 3): 232,1 tCO_2e/Mveículo.km. Demonstra a intensidade carbónica da utilização das infraestruturas rodoviárias por milhão de veículos.km. Comparativamente com a ferrovia, apresenta um valor inferior, mas deve também ser analisado no contexto de volumes de tráfego substancialmente superiores.

Conclui-se, a partir dos indicadores de intensidade carbónica, que a **infraestrutura rodoviária** apresenta uma pegada de carbono significativamente maior, tanto na fase de construção e manutenção (CAPEX), quanto na utilização. A **infraestrutura ferroviária**, embora não isenta de emissões, demonstra maior eficiência, por via de ser um transporte coletivo e pode ainda beneficiar da transição energética para energias renováveis.

Quanto à relação entre emissões de GEE e o volume de negócios da empresa, indica que a descarbonização das operações da IP, poderá ser um fator estratégico para melhorar a sua sustentabilidade financeira e ambiental.

Energia

Políticas, ações e desempenho

Como descrito acima no âmbito da mitigação das alterações climáticas, existem políticas e programas em vigor na empresa que visam, além da redução das emissões de GEE, a eficiência energética, e consequentemente, a redução dos consumos de eletricidade e combustíveis fósseis, entre os quais, se podem referir o Programa de Sustentabilidade e Eficiência (Programa SEE) e o Plano *REPowerIP*.

Relativamente aos consumos energéticos dos *data centers*, que se têm revelado tendencialmente crescentes, o Grupo IP tem uma estratégia de atuação definida. A crescente digitalização da economia e o aumento exponencial da utilização de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) têm conduzido a um aumento significativo do consumo energético nos *data centers*.

A resposta da UE ao desafio da sustentabilidade nos *data centers* tem vindo a ser reforçada, culminando na publicação da Diretiva de Eficiência Energética (EU) n.º 1791/2023, que estabelece metas rigorosas para a redução do consumo energético e para a incorporação de fontes renováveis nos sistemas de energia dos *data centers*.

Com o intuito de atingir uma maior **eficiência energética nos *data centers***, o Grupo IP tem adotado diversas medidas, entre as quais:

- Certificação e observância da norma ISO/IEC 30134-2:2016;
- Medição e registo permanente e estratificado dos consumos de energia e do PUE (*Power Usage Effectiveness*);
- Avaliação mensal comparativa do consumo de energia dos principais equipamentos nos *data centers*;
- Gestão do ciclo de vida dos equipamentos, através da substituição de equipamentos obsoletos;

- *Data center* de Viseu – Implementação de *free cooling* e instalação de painéis fotovoltaicos;
- *Data center* do Porto – Renovação de equipamentos;
- *Data center* de Lisboa – Projeto de reformulação global com o objetivo de atingir a certificação *Tier 3* e um PUE (*Power Usage Effectiveness*) de 1,45 nos próximos dois anos.

Em resultado das medidas adotadas, em 2024, o PUE registado foi inferior a 1,6 (Classe "Eficiente") nos 3 data centers (Lisboa, Porto e Viseu) do Grupo IP.

Em termos da aposta global da empresa na **eficiência energética**, dado que esta temática constitui um vetor relevante na descarbonização da atividade da IP, destacam-se no ano de 2024 algumas das **medidas implementadas**:

- Modernização de equipamentos eletromecânicos em estações, destacando-se a substituição dos quadros de comando das Estações de Sacavém, Santa Iria e Póvoa de Santa Iria, Azambuja e Entrecampos;
- Medidas de sensibilização e prevenção para o uso eficiente da energia em estações e edifícios de escritórios;
- Modernização de instalações da IP, incluindo os respetivos sistemas de iluminação, destacando-se a renovação em curso no campus da IP, no Pragal;
- Substituição de lâmpadas ou luminárias por novas de tecnologia LED, em diversas estações e edifícios da IP. Na linha da Beira Baixa, destacam-se as intervenções efetuadas nas estações de Sarnadas de Rodão, Belmonte, Caria e P. Ribatejo. Já a sul, foram realizadas intervenções no Terminal de Mercadorias de Loulé, na estação de Loulé e de Lagos. A poupança total estimada em termos energéticos com a implementação destas medidas é da ordem dos 47.033 kWh/ano;
- No âmbito deste tipo de intervenções, de realçar ainda empreitada terminada no ano de 2024, na estação da Gare do Oriente, onde foi substituída toda a iluminação existente, por iluminação LED, mais eficiente, sem, contudo, comprometer a componente cénica desta estação emblemática.





Ao nível da rodovia e no âmbito dos contratos de conservação periódica e corrente, destaca-se a instalação de novas luminárias LED em vários estradas em vários distritos do país, com uma potência total agregada de 617 kW.

As medidas implementadas no ano de 2024 permitirão uma poupança anual estimada em cerca de 1.131.587 kWh.

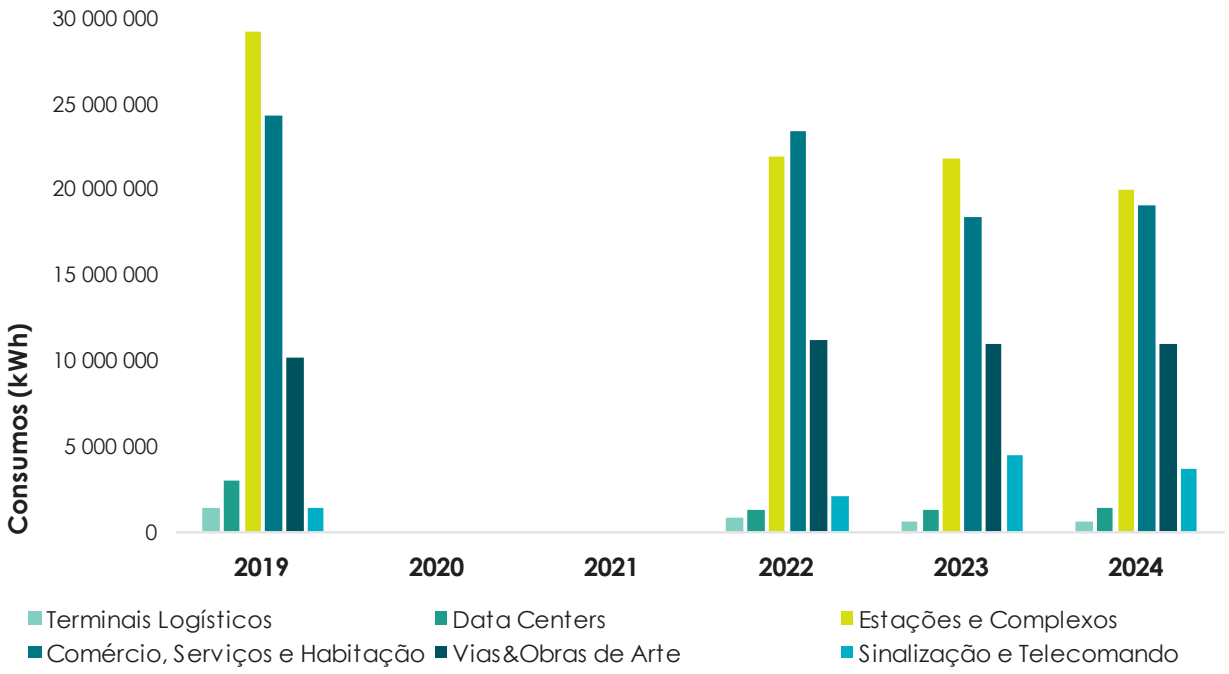
Para acompanhamento do **desempenho dos vários programas e medidas previstas**, a empresa recolhe os consumos de eletricidade por tipologia de fonte de consumo. Na tabela seguinte é apresentada a evolução dos consumos desde 2019 a 2024, sendo que em 2020 e 2021, esses dados não foram recolhidos.

CONSUMOS POR UNIDADES DE CONSUMO ENERGÉTICO (KWH)	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Terminais Logísticos	1 438 154	N.D.	N.D.	797 523	653 872	616 485
Data Centers	2 995 624	N.D.	N.D.	1 277 975	1 316 915	1 465 098
Estações e Complexos	29 207 731	N.D.	N.D.	21 978 030	21 797 531	20 029 702
Comércio, Serviços e Habitação	24 352 403	N.D.	N.D.	23 421 805	18 465 188	19 088 615
Vias & Obras de Arte	10 176 818	N.D.	N.D.	11 199 716	11 016 882	11 014 476
Sinalização e Telecomando	1 435 726	N.D.	N.D.	2 081 521	4 450 004	3 736 202
Total	**69 606 456**	**N.D.**	**N.D.**	**60 756 570**	**57 700 392**	**55 950 578**

No período 2019-2024, verifica-se uma redução significativa do consumo global de eletricidade, de 69.606.456 kWh em 2019, para 55.950.578 kWh em 2024, o que representa uma redução de 19,6%. Entre 2023 e 2024, esta redução foi de 4,5%. Estes números confirmam o sucesso da adoção dos planos e programas de eficiência energética da empresa.

No entanto, é também relevante analisar as diferenças de consumos para cada tipologia de fonte de consumo, que são apresentadas no seguinte gráfico.

CONSUMOS (KWH) POR UNIDADES DE CONSUMO ENERGÉTICO



Da análise do gráfico, pode observar-se que as maiores reduções relativas ocorreram em Terminais Logísticos (-57,1%), *Data Centers* (-51,1%), Estações e Complexos (-31,4%) e Comércio, Serviços e Habitação (-21,6%). Nota-se, também, que a tipologias Vias & Obras de Arte e Sinalização e Telecomando apresentaram aumentos, de respetivamente +8,2% e +160,2%.

Estes aumentos indicam que, apesar da tendência geral de redução do consumo energético, algumas áreas, como as infraestruturas viárias e os sistemas de sinalização, aumentaram o consumo, o que pode ser explicado pelos novos investimentos e, consequentemente, maior necessidade energética para a operação.

Relativamente à energia de tração para a ferrovia, é de realçar que o Grupo IP apenas recolhe os consumos de energia das subestações (SE) próprias, sendo as restantes SE detidas pela CP - Comboios de Portugal. Os números apresentados não devem, assim, ser considerados como o total do consumo de energia de tração da infraestrutura ferroviária, sendo que a estimativa, tal como indicado anteriormente, é de que seja da ordem de 300 GWh.

Considera-se, ainda assim, relevante a recolha dos dados de consumo em subestações próprias da IP, apresentados na tabela abaixo.

	2023	2024
Consumos de energia de tração (subestações IP) (kWh)	67 229 360	70 285 866

Em comparação com 2023, os números demonstram que os consumos de energia de tração aumentaram 4,5%. O valor é explicado pelo aumento da utilização da Rede Ferroviária Nacional (RFN), que registou um aumento global de 4,4%, tal como assinalado no capítulo 6.3.2.

A energia consumida palas atividades do Grupo IP é proveniente de várias fontes, incluindo de produção própria (autoprodução para autoconsumo).

Na tabela abaixo é feita a distribuição dos consumos de energia totais, ou seja, resultantes do consumo de eletricidade e de combustíveis fósseis.

A metodologia de contabilização foi a seguinte:

- O **consumo total de energia** representa toda a energia proveniente de combustíveis fósseis e eletricidade, pelo Grupo IP em todas as suas atividades. A energia total é subdividida em fontes fósseis, nucleares e renováveis, conforme solicitado pela CSRD;
- As **fontes fósseis** incluem combustíveis fósseis (produtos petrolíferos e gás natural), bem como eletricidade produzida a partir de fontes de energia não renováveis;
- A **fontes nucleares** referem-se à eletricidade adquirida proveniente da produção de energia nuclear;
- As **fontes renováveis** incluem a eletricidade adquirida proveniente de energia renovável;
- No que respeita à **eletricidade adquirida**, a informação disponibilizada pelos fornecedores de energia, é utilizada para determinar a proporção de energia fóssil, nuclear e renovável constituintes do respetivo *mix* energético;
- Para o **consumo de combustível de fontes renováveis** é considerada a utilização de biocombustíveis incorporados no combustível;
- A **produção de energia renovável** refere-se à quantidade de energia produzida pelas unidades de produção fotovoltaicas e que é consumida (regime de autoconsumo) pelo Grupo IP.

CONSUMO DE ENERGIA E *MIX ENERGÉTICO*	2023	2024	UNIDADE
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	-	-	MWh
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	16 052,1	15 626,3	MWh
Consumo de combustível proveniente do gás natural	422,9	536,3	MWh
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	-	-	MWh
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos e provenientes de fontes fósseis	16 733,1	14 768,1	MWh
Consumo total de energia fóssil	33 208,1	30 930,7	MWh
% de fontes fósseis no consumo total de energia	44%	43%	%
Consumo proveniente de fontes nucleares	0	5 968,9	MWh

CONSUMO DE ENERGIA E *MIX ENERGÉTICO*	2023	2024	UNIDADE
% de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia	0%	8%	%
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa (incluindo também resíduos industriais e urbanos de origem biológica, biogás, hidrogénio renovável, etc.)	1 060,0	955,25	MWh
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	40 967,3	33 579,82	MWh
Consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio	290,5	354,2	MWh
Consumo total de energias renováveis	42 317,7	34 889,3	MWh
% das fontes renováveis no consumo total de energia	56%	49%	%
Consumo total de energia	75 525,8	71 788,9	MWh

Em 2024, é possível observar uma pequena redução da percentagem de fontes renováveis no *mix* do consumo total de energia, maioritariamente em resultado da redução da parcela de "Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis".

Em termos do consumo global de energia, correspondente à soma de todas as componentes tipificadas, é possível observar uma redução de cerca de 4,9%, em 2024, e face aos valores de 2023. De referir ainda que, este ano, o total de energia (MWh) consumido em atividades em setores de elevado impacte climático, foi de 30.930,7 MWh (atividades ou operações com consumo de energia fóssil).

De realçar ainda que, para o ano comparativo de 2023, não foi possível quantificar a componente de "Consumo proveniente de fontes nucleares", tendo sido a totalidade da energia considerada de origem fóssil ou renovável.

RISCOS DE TRANSIÇÃO

Além da avaliação dos riscos físicos das suas infraestruturas, realizados no âmbito do Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC), que se descreve no capítulo 6.2.2, o Grupo IP tem identificados no âmbito da Gestão de Risco, os seus riscos de transição. De referir que ainda não foi considerada informação financeira sobre riscos de transição, estando essa informação a ser sistematizada apenas para os riscos físicos.

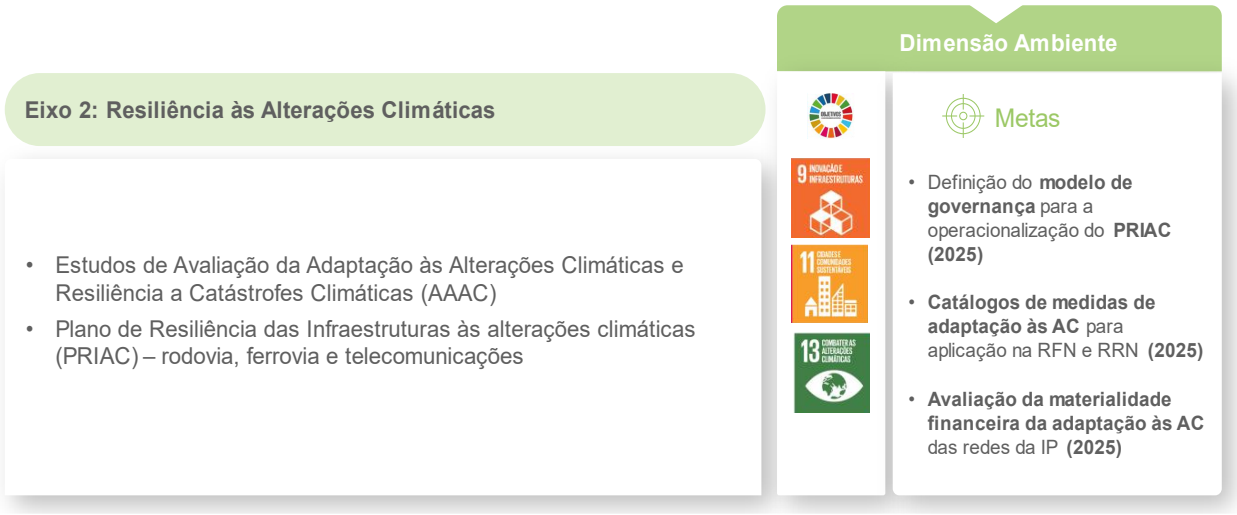
Na tabela abaixo, é descrito cada um dos riscos de transição considerados.

RISCO DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO
Regulamentação	O Grupo IP encontra-se sujeito a regulamentações relativas às emissões GEE, à eficiência do consumo de energia, à incorporação de veículos de baixo carbono na sua frota e a outras normas que regulam as características das suas atividades e da sua cadeia de valor, tanto a nível regional, nacional e europeu. Sendo uma empresa do setor

RISCO DE TRANSIÇÃO	DESCRIÇÃO
	empresarial do estado, qualquer alteração de estratégia nacional ou setorial, pode resultar em regulamentação mais exigente que se lhe aplica. Novas regulamentações são continuamente propostas para dar resposta a preocupações ambientais, podendo o quadro regulatório evoluir de forma rápida e imprevisível. Para assegurar o cumprimento destas exigências, pode ser necessário proceder a alterações significativas nas metodologias, requisitos e procedimentos que orientam as operações.
Tecnologia	A indisponibilidade de soluções tecnológicas economicamente viáveis num horizonte temporal reduzido para o cumprimento das metas de redução da emissão de CO_2, constitui um risco tecnológico. À medida que se intensificam os esforços para a redução da emissão de CO_2, torna-se progressivamente mais desafiante implementar melhorias sustentáveis do ponto de vista económico. Este desafio é particularmente evidente no processo de desenvolvimento da tecnologia dos veículos elétricos, particularmente no que toca à sua autonomia, e no desenvolvimento da respetiva infraestrutura de carregamento, cujas tecnologias podem não evoluir ao ritmo necessário para permitir a sua integração eficiente na operação do Grupo IP.
Financeiro	Existe a possibilidade de que as metas estabelecidas para a redução das emissões de GEE tenham de ser antecipadas, ou que, seja necessário um reforço do nível de ambição, implicando investimentos adicionais para assegurar a conformidade face à evolução do enquadramento regulamentar e estratégico a nível nacional. Outro risco financeiro muito significativo é a diminuição das receitas da componente rodoviária. Estas receitas provêm de taxas sobre portagens e da CSR (consignação de serviço rodoviário), que está associada ao consumo de combustíveis fósseis. Com a descarbonização da economia e transição energética, particularmente com a eletrificação do parque automóvel, esta receita poderá ser muito inferior.
Legal	Verifica-se um aumento da exposição a litígios de natureza ambiental. O incumprimento das disposições legais aplicáveis poderá resultar na aplicação de coimas ou na imposição de restrições às atividades desenvolvidas pelo Grupo IP.
Mercado	Aumenta a possibilidade de quebras na cadeia de abastecimento devido a imposições ambientais nacionais e europeias. Por outro lado, pode verificar-se o aumento dos custos ou indisponibilidade de materiais no mercado, por via da dependência da empresa de determinado/os fornecedor(es) / prestador(es) de serviços / empreiteiro(s). A inclusão de exigências ESG nas especificações técnicas/cadernos de encargos, aliada à incapacidade de fornecedores, prestadores de serviço ou empreiteiros em cumpri-las, pode resultar na inflação dos preços ou mesmo na indisponibilidade do fornecimento de materiais necessários à operação.
Reputação	Existe também um risco reputacional associado às preocupações manifestadas pelos *stakeholders*, relativamente à trajetória da empresa no processo de descarbonização. O eventual insucesso na implementação de medidas ou no posicionamento do mercado, face à nova realidade climática, pode representar um fator de risco significativo.

6.2.2 EIXO DE INTERVENÇÃO 2 - RESILIÊNCIA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

ESRS E1 SBM-3; E1 IRO1; E1-1; E1-2; E1-3; E1-6; E1-9



O **eixo de intervenção 2 – Resiliência às Alterações Climáticas** é primordial para a IP, na medida em que as alterações climáticas e os eventos meteorológicos extremos exigem que as infraestruturas genericamente, e as infraestruturas de transportes especificamente, sejam mais robustas e resilientes, de forma a poderem ser minimizados os danos nas infraestruturas e a correspondente disrupção dos serviços, no caso da ocorrência desses eventos extremos.

De facto, a IP, como empresa gestora de infraestruturas de transporte e com um papel central na mobilidade nacional, necessita de garantir que os seus projetos e planos garantem valores básicos e fundamentais de sustentabilidade, como a descarbonização, a circularidade e a resiliência, designadamente, às alterações climáticas.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

TÓPICO	TEMA MATERIAL (SUBTÓPICO)	SUB-SUBTÓPICO	IRO	CLASSIFICAÇÃO	CADEIA DE VALOR	HORIZONTE TEMPORAL
E1 - Alterações Climáticas	Adaptação às alterações climáticas (resiliência)	NA	Infraestruturas mais resilientes pela incorporação de requisitos técnicos associados a eventos extremos	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Infraestruturas mais resilientes pela realização de diagnóstico e ações preventivas	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Aumento dos custos com a adaptação climática associado ao ciclo de vida longo dos ativos	Risco Financeiro	M |OD | J	CP | MP | LP

A estratégia de resiliência das redes às alterações climáticas, que tem vindo a ser assumida pela IP, ao dotar as suas infraestruturas de medidas de adaptação para os perigos climáticos que representam os riscos físicos mais importantes para as suas infraestruturas, tem por objetivo evitar quer os danos físicos nas infraestruturas quer a disrupção dos serviços prestados. A resiliência das suas infraestruturas resulta em impactes positivos e contribui diretamente para tornar mais resiliente o sistema de mobilidade e transportes, a economia e a sociedade em geral.

A incorporação de medidas de adaptação às alterações climáticas (AC) nas redes rodo e ferroviárias da IP, de forma a torná-las mais resilientes aos perigos climáticos extremos, representa encargos financeiros bastante elevados para a empresa.

ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (RESILIÊNCIA)

Políticas, ações e desempenho

A IP tem vindo a desenvolver diversos **Estudos de Avaliação da Adaptação às Alterações Climáticas e Resiliência a Catástrofes Climáticas (AAAC)**, para diversas linhas ferroviárias, que têm resultado na consideração desde logo nesses projetos, das necessárias medidas de adaptação às AC. Estes estudos consideram os cenários climáticos futuros RCP[6] do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (AR5, IPCC) - RCP4.5 e RCP8.5 e, têm em conta os horizontes temporais de análise dos projetos e do seu tempo de vida útil, i.e., analisam 3 horizontes temporais: atual, horizonte de 30 anos (2041-2070) e horizonte de 80 anos (2071-2100). Os AAAC realizados para novos projetos ferroviários ou para grandes modernizações de troços ferroviários pré-existentes, são um elemento indispensável na obtenção de financiamento comunitário.

[6] RCP = *Representative Concentration Pathway*

Entretanto, e com o objetivo de abranger todas as suas redes em exploração – rede ferroviária (RFN), rede rodoviária (RRN) e rede de telecomunicações (RT) - e apoiar nesta matéria os novos projetos, a IP desenvolveu o **Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC)**.

O PRIAC concretiza uma avaliação dos riscos climáticos (atuais e futuros) das infraestruturas geridas pela IP e pretendeu identificar e planear medidas e ações que garantam a resiliência às alterações climáticas e a eventos climáticos extremos das suas redes, numa perspetiva de gestão adaptativa das infraestruturas, e ao longo do tempo, antecipando e minimizando potenciais riscos climáticos, e concorrendo, por esta via, para a segurança, fiabilidade, sustentabilidade e plena capacidade de gestão e exploração das infraestruturas geridas pela IP. A avaliação de riscos efetuada no PRIAC não abrangeu riscos não físicos, designadamente riscos de transição.

Na 1ª fase do PRIAC (desenvolvida entre maio de 2022 e setembro de 2023) foram analisados e identificados os perigos climáticos e as previsões dos fatores climáticos em Portugal, aferindo-se as vulnerabilidades futuras (probabilidade), quantificando-se a severidade (impactes) e avaliando-se o risco a que as suas infraestruturas e os seus ativos estão expostos, atualmente e nos horizontes 2050 e 2100. Foram também no caso do PRIAC considerados os cenários climáticos do IPCC, RCP4.5 (cenário moderado de crescimento das emissões poluentes, atingindo o pico por volta de 2040 e diminuindo ligeiramente em seguida) e RCP8.5 (cenário com uma previsão de crescimento elevado das emissões, em que estas continuam a aumentar ao longo de todo o século XXI).

Após a avaliação da probabilidade e da severidade de cada perigo climático, estimou-se o nível de importância de cada risco potencial para as redes e principais ativos da IP, tendo os troços, designadamente, da RRN e da RFN, sido classificados em Risco Extremo, Elevado, Médio, Baixo e Negligenciável.

Os resultados foram produzidos em ambiente SIG e apresentados, para cada rede, em mapas de risco, por perigo climático, nos vários cenários climáticos e horizontes temporais objeto de análise.

Os perigos climáticos analisados no PRIAC foram: precipitação intensa, calor excessivo, incêndios rurais, inundações fluviais, inundações marítimas e galgamentos costeiros, instabilidade de vertentes e ventos intensos.

REDES DA IP (KM)	2023 RCP 4.5 (2071-2100) RCP 8.5 (2071-2100)	REDE FUTURA (EM PROJETO)
Extensão da RRN com avaliação de risco climático	16 943	149
Extensão da RFN com avaliação de risco climático	2 715	1 806
Extensão da Rede de Telecomunicações * com avaliação de risco climático	9 621	n/a

** A Rede Telemática é a soma de 4 conjuntos, dois dos quais são linhas e os outros dois são pontos: Condutas do Canal Técnico Rodoviário (linhas); Condutas do Domínio Público Ferroviário (linhas); Estruturas do CTR (pontos) e estruturas do DPF (pontos). No quadro, para a contabilização da extensão foi considerada apenas a rede de linhas*

Em resultado da avaliação efetuada no PRIAC concluiu-se que os riscos climáticos mais importantes para a RFN são as inundações e a instabilidade de vertentes e para a RRN, a precipitação intensa, as inundações, a instabilidade de vertentes, o calor excessivo, os incêndios rurais e, as inundações marítimas e galgamentos costeiros.

A localização dos ativos das infraestruturas rodo e ferroviárias da IP com avaliação de risco significativo (risco elevado e risco extremo), desagregados por NUT II e NUT III, apresenta-se em seguida.

NUT	Extensão RFN (km)	
NUT II	**Inundações**	**Vertentes**
Alentejo	77,0	-
Algarve	8,2	-
Área Metropolitana de Lisboa	59,7	-
Centro	195,0	-
Norte	54,6	11,7
NUT III	**Inundações**	**Vertentes**
Algarve	8,2	-
Alto Alentejo	10,6	-
Área Metropolitana de Lisboa	59,7	-
Área Metropolitana do Porto	18,5	-
Ave	10,5	--
Beiras e Serra das Estrela	5,4	-
Douro	13,1	-
Lezíria do Tejo	66,3	-
Médio Tejo	61,4	-
Oeste	59,5	-
Região de Aveiro	45,1	-
Região de Coimbra	21,5	-
Região de Leiria	1,9	-
Tâmega e Sousa	12,5	11,7
TOTAL por perigo (km)	**394,2**	**11,7**

NUT	Extensão RRN (km)					
NUT II	**Inundações**	**Precipitação**	**Vertentes**	**Galgamentos**	**Calor**	**Incêndios**
Alentejo	330,6	-	-	-	1 161,8	-
Algarve	83,9	-	-	-	-	-
Área Metropolitana de Lisboa	363	-	58,2	-	6,5	47,3
Centro	458,6	256,3	109,7	10,8	--	728,3
Norte	152,5	1 525,9	378,2	-	-	1 262,9
NUT III	**Inundações**	**Precipitação**	**Vertentes**	**Galgamentos**	**Calor**	**Incêndios**
Alentejo Central	27,1	-	-	-	160,6	
Alentejo Litoral	25,5	-	-	-	177,1	
Alto Alentejo	-	-	-	-	46,3	
Algarve	83,9	-	-	-	-	
Alto Minho	79,1	476,4	182,5	-	-	12,5
Terras de Trás-os-Montes	-	-	-	-	-	380,5
Alto Tâmega	8,5	63,8		-	-	249,0
Ave	-	304,3	67,9	--	-	20,5
Cávado	-	247,4	85,7	-	-	9,2
Área Metropolitana de Lisboa	363,0	-	58,2	-	6,5	47,3
Área Metropolitana do Porto	50,3	165,5	-	-	-	38,2
Baixo Alentejo	27,8		--	-	707,1	
Douro	0,9	26,4	-	-	-	406,9
Beiras e Serra da Estrela	-	102,3	-	-	-	330,7
Beira Baixa	-	-	-	-	-	85,7
Viseu, Dão e Lafões	-	103,8	53,5	-	-	230,5
Lezíria do Tejo	250,2	-	-	-	70,7	
Médio Tejo	122,4	-	-	-	-	42,0
Oeste	208,1	-	56,2	-	-	
Região de Aveiro	60,2	50,1	-	10,8	-	21,6
Região de Coimbra	16,7	-	-	-	-	17,9
Região de Leiria	51,2	-	-	-	-	
Tâmega e Sousa	13,7	242,1	42,2	-	-	146,2
TOTAL por perigo (km)	**1 388,6**	**1 782,1**	**546,1**	**10,8**	**1 168,3**	**2 038,5**

Em seguida apresentam-se indicadores das redes IP em exploração, relacionados com os riscos materiais físicos (risco extremo (Ext) e risco elevado (Elev)) associados ao clima, considerando o cenário atual e os cenários RCP4.5 e RCP8.5.

Extensão da RFN com Avaliação de Risco – 2.715 km						
Extensão RFN (km)/Perigo						
Cenário RCP	Inundações	Precipitação	Vertentes	Galgamentos	Calor	Incêndios
Atual	Ext-29 Elev-365	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-12	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-0
RCP 4.5	Ext-29 Elev-365	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-22	Ext-28 Elev-94	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-7
RCP 8.5	Ext-29 Elev-365	Ext-0 Elev-0	Ext-0 Elev-12	Ext-25 Elev-124	Ext-0 Elev-42	Ext-0 Elev-32
Extensão da RRN com Avaliação de Risco - 16.943 km						
Extensão RRN (km)/Perigo						
Cenário RCP	Inundações	Precipitação	Vertentes	Galgamentos	Calor	Incêndios
Atual	Ext-325 Elev-1 064	Ext-0 Elev-1 782	Ext-55 Elev-491	Ext-0 Elev-11	Ext-0 Elev-1.168	Ext-0 Elev-2 040
RCP 4.5	Ext-325 Elev-1 064	Ext-43 Elev-2 105	Ext-55 Elev-551	Ext-14 Elev-61	Ext-662 Elev-5 108	Ext-161 Elev-6 056
RCP 8.5	Ext-325 Elev-1 064	Ext-43 Elev-2 019	Ext-55 Elev-470	Ext-25 Elev-53	Ext-2 960 Elev-8 521	Ext-410 Elev-9 167

As receitas líquidas da atividade ferroviária, em 2024, cujos ativos foram considerados com risco físico significativo (risco extremo e risco elevado) para os perigos inundações e vertentes, são apresentadas em seguida.

RECEITAS DA RFN	
LINHAS DA RFN COM PERIGOS INUNDAÇÕES E VERTENTES	TUI 2024 (€)
Linha do Norte	25 325 746
Linha do Minho	1 826 865
Linha da Beira Baixa	759 758
Linha de Cintura	546 877
Linha do Douro	1 446 677
Linha do Leste	138 732
Linha de Guimarães	748 075
Linha de Vendas Novas	515 838
Ramal Porto de Aveiro	4 120
Linha do Algarve	784 548
Linha da Beira Alta *	11 125
Linha de Sintra	1 748 281
Linha do Oeste	856 013
Linha do Sul	2 687 330
Concordância de Sete Rios	397 135
Linha de Cascais	2 848 805
Total de receitas	**40 645 925**

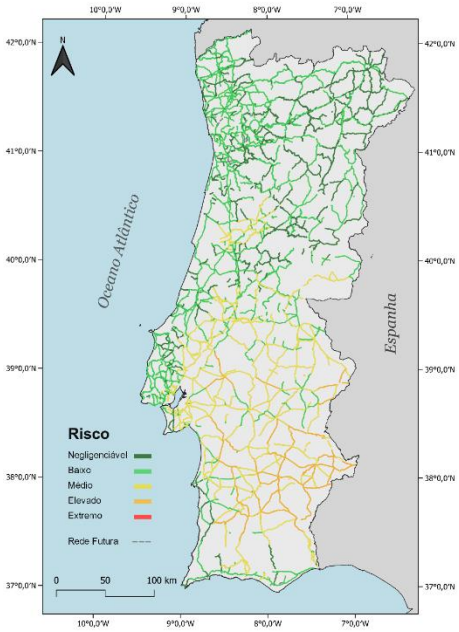
TUI – Taxa de Utilização da Infraestrutura

**A Linha da Beira Alta esteve parcialmente encerrada em 2024*

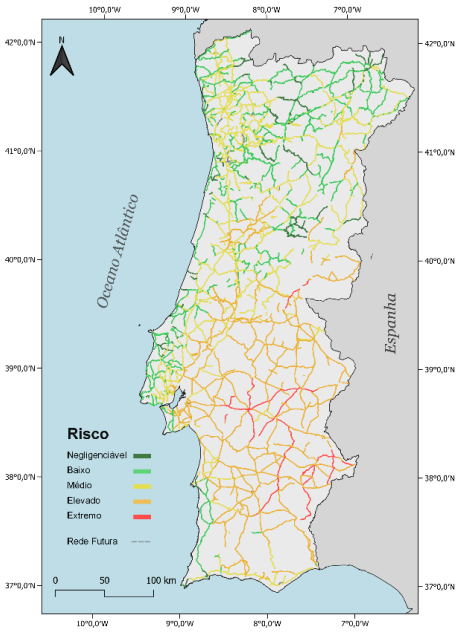
Não estão disponíveis as receitas líquidas da atividade rodoviária da IP, associados a ativos com risco físico significativo.

Seguidamente, e a título de exemplo, apresentam-se os mapas de risco da RRN para os cenários atual (2023), cenário RCP 4.5 e cenário RCP 8.5, para o perigo climático “Calor excessivo”.

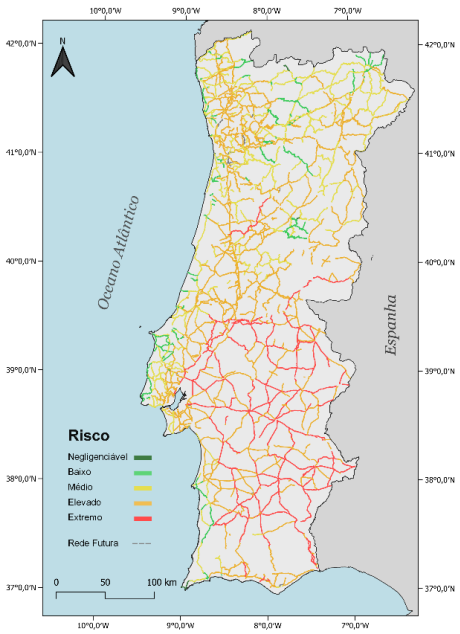
“SITUAÇÃO ATUAL



RCP4.5 (2071-2100)



RCP 8.5 (2071-2100)



Cenário atual

Risco elevado ao longo de **1.168 km (7%)**, nos distritos de Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora e Beja

Risco médio em **4.246 km (25%)**, nos distritos de Faro, Beja, Évora, Setúbal, Portalegre, Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Coimbra e Viseu

Risco baixo ou negligenciável em 11.529 km (**68% da rede** rodoviária em exploração)

Não existem vias em risco extremo

Cenários RCP 4.5 e 8.5 (2071-2100):

Aumento significativo do risco

Risco extremo em **662 km** (4%) e **2.960 km** (17%) de rodovia

Risco elevado em **5.108 km** (30%) e **8.521 km** (50%) de rodovia

Distritos mais afetados (em ambos os cenários e horizontes): Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora, Beja e Faro

Como referido, na 2ª fase do PRIAC (em operacionalização em 2024 e que terminará durante o ano de 2025) pretendeu-se identificar e propor medidas de adaptação para tornar as infraestruturas da IP mais resilientes, de forma a promover o planeamento dos respetivos investimentos de curto, médio e longo prazo, designadamente, para os casos das linhas ferroviárias ou dos troços rodoviários em que estas medidas não estivessem já implementadas ou planeadas. A implementação das medidas de adaptação previstas nesta 2ª fase do PRIAC pretende assegurar não só a resiliência das redes RRN, RFN e RT aos eventos climáticos extremos, mas também aumentar o ciclo de vida das infraestruturas e dos seus ativos.

De referir que, para os riscos materiais identificados no cenário atual, a IP já implementou ou tem já planeadas, as respetivas medidas de adaptação físicas e não físicas, para melhorar a resiliência das suas infraestruturas rodo e ferroviárias, aos riscos climáticos mais importantes.

A natureza dessas soluções de adaptação para a RFN é variada, e está associada aos perigos climáticos mais importantes identificados no PRIAC: inundações e instabilidade de vertentes.

Apenas a título de exemplo, e entre outras medidas físicas, refira-se i) o dimensionamento dos órgãos de drenagem para as cheias de período de retorno centenário, ii) o dimensionamento das obras de arte especiais para cheias de período de retorno milenar, iii) a implantação de rede de drenagem longitudinal para captar e encaminhar as águas afluentes às plataformas de via provenientes da precipitação sobre a linha e das escorrências sobre os taludes adjacentes (infraestruturas azuis) e iv) a instalação de soluções de drenagem bombeada em zonas críticas de inundação (para o perigo inundações), i) a estabilização, proteção e reperfilamento de taludes e encostas, ii) o endentamento da fundação dos aterros, com o objetivo de melhorar as condições de fundação e de estabilidade, iii) o revestimento dos taludes com terra vegetal, permitindo a implantação de vegetação autóctone contra o ravinamento provocado pelas escorrências (infraestruturas verdes) e iv) modelação do terreno orientada no sentido de permitir uma integração dos taludes na morfologia dos terrenos envolventes (para o perigo vertentes).

Algumas das medidas não físicas passam i) pelo condicionamento ou suspensão da circulação e/ou a colocação de equipas de manutenção de prevenção no seguimento de notificações da Proteção Civil (por exemplo, para chuva intensa, ventos fortes ou tempestade) e aquando da indicação de ocorrências, ii) pela intensificação da manutenção preventiva das infraestruturas e equipamentos, iii) pela limpeza de linhas de água, a montante e jusante de cada passagem hidráulica e desassoreamento das mesmas e iv) pela monitorização contínua dos parâmetros meteorológicos, de modo que, assim que recebido um aviso de inundação, possam ser mobilizados operacionais e equipamentos para as áreas de risco, permitindo uma resposta mais célere (para o perigo inundações), i) pela implementação de restrições de velocidade, ii) pelo aumento da frequência da monitorização da infraestrutura e de passagem de dresine para confirmar que a infraestrutura está operacional, pela inspeção e avaliação periódica da estabilidade de taludes, e iii) pela instalação de sensores de movimento ou monitorização com recurso a tecnologia *InSAR*, em locais de maior risco de assentamentos e de deslizamento de vertentes, para deteção de movimentos do solo e das rochas, com emissão de alerta (para o perigo vertentes).

A IP dispõe ainda de vários instrumentos de gestão operacional e manutenção das suas infraestruturas ferroviárias em exploração, que asseguram a implementação de medidas de adaptação da RFN para os perigos climáticos mais significativos, destacando-se o Plano de atuação

da IP no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, que compreende a gestão de faixas de combustível laterais às infraestruturas conforme está definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), o Mapeamento do risco geotécnico dos taludes e vertentes da sua infraestrutura ferroviária, que permite a identificação, priorização e planeamento das intervenções necessárias realizar e que fazem parte integrante do seu Plano de Estabilização de Taludes, os Planos de Inspeção e Diagnóstico de Estruturas Especiais, a Instrução Complementar de Exploração Técnica n.º 296 (ICET296), que determina os procedimentos de emergência específicos a adotar em circunstâncias de incidentes/acidentes na RFN, designadamente, resultantes de condições meteorológicas adversas, entre outros instrumentos.

Já no caso da RRN, os perigos climáticos mais importantes identificados no PRIAC foram: precipitação intensa, inundações, instabilidade de vertentes, calor excessivo, incêndios rurais e, inundações marítimas e galgamentos costeiros.

Algumas das medidas de adaptação físicas e não físicas já implementadas ou planeadas para a RRN são i) a conservação de pavimentos, ii) a limpeza, conservação, reconstrução e construção de órgãos de drenagem, diminuindo a possibilidade de ocorrerem inundações, com possível erosão e instabilidade dos elementos confinantes, iii) a manutenção e estabilização de taludes, assegurando-se a remoção de materiais provenientes de escorregamentos e a estabilização por via de máscaras ou esporões drenantes, enrocamentos e rede de proteção contra a queda de pedras, iv) a conservação de obras de arte e túneis e das suas várias componentes, v) a regularização e limpeza de bermas e valetas, que incluem a ceifa e o corte de vegetação e o controlo de espécies invasoras e v) as obras de contenção, que passam pela execução de muros de suporte, muros de vedação, muros de revestimento ou espera, paredes, guarda-corpos ou muros de ala de aquedutos, pontes e pontões.

Um outro instrumento de gestão operacional da IP para a RRN em exploração, diz respeito ao programa de Execução de Trabalhos de Gestão de Vegetação (ETGV), que complementam as atividades de conservação da rede e garantem a segurança da exploração rodoviária e o cumprimento das obrigações legais associadas às faixas de gestão de combustível, destacando-se o corte seletivo de vegetação, os abates e podas de árvores e as ceifas, com contributos fundamentais por ex. para a resiliência ao perigo climático dos incêndios. Estas atividades estão articuladas e enquadradas no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI).

Por fim, de referir que, as medidas de adaptação às AC implementadas ou previstas implementar na RFN e RRN, são coerentes com as estratégias e os planos de adaptação disponíveis de nível local, setorial, regional ou nacional, onde estas infraestruturas se inserem.

Constitui também um objetivo desta fase do PRIAC a identificação de fontes de financiamento dos investimentos necessários para as medidas de adaptação e definir um modelo de governança para a implementação desta estratégia e dos seus planos e programas.

Ainda a respeito da temática da resiliência das redes de transportes, de referir que, algumas unidades orgânicas da IP, como por exemplo a DRR e a DRF, estão envolvidas em grupos de trabalho, com vista ao desenvolvimento de catálogos de medidas de adaptação, com estimativa de custos, para garantir que, quer as infraestruturas existentes, quer os novos projetos de construção ou modernização das infraestruturas rodo e ferroviárias, possam incluir requisitos para garantir a resiliência das infraestruturas face às alterações climáticas e aos eventos climáticos extremos.

No final desta 2ª fase do PRIAC, e com base nos catálogos de medidas de adaptação, será possível estimar com maior rigor os potenciais efeitos financeiros (materialidade financeira) resultantes dos riscos materiais físicos das redes da IP.

A estimativa de valores de reconstrução da RFN (via-férrea eletrificada e via-férrea não eletrificada) e da RRN apresenta-se a seguir.

RFN	VALOR MÉDIO ESTIMADO PARA RECONSTRUÇÃO VIA-FÉRREA ELETRIFICADA (M€/KM)	VALOR MÉDIO ESTIMADO PARA RECONSTRUÇÃO VIA-FÉRREA NÃO ELETRIFICADA (M€/KM)
Infraestrutura e Plataforma de Via-Férrea		
Plataforma de via +Taludes	0,462	0,462
Superestrutura de Via-Férrea		
Via	0,600	0,600
Aparelhos de Via	0,146	0,146
Infraestruturas de Obras de Arte		
Pontes	5	5
Túneis	3	3
Sistemas de Sinalização e Segurança de Exploração		
Equipamento Exterior	0,061	-
Encravamento e Equipamento Interior *	0,243	-
Sistema ATP	0,034	-
Catenária e Energia de Tração		
Catenária	0,187	-
Subestações **	3,584	-
Postos de Catenária	0,086	-
Total	**13,403**	**9,208**

** valor médio de 1 EEI (encravamento e equipamento interior)*

*** valor médio de 1 subestação de tração*

RRN	VALOR MÉDIO ESTIMADO PARA RECONSTRUÇÃO DE VIA RODOVIÁRIA (M€/KM)
Plataforma de Via Rodoviária	
Pavimentos	0,517
Infraestrutura de Obras de Arte	
Ponte	5
Túneis	3
Total	**8,517**

O valor total estimado de reconstrução da RFN é da ordem de 13,403 M€/km para a via-férrea eletrificada e de 9,208 M€/km para a via-férrea não eletrificada, sendo da ordem de 8,517 M€/km para a reconstrução de via rodoviária (RRN).

Os recursos financeiros afetados pela IP em 2024, com atividades no âmbito dos fenómenos climáticos extremos / medidas de adaptação aplicadas em ativos das redes da IP – RFN e RRN, apresentam-se seguidamente.

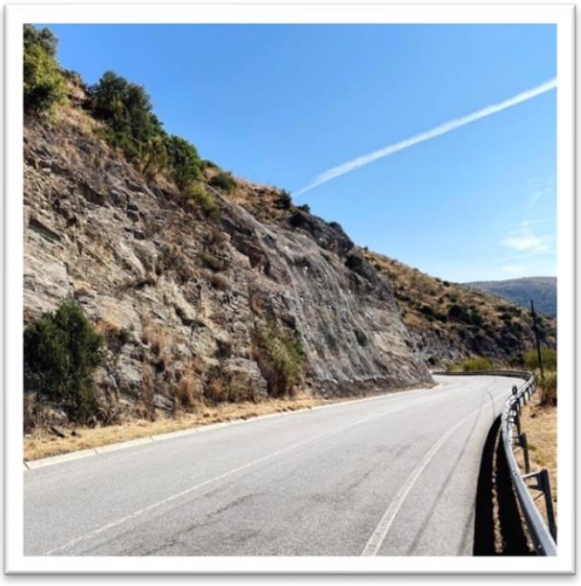
Os recursos financeiros afetos às AC, em 2024, são considerados nas demonstrações financeiras anuais da empresa (Capex e Opex), tendo sido em 2024 na RFN da ordem de 4.110.982 € – Capex e de 7.438.389 € – Opex, enquanto que na RRN, da ordem de 19.069.422 € – Opex.

Medida de Adaptação às AC	Descrição	Perigo Climático	RFN (Linha)	Custo (€)
Controlo de vegetação	Contratos de manutenção de controlo de vegetação e deservagem	Incêndios rurais em sequência de seca extrema e/ou calor excessivo/ondas de calor	Toda a RFN	6 518 967
Limpeza de órgãos de drenagem	Contrato de manutenção de via	Inundações (pluviais/fluviais) e instabilidade de vertentes em resultado da precipitação intensa	Toda a RFN	919 422
Estabilização de taludes	Ações de estabilização de Taludes/Escavação/Muros de Suporte/Aterros	Instabilidade de vertentes	Linha do Norte Linha do Douro Linha do Minho Linha de Cascais	2 990 425
Reabilitação de órgãos de drenagem	Ações de reabilitação de PH	Inundações (pluviais/fluviais)	Linha do Norte Linha do Sul Ramal da Celbi	1 120 557





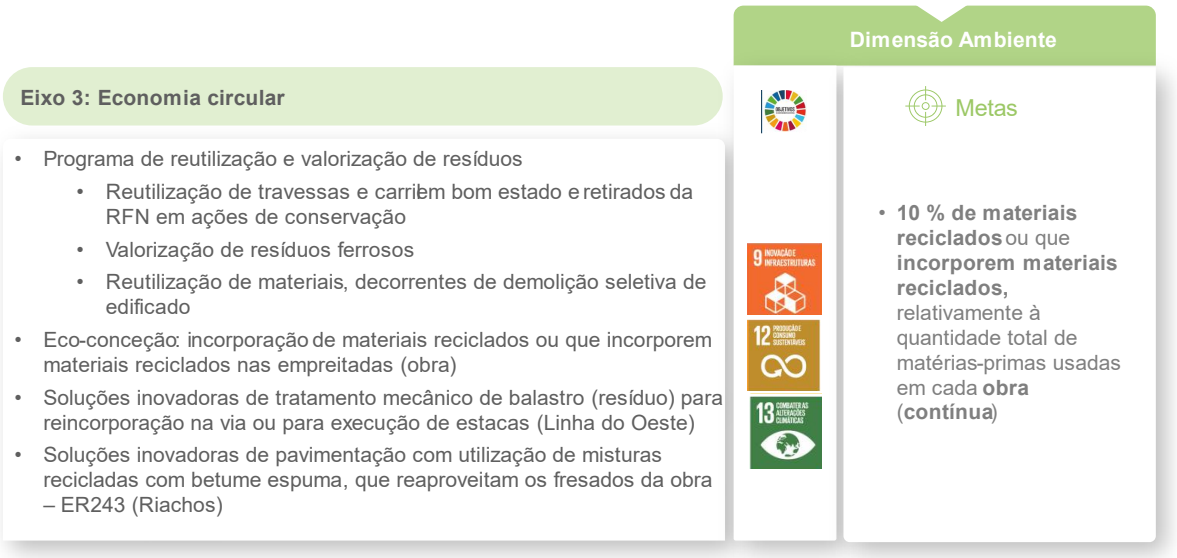
Medida de Adaptação às AC	Descrição	Perigo Climático	RRN	Custo (€)
Gestão de vegetação	Execução de trabalhos de ceifa e corte seletivo de vegetação	Incêndios florestais	Toda a RRN (Convencional e Alta Prestação)	13 620 000
Órgãos de drenagem	Limpeza de órgãos de drenagem	Inundações (pluviais/fluviais) e instabilidade de vertentes em resultado da precipitação intensa	Toda a RRN (Convencional e Alta Prestação)	1 597 399
Bermas e valetas	Limpeza de bermas e valetas	Instabilidade de vertentes	Toda a RRN (Convencional e Alta Prestação)	2 698 252
Estabilização de taludes	Reconstrução de taludes	Instabilidade de vertentes	Toda a RRN (Convencional e Alta Prestação)	1 153 771





6.2.3 EIXO DE INTERVENÇÃO 3 - ECONOMIA CIRCULAR

ESRS E5; E5 IRO-1; E5-1; E5-2; E5-3; E5-4; E5-5; E5-6



O **eixo de intervenção 3 – Economia Circular** é um tema muito importante para a IP, e tem como objetivo principal otimizar o consumo de recursos e minimizar ao máximo a produção de resíduos em resultado das suas atividades. Assim, a empresa tem atuado ao nível da eco conceção de produtos e materiais integrantes das suas infraestruturas, com processos cada vez mais consolidados de reutilização de materiais, inclusão de reciclados, valorização de materiais e da gestão de resíduos.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
E5 - Economia Circular e Utilização de Recursos	Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção, incluindo embalagens	NA	Consumo/utilização de recursos e matérias-primas	Impacte Negativo	M | OD	CP
			Incorporação de materiais reciclados em empreitadas	Impacte Positivo	M | OD	CP
			Aumento do custo dos materiais em geral	Risco Financeiro	M | OD	CP | MP | LP
			Quebra na cadeia de abastecimento	Risco Financeiro	M |OD	CP | MP | LP

Nas suas atividades, nomeadamente, nas suas empreitadas (obras), a IP consome, uma quantidade significativa de recursos e matérias-primas, com os resultantes impactes negativos no ambiente e na disponibilidade de recursos.

No entanto, atenta a esta questão, a empresa empreende também um conjunto de práticas de gestão e reutilização de materiais, de inclusão de materiais reciclados, e de minimização de resíduos, que resultam em impactes positivos quer na redução do consumo de recursos e matérias-primas virgens, quer em termos do prolongamento do ciclo de vida dos materiais.

Por outro lado, a dependência de recursos das atividades de construção e conservação das infraestruturas, com especial ênfase para o caso da ferrovia, representa um risco para a IP, pois as quebras na cadeia de abastecimento desses materiais/equipamentos que possam vir a ocorrer, especialmente de fornecedores críticos, representam riscos financeiros para a empresa, decorrentes de eventuais resultantes perturbações na prestação de serviços de mobilidade.

Por último, de referir que as exigências particulares feitas aos empreiteiros, como as de incorporação de reciclados nos materiais usados nas obras e da adoção de práticas de gestão otimizada e de reutilização de materiais, tem vindo a encarecer os projetos e a representar encargos financeiros mais elevados para a empresa.

Economia circular

Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção

Políticas, ações e desempenho

As atividades desenvolvidas pela IP, quer na fase de construção e manutenção quer na fase de exploração das suas infraestruturas, são passíveis de consumir quantidades significativas de recursos e de produzir igualmente quantidades significativas resíduos.

Nesta medida, a empresa a IP tem apostado numa estratégia para incrementar os princípios de circularidade de materiais abrangendo todo o ciclo de vida dos seus projetos, designadamente, nas

suas empreitadas (obras), quer por via da adoção de métodos construtivos mais eficientes quer pelas exigências relativas aos materiais utilizados e à gestão dos resíduos produzidos.



Nos Cadernos de Encargos das suas empreitadas rodo e ferroviárias ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), a IP exige a apresentação e implementação de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), a par do cumprimento do artigo 28º do Decreto-Lei n 102-D/2020, de 10 de dezembro, onde se exige a utilização de pelo menos 10 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em cada obra.

Durante o ano de 2024 decorreram 423 empreitadas da rede rodo e ferroviária da IP (205 ferroviárias e 218 rodoviárias) que tiveram acompanhamento ambiental da Direção de Engenharia e Ambiente (DEA).

Relativamente ao desempenho a reportar, selecionaram-se empreitadas que terminaram em 2024, de forma a assegurar um maior rigor dos dados, pois a consolidação do desempenho nestas matérias, acontece apenas no fecho de cada empreitada.

Na tabela seguinte e a título de exemplo, apresenta-se o desempenho da IP nalgumas empreitadas da rede ferroviária, com acompanhamento ambiental da DEA, e concluídas em 2024, em termos de consumos das principais tipologias de materiais.

MATÉRIAS-PRIMAS / RECURSOS	2024 (T - TOTAL MATERIAIS*)	2024 (T – RECICLADOS*)
Carril	86,7	15,7
Travessas de betão	2 826,0	2 367,3
Betão	2 749,7	813,8
Balastro	3 726,5	0
Travessas de madeira	6,9	0
Cimento	1 029,2	111,5
Granito calcário, seixo, pedra de enrocamento, brita	11 623,2	0
Ferro, aço e alumínio	276,6	114,1
Postes Catenária	20,3	20,3
Total	**22 345,1**	**3 442,8**

** os valores apresentados correspondem apenas à contabilização de toneladas de materiais consumidos nas empreitadas ferroviárias que concluíram no ano de 2024*

Em termos relativos pode dizer-se que do total de materiais reciclados ou que incorporam reciclados, nas empreitadas ferroviárias, as travessas de betão correspondem a 68,76% dos materiais com inclusão de reciclados, seguindo-se o betão, que correspondeu a 23,64% de materiais com reciclados e com menor expressão, o ferro, o aço e o alumínio que corresponderam a 3,32% em termos da incorporação de reciclados.

Relativamente às prestações de serviços de manutenção/conservação da rede ferroviária, os materiais que foram consumidos em 2024 são apresentados seguidamente.

MATÉRIAS-PRIMAS / RECURSOS	2024 (KG MATERIAIS)	MATÉRIAS-PRIMAS / RECURSOS	2024 (KG MATERIAIS)
Arame aço	69,6	Chapim (aço)	644 149,3
Algarismo para sinal (betão)	46,6	Cróssima	51 780,0
Alvo	42,0	Espiral	935,9
Anilha	10 441,1	Gancho	5 057,3
Aperta cabos/tubo	576,0	Garra nabla	50 993,6
Armário convel (fibra de vidro)	20,0	Grampo	89 473,0
Baliza convel	3 934,7	Isoladores	1 881 882
Barra em aço	32,5	Mangas	309,1
Barreta	35 991,5	Meia garra	421,1
Baterias	69 492,6	Palmilha	148 802,4
Bloco	10,0	Parafusos	114 503,3
Bobine (cabo multifilar)	20,0	Placas	323,8
Braçadeiras	412,2	Placa isolante	30 995,5
Braço	120,0	Porcas	24 324,8
Brinco	125,8	Sinal	391,5
Cabos (aço, cobre, alumínio, bronze, etc)	4 546,8	Tirafundos	107 986,8
Cantoneira	5 322,9	Transformadores	1 432,0
Carril (aço)	4 727 448	Travessas em betão	11 359 713
Cavilha	2 199,1	Travessas em madeira	4 713 538,2
Chapa de fibra de vidro	450 000	Tubo	116,6
Total	**25 538 014 kg**		

Na tabela abaixo e também a título de exemplo, apresenta-se o desempenho da IP relativamente aos consumos das principais tipologias de materiais, nalgumas empreitadas da rede rodoviária acompanhadas pela DEA, cuja conclusão foi em 2024.

MATÉRIAS-PRIMAS / RECURSOS	2024 (T - TOTAL MATERIAIS*)	2024 (T – RECICLADOS*)
Misturas Betuminosas	435 058,5	217 529,2
Betão	63 286,8	4 999,7
Ferro, Aço e Alumínio	4 150,2	2 739,2
Solos selecionados para aterros e agregados	1 178 050	0
Cimento	2,0	0,2
Total	**1 680 547,5**	**225 268,2**

** os valores apresentados correspondem apenas à contabilização de materiais consumidos nas empreitadas rodoviárias que concluíram no ano de 2024*

Em termos relativos pode dizer-se que do total de materiais reciclados ou que incorporam reciclados, nas empreitadas rodoviárias, as misturas betuminosas correspondem a 97% dos materiais que incorporam reciclados.

Refere-se ainda que os valores apresentados nas tabelas anteriores, relativamente aos materiais consumidos nas empreitadas rodoviárias e ferroviárias da IP, pretendem dar uma ideia do desempenho típico dessas empreitadas em termos do total de materiais consumidos e da correspondente percentagem de incorporação de reciclados. Estes valores, correspondem ao desempenho nesta matéria de um conjunto de 51 empreitadas que terminaram em 2024, dum universo total de 113 empreitadas (69 rodoviárias e 44 ferroviárias) concluídas no ano.

Em 2024, nas atividades de construção e manutenção da infraestrutura ferroviária consideradas neste exercicio, a IP consumiu um total de 47.883,1 t de materiais, correspondentes respetivamente a 22.345,1 ton (nas empreitadas concluídas) e a 25.538 ton (nas prestações de serviço).

Também em 2024, nas suas atividades de construção e manutenção da infraestrutura rodoviária e consideradas neste exercício, a IP consumiu 1.680.547,5 ton de materiais (nas empreitadas concluídas).

A meta de incorporação de reciclados ou de materiais que incorporem reciclados nas empreitadas da RFN e da RRN é de 10%, em peso, relativamente à quantidade total de materiais consumidos. O desempenho da IP é medido anualmente, pelo balanço/apuramento anual das quantidades de reciclados incorporados nas obras (empreitadas), terminadas no ano a que o exercício reporta, por corresponder desta forma, como já referido, ao apuramento mais rigoroso dos valores.

De forma a assegurar o cumprimento da exigência do n. 5, do artigo 28º e o rastreamento destas obrigações regulamentares, a IP dispõe de uma aplicação corporativa DESCO, onde fica registada toda a informação sobre os materiais, que é posteriormente rebatida na conta final de cada empreitada.

De referir que a utilização de reciclados ou de material reutilizado em obra, permite à IP por um lado, a redução do consumo de novas matérias-primas e por outro, a diminuição da pegada carbónica associada ao transporte de matérias-primas.

Na tabela seguinte apresenta-se o desempenho em termos de economia circular nas empreitadas selecionadas das redes rodo e ferroviárias, e que concluíram em 2024.

DESEMPENHO (EMPREITADAS CONCLUÍDAS EM 2024)	2024	
	RRN	RFN
Número de contratos de empreitada/aquisição com inclusão de cláusulas especificas de economia circular (número)	22	29
Número de contratos de empreitada/aquisição sem inclusão de cláusulas especificas de economia circular (número)	0	0
Quantidade de material reciclado incluído nas empreitadas* (t)	225 268,2	3 442,8
Quantidade de material reciclado ou com incorporação de reciclado* incluído nas empreitadas/quantidade de matérias-primas incluídas nas empreitadas (% média)	13,4%	15,4%

** os valores apresentados correspondem apenas à contabilização de materiais consumidos nas empreitadas da RRN e RFN que concluíram no ano de 2024*

A quantidade de material reciclado ou com incorporação de reciclado incluído nas empreitadas da IP selecionadas e que concluíram em 2024, apresenta valores superiores à meta, correspondendo a 13,4% na RRN e 15,4% na RFN, do total dos materiais consumidos.

No âmbito do **Programa de reutilização e valorização de resíduos**, as ações de conservação das redes da IP, promovem, sempre que possível, a reutilização de materiais.

Neste sentido, as ações de conservação da rede ferroviária, reutilizam, sempre que tal é possível, materiais de via, que se encontram em adequado estado de conservação e que são provenientes de outras linhas ferroviárias.

De referir que a IP possui e explora o seu Centro Logístico do Entroncamento, onde são armazenados e centralizados os principais materiais ferroviários passíveis de reutilização/valorização, quer nas empreitadas, quer nas prestações de serviços de manutenção/conservação da rede ferroviária.



Da mesma forma, e também de acordo com as exigências do Decreto-Lei n. 102-D/2020, de 10 de dezembro, os Cadernos de Encargos das empreitadas da IP incluem a obrigação do empreiteiro prever a reutilização de materiais ou de componentes retirados, e a valorização na própria obra de resíduos resultantes de obras ou demolições de edificações ou de derrocadas (abreviadamente "resíduos de construção e demolição - RCD"), minimizando-se assim a quantidade de resíduos a encaminhar para destino final.

O desempenho da IP em 2023 e 2024 e no que se refere à gestão de resíduos, é apresentado em seguida.

2023 (T)	RRN	RFN	EDIFÍCIOS	TOTAL
Total de resíduos produzidos	27 667	341	135	28 143
Total de resíduos para valorização	27 667	341	135	28 143
Total de resíduos para eliminação	0	0	0	0
Total de resíduos perigosos	96	0	2	98
Total de resíduos não perigosos	27 572	341	132	28 045
2024 (T)	**RRN**	**RFN**	**EDIFÍCIOS**	**TOTAL**
Total de resíduos produzidos	846	15 278,6	77,6	16 201,9
Total de resíduos para valorização	838,2	15 278,6	77,6	16 194,4
Total de resíduos para eliminação	8	0	0	8
Total de resíduos perigosos	2,7	1,2	2,3	6,2
Total de resíduos não perigosos	843,1	15 277,4	75,3	16 195,8

Em 2024, verificou-se uma redução significativa na produção de resíduos – 16.201,90 toneladas, face ao ano 2023 – 28.143 toneladas.

Acresce que, para a quase totalidade das frações de resíduos produzidos foi assegurada a sua valorização (mais de 99,5%).

Projetos de Inovação de Economia Circular

Ferrovia: Empreitada de Modernização da Linha do Oeste

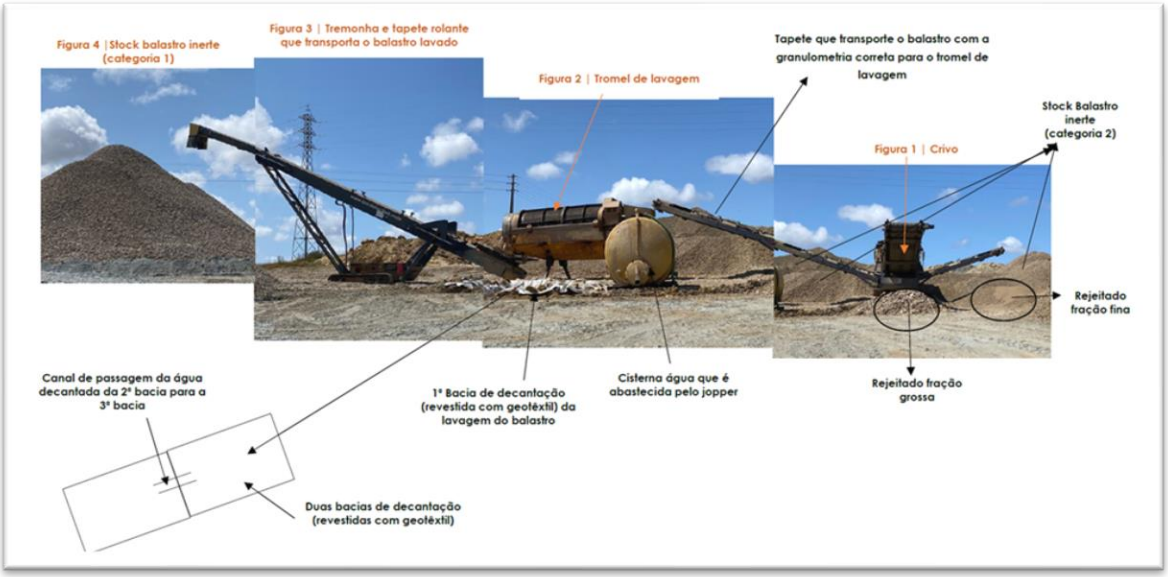
Aplicações de Balastro Inerte Depurado

No decurso da execução das empreitadas da Modernização da Linha do Oeste, foi promovida e potenciada a utilização de resíduos em obra, recorrendo à aplicação de 3 das Regras Gerais da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nomeadamente, as definidas para os resíduos de betão, os RCD mistos e os resíduos de balastro, no estrito cumprimento legal e das condições estabelecidas.

- **Troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedras**

Demonstração do processo mecânico a que o balastro inerte (categoria 2) desguarnecido da via, foi submetido, por forma a ser reclassificado em **resíduo de balastro inerte depurado** (categoria 1), para incorporação de novo na plena via e estações. Este balastro inerte depurado foi colocado na primeira camada de balastro, de 10 cm, numa quantidade total de 14.829 m^3.

Esta aplicação está prevista na "Regra Geral do Resíduo de Balastro da Via-Férrea, 170508 – Isenção de Licenciamento" em vigor, e em cujo processo construtivo foi exigida a garantia de requisitos técnicos e cumprimento de normativos IP.





- **Troço Torres Vedras – Caldas da Rainha**

Utilização definitiva de **resíduos de balastro inerte**, para execução de estacas de brita, na Passagem Superior (PS) 99. A quantidade de balastro inerte aplicada nas estacas foi de 700 m^3.





Rodovia: Empreitada de Beneficiação da ER243 - Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos

Utilização de Misturas Recicladas com Betume Espuma

O projeto de **Misturas Recicladas com Betume-Espuma** para reabilitação sustentável de infraestruturas rodoviárias, foi executado em parceria com a Pragosa e a Universidade do Minho e decorreu em 2 trechos: *T1 - Torreshopping / Rotunda 1 à Rotunda 2* e *T2 - Rotunda 2 à linha férrea*, da ER243 em Riachos respetivamente com 1.737 m e de 2.200 m de extensão e numa nova ligação à Zona Industrial do Entroncamento – *T3 - Acesso à Zona Industrial de Riachos*, com 1.425 m de extensão.

Neste projeto, por via da utilização de tecnologias e metodologias inovadoras - reciclagem a frio com betume-espuma em central móvel, foi possível a **reutilização de 100% do material fresado** obtido na própria obra – 73.000 ton, com a correspondente redução do consumo total de matérias-primas que seriam necessárias usar – 140.000 ton, que resultaram em impactes significativos positivos, quer

ao nível da produção de resíduos – 0 ton levadas a vazadouro face às 45.000 ton previstas no método tradicional, quer ao nível da redução de emissões de CO_2e – 5.400 tCO_2e (- 66%).

A reciclagem a frio foi efetuada com recurso a central de reciclagem, central móvel do tipo KMA240i com outros equipamentos auxiliares, integrados no estaleiro central da obra.

A solução de pavimentação concretizada na ER243, com a inclusão de uma **camada de mistura reciclada a frio**, foi concebida para garantir a equivalência ao projeto original, quer em termos de capacidade de tráfego a suportar quer em termos do dano expectável ao final de 20 anos.

De facto, a solução inovadora foi testada em diferentes troços da ER243, com valores de tráfego pesado bastante heterogéneo, dando em todos eles garantias de desempenho similares às soluções tradicionais.

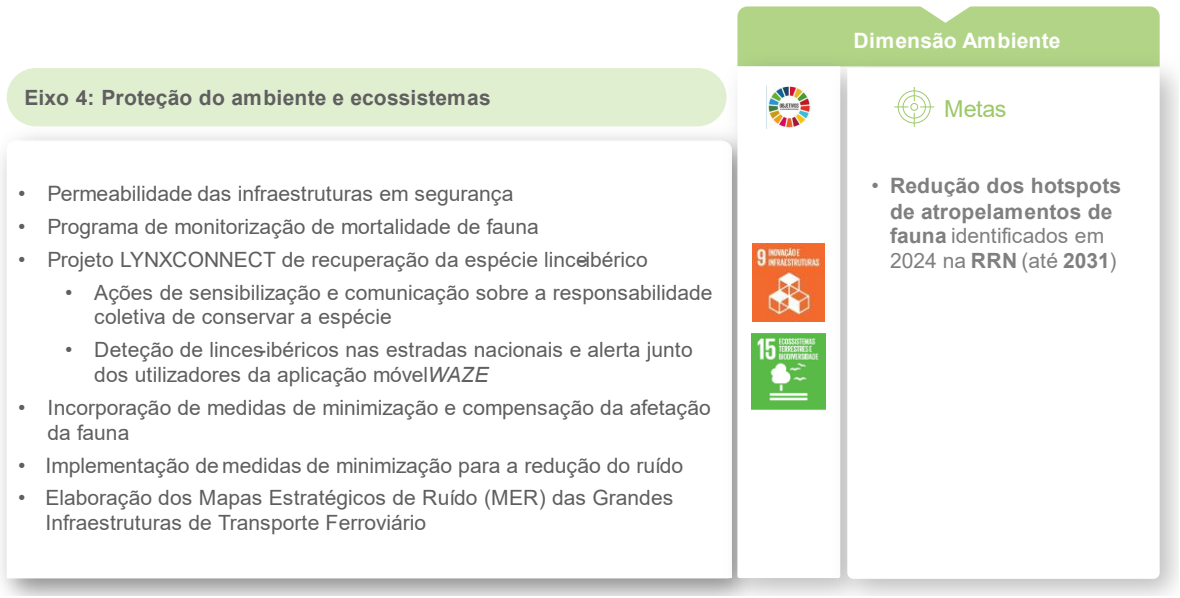
Ao utilizar uma tecnologia inovadora de reciclagem de pavimentos, inédita em Portugal, este projeto oferece vantagens significativas para o novo paradigma da reabilitação da rede rodoviária.





6.2.4 EIXO DE INTERVENÇÃO 4 - PROTEÇÃO DO AMBIENTE E ECOSSISTEMAS

ESRS E4 SBM-3; ESRS E4 IRO-1; E4-1; E4-2; E4-3; E4-4; E4-5; E4-6; ESRS E2 IRO-1; E2-1; E2-2; E2-3; E2-4



No **eixo de intervenção 4 – Proteção do ambiente e ecossistemas**, o Grupo IP tem promovido, entre outros programas e iniciativas, medidas para aumentar, de forma segura, a permeabilidade das suas infraestruturas, a monitorização da mortalidade da fauna nas estradas, a gestão e o controlo de plantas invasoras, a compensação pelo abate de árvores protegidas e, em termos da poluição sonora, a implementação de medidas de minimização do ruído emitido pela operação das suas infraestruturas.

Em termos da biodiversidade em particular, e com a consciência do impacto que as infraestruturas lineares – rodoviária e ferroviária – podem ter nos ecossistemas, particularmente no que respeita à fragmentação de habitats e à interferência na mobilidade da fauna, que pode resultar em atropelamentos e consequente mortalidade, a IP tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas e a implementar uma série de medidas, destinadas a aumentar a permeabilidade das suas infraestruturas e a proteger a fauna.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
E2 - Poluição	Poluição sonora (Específico IP)	N.A.	Ruído proveniente da utilização de rodovia e ferrovia	Impacte Negativo	J	CP | MP | LP
		N.A.	Custos com barreiras acústicas necessárias para a minimização do ruído e obrigatórias	Risco Financeiro	M | OD	CP | MP
E4 – Biodiversidade	Impactes no estado das espécies	N.A.	Proteção da fauna pela implementação de medidas de mitigação	Impacte Positivo	OD	MP
		N.A.	Custos associados às medidas de mitigação de impactos na fauna e biodiversidade	Risco Financeiro	OD	CP

Biodiversidade

Impactes no estado das espécies

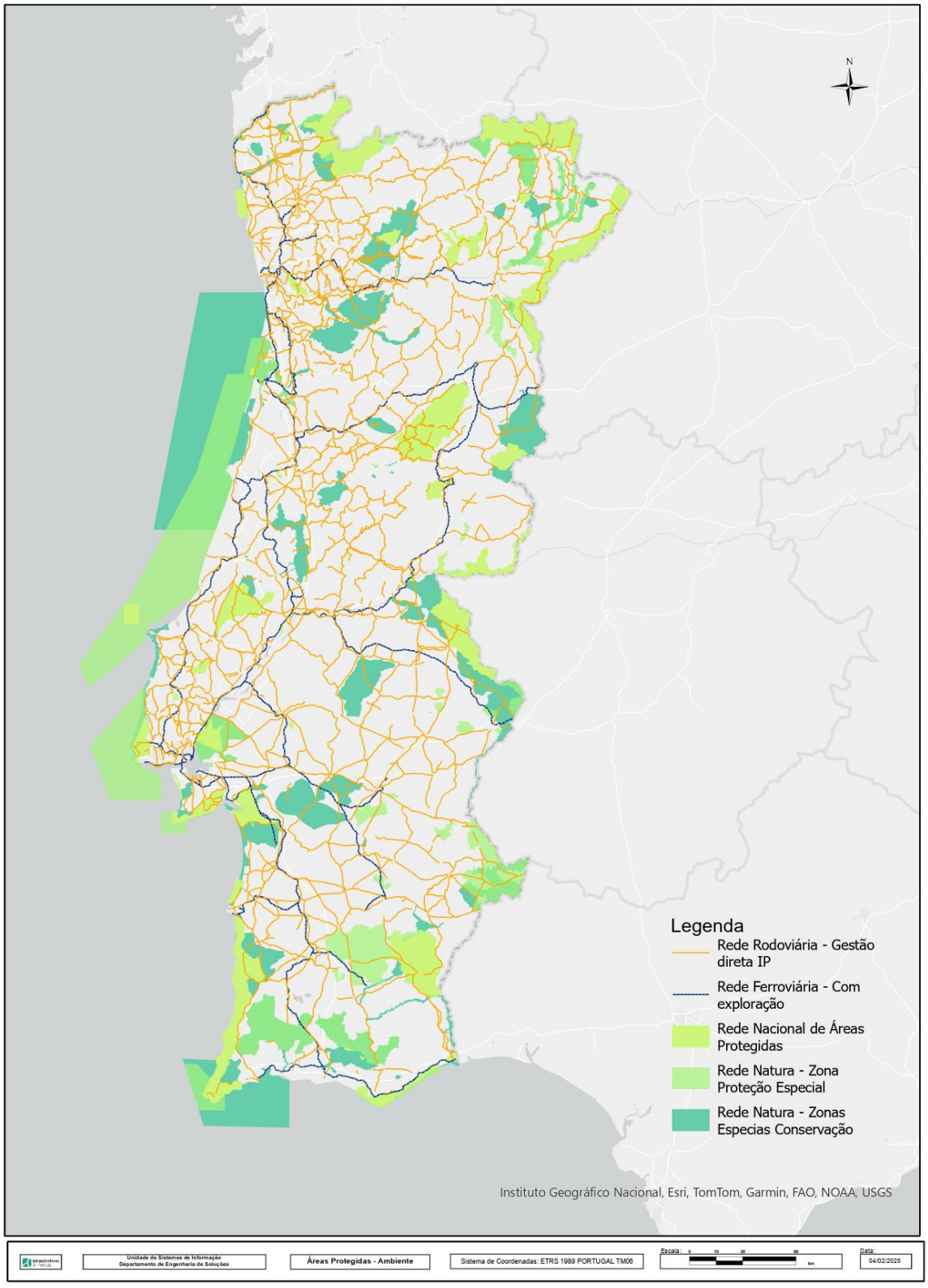
Políticas, ações e desempenho

A mortalidade por atropelamento é o efeito mais visível das estradas nos valores faunísticos e um dos impactes mais negativos na fauna, a par com a redução da conectividade, por via do efeito de barreira que as infraestruturas lineares representam. Estes fatores contribuem para a redução da diversidade genética das populações selvagens que ocorrem na periferia das estradas ou da ferrovia e, portanto, põem em causa a persistência destas populações a longo prazo.

Quanto maior a sensibilidade das áreas atravessadas, maior o impacte causado. Neste contexto, salienta-se que um grande número de estradas atravessa áreas classificadas para a conservação da natureza (Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas). Quanto à ferrovia, apresenta impactes semelhantes, mas com bastante menor magnitude, uma vez que é uma rede de menor extensão, a circulação ferroviária apresenta uma menor frequência e que, a maioria dos animais consegue atravessar a barreira imposta pela infraestrutura ferroviária. No entanto, por via da eletrificação das infraestruturas e da presença da catenária, tem um impacte maior em termos de colisão e eletrocussão das aves.

Na figura seguinte, é apresentado um mapa com a identificação da rede rodoviária com gestão direta do Grupo IP e da rede ferroviária atualmente em exploração e o respetivo cruzamento com zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade, nomeadamente, a Rede Nacional de Áreas Protegidas, a Rede Natura – Zona de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC). Este mapa pretende dar uma visão global sobre o potencial de afetação da fauna presente nessas áreas, associada à presença das infraestruturas de transporte.

REDE RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA



Para identificar e avaliar impactos reais e potenciais das atividades da IP na biodiversidade e da atividade da sua cadeia de valor, foi desenvolvido o **Programa de Monitorização da Mortalidade de Fauna** (disponível para consulta no *website* da IP), em curso desde 2010 e que permite:

- aprofundar o diagnóstico da mortalidade da fauna, identificar situações críticas e acompanhar a evolução dos *hotspots* já identificados;
- propor medidas de minimização para troços críticos;
- cumprir as metas estabelecidas para os indicadores de mortalidade de fauna;
- avaliar a eficácia das medidas de minimização já implementadas.

De referir também que todos os projetos com dimensão são abrangidos por processos de **Avaliação de Impacte Ambiental (AIA)** ou por **estudos ambientais**, que avaliam o impacte dos mesmos na fauna e preveem medidas para os evitar, minimizar e/ou compensar. No âmbito dos procedimentos de AIA, são sempre promovidas consultas públicas, onde a sociedade em geral se pode pronunciar sobre eventuais preocupações com a potencial afetação da biodiversidade e ecossistemas pelos projetos. O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) faz parte das Comissões de Avaliação dos processos de AIA, nomeadamente, quando estão em causa valores de biodiversidade relevantes, assumindo a responsabilidade pela avaliação do impacte nestes valores, em representação das preocupações do público em geral, de ONGs e de associações ambientais, e determinando as medidas a implementar.

As ações e medidas para minimização e compensação dos impactes baseiam-se assim em recomendações dos especialistas na matéria, para assegurar a adequação da tipologia de soluções a implementar, e pelo conhecimento do local, quando aplicável (por exemplo, o conhecimento da localização das populações das espécies-alvo das medidas).

A utilização de soluções de minimização de impactes baseadas na natureza é privilegiada, exceto quando a experiência e a monitorização demonstram que existem constrangimentos, que diminuem a eficácia das mesmas. A título de exemplo refira-se o caso dos passadiços para fauna dentro das Passagens Hidráulicas (PH), que funcionam melhor se forem construídos em betão, uma vez que os materiais como terra ou areia são arrastados durante episódios de precipitação elevada e cheias, podendo mesmo causar efeitos negativos a nível do escoamento da água. Acresce que a monitorização demonstrou que os passadiços de betão são utilizados regularmente pelos animais para atravessarem as vias (ver imagens abaixo).





A IP não dispõe de um "Plano de Ação" formal destinado a fazer face aos impactes das suas infraestruturas na fauna e biodiversidade, sendo, no entanto, a maioria das medidas de minimização identificadas quer ao nível do desenvolvimento dos projetos quer nos procedimentos de AIA, e posteriormente implementadas no âmbito das empreitadas respetivas, ou em situações específicas e quando aplicável, posteriormente, após o término da obra.

O Programa de Monitorização da Mortalidade de Fauna determina o registo de todos os avistamentos de cadáveres de animais, durante os percursos regulares de inspeções das estradas, numa base de dados georreferenciada. Os oficiais que efetuam esta monitorização recebem regularmente formação específica, visando a sua capacitação para identificação dos animais e para preenchimento do registo informático dos avistamentos, tendo sido recentemente produzido um novo Manual de Identificação de Fauna, mais informativo e detalhado.

Os dados existentes são analisados, para identificação de zonas críticas e *hotspots*, permitindo dar resposta às solicitações internas (ex. zonas de acidentes viários recorrentes devido a colisões com animais de médio/grande porte, estudos ambientais a realizar, classificação de prioridades no âmbito das necessidades de intervenção na rede rodoviária, etc.) e externas (ex. Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), Secretaria de Estado das Infraestruturas, Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), reclamações recebidas na Direção de Serviços da Rede e Parcerias (DRP), colaboração com projetos técnico-científicos, etc.), e identificar e propor medidas de minimização adequadas e fundamentadas.

As metas e os objetivos estabelecidos para os **indicadores da Mortalidade de Fauna** assumidos são:

- **Redução dos hotspots** identificados pelo menos três vezes, durante um período de cinco anos, nos cinco anos seguintes, mediante intervenções dirigidas à mitigação da mortalidade verificada. É aplicável nos troços selecionados para a metodologia standard. O período atualmente em análise é o período 2022-2026.
- **Redução do Valor Faunístico (VF) dos atropelamentos**, durante um período de 10 anos (2015-2024), avaliada com base na reta de regressão do VF (parâmetro que considera o número de animais atropelados e a sua sensibilidade ecológica), em função do tempo.

Em termos de medidas de minimização da mortalidade da fauna na RRN, a IP tem vindo a executar diversas iniciativas. Estudos recentes têm demonstrado que, de uma forma geral, os carnívoros e outros mamíferos utilizam as passagens hidráulicas e as passagens agrícolas sob a estrada para a atravessarem, e que a disponibilidade destas estruturas pode influenciar positivamente a redução da sua mortalidade nas estradas. Se a estas passagens estiverem associadas vedações eficientes, a diminuição da mortalidade de animais é substancialmente reduzida.

Neste contexto, os resultados deste programa de monitorização são levados em consideração na definição de requisitos específicos a incluir nos projetos de novas estradas, bem como nos projetos de beneficiação de estradas ou nas obras de arte, de forma a ser ponderada a necessidade de incluir medidas de minimização para a fauna.

Algumas **medidas implementadas** neste âmbito incluem soluções como:

- criação de passagens específicas para fauna;
- ampliação de passagens hidráulicas e implementação de passadiços para fauna nas mesmas;
- adaptação de passagens agrícolas, para uso pela fauna;
- melhoramento das vedações, complementadas com a rede em L (rede de malha muito apertada, cuja base é enterrada horizontalmente, dificultando a escavação por baixo da vedação);
- instalação de vedações com altura igual ou superior a 1,7 m de altura para minimizar a entrada de cervídeos e linces na via;
- inclusão de escapatórias em rampa nas vedações, para que a fauna que entra na via consiga sair;
- instalação de redes sobre os taludes para impedir a sua colonização por coelhos, com o objetivo de evitar o seu atropelamento, bem como o atropelamento dos carnívoros que os predam;
- instalação de barreiras de encaminhamento de anfíbios para passagens hidráulicas sob a via;
- instalação de barreiras para elevar o voo das espécies voadoras, evitando o seu atropelamento;
- instalação de refletores para vida selvagem que refletem as luzes dos veículos para o exterior da via, alertando atempadamente os animais noturnos;
- aplicação de dispositivos para redução da velocidade dos veículos como bandas cromáticas e sistemas eletrónicos para controlo de velocidade, em zonas de ocorrência de linces;
- instalação de sinalização vertical para redução de velocidade em troços de ocorrência de linces;
- instalação de sinalização vertical de alerta específica para “anfíbios” (A19d) e “lince-ibérico” (sinal A19c).

Para além destas medidas, procede-se regularmente a ações de **ceifa dos taludes** para aumentar a visibilidade e evitar a presença de pequenos animais que atraem predadores para as vias.

Na tabela seguinte, apresentam-se as características destas medidas e respetiva implementação.

Iniciativas/medidas para minimizar a mortalidade da fauna na RRN	Conclusão anterior a 2023	Em fase de obra		Em fase de projeto		Previsto		Concluído	
		2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Rede complementar em "L" (acoplada à vedação e enterrada), para animais de pequeno porte e/ou hábitos escavadores (km)	94,1	48,0	192,6	114,2	183,4	43,4	69,0	-	-
Vedação mais alta (maior ou igual a 1,7 m de altura) para aumentar a sua eficiência para a fauna de maior porte (km)*	36,3	41,6	172,6	83,9	143,3	33,4	83,0	-	-
Nº de escapatórias em rampa nas vedações para fauna (unidades)	-	-	16	34	36	16	16	-	-
Nº de passagens para fauna (unidades)	31	31	60	68	54	32	36	3	5
Barreiras de encaminhamento de anfíbios para PH (km)	0,36	-	-	-	-	-	-	-	-
Barreiras para elevar o voo de aves e morcegos (km)	0,37	1,9	6,5	3,4	5,5	-	2,2	-	-
Rede sobre taludes para dissuasão da presença de coelhos e espécies que escavam tocas (km)	2,25	-	-	-	-	-	1,0	-	-

A aplicação destas medidas de minimização da afetação da fauna pela rede rodoviária, visa em particular as áreas de maior sensibilidade ecológica, onde se concentram os maiores números de atropelamentos, priorizando os troços com espécies sensíveis, com o objetivo de diminuir o impacte nestas espécies.

Até ao momento, os resultados obtidos têm sido muito positivos, demonstrando a eficácia destas medidas, em especial no que respeita aos passadiços para fauna em passagens hidráulicas, as vedações altas e com rede em L, as barreiras para encaminhamento dos anfíbios para as passagens hidráulicas e as barreiras para as espécies voadoras.

Nas imagens abaixo, podemos observar as barreiras para elevar e encaminhar o voo de corujas (fotografia da esquerda) e refletores específicos para refletir a luz dos faróis para a envolvente da via e alertar os animais de forma mais eficiente (1,2 km instalados) (fotografia da direita).



Estes e outros resultados podem ser consultados no relatório-síntese do **Programa de Monitorização da Mortalidade de Fauna**, bem como no **Guião de Boas Práticas – Soluções para Minimização de Impactes das Estradas na Fauna** produzido no âmbito do **Projeto *LifeLines***, ao abrigo do qual algumas destas soluções foram monitorizadas e avaliadas em termos da sua relação custo-benefício. Ambos os documentos estão disponíveis no *site* da IP.

Estão igualmente disponíveis outros dois Guiões de Boas Práticas publicados: o **Guião de Boas Práticas de Gestão da Vegetação para a Promoção de Biodiversidade em Infraestruturas Lineares**, o qual apresenta o trabalho efetuado relativamente a esta temática, incluindo o controlo de vegetação invasora, com vários métodos testados e resultados positivos e o **Guião para Monitorização e Registo de Dados de Mortalidade de Fauna por Atropelamento**, relativo às boas práticas a utilizar neste contexto.

As medidas e soluções de minimização de atropelamentos acima referidas foram já executadas em várias estradas, e estão previstas executar em diversos projetos, cuja envolvente apresenta uma grande diversidade faunística e onde se têm verificado numerosos atropelamentos de animais silvestres. São exemplo os projetos de execução do IP3 -Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25), da EN103 - Ligação de Vinhais/Bragança (IP4) incluindo Variante a Vila Verde, do IP8 (A26) – Ligação entre Sines e a A2, do IP8 (EN259) – Limite Distrito de Setúbal/Beja / Ferreira do Alentejo, incluindo Variante a Figueira dos Cavaleiros e IP8 (EN121) – Ferreira do Alentejo / Beja, incluindo Variante a Beringel, e do IP2 – Variante Nascente de Évora, na sua maioria já em obra.

Levando em consideração o aumento de conhecimento sobre a eficácia destas soluções e os requisitos necessários para as otimizar, foi produzida a Instrução Técnica GR.IT.AMB.001 Medidas de Proteção da Fauna, com a descrição e requisitos a ter em consideração na execução dos projetos,

a qual é fornecida aos projetistas, no sentido de otimizar o seu trabalho de forma a corresponder eficientemente ao requisitado pela IP.

Comparando o desenvolvimento das medidas de minimização identificadas em 2023, em 2024, verifica-se um grande aumento da extensão das medidas em fase de obra, de projeto e previstas, com destaque para as redes complementares em "L" (acopladas à vedação e enterradas), para animais de pequeno porte e/ou hábitos escavadores e as vedações mais altas (maiores ou iguais a 1,7 m de altura) para aumentar a sua eficiência para a fauna de maior porte.

Em 2024, aumentou também significativamente a extensão das barreiras para elevar o voo de aves e morcegos em fase de obra, projeto e previstas.

Aumentou ligeiramente a extensão das redes sobre taludes para dissuasão da presença de coelhos e espécies que escavam tocas e não houve aumentos da extensão das barreiras de encaminhamento de anfíbios para PH, concluídas em 2023. Em 2024, foram concluídas mais 5 passagens para fauna.





Relativamente às escapatórias em rampa nas vedações para fauna da rede rodoviária, em 2024 iniciaram-se as obras de execução de mais 16 escapatórias, mais 2 do que em 2023, resultando num total de 36 escapatórias executadas.

De realçar também que até 2023, foram concluídas 31 passagens para fauna, número que aumentou em mais 3 durante 2023, e em mais 5, durante 2024, resultando num total de 39 passagens de fauna.

Adicionalmente, e nas situações em que são causados impactos em valores naturais de elevada relevância e cujo impacto não foi possível evitar, são previstas medidas de compensação adequadas às espécies afetadas e ao efeito pretendido.

Este tipo de medidas passa pela recuperação de habitats noutras áreas propícias, pela colocação de ninhos para espécies de aves sensíveis para promover a sua reprodução, pela plantação de espécies arbóreas relevantes para compensar o número de árvores afetadas, pela colocação de grades em entradas de grutas para proteger comunidades de morcegos, pela criação de cômoros e bio-ilhas em

salinas para promover a nidificação de espécies sensíveis que ocupam estes habitats, entre outras. Em geral, a monitorização e a gestão destas áreas ficam posteriormente à sua instalação/ /implementação, a cargo de entidades ou associações competentes nas matérias, e que avaliam a eficácia das medidas implementadas face aos objetivos pretendidos.

No que diz respeito ao desempenho em 2024, em termos dos atropelamentos, apresentam-se de seguida os valores totais de atropelamentos de duas tipologias de animais, os silvestres e os domésticos.

ATROPELAMENTOS DE ANIMAIS NAS VIAS DA RRN SOB GESTÃO DIRETA (NÚMERO DE EXEMPLARES)	2022	2023	2024
Animais Silvestres	N.D.	1 047	1 121
Animais Domésticos	N.D.	492	553
Total	**2 138**	**1 539**	**1 674**

Os dados de atropelamentos registados em 2024 são apresentados no relatório-síntese anual, também disponível para consulta no *site* da IP: **Ações de Conservação da Natureza | Infraestruturas de Portugal**.

Comparando com os valores registados no ano de 2023, os atropelamentos em 2024, aumentaram para 1.674, o que significa um aumento de 8,8%. O aumento deu-se em ambas as tipologias de animais, com os animais silvestres atropelados a aumentarem 7%, e os domésticos, 12%.

No entanto, refira-se que o valor de atropelamentos registado em 2024 é 32,3% mais baixo que o valor médio de atropelamentos dos anos 2015 a 2022 (2.472 atropelamentos).

Ainda no âmbito do Programa de Monitorização da Mortalidade de Fauna, foram identificadas várias espécies com estatuto de conservação de ameaça, as quais estão identificadas na tabela seguinte.

É de salientar que espécies como o coelho, a lebre e a garça-boieira, embora apresentem estatuto de "vulnerável", são ainda relativamente comuns e com ampla distribuição no nosso país. Desta forma, é natural que apresentem valores elevados de atropelamentos, uma vez que existe uma relação direta entre a abundância das espécies e o número de ocorrências de atropelamento.

ATROPELAMENTOS DE ANIMAIS NAS VIAS DA RRN SOB GESTÃO DIRETA DA IP, COM ESTATUTO DE AMEAÇA DE EXTINÇÃO (NÚMERO DE EXEMPLARES)	2022	2023	2024
Pouco Preocupante	N.D.	N.D.	-
Quase Ameaçado	N.D.	N.D.	-
Vulnerável	N.D.	N.D.	129
Em Perigo	N.D.	N.D.	5
Criticamente em perigo	N.D.	N.D.	-
Total	**N.D.**	**N.D.**	**134**

Os atropelamentos de espécies com estatuto de ameaça de extinção "vulneráveis" dizem respeito às espécies de Lebre-ibérica (*Lepus granatensis*), com um total de 44, de Coelho-ibérico (*Oryctolagus cuniculus*), com 23, de Garça-boieira (*Bulbucus ibis*), com 58, de Bufo-pequeno (*Asio otus*), com um total de 2, e 1 atropelamento de Picanço-barreteiro (*Lanius senator*) e Sombria (*Emberiza hortulana*).

Relativamente ao atropelamento de espécies com estatuto de ameaça de extinção "Em Perigo", ocorreram 4 atropelamentos de Lince-ibérico (*Lynx pardinus*) e de 1 Lobo-ibérico (*Canis lupus*) durante o ano de 2024.

Especificamente sobre o lince-ibérico, a IP é parceira do projeto *Life – LynxConnect,* que promove os objetivos da reintrodução e da presença do lince-ibérico.

Enquanto parceira do projeto, a IP tem vindo a implementar diversas medidas nos troços de estradas mais críticos, tais como, a instalação de painéis de alerta e sinalização rodoviária (6 bandas cromáticas para redução da velocidade), a adaptação de passagens seguras sob a estrada, a instalação de vedações adequadas à espécie, a instalação de controladores de velocidade (total de 2), e a limpeza da vegetação nas bermas para aumentar a visibilidade dos condutores e dos animais.

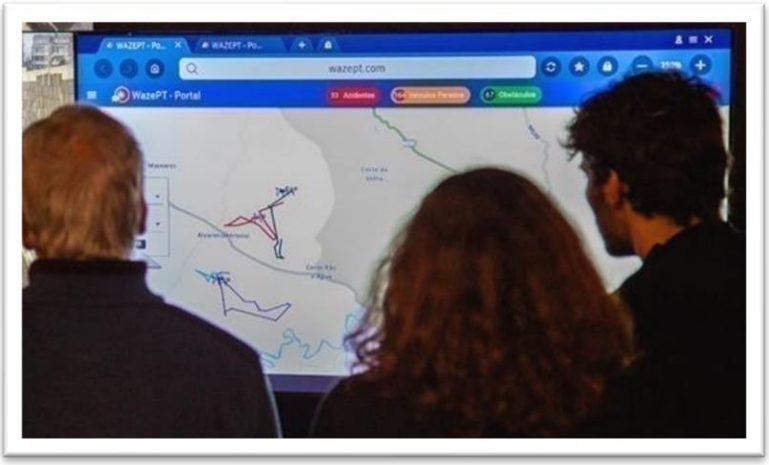




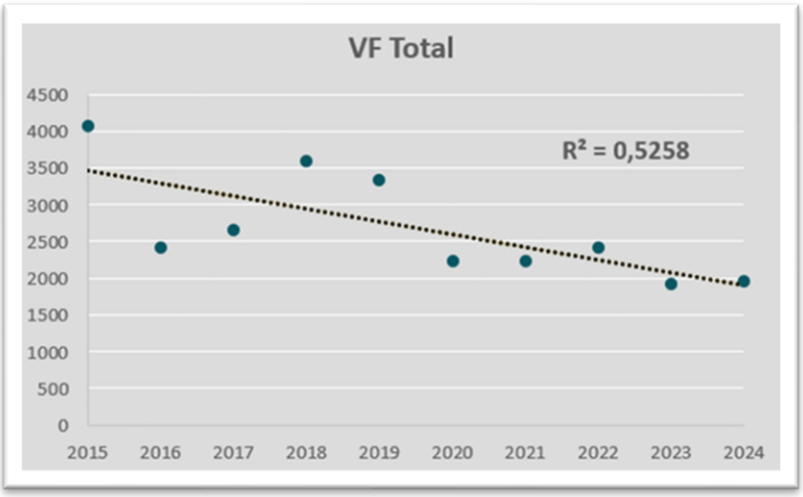
O referido Projeto comunitário *LynxConnect*, pretende continuar os trabalhos iniciados no Projeto anterior, o *Life Iberlince*: recuperação da distribuição histórica do Lince Ibérico em Espanha e Portugal (2011-2018). Este projeto contribuiu para os processos de recuperação desta espécie, com o objetivo de que este felino selvagem deixasse de ser um dos mais ameaçados do mundo. Efetivamente, o lince-ibérico, até 2015, constou na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), com o estatuto de espécie "Criticamente em Perigo", encontrando-se desde essa data "Em Perigo" de extinção. Em Portugal, esta melhoria do seu estatuto de ameaça para "Em Perigo" só ocorreu em 2023. Este projeto permitirá consolidar e prosseguir os objetivos da reintrodução e da presença do lince, como espécie de topo e fator promotor de equilíbrio e valorização dos ecossistemas mediterrânicos.

Em 2024, a IP, aproveitando a monitorização dos linces através do sistema *LoRA*, que permite a localização de linces-ibéricos em tempo real, estabeleceu uma parceria com o ICNF e com a Comunidade *Waze* Portugal, visando assinalar na aplicação móvel da *Waze* e comunicar aos seus utilizadores, a proximidade dos felinos ameaçados junto de várias estradas.

O sistema está a funcionar na EN122, EN123 e no IC27, na zona do Vale do Guadiana. Os alertas são acionados assim que os animais entram nas áreas virtuais de território com 200 metros de largura, adjacentes às vias, para ambos os lados da faixa de rodagem. É expectável que esta tecnologia possa ter um papel determinante na redução de acidentes, salvaguardando a espécie e melhorando a segurança rodoviária. Na imagem abaixo pode observar-se a plataforma do Portal *Waze* no Centro de Controlo de Tráfego da IP, no qual são apresentados os percursos de quatro linces, na zona de Mértola.



De referir que em 2024 terminou o período estipulado para a avaliação do indicador Valor Faunístico (VF), tendo-se concluído que o mesmo foi cumprido, uma vez que a reta de regressão do VF apresenta um declive negativo.



De referir ainda que, de uma forma geral, a combinação de estradas com maior volume de tráfego e com características que potenciem a prática de velocidades elevadas, e a presença de extensas áreas naturalizadas na sua envolvente, com abundância de espécies silvestres, contribui de forma determinante para o aumento dos atropelamentos, em especial de espécies sensíveis.

A estes fatores acresce, também, a frequência de amostragem, já que quanto maior for, mais animais são detetados, abrangendo inclusive as espécies de menor dimensão que apresentam um grau de degradação muito rápido.

Em 2024, não foi possível a apresentação dos números de atropelamentos na RFN, mas para o ano de 2025, a IP pretende recolher dados mais rigorosos de atropelamentos na ferrovia, apesar da afetação da fauna não ser tão significativa como no caso da rodovia.

Ainda assim, a IP identifica e adota para a RFN, sempre que necessário e da mesma forma que para a RRN, um conjunto de medidas de mitigação ou de compensação da potencial afetação da fauna, com o objetivo de aumentar a permeabilidade das suas ferrovias e minimizar a mortalidade da fauna.

São colocadas barreiras, designadamente vedações, para evitar atropelamentos, são realizados programas de monitorização de mortalidade de fauna também na rede ferroviária, são geridas e controladas as plantas invasoras e é também realizada a compensação por abate de árvores protegidas. De referir que, também os procedimentos de AIA dos projetos ferroviários, são acompanhados por entidades competentes neste tema, designadamente pelo ICNF, que também assume a responsabilidade pela avaliação de impacte nestes valores e define as medidas necessárias adotar.

POLUIÇÃO

Poluição Sonora

Políticas, ações e desempenho

A gestão do ruído ambiente proveniente da operação de infraestruturas de transporte alicerça-se, em primeira instância, na aplicação do disposto na legislação nacional e europeia em vigor, designadamente no Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei n. 9/2007, de 17 de janeiro, e no Decreto-Lei n. 146/2006, de 31 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n. 84-A/2022, de 9 de dezembro.

Para além do cumprimento das exigências impostas pela legislação referida anteriormente, a modernização de infraestruturas de transporte existentes, bem como a construção de novas infraestruturas, enquadra-se no disposto no Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), estabelecido pelo Decreto-Lei n. 151-B/2013, de 31 de outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n. 11/2023, de 10 de fevereiro.

Deste modo, todas atividades inerentes à missão da IP, em especial de gestão de infraestruturas rodo e ferroviárias, designadamente as classificadas como Grandes Infraestruturas de Transporte (GIT), e que são suscetíveis de gerar ruído nocivo ou incomodativo para os recetores sensíveis potencialmente afetados, incluindo impactes reais e potenciais, estão abrangidas por instrumentos legais com valores limites de ruído emitido, ao que se acrescentam múltiplos outros normativos nacionais, internacionais e guias de boas práticas.

Assim, a utilização da infraestrutura ferroviária e rodoviária sob jurisdição da IP constitui-se numa fonte de emissão de ruído, que pode ser significativa, designadamente em locais na proximidade imediata dessas infraestruturas. Neste contexto, o principal objetivo da gestão do ruído ambiente resultante da sua operação é a redução do número de pessoas expostas a níveis elevados de ruído.

Para alcançar este objetivo, a IP elabora Mapas Estratégicos de Ruído (MER), que consubstanciam o diagnóstico, e desenvolve os consequentes Planos de Ação (PA), que corporizam as medidas de mitigação de ruído necessárias e, que orientam o planeamento da sua efetiva materialização no

terreno. Estes documentos são publicados no *website* corporativo da IP, estando acessíveis a todos os *stakeholders*.

Ainda no contexto da gestão de ruído, de referir que, a construção de novas infraestruturas e a modernização das existentes, quer as enquadradas no regime de AIA, quer as não enquadradas nesse regime, prevê, nos seus projetos, a implementação de medidas de mitigação do ruído emitido necessárias implementar, para o cumprimento do disposto no RGR.

A atividade de manutenção das infraestruturas, designadamente da infraestrutura ferroviária, inclui ações de carácter corretivo e preventivo, com vista à otimização do ciclo de vida dos seus diversos constituintes, e que proporcionam igualmente benefícios, maiores ou menores, ao nível da emissão de ruído.

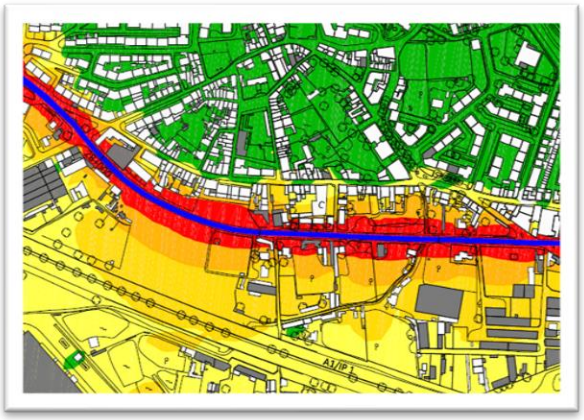
Os Planos de Ação de ruído são objeto de Consulta Pública (ao longo de 30 dias), sendo posteriormente elaborado um relatório a enviar à APA que inclui a identificação das medidas de minimização de ruído previstas implementar.

Assim, a gestão do ruído das suas infraestruturas constitui uma das principais áreas de intervenção da IP, que aloca investimentos significativos em medidas de minimização para reduzir os impactes sonoros da exploração rodoviária e ferroviária.

Em 2024, o Grupo IP tinha em curso diversas ações de gestão do ruído ambiente, e que se apresentam seguidamente.

Mapas Estratégicos de Ruído (MER)

- Elaboração dos MER das Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário, ou seja, as linhas de caminho-de-ferro com mais de 30.000 comboios por ano, abrangendo cerca de 527 km de rede ferroviária (processo em curso);
- Elaboração dos MER das Grandes Infraestruturas de Transporte Rodoviário, cobrindo aproximadamente 1.807 km de vias rodoviárias (processo em curso).



Planos de Ação para a Rede Ferroviária Nacional

- Desenvolvimento de especificações técnicas aplicáveis à conceção e execução de barreiras acústicas, que serão incorporadas em normativo interno da IP;
- Definição de critérios para execução de esmerilagem com fins acústicos (processo em curso).

Monitorização e Cumprimento de Regulamentos

- Acompanhamento dos Relatórios Anuais de Monitorização do indicador ruído previstos na Parte 1 – Penalidades por Externalidades Ambientais do Anexo 12 dos Contratos de Subconcessão de 7 Subconcessões da IP.

Medidas de Mitigação do Ruído – RFN e RRN

- Contacto com especialistas na conceção de barreiras acústicas inovadoras, incluindo barreiras absorventes transparentes homologadas pela *Deutsche Bahn*, e atualmente já consideradas nos estudos e projetos de modernização da Linha de Cintura e da Linha do Norte;
- Implementação de medidas de mitigação de ruído em projetos em curso, particularmente, na Linha do Norte, Linha de Cintura, Linha de Évora, Linha do Alentejo e Linha do Minho;
- Avaliação do descritor ruído em 87 projetos rodoviários;
- Procedimento de contratação para a instalação de 33 barreiras acústicas em troços da A44, IP7 e IC2.

A IP procura novas soluções que reduzam impacte do ruído, de forma mais eficiente e custo-eficaz. Durante o ano de 2024, foram desenvolvidos e implementados **estudos e projetos de investigação**, na área do ruído, nomeadamente:

- No seguimento da conclusão, em 2023, do projeto *Lownoisepad* (*Low cost noise control by optimised rail pad*), promovido pela UIC (*Union Internationale des Chemins de Fer*), que permitiu analisar as palmilhas de carril em uso corrente na rede ferroviária nacional, nomeadamente a sua rigidez.

  Com o intuito de otimizar o parâmetro TDR *(track decay rate*), determinado segundo a EN 15461:2008 A1:2010, e reduzir o ruído de rolamento com origem na circulação ferroviária, o normativo interno IP, relativo a materiais de via (GR.IT.VIA.009), foi modificado passando a incluir requisitos adicionais para as palmilhas a aplicar na via-férrea – palmilhas otimizadas -, assegurando que as mesmas possam contribuir para a redução do ruído emitido. Doravante, perspetiva-se a utilização generalizada de palmilhas equiparáveis às do projeto *Lownoisepad* em todos os projetos, ie. palmilhas otimizadas.

- No seguimento da conclusão, em 2023, da colaboração no projeto *Inbrail* (*Innovative Noise Barriers for Railways*), desenvolvido pelo consórcio composto por Mota-Engil Engenharia e Construção, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que permitiu experimentar, em condições reais, uma barreira acústica de baixa altura, instalada na Linha de Sintra.

  Em 2024, deram-se passos preliminares para a transferência dessas barreiras experimentais para outro local da RFN, com o intuito de proteger recetores sensíveis. Espera-se, em 2025 poder dar sequência a essa transferência, à assimilação das restrições impostas por este tipo de barreiras nas condições de segurança e de manutenção da via-férrea, passando a contar com esta solução no rol de soluções ao dispor para a mitigação do ruído ferroviário.

- Desenvolvimento de um estudo conduzido pela Universidade do Minho para caracterizar o ruído resultante da interação pneu/pavimento em diferentes tipos de pavimento rodoviário utilizados pela IP. O estudo visou fornecer informação técnica para a seleção de camadas de desgaste nas rodovias e compará-las com as referenciadas no novo método comum de avaliação do ruído (CNOSSOS), estabelecido na Diretiva Europeia 2002/49/CE.

A IP realiza também a **monitorização do ruído** em locais não abrangidos pelos Mapas Estratégicos de Ruído, por exemplo, em resultado de reclamações por particulares, encontrando-se, em curso, um contrato com Laboratório Acreditado para realização de medições acústicas em situações de reclamação de ruído, em locais próximos de estradas que não estejam cobertas por MER.

Em 2024, foram analisadas 122 reclamações relativas à RRN e 31 relativas à RFN, das quais, respetivamente 49% e 62% não necessitaram de medidas adicionais, por cumprirem os valores limite estabelecidos no RGR.

Foram também aplicadas **outras medidas técnicas para gestão do ruído**, que incidiram sobre projetos ferroviários:

- Modernização da via-férrea em toda a RFN

  Já estão modernizados cerca de 2.376 km da RFN. Em 2024, ainda está em falta a modernização de cerca de 150 km da rede, modernização esta que contribuirá para a redução do ruído emitido pelo tráfego ferroviário.

- Eletrificação da via-férrea em toda a RFN

  Da totalidade da extensão da RFN – 2.526 km, cerca de 1.794 km já estão eletrificados, pelo que falta eletrificar cerca de 732 km. A eletrificação da rede contribui indiretamente para a redução do ruído emitido pelo tráfego ferroviário, por via da circulação de material circulante elétrico, que é genericamente menos ruidoso.

- Substituição de barra curta por barra longa soldada

  Da totalidade da extensão da RFN – 2.526 km, cerca de 2.318 km já dispõem de carril de barra longa, pelo que ainda falta substituir a barra curta, em 2024, em 208 km da rede. O carril de barra longa contribui para a redução do ruído emitido pelo tráfego ferroviário.

- Realização de esmerilagem em Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário

  Foi feita a esmerilagem de 180 km de rede classificada como Grande Infraestrutura de Transporte Ferroviário – GIT (mais de 30.000 comboios/ano), sendo que ainda falta fazer esmerilagem de 347 km de um total de 527 km de vias ferroviárias classificadas como GIT. A esmerilagem do carril contribui para a redução do ruído emitido pelo tráfego ferroviário.

- Instalação de palmilhas otimizadas em Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário

  Foi feita a aplicação de 0,1 km de palmilhas otimizadas na rede ferroviária classificada como GIT, como resultado de um projeto de inovação realizado com a UIC, e referido anteriormente, sendo que ainda falta aplicar palmilhas otimizadas num total de 6,4 km destas vias ferroviárias. De referir que estas palmilhas otimizadas já estão consideradas na Instrução Técnica - Via 009, relativa a travessas de betão, palmilhas e fixações.

- Instalação de atenuadores sintonizados de carril (*rail dampers*) em Grandes Infraestruturas de Transporte Ferroviário

  Ainda não foram integrados na infraestrutura ferroviária classificada como GIT, os atenuadores sintonizados de carril. Está assim em falta a colocação da totalidade dos atenuadores previstos, i.e., em 4,8 km de extensão de via-férrea. De referir que está em estudo a substituição da colocação destes atenuadores por outros dispositivos, como as palmilhas otimizadas.

- Construção de barreiras acústicas em toda a RFN (locais sensíveis)

  Em 2024 estão instaladas na infraestrutura ferroviária um total de 75 km de barreiras acústicas, estando ainda em falta a colocação adicional de um total de 121 km de barreiras na RFN. Durante o ano de 2024, os custos associados a barreiras acústicas foram de 0,36 M€.

Acresce que a poluição sonora é um dos indicadores que está inscrito no Contrato Programa Ferroviário (CPF), estabelecido entre o Grupo IP e o Estado Português. No CPF foram definidas metas anuais obrigatórias e exigidas pela legislação, de redução do número de pessoas expostas a níveis elevados de ruído. Esta monitorização das metas é assegurada internamente e reportada ao Regulador.

Não obstante o CPF não estar atualmente em vigor, a IP manteve o apuramento e a monitorização dos indicadores de desempenho previstos.

Tendo em vista cumprir as obrigações contratuais de reporte associadas ao Contrato de Concessão da Rede Rodoviária (CCR), no domínio do Controlo Ambiental, a IP enviou ao IMT uma proposta de Objetivos de Sustentabilidade Ambiental, a integrar no Contrato, estando a aguardar a sua aprovação.

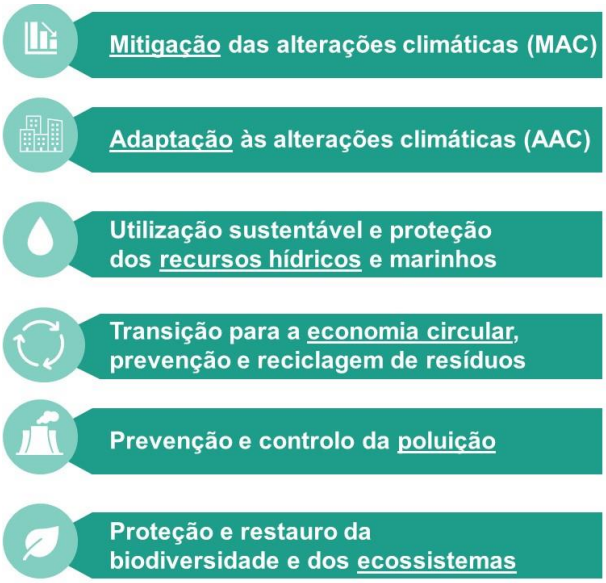
6.2.5 ELEGIBILIDADE E ALINHAMENTO COM A TAXONOMIA EUROPEIA

ENQUADRAMENTO

No âmbito *do European Green Deal* e de várias iniciativas para promover a sustentabilidade, a União Europeia estabeleceu o sistema de classificação uniforme para avaliar se uma atividade económica pode ser considerada sustentável do ponto de vista ambiental - **Taxonomia Europeia** (Regulamento da Taxonomia da União Europeia UE 2020/852 de 18 de junho).

A Comissão publicou igualmente um conjunto de outros normativos com especificações complementares sobre o processo de classificação das atividades económicas, em termos de sustentabilidade ambiental, designadamente: Regulamento Delegado (UE) 2021/2139; Regulamento Delegado (UE) 2023/2485 e Regulamento Delegado (UE) 2023/2486, estabelecendo, desta forma, um sistema mais robusto de critérios de avaliação das atividades económicas, para efeitos da sua classificação ambiental, num esforço de uniformização e comparabilidade.

A Taxonomia Europeia lista então um conjunto atividades económicas abrangidas e determina critérios técnicos de avaliação (CTA) a aplicar a essas atividades, por forma a identificar quais delas contribuem, ou não, para os **6 objetivos ambientais da União Europeia (UE)**:



A avaliação de uma atividade económica face à Taxonomia Europeia pressupõe os seguintes momentos de análise:

- **Elegibilidade**: Que atividades económicas estão previstas na Taxonomia Europeia?
- **Alinhamento**: Se as atividades elegíveis cumprem os critérios técnicos de avaliação (CTA) estabelecidos em atos delegados?
- **Salvaguardas mínimas**: Se as atividades consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental também cumprem as normas sociais e de governação, ou seja, se asseguram o "alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos "?

Assim, uma **atividade económica é considerada ambientalmente sustentável** se estiver prevista no Regulamento da Taxonomia Europeia e contribuir substancialmente para um ou mais objetivos ambientais da UE, sem causar danos significativos a nenhum dos restantes (NPS – não prejudicar significativamente) e for realizada em conformidade com salvaguardas mínimas definidas.

O âmbito de aplicação da Taxonomia Europeia para o Grupo IP corresponde ao seu perímetro de consolidação, ou seja, ao âmbito refletido nas contas consolidadas do Grupo IP, a 31 de dezembro de 2024. As entidades consolidadas correspondem à IP e às 3 empresas onde a IP tem participação no capital social: IP Engenharia (IPE), IP Património (IPP) e IP Telecom (IPT), e onde exerce controlo. Neste contexto, o volume de negócios consolidado do Grupo IP corresponde às receitas consolidadas, considerando também estas empresas participadas.

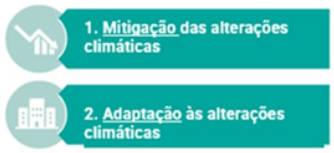
O Anexo 4 – Relatório da taxonomia europeia do Grupo IP apresenta com detalhe a abordagem metodológica para avaliar a elegibilidade e o alinhamento da atividade do Grupo IP com a Taxonomia Europeia, assim como os resultados dos respetivos indicadores de elegibilidade e indicadores chave de desempenho relativos ao exercício de 2024, no formato do modelo de comunicação europeia C (2023) 3851 que altera o modelo do Regulamento Delegado (UE) 2021/2178. Seguidamente

apresentam-se as conclusões relativamente à avaliação de elegibilidade e alinhamento do Grupo IP e os principais resultados, em termos de indicadores.

ELIGIBILIDADE

A abordagem metodológica adotada para verificar a elegibilidade das atividades do Grupo IP para a Taxonomia Europeia, envolveu uma análise detalhada das atividades desenvolvidas, começando pela recolha dos códigos NACE associados a todas as atividades da empresa, e verificando se estavam ligadas a atividades ao abrigo da Taxonomia.

Identifica-se nas tabelas abaixo todas as atividades do Grupo IP potencialmente elegíveis para 3 objetivos ambientais: **Mitigação das Alterações Climáticas (MAC)**, **Adaptação às Alterações Climáticas (AAC)** e **Transição para a Economia Circular (EC)**.



ATIVIDADES ELEGÍVEIS para a Mitigação e Adaptação às AC

Atividades *Core*

6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário

6.15 Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público

Atividades Não *Core*

6.5 Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

7.2 Renovação de edifícios existentes

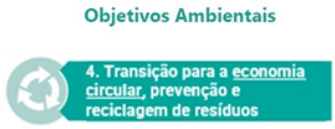
7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios

7.6 Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

9.1/9.2 Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado (*)

(*) Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado têm código 9.1 para o objetivo da mitigação das alterações climáticas e código 9.2 para o objetivo de adaptação às alterações climáticas



ATIVIDADES ELEGÍVEIS para a Economia Circular

3.2 Renovação de edifícios existentes (*)

3.4 Manutenção de estradas e autoestradas (**)

5.4 Venda de bens em segunda mão

(*) Atividade Renovação de edifícios existentes tem código 7.2 para os objetivos da mitigação e da adaptação às alterações climáticas e código 3.2 para o objetivo economia circular

(**) Atividade Manutenção de estradas e autoestradas tem código 3.4 para o objetivo da economia circular mas está integrada na atividade 6.15 referenciada anteriormente para o objetivo da adaptação às alterações climáticas

Em resultado da análise efetuada, e relativamente aos 6 objetivos da Taxonomia Europeia, pode concluir-se que o Grupo IP apresenta 9 atividades (2 atividades *core* e 7 atividades com reduzida expressão) potencialmente elegíveis para 3 objetivos ambientais: Mitigação das Alterações Climáticas (MAC), Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e Transição para a Economia Circular (EC).

Do total de 9 atividades desenvolvidas pela empresa potencialmente elegíveis, e atendendo à diversidade de áreas de atuação e à representatividade de cada atividade económica no seu modelo de negócio, a empresa optou por considerar no seu exercício de 2024, apenas duas das suas **atividades económicas *core*** como **elegíveis para a Taxonomia Europeia**.

Assim, para o presente exercício, e de acordo com os Anexo I e II do Regulamento (UE) 2021/2139 de 4 de junho 2021, as atividades *core* do Grupo IP (adiante identificado algumas vezes como IP por questões de simplificação) elegíveis segundo a Taxonomia Europeia, são:



De referir ainda que, a recente terceira atividade *core* da empresa, denominada Anel CAM, é uma atividade que não é considerada elegível para a Taxonomia.

Tendo em consideração as suas atividades elegíveis *core* – atividades mais representativas – a IP calculou os indicadores chave de desempenho, de acordo com a Taxonomia Europeia, relativos ao **volume de negócios (VN)**, **despesas de capital (CAPEX)** e **despesas operacionais (OPEX)** associados a essas atividades, para o ano de 2024.

Na sua avaliação e divulgação da Taxonomia Europeia, a empresa segue as definições base dos indicadores chave de desempenho (ICD) relativos ao **volume de negócios (VN)**, às **despesas de capital (CAPEX)** e às **despesas operacionais (OPEX)** constantes das seções 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do Regulamento Delegado da UE 2021/2178 (artigo 8º - Regras de divulgação comuns a todas as empresas financeiras e não financeiras), associados com as atividades económicas elegíveis tal como definidas no Regulamento Delegado da Taxonomia Europeia (EU) 2021/2139 e demais Comunicações da Comissão Europeia associadas à Taxonomia.

Indicadores de Elegibilidade

Tal como referido, e tendo em consideração as suas atividades elegíveis *core* – atividades mais representativas – a IP calculou para a atividade 6.14 e atividade 6.15, o Volume de Negócios, CAPEX e OPEX elegíveis, em 2024, para a Taxonomia Europeia.

O cálculo da elegibilidade das 2 atividades *core* do Grupo IP segundo a Taxonomia Europeia, é descrito e apresentado seguidamente, tendo-se considerado como elegível a totalidade do VN, CAPEX e OPEX.

	Volume de Negócios		CAPEX		OPEX	
	2024		2024		2024	
	10^3 euros	%	10^3 euros	%	10^3 euros	%
A. Atividades Elegíveis	1 433 362,75	**90,44%**	1 193 905,20	**96,48%**	859 506,78	**69,59%**
6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário	232 304,36	14,66%	624 737,14	50,49%	234 103,96	18,95%
6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público	1 201 058,39	75,78%	569 168,06	46,00%	625 402,82	50,64%
B. Atividades Não Elegíveis	151 461,39	**9,56%**	43 501,33	**3,52%**	375 550,90	**30,41%**
Total (A+B)	**1 584 824,14**	**100%**	**1 237 406,53**	**100%**	**1 235 057,68**	**100%**

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

O total de réditos da atividade consolidada do Grupo IP em 2024 ascendeu aos 1.584,82 milhões de euros, dos quais 1.433,36 milhões de euros (90,44%) são relativos a atividades elegíveis para a Taxonomia da UE, e 151,46 milhões de euros a atividades não elegíveis (9,56%).

Como seria de esperar, o VN das atividades da IP elegíveis para a Taxonomia Europeia está essencialmente associado às suas 2 atividades económicas *core*, representando a atividade 6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público, 75,78% do volume de negócios total, e a atividade 6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário, 14,66%.

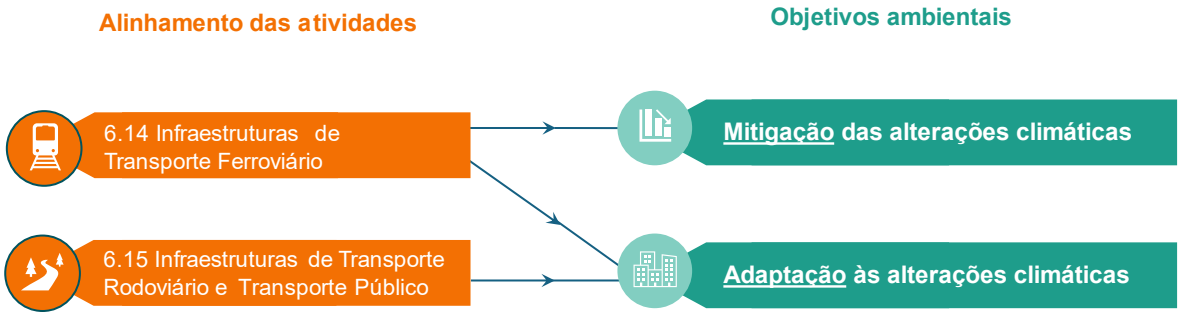
No âmbito da Taxonomia Europeia, relativamente ao CAPEX e OPEX, em 2024, a atividade consolidada da empresa ascendeu respetivamente a 1.237,41 e 1.235,06 milhões de euros. Em termos de CAPEX, 1.193,91 milhões de euros (96,48%) são relativos a atividades elegíveis, 50,49% correspondem à atividade de infraestruturas de transporte ferroviário (6.14) e 46,00% à atividade de transporte rodoviário e transporte público (6.15). Relativamente ao OPEX, 859,51 milhões de euros (69,59%) correspondem a atividades elegíveis, com 18,95% afetos à atividade de infraestruturas de transporte ferroviário (6.14) e 50,64% à atividade de transporte rodoviário e transporte público (6.15).

Alinhamento

No seguimento da análise de elegibilidade das atividades *core* da IP, foi também realizada a **avaliação do alinhamento** dessas atividades.

O exercício de alinhamento começou pela identificação dos objetivos ambientais para os quais as atividades da IP poderiam **contribuir substancialmente (CS)**.

No caso da atividade 6.14, a avaliação do alinhamento foi efetuada para os objetivos de mitigação (MAC) e da adaptação às alterações climáticas (AAC) e no caso da atividade 6.15, para o objetivo de adaptação às alterações climáticas (AAC), conforme se ilustra seguidamente.



Importa salientar que de acordo com o Regulamento (EU) 2023/2485, para o ano de 2024, o alinhamento é apenas aplicado aos objetivos de mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas, não sendo realizado o alinhamento para o objetivo da economia circular (EC).

Após aferição dos critérios de contribuição substancial para cada um dos objetivos ambientais da Taxonomia selecionados, foram ainda analisados os critérios de **não prejudicar significativamente (NPS)** nenhum dos restantes objetivos.

Por último, verificou-se o cumprimento das **salvaguardas mínimas sociais**, que pretende aferir a observância de um conjunto de normas internacionais e nacionais reconhecidas a nível de direitos humanos e condições de trabalhos, da IP como empresa.

No Anexo 4 – Relatório da taxonomia europeia do Grupo IP 2024 é apresentada a aferição do cumprimento dos critérios técnicos de avaliação relativamente:

- à contribuição substancial da atividade 6.14 para o objetivo da Mitigação das Alterações Climáticas (MAC) e de não prejudicar significativamente (NPS) nenhum dos restantes 5 objetivos ambientais;
- à contribuição substancial da atividade 6.14 para os objetivos da Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e de não prejudicar significativamente (NPS) nenhum dos restantes 5 objetivos ambientais;
- à contribuição substancial da atividade 6.15 para os objetivos da Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e de não prejudicar significativamente (NPS) nenhum dos restantes 5 objetivos ambientais;
- às salvaguardas mínimas.

Conclui-se assim que **atividade 6.14 – Infraestruturas de transporte ferroviário** se encontra **alinhada com a Taxonomia Europeia** e que **apenas a atividade 6.15 – Infraestruturas de transporte rodoviário e transporte público** relacionada com os **projetos rodoviários da IP integrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** se encontra **alinhada com a Taxonomia Europeia**.

Não sendo possível afetar diretamente a proporção do Volume de Negócios e do OPEX do Grupo IP aos projetos rodoviários que integram o PRR, apresenta-se apenas o indicador de desempenho CAPEX relativo ao alinhamento da atividade 6.15 com a Taxonomia Europeia. Consequentemente para o cálculo da atividade do Grupo IP que, em 2024, se encontra "alinhada", "elegível não alinhada" e "não elegível", considera-se, no caso do Volume de Negócio e OPEX, a atividade 6.15 como elegível para a Taxonomia, mas não alinhada.

ATIVIDADES CAPACITANTES E DE TRANSIÇÃO

De acordo com a Taxonomia Europeia uma «**Atividade económica capacitante**» é uma atividade económica que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16º do Regulamento (UE) 2020/85, ou seja, é uma atividade "qualificada como contribuindo substancialmente para um ou mais dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9º, ao potenciar de forma direta que outras atividades contribuam substancialmente para um ou mais desses objetivos, desde que esse tipo de atividade económica:

- Não conduza a uma dependência de ativos que comprometam as metas ambientais de longo prazo, tendo em conta a duração de vida útil desses ativos; e
- Tenha um impacto positivo substancial no ambiente, com base em considerações relativas ao ciclo de vida".

Neste sentido, a atividade 6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário, é considerada uma atividade capacitante de acordo com o artigo 16º do Regulamento EU 2020/852.

Também de acordo com o artigo 19º do Regulamento (UE) 2020/852, uma «**Atividade económica de transição**» é uma atividade que cumpre os requisitos do n.º2 do seu artigo 10º, ou seja, "uma atividade "para a qual não exista uma alternativa hipocarbónica viável tanto a nível tecnológico como económico, é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas, se apoiar a transição para uma economia com impacto neutro no clima que seja compatível com os esforços no sentido de limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais, nomeadamente, através da eliminação progressiva das emissões de gases com efeito de estufa, em especial emissões a partir de combustíveis fósseis sólidos, e caso essa atividade:

- Apresente níveis de emissão de gases com efeito de estufa que correspondam ao melhor desempenho no setor ou na indústria;
- Não prejudique o desenvolvimento nem a implantação de alternativas hipocarbónicas; e
- Não conduza a uma dependência de ativos de elevada intensidade de carbono, tendo em conta a duração de vida útil desses ativos."

Neste sentido a atividade 6.15 Infraestruturas de transporte rodoviário e transporte público é uma atividade de transição de acordo com o n.º2, artigo 10º do Regulamento EU 2020/852.

INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

Considerando os cálculos apresentados para o Grupo IP para o ano de 2024, a proporção de alinhamento da **atividade 6.14** com a Taxonomia Europeia é da ordem de 14,6%, 50,5% e 19% respetivamente para o Volume de Negócios (VN), CAPEX e OPEX. A proporção de alinhamento da **atividade 6.15** com a Taxonomia Europeia é de 7,5 % para o CAPEX.

	Volume de Negócios		CAPEX		OPEX	
	2024		2024		2024	
	10^3 euros	%	10^3 euros	%	10^3 euros	%
A1. Atividades Elegíveis e Alinhadas (sustentáveis)	232 304	**14,66%**	717 397	**57,98%**	234 104	**18,95%**
6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário (a)	232 304	14,66%	624 737	50,49%	234 104	18,95%
6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público (b)	nd	nd	92 660	7,49%	nd	nd
A2. Atividades Elegíveis e Não Alinhadas (não sustentáveis)	1 201 058	**75,78%**	1 193 905	**96,48%**	625 403	**50,64%**
B. Atividades Não Elegíveis	151 461	**9,56%**	43 501	**3,52%**	375 551	**30,41%**
Total (A+B)	**1 584 824**	**100%**	**1 237 407**	**100%**	**1 235 058**	**100%**

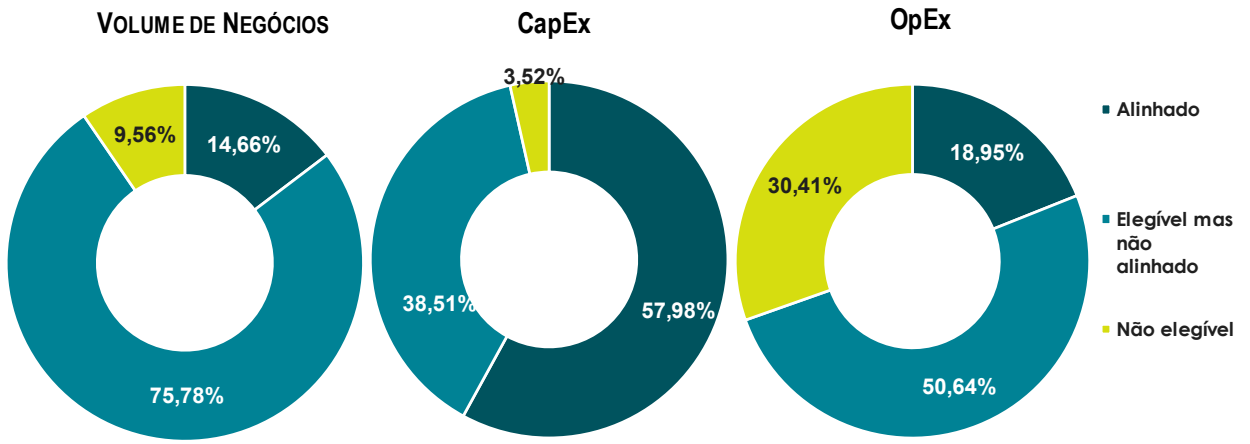
(a) Atividade considerada como alinhada conforme argumentação no capítulo 3.1 do Anexo 4 – Relatório da Taxonomia Europeia do Grupo IP 2024.

(b) Atividade considerada como não alinhada conforme argumentação no capítulo 3.2 do Anexo 4 – Relatório da Taxonomia Europeia do Grupo IP 2024.

nd – não disponível

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

Em seguida apresenta-se um infograma relativo ao alinhamento das atividades elegíveis e alinhadas do Grupo IP, em termos dos indicadores financeiros VN, CAPEX e OPEX.



No Anexo 4 – Relatório da taxonomia europeia do Grupo IP 2024 são apresentados os quadros do modelo de comunicação europeia C (2023) 3851 que altera o modelo previsto no Regulamento 2021/2178.

6.3 DIMENSÃO SOCIAL

6.3.1 EIXO DE INTERVENÇÃO 5 - CAPITAL HUMANO E TALENTO

E1.GOV-3; ESRS S1 SBM-3; S1-1; S1-2; S1-3; S1-4; S1-5; S1-6; S-7; S1-8; S1-9; S1-10; S1-11; S1-12; S1-13; S1-14
ESRS S2 SBM-3; S2-1; S2-2; S2-3; S2-4; S2-5



O **eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento** centra-se na implementação de uma política de capacitação e gestão do desempenho dos seus colaboradores, e da cadeia de valor, assegurando a proteção e a promoção da saúde e do seu bem-estar físico e mental. No Grupo IP, as pessoas são o seu ativo mais importante, sendo que a empresa conta com uma vasta diversidade de colaboradores, em termos de género, idade e função.

A IP, S.A. assumiu o papel de gestora das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, tendo incorporado os quadros de pessoal das anteriores empresas, REFER e EP, bem como os seus normativos e práticas.

O Grupo IP engloba três empresas – IP Telecom, IP Património e IP Engenharia que, apesar da sua autonomia jurídica, funcionam em articulação com a IP. Por este motivo, coexistem no Grupo IP diferentes realidades, herdadas das anteriores empresas, que partilham características sócio profissionais próprias de organizações com longa história e vocacionadas para atividades de cariz técnico e operacional.

As relações laborais são reguladas pelas disposições previstas em **Acordo Coletivo de Trabalho** (ACT) e respetivo Anexo I (Sistema de Carreiras Profissionais), celebrado entre a Infraestruturas de Portugal e outras e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do setor ferroviário e outros - Revisão global, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n. 46, de 15 de dezembro de 2024.

O ACT é, por excelência, um instrumento de dignificação das relações de trabalho, de garantia dos direitos humanos e de salvaguarda dos direitos e deveres de todas as partes.

Na empresa, destacam-se outros instrumentos de gestão de recursos humanos, nomeadamente, o **sistema de gestão e avaliação de desempenho**, o **regulamento de teletrabalho**, a **política de benefícios sociais** e o **apoio à formação**.

Não está em vigor na organização qualquer medida de integração do desempenho de sustentabilidade, em regimes de incentivos e políticas de remuneração do capital humano do Grupo IP.

O Grupo IP tem uma **taxa de sindicalização de 46%**, existindo uma estreita articulação com as organizações representativas dos trabalhadores (Comissão de Trabalhadores e Sindicatos) na definição das políticas de recursos humanos.

São privilegiados o diálogo social e a negociação coletiva com as estruturas representativas dos trabalhadores e diversos grupos profissionais, que têm um papel relevante na conformação de decisões que impactam os colaboradores.

A negociação coletiva ocorre, no mínimo, uma vez por ano. São também realizadas reuniões periódicas do Conselho de Administração Executivo (CAE) com a Comissão de Trabalhadores, sobre a estratégia e desempenho da empresa e/ou com a Direção de Capital Humano (DCH), e envolvendo outras Direções/Unidades Orgânicas, sempre que a especificidade do assunto a tratar o justifique.

O diálogo social representa uma oportunidade de conciliar os interesses da empresa e dos trabalhadores, equilibrando as necessidades das partes e contribuindo para a mobilização e motivação da força de trabalho, para identificar áreas de melhoria específicas no âmbito da estrutura profissional das diferentes forças de trabalho, salientando-se que, numa empresa com a dimensão da IP e abrangência territorial a nível nacional, a atividade local da Comissão de Trabalhadores e Sindicatos é uma colaboração fundamental para identificar necessidades específicas das diferentes funções.

O Grupo tem uma estrutura na sua organização, especificamente orientada pera esse efeito – a **Unidade de Diálogo e Enquadramento Social**, que é parte integrante da **Direção de Capital Humano**.

Em 2024, foi celebrado com todos os sindicatos representativos dos trabalhadores do Grupo IP, o acordo de revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Relativamente à cobertura de negociação coletiva e diálogo social, o **número de colaboradores com acordos de negociação coletiva é, em 2024, de 3.283**, o que representa 91,2% do total de colaboradores. Este valor representa um aumento de 0,3 p.p. relativamente ao ano de 2023 e de 1,1 p.p. comparando com o ano de 2022, confirmando a trajetória ascendente desta métrica.

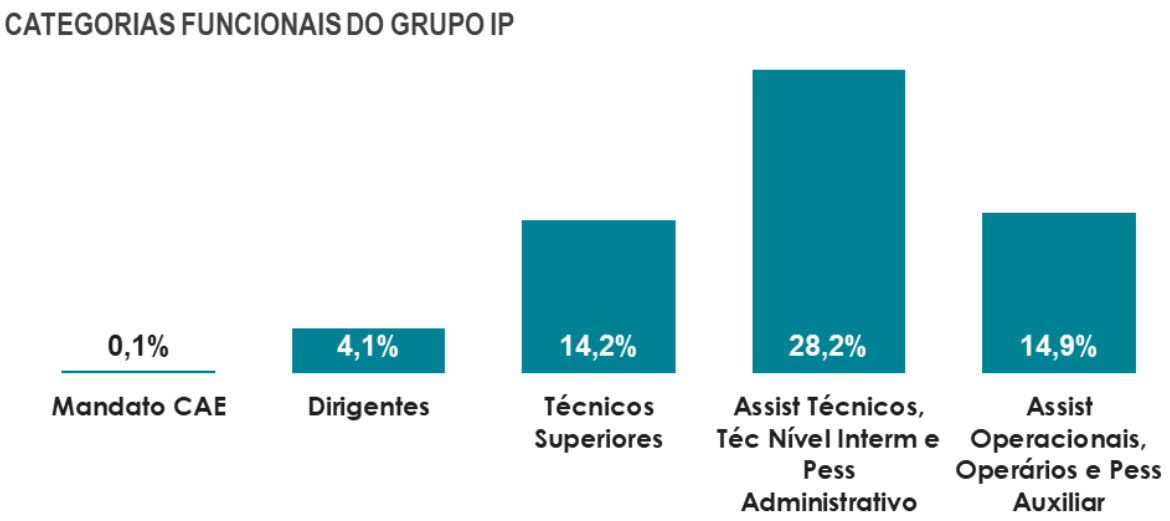
A avaliação da eficácia da forma de envolvimento da empresa com os seus próprios trabalhadores é efetuada através da aferição do **clima social** (existência de perturbações laborais ou interrupção da paz social) e quando se justifica, pela realização de **questionários** sobre o **clima organizacional**.

O Grupo IP tem também implementados **canais** para conhecer as perspetivas de colaboradores que possam ser particularmente vulneráveis ou marginalizados, como o **Canal de Denúncia** para denuncias relacionadas com o Assédio e com Irregularidades, cumprindo-se todos os procedimentos de instrução e tramitação dos processos e proteção do denunciante.

Ao nível da proteção social, todos os colaboradores do Grupo IP estão cobertos através de programas públicos e medidas complementares por parte da empresa, contra a perda de rendimentos.

No capítulo 3.4 As Nossas Pessoas são também apresentados alguns indicadores que complementam a descrição da mão de obra própria do Grupo IP.

Em 2024, o Grupo IP empregava 3.604 colaboradores (considerando o CAE), distribuídos por cinco categorias funcionais[7].



As atividades do Grupo IP são quase na totalidade exercidas por colaboradores internos, não sendo recolhida informação detalhada de colaboradores que não sejam empregados (não assalariados), cujo número é residual. Ainda assim, recolheram-se dados que permitissem responder parcialmente a esta questão, e que se apresentam na tabela seguinte.

[7] Os indicadores divulgados no âmbito social baseiam-se em metodologias e pressupostos próprios do contexto RH a partir do acompanhamento e análise de execução de orçamento de custos com pessoal, elaboração de indicadores de gestão (permitindo o estudo pelos fatores relevantes em cada domínio) e auditorias ao processamento salarial e à classificação da prestação de trabalho

CARACTERÍSTICAS DOS NÃO ASSALARIADOS, NA MÃO DE OBRA PRÓPRIA DA EMPRESA	2022	2023	2024
Número de trabalhadores	84	75	42

Nota: Para a contabilização dos trabalhadores temporários foi considerado o número de contratos realizados

Em 2024, o total de trabalhadores temporários era de 42. A larga maioria dos colaboradores (99%) tem contrato sem termo, recorrendo-se muito pontualmente e em situações devidamente justificadas, e autorizadas, a contratos a termo.

No capítulo IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental da Parte V – Relatório do Governo Societário 2024, pode encontrar-se informação mais detalhada sobre alguns componentes do presente capítulo.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

TÓPICO	TEMA MATERIAL (SUBTÓPICO)	SUB-SUBTÓPICO	IRO	CLASSIFICAÇÃO	CADEIA DE VALOR	HORIZONTE TEMPORAL
S1 - Trabalhadores Próprios	Condições de trabalho	Equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal	Sistema de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Impacte Positivo	OD	CP | MP | LP
	Igualdade de tratamento e oportunidades para todos	Formação e desenvolvimento de competências	Requalificação de trabalhadores associada à necessidade de novas competências	Impacte Positivo	M | J	CP | MP | LP
			Perda de competitividade e produtividade associada à saída de competências (não retenção de talento e reformas)	Risco Financeiro	OD	CP | MP
S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor	Condições de trabalho	Saúde e segurança	Garantia das condições de segurança no trabalho, através de planos de segurança	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Critérios *HSE* na avaliação de fornecedores/ prestadores de serviço	Impacte Positivo	M | OD	CP | MP
			Garantia de trabalho digno	Impacte Positivo	M	CP | MP | LP

TRABALHADORES PRÓPRIOS

Condições de trabalho

Equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal

Políticas, ações e desempenho

O Grupo IP tem uma política de saúde, segurança e bem-estar que incorpora um conjunto de medidas, programas e iniciativas. Destacam-se, entre outros, o **programa de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal**, as **políticas de parentalidade**, o **plano de benefícios sociais**, as **campanhas de vacinação da gripe** sazonal, o **programa de assistência aos trabalhadores** em questões de saúde mental e diversas iniciativas para a **melhoria das condições de trabalho**.

Em 2024, manteve-se em vigor o **Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal**, desenvolvido em conformidade com os requisitos da norma NP 4552.

O processo de certificação do Grupo IP e suas participadas (IPE, IPP e IPT) no Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, de acordo com a norma NP4552:2012, foi desenvolvido em 2024, contemplando um conjunto de ações programáticas, das quais se destacam:

- Plano de comunicação e promoção das medidas de conciliação existente no Grupo;
- Auscultação às partes interessadas (PI), com vista a aferir níveis de satisfação face às medidas em vigor, bem como proceder à identificação das suas necessidades e expectativas, concretizada através do envio de questionários *online*, ou em papel, para os trabalhadores com acesso limitado ao digital;
- Divulgação dos principais resultados obtidos na auscultação às partes interessadas, assinalando-se as medidas mais valorizadas pelos trabalhadores, como os benefícios dirigidos aos descendentes, a vacina da gripe na área da saúde e bem-estar e o teletrabalho no âmbito da organização e acesso ao trabalho. A mobilidade funcional/geográfica e a abrangência de certas medidas surgiram como temas a melhorar;
- Foram ainda realizadas ações de sensibilização com informação sobre o SGC, o seu propósito e vantagens.

No que respeita à monitorização do desempenho do SGC realizado em 2024, salientam-se a taxa de participação dos trabalhadores nos questionários de satisfação (26%) e a taxa de participação dos trabalhadores nas sessões de sensibilização (21%), as quais se podem considerar com significado no contexto de uma empresa com a dimensão da IP.

Uma vez que a IP fomenta e preserva uma **cultura organizacional que valoriza a conciliação entre trabalho, família e vida pessoal**, este tema está refletido também noutras práticas disponíveis para os seus colaboradores, das quais se destacam as seguintes:

- **Mobilidade interna**, permitindo a aproximação dos colaboradores à sua área de residência, através da deslocalização do posto de trabalho relativamente ao local onde se encontra sediada a respetiva equipa.

No que respeita aos processos de mobilidade geográfica e funcional, em 2024, ocorreram 41 situações de mobilidade entre diferentes Direções.

Também tendo em consideração os pedidos dos trabalhadores, refira-se no ano de 2024, 44 processos de alteração geográfica de local de trabalho, maioritariamente com o objetivo de aproximação das respetivas zonas de residência.

- **Creche/infantário nas instalações da sede**, no Pragal, facilitando a conciliação entre a vida profissional e familiar dos colaboradores, que aí trabalham.

Em 2024 verificou-se um aumento expressivo de colaboradores a beneficiar do Infantário ("O Ninho"), passando de 17 colaboradores, em 2023, para 63 colaboradores.

- **Apoio à educação**, abrangendo o incentivo à frequência do ensino pré-escolar, a atribuição de bolsas de mérito escolar e a organização de atividades destinadas aos descendentes dos colaboradores.

Em 2024 verificou-se um aumento do numero de colaboradores a beneficiar da atribuição de bolsa de mérito, de 414 colaboradores, em 2023, para 452 colaboradores.

- **Incremento de uma parentalidade positiva e partilhada**, através de:
  - Medida "+ Pai" – com atribuição de um bónus de dois dias por cada período de 30 dias consecutivos gozados pelo pai no âmbito da licença parental inicial, para além dos 15 dias obrigatórios que este tem direito a gozar, até ao máximo de quatro dias de bónus.
  - Brochura "Direitos e Deveres" – com a sistematização e divulgação ao público IP de informação legal (Código do Trabalho) sobre os direitos e deveres em matéria de parentalidade.
  - Cartão "Parabéns Pais" - trata-se de um cartão em suporte papel, remetido para o domicílio do/a colaborador/a, que parabeniza a família pelo nascimento do seu bebé.
  - Acolhimento do/a colaborador/a após o gozo da licença parental – com o objetivo de sensibilizar e vincular a chefia direta do/a colaborador/a para a necessidade de planear o seu acolhimento e de transmitir conteúdos informados e adaptados à especificidade da situação de regresso ao trabalho.

Em 2024 gozaram licença parental um total de 115 colaboradores, dos quais 35 do sexo feminino e 80 do sexo masculino, representando respetivamente 4% e 3% do total de colaboradores do sexo feminino e masculino abrangidos.

- **Adaptabilidade de horário de trabalho**:
  - Horários Flexíveis e dispensa mensal até metade do período normal de trabalho para créditos de tempo equivalente;
  - Teletrabalho, a empresa tem em vigor, desde outubro de 2022, o regime de Teletrabalho, que tem por base o Regulamento Interno de Teletrabalho. Esta medida marca uma nova fase na organização do trabalho na empresa, e que constitui um contributo essencial para a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal dos trabalhadores e trabalhadoras. A aplicação do Regulamento Interno de Teletrabalho considera o equilíbrio das necessidades individuais e coletivas, constituindo um regime que privilegia a alternância entre trabalho presencial e não presencial, continuando a assegurar a proximidade entre colegas e equipas, a partilha do conhecimento, a eficiência e a eficácia dos processos de trabalho.

No ano de 2024, cerca de 1.700 trabalhadores da IP mantiveram-se em regime de Teletrabalho.

- **Serviços nas instalações da sede da empresa**, onde se concentra quase 25% dos trabalhadores do Grupo IP, e que são facilitadores das rotinas diárias, destacando-se os espaços de refeitório e bar, as acessibilidades (autocarros dedicados para acesso a estações de ferroviárias e espaços comerciais), o ginásio e serviços diversos (lavandaria/engomadoria, sapateiro, manicure, venda de produtos hortícolas/biológicos, padeiro, farmácia, entre outros), médico de Clínica Geral (disponível duas vezes por semana para indisposições pontuais ou prescrição de receituário, mediante consulta de avaliação com historial de medicação habitual).

Em 2025, o Grupo IP irá continuar a sua **Política de Conciliação**, trabalhando no sentido de manter a certificação, garantindo os compromissos assumidos na revisão pela gestão, ou seja, um Programa para a Conciliação que responda aos aspetos elencados pelas partes interessadas, nomeadamente, quanto à definição de medidas que permitam responder a necessidades específicas de trabalhadores que exercem funções de caráter operacional e/ou em contexto de laboração contínua e, também, em estruturas descentralizadas (fora do âmbito geográfico da sede).

O **Plano de Benefícios Sociais** que tem sido aplicado na empresa nos últimos anos e em vigor em 2024, tem como objetivo de proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios complementares à remuneração, abrangendo áreas sociais essenciais, como saúde, educação, cultura e desporto. Realça-se que todos os colaboradores da mão de obra própria estão cobertos por proteção social contra perda de rendimentos, em caso de doença, desemprego após abandonar a empresa, por acidente de trabalho e/ou incapacidade adquirida, licença parental e reforma.

Os benefícios com maior representatividade dentro do Grupo IP e relativamente aos colaboradores assalariados em 2024, são o Seguro de Acidentes Pessoais com 100% de abrangência, o Seguro de Saúde, com 92,3% e a Acessibilidade ao Campus IP, com 63,1%.

Importa ainda destacar que apesar de não integrar o plano de benefícios sociais, a empresa tem também um **Programa de Apoio ao Trabalhador (PAT)**, no âmbito da saúde mental, que consiste no aconselhamento e acompanhamento dos trabalhadores realizado por técnicos especializados, no sentido de poder dar uma resposta orientada, estruturada e consolidada, a questões de cariz psicológico e emocional com que os/as trabalhadores/as possam ter dificuldades em lidar, contribuindo para ajudar a ultrapassá-las e a devolver-lhes maior tranquilidade e restabelecer o bem-estar.

Igualdade de tratamento e oportunidades para todos

Formação e desenvolvimento de competências

Políticas, ações e desempenho

A atividade *core* do Grupo IP centra-se na disponibilização e operação das redes rodoviária e ferroviária, que inclui as atividades de comando e controlo da circulação ferroviária e de manutenção das infraestruturas. Estas atividades estão associadas maioritariamente a características de pendor técnico, operacional e com marcada exigência física e dispersão geográfica. Assim, a representatividade entre homens e mulheres apresenta valores assimétricos, sendo mais acentuada nos grupos profissionais relativos ao controlo da circulação ferroviária ou à conservação do estado das infraestruturas, onde se verificam também níveis mais elevados do tempo de serviço.

Funções	Efetivo 2024 (número)			Peso (género)	
	F	M	Total	F	M
Dirigentes	92	147	239	38%	62%
Técnicos Superiores	486	617	1 103	44%	56%
Assistentes Técnicos, Técnico Nível Intermédio e Pessoal Administrativo	244	1 101	1 345	18%	82%
Assistentes Operacionais, Operários e Pessoal Auxiliar	51	860	911	6%	94%
Total	**873**	**2 725**	**3 598**	**24%**	**76%**

Acresce referir que a idade média no Grupo IP se situa acima dos 50 anos, uma situação agravada pela restrição à admissão de novos trabalhadores no setor empresarial do estado entre 2011 e 2016, e que só a partir de 2020, se começaram a recuperar os processos regulares de renovação do efetivo.

Este contexto, contribui também para que o Grupo IP evidencie ainda um significativo desequilíbrio na distribuição por género, registando, desde 2016, uma proporção de cerca de **3 homens por cada mulher**, a que não é alheio o facto dos grupos profissionais mais representativos serem exatamente os que constituem as carreiras mais operacionais.

O Grupo IP assume um compromisso em matéria de igualdade de género, materializado através do **Plano para a Igualdade**, o qual tem como objetivos:

- Reconhecer explicitamente que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito elementar, pelo que se devem implementar políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade;
- Promover uma mudança na cultura da organização que integre a igualdade nos seus atos de gestão;
- Reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro.

No âmbito das habilitações literárias, verifica-se que o maior peso do género feminino é nos graus de habilitação mais elevados, ou seja, no ensino superior, onde ultrapassa os 40%. Embora também se verifique um peso expressivo no 1º ciclo do ensino básico, tal deve-se a uma categoria profissional muito específica – Operador de Manobras, onde se enquadram as antigas carreiras de "Guarda de Passagem de Nível" – colaboradores com nível de antiguidade elevado na empresa e tendencialmente com baixo nível de qualificação, e tradicionalmente era assegurado por mulheres, que constituíram há algumas décadas, o campo de recrutamento privilegiado para esta função.

Habilitações Literárias	Efetivo 2024			Peso (género)	
	F	M	Total	F	M
1º ciclo do ensino básico	15	43	58	26%	74%
2º ciclo do ensino básico	2	150	152	1%	99%
3º ciclo do ensino básico	33	528	561	6%	94%
Ensino Secundário	226	1 181	1 407	16%	84%
Ensino Superior	597	823	1 420	42%	58%
Total	**873**	**2 725**	**3 598**	**24%**	**76%**

Refira-se ainda que, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n. 18/2014, de 7 de março, que consagra a adoção de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, o Grupo IP tem acompanhado a situação e elaborado periodicamente um relatório, onde se procede ao diagnóstico das remunerações dos seus trabalhadores, de modo a identificar e mitigar situações de desigualdade salarial associadas ao género.

Ao nível salarial, verifica-se que as diferenças se mantiveram em 2024, ou seja, nos diferentes grupos profissionais verifica-se que em todos os segmentos, o género masculino, continua com uma remuneração média superior, notando-se, porém, que o *gap* diminuiu relativamente ao ano de 2023.

Funções	Remuneração Média Mensal (€)			Gap 2023 (%)	Gap 2024 (%)
	F	M	Gap (M-F)		
Dirigentes	3 430	3 508	77	5%	2%
Técnicos Superiores	2 370	2 466	97	5%	4%
Assistentes Técnicos, Técnicos de Nível Intermédio e Pessoal Administrativo	1 372	1 505	133	8%	10%
Assistentes Operacionais, Operários e Pessoas Auxiliares	921	1 062	141	20%	15%
Média Global	**2 118**	**1 691**	**- 427**	**- 21%**	**- 20%**

Relativamente às remunerações de cargos dirigentes, as diferenças devem-se ao facto de a empresa ter uma maior representatividade de homens nos cargos de responsabilidade – facto ainda influenciado por fatores de preponderância da formação em "engenharia" neste grupo, herdada do passado – sendo, no entanto, de referir, que as mulheres colocadas neste tipo de cargo, mesmo que em menor número, têm remunerações equivalentes e ocupam cargos de eminente pendor técnico e tecnológico.

Ainda no âmbito da igualdade, de referir que a IP integra também o **Fórum Organizações para a Igualdade (IGEN),** promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pelas organizações aderentes, comprometendo-se anualmente a desenvolver ações de promoção da igualdade de género com metas quantitativas.

Em termos da igualdade de oportunidades, verifica-se que o número de pessoas com deficiência se manteve estável[8], em 2024, apesar da ligeira redução no número de colaboradores face ao ano anterior.

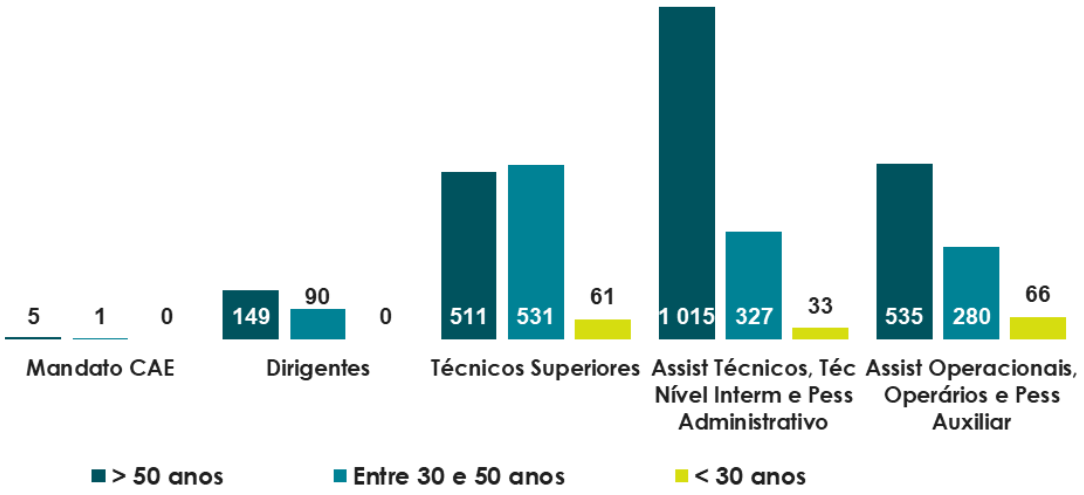
	Género	2022	2023	2024
Número de colaboradores com deficiência	Feminino	32	35	32
	Masculino	53	62	65
	Total	**85**	**97**	**97**

A IP assegura ainda, complementarmente, o compromisso com a Carta Portuguesa para a Diversidade e com o GRACE, no sentido de contribuir para uma sociedade mais responsável e integrativa, através do desenvolvimento de iniciativas do foro da responsabilidade social, com impactos visíveis e concretos, em articulação com outros *stakeholders*.

[8] Os dados foram obtidos através da % de incapacidade reconhecida oficialmente para efeitos fiscais.

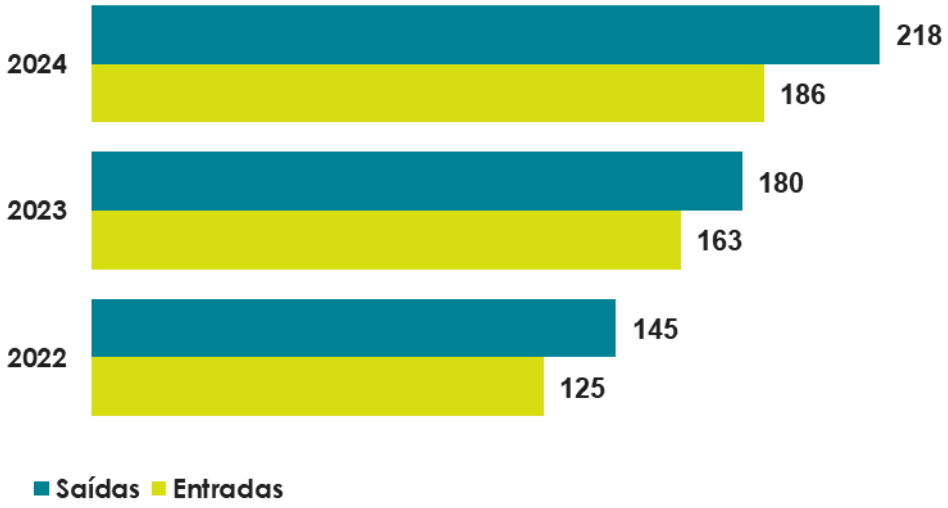
No âmbito da **formação e desenvolvimento de competências**, importa salientar que um dos grandes desafios deste século, e que constitui também um dos grandes desafios para o Grupo IP, está enquadrado neste eixo de intervenção e está relacionado, por um lado, com envelhecimento da população e, por outro, com a necessidade de aquisição de novas competências. Apesar de a idade média do efetivo do Grupo IP ser um pouco superior a 51 anos, tem-se mantido constante nos últimos anos.

ESTRUTURA ETÁRIA GRUPO IP



Apesar do esforço que tem sido feito nos últimos anos em recrutar novos colaboradores, continua a haver um défice de novas entradas, sendo nos anos de 2022, 2023 e 2024, o número de saídas superior às entradas.

EVOLUÇÃO DAS ENTRADAS E SAÍDAS



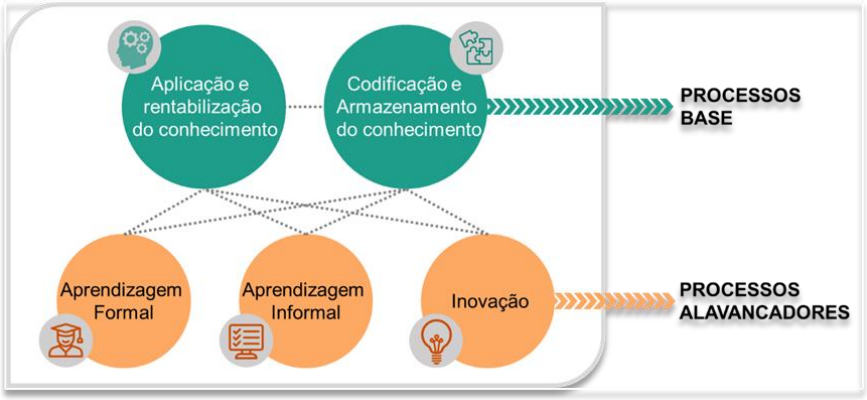
ÍNDICES DE ROTATIVIDADE	2022	2023	2024
Taxa de rotatividade Efetivo final / (Efetivo inicial + Entradas + Saídas)	93%	91%	89%
Taxa de Cobertura (Entradas / Saídas x 100)	86%	91%	85%
Taxa de Mobilidade Total (Entradas + Saídas) / Efetivo final x 100	7,4%	9,5%	11,0%

A rotatividade da força de trabalho, associada à dificuldade de retenção de talento e à reforma dos colaboradores, tem levado à saída de competências da empresa, com consequências na perda de competitividade e produtividade.

Neste sentido, a capacitação dos colaboradores, é um instrumento fundamental para o Grupo IP no âmbito da gestão de talento, que tem tido um impacte notório ao nível da requalificação de colaboradores face às exigências de novas competências, num contexto marcado por uma constante evolução. Neste âmbito, destacam-se em seguida alguns instrumentos e iniciativas de **gestão de talento e desenvolvimento de carreira e conhecimento** promovidas pela empresa.

INSTRUMENTOS	ESTADO (CONCLUÍDO, CONTÍNUO)	DESCRIÇÃO
Plataforma emForma	Contínuo	Plataforma para a gestão do desenvolvimento dos colaboradores, onde reside a oferta formativa disponível, construída pela Academia, depois de identificadas as necessidades de desenvolvimento individuais e de equipa e registada toda a formação realizada. A oferta de formação tem sido diversificada e abrangente, incluindo a aquisição de novas competências, como por exemplo, em inteligência artificial, cibersegurança e sustentabilidade, procurando a IP dotar os seus colaboradores de conhecimento e ferramentas para fazer face aos novos desafios. Pretende-se a breve prazo introduzir melhorias que configuram um *upgrade* da plataforma, como sejam a interatividade da aplicação pela criação de canais de comunicação específicos com formandos, formadores e chefias e ainda a criação de uma biblioteca de conteúdos que posicionará a plataforma como precursora de gestão do conhecimento.
Programa ReconheSer	Concluído 31/12/23; extensão até 31/01/24 devido ao sucesso do projeto.	Programa de Reconhecimento lançado em outubro de 2023 destinado a estimular as práticas de reconhecimento na IP, incentivando os colaboradores a estarem atentos uns aos outros e darem um feedback positivo sempre que observam comportamentos alinhados com os valores da empresa. O Programa constitui uma oportunidade para tornar o Reconhecimento um hábito saudável, fomentando uma cultura positiva na empresa. A edição do ReconheSER de 2023 obteve reconhecimento público, feito pelo Presidente da IP, no evento de aniversário da empresa em junho de 2024.
Via Excelência	Contínuo	À semelhança do ano anterior, em 2024 consolidou-se mais um ciclo do Sistema de Gestão do Desempenho (SGD), tendo a campanha deste ano decorrido dentro do calendário previsto. Reforçou-se a importância para a IP e seus colaboradores, da existência de um sistema sólido e estruturado que sustente o desenvolvimento profissional e a evolução na carreira do conjunto dos seus colaboradores. Todos os colaboradores (100%) estão sujeitos a análises regulares de desempenho de carreira.
Programa *Onboarding* "Somos IP"	Contínuo	O Programa de *Onboarding* pretende facilitar a integração dos novos colaboradores, transmitir os conhecimentos gerais das atividades geridas pelo Grupo IP, ajudá-los a estabelecerem redes de contacto forte e duradouras, que lhes permitam uma maior facilidade de relacionamento com as respetivas direções, contribuindo para que se sintam bem na IP e para quererem continuar a crescer na empresa (retenção de talento). A implementação deste Programa deve-se ao trabalho conjunto de 2 direções: Direção de Capital Humano (DCH) e Desenvolvimento Organizacional (DDO).

A **gestão do conhecimento organizacional na IP** compreende todas as competências, experiências e saberes profissionais que os seus colaboradores possuem para resolver problemas no contexto de trabalho. Esta gestão do conhecimento organizacional assenta em dois processos base, a aplicação e rentabilização do conhecimento e sua codificação e armazenamento, e em três processos alavancadores, i) a aprendizagem formal, ii) a aprendizagem informal e iii) a inovação.



A disponibilização e partilha do conhecimento organizacional são predominantemente realizadas na *intranet*, onde se encontram, nomeadamente: processos, normativos (manuais, procedimentos e instruções técnicas), notícias, boas práticas, etc. Acresce a informação depositada nos cadastros técnicos, centros de documentação e outros acervos documentais que no seu conjunto constituem as bases de dados e diretórios de conhecimento da IP.

Em termos dos processos alavancadores, a aprendizagem formal visa a capacitação e o desenvolvimento de competências individuais. É um processo planeado, monitorizado e avaliado de forma estruturada e sistemática, podendo decorrer interna ou externamente à IP.

A aprendizagem informal visa igualmente a capacitação e o desenvolvimento de competências, mas é um processo muito mais vasto, emergente, dinâmico e fundamentalmente colaborativo. Inclui a participação em equipas de trabalho e projetos, práticas de "*lessons learned*", a troca de informação entre colegas, contactos com *stakeholders* externos nacionais e internacionais, clientes e fornecedores, autoaprendizagem, mobilidade funcional, entre outros.

Por fim, o terceiro processo alavancador é a inovação, e visa a adaptação da organização às mudanças externas através da implementação de novas soluções tecnológicas e novas formas de gestão e de organização dos processos e sistemas de trabalho.

Neste contexto, importa destacar o Programa *Tools4us*, lançado em 2024, cujos principais objetivos consistem em:

- Ajudar a comunidade IP a acompanhar a evolução tecnológica ao serviço da eficiência das organizações, recorrendo à utilização de ferramentas como a inteligência artificial (IA) e *Robotic Automation Processing* (RAP), entre outras;
- Aproveitar as oportunidades e os recursos que já existem ao dispor da empresa, promovendo a transformação das formas de trabalhar, em particular, nos processos corporativos e de gestão;
- Promover o potencial individual e das equipas impulsionadoras desta transformação;
- Aumentar a literacia digital da comunidade IP.

O Programa *Tools4us* compreende 4 tipologias de medidas:

- Rede de abastecimento – sessões coletivas *online* de aquisição/atualização de informação sobre soluções disponíveis;
- Comunidade *Tools4us* – fórum virtual que junta pessoas com necessidades semelhantes e aptidão/interesse por explorar novas ferramentas e soluções;
- *Power Challenges* – concurso de soluções com recurso a ferramentas disponíveis para resolver desafios de eficiência;
- FAQ – espaço virtual de partilha, esclarecimento de dúvidas, com o propósito de aumentar a literacia digital.

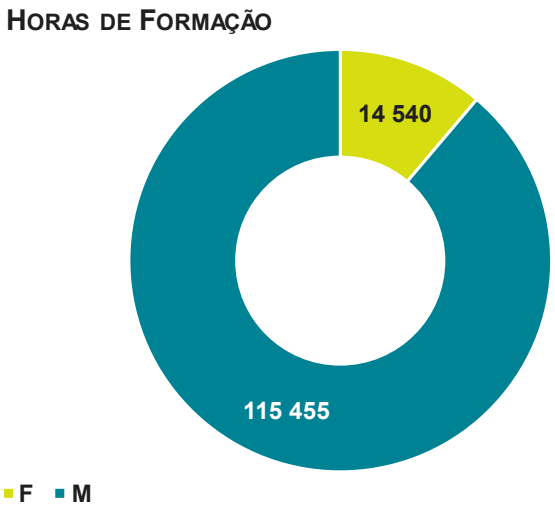
Em 2024, no âmbito da iniciativa *Power Challenges*, foi lançado aos colaboradores do Grupo IP, o desafio *Power Automation Challenge*, incentivando-os a criar soluções para promover a eficiência de atividades administrativas ou operacionais, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial Generativa ou de Automação, que traduzam o atual paradigma tecnológico, que dá mais autonomia aos utilizadores no desenvolvimento de soluções. Foram cinco as propostas selecionadas, algumas em protótipo, outras já implementadas, que se destacam pelo impacto e transformação nas atividades alvo ou pelo seu caráter disruptivo e inovador.



A grande vencedora desta primeira edição foi a equipa CATM1, que desenvolveu uma aplicação de apoio às inspeções aos postes de catenária. A nova solução representa uma melhoria significativa para a realização desta atividade ferroviária, permitindo aos técnicos da IP ganhos ao nível da rapidez e eficiência, com libertação do tempo ocupado com atividades administrativas.

A IP irá continuar a promover este tipo de iniciativas, que reforçam o seu compromisso com a inovação e com o desenvolvimento contínuo das competências individuais e organizacionais, essenciais para capturar o valor das novas soluções digitais, como é o caso da IA Generativa.

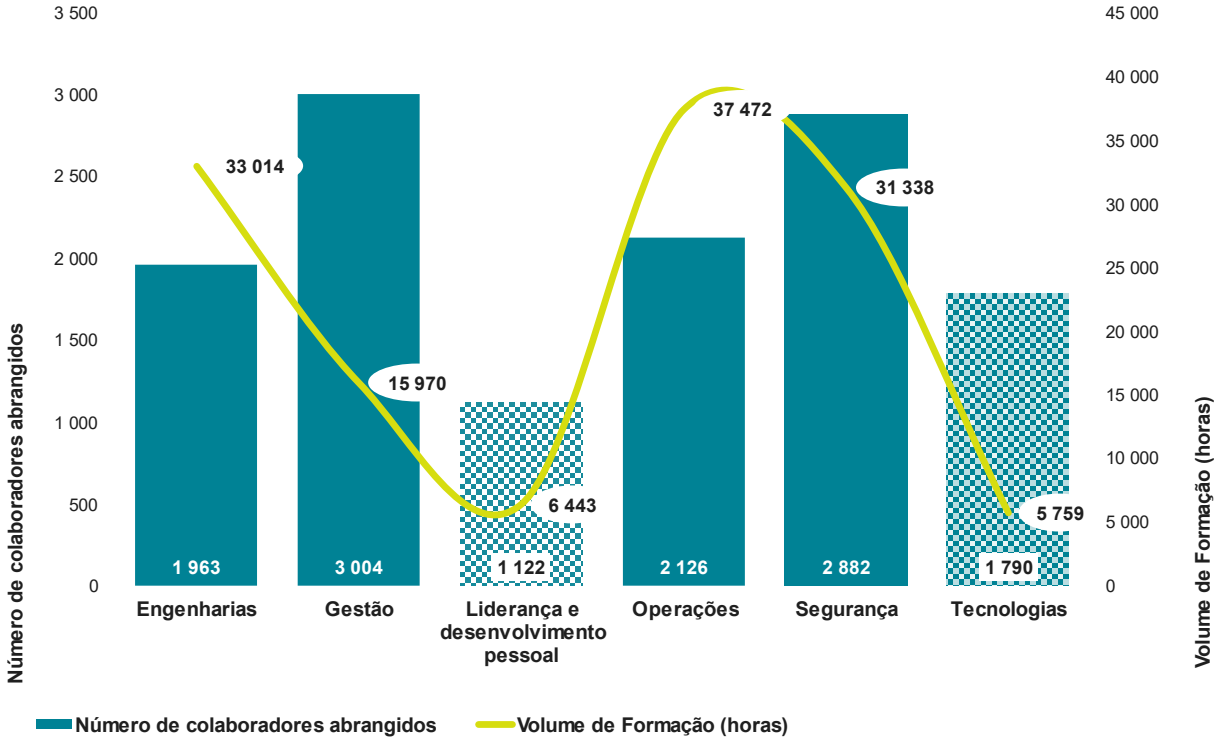
A IP tem igualmente uma aposta significativa na atividade formativa do seu capital humano, em várias áreas do conhecimento, destacando-se quer a abrangência do número de colaboradores quer o elevado número de horas de formação.



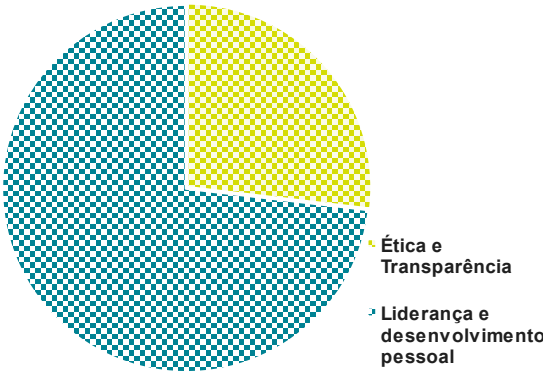
No ano de 2024, a atividade formativa abrangeu 12.887 formandos, correspondendo a 129.995 horas de formação em várias áreas do conhecimento, com uma distribuição de 14.540 horas ministradas a colaboradoras mulheres e 115.455 horas a colaboradores homens.

A formação e as iniciativas de desenvolvimento pessoal distribuíram-se em seis áreas de conhecimento principais: Engenharias, Gestão, Liderança e Desenvolvimento Pessoal (LDP), Operações, Segurança e Tecnologias, conforme representado no gráfico abaixo.

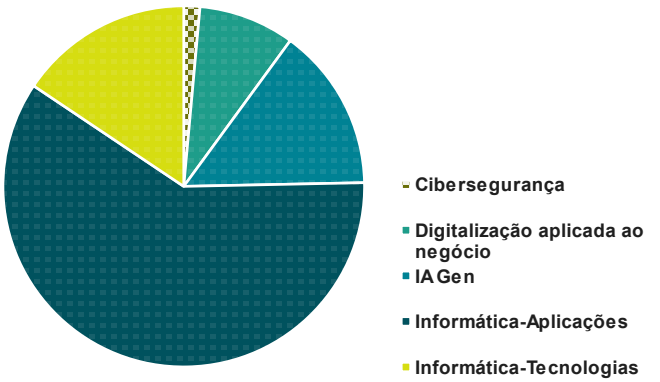
ÁREAS DE CONHECIMENTO DAS FORMAÇÕES



VOLUME DE FORMAÇÃO EM LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO PESSOAL



VOLUME DE FORMAÇÃO EM TECNOLOGIAS



A área de conhecimento das **Engenharias** (33.014 horas) inclui a formação em digitalização aplicada ao negócio e a formação realizada em todas as especialidades técnicas rodo e ferroviárias, representando esta última, o maior grupo em termos de formação de atualização e desenvolvimento do conhecimento técnico interno.

A área de **Gestão** (15.970 horas) abrange as formações destinadas a todos os colaboradores da IP em áreas transversais e de suporte, como sejam Gestão, Jurídica, Contratação, Recursos Humanos, Qualidade, de acordo com as necessidades e objetivos de desenvolvimento individuais e/ou organizacionais.

A formação em **Liderança e Desenvolvimento Pessoal** (6.443 horas), engloba tanto as formações em **desenvolvimento pessoal** quanto nas áreas da **ética e transparência**. A área de Desenvolvimento Pessoal promove o desenvolvimento de competências pessoais dos colaboradores, alicerçada numa forte componente prática e experiencial, que procura também desenvolver competências não técnicas para operacionais. Por sua vez, a área de **Ética e Transparência**, envolve os tópicos de prevenção da corrupção, proteção de dados, ética, inclusão, diversidade, responsabilidade social, estratégia ESG e conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

A área de conhecimento da **Segurança** (31.338 horas)**,** engloba os temas de Segurança Ferroviária, Segurança Rodoviária, Segurança no trabalho e Segurança de pessoas e bens. O Sistema de Gestão de Competências de Segurança – SGCS surge em resposta ao Regulamento Delegado 2018/762, de 8 de março de 2018, e à Diretiva (EU) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho e visa garantir que os trabalhadores que realizam atividades consideradas relevantes no âmbito da segurança do sistema ferroviário, têm as competências adequadas para o desempenho das suas funções, podendo assim contribuir de forma efetiva para a concretização dos objetivos de segurança a que a IP se propõe e para a promoção de uma cultura de segurança no Grupo IP.

A área de **Operações** (37.472 horas) inclui formação em Comando e Controlo da Circulação, juntamente com Operações Rodoviárias, em que estão incluídas as ações de formação inicial e de reciclagem, que conferem e mantêm a habilitação para o exercício de funções críticas identificadas no âmbito do SGS.

Por fim, a área de **Tecnologias** (5.759 horas) abrange formação em **digitalização aplicada ao negócio**, **IA Generativa** e **cibersegurança**.

Nesta área, a aposta tem sido no desenvolvimento de competências instrumentais dos colaboradores da IP para a utilização das aplicações do negócio ou de suporte, e no desenvolvimento de competências de programação e desenvolvimento aplicacional.

Relativamente à cibersegurança, a Academia IP reforçou o compromisso com este tema, continuando a disponibilizar quatro iniciativas formativas desenvolvidas internamente sobre *Phishing, Malware*, Palavras-passe e Resposta a Incidentes Cibernéticos. Em 2024 estas iniciativas consistiram em ações *online* de curta duração, com o objetivo de sensibilizar para boas práticas sobre cibersegurança.

As ações de formação na área da digitalização aplicada ao negócio / transformação digital, envolveram 30 colaboradores da IP e representaram um total de 500 horas de formação.

Inserida nesta temática, realizou-se em 2024, formação especializada em tecnologias de ponta para 4 colaboradores, para a recolha de dados, processamento e geração de produtos fotogramétricos com *drones*.

Na área da **Digitalização da Formação**, em 2024, a empresa continuou a apostar na capacitação de gestores de formação e formadores, em planeamento e desenho de experiências de aprendizagem em ambientes digitais.

Foram adaptados módulos de formação presencial para *e-learning* e conceberam-se novos módulos:

- 2 cursos na área da **Segurança Ferroviária**: curso Nível NE da IET 77 e curso de Alterações ao RGSXII - Nova IET 12, que promove a aplicação das novas orientações nos contextos de trabalho;
- 1 curso digital sobre **Circulação Alternada** para integrar em formações no âmbito da Segurança do trabalho na rodovia e sua proximidade;
- 1 curso sobre **Desenho e Desenvolvimento de Recursos Digitais** que tem como principal objetivo desenvolver as competências audiovisuais e multimédia dos formadores IP;
- 1 curso sobre a aplicação de **Suporte dos Sistemas de Informação** "IPResolve", com apresentação do passo a passo, relativamente aos procedimentos necessários para o preenchimento e validação de pedidos de serviços informáticos;
- 1 curso *e-learning* gamificado sobre o **Regime Geral de Prevenção da Corrupção**.

Estes são recursos versáteis, a utilizar em diferentes contextos de formação (*e-learning* síncrono e assíncrono, presencial e *blended*) que proporcionam uma abordagem flexível e adaptável e contribuem para melhorar a qualidade das nossas estratégias pedagógicas e a sua adaptação a estilos e preferências de aprendizagem de um público mais jovem.

Em conclusão, pode observar-se que as **ações de formação** que decorreram em 2024, tiveram a preocupação de cobrir vários **Temas Materiais da IP**, em particular, temas sociais e de governança, designadamente, a **segurança**, a **ética e transparência**, com ações relacionadas com corrupção e suborno e critérios ESG, a **cibersegurança** e a **inovação**.

Por último, importa salientar que nos últimos anos, e como já referido, a IP tem feito um esforço muito significativo na renovação da sua estrutura de capital humano, sendo por isso essencial a efetiva e rápida integração dos novos colaboradores na organização.

Para promover o **acolhimento dos novos colaboradores** são desenvolvidas anualmente um conjunto de iniciativas, tais como a dinamização de sessões de apresentação das Unidades Orgânicas, apresentação ao CAE, sessões de apresentação entre colegas recém-admitidos e um Encontro Anual, para partilha de experiências e estabelecimento de uma rede de *networking*.

O Programa “Somos IP 2024” envolveu, neste ano, cerca de 300 novos colaboradores admitidos em 2023 e 2024 e representou 2.220 horas de formação.

TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR

Condições de Trabalho

Saúde e Segurança

Políticas, ações e desempenho

O Grupo IP possui diversas políticas relacionadas com as condições de trabalho dos trabalhadores da sua cadeia de valor. Estas constituem obrigações legais, mas também decorrem de procedimentos internos que visam proteger os trabalhadores e garantir que são adotadas as melhores práticas de saúde e segurança no trabalho, abrangendo temas sociais, de segurança e de ambiente.

A garantia das condições de trabalho dos trabalhadores da cadeia de valor é acautelada através de modelos de declarações, a assinar pelos prestadores de serviço, para efeitos do cumprimento da legislação ambiental, laboral e social.

No âmbito dos critérios HSE (*Health, Safety and Environment*), o Grupo IP define nos seus cadernos de encargos, um conjunto de obrigações, tarefas, procedimentos e especificações técnicas a que se vinculam o adjudicatário e o adjudicante, no sentido de garantir a saúde e a segurança dos trabalhadores, durante a execução das obras ou das prestações de serviços.

O **Plano de Segurança e Saúde (PSS)** é um documento essencial na execução das empreitadas, garantindo a implementação das normas de segurança e saúde no trabalho. Deve ser elaborado e desenvolvido pelo empreiteiro, considerando a gestão da obra, as tecnologias utilizadas e a organização dos trabalhos. O PSS inclui a avaliação de riscos, medidas preventivas para trabalhadores e para o público, além do planeamento das respetivas atividades de prevenção, conforme as técnicas construtivas adotadas.

Uma das obrigações inscritas no PSS é que o contratado deve fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados e em conformidade com a legislação aplicável, incluindo botas de borracha, vestuário impermeável, calçado de segurança, arnês, colete refletor e capacete. Além disso, deve assegurar a coordenação dos trabalhos e a aplicação das medidas estabelecidas, respondendo perante a IP e as entidades fiscalizadoras.

A fiscalização da obra é feita diretamente pela IP ou por entidades especializadas, cabendo ao empreiteiro seguir as instruções de execução transmitidas. A este respeito, são realizadas reuniões periódicas para acompanhamento dos trabalhos, e do cumprimento de certos requisitos, como a afixação de documentos e informações no local da obra, que devem incluir por ex. a identificação da obra, os horários de trabalho, as tabelas salariais e as normas aplicáveis.

O PSS visa assim garantir que todas as atividades da obra são executadas com a máxima segurança, em conformidade com as normas vigentes, protegendo trabalhadores, terceiros e o ambiente. O prestador de serviços é assim obrigado a garantir não só condições seguras, como assistência médica em caso de acidentes e, a dispor de seguros contra acidentes de trabalho.

Caso a IP considere insuficientes as medidas de segurança adotadas pelo empreiteiro/prestador de serviços, pode exigir providências adicionais e até determinar a suspensão dos trabalhos, até que essas medidas sejam devidamente implementadas, sem prejuízo da responsabilidade do empreiteiro.

A ausência de observações, por parte da fiscalização, não reduz a responsabilidade do empreiteiro quanto à garantia da segurança das obras.

A empresa, para além de integrar em todos os cadernos de encargos, requisitos de saúde e segurança a cumprir pelos empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços, exige o compromisso e cumprimento de normas e princípios em consonância com o **código de ética do Grupo IP**, que está publicitado no *site* institucional da IP.

As instruções técnicas específicas destas contratações estabelecem também que a empresa contratada tem de cumprir todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores imigrantes empregados na realização dos serviços prestados, designadamente, a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.



Existem, ainda, outras medidas de proteção das condições dos trabalhadores da cadeia de valor da IP, como a obrigação de nos contratos de duração superior a um ano, apenas trabalhadores com contrato sem termo poderem ser designados para a sua execução. Já nos contratos de duração até um ano, é permitida a contratação a termo, desde que com duração mínima igual à do contrato.

O prestador de serviços deve comprovar o cumprimento dessas exigências sempre que tal lhe é solicitado.

Em termos de remuneração, é um requisito da IP, a garantia de que a contratação de pessoal cumpre a legislação em vigor, incluindo as regras sobre a contratação de estrangeiros e a inscrição na Segurança Social, conforme referido. Todos os trabalhadores devem receber salários iguais ou superiores aos mínimos estabelecidos na tabela aplicável ao empreiteiro.

Assegura-se, a partir da elaboração dos contratos, que todos os trabalhadores afetos à execução das empreitadas cumpram as normas legais e regulamentares aplicáveis, garantindo a sua aptidão profissional, condições de trabalho, segurança, saúde e disciplina.

O empreiteiro obriga-se ainda, no sentido da promoção da segurança e saúde do trabalho, designadamente nas atividades ferroviárias, ao estrito cumprimento das disposições regulamentares e normativas aplicáveis que regem os trabalhos na via-férrea e sua proximidade, nomeadamente, do constante da Instrução de Exploração Técnica 77 (IET 77 - Normas e Procedimentos de Segurança em Trabalhos na Infraestrutura Ferroviária), no Regulamento Geral de Segurança XII (RGS XII - Vias Interditas à Circulação), no Regulamento Geral de Segurança IX (RGS IX – Exploração de Catenária 25kV – 50 Hz), no Regulamento Geral de Segurança II (RGS II – Sinais) publicitados também no site da IP.

O Grupo IP, atualmente certificado pelas normas NP EN ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) e NP ISO 55001 (Sistema de Gestão dos Ativos), possui uma metodologia para a **Avaliação dos**

Fornecedores, de forma a garantir que os mesmos são avaliados e monitorizados, designadamente em matéria de atributos relacionados com a saúde e segurança.

Este é um importante instrumento de gestão, utilizado para avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos a cada fornecedor/fornecimento no contrato celebrado, com o objetivo de potenciar os pontos positivos e minimizar os pontos negativos. Aplica-se a todos os contratos celebrados, designadamente de aquisição de bens, serviços e empreitadas, e realiza-se periodicamente.

A IP exige ainda diversas formações, algumas promovidas pela própria organização, para a qualificação de trabalhadores da cadeia de valor, com funções relevantes para a segurança nas suas obras.

A verificação das qualificações dos trabalhadores externos para o exercício de funções no âmbito da IET77 e da IFTE5 - Instalações Fixas para Tração Elétrica 05 (para trabalhos realizados nas IFTE e na sua proximidade e que comportam riscos graves), é realizada através de provas específicas da responsabilidade da IP e da emissão dos respetivos comprovativos de qualificação, considerando, para esse efeito, Instruções Técnicas específicas, designadamente GR.IT.003, GR.IT.004 e GR.IT.005. Estas qualificações estão definidas e englobam temas como a segurança para os trabalhos na via-férrea e sua proximidade, conceitos gerais de infraestruturas ferroviárias, regulamentação, planeamento da segurança e execução dos trabalhos. Existem, ainda, outras formações intensivas para trabalhos específicos na ferrovia, nomeadamente, formação em catenária, em energia e tração, regulamentar e complementar.

Em 2024, 2.649 trabalhadores externos pertencentes a empreiteiros e prestadores de serviço que desenvolveram atividades na infraestrutura ferroviária, efetuaram provas específicas de segurança para trabalhos em via-férrea, dos quais 908 trabalhadores nas funções previstas na IET 77 no âmbito da GR.IT.003, 482 trabalhadores para a operacionalização de trabalhos nas IFTE, ao abrigo da GR.IT.004 e 1 259 trabalhadores para a realização de trabalhos em Vias interditas no âmbito da GR.IT.005.

A IP ou as entidades externas por ela indicadas, realizam auditorias ao Sistema de Gestão da Segurança e Saúde da empreitada/obra, implementado pelos empreiteiros, obrigando-se estes a disponibilizar todos os meios solicitados, a participar ativamente nas ações respetivas e apresentar as ações de correção já implementadas e/ou as novas ações corretivas das constatações apontadas pela Equipa Auditora, dentro do prazo estipulado no respetivo Relatório da Auditoria.

O número de mortes resultantes de lesões e doenças relacionadas com o trabalho, de trabalhadores da cadeia de valor que realizam atividades/trabalhos nas instalações ou em empreitadas da IP, em 2023 e 2024, são apresentados abaixo.

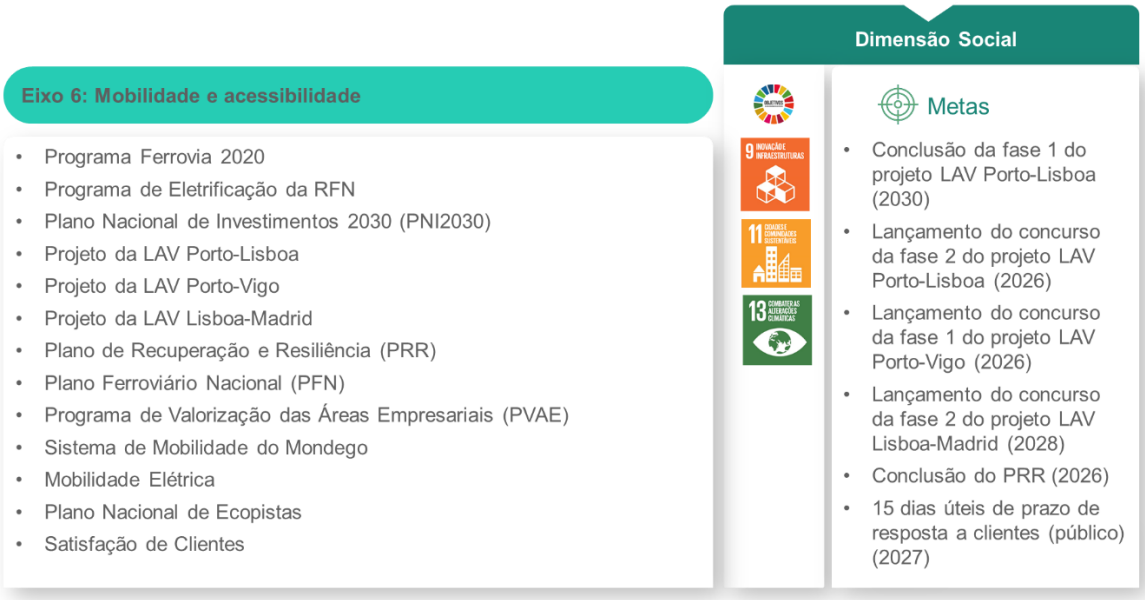
	2023	2024
Nº DE MORTES RESULTANTES DE LESÕES E DOENÇAS RELACIONADAS COM OS TRABALHADORES DA CADEIA DE VALOR	2	2

Verificou-se que, tanto em 2023, como em 2024, ocorreram 2 mortes de trabalhadores da cadeia de valor, enquanto trabalhavam nas instalações da empresa ou em empreitadas suas. A IP considera que qualquer número que não seja de 0 mortes, é um indicador de que existe muito trabalho a realizar na componente de segurança no trabalho e compromete-se a recolher mais informação e a implementar medidas adicionais que impeçam qualquer morte ou lesão no futuro.

Para 2025, a IP compromete-se ainda a fazer o levantamento e sistematização de dados dos trabalhadores da sua cadeia de valor, que lhe permita uma melhor caracterização desta força de trabalho e das respetivas métricas de saúde e segurança. Quanto à formação, pretende identificar e quantificar o número e as horas de formação dos trabalhadores da cadeia de valor.

6.3.2 EIXO DE INTERVENÇÃO 6 - MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

S3 (específico do Grupo IP)



No âmbito do **eixo de intervenção 6 – Mobilidade e Acessibilidade**, e dada a sua importância, a IP tem em curso um conjunto de programas de investimento centrados na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e serviços, bem como na promoção de uma mobilidade mais sustentável e limpa, como é o caso por exemplo da reabilitação de antigas linhas ferroviárias, e a respetiva transformação em ecopistas.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
S3 - Comunidades Impactadas	Mobilidade e Acessibilidade	N.A.	Promoção da coesão territorial e novas centralidades	Impacte Positivo	J	MP
			Melhoria das condições de mobilidade	Impacte Positivo	OD	CP | MP | LP

COMUNIDADES IMPACTADAS

Mobilidade e acessibilidade

Políticas, ações e desempenho

Os principais investimentos do Grupo IP nas suas infraestruturas de transporte assentam em quatro programas de investimento nacionais, a saber: **Programa de Investimentos Ferrovia 2020**, **Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)**, **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** e **Programa de Valorização das Áreas Empresariais (PVAE)**. Adicionalmente, têm sido realizados outros investimentos rodoferroviários, que visam assegurar condições de segurança, bem como a melhoria dos níveis de fiabilidade e qualidade do serviço prestado aos clientes, tais como o **Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM)** e ainda os **Investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão (IEAG)**.

Em 2024, a IP avançou e concluiu diversas obras rodoviárias e ferroviárias. O desempenho, em termos dos investimentos em mobilidade e acessibilidade, é apresentado no capítulo 5.3 do presente relatório, o qual inclui dados sobre a evolução e execução dos projetos em 2024.

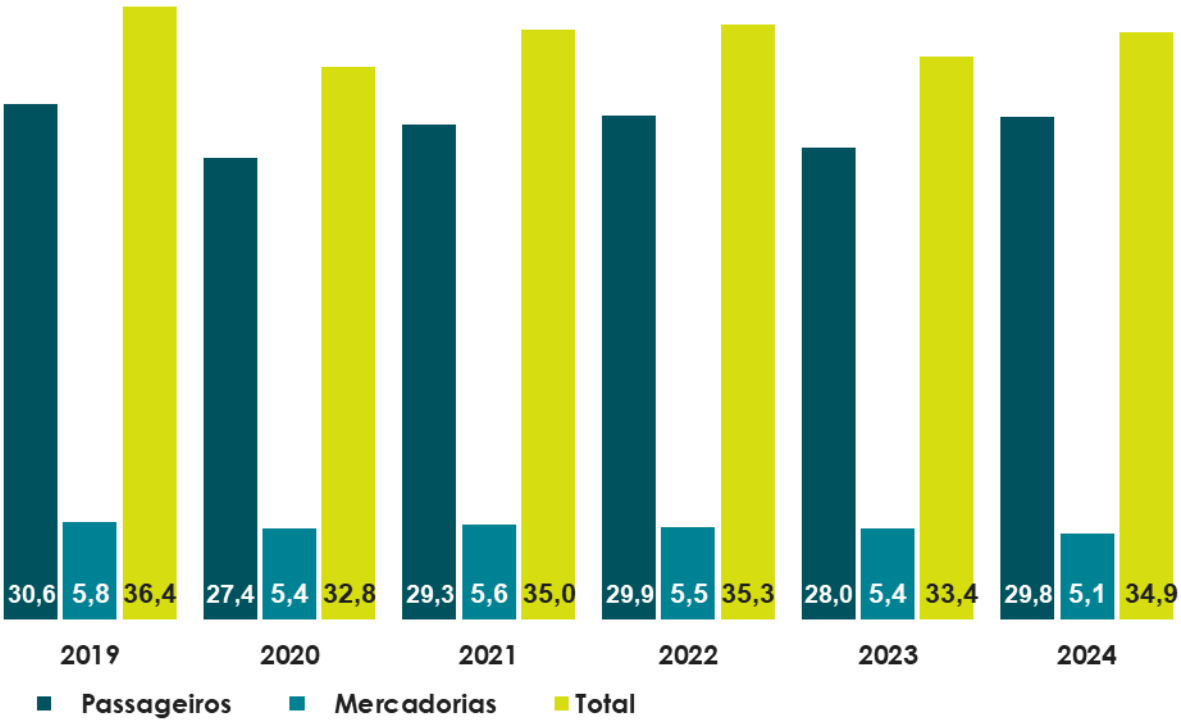
Extensão das redes rodoviária e ferroviária	2023	2024
Extensão da RRN (km)	17 521	17 463
Extensão da RFN (km)	2 526	2 526

Como forma de avaliar o desempenho das redes, em termos de mobilidade e acessibilidade, a IP analisa anualmente a utilização da RFN (Rede Ferroviária Nacional) e da RRN (Rede Rodoviária Nacional).

Utilização da RFN – Rede Ferroviária Nacional

Em 2024, foi realizado pelos **operadores ferroviários** um total de aproximadamente **34,9 milhões de comboios-quilómetro (CK)**, dos quais 85,4% (29,8 milhões CK) corresponderam ao tráfego de passageiros e 14,6% (5,1 milhões CK) ao tráfego de mercadorias.

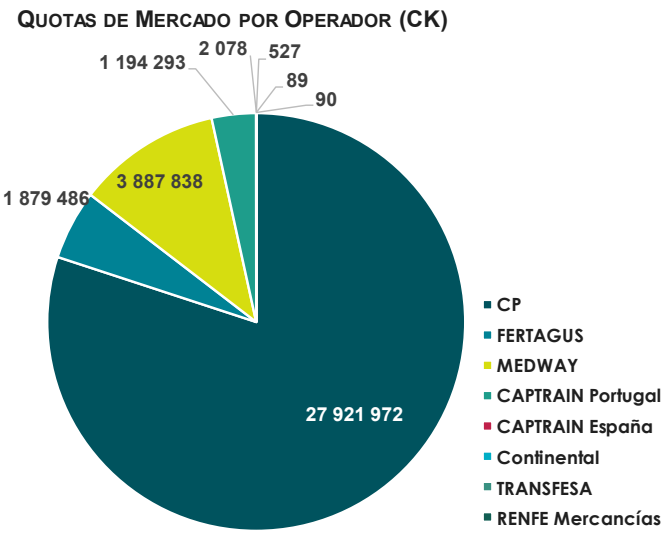
EVOLUÇÃO DOS CK (MILHÕES) QUE CIRCULARAM NA RFN



A partir da análise do gráfico apresentado, conclui-se que a utilização da RFN em 2024 registou um aumento global de 4,4%, comparativamente ao ano de 2023, verificando-se, no entanto, evoluções distintas consoante o tipo de utilização da infraestrutura (passageiros e mercadorias). A circulação de comboios de passageiros aumentou 6,3%, enquanto a circulação de comboios de mercadorias registou uma redução de 5,8%.

Em seguida apresenta-se a informação de utilização da rede por operador ferroviário, tanto no serviço de passageiros, como de mercadorias.

Em 2024, mantêm-se a utilizar a infraestrutura os operadores ferroviários de serviço de passageiros: a CP e a Fertagus, e nos serviços de mercadorias: a *Medway*, a *Captrain* Portugal (antiga Takargo), a *Transfesa* e a *Renfe Mercancías*, para além da *Captain España* e da Continental.



- No ano de 2024, a CP continua a representar o operador que mais impacto tem na atividade ferroviária do Grupo IP, representando 80% da quota de mercado (27.921.972 CK), seguida da *Medway* com cerca de 11,1%, da Fertagus, com 5,4% e da *Captrain* Portugal, com 3,4%.

- Também em 2024, os outros operadores ferroviários de mercadorias tiveram uma representatividade residual, com a *Captain España* (2 078 CK), a Continental (527 CK), a *Renfe Mercancías* (90 CK) e a *Transfesa* (89 CK), com pesos inferiores a 1%.

É ainda relevante referir que, no decurso de 2024, da totalidade dos CK realizados pelos operadores ferroviários (34,9 milhões CK), cerca de 83% foram com a utilização de tração elétrica (29,0 milhões CKe). Estes valores de CKe representam um aumento de cerca de 1,4 milhões de comboios.quilómetro relativamente ao ano de 2023, correspondendo a um aumento percentual de 5,1%. De referir ainda que, naturalmente, os CKe tendem a aumentar, por via do incremento da eletrificação da infraestrutura ferroviária, sendo que, esta eletrificação da RFN, é um dos objetivos primordiais dos investimentos da empresa em curso e futuros.

Contrato Programa Ferroviário

O Grupo IP tem previstas obrigações no Contrato Programa Ferroviário (CPF), que se traduzem em **indicadores do nível de serviço** prestado aos utilizadores, entre outras. Não obstante o CPF não estar em vigor, a IP manteve o apuramento e a monitorização dos indicadores de desempenho, produzindo relatórios que são apresentados e discutidos com a Comissão de Acompanhamento que inclui, além do Gestor de Infraestrutura (IP), o IMT, a DGTF e os operadores ferroviários de passageiros e mercadorias.

INDICADORES CPF	2023	2024
Margens Suplementares (min)	96,0	95,0
Pontualidade Ferroviária (%)	83,3	78,3
Disponibilidade da Rede (%)	71,3	79,4
Níveis de Segurança (AS/MCK)	1,07	0,92

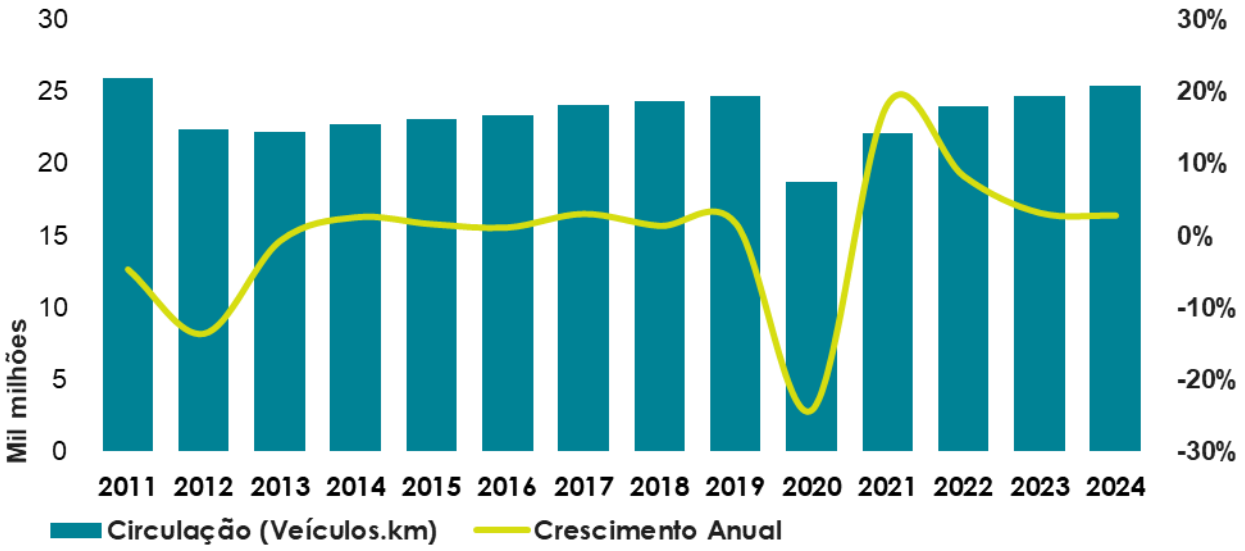
Comparativamente com o ano de 2023, a evolução da performance da IP em 2024, foi positiva para os indicadores "Margens Suplementares", "Disponibilidade da Rede" e "Níveis de Segurança", e negativa para o indicador "Pontualidade Ferroviária".

Considera-se que o desempenho da IP em termos da disponibilização da infraestrutura ferroviária tem um impacte muito relevante resultando na **melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e dos serviços prestados**, contribuindo para a aproximação dos territórios e das comunidades.

Utilização da RRN – Rede Rodoviária

Relativamente à **operação rodoviária**, em 2024, registou-se um crescimento anual de 3% da circulação na rede rodoviária concessionada à IP, atingindo os 25 381.379.341 **veículos-quilómetro (VK)**, o que é justificado pela tendência de retoma da normalidade, já verificada ao longo dos anos de 2021 e 2022, depois das fortes limitações à circulação verificadas no ano de 2020, devidas à pandemia provocada pela COVID-19.

CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA E CRESCIMENTO ANUAL



Contrato de Concessão Rodoviário

Estão igualmente previstos no Contrato de Concessão Rodoviário (CCR) níveis de serviço a cumprir pelas diferentes secções de estrada da RRN, em conformidade com o preconizado no Plano Rodoviário Nacional 2000: Nível B para a Rede Fundamental e Nível C para a Rede Complementar.

A performance da IP no ano de 2022, relativamente aos níveis de serviço exigidos no CCR, uma vez que os dados de 2023 e 2024 serão apenas analisados durante o ano de 2025, apresenta-se de seguida.

Tipo	Cumprimento				Não Cumprimento		Extensão Total (km)
	Sem Restrições (km)	Com Restrições (km)	Total (km)	%	Valor (km)	%	
IP	506,3	93,7	599,9	100%	0	0%	599,9
EDIP	256,9	2,2	259,2	100%	0	0%	259,2
IC	955,7	49,0	1 004,8	100%	0	0%	1 004,8
EDIC	1 059,8	72,3	1 132,1	100%	0	0%	1 132,1
EN/ER	7 848,0	425,3	8 273,3	99%	53,3	6%	8 326,6
Total	**10 626,7**	**642,5**	**11 269,3**	**-**	**53,3**	**-**	**11 322,5**

** O contrato de concessão rodoviário da IP com o Estado Português, celebrado em 2007 e publicado na mesma data pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 174-A/2007, entretanto revisto pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, prevê que as secções de estrada da RRN cumpram níveis de serviço em conformidade com o preconizado no PRN 2000: Nível B para a Rede Fundamental e Nível C para a Rede Complementar*
** EDIP - Estradas Desclassificadas a Assegurar. Corredores IP*
*** EDIC - Estradas Desclassificadas a Assegurar Corredores IC*

Da mesma forma que na ferrovia, considera-se também que o desempenho da IP em termos da disponibilização da infraestrutura rodoviária é muito importante, resultando na **melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e dos serviços prestados**, o que contribui para a coesão territorial e a aproximação dos territórios e das comunidades.

Considerando os dados de desempenho do ano de 2022, dado que os anos 2023 e 2024 serão analisados em 2025, concluiu-se que o grau de cumprimento dos níveis de serviço do CCR foi de 100% para as estradas IP, EDIP, IC e EDIC, e de 99% nas EN/ER.

Satisfação de Clientes

Com vista à auscultação dos seus clientes rodoviários e ferroviários, para percecionar as suas perspetivas, a IP realiza inquéritos de avaliação de satisfação.

Assim, a IP realiza 4 tipos de auscultação diferentes: i) **satisfação de clientes - gestor de cliente**, ii) **satisfação dos operadores ferroviários**, iii) **satisfação dos clientes ferroviários** e iv) **satisfação dos clientes rodoviários**, para avaliar o nível de **satisfação dos seus clientes.**

Satisfação do cliente - gestor de cliente

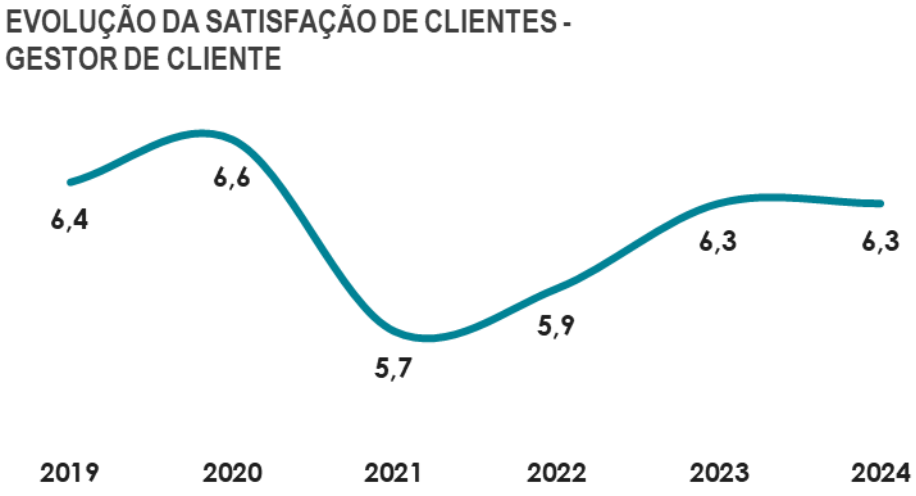
Na **avaliação da satisfação de clientes - gestor de cliente**, a IP realiza um inquérito que é da sua exclusiva responsabilidade, e cujo público abrangido são todos os clientes com endereço eletrónico, que interagem através da plataforma Gestor de Cliente gerida pela Direção de Serviços da Rede e Parcerias (DRP). A periodicidade de realização do inquérito é anual.

Neste inquérito, os indicadores considerados são "Preenchimento do formulário", "Esclarecimentos ao longo do processo", "Rapidez na resposta" e "Qualidade da resposta", a escala de pontuação é de 0-10 e a metodologia de ponderação é a média dos 4 indicadores.

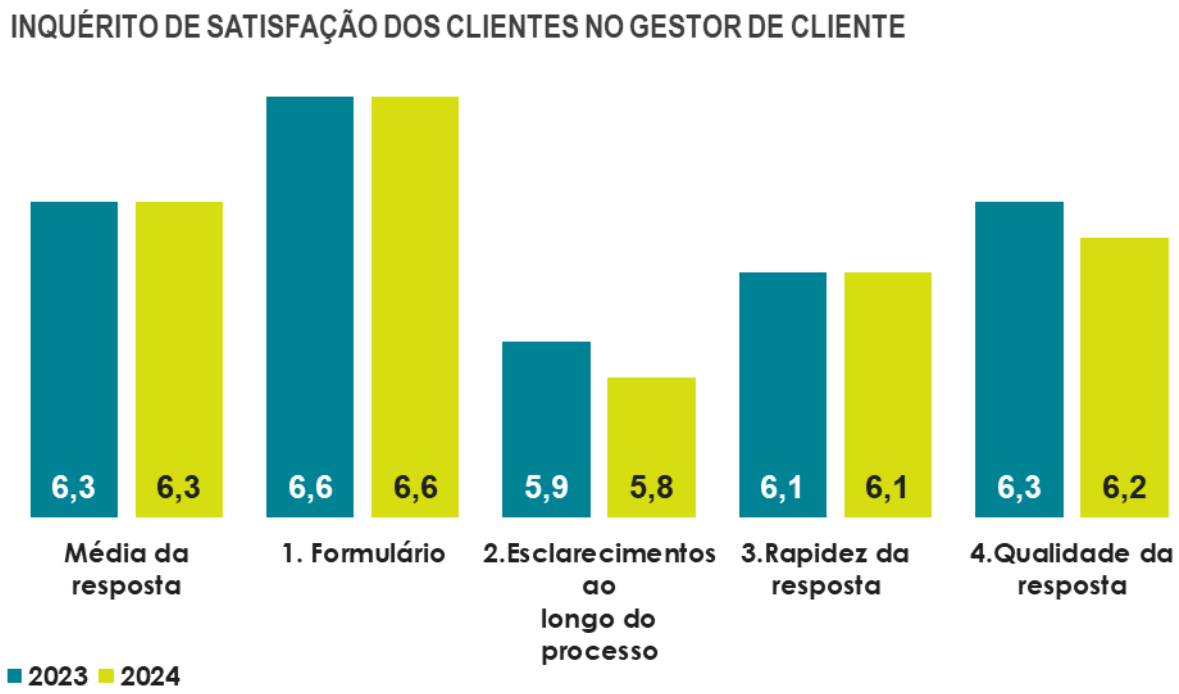
Em 2024, foram obtidas 2 201 respostas e o resultado global foi de 6,3.

O indicador melhor classificado foi o "Preenchimento do formulário" com um resultado de 6,6 e o indicador pior classificado foi o "Esclarecimentos ao longo do processo", com um resultado de 5,8.

A evolução dos resultados do inquérito Satisfação de Clientes - Gestor de Cliente, no período 2019 - 2024, é apresentada no gráfico seguinte.



A significativa diminuição do resultado verificado em 2021 poderá explicar-se pelo crescente número de processos com um tempo de resposta muito acima do *service-level agreement (SLA)* definido (30 dias úteis para os processos gerais e 45 dias úteis para os danos a terceiros) e, do crescente número de processos em *backlog*.



No seguimento destes resultados, foram implementadas várias medidas internas para a recuperação do *backlog* existente nessa data, o que permitiu alavancar a recuperação alcançada entre 2022 e 2024.

Para 2025, estão previstas algumas medidas corretivas como a simplificação do formulário de registo no *site* e a **diminuição do prazo de resposta nos processos de 30 para 25 dias**, com o objetivo de **atingir os 15 dias úteis em 2027**.

Satisfação dos operadores ferroviários

Na avaliação da **satisfação dos operadores ferroviários**, é realizado um inquérito pela IP aos operadores ferroviários da rede nacional (CP, Fertagus, *Medway* e *Captrain*), com periodicidade bienal.

De forma a integrar as perspetivas dos operadores ferroviários, para além das reuniões regulares de acompanhamento com os operadores, realizou-se um inquérito em 2024, aos principais operadores da rede ferroviária nacional (CP, Fertagus, *Medway* e *Captrain*), e que incluiu entrevistas presenciais, com o objetivo de obter uma visão geral do serviço prestado aos clientes diretos. O inquérito foi estruturado em duas partes, com um total de 12 temas:

- Parte A: caracterização do cliente, de acordo com o segmento da atividade e cobertura geográfica; e
- Parte B: avaliação dos serviços prestados pelo Grupo IP, divididos em três grupos:
    - **Grupo I – Infraestrutura** (Configuração da Infraestrutura)

- **Grupo II – Operação** (Gestão da Capacidade, Gestão da Circulação, Gestão das Perturbações, Gestão da Manutenção, Gestão da Segurança Ferroviária, Gestão das Estações de Passageiros e Gestão dos Terminais de Mercadorias)
- **Grupo III – Relação com o Cliente** (Principais Ferramentas TI, Informação de Acesso, Tarifação e Faturação, e Orientação do Grupo IP para o Cliente)

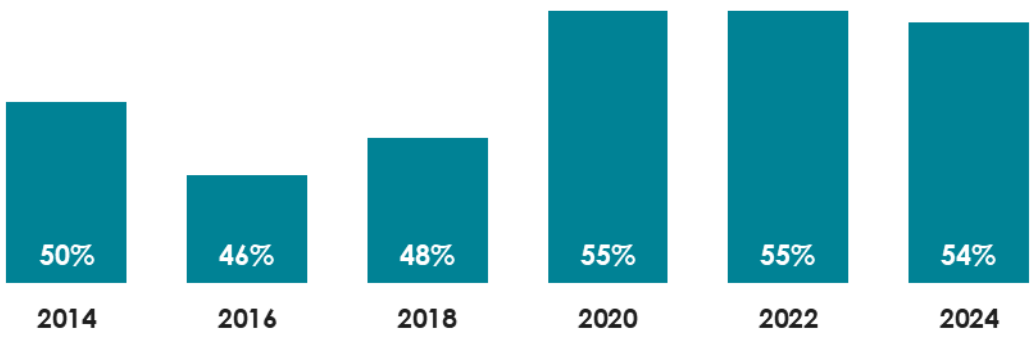
Perante os resultados do inquérito, a IP sistematizou as questões identificadas pelos operadores e atualizou o seu **Plano de Ação**, com ações de melhoria e compromisso de realização. De salientar que todos os operadores ferroviários são valorizados de forma equitativa, pese embora tenham pesos diferentes, quer em termos de utilização (CK) e cobertura da RFN, quer em termos de faturação.

De referir que dada a periodicidade de realização destes inquéritos, durante o ano de 2024, foi feito o apuramento do resultado global da satisfação dos clientes operadores, referente ao período de 2023/2024, que se situou nos 54%, refletindo um ligeiro decréscimo face à última avaliação global obtida, em 2022.

No inquérito de 2024, os 3 subtemas com melhor avaliação foram: “Processo de atribuição de pedidos pontuais de capacidade” (79%), "Website", “eViriato” (ambos com 75%). Os subtemas “Valores das tarifas”, “Segurança das estações” e “Informação ao Público” são subtemas aos quais foram atribuídos pelos 4 operadores níveis de satisfação baixos.

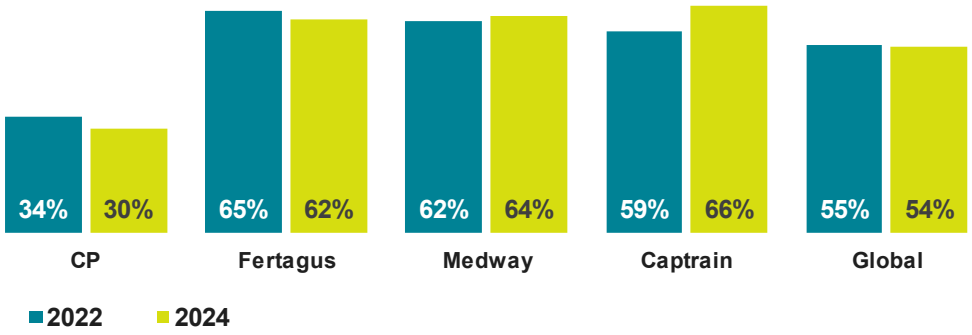
A evolução da avaliação global da IP pelos operadores ferroviários, no período 2014-2024, apresenta-se de seguida, destacando-se globalmente a manutenção dos valores globais de satisfação, com um ligeiro decréscimo verificado em 2024 (54%) relativamente aos valores de 2020 e 2022 (55%).

AVALIAÇÃO GLOBAL DA IP PELOS OPERADORES FERROVIÁRIOS



No gráfico abaixo, apresentam-se os índices de satisfação de cada um dos operadores ferroviários (realizado em 2024), em comparação com os valores (%) obtidos no inquérito anterior (realizado em 2022). De destacar o aumento da satisfação nos operadores de mercadorias *Medway* e *Captrain* (ex-*Takargo*), respetivamente +2 p.p. e +7 p.p., e um decréscimo nos operadores de passageiros Fertagus, -3 p.p. e CP -4 p.p.

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DE CADA UM DOS OPERADORES FERROVIÁRIOS



Satisfação dos clientes ferroviários

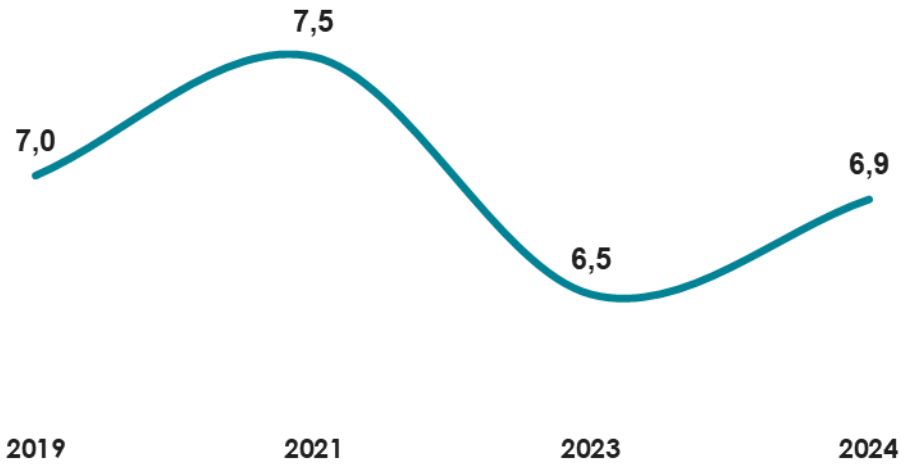
Na **satisfação de clientes ferroviários**, o inquérito é de responsabilidade conjunta entre IP e CP, o público abrangido são todos os clientes da IP e da CP, e a periodicidade de realização foi bienal, até 2021. No período entre 2023 / 2025, a periodicidade deste inquérito é/será anual.

Neste inquérito, os indicadores considerados são "Satisfação Global", "NPS (*Net Promoter Score*)", "Fator de Imagem" (confiança, preocupação com os clientes, serviço moderno e serviço de qualidade), bem como atributos de "Serviço" que incluem acessibilidade, conforto, segurança, informação e atendimento. A escala de pontuação é de 0-10 e a metodologia de ponderação é a média, na "Satisfação Global" e a média ponderada face ao volume de passageiros de cada um dos segmentos de serviço na "NPS".

Em 2024, foram efetuadas 5.029 entrevistas pessoais e o resultado global do inquérito de satisfação dos clientes ferroviários foi de 6,9, acima do valor obtido em 2023 (6,5).

A evolução da avaliação de Satisfação dos Clientes Ferroviários, apresenta-se de seguida.

EVOLUÇÃO DA SATISFAÇÃO DE CLIENTES FERROVIÁRIOS



Os atributos com melhor classificação foram a "Duração da viagem" e "Segurança na circulação", com um valor de 7,3, enquanto os atributos piores classificados foram "Lojas e serviços disponibilizados na estação" e "Preocupação com os clientes", ambos com um valor de 5,5.

A melhoria do resultado obtido em 2024 face ao de 2023 poderá estar associada à quase inexistência de paralisação dos serviços ferroviários em virtude de greves de trabalhadores, assim como, ao incentivo do Passe Verde que trouxe novos passageiros para o modo ferroviário.

Para responder às questões identificadas pelos clientes ferroviários nos inquéritos de satisfação realizados, como temas a necessitar de melhoria, será elaborado um **Plano de Ação**, com o objetivo de responder às preocupações dos clientes ferroviários.

Satisfação de clientes rodoviários

Na **satisfação de clientes rodoviário**, o inquérito é da responsabilidade exclusiva da IP, o público abrangido são todos os clientes da rede de alta prestação, e a periodicidade de realização encontra-se ainda por definir.

Este inquérito foi realizado pela IP pela primeira vez em 2024, e os indicadores considerados foram "Satisfação Global", "NPS (*Net Promoter Score*)", "Fator de Imagem" (confiança, preocupação com o utilizador, proximidade com o utilizador, serviço de qualidade e inovação), bem como atributos de "Serviço" que incluem conservação do pavimento, drenagem, sinalização de acessos, sinais de trânsito, marcas rodoviárias, manutenção e controlo de vegetação, iluminação, guardas de segurança e separadores centrais, sentimento de segurança, tempo de viagem, fluidez do tráfego, portagens e canais de informação. A escala de pontuação é de 0-10 e a metodologia de ponderação é a média.

Em 2024, foram efetuados 2.541 inquéritos aos clientes rodoviários e o resultado global do inquérito de satisfação foi de 6,8.

O atributo com melhor classificação foi o “Sentimento de segurança”, com um valor de 7,0, enquanto o atributo pior classificado foi a “Adequação do valor da portagem ao serviço oferecido”, com um valor de 4,5.

Para responder às questões identificadas pelos clientes rodoviários nos inquéritos de satisfação realizados, como temas a necessitar de melhoria, será elaborado um **Plano de Ação**, com o objetivo de aumentar a perceção de preocupação com os clientes rodoviários.

Mobilidade Ativa

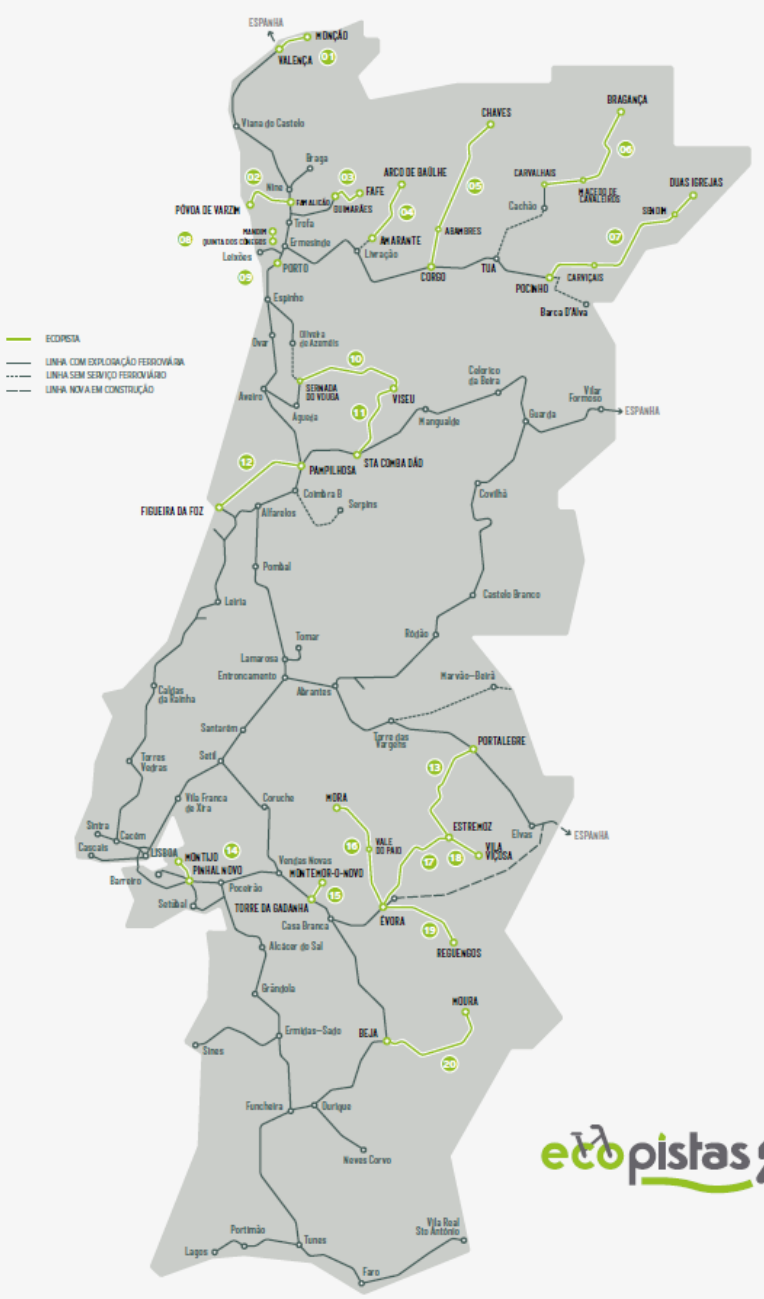


A **promoção da mobilidade ativa**, através da implementação do **Plano Nacional de Ecopistas**, possibilita a reutilização e adaptação dos canais ferroviários desativados, transformando-os em rotas de passeio não motorizado que promovem o desenvolvimento do turismo sustentável e a qualidade ambiental.

A recuperação dos canais desativados em Ecopistas é dinamizada pela IP Património (IPP) e é concretizada por via da sua subconcessão a Municípios e Comunidades Intermunicipais, que promovem o respetivo investimento e manutenção.

Como resultado desta iniciativa, em 2024, encontram-se já em plena utilização 15 Ecopistas, totalizando atualmente uma extensão de 519 km.

Adicionalmente, estão previstas **8 novas Ecopistas**, que acrescentarão mais 262 km a esta rede ciclável. Na imagem abaixo podemos visualizar as ecopistas já em utilização ao longo do país (que têm informação sobre o trajeto e extensão na legenda) e as previstas implementar no decurso do Plano Nacional de Ecopistas.



01 ECOPISTA DO MINHO
Trajeto Valença a Monção
Extensão 14,990 km

02 ECOPISTA DE FAMALICÃO
Trajeto Póvoa de Varzim a Vila Nova de Famalicão
Extensão 28,558 km

03 ECOPISTA DE GUIMARÃES
Trajeto Guimarães a Fafe
Extensão 21,178 km

04 ECOPISTA DO TÂMEGA
Trajeto Amarante a Arco do Baúlhe
Extensão 39,204 km

05 ECOPISTA DO CORGO
Trajeto Abambres a Chaves
Extensão 64,120 km

06 ECOPISTA DO TUA
Trajeto Carvalhais a Bragança
Extensão 55,619 km

07 ECOPISTA DO SABOR
Trajeto Pocinho a Carviçais e Sendim a Duas Igrejas
Extensão 48,000 km

08 ECOPISTA DA MAIA
Trajeto Quinta dos Cónegos a Mandim
Extensão 3,110 km

09 ECOPISTA DE PORTO ALFÂNDEGA

10 ECOPISTA DO VALE DO VOUGA
Trajeto Sernada do Vouga a Viseu
Extensão 76,800 km

11 ECOPISTA DO DÃO
Trajeto Santa Comba Dão a Viseu
Extensão 49,200 km

12 ECOPISTA DA FIGUEIRA DA FOZ

13 ECOPISTA DO ALTO ALENTEJO
Trajeto Estremoz a Portalegre
Extensão 14,000 km

14 ECOPISTA DO MONTIJO
Trajeto Pinhal Novo ao Montijo
Extensão 10,770 km

15 ECOPISTA DO MONTADO
Trajeto Torre da Gadanha (Estação) a Montemor-o-Novo
Extensão 12,704 km

16 ECOPISTA DE MORA
Trajeto Évora a Vale de Paio
Extensão 31,000 km

17 ECOPISTA DE ESTREMOZ

18 ECOPISTA DE VILA VIÇOSA

19 ECOPISTA DE REGUENGOS
Trajeto Évora a Reguengos de Monsaraz
Extensão 39,741 km

20 ECOPISTA DO BAIXO ALENTEJO



Durante o ano de **2024** ocorreu a inauguração da nova **Ecopista de Reguengos**. Com uma extensão de **39,7 quilómetros**, esta Ecopista valoriza o montado alentejano, um ecossistema característico da região, proporcionando condições para a prática de pedestrianismo, ciclismo e outras formas de mobilidade limpa.

Esta Ecopista faz parte do projeto intermunicipal "Grande Rota do Montado" e visa promover o património natural e cultural do Alentejo.

Este projeto teve um investimento de 850 mil euros, foi cofinanciado em 85% pelo Programa Operacional Regional Alentejo 2020, sendo o restante montante financiado diretamente pelos municípios envolvidos.

Também a **Ecopista do Tua** viu a sua extensão aumentada em 13,6 km, obra do Município de Mirandela, e que representou um investimento de 900 mil euros, financiado em parte pelo Turismo de Portugal.

Este novo troço vem acrescer aos 37 km no Concelho de Bragança, já concluídos e em uso, e aos 5 km no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Neste último município estão mais 8 km em fase de conclusão, com desenvolvimento entre o Quadrassal e Grijó, e os restantes 11 km têm a obra já adjudicada, permitindo assim que a totalidade dos 75 km da Ecopista do Tua. Este projeto intermunicipal iniciado em 2017, foi executado em parceria com a IP e IPP, e pretende unir Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança.

6.3.3 EIXO DE INTERVENÇÃO 7 – SEGURANÇA

ESRS S4 SBM-3; S4-1; S4-2; S4-3; S4-4; S4-5



O **eixo de intervenção 7 – Segurança** é primordial para a IP, na medida em que a segurança é um valor essencial para todos aqueles que utilizam as redes rodoviária e ferroviária nacionais. A IP entende e trata a Segurança, de forma integrada e orientada pela mesma Política, nas vertentes rodoviária e ferroviária, com enfoque nos utilizadores e entidades com que se relacione no âmbito da conceção, manutenção e exploração das infraestruturas que gere.

O trabalho desenvolvido por todos, na IP e nas empresas antecessoras, contribuiu de forma inequívoca para os elevados progressos obtidos na redução da sinistralidade rodoviária e ferroviária, nas últimas décadas, em Portugal.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
S4-Consumidores e utilizadores finais	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Segurança das pessoas	Aumento da sinistralidade por via das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias	Impacte Negativo	J	CP | MP
			Redução de sinistralidade associada a programas de sensibilização dos utilizadores para a condução segura	Impacte Positivo	J	CP
			Redução da sinistralidade decorrente da garantia de condições de segurança das infraestruturas (ex: sinalética adequada, outras sinalizações e equipamentos, medidas de controlo de velocidade e condição das infraestruturas)	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Investimento em segurança rodoviária e ferroviária	Risco Financeiro	M | OD	MP | LP

A operação e utilização das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias disponibilizadas pela IP está associada à possibilidade de ocorrência de acidentes (impacte negativo). No caso da ferrovia, o grande fluxo de passageiros, nas horas de ponta, aumenta o risco de queda nas plataformas ferroviárias. De igual forma, o número elevado de pessoas a circular na proximidade do canal rodoviário aumenta igualmente o risco de atropelamento e a ocorrência de acidentes fatais.

Como impactes positivos na segurança dos consumidores e/ou utilizadores finais podem referir-se os investimentos ferroviários realizados para reforçar a segurança, como sistemas automáticos de sinalização, que reduzem o risco de acidentes, as falhas humanas e os descarrilamentos, garantindo operações ferroviárias mais seguras. No caso rodoviário, podem referir-se os investimentos em sinalização vertical, marcação horizontal e guias sonoras, o tratamento de travessias urbanas ou a instalação de guardas de segurança e dispositivos de proteção de motociclistas.

Adicionalmente, a promoção de campanhas de sensibilização e comunicação junto dos consumidores e/ou utilizadores finais, sobre segurança e sinistralidade, a par da formação contínua e da realização de simulacros, permite uma maior sensibilização e resposta eficiente a emergências de todos os intervenientes, diminuindo os riscos de acidentes.

As políticas de segurança em vigor na IP estão totalmente alinhadas com os padrões e instrumentos reconhecidos internacionalmente, adotando a empresa práticas e normativos regulamentares também idênticos aos estabelecidos internacionalmente. Neste contexto, a IP segue as normas, diretrizes e recomendações de segurança de organizações internacionais, designadamente a *Union Internationale des Chemins de Fer* (UIC), a *European Union Agency for Railways* (ERA), e Normas ISSO.

Sendo a segurança uma prioridade da empresa, o envolvimento direto com os consumidores e utilizadores finais das infraestruturas é essencial para construir confiança, sensibilizar sobre boas práticas e responder de forma proativa a potenciais riscos de segurança. Esta abordagem, adotada pela empresa, visa criar um ambiente seguro e fiável para todos os consumidores/utilizadores finais das suas infraestruturas.

O processo de divulgação de informação aos consumidores e utilizadores finais, passa pela divulgação de relatórios anuais, que incluem informações sobre segurança, por publicações no site corporativo da IP, pela participação em eventos, conferências e fóruns do setor dos transportes e pela interação com os reguladores e demais órgãos fiscalizadores.

De momento, ainda não se encontra implementado um processo formal de envolvimento ou auscultação em termos das questões de segurança, especificamente direcionado ao conhecimento das perspetivas dos consumidores e utilizadores finais. Essa ausência deve-se, em parte, à avaliação interna de que os mecanismos atuais, inseridos nos processos operacionais e de auditoria de segurança, se têm mostrado eficazes na identificação e mitigação de riscos associados à segurança dos consumidores e utilizadores finais das infraestruturas da IP.

Ainda assim, as perspetivas dos utilizadores finais estão integradas em todos os níveis da gestão de segurança, desde a fase da recolha de informações e análise de dados, até à definição de políticas e priorização dos investimentos a realizar. Esse enfoque centrado na segurança de pessoas e bens, garante que as decisões e atividades da empresa estão alinhadas com as questões de segurança, contribuindo para a mitigação dos riscos.

Encontra-se em análise a elaboração de estudos de avaliação de estatísticas de acidentes e de comportamento dos consumidores/utilizadores, pretendendo-se identificar a existência de grupos com vulnerabilidades específicas associadas, por exemplo, a mobilidade reduzida ou condicionada (crianças e idosos) e as comunidades mais próximas de locais de atravessamento das infraestruturas. Esta identificação permitirá identificar necessidades específicas de segurança e implementar medidas preventivas e corretivas mais diretivas, se se revelar necessário.

A organização mantém também canais de comunicação internos e externos (com a disponibilização de “formulários” próprios de reclamação) para a rápida identificação de incidentes ou falhas, que possam ter causado impactos negativos em termos de segurança. Nesses canais de comunicação, qualquer consumidor/utilizador pode manifestar diretamente à empresa as suas preocupações/necessidades e, por essa via, obter respostas.

A responsabilidade operacional da segurança na IP está atribuída ao Diretor de Segurança, que reporta diretamente ao CAE, e está representado no Comité de Segurança da empresa. O Diretor de Segurança constitui o elemento que faz a ponte entre as operações e as decisões estratégicas da empresa.

Para os casos de acidentes/incidentes, designadamente ferroviários, é nomeada uma comissão de inquérito que tem como responsabilidade identificar as causas dos acidentes/incidentes e determinar o grau de responsabilidade dos intervenientes e da própria empresa.

Importa ainda referir que a IP canaliza uma variedade de recursos – financeiros, humanos, tecnológicos e operacionais – para garantir uma gestão eficaz dos impactes relacionados com segurança. Esses recursos são estruturados de forma a cobrir todas as etapas do ciclo de gestão de riscos e a promover um ambiente seguro tanto para os consumidores e utilizadores finais, assim como para todos os colaboradores (ao nível operacional e também das condições de trabalho).

SEGURANÇA PESSOAL DOS CONSUMIDORES E/OU UTILIZADORES FINAIS

Segurança das pessoas

Políticas, ações e desempenho

Sendo um dos objetivos da missão da IP, assegurar uma mobilidade segura nas infraestruturas rodoviárias e ferroviárias sob sua gestão, a empresa reforçou o seu modelo de governo da sinistralidade, através da criação da **Estrutura de Missão para Redução da Sinistralidade (MSR)**, que tem como atribuição fundamental dinamizar a atuação da IP com vista à redução da sinistralidade rodo e ferroviária.

Algumas das atribuições da MSR são a elaboração do **Plano de Intervenção para a Redução da Sinistralidade da IP**, que fixa objetivos de curto e médio/longo prazo, a articulação com as entidades externas na promoção da estratégia de redução da sinistralidade, designadamente, com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) e, a identificação e promoção de campanhas de sensibilização e comunicação sobre segurança e sinistralidade.

A aposta forte da IP na segurança ferroviária, pretende atingir o objetivo de ter um sistema ferroviário cada vez mais seguro, nomeadamente, através da promoção de uma atitude proativa com enfoque nas temáticas da segurança ferroviária e na adequação de comportamentos seguros.

Ao nível da infraestrutura ferroviária, a IP dispõe do **Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível 2024-2030**, que se foca em 4 dimensões principais: i) Supressão; ii) Automatização; iii) Sensibilização; e iv) Fiscalização.

Com estas medidas esperam-se impactos positivos na segurança ferroviária, nomeadamente na redução do número de acidentes e de vítimas, na diminuição do risco de colhida e atropelamento, e também obter ganhos de eficiência e pontualidade dos serviços ferroviários.



Este Plano tem como **meta de redução de sinistralidade em Passagens de Nível (PN) - menos de 10 acidentes em 2030** - e prevê que até essa data, possam ser suprimidas 135 PN e reclassificadas 237 PN envolvendo um investimento que ascende a 316 milhões de euros.

Com a implementação deste Plano estima-se que em **2030**, o **índice de PN/km seja de 0,26** e que 87% das PN que subsistirem, estejam dotadas de sistemas automáticos de sinalização.

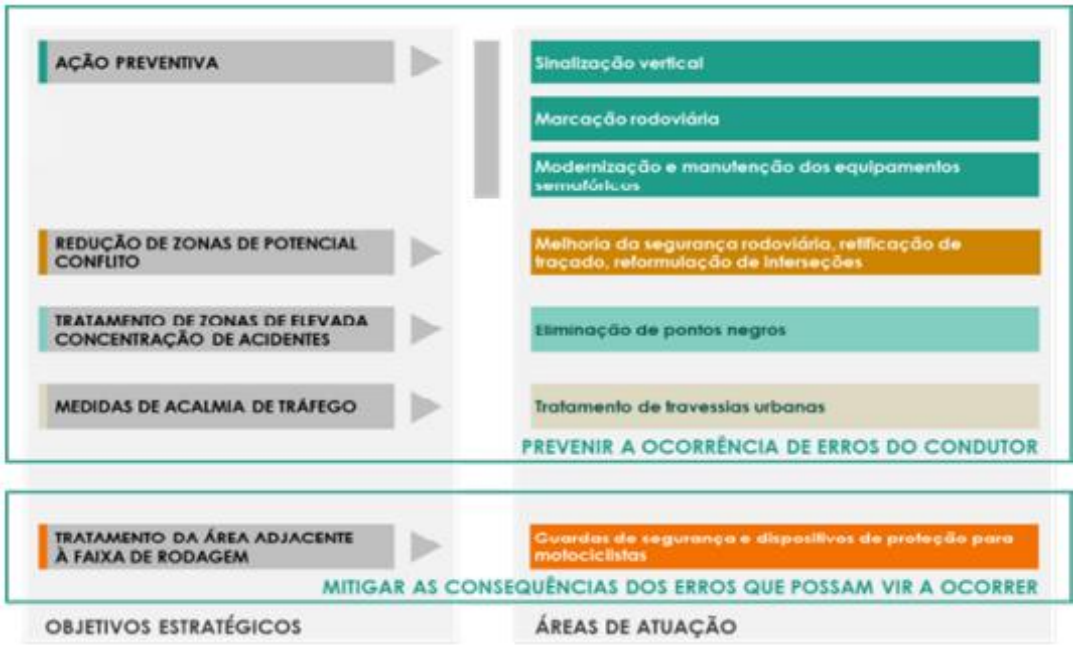
A atual estratégia de segurança rodoviária da IP está em linha com a proposta do Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária 2020 (PENSE2020)[9], bem como com as melhores práticas em

[9] Aguarda-se a publicação da Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária Visão Zero 2030, que incluirá a visão de longo prazo da política de segurança rodoviária em Portugal e estabelecerá os objetivos estratégicos e operacionais correspondentes, a implementar por meio de planos de ação bienais que concorrem numa estratégia a 10 anos. A estratégia será baseada na abordagem do Sistema Seguro e alinhada com os ODS da ONU, com a Segunda Década de Ação da ONU para a Segurança Rodoviária 2021-2030, com a Declaração de Estocolmo e com os objetivos da EU.

matéria de segurança rodoviária, tendo em conta o imperativo ético de que "ninguém deve morrer ou ficar permanentemente incapacitado na sequência de um acidente rodoviário em Portugal".

Esta abordagem está assente no conceito de estrada tolerante. Uma vez que é reconhecido que os utilizadores do sistema de transporte rodoviário irão sempre cometer erros e que estes poderão originar acidentes rodoviários, a infraestrutura rodoviária deve, por um lado, prevenir e antecipar os erros do condutor, e por outro, minimizar o erro e as consequências que possam vir a ocorrer.

Em linha com esta abordagem, o **Plano de Segurança Rodoviária (PSR)** da IP, pretende prevenir a ocorrência de erros do condutor e mitigar a ocorrência desses erros, assumindo cinco objetivos estratégicos – ação preventiva, redução de zonas de potencial conflito, tratamento de zonas de elevada concentração de acidentes, medidas de acalmia de tráfego e tratamento da área adjacente à faixa de rodagem.



A IP dispõe também do **Plano para a Redução da Sinistralidade Rodoviária 2024-2030**, que tem em conta as orientações e objetivos fixados pela UE, e está em linha com as estratégias europeia e nacional Visão Zero 2030 (Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária 2021-2030) e o Sistema de Transporte Seguro.



Este Plano, com o qual se espera alcançar uma **redução do número de vítimas mortais**, em **2030**, complementado com investimentos nas subconcessões rodoviárias, com atuação nas distintas dimensões do sistema seguro e outras ações, quer sejam no domínio do investimento, quer na sensibilização e fiscalização, contribuirão de forma agregada para que seja alcançado o **objetivo de ter menos de 115 vítimas mortais em 2030**, cumprindo assim com a meta fixada de redução para metade do número de mortes registadas em 2019.

Este instrumento contempla intervenções em várias dimensões, como sejam a sinalização vertical, a marcação horizontal e as guias sonoras, o tratamento de travessias urbanas ou a instalação de guardas de segurança e dispositivos de proteção a motociclistas, e tem associado um investimento previsto de 224 milhões de euros.

Por outro lado, a **Coordenação de Segurança da IP** desenvolve a sua atividade quer no âmbito ferroviário quer rodoviário, garantindo o acompanhamento de todo o ciclo de vida dos projetos das infraestruturas da IP, na perspetiva da segurança (cadernos de encargos, projetos, execução das empreitadas, etc.).

Durante o ano de 2024, foram efetuados pareceres / análises a um total de 1.201 cadernos de encargos de projetos, sendo 679 referentes à ferrovia, 334 à rodovia e 188 noutros âmbitos, nomeadamente contratos de construção civil e telecomunicações

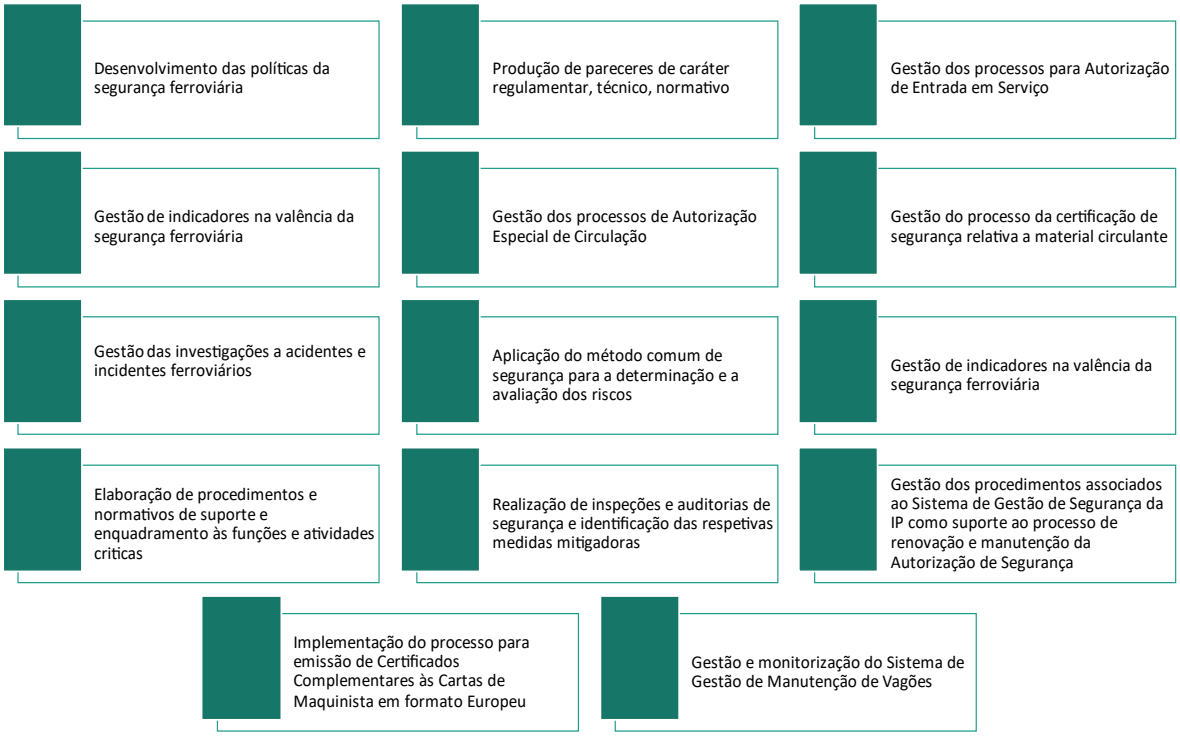
Em termos de Coordenação de Segurança em Projeto, foram seguidos 153 projetos, 75 na ferrovia, 70 na rodovia e 8 noutros âmbitos.

A nível da Coordenação de Segurança em Obra, foram geridos um total 933 contratos, sendo 423 na ferrovia, 463 na rodovia e 47 noutros âmbitos.

Foram ainda seguidos no âmbito da Supervisão de Coordenações Externas, um total de 84 empreitadas, dividindo-se em 41 na Ferrovia, 36 na rodovia e 7 de outros âmbitos.

A atual **Autorização de Segurança**, com o número de identificação UE: PT21 2023 0002, é válida de 01-06-2023 a 31-05-2028, e confirma a aceitação do **Sistema de Gestão de Segurança da IP**, em conformidade com a Diretiva 2016/798 e o Decreto-Lei n.º 85/2020, e inclui os procedimentos e disposições adotados para dar cumprimento aos requisitos necessários à segurança na conceção e construção de infraestruturas, a manutenção de infraestruturas, o planeamento do tráfego, a gestão e o controlo do tráfego.

No domínio da segurança da exploração ferroviária, e indo ao encontro da missão da IP como entidade gestora de uma infraestrutura ferroviária fiável e segura, destacam-se as seguintes atividades que são obrigatórias assegurar.



Seguidamente, apresenta-se o desempenho da IP em termos de segurança ferroviária e rodoviária.

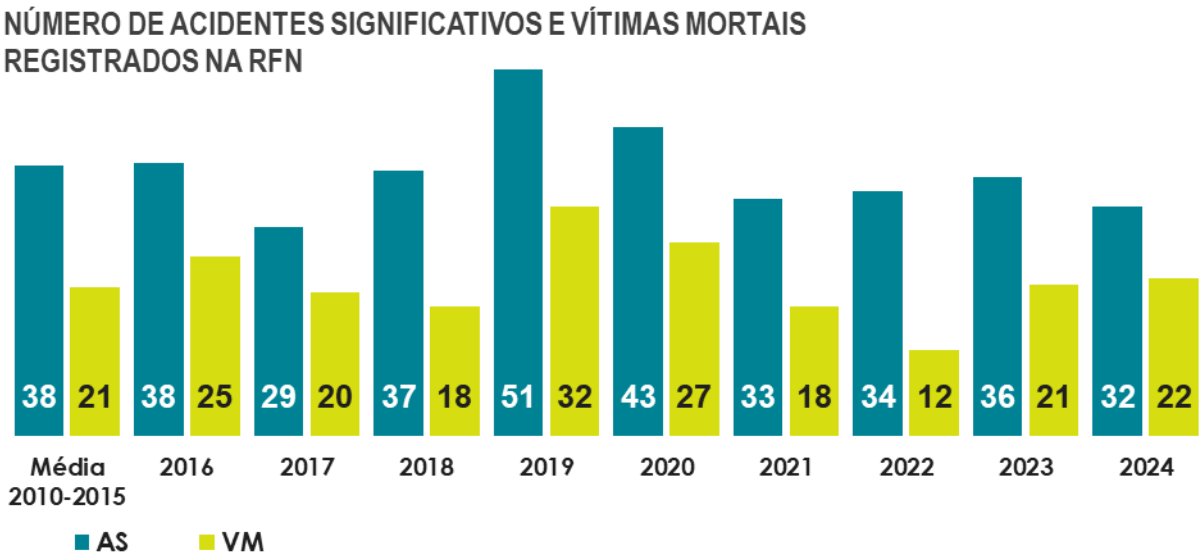
Segurança Ferroviária

A IP monitoriza e avalia anualmente 4 indicadores de segurança ferroviária principais:

- **Número de Acidentes Significativos**[10] – número de acidentes significativos (AS) ocorridos nas linhas ferroviárias em cada ano;
- **Índice de Acidentes Significativos** - número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro (AS/MCK);
- **Consequências dos Acidentes Significativos** – número de vítimas mortais (VM) registadas;
- **Número de Precursores de Acidentes**[11] – número de eventos que não são acidentes (ex. deformação da via).

[10] Acidente Significativo (AS): Qualquer acidente que implique, pelo menos, um veículo ferroviário em movimento e provoque a morte ou ferimentos graves em, pelo menos, uma pessoa ou danos significativos ao material, à infraestrutura, a outras instalações, ao ambiente, ou interrupções prolongadas da circulação. Excluem-se os acidentes ocorridos em oficinas, armazéns e parques de material circulante.
[11] Precursor de acidentes (PA): Ocorrências devidamente identificadas como comprometedoras da segurança e sobre as quais devem ser tomadas medidas quanto à sua mitigação através da(s) empresa(s) na(s) qual(is) cai essa responsabilidade.

A evolução do número de **Acidentes Significativos (AS)** e do número de **Vítimas Mortais (VM)** registados na RFN, entre 2010 e 2024, é apresentada no gráfico seguinte.

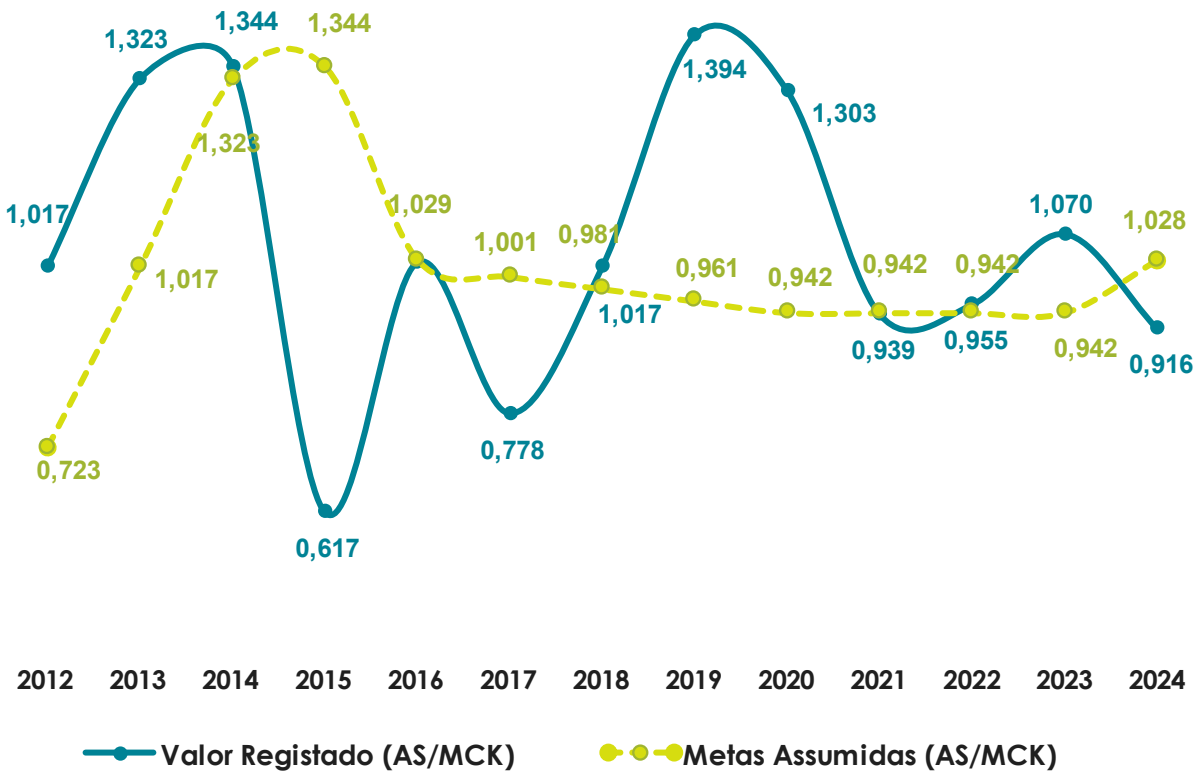


No ano de 2024 registaram-se 32 acidentes significativos (-4 AS que no ano de 2023) e 22 vítimas mortais (+1VM que no ano de 2023).

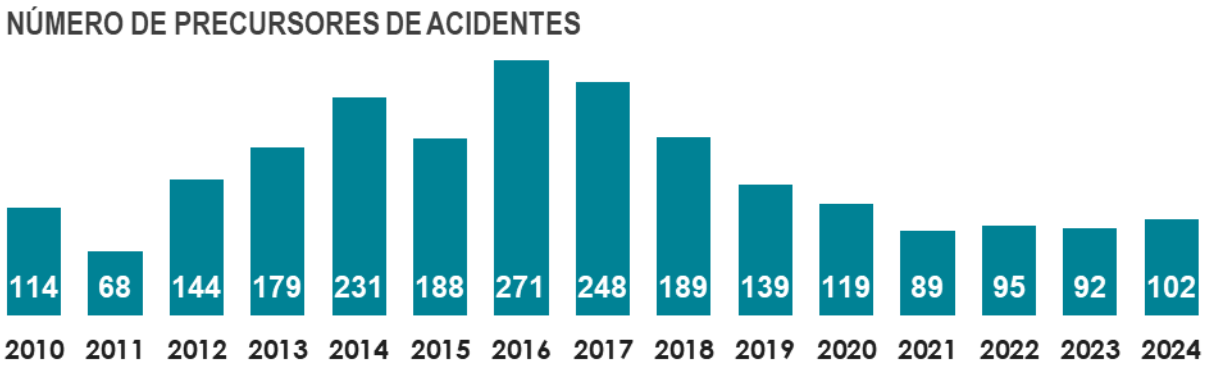
No que respeita às causas dos acidentes, e em linha com o que se tem vindo a verificar, a grande maioria dos AS devem-se a fatores externos ao sistema ferroviário, cujo controlo é difícil à IP. A maioria das causas de acidentes está associada à intrusão no espaço ferroviário, apesar dos sistemas e medidas implementadas.

Em termos do **Índice de Acidentes Significativos** (número de acidentes significativos por milhão de comboio-quilómetro) em 2024, resultou no valor de 0,916 AS/MCK, valor que se encontra favoravelmente abaixo da meta fixada para 2024 (1,028 AS/MCK) no Contrato Programa Ferroviário estabelecido entre a IP e o Estado.

Índice de Acidentes Significativos



Em termos dos **Precursores de Acidente**, a evolução dos valores obtidos, no período 2010-2024, é apresentada no gráfico seguinte, onde se pode observar um decréscimo consistente dos precursores de acidente a partir de 2016, com um ligeiro aumento registado em 2024.



A IP pretende manter em 2025 o reforço e implementação das boas práticas e a adoção dos mecanismos necessários para promover e identificar novas abordagens e novas parcerias que contribuirão, na sua parte de responsabilidade, para um sistema ferroviário cada vez mais seguro.

Passagens de nível (PN)

Os acidentes em passagens de nível representam na Europa 30% do número total de mortes no transporte ferroviário. Entre as causas principais para a ocorrência destes acidentes estão a desvalorização do risco, a distração e a falta de atenção às indicações dos sinais, quer no atravessamento pedonal quer rodoviário pelas pessoas.

O **Plano de Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível (PSRPN)**, nos termos do artigo 2º do Decreto-Lei n. 568/99, de 23 de dezembro, define como obrigação para os gestores das redes rodoviária e ferroviária, a adoção de medidas de segurança ferroviária ao nível das PN, dado serem uma das componentes mais perturbadoras do sistema de exploração ferroviário, e constituírem pontos de conflito geradores de permanente insegurança.

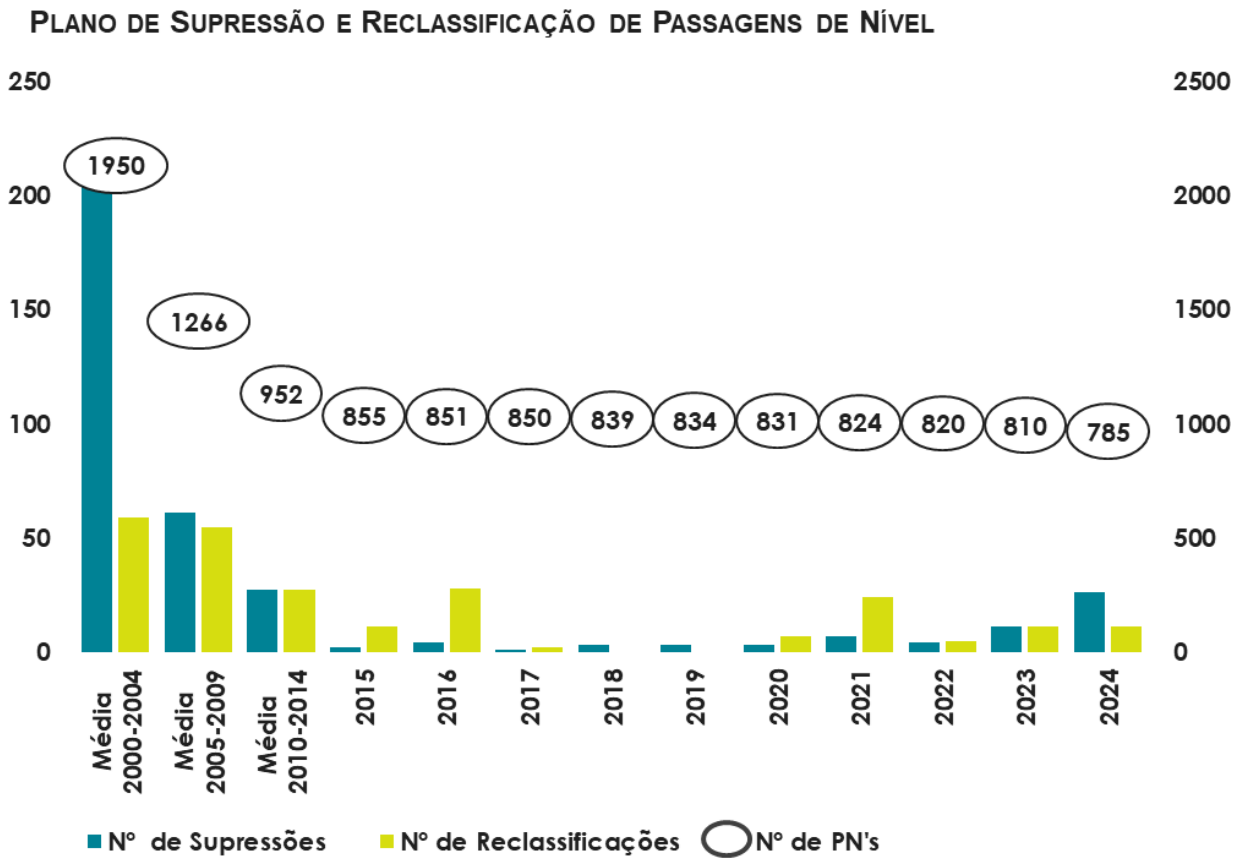
Neste contexto, e de forma a reduzir a sinistralidade e tornar mais seguras as Passagens de Nível da RFN, a IP tem efetuado estudos e intervenções progressivas em várias PN, da seguinte tipologia:

- Inspeção, classificação ou reclassificação das PN existentes;
- Reconversão de PN tradicionais para PN automatizadas;
- Separação dos tráfegos rodoviário e pedonal nas PN;
- Projetos de desnivelamento de PN.

Para reforçar a segurança das PN e uma vez que muitos dos acidentes registados dependem sobretudo do comportamento e corresponsabilização dos utilizadores dessas PN, a empresa tem também vindo a apostar na realização de campanhas de comunicação e sensibilização para os riscos associados às PN e sobre as boas práticas no seu atravessamento.



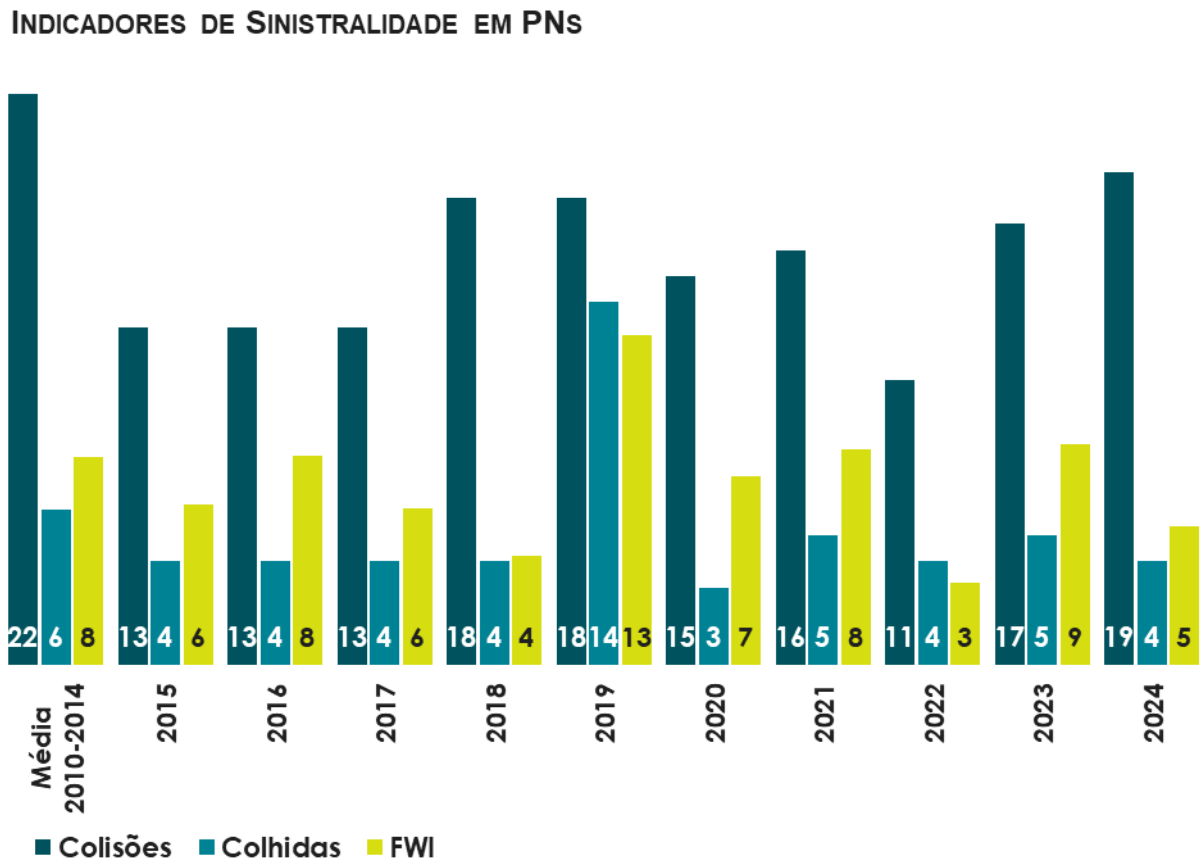
O desempenho da IP em termos deste Plano, relativamente às intervenções supressões e reclassificações de PN, ao longo dos anos, apresenta-se em seguida.



Foram concretizadas em 2024, 26 supressões e 11 reclassificações de PN, com o investimento associado a estar incluído nas empreitadas de modernização das várias linhas da RFN.

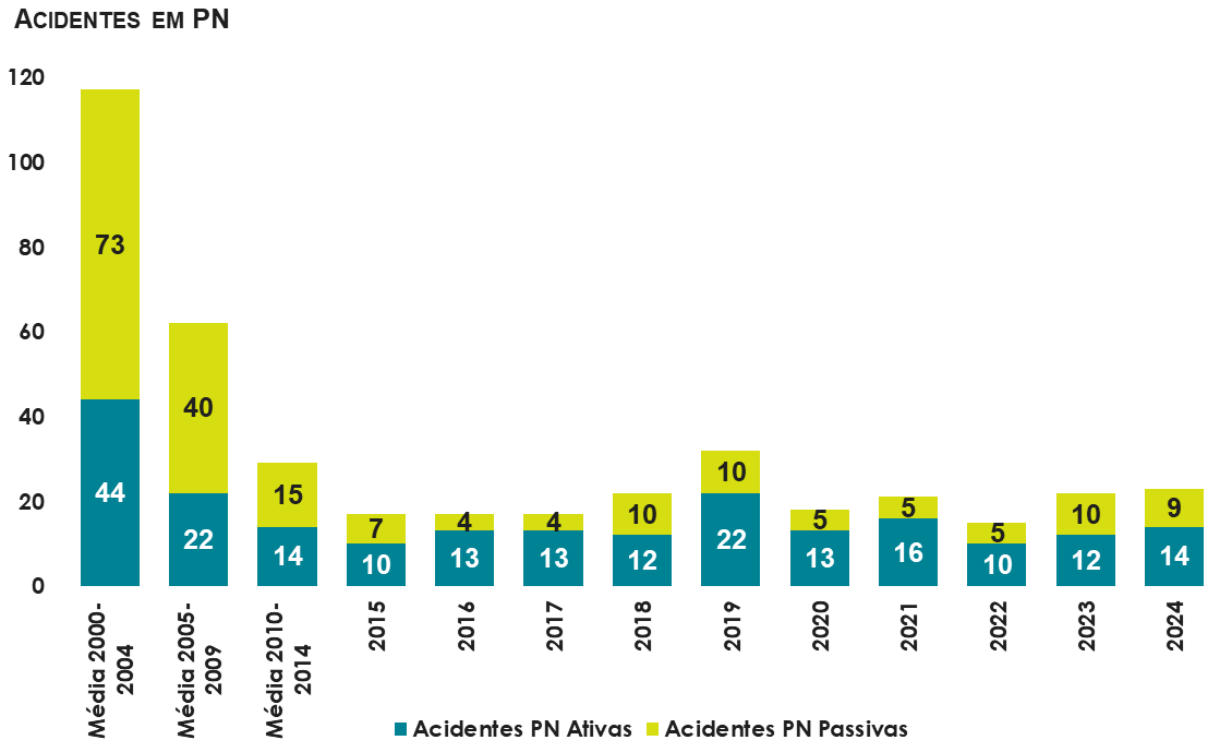
No final de 2024 existiam 785 PN no universo das linhas com exploração ferroviária: 395 automatizadas, 26 guardadas, 167 sem guarda, 125 para uso exclusivo de peões (42 delas automatizadas) e 72 de uso particular (8 das quais automatizadas).

A evolução da sinistralidade em PN em termos dos indicadores colisões, colhidas e *FWI*, nos últimos anos, no intervalo 2010-2024, apresenta-se de seguida.



FWI - Fatalities and Weighted Injuries = Mortes+(Feridos Graves / 10) + (Feridos Ligeiros / 200)

Por outro lado, a evolução da sinistralidade verificada em PN ativas e PN passivas, ao longo do tempo, no período 2000-2024, apresenta-se abaixo.



O desenvolvimento de estratégias adequadas, inicialmente focadas na redução massiva do número de passagens de nível existentes e, numa fase posterior, com uma aposta na supressão e automatização das PN de maior risco, complementadas por campanhas de sensibilização e educação para os riscos a ter no atravessamento das PN, permitiu uma redução significativa da sinistralidade (80% nos últimos 20 anos).

No entanto, tendo em consideração as evidências de sinistralidade ainda verificada atualmente em PN, a IP continuará, a par das ações no terreno, com intervenções nas vias de acesso às PN, a apostar na campanha de comunicação e sensibilização para os riscos associados às PN e das boas práticas no seu atravessamento.

Inspeções, Conservação e Reparação da RFN

Uma das atividades fundamentais desenvolvidas pela IP em termos de segurança ferroviária está ligada às Inspeções de Segurança da rede ferroviária, que permitem identificar inconformidades e situações de risco, e propor, as respetivas medidas mitigadoras e de melhoria.

Seguidamente apresenta-se o número de inspeções realizadas e a respetiva extensão da rede ferroviária, por tipologia de inspeção de segurança ferroviária, nos últimos 5 anos (2020 a 2024).

Evolução das Inspeções de Segurança Ferroviária					
Tipo de inspeções	2020	2021	2022	2023	2024
Pedonal (nº/km)	10/54	22/148	23/123	14/82	11/56
Comboio (nº/km)	2/39	3/284	4/348	8/680	9/669
Regulamentar (nº/km)	11/240	04/19	24/180	30/322	63/606

A atividade desenvolvida no ano de 2024, deu continuidade ao reforço das inspeções embarcadas em comboio, as quais se inserem na tipologia de inspeção regulamentar.

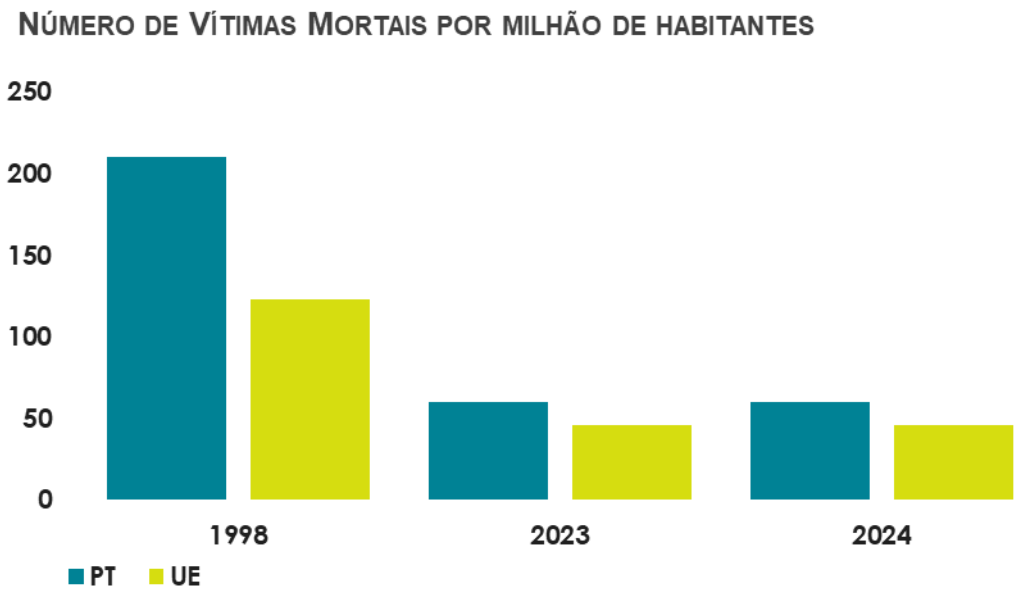
Para assegurar a manutenção da RFN, no sentido do cumprimento dos níveis de serviço previstos, incluindo os níveis de segurança, a IP dispõe de vários contratos de prestação de serviços de manutenção. A maioria destes contratos são plurianuais e contemplam intervenções nas vertentes de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção Preventiva Condicionada e Manutenção Corretiva.





Segurança rodoviária

Nas últimas décadas, Portugal tem vindo a registar uma evolução muito relevante na redução da sinistralidade rodoviária. Enquanto em 1998, em Portugal, o número de vítimas mortais por milhão de habitantes era 71% superior à média da União Europeia, passados 26 anos, esse indicador reduziu-se significativamente, embora esteja ainda acima da média da União Europeia.

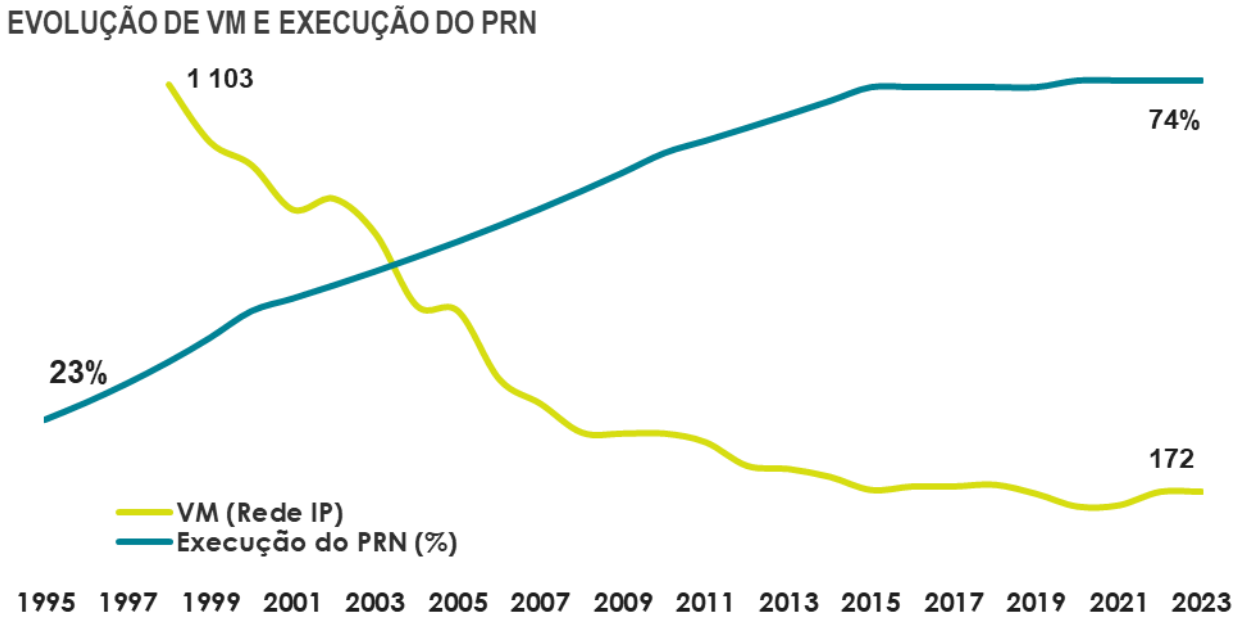


Nota: A Comissão Europeia ainda não publicou dados provisórios referentes ao total do ano de 2024, existindo uma estimativa qualitativa para o primeiro semestre de 2024 face a 2023

Um dos fatores que mais contribuiu para estes resultados foi o forte investimento executado, nos últimos 25 anos na RRN, nomeadamente, em vias com maior qualidade e segurança, como as autoestradas, que permitiram o incremento da execução do Plano Rodoviário Nacional (PRN), que em 1995 rondava os 23%, e atualmente atinge mais de 86%.

Esses investimentos na RRN, para além das questões da coesão territorial, tiveram um benefício económico e social significativo para a sociedade, ao permitir poupar milhares de vidas e os respetivos custos económicos e sociais.

A evolução do número de vítimas mortais (VM) registados na rede rodoviária da IP e a respetiva relação com a execução do PRN é apresentada de seguida.



Nota: A ANSR está a ter problemas de ligação entre sistemas com a GNR, tendo sido apenas partilhados pela ANSR dados provenientes da PSP e que correspondem a cerca de 4% do total dos acidentes na rede IP registados anualmente, pelo que não é possível indicar qualquer valor para o ano de 2024

Não obstante a redução muito relevante verificada nas últimas décadas, da observação da figura, pode concluir-se que os indicadores de sinistralidade rodoviária revelaram um abrandamento na sua evolução anual, nos últimos 3-4 anos.

Indicadores de Segurança do Contrato de Concessão da RRN (CCR)

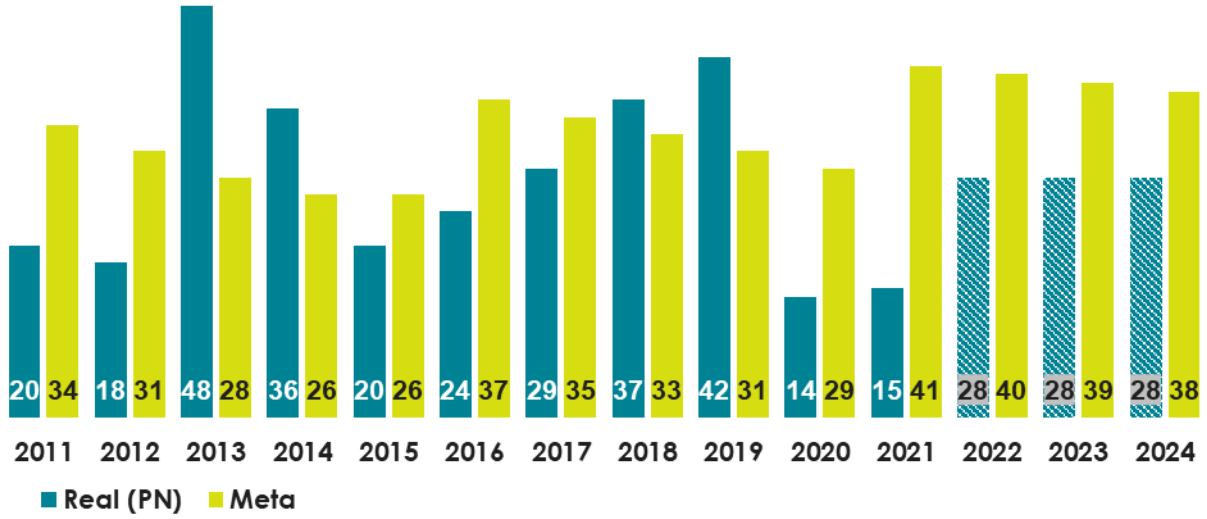
O Contrato de Concessão da RRN estabelecido com o Estado define objetivos de redução de sinistralidade especificando a este respeito, três indicadores:

- número de pontos negros,
- índice de gravidade dentro de localidades (o grau de cumprimento de 2023 é apurado em finais de 2024), e
- número de vítimas mortais (VM).

De referir que os dados de alguns dos indicadores apresentados, relativos a 2022, 2023 e 2024, devem ser considerados como provisórios, por não estarem ainda disponíveis, uma vez que, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) ainda não terminou o seu processo de validação dos dados de sinistralidade rodoviária registados em Portugal, referentes a esses anos. Salienta-se, no entanto que, as metas identificadas, foram revistas e aprovadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução dos Pontos Negros na rede sob gestão da IP, e respetivas metas do CCR, no período de 2011-2024.

PONTOS NEGROS REGISTADOS NA REDE IP



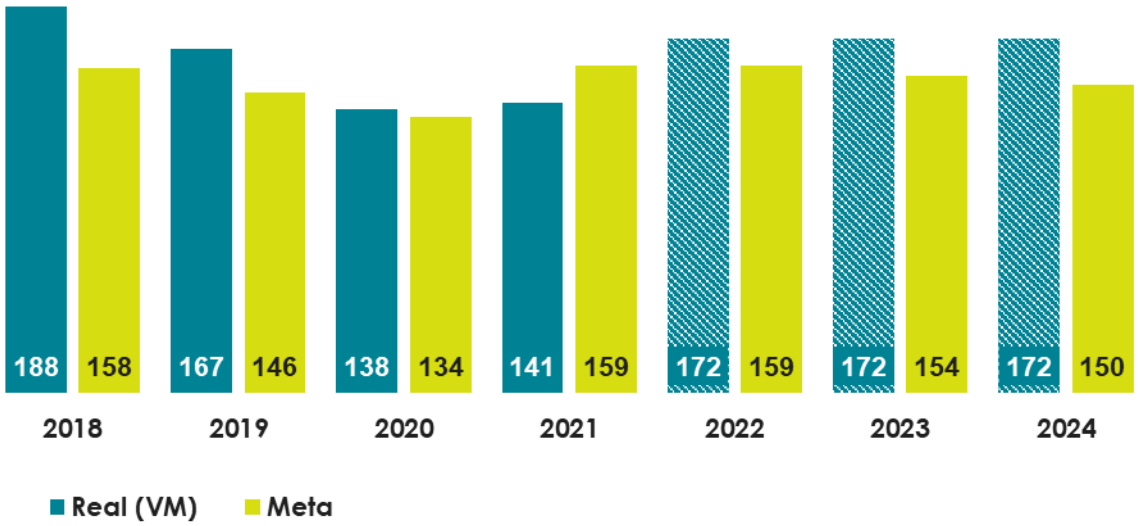
Nota: Ainda não foi disponibilizada pela ANSR à IP qualquer lista de Pontos Negros referente aos anos de 2022, 2023 e 2024

Neste contexto, não é possível indicar com rigor o número de pontos negros registados na rede IP, também este ano, uma vez que a ANSR ainda não disponibilizou também qualquer lista para 2024 (provisória ou definitiva).

A IP tem como meta estabelecida para a rede rodoviária sob sua gestão, e para o ano de 2024, o valor máximo de 38 Pontos Negros.

No gráfico abaixo apresenta-se a evolução do número de vítimas mortais (VM) na rede sob gestão da IP, e das metas definidas no CCR, no período de 2011-2024.

VÍTIMAS MORTAIS REGISTADAS NA REDE IP*



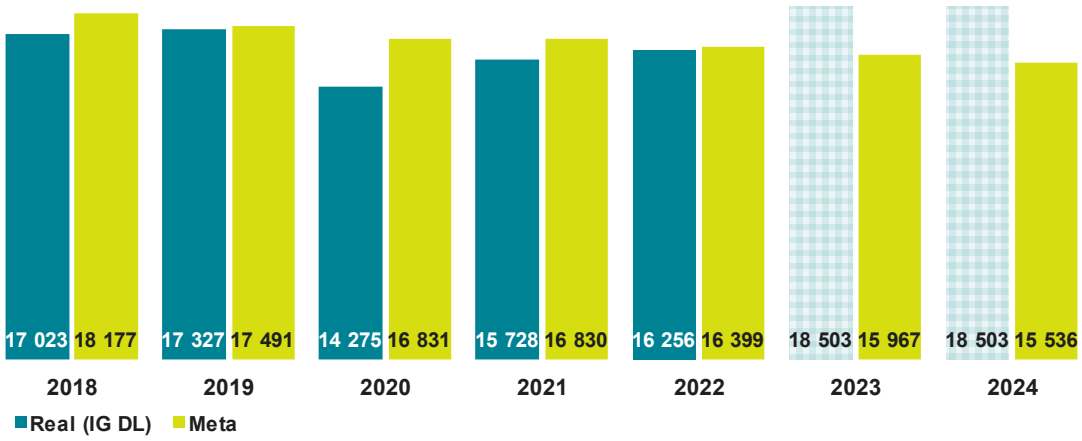
** Número de vítimas mortais registadas na rede IP incluindo rede IP sub-concessionada e excluindo estradas desclassificadas não entregues*

NOTA: Os dados de sinistralidade rodoviária - número de vítimas mortais (VM) -- apresentados a partir de 2022 devem ser considerados como estimativas provisórias, uma vez que os dados oficiais não estão publicados

Relativamente à sinistralidade mais grave em 2024, e de acordo com o registo provisório de VM (e também no caso de feridos graves (FG)) na rede IP, verifica-se um valor estimado igual ao registado em 2022 e 2023 (+0 VM). Quando comparado com a meta estabelecida para 2024, o valor estimado do número de VM está acima em cerca de 15% (+22 VM).

No gráfico seguinte apresenta-se também a evolução do Indicador de gravidade dentro de localidades (IG DL) também no período 2018-2024, sendo os valores de 2023 e 2024 também provisórios.

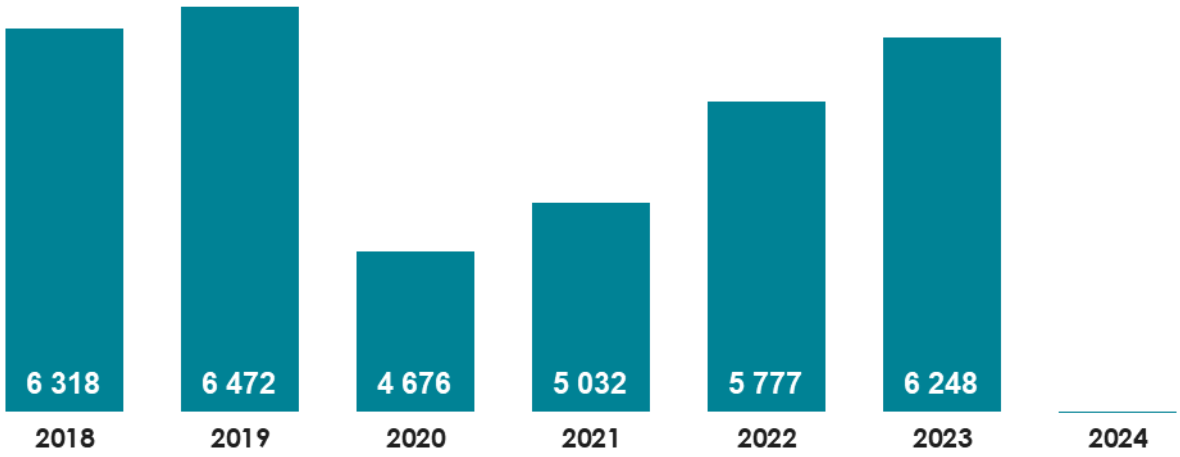
INDICADOR DE GRAVIDADE DENTRO DE LOCALIDADES (IG DL)*



** IG DL na rede IP incluindo rede IP sub-concessionada e excluindo estradas desclassificadas não entregues*

A evolução do número de acidentes com vítimas (AcV), no período 2018-2024, apresenta-se em seguida.

EVOLUÇÃO DE ACIDENTES COM VÍTIMAS (ACV)



Nota: A ANSR está a ter problemas de ligação entre sistemas com a GNR, tendo sido apenas partilhados pela ANSR dados provenientes da PSP e que correspondem a cerca de 4% do total dos acidentes com Vítimas na rede IP registados anualmente, pelo que não é possível indicar qualquer valor para 2024

Da observação do gráfico, pode concluir-se que o número de acidentes com vítimas, no período 2018 – 2023 (2024 não tem dados disponíveis), registados na rede IP, incluindo rede IP sub-concessionada e excluindo estradas desclassificadas não entregues, registou em 2020, uma redução e tem vindo a aumentar desde essa altura.

Inspeções, Conservação e Reparação da RRN

Uma das atividades fundamentais da IP, para assegurar as melhores condições de segurança rodoviária, são as Inspeções de Segurança Rodoviária, efetuadas por equipas de inspetores e com uma abrangência nacional, que permitem identificar desconformidades e problemas de segurança rodoviária relacionados com a infraestrutura e propor as medidas corretivas com o melhor custo-benefício.

As atividades de inspeção de segurança são de várias tipologias, tais como inspeções à rede, a pontos negros, a zonas de acumulação de acidentes, entre outros, sendo que as que foram realizadas no período 2019-2024, são apresentadas na tabela seguinte. De referir que, para o ano de 2022, só há informação disponível de inspeções a pontos negros e locais de acidente, e que para 2023, a locais de acidente.

INSPEÇÕES À RRN	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Programadas à rede (km)	114	25,3	44,4	N.D.	N.D.	6,3
Pontos Negros (n.º)	39	42	18	15	N.D.	38
Zonas Acum. de Acidente (n.º)	20	23	46	N.D.	N.D.	0
Monitorização interv. (n.º)	9	6	N.D.	N.D.	N.D.	0
Insp. a local de acidente (n.º)	71	125	153	201	208	191

A partir de 2020, a IP assegura que qualquer acidente com vítima mortal registado na sua rede é inspecionado, resultando num relatório de inspeção, o qual identifica eventuais não conformidades e perigos existentes na infraestrutura rodoviária, do ponto de vista da segurança rodoviária, bem como a indicação de medidas de atuação para as mitigar e/ou eliminar.

De referir que, desde 2015, as equipas de inspeção da unidade de segurança rodoviária da IP já inspecionaram e analisaram 1.246 acidentes graves (com registo de vítimas mortais e/ou feridos graves) ocorridos na rede sob sua gestão.

A conservação corrente da infraestrutura rodoviária visa assegurar a manutenção, reparação e reposição, em adequadas condições de funcionalidade, de todos os componentes da estrada, de modo a assegurar condições de conforto e segurança da circulação aos utentes, evitando deste modo a degradação da infraestrutura e das respetivas condições de serviço.

A conservação periódica da infraestrutura, corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da IP nos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte, que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão.

As atividades de segurança rodoviária, têm também suporte no Plano de Segurança Rodoviária que, para além de intervenções autónomas já descritas, compreendem também intervenções no âmbito da sinalização vertical e horizontal, semáforos e colocação de novas barreiras de segurança, entre outras medidas.

Em 2024, foram identificadas atividades dentro do âmbito da segurança rodoviária, num valor de 20,6 M€.

Os contratos de empreitadas de equipamentos de segurança agruparam-se principalmente em 3 tipos de equipamentos: i) sinalização vertical, ii) marcação rodoviária e iii) sistemas de retenção. Estes equipamentos desempenham um papel fundamental na garantia da segurança rodoviária, contribuindo para a orientação dos condutores, a organização do tráfego e a proteção dos utentes da estrada.





GESTÃO DA EMERGÊNCIA

No âmbito da segurança, a IP realiza também diversas iniciativas focadas na **gestão da emergência**. Em 2024, destacam-se as seguintes ações:

- Realização de **8 exercícios** que visaram testar os procedimentos relativos aos **procedimentos operacionais de emergência**, previstos no Plano de Emergência Geral (PEG) – IET96, em ambiente ferroviário;
- Em ambiente rodoviário, e enquadrados nos testes aos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil (PMEPC), realizaram-se **2 simulacros de acidentes rodoviários** em vias de gestão IP, sendo que o realizado no IC8, contou com o envolvimento de um significativo número de meios de socorro;

- Participação no **exercício FÉNIX2024** de aprontamento do DECIR 2024, organizado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), através do Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro, vocacionado para o treino e articulação dos diferentes Agentes de Proteção Civil (APC) e entidades cooperantes, na resposta aos incêndios florestais, no âmbito da Diretiva Operacional Nacional (DON) nº 2, que estabelece o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR);



- Realização de **6 exercícios** em matéria de **segurança contra incêndios em edifícios** (SCIE) que incidiram sobre os complexos empresariais localizados em espaços contíguos a estações ferroviárias e onde se pretendeu testar o envolvimento dos diferentes ocupantes e utilizadores;
- Realização de **7 ações de formação a entidades externas** - agentes de proteção civil -, subordinadas ao tema dos **riscos associados à infraestrutura ferroviária**, em particular, no que concerne à organização, gestão e resposta à emergência. Esta formação envolveu um total de 1 001 formandos;



- Em articulação com a Academia da IP, realizaram-se **6 ações de formação** sobre atuação em caso de **incêndio rural**, destinadas aos operacionais da área da manutenção e das Unidades Móveis de Inspeção e Apoio (UMIAS). Esta formação envolveu um total de 85 colaboradores;

- No âmbito do **acompanhamento de episódios de condições meteorológicas adversas**, com potencial impacte na atividade da IP, e resultantes da emissão dos Comunicados Técnico Operacionais emitidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, foram elaborados **42 comunicados**, relativos a cenários meteorológicos adversos. Deste conjunto, um total de 21 focaram-se em cenários de meteorologia adversa referente a episódios de precipitação, vento e agitação marítima e os outros 21, referentes a cenários de perigo de incêndio rural, com particular destaque para o período particularmente gravoso de perigo de incêndio, verificado entre 13 e 16 de setembro, e que culminou com um elevado número de incêndios rurais, resultando em danos na infraestrutura ferroviária das Linhas do Vouga e do Douro e, impactes significativos ao nível da circulação ferroviária e rodoviária, nos distritos de Aveiro, Porto e Vila Real;

- Em articulação com a Direção de Rede Ferroviária (DRF) e a Direção de Sistemas de Informação (DSI), foi operacionalizado um **mecanismo automático de difusão de avisos meteorológicos emitidos pelo IPMA** e que, no âmbito da ICET296, automatiza a ativação das limitações de velocidade para um conjunto de troços da rede ferroviária, previamente sinalizados como vulneráveis para a ocorrência de incidentes resultantes de condições meteorológicas adversas e

com potenciais impactes na circulação ferroviária, de forma a evitar a ocorrência de danos materiais e humanos;

- No âmbito da Lei de Bases de Proteção Civil e do Sistema Integrado de Operações de Socorro, a Equipa de Emergência da IP assegurou a **representação institucional e a colaboração operacional** ao nível das Comissões distritais e municipais de proteção civil;
- A Equipa de Emergência assegurou ainda, a coordenação institucional com a ANEPC, agentes de proteção civil e entidades cooperantes, no domínio da coordenação institucional, por via da participação nos ***briefings*** **dos Centros de Coordenação Operacional (CCO) de nível nacional**, regional e sub-regional, com especial ênfase no decorrer do acompanhamento e monitorização das situações meteorológicas adversas e Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais;
- Colaborou ainda com o Comando Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil (CSREPC) de Leiria, na elaboração do **Planos Prévios de Intervenção (PPI)** da Linha do Norte e PPI do IC8 com o Município de Pedrogão;
- Colaborou na **revisão de diversos Planos**, designadamente Planos Distritais de Emergência de Proteção Civil dos distritos de Coimbra e Castelo Branco, e diversos Planos Operacionais Municipais;
- A Equipa de Emergência participou, em articulação com a DRR, na comemoração do **dia da Proteção Civil** com exposição de meios na Marinha Grande e Castelo Branco.

6.4 DIMENSÃO GOVERNANÇA

6.4.1 EIXO DE INTERVENÇÃO 8 - BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO

ESRS G1-1; ESRS2 IRO-1; G1-2; G1-3; G1-4; G1-6; ESRS2 GOV-1; ESRS2 GOV-4

Dimensão Governança

Eixo 8: Boas Práticas de Gestão

- Avaliação de Fornecedores
- Integração de critérios ESG no clausulado dos cadernos de encargos
- Políticas de Pagamento
- Código de Ética
- Subscrição da carta de princípios da BCSD
- Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas
- Política de Comunicação de Irregularidades
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho
- Declaração de Política Antifraude
- Política de Proteção de Dados Pessoais
- Manual do Sistema de Gestão da Privacidade
- Manual de Auditoria
- Manual da Contratação
- Procedimento de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
- Gestão de Riscos e Oportunidades
- Ações de formação na área da ética, transparência e corrupção

Metas

- Práticas de Pagamento **abaixo de 30 dias** ou de **60 dias** (**contínua**)
- **Subscrição por 100% dos colaboradores** da declaração de compromisso com o Código de Ética do Grupo IP (**contínua**)
- **0 ações judiciais pendentes** por atrasos de pagamento (**contínua**)

O **eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão** é fundamental para a IP, uma vez que traduz o empenho da empresa nas práticas éticas, orientadas pelo Código de Ética, na transparência, na prevenção da corrupção e suborno e no relacionamento responsável com os seus fornecedores, que constituem valores que orientam a sua conduta empresarial.

Neste contexto, a IP desenvolve as suas atividades empresariais em conformidade com a lei, adotando práticas de gestão eficientes, sustentáveis e norteadas por princípios éticos e responsáveis, e assumindo também, total transparência na divulgação de informações, estabelecendo compromissos claros com:

- o interesse público, a legalidade, a transparência e a eficiência; e
- contra atos de corrupção e infrações conexas.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
G1 - Conduta de Negócio	Gestão de relação com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento	N.A.	Estabilidade financeira dos fornecedores, através de prazos de pagamento reduzidos	Impacte Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Promoção da sustentabilidade através da adoção de critérios ESG nos CE	Impacte Positivo	M | OD | J	CP
			Promoção da sustentabilidade e da competitividade ao longo da cadeia de valor, através da avaliação de fornecedores com base em critérios ESG	Impacte Positivo	OD	CP
			Perdas financeiras associadas a interrupção do fornecimento ou da atividade por dependência de fornecedores críticos, devido à reduzida oferta do mercado	Risco Financeiro	OD | J	CP | MP | LP
	Corrupção e suborno	Prevenção e deteção, incluindo formação	Cumprimento Código Ética	Impacte Positivo	M | OD | J	CP | MP | LP
			Redução do risco através da segregação de funções dentro da empresa	Oportunidade	OD	CP | MP
	Financiamento Sustentável	N.A.	Infraestruturas sustentáveis decorrentes dos requisitos de inclusão de critérios ESG dos programas de financiamento	Impacte Positivo	J	LP
			Garantir o acesso a financiamento comunitário com inclusão do DNSH, princípios horizontais e avaliação de risco da resiliência de infraestruturas	Oportunidade	OD	CP

Os padrões de gestão responsável e a integridade da conduta empresarial do Grupo IP, resultam em impactes positivos na sua operação própria e na sua cadeia de valor, ao privilegiar a legalidade, a transparência, a sustentabilidade dos seus projetos, os prazos curtos de pagamento aos seus fornecedores e a prevenção de atos de corrupção e infrações conexas.

A exigência de inclusão de critérios ESG nos projetos das infraestruturas, imposta pelos vários programas de financiamento, que só financiam infraestruturas sustentáveis e orientadas por princípios éticos e responsáveis, resulta em impactes positivos na sustentabilidade dos investimentos ferroviários e rodoviários da IP.

GESTÃO DE RELAÇÃO COM OS FORNECEDORES

Políticas, ações e desempenho

Com o objetivo de promover a sustentabilidade das operações e a adoção de critérios ESG pelos seus fornecedores, o Grupo IP integra em todos os Cadernos de Encargos (CE), **requisitos de qualidade, ambiente e social, segurança e saúde no trabalho**, que devem ser cumpridos pelos empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços, assim como o cumprimento das normas e princípios do **Código de Ética** do Grupo IP.

Os cadernos de encargos estabelecem também princípios e requisitos decorrentes das orientações da **Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360** (Resolução de Conselho de Ministros n. 13/2023, de 10 de fevereiro), cujos objetivos estratégicos são potenciar o papel transformador da Administração Pública e dos mercados, promover a eficiência de recursos, da economia sustentável e a transição para a economia circular, estimular a economia portuguesa para a neutralidade climática e incentivar a eco inovação na indústria e nos fornecedores.

No seguimento da aprovação desta ECO360, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros n. 132/2023, de 25 de outubro, que define critérios ecológicos específicos para os procedimentos de formação de um conjunto de contratos públicos promovidos por entidades da administração direta e indireta do Estado, incluindo do setor empresarial do Estado, em que a IP se insere.

A IP sistematizou os critérios ecológicos que lhe seriam aplicáveis e concluiu que já integrava uma parte relevante dos critérios estabelecidos.

Durante o ano de 2024, foram aplicados, entre outros, os seguintes critérios obrigatórios nos procedimentos de contratação pública da IP:

- **Aquisição de energia, nomeadamente para tração, tendo em conta a penetração exigida de energias renováveis no *mix* de energia consumido (75% em 2025 e 100% em 2030)** - Nos últimos anos, tem-se incluído nos contratos com comercializadores/fornecedores de energia elétrica, percentagens crescentes de penetração de energias renováveis.
- **Aquisição de serviços de certificação energética, auditoria energética e projeto e, de aquisição e instalação de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo** - A IP já possui uma estratégia de gestão de energia que inclui a implementação de planos de racionalização e eficiência energética, a realização de auditorias e certificação energética, que privilegia a instalação de soluções de autoprodução de energia a partir de fontes renováveis,

designadamente para autoconsumo, tendo já obrigações de cumprimento legal nestas matérias (por ex. por via do cumprimento dos requisitos da Resolução do Conselho de Ministros n. 104/2020 - ECO.AP).

- **Utilização de pelo menos 10% de materiais reciclados** ou que **incorporem materiais reciclados**, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em cada empreitada/obra.
- Exigência, nas empreitadas de obras públicas, de **certificação ISO 14001 e/ou EMAS** (Sistema Europeu de Ecogestão e Auditoria) dos seus empreiteiros.

Adicionalmente a IP exige nos CE das empreitadas/prestações de serviço, vários critérios ecológicos e sociais, designadamente, a elaboração de um **sistema de gestão da qualidade** (SGQ) da empreitada, um **sistema de acompanhamento ambiental** (SAA) para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou um **sistema de gestão ambiental** (SGA) para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração e um **sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho**.

De forma a garantir o desempenho adequado relativamente às questões ambientais, o Grupo IP inclui nos seus contratos a exigência de **Avaliação do Desempenho** do empreiteiro/contratado, ou seja, a obrigação do adjudicatário em proceder à monitorização das suas atividades, de modo a verificar o desempenho, os controlos operacionais aplicáveis e a conformidade com os objetivos e metas ambientais de cada obra. Este deve, periodicamente, levar a cabo inspeções às frentes de trabalhos e por exemplo aos locais para armazenamento preliminar de resíduos ou de materiais usados.

Deve também ser apresentado à IP, o **Plano de Monitorização**, sendo que as primeiras campanhas de monitorização serão realizadas previamente ao início de qualquer trabalho, constituindo os resultados destas campanhas, a caracterização da situação de referência, e a realização da **Avaliação da Conformidade** com os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis.

Conforme já referido, o Grupo IP, atualmente certificado pelas normas NP EN ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade) e NP ISO 55001 (Sistema de Gestão dos Ativos), possui uma metodologia para a **Avaliação dos Fornecedores** (GR.IT.061), de forma a garantir que os mesmos são avaliados e monitorizados, designadamente em matéria de atributos relacionados com a qualidade, a segurança e o ambiente. Este é um importante instrumento de gestão, para avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos a cada fornecedor/fornecimento no contrato celebrado, com o objetivo de potenciar os pontos positivos e minimizar os pontos negativos. Aplica-se a todos os contratos celebrados, designadamente de aquisição de bens, serviços e empreitadas, e realiza-se periodicamente.

Por outro lado, a **Política de Pagamentos** do Grupo IP está enquadrada no âmbito do Processo de Contas a Pagar, o qual é centralmente gerido e monitorizado pela Direção Financeira (DFI) da IP.



Toda a faturação decorrente da aquisição de bens e serviços efetuada pelas empresas do Grupo IP e suportada contratualmente ou por mecanismo análogo, é enviada para a DFI.

O processamento da faturação até ao seu pagamento percorre as seguintes etapas principais:

- integração da faturação no ERP SAP com validação de requisitos fiscais;
- validação/confirmação da receção dos bens/serviços;
- contabilização;
- verificação de requisitos para pagamento (IBAN certificado; declarações de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social)
- pagamento e informação ao fornecedor de documentos pagos.

O Grupo IP tem implementadas ferramentas que permitem a execução de um volume significativo de pagamentos. Com efeito, semanalmente, e de acordo com parâmetros pré-definidos é gerada, no sistema *Enterprise Resource Planning - Systems, Applications, and Products* (ERP- SAP), a proposta de pagamentos em lote que é analisada e que, após aceitação/aprovação, dá origem a ficheiro em formato SEPA que é submetido no *homebanking* da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) para processamento, através de transferência bancária para os fornecedores.

IGCP
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública

O Grupo IP define, mas não limita, os **prazos de pagamento** nos seus contratos nos seguintes termos:

- **Até 30 dias** para prestações de serviços relacionadas com fornecimento de bens e funcionamento geral;
- **Até 60 dias** para prestações de serviços de empreitada, outras prestações de serviços que exijam a medição de trabalhos e fornecimento de materiais ferroviários.
- **Datas específicas para o pagamento** de Disponibilidade e Serviço nos contratos de parceria público-privadas rodoviárias (implícito prazo aproximado de 30 dias).

Ainda sobre o tema das **práticas de pagamentos da IP**, e dada a natureza de empresa integrada no setor público empresarial, existem requisitos legais exigíveis aos fornecedores, previamente à realização de pagamento de faturação de montante superior ou igual a 3000 euros:

- Apresentação de certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira; e
- Apresentação de certidão de não dívida à Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo IP exige que para os fornecedores cujos pagamentos são efetuados por transferência bancária a apresentação de IBAN certificado previamente à realização da primeira transferência.

O número de pagamentos alinhados com as condições normais de pagamento, durante o ano de 2024, foi de 33.167, tendo sido este valor em 2023, de 21.544.

O número de pagamentos não alinhados com as condições normais de pagamento, durante o ano de 2024, foi de 7.234, tendo sido este valor bastante mais elevado em 2023, da ordem de 23.208.

A percentagem de pagamentos alinhados com as condições normais de pagamento, durante o ano de 2024, foi de 82% (para os 18% de pagamentos não alinhados, o desvio médio fixou-se em 16 dias), tendo este valor sido em 2023, de 48% (para os 52% de pagamentos não alinhados, o desvio médio fixou-se em 16 dias).

De referir a este respeito que, tendencialmente, o Grupo IP paga alinhado com as condições de pagamento contratuais. Não obstante, podem ocorrer pagamentos em data posterior ao vencimento da fatura pelos seguintes principais motivos:

- Insuficiência temporária de liquidez;
- Penhoras;
- Insolvências;
- Plano Especial de Revitalização;
- Saldos credores (favoráveis ao Grupo IP);
- Demora na receção de certidões de não divida atualizadas por parte dos fornecedores;
- Demora na receção do IBAN certificado por parte dos fornecedores;
- Constrangimentos orçamentais.

Não existem ações judiciais pendentes por atrasos de pagamento da IP.

A IP tem uma politica de prazos de pagamento reduzidos aos seus fornecedores, tendo o número médio de dias para pagar a fatura a partir da data em que começa a ser calculado o prazo de pagamento contratual, sido de 36 dias, em 2024. Este valor foi de 47 dias em 2023.

De acordo com determinadas circunstâncias, o Grupo IP pode promover o pagamento da faturação antes da data do seu vencimento, como ocorreu, por exemplo durante a pandemia COVID 19, como forma de contribuir para o alívio da tesouraria dos fornecedores, incluindo as PME, ou para acelerar o recebimento de financiamento comunitário (programas PRR, Portugal 2020, Portugal 2030, etc.).

O Grupo IP efetua uma gestão ativa do **Processo de Contas a Pagar**, sendo um dos objetivos desta gestão, assegurar o pagamento atempado da faturação aos seus fornecedores. Mensalmente é produzido e enviado para cada Empresa/Direção um relatório de acompanhamento da faturação, onde constam as seguintes informações:

- nível de eficácia no processamento da totalidade da faturação rececionada até ao mês de referência do reporte (por Empresa/Direção e Consolidado);
- a faturação por Empresa/Direção que se encontra pendente de validação/confirmação no final do mês de referência do reporte;
- qual a sua antiguidade.

Semanalmente, é feito um reporte para cada Empresa/Direção, com informação sobre a faturação que se encontra pendente de validação/confirmação naquela data.

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n. 34/2008, de 22 fevereiro, aprovou o **Programa Pagar a Tempo e Horas**, que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços (PMP) praticados por entidades públicas.

Esta Resolução estabelece objetivos de prazos, bem como a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores. Adicionalmente, o Despacho n. 9870/2009, de 13 de abril, vem adaptar o cálculo do indicador do **prazo médio de pagamento** e que considera a média do saldo em dívida de fornecedores observado no final de cada trimestre.

O Decreto-Lei n. 65-A/2011, de 17 de maio, define que “Atraso no pagamento - corresponde ao não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos (..) após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma”. A superação do indicador acontece sempre que o PMP é menor que 30 dias.

Neste contexto, sempre que os documentos de faturação estejam em conformidade com os bens e/ou serviços adquiridos, bem como com os requisitos legais e fiscais em vigor, os documentos são pagos até à data do seu vencimento (ou na sua vizinhança), de acordo com o prazos de pagamento acordados/contratualizados com os fornecedores.

Nestes termos, o Grupo IP tem vindo a publicitar o prazo médio de pagamento no Relatório e Contas anual de cada uma das empresas:

RELATÓRIO E CONTAS	
EMPRESA	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (DIAS)
Infraestruturas de Portugal (IP)	11
IP Telecom (IPT)	35
IP Património (IPP)	46
IP Engenharia (IPE)	33

No enquadramento do Decreto-Lei n. 65-A/2011 que define "Atraso no pagamento", a IP não tem pagamentos em atraso.

Ainda no relativo à **gestão de relação com os seus fornecedores**, de referir a existência de risco financeiro para a IP, decorrente de potenciais perdas financeiras da empresa, associadas à interrupção do fornecimento de materiais/equipamentos que resultam na afetação da própria atividade, por via quer da sua dependência de fornecedores críticos quer da reduzida oferta do mercado, designadamente quando se considera o contexto ferroviário.

CORRUPÇÃO E SUBORNO

Políticas, ações e desempenho

A IP dispõe de um **Manual de Organização** que estabelece as atribuições de cada unidade orgânica (UO) e de um **Manual de Delegação e Subdelegação de Poderes**, necessário à implementação do modelo organizacional. Estes dois instrumentos em conjunto com o **Manual do Sistema de Gestão Empresarial (SGE)**, que constitui o documento de referência do seu sistema de gestão e estabelece o modo de atuação na gestão e na melhoria do desempenho da empresa, traduzem as atribuições e as competências do Conselho de Administração Executivo e de cada Direção/UO, incluindo as matérias de conduta empresarial.

O Manual do SGE descreve e caracteriza o modelo de gestão da empresa identificando, nomeadamente, e no que ao que ao tema da Conduta Empresarial e de Negócio importa: (i) a visão da IP, a qual integra o compromisso com a prestação de um serviço seguro, eficiente e sustentável e (ii) os valores que conformam a gestão da IP, e que são, como já referido:

- a **ética** - atuação com respeito pelos princípios éticos, nomeadamente, de transparência, boa-fé e honestidade;
- a **segurança** - atuação com respeito pela vida das pessoas e a sua integridade física; e
- a **sustentabilidade** - atuação orientada para a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Por outro lado, o compromisso da gestão em matéria de conduta empresarial encontra-se divulgado, em permanência, na intranet e no *site* institucional da IP.

A conduta empresarial da IP está ainda conformada, entre outros instrumentos, pelo **i) Código de Ética**, pela ii**) Declaração de Política Antifraude**, pela **iii) Política de Comunicação de Irregularidades**, pelo **iv) Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas**, pelo **v) Procedimento de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo**, pela **vi) Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Local de Trabalho**, pela **vi) Política de Proteção de Dados Pessoais**, pelo **vii) Manual do Sistema de Gestão da Privacidade**, pelo **ix) Manual de Contratação**, pelo **x) Manual de Auditoria**.

- **Código de Ética**, que entrou em vigor em março de 2016. Tem por objetivo primordial dar a conhecer os princípios do Grupo IP aos respetivos colaboradores e *stakeholders* e definir um conjunto de regras de conduta que conformem e valorizem o comportamento dos colaboradores no desempenho da sua atividade profissional.



De referir que, em abril de 2020 decorreu a 1ª revisão do Código de Ética da IP e, em março de 2024, decorreu a sua 2ª revisão, a qual foi também objeto de homologação pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

A 2ª revisão do Código contou ainda com uma alargada participação dos colaboradores da empresa e com a auscultação do conjunto de *stakeholders* cuja intervenção, neste domínio, se considera pertinente: ex-Conselho da Prevenção da Corrupção (atual MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção), Conselho Geral e de Supervisão da IP, Comissão de Trabalhadores e Encarregada de Proteção de Dados das Empresas do Grupo IP.

A divulgação do Código de Ética na empresa, é assegurada por via da sua disponibilização permanente na intranet e no *site* institucional, e da existência de *teasers* na intranet, de uma área na intranet exclusivamente afeta ao tema da ética, de uma caixa de sugestões, da divulgação de fichas de exemplos práticos e de documentação relevante proveniente das entidades de controlo e inspetivas, para além da afixação de cartazes nos locais de trabalho.

Todos os colaboradores da IP têm de declarar o seu compromisso com o código de ética e, a subscrição da declaração de compromisso é monitorizada até ao cumprimento desse compromisso pela totalidade dos colaboradores. Na admissão de novos colaboradores, a IP disponibiliza um Manual de Acolhimento e, o Código de Ética é também distribuído, em formato eletrónico.

A IP desenvolve ainda, regularmente, diversas atividades de formação e sensibilização interna sobre todos os temas contemplados no Código de Ética da empresa, designadamente sobre **Conflito de Interesses**, **Proteção de Dados Pessoais**, **Cibersegurança**, e **Gestão do Risco**. A formação que está disponível nestas temáticas, destina-se a todos os colaboradores incluindo os membros do Conselho de Administração Executivo.

Com o objetivo de monitorizar a apreensão interna da mensagem integrante do Código de Ética, é também realizado periodicamente um **questionário *online*** sobre o mesmo, tendo a IP também disponível na Plataforma de Formação da empresa, cursos *e-learning* sobre ética e sobre prevenção da corrupção.

Por outro lado, os novos colaboradores devem realizar o ***Etiquiz*** - questionário *online*, que visa aferir o grau de apreensão da mensagem do Código de Ética da empresa.

Anualmente é feita a monitorização do cumprimento da norma do Código de Ética, designadamente, por via do **mecanismo de registo de ofertas**, com a elaboração de um relatório de reporte ao Conselho de Administração Executivo.

De referir ainda que, está previsto, em **norma autónoma do Código de Ética**, que a inobservância do Código de Ética por parte dos colaboradores é passível de constituir infração disciplinar, sem prejuízo das consequências dessa conduta em sede de responsabilidade civil, criminal ou contraordenacional.

Está ainda previsto que, qualquer conduta que indicie estar em desconformidade com o Código de Ética, deve ser reportada nos termos previstos na **Política de Comunicação de Irregularidades** e no procedimento que a complementa, através dos canais criados e exclusivamente afetos a este propósito (nº 9 do Código de Ética).

Estes instrumentos preveem a proposta de comunicação e reporte às entidades competentes, nos casos em que a averiguação de denúncias conclua pela existência de materialidade que consubstancie irregularidade (nº 2, alínea c) do nº 6.6. do Procedimento GR.PR.008), bem como a instauração de procedimento judicial.

Em complemento, a IP também dispõe de valências de contencioso no âmbito da Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance* (DAJ), a qual pode promover as diligências judiciais ou extrajudiciais necessárias para a salvaguarda dos interesses da empresa.

Está ainda previsto o reporte anual ao Presidente do Conselho de Administração Executivo, através de relatório sucinto, de todas as irregularidades comunicadas, especificando as que foram objeto de análise e averiguação, quais os resultados e as medidas propostas. O relatório é igualmente dado a conhecer ao órgão de fiscalização da IP - Conselho Geral e de Supervisão (nº 7 do procedimento GR.PR.008).

- **Declaração de Política Antifraude**, de outubro 2022. Configura uma ferramenta importante no reforço das práticas de transparência da IP e na promoção de uma cultura de ética, envolvendo os seus colaboradores e também os seus *stakeholders* mais relevantes.
- **Política de Comunicação de Irregularidades**, de fevereiro de 2016. Estabelece o regime geral de comunicação de irregularidades e de proteção de denunciantes de infrações. Esta Política traduz o compromisso das empresas do Grupo IP na adoção das melhores práticas recomendadas pelo **Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance***, com a disponibilização de um canal direto, idóneo e com a garantia da confidencialidade de todo o processo, para comunicar quaisquer situações detetadas que constituam infrações a que se refere o artigo 2º da Lei n. 93/2021, de 20 de dezembro, ou sobre as quais exista fundada suspeita de que violem ou prejudiquem:
  - O cumprimento de princípios legais, regulamentares, deontológicos, éticos, bem como normativos e orientações internas;
  - A integridade da informação financeira e as práticas contabilísticas aplicadas nas empresas do Grupo IP;

- O património das empresas do Grupo IP;
- A imagem das empresas do Grupo IP ou das boas práticas de gestão (incluindo domínios como conflito de interesses, desperdício de fundos, má gestão e abuso de autoridade, entre outros).

De referir que a 1ª revisão da Política de Comunicação de Irregularidades ocorreu em novembro de 2022.

Qualquer irregularidade detetada, deve ser apresentada através da **Plataforma de Comunicação de Irregularidades (Canal de Denúncias)**, criada especificamente para este efeito em novembro de 2022, e que substituiu o correio eletrónico para denúncias, em uso até esta data.

Esta Plataforma assegura a confidencialidade da identidade dos envolvidos na denúncia (anonimato) e da demais informação pessoal, o princípio da presunção da inocência, a prevenção de eventuais riscos de represálias e a confidencialidade das matérias objeto da denúncia. Permite ainda gerir e centralizar numa única plataforma todas as denúncias que venham a ser apresentadas, com garantias acrescidas em segurança do tratamento da informação, proporcionadas por uma ferramenta especificamente concebida para este efeito, a qual poderá ser acedida quer através da intranet quer através dos *websites* das empresas do Grupo IP.

Por sua vez, o **Procedimento de Comunicação de Irregularidades** define o conjunto de regras de atuação e de tramitação internas que asseguram, de forma célere e idónea, a receção, registo e tratamento da comunicação de irregularidades apresentada (Procedimento GR.PR.008).

A direção com atribuições para prosseguir com a análise e investigação de denúncias/incidentes, nomeadamente, de corrupção e/ou suborno, a Direção de Auditoria Interna (DAI), tem a necessária autonomia do ponto de vista da estrutura da organização, pois encontra-se no grau mais elevado da hierarquia e responde diretamente ao Presidente do CAE. Do ponto de vista da independência, entende-se que as suas atribuições são corporativas, mas não estão diretamente envolvidas com o negócio das empresas, o que lhe confere a exigida independência para prosseguir estas atribuições.

A IP dispõe assim de um conjunto de instrumentos e medidas, tais como os já referidos Código de Ética, Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que inclui os riscos de corrupção e infrações conexas, Declaração de Política Antifraude, Política de Comunicação de Irregularidades e o procedimento que a complementa, os quais estabelecem um conjunto de normas que estão alinhadas com os padrões internacionais estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

As já referidas ações de formação e sensibilização realizadas no âmbito da divulgação do Código de Ética, incidem entre outros temas, sobre a temática da comunicação de irregularidades, no sentido de capacitar os colaboradores da IP para denunciarem comportamentos inadequados ou ilegais que ocorram na organização.

Essas ações e o Canal de Denúncias do Grupo IP são medidas complementares que visam garantir a implementação de uma cultura de integridade e ética conforme às melhores práticas nacionais e internacionais.

- **Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas**, de 2015, que identifica as situações potenciadoras de riscos, incluindo os de fraude e de corrupção, e define, após análise e avaliação,

os Planos de Ação de tratamento, para mitigar ou controlar a sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto nas atividades e objetivos do Grupo IP, e a previsão do risco residual esperado após a sua implementação.

- **Procedimento de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo**, de agosto de 2020, que estabelece um conjunto de regras, medidas e procedimentos assumidos pelas empresas do Grupo IP, com vista a capacitar os trabalhadores para identificar e prevenir situações de branqueamento de capitais. Releva para este efeito a identificação e o conhecimento dos clientes bem como a monitorização das transações realizadas, em particular, no âmbito da atividade imobiliária desenvolvida por uma das empresas do Grupo IP.

De referir que a 1ª revisão do Procedimento de Branqueamento de Capitais ocorreu em novembro de 2022 e a 2ª revisão em dezembro de 2024.

- **Política para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho**, de abril de 2018, que tem por objeto a identificação de comportamentos suscetíveis de configurar assédio no trabalho e a definição de medidas de prevenção e de combate aos mesmos.
- **Política de Proteção de Dados Pessoais**, de maio de 2018, que tem como objetivo estabelecer orientações transversais às empresas do Grupo IP com vista à adoção de padrões de segurança e de proteção de dados pessoais. Está enquadrada nos compromissos de proteção de dados pessoais assumidos pelas empresas do Grupo IP e insere-se no **Sistema de Gestão de Privacidade** do Grupo IP.





- **Sistema de Gestão da Privacidade**, estabelecido em agosto de 2020, que assegura a *compliance* da Organização com os requisitos que decorrem do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), garantindo a adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas que contribuam para o alinhamento das empresas que integram o Grupo IP com as melhores práticas internacionais em matéria de privacidade.

De referir que a 1ª revisão do Sistema de Gestão da Privacidade ocorreu em novembro de 2022 e a 2ª revisão em dezembro de 2024.

- O Grupo IP detém um **Manual de Contratação**, que regulamenta toda a atividade de contratação da empresa e das empresas participadas (adaptadas ao setor tradicional e ao setor especial).

Em 2024, foi elaborado o **Programa de Cumprimento Normativo**, com o propósito de agregar num só documento os instrumentos relacionados com a prevenção e combate à corrupção, facilitando a respetiva divulgação, conhecimento e apreensão.

Na IP já está também designado o Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN), que tem as respetivas funções definidas no Manual da Organização.

Desde julho de 2024, que a IP cumpre com a Recomendação n. 7/2024 do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), através do envio mensal do relatório sobre o cumprimento do Programa de Cumprimento Normativo, disponibilizando informação sobre as irregularidades em matéria de corrupção e as medidas corretivas adotadas. A IP está registada na Plataforma RGPC do MENAC e cumpre com todos os pedidos de informação solicitados.

O conjunto destes instrumentos traduzem, no seu todo, aquilo que a gestão de topo definiu como a moldura dentro da qual a gestão da empresa deve ocorrer e que é aquela que é entendida como apta à valorização e dignificação das empresas do Grupo IP e dos seus colaboradores.

No sentido de apoiar o compromisso da empresa e do Grupo IP com a ética, a integridade e a transparência, têm vindo a ser concretizadas na empresa, tal como já referido, diversas ações de formação e iniciativas de sensibilização sobre estas temáticas. A partir de 2025, e em linha com o determinado pelo **Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC)**, o programa de formação sobre a Corrupção e o Conflito de Interesses, passará a estar integrado no Plano Anual de Formação da empresa.

A abordagem ao risco aplicada no Grupo IP – **Gestão de Riscos** - consiste, genericamente, no reconhecimento e apreciação (identificação, análise e avaliação) dos riscos intrínsecos à atividade do Grupo IP que impactam nos objetivos definidos para cada Direção/Empresa Participada.

Neste sentido, no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas, está identificado um risco transversal a todas as Direções/Empresas do Grupo IP, no qual são consideradas as situações passíveis de ocorrer no contexto da respetiva atividade.

Assim, e neste âmbito, em 2024, procedeu-se à:

Atualização do Mapa dos Riscos, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, e monitorização dos controlos.

Elaboração e divulgação do Relatório de Execução do Plano de Gestão dos R iscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo IP, disponível para consulta na intranet e *websites* das empresas do Grupo IP.

No sentido da mitigação e prevenção da fraude organizacional, continuaram a ser assegurados em 2024:

A monitorização anual do reporte do registo de ofertas.

O relatório anual sobre as comunicações de irregularidades recebidas nas empresas do Grupo IP.

A segregação de funções dentro da empresa e a assinatura da declaração de inexistência de conflito de interesses pelos gestores dos contratos, membros do júri e peritos que participam nos procedimentos pré-contratuais e dos colaboradores da Direção de Auditoria Interna.

Em 2024, não foram identificadas condenações por violação da legislação anticorrupção e antisuborno nas empresas do Grupo IP.

Ao longo de 2024 prosseguiu-se com o curso *e-learning* sobre o Código de Ética do Grupo IP e com a integração do tema da Ética nas atividades de receção aos novos colaboradores, designadamente através do já referido questionário *online Etiquiz*.

Foram ministradas 1.731 horas de formação em Ética e Transparência, abrangendo 825 colaboradores.

Ainda no âmbito das ações de comunicação, sensibilização e formação sobre o Código de Ética, realizou-se também em 2024, o *workshop* subordinado ao tema "Concorrência e Prevenção da Corrupção", a ação "Recordar o Código de Ética", que consistiu na criação de um filme com o resumo de todas as atividades desenvolvidas na Organização em torno do tema da ética e, assinalou-se o dia internacional contra a corrupção.

FINANCIAMENTO SUSTENTÁVEL

Políticas, ações e desempenho

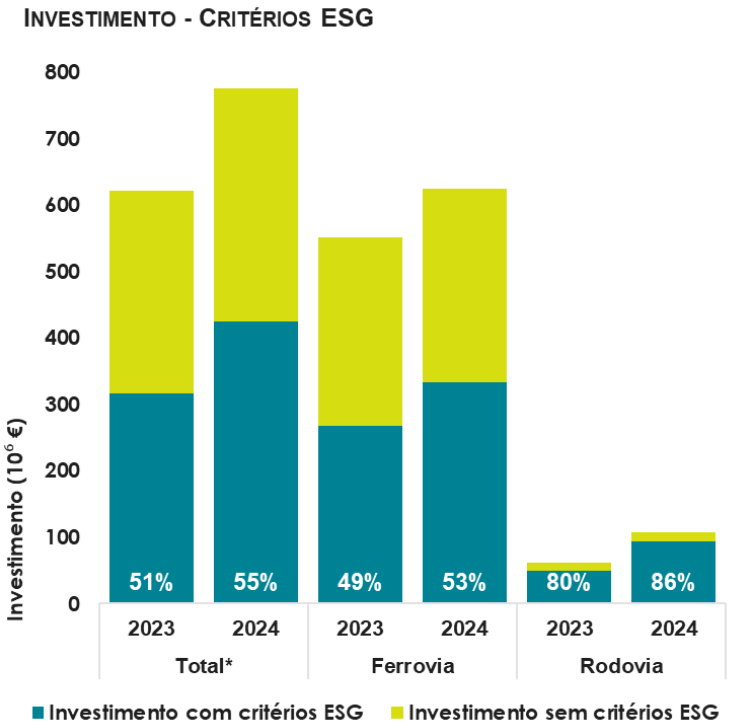
A IP assegura que as suas infraestruturas e os seus investimentos cumprem critérios de sustentabilidade, por via da **adoção/incorporação de critérios ESG**, quer nos **processos de desenvolvimento dos próprios projetos**, quer nos **processos de financiamento** dos mesmos.

No desenvolvimento dos seus projetos, a IP assegura a sustentabilidade das suas infraestruturas, ao exigir aos seus fornecedores a adoção de critérios ESG em todas as suas atividades. Para tal, o Grupo IP integra em todos os **Cadernos de Encargos (CE)** das empreitadas ou prestações de serviço, requisitos de qualidade, ambiente e social, e também segurança e saúde no trabalho, que devem ser cumpridos pelos seus empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços.

Por outro lado, para que seja obtido financiamento comunitário para os investimentos da IP, é exigido pela maior parte dos programas de financiamento das infraestruturas, designadamente, em programas como o **Compete 2020**, o **POSEUR**, o **Sustentável 2030** e o **PRR**, que os projetos candidatos sejam acompanhados por documentação comprovativa da sustentabilidade dos investimentos, por ex. Estudos de Avaliação de Adaptação às Alterações Climáticas e Resiliência a Catástrofes Climáticas (EAAC), que analisam os riscos dos perigos climáticos nos cenários climáticos futuros RCP4.5 e RCP8.5 do IPCC, por Declarações de Compromisso que atestem/justifiquem o Princípio de "Não Prejudicar Significativamente (DNSH)" os 6 objetivos ambientais – i) mitigação das alterações climáticas, ii) adaptação às alterações climáticas, iii) utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos, iv) economia circular, v) prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo e vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas - na aceção do artigo 17º do Regulamento (UE) 2020/852, e pela *check-list* dos Princípios Horizontais, que comprova o respeito desses investimentos/projetos, pelos princípios horizontais relacionados com a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, os princípios de acessibilidade para pessoas com deficiência referidos nos artigos 9º, nºs 1, 2 e 3, e artigo 22º do Regulamento (UE) 2021/1060, e que se destinam a assegurar a igualdade, a inclusão e a não discriminação de qualquer grupo em particular.



Em seguida apresenta-se o investimento total da IP, nos anos de 2023 e 2024, e os investimentos ferroviários e rodoviários associados a programas de financiamento de infraestruturas que exigem a inclusão de critérios ESG.



** Inclui Investimento Ferroviário, Rodoviário, Cabos Submarinos e Investimentos de Apoio à Gestão*

Em 2024, a percentagem do investimento da IP associado a financiamento sustentável foi de 55%, um aumento de 4% relativamente ao ano de 2023, com valores da ordem dos 51%.

Em 2024, a percentagem do investimento ferroviário da IP associada a financiamento sustentável foi de 53%, enquanto no setor rodoviário atingiu 86%. Em 2023, estes valores foram inferiores, situando-se em aproximadamente em valores de 49% no investimento ferroviário e 80% no rodoviário.

6.4.2 EIXO DE INTERVENÇÃO 9 – INOVAÇÃO

ESRS G1-1; ESRS2 IRO-1 (específico do Grupo IP)



O **eixo de intervenção 9 – Inovação** assenta no princípio de que as atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) são fundamentais para a melhoria da qualidade do serviço público prestado aos utilizadores das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, são consideradas estratégicas para potenciar a eficácia interna do Grupo IP, e ainda cruciais para elevar o nível de conhecimento e capacitação dos colaboradores.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
G1 - Conduta de Negócio	Cultura Empresarial	Inovação	Parcerias de IDI e participações em grupos de trabalho internacionais	Impacte Positivo	OD	CP
			Implementação de novas tecnologias na atividade (ex: *drones*, IA, entre outras)	Impacte Positivo	OD	CP | MP | LP

A IP, como prestador crítico de serviços de mobilidade, acompanha as tendências do sistema de mobilidade e transportes e aposta de forma clara na integração de projetos e experiências de inovação nas suas atividades, processos e produtos, com o objetivo de alavancar e robustecer o seu papel e o das suas infraestruturas no futuro da mobilidade, uma vez que considera que a inovação contribui com impactes muito positivos na eficiência e no seu desempenho, para além de poder originar novos negócios.

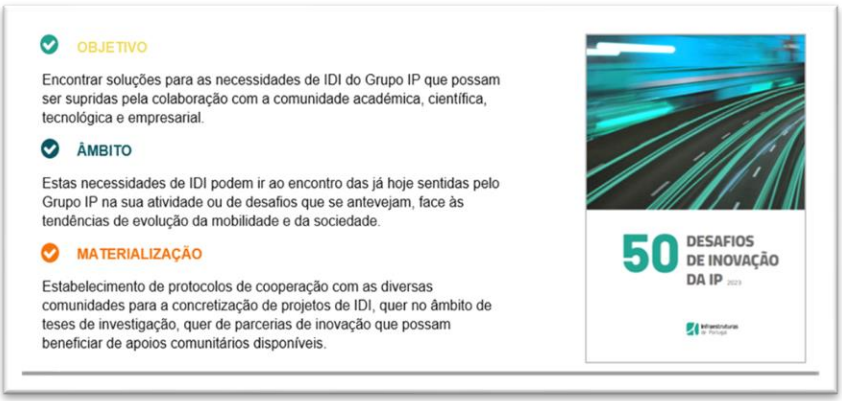
Foi o reconhecimento da importância da inovação, que levou a que, na mais recente restruturação da orgânica do Grupo IP, efetivada em 2023, fosse criada a Direção de Sustentabilidade e Inovação, que a par da sustentabilidade, é responsável pela coordenação dos processos de inovação da empresa, em articulação com as várias Unidades Orgânicas (UO) e empresas participadas do Grupo IP.

INOVAÇÃO

Políticas, ações e desempenho

As linhas de orientação do papel da Inovação na empresa, estão definidas no atual **Plano de Inovação da IP**, documento estratégico de gestão de inovação do Grupo IP, que tem guiado as atividades de IDI, desde o seu lançamento em 2016, permitindo incorporar na empresa um elevado valor, decorrente do conhecimento obtido nas várias ações e iniciativas de inovação que se têm vindo a realizar, e das quais se destacam:

- vários **projetos de IDI**;
- diversas **Parcerias** com diferentes entidades, académicas e outras, para a realização de testes e pilotos de novos produtos e tecnologias;
- o **programa de parcerias "50 Desafios de Inovação do Grupo IP"**, que pretende que a comunidade académica, científica e tecnológica possa investigar e desenvolver novas soluções para os desafios de inovação do Grupo IP;
- o fórum de reflexão ***Think Tank***, que estimula o desenvolvimento de uma cultura de inovação na empresa, e ainda;
- diversos estudos de tendências do sistema de mobilidade e transportes.



Uma vez que o atual Plano de Inovação já não reflete de forma assertiva os desafios e as necessidades que as evoluções tecnológicas e as alterações sociais/societais têm imposto à organização e funcionamento da IP, foi desenvolvido em 2024, o procedimento de contratação de serviços de consultadoria, para apoio à definição de uma nova estratégia de inovação para o Grupo IP.

A elaboração da **Estratégia de Gestão Integrada de Inovação da IP 2030 (EGIIIP2030)** irá ocorrer em 2025, com previsão de conclusão até ao final do ano.

Durante o ano de 2024, a empresa participou em 4 projetos de IDI, cofinanciados por programas europeus, em três áreas particulares: conetividade e telecomunicações, ambiente e resiliência.

Os 4 projetos de IDI em curso e que ainda decorrem são:

- **Projeto *FCH2Rail***: teve como objetivo desenvolver, construir, testar, demonstrar e homologar um sistema de alimentação híbrido de célula de combustível escalável, modular e polivalente (FCHPP), com potencial de aplicação a diferentes composições ferroviárias (unidades múltiplas, locomotivas e locomotivas de manobras). Pretende atingir um nível de TRL 7;
- **Projeto PTQCI**: teve como objetivo a integração e combinação das tecnologias *Software Defined Networks (SDN)* e *Quantum Key Distribution (QKD)* "em cima" das redes óticas existentes, para construir uma arquitetura de controlo de rede altamente segura, escalável e resiliente, para as redes de serviços operacionais avançadas e desenvolver máquinas cifradoras nacionais;
- **Projeto *Rail4Cities***: teve 3 objetivos principais: i) estabelecer as estações ferroviárias como centros urbanos vitais que estimulem o desenvolvimento sustentável das cidades, bem como infraestruturas "circulares" e resilientes, ii) desenvolver um modelo europeu, incluindo a metodologia e ferramenta para a implementação efetiva e sustentável destes conceitos nas estações ferroviárias e iii) ativação do ecossistema ferroviário e promoção dos resultados alcançados através de sinergias nos investimentos.
- **Projeto *Nexus***: teve como objetivo a criação da plataforma "*Nexus Open Data Collaboration*", que pretende constituir-se como um instrumento de promoção do processo de inovação

associado a este setor, e onde serão disponibilizados os dados gerados pela atividade portuária e logística.



Os 3 projetos de IDI que se concluíram em 2024, foram:

- **Projeto *CRoads | Cooperative Streets***: projeto que teve 3 objetivos principais: i) segurança rodoviária, nomeadamente em termos de redução de acidentes e incidentes; ii) promoção da coesão territorial, fazendo a ligação entre grandes áreas urbanas e metropolitanas ao longo da rede *Core* nacional e iii) promoção da descarbonização, promovendo o uso do transporte público e de soluções de "mobilidade como um serviço" (*MaaS*);
- **Projeto *Radius***: projeto que teve como objetivo desenvolver uma tecnologia de *drones* para apoiar a monitorização do estado dos equipamentos de sinalização críticos para a segurança ferroviária e abrir caminho para atividades de inspeção e manutenção ferroviária sem intervenção humana; e
- **Projeto *Road Safety***: projeto que teve 2 objetivos: i) melhoria da segurança da infraestrutura rodoviária da rede transeuropeia de transporte e das regiões urbanas de Lisboa e Porto, através de investimentos na melhoria dos equipamentos de segurança, como por exemplo sinalização vertical, marcações rodoviárias, guardas de segurança, guias sonoras, entre outros, prevendo-se ainda financiar os investimentos tecnológicos para a implementação do sistema *112 eCall* e ii) desenvolvimento de um sistema/plataforma para realizar, quer o diagnóstico da sinistralidade na rede rodoviária, com deteção e ordenamento de trechos de estradas ou ligações rodoviárias de maior risco, suscetíveis de intervenção de melhoria ao nível da segurança, quer estimar os benefícios esperados de projetos de intervenção em locais específicos. Este sistema/plataforma tem também como finalidade apoiar a IP na otimização dos seus investimentos em intervenções de segurança rodoviária, no sentido de minimizar os seus custos e maximizar o respetivo impacto ao nível da redução da sinistralidade.

Os 7 projetos de IDI que decorreram em 2024 envolveram cerca de 30 colaboradores do Grupo IP. A participação do Grupo IP nestes projetos de inovação permitiu a construção de uma extensa rede de colaboração, superior a uma centena de parceiros de IDI.

Em 2024 foi também dada continuidade ao **Programa dos 50 Desafios de IDI da IP**, através da realização de diversas interações com entidades empresarias e do meio académico e científico, para aferição de iniciativas conjuntas, perfazendo um total de 11 desafios abordados.

Neste contexto, em 2024, além das parcerias em curso, foi celebrado o Protocolo de Cooperação ISEL-IP que formaliza a colaboração das duas entidades e enquadra potenciais futuros acordos de desenvolvimento de ID. Salienta-se também a colaboração da IP na realização de testes de avaliação de validação de diversas tecnologias, em ambiente real na infraestrutura da IP e no desenvolvimento de teses de mestrado através do fornecimento de dados e do apoio na interpretação e validação dos resultados, designadamente, na realização de uma tese de mestrado em engenharia da energia e ambiente sobre o potencial solar das ferrovias em Portugal.

Em 2024 estabeleceram-se 4 parcerias com entidades, designadamente da Academia e do ecossistema da inovação.

Destaca-se ainda, em 2024, a participação da IP nos seguintes **demonstradores de inovação colaborativa**:

- *Open Innovation Program powered by* Vodafone *Boost Lab*, de dinamização e aceleração da aplicação da tecnologia 5G em diversas áreas da sociedade e economia;
- 3ª edição do Programa *NextLap - NextLap Tech Hub*, programa de aceleração de inovação em circularidade, promovido pela Valorpneu e dinamizado pela Beta-i, no âmbito do qual foram selecionados 3 testes pilotos com potencial aplicação na IP, a desenvolver em 2025.

Foi ainda aprovada a candidatura do projeto *TB EDX*, financiada através do PRR – Rede Nacional de *Test Beds*, que conta com a participação da IP Telecom, e que visa proporcionar uma infraestrutura para demonstração, experimentação, testes e formação às empresas que criam produtos e serviços baseados em dados. Visa ainda a promoção da interoperabilidade, em conformidade com as regras, políticas e regulamentos da Gaia-X e da IDSA.

Relativamente à promoção de uma cultura de inovação no Grupo IP, destacamos as sessões de *Think Tank* (TT) de Inovação realizadas em 2024. O *Think Tank* de Inovação é um fórum de reflexão sobre inovação na IP e tem como principais objetivos criar uma cultura de inovação no Grupo IP, partilhar conhecimento, identificar sinergias entre as diversas iniciativas e projetos a decorrer no Grupo IP e identificar necessidades e novas oportunidades de inovação. Este fórum é constituído pela equipa da Direção de Sustentabilidade e Inovação, responsável, pela criação e atividade deste fórum, e por cerca de 20 embaixadores de inovação, associados a diversas áreas de conhecimento do Grupo IP, que têm como principal papel serem agentes de promoção da inovação dentro da organização.

Em 2024, realizaram-se 2 sessões ***Think Tank*** de Inovação, o 8º TT subordinado ao tema "Como tornar a IP numa das melhores empresas para trabalhar?" e o 9º TT subordinado ao tema "Como preparar a IP para os desafios futuros de Gestão de Infraestruturas Críticas?"

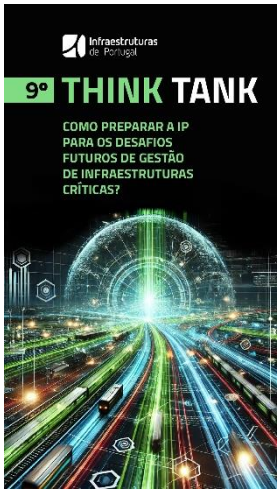


8º Think Tank de Inovação (5 de junho), subordinado ao tema "**Como tornar a IP numa das melhores empresas para trabalhar?**"

Como convidados externos participaram Elsa Carvalho, Diretora de Negócio da WTW, e Paulo Pereira da Silva, CEO da RENOVA.

A primeira parte consistiu num debate sobre "Cultura organizacional, inovação e gestão do talento" com os convidados externos, moderado pela Diretora de Sustentabilidade Inovação e alargado a toda a plateia de participantes.

Na segunda parte foram efetuadas apresentações por colaboradores da Direção de Capital Humano (DCH) sobre "Propósitos e interrogações para ser uma das melhores empresas para trabalhar" e "Conciliar é preciso! O SGC da IP", seguido de um debate entre Embaixadores de Inovação.



9º *Think Tank* de Inovação (4 de dezembro), subordinado ao tema "**Como preparar a IP para os desafios futuros de Gestão de Infraestruturas Críticas?**".

Como convidados externos participaram José Duarte da Costa, Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, e Carlos Correia, Presidente do Conselho de Administração do Porto de Lisboa, proporcionando uma partilha de pontos de vista distintos e externos ao Grupo IP.

A primeira parte consistiu num debate com os convidados externos, moderado pela Diretora de Sustentabilidade e Inovação e alargado a toda a plateia de participantes. O debate abordou, no contexto dos desafios de gestão de infraestruturas críticas, temas relacionados com a governação, cooperação, gestão de riscos, resiliência a eventos climáticos extremos e eventos cibernéticos, realçando o papel da inovação em todos estes temas. Na segunda parte do evento foram efetuadas 3 apresentações de trabalhos desenvolvidos internamente sobre a temática do papel da inovação na gestão de infraestruturas críticas pela Direção de *Asset Management* (DAM), Direção de Segurança (DSS) e IPT, a que se seguiu um período de discussão/debate.

Também integrado nas iniciativas de divulgação interna da Inovação, realizou-se em dezembro de 2024 o ***Workshop* "Projetos Internacionais de Especificação Técnica e Inovação"**, em que foram apresentados os desenvolvimentos de grupos de trabalho internacionais e de 3 projetos de inovação repartidos pelos 3 temas do evento: "Energia e Eficiência"; "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas" e "Digitalização".

Importa também referir a participação da IP na PFP - Plataforma Ferroviária Portuguesa, organização fundada em 2015, e que foi reconhecida como um dos *Clusters* de Competitividade da economia portuguesa, tendo como motivação reunir todos os *stakeholders* da ferrovia nacional para a promoção de Portugal como país inovador na indústria ferroviária.

Em 2024, a IP continuou o mandato de presidência da Direção da PFP, tendo-se realizado neste âmbito as seguintes ações:

- Organização do Portugal *Railway Summit*, o maior evento do setor ferroviário português, que decorreu no Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento a 21 e 22 de maio de 2024;
- Elaboração da Carta Aberta para a Ferrovia Nacional, com as principais prioridades para o setor.
- Organização da missão empresarial nacionais à *Innotrans*, em Berlim.



No que diz respeito ao **SIFIDE** - programa nacional de financiamento às atividades de Investigação e Desenvolvimento, e que financia projetos de inovação desenvolvidos no ano transato, são de destacar as seguintes atividades, em 2024:

- Submissão de 19 candidaturas do Grupo IP referentes a atividades ID realizadas em 2023;

- Aprovação de 20 candidaturas do Grupo IP referentes a atividades ID realizadas em 2022, correspondendo a um benefício fiscal de 293.430,51 €.

Por último, é de referir que no 1º trimestre de 2024, a IP realizou um inquérito interno para avaliar a incorporação dos resultados dos projetos de inovação na atividade da IP. Foi possível concluir que a maioria dos projetos produziram resultados que já foram incorporados na empresa ou estão em processo de o serem, em que as incorporações mais significativas são a criação de uma rede de *networking*, com transferência de conhecimento de valor acrescentado para as atividades da IP.

6.4.3 EIXO DE INTERVENÇÃO 10 – CIBERSEGURANÇA

ESRS G1-1; ESRS2 IRO-1 (específico do Grupo IP)

Dimensão Governança

Eixo 10: Cibersegurança

- Política de Segurança da Informação do Grupo IP
- Plano Estratégico de Cibersegurança do Grupo IP (PECIP)
- Grupo de trabalho CiberSecIP
- Plano de Ação do CiberSecIP
- Promoção de uma cultura de cibersegurança e de gestão de risco

Metas

- Aprovação da **revisão do PECIP 2024 -2028** pelo CAE (**2025**)
- Aprovação do novo **Plano de Ação do CiberSecIP** (**2025**)
- Gerir a exposição às ameaças e ao risco no ciberespaço com resultado de **0 ataques com êxito** (**contínua**)

O **eixo de intervenção 10 – Cibersegurança** assenta no princípio de que a IP, para cumprir a sua missão de assegurar um bom desempenho das suas infraestruturas rodo e ferroviárias, tem necessariamente de garantir a segurança da informação e da tecnologia aplicada aos vários equipamentos, sistemas e materiais instalados.

Impactos, riscos e oportunidades materiais

No âmbito da análise de dupla materialidade, os impactes, riscos e oportunidades (IRO) identificados foram:

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Classificação	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
G1 - Conduta de Negócio	Cibersegurança	N.A.	Interrupção ou comprometimento dos serviços aos clientes	Impacte Negativo	J	CP | MP | LP
		N.A.	Melhoria da cibersegurança através da utilização de tecnologia resiliente a possíveis ciberataques	Impacte Positivo	OD	CP | MP
		N.A.	Resiliência das infraestruturas	Oportunidade	M | OD | J	CP | MP | LP
		N.A.	Custos com implementação de soluções para melhoria da cibersegurança	Risco Financeiro	OD	CP | MP | LP
		N.A.	Diminuição de receitas por quebras nos serviços	Risco Financeiro	OD	CP | MP | LP

A IP, como prestador de serviços de mobilidade, tem como uma das preocupações mais fundamentais, a cibersegurança. Neste contexto, assegura fortes investimentos para dotar o seu ecossistema de meios, recursos e competências para a preservação, a operacionalidade e a segurança das infraestruturas tecnológicas. Paralelamente, garante a proteção da informação, a minimização do risco de perda de dados, a qualidade dos recursos para a prestação contínua dos serviços e a conformidade com normas e regulamentações existentes, contribuindo com impactes positivos para a resiliência da atividade socioeconómica nacional.

Cibersegurança

Políticas, ações e desempenho

Os sistemas e tecnologias de informação são hoje fundamentais para o suporte aos processos de negócio de qualquer organização. Atualmente, as eventuais ameaças contra a segurança - disponibilidade, integridade e confidencialidade - da informação podem resultar em ocorrências com impacto elevado para a atividade socioeconómica do país.

Assim, é fundamental que todos os sistemas de suporte à gestão de infraestruturas sejam redundantes, vigilantes e incorporem medidas de *backup* em caso de ameaça/ataque.

A ação do Grupo IP em termos de cibersegurança está ancorada em vários instrumentos e estruturas:

- **Política de Segurança da Informação do Grupo IP** - Sendo a informação considerada um ativo estratégico e essencial para o Grupo IP, a Política de Segurança da Informação do Grupo IP define as diretivas para a organização, tendo por objetivo a proteção dos seus ativos de informação contra todas as ameaças internas, externas, deliberadas ou acidentais. Além disso, a segurança da informação é essencial para a reputação do Grupo IP como uma organização confiável e segura.

  Ao estabelecer esta Política, o Conselho de Administração Executivo (CAE) assume os compromissos nela definidos, nomeadamente, para com a **Segurança da Informação**, sendo aplicável a todas as atividades e processos dentro do âmbito estabelecido.

  A Política de Segurança da Informação do Grupo IP é disponibilizada a todas as partes interessadas através dos canais específicos, sendo de cumprimento obrigatório.

- **Plano Estratégico de Cibersegurança do Grupo IP (PECIP)** - As linhas de orientação para a materialização da cibersegurança no Grupo IP assentam no Plano Estratégico de Cibersegurança do Grupo IP, que constitui a garantia da segurança da informação necessária à operacionalidade do Grupo IP e ao serviço prestado aos utilizadores das suas infraestruturas, clientes e restantes *stakeholders*, contra quaisquer ameaças ou vulnerabilidades do ciberespaço, através da tecnologia, da adoção de melhores práticas processuais e comportamentais e da cooperação com entidades externas.

DIRETRIZES/EIXOS DE INTERVENÇÃO DO PECIP				
ATIVOS	CULTURA	TECNOLOGIA	METODOLOGIA	ECOSSISTEMA
Identificar a informação, os ativos e os sistemas do Grupo IP críticos do ponto de vista de cibersegurança	Sensibilizar para a cibersegurança e gerir o risco cibernético	Adotar os melhores recursos de cibersegurança no mercado	Desenvolver uma abordagem organizacional à cibersegurança	Desenvolver o ecossistema do Grupo IP tornando-o mais ciberseguro

O caminho para esta **Visão** passa por alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade, autenticidade e não repúdio da informação do Grupo IP e dos seus clientes;
- Gerir a exposição às ameaças e ao risco no ciberespaço;
- Garantir a continuidade da operação e a proteção dos ativos críticos contra ameaças ou vulnerabilidades do ciberespaço, minimizando o tempo de indisponibilidade e os impactos resultantes em caso de ataque informático;
- Posicionar o Grupo IP como referência na área de cibersegurança, contribuindo para a Estratégia Nacional de Cibersegurança.

No contexto da cibersegurança, a IP dispõe de um conjunto de medidas e de boas práticas no âmbito da segurança da informação, que pretendem garantir o uso seguro das tecnologias, nomeadamente, das que estão ligadas aos serviços críticos disponibilizados aos diferentes *stakeholders*.

A abordagem do PECIP baseia-se nas melhores práticas internacionais e visa garantir a segurança das Tecnologias de Informação / Tecnologia Operacional (TI/OT) do Grupo IP, e a proteção de informações, sistemas e infraestruturas críticas, com base em cinco domínios:

- **Governar:** Definir como a organização aborda a gestão de riscos cibernéticos.
- **Identificar**: Identificar os ativos e riscos cibernéticos da organização.
- **Proteger**: Implementar controlos de segurança para mitigar os riscos cibernéticos identificados.
- **Detetar**: Detetar e responder a incidentes cibernéticos.
- **Responder**: Recuperar sistemas e dados após um incidente cibernético.

A implementação do **Plano Estratégico de Cibersegurança 2019-2023** foi concluída com sucesso, tendo sido implementadas medidas de proteção tecnológica de forma a proteger os sistemas e dados do Grupo IP, como sistemas de monitorização e mitigação, o que se traduziu num aumento da resiliência a ataques, na melhoria da postura de cibersegurança e ao aumento da confiança na segurança da organização.

A revisão do PECIP iniciou-se em 2024, e espera-se a sua aprovação em 2025 – **PECIP 2024-2028**.

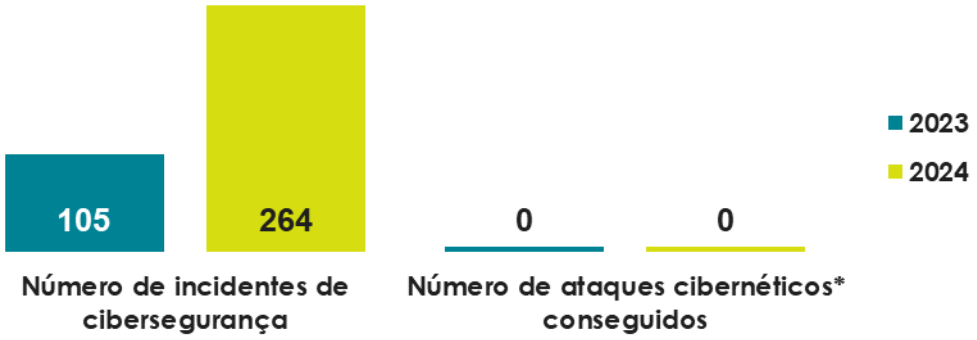
Foi criado o grupo **CiberSecIP**, constituído pela IP Telecom (IPT), líder do grupo, pela Direção de Acessibilidade e Telemática (DAT) e Direção de Sistemas de Informação (DSI). Este grupo tem como objetivo criar as respostas de que o Grupo IP necessita para fazer face à realidade de segurança de informação, através de ações preventivas e corretivas no quadro das disposições legais e regulamentares em matéria de segurança das redes e dos sistemas.

O CiberSecIP é responsável por desenvolver e implementar o PECIP, através de um **Plano de Ação** - Plano de Ação do CiberSecIP - para a melhoria do nível de cibersegurança do Grupo IP, de acordo com a nova abordagem feita pela Diretiva NIS2 (Diretiva 2022/2555, de 14 de dezembro), de redes e sistemas de informação, do Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço (Decreto de Lei n. 65/2021, de 30 de julho) e do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança (QNRCS), publicado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

O **Plano de Ação** será aprovado com a aprovação do PECIP 2024-2028.

Em termos de indicadores de cibersegurança da empresa, de referir que em 2024, ocorreram 264 incidentes cibernéticos a diversos sistemas da IP, sendo que nenhum desses ataques foi bem sucedido.

INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA



Ao longo de 2024, a empresa continuou a desenvolver ações de formação e de sensibilização dos seus colaboradores na temática da cibersegurança.

Em 2024, foram ministradas 83h de formação em Cibersegurança, abrangendo 298 colaboradores.

Infraestruturas de Portugal

.07

Desempenho Económico-Financeiro

Parte I

7. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

7.1 RESULTADOS

Os resultados alcançados pelo Grupo IP no ano de 2024 apresentam uma evolução positiva face ao período homólogo, sendo de destacar o resultado líquido consolidado do exercício, no valor de 115,6 milhões de euros, conforme se detalha no quadro seguinte:

Unidade: milhares de euros

RESULTADOS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Rendimentos Operacionais	1 371 987	1 572 675	200 687	15%
Gastos Operacionais	1 163 369	1 247 592	84 223	7%
Resultado Operacional	**208 618**	**325 082**	**116 464**	**56%**
Resultado Financeiro	**-181 983**	**-170 213**	**11 770**	**-6%**
Resultados antes de Impostos	26 635	154 869	128 234	481%
Resultado Líquido	**-18 087**	**115 550**	**133 637**	**-739%**

7.2 RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os Rendimentos Operacionais consolidados totalizam 1.572,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 200,7 milhões de euros quando comparado com o ano de 2023.

Unidade: milhares de euros

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Vendas e serviços prestados	**1 200 890**	**1 359 117**	**158 227**	**13%**
Consignação de Serviço Rodoviário (CSR)	641 731	691 040	49 309	**8%**
Portagens	328 409	323 456	-4 953	**-2%**
Serviços Ferroviários	84 048	95 239	11 192	**13%**
Concedente Estado-Rédito ILD	34 140	100 376	66 236	**194%**
Contratos de Construção	71 794	104 437	32 643	**45%**
Outras prestações de serviços	40 767	44 568	3 801	**9%**
Subsídios à exploração	**65 405**	**117 932**	**52 527**	**80%**
Outros rendimentos e ganhos	**105 541**	**95 626**	**-9 914**	**-9%**
Imparidades (perdas/ reversões) *	**152**	**-12 150**	**-12 302**	**-8083%**
Total	**1 371 987**	**1 572 675**	**200 687**	**15%**

* No total dos rendimentos operacionais, esta rubrica, apenas é considerada no ano em que a mesma é um rendimento.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

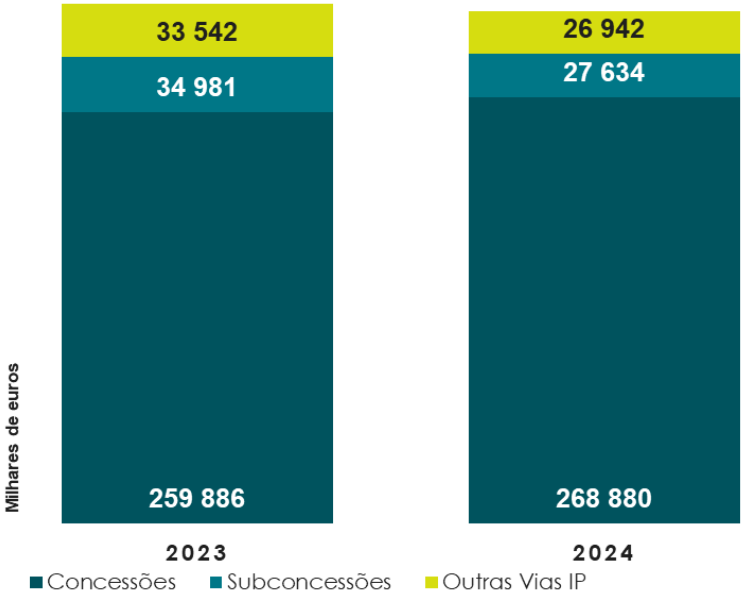
Os rendimentos provenientes de Vendas e Serviços Prestados totalizam 1.359,1 milhões de euros, valor superior em 13% face ao resultado de 2023.

CONSIGNAÇÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO (CSR)

Em 2024, os rendimentos provenientes da CSR representaram 691 milhões de euros, tendo-se registado um aumento de 49,3 milhões de euros relativamente ao ano de 2023.

PORTAGENS

Em 2024, os rendimentos provenientes de receitas de Portagens registaram um decréscimo de 4,9 milhões de euros face ao ano anterior, tendo sido reconhecido um valor de 323,5 milhões de euros.



As receitas de portagens provenientes da utilização da **rede de concessões do Estado**, em que a IP é titular da receita proveniente da cobrança de taxas de portagem, registaram um aumento de 3% face ao ano de 2023, com rendimentos no montante de 268,9 milhões de euros.

A atividade de cobrança de portagens nas **autoestradas subconcessionadas pela IP** gerou, no ano em análise, 27,6 milhões de euros, verificando-se uma redução de 21% face ao ano anterior.

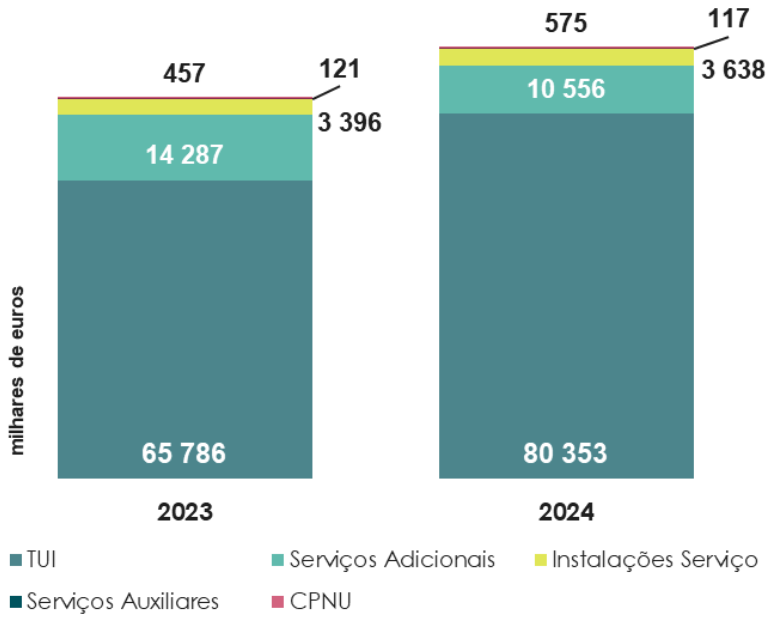
Na **rede sob gestão direta da IP**, as receitas de portagens atingiram os 26,9 milhões de euros, menos 20% do que o registado no ano anterior.

A redução no valor total das portagens está relacionada com a entrada em vigor, a partir de 1 de janeiro de 2024, do novo regime legal de redução do valor das tarifas de portagem, subindo o desconto de 50% para 65% nas concessões do Interior Norte, da Beira Litoral e Alta, do Algarve, e ainda na A23 (ex-SCUT), e de 15% para 65% na subconcessão AE Transmontana e no Túnel do Marão. Na subconcessão do Pinhal Interior, foi introduzido um desconto de 65% sendo que, das operações abrangidas pela Portaria n.º 418/2023, de 11 de dezembro, esta era a única que anteriormente não tinha qualquer desconto aplicado na tarifa de referência às taxas de portagem.

SERVIÇOS FERROVIÁRIOS

Os rendimentos provenientes dos Serviços Ferroviários, que incluem a utilização de canais (Pacote Mínimo de Acessos - PMA), a valorização da capacidade pedida e não utilizada (supressões pelo operador), a utilização de instalações de serviço, a prestação de socorro, os serviços adicionais e os serviços auxiliares, atingiram, em 2024, um total de 95,2 milhões de euros, mais 11 milhões de euros do que o registado em 2023.

Os rendimentos provenientes dos Serviços Ferroviários encontram-se distribuídos pelos seguintes Serviços do Diretório da Rede:



O aumento dos rendimentos associados aos Serviços Ferroviários deve-se, maioritariamente, ao valor proveniente da Tarifa de Utilização da Infraestrutura (TUI) que aumentou 14,6 milhões de euros, em resultado do efeito conjugado da atualização das tarifas aplicáveis, publicadas em Diretório da Rede 2024, e do aumento da circulação de comboios de passageiros.

O serviço de passageiros, que é responsável por 85% dos rendimentos provenientes da TUI, aumentou 6,4% em 2024, enquanto o serviço de mercadorias decresceu 5,6%. Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos rendimentos por segmento:

Unidade: milhares de euros

SEGMENTO	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
UI-Urbano e Suburbano	27 702	34 044	6 342	23%
UI-Regional e Inter-regional	13 131	16 695	3 564	27%
UI-Longo Curso e Internacional	16 111	20 923	4 811	30%
UI-Mercadorias	7 337	7 050	-288	-4%
UI-Marchas - Dividir por operador	1 409	1 539	129	9%
UI-Especial	95	103	8	9%
Total	**65 786**	**80 353**	**14 567**	**22%**

O valor dos rendimentos associados aos Serviços Adicionais registou um decréscimo de xx milhões de euros face ao ano de 2023, justificado, em grande medida, pela redução do valor de energia elétrica de tração recebida dos operadores, considerando a revisão em baixa dos preços contratuais de fornecimento de energia e a diminuição do consumo provocado pelos períodos de greve com impacto na circulação de comboios com tração elétrica.

CONCEDENTE ESTADO

Os montantes registados na rubrica Concedente Estado (Rédito ILD) correspondem aos trabalhos internos debitados à atividade de Investimento de Infraestruturas de Longa Duração, nomeadamente, materiais e mão-de-obra para investimento e os respetivos encargos de estrutura, nos termos da IFRIC12, tendo-se registado um montante de 100,4 milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 66,2 milhões de euros face ao registado em 2023.

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Os Contratos de Construção representam os rendimentos do Grupo IP com a sua atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional, de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão Rodoviário. Esta rubrica inclui a totalidade das atividades de construção da IP por via direta ou subconcessão.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da IP no decorrer da fase de construção rodoviária e são compostos por encargos financeiros bancários utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado.

O valor associado aos contratos de construção totaliza 104,4 milhões de euros, mais 45% do que em 2023, refletindo o aumento da execução das atividades de construção rodoviária registada em 2024.

Unidade: milhares de euros

CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Contratos Construção de Novas Infraestruturas	61 435	94 372	32 937	54%
Capitalização Encargos Financeiros	10 359	10 064	-295	-3%
Total	**71 794**	**104 437**	**32 643**	**45%**

OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Unidade: milhares de euros

Outras Prestações de Serviços	Real 2023	Real 2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	19 340	21 164	1 824	9%
Telecomunicações	10 988	12 285	1 297	12%
Serviços de Engenharia e Transporte	107	88	-19	-18%
Terminais de Mercadorias	1 651	1 464	-187	-11%
Licenciamentos	913	1 097	184	20%
Áreas Serviço	2 201	1 801	-400	-18%
Canal Técnico Rodoviário	3 893	4 337	444	11%
Outros	1 674	2 332	658	39%
Total	**40 767**	**44 568**	**3 801**	**9%**

A rubrica outras prestações de serviço apresenta um aumento de 3,8 milhões de euros face a 2023. Essa variação é essencialmente justificada pela componente de Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais que apresenta um crescimento de 1,8 milhões de euros, atingindo o montante de 21,2 milhões de euros, corresponde aos valores decorrentes do arrendamento de Espaços, Subconcessões, Aluguer de Estacionamento, Gestão de Empreendimentos e Publicidade.

As Telecomunicações, que engloba a prestação de serviços de telecomunicações ao mercado, aluguer, manutenção e outros serviços associados à fibra ótica, assim como soluções tecnológicas em áreas aplicacionais como ERP, CRM, Gestão de Serviços, CiberDefesa, CiberSegurança, entre outros, também contribuíram para o aumento das outras prestações de serviço. O volume de negócios deste segmento atingiu os 12,3 milhões de euros em 2024, mais 1,3 milhões de euros face ao valor verificado em 2023.

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO / INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Unidade: milhares de euros

RENDIMENTOS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Indemnizações Compensatórias	65 405	117 932	52 527	80%

Os rendimentos registados nesta conta correspondem ao valor das indemnizações compensatórias a pagar pelo Estado à IP, pelo cumprimento das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, decorrentes do contrato-programa ferroviário.

O valor do rendimento reconhecido em 2024 corresponde ao montante aprovado pela alínea a) do n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 05 de janeiro, no valor de 89,4 milhões de euros, acrescido do montante de 28,5 milhões de euros que corresponde ao diferencial apurado nos termos do n.º 5 da Cláusula n.º 6 do Contrato Programa ferroviário para 2024-2028, totalizando 118 milhões de euros.

O rendimento reconhecido em 2023 é o que decorre do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 05 de janeiro.

Outros Rendimentos e Ganhos

Unidade: milhares de euros

Outros rendimentos e ganhos	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Subsídios para investimento	59 660	55 725	-3 935	-7%
Proveitos com *Fees* assinatura Concessões	8 854	8 854	0	0%
Ganhos na Venda de Ativos Tangíveis	303	198	-105	-35%
Subsídios para exploração	17 491	7 096	-10 395	-59%
Ganhos na venda de Resíduos	8 187	5 906	-2 281	-28%
Concessões de Utilização e Licenças	1 318	1 367	48	4%
Sinistros	1 511	1 442	-69	-5%
Outros	8 217	15 039	6 822	83%
Total	**105 541**	**95 626**	**-9 914**	**-9%**

Os rendimentos que compõem a rubrica Outros Rendimentos e Ganhos totalizam 95,6 milhões de euros, menos 9,9 milhões de euros face a 2023. Esta variação é justificada, essencialmente, pela redução, em 2024, da rubrica Subsídios à Exploração, que reflete os montantes recebidos no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, relativos às intempéries ocorridas em dezembro de 2022 e janeiro de 2023. O valor dos subsídios para investimento reduziu 3,4 milhões de euros face a 2023, sendo este valor apurado de acordo com o período da Concessão Rodoviária, à mesma taxa de amortização do ativo relacionado. Os ganhos associados à venda de resíduos em 2024, é resultado da alienação de resíduos ferrosos e de alumínio, em Constância, Portalegre, Porto de Mós, Santarém, Fornos de Algodres, Guarda e Piornos, e à Alienação de resíduos ferrosos depositados em Aveiro, Leça do Balio e Novelas, tendo este valor diminuído 2,3 milhões de euros face ao período homologo de 2023.

7.3 GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais totalizam, em 2024, 1.247,6 milhões de euros, o que representa um aumento de 84,2 milhões de euros (+7%) face a 2023.

Unidade: milhares de euros

GASTOS OPERACIONAIS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	323 450	428 588	105 139	33%
Conservação, reparação e Segurança Rede Rodoviária	144 782	141 730	-3 052	-2%
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	79 950	80 598	648	1%
Outros FSE's	160 953	158 603	-2 350	-1%
Gastos com o Pessoal	151 705	158 129	6 423	4%
Imparidades (perdas/ reversões) *	-152	12 150		
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	236 878	215 750	-21 128	-9%
Provisões (aumentos/ reduções)	57 199	39 827	-17 372	-30%
Outros gastos e perdas	8 392	12 025	3 633	43%
Rendimentos/ (Gastos) em associadas	60	192		
Total	**1 163 369**	**1 247 592**	**84 223**	**7%**

* No total dos gastos operacionais, esta rubrica, apenas é considerada no ano em que a mesma é um gasto.

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC)

No exercício de 2024 registou-se um aumento de 105,1 milhões de euros na rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, justificado essencialmente pelo aumento do consumo de materiais para investimento ferroviário e pela construção de infraestruturas rodoviárias.

Unidade: milhares de euros

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Novas Infraestruturas Rodoviárias	61 435	94 372	32 937	54%
Portagens Concessões Estado	238 424	247 828	9 404	4%
Consumo de Materiais para Manutenção Ferroviária	11 447	9 084	-2 363	-21%
Consumo de Materiais para Investimento Ferroviário	12 143	77 303	65 160	537%
Total	**323 450**	**428 588**	**105 139**	**33%**

NOVAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS

Os valores registados na rubrica de Novas Infraestruturas Rodoviárias correspondem às atividades de construção sob gestão direta da IP, e são apurados com base nos autos mensais de acompanhamento das obras, pelo que refletem a evolução física das obras em curso.

A execução em 2024 foi de 94,4 milhões de euros, 54% acima do período homólogo de 2023, o que evidencia o crescimento das atividades de construção de infraestruturas rodoviária sob gestão direta da IP face ao ano anterior.

PORTAGENS CONCESSÕES ESTADO

Em 2024, o montante reconhecido em portagens de concessões do Estado, ascende a 247,8 milhões de euros, o que representa um desvio positivo de 4% face ao período homólogo de 2023, em linha com a variação registada no rendimento proveniente das portagens das Concessões do Estado.

CONSUMO DE MATERIAIS – MANUTENÇÃO E INVESTIMENTO FERROVIÁRIO

Em termos globais, o consumo de materiais incorporados nas infraestruturas ferroviárias aumentou 62,8 milhões de euros face a 2023, em resultado do aumento de 65,2 milhões de euros nos materiais incorporados no investimento e da redução de 2,4 milhões de euros nos consumos de manutenção.

O consumo de materiais em investimento ferroviário atingiu 77,3 milhões de euros, o que se justifica, essencialmente, pela aplicação em obra de Aparelhos de Via e Carril, em particular nos diversos empreendimentos da Linha da Beira Alta, onde foram aplicados materiais no valor de 60,5 milhões de euros

Conservação, Reparação e Segurança Rodoviária

Os gastos totais com a conservação, reparação e segurança rodoviária foram, em 2024, de 141,7 milhões de euros, menos 3 milhões de euros do que em 2023.

Unidade: milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Conservação Periódica de Estradas	55 665	55 665		0%
Segurança Rodoviária	10 710	13 940	3 229	30%
Conservação Corrente de Infraestruturas	76 640	70 529	-6 112	-8%
Manutenção Telemática Rodoviária	1 766	1 596	-170	-10%
Total	**144 782**	**141 730**	**-3 052**	**-2%**

CONSERVAÇÃO PERIÓDICA DE ESTRADAS

A conservação periódica de Estradas corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da IP pelos gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo de um índice de qualidade médio das vias e obras de arte, é apurado um gasto anualizado para a manutenção programada que permita a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida, tendo sido apurado um valor contabilístico anual de 55,7 milhões de euros.

Desconsiderando o apuramento contabilístico, a Conservação Periódica das Estradas apresentou, no ano de 2024, o valor de 51,3 milhões de euros, o que representa um desvio de 4,3 milhões de euros face ao valor teórico, apesar do acréscimo de cerca de 8,5 milhões de euros face ao período homólogo de 2023.

SEGURANÇA RODOVIÁRIA

As atividades de segurança rodoviária têm suporte no Plano de Segurança Rodoviária que, para além de intervenções autónomas, compreendem também intervenções no âmbito da sinalização vertical e horizontal, semáforos e colocação de novas barreiras de segurança. Em 2024, os gastos com Segurança Rodoviária representaram 13,9 milhões de euros, mais 3,2 milhões euros do que em 2023.

CONSERVAÇÃO CORRENTE DE INFRAESTRUTURAS

No âmbito dos contratos de conservação corrente são realizados trabalhos de reparação e beneficiação de pavimentos, melhoria dos sistemas de drenagem das vias, conservação de pontes e viadutos, reposição e adequação da sinalização e outros equipamentos de proteção e segurança rodoviária, estabilização de taludes e limpeza de bermas e dos terrenos adjacentes à estrada.

A conservação corrente e operação por contrato estende-se ainda às vias da rede de alta prestação, designadamente, autoestradas da Grande Lisboa e do Grande Porto, Marão, A23, A26 e A26-1 que, para além dos trabalhos de conservação corrente semelhantes aos da rede convencional, englobam também atividades de Operação, nomeadamente de Patrulhamento, Fiscalização da Rede e de Assistência ao Utente.

Em 2024, os gastos com conservação corrente totalizaram 70,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 8% face a 2023. Esta variação resulta de uma subexecução de alguns contratos de conservação corrente, nomeadamente dos contratos de gestão da vegetação (ETGV) e dos contratos da Rede de Alta Prestação Norte, A23 e Grande Lisboa.

Conservação, Reparação e Segurança Ferroviária

Para assegurar a manutenção da Rede Ferroviária Nacional (RFN), cumprindo os níveis de serviço contratualizados, a IP dispõe de vários contratos de prestação de serviços de manutenção, que contemplam intervenções nas vertentes de Manutenção Preventiva Sistemática (MPS), Manutenção Preventiva Condicionada (MPC) e Manutenção Corretiva (MC).

Os gastos com conservação, reparação e segurança ferroviária mantiveram-se em níveis idênticos aos do ano anterior, com um valor de 80,6 milhões de euros. Destaca-se a especialidade de Sinalização, que teve um incremento de 1 milhão de euros face a 2023, associado à execução do contrato de "Assistência Técnica para as Tecnologias SSI e *Westlock* e *Westrace*", necessário para substituir vários equipamentos de sinalização que se encontravam no fim da sua vida útil.

Unidade: milhares de euros

Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	Real 2023	Real 2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Via	35 328	34 718	-610	-2%
Sinalização	13 445	14 500	1 055	8%
Telecomunicações	4 756	5 219	463	10%
Catenária	6 013	5 831	-181	-3%
Baixa Tensão	2 607	3 031	424	16%
Subestações	571	1 486	915	160%
Construção Civil	5 388	4 297	-1 091	-20%
Obras de Arte	238	385	147	62%
Passagens de Nível	566	430	-136	-24%
Recuperação de Materiais	361	642	281	78%
Comboio Socorro	1 670	1 559	-112	-7%
Elev. Esc. Rolantes	932	1 011	80	9%
Desmatação	7 278	6 555	-723	-10%
Outros	796	933	137	17%
Total	**79 950**	**80 598**	**648**	**1%**

Outros Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com Outros Fornecimentos e Serviços Externos totalizam 158,6 milhões de euros, verificando-se uma redução de 2,4 milhões de euros face a 2023.

Unidade: milhares de euros

Outros Fornecimentos e Serviços	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
O&M Subconcessões EP	61 413	63 125	1 712	3%
Encargos de Cobrança Portagens	25 229	26 221	992	4%
Energia Elétrica	30 515	18 856	-11 659	-38%
Honorários, Consultoria e Out. Trab. Especializados	4 474	5 171	697	16%
Frota Automóvel	6 116	6 450	335	5%
Vigilância	8 334	9 181	847	10%
Informática	5 398	6 267	868	16%
Limpeza	9 105	11 201	2 095	23%
Deslocações e Estadias	513	490	-23	-4%
Comunicações	250	221	-29	-12%
Restantes FSE	9 606	11 421	1 815	19%
Total	**160 953**	**158 603**	**-2 350**	**-1%**

Nota: a rubrica Energia Elétrica não integra o consumo dos veículos elétricos, o qual é considerado na rubrica Frota Automóvel.

O&M SUBCONCESSÕES EP

Os encargos com a operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos contratos de subconcessão em vigor. Em 2024, foram registados gastos no valor de 63,1 milhões de euros, com um acréscimo de 3% face ao ano anterior.

ENCARGOS DE COBRANÇA DE PORTAGENS

Esta rubrica incorpora o pagamento de remuneração variável (*fee*) e o acerto mensal de contas (compensação de custos) da rede portajada. Em 2024 verificou-se um aumento de 992 mil de euros face a 2023, sendo de destacar o crescimento generalizado de tráfego, e, consequentemente, do volume de transações cobradas sobre as quais é pago um *fee* de remuneração por serviço.

ENERGIA ELÉTRICA

Os encargos com energia elétrica registaram uma diminuição de 11,6 milhões de euros face a 2023, variação que resulta, fundamentalmente, da redução dos preços unitários contratualizados a partir de janeiro de 2024, com a entrada em vigor dos novos contratos de energia celebrados.

Verifica-se, ainda, uma diminuição no consumo de energia por via da implementação de medidas de eficiência energética nos últimos anos, que têm permitido o uso de equipamentos mais eficientes, e da implementação do Programa *Repower*IP, focado na redução de consumo e na sensibilização para a correta utilização da energia e de seus equipamentos.

FROTA AUTOMÓVEL

Os gastos com a frota automóvel, considerando também os gastos com amortizações e os juros de leasing, totalizam 6,5 milhões de euros, mais 5% do que em 2023.

Unidade: milhares de euros

FROTA AUTOMÓVEL	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Rendas AOV	1	19	18	1723%
Combustível	2 187	2 346	160	7%
Portagens	557	491	-66	-12%
Manutenção	386	333	-52	-14%
Seguros	427	450	23	5%
Impostos (IUC)	14	14	0	1%
Amortizações	2 545	2 797	252	10%
Total	**6 116**	**6 450**	**335**	**5%**

A variação decorre essencialmente do aumento das amortizações inerentes aos contratos de AOV e dos combustíveis rodoviários devido ao aumento do custo médio por litro de combustível.

VIGILÂNCIA

A rubrica de vigilância agrega o contrato de vigilância humana do Grupo IP, nas componentes de edifícios de serviços administrativos e centros operacionais, mas também gastos de outra natureza, como a manutenção do controlo de acessos, manutenção de extintores e carreteis, assim como serviços de vigilância ocasional, entre outros.

Em 2024, os gastos com vigilância representaram 9,1 milhões de euros, mais 10% do que o valor verificado no mesmo período de 2023. Para este aumento contribuíram os aumentos salarias estabelecidos no boletim do Trabalho e Emprego resultado do acordo entre organizações sindicais

e empresas de segurança, bem como a a incorporação de novos postos de vigilância privada, incluídos no novo contrato de vigilância e segurança que se iniciou no final de 2023.

INFORMÁTICA

No ano de 2024 foram gastos 6,3 milhões de euros em serviços de informática, mais 868 mil de euros do que em 2023, o que se justifica, maioritariamente, pelo aumento dos gastos em licenças de software devido ao acréscimo de preços de mercado nos contratos de licenciamento.

LIMPEZA

Os gastos com Limpeza representaram 11,2 milhões de euros em 2024, mais 2 milhões de euros, euros face ao ano de 2023. O contrato celebrado em 2024 reflete o aumento previsto da Remuneração Minimia Garantida, exige um maior nível de serviço (existência de novos equipamentos, aumento do nível de serviço em algumas estações e controlos de assiduidade eletrónicos, etc..) e possui mais espaços incluídos, aumentando o valor associado a esta rúbrica.

DESLOCAÇÕES E ESTADAS

Esta rubrica engloba os alojamentos nacionais e deslocações internacionais, incluindo passagens aéreas e respetivo alojamento no estrangeiro. Em 2024 foram gastos cerca de 490 mil euros, o que representa um decréscimo de 23 mil euros face ao verificado no ano de 2023, em resultado da diminuição dos gastos com as deslocações e estadas internacionais.

Unidade: milhares de euros

DESLOCAÇÕES E ESTADAS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Deslocações e Estadas - Nacional	319	331	12	4%
Deslocações e Estadas - Estrangeiro	194	159	-35	-18%
Total	**513**	**490**	**-23**	**-4%**

GASTOS COM PESSOAL

Em 2024, os gastos com pessoal do Grupo IP totalizaram 158,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,4 milhões de euros face a 2023.

Unidade: milhares de euros

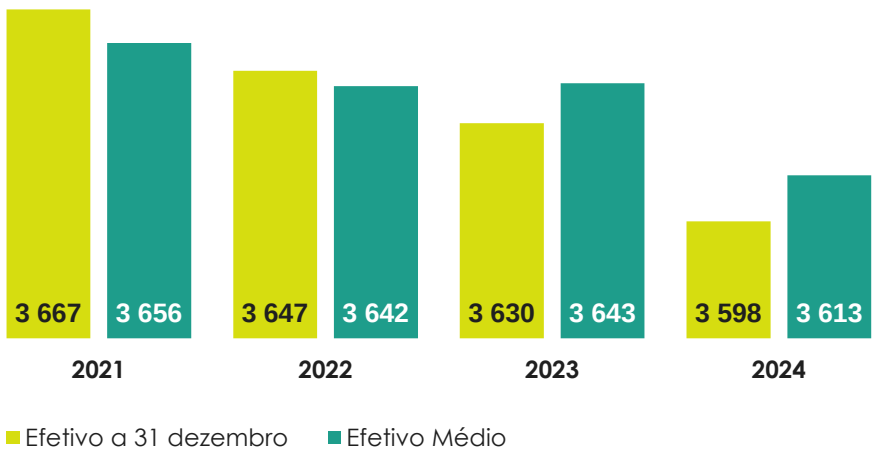
GASTOS COM PESSOAL	REAL 2023	REAL 2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Gastos Pessoal	151 250	157 717	6 467	4%
Rescisões	28		-28	-100%
Formação	428	412	-16	-4%
Total	**151 705**	**158 129**	**6 423**	**4%**

O aumento dos gastos com pessoal é justificado, essencialmente, pela aplicação conjugada do Acordo Coletivo de Trabalho, em vigor no Grupo IP, o qual se traduz em valorizações remuneratórias previstas no Sistema de Carreiras e em cláusulas de expressão pecuniária ligadas às diferentes formas de prestação de trabalho, com os aumentos salariais anuais autorizados para o Setor Empresarial do Estado.

O efetivo do Grupo IP a 31 de dezembro de 2024, é de 3.598 colaboradores, menos 32 colaboradores do que em 31 de dezembro de 2023. O efetivo médio em 2024 é de 3.613 colaboradores.

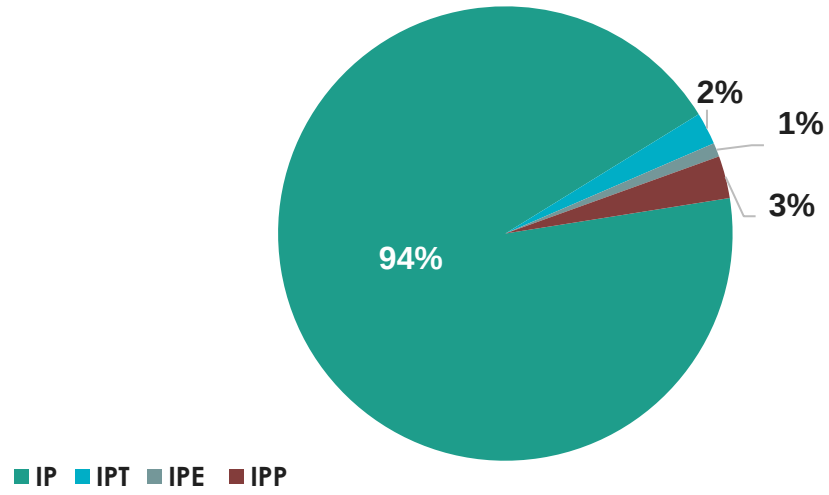
Apresenta-se de seguida a evolução do efetivo do Grupo IP no período compreendido entre 2021 e 2024:

EVOLUÇÃO DO EFETIVO



Em termos de estrutura de efetivos do Grupo IP, verifica-se que 94% pertencem à IP, sendo os restantes distribuídos pelas empresas do Grupo, conforme se apresenta no gráfico seguinte:

ESTRUTURA DE EFETIVOS DO GRUPO IP



PROVISÕES (AUMENTOS / REDUÇÕES)

Em 2024 foram registadas provisões com impacto em resultados no valor de 39,8 milhões de euros, que compara com os 57,2 milhões de euros de 2023. Destaque-se o reforço da provisão dos riscos gerais em 9,2 milhões de euros, dos quais 8,7 milhões de euros decorrem do processo judicial relativo a libertação de cauções da IC1 Variante à EN8 entre Torres Vedras e Bombarral, e o reforço da provisão IVA em 30,4 milhões de euros, decorrente dos processos judiciais a decorrer com a Autoridade Tributária relativos à não aceitação da CSR como uma receita sujeita a IVA.

7.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

O imposto sobre o rendimento do período ascende a -39,3 milhões de euros, que corresponde a uma taxa efetiva de 25,4%. O valor do Imposto sobre o rendimento reflete o impacto do Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE), bem como o efeito das revisões de estimativa dos impostos diferidos decorrentes da redução de taxa de IRC para períodos futuros em um ponto percentual, aprovada pela Lei do Orçamento do Estado para 2025, e da revisão da capacidade de recuperação de gastos de financiamento líquidos acrescidos em períodos anteriores.

7.5 INVESTIMENTO

O valor de investimento realizado no ano de 2024, foi 775,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 25% face a 2023.

Este valor de investimento corresponde às intervenções desenvolvidas na infraestrutura rodoferroviária sob gestão direta da IP, ou seja, no desenvolvimento de intervenções de expansão, modernização e requalificação da rede rodoviária e ferroviária. Inclui ainda os equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade da IP, enquanto empresa responsável pela gestão da infraestrutura rodoferroviária, e os investimentos realizados no âmbito dos cabos submarinos.

Unidade: milhares de euros

INVESTIMENTOS	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Ferrovia 2020	466 239	471 969	5 730	1%
Projetos Faseados - Ferrovia 2020		58 891	58 891	
PNI2030	19 993	21 571	1 578	8%
Outros Investimentos Ferroviários	25 511	32 943	7 432	29%
Sistema de Mobilidade do Mondego	38 706	39 363	657	2%
Investimentos Ferroviários	**550 449**	**624 737**	**74 288**	**13%**
PRR	48 703	92 660	43 957	90%
PVAE	8 337	182	-8 155	-98%
PNI2023	407	145	-262	-64%
PETI3+	1 899	3 397	1 499	79%
Outros Investimentos Rodoviários	1 777	11 186	9 409	529%
Investimentos Rodoviários	**61 124**	**107 571**	**46 447**	**76%**
Cabos Submarinos (*Atlantic* CAM)		**34 901**		
Investimentos de Apoio à Gestão	**8 997**	**8 601**	**-397**	**-4%**
Total	**620 571**	**775 810**	**155 239**	**25%**

No Capítulo 5.3 apresenta-se informação detalhada relativamente a cada um dos investimentos.

7.6 FINANCIAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTOS FERROVIA 2020 E ANEL CAM

Para a conclusão do Plano de Investimentos Ferrovia 2020 e concretização do PNI2030 conta-se com um pacote financeiro composto por fundos comunitários oriundos do programa *Connecting Europe Facility* (CEF), quer no envelope Geral (30 a 50% de comparticipação), quer no envelope Coesão (até 85% de comparticipação), e do Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030 (até 85% de comparticipação), complementado com a Contrapartida Pública Nacional.

Durante o ano de 2024, no que diz respeito à aprovação de novo Financiamento Comunitário associado a projetos de investimento, foram aprovadas 9 candidaturas, das quais 7 no âmbito do Programa Sustentável 2030, nomeadamente, a 2.ª fase da Linha de Cascais, a 2.ª fase do SMM, a Linha de Vendas Novas, o Porto de Setúbal e Praias do Sado, a Linha de Leixões, o troço Contumil-Ermesinde e o troço Poceirão-Bombel.

No âmbito do programa CEF Transportes, foi aprovada a candidatura Linha Alta -Velocidade Porto-Lisboa: 1.ª fase (PPP1 e PPP2), e no âmbito do programa CEF Digital, foi aprovada a candidatura *Atlantic* CAM –Segmento Continente-Madeira.

Relativamente à execução dos fundos comunitários atribuídos à IP para desenvolvimento das infraestruturas rodoferroviárias e Projeto Anel CAM foram recebidos, em 2024, o montante global de 370,82 milhões de euros.

Apresenta-se quadro com o conjunto de candidaturas ativas em 2024:

Unidade: euros

Período Programação	Programa	Modalidade	Designação Candidatura	Estado Candidatura	Custo Total do Investimento	Comparticipação UE
QFP 2014-2020						
QFP 2014-2020	CEF-Coesão	Ferrovia	Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha): Troço Évora-Caia (2.ª Fase)	Aprovada (ativa)	73 059 035	55 839 020
QFP 2014-2020	CEF-Coesão	Ferrovia	Beira Alta (Pampilhosa-Vilar Formoso): PE+ Obra	Aprovada (ativa)	547 741 250	375 860 046
QFP 2014-2020	CEF-Coesão	Ferrovia	Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha): Sines-Ermidas-Grândola	Aprovada (ativa)	44 139 899	33 736 125
QFP 2014-2020	CEF-Geral	Ferrovia	Estudos LAV Lisboa-Madrid	Aprovada (ativa)	7 932 847	3 966 424
QFP 2014-2020	CEF-Geral	Ferrovia	Estudos LAV Porto-Lisboa (1ª fase)	Aprovada (ativa)	35 464 132	17 732 066
QFP 2021-2027						
QFP 2021-2027	CEF2 - Coesão	Ferrovia	Ligação Ferroviária Sines/Elvas (Espanha): Évora-Évora Norte	Aprovada (ativa)	34 814 731	17 407 266
QFP 2021-2027	CEF Digital	Cabos Submarinos	*Atlantic* CAM	Aprovada (ativa)	96 599 588	40 500 000
QFP 2021-2027	CEF Digital	Cabos Submarinos	*Atlantic* CAM – Continente - Madeira	Aprovada (ativa)	39 870 948	14 270 000
QFP 2021-2027	CEF2 - Coesão	Ferrovia	Linha Alta -Velocidade Porto-Lisboa: 1ª fase (PPP1 e PPP2)	Aprovada (ativa)	1 200 290 695	813 160 397
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Modernização da Linha de Vendas Novas	Aprovada (ativa)	225 923 557	108 000 000
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Linha do Alentejo: Duplicação Poceirão-Bombel	Aprovada (ativa)	270 670 718	97 940 000

Unidade: euros

Período Programação	Programa	Modalidade	Designação Candidatura	Estado Candidatura	Custo Total do Investimento	Comparticipação UE
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Quadruplicação da Linha Ferroviária do Minho, no troço Contumil - Ermesinde	Aprovada (ativa)	227 747 568	40 270 000
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Linha Leixões	Aprovada (ativa)	57 162 836	38 730 000
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Linha do Sul: Troço entre as estações de Setúbal-Mar e Praias-Sado e ramal do Porto de Setúbal	Aprovada (ativa)	39 526 052	22 410 000
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Modernização da Linha Ferroviária de Cascais (2ª Fase)	Aprovada (ativa)	128 360 785	61 214 714
QFP 2021-2027	Sustentável 2030	Ferrovia	Sistema de Mobilidade do Mondego – Aplicação de um Sistema MetroBus (2ª Fase)	Aprovada (ativa)	166 773 027	82 100 000
				Total	**3 196 077 666**	**1 823 136 058**

7.7 ESTRUTURA PATRIMONIAL

No final de 2024, o total do Ativo consolidado ascendia a 31.618,3 milhões de euros, constituído maioritariamente por Ativos Intangíveis relativos ao direito resultante do Contrato de Concessão Rodoviário, valorizados em 22.213,7 milhões de euros.

A 31 de dezembro de 2024, o Capital Próprio consolidado representava14.836,4 milhões de euros, cerca de 47% do Ativo, e o Passivo Total ascendia a 16.781,9 milhões de euros, cerca de 53% do Ativo.

Unidade: milhares de euros

ESTRUTURA PATRIMONIAL	2023	2024	Δ 2024-2023	Δ% 2024-2023
Ativo	**30 092 216**	**31 618 314**	**1 526**	**5%**
Não corrente	22 177 392	22 574 095	397	2%
Corrente	7 914 824	9 044 219	1 129	14%
Capital próprio	**12 903 612**	**14 836 371**	**1 933**	**15%**
Passivo	**17 188 605**	**16 781 942**	**-407**	**-2%**
Não corrente	13 137 463	13 463 753	326	2%
Corrente	4 051 142	3 318 189	-733	-18%

O valor do ativo a 31 de dezembro de 2024 aumentou 1.526,1 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2023.

No ativo não corrente registou-se um aumento de 396,7 milhões de euros, quase exclusivamente justificado pela variação do valor dos ativos intangíveis (435,7 milhões de euros). No ativo corrente registou-se uma variação de 1.129,4 milhões de euros, para a qual contribuíram, essencialmente, as rubricas Concedente Estado - Conta a receber (605,9 milhões de euros) e Outras contas a receber (282,4 milhões de euros).

No passivo, verificou-se uma diminuição global de 406,7 milhões de euros. resultado da redução do passivo corrente em 733,3 milhões de euros, compensada com o aumento do passivo não corrente em 326,6 milhões de euros. Destaca-se a variação do valor do passivo nos Financiamentos obtidos (-509,6 milhões de euros), nas Outras contas a pagar (296,4 milhões de euros) e nas Outras contas a receber (-190,9 milhões de euros).

Durante o ano 2024 foram efetuados diversos aumentos de capital que totalizaram 1.817.210.000 euros, pelo que o capital social no final do ano ascendia a 14.403.880.000 euros.

7.8 RESULTADOS POR DOMÍNIO E MISSÃO

ENQUADRAMENTO

A IP tem por obrigação a prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional (RFN), nos termos em que nela foi delegada através do Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, mantido em vigor pelo n.º 1, do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, conforme estabelecido no artigo 13.º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestre, aprovada pela Lei n.º 10/90, de 17 de março.

Incluem-se nas obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da RFN:

- A gestão da capacidade da infraestrutura ferroviária;
- O comando e controlo da circulação;
- A manutenção da infraestrutura ferroviária;
- A promoção, coordenação, desenvolvimento e controlo de todas as atividades relacionadas com a infraestrutura ferroviária.

O Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro, que estabelece um espaço ferroviário europeu único.

O referido Decreto-Lei define, entre outros, as condições de prestação de serviços de transporte ferroviário por caminho-de-ferro e de gestão da infraestrutura ferroviária, bem como o conteúdo e obrigatoriedade de elaboração e publicação, pelo gestor da infraestrutura, do Diretório de Rede.

Para o desenvolvimento da sua atividade no domínio ferroviário, a IP estruturou-se diferenciando dois segmentos:

- **Gestão de Investimento**: efetuada diretamente por conta do Estado, compreende a construção, instalação e renovação da infraestrutura ferroviária, assumindo direitos e responsabilidades sobre o domínio público ferroviário, designadamente, o estudo, planeamento e desenvolvimento dos investimentos em infraestruturas ferroviárias de longa duração (ILD);
- **Gestão de Infraestrutura**: prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional, contempla funções como a conservação e manutenção da infraestrutura, gestão da capacidade, gestão dos sistemas de regulação e segurança, assim como o comando e controlo de circulação (atividades core).

  Inclui-se ainda neste segmento **Outras Atividades Complementares** relacionadas com a rentabilização de outros recursos não afetos diretamente à infraestrutura ferroviária (atividades não core).

METODOLOGIA

Na qualidade de gestor da infraestrutura ferroviária, compete à IP garantir, de forma transparente e não discriminatória, o acesso à infraestrutura a todos os operadores ferroviários.

Um dos mecanismos fixados nas disposições legais para garantir essa imparcialidade é a obrigatoriedade de publicação do Diretório da Rede pelo gestor da infraestrutura, onde este informa o mercado das condições de acesso, serviços oferecidos e respetivas tarifas a cobrar.

Acresce a esta responsabilidade do gestor, a demonstração de conformidade do modelo de apuramento dos custos diretamente imputáveis com o Regulamento de Execução (EU) 2015/909, de 12 de junho.

A sua elaboração assenta, fundamentalmente, na desagregação dos gastos pelos domínios ferroviário e rodoviário, e no que respeita à ferrovia distinguir entre as missões de investimento, de gestão da infraestrutura e outras atividades complementares, conforme se ilustra na figura.



Numa primeira fase, procede-se à separação dos Custos Totais da IP pelos segmentos Ferrovia e Rodovia, utilizando uma chave de repartição para os custos que não podem ser diretamente imputáveis.

Na segunda fase, os gastos totais da ferrovia são separados nas missões de Investimento, Gestão de Infraestruturas Ferroviárias e Outras Atividades Complementares.

A repartição dos gastos entre missões baseia-se numa chave de repartição por missões, elaborada para o efeito, e que se aplica a todos os órgãos da empresa, independentemente da natureza dos gastos.

No âmbito do Domínio Ferroviário, aos gastos diretamente imputados à Manutenção e Conservação da Infraestrutura Ferroviária, assim como aos gastos com Subestações, Comboio Socorro, Energia de Tração, AMT, Indemnizações de Rescisão por Mutuo Acordo e Concessões de Transporte, Recuperação de Materiais, Gestão de Resíduos e Trabalhos para Terceiros não se aplica esta chave, sendo os mesmos contabilizados nos respetivos centros de custo, como pertencentes às missões de Gestão de Infraestruturas ou Outras Atividades Complementares, respetivamente.

Aos gastos da missão de Investimento, resultantes da aplicação das chaves de repartição, adicionam-se os valores dos materiais de investimento nos respetivos centros de custo.

RESULTADOS

Neste enquadramento, apresenta-se no quadro seguinte a desagregação do Resultado Operacional por Domínio e Missão, tendo por base as Contas Separadas da IP.

Unidade: milhões de euros

Descrição	Ferrovia			Rodovia	Total
	Investimento	Gestão da Infraestrutura	Outras Atividades Complementares		
Vendas e Prestações de Serviços	97 446	95 239	3 376	1 122 520	**1 318 582**
Subsídios à Exploração (Indemnizações Compensatórias)	0	117 932	0	0	**117 932**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-77 341	-8 640	-139	-342 201	**-428 321**
Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária	0	0	0	-141 684	**-141 684**
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	0	-85 599	-642	0	**-86 241**
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	-3 039	-45 050	-3 370	-97 891	**-149 350**
Custos com Pessoal	-15 029	-89 140	-5 366	-37 784	**-147 319**
Depreciação e Amortizações do Exercício	-954	-3 485	-109	-209 290	**-213 839**
Provisões (aumentos/ reduções)	0	0	-14 350	-26 251	**-40 601**
Imparidades (perdas/ reversões)	0	0	473	0	**473**
Outros Gastos	-1 083	-1 667	-2 177	-6 077	**-11 004**
Outros rendimentos	0	0	27 749	82 282	**110 031**
Ganhos / Perdas em Associadas	0	0	2 168	515	**2 683**
Resultados Operacionais	**0**	**-20 411**	**7 614**	**344 140**	**331 343**

7.9 GESTÃO FINANCEIRA E DÍVIDA

GESTÃO FINANCEIRA

Grupo IP

Durante o ano de 2024 manteve-se a centralização da gestão financeira das empresas do Grupo IP na esfera da Direção Financeira da IP.

O principal objetivo deste enquadramento é a gestão integrada dos recursos financeiros do Grupo, com vista à otimização dos fluxos entre as empresas subsidiárias e a empresa-mãe. É condição suficiente que cada empresa subsidiária gira os recursos financeiros que garantam a sua atividade, todavia, é condição necessária que sejam maximizados de forma a contribuírem para a sustentabilidade económico-financeira do Grupo IP.

Através da centralização da gestão financeira pretende-se uniformizar práticas e procedimentos, quer em termos de gestão de tesouraria, quer em termos de produção de informação de gestão para apoio à decisão.

Os processos associados à gestão financeira desenvolvem-se de acordo com o quadro legal em vigor que impende sobre as empresas do setor público empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual), designadamente no que concerne ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado e às restrições à contratação de operações de financiamento.

O Grupo IP terminou o ano de 2024 com um total de disponibilidades de 404,9 milhões de euros, decomposto da seguinte forma:

Unidade: milhões de euros

Disponibilidades				
Empresa	**2023**	**%**	**2024**	**%**
Infraestruturas de Portugal	260,7	97%	391,2	97%
IP Engenharia	2,4	1%	2,6	1%
IP Património	3,8	1%	6,5	2%
IP Telecom	1,7	1%	4,6	1%
Total	**268,6**	**100%**	**404,9**	**100%**

O montante de disponibilidades no final de 2024 inclui 66 milhões de euros aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) junto do IGCP.

O quadro abaixo apresenta, de forma agregada, os fluxos financeiros do Grupo IP ocorridos durante o ano de 2024, sendo de destacar o peso significativo da IP:

Unidade: milhões de euros

	GRUPO IP	PESO IP
Recebimentos	3491,3	98,7%
Pagamentos	3355,1	99,0%

IP

Por ter sido incluída no subsetor da Administração Central do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, a IP integra o setor das administrações públicas por força do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental. Neste sentido, a IP integra o Orçamento do Estado e está obrigada ao cumprimento da legislação de natureza orçamental, incluindo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e legislação conexa, comprometendo toda a despesa previamente à sua realização, tendo como limite as dotações afetas às diversas rubricas orçamentais inscritas no seu orçamento.

Entre 2012 e 2014, o acionista adotou uma política de financiamento concretizada através da concessão de empréstimos/suprimentos. Posteriormente, e até à data, a política de financiamento foi materializada através de operações de aumento do capital social, reforçando o capital próprio da empresa e, por conseguinte, melhorando o seu nível de solvabilidade e autonomia financeira.

O Orçamento do Estado para 2024 (OE 2024), aprovado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, incluiu necessidades globais de financiamento no valor de 2.178 milhões de euros.

No final de 2024, as necessidades de financiamento da IP ascenderam a 1.812 milhões de euros, as quais foram supridas através de aumentos de capital no montante de 1.817 milhões de euros. Face ao período homólogo, as necessidades de financiamento aumentaram 379 milhões de euros.

A receita total, excluindo capital, registou um aumento de 282 milhões de euros face ao período homólogo de 2023, conforme se observa abaixo:

Unidade: milhões de euros

RECEITA	2023	2024	Δ 2024/2023
Consignação do Serviço Rodoviário	626,3	675,3	49,0
Portagens *	372,9	368,9	-4,0
Fundos Comunitários	220,5	370,8	150,3
Fundos PRR	45,7	89,6	43,9
Diretório de Rede	98,7	120,6	21,9
Receita Leilão 5G	0,0	23,7	23,7
Indemnizações Compensatórias	0,0	0,0	0,0
Dividendos	3,5	1,7	-1,9
Outra Receita	68,5	67,6	-1,0
Sub-Total	**1 436,2**	**1 718,2**	**282,0**
Aumento de Capital	1 434,5	1817,2	382,7
Total	**2 870,7**	**3 535,4**	**664,7**

* Deduzido dos custos de cobrança

No que respeita às receitas rodoviárias, destaca-se o acréscimo da Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), apresentando um desvio positivo de cerca de 49 milhões de euros face ao valor recebido até final em 2023, justificado, maioritariamente, pelo recebimento, no mês de abril, de receita cobrada e não entregue referente aos anos de 2019 a 2023.

Do lado da receita com origem na ferrovia, verificou-se um aumento dos recebimentos dos operadores ferroviários de 21,9 milhões de euros quando comparado com o período homólogo de 2023. A dívida vencida dos operadores ferroviários, a 31 de dezembro de 2024, decompunha-se da seguinte forma:

Unidade: milhões de euros

RECEITA	DÍVIDA VENCIDA	
	31.DEZ.2023	31. DEZ.2024
Medway	8,6	13,9
CP	3,4	3,6
Fertagus	5,0	0,5
Captrain	1,7	0,1
Total	**18,7**	**18,1**

No final de 2024, o contrato programa ferroviário para 2024-2028 encontrava-se assinado e a aguardar visto prévio do Tribunal de Contas, pelo que não ocorreu qualquer recebimento relativo a indemnizações compensatórias, não obstante o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, que previa o recebimento de 110 milhões de euros a título de indemnizações compensatórias no ano 2024 e o recebimento de 119 milhões de euros adicionais respeitantes aos montantes do 2.º semestre de 2022 e ano de 2023 pendentes de regularização pelo Estado.

No que concerne ao financiamento comunitário, verifica-se um aumento de 150,3 milhões de euros nos recebimentos, em virtude do pré-financiamento obtido do programa CEF 2 - Fundo Coesão, no montante de 284,6 milhões de euros, para cobertura parcial da 1.ª fase da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa (PPP1), montante este que se manterá cativo até se dar início ao desenvolvimento do projeto. No entanto, se retirarmos este efeito, regista-se uma diminuição em 2024 face a 2023, no montante de 134,3 milhões de euros, decorrente da menor capacidade de apresentação de despesa em 2024 por se encontrar em curso a aprovação de novas candidaturas no âmbito do Programa Portugal 2030.

Com uma evolução positiva, registou-se o acréscimo de 44 milhões de euros na execução dos fundos para financiamento do PRR, em linha com o verificado na execução dos investimentos subjacentes.

Em 2024, a IP recebeu 23,7 milhões de euros referentes às receitas provenientes do leilão 5G para fazer face à despesa de investimento no sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas (Anel CAM).

Relativamente à despesa, a IP executou, em 2024, um total de 3.241,3 milhões de euros, evidenciando um aumento de 396,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

No quadro abaixo apresentam-se os principais agregados da despesa e as respetivas variações:

Unidade: milhões de euros

DESPESA	2023	2024	Δ 2024/2023
PPP Rodoviárias	1438,0	1329,7	-108,3
Outros Investimentos *	666,0	742,0	76,0
Serviço da dívida **	242,7	651,2	408,5
Conservação Rodoferroviária	237,7	269,7	32,0
Pessoal	136,4	146,2	9,8
Impostos	26,6	3,6	-23,0
Outra despesa	97,4	98,9	1,5
Total	**2 844,8**	**3 241,3**	**396,5**

* Inclui Ferrovia 2020, PNI2030, PETI3+ Rodoviário,PRR e Anel CAM

** Exclui juros referentes a Empréstimos do Estado

Como principal contributo para esta evolução, destaca-se o aumento do serviço da dívida em 408,5 milhões de euros, em virtude da amortização integral do empréstimo obrigacionista (Eurobond 09/24) realizada em outubro, no montante de 500 milhões de euros.

Nos Outros Investimentos salienta-se o aumento, face a 2023, de 76 milhões de euros justificado, essencialmente, pela aceleração da execução dos investimentos PRR (42 milhões de euros) e do investimento relativo ao Anel CAM (35 milhões de euros).

Em sentido inverso, verifica-se a diminuição dos encargos com as PPP rodoviárias no montante de 108 milhões de euros, em linha com a evolução prevista contratualmente e pelo decréscimo dos pagamentos de reequilíbrios e compensações e de grandes reparações.

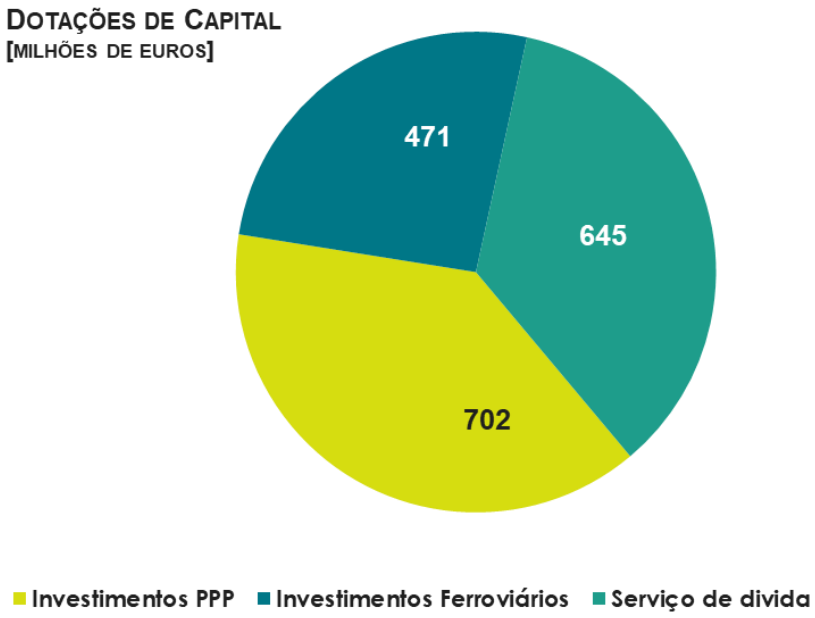
Operações de Aumento de Capital

Durante o ano de 2024 realizaram-se operações de aumento do capital social que totalizaram 1.817,2 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da empresa-mãe ascendia a 14.403,9 milhões de euros:

Unidade: euros

2024	IP
Capital Social em 31-12-2023	**12 586 670 000**
1º trimestre 2024	490 795 000
2º trimestre 2024	324 995 000
3º trimestre 2024	232 085 000
4º trimestre 2024	769 335 000
Capital Social em 31-12-2024	**14 403 880 000**

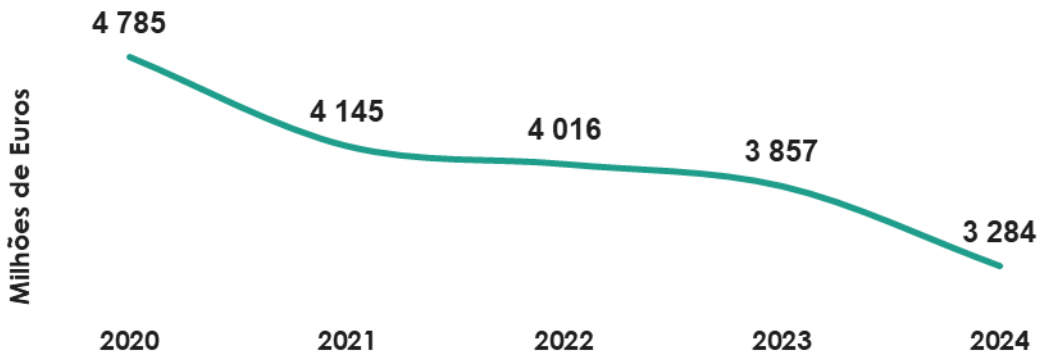
Estas operações visaram a cobertura das necessidades de financiamento resultantes dos encargos com PPP, investimentos ferroviários e serviço da dívida, excluindo-se deste último, os empréstimos contraídos junto do Estado Português:



ESTRUTURA DA DÍVIDA FINANCEIRA

No final de 2024, a dívida financeira da IP fixou-se em 3.284 milhões de euros, mantendo-se a trajetória decrescente alinhada com a política de financiamento, conforme se ilustra no gráfico seguinte:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

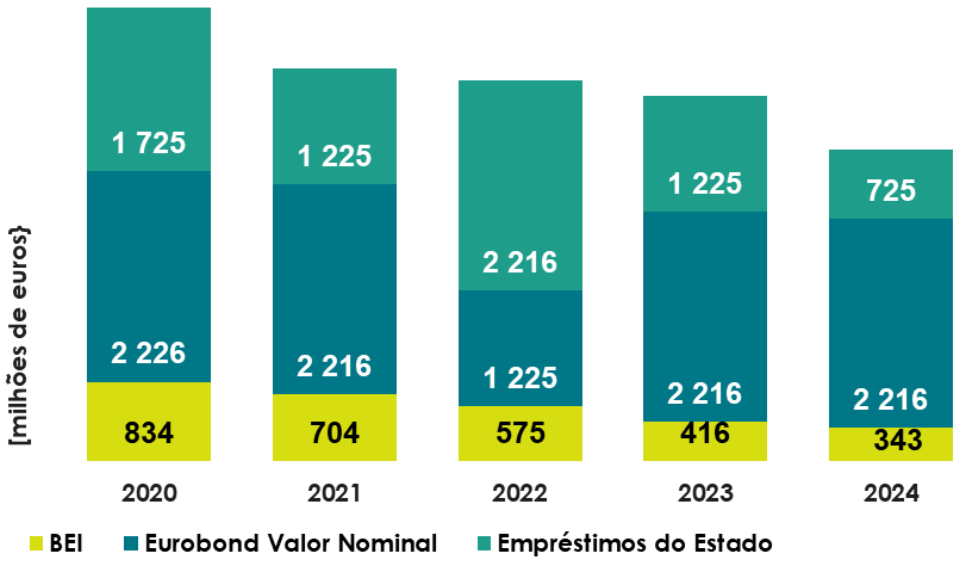


Em 2024, a redução da dívida no montante de 573 milhões de euros resultou, exclusivamente, das amortizações de capital previstas nos planos de reembolso dos empréstimos contraídos junto do BEI e do empréstimo obrigacionista Eurobond 09/24.

Ao abrigo do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF de 03 de abril de 2025, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) concedeu à IP nova moratória ao pagamento do serviço da dívida dos empréstimos do Estado alocados à componente rodoviária. A data de vencimento de 31 de dezembro de 2024 foi estendida até 30 de abril de 2026. Este diferimento não está sujeito ao pagamento de juros.

No quadro seguinte, detalha-se o total da dívida por tipologia de empréstimo:

TIPOLOGIA DE EMPRÉSTIMO



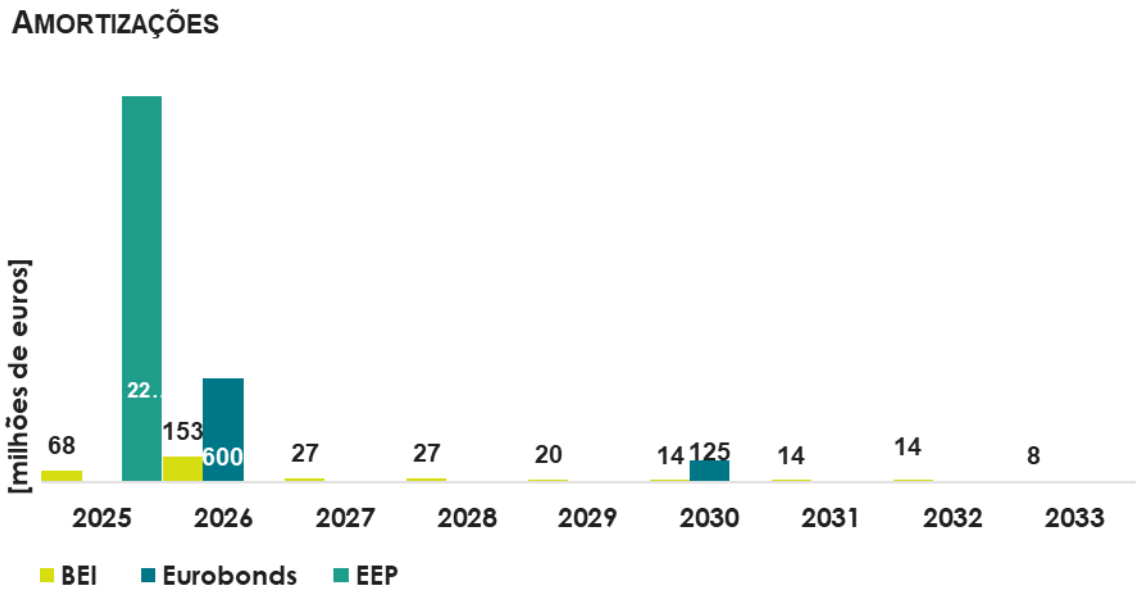
Os empréstimos obrigacionistas foram contratados a taxa fixa e o seu reembolso é efetuado numa única prestação de capital na sua maturidade (*bullet*). O reembolso destes empréstimos ocorrerá em 2026 e 2030, o que implicará o aumento das necessidades globais de financiamento da empresa nesses anos.

Os empréstimos BEI têm um plano de amortização com prestações de capital, iguais ou diferentes, mas sucessivas, permitindo o alisamento do perfil de amortização da dívida.

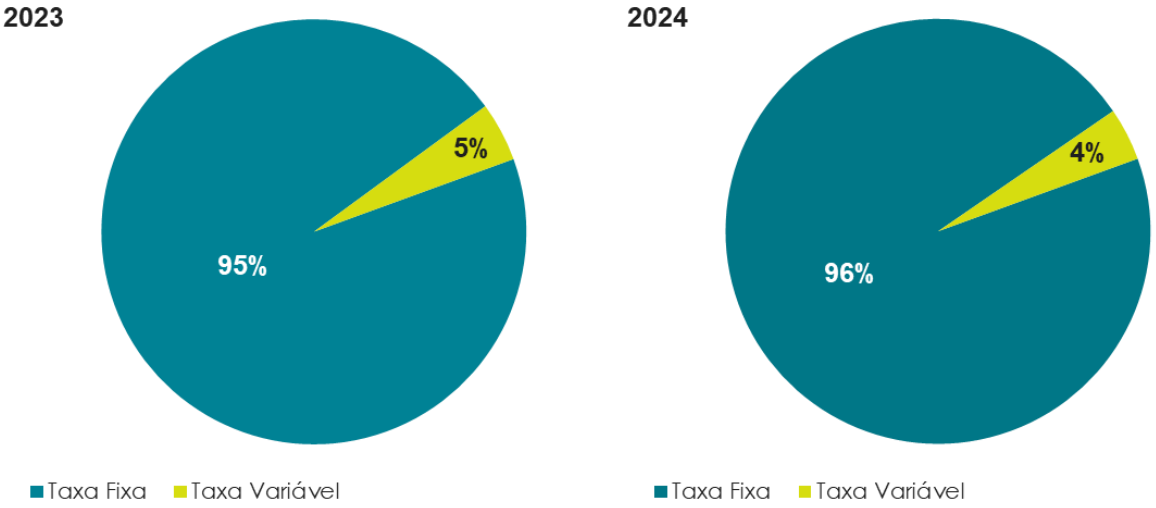
Os empréstimos concedidos pelo Estado, entre 2011 e 2013, com vencimento em 2016, 2017 e 2020, têm um período de carência de juros de cerca de 12 meses e um plano de reembolso que varia entre 8 e 12 prestações de capital iguais e sucessivas, tendo sido continuamente concedidas moratórias

sobre o pagamento do respetivo serviço da dívida desde 2015. O regime de taxa de juro contratado para estes empréstimos é o de taxa fixa.

Como se pode observar no gráfico seguinte, as amortizações ocorridas em 2024 totalizam 573 milhões de euros e incluem a amortização de 500 milhões de euros do empréstimo obrigacionista Eurobond 09/24 e a amortização de 73 milhões de euros relativa a empréstimos BEI.



No final de 2024, a carteira de dívida por regime de taxa de juro distribuía-se da seguinte forma:



Em 31 de dezembro de 2024, a IP não detinha qualquer instrumento de gestão de risco financeiro. Face à composição da carteira, considera-se que o nível de risco de taxa de juro a que a empresa está exposta se mantém reduzido.

O peso da dívida financeira que beneficia de garantia do Estado Português é de 29% do total da dívida. Neste universo, encontram-se a totalidade dos empréstimos BEI (343 milhões de euros) e a emissão obrigacionista Eurobond 06/26 (600 milhões de euros), perfazendo o montante de 943 milhões de euros.

Desde 27 de novembro de 2023 que a *Moody's Investors Service* mantém a notação de risco de crédito da IP em A3 com *Outlook Stable,* como consequência dos seguintes fatores:

- Papel crítico que a IP desempenha na gestão das redes ferroviária e rodoviária em Portugal;
- Supervisão efetiva por parte do Governo, tendo como corolário a inclusão da IP no perímetro de consolidação orçamental do Estado;
- Expetativa de que o Estado continuará a assegurar, atempadamente, o suporte financeiro sempre que necessário;
- Manutenção de elevado nível de endividamento e insuficiente capacidade de gerar cash-flow.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Para a análise dos resultados financeiros considera-se a ótica do Resultado Financeiro Global, que parte dos resultados financeiros constantes na Demonstração do Rendimento Integral e desconsidera os movimentos contabilísticos (réditos) com reflexo na Demonstração da Posição Financeira relacionados com o débito de juros ao Concedente (no caso da ferrovia) e com a capitalização de juros relacionados com as PPP (no caso da rodovia). Esta ótica dá a perspetiva real da performance da atividade de gestão de dívida da empresa.

No quadro abaixo detalha-se a performance financeira a 31 de dezembro de 2024.

Unidade: milhões de euros

RESULTADO FINANCEIRO	REAL 2023	REAL 2024	Δ 2024/2023
Resultado Financeiro da Atividade Investimento	**-63,4**	**-55,6**	**7,7**
Ganhos financeiros	0	0	0
Perdas financeiras	-63,4	-55,6	7,7
Resultado Financeiro da Atividade Gestão de Infraestruturas	**-0,6**	**-0,3**	**0,3**
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0,0
Perdas financeiras	-0,6	-0,3	0,3
Resultado Financeiro Alta Prestação	**-175,6**	**-164,6**	**11,0**
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0,0
Perdas financeiras - Subconcessões	-165,6	-154,6	11,0
Perdas financeiras - Concessões do Estado	-10,0	-10,1	0,0
Resultado Financeiro Gestão Rede Rodoviária	**-5,7**	**-5,2**	**0,5**
Ganhos financeiros	0,0	0,0	0
Perdas financeiras	-5,7	-5,2	0,5
Resultado Financeiro Global	**-245,3**	**-225,8**	**19,5**
Valor imputado - Concedente Estado	63,4	55,6	-7,7
Resultado Financeiro (Demonstração de Rendimento Integral)	**-181,9**	**-170,2**	**11,8**
RF Global gestão direta	**-79,7**	**-71,2**	**8,5**

A 31 de dezembro de 2024, o Resultado Financeiro Global ascendeu a -225,8 milhões de euros traduzindo uma melhoria de 19,5 milhões de euros face ao ano anterior. Este desvio positivo resulta, essencialmente:

- da redução de 11 milhões de euros nas perdas financeiras associadas ao segmento de Alta Prestação, resultante da diminuição da dívida às subconcessionárias (variação da dívida entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 e entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente, -141 milhões de euros e -158 milhões de euros);
- da redução de 7,7 milhões de euros nas perdas financeiras associadas ao segmento de Atividade de Investimento, devido à diminuição do stock de dívida.

Se ao Resultado Financeiro Global se retirar a componente associada a subconcessões, por se tratar de encargos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços

prestados (e que serão faturados no futuro, de acordo com os termos estipulados nos respetivos contratos de subconcessão) e, portanto, não consubstanciada em contratos de financiamento celebrados pela ex-EP, aquele agregado totalizaria -71,2 milhões de euros contra os -79,7 milhões de euros verificados em dezembro de 2023.

80.º

Cumprimentos das Orientações e Disposições Legais

Parte I

Infraestruturas de Portugal

8. CUMPRIMENTOS DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

O presente capítulo, relativo ao cumprimento das orientações legais, visa dar resposta às orientações definidas nas "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024" da DGTF, para efeito de elaboração dos documentos de prestação de contas.

Os valores apresentados neste capítulo são relativos às Contas Separadas da Empresa Infraestruturas de Portugal, S.A..

8.1 OBJETIVOS DE GESTÃO E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

(artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro)

OBJETIVOS DE GESTÃO

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de indicadores corporativos que, no seu conjunto, abarcam transversalmente a atividade do Grupo e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão implementado no Grupo IP, a performance da empresa.

Sete destes indicadores, são denominados "Indicadores do Acionista" e, constituem os indicadores de mais alto nível, cujo resultado é fundamental para o alcance dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, correspondendo ainda às metas que a empresa se compromete a atingir perante o seu Acionista.

Apresentam-se, de seguida, os resultados dos indicadores do acionista obtidos em 2024, bem como as justificações que suportam os desvios verificados:

INDICADOR	UNIDADE	META 2024	REAL 2024	Δ%
Receitas *core (cash)*	(M€)	1 405	1 197	-15%
Cash Flow Total	(M€)	-1 645	-950	42%
Indicador Agregado Investimentos Estratégicos	%	85%	72%	-13 p.p.
Indicador Agregado Plano de Intervenções na Rede (Exceto Investimentos Estratégicos)	%	85%	73%	-12 p.p.
Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários	%	100%	109%	9 p.p.
Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários	%	100%	76%	-24 p.p.
Receita não core	(M€)	26	29	3

A. RECEITAS CORE – CASH (M€)

Durante o ano de 2024, a IP recebeu o montante global de 1.196,6 milhões de euros provenientes de receitas core, menos 208,4 milhões de euros (-15%) face ao valor previsto em PAO.

Este desvio deve-se, fundamentalmente, ao não recebimento de qualquer valor, a título de Indemnizações Compensatórias, considerando que o Contrato Programa para 2024-2028, assinado em novembro de 2024, ainda aguarda visto prévio do Tribunal de Contas.

Comparativamente com as receitas *core,* cobradas em 2023, registou-se uma variação positiva de 67,6 milhões de euros.

B. CASH FLOW TOTAL – (M€)

O *Cash Flow* Total da IP atingiu um valor acumulado -950,3 milhões de euros, que corresponde a um desvio de 694,5 milhões de euros face ao previsto em orçamento (-1.644,80 milhões de euros), centrado nos:

- *Cash Flow* Operacional: com um desvio negativo de 101,3 milhões de euros;
- *Cash Flow* de Investimentos: com um desvio 784,4 milhões de euros;
- *Cash Flow* Financeiro: com um desvio de 11,4 milhões de euros.

C. INDICADOR AGREGADO INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS (%)

Até dezembro de 2024, o Indicador Integrado PIR – Projetos Estratégicos - Ferrovia 2020 / SMM / PRR / PNI2030 / PVAE e PETI3+ Rodoviário, atingiu o resultado global de 72%, ou seja, 13 p.p. abaixo da meta estabelecida.

Os parâmetros A e B, associados às obras previstas lançar no período, respetivamente em número e em valor, apresentam resultados aquém da meta estabelecida. Foram lançadas 34% das obras previstas, com um valor que representa 32% do previsto. O grau de execução medido pelo parâmetro D foi de 111%, para o qual contribuiu um nível de execução de 115% na ferrovia e de 90% na rodovia.

Apresenta-se de seguida o apuramento dos resultados para cada um dos quatro parâmetros deste indicador.

Parâmetro A (Peso 15%):

- N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas / N.º de empreitadas previstas lançar no plano;
- Resultado de 34% (24 em 70).

Parâmetro B (Peso 30%):

- Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no Plano;

- Resultado de 32%: Valor das empreitadas lançadas: 513,8 milhões de euros / Valor das empreitadas previstas lançar: 1.612,5 milhões de euros.

Parâmetro C (Peso 15%):

- Prazo contratado empreitada / Prazo executado da obra;
- Resultado de 84%: Rodovia: 72% e Ferrovia: 89%.

Parâmetro D (Peso 40%):

- Grau de execução (ótica económica) do PIR (versão ajustada mar.24);
- Resultado de 111%: Execução: 688,5 milhões de euros; Execução Prevista: 622,7 milhões de euros.

D. INDICADOR AGREGADO PLANO DE INTERVENÇÕES NA REDE (EXCETO INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS) (%)

Até dezembro de 2024, o indicador de concretização do Plano de Intervenções na Rede (exceto projetos estratégicos) atingiu o resultado global de 73%, apresentando-se assim 12 p.p. abaixo da meta.

Foram lançadas 71% das obras previstas (parâmetro A) e o valor das empreitadas lançadas corresponde a 62% do valor previsto (parâmetro B). Neste período, o grau de execução medido pelo parâmetro D foi de 82% (89% na ferrovia e 78% na rodovia).

Apresenta-se de seguida o apuramento dos resultados para cada um dos cinco parâmetros deste indicador.

Parâmetro A (Peso 15%):

- N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas / N.º de empreitadas previstas lançar no plano;
- Resultado de 71% (93 em 131).

Parâmetro B (Peso 30%):

- Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no Plano;
- Resultado de 62%: Valor das empreitadas lançadas: 211 milhões de euros / Valor das empreitadas previstas lançar: 339,2 milhões de euros.

Parâmetro C (Peso 15%):

- Prazo contratado empreitada / Prazo executado da obra;
- Resultado de 75%: Rodovia: 71% e Ferrovia: 90%.

Parâmetro D (Peso 40%):

- Grau de execução (ótica económica) do PIR (versão ajustada mar.24);
- Resultado de 82%: Execução: 270,4 milhões de euros; Execução Prevista: 328,2 milhões de euros.

E. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS SERVIÇO RODOVIÁRIOS (%)

O nível de cumprimento do serviço rodoviário é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para o Índice de Segurança Rodoviária e Gestão dos Ativos Rodoviários, sendo o nível de serviço apurado para 2024 de 109,3%.

O indicador de qualidade da Infraestrutura Rodoviária comporta duas componentes (com ponderação):

i) Estado de Condição dos Pavimentos: todas as secções que integram a RRN sob jurisdição da IP; e

ii) Estado de Condição das Obras de Arte: todas as pontes, viadutos e túneis instalados na RRN em exploração. Uma vez que o indicador é apurado anualmente e que, à data, ainda não está disponível o valor de 2024, considera-se que para 2024 o valor do mesmo é igual ao apurado para 2023 (4,85).

O valor do Índice de Segurança Rodoviária é determinado através da ponderação dos resultados dos seguintes indicadores: n.º de pontos negros (PN), indicador de gravidade dentro de localidades (IG DL) e n.º de vítimas mortais (VM). O apuramento dos resultados é feito em base 100 a partir do ano de referência de 2019 e numa escala decrescente.

Até ao final de dezembro de 2024 o número de VM foi de 101, valor inferior ao registado em 2023.

No IGDL o valor registado foi de 13.365, inferior ao do ano de 2023.

No que diz respeito aos PN, os dados de 2023 recebidos da ANSR, em janeiro de 2024, apontam para 39 PN, mas estes dados encontram-se em validação pelo que são ainda considerados provisórios.

F. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇO FERROVIÁRIOS (%)

O indicador do nível de serviço ferroviário é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para os seguintes indicadores do Contrato Programa:

- Índice de Segurança Ferroviária (ISF);
- Qualidade da Infraestrutura Ferroviária;
- Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária;
- Margens Suplementares;
- Disponibilidade da Rede;
- Satisfação dos Clientes;
- Proteção do Ambiente;
- Volume de Atividade.

O resultado global no período em análise foi de 75,9%, ou seja, 24,1 p.p. aquém da meta estabelecida.

Considerando que o Contrato Programa, para 2024-2028, ainda aguarda visto do Tribunal de Contas, consideram-se para efeitos de elaboração do relatório de desempenho as metas previstas no anterior Contrato Programa, bem como as fórmulas de cálculo originais dos indicadores.

Índice de Segurança Ferroviária (AS/MCK)

O resultado do índice de segurança ferroviária, a dezembro de 2024, foi de 0,916 AS/MCK, o que evidencia uma melhoria face à meta definida no contrato programa (0,942 AS/MCK).

Em 2024 registaram-se 32 acidentes, que compara com os 36 ocorridos em 2023.

Qualidade da Infraestrutura Ferroviária (%)

O indicador Qualidade da Infraestrutura Ferroviária pretende avaliar o estado de conservação da infraestrutura ferroviária. O seu âmbito original, com a avaliação do estado da Via-Férrea e Obras de Arte, foi a partir de 2018 alargado à avaliação do estado das restantes classes de ativos fundamentais da infraestrutura, que são: estruturas de proteção e estabilização de plataforma, via, aparelhos de via, pontes, túneis, encravamentos de sinalização, sistema ATP, catenária e subestações de tração.

O indicador, em 2024, apresenta um resultado de 64,4% favoravelmente acima da meta definida no contrato programa (61,30%), e inferior ao registado em 2023 (65,2%). Face a 2023, verificou-se um decréscimo nas especialidades de Obras de Contenção, Via, Pontes, Sistemas ATP e Subestações.

Fiabilidade (Pontualidade) da Infraestrutura Ferroviária (%)

O Índice de Pontualidade Global nos primeiros 12 meses do ano foi de 78,3%,11,7 p.p. abaixo da meta estabelecida. Dado o peso percentual em termos de número de comboios, os tráfegos de médio curso, com índice de pontualidade de 64%, e suburbano de Lisboa, com índice de pontualidade de 86%, são os que mais contribuíram para a fraca performance global. Os tráfegos de Alta Qualidade e Intercidades obtiveram valores também baixos, 34% e 42% de índice pontualidade respetivamente, influenciando o valor global.

O valor registado em 2024 é inferior ao de 2023 (83,3%), o que reflete o agravamento das condições em que a infraestrutura é disponibilizada para a circulação de comboios.

Ao nível da repartição de responsabilidades nos comboios de passageiros, em 2024 verifica-se para a IP, uma imputação de 34,6%, representando um aumento face a 2023 (30%), fruto do elevado número de intervenções em curso e de outras que irão iniciar.

MARGENS SUPLEMENTARES (MINUTOS)

As margens suplementares correspondem a tempos de trajeto, acrescentados ao planeamento dos horários, para refletir as limitações de velocidade impostas pela realização de intervenções programadas na infraestrutura. As margens suplementares são fixadas anualmente no Diretório da Rede, em função das intervenções previstas.

O valor do indicador foi apurado com base nas margens suplementares utilizadas no Horário 2024 (53 minutos), e que ascende a 108 minutos. Este valor decorre, principalmente, das margens suplementares na Linha do Norte de 19 minutos (pela inclusão de Margem Suplementar devido aos trabalhos do troço Esmoriz-Gaia).

DISPONIBILIDADE DA REDE (%)

O indicador Disponibilidade da Rede traduz a percentagem de tempo em que a infraestrutura esteve aberta à exploração. O seu cálculo resulta da diferença entre a disponibilidade total teórica e a disponibilidade não concedida (encerramento à exploração por motivos de interdições de via).

O valor da Disponibilidade da Rede em 2024 (79,39%) foi superior em cerca de 4,69 p.p. relativamente ao resultado de 2023, tendo ainda assim sido penalizada pelos trabalhos de modernização e renovação nas linhas do Norte, Beira Alta, Cascais, Sul e Oeste, bem como pela conservação preventiva e corretiva na RFN. Refira-se que o troço Celorico da Beira e Guarda entrou em exploração no dia 25 de novembro.

SATISFAÇÃO CLIENTE FERROVIÁRIO (%)

O indicador Satisfação dos Clientes ferroviários é calculado pela média aritmética dos resultados obtidos nos seguintes inquéritos de caráter anual:

- Inquérito de Satisfação dos Operadores Ferroviários;
- Inquérito de Satisfação dos Clientes Finais.

Sendo este um indicador anual, e não tendo à data da elaboração do presente relatório os valores de 2024, considerou-se provisoriamente para efeitos de apuramento do nível de serviço de 2024, o valor obtido no final de 2023 (60%).

O resultado global de 60% considerou:

- os 55% obtidos para o Inquérito de Satisfação dos Operadores Ferroviários (valor obtido em 2022; último valor apurado);
- os 65% para o Inquérito de Satisfação dos Clientes Finais. registados em 2023.

PROTEÇÃO AMBIENTE (%)

Para além da empreitada de Renovação Integral de via que decorreu no troço Espinho-Gaia da Linha do Norte, não ocorreram empreitadas com potencial benefício do total de pessoas expostas a níveis de ruído ambiente superiores aos limites impostos no Regulamento Geral do Ruído, nas grandes infraestruturas de transporte ferroviário.

Está em preparação o lançamento de concursos necessários à implementação das medidas de minimização de ruído patentes nos Planos de Ação previstos no Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que permitirão atingir metas mais ambiciosas de redução do total de pessoas expostas a níveis de ruído ambiente superiores aos limites fixados no Regulamento Geral do Ruído.

VOLUME DE ATIVIDADE (CK)

O volume de tráfego na infraestrutura ferroviária, até dezembro de 2024, foi de 34,9 milhões de comboios-quilómetro (CK), o que representa um acréscimo de 4,5% face a 2023. A variação representa um aumento no transporte de passageiros de 6,5% e uma redução no transporte de mercadorias de 5,6%.

G. RECEITA NÃO CORE IP – ÓTICA ECONÓMICA (M€)

Em 2024, o rendimento não core da IP atingiram um montante global de 29,2 milhões de euros, 14% acima do montante previsto em PAO (25,7 milhões de euros).

De salientar que, aproximadamente 71% dos rendimentos não core da IP, são provenientes da venda de resíduos (provenientes de materiais usados), concessão de telecomunicações e concessão de espaços comerciais.

EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024

Unidade: euros

Descrição	Real 2024	PAO 2024	Δ
Resultado Líquido	123 909 232	70 049 032	53 860 199
EBITDA	545 181 401	534 471 043	10 710 358
Resultado Operacional (1) (EBIT)	331 342 727	272 985 615	58 357 112
Volume de Negócios (2)	1 318 582 144	1 423 038 592	-104 456 448
Endividamento (4)	3 407 037 793	3 218 092 415	188 945 378
Dívida Financeira Líquida (3)/EBITDA	6,2	6,0	0,2
Disponibilidades (5)	391 345 312	195 129 819	196 215 493

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

4) Passivo remunerado

5) Caixa conforme Balanço

- O resultado líquido apurado em 2024 foi de 123,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 53,9 milhões de euros face ao previsto em PAO. Este resultado é influenciado por um aumento do valor do resultado operacional em 58,4 milhões de euro.

  O valor do EBITDA é superior em 10,7 milhões de euros face ao previsto em PAO, essa diferença deve-se essencialmente à diminuição dos gastos operacionais, no período em análise, face ao previsto em PAO.

- No Resultado Operacional registou-se uma variação positiva face ao PAO de 58,4 milhões de euros. De referir que os rendimentos operacionais totalizaram 1.546,5 milhões de euros, e os gastos operacionais ascenderam a 1.218,4 milhões de euros, tendo ficado, respetivamente, 118,9 e 177,7 milhões de euros abaixo do previsto em PAO.

Unidade: milhares de euros

Rendimentos Operacionais	2023	2024			
		Real	PAO	Δ PAO - Real	Δ% PAO - Real
Vendas e serviços prestados	**1 163 194**	**1 318 582**	**1 423 039**	**-104 456**	**-7%**
Consignação do Serviço Rodoviário	641 731	691 040	675 332	15 708	2%
Portagens	328 409	323 456	352 927	-29 470	-8%
Serviços Ferroviários	84 048	95 239	109 485	-14 246	-13%
Concedente Estado-Rédito ILD	30 630	97 446	88 160	9 286	11%
Contratos de Construção	71 794	104 437	191 625	-87 189	-45%
Outras prestações de serviços	6 582	6 963	5 509	1 454	26%
Subsídios à exploração	**65 405**	**117 932**	**130 837**	**-12 906**	**-10%**
Outros rendimentos e ganhos	**117 691**	**110 031**	**111 598**	**-1 566**	**-1%**
Total	**1 346 289**	**1 546 545**	**1 665 474**	**-118 929**	**-7,1%**

A diminuição do volume de negócios, em 104,5 milhões de euros, face ao previsto em PAO, deve-se às variações negativas dos contratos de construção (-87,2 milhões de euros), da receita de portagens (-29,5 milhões de euros) e da rúbrica serviços ferroviários (-14,2 milhões de euros. Verifica-se, em contrapartida, o aumento de 15,7 milhões nas receitas de consignação do serviço rodoviário e de 9,3 milhões de euros na rúbrica de Concedente Estado.

Unidade: milhares de euros

Gastos Operacionais	2023	2024			
		Real	PAO	Δ PAO - Real	Δ% PAO - Real
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	323 027	428 321	515 422	-87 101	-17%
Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária	144 731	141 684	160 448	-18 763	-12%
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária	85 340	86 241	91 901	-5 660	-6%
Outros FSE's	152 137	149 350	171 328	-21 978	-13%
Gastos com o pessoal	141 012	147 319	158 979	-11 661	-7%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	234 787	213 839	261 485	-47 647	-18%
Provisões (aumentos/ reduções)	56 887	40 601	26 147	14 454	55%
Outros gastos e perdas	7 960	11 004	9 921	1 084	11%
Total	**1 145 771**	**1 218 359**	**1 395 630**	**-177 272**	**-13%**

Os gastos operacionais foram, no ano de 2024, de 1.218,4 milhões de euros, inferiores em 177,3 milhões euros face ao PAO. Esta variação é justificada essencialmente à diminuição do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (-87,1 milhões de euros). De destacar ainda o aumento do valor endividamento, face ao previsto, em 188,9 milhões de euros, e o aumento do valor das disponibilidades, face ao previsto em PAO, em 196 milhões de euros.

Os gastos operacionais foram, no ano de 2024, de 1.218,4 milhões de euros, inferiores em 177,3 milhões euros ao previsto em PAO. Esta variação é justificada essencialmente pela diminuição do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (-87,1 milhões de euros), pela redução de trabalhos de conservação, reparação e segurança da rede, rodoviária e ferroviária (-24,4 milhões de euros e nos outros fornecimentos e serviços (-22 milhões de euros).

INVESTIMENTOS

O valor de investimento apresentou, em 2024, uma realização de 775,8 milhões de euros, que representa uma taxa de execução de 75% do valor previsto em PAO.

Unidade: euros

Plano de Investimento	PAO 2024	Executado 2024							Δ% (PAO vs Executado)
		TOTAL	Fontes de financiamento						
			Receitas próprias	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Dotações Capital	
Valor Total do Investimento	1 029 661 451	775 809 666	23 511 554	30 619 800		86 212 626	92 660 170	542 805 517	75%
Investimento Ferroviário	**763 127 662**	**624 737 143**				**81 931 626**		**542 805 517**	**82%**
Investimentos Ferrovia 2020	575 910 140	530 860 074				79 197 294		451 662 780	92%
PNI2030 - Ferrovia *	58 486 469	21 571 318				2 646 689		18 924 629	37%
Outros Investimentos Ferroviários	61 668 109	32 942 928						32 942 928	53%
Sistema Mobilidade Mondego	61 249 762	39 362 822				87 643		39 275 179	64%
Investimento Ferrovia PRR	5 813 182								0%
Investimento Rodoviário	**184 464 912**	**107 571 196**	**14 911 026**				**92 660 170**		**58%**
PNI2030 - Rodovia	9 007 677	145 389	145 389						2%
Investimento Rodovia PRR	137 667 179	92 660 170					92 660 170		67%
Outros Investimentos Rodoviários	15 749 064	11 185 804	11 185 804						71%
Investimentos PVAE	310 744	182 371	182 371						59%
Investimentos Rodoviários PETI3+	21 730 248	3 397 462	3 397 462						16%
Cabos Submarinos (*Atlantic* CAM)	**52 704 649**	**34 900 800**		**30 619 800**		**4 281 000**			**66%**
Investimentos de Apoio à Gestão	**29 364 227**	**8 600 528**	8 600 528						**29%**

De destacar a execução global dos Investimentos Ferrovia 2020 que, no ano em análise, foi de 530,9 milhões de euros, o que corresponde a uma execução de 92% face ao que estava previsto em PAO e representa 85% do investimento ferroviário total, realizado pela empresa, neste exercício.

Nas infraestruturas rodoviárias é de salientar o investimento realizado no âmbito do programa PRR, no montante de 92,7 milhões de euros, com uma execução de 67% do valor previsto em PAO.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS RODOVIÁRIAS

Os pagamentos efetuados no ano de 2024 no âmbito das Parcerias Público-Privadas Rodoviárias foram de 1.083,9 milhões de euros, menos 158,9 milhões de euros do que o previsto em PAO.

Unidade: milhões de euros

CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES	2023	2024		
		REAL	PAO	Δ% PAO-REAL 2024
Concessões Disponibilidade Infraestrutura+ Disponibilidade A+B	**685,7**	**671,8**	**682,7**	**98%**
Algarve	51,7	46,6	48,0	97%
Beira Interior	52,4	37,2	37,2	100%
Beira Litoral e Alta	122,2	115,6	118,9	97%
Costa de Prata	44,3	39,1	39,4	99%
Grande Lisboa	35,6	36,5	37,0	99%
Grande Porto	79,9	80,4	81,3	99%
Interior Norte	72,3	61,4	63,6	97%
Norte	171,6	198,2	198,6	100%
Norte Litoral	55,7	56,8	58,6	97%
Subconcessões Disponibilidade + Serviço	**370,1**	**342,7**	**346,3**	**99%**
AE Transmontana	49,3	48,8	49,1	99%
Baixo Alentejo	42,0	39,7	40,6	98%
Baixo Tejo	30,7	27,9	28,8	97%
Douro Interior	85,0	81,9	82,2	100%
Litoral Oeste	42,2	23,4	23,7	99%
Pinhal Interior	120,9	120,9	121,8	99%
Comparticipações e Reequilíbrios	**27,6**	**44,1**	**145,7**	**30%**
Grandes Reparações	**49,8**	**25,4**	**68,2**	**37%**
Total	**1 133,2**	**1 083,9**	**1242,8**	**87%**

CONTRATO PROGRAMA FERROVIÁRIO

O Contrato Programa ferroviário para o período 2024-2028, foi assinado no final de 2024, entre a IP e o Estado Português, encontrando-se em Tribunal de Contas para visto. Considerando a assinatura do contrato no final de 2024, a estrutura dos indicadores do nível de serviço prestado, incluindo indicadores de natureza financeira, avaliadas. foram as definidas no anterior contrato, assim:

	INDICADOR	RESULTADO 2023	RESULTADO 2024	EVOLUÇÃO 2024-2023
1	Margens Suplementares	96 min.	95 min.	-1,0%
2	Pontualidade Ferroviária	83,3%	78,3%	-5,0 p.p.
3	Satisfação dos Clientes Ferroviários	59,9%	61,5%	1,6 p.p.
4	Disponibilidade da Rede	71,3%	79,4%	4,7 p.p.
5	Gestão de Ativos Ferroviários	65,2%	64,4%	-0,8 p.p.
6	Volumes de Atividade	33.416.683 CK	34.937.347 CK	4,6%
7	Níveis de Segurança	1,070	0,916	-14,4%
8	Proteção do Ambiente	0,2%	0,1%	-0,1 p.p.
9	Rendimentos Ferroviários	84 047 916,3	95 239 446,9	13,3%
10	Outros Rendimentos	27 814 743,9	31 125 098,7	11,9%
11	Gastos de Manutenção	96 326 480,3	95 023 919,8	-1,4%
12	Gastos com outros FSE's	52 376 196,0	48 419 564,7	-7,6%
13	Gastos com o Pessoal	91 300 598,9	94 506 074,6	3,5%

GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO / SOE

RECEITA

unidade: milhões de euros

RECEITA	2023	2024			DESVIO 2024/OE2024 (ABS E %)	
		OE	OE CORRIGIDO	REAL		
04. Portagens e outras Taxas	399,65	371,66	371,66	394,84	23,18	6%
05. Juros e Dividendos	5,34	5,24	5,24	4,98	-0,27	-5%
07. Vendas e Prestação de Serviços	132,85	228,29	228,29	152,24	-76,04	-33%
08. Outras receitas Correntes	5,03	1,51	1,51	27,64	26,13	1731%
09. Venda bens imobilizado	0,24	0,69	0,69	0,85	0,16	23%
13. Outros Recebimentos de Capital	8,57	0,00	0,00	8,51	8,51	-
06. Transferência Correntes (CSR)	626,28	675,33	675,33	675,33	0,00	0%
06. Transferência Correntes (IC's)		109,99	109,99		-109,99	-100%
06. Transferência Correntes (Mecanismo Portagens)	32,05		36,90	46,05	46,05	-
06. Transferência Correntes (Intempéries)	25,00	16,25	16,25		-16,25	-100%
10. Transferência Capital (PRR DGTF)			27,56	27,56	27,56	-
10. Transferência Capital (5G)		71,55	71,55	23,71	-47,84	-67%
06. Outras Transferência Correntes	0,59	1,21	1,21	1,12	-0,09	-8%
10. Recebimentos FC	266,25	309,44	286,16	444,66	135,22	44%
SUBTOTAL	**1 501,84**	**1 791,17**	**1 832,35**	**1 807,50**	**16,33**	**1%**
12. Empréstimos e Aumentos Capital	1 434,52	2 178,22	2 178,22	1 817,21	-361,01	-17%
Total	**2 936,36**	**3 969,39**	**4 010,58**	**3 624,71**	**-344,68**	**-9%**

A receita total cobrada em 2024 ascendeu a 3.624,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 688,4 milhões de euros face ao período homólogo (+23%), justificado pelo aumento das dotações de capital em 382,7 milhões de euros, mas também em consequência dos seguintes impactos:

- Aumento do valor de receitas de impostos, nomeadamente de CSR (+49,1 milhões de euros), de verbas do Leilão 5G (+23,7 milhões de euros) especificamente para financiamento do Anel CAM, de verbas recebidas na forma de empréstimos da DGTF (+27,6 milhões de euros) para financiamento do PRR e de verbas recebidas na forma de apoio atribuído no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro (+14 milhões de euros). Em 2024 não foi recebido qualquer valor relativo a intempéries, sendo a respetiva despesa coberta por saldo de gerência devidamente autorizado, nem qualquer valor relativo a Indemnizações Compensatórias, conforme já referido.

- Diminuição do valor de Portagens (-4,8 milhões de euros), resultado da aplicação dos descontos previstos no Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabeleceu um regime excecional de atualização de tarifas e taxas de portagem, assim como a atribuição de um apoio a entregar às concessionárias em complemento do pagamento das tarifas e taxas de portagem realizado pelos utilizadores;
- Aumento das vendas e prestações de serviço (+19,4 milhões de euros), relativas ao recebimento de parte da faturação vencida por parte dos operadores ferroviários;
- Aumento das outras receitas correntes (+22,6 milhões de euros), relativo ao reembolso de IRC;
- Aumento do valor de financiamento europeu recebido (+178,4 milhões de euros), resultado do recebimento de 284,6 milhões de euros de adiantamentos relativos ao projeto de Alta Velocidade (LAV).

Face ao orçamento aprovado, a IP cobrou 91% das previsões iniciais, designadamente:

1. Recebimento de 106% das verbas relativas a Portagens, verificando-se, no entanto, um desvio negativo de 9% se compararmos com os valores previstos na POE da IP. Este desvio é justificado pelo impacto da introdução do limite de crescimento das taxas de portagem previsto pelo Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro e que pressupõe a sua compensação pelo mecanismo de apoio, aí definido, a registar em transferências correntes, o qual não estava considerado na POE da IP.;
2. Recebimento de apenas 67% das verbas relativas às vendas e prestações de serviços, resultante por um lado pelo não recebimento da totalidade da tarifa de utilização cobrada aos operadores ferroviários, destacando-se a dívida vencida da Medway, CP, Takargo e Fertagus, mas também por ter sido incluída uma verba de 63 milhões de euros no orçamento aprovado, que a IP desconhece a sua origem, e como tal não era expectável o seu recebimento;
3. Recebimento de 100% das verbas relativas à CSR, em linha com as previsões iniciais;
4. Não recebimento das IC, em virtude de o contrato programa ainda aguardar visto prévio do Tribunal de Contas;
5. Recebimento de 144% das verbas relativas a fundos comunitários, em resultado do recebimento antecipado de fundos comunitários para a Linha de Alta Velocidade, mas cujo montante (284 milhões de euros) se encontra reservado para fazer face ao desenvolvimento do projeto;
6. Recebimento de 83% das dotações de capital previstas, no montante de 1.817,2 milhões de euros, que permitiram fazer face ao serviço da dívida, às despesas com as PPP e aos investimentos ferroviários.

Despesa de Atividade

unidade: milhões de euros

Despesa Atividade	2023	2024				Desvio 2024/OE2024 (abs e %)	
		OE inicial	OE Corrigido	Compromissos	Real		
01. Pessoal	137,42	158,31	158,31	151,47	146,68	-11,63	-7%
02. Funcionamento	129,60	164,26	149,75	143,07	129,33	-34,93	-21%
02. Funcionamento - Materiais	10,31	24,09	19,90	18,75	15,46	-8,63	-36%
02. Funcionamento - Receita	70,42	62,95	66,04	61,16	54,93	-8,02	-13%
02. Funcionamento Geral	48,86	77,22	63,82	63,15	58,94	-18,27	-24%
03. Juros	81,37	85,15	85,15	75,71	75,57	-9,59	-11%
04. Transferências Correntes	1,93	15,23	15,23	3,96	3,92	-11,30	-74%
05. Subsídios	25,14	0,01	36,91	36,80	36,80	36,80	459952%
06. Outras Despesas Correntes	26,59	98,92	28,16	3,50	3,47	-95,45	-96%
06. Out.Desp.Corr.-Impostos e Taxas	26,59	32,16	28,16	3,50	3,47	-28,69	-89%
06. Out. Desp. Corr. - Reserva	0,00	66,77	0,00	0,00	0,00	-66,77	-100%
07. Investimentos	8,25	10,91	14,91	12,82	9,25	-1,66	-15%
07.01. Investimentos Funcionamento	8,25	10,91	14,91	12,82	9,25	-1,66	-15%
09. Ativos Financeiro	2,00	0,30	0,30	0,00	0,00	-0,30	-100%
10. Passivos Financeiros	159,02	572,83	572,83	572,83	572,83	0,00	0%
Total	**571,32**	**1 105,92**	**1 061,55**	**1 000,15**	**977,86**	**-128,06**	**-12%**

A execução da despesa de atividade, no valor de 977,9 milhões de euros, foi superior em 406,5 milhões de euros à registada no período homólogo de 2023, sendo de salientar:

- Aumento do serviço da dívida (+408 milhões de euros) (capital e juros), em resultado da amortização integral do Eurobond 09/24, no montante de 500 milhões de euros, efetuado em outubro de 2024;
- Aumento da despesa com o mecanismo de apoio às portagens (Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro) (+11,7 milhões de euros), que reflete um aumento correspondente do lado da receita;
- Aumento da despesa com Pessoal (+9,3 milhões de euros);
- Aumento da despesa com a aquisição de materiais para obras de manutenção ferroviária (+5,2 milhões de euros), com limpeza (+5,3 milhões de euros) e vigilância (+1,3 milhões de euros).

Face ao orçamento aprovado, foram atribuídos compromissos no montante de 1.000,2 milhões de euros (94% do orçamento disponível), e efetuados pagamentos no valor de 977,9 milhões de euros (88% do orçamento disponível).

As rubricas que apresentam taxas de execução mais elevadas são as rubricas de Encargos com instalações (95%), Pessoal (93%), investimentos de funcionamento (85%) e encargos de cobrança de portagens (82%).

A rubrica de Subsídios apresenta uma execução bastante acima do previsto em orçamento devido ao mecanismo de apoio às portagens (Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro) que, através de crédito especial na rubrica de receita 06. Transferências Correntes compensará a verba inscrita na rubrica de despesa 05. Subsídios relativa ao valor a entregar às concessionárias.

DESPESA PROJETO

unidade: milhões de euros

DESPESA PROJETO	2023	2024				DESVIO 2024/OE2024 (ABS E %)	
		OE INICIAL	OE CORRIGIDO	COMPROMISSOS	REAL		
02. Funcionamento	**237,98**	**282,17**	**305,60**	**292,95**	**270,61**	-11,56	-4%
Conservação Ferroviária (9669)	86,75	114,34	117,71	114,11	104,80	-9,54	-8%
Conservação Rodoviária	151,23	167,83	187,89	178,85	165,81	-2,02	-1%
07. Investimentos	**2 105,25**	**2 581,30**	**2 570,11**	**2 211,91**	**2 082,16**	-499,14	-19%
07.01. Concessões Rodoviárias (8381)	1 446,04	1 524,81	1 512,07	1 339,88	1 337,50	-187,31	-12%
Investimentos correntes	**31,99**	**158,16**	**82,73**	**65,99**	**48,89**	-109,28	-69%
07.01. Investimentos Rodoviários	3,08	12,64	14,23	14,22	14,00	1,36	11%
07.03. Investimentos Ferroviários	28,91	145,52	68,50	51,77	34,88	-110,64	-76%
Planos de Investimento	**627,23**	**898,33**	**975,31**	**806,05**	**695,78**	-202,55	-23%
07.01. Investimentos Rodoviários	**55,10**	**154,61**	**153,90**	**105,40**	**93,37**	-61,24	-40%
PETI3+ e PVAE (10364)	7,43	5,77	4,62	4,61	4,58	-1,19	-21%
PRR (11705;11804;11805)	46,06	141,90	141,90	99,71	88,02	-53,88	-38%
PNI2030 (11662)	1,62	6,93	7,38	1,07	0,77	-6,16	-89%
07.03. Investimentos Ferroviários	**572,12**	**678,89**	**752,30**	**665,90**	**567,65**	-111,24	-16%
Ferrovia 2020 (10366)	559,05	587,73	707,86	639,69	548,15	-39,57	-7%
PNI2030 (11661)	13,07	84,01	37,29	26,21	19,50	-64,51	-77%
PRR Ferroviário (14399)		7,15	7,15	0,00	0,00	-7,15	-100%
07.03 Anel CAM (13745)		**64,83**	**69,11**	**34,75**	**34,75**	-30,08	-46%
Total	**2 343,24**	**2 863,48**	**2 875,72**	**2 504,87**	**2 352,78**	**-510,70**	**-18%**

No que diz respeito à despesa de projeto, verifica-se que a execução de 2.352,8 milhões de euros se encontra em linha com a verificada no período homólogo de 2023, salientando-se, no entanto, os seguintes fatores:

- Diminuição da despesa com concessões e subconcessões rodoviárias (-108,5 milhões de euros), resultado da evolução das tarifas de disponibilidade e da diminuição das Grandes Reparações;
- Diminuição da despesa com os investimentos ferroviários associados ao Ferrovia 2020 (-10,9 milhões de euros), resultado da fase de conclusão em que se encontra o programa Portugal 2020;
- Aumento da execução da conservação rodoviária e ferroviária (+32,6 milhões de euros), justificado não apenas pelo aumento dos custos dos materiais e mão de obra, mas também pelo facto de não ter sido possível maximizar a execução orçamental em dezembro de 2023, por insuficiência de receita do ano, o que se traduziu num aumento dos pagamentos realizados durante o 1.º trimestre de 2024 relativamente a faturação transitada do ano anterior;
- Aumento da execução dos investimentos rodoviários relacionados com o PRR (+42 milhões de euros), sendo os mesmos financiados a fundo perdido pelos fundos do MRR ou por empréstimos da DGTF;
- Aumento da execução dos investimentos com o Anel CAM (+34,8 milhões de euros).

Face ao orçamento aprovado, as rubricas com taxas de execução mais elevadas são as de conservação rodoviária e ferroviária, com 99% e 92%, respetivamente. Os Investimentos rodoviários (64%) e ferroviários (73%) apresentam taxas de execução orçamental mais baixas, associadas ao nível de execução física dos próprios investimentos.

A rubrica de concessões rodoviárias tem um peso de 57% no total da despesa de projeto realizada, e apresenta uma taxa de realização de 88% face ao orçamento, consequência da evolução das tarifas de disponibilidade que estão pré-definidas nos contratos e da atualização do IPC.

8.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Com vista a implementar um maior controlo financeiro sobre o setor público empresarial, bem como estabelecer exigências em matéria de bom governo e de reforço dos poderes e deveres inerentes ao exercício da função de acionista, foi publicado o Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. O n.º 1 do artigo 29.º estabelece que as empresas públicas não financeiras que tenham sido ou sejam integradas no setor das administrações públicas, nos termos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ficam impedidas de aceder a novo financiamento junto de instituições de crédito, salvo junto de instituições financeiras de carácter multilateral. Desde a criação da IP que a empresa não recorre a novos financiamentos junto de instituições de crédito e do mercado de capitais.

No quadro abaixo apresenta-se a evolução dos encargos financeiros e da taxa de juro anual média de financiamento para o período 2020-2024:

unidade: milhões euros

	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros	66,0	74,0	70,1	91,7	97,8
Taxa Média de Financiamento	1,8%	1,8%	1,7%	1,9%	1,9%

A taxa média de financiamento, em 2024, fixou-se em 1,76%, diminuindo 0,08% face ao ano anterior. Esta variação resulta da diminuição do peso do stock de dívida indexada a taxa variável que passou de 5%, em 2023, para 4%, em 2024.

8.3 LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A Lei do Orçamento do Estado para 2024, pelo seu artigo 38.º, estabelece que o crescimento global do endividamento das empresas públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos.

O n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2024 define a fórmula de cálculo para o apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no setor empresarial do Estado:

$$\frac{(FR_{t-} FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - Novos\ Investimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

em que:
FR - Financiamento remunerado
Capital - Capital Social ou Capital Estatuário realizado

Novos investimentos: investimentos com expressão material, na parte não comparticipada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa

unidade: milhões de euros

Variação do Endividamento (execução)	2024	2023	2022	Δ 2024/2023	
				Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3 407,0	3 984,3	4 015,5	-577,3	-14%
- do qual concedido pela DGTF	2 215,6	2 215,6	2 215,6	0,0	0%
Capital Social / Capital Estatutário	14 403,9	12 586,7	11 152,2	1 817,2	14%
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	35,7	1,3	10,2		
Variação do Endividamento	7,3%				

Nota: financiamento remunerado e capital social de acordo com o balanço

De acordo com o Plano de Investimentos, a IP, para efeitos de cálculo deste indicador, considera o seguinte:

i. "novos investimentos" - investimentos previstos no âmbito do Anel CAM e IP3 Coimbra-Viseu;

ii. os investimentos da IP com expressão material, designadamente os empreendimentos que integram o Programa de Investimentos Ferrovia 2020 e o PNI 2030, já se encontravam previstos e identificados em anteriores Planos de Investimento;

iii. Os investimentos previstos no PRR serão integralmente cobertos por fundos oriundos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

A taxa de crescimento apurada para 2024, de 7,3%, considera a parcela de capital atribuída para financiar os pagamentos dos contratos de Concessão e Subconcessão rodoviários (PPP). Estes contratos foram estabelecidos pelo Estado, no caso dos primeiros, e sob diretrizes do Estado, no caso dos segundos. Pelo que, se se expurgar o valor do aumento de capital alocado à cobertura destes pagamentos, o rácio fixa-se em 3%:

unidade: milhões de euros

VARIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO (EXECUÇÃO)	2024	2023	Δ 2024/2023	
			VALOR	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	3 407,0	3 984,3	-577,3	-14%
- do qual concedido pela DGTF	2 215,6	2 215,6	0,0	0%
Capital Social / Capital Estatutário	13 701,9	12 586,7	1 115,3	9%
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	35,7	1,3		
Variação do Endividamento	3,0%			

Nota: financiamento remunerado e capital social de acordo com o balanço

Importa referir que o cumprimento do limite de crescimento do endividamento de 2%, estipulado no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, é verificado sobre o crescimento global do endividamento das empresas públicas.

No quadro abaixo, apresenta-se a evolução do crescimento do endividamento da IP desde 2020:

	2024	2023	2022	2021	2020
Taxa de crescimento do endividamento	7,3%	8,3%	8,0%	8,5%	6,7%
Taxa de crescimento do endividamento (*)	3,0%	3,0%	2,8%	1,8%	-0,4%

(*) Expurgado o montante alocado às PPPs

A taxa de crescimento de 2024 apresenta uma ligeira redução face ao ano anterior, em resultado do incremento da componente dos novos investimentos (2024: 35,7 milhões de euros; 2023: 1,3 milhões de euros).

8.4 EVOLUÇÃO DO PRAZO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 fevereiro, aprova o Programa Pagar a Tempo e Horas, que tem como objetivo reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços (PMP) praticados por entidades públicas. Estabelece objetivos de prazos, bem como a monitorização e publicitação da evolução dos indicadores dos prazos médios de pagamento a fornecedores. A superação do indicador acontece sempre que o PMP é menor que 30 dias.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, vem adaptar o cálculo do indicador do prazo médio de pagamento e que considera a média do saldo em dívida de fornecedores observado no final de cada trimestre.

A IP publicita o seu prazo médio de pagamento no Relatório e Contas anual.

A evolução do prazo médio de pagamento, em 2024 face a 2023, foi a seguinte:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	2024	2023	Δ 2024/2023	
			Valor	%
Prazo (dias)	11	12	-1	-8%

Define o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, que “Atraso no pagamento - corresponde ao não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos (..) após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma”.

A IP acorda/contratualiza com os seus fornecedores os prazos de pagamento. Sempre que os documentos de faturação estejam em conformidade com os bens e/ou serviços adquiridos bem como com os requisitos legais e fiscais em vigor, os documentos são pagos até à data do seu vencimento (ou na sua vizinhança).

Em consequência, a IP não tem pagamentos em atraso.

8.5 RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA AQUANDO DA APROVAÇÃO DE CONTAS 2023

No âmbito da Assembleia Geral n.º 08/2023, as contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apreciadas pelo Acionista Estado em Assembleia Geral no dia 29 de maio de 2024.

O representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício de 2023, incluindo os relatórios de gestão e do governo societário, atentas as Certificações Legais das Contas, os relatórios do auditor externo, e as ênfases neles expressas, o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, e o Relatório de Análise n.º 134/2024, de 2 de maio, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sobre o Relatório de Governo Societário.

8.6 DILIGÊNCIAS TOMADAS COM VISTA A SOLUCIONAR AS SITUAÇÕES SUBJACENTES À EMISSÃO DE RESERVAS NA ÚLTIMA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Não aplicável à IP considerando que não foram emitidas reservas na Certificação Legal de Contas de 2023.

8.7 REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITOR EXTERNO

Dos Órgãos Sociais

Mesa Da Assembleia Geral

Presidente: (*)

Vice-Presidente: (**)

Secretária: Maria Isabel Louro Carla Alcobia

(*) O anterior Presidente da mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 de janeiro de 2020, não tendo sido substituído até à data.

(**) O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 2022.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos para o triénio 2018-2020 e exercem os respetivos cargos sem remuneração.

Conselho de Administração Executivo

Composição do CAE relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024

Presidente: Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz

Vice-Presidente: Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Eng.º Carlos Alberto João Fernandes

Vogais: Dr.ª Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa e Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel

Os termos do mandato e o estatuto remuneratório associado ao exercício dos cargos foram estabelecidos em reunião de Assembleia Geral que decorreu no dia 26 de agosto de 2022 (Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022), sendo que, no caso da Vogal do CAE, Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel, constam da Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023, que remete, no que respeita ao estatuto remuneratório, para a Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022.

Encontrando-se definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foi aplicada a redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, durante o ano de 2024.

Não foram atribuídas remunerações variáveis de desempenho aos seus gestores.

Encontra-se autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 3, alínea c) do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

As remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, foram definidas em reunião de assembleia geral de 28 de agosto de 2015.

Após requerimento nesse sentido, o Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz exerce o cargo de Vogal do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão para as Matérias Financeiras sem auferir remuneração por passagem à situação de reforma, desde julho de 2017.

O Dr. José Coutinho Garrido Castel-Branco exerce, de forma remunerada, o cargo de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, auferindo 30% da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração Executivo atualmente em funções.

De acordo com o artigo 391.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, por remissão do artigo 435.º, n.º 2 do mesmo Código, os membros do conselho geral e de supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação até à presente data, não houve alteração dos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, foi fixado, em reunião de Assembleia Geral de 19 de março de 2019 (Ata da Assembleia Geral n.º 03/2019), para este cargo, como limite máximo para os honorários a atribuir, o montante equivalente a 35% da remuneração global do Presidente do Conselho Administração Executivo, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Unidade: euros

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado	Valor Bruto Auferido
	Presidente	Não Nomeado (*)	650,00	0,00
	Vice-Presidente	Não Nomeado (**)	525,00	0,00
2018-2020	Secretária	Maria Isabel Louro Carla Alcobia	400,00	0,00
				0,00

(*) O anterior Presidente da Mesa de Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 janeiro de 2020.

(**) Renunciou às funções de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral em carta datada de 19 dezembro de 2022.

2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Remuneração mensal fixada Estatuto Gestor Público			
	Fixado [Sim/Não]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta	
			Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Miguel Jorge de Campos Cruz	Sim	A	6 145,48	2 458,19
Carlos Alberto João Fernandes	Sim	A	5 530,93	2 212,37
Maria Amália Freire de Almeida	Sim	A	5 530,93	2 212,37
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	Sim	A	4 916,38	1 966,55
Gina Maria dos Santos Pimentel	Sim	A	4 916,38	1 966,55

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou opção pela média dos últimos 3 anos (2)				Identificação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim / Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data de autorização e Forma	
2022-2024	Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz	AG	26-08-2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	**1**
2022-2024	Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes	AG	26-08-2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	**3**
2022-2024	Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida	AG	26-08-2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	**1**
2022-2024	Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	AG	26-08-2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	**2**
2023-2024	Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel	DUE	01-08-2023	Não	n.a.	n.a.	n.a.	**1**

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no nº 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membros do Órgão de Administração	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime [Publico / Privado]	Identificação da data de autorização e forma [AG/DUE/D]
Miguel Jorge de Campos Cruz	IP Engenharia	Presidente do Conselho de Administração	Público	DUE / 12-09-2022
	IP Telecom	Presidente do Conselho de Administração	Público	DUE / 01-08-2023
Carlos Alberto João Fernandes	IP Património	Presidente do Conselho de Administração	Público	DUE / 12-09-2022
	IP Telecom	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE / 12-09-2022
Maria Amália Freire de Almeida	IP Património	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE / 12-09-2022
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	IP Engenharia	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE / 12-09-2022
	CES	Representante do setor empresarial do Estado no CES - suplente	Público	RCM 73/2020 RCM 1/2023
Gina Maria dos Santos Pimentel	IP Telecom	Vogal do Conselho de Administração	Público	DUE / 04-08-2023

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Remuneração Anual Auferida				
	Fixa (1)	Variável * (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Miguel Jorge de Campos Cruz	115 535,00		115 535,00	5 776,70	109 758,30
Carlos Alberto João Fernandes	103 981,46		103 981,46	5 199,14	98 782,32
Maria Amália Freire de Almeida	103 981,46		103 981,46	5 199,14	98 782,32
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	92 427,92		92 427,92	4 621,43	87 806,49
Gina Maria dos Santos Pimentel	95 139,96		95 139,96	4 757,03	90 382,93
			511 065,80	**25 553,44**	**485 512,36**

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Benefícios Sociais									
	Subsídio de refeição		Regime de proteção social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Acidentes Pessoais	Outros			
Nome	Valor/ Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor	Identificar	Valor
Miguel Jorge de Campos Cruz	9,60	2 064,50	Segurança Social	26 067,57	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	743,10	Bolsa de Mérito	1 100,00
Carlos Alberto João Fernandes	9,60	2 174,90	Segurança Social	23 460,80	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	665,00		
Maria Amália Freire de Almeida	9,60	2 229,90	Caixa Geral de Aposentações	23 460,92			Seguro de Acidentes de Trabalho	665,06		
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	9,60	2 120,60	Segurança Social	20 854,04	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	592,08	Bolsa de Mérito	600,00
Gina Maria dos Santos Pimentel	9,60	2 246,90	Segurança Social	21 465,94			Seguro de Acidentes de Trabalho	609,87		
		10 836,80		**115 309,27**	**1 288,80**	**20,79**		**3 275,11**		**1 700,00**

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída [Sim/Não]	Celebração de contrato [Sim/Não]	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Miguel Jorge de Campos Cruz	S	S	45 589,74	AOV	2020	2025	584,99	7 019,85	12
Carlos Alberto João Fernandes	S	S	27 986,87	AOV	2020	2025	212,155	2545,86	12
Maria Amália Freire de Almeida	S	S	27 986,87	AOV	2020	2025	290,15	3481,80	12
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	S	S	27 986,87	AOV	2020	2025	328,82	3945,84	12
Gina Maria dos Santos Pimentel	S	S	27 986,87	AOV	2020	2025	327,5	3930,00	12

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

* Valor de renda mensal médio em 2024 uma vez que as mesmas sofreram alterações durante o ano

Unidade: euros

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Miguel Jorge de Campos Cruz	2 672,06	2 721,62		Comboios	276,00	5 669,68
Carlos Alberto João Fernandes	2 507,49	976,00		Aluguer de viatura	240,00	3 723,49
Maria Amália Freire de Almeida						
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa						
Gina Maria dos Santos Pimentel						
					Total	**9 393,17**

3. FISCALIZAÇÃO

CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO

Unidade: euros

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO MENSAL	Nº DE MANDATOS
			Forma (1)	Data		
2015	Presidente	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	AG	28-08-2015	1 843,64	1
2015	Vogal	Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	AG	28-08-2015	*	1

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

* Sem auferir remuneração por passagem à situação de reforma, desde julho de 2017

De acordo com o artigo 391.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de setembro, por remissão do artigo 435.º, n.º 2 do mesmo Código, os membros do Conselho Geral e de Supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação aquando da eleição dos membros dos outros órgãos estatutários, não houve alteração aos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

Unidade: euros

MEMBRO DO CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO	REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	25 863,43
Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz	-
	25 863,43

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	IDENTIFICAÇÃO SROC/ROC			DESIGNAÇÃO			N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NO GRUPO	N.º DE ANOS DE FUNÇÕES EXERCIDAS NA SOCIEDADE
		NOME	N.º INSCRIÇÃO NA OROC	N.º REGISTO NA CMVM	FORMA (1)	DATA	DATA DO CONTRATO		
2018-2020	SROC Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, LDA.	191	20161491	AG	19-03-2019	03-09-2019	8	8
2018-2020	ROC Efetivo	Carla Margarida Vicente Godinho	1560	20161170	-	15-08-2023	-	2	2

(1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Os honorários do Revisor Oficial de Contas referentes à revisão de contas foram os seguintes:

Unidade: euros

NOME ROC/FU	VALOR ANUAL DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			VALOR ANUAL DE SERVIÇOS ADICIONAIS			
	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)	IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (1)	REDUÇÕES (2)	VALOR FINAL (3) = (1)-(2)
Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda	35 772,84	0,00	35 772,84	Honorários por serviços prestados de Validação da Despesa	3 990,00	n.a.	3 990,00

A sociedade Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda., prestou serviços objeto de remuneração referentes à revisão legal das contas e auditoria e à elaboração de relatório independente de Certificação das Demonstrações Financeiras do ano 2022 de várias candidaturas no âmbito do *Programa Connecting Europe Facility* (CEF).

4. AUDITOR EXTERNO

Determinam os estatutos da IP, no seu artigo 21.º alínea q), que compete ao Conselho Geral e de Supervisão selecionar e substituir o auditor externo da IP, dando ao Conselho de Administração Executivo as indicações relativas à sua contratação.

Em 26 de março de 2024, foi celebrado contrato com a sociedade BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. para a prestação de serviços de auditoria externa para os exercícios de 2023, 2024 e 2025.

A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e registada na CMVM com o n.º 20161384.

Identificação do Auditor			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	29	20161384	26-03-2024	2024-2027	5	5

Unidade: euros

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços			Valor Anual de Serviços Adicionais			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	120 012,75	-	120 012,75	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

8.8 APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ART.º 32 E 33 DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO (EGP)

Estabelece o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, no seu artigo 32.º que:

1. Não é permitida a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
2. Não é permitido o reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
3. O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, é fixado por deliberação em assembleia geral, no caso das sociedades anónimas, ou por despacho, publicado no Diário da República, do membro do Governo responsável pela área das finanças no caso das entidades públicas empresariais;
4. O valor previsto no número anterior é fixado à luz das orientações que venham a ser estabelecidas para o efeito pelos acionistas ou por despacho, publicado no Diário da República, do membro do Governo responsável pela área das finanças, tendo sempre como limite a soma do valor fixado para a utilização de telefone domiciliário e telefone móvel para cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública.

Os membros do Conselho de Administração Executivo da IP não utilizam quaisquer cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento tendo como objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

A IP não reembolsa os membros do Conselho de Administração Executivo de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

No que respeita às despesas associadas a comunicações, os gastos no ano 2024 foram os seguintes:

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Gastos com comunicações			
	Plafond mensal definido	Valor anual	Valores Gastos	Observações
Miguel Jorge de Campos Cruz	80,00	960,00	50,35	
Carlos Alberto João Fernandes	80,00	960,00	60,59	
Maria Amália Freire de Almeida	80,00	960,00	85,31	
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	80,00	960,00	65,17	
Gina Maria dos Santos Pimentel	80,00	960,00	34,89	
	Total	**4800,00**	**296,31**	

Estabelece ainda o artigo 33.º que:

1. O valor máximo das viaturas de serviço afetas aos gestores públicos é fixado por deliberação em assembleia geral, no caso das sociedades anónimas, ou por despacho, publicado no Diário da República, do membro do Governo responsável pela área das finanças, no caso das entidades públicas empresariais;
2. O valor previsto no número anterior é fixado à luz das orientações que venham a ser estabelecidas para o efeito pelos acionistas ou por despacho, publicado no Diário da República, do membro do Governo responsável pela área das finanças;
3. O valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação;
4. É vedado o exercício de qualquer opção por parte dos gestores para aquisição de viaturas de serviço que lhes tenham sido afetas.

No que respeita às despesas associadas aos gastos anuais de viaturas em 2024, foram as seguintes:

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Plafond mensal combustível e portagens (1)	Gastos Anuais Associados a Viaturas			
		Combustível (3)	Portagens	Total	Observações (2)
Miguel Jorge de Campos Cruz	614,55	1 343,91	0,00	1 343,91	7 374,57
Carlos Alberto João Fernandes	553,09	594,88	0,00	594,88	6 637,11
Maria Amália Freire de Almeida	553,09	442,13	0,00	442,13	6 637,11
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	491,64	2 237,08	0,00	2 237,08	5 899,65
Gina Maria dos Santos Pimentel	491,64	2 014,41	0,00	2 014,41	5 899,65
			Total	6 632,41	

(1) 25% do valor das Despesas de Representação

(2) Plafond Anual

(3) Inclui energia elétrica

8.9 DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual determina a adoção do princípio da transparência financeira, é expressamente vedada às empresas públicas a realização de quaisquer despesas não documentadas.

Em 2024, a IP não realizou despesas não documentadas.

8.10 RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS

Em 2024 a IP manteve a política de respeito pelas boas práticas no domínio da igualdade no tratamento, respeito mútuo e repúdio por qualquer comportamento discriminatório em função de quaisquer tipos de características diferenciadas dos seus trabalhadores, entre as quais o género.

Em dezembro de 2024, o Grupo IP contava com 3598 trabalhadores, 873 dos quais mulheres, representando aproximadamente 24% do total.

O desequilíbrio entre a representatividade de homens e mulheres no Grupo IP reflete a assimetria que caracteriza os grupos profissionais dedicados às atividades core da gestão da circulação ferroviária e da manutenção de infraestruturas, atividades operacionais com maior exigência física e dispersão geográfica, tradicionalmente mais "masculinizadas".

Assim, destaca-se a predominância de homens nos grupos profissionais "Pessoal Operacional e Auxiliar" e "Técnico/a Intermédio, Especialista" em comparação com as mulheres.

No caso das mulheres, existe uma maior concentração nos grupos "Administrativo/a" e "Técnicos/as Superiores", em particular nas áreas corporativas e menos operacionais.

A participação ativa da IP no que respeita à igualdade de género é uma constante, corporizando-se nomeadamente nas atividades e responsabilidades assumidas com a ligação à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e ao IGEN (Fórum de Organizações para a Igualdade).

O Plano de Ação para a Igualdade, que integra o Plano para a Igualdade do Grupo IP para 2025 (publicado em 13 setembro 2024), assenta na análise de oportunidades de melhoria em áreas específicas com enfoque nas seguintes dimensões:

- Estratégia, Valores e Missão
- Formação Inicial e Contínua
- Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
- Proteção na Parentalidade

A IP assegura complementarmente o compromisso que tem com a Carta Portuguesa para a Diversidade e com o GRACE, no sentido de contribuir para uma sociedade mais responsável e integrativa, através do desenvolvimento de iniciativas do foro da responsabilidade social, com impactos visíveis e concretos, em articulação com outros *stakeholders*.

Refira-se ainda que, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, que consagra a adoção de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, o Grupo IP tem elaborado periodicamente o relatório onde se procede ao diagnóstico das remunerações dos seus trabalhadores, de modo a identificar e mitigar situações de desigualdade salarial associadas ao género. Estes relatórios encontram-se divulgados no portal externo da empresa.

8.11 PLANO DE IGUALDADE (ANUAL)

No seguimento da publicação do Plano de Igualdade, são elaborados os relatórios de avaliação e Acompanhamento (último divulgado a setembro/2024), sendo publicados na intranet do Grupo IP.

Nos termos da alínea e) do n.º 1 da RCM n.º 19/2012, os relatórios são enviados à tutela responsável pela área da igualdade, Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, bem como à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género – Presidência do Conselho de Ministros.

O relatório do Grupo do Plano Para a Igualdade 2024 está publicado no site da IP:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos/responsabilidade-social

8.12 RELATÓRIO ANUAL PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

O Grupo IP tem definida uma Política de Comunicação de Irregularidades, revista em conformidade com o quadro legal aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, e que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações. Esta Política traduz o compromisso das empresas do Grupo IP na adoção das melhores práticas recomendadas pelo Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance*, com a disponibilização de um canal direto, idóneo e com a garantia da confidencialidade de todo o processo, para comunicar quaisquer situações detetadas que:

(i) Constituam infrações a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro;

(ii) Ou sobre as quais exista fundada suspeita de que violem ou prejudiquem:

- O cumprimento de princípios legais, regulamentares, deontológicos, éticos, bem como normativos e orientações internas;
- A integridade da informação financeira e as práticas contabilísticas aplicadas nas empresas do Grupo IP;
- O património das empresas do Grupo IP;
- A imagem das empresas do Grupo IP ou das boas práticas de gestão (incluindo domínios como conflito de interesses, desperdício de fundos, má gestão e abuso de autoridade, entre outros).

Qualquer irregularidade detetada deve ser reportada por escrito, para o seguinte correio postal:

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA
APARTADO 000533
EC PRAGAL – ALMADA
ALMADA

Entre as atividades desenvolvidas no que concerne à mitigação e prevenção da fraude organizacional, destaca-se ainda a monitorização anual do reporte do registo de ofertas e a assinatura da declaração de inexistência de conflito de interesses por parte dos gestores de contratos de empreitada e prestação de serviços, membros do júri e peritos nos procedimentos de contratação e dos colaboradores da Direção de Auditoria Interna.

Relativamente à contratação pública refere-se ainda que foram adotadas as ações mencionadas no n.º 3 relativo à "Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação".

Refira-se ainda, que as Empresas do Grupo IP cumprem na generalidade a Recomendação n.º 3/2020 do Conselho de Prevenção da Corrupção publicada no Diário da República, 2.ª série de 17 de julho de 2020, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público.

Por outro lado, tendo em conta que a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, na redação atual, é aplicável a uma das Empresas do Grupo IP – IP Património – em virtude de o seu objeto social e de a sua

atividade se enquadrarem no âmbito imobiliário, foi aprovado em 2020 o Procedimento de Comunicação de Transações ao DCIAP, à UIF e ao IMPIC – Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e, neste contexto, e em cumprimento da determinação legal, está designado, desde 2019, o Responsável pelo Cumprimento Normativo do Grupo IP (RCN).

O Procedimento de Comunicação de Transações ao DCIAP, à UIF e ao IMPIC – Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, regula o dever de comunicação de operações suspeitas e demais transações legalmente previstas relativas à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

O cumprimento destes deveres de comunicação é monitorizado trimestralmente.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção e das alterações introduzidas no âmbito dos planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, deu-se início, em outubro de 2022, ao cumprimento da obrigação decorrente daquele diploma relativa à avaliação intercalar dos riscos de nível elevado e muito elevado.

Desta forma, é concretizada uma abordagem pró-ativa, integrada e estruturada de gestão dos riscos de âmbito corporativo, a qual contribui não só para uma melhor compreensão dos processos de negócio e de suporte, como também para a mitigação e prevenção de fenómenos conexos com fraude.

Link: *Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas*

8.13 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- A Infraestruturas de Portugal está abrangida pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (e sucessivas alterações). Em cumprimento do CCP adotou como procedimentos pré-contratuais, o Concurso Público, o Concurso Público com Prévia Qualificação, a Consulta Prévia, o Ajuste Direto (Critérios: Valor e Material) e Ajuste Direto em regime simplificado.

- A política de contratação da empresa assenta na promoção da concorrência para garantir as melhores condições de mercado, pelo que o procedimento de contratação preferencial é o Concurso Público (nacional e internacional) limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam.

- Para desenvolvimento dos procedimentos contratuais, a IP recorre à plataforma eletrónica AnoGov e a uma plataforma interna de contratação para procedimentos que permitam o uso deste tipo de ferramentas eletrónicas, garantindo-se desta forma, maior rigor e transparência nos procedimentos de contratação.

- O Grupo IP detém um Manual de Contratação, que regulamenta toda a atividade de contratação da empresa e das empresas participadas (adaptadas ao setor tradicional e ao setor especial), tendo sido revisto e atualizado em 2021 na sequência da publicação da Lei n.º 30/2021,de 21 de maio, passando a contemplar os novos procedimentos instituídos pelas medidas especiais de contratação pública, com prazo de vigência temporalmente limitado, em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de tecnologias de informação e conhecimento, de execução do Programa de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, de gestão de combustíveis no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), bem como alterações de natureza processual, tal como a necessária verificação do cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP para procedimentos ao abrigo do regime simplificado, por ajuste direto ou consulta prévia. Foi iniciado em 2024, a revisão do referido manual em função das alterações legislativas entretanto ocorridas, das quais se destacam as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro, que aprova um regime de fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas dos atos e contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus. Este diploma aprova um regime excecional aplicável às ações administrativas urgentes de contencioso pré-contratual que tenham por objeto a impugnação de atos de adjudicação relativos a procedimentos de formação de contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, bem como um regime de recurso à arbitragem nos contratos de empreitada de obra pública ou de fornecimento de bens ou serviços públicos que sejam financiados ou cofinanciados por fundos europeus;

- Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, que regula as condições para a dispensa de revisão prévia do projeto de execução de obra pública em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus;

- Resolução n.º 4/2024-PG, de 16 de dezembro, relativa às instruções para a organização e tramitação dos processos de fiscalização prévia especial do Tribunal de Contas, bem como sobre as regras de utilização da Plataforma eContas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.

Em 2024 foi também publicada a Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprovou o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas. A referida portaria definia, como prazo de entrada em vigor, 30 dias após a sua publicação, contudo a Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro define, como data de entrada em vigor da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, um ano após a sua publicação.

O processo continuo de adaptação das minutas tipo, continuou durante 2024, em função das alterações aplicáveis.

À semelhança de anos anteriores, no 4.º trimestre de 2024, procedeu-se à elaboração do Plano de Contratação para o ano de 2025, atualizado de acordo com as necessidades, permitindo aperfeiçoar o planeamento e desenvolvimento dos processos de contratação a serem promovidos.

Durante 2024 deu-se continuidade à implementação de melhorias na aplicação informática de contratação da IP, conhecida como DESCO, aplicável a todo o Grupo Infraestruturas de Portugal, tendo por base a atividade da empresa, as alterações ao Código de Contratação Pública e demais legislação aplicável e ao Manual de Contratação. Foram introduzidos novos campos para efeito da fundamentação da subcontratação e introduzida uma nova funcionalidade relativa às declarações de conflito de interesses a subscrever pelos elementos do júri e gestor do contrato. Começou também a ser desenvolvida modificação da aplicação, para estender a funcionalidade para apoio às obrigações previstas na Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto.

Durante o ano de 2024 foram publicadas diversas fichas de *best practice* de utilização relacionadas com a utilização desta aplicação, designadamente sobre a regime de subcontratação previsto no artigo 318.º do Código dos Contratos públicos e relativamente novas funcionalidades relacionadas com as Declarações de Inexistência de conflito de interesses elativas ao júri e aos gestores dos contratos.

No ano de 2024, registou-se a adjudicação dos seguintes procedimentos, de valor igual ou superior a 5 milhões de euros:

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data da Celebração do Contrato	Preço Contratual
10012012 - Cabos Submarinos-Componente Marítima (Cabos+Smart)	Consulta Prévia	Alcatel Submarine Networks	FR33389534256	20-02-2024	13-03-2024	139 000 000
10015833 - L. Vendas Novas-Modernização	Concurso Público Internacional	Domingos da Silva Teixeira SA	PT501489126	05-12-2024	-	116 818 015
10013953 - L. Douro - Marco-Régua - Eletrificação - Execução	Concurso Público Internacional	CASAIS - SOMAFEL, ACE EMP. DA LINHA DO DOURO-MARCO-REGUA	PT518285367	08-11-2024	12-11-2024	110 742 152
10013604 - IP3 Coimbra / Viseu - Troço Santa Comba Dão / Viseu - Duplicação / Requalificação	Concurso Público Internacional	Ferrovial Agroman SA	PT980064937	12-07-2024	26-07-2024	103 280 960
10015497 - L. Cintura e L. Norte - Estações de Concentração de Campolide, Oriente e Alverca e Azambuja - Sinalização (Digitalização Do Transporte Ferroviário)	Concurso Público Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	07-11-2024	25-11-2024	52 176 535
Lotes 10017717 - Fornecimento de Energia para ss Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal 2024-2027	Concurso Público Internacional	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	26-09-2024	13-11-2024	29 240 128
		LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA	PT513172670	26-09-2024	30-10-2024	26 763 379
10016199 - IP2 - Variante Nascente Évora - Execução	Concurso Público Internacional	Construções Gabriel Couto SA	PT500072868	27-06-2024	01-08-2024	27 450 000
		Teixeira Duarte-Eng. Construções SA	PT500097488	27-06-2024	01-08-2024	27 450 000
		Casais-Engenharia e Construção SA	PT500023875	11-04-2024	19-06-2024	21 997 342

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data da Celebração do Contrato	Preço Contratual
10005537 - L. Norte - Alfarelos-Pampilhosa-Intervenções Complementares (Layout E Ep Alfarelos e Desnivelamentos)-Execução	Concurso Público Internacional	Somafel - Eng.Obras Ferroviárias SA	PT500272557	11-04-2024	19-06-2024	7 672 663
10013922 - EN10, Km 118+560, Ponte Marechal Carmona - Reabilitação E Reforço Estrutural	Concurso Público Internacional	Conduril - Engenharia, SA	PT500070210	21-11-2024	-	20 045 997
10013822 - IP8 (EN121) - Ferreira do Alentejo (Km 51+280) (RotundacCom a ER2) / Beja (73+810) (Rotunda com o IP2), Incluindo Variante a Beringel	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	16-05-2024	22-07-2024	17 144 109
		TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	16-05-2024	22-07-2024	16 471 791
10016025 - EN103 - Vinhais (Km 228+000) / Bragança (Km 260+400) – Requalificação	Concurso Público Internacional	SOCORPENA ENGENHARIA E CONTRUÇÃO S.A.	PT503496251	21-06-2024	09-09-2024	16 949 268
10013534 - RAP Grande Lisboa - Conservação Corrente e Operação 2025-2028	Concurso Público Internacional	INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária,SA	PT503970352	21-06-2024	07-08-2024	15 547 857
10016689 - EN211 – Variante Entre Quintã e Mesquinhata	Concurso Público Internacional	CANDIDO JOSÉ RODRIGUES, LDA	PT500326517	08-11-2024	19-12-2024	14 665 085
10014833 - EN125 - Variante a Olhão	Concurso Público Internacional	Construções Gabriel Couto SA	PT500072868	01-02-2024	07-03-2024	14 405 000
10015118 - Aquisição de Carril 60E1 para Aplicação na Linha de Vendas Novas	Concurso Público Internacional	JSW Steel Italy Piombino SpA.	IT01804670493	09-05-2024	23-08-2024	12 738 000
10015120 - Aquisição de Travessas de Betão Monobloco Polivalentes para a Linha de Vendas Novas	Concurso Público Internacional	Satepor-Ind.Travessas de Betão, SA	PT506528286	28-03-2024	24-05-2024	9 743 500

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data da Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016439 - RAP A23 - Conservação Corrente e Operação – 2025-2028	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	02-08-2024	23-09-2024	9 241 017
LOTES 10010266 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional entre 1 de Junho de 2023 e 31 de Maio de 2028	Concurso Limitado Prévia Qualificação Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	01-02-2024	24-05-2022	9 204 705
		Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	01-02-2024	24-05-2024	9 100 174
		HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	01-02-2024	11-06-2024	6 188 543
10013543 - ER206 V.N. Famalicão (Km 22+320) e Entrocamento com ER310 (Km 37+528). Reabilitação	Concurso Público Internacional	Domingos da Silva Teixeira SA	PT501489126	28-08-2024	26-09-2024	8 975 647
LOTES 10016120 - Renovação Licenciamento/Manutenção Microsoft 2024-2027	Concurso Público Internacional	Claranet II Solutions, S.A	PT510728189	16-05-2024	29-05-2024	8 955 942
10002491 - RFN - Instalação de Sistemas Complementares de Segurança - Execução	Concurso Público Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	12-12-2024	31-01-2025	8 653 727
10014391 - EN263 - Variante A Aljustrel	Concurso Público Internacional	TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	15-02-2024	25-03-2024	8 496 000
LOTES 10015603 - Aquisição de Carril 54E1 e 60E1	Concurso Público Internacional	Arcelor Mittal España, S.A.	A81046856	18-07-2024	19-09-2024	8 409 000
10016440 - RAP Norte - Conservação Corrente E Operação 2025-2028	Concurso Público Internacional	INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária,SA	PT503970352	04-07-2024	24-09-2024	8 251 172

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data da Celebração do Contrato	Preço Contratual
10015259 - L. Algarve - Faro-VRSA - SST Olhão - Execução	Concurso Público Internacional	EDP Comercial Comercialização de Energia, SA	PT503504564	02-05-2024	26-07-2024	8 192 308
		Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	02-05-2024	26-07-2024	6 104 398
10013143 - L. Oeste (Meleças-Caldas da Rainha) E L. Norte (Sta Apolónia) - Instalação ETCS N 1 a Emular Convel	Ajuste Direto	ALSTOM FERROVIÁRIA PORTUGAL, S.A.	PT500274371	26-09-2024	11-11-2024	7 499 999
10012976 - IC1 - Km567+571, Ponte Sobre o Rio Sado - Reabilitação da Obra de Arte	Concurso Público Internacional	VSL Sistemas Portugal Pré-Esforço, Equip. e Montagens, SA	PT501517260	24-10-2024	29-11-2024	7 388 000
10016274 - Tecnologias De Informação e Rede de Dados – 2024/26 – IPT	Ajuste Direto	IP Telecom, SA	PT505065630	29-05-2024	24-06-2024	6 616 917
10012740 - IP7 Eixo N/S, KM5+720 ao KM 6+400: Reformulação do Nó de Telheiras/Carnide - Ligação à 2.ª Circular entre o KM 5+720 ao KM 6+100	Concurso Público Internacional	ABB Alexandre Barbosa Borges	PT500553408	29-05-2024	01-08-2024	6 267 827
10010582 - Linha Do Sul - Empreitada de Reforço da Ponte da Marateca ao Pk 8+886	Concurso Público Internacional	Extraco - Const. Proxectos, S.A. Sucursal em Portugal	PT980427568	29-05-2024	26-07-2024	6 259 536
10015558 - L. Beira Alta - Pampilhosa-Vilar Formoso - CCO, Interfaces e Intervenções na Sinalização Existente	Ajuste Direto	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	29-02-2024	15-04-2024	5 999 999
LOTES 10014533 - Processo de Migração Para a Solução SAP S/4HANA	Concurso Público Internacional	SEIDOR PORTUGAL LDA	PT508096855	16-05-2024	19-07-2024	5 993 655

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data da Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016535 - L. Vouga - Espinho e Vila da Feira - Renovação da Superestrutura de Via - Execução	Concurso Público Internacional	Fergrupo - Construções e Técnicas Ferroviárias, SA	PT502156392	03-10-2024	09-12-2024	5 948 046
10008051 - EN347 - Acesso ao Terminal Ferroviário de Alfarelos(1ª fase)	Concurso Público Internacional	Casais-Engenharia e Construção SA	PT500023875	01-02-2024	04-04-2024	5 849 086
10009974 - EN392 - Km 77+660 ao Km 88+478 - Intervenções de Emergência em Locais Afetados pelas Obras da EDIA - Beneficiação	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	01-02-2024	28-03-2024	5 786 554
10014010 - L. Douro - Marco-Régua - Eletrificação - Gestão e Fiscalização	Concurso Público Internacional	Tabique Engenharia, Lda	PT503888460	18-07-2024	19-09-2024	5 747 238
10014584 - L. Sines - R. da Petroquímica - Reabilitação - Execução	Ajuste Direto	TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	28-03-2024	17-05-2024	5 300 000
10016112 - Aquisição de Travessas de Betão Monobloco Polivalentes com Fixação para Carril 54E1 e Carril 60E1	Concurso Público Internacional	Satepor-Ind.Travessas de Betão, SA	PT506528286	19-09-2024	18-11-2024	5 149 320
10017555 - Fornecimento de Energia para as Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal - Junho a Setembro 2024	Ajuste Direto	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	16-07-2024	05-08-2024	5 062 970

8.14 SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

A empresa, no seguimento das orientações do Conselho de Administração Executivo, promove sempre que seja economicamente mais vantajoso, os procedimentos de contratação, com recurso à ESPAP, ao abrigo de Acordos Quadro no âmbito do Sistema Nacional de Compras Públicas.

MODELO DE NEGÓCIO

Gestão da Cadeia de Fornecedores – Contexto geral da cadeia de fornecedores da organização

Para a Infraestruturas de Portugal, a uniformização dos procedimentos é essencial para o desenvolvimento das atividades da empresa, pelo que as peças de suporte à contratação pública têm vindo a ser atualizadas e adaptadas às atuais necessidades, designadamente os programas de procedimento, cadernos de encargos, cartas convite, entre outros, por forma a acompanhar as alterações legislativas, bem como a adequarem-se às finalidades da empresa.

Para cumprimento da legislação aplicável à contratação pública adotaram-se, atendendo às necessidades internas da empresa, diversos procedimentos pré-contratuais, nomeadamente o Concurso Público, os Sistemas de Qualificação para o setor especial, o Concurso Público com Prévia Qualificação, a Consulta Prévia, o Ajuste Direto em Regime Geral (Critério do Valor e o Material), e o Ajuste Direto em Regime Simplificado, seguindo os princípios que enformam a contratação pública e assumindo o rigor e a transparência nos procedimentos de contratação.

Para concretização do suprarreferido, tendo em vista uma maior promoção da concorrência e abertura do mercado o procedimento de contratação preferencial é o Concurso Público (nacional ou internacional), limitando-se os Ajustes Diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento (sector) em que os mesmos se verificam.

Acresce referir que, em todos os procedimentos desenvolvidos pela Infraestruturas de Portugal, são utilizados os seguintes mecanismos:

- Contratação eletrónica, utilizando preferencialmente a plataforma de contratação AnoGov, bem como outras ferramentas eletrónicas no cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- Controlo dos limites de contratação (aplicação de contratação DESCO), relativamente aos Ajustes Diretos escolhidos pelo critério do valor e das entidades relacionadas (controlo do n.º 2 e n.º 6 do artigo 113 do CCP), e para acompanhar, gerir e monitorizar todos os processos de contratação da empresa (setor tradicional e especial);
- Consultas Preliminares ao Mercado ao abrigo do artigo 35-Aº do Código dos Contratos Públicos, através do Sourcing da empresa.

No âmbito da natureza e características, excluindo os Regimes Simplificados, constatou-se que para a IP, em 2024, cerca de 79% dos processos desenvolvidos pela DCL corresponderam a Aquisição de Bens ou Serviços, sendo os restantes 21% processos de Empreitadas.

Distribuição por tipo de procedimento IP: (não inclui Regime Simplificado)

Unidade: milhões de euros

Natureza da Contratação	2023		2024	
	N.º Processos	Valor	N.º Processos	Valor
Empreitadas	144	220,97	176	952,05
Aquisição de Serviços	379	392,64	429	206,86
Aquisição de Bens	166	39,95	220	133,12
Total	**689**	**653,56**	**825**	**1292,03**

8.15 MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS

De acordo com o artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024), que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2024, as Empresas devem cumprir as orientações e objetivos aí definidos, prosseguindo uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional.

Conforme determinado no Despacho n.º 324/2023-SET, de 3 de agosto, a proposta de Orçamento da IP para 2024 contemplou medidas de otimização de desempenho, visando maximizar o resultado operacional, tendo como linhas orientadoras o aumento dos Rendimentos Operacionais e a redução dos Gastos Operacionais, com objetivo assegurar a sustentabilidade financeira da Empresa, tendo em conta as seguintes referências:

- Eficiência Operacional - em 2024, "deverá garantir a eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior".
- Plano de redução de gastos - em 2024, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2023 (n.º 4 do artigo 134.º DLEO 2024) "sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 9 de outubro de 2022, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo."

Unidade: Euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - N. 1 E 2 DO ARTIGO 134º DO DLEO 2024	REAL 2024	ORÇAMENTO 2024	REAL 2023	2024-2023		2024/ ORÇAMENTO 2024	
				Δ ABSOL.	Δ %	Δ ABSOL.	Δ %
(1) CMVMC	**428 321 142**	**515 421 806**	**323 027 101**	**105 294 042**	**33%**	**-87 100 664**	**-17%**
(2) FSE	**377 275 120**	**423 675 992**	**382 207 919**	**-4 932 799**	**-1%**	**-46 400 873**	**-11%**
(3) Gastos com o pessoal	**147 318 537**	**158 979 493**	**141 012 036**	**6 306 501**	**4%**	**-11 660 956**	**-7%**
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais	**0**	**0**	**0**	**0**		**0**	
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	**952 914 799**	**1 098 077 291**	**846 247 055**	**106 667 744**	**13%**	**-145 162 492**	**-13%**
(6) Volume de negócios	**1 546 545 186**	**1 665 473 939**	**1 346 289 402**	**200 255 784**	**15%**	**-118 928 753**	**-7%**
Vendas				0		0	
Prestações de Serviços	1 318 582 144	1 423 038 592	1 163 193 726	155 388 418	13%	-104 456 448	**-7%**
Outros Rendimentos que concorrem para o VN	110 031 419	111 597 885	117 690 848	-7 659 429	-7%	-1 566 466	**-1%**
Indemnizações Compensatórias	117 931 623	130 837 461	65 404 828	52 526 794	80%	-12 905 838	**-10%**
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais	**0**	**0**	**0**	**0**		**0**	
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	**1 546 545 186**	**1 665 473 939**	**1 346 289 402**	**200 255 784**	**15%**	**-118 928 753**	**-7%**
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	**61,6%**	**65,9%**	**62,9%**	-1,24	-197,59%	-4,32	-655%

Unidade: Euros

INFORMAÇÃO ADICIONAL	REAL 2024	ORÇAMENTO 2024	REAL 2023	2024-2023		2024/ ORÇAMENTO 2024	
				Δ ABSOL.	Δ %	Δ ABSOL.	Δ %
(1) Gastos com o pessoal	**147 318 537**	**158 979 493**	**141 012 036**				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	643 971	768 529	658 852	-14 881	-2%	-124 559	-16%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais [a)] (discriminar, se aplicável)		228 638		0		-228 638	-100%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento (Despacho de 29/12/2023-MF) [a)]			6 033 773	-6 033 773	-100%	0	
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	34 934 575	37 294 958	19 575 451	15 359 125	78%	-2 360 383	-6%
v. (+) Efeito do Absentismo				0		0	
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) [a)]				0		0	
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	**111 739 992**	**120 687 368**	**114 743 961**	**-3 003 969**	**-3%**	**-8 947 376**	**-7%**
(3) Gastos com deslocações e alojamento	**426 441**	**449 981**	**387 596**	**38 845**	**10%**	**-23 540**	-5%
(4) Gastos com ajudas de custo	**819 132**	**698 529**	**670 356**	**148 776**	**22%**	**120 604**	17%
(5) Gastos associados à frota automóvel [b)]	**5 809 002**	**6 349 379**	**5 658 125**	**150 877**	**3%**	**-540 376**	-9%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	**2 241 906**	**3 369 148**	**2 017 829**	**224 077**	**11%**	**-1 127 242**	-33%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	**9 296 482**	**10 867 037**	**8 733 906**	**562 575**	**6%**	**-1 570 555**	**-14%**
(8) N.º de Viaturas (operacional)	**34**	**34**	**34**	**0**	**0%**	**0**	**0%**
(9) N.º de viaturas (não operacional)	**690**	**690**	**690**	**0**	**0%**	**0**	**0%**

a) Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

PESO DOS GASTOS OPERACIONAIS NO VOLUME DE NEGÓCIOS

No indicador da eficiência operacional, verifica-se que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é de 61,6% em 2024, verificando-se ser inferior, em 1,24 p.p, aos 62,9% registado no final de 2023.

Unidade: Euros

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	REAL 2024	ORÇAMENTO 2024	REAL 2023	2024-2023		2024/ ORÇAMENTO 2024	
				Δ ABSOL.	Δ %	Δ ABSOL.	Δ %
Volume de Negócios (VN)	1 546 545 186	1 665 473 939	1 346 289 402	200 255 784	15%	-118 928 753	-7%
Gastos Operacionais (GO)	952 914 799	1 098 077 291	846 247 055	106 667 744	13%	-145 162 492	-13%
Δ VN - GO	**593 630 387**	**567 396 647**	**500 042 347**				
Eficiência Operacional	**61,6%**	**65,9%**	**62,9%**		**-1,2p.p.**		**-4,3 p.p.**

Verifica-se assim, uma redução do indicador de eficiência operacional, em 2024, quando comparado com o ano de 2023, com menos 1,2 p.p. e face ao previsto em PAO de menos 4,3 p.p.

8.16 RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL

Recursos Humanos e massa salarial (artigo 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do senhor Ministro das finanças).

Evolução do n.º de recursos humanos de forma desagregada, conforme quadro infra:

Recursos Humanos e Massa Salarial	2023 Real	2024 Real	2024 Orçamento	2024-2023	
				Δ Absol.	Δ %
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	7	8	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	195	204	193	9	4,6%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	3 220	3 181	3 387	-39	-1,2%
Total	**3 422**	**3 392**	**3 588**	**-30**	**-0,9%**
N.º Trabalhadores/N.º CD	**488**	**484**	**448**	**-4,3**	**-0,9%**
Gastos com Pessoal [euros]	**141 012 036**	**147 318 537**	**158 979 494**	**6 306 501**	**4,5%**
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T) [euros]	**41 207**	**43 431**	**44 309**	**2 224**	**5,4%**

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024						Situação a 31/12/2024
		SAÍDAS (reformas / outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade / cedência / licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações *	Entradas ao abrigo do … (normativo legal, despacho, etc.)**	Regresso de trabalhadores ausentes por cedência / licença	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Órgãos Sociais (OS)	7							7
Especialista	0		1					0
Técnico Especialista - C	1							1
Apoio - III	1							1
Quadro Médio - IV	0		2					0
Quadro Superior - VIII	0		1					0
Quadro Superior - IX	1							1
Consultor - II	0		1					0
Assistente Técnico	4							4
Técnico Superior	5							5
Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação	0		1					0
Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	0		1					0
Colaborador Licenciado	4	1						3
Operador de Manobras	213	24	4					189

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024						Situação a 31/12/2024
		SAÍDAS (REFORMAS / OUTROS)	TRABALHADORES AUSENTES POR MOBILIDADE / CEDÊNCIA / LICENÇA	CONTRATAÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO DE SAÍDAS	NOVAS CONTRATAÇÕES *	ENTRADAS AO ABRIGO DO … (NORMATIVO LEGAL, DESPACHO, ETC.)**	REGRESSO DE TRABALHADORES AUSENTES POR CEDÊNCIA / LICENÇA	
Operador de Circulação	199	5						194
Controlador de Circulação	175	11	1					164
Inspetor de Circulação	15							15
Operador de Comando Ferroviário	207	8						199
Supervisor de Comando Ferroviário	58	2						56
Operador de Telecomando Energia Tração	30							30
Supervisor de Telecomando Energia Tração	12	1						11
Operador de Infraestruturas	257	19		12	8			258
Encarregado de Infraestruturas	214	13		11				212
Supervisor de Infraestruturas	137	9						128
Operador de Apoio Geral	26	34		2	34		1	29
Técnico Operacional	107	5		8				110
Técnico de Exploração e Infraestruturas	216	9	1	2				209
Assistente de Gestão	276	12	2	13			1	278
Técnico de Suporte de Gestão	77	3	3				1	75
Técnico Superior A	452	33	5	44	18		3	484
Técnico Superior B	573	12	7	6	3		8	578
Técnico Superior C	145	12	7					133

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024						Situação a 31/12/2024
		SAÍDAS (REFORMAS / OUTROS)	TRABALHADORES AUSENTES POR MOBILIDADE / CEDÊNCIA / LICENÇA	CONTRATAÇÕES PARA SUBSTITUIÇÃO DE SAÍDAS	NOVAS CONTRATAÇÕES *	ENTRADAS AO ABRIGO DO … (NORMATIVO LEGAL, DESPACHO, ETC.)**	REGRESSO DE TRABALHADORES AUSENTES POR CEDÊNCIA / LICENÇA	
Total (OS + CD + Trabalhadores)	**3 412**	**213**	**37**	**98**	**63**	**0**	**14**	3 374
Impacto nos gastos com pessoal	-	**0,00 €**	-	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**

*) Despacho n.º 11888-B/2021 de 30.11.2021 (6 contratações no âmbito das atividades PRR); Despacho SET de 10.01.2024 e Despacho Conjunto SET e SEI de 10.01.2024 (aprovação PAO IP; restantes contratações)

**) Especificar

8.17 PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Lei do Orçamento do Estado para 2024, através do artigo 105.º, manteve a obrigatoriedade do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE). Assim, a IP está obrigada a concentrar, em contas junto do IGCP, as suas disponibilidades e aplicações financeiras, seja qual for a origem ou natureza das mesmas e a efetuar todas as movimentações de fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados por essa entidade.

A empresa tem vindo a recorrer aos serviços e funcionalidades bancárias disponibilizados pelo IGCP, nomeadamente, a utilização dos serviços de homebanking para pagamentos ao Estado, pagamentos a fornecedores, a colaboradores e outras entidades e na execução de pagamentos através de débitos diretos, entre outros.

Não obstante, ainda é necessário manter a utilização da banca comercial, que disponibiliza alguns serviços bancários não assegurados pelo IGCP.

Em situações excecionais, como previsto no artigo 91.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2024, o IGCP pode autorizar a dispensa do cumprimento do princípio da UTE, pelo prazo máximo de dois anos, dando conhecimento de tal facto à Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e Inspeção-Geral de Finanças (IGF).

O IGCP, através da informação n.º 0792/2024, de 21 de outubro, autorizou a dispensa do cumprimento da UTE, para os anos de 2024 e 2025, no que respeita aos seguintes serviços bancários:

a) Cartões pré-pagos;

b) Garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

c) Serviços de agente pagador associados a dívida contratada;

d) Custódia de títulos que não de dívida pública.

Trimestralmente, a IP informa os saldos correspondentes ao período, através do registo nos serviços online da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa detinha, junto do IGCP, o montante de cerca 391 milhões de euros de disponibilidades.

Unidade: milhares de euros

IGCP	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE
Depósitos à ordem	338 077,8	275 230,7	346 890,7	336 229,9
Aplicações CEDIC	-	-	-	54 760,0
Total	**338 077,83**	**275 230,65**	**346 890,73**	**390 989,94**

As disponibilidades junto da banca comercial distribuem-se conforme quadro abaixo:

Unidade: milhares de euros

BANCA COMERCIAL (*)	1.º TRIMESTRE	2.º TRIMESTRE	3.º TRIMESTRE	4.º TRIMESTRE
Novo Banco	0,1	0,2	0,2	0,4
BBPI	60,1	38,8	81,3	28,2
Santander	1,7	4,4	4,4	1,3
BBVA	18,4	18,0	118,7	117,9
CBI	0,1	0,1	0,1	0,1
MBCP	-	3,6	0,1	0,1
CGD	-	-	2,8	-
Total	**80,36**	**65,01**	**207,66**	**148,00**
Juros auferidos	-	-	-	-

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

Nota: Os valores considerados referem-se aos saldos contabilísticos no final de cada um dos períodos indicados, tendo-se excluído os saldos contabilísticos negativos

8.18 RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DE AUDITORIAS REALIZADAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Relativamente às recomendações formuladas pelo TC em relatórios nos últimos 3 anos, reporta-se o constante no quadro seguinte.

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
ANO 2022/2023/2024			
Auditoria "Parecer sobre a CGE - Operacionalidade de Infraestruturas e Transportes" - Relatório 1/2020 – 2.ª Secção			
Recomendações **Ao Governo, através dos membros responsáveis pelas áreas das finanças e das infraestruturas**		**Medidas Adotadas**	
Recomendação 1 Promover as condições necessárias para realizar o investimento previsto no PETI3+ 2014/2020 atualizado no PNI 2030 divulgado em 12/01/2019 (sem défice de financiamento). **Recomendação 3**	S	**Medidas Adotadas - Recomendação 1, 3 e 4** Encontram-se implementadas as seguintes medidas: 1. Autorização do Reforço dos Quadros de Pessoal da IP (aumento do n.º de efetivos da IP, S.A., no seguimento do Despacho conjunto SET e SEI de 28 de julho; Autorização de substituição de trabalhadores que saiam da IP por razões alheias à vontade da Entidade);	

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Concretizar, com urgência, o financiamento necessário para, pelo menos, passar a satisfatório o estado de condição das infraestruturas avaliado como insatisfatório. **Recomendação 4** Concretizar, a curto prazo, o financiamento necessário para, pelo menos, passar a satisfatório o estado de condição das infraestruturas avaliado como requerendo atenção.	S S	2. Despachos de delegação de competência no CAE da IP – Autorização de Despesa; 3. Alteração do Código dos Contratos Públicos, através da publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que veio permitir uma simplificação, desburocratização e flexibilização dos procedimentos administrativos de contratação pública com a agilização de diversos procedimentos, aumentar a eficiência da despesa pública e garantir um mais efetivo acesso aos contratos por parte dos operadores económicos; 4. Dotações orçamentais; 5. Financiamento comunitário.	
Recomendação 2 Assegurar que a informação sobre a execução do PETI3+ passe a ser fiável e completa.	S	**Medidas Adotadas - Recomendação 2** Para complemento dos procedimentos de controlo atualmente existentes na IP, encontram-se implementadas as seguintes medidas: I. Grau de Execução Financeiro do PETEI3+ / Ferrovia 2020 efetuado tendo por base: a. A execução real acumulada desde o início do Programa de Investimentos; b. A previsão de execução, para os anos seguintes, em função do planeamento existente.	

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
		II. Monitorização dos Planos de Investimento: A IP, S.A. remete mensalmente ao Ministério das Infraestruturas e da Habitação um conjunto de informação detalhada sobre o progresso histórico e prospetivo dos instrumentos de planeamento definidos, garantindo o oportuno conhecimento das dimensões estratégicas, táticas e, mesmo, operacionais da atividade desenvolvida pela IP, S.A. nas suas redes rodo e ferroviárias. A parte disto, a IP, S.A. remete, ainda, todos os meses, relatórios de planeamento descritivos da atuação detalhada nas redes rodo e ferroviárias, que demonstram o desenvolvimento de toda a atividade operacional.	
Recomendação 5 Promover o aperfeiçoamento da gestão do risco de inoperacionalidade de infraestruturas de transportes para reforçar a confiança dos utentes.	S	**Medidas Adotadas - Recomendações 5, 6, 7** **Recomendações Implementadas**	
		Para os ativos sob gestão direta da IP existem 2 sistemas de gestão dedicados, suportados em 3 aplicações em produção. O SGOA (Sistema de Gestão de Obras de Arte), que abrange as duas redes e é suportado, para a rede rodoviária, na aplicação GOA, e, para a rede ferroviária, na aplicação GOA Web, e o SGPav (Sistema de Gestão de Pavimentos), aplicável só à rede rodoviária. No que diz respeito aos ativos que integram a rede subconcessionada, as respetivas subconcessionárias, enquanto responsáveis pela gestão dos mesmos, têm também implementados sistemas de gestão, cuja informação a IP tem acesso, permitindo a monitorização dos critérios de qualidade a verificar, a periodicidade de verificação, os padrões mínimos a respeitar para cada parâmetro da via, tal como definem os Planos de Controlo de Qualidade (PCQ) que são estabelecidos em cada Contrato de Subconcessão.	

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Recomendação 6 Implementar um sistema de gestão do universo das infraestruturas de transportes (seja sob gestão de entidades públicas ou objeto de concessão) com informação periódica sobre o seu estado (de conservação e de condição) e inspeção (principal, de rotina e subaquática, se aplicável) que assegure avaliação tempestiva e prevenção eficaz do seu risco de inoperacionalidade. **Recomendação 7**	S S	Os processos da IP estão auditados e certificados pela ISO 9001:2015 e ISO55001:2014 através de entidade externa, evidenciando-se assim o cumprimento com as boas práticas internacionais para a Gestão da Qualidade e Gestão de Ativos, respetivamente. Através destes processos, a IP garante a disponibilidade das infraestruturas em adequadas condições de exploração.	
Criar e divulgar periodicamente matrizes de risco setoriais com a distribuição do universo das infraestruturas de transportes por grupo de risco, em função da probabilidade e do impacto do seu risco de inoperacionalidade, bem como as medidas tomadas e a tomar para mitigação desse risco nos casos em que for material			
Auditoria "Empreendimento de Obras Públicas" - Relatório 6/2023 – 2.ª Secção			
Recomendações		**Medidas Adotadas**	

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
Para a Infraestruturas de Portugal (IP) e Metro Lisboa (ML) Assumir a responsabilidade do Estado (extensiva a todas as entidades públicas) de informar devidamente os cidadãos sobre a economia, a eficácia e a eficiência da despesa com o empreendimento de obras públicas (que aqueles financiam como contribuintes) incluindo na informação pública do Portal BASE, a mensuração rigorosa da derrapagem de custos e prazos. A prática desta transparência, além de imperativo legal e ético, é, também, instrumento eficaz para defender o interesse público e para medir o acolhimento efetivo do recomendado pelo Tribunal. Para o efeito, importa, designadamente: ¨ Registar tempestivamente a pertinente informação sobre todos os procedimentos de contratação para empreendimento de obras públicas, a qual integra os dados sobre os contratos, sobre a sua execução e sobre az modificações contratuais.	S	Atualmente todos os contratos da IP, são comunicados e publicados no Portal BaseGov, independentemente de se estar perante contratos decorrentes de procedimentos pré-contratuais do Regime Geral ou do Setor Especial, ou seja, os Contratos Iniciais e as Modificações de Contratos (adicionais, adendas e/ou apostilhas). A IP, SA, decidiu logo após a fusão que seguiria todas as regras de transparência que se impunham à sua atividade, designadamente as publicações que teriam de ser efetuadas no BaseGov, independentemente de estarmos perante sob as regras do setor tradicional ou regime geral, ou do setor especial ou regime especial. Só em 2024, é que o portal Base Gov, foi ajustado pelo IMPIC, no sentido de prever a publicação dos contratos, tendo sido atualizado de forma a permitir carregar os contratos referentes ao setor especial.	

CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO S/N/NA	QUANTIFICAÇÃO / IDENTIFICAÇÃO	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
¨ Corrigir, na parte que lhe cabe, todas as incorreções detetadas pela presente auditoria e previamente reportadas, a começar pelo registo da informação em falta sobre os seus procedimentos de contratação para empreendimento de obras públicas, aos quais for aplicável o CCP vigente desde 01/01/2018, com as alterações subsequentes, a qual integra os dados sobre os contratos, sobre a sua execução e sobre as modificações contratuais.	S		A IP, na parte que lhe cabe, desenvolveu todos os esforços para corrigir as incorreções detetadas, tendo-se corrigido diversas situações. As situações que continuam por revolver, não dependem da ação da IP.
¨ Garantir que a cada Número de Identificação Fiscal (NIF) de Entidade Adjudicante ou Adjudicatária de contrato público que celebrar corresponde uma única designação.	S		A recomendação não depende da ação da IP. A informação registada pela IP, no que se refere ao NIF das entidades, não carecia de retificação. Na situação identificada no Relatório de Auditoria, foi novamente solicitado ao portal base a correção da informação publicada na área pública.

8.19 ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A IP divulgará em simultâneo com o Relatório e Contas de 2024, que inclui a sua Declaração de Sustentabilidade, a demonstração não financeira, em conformidade com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, assim como do Artigo 508.º-G do mesmo Diploma Legal, em alinhamento com a **Diretiva Europeia 2022/2464, de 14 de dezembro, sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD)** e com o **Regulamento da Taxonomia da União Europeia** (Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho).

8.20 INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SÍTIO DA INTERNET DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal
Caracterização da Empresa	S		Início | Infraestruturas de Portugal
Função de tutela e acionista	S		https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Identificação dos órgãos sociais	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Esforço Financeiro Público	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Ficha Síntese	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Informação Financeira reportada aos dois últimos exercícios (DF aprovadas pelo acionista)	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Princípios de Bom Governo	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP

INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE	DIVULGAÇÃO		COMENTÁRIOS
	S/N/N.A.	DATA ATUALIZAÇÃO	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Outras transações	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Económico	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Social	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Ambiental	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP
Código de ética/Conduta	S	01-05-2024	SIRIEF/SISEE Relatório e Contas divulgado no site da IP Relatório Governo Societário divulgado no site da IP

8.21 QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais 2024	Cumprimento			Quantif. / Identif.	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão					
Receitas *Core – Cash*		x		1.197 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Cash Flow Total	x			- 950 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Indicador Agregado Investimentos Estratégicos		x		72%	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Indicador agregado Plano de Intervenções na Rede (exceto Investimentos Estratégicos		x		73%	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Níveis Serviço Rodoviários	x			109%	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Níveis Serviço Ferroviários		x		76%	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Receita Não *Core*	x			29 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Metas a atingir constantes no PAO 2024					
Resultado Líquido	x			124 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
EBITDA	x			545 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Resultado Operacional	x			331 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Volume de Negócios		x		1.319 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Endividamento		x		3.407 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Dívida Financeira Líquida /EBITDA		x		6%	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Investimento Ferroviário		x		625 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Investimento Rodoviário		x		108 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Cabos Submarinos (Atlantic CAM)		x		35 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Investimentos de Apoio à Gestão		x		8,7 M€	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Investimento em Parcerias Público-Privadas		x		1,084 M€ sem IVA incluído	Ponto 8.1 Relatório Gestão
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE					
Grau de Execução do orçamento carregado no SIGO /SOE		x		59%	Ponto 8.1 Relatório Gestão

Cumprimento das Orientações Legais 2024	Cumprimento			Quantif. / Identif.	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro					
Gestão do Risco Financeiro	x			1,76%	Ponto 8.2 Relatório Gestão
Limites de Crescimento do Endividamento					
Limites de Crescimento e Endividamento		x		3,00%	Ponto 8.3 Relatório Gestão
Evolução do PMP a fornecedores					
Evolução do PMP a fornecedores	x			11	Ponto 8.4 Relatório Gestão
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")					
Divulgação dos atrasos nos pagamentos	x				Ponto 8.4 Relatório Gestão A IP acorda/contratualiza com os seus fornecedores os prazos de pagamento. Sempre que os documentos de faturação estejam em conformidade com os bens e/ou serviços adquiridos bem como com os requisitos legais e fiscais em vigor, os documentos são pagos até à data do seu vencimento (ou na sua vizinhança). Em consequência, a IP não tem pagamentos em atraso.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	x				Ponto 8.5 Relatório Gestão
Reservas emitidas na última CLC					
Reservas emitidas na última CLC			x		Ponto 8.6 Relatório Gestão
Remunerações/honorários					
Conselho de Administração Executivo - reduções remuneratórias vigentes em 2024 (se aplicável)			x		Ponto 8.7 Relatório Gestão
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto 8.8 Relatório Gestão
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto 8.8 Relatório Gestão

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 2024	CUMPRIMENTO			QUANTIF. / IDENTIF.	JUSTIFICAÇÃO / REFERÊNCIA AO PONTO DO RELATÓRIO
	S	N	N.A.		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	x				Ponto 8.8 Relatório Gestão
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto 8.8 Relatório Gestão
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Ver ponto 8.9 Relatório Gestão - De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual determina que com vista à adoção do princípio da transparência financeira, é expressamente vedada às empresas públicas a realização de quaisquer despesas não documentadas. Em 2024, a IP não realizou despesas não documentadas.
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ver ponto 8.10 Relatório Gestão - De acordo com o n.º 2 da resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, as empresas do SEE devem promover, de 3 em 3 anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no sítio na internet sobre as remunerações pagas a mulheres e homens. Encontra-se publicado no site das Infraestruturas de Portugal. https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção					
Elaboração e Divulgação do relatório anual	x				Ver ponto 8.12 O PGRCIC encontra-se disponível para consulta no sítio da Infraestruturas de Portugal:

Cumprimento das Orientações Legais 2024	Cumprimento			Quantif. / Identif.	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
					https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	x				Ver ponto 8.13 Relatório Gestão
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	x				Ver ponto 8.13 Relatório Gestão
Contratos submetidos a visto prévio do TC	x			Enviados 448 contratos, no total de 1.237.127.009€	Ver ponto 8.13 Relatório de Gestão. Todos os contratos celebrados pela IP durante o ano de 2024 respeitam a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, tendo os processos de montante superior a 750.000 € sido submetidos a visto do Tribunal de Contas.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas					
Adesão da empresa	x				Ver ponto 8.14 Relatório Gestão
Gastos Operacionais das Empresas Públicas					
Peso dos Gastos Operacionais / Volume de Negócios	x			61,6	Ponto 8.15 Relatório Gestão
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			390 989 M€	Ver ponto 8.17 Relatório Gestão
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x			148 M€	Ver ponto 8.17 Relatório Gestão
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x		Ver ponto 8.17 Relatório Gestão Não foram auferidos juros nas aplicações fora do Tesouro.
Auditorias do Tribunal de Contas (b)					
Recomendação Auditoria do Tribunal de Contas	x				Ver ponto 8.18 Relatório Gestão
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto					
	x				Ver ponto 8.11 Relatório Gestão

Cumprimento das Orientações Legais 2024	Cumprimento			Quantif. / Identif.	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Elaboração e Divulgação do Plano para a Igualdade					https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos/responsabilidade-social
Apresentação da demonstração não financeira					
Elaboração e Divulgação da Demonstração Não Financeira	x				Ver ponto 8.19 Relatório Gestão

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.





60.°

Eventos Subsequentes

Parte I

Infraestruturas de Portugal

9. EVENTOS SUBSEQUENTES

9.1 AUMENTO DE CAPITAL

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 18 de fevereiro de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 361.315 m€, correspondentes a 72.263 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 7 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 72.245 m€, correspondentes a 14.449 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 31 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 95.115m€, correspondentes a 19.023 novas ações.

9.2 MORATÓRIA DOS EMPRÉSTIMOS DO ESTADO COM ORIGEM NA RODOVIA

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF 3 de abril de 2025 foi concedida nova moratória para os empréstimos do Estado alocados à rodovia no montante de 2.332,7 M€ (2.215,6 M€ de amortização e 117,1 M€ de juros), deslizando o seu vencimento até 30 de abril de 2026. Os diferimentos concedidos neste âmbito não estão sujeitos ao pagamento de juros.

9.3 PORTAGENS

Em 23 de julho de 2024 foi promulgada a Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, onde se elimina as taxas de portagem cobradas aos utilizadores em determinados lanços e sublanços de autoestradas do interior, de antigas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT), e de vias onde não existam alternativas que permitam um uso com qualidade e segurança, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro. A presente lei entrou em vigor a 1 de janeiro de 2025.

Refira-se que as demonstrações financeiras incluem 24.210 m€ e 40.752 m€ referentes a portagens com vias próprias, a deduzir de 3.621 m€ e 1.909 m€ relativos a encargos com custos de cobrança, para os períodos de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativo a vias que deixarão de ser portajadas a partir de 1 de janeiro de 2025.

Não obstante, por forma a acautelar o equilíbrio económico e financeiro da Concessão, conforme descrito na nota 2.3 relativamente aos descontos em autoestradas e à eliminação de portagens, introduzidos pela Portaria n.º 418/2023, e pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, a partir de 1 de janeiro de 2025, em articulação entre o Concedente e a IP, considera-se que será equacionado um mecanismo suscetível de assegurar a compensação pela perda de receita associada à eliminação destas portagens.

9.4 ESTUDO E CONCRETIZAÇÃO DOS PROJETOS RODOVIÁRIOS PRIORITÁRIOS

O Governo aprovou, na Reunião de Conselho de Ministros de 10 de março de 2025, a Resolução que instrui a IP para que proceda ao desenvolvimento das ações necessárias à concretização de um conjunto de projetos de infraestruturas rodoviárias prioritários, tendo sido publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março.

Com uma despesa aprovada de 446,7 milhões de euros e que pode ser utilizada em estudos e obras até ao ano de 2028, tem como objetivos alcançar a complementaridade da rede rodoviária com os grandes projetos em desenvolvimento, como seja o novo aeroporto ou novos eixos ferroviários, bem como dotar as vias existentes de capacidade adequada de mobilidade urbana e de fluidez dos transportes públicos, e de promover a segurança através da redução da sinistralidade e de sustentabilidade ambiental.

9.5 PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL (PFN)

Na Reunião de Conselho de Ministros de 10 de março de 2025 foi aprovado, através de Resolução do Conselho de Ministros, o Plano Ferroviário Nacional (PFN) e as prioridades estratégicas para a ferrovia. O grande objetivo é afirmar a Rede Ferroviária, num horizonte de médio e longo prazo, como um modo de transporte de elevada capacidade e sustentabilidade ambiental, assegurando uma cobertura adequada do território com ligação aos centros urbanos mais relevantes, bem como as ligações transfronteiriças ibéricas e a integração na rede transeuropeia.

Neste âmbito, o Governo incumbiu a IP de promover a realização dos estudos necessários à tomada de decisão quanto aos seguintes investimentos ferroviários:

Modernização e eletrificação a Linha do Vouga, com ligação à Linha do Norte em condições de plena interoperabilidade;

Avaliação das opções para uma ligação direta da Linha do Oeste a Lisboa, nomeadamente à Linha de Cintura;

Reforço das ligações transfronteiriças a Espanha, incluindo a ligação de Alta Velocidade entre Porto/Vila Real/Bragança/Espanha, a ligação entre Aveiro/Viseu/Salamanca e a ligação de Alta Velocidade entre Faro/Huelva.

A Resolução do Conselho de Ministros confirma também as prioridades de desenvolvimento da rede ferroviária de Alta Velocidade atualmente em curso (Porto-Lisboa, Porto-Vigo e Lisboa-Madrid), bem como da rede ferroviária convencional.

Infraestruturas de Portugal

.10

Perspectivas Futuras

Parte I

10. PERSPETIVAS FUTURAS

As projeções económicas para 2025 indicam um crescimento moderado tanto para Portugal como para a União Europeia (UE).

O Banco de Portugal prevê um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,3% em 2025, superior aos 1,9% estimados para 2024. Este aumento é atribuído ao alívio das condições financeiras, à aceleração da procura externa e à execução dos fundos europeus, especialmente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cuja implementação se intensificará em 2025. Ainda assim, projeta-se um abrandamento do crescimento para 2,1% em 2026 e 1,7% em 2027, em grande parte devido ao término do PRR que, como é sabido, tem o seu final previsto para junho de 2026.

Relativamente à inflação, o Banco de Portugal estima uma taxa de 2,3% para 2025, o que traduz uma revisão em alta de 0,2 pontos percentuais face às previsões anteriores. A exposição da Infraestruturas de Portugal ao risco de taxa de juro é relativamente baixa, devido à predominância de dívida a taxa fixa, e às medidas proativas de gestão de riscos implementadas pela empresa. Já relativamente à taxa de inflação, constata-se ser maior a exposição da IP, em particular no que respeita a determinados segmentos relacionados com a sua atividade, como aliás se verificou em 2022 e 2023 aquando das tensões inflacionistas nos setores energético e de algumas matérias-primas.

No entanto, existem riscos significativos e incertezas que podem afetar estas projeções. O agravamento das tensões geopolíticas, as incertezas políticas em países como França e Alemanha, e o surgimento de potenciais guerras comerciais entre os principais blocos económicos mundiais representam ameaças ao crescimento económico da UE. Assim, o potencial impacto da evolução deste contexto económico no desempenho da IP continua a ser um aspeto a merecer especial atenção.

Neste sentido, de acordo com as atividades a desenvolver no triénio, é possível antecipar a manutenção de uma trajetória de resultados líquidos positivos para os exercícios de 2025 a 2027, em linha com o projetado no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027.

Em termos do plano de intervenções na rede, perspetiva-se para 2025 e anos seguintes, mais uma vez, um forte incremento da atividade de investimento, mantendo-se assim a tendência de crescimento anual que se tem verificado, consecutivamente, desde 2016, com particular relevância desde 2022. O valor total do plano de intervenções na rede em 2025 deverá ascender a 1.380,8 M€, dos quais 699,9 M€ dizem respeito à Ferrovia, 647,4 M€ à Rodovia e 33,6 M€ ao Atlantic CAM.

Na Ferrovia assiste-se, por um lado, à conclusão da generalidade dos projetos de investimento previstos no Programa Ferrovia 2020 e, por outro, ao aumento do investimento associado à execução das iniciativas constantes do Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), o que traduz o momento de transição entre os dois planos estratégicos e, principalmente, significa a continuidade da estratégia de aposta no transporte ferroviário através da realização de investimentos de requalificação e expansão da rede.

Efetivamente, apesar de o pico de investimento do Programa Ferrovia 2020 já ter ficado para trás, para 2025 ainda se perspetiva uma execução financeira no âmbito deste programa de 226,9 M€, decorrente essencialmente da conclusão das obras do Corredor Internacional Sul, nomeadamente do novo troço ferroviário de alta velocidade entre Évora e Elvas, a Linha da Beira Alta, bem como da Modernização da Linha do Algarve.

Relativamente aos investimentos ferroviários inscritos no PNI 2030 estima-se para 2025 uma execução financeira de 157,7 M€ o que reflete o arranque de projetos como, por exemplo, o da Modernização da Linha de Vendas Novas.

Ainda no âmbito do PNI 2030, em matéria de Alta Velocidade deverão ser concretizados em 2025 desenvolvimentos relevantes, a saber:

- Ligação Porto-Lisboa – assinatura do contrato da PPP do troço entre Porto e Oiã (PPP1), relançamento do concurso da PPP do troço entre Oiã e Soure (PPP2) e conclusão da Avaliação de Impacte Ambiental do troço Soure-Carregado;
- Ligação Porto-Vigo – submissão à APA do Estudo de Impacte Ambiental dos troços das fases 1 e 2;
- Ligação Lisboa-Madrid – continuação do desenvolvimento dos estudos determinados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2024, de 27 de maio, incluindo os referentes à Terceira Travessia do Tejo e às acessibilidades rodoviárias e ferroviárias ao novo aeroporto de Lisboa.

Com relevância para o futuro, assinala-se a aprovação em março de 2025 pelo Conselho de Ministros do Plano Ferroviário Nacional (PFN), no seguimento do processo de consulta pública e da Avaliação Ambiental Estratégica. Com a aprovação do PFN garante-se a estabilidade ao planeamento dos investimentos a concretizar num horizonte de longo prazo, determinando soluções capazes de conduzir à transferência modal para a ferrovia e, consequentemente, assegurando os inequívocos benefícios ambientais.

No domínio rodoviário, perspetiva-se para 2025 um crescimento significativo na execução financeira do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), para valores na ordem dos 295 milhões de euros. A IP continuará a executar de forma empenhada os projetos no âmbito do PRR cuja responsabilidade lhe está confiada, cumprindo as obrigações previstas nos contratos de financiamento.

No âmbito do PETI 3+, destaca-se a continuação do investimento de modernização e requalificação do IP3 em 2025, com o início da obra de duplicação entre Santa Comba Dão e Viseu.

Ainda no domínio rodoviário, salienta-se a importância da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março, que identifica os projetos rodoviários considerados prioritários e determina à IP o desenvolvimento dos estudos e demais ações necessárias à sua concretização. Entre os objetivos a alcançar estão assegurar a complementaridade da rede rodoviária com os grandes projetos de infraestruturas de transporte em desenvolvimento, como seja o novo aeroporto de Lisboa ou os novos eixos ferroviários, mas também promover a coesão social e territorial, assegurando a melhoria das condições de acessibilidade às diferentes regiões e a fluidez do tráfego, nomeadamente do transporte público, dotando as vias existentes de capacidade e condições de segurança adequadas que induzam a redução da sinistralidade.

No que se refere ao investimento nas comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (Atlantic CAM), no contexto do contrato celebrado em 2024 entre a IP e a ASN, em 2025 continuarão a ser desenvolvidas as tarefas necessárias, os testes de protótipos, a definição de localizações e dos pontos de amarração, e incluindo a produção do próprio cabo submarino, tendo em vista iniciar a sua efetiva colocação no início de 2026.

O ano de 2025 será também o ano da conclusão dos trabalhos exclusivamente da IP relativamente ao Modelo Multimodal de Transportes (MMT). Esta tarefa foi atribuída à IP tendo em conta a sua experiência no desenvolvimento de um modelo para o modo rodoviário. A disponibilidade de um MMT é considerada pela Comissão Europeia como um critério de cumprimento da condição habilitadora 3.1 (planeamento exaustivo dos transportes a nível adequado) para acesso ao financiamento europeu, nos termos do objetivo 3. (uma Europa mais conectada, mediante o reforço da mobilidade) do Anexo IV do Regulamento (UE) 2021/1060, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, razão pela qual o trabalho desenvolvido reveste-se de particular impacto no acesso a financiamento.

É de destacar que para o próximo triénio 2025-2027 está previsto um aumento dos gastos com Conservação, Reparação e Segurança na Rede Rodoviária que decorre do efeito conjugado:

- Do reconhecimento da necessidade de aumentar os gastos de modo a garantir a manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte que decorre do Contrato de Concessão celebrado entre o Estado e a IP, que estabelece obrigações quanto ao cumprimento de indicadores de qualidade previstos no Plano de Controlo de Qualidade (PCQ) e de serviço, estes definidos no Manual de Operação e Manutenção (MOM), os quais se encontram atualmente em fase de revisão no âmbito de trabalhos a decorrer entre a empresa e o representante do concedente, o IMT;
- Das obrigações legais decorrentes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 84-B/2022, de 9 de dezembro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1936, relativa à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária.

Na relação com o Acionista, espera-se que o Contrato Programa Ferroviário para o período 2024-2028 possa entrar em vigor em 2025, após conclusão do processo de emissão de visto prévio do Tribunal de Contas, bem como a regularização da adenda relativas ao período compreendido entre 1 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2023.

Importa igualmente destacar que a ação do Grupo IP no triénio 2025-2027 passará por reforçar o seu compromisso com a sustentabilidade, garantindo maior transparência, eficiência e integração das melhores práticas ambientais, sociais e de governança na sua estratégia e operação.

Nesse contexto, pretende-se garantir uma maior visibilidade dos temas materiais ESG, assegurando a sua integração e articulação com a gestão de riscos da empresa, de forma a melhorar a eficiência da atuação da organização nestas dimensões e a promover a adesão transversal a uma cultura de sustentabilidade.

Para esse efeito encontram-se previstas, entre outras iniciativas, a melhoria do modelo de governança da sustentabilidade no Grupo IP, assim como o reforço da gestão da cadeia de valor, através do aprofundamento, quer da inclusão de critérios ESG na avaliação de fornecedores e prestadores de serviços, quer da caracterização dos trabalhadores da cadeia de valor,

designadamente das suas condições de trabalho, em particular nos aspetos relacionados com a saúde e segurança.

No que respeita a abordagem às alterações climáticas, na vertente da mitigação, o Grupo IP continuará a implementação do "Programa IP 1.5" com vista à descarbonização da sua atividade e, na vertente da adaptação, a apostar na resiliência das redes de infraestruturas que gere aos perigos climáticos que representam maior risco para o negócio do Grupo IP. A par da descarbonização e do mapeamento das ações de reflorestação promovidas pelo Grupo IP, perspetiva-se desenvolver uma metodologia de cálculo de captura de carbono associada a essas ações.

No ano de 2025, perspetiva-se a adesão da Aliança Portuguesa, liderada pela IP, como Membro Associado da Europe's Rail Joint Undertaking (EU-Rail). Esta parceria representa uma oportunidade para promover a colaboração da IP com os principais intervenientes europeus do setor ferroviário e para garantir, com maior probabilidade de sucesso, a participação da IP em projetos de desenvolvimento e inovação financiados pela União Europeia. As áreas emblemáticas da EU-Rail para as quais o Grupo IP se propõe investir são a gestão inteligente e eficiente de ativos, recorrendo ao desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial, e a sustentabilidade ambiental do setor ferroviário, as quais se encontram alinhadas com os desafios estratégicos do Grupo IP.

Para 2025, destaca-se ainda a conclusão da revisão da estratégia de gestão integrada da inovação do Grupo IP 2030 (EGIIIP 2030), que tem como objetivo estabelecer uma visão, missão, valores, orientações e objetivos estratégicos, metas, indicadores e um novo modelo de governança e gestão da inovação para 2030. Será também criado um roteiro para a implementação de projetos âncora de inovação 2030, incluindo um plano de investigação e qualificações para capacitação e implementação destes projetos, o mapeamento de fontes de financiamento e de parceiros para concretização de Acordos para a Cooperação, Conhecimento e Inovação.

Por outro lado, a IP pretende assegurar uma previsibilidade de investimento e estabilidade no planeamento das atividades relativas à sua Estratégia de Inovação, contribuindo para o investimento público em investigação, inovação e desenvolvimento, sendo este um fator fundamental para manter e captar profissionais para o setor, assim como, gerir talento, competências e capacidade técnica em Portugal.



nº 11

Proposta de Aplicação de Resultados

Parte I

Infraestruturas de Portugal

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração Executivo submete à apreciação da Assembleia Geral o presente Relatório e Contas relativo a 2024, propondo-se a seguinte aplicação do resultado líquido de 2024, positivo no montante de 123.909.231,70 euros (cento e vinte e três milhões, novecentos e nove mil e duzentos e trinta e um euros e setenta cêntimos) para:

Resultados acumulados: 18.774.068,07 euros

Reserva legal: 105.135.163,63 euros

ALMADA, 04 DE ABRIL DE 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado digitalmente


guias
sonoras
5199
SOS

Infraestruturas de Portugal

.12

Anexos Parte I

ANEXO 1 – TABELA DE CORRESPONDÊNCIA ESRS

No Relatório de Gestão (Parte I), os tópicos de divulgação ESRS estão indicados no início de cada capítulo, para facilitar o entendimento do reporte.

Tópico	**Descrição**	**Capítulo**
ESRS 2	**Divulgações gerais**	
BP-1	Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade	3.1 O Grupo IP 4.2 Estratégia de sustentabilidade 6.1Informação geral
BP-2	Divulgações em relação a circunstâncias específicas	3.6 Principais indicadores 4.2 Estratégia de sustentabilidade 6.1 Informação geral
GOV-1	Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	3.1 O Grupo IP 3.2 Missão, Visão e Valores 3.3 Como nos organizamos 4.2.2 Abordagem estratégica alinhada com os ODS 6.1 Informação geral
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	3.3 Como nos organizamos 4.3 Gestão de risco
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	6.3.1 Eixo de Intervenção 5 - Capital Humano e Talento
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência	6.4.1 Eixo de Intervenção 8 - Boas práticas de gestão
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos da comunicação de informações sobre sustentabilidade	4.3 Gestão de risco
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	3.1 O Grupo IP 3.2 Missão, Visão e Valores 4.1.2 Contexto externo 4.2 Estratégia de sustentabilidade
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	4.1.2 Contexto externo 4.2 Estratégia de sustentabilidade

Tópico	Descrição	Capítulo
ESRS 2	**Divulgações gerais**	
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	4.1.2. Contexto Externo 4.2. Estratégia de Sustentabilidade 4.2.2. Abordagem Estratégica Alinhada com os ODS 4.3. Gestão de Risco
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	4.2. Estratégia de Sustentabilidade 4.2.2. Abordagem Estratégica Alinhada com os ODS 4.3. Gestão de Risco
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pelas demonstrações de sustentabilidade da empresa	4.2. Estratégia de Sustentabilidade 6.1. Informação Geral Anexo 2 – Tabela ESRS 2 – Relação com Legislação Europeia
ESRS E1	**Alterações climáticas**	
GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
E1.IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
E1-1	Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas

Tópico	Descrição	Capítulo
ESRS E1	**Alterações climáticas**	
E1-2	Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
E1-3	Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
E1-4	Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização
E1-5	Consumo energético e combinação de MWh	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
E1-7	Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização
E1-9	Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	6.2.1. Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização 6.2.2. Eixo de Intervenção 2 - Resiliência às Alterações Climáticas
ESRS E2	**Poluição**	
IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E2-1	Políticas relacionadas com a poluição	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E2-2	Ações e recursos relacionados com a poluição	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas

Tópico	Descrição	Capítulo
ESRS E2	**Poluição**	
E2-3	Metas relacionadas com a poluição	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E2-4	Poluição do ar, da água e do solo	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
ESRS E4	**Biodiversidade e ecossistemas**	
SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactes, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-1	Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-2	Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-3	Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-4	Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-5	Métricas de impacte relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
E4-6	Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	6.2.4. Eixo de Intervenção 4 - Proteção do Ambiente e Ecossistemas
ESRS S1	**Trabalhadores Próprios**	
SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-1	Políticas relacionadas com a própria mão de obra	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-2	Processos para dialogar com a própria mão de obra e com os representantes dos colaboradores sobre impactes	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento

Tópico	Descrição	Capítulo
ESRS S1	**Trabalhadores Próprios**	
S1-4	Tomada de medidas sobre os impactes materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-6	Características dos colaboradores assalariados da empresa	3.4. As Nossas Pessoas 6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-7	Características dos não assalariados na própria mão de obra da empresa	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-9	Métricas de diversidade	3.4. As Nossas Pessoas 6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-10	Salários adequados	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-11	Proteção social	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-12	Pessoas com deficiência	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S1-14	Métricas de saúde e segurança	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
ESRS S2	**Trabalhadores na cadeia de valor**	
SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S2-1	Políticas relacionadas com os colaboradores da cadeia de valor	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S2-2	Processos para dialogar com os colaboradores da cadeia de valor sobre impactes	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S2-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para os colaboradores da cadeia de valor expressarem preocupações	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento

Tópico	Descrição	Capítulo
ESRS S2	**Trabalhadores na cadeia de valor**	
S2-4	Tomar medidas sobre os impactes materiais nos colaboradores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os colaboradores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
S2-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactes materiais negativos, a promoção de impactes positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	6.3.1. Eixo de intervenção 5 – Capital Humano e Talento
ESRS S4	**Consumidores e utilizadores finais**	
SBM-3	Impactes, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
S4-1	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactes	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
S4-3	Processos para corrigir os impactes negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
S4-4	Adoção de medidas sobre impactes significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	6.3.3. Eixo de intervenção 7 – Segurança
ESRS G1	**Conduta de negócio**	
GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
G1-4	Casos de corrupção ou suborno	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão
G1-6	Práticas de pagamento	6.4.1. Eixo de intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão

ANEXO 2 – TABELA ESRS 2 – RELAÇÃO COM LEGISLAÇÃO EUROPEIA

ESRS 2 IRO-2

Informação Geral

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS 2 GOV-1 — Diversidade de género nos conselhos de administração nº21, alínea d)	Indicador nº 13 do quadro 1 do anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 da Comissão (5) anexo II	
ESRS 2 GOV-1- Percentagem de membros do conselho de administração que são independentes nº 21, alínea e)			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS 2 GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência nº 30	Indicador nº 10 do quadro 3 do anexo 1			
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com os combustíveis fósseis nº 40, alínea d), subalínea i)	Indicador nº 4 do quadro nº 1 do Anexo I	Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; Quadro 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão (6): Informações qualitativas sobre o risco ambiental e quadro 2: Informações qualitativas sobre o risco social	Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	

Eixo de Intervenção 1 - Eficiência energética, transição e descarbonização

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS E1-4 Metas de redução das emissões de GEE nº 34	Indicador nº 4 do quadro 2 do anexo 1	Artigo 449.o-A Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 6.o do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818	
ESRS E1-5 Consumo de energia de origem fóssil desagregadas por fontes (somente setores com grande impacto climático) nº 38	Anexo I, quadro 1, indicador nº 5 e anexo I, quadro 2, indicador nº 5			
ESRS E1-5 — Consumo de energia e matriz energética, nº 37	Indicador nº 5 do quadro 1 do anexo 1			
ESRS E1-5 Intensidade energética associada a atividades em setores com elevado impacto climático nºs 10 a 43	Indicador nº 6 do quadro 1 do anexo 1			
ESRS E1-6 Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE nº 44	Anexo I, quadro 1, indicadores nºs 1 e 2	Artigo 449.o-A; Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito das exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5º, nº 1, artigo 6º e artigo 8º, nº 1	
ESRS E1-6 Intensidade das emissões brutas de GEE nºs 10 a 55	Indicador nº 3, quadro nº 1 do Anexo I	Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 3 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 8.o, nº 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818	

Eixo de Intervenção 2 – Resiliência às Alterações Climáticas

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS E1-9 Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima nº 66			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS E1-9 Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, nº 66, alínea a) ESRS E1-9 Localização de ativos significativos em risco físico material nº 66, alínea c).		Artigo 449.o-A do Regulamento (UE) 575/2013; nºs 46 e 47 - Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão; Modelo 5: Carteira bancária — Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico.		

Eixo de Intervenção 4 – Proteção do Ambiente e Ecossistemas

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS 2- IRO 1 - E4 nº 16, alínea a), subalínea i)	Indicador nº 7 do quadro 1 do anexo 1			
ESRS 2- IRO 1 - E4 nº 16, alínea b)	Indicador nº 10 do quadro 2 do anexo			
ESRS 2- IRO 1 - E4 nº 16, alínea c)	Indicador nº 14 do quadro 2 do anexo 1			
ESRS E4-2 Políticas para combater a desflorestação, nº 24, alínea d)	Indicador nº 15 do quadro 2 do anexo 1			

Eixo de Intervenção 5 – Capital Humano e Talento

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado, nº 14, alínea f)	Indicador nº 13 do quadro 3 do anexo I			
ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de utilização de trabalho infantil nº 14, alínea g)	Indicador nº 12 do quadro 3 do anexo I			
ESRS S1-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos nº 20	Anexo I, quadro 3, indicador nº 9 e anexo I, quadro 1, indicador nº 11			
ESRS S1-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, nº 21			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS S1-1 Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho, nº 23	Indicador nº 1 do quadro 3 do anexo I			
ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de reclamações/queixas, nº 32, alínea c)	Indicador nº 5 do quadro 3 do anexo I			
ESRS S1-14 Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, nº 88, alíneas b) e c)	Indicador nº 2 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença nº 88, alínea e)	Indicador nº 3 do quadro 3 do anexo I			
ESRS S1-16 Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas nº 97, alínea a)	Indicador nº 12 do quadro 1 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO) nº 97, alínea b)	Indicador nº 8 do quadro 3 do anexo I			
ESRS 2 — SBM3 — S2 Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, nº 11, alínea b)	Anexo I, quadro 3, indicadores nºs 12 e 13			

Eixo de Intervenção 5 – Capital Humano e Talento (continuação)

Requisito de divulgação e respetivo data point	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS 2 — SBM3 — S2 Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, nº 11, alínea b)	Anexo I, quadro 3, indicadores nºs 12 e 13			
ESRS S2-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos nº 17	Anexo I, quadro 3, indicador nº 9 e anexo I, quadro 1, indicador nº 11			
ESRS S2-1 — Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor nº 18	Anexo I, quadro 3, indicadores nºs 11 e 4			
ESRS S2-1 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE nº 19	Indicador nº 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.o, n.o 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818	
ESRS S2-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, nº 19			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS S2-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante nº 36	Indicador nº 14 do quadro 3 do anexo 1			

Eixo de Intervenção 7 – Segurança

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS S4-1 — Políticas relativas aos consumidores e utilizadores finais nº 16	Anexo I, quadro 3, indicador nº 9 e anexo I, quadro 1, indicador nº 11			
ESRS S4-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE nº 17	Indicador nº 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12º, nº 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818	
ESRS S4-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, nº 35	Indicador nº 14 do quadro 3 do anexo 1			

Eixo de Intervenção 8 – Boas Práticas de Gestão

Requisito de divulgação e respetivo *data point*	Referência do Regulamento Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros (1)	Referência do pilar 3 (2)	Referência do Regulamento Índices de Referência (3)	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima (4)
ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, nº 10, alínea b)	Indicador nº 15 do quadro 3 do anexo 1			
ESRS G1-1 Proteção de denunciantes nº 10, alínea d)	Indicador nº 6 do quadro 3 do anexo 1			
ESRS G1-4 Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, nº 24, alínea a)	Indicador nº 17 do quadro 3 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816	
ESRS G1-4 Normas contra a corrupção e o suborno nº 24, alínea b)	Indicador nº 16 do quadro 3 do anexo 1			

(1) Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (JO L 317 de 9.12.2019, p. 1).
(2) Regulamento (UE) n.o 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais das instituições de crédito e que altera o Regulamento (UE) n.o 648/2012 (Regulamento Requisitos de Fundos Próprios) (JO L 176 de 27.6.2013, p. 1).
(3) Regulamento (UE, Euratom) n.o 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2014/17/UE e o Regulamento (UE) n.o 596/2014 (JO L 171 de 29.6.2016, p. 1).
(4) Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.o 401/2009 e (UE) 2018/1999 (JO L 243 de 9.7.2021, p. 1).
(5) Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 da Comissão, de 17 de julho de 2020, que completa o Regulamento (UE) 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à explicação, incluída na declaração relativa ao índice de referência, da forma como os fatores ambientais, sociais e de governação são tidos em conta em cada índice de referência elaborado e publicado (JO L 406 de 3.12.2020, p. 1).
(6) Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, de 30 de novembro de 2022, que altera as normas técnicas de execução estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2021/637 no que diz respeito à divulgação dos riscos ambientais, sociais e de governação (JO L 324 de 19.12.2022)

ANEXO 3 – RESULTADOS DA ANÁLISE DE DUPLA MATERIALIDADE DO GRUPO IP

9 Tópicos Materiais, 29 subtópicos materiais avaliados

DIMENSÃO/TÓPICO		TEMA MATERIAL (SUBTÓPICO)
Ambiente	**E1 - Alterações Climáticas**	Adaptação às alterações climáticas (resiliência)
		Mitigação das alterações climáticas
		Energia
	E2 – Poluição	Poluição do ar (emissões e poluentes atmosféricos)
		Poluição da água
		Poluição do solo
		Poluição sonora (específico IP)
	E4 – Biodiversidade	Impactes no estado das espécies
		Impactes direto na perda de biodiversidade
		Impactes ma extensão e condições de ecossistemas
	E5 - Economia Circular e Utilização de Recursos	Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção, incluindo embalagens
		Fluxo de saída de recursos relacionados com os produtos e serviços
		Resíduos
Social	**S1 - Trabalhadores próprios**	Condições de trabalho
		Igualdade de tratamento e oportunidades para todos
	S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor	Condições de trabalho
		Igualdade de tratamento e oportunidades para todos
	S3 - Comunidades Impactadas	Mobilidade e acessibilidade (específico IP)
	S4 - Consumidores e Utilizadores Finais	Impactos relacionados com a informação prestada aos consumidores e/ou utilizadores finais
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais
		Inclusão social dos consumidores e/ou utilizadores finais
Governança	**G1 - Conduta de Negócio**	Cultura empresarial - ética e *compliance*
		Cultura empresarial – inovação (específico IP)
		Proteção de denunciantes
		Envolvimento político
		Gestão de relação com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento
		Corrupção e suborno
		Cibersegurança (específico IP)
		Financiamento Sustentável (específico IP)

Temas Materiais do Grupo IP - Dimensão Ambiente

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte / Financeiro	Positivo / Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
E1 - Alterações Climáticas	Adaptação às alterações climáticas (resiliência)	N.A.	Infraestruturas mais resilientes pela incorporação de requisitos técnicos associados a eventos extremos	Impacte	Positivo	OD | J	CP | MP | LP
		N.A.	Infraestruturas mais resilientes pela realização de diagnóstico e ações preventivas	Impacte	Positivo	OP | J	CP | MP | LP
		N.A.	Aumento dos custos com a adaptação climática associado ao ciclo de vida longo dos ativos	Financeiro	Negativo	M |OD | J	CP | MP | LP
	Mitigação das alterações climáticas	N.A.	Diminuição das emissões de GEE pela construção de novas linhas ferroviárias e eletrificação das existentes	Impacte	Positivo	OD | J	CP | MP | LP
		N.A.	Emissões de GEE relacionadas com a utilização das infraestruturas rodoviárias	Impacte	Negativo	OD | J	CP | MP
		N.A.	Redução das emissões de GEE decorrentes da produção de energia renovável para autoconsumo	Impacte	Positivo	OD	CP | MP | LP
		N.A.	Contratos de energia verde	Impacte	Positivo	OD | J	CP | MP | LP
	Energia	N.A.	Consumo de energia associado à operação interna da IP (ex: frota, maquinaria, instalações)	Impacte	Negativo	OD	CP | MP
		N.A.	Perdas de receita por interrupção do serviço devido a quebra de fornecimento de energia	Financeiro	Negativo	OD | J	LP
		N.A.	Variação do custo de energia devido ao contexto internacional e à penetração de energias renováveis	Financeiro	Negativo	M | OD | J	CP | MP | LP

Temas Materiais do Grupo IP – Dimensão Ambiente (continuação)

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte/ Financeiro	Positivo/ Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
E2 - Poluição	Poluição sonora	N.A.	Ruído proveniente da utilização de rodovia e ferrovia	Impacte	Negativo	J	CP | MP | LP
		N.A.	Custos com barreiras acústicas necessárias para a minimização do ruído e obrigatórias	Risco	Negativo	M | OD	CP | MP
E4 – Biodiversidade	Impactes no estado das espécies	N.A.	Proteção da fauna pela implementação de medidas de mitigação	Impacte	Positivo	OD	MP
		N.A.	Custos associados às medidas de mitigação de impactos na fauna e biodiversidade	Financeiro	Negativo	OD	CP
E5 - Economia Circular e Utilização de Recursos	Fluxo de entrada de materiais utilizados na produção, incluindo embalagens	N.A.	Consumo/utilização de recursos e matérias-primas	Impacte	Negativo	M | OD	CP
			Incorporação de materiais reciclados em empreitadas	Impacte	Positivo	M | OD	CP
			Aumento do custo dos materiais em geral	Financeiro	Negativo	M | OD	CP | MP | LP
			Quebra na cadeia de abastecimento	Financeiro	Negativo	M | OD	CP | MP | LP

Temas Materiais do Grupo IP - Dimensão Social

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte/ Financeiro	Positivo/ Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
S1 - Trabalhadores Próprios	Condições de trabalho	Equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal	Sistema de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Impacte	Positivo	OD	CP | MP | LP
		Saúde e segurança	Garantia das condições de segurança no trabalho	Impacte	Positivo	OD	CP
	Igualdade de tratamento e oportunidades para todos	Formação e desenvolvimento de competências	Requalificação de trabalhadores associada à necessidade de novas competências	Impacte	Positivo	M | J	CP | MP | LP
			Perda de competitividade e produtividade associada à saída de competências (não retenção de talento e reformas)	Financeiro	Negativo	OD	CP | MP
S2 - Trabalhadores na Cadeia de Valor	Condições de trabalho	Saúde e segurança	Garantia das condições de segurança no trabalho, através de planos de segurança	Impacte	Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Critérios HSE na avaliação de fornecedores/prestadores de serviço	Impacte	Positivo	M | OD	CP | MP
			Garantia de trabalho digno	Impacte	Positivo	M	CP | MP | LP
S3 - Comunidades Impactadas	Mobilidade e Acessibilidade	N.A.	Promoção da coesão territorial e novas centralidades	Impacte	Positivo	J	MP
			Melhoria das condições de mobilidade	Impacte	Positivo	OD	CP | MP | LP

Temas Materiais do Grupo IP - Dimensão Social (continuação)

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte/ Financeiro	Positivo/ Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
S4 - Consumidores e Utilizadores Finais	Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	Segurança das pessoas	Aumento da sinistralidade por via das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias	Impacte	Negativo	J	CP | MP
			Redução de sinistralidade associada a programas de sensibilização dos utilizadores para a condução segura	Impacte	Positivo	J	CP
			Redução da sinistralidade decorrente da garantia de condições de segurança das infraestruturas (ex: sinalética adequada, outras sinalizações e equipamentos, medidas de controlo de velocidade e condição das infraestruturas)	Impacte	Positivo	OD | J	CP | MP | LP
			Investimento em segurança rodoviária e ferroviária	Financeiro	Negativo	M | OD	MP | LP

Temas Materiais do Grupo IP - Dimensão Governança

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte/ Financeiro	Positivo ou Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
G1 - Conduta de Negócio	Cultura Empresarial	Inovação	Parcerias de IDI e participações em grupos de trabalho internacionais	Impacte	Positivo	OD	CP
			Implementação de novas tecnologias na atividade (ex: *drones*, IA, entre outras)	Impacte	Positivo	OP	CP | MP | LP
	Gestão de relação com os fornecedores, incluindo práticas de pagamento	N.A.	Estabilidade financeira dos fornecedores, através de prazos de pagamento reduzidos	Impacte	Positivo	OP | J	CP | MP | LP
			Promoção da sustentabilidade através da adoção de critérios ESG nos cadernos de encargos	Impacte	Positivo	M | OD | J	CP | MP | LP
			Promoção da sustentabilidade e da competitividade ao longo da cadeia de valor, através da avaliação de fornecedores com base em critérios ESG	Impacte	Positivo	OD	CP
			Perdas financeiras associadas a interrupção do fornecimento ou da atividade por dependência de fornecedores críticos, devido à reduzida oferta do mercado	Financeiro	Negativo	OD | J	CP | MP | LP
	Corrupção e suborno	Prevenção e deteção, incluindo formação	Cumprimento Código Ética	Impacte	Positivo	M | OD | J	CP | MP | LP
			Redução do risco através da segregação de funções dentro da empresa	Financeiro	Positivo	OD	CP | MP

Temas Materiais do Grupo IP - Dimensão Governança (continuação)

Tópico	Tema Material (Subtópico)	Sub-subtópico	IRO	Impacte/ Financeiro	Positivo ou Negativo	Cadeia de Valor	Horizonte Temporal
G1 - Conduta de Negócio	Cibersegurança	N.A.	Interrupção ou comprometimento dos serviços aos clientes	Impacte	Negativo	J	CP | MP | LP
			Melhoria da cibersegurança através da utilização de tecnologia resiliente a possíveis ciberataques	Impacte	Positivo	OD	CP | MP
			Resiliência das infraestruturas	Financeiro	Positivo	M | OD | J	CP | MP | LP
			Custos com implementação de soluções para melhoria da cibersegurança	Financeiro	Negativo	OD	CP | MP | LP
			Diminuição de receitas por quebras nos serviços	Financeiro	Negativo	OD	CP | MP | LP
	Financiamento Sustentável	N.A.	Infraestruturas sustentáveis decorrentes dos requisitos de inclusão de critérios ESG dos programas de financiamento	Impacte	Positivo	J	LP
			Garantir o acesso a financiamento comunitário com inclusão do DNSH, princípios horizontais e avaliação de risco da resiliência de infraestruturas	Financeiro	Positivo	OD	CP

ANEXO 4 – RELATÓRIO DA TAXONOMIA EUROPEIA DO GRUPO IP 2024

Índice

1. Enquadramento 487
1.1 Taxonomia europeia 487
1.2 Regulamentos da taxonomia europeia 488
2. Elegibilidade 489
2.1 Verificação da elegibilidade 489
2.2 Indicadores de elegibilidade 490
3. Alinhamento 495
3.1 Atividade 6.14 - Infraestruturas de Transporte Ferroviário 495
3.2 Atividade 6.15 – Infraestruturas de Transporte rodoviário e de Transporte Público 505
3.3 Atividades capacitantes e atividades de transição 512
4. Salvaguardas mínimas 514
5. Indicadores chave de desempenho 517

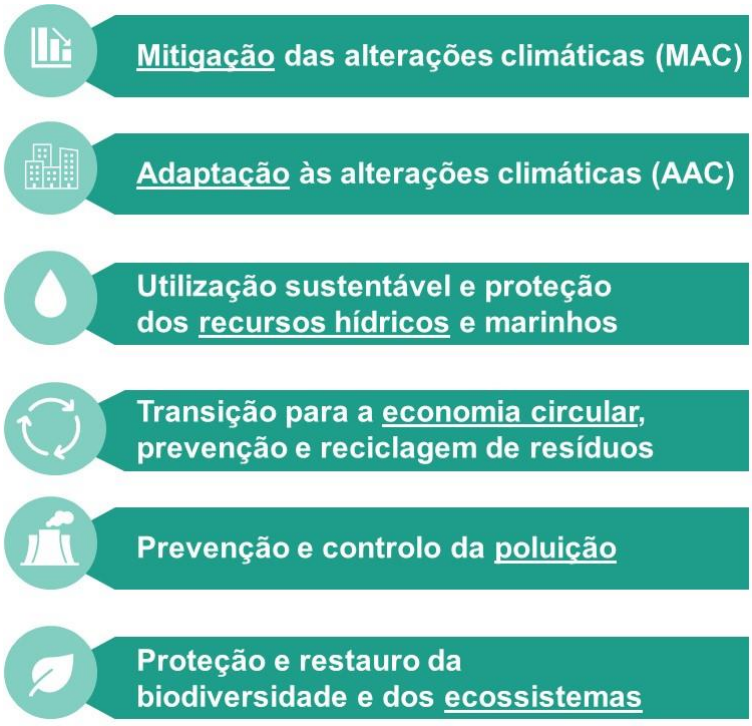
1. ENQUADRAMENTO

1.1 TAXONOMIA EUROPEIA

No âmbito do *European Green Deal*, a Taxonomia Europeia (Regulamento da Taxonomia da União Europeia UE 2020/852) estabelece um sistema de classificação para avaliar se uma atividade económica pode ser considerada sustentável do ponto de vista ambiental.

Com vista à promoção do desenvolvimento sustentável na Europa e alterando o anterior Regulamento (EU) 2019/2088, este novo regulamento pretende introduzir uma classificação uniforme para orientar os fluxos de capital para atividades sustentáveis. Neste contexto, estabelece diversos critérios para determinar se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, com vista a qualificar em que grau um determinado investimento é sustentável do ponto de vista ambiental.

A Taxonomia lista assim um conjunto atividades económicas e determina critérios técnicos de avaliação (CTA), a aplicar a essas atividades, por forma a identificar quais delas contribuem, ou não, para os 6 objetivos ambientais da União Europeia, designadamente:



A avaliação de uma atividade económica face à Taxonomia Europeia pressupõe 3 momentos de análise:

- **Elegibilidade**: Que atividades económicas estão previstas na Taxonomia Europeia?

- **Alinhamento**: Se as atividades elegíveis cumprem os critérios técnicos de avaliação (CTA) estabelecidos em atos delegados?
- **Salvaguardas mínimas**: Se as atividades consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental também cumprem as normas sociais e de governação, ou seja, se asseguram o "alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (Diretrizes da OECD) e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios UNGC)"?

Assim, **uma atividade económica é considerada ambientalmente sustentável** se estiver prevista no Regulamento da Taxonomia Europeia e contribuir substancialmente para um ou mais objetivos ambientais da UE, sem causar danos significativos a nenhum dos restantes (NPS – não prejudicar significativamente) e for realizada em conformidade com as salvaguardas mínimas definidas.

1.2 REGULAMENTOS DA TAXONOMIA EUROPEIA

No âmbito da Taxonomia Europeia e adicionalmente ao Regulamento (UE) 2020/852, de 18 de junho, a Comissão Europeia publicou vários normativos com especificações sobre o processo de classificação de uma atividade económica, em termos de sustentabilidade ambiental:

- O Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 da Comissão de 4 de junho 2021, estabelece os critérios técnicos de avaliação (CTA) para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente (CS) para a **mitigação das alterações climáticas (MAC)** ou para a **adaptação às alterações climáticas (AAC)**, e as condições para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente (NPS) o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais.
- O Regulamento Delegado (UE) 2023/2485 da Comissão, de 27 de junho de 2023, altera a regulamentação anterior, estabelecendo critérios técnicos de avaliação (CTA) adicionais, para determinar em que condições certas atividades económicas contribuem substancialmente (CS) para a mitigação ou adaptação às alterações climáticas, e se essas atividades não prejudicam significativamente (NPS) os outros objetivos ambientais.
- O Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 da Comissão, de 21 de novembro de 2023, completa o Regulamento da Taxonomia, estabelecendo os critérios técnicos de avaliação (CTA) para determinar em que condições uma atividade económica é qualificada como contribuindo substancialmente (CS) para a **utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos**, para a **transição para a economia circular (EC)**, para a **prevenção e o controlo da poluição** ou para a **proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas**, e as condições para estabelecer se essa atividade económica não prejudica significativamente (NPS) o cumprimento de nenhum dos outros objetivos ambientais, e altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão no respeitante à divulgação pública de informações específicas relativas a essas atividades económicas.

2. ELEGIBILIDADE

2.1 VERIFICAÇÃO DA ELEGIBILIDADE

A abordagem metodológica adotada para verificar a elegibilidade das atividades do Grupo da Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) para a Taxonomia Europeia, envolveu uma análise detalhada das atividades do Grupo IP, começando pela recolha dos códigos NACE (Nomenclatura das Atividades Económicas) associados a todas as atividades desenvolvidas pela empresa, e verificando se estavam ligadas a atividades ao abrigo da Taxonomia.

Para além da análise dos códigos NACE, a IP procurou identificar outras atividades empresariais que pudessem ser potencialmente elegíveis ao abrigo da Taxonomia, descritas nos anexos I e II do referido Regulamento Delegado (UE) 2021/2139.

Identifica-se nas tabelas abaixo todas as atividades do Grupo IP potencialmente elegíveis para 3 objetivos ambientais: Mitigação das Alterações Climáticas (MAC), Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e Transição para a Economia Circular (EC).

Objetivos Ambientais	ATIVIDADES ELEGÍVEIS para a Mitigação e Adaptação às AC
1. Mitigação das alterações climáticas 2. Adaptação às alterações climáticas	**Atividades *Core*** 6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário 6.15 Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público **Atividades Não *Core*** 6.5 Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros 7.2 Renovação de edifícios existentes 7.3 Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética 7.4 Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios 7.6 Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis 9.1/9.2 Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado (*)

(*) Atividades de investigação, desenvolvimento e inovação próximas do mercado têm código 9.1 para o objetivo da mitigação das alterações climáticas e código 9.2 para o objetivo de adaptação às alterações climáticas

Objetivos Ambientais	ATIVIDADES ELEGÍVEIS para a Economia Circular
4. Transição para a economia circular, prevenção e reciclagem de resíduos	3.2 Renovação de edifícios existentes (*) 3.4 Manutenção de estradas e autoestradas (**) 5.4 Venda de bens em segunda mão

(*) Atividade Renovação de edifícios existentes tem código 7.2 para os objetivos da mitigação e da adaptação às alterações climáticas e código 3.2 para o objetivo economia circular

(**) Atividade Manutenção de estradas e autoestradas tem código 3.4 para o objetivo da economia circular mas está integrada na atividade 6.15 referenciada anteriormente para o objetivo da adaptação às alterações climáticas

Em resultado da análise efetuada, e relativamente aos 6 objetivos da Taxonomia Europeia, pode concluir-se que a IP apresenta 9 atividades (2 atividades *core* e 7 atividades com reduzida expressão) potencialmente elegíveis para 3 objetivos ambientais: Mitigação das Alterações Climáticas (MAC), Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e Transição para a Economia Circular (EC).

Do total de 9 atividades desenvolvidas pela IP potencialmente elegíveis para a Taxonomia, e atendendo à diversidade de áreas de atuação e à representatividade de cada atividade económica no seu modelo de negócio, a IP optou por considerar no seu exercício de 2024, apenas duas das suas **atividades económicas *core*** como **elegíveis** para a Taxonomia Europeia.

Assim, para o seu exercício de 2024, e de acordo com os Anexo I e II do Regulamento (UE) 2021/2139 de 4 de junho 2021, as atividades *core* da IP elegíveis segundo a Taxonomia Europeia, são:



De referir ainda que, a recente terceira atividade *core* da IP, denominada Anel CAM, é uma atividade que não é considerada elegível para a Taxonomia.

2.2 INDICADORES DE ELEGIBILIDADE

Tendo em consideração as suas atividades elegíveis *core* – atividades mais representativas – a IP calculou os indicadores chave de desempenho, de acordo com a Taxonomia Europeia, relativos ao **volume de negócios (VN)**, **despesas de capital (CAPEX)** e **despesas operacionais (OPEX)** associados a essas atividades, para o ano de 2024.

Para esse efeito, a IP seguiu, na sua avaliação e divulgação dos indicadores da taxonomia europeia, as definições base constantes das seções 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3 do anexo I Regulamento Delegado da UE 2021/2178, associados com as atividades económicas elegíveis tal como definidas no Regulamento Delegado da Taxonomia Europeia (EU) 2021/2139 e demais Comunicações da Comissão Europeia associadas à Taxonomia.

O âmbito de aplicação da Taxonomia Europeia para o Grupo Infraestruturas de Portugal (Grupo IP) corresponde ao seu perímetro de consolidação, ou seja, ao âmbito refletido nas contas consolidadas do Grupo IP, a 31 de dezembro de 2024. As entidades consolidadas correspondem à IP e às 3 empresas onde a IP tem participação no capital social: IP Engenharia (IPE), IP Património (IPP) e IP

Telecom (IPT), e onde exerce controlo. Neste contexto, o volume de negócios consolidado do Grupo IP corresponde às receitas consolidadas, considerando também estas empresas participadas.

Para o cálculo dos valores de VN e OPEX, por atividade 6.14 e 6.15, foram considerados os valores apurados na Demonstração de Resultados por atividades, tendo sido desconsiderado, nas atividades ferroviária e rodoviária, as transações intra Grupo IP, não tendo sido integradas depreciações e amortizações do exercício, provisões (aumentos/ reduções) e imparidades (perdas/ reversões), de acordo com o estabelecido no Anexo I Regulamento Delegado da UE 2021/2178.

2.2.1 VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios consiste no valor resultante da venda de produtos e da prestação de serviços após a dedução de descontos de vendas e impostos sobre valor agregado e outros impostos diretamente vinculados ao volume de negócios.

Para o cálculo da elegibilidade foi considerado o VN das atividades da IP elegíveis na Taxonomia (numerador), em proporção do valor total do volume de negócios do Grupo IP no período considerado (denominador), ou seja:

- **Valor do numerador da atividade 6.14** – O VN foi calculado como o total das receitas da atividade ferroviária provenientes de vendas e prestações de serviços ferroviários (venda de canais e utilização de instalações de serviço, entre outras), subsídios à exploração (indeminizações compensatórias), outros rendimentos associados à atividade 6.14 e ganhos/perdas em Associadas.
- **Valor do numerador da atividade 6.15** – O VN foi calculado como o total das receitas provenientes de vendas e prestações de serviços rodoviários (consignação de serviço rodoviário, entre outras), outros rendimentos associados à atividade 6.15 e ganhos/perdas em Associadas.
- **Valor do denominador** – O volume de negócios consolidado total no período de reporte corresponde ao valor global de rendimentos operacionais do Grupo IP.

2.2.2 CAPEX

As despesas de capital (CAPEX) consistem no valor resultante do total de acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis durante o exercício considerado antes da depreciação, amortização e quaisquer remensurações, nomeadamente resultantes de reavaliações e imparidades, para o exercício em causa e excluindo as variações do justo valor. O CAPEX total reportado abrange também os acréscimos aos ativos tangíveis e intangíveis resultantes de concentrações de atividades empresariais. Mais especificamente, a taxonomia europeia refere-se ao CAPEX que cobrem custos contabilizados com base em certas normas internacionais de relato financeiro (IFRS), como Propriedade, Equipamentos, Ativos Intangíveis, entre outras.

Para o cálculo da elegibilidade foi considerado o CAPEX das atividades da IP elegíveis na Taxonomia (numerador), em proporção do valor do CAPEX total do Grupo IP no período considerado (denominador), ou seja:

- **Valor do numerador da atividade 6.14** – O CAPEX foi calculado como o total dos investimentos ferroviários realizados no período de reporte, ou seja, o total de investimento no Ferrovia 2020,

PNI2030 e outros investimentos na ferrovia. Para efeitos de aplicação da IFRIC 12 à atividade de investimento em infraestruturas de longa Duração (ILD) é entendimento do Grupo IP que o modelo que melhor traduz o objeto social atribuído à atividade ferroviária é o modelo do Ativo Financeiro, conforme descrito na nota 2.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois o Grupo IP tem um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD.

- **Valor do numerador da atividade 6.15** – O CAPEX[12] foi calculado como o total dos investimentos rodoviários por obra própria realizados no período de reporte (PRR e PVAE, entre outros) e os pagamentos, líquidos de recebimentos, correspondentes às Concessões Rodoviárias do Estado.

  Para efeito de Através da aplicação da IFRIC 12 considera-se que o ativo resultante do Direito de Concessão Rodoviário que foi atribuído pelo Contrato de Concessão Rodoviário celebrado com o Estado se classifica como um ativo intangível. Este Direito de Concessão Rodoviário é incrementado aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. Esta construção pode ocorrer mediante construção direta da Empresa ou mediante subconcessão, sendo que em ambos é efetuada a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

  Se referir que o Grupo IP tem atualmente sete contratos de subconcessão em vigor, sendo que para todos os sete a construção já se encontra concluída, não havendo assim contributos das subconcessões para o CAPEX em 2024, apesar da construção se encontrar a ser paga através de Disponibilidade e/ou Serviço durante o período da Subconcessão.

  O Direito de Concessão Rodoviário é igualmente incrementado pelos pagamentos relativos às Concessões do Estado, líquidos de recebimentos, efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a Empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

  Assim, no âmbito da aplicação do regulamento da taxonomia europeia, e acompanhando integralmente o efetuado contabilisticamente com a aplicação da IFRIC 12, foram considerados como CAPEX da atividade rodoviária o Investimento por obra própria, conforme evolução física da obra e os pagamentos, líquidos de recebimentos, correspondentes às Concessões do Estado.

- **Valor do denominador** – O CAPEX consolidado total no período de reporte corresponde ao valor global de investimentos ferroviários, investimentos rodoviários por obra própria e os pagamentos, líquidos de recebimentos, correspondentes às Concessões Rodoviárias do Estado.

2.2.3 OPEX

As despesas operacionais (OPEX) consistem no valor associado aos custos diretamente relacionados com a operação diária da empresa e que garantem a continuidade dos seus processos de produção, entrega de serviços ou funcionamento administrativo, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com manutenção diária dos ativos fixos tangíveis. Trata-se de gastos que são necessários para manter a operação e os serviços da empresa em funcionamento,

[12] *CAPEX = Σ Investimentos Rodoviários + Σ Concessões (desconsiderando o valor da conta 615000003 Portagens Concessões Estado) + Σ Comparticipações e Reequilíbrios (retirando a componente de Subconcessões) + Σ Grandes Reparações*

nomeadamente despesas e recursos de curto prazo, que contribuem diretamente para a geração de receita no curto e médio prazo.

Para o cálculo da elegibilidade foi considerado o OPEX das atividades da IP elegíveis na Taxonomia (numerador), em proporção do valor total associado a OPEX do Grupo IP no período considerado (denominador), ou seja:

- **Valor do numerador da atividade 6.14** – O OPEX foi calculado como o total de custos operacionais da atividade ferroviária (custos das matérias consumidas, custos de conservação, reparação e segurança da rede ferroviária, custos com pessoal, entre outros).
- **Valor do numerador da atividade 6.15** – O OPEX foi calculado como o total de custos operacionais associados à atividade rodoviária (custos das matérias consumidas, custos de conservação, reparação e segurança da rede rodoviária, custos com pessoal, entre outros).
- **Valor do denominador** – O volume de negócios consolidado total no período de reporte corresponde ao valor global de rendimentos operacionais do Grupo IP.

O cálculo da elegibilidade das 2 atividades *core* do Grupo IP segundo a Taxonomia Europeia, é apresentado seguidamente.

Para efeitos de elegibilidade, considera-se a totalidade do VN, CAPEX e OPEX das atividades elegíveis 6.14 e 6.15.

	Volume de Negócios		CAPEX		OPEX	
	2024		2024		2024	
	10^3 euros	%	10^3 euros	%	10^3 euros	%
A. Atividades Elegíveis	1 433 362,75	**90,44%**	1 193 905,20	**96,48%**	859 506,78	**69,59%**
6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário	232 304,36	14,66%	624 737,14	50,49%	234 103,96	18,95%
6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público	1 201 058,39	75,78%	569 168,06	46,00%	625 402,82	50,64%
B. Atividades Não Elegíveis	151 461,39	**9,56%**	43 501,33	**3,52%**	375 550,90	**30,41%**
Total (A+B)	1 584 824,14	**100%**	1 237 406,53	**100%**	1 235 057,68	**100%**

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

O total de réditos da atividade consolidada da IP em 2024 ascendeu aos 1.584,82 milhões de euros, dos quais 1.433,36 milhões de euros (90,44%) são relativos a atividades elegíveis para a Taxonomia da UE, e 151,46 milhões de euros a atividades não elegíveis (9,56%).

Como seria de esperar, o VN das atividades da IP elegíveis para a Taxonomia Europeia está essencialmente associado às suas 2 atividades económicas *core*, representando a atividade 6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público, 75,78% do volume de negócios total, e a atividade 6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário, 14,66%.

No âmbito da Taxonomia Europeia, relativamente ao CAPEX e OPEX, em 2024, a atividade consolidada da IP ascendeu respetivamente a 1 237,41 e 1 235,06 milhões de euros. Em termos de CAPEX, 1.193,91 milhões de euros (96,48%) são relativos a atividades elegíveis, 50,49%

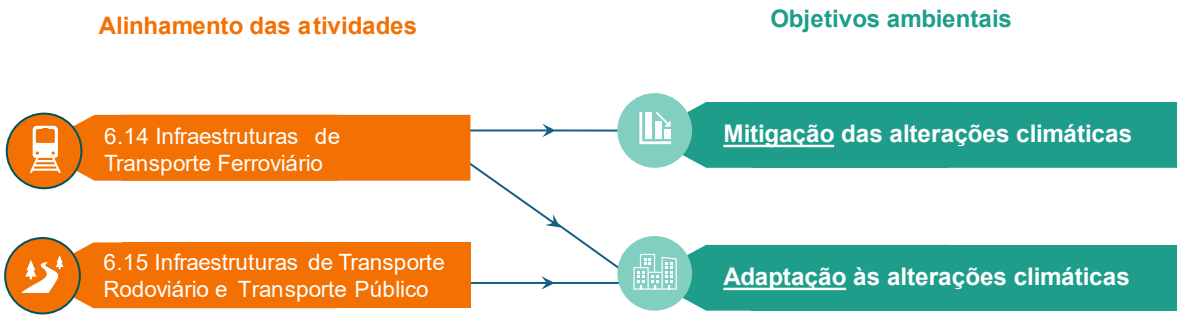
0correspondem à atividade de infraestruturas de transporte ferroviário (6.14) e 46,07% à atividade de transporte rodoviário e transporte público (6.15). Relativamente ao OPEX, 859,51 milhões de euros (69,59%) correspondem a atividades elegíveis, com 18,95% afeta à atividade a atividade de infraestruturas de transporte ferroviário (6.14) e 50,64% à atividade de transporte rodoviário e transporte público (6.15).

3. ALINHAMENTO

No seguimento da análise de elegibilidade das atividades *core* da IP, foi também realizada a **avaliação do alinhamento** dessas atividades.

O exercício de alinhamento começou pela identificação dos objetivos ambientais para os quais as atividades da IP poderiam **contribuir substancialmente (CS)**.

A avaliação do alinhamento é assim efetuada para os objetivos de mitigação e da adaptação às alterações climáticas, no caso da atividade 6.14, e para o objetivo de adaptação às alterações climáticas, no caso da atividade 6.15, conforme se ilustra seguidamente.



Importa salientar que de acordo com o Regulamento (EU) 2023/2485, para o ano de 2024, o alinhamento é apenas aplicado aos objetivos de mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas, não sendo realizado o alinhamento para o objetivo da economia circular.

Após aferição dos critérios de contribuição substancial para cada um dos objetivos ambientais da Taxonomia selecionados, foram ainda analisados os **critérios de não prejudicar significativamente (NPS)** nenhum dos restantes objetivos.

Por último, verificou-se o **cumprimento das salvaguardas mínimas sociais**, que pretende aferir a observância de um conjunto de normas internacionais e nacionais reconhecidas a nível de direitos humanos e condições de trabalhos, da IP como empresa.

Seguidamente, apresentam-se os resultados desta metodologia relativamente às atividades 6.14 e 6.15 da IP, em termos dos critérios de contribuição substancial, não prejudicar significativamente e cumprimento das salvaguardas mínimas sociais.

3.1 ATIVIDADE 6.14 - INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Conforme referido anteriormente, a avaliação da contribuição substancial (CS) da atividade 6.14 é realizada para 2 objetivos ambientais - Mitigação das Alterações Climáticas (MAC) e Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) – verificando-se que os critérios técnicos de avaliação (CTA) de não

prejudicar significativamente (NPS) os restantes 4 objetivos ambientais são os mesmos e que os CTA da CS para o objetivo da AAC permitem concluir também sobre o cumprimento dos critérios de NPS deste objetivo. Tendo como objetivo sistematizar a informação em análise e eliminar redundâncias e repetições na avaliação do **alinhamento da atividade 6.14**, apresentam-se as seguintes análises:

- Contribuição Substancial para a Mitigação das Alterações Climáticas (MAC);
- Contribuição Substancial para a Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) e NPS - Adaptação às Alterações Climáticas (AAC);
- NPS – Mitigação das Alterações Climáticas (MAC);
- NPS - Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- NPS - Transição para uma economia circular;
- NPS – Prevenção e Controlo da Poluição
- NPS – Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas

3.1.1 CONTRIBUIÇÃO SUBSTANCIAL PARA A MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (MAC)

A IP é uma empresa gestora de mobilidade, que garante a prestação de serviços de transporte seguros, eficientes e sustentáveis, impulsionando o desenvolvimento económico e social nacional. Para tal, a IP tem como incumbência definida pelo Estado a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e modernização da rede ferroviária nacional (RFN), incluindo o comando e controlo da circulação ferroviária.

Neste contexto, a gestão e exploração da RFN pela IP está enquadrada no Contrato Programa Ferroviário (CPF), onde estão incluídas as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas ferroviárias e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, na forma de indicadores e critérios de qualidade, abrangendo elementos como as prestações dos comboios, a capacidade da rede, a gestão de ativos, os volumes de atividade, os níveis de segurança e a proteção do ambiente.

As atividades da IP associadas à sua infraestrutura ferroviária não dão origem a emissões significativas de Gases com Efeito de Estufa (GEE) pois, por um lado, promovem uma mobilidade limpa, e que contribui para a redução de GEE do setor dos transportes, e por outro, promovem a transferência modal do transporte de pessoas e bens dos outros modos para a ferrovia.

A IP tem em curso um conjunto de programas de investimento focados na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e serviços e na promoção de uma mobilidade mais sustentável e descarbonizada, designadamente, com uma forte aposta no modo ferroviário e na eletrificação das suas infraestruturas.

Os critérios de contribuição substancial são cumpridos através da eletrificação crescente das linhas ferroviárias, de acordo com o Anexo II.2 da Diretiva (UE) 2016/797, não se destinando as infraestruturas ferroviárias da IP ao transporte nem ao armazenamento de combustíveis fósseis.

Os principais investimentos da IP nas suas infraestruturas ferroviárias assentam essencialmente em 3 programas de investimento nacionais: Programa de investimentos Ferrovia 2020, Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), Plano Ferroviário Nacional (PFN) e ainda no caso da digitalização do transporte ferroviário, Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Acresce ainda a realização de outros investimentos ferroviários, que visam assegurar as condições de segurança e a melhoria dos níveis de fiabilidade e qualidade de serviço prestado aos clientes e os Investimentos em Estruturas de Apoio à Gestão (IEAG).

3.1.2 CONTRIBUIÇÃO SUBSTANCIAL PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (AAC) E NPS - ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (AAC)

As alterações climáticas e os eventos meteorológicos extremos exigem que as infraestruturas genericamente, e as infraestruturas de transportes especificamente, sejam mais robustas e resilientes, de forma a poder ser minimizada a disrupção dos serviços, no caso da ocorrência desses eventos extremos.

A IP tem vindo a desenvolver diversos Estudos de Avaliação da Adaptação às Alterações Climáticas e Resiliência a Catástrofes Climáticas (AAAC), para diversas linhas ferroviárias, que têm resultado na consideração desde logo nesses projetos, das necessárias medidas de adaptação às AC. Os estudos AAAC são realizados adotando a metodologia proposta pelo JASPERS (Jaspers, 2017[13]) e são um elemento indispensável na obtenção de financiamento comunitário para esses mesmos projetos. Estes estudos consideram os cenários climáticos futuros RCP do Relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (AR5, IPCC) - RCP4.5 e RCP8.5 e, têm em conta os horizontes temporais de análise dos projetos e do seu tempo de vida útil, isto é, analisam 3 horizontes temporais: atual, horizonte de 30 anos (2041-2070) e horizonte de 80 anos (2071-2100).

Entretanto, e com o objetivo de abranger toda a rede ferroviária em exploração e os novos projetos, a IP desenvolveu o Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC).

O PRIAC concretiza uma avaliação dos riscos climáticos (atuais e futuros) das infraestruturas geridas pela IP (1ª fase concluída em 2023) e pretende identificar e planear medidas e ações que garantam a resiliência às alterações climáticas e a eventos climáticos extremos das suas redes (2ª fase em operacionalização em 2024), numa perspetiva de gestão adaptativa das infraestruturas, e ao longo do tempo, antecipando e minimizando potenciais riscos climáticos, e concorrendo, por esta via, para a segurança, fiabilidade, sustentabilidade e plena capacidade de gestão e exploração das infraestruturas geridas pela IP.

Com o desenvolvimento do PRIAC pretendeu-se ainda reforçar o envolvimento da IP na temática da adaptação às alterações climáticas, através da consideração desta temática nos vários instrumentos de gestão, quer ao nível estratégico, quer ao nível operacional.

Na 1ª fase do PRIAC foram assim analisados e identificados os perigos climáticos e as previsões dos fatores climáticos em Portugal, aferindo-se as vulnerabilidades futuras (probabilidade), quantificando-se a severidade (impactes) e avaliando-se o risco a que as suas infraestruturas estão expostas,

[13] Guidance Note: The Basics of Climate Change Adaptation Vulnerability and Risk Assessment (versão 1, junho 2017)

atualmente e nos horizontes 2050 e 2100. Foram também neste caso considerados os cenários climáticos futuros RCP4.5 e RCP8.5 de acordo com o IPCC.

Após a avaliação da probabilidade e da severidade de cada perigo climático, estimou-se o nível de importância de cada risco potencial para a rede ferroviária. Assim, e para cada perigo climático analisado (precipitação intensa, inundações fluviais, instabilidade de vertentes, calor excessivos e incêndios rurais, vento intenso e inundações marítimas e galgamentos costeiros), os troços da RFN foram classificados em Risco Extremo, Elevado, Médio, Baixo e Negligenciável.

Como referido, na 2ª fase do PRIAC pretende-se identificar e propor medidas de adaptação para tornar as infraestruturas da IP mais resilientes, de forma a promover o planeamento dos respetivos investimentos de curto, médio e longo prazo, designadamente, para os casos das linhas ferroviárias em que estas medidas não estivessem já implementadas ou planeadas. A implementação das medidas de adaptação às AC previstas nesta 2ª fase do PRIAC pretende assegurar não só a resiliência de toda a RFN aos eventos climáticos extremos, mas também aumentar o ciclo de vida da infraestrutura ferroviária e dos seus ativos.

Ainda sobre a temática da resiliência das infraestruturas ferroviárias da IP às AC, de referir que no âmbito dos EIA de novos projetos ferroviários ou de grandes modernizações de troços ferroviários pré-existentes, e que são sujeitos a procedimento de AIA nacional, existe desde 2017, a exigência de avaliação do objetivo "Alterações climáticas". Neste fator é analisada e avaliada a perspetiva da resiliência dos projetos às AC e identificam-se e/ou adotam-se, desde logo na fase de projeto ou, para a fase de exploração, as necessárias medidas de adaptação (medidas físicas e não físicas), para minimizar as consequências dos fenómenos climáticos extremos aos quais as infraestruturas são mais vulneráveis, e sem as quais, os projetos não obtêm o respetivo licenciamento ambiental pelas entidades competentes.

A natureza das medidas de adaptação físicas e não físicas implementadas ou planeadas para a RFN é muito variada, e depende da avaliação do risco da infraestrutura ferroviária realizada, em termos dos perigos climáticos mais importantes, destacando-se neste caso, que o PRIAC concluiu que os riscos climáticos mais importantes são as inundações e a instabilidade de vertentes.

Apenas a título de exemplo, e entre outras medidas físicas, refira-se no caso das inundações: i) o dimensionamento dos órgãos de drenagem para as cheias de período de retorno centenário, ii) o dimensionamento das obras de arte especiais para cheias de período de retorno milenar, iii) a implantação de rede de drenagem longitudinal para captar e encaminhar as águas afluentes às plataformas de via provenientes da precipitação sobre a linha e das escorrências sobre os taludes adjacentes (infraestruturas azuis) e iv) a instalação de soluções de drenagem bombeada em zonas críticas de inundação (para o perigo inundações). No caso da instabilidade de vertentes: i) a estabilização, proteção e reperfilamento de taludes e encostas, ii) o endentamento da fundação dos aterros, com o objetivo de melhorar as condições de fundação e de estabilidade, iii) o revestimento dos taludes com terra vegetal, permitindo a implantação de vegetação autóctone contra o ravinamento provocado pelas escorrências (infraestruturas verdes) e iv) modelação do terreno orientada no sentido de permitir uma integração dos taludes na morfologia dos terrenos envolventes (para o perigo vertentes).

A IP no desenvolvimento da atividade 6.14 cumpre os CTA identificados no Apêndice A do Regulamento delegado (EU) 2021/2139, através da avaliação da vulnerabilidade e do risco climático da RFN, da implementação de soluções de adaptação físicas e não físicas para melhorar a resiliência da infraestrutura ferroviária aos riscos climáticos mais importantes (inundações e instabilidade de vertentes), e, no caso de grandes reparações ou novos projetos, através da integração de soluções de adaptação em fase de projeto e construção.

Algumas das medidas não físicas passam, no caso do risco climático associado a inundações, pelo/a: i) condicionamento ou suspensão da circulação e/ou a colocação de equipas de manutenção de prevenção no seguimento de notificações da Proteção Civil (por exemplo, para chuva intensa, ventos fortes ou tempestade) e aquando da indicação de ocorrências, ii) intensificação da manutenção preventiva das infraestruturas e equipamentos, iii) limpeza de linhas de água, a montante e jusante de cada passagem hidráulica e desassoreamento das mesmas e iv) monitorização contínua dos parâmetros meteorológicos, de modo que, assim que recebido um aviso de inundação, possam ser mobilizados operacionais e equipamentos para as áreas de risco, permitindo uma resposta mais célere (para o perigo inundações). No caso do risco climático associado a instabilidade de vertentes pelo/a: i) implementação de restrições de velocidade, ii) aumento da frequência da monitorização da infraestrutura e de passagem de dresine para confirmar que a infraestrutura está operacional, pela inspeção e avaliação periódica da estabilidade de taludes, e iii) instalação de sensores de movimento ou monitorização com recurso a tecnologia InSAR, em locais de maior risco de assentamentos e de deslizamento de vertentes, para deteção de movimentos do solo e das rochas, com emissão de alerta (para o perigo vertentes).

Em qualquer das situações referenciadas anteriormente, as medidas de adaptação às AC implementadas ou previstas implementar na RFN, são coerentes com as estratégias e os planos de adaptação disponíveis de nível local, setorial, regional ou nacional, onde estas infraestruturas se inserem.

De referir ainda que a IP dispõe também de vários instrumentos de gestão operacional e manutenção das suas infraestruturas ferroviárias, de aplicação a toda a sua rede ferroviária em exploração, que asseguram a implementação de medidas de adaptação da RFN para os perigos climáticos mais significativos, destacando-se o Plano de atuação da IP no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios que compreende a gestão de faixas de combustível laterais às infraestruturas conforme está definido nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), o Mapeamento do risco geotécnico dos taludes e vertentes da sua infraestrutura ferroviária, que permite a identificação, priorização e planeamento das intervenções necessárias realizar e que fazem parte integrante do seu Plano de Estabilização de Taludes, os Planos de Inspeção e Diagnóstico de Estruturas Especiais, a Instrução Complementar de Exploração Técnica n296 (ICET296), que determina os procedimentos de emergência específicos a adotar em circunstancias de incidentes/acidentes na RFN, designadamente, resultantes de condições meteorológicas adversas, entre outros instrumentos.

3.1.3 NPS - MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Os novos projetos ferroviários ou as grandes modernizações de troços ferroviários são sujeitos a procedimento de AIA nacional, sendo obrigatória desde 2017, a realização da avaliação do descritor "Alterações climáticas", onde é calculada a pegada carbónica destes projetos e são avaliados os contributos de cada um para a mitigação das AC, não sendo obtido licenciamento ambiental sem essa avaliação.

O desenvolvimento da atividade 6.14 cumpre os CTA de não prejudicar significativamente o objetivo da mitigação das alterações climáticas, previstos no Regulamento (EU) 2012/2139, na medida em que se efetua o cálculo da pegada de carbono (âmbitos 1, 2 e 3 de emissões de GEE) e se considera o custo-sombra do carbono na avaliação de projetos de novas infraestruturas ou de grandes obras de reparação.

A avaliação realizada considera as diferentes fases do ciclo de vida de cada projeto, e tem vindo a utilizar a Calculadora de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) disponibilizada pela APA[14], para o cálculo da pegada carbónica dos projetos, abrangendo os 3 âmbitos: 1, 2 e 3.

Para os novos projetos ou para as grandes modernizações de troços ferroviários, são realizadas Análises de Custo Benefício dos projetos, onde é calculado o custo-sombra do carbono, constituindo a ACB um elemento indispensável na obtenção de financiamento comunitário para esses mesmos projetos.

3.1.4 NPS - UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS

As atividades desenvolvidas pela IP no âmbito da RFN podem ser classificadas como "sem relação" com os recursos hídricos e marinhos, pois não alteram o bom estado ou o potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, o que pode ser atestado pelas declarações de Conformidade com a Diretiva Quadro da Água emitidas pela Autoridade Nacional da Água de diversos projetos ferroviários (quando aplicável), pela obtenção do licenciamento ambiental Titulo de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) e pelas próprias avaliações de impacte ambiental dos projetos ferroviários nos recursos hídricos (RH) constantes de estudos ambientais ou incluídas em EIA de projetos ferroviários sujeitos a procedimento de AIA, e que são realizados para que os projetos possam obter licenciamento ambiental.

De referir também que nas empreitadas ferroviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental (SAA) para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental (SGA) para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento ambiental assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, nomeadamente, em termos da gestão dos RH, a integração dos requisitos

O desenvolvimento da atividade 6.14 pela IP não contribui para a deterioração do bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, cumprindo os CTA identificados no Apêndice B do Regulamento Delegado (EU) 2021/2139.

[14] Calculadora de Emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE), cofinanciada pelo POSEUR e desenvolvida pelo Instituto Superior Técnico, para a Autoridade de Gestão do Sustentável 2030 (maio 2024)

ambientais nos procedimentos de execução das mesmas, o cumprimento dos pareceres dos organismos competentes nesta matéria e a adequada execução das medidas de minimização previstas e associadas aos RH. Acresce que também fazem parte dos requisitos dos cadernos de encargos (CE) das empreitadas ferroviárias da IP, diversas exigências relativamente à questão da não afetação dos RH dos próprios estaleiros e de outras estruturas de apoio à obra.

3.1.5 NPS - TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR

As atividades desenvolvidas pela IP no âmbito ferroviário, quer na fase de construção e manutenção quer na fase de exploração, são passíveis de produzir resíduos.

Com o objetivo principal de otimizar o consumo de recursos e de minimizar ao máximo a produção de resíduos em resultado das suas atividades ferroviárias, a IP tem apostado numa estratégia para incrementar os princípios de circularidade de materiais nas suas empreitadas, que abrange todo o ciclo de vida dos projetos, quer por via da adoção de métodos construtivos mais eficientes, quer pela inclusão de exigências nos seus cadernos de encargos (CE), em termos dos materiais utilizados e dos resíduos produzidos nas atividades de construção e manutenção das suas infraestruturas.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.14, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente a transição para a economia circular.

Nos CE das empreitadas ferroviárias, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), a IP exige a apresentação e implementação de um **Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD)**, que dá especial relevo à exigência da hierarquia da gestão dos resíduos produzidos, a par do cumprimento do artigo 28º do DL 102-D/2020, que entre outras disposições, exige a **utilização de pelo menos 10 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados**, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em cada obra.

Os CE incluem, portanto, a obrigação dos empreiteiros preverem a reutilização de materiais e valorização na própria obra, de resíduos resultantes de obras ou demolições, minimizando assim a quantidade de resíduos a encaminhar para destino final.

No âmbito do PPGRCD, as ações de conservação da rede ferroviária promovem, sempre que possível, a reutilização de materiais de via (por exemplo, carril, travessas, fixações, separadores de betão), que se encontrem em adequado estado de conservação, sendo muitas vezes "processados/preparados" nas instalações da empresa do Entroncamento.

São também desenvolvidas diversas iniciativas de utilização de resíduos em obras ferroviárias tais como resíduos de betão, RCD mistos e resíduos de balastro aprovadas pelo **Regime Geral de Gestão de Resíduos**, para além da disponibilização de materiais resultantes da demolição seletiva de edificado, que são entregues a outras entidades externas.

A este respeito, de referir ainda que na elaboração dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA)de novos projetos ferroviários ou de grandes modernizações de troços ferroviários sujeitos a procedimento de Avaliação de Impacte ambiental (AIA), a questão da utilização de matérias-primas, recursos, e resíduos gerados nas fases de construção, exploração e desativação, é caraterizada, sendo exigida a elaboração do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição associado ao projeto.

Da mesma forma, no caso dos projetos não sujeitos a procedimento de AIA (projetos mais pequenos ou de menor complexidade), os respetivos estudos ambientais também exigem a definição de um PPGRDC desse projeto.

Em 2024, o desempenho da IP atingiu uma valorização de 99,5% dos resíduos produzidos nas suas atividades ferroviárias.

No caso das empreitadas são realizados 2 tipologias de acompanhamento ambiental das mesmas, Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração, que asseguram a verificação da adoção de boas práticas em obra, a correta gestão de resíduos, quer em termos de condições de armazenamento, quer de encaminhamento para destino final adequado e o cumprimento e execução dos respetivos PPGRDC.

Acresce que, para assegurar a viabilidade ambiental das empreitadas previstas, também fazem parte dos requisitos gerais dos CE para os estaleiros e estruturas de apoio à obra, exigências de identificação de locais adequados para a triagem e armazenamento controlado e preliminar de resíduos produzidos e do cumprimento do Procedimento de Gestão de Resíduos e Materiais Usados.

Importa ainda referir que no sentido de endereçar de forma transversal a toda a atividade do Grupo IP a questão da gestão de resíduos, elaborou-se, em 2021, um Manual de Gestão de Resíduos, que tem como objetivo estabelecer as regras e as metodologias a adotar e implementar na gestão dos resíduos gerados nas atividades do Grupo IP, nomeadamente na atividade ferroviária.

A IP participa também em projetos de inovação no contexto da circularidade que visam estudar e validar soluções de incorporação de resíduos provenientes das suas atividades e/ou de outras atividades para substituição da utilização de matéria-prima virgem.

3.1.6 NPS - PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO

As atividades desenvolvidas pela IP no âmbito ferroviário, quer na fase de construção e manutenção quer de exploração, são passíveis de emitir ruido e vibrações, que poderão potencialmente causar incomodidade às populações que se encontrem em maior proximidade às infraestruturas e que são considerados recetores sensíveis.

Esses recetores sensíveis são identificados em detalhe, por via quer do levantamento de condicionantes dos territórios atravessados, quer da elaboração de mapas de ruído (caracterização do estado atual, caraterização do estado após a implementação do projeto, sem e com medidas de minimização), e pela implementação de planos de monitorização de ruido que, em função dos resultados obtidos, propõem as necessárias medidas de minimização a adotar. As áreas suscetíveis de sofrer impactes negativos por via das vibrações transmitidas ao solo pela atividade ferroviária, são também identificadas, de forma a poderem ser definidas as respetivas medidas de minimização.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.14, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente o objetivo de prevenção e controlo da poluição na medida em que identifica a adota, sempre que necessário e cumprindo o disposto na Diretiva 2002/48/CE, um conjunto de medidas de mitigação do ruído e vibrações, quer na fase de construção quer na fase de exploração da sua infraestrutura ferroviária.

Como resultado destas avaliações, a IP identifica e adota, sempre que necessário, um conjunto de medidas de mitigação do ruído e vibrações, quer na fase de construção quer na fase de exploração da sua infraestrutura ferroviária, que podem passar por ex. pela incorporação na via ferroviária de palmilhas de borracha e/ou pela instalação de barreiras de proteção acústica, quer junto à infraestrutura em si, quer junto das atividades construtivas mais ruidosas.

A este respeito, de referir ainda que na elaboração dos EIA de novos projetos ferroviários ou de grandes modernizações de troços ferroviários sujeitos a procedimento de AIA nacional, é exigida uma "Avaliação dos impactes no ruído ambiente e vibrações", onde se analisam os efeitos dos projetos a licenciar nestes fatores ambientais, quer na fase de construção quer na fase de exploração da infraestrutura, que terão que resultar numa classificação desses impactes como não significativos, e/ou incluir medidas de minimização especificas, que os tornem não significativos.

Da mesma forma, no caso dos projetos não sujeitos a procedimento de AIA (projetos mais pequenos ou de menor complexidade), os respetivos estudos ambientais também exigem essa avaliação e a adoção de medidas de minimização de impactes no ruído e vibrações, se existirem.

De referir também que nas empreitadas ferroviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento ambiental assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, a integração dos requisitos ambientais nos procedimentos de execução das mesmas, o cumprimento dos pareceres dos organismos competentes e a adequada execução das medidas de minimização previstas, nomeadamente, associadas ao ruído e vibrações.

3.1.7 NPS - PROTEÇÃO E RESTAURO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS

As atividades desenvolvidas pela IP, no âmbito das suas atribuições relativamente à RFN, são passíveis de afetar a biodiversidade dos ecossistemas quer na fase de construção quer na fase de exploração dos projetos.

No entanto, esta afetação não é significativa, comprovada pelos resultados das avaliações/estudos ambientais levados a cabo antes da realização das várias empreitadas ferroviárias, cujos projetos podem ser ou não abrangidos por procedimentos de AIA.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.14, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente o objetivo de proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A não afetação significativa dos ecossistemas e da biodiversidade pelas atividades e projetos da IP é também atestada pela obtenção do licenciamento ambiental Autorização para o Corte ou Abate de Árvores (ex. sobreiro e/ou azinheira) e pelas Declarações de Não Afetação Significativa dos Sítios da Rede Natura 2000, emitidas pelas autoridades competentes pela gestão e fiscalização dos Sítios

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que atestam que os projetos não comprometem os respetivos objetivos de conservação.

De facto, para a gestão do tema da biodiversidade e ecossistemas, a IP realiza diversos estudos para avaliar quer os impactes da sua rede ferroviária sobre a fauna, os habitats e as formações vegetais mais relevantes, identificando as áreas afetadas e determinando o respetivo impacte envolvido, quer os impactes diretos e indiretos sobre as espécies animais e vegetais, com especial relevância para as de conservação prioritária.

A este respeito, de referir que na elaboração dos EIA de novos projetos ferroviários ou de grandes modernizações de troços ferroviários sujeitos a procedimento de AIA nacional, é exigida uma "Avaliação dos impactes na fauna, flora e habitats naturais", onde para além de se realizar a inventariação das espécies de fauna e flora presentes na área afetada pelo projeto e, sempre que tal se justificar, nas zonas imediatamente adjacentes e, o respetivo estatuto de conservação dessas espécies, por ex. de acordo com as Diretivas europeias das Aves (Diretiva 2009/147/CE) e dos Habitats (Diretiva 92/43/CEE), se analisam os efeitos nestes descritores, da construção e exploração da infraestrutura a licenciar, que terão que resultar numa classificação desses impactes como não significativos, e/ou incluir medidas de minimização especificas, ou de compensação, que os tornem não significativos. De facto, estes projetos não obtêm o respetivo licenciamento sem que a questão da salvaguarda da biodiversidade dos ecossistemas esteja assegurada. De referir também que os procedimentos de AIA dos projetos ferroviários, são sempre acompanhados por entidades competentes nestas especialidades, como por exemplo o ICNF.

Em resultado destas avaliações, a IP identifica e adota, sempre que necessário, um conjunto de medidas de mitigação ou de compensação da potencial afetação da fauna, flora e ecossistemas, quer na fase de construção quer na fase de exploração das suas infraestruturas ferroviárias e realiza programas de monitorização de mortalidade de fauna, a gestão e controlo de plantas invasoras e a compensação por abate de arvores protegidas.

No caso das empreitadas ferroviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento ambiental assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, a integração dos requisitos ambientais nos procedimentos de execução das mesmas, o cumprimento dos pareceres dos organismos competentes e a adequada execução das medidas de minimização ou de compensação previstas, nomeadamente, associadas à minimização dos potenciais impactes que a infraestrutura ferroviária possa ter na biodiversidade dos ecossistemas.

Acresce que, para assegurar a viabilidade ambiental das empreitadas previstas, também fazem parte dos requisitos gerais dos CE para os estaleiros e estruturas de apoio à obra, exigências associadas à minimização da afetação da fauna, flora e habitats, estando exigidos sistemas e/ou equipamentos de controlo ambiental que sejam necessários adotar para cumprir as obrigações legais, nomeadamente em termos da não afetação de condicionantes ambientais existentes.

3.2 ATIVIDADE 6.15 – INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO E DE TRANSPORTE PÚBLICO

Apresenta-se seguidamente a avaliação realizada sobre o cumprimento dos CTA da atividade 6.15 e do seu alinhamento com a Adaptação às Alterações Climáticas (AAC), para a contribuição substancial do objetivo ambiental da AAC e para NPS de nenhum dos restantes 5 objetivos ambientais.

3.2.1 CONTRIBUIÇÃO SUBSTANCIAL PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (AAC)

As alterações climáticas e os eventos meteorológicos extremos exigem que as infraestruturas genericamente, e as infraestruturas de transportes especificamente, sejam mais robustas e resilientes, de forma a poder ser minimizada a disrupção dos serviços, no caso da ocorrência desses eventos extremos.

Tendo como objetivo avaliar toda a sua rede rodoviária em exploração (16 943 km) e a rede rodoviária futura já em projeto (149 km), a IP desenvolveu o seu Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC).

O PRIAC concretiza uma avaliação dos riscos climáticos (atuais e futuros) das infraestruturas geridas pela IP (1ª fase concluída em 2023) e pretendeu identificar e planear medidas e ações que garantam a resiliência às alterações climáticas e a eventos climáticos extremos das suas redes (2ª fase em operacionalização em 2024), numa perspetiva de gestão adaptativa das infraestruturas, e ao longo do tempo, antecipando e minimizando potenciais riscos climáticos, e concorrendo, por esta via, para a segurança, fiabilidade, sustentabilidade e plena capacidade de gestão e exploração das infraestruturas geridas pela IP.

Com o desenvolvimento do PRIAC pretendeu-se ainda reforçar o envolvimento da IP na temática da adaptação às alterações climáticas, através da consideração desta temática nos vários instrumentos de gestão, quer ao nível estratégico, quer ao nível operacional.

Na 1ª fase do PRIAC foram assim analisados e identificados os perigos climáticos e as previsões dos fatores climáticos em Portugal, aferindo-se as vulnerabilidades futuras (probabilidade), quantificando-se a severidade (impactes) e avaliando-se o risco a que as suas infraestruturas estão expostas, atualmente e nos horizontes 2050 e 2100. Foram também neste caso considerados os cenários climáticos futuros RCP4.5 e RCP8.5 de acordo com o IPCC.

Após a avaliação da probabilidade e da severidade de cada perigo climático, o nível de importância de cada risco potencial para a rede rodoviária foi estimado. Assim, e para cada perigo climático analisado (precipitação intensa, inundações fluviais, instabilidade de vertentes, calor excessivos e incêndios rurais, vento intenso e inundações marítimas e galgamentos costeiros), os troços da RRN foram classificados em Risco Extremo, Elevado, Médio, Baixo e Negligenciável.

Como referido, na 2ª fase do PRIAC pretende-se identificar e propor medidas de adaptação para tornar as infraestruturas da IP mais resilientes, de forma a promover o planeamento dos respetivos investimentos de curto, médio e longo prazo, designadamente, para os casos das estradas em que estas medidas não estivessem já implementadas ou planeadas. A implementação das medidas de

adaptação às AC previstas nesta 2ª fase do PRIAC pretende assegurar não só a resiliência de toda a RRN aos eventos climáticos extremos, mas também aumentar o ciclo de vida da infraestrutura rodoviária e dos seus ativos.

De referir também que no âmbito dos EIA de projetos rodoviários ou das grandes reabilitações de troços rodoviários já existentes, e que são sujeitos a procedimento de AIA nacional, existe desde 2017, a exigência de avaliação do objetivo "Alterações climáticas". Neste fator é analisada e avaliada a perspetiva da resiliência dos projetos às AC e identificam-se e/ou adotam-se, desde logo na fase de projeto ou, para a fase de exploração, as necessárias medidas de adaptação (medidas físicas e não físicas), para minimizar as consequências dos fenómenos climáticos extremos aos quais as infraestruturas são mais vulneráveis, e sem as quais, os projetos não obtêm o respetivo licenciamento ambiental pelas entidades competentes.

A IP no desenvolvimento da atividade 6.15 cumpre os CTA identificados no Apêndice A do Regulamento delegado (EU) 2021/2139, através da avaliação da vulnerabilidade e do risco climático da RRN, da implementação de soluções de adaptação para melhorar a resiliência da infraestrutura rodoviária aos riscos climáticos mais importantes, e, no caso de grandes reparações ou novos projetos, através da integração de soluções de adaptação em fase de projeto e construção.

A natureza das medidas de adaptação físicas e não físicas implementadas ou planeadas para a RRN é muito variada, e depende da avaliação do risco da infraestrutura rodoviária realizada, em termos dos perigos climáticos mais importantes, destacando-se neste caso, precipitação intensa, inundações, instabilidade de vertentes, calor excessivo, incêndios rurais e, inundações marítimas e galgamentos costeiros.

Por outro lado, os projetos rodoviários integrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) são obrigatoriamente concebidos e dimensionados para assegurar uma maior resiliência das infraestruturas às AC, de forma a garantir condições de operação, mesmo durante a ocorrência de eventos climáticos extremos, designadamente e por ex., em termos geotécnicos e de drenagem.

Estas medidas de adaptação física são desde logo, incorporadas nos próprios projetos, designadamente, nos respetivos Projetos de Terraplenagens, Projetos de Obras Acessórias, Projetos de Geologia e Geotecnia e nos Projetos de Drenagem, entre outros.

A informação especifica de resiliência às AC destes projetos rodoviários consta do documento Declaração de Compromisso, que acompanha cada candidatura, no seu item 4. Cumprimento dos requisitos especificados nos objetivos ambientais do “DNSH” e que é avaliado e aprovado pelas entidades competentes do PRR, na Componente 7 – Infraestruturas.

De referir ainda que a IP dispõe também de outros instrumentos de gestão operacional e manutenção das suas infraestruturas rodoviárias, de aplicação a toda a sua rede rodoviária em exploração, que asseguram a implementação de medidas de adaptação, designadamente nas áreas mais vulneráveis da RRN aos perigos climáticos mais significativos, destacando-se a título de ex. os contratos de manutenção/conservação corrente, por distrito, da responsabilidade dos seus Centros Operacionais (CO).

Nesta conservação corrente estão incluídas todas as atividades rotineiras de conservação, tanto de carácter curativo como preventivo, de forma a maximizar a resiliência da RRN, designadamente a

perigos climáticos significativos e a prolongar a vida útil dos ativos, disponibilizando aos utentes das vias as melhores condições possíveis ao nível da fluidez de tráfego, conforto e segurança rodoviária.

Apenas a título de exemplo, e entre outras medidas físicas e não físicas, refira-se i) a conservação de pavimentos, ii) a limpeza, conservação, reconstrução e construção de órgãos de drenagem, diminuindo a possibilidade de ocorrerem inundações, com possível erosão e instabilidade dos elementos confinantes, iii) a manutenção e estabilização de taludes, assegurando-se a remoção de materiais provenientes de escorregamentos e a estabilização por via de máscaras ou esporões drenantes, enrocamentos e rede de proteção contra a queda de pedras, iv) a conservação de obras de arte e túneis e das suas várias componentes, v) a regularização e limpeza de bermas e valetas, que incluem a ceifa e o corte de vegetação e o controlo de espécies invasoras e v) as obras de contenção, que passam pela execução de muros de suporte, muros de vedação, muros de revestimento ou espera, paredes, guarda-corpos ou muros de ala de aquedutos, pontes e pontões.

Outro instrumento de gestão operacional da RRN existente, diz respeito ao programa de Execução de Trabalhos de Gestão de Vegetação (ETGV), que complementam as atividades de conservação da rede e garantem a segurança da exploração rodoviária e o cumprimento das obrigações legais associadas às faixas de gestão de combustível, destacando-se o corte seletivo de vegetação, os abates e podas de árvores e as ceifas, com contributos fundamentais por ex. para a resiliência ao perigo climático dos incêndios. Estas atividades estão articuladas e enquadradas no Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI).

Em qualquer das situações referenciadas anteriormente, as medidas de adaptação às AC implementadas ou previstas implementar na RRN, são coerentes com as estratégias e os planos de adaptação disponíveis de nível local, setorial, regional ou nacional, onde estas infraestruturas se inserem.

3.2.2 NPS - MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS (MAC)

A IP tem como incumbência definida pelo Estado a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e modernização da rede rodoviária nacional (RRN).

Atualmente, a IP tem em curso programas de investimento focados na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e serviços, sendo que os seus principais investimentos em termos de infraestruturas rodoviárias, assentam essencialmente em 2 programas de investimento nacionais: Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) já em curso.

De referir que todos os projetos rodoviários da IP financiados pelo PRR, têm de incluir uma Declaração de Compromisso, que é entregue com as candidaturas destes projetos rodoviários ao respetivo financiamento.

A informação especifica relativa a NPS a Mitigação das AC dos projetos rodoviários do PRR consta no documento dessa Declaração de Compromisso, que acompanha cada candidatura, no seu item 4. Cumprimento dos requisitos especificados nos objetivos ambientais do “DNSH” e que é avaliado e aprovado pelas entidades competentes do PRR, na sua Componente 7 – Infraestruturas.

O desenvolvimento da atividade 6.15 cumpre os CTA de não prejudicar significativamente o objetivo da mitigação das alterações climáticas, previstos no Regulamento (EU) 2012/2139, apenas para os projetos rodoviários planeados e executados no âmbito do PRR.

Nesse ponto, a avaliação de NPS o objetivo ambiental da mitigação das AC é justificada pelo facto destes projetos rodoviários contribuírem para garantir melhores condições de circulação, desviando tráfego de atravessamento de núcleos urbanos, induzindo um melhor nível de fluidez do tráfego rodoviário e consequentemente um menor nível de congestionamento, estimando-se também, na maioria dos casos, uma redução de tempo de percurso comparativamente à situação prévia às intervenções.

De referir ainda que todos os projetos rodoviários ou as grandes reabilitações de troços rodoviários já existentes, são sujeitos a procedimento de AIA nacional, sendo obrigatória desde 2017, a avaliação do descritor "Alterações climáticas", onde são avaliados os contributos de cada um destes projetos para a mitigação das AC, sem os quais os projetos não obtêm o licenciamento ambiental. A avaliação realizada considera as diferentes fases do ciclo de vida de cada projeto.

Apesar da implementação destes projetos rodoviários poderem ter impactes em termos da emissão de GEE, estas emissões são consideradas não significativas, face à situação de referência sem a sua implementação, uma vez que estes novos projetos rodoviários resultam numa maior fluidez da circulação rodoviária e correspondente efeito de descongestionamento do tráfego, com a correspondente redução quer da extensão dos percursos realizados quer dos tempos de percurso.

3.2.3 NPS - UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS

A IP tem como incumbência definida pelo Estado a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e modernização da rede rodoviária nacional (RRN).

Atualmente, a IP tem em curso programas de investimento focados na melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade dos utilizadores das suas infraestruturas e serviços, sendo que os seus principais investimentos em termos de infraestruturas rodoviárias, assentam essencialmente em 2 programas de investimento nacionais: PNI 2030 e PRR, já em curso.

De referir que todos os projetos rodoviários da IP financiados pelo PRR, têm de incluir uma Declaração de Compromisso, que é entregue com as candidaturas destes projetos rodoviários ao respetivo financiamento. A informação especifica dos projetos rodoviários relativa a NPS o objetivo da proteção dos recursos hídricos consta dessa Declaração de Compromisso, no seu item 4. Cumprimento dos requisitos especificados nos objetivos ambientais do “DNSH” e que é avaliado e aprovado pelas entidades competentes do PRR, na sua Componente 7 – Infraestruturas.

Nesse ponto, o NPS o objetivo da proteção dos recursos hídricos, é justificado em grande medida pelo facto destes projetos rodoviários elegíveis no PRR terem previstas medidas que asseguram a proteção/não afetação significativa dos RH. Em grande parte dos projetos do PRR são incluídos/implementados projetos de requalificação de diversas linhas de água e respetivas galerias ripícolas atravessadas pelas novas vias, de forma a recuperar os habitats afetados, se tal se revelar necessário.

> *O desenvolvimento da atividade 6.15 pela IP não contribui para a deterioração do bom estado ou o bom potencial ecológico das massas de água, incluindo as águas de superfície e subterrâneas, cumprindo-se os CTA identificados no Apêndice B do Regulamento Delegado (EU) 2021/2139.*

Também no âmbito dos EIA de novos projetos rodoviários ou de grandes reabilitações de troços rodoviários já existentes, sujeitos a procedimento de AIA nacional, é exigida uma "Avaliação dos impactes nos RH", onde se analisam as afetações dos RH, que terão de resultar numa classificação desses impactes como não significativos, e/ou incluir medidas de minimização especificas, que os tornem não significativos. Estes projetos não obtêm o respetivo licenciamento sem que a questão da salvaguarda dos RH superficiais ou subterrâneos esteja assegurada. Na realidade, os procedimentos de AIA dos projetos rodoviários, são sempre acompanhados por diversas entidades regionais e nacionais responsáveis pela gestão dos RH, que são o garante da não afetação de forma significativa das massas de água pelos projetos em avaliação.

Da mesma forma, no caso dos projetos rodoviários não sujeitos a procedimento de AIA (projetos mais pequenos ou de menor complexidade), os respetivos estudos ambientais também exigem essa avaliação e a adoção de medidas de minimização de impactes nos RH, se existirem, e o Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH), se aplicável.

No caso das empreitadas rodoviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, nomeadamente em termos da gestão dos RH, a integração dos requisitos ambientais nos procedimentos de execução, o cumprimento dos pareceres dos Organismos competentes e a adequada execução das medidas de minimização previstas e associadas aos RH. Acresce que também fazem parte dos requisitos dos cadernos de encargos (CE), exigências relativamente à questão da não afetação dos RH dos próprios estaleiros e estruturas de apoio à obra.

3.2.4 NPS - TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR

As atividades desenvolvidas pela IP no âmbito rodoviário, quer na fase de construção e manutenção quer na fase de exploração, são passíveis de produzir resíduos.

Com o objetivo principal de otimizar o consumo de recursos e de minimizar ao máximo a produção de resíduos em resultado das suas atividades rodoviárias, a IP tem apostado numa estratégia para incrementar os princípios de circularidade de materiais nas suas empreitadas, que abrange todo o ciclo de vida dos projetos, quer por via da adoção de métodos construtivos mais eficientes, quer pela inclusão de exigências nos seus CE, em termos dos materiais utilizados e dos resíduos produzidos nas atividades de construção e manutenção das suas infraestruturas.

Também nos CE das empreitadas rodoviárias, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP), a IP exige a apresentação e implementação de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), que dá especial relevo à exigência da hierarquia da gestão dos resíduos produzidos, a par da utilização de pelo menos 10 % de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em cada obra. Em 2024, o desempenho da IP atingiu uma valorização de 99,5% dos resíduos produzidos nas suas atividades rodoviárias.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.15, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente a transição para uma economia circular.

De referir ainda que a IP participa também em projetos de inovação no contexto da circularidade na construção rodoviária, que visam estudar e validar soluções de incorporação de resíduos provenientes das suas atividades e/ou de outras atividades para substituição da utilização de matéria-prima virgem.

3.2.5 NPS - PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO

As atividades desenvolvidas pela IP no âmbito rodoviário, quer na fase de construção e manutenção quer de exploração, são passíveis de emitir ruido e vibrações, que poderão potencialmente causar incomodidade às populações que se encontrem em maior proximidade às infraestruturas e que são considerados recetores sensíveis.

Esses recetores sensíveis são identificados em detalhe, por via quer do levantamento de condicionantes dos territórios atravessados, quer da elaboração de mapas de ruído (caracterização do estado atual, caraterização do estado após a implementação do projeto, sem e com medidas de minimização), e pela implementação de planos de monitorização de ruido que, em função dos resultados obtidos, propõem as necessárias medidas de minimização a adotar. As áreas suscetíveis de sofrer impactes negativos por via das vibrações transmitidas ao solo pela atividade rodoviária, são também identificadas, de forma a poderem ser definidas as respetivas medidas de minimização.

Como resultado destas avaliações, a IP identifica e adota, sempre que necessário, um conjunto de medidas de mitigação do ruído e vibrações, quer na fase de construção quer na fase de exploração da sua infraestrutura rodoviária, que podem passar por ex. pela adoção de pavimentos com caraterísticas de absorção acústica e pela instalação de barreiras de proteção acústica, quer junto à infraestrutura em si, quer junto das atividades construtivas mais ruidosas.

A este respeito, de referir ainda que na elaboração dos EIA de novos projetos rodoviários ou de grandes reparações de vias já existentes e sujeitos a procedimento de AIA nacional, é exigida uma "Avaliação dos impactes no ruído ambiente e vibrações", onde se analisam os efeitos nestes fatores ambientais, da construção e exploração da infraestrutura a licenciar, que terão que resultar numa classificação desses impactes como não significativos, e/ou incluir medidas de minimização especificas, que os tornem não significativos.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.15, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente o objetivo de prevenção e controlo da poluição na medida em que identifica a adota, sempre que necessário e cumprindo o disposto na Diretiva 2002/48/CE, um conjunto de medidas de mitigação do ruído e vibrações, quer na fase de construção quer na fase de exploração da sua infraestrutura rodoviária.

Da mesma forma, no caso dos projetos não sujeitos a procedimento de AIA (projetos mais pequenos ou de menor complexidade), os respetivos estudos ambientais também exigem essa avaliação e a adoção de medidas de minimização de impactes no ruído e vibrações, se existirem.

De referir também que nas empreitadas rodoviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento ambiental assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, a integração dos requisitos ambientais nos procedimentos de execução das mesmas, o cumprimento dos pareceres dos organismos competentes e a adequada execução das medidas de minimização previstas, nomeadamente, associadas ao ruído e vibrações.

3.2.6 NPS - PROTEÇÃO E RESTAURO DA BIODIVERSIDADE E DOS ECOSSISTEMAS

As atividades desenvolvidas pela IP, no âmbito das suas atribuições relativamente à RRN, são passíveis de afetar a biodiversidade dos ecossistemas quer na fase de construção quer na fase de exploração dos projetos.

No entanto, esta afetação não é significativa, comprovada pelos resultados das avaliações/estudos ambientais levados a cabo antes da realização das várias empreitadas rodoviárias, cujos projetos podem ser ou não abrangidos por procedimentos de AIA.

A não afetação significativa dos ecossistemas e da biodiversidade pelas atividades e projetos da IP é também atestada pela obtenção do licenciamento ambiental Autorização para o Corte ou Abate de Árvores (ex. sobreiro e/ou azinheira) e pelas Declarações de Não Afetação Significativa dos Sítios da Rede Natura 2000, emitidas pelas autoridades competentes pela gestão e fiscalização dos Sítios - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), que atestam que os projetos não comprometem os respetivos objetivos de conservação.

De facto, para a gestão do tema da biodiversidade e ecossistemas, a IP realiza diversos estudos para avaliar quer os impactes da sua rede rodoviária sobre a fauna, os habitats e as formações vegetais mais relevantes, identificando as áreas afetadas e determinando o respetivo impacte envolvido, quer os impactes diretos e indiretos sobre as espécies animais e vegetais, com especial relevância para as de conservação prioritária.

Em resultado destas avaliações, a IP identifica e adota, sempre que necessário, um conjunto de medidas de mitigação ou de compensação da potencial afetação da fauna, flora e ecossistemas, quer na fase de construção quer na fase de exploração das suas infraestruturas rodoviárias e realiza programas de monitorização de mortalidade de fauna, a gestão e controlo de plantas invasoras e a compensação por abate de arvores protegidas.

A IP cumpre, no desenvolvimento da atividade 6.14, os CTA de uma atividade não prejudicar significativamente o objetivo de proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

De referir também que no caso das empreitadas rodoviárias são sempre realizadas 2 tipologias de acompanhamento ambiental: Sistema de Acompanhamento Ambiental para empreitadas mais simples e/ou de curta duração ou Sistema de Gestão Ambiental para empreitadas mais complexas e/ou de maior duração. Este acompanhamento ambiental assegura a verificação da adoção de boas práticas em obra, a integração dos requisitos ambientais nos procedimentos de execução das mesmas, o cumprimento dos pareceres dos organismos competentes e a adequada execução das medidas de minimização ou de compensação previstas, nomeadamente, associadas à minimização dos potenciais impactes que a infraestrutura rodoviária possa ter na biodiversidade dos ecossistemas.

3.3 ATIVIDADES CAPACITANTES E ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO

De acordo com a Taxonomia Europeia uma «**Atividade económica capacitante**» é uma atividade económica que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16º do Regulamento (UE) 2020/85, ou seja, é uma atividade "qualificada como contribuindo substancialmente para um ou mais dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 9º, ao potenciar de forma direta que outras atividades contribuam substancialmente para um ou mais desses objetivos, desde que esse tipo de atividade económica:

- Não conduza a uma dependência de ativos que comprometam as metas ambientais de longo prazo, tendo em conta a duração de vida útil desses ativos; e
- Tenha um impacto positivo substancial no ambiente, com base em considerações relativas ao ciclo de vida"."

Neste sentido a atividade, 6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário é uma atividade capacitante de acordo com o artigo 16º do Regulamento EU 2020/852.

Também de acordo com o artigo 19º do Regulamento (UE) 2020/852, uma «**Atividade económica de transição**» é uma atividade que cumpre os requisitos do nº2 do seu artigo 10º, ou seja, "uma atividade "para a qual não exista uma alternativa hipocarbónica viável tanto a nível tecnológico como económico, é qualificada como contribuindo substancialmente para a mitigação das alterações climáticas, se apoiar a transição para uma economia com impacto neutro no clima que seja compatível com os esforços no sentido de limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C em relação aos níveis pré-industriais, nomeadamente, através da eliminação progressiva das emissões de gases com efeito de estufa, em especial emissões a partir de combustíveis fósseis sólidos, e caso essa atividade:

- Apresente níveis de emissão de gases com efeito de estufa que correspondam ao melhor desempenho no setor ou na indústria;
- Não prejudique o desenvolvimento nem a implantação de alternativas hipocarbónicas; e

- Não conduza a uma dependência de ativos de elevada intensidade de carbono, tendo em conta a duração de vida útil desses ativos."

Neste sentido a atividade 6.15 Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público é uma atividade de transição de acordo com o nº2, artigo 10º do Regulamento EU 2020/852.

4. SALVAGUARDAS MÍNIMAS

O artigo 3º do Regulamento da Taxonomia da EU (Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho) refere que para se avaliar se uma atividade económica é qualificada como sustentável do ponto de vista ambiental, essa atividade económica tem não só que contribuir substancialmente para um ou mais dos 6 objetivos ambientais, não prejudicar significativamente nenhum desses objetivos e, demonstrar a conformidade com as **salvaguardas mínimas** previstas no seu artigo 18º.

A conformidade com as Salvaguardas Mínimas pretende assegurar o "alinhamento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (Diretrizes da OECD) e com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Princípios UNGC)".

Assim, assegurar as salvaguardas mínimas previstas, visa garantir que as atividades económicas consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental também cumprem as normas sociais e de governação, que podem ser identificadas em 4 áreas de atuação: direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa.

DIREITOS HUMANOS, DIREITOS LABORAIS E IGUALDADE

O Grupo IP está comprometido com a observância dos Direitos Humanos plasmados na Constituição e na demais legislação portuguesa, assumindo vários compromissos com os seus colaboradores e com a sociedade em matéria de gestão, de segurança, de ética e de responsabilidade social.

Assim, o Grupo IP tem consolidado uma prática que reflete os padrões exigidos em matéria de direitos humanos, tais como os princípios relevantes do Pacto Global das Nações Unidas, fomentando procedimentos que salvaguardem a não violação destes direitos internacionalmente consignados.

A igualdade de género e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional mantém um lugar de destaque nas preocupações do Grupo IP, paralelamente ao desenvolvimento dos restantes compromissos nesta área, nomeadamente, nas atividades e responsabilidades assumidas com a ligação à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e a participação ativa no IGEN (Fórum de Organizações para a Igualdade). Ainda a este respeito a empresa elabora periodicamente um relatório onde se procede ao diagnóstico das remunerações dos seus trabalhadores, de modo a identificar e mitigar situações de desigualdade salarial associadas ao género.

A IP é também signatária da Carta Portuguesa para a Diversidade, da Carta de Princípios do BCSD, membro associado do GRACE, do SGI Portugal e da Rede Portuguesa de Responsabilidade Social das Organizações (RSO), estando em preparação o processo de adesão ao *Global Compact* da UN.

A empresa atribui também especial relevância ao tema do combate ao assédio no local de trabalho, o qual, mereceu tratamento autonomizado e tendo sido desenvolvido um normativo interno *Política para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho*, e nesse contexto, desenvolveu mecanismos de participação destas situações, tais como a *Política de Comunicação de Irregularidades* que tem por objeto regular a comunicação de irregularidades, por qualquer interessado, seja colaborador ou outra parte interessada da empresa.

Para o reporte de irregularidades, o Grupo IP tem disponível um mecanismo de receção e tratamento de comunicações de irregularidades – Canal de denúncia. As denúncias em matérias de assédio são também comunicadas através do canal de denúncias, na circunstância de o denunciante não considerar apropriado informar, em primeiro lugar, a chefia direta.

O Grupo IP possui ainda um *Código de Ética*, que reflete os valores com os quais a organização está comprometida - prossecução do interesse público, legalidade, transparência e eficiência - e regula um conjunto de matérias especialmente críticas, como sejam, a título de exemplo (i) o conflito de interesses, (ii) a não discriminação, (iii) o relacionamento entre colaboradores, (iv) a responsabilidade social e proteção ambiental, (v) a transparência e prevenção da corrupção.

As Normas de Conduta integradas no Código e pelas quais os colaboradores devem pautar a sua conduta, passam por, entre outras, pela igualdade no tratamento, respeito mútuo e pelo repúdio por qualquer comportamento discriminatório, designadamente em razão da idade, do sexo ou da orientação sexual, nacionalidade, etnia, património genético, estado civil, situação familiar, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença, convicção religiosa, política ou ideológica, filiação sindical, bem como por outros que possam configurar qualquer forma de assédio ou abuso de poder e de não respeito pelos Direitos Humanos.

O Código de Ética aplica-se a todos os colaboradores da IP independentemente do vínculo contratual e da posição hierárquica que ocupam, neles se incluindo, designadamente, os quadros dirigentes, os membros dos órgãos sociais e os colaboradores em regime de mobilidade nas empresas do Grupo IP. De referir ainda que sem prejuízo do cumprimento das normas de conduta relativamente às quais o universo da sua cadeia de valor se encontra adstrito (ex. mandatários, prestadores de serviços e fornecedores da empresa), sempre que os elementos da cadeia de valor atuem em sua representação devem respeitar os princípios éticos vertidos no Código de Ética da IP.

PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

O Grupo IP está empenhado no combate a todas as formas de corrupção, designadamente nas suas atividades e nas associadas direta ou indiretamente à sua cadeia de valor.

O Código de Ética tem também como um dos principais objetivos, delinear regras de conduta dos colaboradores, e indiretamente, da sua cadeia de valor, no desempenho das respetivas atividades profissionais. É assim um reflexo do compromisso da organização com os princípios da prossecução do interesse público, da legalidade, da transparência, da eficiência e da integridade, regulando matérias críticas para a organização.

Em matéria de transparência, e prevenção de corrupção, a o Grupo IP dispõe dum *Programa de Cumprimento Normativo*, que inclui o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, onde os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas estão incluídos, existindo um sistema de controlo interno robusto e eficaz na prevenção e tratamento desses riscos que é realizado anualmente. Paralelamente existe um Plano de Formação para a Integridade, que visa o envolvimento de todos os colaboradores da IP na implementação dos instrumentos de que a organização dispõe no âmbito da prevenção e combate à corrupção.

De referir que a Política de Comunicação de Irregularidades da IP abrange também o reporte das infrações associadas à corrupção, podendo os denunciantes usar o Canal de denúncia disponível.

As Normas de Conduta da IP incluem a obrigação para os colaboradores, de reporte de quaisquer tentativas por parte de terceiros de fraude, suborno ou corrupção.

TRIBUTAÇÃO E CONCORRÊNCIA JUSTA

O Código de Ética do Grupo IP reflete o vínculo da empresa com os princípios da sustentabilidade, defesa da legalidade e *compliance*, da transparência e do rigor, e da adoção de procedimentos concorrenciais que privilegiem sempre a igualdade de tratamento e a imparcialidade.

Neste sentido o Grupo IP, dispõe de um *Procedimento de Comunicação de Transações – Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo*, ao qual os seus colaboradores devem recorrer e reportar, sempre que suspeitem ou tenham razões suficientes para suspeitar que certos fundos ou outros bens, provêm de atividades criminosas ou estejam relacionados com branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

Apesar dos temas da Tributação e da Concorrência Justa serem matérias transversais à atividade da empresa, a gestão está suportada fundamentalmente em 4 unidades orgânicas principais: Direção Financeira (DFI), Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance* (DAJ), Direção de Compras e Logística (DCL), integradas na área de suporte corporativo da empresa e a Direção de Auditoria Interna (DAI) integrada na área de transformação e suporte à governação.

5. INDICADORES CHAVE DE DESEMPENHO

ÂMBITO DA DIVULGAÇÃO

Como já referido o âmbito de aplicação da Taxonomia Europeia para a Infraestruturas de Portugal corresponde ao seu perímetro de consolidação, ou seja, ao âmbito refletido nas Contas Consolidadas do Grupo IP, a 31 de dezembro de 2024.

Assim, o cálculo dos indicadores financeiros de alinhamento das suas atividades *core* - 6.14 e 6.15 - suporta-se nas políticas contabilísticas e demonstrações financeiras e notas que são descritas e apresentadas no Relatório e Contas do Grupo IP de 2024.

ABORDAGEM À DUPLA CONTABILIZAÇÃO

Da avaliação de alinhamento realizada, concluiu-se sobre a contribuição substancial da atividade *core* da IP 6.14 - Infraestruturas de transporte ferroviário, para dois objetivos ambientais: Mitigação das Alterações Climáticas (MAC) e Adaptação às Alterações Climáticas (AAC).

De forma a evitar-se a dupla contabilização dos valores considerados no cálculo dos indicadores financeiros de alinhamento com a Taxonomia Europeia, apenas se apresentam os resultados para o alinhamento da atividade 6.14 com o objetivo da Mitigação das Alterações Climáticas.

De facto, não seria possível diferenciar com rigor os valores dos indicadores financeiros usados para o cálculo do alinhamento desta atividade, e fazer-se a distinção das receitas e das despesas afetas ao objetivo da Mitigação das Alterações Climáticas (MAC), dos respetivos montantes afetos ao objetivo da Adaptação às Alterações Climáticas (AAC).

INDICADORES DE ALINHAMENTO DO GRUPO IP

Após a aferição dos critérios de contribuição substancial da **atividade 6.14 Infraestruturas de transporte ferroviário** para cada um dos 2 objetivos ambientais da Taxonomia, foram analisados os critérios de não prejudicar significativamente (NPS) nenhum dos restantes objetivos e verificado o cumprimento das salvaguardas mínimas, concluindo-se sobre o **total alinhamento da atividade 6.14 com a Taxonomia Europeia**.

Para o cálculo do alinhamento da atividade 6.14 foi considerado:

- **Volume de negócio** da atividade ferroviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo MAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia (numerador), em proporção do valor total do volume de negócios do Grupo IP no período considerado (denominador);
- **CAPEX** da atividade ferroviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo MAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia (numerador), em proporção do valor do CAPEX total do Grupo IP no período considerado (denominador);

- **OPEX** da atividade ferroviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo MAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia, em proporção valor do OPEX total do Grupo IP no período considerado (denominador).

Após a aferição dos critérios de contribuição substancial da atividade **6.15 Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público** para o objetivo da Adaptação às Alterações Climáticas, foram analisados os critérios de não prejudicar significativamente (NPS) nenhum dos restantes objetivos e verificado o cumprimento das salvaguardas mínimas, concluindo-se que da atividade 6.15, apenas a **atividade relacionada os projetos rodoviários da IP integrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) se encontra alinhada com a Taxonomia Europeia.**

Para o cálculo do alinhamento da atividade 6.15 foi considerado:

- **Volume de negócio** da atividade rodoviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo AAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia (numerador), em proporção do valor total do volume de negócios do Grupo IP no período considerado (denominador);
- **CAPEX** da atividade rodoviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo AAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia (numerador), em proporção do valor do CAPEX total do Grupo IP no período considerado (denominador);
- **OPEX** da atividade rodoviária da IP elegível para a taxonomia europeia que cumpre com os critérios técnicos de avaliação do contributo significativo para o objetivo MAC e de não prejudicar significativamente os outros 5 objetivos da Taxonomia, em proporção valor do OPEX total do Grupo IP no período considerado (denominador).

Não sendo possível afetar diretamente a proporção do Volume de Negócios e do OPEX do Grupo IP aos projetos rodoviários que integram o PRR, apresenta-se apenas o indicador de desempenho CAPEX relativo ao alinhamento da atividade 6.15 com a Taxonomia Europeia. Consequentemente para o cálculo da atividade do Grupo IP que, em 2024, se encontra “alinhada”, “elegível não alinhada” e “não elegível”, considera-se, no caso do Volume de Negócio e OPEX, a atividade 6.15 como elegível para a Taxonomia, mas não alinhada.

O quadro abaixo sintetiza a informação apresentada nas páginas seguintes, sobre a divulgação da proporção do volume de negócios, despesas de capital e despesas operacionais elegíveis, não elegíveis e alinhadas com a Taxonomia Europeia ao abrigo dos novos modelos de reporte da informação financeira ambiental apresentados na Comunicação da Comissão Europeia, C (2023) 3851 de 27 de junho de 2023, relativa ao artigo 8º da regulação da taxonomia, alterando por isso, o anexo II do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2021/2178.

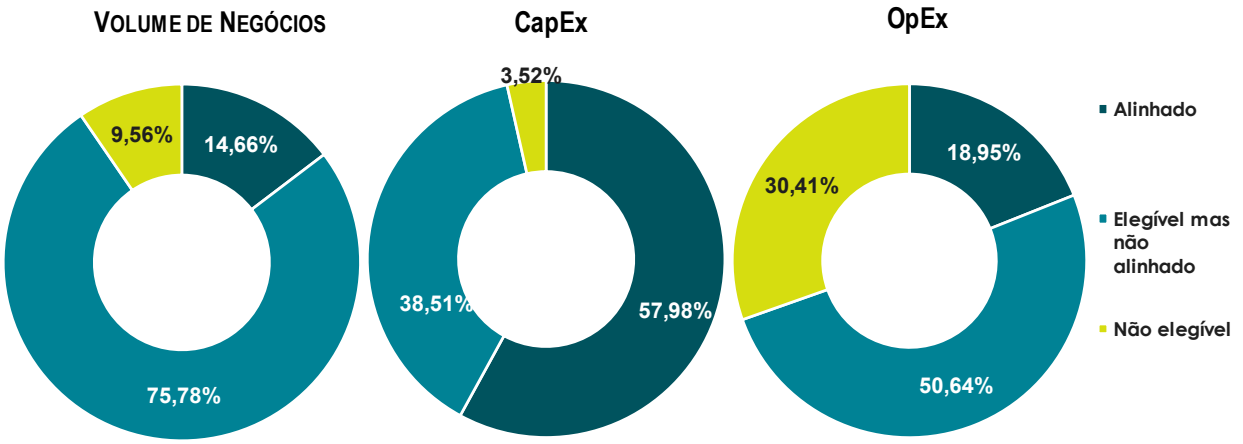
Considerando os cálculos apresentados para o Grupo IP para o ano de 2024, a proporção de alinhamento da **atividade 6.14** com a Taxonomia Europeia é de 14,66%, 57,98% e 18,95% respetivamente para o Volume de Negócios, CAPEX e OPEX. A proporção de alinhamento da **atividade 6.15** com a Taxonomia Europeia é de 7,49% para o CAPEX.

	Volume de Negócios		CAPEX		OPEX	
	2024		2024		2024	
	10^3 euros	%	10^3 euros	%	10^3 euros	%
A1. Atividades Elegíveis e Alinhadas (sustentáveis)	232 304	**14,66%**	717 397	**57,98%**	234 104	**18,95%**
6.14 Infraestruturas de Transporte Ferroviário (a)	232 304	14,66%	624 737	50,49%	234 104	18,95%
6.15 Infraestruturas de Transporte Rodoviário e Transporte Público (b)	nd	nd	92 660	7,49%	nd	nd
A2. Atividades Elegíveis e Não Alinhadas (não sustentáveis)	1 201 058	**75,78%**	476 508	**38,51%**	625 403	**50,64%**
B. Atividades Não Elegíveis	151 461	**9,56%**	43 501	**3,52%**	375 551	**30,41%**
Total (A+B)	1 584 824	**100%**	1 237 407	**100%**	1 235 058	**100%**

Atividade considerada como alinhada conforme argumentação no capítulo 3.1 supra.
Atividade considerada como não alinhada conforme argumentação no capítulo 3.2 supra.
nd – não disponível.

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

Em seguida apresenta-se um infograma relativo ao alinhamento das atividades elegíveis e alinhadas do Grupo IP, em termos dos indicadores financeiros VN, CAPEX e OPEX.



Seguidamente são apresentados os quadros do modelo de comunicação europeia C (2023) 3851 que altera o modelo do Regulamento 2021/2178.

VOLUME DE NEGÓCIOS - MODELOS DE COMUNICAÇÃO EUROPEIA C (2023) 3851 QUE ALTERA O MODELO DO REGULAMENTO 2021/2178

Exercício Financeiro 2024				Critérios de contributo substancial						Critérios NPS								
Atividades económicas	Código	Volume de Negócios	Proporção do Volume de Negócios, 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Categoria atividade capacitante	Categoria atividade transição
		10^3 euros	*%*							*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*C*	*T*
A. Atividades elegíveis para a Taxonomia																		
A1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14 AAC 6.14	232 304	14,66%	S	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	C	
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	nd	nd	N	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S		T
Volume de Negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)		232 304	14,66%															
Das quais, capacitantes		232 304	14,66%															
Das quais, de transição		nd	nd															
A2. Atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia																		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	1 201 058	75,78%															
Volume de Negócios das atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		1 201 058	75,78%															
Volume de Negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A=A1+A2)		1 143 363	90,44%															
B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia																		
Volume de Negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		151 461	9,56%															
Total (A+B)		1 584 824	100%															

S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N/EL — Não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

CAPEX - MODELOS DE COMUNICAÇÃO EUROPEIA C (2023) 3851 QUE ALTERA O MODELO DO REGULAMENTO 2021/2178

Exercício Financeiro 2024				Critérios de contributo substancial						Critérios NPS								
Atividades económicas	Código	CAPEX	Proporção do CapEx, 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Categoria atividade capacitante	Categoria atividade transição
		10^3 euros	*%*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*C*	*T*
A. Atividades elegíveis para a Taxonomia																		
A1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14 AAC 6.14	624 737	50,49%	S	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	C	
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	92 660	7,49%	N	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S		T
CAPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)		717 397	57,98%															
Das quais, capacitantes		624 737	50,49%															
Das quais, de transição		92 660	7,49%															
A2. Atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia																		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	476 508	38,51%															
CAPEX das atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		476 508	38,51%															
CAPEX das atividades elegíveis para taxonomia (A=A1+A2)		1 193 905	96,48%															
B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia																		
CAPEX das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		43 501	3,52%															
Total (A+B)		1 237 407	100%															

S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N/EL — Não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa
Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

OPEX - MODELOS DE COMUNICAÇÃO EUROPEIA C (2023) 3851 QUE ALTERA O MODELO DO REGULAMENTO 2021/2178

Exercício Financeiro 2024				Critérios de contributo substancial						Critérios NPS								
Atividades económicas	Código	OPEX	Proporção do OpEx, 2024	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas	Água	Poluição	Economia circular	Biodiversidade	Salvaguardas mínimas	Categoria atividade capacitante	Categoria atividade transição
		10^3 euros	*%*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*S/N*	*C*	*T*
A. Atividades elegíveis para a Taxonomia																		
A1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																		
Infraestruturas de transporte ferroviário	MAC 6.14 AAC 6.14	234 104	18,95%	S	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	C	
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	nd	nd	N	S	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S		T
OPEX das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A1)		234 104	18,95%															
Das quais, capacitantes		234 104	18,95%															
Das quais, de transição		nd	nd															
A2. Atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia																		
Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público	AAC 6.15	625 403	50,64%															
OPEX das atividades elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		625 403	50,64%															
OPEX das atividades elegíveis para taxonomia (A=A1+A2)		859 507	69,59%															
B. Atividades não elegíveis para a Taxonomia																		
OPEX das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		375 551	30,41%															
Total (A+B)		1 235 058	100%															

S — Sim, atividade elegível para taxonomia e alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N — Não, atividade elegível para taxonomia, mas não alinhada com a taxonomia no atinente ao objetivo ambiental em causa; N/EL — Não elegível, atividade não elegível para taxonomia para o objetivo ambiental em causa

Fonte: Demonstração de Resultados 2024 por missão ajustada

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS

Parte II

Infraestruturas de Portugal

Índice

Demonstrações Financeiras Separadas e Notas 527
Declaração de Cumprimento 528
Demonstrações Financeiras Separadas 529
Notas às Demonstrações Financeiras Separadas 535
1. Informação societária 535
1.1. Atividade da Empresa 535
2. Principais políticas contabilísticas 536
2.1. Bases de preparação 536
2.2. Sumário das políticas contabilísticas relevantes 537
2.2.1. Segmentos 537
2.2.2. Classificação Corrente / Não Corrente 539
2.2.3. Participações financeiras em empresas subsidiárias 539
2.2.4. Participações financeiras em empresas associadas 540
2.2.5. Operações conjuntas 541
2.2.6. Ativos intangíveis 542
2.2.7. Ativos fixos tangíveis 547
2.2.8. Imposto sobre o rendimento 549
2.2.9. Ativos e passivos financeiros 550
2.2.10. Inventários 552
2.2.11. Subsídios 553
2.2.12. Provisões e passivos contingentes 554
2.2.13. Rédito 555
2.2.14. Benefícios de emprego 559
2.2.15. Imparidades 560
2.2.16. Partes Relacionadas 560
2.2.17. Eventos subsequentes 561
2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras 562
2.3.1. Investimentos em subsidiárias 563
2.3.2. Ativos Intangíveis - Direito de concessão rodoviário 563
2.3.3. Padrão Estimado das Receitas (no âmbito do cálculo do método das unidades equivalentes) 563
2.3.4. Valor amortizável do direito de concessão rodoviário 566
2.3.5. Conservação periódica de estradas e obras de arte rodoviárias 566
2.3.6. Construção por via de subconcessões 566

2.3.7. Subconcessão *Atlantic CAM* – Ativo intangível 567
2.3.8. Concedente - Estado - Conta a receber 567
2.3.9. Ativos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento - Vidas úteis 570
2.3.10. Participações financeiras em associadas 571
2.3.11. Operações conjuntas 571
2.3.12. Provisões 572
2.3.13. Imparidades de ativos não monetários 572
2.3.14. Imparidades de ativos financeiros 573
2.3.15. Imposto sobre o rendimento 574
3. Informação por segmentos 577
4. Investimentos em subsidiárias 579
5. Investimentos em associadas 581
6. Ativos intangíveis 582
7. Ativos fixos tangíveis 584
8. Ativos e Passivos por impostos diferidos 586
9. Inventários 588
10. Estado e outros entes públicos (Ativos e Passivos) 589
11. Diferimentos 593
11.1. Diferimentos ativos 593
11.2. Diferimentos passivos 593
11.2.1. Subsídios ao Investimento – Direito de Concessão Rodoviário 594
12. Ativos financeiros e passivos financeiros 595
12.1. Categorias de acordo com a IFRS 9 595
12.2. Ativos financeiros 597
12.2.1. Concedente – Estado - conta a receber 597
12.2.2. Empréstimos concedidos 598
12.2.3. Clientes 599
12.2.4. Outras contas a receber 600
12.2.5. Caixa e equivalentes de caixa 602
12.3. Passivos financeiros 603
12.3.1. Financiamentos obtidos 603
12.3.2. Financiamentos do acionista / Suprimentos 605
12.3.3. Fornecedores 608
12.3.4. Outras contas a pagar 609
12.4. Políticas de gestão de risco financeiro 611
12.4.1. Risco de crédito 611

12.4.2. Risco de liquidez 615
12.4.3. Risco de taxa de juro 616
12.4.4. Risco de capital 617
12.5. Alterações no passivo decorrente da atividade de financiamento 618
13. Capital, reservas e resultados acumulados 619
14. Provisões 621
15. Vendas e Serviços prestados 623
16. Indemnizações compensatórias 625
17. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 626
18. Fornecimentos e serviços externos 627
19. Gastos com pessoal 629
20. Imparidades (perdas) / reversões 630
21. Outros rendimentos e ganhos 631
22. Outros gastos e perdas 632
23. Rendimentos/ (Gastos) em subsidiárias e associadas 633
24. Perdas e Ganhos financeiros 634
25. Imposto sobre o rendimento 635
26. Entidades relacionadas 637
26.1. Resumo das Partes relacionadas 637
26.2. Saldos e transações significativas com entidades públicas 638
26.3. Saldos e transações com empresas subsidiárias 640
26.4. Saldos e transações com operador ferroviário 644
26.5. Operações conjuntas 646
26.6. Remunerações dos membros de órgãos sociais 647
27. Normas contabilísticas e Interpretações recentemente emitidas 650
28. Garantias e Avales 652
29. Contingências 653
30. Compromissos 654
31. Informações exigidas por diplomas legais 657
32. Outros factos relevantes 660
33. Eventos subsequentes 664

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E NOTAS

(Valores em milhares de euros - m€)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 29.º - G, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 29.º -G, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração Executivo, as Demonstrações Financeiras Separadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos fluxos de caixa, da situação financeira e dos resultados da Infraestruturas de Portugal, S.A., e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2024 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas Demonstrações Financeiras Separadas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte."

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado digitalmente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023

ATIVO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Não corrente			
Investimentos em subsidiárias	4.	19 750	18 551
Investimentos em associadas	5.	1 757	1 950
Investimentos financeiros		153	156
Ativos intangíveis	6.	22 213 604	21 777 796
Ativos fixos tangíveis	7.	63 433	60 300
Propriedades de investimento		65	71
Empréstimos concedidos	12.2.2	0	0
Ativos por impostos diferidos	8.	263 784	296 101
		22 562 547	**22 154 925**
Corrente			
Inventários	9.	85 772	140 257
Concedente - Estado - conta a receber	12.2.1	5 513 437	4 907 716
Clientes	12.2.3	29 884	32 408
Ativo por imposto corrente	10.	0	28 280
Estado e outros entes públicos	10.	2 443 536	2 254 948
Outras contas a receber	12.2.4	544 558	262 579
Diferimentos	11.1.	7 456	4 446
Caixa e equivalentes de caixa	12.2.5	391 345	260 976
Ativos não correntes detidos para venda		3	3
		9 015 992	**7 891 614**
Total do ativo		**31 578 539**	**30 046 539**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023 (Continuação)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	13.	14 403 880	12 586 670
Reservas		296 011	296 011
Resultados acumulados	13.	- 18 774	0
Resultado líquido do período		123 909	- 18 774
Total do capital próprio		**14 805 026**	**12 863 907**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	14.	1 070 439	1 024 790
Financiamentos obtidos	12.3.1	997 329	1 065 011
Outras contas a pagar	12.3.4	1 234 328	937 771
Diferimentos	11.2.	10 158 201	10 105 899
		13 460 298	**13 133 472**
Corrente			
Fornecedores	12.3.3	33 727	63 202
Adiantamentos de clientes		503	543
Estado e outros entes públicos	10.	7 934	7 702
Passivos para imposto corrente	10.	829	0
Financiamentos obtidos	12.3.1	77 042	586 664
Financiamento acionista/ Suprimentos	12.3.2	2 332 667	2 332 667
Outras contas a pagar	12.3.4	851 537	1 044 419
Diferimentos	11.2.	8 976	13 964
		3 313 215	**4 049 160**
Total do passivo		**16 773 513**	**17 182 632**
Total do capital próprio e do passivo		**31 578 539**	**30 046 539**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	15.	1 318 582	1 163 194
Indemnizações Compensatórias	16.	117 932	65 405
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17.	- 428 321	- 323 027
Fornecimentos e serviços externos	18.	- 377 275	- 382 208
Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária		- 141 684	- 144 731
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária		- 86 241	- 85 340
Outros FSE		- 149 350	- 152 137
Gastos com o pessoal	19.	- 147 319	- 141 012
Imparidades (perdas) / reversões	20.	473	110
Provisões (aumentos) / reduções	14.	- 40 601	- 56 887
Outros rendimentos e ganhos	21.	110 031	117 691
Outros gastos e perdas	22.	- 11 004	- 7 960
Rendimentos/ (Gastos) em subsidiárias e associadas	23.	2 683	5 382
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**545 181**	**440 687**
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização		- 213 839	- 234 787
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**331 343**	**205 900**
Juros e rendimentos similares obtidos	24.	55 659	63 351
Juros e gastos similares suportados	24.	- 225 832	- 245 300
Resultados antes de impostos		**161 169**	**23 952**
Imposto sobre o rendimento do período	25.	- 37 260	-42.726
Resultado líquido do exercício		**123 909**	**- 18 774**
Resultado integral		**123 909**	**- 18 774**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
31 de dezembro de 2022		**11 152 155**	**278 985**	**- 30 758**	**47 784**	**11 448 166**
Aplicação de resultados 2022		-	17 026	30 758	- 47 784	0
Aumentos de capital	13	1 434 515	-	-	-	1 434 515
Resultado integral do exercício		-	-	-	- 18 774	- 18 774
31 de dezembro de 2023		**12 586 670**	**296 011**	**0**	**- 18 774**	**12 863 907**
Aplicação de resultados 2023		-	-	- 18 774	18 774	0
Aumentos de capital	13	1 817 210	-	-	-	1 817 210
Resultado integral do exercício		-	-	-	123 909	123 909
31 de dezembro de 2024		**14 403 880**	**296 011**	**- 18 774**	**123 909**	**14 805 026**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO SEPARADA DOS FLUXOS DE CAIXA

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	2024	2023
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		1 196 634	1 129 038
Pagamentos a fornecedores		- 1 336 422	- 1 343 307
Pagamentos ao pessoal		- 146 225	- 136 441
Fluxo gerado pelas operações		**- 286 013**	**- 350 710**
(Pagamento) / Recebimento de IRC		24 422	- 24 025
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		- 50 924	105 256
Fluxo das atividades operacionais (1)		**- 312 514**	**- 269 479**
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		406 346	220 529
Ativos fixos tangíveis		851	240
Dividendos		1 676	3 547
Juros e proveitos similares		0	1
		408 873	**224 317**
Pagamentos respeitantes a:			
Subsídios ao investimento		- 11 815	0
Investimentos financeiros		0	- 2 000
Ativos fixos tangíveis		- 255 987	- 204 465
Ativos intangíveis		- 864 124	- 914 264
		- 1 131 926	**- 1 120 728**
Fluxo das atividades de investimento (2)		**- 723 053**	**- 896 411**
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Dotação de capital	13.	1 817 210	1 434 515
Juros e rendimentos similares obtidos		35	0
		1 817 245	**1 434 515**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		- 572 830	- 159 020
Locações financeiras	12.5	- 2 679	- 2 195
Juros e gastos similares		- 75 669	- 81 467
		- 651 178	**- 242 682**
Fluxo das atividades de financiamento (3)		**1 166 067**	**1 191 833**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		130 499	25 943
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.2.5	**391 166**	**260 668**
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.2.5	**260 668**	**234 724**
Variação de caixa e seus equivalentes		130 499	25 943

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Separadas. Valores expressos em milhares de euros.

Almada, 4 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado Digitalmente
Diretora Financeira	Maria do Carmo Almiro do Vale Duarte Ferreira Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado Digitalmente
Contabilista Certificado	Diogo Mendonça Lopes Monteiro Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado Digitalmente

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

1. INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

A Infraestruturas de Portugal, S.A., é a empresa pública que resulta da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP) através da qual, a REFER incorpora a EP, e é transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S.A. (adiante designada IP ou Empresa). A fusão foi consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A consequência imediata da fusão determina que as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias passam a ser geridas por uma única empresa, de acordo com uma estratégia conjunta, integrada e complementar.

1.1. ATIVIDADE DA EMPRESA

De acordo com o Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, a IP tem como atividade principal "… a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se nesta última o comando e o controlo da circulação."

Para a prossecução da sua atividade, a IP assume a posição de gestor de infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional (RRN) e do contrato programa da Rede Ferroviária Nacional (RFN), ambos celebrados com o Estado Português.

No exercício de 2022, os estatutos da IP foram alterados pelo Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, que ampliou o objeto social da Empresa, atribuindo-lhe competências para promover a conceção, projeto, construção, exploração e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a IP recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas subsidiárias.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas refletem a posição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da IP, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, constituindo as Demonstrações Financeiras Separadas da Empresa.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo, em reunião realizada em 4 de abril de 2025, que deliberou submetê-las à aprovação do acionista. O Conselho de Administração Executivo considera que as mesmas refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da IP, bem como a sua posição financeira, resultados e fluxos de caixa.

As Demonstrações Financeiras da IP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram preparadas privilegiando a mensuração pelo custo histórico.

Todos os valores estão expressos em milhares de euros (m€) e arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário. Os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas Demonstrações Financeiras podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos. É utilizada adicionalmente a sigla M€ para milhões de euros, quando necessário.

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS requer que a Empresa formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade ou, para as quais, os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 2.3.

2.2. SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

2.2.1. SEGMENTOS

A IP identificou o Conselho de Administração Executivo como responsável pela tomada de decisões operacionais bem como, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a monitorizar a performance das atividades da Empresa e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração Executivo.

Desse modo foram identificados os seguintes segmentos de negócio:

- Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração;

Inclui o conjunto de investimentos associados a novas infraestruturas e/ou expansão da rede ferroviária, a modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação e substituição, que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de caráter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do ativo não alterando as condições de exploração.

A contratação de financiamento necessário para a cobertura dos investimentos efetuados, conforme descrito na nota 2.3.8, é obtido sob a forma de empréstimos contraídos junto de instituições financeiras e do mercado de capitais (com as limitações impostas pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), por prestações do acionista e pela obtenção de subsídios.

- Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária

Corresponde à prestação de serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação, incluindo outras atividades complementares à gestão da infraestrutura.

Esta atividade é financiada através de receitas próprias a que se adicionam as indemnizações compensatórias resultantes do contrato programa celebrado com o Estado.

- Alta Prestação

Respeita à da atividade referente à Alta Prestação Rodoviária e inclui todas as vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente Concessões do Estado e Subconcessões, bem como as restantes vias de alta prestação atualmente geridas diretamente pela IP.

O financiamento desta atividade decorre fundamentalmente de receita própria (portagens e excedente gerado pela atividade de gestão de infraestrutura rodoviária), de empréstimos contraídos junto de instituições financeiras e do mercado de capitais (com as limitações impostas pelo Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro) e prestações do acionista, quer sob a forma de suprimentos quer capital.

- Atividade de Gestão de Infraestrutura Rodoviária

Inclui a gestão da Rede Rodoviária Nacional não incluída no segmento anterior, e engloba quer as atividades de construção e requalificação de vias e obras de arte, quer as atividades de gestão, conservação e melhoria de segurança da rede.

Em termos de financiamento, esta atividade é financiada por receitas próprias que geram um excedente que permite o financiamento parcial da atividade de Alta Prestação.

- Atlantic CAM

Compreende a conceção, construção, exploração e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira

O financiamento desta atividade é efetuado por meio de subsídios ao investimento e receitas de impostos.

2.2.2. CLASSIFICAÇÃO CORRENTE / NÃO CORRENTE

A IP classifica os ativos e passivos em correntes e não correntes, separadamente, e por ordem de liquidez na Demonstração da Posição Financeira, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os ativos que não apresentam maturidade definida são considerados correntes.

2.2.3. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Para efeitos de controlo, considera-se que a IP controla uma subsidiária se e apenas tiver cumulativamente:

- poder sobre a subsidiária;
- exposição ou direito a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores.

A IP detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital das suas subsidiárias não tendo nenhum acordo com nenhuma entidade externa pelo qual abdique dos seus direitos. Desse modo, não se mostra necessário quaisquer outras considerações sobre a efetividade do controlo existente sobre as subsidiárias do Grupo.

A IP regista estes investimentos, ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os dividendos provenientes destas entidades são reconhecidos na rubrica de “Rendimentos/(Gastos) em subsidiárias” quando o direito aos mesmos estiver estabelecido.

2.2.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Uma associada é uma entidade sobre a qual a IP tem influência significativa.

As considerações feitas na determinação da eventual existência de influência significativa são divulgadas na nota 2.3.10.

As participações financeiras em associadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Desse modo, o investimento numa associada é reconhecido pelo custo aquando do seu reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída de modo a reconhecer a evolução da quota-parte da Empresa nos resultados da entidade associada na rubrica de rendimentos/(gastos) em subsidiárias e associadas, após a data de aquisição.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se existem indícios da eventual existência de perdas por imparidade nas participações em associadas. Existindo, a Empresa calcula o valor da imparidade como a diferença entre o valor recuperável da associada e o seu valor contabilístico, e então reconhece a perda na demonstração dos resultados na rubrica de rendimentos/(gastos) em subsidiárias e associadas.

O registo da participação pelo método da equivalência patrimonial é descontinuado a partir do momento em que a Empresa deixa de ter influência significativa sobre o investimento, passando o mesmo a ser valorizado pelo justo valor a partir desse momento.

2.2.5. OPERAÇÕES CONJUNTAS

As participações no Alta Velocidade Espanha-Portugal A.E.I.E (AVEP) e A.E.I.E. Corredor Atlântico são consideradas operações conjuntas.

Desse modo, a IP reconhece, relativamente ao seu interesse nestas operações conjuntas:

- os seus ativos, incluindo a sua parte de qualquer ativo detido conjuntamente;
- os seus passivos, incluindo a sua parte em quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- o seu rendimento proveniente da venda da sua parte da produção decorrente da operação conjunta;
- a sua parte dos rendimentos decorrentes da venda da produção por parte da operação conjunta; e,
- as suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Na nota 2.3.11 podem ser verificados os julgamentos e pressupostos assumidos para a consideração destes interesses como operações conjuntas.

2.2.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Na IP, os ativos intangíveis incluem os direitos de concessão Rodoviário, *Atlantic CAM* e outros intangíveis.

DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

Através da aplicação da IFRIC 12 considera-se que o ativo resultante do Direito de Concessão Rodoviário que foi atribuído pelo Contrato de Concessão Rodoviário celebrado com o Estado se classifica como um ativo intangível.

O Direito de Concessão Rodoviário foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da empresa incorporada (EP) em 2007.

O Direito de Concessão Rodoviário é incrementado pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária e da Alta Prestação que incluem, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

(i) Prestação de serviços de construção

É aumentado aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta da Empresa ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pela Empresa relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada à subconcessionária.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É aumentado pelos pagamentos acumulados relativos às Concessões, líquidos de recebimentos, efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual a Empresa tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em ativo intangível em curso quando despendidos.

O Contrato de Concessão apresenta as seguintes definições para os três componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

> **"Rede Concessionada** — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessionamento;"
>
> **"Rede Rodoviária Nacional** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;"
>
> **"Rede Rodoviária Nacional Futura** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;"

A IP amortiza o Direito de Concessão Rodoviário com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método de unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa da utilização da infraestrutura medida pelos proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pela Empresa, o que exclui as receitas relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão Rodoviário, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas da Empresa, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

A Empresa capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

A IP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura rodoviária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a 12 meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

(i) Prestação de serviços de construção

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de um ano pelo que os encargos financeiros associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pela IP ou mediante subconcessão.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros associados aos financiamentos obtidos para a concretização dos pagamentos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma média ponderada das taxas de juro dos financiamentos ativos durante o período, a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos do cálculo da base para a capitalização dos gastos de financiamento obtidos, os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

DIREITO DE CONCESSÃO "*ATLANTIC CAM*"

Através da aplicação da IFRIC 12 considera-se que o ativo resultante do Direito de Concessão *Atlantic CAM*, que foi atribuído pelo Contrato de Concessão celebrado entre a IP e o Estado, se classifica como um ativo intangível.

A Concessão do *Atlantic CAM* inclui:

i) Construção, Exploração e Manutenção, em regime exclusivo, das Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação (ITTI);

ii) Utilização de Espaços Técnicos e Salas Técnicas que integram as ITTI;

iii) Direitos associados aos bens afetos à Concessão e à sua exploração, incluindo as eventuais concessões de utilização de domínio público marítimo e hídrico, as licenças, autorizações e ainda os contratos que venham a ser celebrados com os Operadores de Redes de Comunicações Eletrónicas;

iv) Construção e Manutenção da Componente SMART;

v) Exploração do par de fibras óticas dedicado no cabo submarino de telecomunicações entre a unidade de derivação da Madeira e a estação de amarração do Cabo Ellalink em Sines.

O direito de concessão será incrementado decorrente dos:

- Contratos de empreitada para a conceção, construção, instalação e montagem das Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação e da Componente SMART que integram o *Atlantic CAM*;
- Contratos de prestação de serviços de fiscalização da referida empreitada;
- Contratos de aquisição de equipamentos de transmissão; e
- Contratos de arrendamento das estações de amarração.

A Empresa irá amortizar o direito de concessão durante o período de serviço da concessão (25 anos) não obstante o prazo da concessão estabelecido ser 28 anos (os primeiros 3 anos correspondem ao período de construção).

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os restantes ativos intangíveis respeitam, maioritariamente a direitos contratuais sobre programas de computadores e resultam de transações de aquisição separadas em que o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A IP valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, e amortiza-os numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada, em geral, correspondente a um período de 3 anos.

Não existem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

A IP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

2.2.7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis da IP são registados inicialmente ao custo, sendo subsequentemente valorizados em conformidade com o modelo de custo.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a IP e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

A IP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os terrenos não são depreciados.

As depreciações são calculadas numa base mensal, utilizando o método das quotas constantes, de modo que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas anuais:

	% MÉDIA
Edifícios e Outras Construções	2
Equipamento Básico	12,5-20
Equipamento de Transporte	25
Equipamentos Administrativo	12,5
Outros Ativos Fixos	12,5

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. Alterações nas depreciações do período são contabilizadas de forma prospetiva.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.

Locações

A IP avalia no início dos contratos a existência de um eventual direito de uso, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação, onde se inclui os gastos com a manutenção contratualizados, ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos na, ou antes da, data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, deduzidos de qualquer incentivo concedido.

Os ativos sob direito de uso são subsequentemente avaliados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade.

A depreciação do ativo sob direito de uso é calculada utilizando o método das quotas constantes durante o prazo de locação.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, deduzindo os juros apurados à taxa de juro implícita na locação.

As locações da IP dizem respeito a contratos de aluguer de viaturas.

A IP não reconhece como direito de uso ou responsabilidade de locação os contratos de locação de duração inferior a 12 meses, optando, conforme previsto na IFRS 16, por reconhecer um gasto de locação, numa base linear com rendas na rubrica de fornecimentos e serviços externos, até ao término dos contratos.

A IP optou por apresentar na Demonstração da Posição Financeira o direito de uso devidamente segregado na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (nota 7), e as responsabilidades por locações na rubrica de Outras Contas a Pagar (nota 12.3.4).

2.2.8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na Demonstração Separada dos Resultados, exceto se o mesmo for relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

O valor do imposto corrente é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são originados pela existência de diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o seu valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributárias. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que houver uma probabilidade razoável de que lucros tributáveis futuros sejam gerados ou se houver passivos por impostos diferidos contra os quais possam ser compensados.

Para efeitos do cálculo do imposto diferido são usadas as taxas do imposto sobre o rendimento que se espera que estejam em vigor no momento de reversão das diferenças temporárias.

Periodicamente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos e passivos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da sua expectativa de recuperação futura, tendo em conta a legislação fiscal em vigor, levando-se em consideração eventuais incertezas de tratamento fiscal, conforme preconizado na IFRIC 23.

Em março de 2014, o Grupo IP aderiu ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

O Grupo IP, para efeitos fiscais, integra as empresas residentes em Portugal detidas pela IP (empresa-mãe do Grupo), em 75% ou mais, e que cumprem as condições elencadas no artigo 69.º do Código do IRC, as quais se apresentam de seguida:

- Infraestruturas de Portugal, S.A.
- IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.
- IP Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A.
- IP Engenharia, S.A.

As empresas incluídas no grupo fiscal IP apuram e registam o imposto sobre o rendimento individualmente. As responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à IP, a quem competirá o apuramento global e a autoliquidação do imposto.

O eventual benefício decorrente da aplicação do RETGS é recebido pela IP e diminuído ao imposto futuro em que as subsidiárias venham a incorrer.

2.2.9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira quando a Empresa se torna uma parte na respetiva relação contratual.

Os ativos financeiros são classificados inicialmente de acordo com o custo amortizado: caso em que o ativo financeiro seja detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro a fim de recolher fluxos de caixa contratuais que se consubstanciam em reembolsos de capital e juros sobre capital em dívida, onde se incluem:

- **Empréstimos concedidos -** Respeitam a prestações acessórias prestadas a entidades do Grupo.

- **Concedente – Estado – Conta receber –** Ativo financeiro decorrente da aplicação da IFRIC 12 (nota 2.3.8 – Concedente-Estado-conta a receber e nota 12.2.1).

- **Clientes e outras contas a receber** - Inclui contas correntes com diversas entidades, sendo estas registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzidas de perdas por imparidade, sendo que estas quando ocorrem têm impacto direto em resultados (notas 12.2.3. e 12.3.4).

Outros ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores em numerário, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, onde se incluem as disponibilidades depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Os descobertos contabilísticos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos e incluídos no saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Relativamente aos passivos financeiros as categorias existentes são:

i. Custo amortizado;
ii. Justo valor através de resultados.

No caso da Empresa, todos os seus passivos financeiros (financiamentos bancários, empréstimos obrigacionistas e de acionistas, fornecedores e outros) são considerados na categoria de "Custo amortizado".

Financiamentos obtidos

A Empresa reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IFRS 9. Estes passivos financeiros são registados:

(i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e
(ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A IP detém empréstimos obtidos, sob a forma de empréstimos bilaterais e empréstimos obrigacionistas e de acionistas para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração Ferroviária (ILD), a atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária, a atividade de Alta Prestação e a Atividade de Gestão da Rede Rodoviária.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar (inclui passivo por locações) são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado mediante o método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

2.2.10. INVENTÁRIOS

A IP possui nos seus armazéns materiais adquiridos com o fim específico e único de aplicação em Infraestruturas de Longa Duração.

Os inventários encontram-se registados ao custo, onde se incluem os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

As quantidades existentes no final do período são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

Desse modo, apenas se considera a existência de imparidades nestes ativos quando os mesmos se encontram danificados ou se se tornarem total ou parcialmente obsoletos para a sua utilização, reconhecendo-se nesse momento a perda na Demonstração Separada dos Resultados.

2.2.11. SUBSÍDIOS

Os subsídios recebidos do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparados são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas, com exceção dos subsídios recebidos por conta do investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) que são reconhecidos aquando do seu recebimento efetivo.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos para financiamento do investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente imputados a resultados numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos".

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira na rubrica" Concedente - Estado - Conta a Receber" porque sendo atribuídos no âmbito da atividade ferroviária concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do Concedente.

Os subsídios obtidos para financiar a participação em associadas são deduzidos à própria participação dando cumprimento a Resolução do Conselho de Ministros 99/2021, de 27 de julho, que determinou a aplicação do subsídio recebido na aquisição da participação em causa.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração Separada dos Resultados, na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de forma sistemática e no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.2.12. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas pela IP quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos futuros e o montante dessa obrigação possa ser estimado com razoabilidade. Quando alguma das condições anteriores não esteja presente, a Empresa procede à divulgação desses passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, sendo os mesmos divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

As provisões são revistas à data de cada período de relato e ajustadas de acordo com a melhor estimativa a essa data.

2.2.13. RÉDITO

O rédito da IP é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes. A Empresa reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre determinado produto ou serviço para os clientes.

No contexto da atividade de gestão de infraestrutura ferroviária, as tarifas pela utilização de infraestrutura (pacote mínimo de acesso), utilização de estações e apeadeiros, estacionamento de material circulante, manobras e de outros serviços inscritos no Diretório da Rede, disponível no sítio da IP, são estabelecidas em cumprimento das disposições do Decreto-Lei nº217/2015, republicado pelo Decreto-Lei nº124-A/2018, e do Regulamento de Execução (UE) 2015/909 da Comissão Europeia.

O Diretório da Rede tem por objetivo apresentar aos candidatos, autoridades e a todas as entidades interessadas, os termos e as condições gerais para aquisição de capacidade e dos serviços inerentes à utilização da rede ferroviária nacional.

Para além de apresentar as características da rede, o Diretório da Rede enuncia as condições de acesso, descreve os serviços que a IP presta e divulga os princípios de tarifação e o tarifário, apresentando, quanto a este, a metodologia, as regras e, sendo o caso, as escalas utilizadas para a aplicação das tarifas.

O rédito associado ao Diretório da Rede decorre da cobrança de um conjunto de tarifas previstas referentes aos serviços que seguem:

- Pacote mínimo de acesso que inclui:

- O tratamento dos pedidos de capacidade de infraestrutura ferroviária;
- O direito de utilização da capacidade concedida;
- A utilização de infraestrutura ferroviária (agulhas e entroncamentos);
- O comando da composição, incluindo sinalização, a regulação, a expedição e comunicação e transmissão de informações sobre o movimento da composição;
- A utilização de meios de alimentação elétrica para a tração; e,
- Quaisquer outras informações necessárias à execução ou operação do serviço para o qual a capacidade foi concebida.

- Serviços adicionais

- Energia elétrica para a tração – a IP repercute nas empresas ferroviárias os custos de aquisição da energia elétrica para a tração;
- Transportes excecionais e de matérias perigosas – além do serviço é cobrada sempre tarifa de realização de estudo de viabilidade dos referidos transportes;
- Manobras – o rédito é reconhecido mediante a apresentação de requisições por parte das empresas ferroviárias que o solicitem através do *eServiços*;e,
- Estacionamento de Material Circulante – realizado fora das linhas de circulação, onde são realizados os itinerários respeitantes ao pacote mínimo de acesso.

- Serviços auxiliares

- Disponibilização de acesso a serviços de telecomunicações, não incluídos no pacote mínimo de acesso, nomeadamente: comunicações de voz relativas às atividades de manutenção e gestão da empresa ferroviária, serviço de envio de mensagens SMS, serviço de transmissão de dados GPRS/EDGE, outros serviços em estações concessionadas;
- Fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais das empresas ferroviárias;
- Instrução de processos de autorização de circulação na Rede Ferroviária Nacional, onde a IP atua como organismo designado para verificação de regras técnicas a pedido do IMT; e,
- Realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, onde a IP pode apoiar os candidatos na avaliação de diversas opções para um serviço de transporte, com o estudo teórico de canais de horários.

Os valores correspondentes à prestação dos serviços incluídos no pacote mínimo de acesso são faturados mensalmente com base nas tarifas publicadas no Diretório da Rede e nos comboios-quilómetro (CK) utilizados, de acordo com os dados registados pela gestão da circulação da IP.

Os valores correspondentes a serviços auxiliares e adicionais são faturados de acordo com as tarifas publicadas no diretório da rede ou conforme os contratos/protocolos estabelecidos.

A faturação dos serviços anteriores é coincidente com o período de reconhecimento do rédito dos mesmos, uma vez que se assume que nesse momento as diversas obrigações de desempenho são cumpridas.

Os réditos das atividades de gestão da infraestrutura rodoviária e alta prestação resultam do contrato de concessão rodoviário (doravante designado "Contrato") que o Estado celebrou com a ex-EP em 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 13/2008, de 29 fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

Este Contrato, cujo término ocorre às 24 horas do dia 31 de dezembro de 2082, tem como objeto a concessão pelo Estado Português à extinta EP do seguinte:

- Conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional;
- Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura;
- Financiamento, exploração, conservação, requalificação e alargamento das vias que compõem a Rede Rodoviária Nacional ou a Rede Rodoviária Nacional Futura, mas que integrem, igualmente, a Rede Concessionada ficando, no entanto, estas responsabilidades sujeitas ao termo inicial dos contratos de concessão atualmente em vigor entre o Estado e terceiros. O termo inicial marca também o fim da assunção pela Empresa de todos os pagamentos a efetuar pelo Estado e os recebimentos a arrecadar por este, no âmbito dos referidos contratos.

Pelo contrato de concessão, celebrado para vigorar desde 2008, durante 75 anos, são receitas próprias da IP, entre outras, as seguintes:

i. Consignação do Serviço Rodoviário (CSR)

A então Contribuição do Serviço Rodoviário, criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de agosto, constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. Em 2014, foi fixado o alargamento da Contribuição do Serviço Rodoviário ao GPL auto, até então isento.

Entretanto, por força da Lei n.º 24-E/2022, de 30 de dezembro, a Contribuição do Serviço Rodoviário foi extinta, tendo ocorrido, simultaneamente, um aumento da taxa do ISP correspondente ao montante da Contribuição do Serviço Rodoviário e criada a Consignação do Serviço Rodoviário. Deste modo, a partir de 2023, o financiamento da IP que era assegurado por aquela Contribuição passa a ser assegurado mediante esta consignação.

O reconhecimento deste rédito ocorre no momento de cada obrigação de desempenho, independentemente do seu encaixe financeiro, visto que existe um desfasamento temporal entre a data em que os combustíveis são introduzidos ao consumo e a realização dos encaixes financeiros, que são transferidos para a IP pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), após comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira da receita cobrada.

ii. Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para a prossecução do seu objeto social, a Empresa tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da rede de infraestrutura rodoviária nacional é registado de acordo com o método da percentagem de acabamento.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório dos componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão.

iii. O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou subconcessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado tratarem-se de portagens em vias onde o Direito de Concessão da IP já é pleno.

iv. O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento da IP na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português.

2.2.14. BENEFÍCIOS DE EMPREGO

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados, independentemente da data do seu pagamento.

A extinta EP concedeu pensões de invalidez, reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência a um universo restrito e fechado de colaboradores.

Estas responsabilidades com benefícios a empregados pós-emprego e de cessação de emprego são pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) aos colaboradores e debitados por esta à IP até os mesmos colaboradores estarem em condições para serem reformados pela lei geral.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação é determinado utilizando o método das rendas vitalícias imediatas, pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios que são perfeitamente identificáveis, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração Separada da Posição Financeira corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração da Posição Financeira.

2.2.15. IMPARIDADES

Os ativos da IP são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indicie que a sua quantia escriturada possa não ser recuperável.

O valor recuperável de um ativo corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao mais baixo nível para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidade geradora de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente.

A Empresa regista uma perda por imparidade nos resultados do exercício quando a quantia escriturada de um ativo ou unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável.

Nas notas 2.3.13. e 2.3.14 são divulgados os principais pressupostos associados à constituição / reversão de imparidades quer para os ativos não monetários, quer para os ativos financeiros.

2.2.16. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Conselho de Administração Executivo, consideram-se partes relacionadas relevantes, as entidades em relação às quais a IP seja controlada (Estado Português em sentido restrito), controle (empresas subsidiárias), regulada (AMT), em que exerça controlo conjunto (operações conjuntas), influência significativa (empresas associadas), bem como os membros que compõem os órgãos sociais da IP.

Adicionalmente é ainda considerado como parte relacionada relevante os operadores ferroviários detidos pelo Estado Português.

A IP divulga as partes relacionadas, os saldos e transações com entidades relacionadas na nota 26.

2.2.17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos materiais ocorridos entre a data da Demonstração Separada da Posição Financeira e a data em que as Demonstrações Financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo que proporcionem prova de condições existentes à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Eventos materiais ocorridos entre a data da Demonstração da Posição Financeira e a data de aprovação pelo Conselho de Administração Executivo das Demonstrações Financeiras indicativos de condições que surgiram após a data da Demonstração da Posição Financeira, são divulgados na nota 33.

2.3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras Separadas da IP, em conformidade com as IFRS, requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos, passivos, rendimentos, gastos, fluxos financeiros, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos, estimativas e pressupostos efetuados são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e noutros fatores, incluindo a expetativa de acontecimentos futuros considerados prováveis relativamente às circunstâncias em que os mesmos foram formulados.

Não obstante todo este processo ser efetuado com base na melhor informação disponível e dado o carácter de incerteza associado ao mesmo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas podendo resultar das mesmas um conjunto de alterações relevantes da posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros da Empresa, que serão consideradas nos resultados do exercício de modo prospetivo.

Estas incertezas são particularmente expressivas no que se refere à valorização do direito de concessão rodoviária, reconhecido no ativo intangível, com consequências igualmente ao nível do apuramento do resultado do período, na medida em que tal valorização afeta o valor da amortização a reconhecer em cada exercício, conforme descrito seguidamente no respetivo ponto relativo ao Direito da Concessão. Tais incertezas decorrem não só do comportamento efetivo dos pressupostos assumidos quanto à evolução futura do tráfego e das receitas que lhe estão associadas, designadamente de portagem e da CSR, e do montante dos investimentos futuros a efetuar na rede, como também, e com impacto direto mais imediato, da forma que vier a ser acordada com o Estado Concedente para ressarcir a IP das perdas de receita de portagem geradas, quer pelos descontos e eliminação das taxas de portagem que têm vindo a ser aprovados nos últimos anos, quer pelo adiamento da introdução de portagens noutros troços que se previa que viessem a ser portajados, sendo entendimento da gestão que tais decisões do Concedente conferem à IP o direito a reequilíbrio financeiro da concessão, de acordo com o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a IP em 23 de novembro de 2007.

Deste modo, na valorização do Direito da Concessão foi assumido que tal ressarcimento ocorreria já a partir do exercício de 2026, inclusive, não obstante a incerteza que tal assunção envolve.

Adicionalmente, na nota 12.4 são ainda divulgados um conjunto de riscos a que a entidade se encontra exposta.

De seguida apresentam-se os principais julgamentos, estimativas e pressupostos considerados:

2.3.1. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos em subsidiárias mostram-se registados pelo método do custo, tendo em conta o seu carácter estratégico no âmbito da organização das atividades ferroviárias e rodoviárias do Grupo.

2.3.2. ATIVOS INTANGÍVEIS - DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

A IP amortiza o seu direito de concessão rodoviário pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo essa amortização baseada na: i) utilização da infraestrutura, medida pela estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na ii) valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela IP.

Estes dois parâmetros são definidos tendo em consideração a tipologia dos ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pelas empresas do setor ao nível internacional.

2.3.3. PADRÃO ESTIMADO DAS RECEITAS (NO ÂMBITO DO CÁLCULO DO MÉTODO DAS UNIDADES EQUIVALENTES)

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão Rodoviário.

A IP elabora um modelo financeiro plurianual que é revisto anualmente, sendo os seus pressupostos mantidos ou ajustados com base no histórico recente e nas melhores perspetivas do Conselho de Administração Executivo da IP para o futuro, modelo este que serve de base ao apuramento do Padrão Estimado das Receitas que suporta o apuramento da amortização anual do ativo intangível relacionada com o direito da concessão rodoviário.

A estimativa das receitas anuais foi apurada de acordo com os principais pressupostos base:

- Na CSR, até 2025, assume-se a melhor estimativa da gestão para esses anos. A partir de 2025, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano);
- Receitas de portagens das concessões ex-SCUT e subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego mais recentes efetuados por consultores especializados, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Após a reversão destes contratos para a IP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;
- Contudo, no que se refere aos efeitos i) da eliminação das taxas de portagem em diversas concessões (ex-SCUT) introduzida pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto a partir de 1 de janeiro de 2025, e ii) da aplicação de descontos em outras autoestradas da rede própria da Empresa, introduzida pela Portaria n.º 418/2023, foi considerada a obtenção de compensação financeira a pagar pelo Concedente, por se entender que, atento o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a ex-EP em 23 de novembro de 2007, até ao final de 2025, será estabelecido, em articulação entre o Concedente e a IP, um mecanismo suscetível de assegurar a compensação pela perda de receita associada aos referidos descontos nas portagens. A IP considera ainda que esta compensação é a forma mais adequada de medir a utilização da infraestrutura nas vias para as quais foram eliminadas/reduzidas as portagens a partir de 1 de janeiro de 2025;
- Nas Concessões do Estado em regime de portagem real, considerou-se, a partir de 2025, que, relativamente aos troços em que a IP já detém o direito decorrente do regime de cobrança de portagens constante do seu Contrato de Concessão, seria aplicado este regime, com o reconhecimento das receitas daí decorrentes. Após a reversão das Concessões do Estado para a IP, esta será a titular da totalidade das respetivas receitas de portagem, considerando-se o seu crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base, quando aplicável, ou em estudos de tráfego efetuados por técnicos especializados da IP;
- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2024, no âmbito da revisão do modelo económico-financeiro para o período da Concessão.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas da IP ao longo da vida do Contrato de concessão e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas basearam-se nos seguintes cenários, elaborados a partir do cenário base acima referido:

a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% até 2039 e 0% a partir de 2040 e o crescimento real da CSR seria de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% e o crescimento real da CSR seria de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.
c) Considerou-se uma redução real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão de 1% até 2039 e 0% a partir de 2040 e uma redução real da CSR de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 0,5%, mantendo-se o crescimento de tarifas de acordo com o IPC.
d) Considerou-se que uma redução real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão de 1% e uma redução real da CSR de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 1%, mantendo-se o crescimento de tarifas de acordo com o IPC.

O impacto em resultados dos diferentes cenários, no ano de 2024, é apresentado no seguinte quadro:

M€

Análise sensibilidade Crescimento CSR e Portagens	Cenário Base	Cenário A)	Cenário B)	Cenário C)	Cenário D)
Amortizações do Exercício	-208	-189	-149	-228	-276
Amortizações de Subsídios	56	52	44	60	69
	-153	**-137**	**-105**	**-168**	**-206**
Diferença		**16**	**47**	**-16**	**-54**

2.3.4. VALOR AMORTIZÁVEL DO DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da Concessão.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões ex-SCUT têm efeito até 2032, e representam a melhor estimativa com base nos resultados obtidos com os contratos renegociados entre a Comissão de Negociação e as Concessionárias;
- Os encargos com a construção presente nos Contratos de Subconcessão em vigor, valorizada ao custo de cada caso base;
- Os encargos com a modernização e manutenção da rede própria da IP;
- Os restantes investimentos consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização e assistência;
- Os encargos com conservação periódica refletem a atualização do estudo efetuado em 2019 tendo por base a implementação do plano de negócios;
- O PRN 2000 é realizado até 2052.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos à Empresa com impacto no montante da amortização a registar no futuro.

2.3.5. CONSERVAÇÃO PERIÓDICA DE ESTRADAS E OBRAS DE ARTE RODOVIÁRIAS

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo do índice de qualidade médio das vias e obras de arte, é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programada a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da IP, a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

2.3.6. CONSTRUÇÃO POR VIA DE SUBCONCESSÕES

A construção por via de Contratos de Subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra, com base em informação da percentagem de acabamento da obra obtida junto das subconcessionárias e validada pela IP.

2.3.7. SUBCONCESSÃO *ATLANTIC CAM* – ATIVO INTANGÍVEL

Encontra-se prevista a celebração do contrato de subconcessão entre a IP (Subconcedente) e a IP Telecom (Subconcessionária) relativo ao "*Atlantic CAM*" em que aquela subconcessiona a esta as de atividades exploração, operação e manutenção do "*Atlantic CAM*", durante um prazo de 25 anos.

O início da subconcessão ocorrerá previsivelmente após 36 meses do início do contrato de concessão entre o Estado e a IP (tempo esperado de duração da construção do Anel CAM).

De acordo com o referido futuro contrato de subconcessão, as receitas de exploração (sujeitas ao risco de procura) recebidas são pertença do Subconcedente, sendo a subconcessionária remunerada pela exploração, operação e manutenção através de uma receita de disponibilidade a receber do Subconcedente.

2.3.8. CONCEDENTE - ESTADO - CONTA A RECEBER

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à IP (ex-REFER) a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretrizes do Estado, cujo financiamento é garantido através de capital, subsídios estatais e europeus e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a IP, o papel de "agente" nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12 - Acordos de Concessão.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a IP (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), assumindo a IP o papel de "Concessionário" nesta atividade.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, é entendimento da IP que a concessão ferroviária existente se encontra incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- A IP é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante o seu acionista ser o Estado, a mesma está constituída pelo regime previsto na legislação aplicável ao setor público empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro) dispondo de independência patrimonial e financeira face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo com o seu §4;
- O Decreto-Lei que constitui a IP, em substância, pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado, na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela IP, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes ou que venham a integrar o domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço; e,
- O Estado, através da propriedade, controla as infraestruturas, pois estas pertencem ao domínio público do Estado, cedendo à IP o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público através da cobrança de uma tarifa aos operadores de transporte de passageiros e de mercadorias.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as caraterísticas mencionadas anteriormente.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz o objeto social atribuído à atividade ferroviária é o modelo do Ativo Financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os encargos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a IP um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD. Este direito é conferido quer pelo artigo 11.º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes 2011-2015 (PET) e, já em 2014, pelo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (2014-2020) (PETI3+).

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal para a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração, apenas contrato programa para a atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária, a IP assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, de acordo com o modelo do ativo financeiro, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres – Lei n.º 10/90, de 17 de março - que dispõe no n.º 3 do artigo 11.º a compensação devida pelo Estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.

- No Plano Estratégico dos Transportes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro):

"O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do setor empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas Demonstrações Financeiras — através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado.", e;

"A dívida histórica das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (…)".

- PETI3+ - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (2014-2020).

O PETI3+ "…surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década. Estima-se que dos projetos prioritários do setor ferroviário, 61% possam ser financiados através dos fundos comunitários e 39% através de fundos públicos de contrapartida nacional. Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação."

Assim sendo, e do exposto anteriormente, resulta o reconhecimento de um ativo financeiro na Demonstração da Posição Financeira, denominado "Concedente – Estado – Conta a receber".

Este ativo decorre do investimento em ativos concessionados (ou em Infraestruturas de Longa Duração) acrescido dos juros debitados, deduzido da rentabilização de ativos, dos subsídios recebidos, dos recebimentos ocorridos e imparidades.

i) Investimento em ativos concessionados (ILD) - Integram as propriedades de domínio público ferroviário para as quais a IP apenas tem acesso a elas de modo a efetuar a prestação de serviços de "Gestão de Infraestrutura". Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, através da publicação do Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, englobam, igualmente, o património dos Gabinetes extintos (Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, Gabinete do Nó Ferroviário do Porto e Gabinete de Gestão das Obras de Instalação do Caminho-de-Ferro na Ponte sobre o Tejo) e património transferido daquela empresa, que configuram a natureza de bens do domínio público ferroviário;
ii) Juros debitados - Como não existe maturidade definida, consequência da inexistência de contrato de concessão formalizado, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente, a partir dessa data considera-se que são devidos ao concessionário (IP) os juros do valor em dívida. A forma de cálculo desses juros é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.
iii) Rentabilização de ativos - resulta da obrigação, expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios das Tutelas Setorial e Financeira, de autorização da desafetação de domínio público ferroviário e que os respetivos resultados de alienação sejam deduzidos aos valores a haver do Concedente;
iv) Subsídios recebidos – nota 2.2.11

O ativo financeiro é apresentado como um saldo corrente na Demonstração da Posição Financeira por não ter maturidade definida, em virtude da inexistência formal de contrato de concessão.

2.3.9. ATIVOS TANGÍVEIS, ATIVOS INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - VIDAS ÚTEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na Demonstração Separada dos Resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pelas empresas do setor.

2.3.10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas são incluídos nas Demonstrações Financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que a Empresa adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

A existência de influência significativa por parte da Empresa é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- Participação financeira detida entre 20% e 50%;
- Transações materiais entre a Empresa e a entidade associada;
- Participação em processos de definição de políticas;
- Intercâmbio de quadros para a gestão da influenciada; e
- Fornecimento de informação técnica essencial.

2.3.11. OPERAÇÕES CONJUNTAS

Os dois Agrupamentos Europeus de Interesses Económicos participados pela IP consubstanciam operações conjuntas de acordo com o preconizado na IFRS 11.

A determinação da tipologia de acordo fundamenta-se no julgamento efetuado das entidades envolvidas, tendo em consideração os direitos e obrigações decorrentes dos acordos, considerando-se:

- Estrutura e forma legal do acordo – Ambos os acordos em questão foram estruturados mediante um veículo separado, sendo que nestas circunstâncias estamos perante uma operação conjunta, uma vez que a forma jurídica do referido instrumento não confere separação entre as partes e o veículo separado. Os estatutos de ambos os Agrupamentos, mencionam a existência de responsabilidade ilimitada e solidária por parte dos intervenientes do Agrupamento, o que os faz responsáveis pelos créditos invocados por terceiros, bem como o facto de que em caso de perdas, a Assembleia tem o direito de solicitar aos intervenientes que contribuam proporcionalmente, de acordo com as percentagens de participação de cada membro, para a liquidação das dívidas do Agrupamento, o que indicia que são conferidas às partes obrigações pelos passivos originados pelo acordo;
- Os termos acordados pelas partes – Ambos os acordos estabelecem que os estudos constituirão propriedade indivisa dos membros do acordo.

2.3.12. PROVISÕES

A IP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos futuros necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões resultantes de processos judiciais em curso são avaliadas periodicamente pelos advogados internos e externos à IP responsáveis pelos processos em causa.

Relativamente à Provisão para Estradas Desclassificadas, a IP faz um levantamento exaustivo das estradas desclassificadas ainda sob sua responsabilidade e verifica, com base em análises técnicas sobre o custo de intervenção de preparação das mesmas para entrega aos municípios, se o valor de provisão registado é o adequado.

Em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 10 foi constituída uma provisão para este processo, que se estima ser o impacto de uma eventual decisão desfavorável que equivale à totalidade do IVA deduzido pela IP em atividades financiadas pela CSR.

2.3.13. IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO MONETÁRIOS

Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida - é verificado se existem indícios de perdas por imparidade nomeadamente mediante a descontinuação/inutilização de ativos.

Inventários detidos para uso na produção – os mesmos não serão reduzidos abaixo do custo uma vez que sendo incorporados na infraestrutura os mesmos serão debitados ao Concedente sempre ao preço a que foram adquiridos. A única exceção ao exposto anteriormente, respeita aos materiais que apresentem sinais de estarem tecnicamente obsoletos para utilização na atividade da Empresa, os quais ainda assim são ajustados tendo em conta o seu valor recuperável pela venda a título de resíduos.

Investimentos em subsidiárias - é verificada a existência de eventuais restrições à recuperação do investimento, sendo política da Empresa, no que às participações financeiras respeita, reconhecer imparidade sempre que o valor da mesma supera os ativos líquidos das investidas numa ótica de liquidação destas. Entende-se ser este o modelo mais adequado para estas entidades, que existem numa ótica de segmentação de atividades do Grupo (nota 23).

2.3.14. IMPARIDADES DE ATIVOS FINANCEIROS

Financiamentos concedidos - a eventual necessidade de reconhecer imparidades é verificada tendo em consideração a capacidade das subsidiárias em gerar *cash flow* futuros, mediante a análise das suas previsões orçamentais, assim como, os seus planos de negócio.

Concedente Estado – Conta a receber – No momento de constituição da REFER, o capital estatutário foi realizado em espécie com a entrega da infraestrutura ferroviária avaliada em 62.350 m€. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850 m€, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário. À data da constituição, os ativos de domínio público constavam como ativos fixos da REFER (imobilizado corpóreo no então normativo contabilístico – POC), pelo que, a contrapartida da entrada do capital foi o reconhecimento desses mesmos ativos. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pela Concessionária REFER, totalizando o valor de 305.200 m€ (entrada em espécie inicial, acrescido dos aumentos de capital ocorridos entre 1998 e 2001). Consequentemente, este valor já não será reembolsado pelo Estado/Concedente, tendo sido constituída imparidade sobre estes valores.

Devedores diversos - são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração Executivo sobre a probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Dívidas de clientes dos segmentos das atividades de Gestão de Infraestrutura Ferroviária e de Alta Prestação – genericamente, não têm sido objeto de imparidade devido às características específicas dos clientes (operadores ferroviários e clientes de portagens).

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

2.3.15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

i) Impostos correntes

O imposto corrente da IP tem vindo a ser apurado de acordo com o RETGS desde o exercício de 2014.

Desde essa data, a IP optou, para efeitos de determinação do lucro tributável, pela aplicação do regime de limitação da dedutibilidade de gastos de financiamento na ótica do grupo ou em vez da ótica individual. Em termos práticos, este limite corresponde ao valor legalmente fixado, calculado com base na soma algébrica dos resultados antes de qualquer tipo de depreciações, amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos apurados pelas sociedades que o compõem.

ii) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis no futuro disponíveis contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

Para o correto reconhecimento de impostos diferidos é necessária a existência de julgamentos significativos do Conselho de Administração Executivo, no que respeita nomeadamente a:

- Previsões de existência de lucros futuros

A IP e respetivo Grupo têm vindo a apresentar um histórico de lucros tributáveis. Em virtude da entrada em vigor da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE 2023), foi aprovada a introdução, no Estatuto dos Benefícios Fiscais, do artigo 43.º D – Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas, de agora em diante, ICE.

A consideração deste benefício no Grupo implicou que o resultado fiscal do Grupo, outrora bastante positivo tenha tendência a transformar-se em prejuízo fiscal.

Em conformidade com a legislação em causa, o referido benefício deve ser apurado por referência ao somatório dos valores apurados no próprio exercício e em cada um dos seis períodos de tributação anteriores com início em 2023.

Da análise dos instrumentos previsionais de gestão da IP e da referida legislação e, em consonância com a política de financiamento da Empresa assente em aumentos de capital, verifica-se que a probabilidade da IP apresentar lucros tributáveis nos próximos cinco exercícios é diminuta.

- Análise da legislação fiscal em vigor e de acordo com as especificidades aplicáveis à IP

Com a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE 2023) foi alterado o regime de deduções de perdas fiscais previstos no artigo 52.º do CIRC, deixando de existir um limite temporal para a recuperação dos prejuízos fiscais gerados a partir de 2023, o que tem evidente impacto nas bases das diferenças temporárias apuradas.

- Quantificação de montante de ativos fiscais recuperáveis em períodos futuros

A estimativa de imposto da IP inclui diferenças temporárias cuja legislação fiscal delimita no tempo a sua recuperação, nomeadamente as diferenças temporárias resultantes do regime previsto da limitação de dedução de gastos de financiamento previstos no artigo 67.º do CIRC.

Para quantificar os montantes passíveis de recuperação em períodos futuros são analisados os instrumentos previsionais da Empresa, assumindo-se os pressupostos mais atuais. Na nota 25 apresentam-se os ativos fiscais gerados, períodos de recuperação e estimativa de diferenças temporárias revertíveis em períodos futuros.

- Estimativa de taxa de reversão das diferenças temporárias

Para efeitos do cálculo do imposto diferido serão usadas as taxas do imposto sobre o rendimento que se espera que estejam em vigor no momento de reversão das diferenças temporárias.

Desse modo, foi necessário proceder a uma análise das bases das diferenças temporárias existentes e avaliar o modo de reversão dessas diferenças, face à natureza das operações que lhes estão subjacentes, o que implicou a segmentação das bases de imposto diferido de acordo com o período esperado de reversão, como se apresenta:

- Diferenças temporárias durante o período em vigor do ICE - Bases das diferenças temporárias de operações cuja reversão se espera que ocorra nos próximos cinco exercícios (período de duração expectável do ICE);
- Diferenças temporárias pós período em vigor do ICE - Bases das diferenças temporárias de operações cuja reversão se espera que ocorra a partir do período de finalização do ICE, (altura em que se espera que a IP volte a gerar lucros tributáveis); e

Na nota 8 encontram-se divulgadas as bases e pressupostos inerentes face às tipologias anteriores e, na nota 25, apresentam-se as taxas consideradas para as reversões esperadas.

- Diferenças temporárias cuja reversão não se espera que ocorra, logo não geradoras de impostos diferidos.

Existem diferenças temporárias, para as quais não são esperadas reversões em exercícios futuros, não originando, por isso, constituição de impostos diferidos ativos. Salientam-se as imparidades existentes sobre subsidiárias, outras contas a receber e inventários.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Política contabilística - nota 2.2.1.

A informação relativa aos resultados de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, ativos e passivos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 dos segmentos identificados é a que segue:

2024	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Gestão Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Vendas e serviços prestados	97 446	98 616	333 990	788 530	-	1 318 582
Imparidades	-	473	-	-	-	473
Provisões	-	956	-	- 41 557	-	- 40 601
Outros rendimentos	-	147 849	11 857	70 941	-	230 646
Outros gastos	- 96 492	- 241 790	- 352 476	- 273 161	-	- 963 919
EBITDA	**954**	**6 103**	**- 6 629**	**544 753**	**0**	**545 181**
Amortizações e depreciações	- 954	- 3 594	- 209 290		-	- 213 839
EBIT	**0**	**2 508**	**328 834**		**0**	**331 343**
Gastos Financeiros	- 55 612	- 366	- 169 854		-	225 832
Rendimentos Financeiros	55 612	-	47		-	55 659
EBT	**0**	**2 142**	**159 027**		**0**	**161 169**
Imposto sobre o rendimento do período	-	- 37 260				- 37 260
Resultado Líquido	**0**	**123 909**				**123 909**

2023	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Gestão Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Vendas e serviços prestados	30 630	86 739	339 228	706 597	-	1 163 194
Imparidades	-	110	-	-	-	110
Provisões	-	- 26 005	-	- 30 882	-	- 56 887
Outros rendimentos	-	94 820	9 320	84 338	-	188 477
Outros gastos	- 29 703	- 242 929	- 345 855	- 235 721	-	- 854 207
EBITDA	**927**	**- 87 265**	**2 693**	**524 332**	**0**	**440 687**
Amortizações e depreciações	- 927	- 3 190	- 230 670		-	- 234 787
EBIT	**0**	**- 90 455**	**296 355**		**0**	**205 900**
Gastos Financeiros	- 63 350	- 340	- 181 610		-	- 245 300
Rendimentos Financeiros	63 350	-	1		-	63 351
EBT	**0**	**- 90 795**	**114 746**		**0**	**23 952**
Imposto sobre o rendimento do período	-	- 42 726				- 42 726
Resultado Líquido	**0**	**- 18 774**				**- 18 774**

Relativamente aos quadros acima, destaque-se a evolução verificada na Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária decorrente do novo contrato programa o qual promove o equilíbrio operacional desta atividade (nota 16). De referir que o resultado desta atividade inclui imparidades (incluindo as

afetas a participações financeiras), efeitos do método da equivalência patrimonial, provisões, e resultados financeiros, que estão excluídos do apuramento das Indemnizações Compensatórias.

31-12-2024	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Ativos						
Direito de Concessão	-	-	22 172 499		-	22 172 499
Concedente	5 513 437	-	-	-	-	5 513 437
Outros ativos	41 216	394 992	14 253	3 402 166	39 974	3 892 602
Total do Ativo	**5 554 652**	**394 992**	**25 588 919**		**39 974**	**31 578 539**
Passivos						
Financiamento obtidos	887 497	-	2 519 541	-	-	3 407 038
Subsídios	-	-	9 883 738		40 143	9 923 881
Outros passivos	288 002	129 418	1 549 380	1 475 794	-	3 442 594
Total do Passivo	**1 175 498**	**129 418**	**15 428 453**		**40 143**	**16 773 513**

31-12-2023	Ativ. Inv. Inf. Ferroviária	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Ativos						
Direito de Concessão	-	-	21 773 390		-	21 773 390
Concedente	4 907 716	-	-	-	-	4 907 716
Outros ativos	102 105	270 335	27 671	2 953 172	12 150	3 365 433
Total do Ativo	**5 009 821**	**270 335**	**24 754 233**		**12 150**	**30 046 539**
Passivos						
Financiamento obtidos	1 451 611	-	2 532 731	-	-	3 984 342
Subsídios	-	-	9 850 914		12 150	9 863 064
Outros passivos	4 658	169 430	1 706 883	1 454 255	-	3 335 226
Total do Passivo	**1 456 269**	**169 430**	**15 544 783**		**12 150**	**17 182 632**

4. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

Política contabilística - nota 2.2.3.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.3.1 e 2.3.13

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 os movimentos ocorridos nesta rubrica, foram os seguintes:

	31-12-2024	31-12-2023
Saldo inicial		
Valores de aquisição	44 952	44 952
Imparidades acumuladas	- 26 401	- 29 050
Valor líquido	**18 551**	**15 902**
Movimentos do exercício		
Imparidades	1 199	2 649
Total	**1 199**	**2 649**
Saldo final		
Valores de aquisição	44 952	44 952
Imparidades acumuladas	- 25 202	- 26 401
Valor líquido	**19 750**	**18 551**

A variação registada na rubrica de imparidades justifica-se pela reversão do ajustamento da participação na IP Património, no montante de 1.199 m€ (2023: 2.649 m€), como consequência do resultado positivo que registou em 2024 (nota 23).

Os investimentos em empresas subsidiárias são traduzidos nas seguintes participações:

Empresas	31-12-2024		31-12-2023	
	% participação	Valor da participação	% participação	Valor da participação
IP Engenharia, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	98,43	2 589	98,43	2 589
IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. Av. de Ceuta - Estação de Alcântara-Terra - Lisboa	99,9968	16 161	99,9968	14 962
IP Telecom - Serviços e Telecomunicações, S.A. Rua José da Costa Pedreira nº11 - Lisboa	100,00	1 000	100,00	1 000
		19 750		**18 551**

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Política contabilística - nota 2.2.4.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.10

Em 23 de setembro de 2021, foi constituída a Associação de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "Associação Centro de Competências Ferroviário" (CCF), com sede no Parque Oficinal de Guifões, Rua do Ferroviário, Gatões, 4460-020 Guifões.

A IP detém, no final do exercício de 2024, uma participação de 35,34% no CCF, cujo objeto respeita a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas.

Em 2021, a IP foi mandatada, mediante a Resolução do Conselho de Ministros n. º 99/2021, de 27 de julho, para realizar a despesa necessária à participação financeira, para a qual recebeu um subsídio em 2021 da totalidade do montante a subscrever (2.000m€).

Em 2023, o CCF foi reclassificado como entidade pública reclassificada no regime geral, o que implicou uma reorganização estrutural interna que permita responder às exigências estratégicas da Associação, nomeadamente a realização de obras de reabilitação dos edifícios no Parque Oficinal de Guifões, obras essas que têm vindo a ser fortemente condicionadas pelo contexto económico dos últimos anos devido à forte inflação em particular na construção civil. Neste contexto foi solicitada e obtida autorização por parte do Governo, mediante a Resolução do Conselho de Ministros n.º124/2023, de 10 de outubro, para proceder a um reforço da participação por parte dos sócios fundadores no capital do CCF que, no caso da IP, ascendeu a 2.000m€.

A seguinte tabela apresenta um resumo da informação financeira do CCF(*):

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos não correntes	171	17
Ativos correntes	11 461	7 056
Passivos correntes	- 999	- 912
Total de Capital Próprio	**10 633**	**6 161**
Participação IP	**3 757**	**3 950**
Subsídios	**- 2 000**	**- 2 000**
Valor da participação financeira (35,34%)	**1 757**	**1 950**

(*) Os valores dos ativos e passivos incluídos acima, referentes ao exercício de 2024, não são finais uma vez que à data destas demonstrações financeiras o CCF não dispõe de demonstrações financeiras finais.

Nos ativos destaca-se o peso das disponibilidades (94%).

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Política contabilística - nota 2.2.6.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.3.2, 2.3.3, 2.3.4, 2.3.6, 2.3.7, 2.3.9 e 2.3.13

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no ativo bruto, nas amortizações acumuladas e nas perdas por imparidade foi o que segue:

	Direito de Concessão	*Atlantic CAM*	Outros	Total
Ativo Bruto				
31 de dezembro 2022	**24 965 640**	**-**	**31 520**	**24 997 160**
Aquisições	643 191	-	509	643 700
31 de dezembro de 2023	**25 608 831**	**-**	**32 029**	**25 640 860**
Aquisições	606 505	34 750	1 973	643 227
31 de dezembro de 2024	**26 215 336**	**34 750**	**34 002**	**26 284 088**
Amortizações e Imparidades				
31 de dezembro 2022	**- 3 606 611**	**-**	**- 27 589**	**- 3 634 200**
Amortizações do exercício	- 228 830	-	- 34	- 228 864
31 de dezembro de 2023	**- 3 835 441**	**-**	**- 27 623**	**- 3 863 064**
Amortizações do exercício	- 207 395	-	- 24	- 207 419
31 de dezembro de 2024	**- 4 042 837**	**-**	**- 27 647**	**- 4 070 483**
Valor líquido				
31 de dezembro de 2023	**21 773 390**	**-**	**4 406**	**21 777 796**
31 de dezembro de 2024	**22 172 499**	**34 750**	**6 355**	**22 213 604**

Destaque-se o direito resultante do Contrato de Concessão Rodoviário.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente da construção ser efetuada diretamente pela IP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Os investimentos registados no exercício decorrem essencialmente de:

- Pagamentos Líquidos de recebimento de portagens de concessões do Estado de 488.800 m€ (2023: 568.228 m€), onde se incluem encargos financeiros capitalizados de cerca de 10.064 m€ (2023: 10.359 m€), conforme nota 15;
- Investimento em obra própria de 117.640 m€ (2023: 74.957 m€), dos quais 94.372 m€ (2023: 61.435 m€) em investimento direto (nota17) e 23.268 m€ (2023: 13.522 m€), referentes a IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos (nota14).

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre a IP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Estes valores têm a mesma base do modelo financeiro plurianual da IP.

Com base nestes pressupostos, a amortização registada ascendeu a 207.395 m€ (2023: 228.830 m€). Conforme referido na análise de sensibilidade apresentada no ponto 2.3.2, num cenário pessimista em que ocorra uma redução geral de cerca de 1% ao ano da utilização da infraestrutura, conforme medida pelas receitas geradas, o valor da amortização anual registada seria acrescido em cerca de 54 M€.

Adicionalmente foi iniciada a construção do *Atlantic CAM,* cujo período de construção se espera que tenha a duração de 36 meses:

	Notas	Valor total previsto	Execução	% de execução
Investimento previsto		154 428	34 750	23%
Financiamento				
Fundos comunitários (*)	11.1.	54 822	40 143	73%

(*) O projeto *Atlantic CAM* corresponde a um investimento de 154,4 milhões de euros, com um cofinanciamento por fundos comunitários de 35,5 %, sendo o restante financiado através do Orçamento do Estado.

Os restantes ativos intangíveis respeitam maioritariamente a direitos contratuais sobre programas de computador (licenças).

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Política contabilística - nota 2.2.7.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.3.9 e 2.3.13
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no ativo bruto, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi o que segue:

	Terrenos e Rec. Naturais	Edif. Out. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Direito de Uso	Total
Ativo Bruto									
31 de dezembro de 2022	**5 935**	**76 530**	**41 961**	**12 230**	**20 370**	**6 244**	**11 633**	**8 187**	**183 090**
Aquisições	-	-	1 047	8	443	-	6 668	-	**8 167**
Transferências	-	11 157	982	1 084	1	83	- 13 307	-	**0**
Abates/Regularizações	-	-	- 39		- 54	-	-	-	**- 93**
31 de dezembro de 2023	**5 935**	**87 687**	**43 951**	**13 322**	**20 760**	**6 328**	**4 995**	**8 187**	**191 164**
Aquisições	425	-	991	128	1 135	-	4 036	2 849	**9 564**
Transferências	-	-	142	-	-	-	- 142	-	**0**
Abates/Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	- 31	**- 31**
31 de dezembro de 2024	**6 360**	**87 687**	**45 085**	**13 450**	**21 894**	**6 328**	**8 888**	**11 004**	**200 697**
Depreciações e Imparidades									
31 de dezembro de 2022	**0**	**- 45 549**	**- 36 717**	**- 11 780**	**-19344**	**- 6 103**	**0**	**- 5 546**	**- 125 039**
Depreciações do exercício	-	- 1 751	- 1 249	- 413	- 447	- 8	-	- 2 050	**- 5 917**
Depreciações - Abates/Regularizações	-	-	39	-	54	-	-	-	**93**
31 de dezembro de 2023	**0**	**- 47 299**	**- 37 927**	**- 12 193**	**- 19 737**	**- 6 111**	**-**	**- 7 596**	**- 130 864**
Depreciações do exercício	-	- 1 899	- 1 296	- 388	- 433	- 8	-	- 2 390	**- 6 414**
Depreciações - Abates/Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	13	**13**
31 de dezembro de 2024	**0**	**- 49 198**	**- 39 224**	**- 12 580**	**- 20 170**	**- 6 119**	**0**	**-9.973**	**- 137 264**
Valor líquido									
31 de dezembro de 2023	**5 935**	**40 388**	**6 024**	**1 130**	**1 022**	**216**	**4 995**	**591**	**60 300**
31 de dezembro de 2024	**6 360**	**38 489**	**5 861**	**870**	**1 724**	**208**	**8 888**	**1 032**	**63 433**

A IP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional (RRN). Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, a Empresa considera que estas parcelas sobrantes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para a Empresa.

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Política contabilística - nota 2.2.8.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.15

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da Posição Financeira pelo seu valor bruto.

É entendimento do Conselho de Administração Executivo que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

O impacto em resultados dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios apresentados foi como segue:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Impacto na demonstração do rendimento integral			
Ativos por impostos diferidos		- 32 317	- 44 643
	25	**- 32 317**	**- 44 643**

Os movimentos ocorridos nas rubricas ativas de impostos diferidos para os exercícios apresentados são como segue:

	Gastos de financiamento	Provisão p/ estradas desclassificadas	Prejuízos fiscais	Provisão do IVA	Conservação periódica	Pensões	Amortizações do direito de concessão	Outros ajustamentos	Total
31 de dezembro de 2022	**37 603**	**1 951**	**0**	**98 915**	**111 029**	**214**	**90 242**	**790**	**340 744**
Constituição / Reversão	8 162	-	2 604	6 554	- 240	52	- 7 273	- 790	9 069
Alteração de taxa do imposto	- 12 334	-	-	3 199	- 117	- 38	- 29 599	-	- 38 889
Revisão de estimativa	- 14 823	-	-	-	-	-	-	-	- 14 823
31 de dezembro de 2023	**18 608**	**1 951**	**2 604**	**108 668**	**110 672**	**229**	**53 369**	**0**	**296 101**
Constituição / Reversão	-	-		6 384	908	9	- 12 587	-	- 5 286
Alteração de taxa do imposto	-	- 62	-	- 665	- 3 141	- 7	- 1 942	-	- 5 819
Revisão de estimativa	- 18 608	-	- 2 604	-	-	-	-	-	- 21 212
31 de dezembro de 2024	**0**	**1 889**	**0**	**114 386**	**108 439**	**230**	**38 840**	**0**	**263 784**

Diferenças temporárias pós período em vigor do ICE – Taxa de reversão de diferenças temporárias 30,25%

Incluem-se as bases das diferenças temporárias cuja reversão se estima que ocorra em cenário de existência de lucros tributáveis na IP, como segue:

Provisões para Estradas Desclassificadas – de acordo com o histórico de execução, não se prevê a sua reversão num futuro próximo.

Provisão do processo do IVA – estando pendente a resolução de diversos processos judiciais, estima-se que a conclusão destes não ocorra nos próximos exercícios.

Conservação Periódica de Estradas – historicamente a base desta diferença temporária aumentou todos os anos, com exceção do exercício de 2023, em virtude de a execução efetiva ser inferior aos valores considerados como gasto contabilístico. Assume-se como pressuposto que esta tendência apenas se alterará de forma significativa após o aumento da disponibilidade financeira resultante da reversão dos contratos de concessão rodoviários para a IP.

Diferenças temporárias durante o período em vigor do ICE – Taxa de reversão de diferenças temporárias 20%

Incluem-se as bases das restantes diferenças temporárias onde se procedeu à alteração de taxa por se entender que o facto gerador da reversão dos impostos diferidos ocorrerá neste período (durante os próximos cinco exercícios), onde é expectável a não existência de lucros tributáveis. Esta situação implicará a reciclagem destas bases pela constituição de imposto diferido por prejuízos fiscais a gerar nestes períodos.

A reconciliação da taxa de imposto apresenta-se na nota 25.

9. INVENTÁRIOS

Política contabilística - nota 2.2.10.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.13

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	85 891	139 962
Adiantamentos por conta de compras	80	440
	85 971	**140 402**
Imparidades acumuladas	- 199	- 145
	85 772	**140 257**

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção e na construção das infraestruturas ferroviárias.

Com referência à data de reporte das contas foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade respeita a materiais que estão obsoletos e que não podem ser utilizados na atividade da IP, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado.

A relevante diminuição registada face ao período homólogo justifica-se pelo consumo de materiais imputados, essencialmente, ao investimento/ Estado – Concedente Conta a Receber (notas 15 e 17).

Os gastos com o consumo de materiais ferroviários ascenderam a 86.120 m€ (2023: 23.168 m€).

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVOS E PASSIVOS)

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
Saldos devedores		
IRC	0	28 280
Ativos para impostos correntes	**0**	**28 280**
IVA	2 443 536	2 254 948
Outros impostos e taxas	-	0
Estado e outros entes públicos	**2 443 536**	**2 254 948**
Saldos credores		
IRC	829	-
Passivos para impostos correntes	**829**	**0**
Contribuições para SS, CGA e ADSE	6 381	6 090
IRS - Retenções	1 525	1 597
Outros impostos e taxas	27	15
Estado e outros entes públicos	**7 934**	**7 702**

Para os períodos apresentados, o saldo de IRC tem a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
IRC		
Pagamentos por conta e adicionais por conta	250	26.680
Retenções	114	65
Estimativa de imposto	-63	-153
Benefício / (Perda) RETGS	-1.130	1.689
Ativos para impostos correntes	**0**	**28.280**
Passivos para impostos correntes	**-829**	**0**

As Contribuições para a SS, CGA e ADSE, incluem as responsabilidades com férias e subsídio de férias a liquidar em 2025 à Segurança Social, bem como os valores processados de dezembro de 2024 e já liquidados em 2025, à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE.

O saldo de IRS - Retenções corresponde ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2024, já regularizadas em janeiro de 2025.

O saldo a receber de IVA corresponde ao montante de 2.443.536 m€ a receber pela IP, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562 m€, reembolsos esses apresentados em 2009 e referentes ao período de janeiro de 2008 a outubro de 2009. Este saldo a recuperar resulta, fundamentalmente, do IVA deduzido na sua atividade rodoviária pela extinta EP e pela IP, pelo facto de a IP considerar que tem direito a esta dedução devido ao Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da IP – a Consignação de Serviço Rodoviário - a qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue, ainda que de forma indireta, pelas distribuidoras de combustível.

A IP tem onze processos judiciais a decorrer, dos quais o primeiro é relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009 e os restantes aos processos de inspeção dos anos entre 2011 a 2018.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124 m€ e 11.697 m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010, a extinta EP apresentou, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso em 6 de março de 2013, não tendo ocorrido nenhum desenvolvimento desde essa data.

No âmbito do segundo processo, que se encontra judicialmente em fase mais avançada, que veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros, nos montantes de 64.506 m€ e 763 m€, respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a extinta EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013, , não tendo ocorrido nenhum desenvolvimento desde essa data.

Neste segundo processo foi dado provimento ao recurso apresentado, tendo sido a IP notificada a 17 de outubro de 2017 do Acórdão que revoga a sentença recorrida e considera totalmente procedente a impugnação judicial da EP e anula na sua totalidade as liquidações adicionais emitidas pela AT. Sobre este Acórdão:

- Foram alegadas pela Fazenda Pública diversas nulidades, consideradas na sua totalidade improcedentes a 26 de janeiro de 2018;
- A 1 de março de 2018 foi interposto recurso pela AT à improcedência das nulidades, para o Supremo Tribunal Administrativo (STA), tendo o mesmo sido admitido. Trata-se de um recurso de revista, de natureza excecional, que prevê que a decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS) possa ser revista sempre que esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão seja necessária para uma melhor aplicação do direito. Este recurso foi indeferido pelo TCAS em 18 de outubro de 2018, e;
- Foi ainda admitido pelo STA uma interposição de recurso apresentado pela Fazenda Pública. Em 9 de dezembro de 2021, o STA decidiu, por não terem existido novas alegações finais após a audição de testemunhas no tribunal de 2ª instância, a anulação do Acórdão e a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada a fim de ser suprida essa nulidade com a prática do ato omitido. A IP apresentou novas alegações a 25 de fevereiro de 2022, estando o processo a aguardar decisão.

No decorrer do habitual processo de inspeção fiscal anual, a AT tem vindo a efetuar correções nas mesmas bases das descritas para os processos acima, tendo a IP seguido o processo de reclamação, mantendo a sua posição igualmente nos termos descritos acima, sendo o ponto de situação dos processos relativos a cada ano inspecionado o seguinte:

Ano	Fase Processo	Data fase	Liquidação adicional	Juros Compensatórios
01/2008 a 06/2009	Recurso pela EP da decisão de 1ª instância favorável à AT	06-03-2013	277.124	11.697
07/2009 a 10/2009	Aguarda-se nova decisão do TAF de Almada após baixa dos autos	25-02-2022	64.507	763
2011	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	04-12-2023	195.514	29.412
2012	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	03-04-2023	188.756	2.867
2013	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	13-05-2024	171.213	13.300
2014	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	17-05-2023	248.308	12.475
2015 (janeiro a maio) a)	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	07-05-2024	121.043	4.164
2015 (junho a dezembro) b)	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	07-05-2024	139.415	9.484
2016	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	13-05-2024	286.873	10.349
2017	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	13-09-2024	287.993	32.495
2018	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	12-09-2024	283.926	34.756
2019	Recurso Hierárquico	02-02-2024	270.358	15.176
2020	Recurso Hierárquico	01-11-2024	271.733	13.350
2021	Inicio Inspeção Tributária	03-07-2024	-	-

a) *Referente a período anterior à fusão (NIF ex.EP)*

b) *Referente a período pós fusão*

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, a IP reforçou, durante o exercício de 2024, a provisão no valor de 53.668 m€, ascendendo o seu valor acumulado em 31 de dezembro de 2024 a 581.097 m€, o que corresponde ao IVA que a IP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA (nota 14).

Adicionalmente, importa referir que os valores corrigidos pela AT e não provisionados pela IP resultam fundamentalmente do IVA deduzido referente à Rede Concessionada do Estado, pelo que, caso a tese da AT tenha provimento em Tribunal, a contrapartida do encargo adicional para a IP será sempre um incremento do seu Ativo Intangível, sem impacto direto no resultado do ano e apenas com impacto nos resultados de anos futuros por via de um aumento das amortizações deste mesmo ativo.

11. DIFERIMENTOS

11.1. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Gastos correntes a reconhecer		
Outros serviços	7 456	4 446
	7 456	**4 446**

11.2. DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos não correntes a reconhecer			
Subsídios ao Investimento - Direito Concessão Rodoviário	11.2.1	9 733 577	9 787 895
Venda Prazo Concessão Brisa		152 300	152 300
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral		69 187	76 874
PRR		150 161	62 679
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa		12 833	14 000
Subsídio *Atlantic CAM*	6	40 143	12 150
		10 158 201	**10 105 899**
Rendimentos correntes a reconhecer			
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral		7 687	7 687
Outros rendimentos		122	5 110
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa		1 167	1 167
		8 976	**13 964**

11.2.1. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

Política contabilística - nota 2.2.11.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.3

Esta rubrica incorpora os subsídios ao investimento recebidos pela IP para financiar o ativo intangível referente ao Direito de Concessão Rodoviário e ainda não reconhecidos por via de resultados. Os movimentos ocorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

	NOTAS	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO
31 de dezembro de 2022		**9 847 532**
Aumentos		23
Imputação a rendimentos	21.	- 59 660
31 de dezembro de 2023		**9 787 895**
Aumentos		1 406
Imputação a rendimentos	21.	- 55 725
31 de dezembro de 2024		**9 733 577**

12. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contabilística - nota 2.2.9.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.14

12.1. CATEGORIAS DE ACORDO COM A IFRS 9

A decomposição dos ativos e passivos financeiros por categoria de acordo com a IFRS 9 para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

31-12-2024	Notas	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Ativos e Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Investimentos Financeiros		-	121	32	-	153
Concedente - Estado - Conta a receber	12.2.1	5 513 437	-	-	-	5 513 437
Clientes	12.2.3	29 884	-	-	-	29 884
Outras contas a receber	12.2.4	358 347	-	-	186 210	544 558
		5 901 669	**121**	**32**	**186 210**	**6 088 032**
Passivos						
Fornecedores	12.3.3	33 727	-	-	-	33 727
Financiamentos obtidos	12.3.1	1 074 192	-	-	179	1 074 371
Financiamentos acionistas/ Suprimentos	12.3.2	2 332 667	-	-	-	2 332 667
Outras contas a pagar	12.3.4	1 710 374	-	-	375 492	2 085 865
		5 150 960	**0**	**0**	**375 671**	**5 526 630**

31-12-2023	Notas	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Ativos e Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Investimentos Financeiros		-	124	32	-	156
Concedente - Estado - Conta a receber	12.2.1	4 907 716	-	-	-	4 907 716
Clientes	12.2.3	32 408	-	-	-	32 408
Outras contas a receber	12.2.4	221 213	-	-	41 366	262 579
		5 161 337	**124**	**32**	**41 366**	**5 202 859**
Passivos						
Fornecedores	12.3.3	63 202	-	-	-	63 202
Financiamentos obtidos	12.3.1	1 651 367	-	-	309	1 651 675
Financiamentos acionistas/ Suprimentos	12.3.2	2 332 667	-	-	-	2 332 667
Outras contas a pagar	12.3.4	1 873 607	-	-	108 584	1 982 190
		5 920 843	**0**	**0**	**108 892**	**6 029 735**

Os ativos não financeiros respeitam, fundamentalmente, a:

- Cauções prestadas no montante de 174.717 m€ (2023: 31.105 m€) – nota 12.2.4;
- Saldos devedores de fornecedores de 7.237m€ (2023: 7.952m€) – nota 12.2.4;
- IVA de notas de crédito pendente de dedução e inversão do sujeito passivo no montante de 3.129 m€ (2023: 1.111 m€) - nota12.2.4, e;
- Dívidas de subsidiárias (RETGS) no montante de 1.061 m€ (2023: 1.037 m€) – nota12.2.4.

Relativamente aos passivos não financeiros destaca-se:

- Descobertos contabilísticos de 179 m€ (2023: 309 m€) – nota 12.2.5;
- Recebimentos relativos ao PRR cujo investimento ainda não foi executado no montante de 31.542 m€ (2023: 43.044 m€) – nota 12.3.4;
- Adiantamentos por conta de vendas de aproximadamente 26.236 m€ (2023: 25.583 m€);
- Cauções no montante de 14.271 m€ (2023: 20.057 m€) – nota 12.3.4;
- Responsabilidades com benefícios de emprego (remunerações e outras dívidas) de 14.536 m€ (2023: 14.284 m€);
- Adiantamentos de subsídios de 285.929 m€ (2023: 2.733 m€); e,
- Responsabilidade com o RETGS no montante de 1.774 m€ (2023: 1.552 m€).

12.2. ATIVOS FINANCEIROS

12.2.1. CONCEDENTE – ESTADO - CONTA A RECEBER

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.8

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a decomposição do Ativo Financeiro subjacente à concessão ferroviária apresenta-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos concessionados (ILD)	11 610 660	10 976 862
Juros debitados	2 000 380	1 944 768
Subsídios	- 5 149 937	- 5 066 249
Recebimentos	- 2 623 854	- 2 623 854
Rentabilização de ativos	- 18 612	- 18 612
Imparidades	- 305 200	- 305 200
	5 513 437	**4 907 716**

O aumento registado na rubrica de ativos concessionados (ILD), 633.798 m€, é justificado essencialmente pela execução do programa Ferrovia 2020, que totalizou aproximadamente 471.969 m€. Destacam-se os investimentos no Corredor Internacional Norte, com cerca de 260.401 m€, principalmente na Linha da Beira Alta e, no Corredor Internacional Sul, com aproximadamente 116.701 m€, evidenciando-se a nova linha entre Évora Norte e Elvas.

Relativamente ao aumento dos subsídios diretamente atribuídos à IP, para desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, que ascendeu a 83.689 m€, destaca-se o incremento de 81.932 m€ proveniente de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (62.864 m€ oriundos de FEDER e Fundo de Coesão, 9.494 m€ de CEF-Coesão e 9.574 m€ de CEF-Geral), que correspondem a reforços, adiantamentos e reembolsos das candidaturas aprovadas no período de programação 2014-2020 (Programas COMPETE 2020, POSEUR e CEF) e das novas candidaturas aprovadas no período de programação 2021-2027 (Programas CEF 2 e Sustentável 2030). O valor remanescente, de cerca de 1.757 m€, é referente a subsídios para cobertura dos danos provocados pelas intempéries de dezembro 2022 e janeiro de 2023.

No corrente exercício foram debitados juros ao Concedente no montante de 55.612 m€ (2023: 63.350 m€) estando a respetiva contrapartida refletida na rubrica de Ganhos Financeiros – juros obtidos – Concedente – Estado (nota 24).

12.2.2. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os movimentos referentes a empréstimos concedidos a subsidiárias para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresentam-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos concedidos		
Saldo inicial	10 805	10 805
Saldo final	10 805	10 805
Imparidades acumuladas		
Saldo inicial	- 10 805	- 10 805
Saldo final	- 10 805	- 10 805
Valor contabilístico inicial	**0**	**0**
Valor contabilístico final	**0**	**0**

A totalidade dos empréstimos concedidos respeita aos que foram efetuados a favor da IP Património.

Estes empréstimos refletem as prestações acessórias prestadas aquando da efetivação do projeto de fusão da Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (GIL), que foi incorporada na IP Património, e visaram garantir a neutralidade dos capitais próprios da IP Património após a integração de ativos e passivos da GIL na IP Património.

A constituição das referidas prestações acessórias foi efetuada mediante a conversão de suprimentos, que se encontravam com imparidade constituída.

12.2.3. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Diversos		20 444	21 717
Portagens		4 279	5 143
Operador Ferroviário - Parte Relacionada	26.4	3 769	4 138
Subsidiárias	26.3	2 468	2 486
		30 960	**33 484**
Imparidades acumuladas		- 1 076	- 1 076
		29 884	**32 408**

Esta rubrica é constituída por saldos correntes, pelo que se aproxima do seu justo valor.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 12.4.1.

12.2.4. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outras contas a receber é o que segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Indemnizações Compensatórias		214 885	96 954
Consignação do Serviço Rodoviário	26.2	109 646	93 938
Operador Ferroviário - Parte Relacionada	26.4	7 332	7 427
Subsidiárias	26.3	1 771	1 031
Outros		2 986	1 261
		336 620	**200 611**
Depósitos de Caução	12.1	**174 717**	**31 105**
Outros Devedores			
Diversos		39 930	38 124
Subsidiárias	12.1 / 26.3	1 061	1 037
		40 991	**39 161**
Imparidades acumuladas		- 7 770	- 8 298
		544 558	**262 579**

Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos os mesmos incluem, os valores pendentes:

- De indemnizações compensatórias em dívida, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, relativas ao exercício de 2024, 117.931m€ (nota 16) e dos exercícios de 2022 e 2023 conforme previsto no seu ponto 1, que se transcreve:

▪ "1 - Atribuir como indemnização compensatória a pagar pelo Estado à Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.), para os anos de 2022 e de 2023, pelo cumprimento das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, o montante de até 27 527 528,98 EUR, e até 69 426 130,00 EUR, respetivamente, montantes aos quais acresce o imposto sobre valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor."

- De Consignação do Serviço Rodoviário a receber da DGO;
- De faturação ao Operador Ferroviário – Parte Relacionada destacando-se a energia de tração das subestações no montante de 3.908m€ (2023: 3.196m€) e a utilização da infraestrutura ferroviária no valor de 3.238m€ (2023: 4.000m€);
- De faturação às Subsidiárias relativamente às rendas de concessão relativas ao mês de dezembro da IP Património e da IP Telecom e à vigilância humana devida pela IP Património; e,

- De faturação/recebimento a Outros destacando-se valores relativos às intempéries 1.114m€ (2023:0€), Eletricidade de Tração de subestações 823m€ (2023: 24m€) e Diretório de Rede 702m€ (2023:734m€).

Os Depósitos de caução respeitam, essencialmente, às prestações de garantia idónea relativas aos processos de IVA no montante de 171.737m€ (2023: 28.126 m€); e,

Os outros devedores – diversos, líquidos de imparidades, incluem, entre outros, protocolos com diversos municípios referentes à construção e requalificação de várias infraestruturas de onde se destacam os municípios do Fundão, Cascais, Lisboa e Sintra em cerca de 8.948m€ (2023: 9.657m€), saldos devedores de fornecedores, no montante de cerca 7.237m€ (2023: 7.952m€), concessão de parcela de terreno, no valor de 4.935m€ (2023: 4.935m€), multas contratuais relativas ao incumprimento da data de entrada em serviço do aumento do número de vias no montante de 3.875m€ e IVA a recuperar decorrente de notas de crédito e IVA inversão do sujeito passivo no montante de cerca 3.129m€ (2023: 1.111m€), conforme nota 12.1.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 12.4.1

12.2.5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira, conforme segue:

DESCRIÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Outras aplicações		54 760	198 200
Depósitos bancários		336 542	62 724
Numerário		43	52
Caixa e Equivalentes na Demonstração da Posição Financeira		**391 345**	**260 976**
Descobertos Contabilísticos	12.3.1	- 179	- 309
Caixa e Equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa		**391 166**	**260 668**

Os descobertos contabilísticos na Demonstração da Posição Financeira são apresentados no passivo na rubrica de financiamentos obtidos.

De acordo com a informação da DGO de 20 de dezembro de 2021, as verbas recebidas no âmbito do PRR e não utilizadas (31,5M€ - nota 12.3.4) foram convertidas em operações extraorçamentais, apenas podendo ser utilizadas no pagamento, em anos futuros, de despesas relacionadas com o PRR, pelo que à data de 31 de dezembro de 2024, estes valores têm limitações à sua movimentação.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 12.4.1.

12.3. PASSIVOS FINANCEIROS

12.3.1. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O quadro seguinte apresenta a discriminação de Empréstimos obtidos correntes e não correntes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos não correntes		
Financiamentos obtidos	997 329	1 065 011
Empréstimos correntes		
Financiamentos obtidos	77 042	586 664
	1 074 371	**1 651 675**

A variação verificada nos empréstimos correntes decorre principalmente do reembolso do *Eurobond 09/24* em 16 de outubro de 2024 e respetivos juros.

De seguida, detalham-se os termos e prazos de reembolso destes empréstimos:

Atividade	Designação	Data de assinatura	Montante contratado	Capital em dívida	Amortização			Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
					Data inicial	Data final	Periodicidade			
Ferrovia	Suburbanos B	14/12/2005	100.000	28.571	15/09/2010	15/09/2025	Anual	Fixa Revisível	3,615%	15/set
Ferrovia	Suburbanos C	12/10/2006	55.000	18.333	15/03/2011	15/03/2026	Anual	Fixa Revisível	4,247%	15/mar
Ferrovia	CP III 2 Linha do Norte-C	11/12/2006	100.000	60.000	15/06/2017	15/06/2026	Anual	Fixa Revisível	1,100%	15/jun
Ferrovia	CP III 2 Linha do Norte-D	12/07/2007	100.000	60.000	15/12/2017	15/12/2026	Anual	Euribor 3M-0,096%	2,790%	15/mar 15/jun 15/set 15/dez
Rodovia	BEI- Estradas 2009-2019	17/12/2009	200.659	60.198	15/06/2014	15/06/2029	Semestral	Fixa	2,189%	15/jun 15/dez
Ferrovia	Refer V	04/08/2008	160.000	72.000	15/03/2014	15/03/2033	Anual	Euribor 3M-0,053%	2,833%	15/mar 15/jun 15/set 15/dez
Ferrovia	Refer VI	10/09/2009	110.000	44.000	15/09/2013	15/09/2032	Anual	Fixa Revisível	2,271%	15/set
Ferrovia	Eurobond 06/26	10/11/2006	600.000	599.597	16/11/2026		Bullet	Fixa	4,047%	16/nov
Rodovia	Eurobond 10/30	09/07/2010	125.000	122.698	13/07/2030		Bullet	Fixa	6,450%	13/jul
	Financiamentos Externos			**1.065.397**						
	Juro corrido			**8.795**						
	Descobertos contabilisticos			**179**						
	TOTAL			**1.074.371**						

Os juros associados a estes empréstimos são pagos, postecipadamente, com periodicidade trimestral, semestral ou anual.

Nos empréstimos contraídos junto do BEI, o capital é amortizado periodicamente após o período de carência. Os restantes empréstimos (*Eurobonds*) são reembolsados integralmente na sua maturidade (*bullet*).

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos que beneficiavam de aval do Estado totalizam, em valor nominal, 943.103 m€ (2023: 1.515.932 m€).

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 12.4.2.

12.3.2. FINANCIAMENTOS DO ACIONISTA / SUPRIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica de financiamentos do acionista/suprimentos decompõe-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos correntes		
Empréstimo do Estado	2 332 667	2 332 667
	2 332 667	**2 332 667**

Estes contratos de suprimentos com o Estado tiveram como objetivo satisfazer as necessidades de financiamento da ex-EP entre 2011 e 2013.

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF 3 de abril de 2025 foi concedida nova moratória para os empréstimos do Estado alocados à rodovia no montante de 2.332,7 M€ (2.215,6 M€ de amortização e 117,1 M€ de juros), deslizando o seu vencimento até 30 de abril de 2026. Os diferimentos concedidos neste âmbito não estão sujeitos ao pagamento de juros.

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas, acordadas com a DGTF, em função dos respetivos prazos e montantes. Apresenta-se de seguida o detalhe:

Atividade	Designação	Data de assinatura	Montante contratado	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
					Data inicial	Data final				
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/12/2011	1 705 000	852 500	31/05/2013	30/11/2016	Semestral	Fixa	2,770%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	204 000	153 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	3,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	230 000	172 500	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	3,440%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	75 000	56 250	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,930%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	28 000	21 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	44 000	33 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	80 000	60 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,700%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	33 500	25 125	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,980%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	26/09/2012	156 800	117 600	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,810%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/10/2012	16 000	12 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,710%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/10/2012	13 300	9 975	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,590%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	85 000	85 000	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,750%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	135 600	135 600	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,420%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	17 400	17 400	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,150%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	25 654	25 654	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,150%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	266 405	266 405	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,180%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	28 042	28 042	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,610%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	26 202	26 202	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,190%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	25 000	25 000	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,180%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	17 943	17 943	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,070%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	3 688	3 688	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,100%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	21 805	21 805	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	1,870%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	49 891	49 891	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	1,970%	31/mai 30/nov
	Total financiamento acionista			**2.215.578**						
	Juros corridos			**117.089**						
	TOTAL			**2.332.667**						

FINANCIAMENTO A TAXA FIXA

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2024:

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 12.4.2.

DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	CAPITAL EM DÍVIDA		TAXA DE JURO
		VALOR NOMINAL	JUSTO VALOR	
BEI - Suburbanos B	100 000	28 571	28 812	3,615%
BEI - Suburbanos C	55 000	18 333	18 714	4,247%
BEI - REFER VI	110 000	44 000	44.041	2,271%
BEI - CPIII2 Linha do Norte C	100 000	60 000	59 109	1,100%
BEI- Estradas 2009-2019	200 659	60 198	60 209	2,189%
Eurobond 06/26	600 000	600 000	616 153	4,047%
Eurobond 10/30	125 000	125 000	126 020	6,450%
Empréstimo Estado Português	1 705 000	852 500	862 607	2,770%
Empréstimo Estado Português	204 000	153 000	159 359	3,690%
Empréstimo Estado Português	230 000	172 500	178 921	3,440%
Empréstimo Estado Português	75 000	56 250	57 846	2,930%
Empréstimo Estado Português	28 000	21 000	21 508	2,690%
Empréstimo Estado Português	44 000	33 000	33 799	2,690%
Empréstimo Estado Português	80 000	60 000	61 463	2,700%
Empréstimo Estado Português	33 500	25 125	25 424	1,980%
Empréstimo Estado Português	156 800	117 600	118 651	1,810%
Empréstimo Estado Português	16 000	12 000	12 086	1,710%
Empréstimo Estado Português	13 300	9 975	10 026	1,590%
Empréstimo Estado Português	85 000	85 000	90 623	2,750%
Empréstimo Estado Português	135 600	135 600	143 128	2,420%
Empréstimo Estado Português	17 400	17 400	18 215	2,150%
Empréstimo Estado Português	25 654	25 654	26 855	2,150%
Empréstimo Estado Português	266 405	266 405	279 134	2,180%
Empréstimo Estado Português	28 042	28 042	29 770	2,610%
Empréstimo Estado Português	26 202	26 202	27 462	2,190%
Empréstimo Estado Português	25 000	25 000	26 195	2,180%
Empréstimo Estado Português	17 943	17 943	18 736	2,070%
Empréstimo Estado Português	3 688	3 688	3 855	2,100%
Empréstimo Estado Português	21 805	21 805	22 629	1,870%
Empréstimo Estado Português	49 891	49 891	51 937	1,970%
TOTAL	**4 578 887**	**3 151 680**	**3 233 467**	

Os cálculos referentes ao justo valor estão classificados no nível 2 da hierarquia de justo valor.

12.3.3. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Fornecedores gerais		30 113	58 847
Subsidiárias	26.3	2 313	2 807
Operador Ferroviário - Parte Relacionada	26.4	1 302	1 548
		33 727	**63 202**

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 12.4.2

12.3.4. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outras contas a pagar é o que segue:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Não Correntes			
Credores por Acréscimos de Gastos			
Subconcessões		949 720	937 771
		949 720	**937 771**
Subsídios - LAV		284 606	-
Locações		2	-
		1 234 328	**937 771**
Correntes			
Credores por Acréscimos de Gastos			
Subconcessões		319 729	472 343
Conservação Periódica de Estradas		358 476	354 151
Outros Credores por Acréscimos de Gastos		31 752	35 788
Subsidiárias	26.3	1 255	1 808
Operador ferroviário - Parte Relacionada	26.4	23	155
		711 235	**864 245**
Fornecedores de Investimento		**46 951**	**65 828**
Diversos		46 650	64 489
Operador ferroviário - Parte Relacionada	26.4	301	1 339
PRR	12.2.5	31 542	43 044
Adiantamentos por Conta de Vendas	12.1	26 236	25 583
Cauções	12.1	**14 271**	**20 057**
Diversos		14 158	20 003
Operador ferroviário - Parte Relacionada	26.4	113	54
Remunerações a Liquidar		14 536	14 284
Outros Credores		**3 988**	**9 068**
Diversos		3 296	8 700
Subsidiárias	26.3	692	368
Locações		998	757
RETGS - Subsidiárias	12.1 / 26.3	1 774	1 552
Mecanismo de apoio às portagens		5	-
		851 537	**1 044 419**
		2 085 865	**1 982 190**

Nos credores por acréscimos de gastos inclui-se:

- O valor das responsabilidades da IP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção, operação e manutenção já por estas efetuados e pendentes de faturação, remuneradas contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 11%.

Esta responsabilidade é aferida anualmente e representa a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre a valorização dos serviços já prestados pelas subconcessionárias apurada com base na estimativa dos fluxos financeiros futuros destes contratos, independentemente da sua natureza, incluindo os resultantes de contingências e processos contenciosos;

- A conservação periódica de estradas decorrente da responsabilidade da IP em manter ou repor a infraestrutura rodoviária em determinados níveis de serviço, a qual é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos;

A variação da rubrica de Conservação Periódica de Estradas decorre do reforço do custo anual teórico para as manutenções programadas a desenvolver no montante de cerca de 55.665m€ (nota 18) deduzido da execução de Conservação, do ano, de cerca 51.340m€; e

- Em Outros credores por acréscimos de gastos destacam-se os valores a pagar pela IP referentes ao Contrato de Concessão com o Estado, no valor de 24.000 m€ (2023: 24.000 m€), a energia de tração, de vias e de usos diversos, no montante de 4.077m€ (2023: 9.743 m€).

O projeto da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa será desenvolvido em três fases: Fase 1 (entre Porto-Campanhã e Soure, a concluir até 2028), Fase 2 (entre Soure e o Carregado, a concluir até 2030) e Fase 3 (entre o Carregado e a Estação de Lisboa-Oriente, para depois de 2030).

O montante registado na rubrica Subsídios – LAV diz respeito a um adiantamento de subsídio que irá financiar parcialmente a Fase 1 do projeto. Até à data não ocorreu qualquer valor de execução referente a este projeto.

A rubrica Fornecedores de Investimento refere-se maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas em obras próprias.

No que se refere ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), até à data foram recebidos 181.704 m€, dos quais 75.980m€ durante este exercício. A execução financeira acumulada do investimento subjacente ascende a 150.161 m€, dos quais 87.482m€ realizados durante o exercício de 2024.

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 12.4.2.

12.4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da IP está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro e o risco de capital.

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, veio alterar a autonomia das entidades públicas reclassificadas (EPR) no que respeita ao acesso a financiamento junto do sistema financeiro e à gestão do risco através de instrumentos financeiros derivados.

Com efeito, no artigo 29.º do referido Decreto-Lei, determina-se a impossibilidade das EPR acederem a financiamentos junto das instituições de crédito, com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando consagrada também no artigo 72º, a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para a IGCP.

Estes riscos são geridos pela Direção Financeira, gestão essa enquadrada nas políticas de mitigação de riscos definidas pelo Conselho de Administração Executivo.

12.4.1. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito traduz-se na eventualidade de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais, provocando deste modo uma perda financeira na IP.

O risco de crédito está fundamentalmente associado à probabilidade de recuperação de créditos de clientes e outras contas a receber, bem como, dos depósitos e aplicações em instituições financeiras e IGCP.

De forma a minimizar a sua exposição a este risco, a Empresa obtém garantias de crédito por parte dos clientes sob a forma de depósito caução, seguro-caução ou garantias bancárias. Na nota 12.1 pode ser apreciada a exposição máxima da Empresa ao risco de crédito.

No que respeita às dividas de clientes apresenta-se uma breve caracterização das mesmas de acordo com os intervalos de faturação:

31-12-2024	PORTAGENS	[> 1000 M€[	[999 M€ <10 M€[	[10M€>0]	TOTAL
N.º Clientes	**-**	**5**	**30**	**186**	**221**
Ferrovia	-	5	2	22	29
Rodovia s/ Portagens	Várias	-	28	164	192
Dívida	**4 279**	**23 897**	**2 547**	**237**	**30 960**
Ferrovia	-	23 897	1 004	18	24 918
Rodovia	4 279	-	1 544	219	6 041

31-12-2023	PORTAGENS	[> 1000 m€[	[999 m€ <10 m€[	[10m€>0]	Total
N.º Clientes	**-**	**7**	**28**	**181**	**216**
Ferrovia	-	7	-	19	26
Rodovia	Várias	-	28	162	190
Dívida	**5 143**	**26 409**	**1 679**	**253**	**33 484**
Ferrovia	-	26 409	-	7	26 416
Rodovia	5 143	-	1 679	246	7 068

A 31 de dezembro de 2024, a IP tem uma carteira de 221 clientes (2023: 216 clientes), dos quais 5 (2023: 7) têm saldos superiores a 1.000 milhares de euros correspondendo a cerca de 80% (2023: 79%) dos valores em dívida.

Na análise à dívida, destaca-se o decréscimo da dívida dos operadores ferroviários (-9,5% face a 2023) não obstante o acréscimo da faturação da tarifa no período em análise em cerca de 22%.

Verifica-se ainda que o peso das dividas de portagens face ao saldo total de clientes foi de 14% (2023: 15%).

Seguidamente apresenta-se a antiguidade (dias) de saldos de clientes:

31-12-2024	]0-30[	[30-60[	[60-90[	[90-360[	[360[	TOTAL GERAL
Portagens	4 279	-	-	-	-	4 279
Entidades intragrupo	2 468	-	-	-	-	2 468
Operadores ferroviários	3 572	845	1 262	9 477	6 200	21 356
Entidades públicas	-	-	-	-	25	25
Outros devedores	1 137	46	1	23	1 626	2 832
	11 456	**891**	**1 262**	**9 500**	**7 851**	**30 960**
Imparidades	-	-	-	-	- 1 076	- 1 076
	11 456	**891**	**1 262**	**9 500**	**6 775**	**29 884**
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	13,70%	3,47%

31-12-2023	]0-30[	[30-60[	[60-90[	[90-360[	[360[	TOTAL GERAL
Portagens	5 143	-	-	-	-	5 143
Entidades intragrupo	2 486	-	-	-	-	2 486
Operadores ferroviários	4 430	3 771	4 370	8 566	2 783	23 921
Entidades públicas	-	-	-	-	25	25
Outros devedores	172	2	26	46	1 664	1 909
	12 231	**3 773**	**4 396**	**8 611**	**4 472**	**33 484**
Imparidades	-	-	-	-	- 1 076	- 1 076
	12 231	**3 773**	**4 396**	**8 611**	**3 396**	**32 408**
	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	24,05%	3,21%

Os quadros acima mostram estabilidade na dívida a receber nos períodos em análise.

O risco de crédito associado às dívidas de clientes da IP apresenta as características que seguem:

Atividades de âmbito rodoviário - as dívidas de clientes têm como componente mais relevante as portagens que apresentam uma base de clientes diversificada e composta por operações de reduzido valor, que em caso de incumprimento, serão objeto de cobrança pela Autoridade Tributária (AT) pelo que desse modo não apresentam um risco de crédito associado significativo.

Atividade de âmbito ferroviário - este risco está essencialmente relacionado com o incumprimento das responsabilidades assumidas pelos operadores ferroviários. Neste exercício em particular destacamos a evolução da dívida de um dos operadores privados. No presente exercício têm-se mantido as dificuldades já presentes no exercício passado, por parte, dos operadores privados solverem as suas dívidas atempadamente, o que justificou o aumento das dividas a mais de 360 dias. Esta situação está ser devidamente acompanhada pelos serviços.

Relativamente às entidades intragrupo e entidades públicas não se considera a existência de risco de crédito relevante.

No que aos restantes clientes respeita, denominados para este efeito como "outros devedores", está incluído um conjunto de vários saldos de valores reduzidos (2024: 216 clientes e 2023: 209 clientes), com peso pouco significativo na carteira de clientes, os quais têm vindo a ser objeto de imparidade de modo casuístico de acordo com a análise de risco efetuada, sendo convicção do Conselho de Administração Executivo que as imparidades consideradas são as apropriadas.

No que respeita ao risco de crédito associado às outras contas a receber destaca-se, fundamentalmente, o peso da Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), que é cobrada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e entregue à IP pela DGO, as indemnizações compensatórias previstas na RCM n. º 3/2024, de 5 de janeiro, e as dívidas dos Municípios para os quais, dada a sua natureza pública, não se considera relevante o risco de crédito associado, uma vez que se considera que, não obstante eventuais moras, a probabilidade de recuperação é total. Nos restantes casos, as imparidades são constituídas quando os saldos estão em dívida há mais 720 dias.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a IP detém exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem. Esta exposição é reduzida em virtude da aplicação da legislação referente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, que prevê a concentração das disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Atualmente, a IP detém 99% das suas disponibilidades junto da IGCP.

Até à data, a IP não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades financeiras.

O quadro seguinte apresenta um resumo da qualidade de crédito dos depósitos da Empresa, por entidade e respetiva notação de rating atribuída pela Standard and Poor´s às datas de relato:

	31-12-2024		31-12-2023	
	RATING	SALDOS	RATING	SALDOS
IGCP*	A-	391 154	BBB+	262 709
BANCO BPI	A-	28	BBB+	12
BBVA	A	118	A+	14
BANCO SANTANDER	A+	1	A+	2
Novo Banco	BBB (1)	0	(-)	1
CBI	A-	0	(-)	0
MBCP	BBB		BBB-	1
CGD	A-		(-)	1
		391 302		**262 738**

(*) Em 2024 incluí 54.760m€ (2023: 198.200m€) de aplicações CEDIC.

'(1) Fitch Ratings

12.4.2. RISCO DE LIQUIDEZ

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção dos recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com a Empresa, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, entre outros. Este risco é medido pela liquidez à disposição da Empresa para fazer face às responsabilidades assumidas bem como à capacidade de gerar cash-flow no decurso da sua atividade.

A Empresa procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas. Uma vez que a IP é financeiramente deficitária, é o acionista, ou seja, o Estado Português, que cobre as necessidades de financiamento da Empresa através de aumentos de capital. Deste modo, o risco de liquidez é consideravelmente baixo.

O quadro seguinte apresenta as responsabilidades da IP por intervalos de maturidade contratual. Os montantes apresentados representam os fluxos de caixa previsionais não descontados à data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

31-12-2024	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	+ DE 5 ANOS
Empréstimos Obtidos			
amortizações de financiamentos obtidos	68 068	965 035	35 000
juros de financiamentos obtidos	44 792	80 710	1 107
amortizações financiamento acionista/ Suprimentos	2 215 578	-	-
juros de financiamento acionista/ Suprimentos	117 089	-	-
Aval	1 872	2 344	8 090
Fornecedores e contas a pagar	794 399	949 728	-
	3 241 798	**1 997 817**	**44 196**

31-12-2023	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	+ DE 5 ANOS
Empréstimos Obtidos			
amortizações de financiamentos obtidos	572 830	894 602	173 500
juros de financiamentos obtidos	72 999	113 768	10 607
amortizações financiamento acionista/ suprimentos	2 215 578	-	-
juros de financiamento acionista/ suprimentos	117 089	-	-
Aval	2 992	4 114	196
Fornecedores e contas a pagar	999 228	937 771	-
	3 980 715	**1 950 256**	**184 303**

12.4.3. RISCO DE TAXA DE JURO

A IP está sujeita ao risco de taxa de juro enquanto mantiver em carteira empréstimos obtidos junto do sistema financeiro (nacional e internacional) e do Estado e que visam o financiamento da sua atividade.

O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida das taxas de juro, na medida em que as receitas da Empresa são imunes a essa variável e, assim, fica inviabilizada uma cobertura natural.

Atualmente, não são usados instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro.

Presentemente, o objetivo da política de gestão do risco de taxa de juro passa, essencialmente, pela monitorização das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros contratados com base na Euribor.

Teste de sensibilidade à variação da taxa de juro

A IP utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro sobre o justo valor dos empréstimos. Estas análises têm sido um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

i. À data de 31 de dezembro 2024, a IP não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;

ii. Alterações no justo valor de empréstimos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;

iii. Com base nestes pressupostos, a 31 de dezembro de 2024, um aumento ou diminuição de 0,5% nas curvas de taxa de juro do euro resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos com consequente impacto potencial nos resultados:

	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	**0,50%**
Impacto no justo valor dos empréstimos	25 005	-12 895
Impacto potencial em resultados	-25 005	12 895

12.4.4. RISCO DE CAPITAL

O objetivo da Empresa em relação à gestão do risco de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O instrumento base para a gestão deste risco é o plano de financiamento (ou plano financeiro) da IP através do qual se identificam e monitorizam as fontes de financiamento destacando-se, a política de fortalecimento do capital promovida pelo acionista e consubstanciada através de operações de reforço do capital em numerário.

A IP foi constituída com um capital social de 2.555.835 m€ representado por 511.167 ações, com o valor nominal de 5 m€ cada. A 31 de dezembro de 2024 o capital social ascendia a 14.403.880 m€, representado por 2.880.776 ações, com o valor nominal de 5 m€ cada.

Em 2024 foram realizados aumentos de capital, em numerário, no montante de 1.817.210 m€ (nota 13) para cobertura das necessidades de financiamento, conforme quadro abaixo:

	31-12-2024	31-12-2023
Aumentos de capital	**1.817.210**	**1 434 515**
Encargos PPP	701.945	807 946
Investimento Ferroviário	470.650	365 263
Serviço da dívida	644.615	234 970
Conservação Ferroviária	-	19 996
Garantias Bancárias	-	6 340

12.5. ALTERAÇÕES NO PASSIVO DECORRENTE DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Apresenta-se a reconciliação dos passivos cujos fluxos afetam as atividades de financiamento:

	Notas	Financiamentos	Suprimentos	Locações
31 de dezembro 2023 (1)		**1 651 675**	**2 332 667**	**757**
Cash				
Juros		- 67 019		- 93
Amortizações (2)	12.3.1	- 572 830		- 2 679
Outros encargos financeiros		- 8 181		
Non Cash				
Taxa efetiva (3)		1 037		
Juros especializados (4)		- 5 156		
Outros encargos financeiros (5)		- 226		
Outras variações (6)		- 130		2 922
31 de dezembro de 2024 (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)		**1 074 371**	**2 332 667**	**1 000**

	Financiamentos	Suprimentos	Locações
31 de dezembro 2022 (1)	**1 813 683**	**2 332 667**	**2 946**
Cash			
Juros	- 71 974	-	- 103
Amortizações (2)	- 159 020	-	- 2 195
Outros encargos financeiros	- 3 748	-	-
Non Cash			
Taxa efetiva (3)	438	-	-
Juros especializados (4)	- 1 964	-	-
Outros encargos financeiros (5)	- 160	-	-
Outras variações (6)	- 1 301	-	7
31 de dezembro de 2023 (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	**1 651 675**	**2 332 667**	**757**

13. CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

i) CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por ações nominativas revestidas na forma escritural, pertencentes ao Estado Português e detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A 31 de dezembro de 2023, o capital social era de 12.586.670 m€, integralmente subscrito e realizado pelo seu acionista, correspondentes a 2.517.334 ações com o valor nominal de 5 m€ cada.

No decorrer do exercício de 2024, o capital social foi reforçado da seguinte forma:

	31-12-2024	
MESES	Nº DE AÇÕES	MONTANTE
Fevereiro	91 369	456 845
Março	6 790	33 950
Abril	31 800	159 000
Junho	33 199	165 995
Julho	10 294	51 470
Agosto	24 832	124 160
Setembro	11 291	56 455
Outubro	109 664	548 320
Novembro	14 739	73 695
Dezembro	29 464	147 320
	363 442	**1 817 210**

Passando a perfazer, em 31 de dezembro de 2024, o montante de 14.403.880 m€ correspondente a 2.880.776 ações.

ii) RESERVAS

As reservas decompõem-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Reserva legal	296 007	296 007
Reservas de fusão	4	4
	296 011	**296 011**

No que respeita às reservas legais, a legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço de reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, exceto em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

iii) RESULTADOS ACUMULADOS

Em Assembleia Geral realizada em 29 de maio de 2024, foi deliberada a transferência do resultado de 2023 para resultados acumulados (-18.774 m€).

14. PROVISÕES

Política contabilística - nota 2.2.12.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.12

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi como segue:

	Riscos Gerais	Expropriações	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclassificadas	Processo IVA	Total
31 de dezembro de 2022	**23 923**	**18 459**	**39 841**	**684**	**401 634**	**482 700**	**967 240**
Aumento/ (Reduções) por resultados	25 285	-	-	395	-	31 207	56 887
Utilizações de provisões	-	-	-	- 145	- 13 021	-	- 13 166
Aumento/ (Reduções) via concessão rodoviária	-	- 1 267	1 574	-	-	13 522	13 829
31 de dezembro de 2023	**49 208**	**17 192**	**41 415**	**934**	**388 613**	**527 429**	**1 024 790**
Aumento/ (Reduções) por resultados	9 998	-	-	203	-	30 400	40 601
Utilizações de provisões	-	-	-	- 160	- 4 861	-	- 5 021
Aumento/ (Reduções) via concessão rodoviária	-	- 2 715	- 10 484	-	-	23 268	10 069
31 de dezembro de 2024	**59 205**	**14 477**	**30 931**	**976**	**383 752**	**581 097**	**1 070 439**

PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

RISCOS GERAIS:

Da análise realizada pela Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance,* esta provisão respeita a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

O reforço desta provisão em 2024 deve-se essencialmente a processo judicial relativo a libertação de cauções da IC1 Variante à EN8 entre Torres Vedras e Bombarral no montante de 8.714m€.

EXPROPRIAÇÕES:

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da IP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação rodoviários que se encontram em litígio. O seu apuramento resulta da consulta realizada pela Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance* aos advogados externos e internos que acompanham os processos.

EMPREITADAS:

Provisão constituída referente a processos de contencioso geral provenientes das empreitadas rodoviárias.

PROCESSO IVA:

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 10, a constituição de uma provisão para o processo do IVA com o impacto estimado de uma decisão desfavorável à IP.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a extinta EP e a AT foi a não aceitação da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela extinta EP e pela IP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, para o IVA deduzido relativo a gastos do exercício, a contrapartida foi de gastos e para o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos, a contrapartida da provisão constituída foi do ativo intangível – Direito de Concessão.

PROVISÕES PARA OUTRAS SITUAÇÕES NÃO CONTENCIOSAS

BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES:

A IP tem atribuído benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência.

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que a IP efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que estão abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

Esta provisão é referente a responsabilidades sobre benefícios atribuídos a um grupo já reduzido de 23 beneficiários (2023: 23), por um período de tempo limitado, pelo que foi opinião do Conselho de Administração Executivo que não era necessária a avaliação anual sobre estas responsabilidades por empresa especializada, tendo a mesma sido efetuada através de meios internos.

O movimento ocorrido no exercício correspondeu à revisão da estimativa de provisão a pagar em períodos subsequentes, com impacto direto em resultados e à utilização de provisão em conformidade com pagamentos ocorridos no período.

PROVISÃO PARA ESTRADAS DESCLASSIFICADAS:

A IP tem a obrigação de transferir as estradas desclassificadas do Plano Rodoviário Nacional para a tutela das Autarquias, tendo constituído uma provisão que reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo da Empresa. A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão.

15. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Política contabilística - nota 2.2.13.

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os serviços prestados detalham-se da seguinte forma:

	Notas	2024	2023
Consignação do Serviço Rodoviário	26.2	691 040	641 731
Portagens		323 456	328 409
Utilização de Canais (Tarifas)		80 929	66 243
Contratos de Construção		104 437	71 794
Construção de Novas Infraestruturas	6 , 17	94 372	61 435
Encargos Financeiros Capitalizados	6	10 064	10 359
Concedente Estado - Rédito ILD	26.2	97 446	30 630
Outros		21 274	24 386
		1 318 582	**1 163 194**

Relativamente às vendas e serviços prestados no período em análise destaca-se o seguinte:

Os valores unitários da Consignação do Serviço Rodoviário (contrapartida paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária) para 2024 mantiveram-se inalterados, situando-se em 87€/1.000 litros para a gasolina, de 111€/1.000 litros para o gasóleo rodoviário e de 63€/1.000 litros para o GPL auto.

Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento da CSR, no valor de 49.309m€, o que se traduz numa variação de +7,7%, em linha com a evolução positiva das introduções ao consumo de produtos petrolíferos, durante o ano de 2024, que atingiram um total de 8.732.315 toneladas, o que representa um aumento de 0,75% face ao verificado em 2023, com destaque para as subidas de 7,27% na Gasolina e de 3,58% no Jet e para as descidas de 0,58% no Gasóleo e de 8,22% na categoria C (Fuel+GPL) (*Fonte: ENSE, Balcão Único da Energia*). Adicionalmente relevar ainda o fim do mecanismo temporário de reembolso do gasóleo profissional extraordinário a 31 de agosto de 2024.

Relativamente às receitas de portagens verifica-se uma quebra de -4.953 m€ face a 2023, em que, não obstante o crescimento verificado nas portagens da rede concessionada pelo Estado, que em 2024 atingiram os 269.573 m€ face aos 260.599 m€ de 2023 (+8.974 m€), o mesmo não se mostrou suficiente para compensar a quebra verificada nas portagens de vias próprias, que em 2024 atingem os 53.853 m€ contra os 67.810 m€ verificados no período homólogo o que se traduz numa quebra de receita de -13.927 m€.

A rubrica de Utilização de canais (Tarifas) refere-se essencialmente aos rendimentos provenientes das Tarifas de Utilização de Infraestruturas (TUI). As tarifas de Passageiros atingiram 73.201m€ (2023: 58.354m€) e as de Mercadorias 7.050m€ (2023: 7.337m€), tendo-se verificado um aumento de 25,44% e uma diminuição de 3,92%, respetivamente, face ao período homólogo.

Os Contratos de Construção representam os rendimentos da IP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da IP por via direta ou subconcessão.

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso, acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da IP no decorrer da fase de construção rodoviária e são compostos por encargos financeiros utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado.

A rubrica de Concedente Estado – Rédito ILD, nos termos da IFRIC12, corresponde ao redébito ao Concedente dos gastos suportados com Infraestruturas de Longa Duração, nomeadamente, materiais e mão-de-obra para Investimento e os respetivos encargos de estrutura. Neste exercício chama-se à atenção para o impacto do consumo de materiais ferroviários no montante de 65.159 m€ (nota17) responsável pela variação do ano.

Em suma, no exercício de 2024, destaca-se o aumento das Prestações de Serviços, com impacto direto em resultados, em cerca de +50.452m€ face a dezembro de 2023, sendo relativos a CSR +49.309m€, Portagens Vias IP -13.927m€ e Tarifa Ferroviária +14.686m€.

Adicionalmente, e ainda que sem impacto no resultado, ocorreram variações dos réditos do Concedente Ferroviário (+66.816m€), de portagens de Concessões do Estado (+8.974 m€), de contratos de construção própria (+32.937m€) e da energia de tração (-3.791m€), mas cujos efeitos são compensados com a rubrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (-105.294m€), fornecimento e serviços externos (+4.250m€) e outros gastos operacionais (-3.892m€).

16. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Política contabilística - nota 2.2.13.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 217/2015 de 7 de outubro que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/34/EU, do Parlamento e do Conselho, de 21 de novembro de 2012 e através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2016, de 11 de março, foi celebrado, pela primeira vez, em 11 de março de 2016 (retroagindo efeitos a 1 de janeiro de 2016) o Contrato-Programa entre o Estado Português e a IP, no qual são definidos e regulados os termos e condições da prestação, pela IP, das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional incluindo a fixação das indemnizações compensatórias, a pagar pelo Estado, durante o período 2016-2020.

A atribuição duma compensação financeira pelo Estado é sustentada por a atividade da IP consubstanciar uma prestação de serviço de interesse público, o qual, pela sua natureza, se distancia das atividades de natureza económica que a Empresa assumiria se tivesse em consideração os seus interesses comerciais, e que se destina a assegurar a cobertura dos custos específicos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público.

Em 2024 foi assinado o novo contrato programa com vigência entre janeiro de 2024 e dezembro de 2028, contrato este que aguarda visto prévio do Tribunal de Contas, onde consta, através da menção à Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2024 de 5 de janeiro, a autorização da despesa com indemnizações compensatórias para os anos 2024-2028 no montante anual de 89.426m€.

Adicionalmente, e tendo como objetivo assegurar o equilíbrio económico-financeiro da prestação do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária o contrato estipula ainda que até 31 de julho de cada ano. A IP deve submeter à aprovação do Estado uma proposta fundamentada de atualização das projeções financeiras. Isso envolve a consideração dos valores da execução real do exercício anterior (ano n-1) e dos valores atualizados de inflação.

Caso as atualizações resultem em uma redução ou aumento da indemnização compensatória devida pelo exercício findo, esse diferencial é incorporado no valor a pagar no ano seguinte, ajustando assim a compensação às necessidades reais da prestação do serviço.

Nesse sentido, a IP apurou à data de 31 de dezembro de 2024 uma necessidade do aumento da indemnização compensatória no montante de 28.505m€.

Face ao exposto, o valor registado no exercício de 2024, no âmbito do novo Contrato-Programa, foi de 117.932m€, aguardando-se o pagamento de 214.885m€, valor a que acresce IVA à taxa legal em vigor (nota 12.2.4).

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e no período homólogo de 2023 o detalhe desta rubrica é o que segue:

	NOTAS	2024	2023
Capitalização Portagens Concessões		247 828	238 424
Construção de Novas Infraestruturas	6, 15	94 372	61 435
Materiais de Ferrovia	9	86 120	23 168
		428 321	**323 027**

Conforme referido na nota 2.2.13, os valores recebidos relativos a portagens de concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento da IP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica. A variação desta rubrica resulta do aumento verificado nas receitas de portagens das concessões do Estado líquidas dos gastos de cobrança de portagens (9.404 m€).

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas rodoviárias são atividades de construção de gestão direta da IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso. A variação verificada no corrente ano justifica-se essencialmente, pelas empreitadas de:

- construção na Variante à EN14 – Lanço Interface rodoferroviário / Santana, incluindo nova ponte sobre o rio Ave, no valor de 12.063m€;
- construção do lanço da variante à EN 14 entre Maia e Trofa no montante de 11.298 m€ (2023: 26.870 m€) e;
- requalificação da EN344 – km 67+800 ao 75+520 – Pampilhosa da Serra 10.879m€ (2023: 2.107m€)

Os encargos com materiais de ferrovia referem-se a diversos tipos de materiais que são incorporados no investimento e na manutenção das infraestruturas ferroviárias. O exercício de 2024 teve uma variação de 62.953m€ que se justifica essencialmente pelo consumo de materiais imputados a investimento ILD (65.159 m€) nota15, deduzidos de 2.206 m€ de materiais aplicados à manutenção das infraestruturas ferroviárias.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	NOTAS	2024	2023
Conservação Ferroviária		86 241	85 340
Conservação Corrente e Segurança Rodoviária		86 019	89 066
Operação e Manutenção Subconcessões		63 125	61 413
Conservação Periódica de Estradas	12.3.4	55 665	55 665
Encargos cobrança portagens		26 221	25 229
Eletricidade		18 029	29 675
Limpeza, higiene e conforto		10 874	8 525
Vigilância e segurança		8 814	7 398
Licenças software		4 649	3 995
Trabalhos especializados		4 319	4 112
Seguros		3 614	3 531
Combustíveis		2 411	2 236
Conservação e reparação		2 288	1 694
Outros		5 007	4 330
		377 275	**382 208**

Os encargos com Conservação Ferroviária referem-se, essencialmente, à subcontratação dos serviços de manutenção de:

i) via no montante de 34.718 m€ (2023: 35.329 m€);
ii) sinalização no valor de 14.500 m€ (2023: 13.445 m€);
iii) telemática ferroviária que ascendem a 10.115 m€ (2023: 9.410 m€);
iv) desmatação no valor de 6.555 m€ (2023: 7.278 m€);
v) catenária que totalizam 5.831 m€ (2023: 6.013 m€);
vi) construção civil no montante de 4.297 m€ (2023: 5.388 m€);
vii) baixa tensão que ascendem a 3.031 m€ (2023: 2.607 m€);
viii) utilização de comboio socorro no valor de 1.559 m€ (2023: 1.670 m€); e
ix) telecomunicações no montante de 1.680m€ (2023: 1.446 m€).

Na rubrica Conservação Corrente e Segurança Rodoviária destacam-se:

i) conservação corrente de vias e obras de arte no montante de 70.483 m€ (2023: 76.589 m€);
ii) segurança rodoviária no montante de 13.940 m€ (2023:10.710 m€); e
iii) Telemática rodoviária no montante de 1.596 m€ (2023: 1.767 m€).

Os encargos com operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos Contratos de Subconcessão em vigor.

A Conservação Periódica de Estradas (nota 2.3.5) corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade da IP com os gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte rodoviárias que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período, mas sim ao valor médio anual de investimento necessário à manutenção do nível de serviço da rede.

Os Encargos de cobrança das portagens sofreram um acréscimo face a 2023, fruto do aumento verificado na procura pelas vias portajadas de cerca de 8%.

Os gastos com eletricidades (Usos diversos e Vias) verificaram um decréscimo face ao ano anterior justificando-se esta variação pela diminuição dos preços unitários contratados a partir de janeiro de 2024, na sequência do início de novos contratos de energia.

19. GASTOS COM PESSOAL

Política contabilística - nota 2.2.14.

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os gastos com pessoal detalham-se da seguinte forma:

	2024	2023
Remunerações do Pessoal	115 228	110 484
Encargos Sobre Remunerações	25 860	24 912
Outros Gastos Com Pessoal	4 175	3 631
Seguros de Acidentes de Trabalho	878	823
Gastos de Ação Social	650	623
Remunerações Órgãos Sociais	528	539
	147 319	**141 012**

Em 2024, os gastos com pessoal da IP fixaram-se em 147.319m€, refletindo um aumento de cerca de 6.307m€ ou +4,47% face a 2023 (141.012m€).

O efetivo médio da Empresa diminuiu para 3.385 trabalhadores face aos 3.415 verificados em 2023.

As Remunerações e Encargos com Pessoal sofreram um acréscimo de 5.692m€ (+4,2%), influenciado pela aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho, o qual se traduz em valorizações remuneratórias previstas no Sistema de Carreiras e em cláusulas de expressão pecuniária ligadas às diferentes formas de prestação de trabalho.

20. IMPARIDADES (PERDAS) / REVERSÕES

Política contabilística - nota 2.2.15.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.3.13 e 2.3.14

A evolução das imparidades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

	Inventários	Concedente	Clientes	Outras contas a receber	Total
Notas	9.	12.2.1	12.2.3	12.2.4	
Saldo a 31 de dezembro de 2022	**164**	**305 200**	**1 093**	**8 429**	**314 886**
Reforço / (Reversão)	- 19	-	- 17	- 75	- 110
Utilizações	-	-	-	- 57	- 57
Saldo a 31 de dezembro de 2023	**145**	**305 200**	**1 076**	**8 298**	**314 719**
Reforço / (Reversão)	54	-	-	-527	- 473
Saldo a 31 de dezembro de 2024	**199**	**305 200**	**1 076**	**7 772**	**314 246**

Destaque-se a reversão da imparidade resultante de um acordo alcançado relativo a um processo em tribunal (-500m€) do qual resultou a entrega de dois terrenos à IP valorizados em 425 m€ (nota 7) e assunção de gastos de responsabilidade da IP de 75 m€.

21. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos decompõem-se como segue de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	Notas	2024	2023
Imputação de subsídios ao investimento	11.2.1	55 725	59 660
Concessões de utilização e licenças		9 404	8 670
Fees Assinatura Concessões		8 854	8 854
Telecomunicações		6 505	5 828
Ganhos na venda de resíduos/materiais usados		5 906	8 187
Rendimentos Suplementares		5 828	788
Subsídios à exploração		5 436	20 527
Outros		12 373	5 177
		110 031	**117 691**

O rendimento reconhecido em Imputação de Subsídios ao Investimento é apurado de acordo com o período da Concessão Rodoviária, à mesma taxa de amortização do ativo relacionado.

Nas Concessões de utilização e licenças destaca-se a renda relativa ao Contrato de Concessão de Exploração de Bens do Domínio Público Ferroviário e de Gestão dos Bens do Domínio Privado da IP celebrado com a IP Património, ascendendo esta a 8.200 m€ (7.512 m€ em 2023).

Os *Fees* Assinatura Concessões respeitam ao montante reconhecido em 2024 dos *Fees* atribuídos aquando da assinatura dos contratos relativos às Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral, os quais são diferidos ao longo do prazo destas concessões.

Nas Telecomunicações está registada a renda relativa ao Contrato de Subconcessão de Exploração das Infraestruturas de Telecomunicações Integradas no Domínio Público Rodoviário e Ferroviário, celebrado com a IP Telecom que inclui a atual subconcessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações bem como a exploração do Canal Técnico Rodoviário construído, ou a construir, sob a administração e gestão da IP.

Relativamente aos ganhos na venda de resíduos/materiais usados o valor mais relevante respeita à venda de resíduos ferrosos no montante de 5.301 m€ (2023: 7.039 m€).

O valor registado na rubrica de rendimentos suplementares diz respeito, essencialmente, a multa por incumprimento contratual da data de entrada em serviço do aumento do número de vias numa das vias subconcessionadas.

Os subsídios à exploração decorrem fundamentalmente da imputação a resultados, dos subsídios recebidos no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, relativos às intempéries ocorridas em dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Na rubrica de Outros incluem-se regularizações de eletricidade e refaturações de cedência de energia de 6.394 m€ (2023: 899m€), ganhos com sinistros de 1.442 m€ (2023: 1.511m€) e ganhos com coimas de 1.261 m€ (2023: 1.190m€).

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os outros gastos e perdas detalham-se da seguinte forma:

	NOTAS	2024	2023
Taxas de Regulação Atividade Rodoviária	26.2.	3 288	3 177
Outras indemnizações		2 552	521
Impostos indiretos e outras taxas		2 078	1 227
Perdas inventários		916	649
Donativos e Quotizações		658	652
Indemnizações por danos materiais		514	482
Dívidas Incobráveis		784	622
Outros		214	631
Outros gastos e perdas		**11 004**	**7 960**

O valor registado na rubrica Taxas de Regulação Atividade Rodoviária diz respeito à Taxa de Regulação de Infraestruturas Rodoviárias, valor esse devido à AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (nota 26.2).

As Outras indemnizações, incluem gastos associados a processos judiciais.

23. RENDIMENTOS/ (GASTOS) EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Políticas contabilísticas – notas: 2.2.3 e 2.2.4.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.3.1, 2.3.10 e 2.3.13

Os rendimentos / (gastos) em subsidiárias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresentam-se como segue:

	NOTAS	2024	2023
Dividendos de subsidiárias	26.3	1 676	2 792
(Reforço) / Reversões de imparidades	4	1 199	2 649
Ganhos / (Perdas) da aplicação do MEP* em associadas		- 192	- 60
		2 683	**5 382**

*Método da equivalência patrimonial

24. PERDAS E GANHOS FINANCEIROS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 as perdas e ganhos financeiros detalham-se da seguinte forma:

	NOTAS	2024	2023
Perdas Financeiras		**225 832**	**245 300**
Juros Suportados:		**216 560**	**235 686**
Empréstimos		61 862	70 010
Subconcessões		154 578	165 569
Locações		93	103
Outros juros suportados		27	4
Outras perdas financeiras		9 272	9 614
Ganhos Financeiros		**55 659**	**63 351**
Outros juros obtidos		47	1
Juros obtidos - concedente Estado	12.2.1	55 612	63 350
Resultados Financeiros		**- 170 174**	**- 181 949**

Os juros suportados em empréstimos registam uma redução devido à diminuição do stock de dívida bem como à diminuição das taxas de juro dos empréstimos com taxa variável. Nesta rubrica estão relevados os juros incorridos com a dívida afeta aos segmentos de negócio Alta Prestação Rodoviária, Atividade de Investimento de Infraestrutura Ferroviária e Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária.

O desagravamento dos resultados financeiros face a 2023 decorre, essencialmente, da diminuição na rubrica dos juros das subconcessões, por via da redução da dívida às Subconcessionárias. Com efeito, os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados são registados nos juros suportados Subconcessões, que serão faturados no futuro, de acordo com os termos estipulados nos respetivos Contratos de Subconcessão. Este montante resulta da responsabilidade da IP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção rodoviária já efetuados por estas e ainda não pagas, no valor 1.269M€ (dívida de gestão indireta), remunerada contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 11%.

As outras perdas financeiras, para além das comissões bancárias, consideram também os encargos suportados com a taxa de aval prestado pelo Estado Português, e especialização dos encargos associados às emissões de empréstimos obrigacionistas.

Mantem-se a política de refinanciamento do stock de dívida através de operações de aumento de capital.

A rubrica de juros obtidos, onde se inclui os juros imputados ao Concedente Estado (nota 12.2.1.), que são calculados tendo por base as mesmas condições do financiamento que a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração, regista uma redução devido à diminuição do stock de dívida afetos a esta atividade.

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Política contabilística - nota 2.2.8.

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.3.15

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido na Demonstração Separada do Rendimento Integral para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Impacto na demonstração do rendimento integral			
Imposto sobre o rendimento corrente		- 4 943	1 917
Imposto sobre o rendimento diferido	8	- 32 317	- 44 643
		- 37 260	**- 42 726**

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	2024	2023
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Imposto sobre o rendimento	**21,00%**	**21,00%**
Diferenças temporárias dedutíveis no período	21,00%	21,00%
Diferenças temporárias durante o período em vigor do ICE	20,00%	21,00%
Diferenças temporárias pós período do ICE (1)	30,25%	31,25%
Prejuízos fiscais futuros	20,00%	21,00%

(1) 3% sobre o lucro tributável entre 1,5M€ e 7,5M€ / 5% sobre o lucro tributável entre 7,5M€ e 35M€ / 9% quando o lucro tributável é superior a 35M€.

Seguidamente apresenta-se a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

	NOTAS	%	2024	%	2023
Resultado antes de impostos			**161 169**		**23 952**
IRC - Taxa nominal		-21,00	- 33 845	-21,00	- 5 030
Diferenças de taxa		-3,61	- 5 819	-162,36	- 38 889
Prejuízos fiscais e benefícios RETGS		-	-	7,05	1 689
Correções de estimativa de períodos anteriores		-1,89	- 3 038	-0,25	- 60
Diferenças permanentes dedutíveis		23,04	37 129	65,04	15 579
Diferenças permanentes tributárias		-6,06	- 9 769	-2,88	- 691
Diferenças temporárias - Revisões de estimativa		-13,16	- 21 212	-61,89	- 14 823
SIFIDE		-	-	0,68	163
Tributações autónomas		-0,44	-705	-2,78	- 665
IRC – Taxa efetiva		**-23,12**	**- 37 260**	**-178,38**	**- 42 726**

No quadro acima destacam-se as:

- Diferenças de taxa – em 2024, as mesmas decorrem, fundamentalmente, da entrada em vigor da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025) onde se aprovou a redução da taxa normal de IRC em um ponto percentual, passando para 20%. Relativamente ao exercício de 2023 destaque-se a entrada em vigor do Benefício ICE e consequentes implicações que originaram alterações nas expectativas de recuperação de diferenças temporárias futuras (nota 2.3.15);
- O efeito relativo ao benefício ICE (36.326m€ incluído nas diferenças permanentes dedutíveis);
- Nas diferenças permanentes tributárias destaque-se o efeito da subcapitalização (8.929 m€); e,
- Revisões de estimativa – resulta do impacto dos instrumentos previsionais da Empresa na recuperação das diferenças temporárias resultantes, fundamentalmente, dos gastos de financiamento líquidos e da impossibilidade de recuperação destes.

26. ENTIDADES RELACIONADAS

Política contabilística - nota 2.2.16.

26.1. RESUMO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades identificadas como partes relacionadas da IP em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, no âmbito do disposto na IAS 24 – Partes Relacionadas, são as seguintes:

	Relação	% Participação 2024	% Participação 2023
Entidades públicas			
AMT	Entidade Reguladora	-	-
Estado Português (*)	Acionista / Concedente	-	-
Entidades subsidiárias			
IP Engenharia	Domínio	98,4300%	98,4300%
IP Património	Domínio	99,9968%	99,9968%
IP Telecom	Domínio	100,0000%	100,0000%
Operador Ferroviário			
CP	Relação de domínio - Estado (operador ferroviário)	-	-
Operações conjuntas			
AVEP	-	50,0000%	50,0000%
Corredor Atlântico	-	25,0000%	25,0000%
Outras entidades			
Membros dos órgãos sociais		-	-
Empresas associadas			
CCF (Centro de Competências Ferroviário)	Influência Significativa	35,3400%	31,6500%

(*) Em sentido restrito

26.2. SALDOS E TRANSAÇÕES SIGNIFICATIVAS COM ENTIDADES PÚBLICAS

A IP é detida na totalidade pelo Estado Português, sendo a função acionista desempenhada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e tendo tutela conjunta do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças.

Os saldos com o Estado e Outras Entidades para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 detalham-se como segue:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A RECEBER			
Concedente Estado - Conta a Receber	12.2.1	**5 513 437**	**4 907 716**
Outras contas a receber		**324 531**	**190 892**
Devedores por acréscimos de rendimento		**324 531**	**190 892**
Indemnizações compensatórias	12.2.4	214 885	96 954
CSR	12.2.4	109 646	93 938
		5 837 968	**5 098 608**
SALDOS A PAGAR			
Financiamentos obtidos		**2 332 667**	**2 332 667**
Suprimentos - Estado	12.3.2	2 332 667	2 332 667
		2 332 667	**2 332 667**

De seguida apresentam-se as transações realizadas com o Estado e as Outras Entidades de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	Notas	2024	2023
Serviços prestados		**788 487**	**672 361**
CSR	15.	691 040	641 731
Concedente Estado - Rédito ILD	15.	97 446	30 630
Indemnizações compensatórias	16.	**117 932**	**65 405**
Estado		117 932	65 405
Rendimentos financeiros		**55 612**	**63 350**
Juros obtidos - Concedente Estado	24.	55 612	63 350
Outros gastos		**- 3 288**	**- 3 177**
TRIR	22.	- 3 288	- 3 177

26.3. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

Os saldos com empresas subsidiárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 detalham-se como segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A RECEBER			
Não correntes			
Empréstimos concedidos	12.2.2	**10 805**	**10 805**
IP Património		10 805	10 805
Correntes			
Clientes	12.2.3	**2 468**	**2 486**
IP Telecom		1 850	2
IP Património		613	2 484
IP Engenharia		5	-
Outras contas a receber		**2 832**	**2 067**
Acionistas	12.2.4	**1 061**	**1 037**
IP Telecom		859	894
IP Engenharia		202	143
Devedores por acréscimos de rendimento	12.2.4	**1 771**	**1 031**
IP Património		1 383	914
IP Telecom		383	27
IP Engenharia		4	90
		16 105	**15 358**

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A PAGAR			
Correntes			
Fornecedores	12.3.3	**2 313**	**2 807**
IP Telecom		2 312	389
IP Engenharia		0	390
IP Património		-	2 029
Outras contas a pagar	12.3.4	**3 908**	**4 270**
Fornecedores de investimentos		**187**	**542**
IP Engenharia		187	537
IP Telecom		-	4
Acionistas		**1 774**	**1 552**
IP Património		1 774	1 552
Credores por acréscimos	12.3.4	**1 255**	**1 808**
IP Telecom		741	1 808
IP Património		495	-
IP Engenharia		19	-
Outros credores		**692**	**368**
IP Telecom		692	361
IP Engenharia		-	7
		6 221	**7 077**

De seguida apresentam-se as transações realizadas com as empresas subsidiárias de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	Notas	2024	2023
Serviços prestados		**270**	**143**
IP Engenharia		174	46
IP Património		96	97
Outros rendimentos		**16 473**	**14 581**
IP Património		9 498	8 425
IP Telecom		6 930	6 120
IP Engenharia		45	36
Dividendos recebidos	23	**1 676**	**2 792**
IP Património		1 200	500
IP Engenharia		476	492
IP Telecom		-	1 800
Investimentos		**- 2 755**	**- 3 500**
IP Engenharia		- 2 755	- 3 107
IP Telecom		-	- 393
Fornecimentos e serviços externos		**- 7 504**	**- 6 839**
IP Telecom		- 6 998	- 6 472
IP Engenharia		- 519	- 346
IP Património		13	- 21
Outros gastos		**- 3**	**62**
IP Engenharia		- 6	66
IP Telecom		2	- 5
IP Património		0	-

As principais transações ocorridas intragrupo respeitam, essencialmente, aos seguintes serviços prestados/ recebidos:

Investimentos / IP Engenharia - Aquisição de serviços de estudos e projetos, gestão, coordenação e fiscalização e serviços de assessoria.

Outros rendimentos / IP Património – Rendas associadas ao Contrato de concessão entre a IP e a IP Património, contrato esse que confere à IP Património poderes para administrar, gerir e explorar os bens do domínio público ferroviário não afetos à exploração ferroviária, e dos bens do domínio privado da IP, refaturação de cedência de energia elétrica aos espaços subconcessionados, refaturação de serviços de vigilância humana, protocolo de serviços partilhados, entre outros.

Outros rendimentos / IP Telecom – Rendas associadas ao Contrato de subconcessão da infraestrutura de telecomunicações, equipamentos, redes e sistemas conexos e de suporte em vigor, refaturação relativa a cedência de energia e protocolo de serviços partilhados.

Fornecimentos e serviços / IP Telecom – Aquisição de serviços de manutenção, no âmbito do contrato de subconcessão, pela manutenção e disponibilização de serviço de comunicações sobre a utilização da fibra ótica instalada em domínio público ferroviário e rodoviário e contrato de aquisição de serviços de “Tecnologias de Informação e Rede de Dados”.

26.4. SALDOS E TRANSAÇÕES COM OPERADOR FERROVIÁRIO

No que respeita aos saldos com o operador ferroviário em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresenta-se o detalhe que segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A RECEBER			
Corrente			
Clientes	12.2.3	3 769	4 138
Outras contas a receber	12.2.4	**7 332**	**7 427**
Devedores por acréscimos de rendimento		7 332	7 427
		11 101	**11 565**
SALDOS A PAGAR			
Corrente			
Fornecedores	12.3.3	1 302	1 548
Outras contas a pagar		**437**	**1 548**
Fornecedores de investimento		301	1 339
Cauções		113	54
Credores por acréscimos	12.3.4	23	155
		1 739	**3 096**

De seguida, apresenta-se o detalhe das transações com o operador ferroviário para os períodos de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
Serviços prestados	77 342	63 787
Outros rendimentos	274	4
	77 616	**63 791**
Investimento	- 4 624	- 4 563
	- 4 624	**- 4 563**
Fornecimentos e serviços	- 2 654	- 2 441
Gastos com pessoal	- 1 682	- 1 191
Outros gastos	- 25	- 24
	- 4 361	**- 3 656**

As principais transações ocorridas com o operador ferroviário respeitam, essencialmente, aos seguintes serviços prestados/recebidos:

Os valores na rubrica de investimento resultam de encargos com transbordos rodoviários que foram efetuados na sequência de diversos trabalhos/reparações/requalificações na linha férrea, o que ocasiona a inutilização da mesma;

As prestações de serviços referem-se, maioritariamente, à utilização da infraestrutura ferroviária, à energia de tração das subestações, ao estacionamento de material circulante, à utilização de estações e apeadeiros e ao consumo de *utilities;*

Os fornecimentos e serviços englobam, essencialmente, os gastos respeitantes a fornecimento de energia elétrica, manutenção de veículos e equipamentos ferroviários e a aquisição de serviços relativa ao Comboio Socorro no âmbito do Protocolo CP/IP;

O valor da rubrica dos gastos com pessoal diz respeito aos gastos incorridos com as concessões de transporte faturadas ao abrigo do Contrato sobre “Utilização de Transportes da CP dos trabalhadores e beneficiários da ex-REFER.

26.5. OPERAÇÕES CONJUNTAS

De seguida apresentam-se os impactos das operações conjuntamente controladas nas Demonstrações Financeiras da IP em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos	260	122
Passivos	-	-

	2024	2023
Serviços prestados	42	-
Resultado do exercício	-3	- 2

26.6. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: (*)

Vice-Presidente: (**) Paulo Miguel Garcês Ventura

Secretária: Maria Isabel Louro Carla Alcobia

(*) O anterior Presidente da mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 de janeiro de 2020, não tendo sido substituído até à data.

(**) O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 2022.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos para o triénio 2018-2020 e exercem os respetivos cargos sem remuneração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente: Miguel Jorge de Campos Cruz

Vice-Presidente: Carlos Alberto João Fernandes e Maria Amália Freire de Almeida

Vogais: Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa e Gina Maria dos Santos Pimentel

Os termos do mandato e o estatuto remuneratório associado ao exercício dos cargos foram estabelecidos em reunião de Assembleia Geral que decorreu no dia 26 de agosto de 2022 (Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022), sendo que, no caso da Vogal do CAE, Gina Maria dos Santos Pimentel, constam da Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023, que remete, no que respeita ao estatuto remuneratório, para a Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022.

Encontrando-se definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foi aplicada a redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, durante o ano de 2024.

Não foram atribuídas remunerações variáveis de desempenho aos seus gestores.

Encontra-se autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 3, alínea c) do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

Apresenta-se de seguida a remuneração anual auferida pelos membros:

(valores em euros)

	2024		2023	
	REMUNERAÇÕES	ENC. PATRONAIS	REMUNERAÇÕES	ENC. PATRONAIS
Miguel Jorge de Campos Cruz	110 801	26 068	108 509	25 308
Maria Amália Freire de Almeida	98 782	23 461	97 979	22 777
Carlos Alberto João Fernandes	98 827	23 461	97 810	22 777
Gina Maria dos Santos Pimentel	90 383	21 466	-	-
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	87 806	20 854	87 238	20 247
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-	-	70 457	16 437
Ana Isabel Mota da Silva Coelho	-	-	23 442	5 409
	486 599	**115 309**	**519 799**	**120 945**

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

As remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, foram definidas em reunião de Assembleia Geral de 28 de agosto de 2015.

Após requerimento nesse sentido, Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz exerce o cargo de Vogal do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão para as Matérias Financeiras sem auferir remuneração por passagem à situação de reforma, desde julho de 2017.

José Coutinho Garrido Castel-Branco exerce, de forma remunerada, o cargo de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, auferindo 30% da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração Executivo atualmente em funções.

De acordo com o artigo 391.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, por remissão do artigo 435.º, n.º 2 do mesmo Código, os membros do conselho geral e de supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação até à presente data, não houve alteração dos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

(valores em euros)

	2024		2023	
	REMUNERAÇÕES	ENC. PATRONAIS	REMUNERAÇÕES	ENC. PATRONAIS
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	25 863	-	25 007	-
	25 863	**0**	**25 007**	**0**

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, em reunião de Assembleia Geral de 19 de março de 2019 (Ata da Assembleia Geral n.º 03/2019), foi fixado para este cargo, como limite máximo para os honorários a atribuir, o montante equivalente a 35% da remuneração global do Presidente do Conselho Administração Executivo, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

(valores em euros)

	2024	2023
Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.	35 773	35 773

27. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS	DATA DE PUBLICAÇÃO NO JOUE	EXERCÍCIO ECONÓMICO A QUE SE APLICA	OBSERVAÇÕES
ALTERAÇÕES ÀS NORMAS E NOVAS NORMAS EFETIVAS A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2024			
Alterações à IAS 1 – Classificação dos passivos como correntes ou não correntes e passivos não correntes com "*covenants*" (Regulamento 2023/2822 da Comissão, de 19 de dezembro de 2023)	20-12-2023	2024	Sem impacto
Alterações à IFRS 16 – Passivo de locação numa venda e relocação (Regulamento 2023/2579 da Comissão, de 20 de novembro de 2023)	21-11-2023	2024	Sem impacto
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores (Regulamento 2024/1317 da Comissão, de 15 de maio de 2024)	16-05-2024	2024	Sem impacto
Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor após 1 de janeiro de 2025			
Alterações à IAS 21 – Falta de capacidade de câmbio (Regulamento 2024/2862 da Comissão, de 12 de novembro de 2024)	13-11-2024	2025	Sem impacto
NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO IASB E IFRIC AINDA NÃO ENDOSSADAS PELAS EU			
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 10 de abril de 2024)	-	Previsto 2027	Com impacto relevante (*)
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 9 de maio de 2024)	-	Previsto 2027	Sem impacto
Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (emitida pelo IASB em 30 de maio de 2024)	-	Previsto 2026	Sem impacto
Melhoramentos Anuais às IFRS – Volume 11 (emitida pelo IASB em 18 de julho de 2024) - (IFRS1 / IFRS7 / IFRS9/ IFRS10 / IAS7)	-	Previsto 2026	As referidas melhorias vão ser objeto de análise
Contratos com referência a eletricidade "nature-dependent" – Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 (emitida pelo IASB em 18 de dezembro de 2024)	-	Previsto 2026	As referidas melhorias vão ser objeto de análise

(*) Introduz alterações significativas na apresentação das demonstrações financeiras

- Ao nível da demonstração dos resultados, rendimentos e gastos classificados nas categorias (operacionais, financiamento e investimentos).

- Requisitos alargados para a classificação agregação e desagregação da informação nas demonstrações financeiras;
- Alterações pontuais na demonstração dos fluxos de caixa, e;
- Exigência de determinadas entidades incluírem medidas de desempenho definidas pela gestão nas notas das demonstrações financeiras com reconciliações para os subtotais mais próximos reconciliáveis com as IFRS.

28. GARANTIAS E AVALES

Em 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades assumidas com garantias bancárias prestadas totalizavam 1.518.651m€ (2023: 1.518.657 m€), com o seguinte detalhe:

- Garantias no montante de 1.513.906 m€ (2023: 1.513.906 m€) prestadas a favor da Autoridade Tributária decorrentes do processo do IVA (nota 10);
- Garantias no montante de 4.745 m€ (2023: 4.752 m€) prestadas a favor de tribunais no âmbito de processos de contencioso e a outras entidades.

29. CONTINGÊNCIAS

Política contabilística - nota 2.2.12.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data, incluindo a situação de impugnação judicial referente ao diferendo de IVA.

PROCESSOS EM TRIBUNAL

A 31 de dezembro de 2024, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações ferroviárias, atingem o valor de 53.969 m€ (em 2023: 32.324 m€), sendo que este valor não tem reflexo na Demonstração da Posição Financeira. Nestes casos, apenas quando os valores são decretados, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde esteja a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado sendo que, da sua resolução, não resulta um encargo para a Empresa, mas sim para o Concedente das infraestruturas ferroviárias.

Existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas ferroviárias de que a Empresa é gestora, e danos provocados em propriedades alheias e imputáveis à Empresa. Estas ações encontram-se cobertas pelo seguro de atividade da IP.

SUBSÍDIOS

Os subsídios foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas encontrando-se, no entanto, sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo final.

A eventual correção de subsídios afetos à concessão (rodoviária) e ao *Atlantic CAM* terá impacto numa base pro-rata da amortização dos ativos que lhe estão associados.

Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento ferroviário por conta do Concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do Concedente – Estado – conta a receber.

Relativamente aos subsídios recebidos no âmbito do projeto LAV, qualquer incumprimento terá por consequência a devolução dos montantes.

Relativamente aos subsídios operacionais, eventuais correções em sede de auditoria terão impacto direto no exercício em que ocorram.

30. COMPROMISSOS

Os compromissos da IP resultam fundamentalmente da obrigação de cumprimento dos compromissos assumidos relativos aos Contratos de Subconcessão Rodoviária e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos respeitantes à Rede Rodoviária Concessionada.

Os encargos líquidos da IP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos Contratos de Concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas da IP, de acordo com o Contrato de Concessão, a preços constantes e com IVA, conforme os valores enviados à Direção-Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento do Estado para 2025, resumem-se no quadro seguinte:

ENCARGOS CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES (M€)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Encargos Brutos	1 224	1 066	967	881	779	650	583	412	322
Receitas	- 390	- 264	- 274	- 801	- 358	- 283	- 253	- 221	- 186
Encargos Líquidos	**833**	**802**	**694**	**80**	**421**	**367**	**331**	**191**	**136**

ENCARGOS CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES (M€)	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Encargos Brutos	310	251	174	149	169	42	13	0
Receitas	- 187	- 189	- 179	- 145	- 156	- 2	0	0
Encargos Líquidos	**123**	**63**	**- 4**	**4**	**12**	**40**	**13**	**0**

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado 2025

Conforme Relatório do Orçamento do Estado de 2025*:*

"No que respeita aos valores relativos às parcerias rodoviárias apresentados no quadro anterior, as previsões orçamentais basearam-se nos contratos em execução, não se considerando expetativas de resultados dos processos negociais em curso, nem dos litígios pendentes.

Relativamente aos contratos de subconcessão do Douro Interior, do Litoral Oeste e do Baixo Tejo, as previsões dos respetivos encargos líquidos não contemplam, tal como nos exercícios orçamentais anteriores, o pagamento das denominadas compensações contingentes (em linha com a posição manifestada pelo Tribunal de Contas a esse respeito).

Face à estimativa apresentada no Relatório do Orçamento do Estado para 2024, para o ano de 2025 e seguintes, verifica-se um aumento dos encargos líquidos estimados para este horizonte temporal (para o ano de 2025 estavam previstos 629 milhões de euros no referido exercício face aos 826 milhões de euros previstos no exercício atual), o qual resulta essencialmente de uma redução das receitas previstas para o mesmo período e de uma manutenção dos encargos brutos projetados.

Observa-se, no entanto, um decréscimo na previsão do exercício atual dos encargos líquidos para 2025 face ao ano de 2024 (1013 milhões de euros para 826 milhões de euros).

Ao nível das receitas, o impacto observável em 2025, quando comparada a previsão do Relatório do Orçamento do Estado para 2024 (545 milhões de euros) com o valor de 2025 do Relatório do Orçamento do Estado para 2025 (390 milhões de euros), é essencialmente consequência da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto, que determina, quando da sua entrada em vigor, em janeiro de 2025, a eliminação das taxas de portagem nos lanços e sublanços de determinadas autoestradas do interior e onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança, o qual tem impacto nas receitas de portagem num montante estimado de 180 milhões de euros, atualmente captada pelo setor público, das concessões do Algarve, do Norte Litoral, das Beiras Litoral e Alta e do Interior Norte e nas subconcessões do Pinhal Interior e da Transmontana.

O acréscimo observável no quadro anterior ao nível da evolução da receita de 2024 para 2025 resulta de outros efeitos que impactam na variação da estimação da receita, nomeadamente (i) a evolução do valor da tarifa de portagem, (ii) a evolução do tráfego rodoviário e (iii) a variação de outras receitas a receber pelo parceiro público, como os valores de 87 mil euros e 60 mil euros a serem pagos pelas subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste, respetivamente, de acordo com o estipulado contratualmente.

Ao nível dos encargos brutos, observa-se no mesmo quadro um decréscimo dos montantes de 2024 (1370 milhões de euros) face ao previsto para o ano de 2025 (1216 milhões de euros). Face ao exercício efetuado no Relatório do Orçamento do Estado para 2024 para o horizonte temporal do ano de 2025 e

seguintes, pese embora a manutenção do nível de encargos verificada (encargos previstos no Relatório do Orçamento do Estado para 2024 para o ano de 2025 de 1174 milhões de euros, face aos 1216 milhões de euros do exercício atual), observam-se as seguintes variações, materialmente relevantes, com efeitos opostos: (i) um aumento dos pagamentos por disponibilidade, essencialmente nas subconcessões, consequência da presente análise comparativa ser realizada a preços constantes e resultar num aumento dos encargos para o Estado a respetiva atualização de preços entre exercícios orçamentais, uma vez que os contratos relativos a estas PPP não realizam atualizações com base na inflação, ou, fazendo-o, utilizam apenas uma fração da inflação verificada; (ii) um acréscimo nos encargos com reequilíbrios/compensações, estimando-se, neste exercício orçamental, um valor superior de pagamentos à Beira Interior, resultado de sentença arbitral proferida no âmbito do processo arbitral nº 21/2022/AHC/ASB; e (iii) uma redução nos custos com o serviço de cobrança de portagem, consequência essencialmente da exclusão dos valores relativos aos lanços e sublanços abrangidos pela Lei nº 37/2024, de 7 de agosto”

31. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

a) Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Empresa confirma não ser devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social. Mais informa não ser devedora de qualquer dívida perante a Administração Fiscal.
b) Impacto da atividade da IP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

i. Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da IP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a IP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando, quando a IP recebe juros de aplicações financeiras fora do perímetro das Administrações Públicas, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas. Quando a IP paga serviços prestados por Sociedades fora do perímetro das Administrações Públicas está a aumentar a despesa pública e, consequentemente, o défice; se a IP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

ii. Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

A IP encontra-se integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento do Estado.

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

A tabela I diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros da IP à data de 31 de dezembro de 2024, tendo presentes os compromissos já assumidos pela Empresa. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do Contrato de Concessão Rodoviário da IP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

Valores a preços correntes

m€		2025	2026	2027	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido		106 314	444.989	159 541	...	899 857	...	2 253 788	...	3 063 523	...	4 093 246	...	5 486 028	...	6 682 590
Necessidades de Financiamento Anuais		1 880 107	597 300	855.914	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--
Dividendos a pagar	**(a)**	--	--	--	...	775 060	...	2 187 368	...	2 962 921	...	3 971 432	...	5 330 491	...	6 499 637
Imposto sobre o rendimento (IRC)	**(b)**	-	(110)	(110)	...	(354 924)	...	(886 191)	...	(1 201 284)	...	(1 598 670)	...	(2 131 943)	...	(2 590 170)
Fluxos financeiros com o Estado	**(c)**	689.661	704.253	718.336	...	(483 031)	...	(2 284 927)	...	(3 202 868)	...	(4 398 237)	...	(6 033 938)	...	(7 448 913)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

Valores a preços constantes

m€		2025	2026	2027	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido		102.186	419.323	147.391	...	709 531	...	1 457 838	...	1 625 607	...	1 781 807	...	1 959 066	...	2 077 470
Necessidades de Financiamento Anuais		1.807.101	562.849	790.732	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--
Dividendos a pagar	**(a)**	--	--	--	...	611 130	...	1 414 875	...	1 572 225	...	1 728 781	...	1 903 524	...	2 020 594
Imposto sobre o rendimento (IRC)	**(b)**	--	(104)	(102)	...	(279 855)	...	(573 223)	...	(637 441)	...	(695 908)	...	(761 319)	...	(805 227)
Fluxos financeiros com o Estado	**(c)**	662.880	663.634	663.632	...	(380 867)	...	(1 477 980)	...	(1 699 548)	...	(1 914 571)	...	(2 154 725)	...	(2 315 702)

(a) Para estas atividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir do reembolso da dívida, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Numa ótica de cash-flow.

(c) Na ótica da IP. Inclui outflows: IRC, Renda da Concessão Rodoviária e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa ótica de cash-flow.

32. OUTROS FACTOS RELEVANTES

COMPENSAÇÕES, RESERVAS DE DIREITOS, PEDIDOS DE REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (REF) E IMPUGNAÇÕES DE MULTAS NAS SUBCONCESSÕES E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Nos termos dos Contratos de Subconcessão ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da IP tem de formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a IP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direito não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 31 de dezembro de 2024 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

Subconcessão	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	CAE da IP suspendeu pagamentos, pelo menos até decisão do TdC sobre recurso CSA do AL; pagamentos foram retomados após decisão do Tribunal de Contas (decisão de não sujeição na sequência de resubmissão).
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Eliminação das taxas de portagem cobradas aos utilizadores, A4 na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Baixo Alentejo	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Baixo Tejo (AEBT)	Reposição de equilíbrio financeiro	Medidas legais e administrativas tomadas para conter/mitigar o contágio da pandemia e os efeitos sócio-económicos da mesma; qualificam como alterações legislativas de carácter especifico	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Douro Interior (Ascendi DI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Pandemia e medidas tomadas para conter a sua propagação	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Douro Interior (Ascendi DI)	Pagamento de faturas vencidas e não pagas (compensações contingentes); subsidiariamente, pedido de reposição do equilíbrio financeiro	Compensações contingentes	TA indeferiu exceções deduzidas pela IP, considerando-se competente; decisões do TdC não afastam a possibilidade de o TA se pronunciar sobre o pedido formulado pela SDI.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro (com fundamento em modificação unilateral do CSC Reformado)	Lanços IC9-Alburitel/Carregueiros e IC9 - Carregueiros/Tomar; reparação de patologias nos taludes de lanços transferidos para a AELO	Modificação unilateral do CSC reformado, decisão IP. Existe consenso entre IP/AELO sobre REF e valor pedido; IP desencadeou o procedimento previsto no DL 111/2012, de 23 de maio, carta SET de 24.10.2019; aguarda decisão do Governo (para constituição de comissão de negociação).
Litoral Oeste (AELO)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição do equilíbrio financeiro	Medidas legais e administrativas tomadas para conter/mitigar o contágio da pandemia e os efeitos sócio-económicos da mesma; qualificam como alterações legislativas de carácter específico	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	CAE da IP suspendeu pagamentos, pelo menos até decisão do TdC sobre recurso CSA do AL; pagamentos foram retomados após decisão do Tribunal de Contas (decisão de não sujeição na sequência de resubmissão).
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição do equilíbrio financeiro	Eliminação das taxas de portagens cobradas aos utilizadores A13 e A13-1 na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Algarve Litoral	Ação de indemnização	Ação proposta pelos Bancos Financiadores	Em curso.

Subconcessão	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
Algarve Litoral	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado por motivo imputável à IP	Em curso, mas ação esteve parada por inércia do Tribunal Arbitral, razão pela qual a IP requereu a destituição do Presidente do Tribunal Arbitral; foi nomeado novo Presidente (Prof. Tiago Duarte), que retomará trabalhos a partir de maio de 2024.
Algarve Litoral	Providência cautelar no âmbito da ação para rescisão do contrato de subconcessão reformado	Providência cautelar no âmbito da ação para rescisão do contrato de subconcessão reformado	Decisão arbitral: IP condenada a pagar 30.007.923,12€, acrescido de um valor mensal até que seja proferida a decisão final, no montante mínimo de 1.162.805,95€, e de 1.262.805,95€ decorridos 45 dias da referida decisão arbitral; IP pediu a anulação parcial da decisão (sobre a decisão de o Tribunal Arbitral se julgar competente).
Algarve Litoral	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado, condenação da IP a pagar encargos com rescisão dos contratos de financiamento e indemnização à RAL	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado, condenação da IP a pagar encargos com rescisão dos contratos de financiamento e indemnização à RAL	Prazo para IP recorrer em curso.
Algarve Litoral	Reposição do equilíbrio financeiro	Desvio de tráfego da 125 para a Via do Infante na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.

Contrato de Prestação de Serviços	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico - Alteração da Lei n.º 25/2006, materializadas aquando da aprovação da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro.	A IP aceitou a elegibilidade das despesas apresentadas, que serão ou não aprovadas caso a caso.
Vialivre, S.A. Algarve e Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O& M Interior Norte	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M Concessão IP A23	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M Concessão IP - IP4 (A4)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M BLA	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.

"COMPENSAÇÕES, RESERVAS DE DIREITOS E PEDIDOS DE REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (REF) NAS CONCESSÕES DO ESTADO"

Tratando-se de concessões do Estado que são negociadas pelo Estado com as Concessionárias, a IP não é contraparte nos contratos, apenas tem conhecimento destas situações por intermédio do representante do Estado, o IMT. No âmbito do seu Contrato de Concessão com o Estado, a IP poderá eventualmente ser chamada a efetuar o pagamento de situações de REF, se o Concedente assim o determinar.

No exercício de 2024, a IP registou encargos no montante líquido de 12.329 m€ de comparticipações, compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam:

i. Compensação à concessionária BRISAL-Auto-Estradas do Litoral, no montante de 8.104 m€, nos termos da sentença do Tribunal Arbitral de 15 de abril de 2015;
ii. Compensação à concessionária AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, no montante de 9.930 m€, nos termos da sentença do Tribunal Arbitral de 7 de fevereiro de 2017; registaram-se igualmente pagamentos e recebimentos referentes à arbitragem 9/2023/AHC/ASB de que resultou um recebimento de 35 m€;
iii. Execução dos Acordos de Reequilíbrio financeiro com a Lusoponte, resultando num saldo de 7.869 m€ a favor da IP;

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Política contabilística - nota 2.2.17.

i) Aumento de Capital

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 18 de fevereiro de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 361.315 m€, correspondentes a 72.263 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 7 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 72.245 m€, correspondentes a 14.449 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 31 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 95.115m€, correspondentes a 19.023 novas ações.

ii) Moratória dos empréstimos do Estado com origem na rodovia

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF 3 de abril de 2025 foi concedida nova moratória para os empréstimos do Estado alocados à rodovia no montante de 2.332,7 M€ (2.215,6 M€ de amortização e 117,1 M€ de juros), deslizando o seu vencimento até 30 de abril de 2026. Os diferimentos concedidos neste âmbito não estão sujeitos ao pagamento de juros.

iii) Portagens

Em 23 de julho de 2024 foi promulgada a Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, onde se elimina as taxas de portagem cobradas aos utilizadores em determinados lanços e sublanços de autoestradas do interior, de antigas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT), e de vias onde não existam alternativas que permitam um uso com qualidade e segurança, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro. A presente lei entrou em vigor a 1 de janeiro de 2025.

Refira-se que as demonstrações financeiras incluem 24.210 m€ e 40.752 m€ referentes a portagens com vias próprias, a deduzir de 3.621 m€ e 1.909 m€ relativos a encargos com custos de cobrança, para os períodos de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativo a vias que deixarão de ser portajadas a partir de 1 de janeiro de 2025.

Não obstante, por forma a acautelar o equilíbrio económico e financeiro da Concessão, conforme descrito na nota 2.3 relativamente aos descontos em autoestradas e à eliminação de portagens, introduzidos pela Portaria n.º 418/2023, e pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto a partir de 1 de janeiro de 2025, consideramos que será igualmente equacionado, em articulação entre o Concedente e a IP, considera-se que será equacionado um mecanismo suscetível de assegurar a compensação pela perda de receita associada à eliminação destas portagens.

Almada, 4 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado Digitalmente

Diretora Financeira	Maria do Carmo Almiro do Vale Duarte Ferreira Documento Assinado Digitalmente
Contabilista Certificado	Diogo Mendonça Lopes Monteiro Documento Assinado Digitalmente

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS E NOTAS

Parte III

Infraestruturas de Portugal

Índice

1. Demonstrações Orçamentais 668
2. Anexos às Demonstrações Orçamentais 677
2.1 Alterações Orçamentais de Receita 677
2.2 Alterações Orçamentais de Despesa 678
2.3 Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos 679
2.4 Operações Tesouraria 679
2.5 Contratação Administrativa 679
2.5.1 Situação dos Contratos 679
2.5.2 Adjudicações por Tipo de Procedimento 752
2.6 Transferências e Subsídios 753
2.6.1 Transferências e Subsídios Concedidos 753
2.6.2 Transferências e Subsídios Obtidos 759
3. DCLCPA – Declarações Previstas no Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro 760

1. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

(Valores em milhares de euros - m€)

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023

RUBRICAS RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
	RP	RI	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gerência anterior	**23.464**	**8.145**	**12.150**	**0.000**	**18.709**	**62.468**	**73.476**
Operações orçamentais [1]	23.464	8.145	12.150	0.000	0.000	43.759	58.910
Devolução do saldo oper. orçamentais	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Operações de tesouraria [A]	0.000	0.000	0.000	0.000	18.709	18.709	14.566
Receita corrente	**579.704**	**86.917**	**1.119**	**0.000**	**0.000**	**667.741**	**639.429**
R1 Receita fiscal	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R1.1 Impostos diretos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R1.2 Impostos indiretos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R3 Taxas, multas e outras penalidades	394.842	0.000	0.000	0.000	0.000	394.842	399.648
R4 Rendimentos de propriedade	4.977	0.000	0.000	0.000	0.000	4.977	5.341
R5 Transferências e subsídios Correntes	0.000	86.917	1.119	0.000	0.000	88.037	96.558
R5.1 Transferências Correntes	0.000	86.917	1.119	0.000	0.000	88.037	96.558
R5.1.1 Administrações Públicas	0.000	86.917	0.000	0.000	0.000	86.917	95.969
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	0.000	86.917	0.000	0.000	0.000	86.917	95.969
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.2 Exterior - U E	0.000	0.000	1.119	0.000	0.000	1.119	0.589
R5.1.3 Outras	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.2 Subsídios Correntes	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R6 Venda de bens e serviços	152.244	0.000	0.000	0.000	0.000	152.244	132.852
R7 Outras receitas correntes	27.641	0.000	0.000	0.000	0.000	27.641	5.030
Receita de capital	**9.362**	**685.739**	**444.663**	**0.000**	**0.000**	**1.139.764**	**862.413**
R8 Venda de bens de investimento	0.851	0.000	0.000	0.000	0.000	0.851	0.240
R9 Transferências e subsídios de Capital	0.000	685.739	444.663	0.000	0.000	1.130.402	853.608
R9.1 Transferências de Capital	0.000	685.739	444.663	0.000	0.000	1.130.402	853.608
R9.1.1 Administrações Públicas	0.000	685.739	0.000	0.000	0.000	685.739	587.362
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	0.000	685.739	0.000	0.000	0.000	685.739	587.362
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.2 Exterior - U E	0.000	0.000	444.663	0.000	0.000	444.663	266.245
R9.1.3 Outras	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.2 Subsídios de Capital	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R10 Outras receitas de capital	8.511	0.000	0.000	0.000	0.000	8.511	8.565
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Receita efetiva [2]	**589.066**	**772.656**	**445.782**	**0.000**	**0.000**	**1.807.505**	**1.501.842**
Receita não efetiva [3]	**2.015.410**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**2.015.410**	**1.595.763**
R12 Receita com ativos financeiros	198.200	0.000	0.000	0.000	0.000	198.200	161.248
R13 Receita com passivos financeiros	1.817.210	0.000	0.000	0.000	0.000	1.817.210	1.434.515
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	**2.627.940**	**780.801**	**457.932**	**0.000**	**0.000**	**3.866.674**	**3.156.515**
Operações de tesouraria [B]	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**-19.525**	**-19.525**	**4.604**

Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com as seguintes fontes de financiamento:

- RP - Receitas próprias
- RG - Receitas gerais
- UE - Financiamento da União Europeia
- EMPR - Contração de empréstimos
- FUNDOS ALHEIOS - Correspondem a operações de tesouraria

DEMONSTRAÇÃO DE DESEMPENHO ORÇAMENTAL

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023 (Continuação)

RUBRICAS PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						n-1
	RP	RI	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	**579.123**	**87.266**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**666.390**	**640.029**
D1 Despesa com Pessoal	110.705	35.976	0.000	0.000	0.000	146.681	137.420
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	79.641	25.206	0.000	0.000	0.000	104.847	100.190
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	7.620	2.593	0.000	0.000	0.000	10.212	9.852
D1.3 Segurança social	23.444	8.178	0.000	0.000	0.000	31.622	27.378
D2 Aquisição de bens e serviços	386.208	13.736	0.000	0.000	0.000	399.945	367.581
D3 Juros e outros encargos	75.566	0.000	0.000	0.000	0.000	75.566	81.366
D4 Transferências correntes	3.166	0.757	0.000	0.000	0.000	3.924	1.928
D4.1 Administrações Públicas	0.278	0.000	0.000	0.000	0.000	0.278	0.270
D4.1.1 Administração Central - Estado	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.278	0.000	0.000	0.000	0.000	0.278	0.270
D4.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0.235	0.000	0.000	0.000	0.000	0.235	0.247
D4.3 Famílias	0.013	0.000	0.000	0.000	0.000	0.013	0.024
D4.4 Outras	2.641	0.757	0.000	0.000	0.000	3.399	1.386
D5 Subsídios	0.008	36.796	0.000	0.000	0.000	36.804	25.145
D6 Outras despesas correntes	3.469	0.000	0.000	0.000	0.000	3.469	26.588
Despesa de capital	**1.239.147**	**683.835**	**168.432**	**0.000**	**0.000**	**2.091.414**	**2.113.507**
D7 Investimento	1.227.107	683.835	168.432	0.000	0.000	2.079.374	2.113.407
D8 Transferências de capital	12.040	0.000	0.000	0.000	0.000	12.040	0.100
D8.1 Administrações Públicas	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.1 Administração Central - Estado	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.3 Famílias	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.4 Outras	12.040	0.000	0.000	0.000	0.000	12.040	0.100
D9 Outras despesas de capital	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Despesa efetiva [5]	**1.818.270**	**771.101**	**168.432**	**0.000**	**0.000**	**2.757.803**	**2.753.536**
Despesa não efetiva [6]	**627.590**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**627.590**	**359.220**
D10 Despesa com ativos financeiros	54.760	0.000	0.000	0.000	0.000	54.760	200.200
D11 Despesa com passivos financeiros	572.830	0.000	0.000	0.000	0.000	572.830	159.020
Soma [7]=[5]+[6]	**2.445.860**	**771.101**	**168.432**	**0.000**	**0.000**	**3.385.393**	**3.112.756**
Operações de tesouraria [C]	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**144.058**	**144.058**	**0.462**
Saldo para a gerência seguinte	**182.081**	**9.700**	**289.501**	**0.000**	**-144.874**	**336.406**	**62.468**
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	182.081	9.700	289.501	0.000	0.000	481.281	43.759
Operações de tesouraria [D] = [A]+[B]-[C]	0.000	0.000	0.000	0.000	-144.874	-144.874	18.709
Saldo global [2] - [5]	**-1.229.204**	**1.555**	**277.351**	**0.000**	**0.000**	**-950.298**	**-1.251.694**
Despesa primária	1.742.704	771.101	168.432	0.000	0.000	2.682.237	2.672.170
Saldo corrente	0.581	-0.349	1.119	0.000	0.000	1.351	-0.600
Saldo de capital	-1.229.785	1.904	276.231	0.000	0.000	-951.650	-1.251.094
Saldo primário	-1.153.638	1.555	277.351	0.000	0.000	-874.732	-1.170.328
Receita total [1] + [2] + [3]	2.627.940	780.801	457.932	0.000	0.000	3.866.674	3.156.515
Despesa total [5] + [6]	2.445.860	771.101	168.432	0.000	0.000	3.385.393	3.112.756

O saldo global de 2024 evidencia uma melhoria de 301,4 milhões de euros face ao período homólogo de 2023. Este desagravamento deve-se, essencialmente, ao recebimento de financiamento comunitário sob a forma de adiantamento, no montante de 284,6 milhões de euros, para cobertura parcial do projeto de Alta Velocidade (LAV), o qual será utilizado, exclusivamente, em função do desenvolvimento do projeto (PPP1).

Foram recebidos sob a forma de dotações de capital (1.817,2 milhões de euros), sendo que as necessidades de financiamento da IP ascenderam a 1.812 milhões de euros.

A IP terminou o ano com um reforço de 274 milhões de euros no saldo de gerência, cuja origem advém, principalmente, do montante já referido do pré-financiamento de 284,6 milhões de euros.

A receita total cobrada em 2024 ascendeu a 3.624,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 688,4 milhões de euros face ao período homólogo (+23%), justificado pelo aumento das dotações de capital em 382,7 milhões de euros, mas também em consequência dos seguintes impactos:

Receita Corrente

- Diminuição da receita de Portagens (-4,8 milhões de euros), resultado da aplicação do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabeleceu um regime excecional de atualização de tarifas e taxas de portagem, assim como a atribuição de um apoio a entregar às concessionárias em complemento do pagamento das tarifas e taxas de portagem realizado pelos utilizadores;
- Aumento do valor das vendas e prestações de serviço (+19,4 milhões de euros), em virtude do recebimento de parte da faturação vencida por parte dos operadores ferroviários;
- Aumento das outras receitas correntes (+22,6 milhões de euros), relativo ao reembolso de IRC;
- Diminuição das receitas de impostos, nomeadamente de:
  - não recebimento das Indemnizações Compensatórias, em virtude do contrato programa apenas ter sido assinado em novembro e, por conseguinte, ainda aguardava visto prévio do Tribunal de Contas no final do ano;
  - não recebimento de qualquer valor referente ao apoio para os danos com intempéries, tendo a respetiva despesa sido coberta, após autorização, por recurso ao saldo de gerência;
  - verbas recebidas na forma de apoio atribuído no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro (+14 milhões de euros), conforme já referido.

Receita de Capital

- Aumento das receitas de impostos, nomeadamente de:
  - CSR (+98,3 milhões de euros);
  - verbas do Leilão 5G (+23,7 milhões de euros) especificamente para financiamento do Anel CAM;
  - verbas recebidas sob a forma de transferências da DGTF (+27,6 milhões de euros) para financiamento do PRR;

- Aumento do valor de financiamento europeu recebido (+178,4 milhões de euros), resultado do recebimento de 284,6 milhões de euros de adiantamentos relativos ao projeto de Alta Velocidade (LAV).

Relativamente à ***Despesa Corrente***, verifica-se que a execução de 666,4 milhões de euros se situa acima do nível verificado no período homólogo de 2023, cujos principais motivos estão relacionados com:

- Aumento da despesa com Pessoal (+9,3 milhões de euros);
- Aumento da execução da conservação rodoviária e ferroviária (+32,6 milhões de euros), justificado não apenas pelo aumento dos custos dos materiais e mão de obra, mas também pelo facto de não ter sido possível maximizar a execução orçamental em dezembro de 2023, por insuficiência de receita do ano, o que se traduziu num aumento dos pagamentos realizados durante o 1.º trimestre de 2024 relativamente a faturação transitada do ano anterior;
- Aumento da despesa com a aquisição de materiais para obras de manutenção ferroviária (+5,2 milhões de euros), com limpeza (+5,3 milhões de euros) e vigilância (+1,3 milhões de euros).
- Aumento do serviço da dívida (+408 milhões de euros), em resultado da amortização integral do Eurobond 09/24 no montante de 500 milhões de euros, efetuado em outubro de 2024;
- Aumento da despesa com o mecanismo de apoio às portagens (Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro) (+11,7 milhões de euros), que reflete um aumento correspondente do lado da receita.

No que diz respeito à ***Despesa de Capital***, verifica-se que a execução de 2.091,4 milhões de euros se situa abaixo do verificado no período homólogo de 2023, cujos principais motivos estão relacionados com:

- Diminuição da despesa com concessões e subconcessões rodoviárias (-108,5 milhões de euros), resultado da evolução das tarifas de disponibilidade e da diminuição das Grandes Reparações;
- Diminuição da despesa com os investimentos ferroviários associados ao Ferrovia 2020 (-10,9 milhões de euros);
- Aumento da execução dos investimentos rodoviários relacionados com o PRR (+42 milhões de euros), sendo os mesmos financiados a fundo perdido pelos fundos do MRR ou por transferências da DGTF;
- Aumento da execução do investimento com o Anel CAM (+34,8 milhões de euros).

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Recebimentos Diferidos	Receitas por cobrar no final do período	Liquidações de períodos futuros				
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
Receita corrente																		
R1 Receita fiscal	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R1.1 Impostos diretos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R1.2 Impostos indiretos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R3 Taxas, multas e outras penalidades	517.986	118.667	6.297	411.415	18.393	394.842	0.000	0.000	2.367	392.475	394.842	0.000	4.477	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R4 Rendimentos de propriedade	5.242	0.157	1.158	3.956	0.030	4.977	0.000	0.000	1.129	3.848	4.977	0.000	0.108	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5 Transferências e subsídios Correntes	109.546	21.503	0.000	98.570	10.528	88.037	0.000	0.000	0.000	88.037	88.037	0.000	0.006	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1 Transferências Correntes	109.546	21.503	0.000	98.570	10.528	88.037	0.000	0.000	0.000	88.037	88.037	0.000	0.006	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1 Administrações Públicas	108.335	21.412	0.000	97.431	10.508	86.917	0.000	0.000	0.000	86.917	86.917	0.000	0.006	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	108.335	21.412	0.000	97.431	10.508	86.917	0.000	0.000	0.000	86.917	86.917	0.000	0.006	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.2 Exterior - U E	1.211	0.092	0.000	1.140	0.020	1.119	0.000	0.000	0.000	1.119	1.119	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.1.3 Outras	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R5.2 Subsídios Correntes	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R6 Venda de bens e serviços	228.289	40.015	34.339	517.031	363.097	152.244	0.000	0.000	19.760	132.484	152.244	0.000	36.030	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R7 Outras receitas correntes	1.510	-27.314	0.565	28.679	0.420	27.641	0.000	0.000	0.095	27.547	27.641	0.000	1.182	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Receita de capital																		
R8 Venda de bens de investimento	0.689	-0.307	0.145	0.861	0.010	0.851	0.000	0.000	0.000	0.851	0.851	0.000	0.145	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9 Transferências e subsídios de Capital	978.239	-178.786	36.657	1.421.015	300.647	1.130.402	0.000	0.000	23.964	1.106.438	1.130.402	0.000	26.623	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1 Transferências de Capital	978.239	-178.786	36.657	1.421.015	300.647	1.130.402	0.000	0.000	23.964	1.106.438	1.130.402	0.000	26.623	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1 Administrações Públicas	733.575	47.836	0.000	685.739	0.000	685.739	0.000	0.000	0.000	685.739	685.739	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	733.575	47.836	0.000	685.739	0.000	685.739	0.000	0.000	0.000	685.739	685.739	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.2 Exterior - U E	244.664	-226.621	36.657	735.276	300.647	444.663	0.000	0.000	23.964	420.699	444.663	0.000	26.623	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.1.3 Outras	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R9.2 Subsídios de Capital	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R10 Outras receitas de capital	0.000	-15.972	6.378	9.593	0.000	8.511	0.000	0.000	0.002	8.509	8.511	0.000	7.461	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R12 Receita com ativos financeiros	198.200	0.000	0.000	198.200	0.000	198.200	0.000	0.000	0.000	198.200	198.200	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
R13 Receita com passivos financeiros	2.178.221	361.011	0.000	1.817.210	0.000	1.817.210	0.000	0.000	0.000	1.817.210	1.817.210	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	43.759	0.000	0.000	43.759	0.000	43.759	0.000	0.000	0.000	43.759	43.759	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Total	**4.261.681**	**318.976**	**85.540**	**4.550.290**	**693.125**	**3.866.674**	**0.000**	**0.000**	**47.317**	**3.819.357**	**3.866.674**	**0.000**	**76.032**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros					Obrigações para períodos futuros				
										Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total			(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes	(n+1)	(n+2)	(n+3)	(n+4)	Períodos seguintes
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]=[12]+[13]	[15]=[7]-[8]	[16]=[8]-[14]										
Despesa corrente																										
D1 Despesa com Pessoal	4.504	158.311	0.000	0.000	6.822	151.489	151.466	151.106	146.681	0.000	0.000	4.303	142.379	146.681	0.361	4.424	1.299	0.778	0.118	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	2.215	107.279	0.000	0.000	0.162	107.117	107.117	107.104	104.847	0	0	2.174	102.673	104.847	0.013	2.257	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	0.000	10.213	0.000	0.000	0.001	10.212	10.212	10.212	10.212	0	0	0.000	10.212	10.212	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D1.3 Segurança social	2.289	40.819	0.000	0.000	6.659	34.160	34.137	33.789	31.622	0	0	2.128	29.494	31.622	0.348	2.167	1.299	0.778	0.118	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D2 Aquisição de bens e serviços	54.092	472.906	46.755	32.252	19.255	439.147	436.023	421.523	399.945	0	0	53.894	346.050	399.945	14.500	21.579	382.246	248.401	111.490	89.601	258.994	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D3 Juros e outros encargos	0.029	85.154	0.000	0.000	9.447	75.706	75.706	75.597	75.566	0	0	0.026	75.541	75.566	0.109	0.031	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4 Transferências correntes	0.032	15.984	0.000	0.000	12.022	3.962	3.962	3.928	3.924	0.000	0.000	0.030	3.894	3.924	0.035	0.004	0.004	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1 Administrações Públicas	0.000	2.295	0.000	0.000	2.017	0.278	0.278	0.278	0.278	0.000	0.000	0.000	0.278	0.278	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.1 Administração Central - Estado	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	2.295	0.000	0.000	2.017	0.278	0.278	0.278	0.278	0	0	0.000	0.278	0.278	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.2 Instituições sem fins lucrativos	0.000	0.252	0.000	0.000	0.017	0.235	0.235	0.235	0.235	0	0	0.000	0.235	0.235	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.3 Famílias	0.000	0.019	0.000	0.000	0.006	0.013	0.013	0.013	0.013	0	0	0.000	0.013	0.013	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D4.4 Outras	0.032	13.419	0.000	0.000	9.982	3.437	3.437	3.402	3.399	0	0	0.030	3.369	3.399	0.035	0.004	0.004	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D5 Subsídios	0.000	42.362	0.000	0.000	5.558	36.804	36.804	36.804	36.804	0	0	0.000	36.804	36.804	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D6 Outras despesas correntes	0.028	94.922	66.767	0.000	24.657	3.499	3.499	3.474	3.469	0	0	0.028	3.441	3.469	0.025	0.005	0.311	0.300	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Despesa de capital																										
D7 Investimento	67.587	2.583.981	8.103	8.103	342.808	2.241.174	2.212.692	2.126.967	2.079.374	0	0	64.385	2.014.989	2.079.374	85.725	47.594	959.628	646.589	125.288	79.758	457.479	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8 Transferências de capital	0.000	13.266	0.000	0.000	1.226	12.040	12.040	12.040	12.040	0.000	0.000	0.000	12.040	12.040	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1 Administrações Públicas	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.1 Administração Central - Estado	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.2 Administração Central - Outras entidades	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.3 Segurança Social	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.4 Administração Regional	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.1.5 Administração Local	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.2 Instituições sem fins lucrativos	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.3 Famílias	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D8.4 Outras	0.000	13.266	0.000	0.000	1.226	12.040	12.040	12.040	12.040	0	0	0.000	12.040	12.040	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D9 Outras despesas de capital	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0	0	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D10 Despesa com ativos financeiros	0.000	55.060	0.000	0.000	0.300	54.760	54.760	54.760	54.760	0	0	0.000	54.760	54.760	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
D11 Despesa com passivos financeiros	0.000	572.830	0.000	0.000	0.000	572.830	572.830	572.830	572.830	0	0	0.000	572.830	572.830	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Total	**126.271**	**4.094.777**	**121.625**	**40.355**	**422.095**	**3.591.412**	**3.559.783**	**3.459.028**	**3.385.393**	**0.000**	**0.000**	**122.665**	**3.262.727**	**3.385.393**	**100.754**	**73.636**	**1.343.488**	**896.068**	**236.896**	**169.359**	**716.473**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Montante Previsto							Montante executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
													Ano N	Períodos Futuros					Total	Ano anteriores	Ano N	Total		
					RG	RP	U E	EMPR	ND	Início	Fim			Ano N+1	Ano N+2	Ano N+3	Ano N+4	Anos Seguintes						
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24] = [22]/[14]*100	[25] = [23]/([20]+[21])*100
450	8212	Construção e Requalificação Rodoviária	E	D.07.01.10.B0.B0	0.032	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.032	0.000	0.032	-	100%
450	8212	Construção e Requalificação Rodoviária	E	D.07.01.13.B0.A0	19.823	32.120	7.079	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	5.479	9.904	11.500	0.000	0.000	0.000	26.884	32.137	5.454	37.592	100%	64%
450	8212	Construção e Requalificação Rodoviária	E	D.07.03.03.00.00	0.584	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.584	0.000	0.584	-	100%
450	8212	Construção e Requalificação Rodoviária	E	D.08.09.01.00.00	0.000	0.370	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.370	0.000	0.000	0.000	0.000	0.370	0.000	0.000	0.000	-	0%
450	8259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	E	D.02.02.01.00.00	0.000	-0.001	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	-0.001	0.000	-0.001	-	100%
450	8259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	E	D.07.03.01.00.00	0.000	0.219	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.219	0.000	0.219	-	100%
450	8259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	E	D.07.03.02.00.00	0.000	0.008	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.008	0.000	0.008	-	100%
450	8259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	E	D.07.03.03.00.00	0.000	4.796	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	4.796	0.000	4.796	-	100%
450	8259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	E	D.08.03.06.59.03	0.000	1.296	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1.296	0.000	1.296	-	100%
450	8378	Expropriações Rodoviárias	O	D.07.01.13.B0.B0	27.928	14.603	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	6.713	0.740	0.169	0.000	0.000	0.000	7.622	34.909	6.668	41.577	99%	98%
450	8378	Expropriações Rodoviárias	O	D.07.01.13.B0.B0	0.000	7.116	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	9	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	7.116	0.000	7.116	-	100%
450	8379	Estudos Projetos e Assistência Técnica Rodoviária	O	D.07.01.13.B0.B0	0.000	0.004	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.004	0.000	0.004	-	100%
450	8379	Estudos Projetos e Assistência Técnica Rodoviária	O	D.07.01.13.B0.C0	2.802	9.562	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	1.977	1.113	0.196	0.000	0.000	0.000	3.286	9.079	1.882	10.961	95%	89%
450	8379	Estudos Projetos e Assistência Técnica Rodoviária	O	D.07.01.15.B0.B0	0.119	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.120	0.000	0.120	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.03.B0.B0	0.098	0.006	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.103	0.000	0.103	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.06.B0.A0	0.579	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.579	0.000	0.579	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.07.B0.B0	0.011	0.005	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.016	0.000	0.016	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.10.B0.B0	1.208	0.177	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1.385	0.000	1.385	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.11.B0.B0	0.000	0.001	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.001	0.000	0.001	-	100%
450	8380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	O	D.07.01.15.B0.B0	0.776	0.045	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.821	0.000	0.821	-	100%
450	8381	Concessões Rodoviárias	O	D.07.01.13.B0.D0	4.818.101	10.512.521	164.399	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	1.512.075	1.180.065	1.085.707	0.000	0.000	0.000	3.777.847	11.717.175	1.337.497	13.054.673	88%	84%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.02.02.03.00.00	125.482	77.051	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	202.533	0.000	202.533	-	100%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.02.02.03.RP.00	40.799	460.267	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	59.785	79.155	76.378	0.000	0.000	0.000	215.317	285.749	58.185	343.934	97%	69%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.02.02.03.RP.00	1.837	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.046	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.046	1.791	0.000	1.791	0%	98%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.07.01.13.B0.A0	5.560	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.060	3.000	2.500	0.000	0.000	0.000	5.560	0.000	0.000	0.000	0%	0%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.02.02.03.R0.00	1.487	621.119	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	95.836	120.093	132.469	0.000	0.000	0.000	348.398	274.207	89.562	363.769	93%	58%
450	8463	Conservação da Rede Rodoviária	E	D.02.02.03.R0.00	22.787	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	13.309	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	13.309	9.477	1.542	11.020	12%	48%

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 (Continuação)

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Montante Previsto							Montante executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
					RG	RP	U E	EMPR	ND	Início	Fim		Ano N	Períodos Futuros					Total	Ano anteriores	Ano N	Total		
														Ano N+1	Ano N+2	Ano N+3	Ano N+4	Anos Seguintes						
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24] = [22]/[14]*100	[25] = [23]/([20]+[21])*100
450	9617	Túnel do Marão	E	D.07.01.13.B0.A0	0.000	0.000	9.621	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	9.621	0.000	9.621	-	100%
450	9667	Construção e Requalificação Ferroviária	E	D.07.03.03.00.00	0.395	108.914	38.063	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	20.182	48.447	14.824	0.000	0.000	0.000	83.453	63.919	4.630	68.549	23%	47%
450	9667	Construção e Requalificação Ferroviária	E	D.08.09.01.00.00	0.000	0.000	0.460	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.460	0.000	0.460	-	100%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.02.02.03.00.00	0.000	268.582	16.198	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	284.780	0.000	284.780	-	100%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.07.03.02.00.00	0.000	83.318	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	5.014	12.539	7.291	0.000	0.000	0.000	24.843	58.474	2.008	60.483	40%	73%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.07.03.02.00.00	0.087	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.087	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.087	0.000	0.000	0.000	0%	0%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.07.03.03.00.00	0.000	284.069	10.240	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	61.339	49.814	53.948	0.000	0.000	0.000	165.101	129.208	22.476	151.684	37%	52%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.07.03.03.00.00	1.757	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.206	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.206	1.550	0.000	1.550	0%	88%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.02.02.03.F0.00	0.000	613.564	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	106.116	95.972	96.290	0.000	0.000	0.000	298.378	315.185	95.991	411.176	90%	67%
450	9669	Conservação da Rede Ferroviária	E	D.02.02.03.F0.00	2.775	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	2.542	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	2.542	0.233	0.009	0.242	0%	9%
450	9674	Estudos Projetos e Assistência Técnica Ferroviária	O	D.07.03.02.00.00	0.000	0.250	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.000	0.156	0.094	0.000	0.000	0.000	0.250	0.000	0.000	0.000	-	0%
450	9674	Estudos Projetos e Assistência Técnica Ferroviária	O	D.07.03.03.00.00	0.000	67.392	31.373	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	15.009	9.013	3.678	0.000	0.000	0.000	27.700	71.065	5.338	76.403	36%	77%
450	9674	Estudos Projetos e Assistência Técnica Ferroviária	O	D.08.09.02.00.00	0.000	0.380	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.225	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.225	0.155	0.225	0.380	100%	100%
450	9675	Instalação e Melhoria de Equipamentos Ferroviários	O	D.07.03.02.00.00	0.000	0.493	0.296	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.789	0.000	0.789	-	100%
450	9675	Instalação e Melhoria de Equipamentos Ferroviários	O	D.07.03.03.00.00	0.000	3.366	4.622	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	5	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	7.987	0.000	7.987	-	100%
450	9676	Expropriações Ferroviárias	O	D.07.03.01.00.00	0.000	8.104	0.743	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	4	0.889	0.543	0.074	0.000	0.000	0.000	1.505	7.342	0.000	7.342	0%	83%
450	10364	PETI 3+ E PVAE - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.02.02.03.RP.00	0.000	1.454	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.265	0.050	0.000	0.000	0.000	0.000	0.315	1.139	0.263	1.402	99%	96%
450	10364	PETI 3+ E PVAE - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.A0	0.000	317.011	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	4.183	116.017	121.583	0.000	0.000	0.000	241.783	75.228	4.173	79.401	100%	25%
450	10364	PETI 3+ E PVAE - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.B0	0.000	18.062	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.001	3.853	0.800	0.000	0.000	0.000	4.653	13.409	0.001	13.410	100%	74%
450	10364	PETI 3+ E PVAE - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.C0	0.000	15.142	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.434	5.983	6.118	0.000	0.000	0.000	12.536	2.607	0.407	3.014	94%	20%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.03.01.00.00	0.000	25.566	1.396	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	2.949	1.513	0.320	0.000	0.000	0.000	4.782	22.179	2.803	24.982	95%	93%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.03.02.00.00	0.000	14.053	0.000	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	0.810	8.554	4.683	0.000	0.000	0.000	14.047	0.006	0.134	0.139	17%	1%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.03.02.00.00	0.000	0.000	0.009	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	9	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.009	0.000	0.009	-	100%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.03.03.00.00	0.000	1.619.475	896.668	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	3	658.031	217.503	180.828	0.000	0.000	0.000	1.056.362	1.459.781	532.056	1.991.837	81%	79%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.07.03.03.00.00	0.000	0.000	45.459	0.000	0.000	01.01.2012	31.12.2027	9	1.347	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	1.347	44.112	1.347	45.459	100%	100%
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	E	D.08.09.01.00.00	0.000	11.900	3.983	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	13.041	0.424	0.000	0.000	0.000	0.000	13.466	2.417	11.815	14.232	91%	90%
450	11661	PNI2030 FERROVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.03.01.00.00	0.000	1.392	0.000	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	0.000	1.377	0.015	0.000	0.000	0.000	1.392	0.000	0.000	0.000	-	0%
450	11661	PNI2030 FERROVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.03.02.00.00	0.000	312.224	0.000	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	0.000	43.467	268.757	0.000	0.000	0.000	312.224	0.000	0.000	0.000	-	0%
450	11661	PNI2030 FERROVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.03.03.00.00	0.000	801.696	0.003	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	34.393	292.663	451.645	0.000	0.000	0.000	778.701	22.999	19.499	42.498	57%	5%
450	11662	PNI2030 RODOVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.02.02.03.RP.00	0.938	0.360	0.000	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	0.250	0.000	0.360	0.000	0.000	0.000	0.610	0.688	0.000	0.688	0%	53%
450	11662	PNI2030 RODOVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.A0	8.143	32.735	0.000	0.000	0.000	01.11.2020	31.12.2027	3	3.268	2.486	30.241	0.000	0.000	0.000	35.996	4.882	0.000	4.882	0%	12%
450	11662	PNI2030 RODOVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.B0	0.014	0.000	0.000	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.014	0.000	0.014	-	100%
450	11662	PNI2030 RODOVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	E	D.07.01.13.B0.C0	3.867	8.833	0.000	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	4.110	1.541	3.402	0.000	0.000	0.000	9.053	3.646	0.772	4.419	19%	35%
450	11705	PRR-Missing links e Aumento de capacidade da Rede	E	D.07.01.13.B0.A0	0.000	0.000	458.350	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	60.283	206.520	142.929	0.000	0.000	0.000	409.732	48.618	49.161	97.779	82%	21%
450	11705	PRR-Missing links e Aumento de capacidade da Rede	E	D.07.01.13.B0.C0	0.000	0.000	11.662	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	2.861	2.690	4.485	0.000	0.000	0.000	10.036	1.626	1.428	3.055	50%	26%

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 (Continuação)

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução	Montante Previsto							Montante executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %
					RG	RP	U E	EMPR	ND	Início	Fim		Ano N	Períodos Futuros					Total	Ano anteriores	Ano N	Total		
														Ano N+1	Ano N+2	Ano N+3	Ano N+4	Anos Seguintes						
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24] = [22]/[14]*100	[25] = [23]/([20]+[21])*100
450	12032	PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	E	D.02.02.03.F0.00	0.000	41.526	0.000	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	9.119	9.950	9.504	0.000	0.000	0.000	28.572	12.954	8.742	21.696	96%	52%
450	12032	PLANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS	E	D.02.02.03.R0.00	0.000	24.747	0.000	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	10.505	6.733	0.000	0.000	0.000	0.000	17.238	7.509	9.932	17.441	95%	70%
450	11805	PRR - (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	E	D.07.01.13.B0.A0	25.620	0.000	104.778	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	72.820	25.353	19.950	0.000	0.000	0.000	118.123	12.274	34.737	47.011	48%	36%
450	11805	PRR - (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	E	D.07.01.13.B0.C0	0.000	0.000	2.055	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	1.445	0.611	0.000	0.000	0.000	0.000	2.055	0.000	0.819	0.819	57%	40%
450	11804	PRR - Ligações transfronteiriças	E	D.07.01.13.B0.A0	1.942	0.000	32.065	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	3.607	4.360	26.040	0.000	0.000	0.000	34.007	0.000	1.282	1.282	36%	4%
450	11804	PRR - Ligações transfronteiriças	E	D.07.01.13.B0.C0	0.000	0.000	4.248	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	9	0.888	0.458	2.402	0.000	0.000	0.000	3.748	0.500	0.591	1.092	67%	26%
450	13745	ANEL CAM-Cabos Submarinos	E	D.07.03.03.00.00	189.946	0.000	4.281	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	69.108	77.414	47.706	0.000	0.000	0.000	194.227	0.000	27.824	27.824	40%	14%
450	14399	PRR - Digitalização Transporte Ferroviário	E	D.07.03.03.00.00	0.000	0.000	59.969	0.000	0.000	01.01.2021	31.12.2027	3	7.150	36.116	16.703	0.000	0.000	0.000	59.969	0.000	0.000	0.000	0%	0%
				Total	**5.305.497**	**16.425.892**	**1.908.019**	**0.000**	**0.000**				**2.867.756**	**2.676.559**	**2.823.588**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	**8.367.903**	**15.271.505**	**2.339.256**	**17.610.761**	**82%**	**74%**

Este mapa tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos e faculta informação designadamente sobre:

Cada projeto de investimento; Financiamento da componente anual e valor global do programa/projeto; Execução financeira dos anos anteriores, no exercício e exercícios futuros.

Formas de realização — utilizar os códigos: (A) para administração direta; (E) para empreitada; (O) para fornecimentos e outras;

Fontes de financiamento: (RP) receitas próprias, (RG) receitas gerais, (UE) financiamento da UE e (EMPR) contração de empréstimos;

2. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

2.1 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DE RECEITA

Evidencia as alterações orçamentais que ocorreram no período de relato, tendo as rubricas da receita um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Receita							
Rubricas	Tipo	Previsões iniciais	Alterações Orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Receita corrente							
R1 Receita fiscal		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R1.1 Impostos diretos		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R1.2 Impostos indiretos		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R3 Taxas, multas e outras penalidades	P	371.659	178.104	31.777	0.000	517.986	
R4 Rendimentos de propriedade		5.242	0.000	0.000	0.000	5.242	
R5 Transferências e subsídios Correntes	P	168.323	0.000	104.827	46.050	109.546	
R5.1 Transferências Correntes	P	168.323	0.000	104.827	46.050	109.546	
R5.1.1 Administrações Públicas	P	167.112	0.000	104.827	46.050	108.335	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado	P	167.112	0.000	104.827	46.050	108.335	
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R5.1.1.3 Segurança Social		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R5.1.1.4 Administração Regional		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R5.1.1.5 Administração Local		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R5.1.2 Exterior - U E	P	1.211	0.000	0.000	0.000	1.211	
R5.1.3 Outras		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R5.2 Subsídios Correntes		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R6 Venda de bens e serviços	P	228.289	16.494	16.494	0.000	228.289	
R7 Outras receitas correntes	P	1.510	0.000	0.000	0.000	1.510	
Receita de capital							
R8 Venda de bens de investimento		0.689	0.000	0.000	0.000	0.689	
R9 Transferências e subsídios de Capital	P	1.015.458	113.461	154.960	4.281	978.239	
R9.1 Transferências de Capital	P	1.015.458	113.461	154.960	4.281	978.239	
R9.1.1 Administrações Públicas	P	706.013	34.283	6.721	0.000	733.575	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado	P	706.013	34.283	6.721	0.000	733.575	
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R9.1.1.3 Segurança Social		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R9.1.1.4 Administração Regional		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R9.1.1.5 Administração Local		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R9.1.2 Exterior - U E	P	309.445	79.178	148.239	4.281	244.664	
R9.1.3 Outras		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R9.2 Subsídios de Capital		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R10 Outras receitas de capital		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
R12 Receita com ativos financeiros	M	0.000	0.000	0.000	198.200	198.200	
R13 Receita com passivos financeiros	P	2.178.221	0.000	0.000	0.000	2.178.221	
Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	0.000	0.000	0.000	43.759	43.759	
Total		**3.969.392**	**308.059**	**308.059**	**292.290**	**4.261.681**	

2.2 ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DE DESPESA

Evidencia as alterações orçamentais que ocorreram no período de relato, tendo as rubricas da despesa um grau de desagregação semelhante ao orçamento, incorporando o efeito das alterações, entretanto ocorridas.

Despesa								
Rubricas		Tipo	Dotaçoes iniciais	Alterações Orçamentais			Dotações corrigidas	Observações
				Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)
Despesa corrente								
D1	Despesa com Pessoal	P	158.311	176.758	176.758	0.000	158.311	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	P	113.672	120.521	126.914	0.000	107.279	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	P	10.319	10.475	10.581	0.000	10.213	
D1.3	Segurança social	P	34.320	45.762	39.263	0.000	40.819	
D2	Aquisição de bens e serviços	P	446.428	174.943	159.344	10.878	472.906	
D3	Juros e outros encargos	P	85.154	0.089	0.089	0.000	85.154	
D4	Transferências correntes	P	15.227	3.420	3.420	0.757	15.984	
D4.1	Administrações Públicas	P	2.295	0.854	0.854	0.000	2.295	
D4.1.1	Administração Central - Estado		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.1.2	Administração Central - Outras entidade:	P	2.295	0.854	0.854	0.000	2.295	
D4.1.3	Segurança Social		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.1.4	Administração Regional		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.1.5	Administração Local		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.2	Instituições sem fins lucrativos	P	0.262	0.000	0.010	0.000	0.252	
D4.3	Famílias	P	0.012	0.006	0.000	0.000	0.019	
D4.4	Outras	P	12.658	2.559	2.556	0.757	13.419	
D5	Subsídios		0.008	0.000	0.000	42.354	42.362	
D6	Outras despesas correntes	P	98.922	3.950	7.950	0.000	94.922	
Despesa de capital								
D7	Investimento	P	2.590.700	495.182	518.537	16.636	2.583.981	
D8	Transferências de capital	P	1.511	12.125	0.370	0.000	13.266	
D8.1	Administrações Públicas		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.1.1	Administração Central - Estado		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.1.3	Segurança Social		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.1.4	Administração Regional		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.1.5	Administração Local		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.2	Instituições sem fins lucrativos		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.3	Famílias		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D8.4	Outras	P	1.511	12.125	0.370	0.000	13.266	
D9	Outras despesas de capital		0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	
D10	Despesa com ativos financeiros	M	0.300	0.000	0.000	54.760	55.060	
D11	Despesa com passivos financeiros		572.830	500.000	500.000	0.000	572.830	
	Total		**3.969.392**	**1.366.467**	**1.366.467**	**125.385**	**4.094.777**	

2.3 ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
					Ano t		Periodos seguintes					
			Inicio	Fim	Dotação atual	Dotação corrigida	Ano t+1	Ano t+2	Ano t+3	Ano t+4	Outros	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)=(7)-(6)
450	08212	Construção e Requalificação Rodoviária	01.01.2012	31.12.2027	8 340 070	5 479 277	10 274 446	11 500 000	0	0	0	- 2 860 793
450	08259	Programa mínimo investimentos na Rede Ferroviária	01.01.2012	31.12.2027	0	0	0	0	0	0	0	0
450	08378	Expropriações Rodoviárias	01.01.2012	31.12.2027	1 586 002	6 713 498	740 200	168 600	0	0	0	5 127 496
450	08379	Estudos Projetos e Assistência Técnica Rodoviária	01.01.2012	31.12.2027	3 084 775	1 976 687	1 113 359	195 886	0	0	0	- 1 108 088
450	08380	Instalação e Melhoria de Equipamentos Rodoviários	01.01.2012	31.12.2027	0	0	0	0	0	0	0	0
450	08381	Concessões Rodoviárias	01.01.2012	31.12.2027	1 524 809 960	1 512 074 840	1 180 064 905	1 085 706 863	0	0	0	- 12 735 120
450	08463	Conservação da Rede Rodoviária	01.01.2012	31.12.2027	158 980 387	169 036 014	202 247 780	211 347 125	0	0	0	10 055 627
450	09617	Túnel do Marão	01.01.2012	31.12.2027	0	0	0	0	0	0	0	0
450	09667	Construção e Requalificação Ferroviária	01.01.2012	31.12.2027	0	20 182 419	48 446 965	14 823 595	0	0	0	20 182 419
450	09669	Conservação da Rede Ferroviária	01.01.2012	31.12.2027	105 284 457	175 303 620	158 325 183	157 529 375	0	0	0	70 019 163
450	09674	Estudos Projetos e Assistência Técnica Ferroviária	01.01.2012	31.12.2027	45 895 907	15 234 124	9 169 073	3 771 375	0	0	0	- 30 661 783
450	09675	Instalação e Melhoria de Equipamentos Ferroviários	01.01.2012	31.12.2027	0	0	0	0	0	0	0	0
450	09676	Expropriações Ferroviárias	01.01.2012	31.12.2027	1 388 800	888 800	543 050	73 600	0	0	0	- 500 000
450	10364	PETI 3+ E PVAE - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	01.01.2012	31.12.2027	5 790 795	4 882 388	125 902 885	128 501 589	0	0	0	- 908 407
450	10366	FERROVIA 2020 - CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	01.01.2012	31.12.2027	766 933 378	676 178 322	227 993 976	185 831 867	0	0	0	- 90 755 056
450	11661	PNI2030 FERROVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	01.01.2012	31.12.2027	2 677 618	34 392 875	337 506 447	720 417 097	0	0	0	31 715 257
450	11662	PNI2030 RODOVIA - CONSTR, REQUALIF E CONSERVAÇÃO	01.01.2012	31.12.2027	6 934 524	7 628 690	4 026 724	34 003 290	0	0	0	694 166
450	11705	PRR-Missing links e Aumento de capacidade da Rede	01.01.2012	31.12.2027	90 706 183	63 144 115	209 209 951	147 413 443	0	0	0	- 27 562 068
450	11804	PRR - Ligações transfronteiriças	01.01.2012	31.12.2027	1 887 630	4 494 298	4 818 237	28 442 129	0	0	0	2 606 668
450	11805	PRR - (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	01.01.2012	31.12.2027	49 309 566	74 264 966	25 963 507	19 950 000	0	0	0	24 955 400
450	12032	.ANO NACIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURA	01.01.2012	31.12.2027	17 888 379	19 623 499	16 682 804	9 503 748	0	0	0	1 735 120
450	13745	ANEL CAM-Cabos Submarinos	01.01.2012	31.12.2027	64 826 718	69 107 718	77 413 777	47 705 571	0	0	0	4 281 000
450	14399	PRR - Digitalização Transporte Ferroviário	01.01.2012	31.12.2027	7 150 214	7 150 214	36 115 770	16 702 666	0	0	0	0
				Total	**2 863 475 363**	**2 867 756 363**	**2 676 559 038**	**2 823 587 820**	**0**	**0**	**0**	**4 281 000**

2.4 OPERAÇÕES TESOURARIA

Código das Contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
O71100000	Recebimentos Intermediação de fundos	48 678 954	- 19 524 941	0	29 154 013
O72100000	Pagamentos Intermediação de fundos	29 970 246	0	144 058 169	- 114 087 923

2.5 CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.5.1 SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
ESA28854727	10000020-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	26/11/2021	7.677.667,60	7.677.667,60	2384/2021	02/04/2022	12/08/2022	7.169.631,54	1.339.169,04	0,00	nd	nd	5.607.420,91	1.285.744,18	0,00	nd	nd
ESA33014218	10000020-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	26/11/2021	15.355.335,20	15.355.335,20	2384/2021	02/04/2022	08/09/2022	7.169.631,52	1.339.169,04	0,00	nd	nd	6.423.082,60	1.348.977,73	0,00	nd	nd
PT500963363	10000031-End383- CANHESTROS (C CRUZ. EN121) (KM43+080) A	13/07/2021	124.900,00	153.627,00			16/09/2021	29.771,29	0,00	0,00	nd	nd	22.970,26	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10000047-ER228. ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES ENTRE OS KMS 2	05/06/2020	163.571,00	201.192,33			08/09/2020	2.587,69	0,00	0,00	nd	nd	181.758,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10000087-L. LEIXÕES E CONCORDÂNCIA S.GEMIL - ESTABILIZAÇ	03/05/2021	1.963.994,40	1.963.994,40	947/2021	15/05/2021	29/10/2021	0,00	18.933,63	0,00	nd	nd	3.860.031,04	803.614,48	0,00	nd	nd
PT507546903	10000114-VERIFICAÇÃO CE POR ORGANISMO NOTIFICADO OVA	28/05/2021	194.472,00	239.200,56			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.920,06	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10000273-EN 115, KM 77+550 A KM 77+800. ESTABILIZAÇÃO DE A	30/03/2020	44.950,00	55.288,50			09/06/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	46.309,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	10000280-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	04/08/2021	18.351.971,34	18.351.971,34	1625/2021	11/10/2021	31/01/2022	4.190.290,31	1.670.623,08	0,00	nd	nd	6.824.367,52	1.677.489,67	0,00	nd	nd
PT503401676	10000316-ER348, KM 87+690, PONTE SOBRE O RIO ZÊZERE. REA	15/07/2020	70.000,00	86.100,00			15/12/2020	11.746,50	0,00	0,00	nd	nd	71.893,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10000328-Circuitos de dados para Telemática Rodoviária	04/01/2021	62.632,80	77.038,34			21/09/2021	25.327,42	0,00	0,00	nd	nd	45.037,29	-243,64	0,00	nd	nd
PT514189410	10002489-IP8 (EN259) - A26 (KM 27,500) / FERREIRA DO ALENTEJ	19/05/2021	226.346,00	278.405,58			09/12/2021	2.767,50	0,00	0,00	nd	nd	244.998,78	0,00	0,00	nd	nd
PT514189410	10002496-IP8 (EN121) - FERREIRA DO ALENTEJO (KM 51,300) (RC	19/05/2021	248.035,30	305.083,42			21/12/2021	29.794,94	0,00	0,00	nd	nd	240.092,02	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10002505-MONITORIZAÇÃO - ACB MINHO, SINES/ELVAS, VENDAS	04/08/2020	72.000,00	88.560,00			26/11/2020	11.070,00	0,00	0,00	nd	nd	77.490,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503703249	10002518-LINHA DA BEIRA BAIXA PROJETO DE ALTEAMENTO DE	02/12/2020	65.080,00	80.048,40			04/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	70.255,14	0,00	0,00	nd	nd
PT505067094	10002574-Custódia e Tratamento de Documentação Técnica, Arquivo	01/02/2021	83.964,40	103.276,21			31/05/2021	9.288,81	-1.364,74	0,00	nd	nd	83.142,76	-379,48	0,00	nd	nd
PT505216035	10002585-MANUTENÇÃO DO SISTEMA EASYTOLL 2021/2023	24/09/2020	52.200,00	64.206,00			26/02/2021	3.567,00	0,00	0,00	nd	nd	60.639,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510084192	10002607-Aquisição de serviços de consultadoria para candidaturas n	22/05/2020	74.998,98	92.248,75			19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.936,45	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	10002616-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	20/05/2022	3.002.078,32	3.002.078,32	788/2022	15/07/2022	21/03/2023	497.449,42	56.006,51	0,00	nd	nd	390.021,77	49.788,60	0,00	nd	nd
PT500226504	10002616-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	20/05/2022	27.018.704,90	27.018.704,90	788/2022	15/07/2022	21/03/2023	4.477.044,71	504.058,63	0,00	nd	nd	3.510.196,00	448.016,20	0,00	nd	nd
PT507546903	10002670-LO - MELEÇAS-CALDAS - MODERNIZAÇÃO - TESTES E	14/12/2020	243.456,00	299.450,88			09/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	29.945,09	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10002680-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS - MODERNIZAÇÃO - LNE	13/11/2020	484.000,00	595.320,00			30/04/2021	89.298,00	0,00	0,00	nd	nd	476.256,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	10002703-L. BEIRA ALTA - CERDEIRA-VILAR FORMOSO - FISCALI	23/10/2020	3.355.406,20	3.355.406,20	3045/2020	06/04/2021	21/09/2021	92.425,70	0,00	0,00	nd	nd	3.262.918,47	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10002711-AT-TEL - L.LEIXÕES, L.DOURO, L.MINHO PORTO-NINE,	18/10/2021	190.528,70	190.528,70			31/01/2022	6.500,00	0,00	0,00	nd	nd	184.028,70	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10002821-LINHA DO SUL, KM 1+451, VIADUTO DA AVENIDA DE C	05/02/2021	100.774,20	123.952,27			16/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	108.692,39	0,00	0,00	nd	nd
PT503439800	10002825-SMM LH AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	24/03/2022	12.999.329,44	12.999.329,44	680/2022	03/05/2022	24/10/2022	2.160.507,84	229.380,19	0,00	nd	nd	2.171.974,78	218.911,83	0,00	nd	nd
PT506782328	10002826-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANCA NO DIST	19/01/2022	234.204,40	288.071,41			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.786,41	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10002850-SMM FISC. – TROCO PORTAGEM - COIMBRA B, INCLU	28/04/2022	2.509.867,00	3.087.136,41	694/2022	08/06/2022	24/11/2022	849.683,02	0,00	0,00	nd	nd	1.008.481,65	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10002851-SMM FISC. LH AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	18/04/2022	868.616,24	1.068.397,98	657/2022	18/06/2022	17/08/2022	376.852,85	0,00	0,00	nd	nd	691.393,94	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10002865-GSM-R. GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE	22/11/2022	1.746.856,25	2.148.633,19			19/04/2024	197.532,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10002870-Linha da Beira Baixa - Reforco/protecão das fundações da	25/08/2021	2.868.769,19	2.868.769,19	1924/2021	22/10/2021	28/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.444.703,59	382.979,34	0,00	nd	nd
PT513432442	10002884-GSM-R. SISTEMA DE REGISTO DE CHAMADAS	16/11/2020	111.020,00	136.554,60			30/09/2022	2.558,40	0,00	0,00	nd	nd	10.873,20	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10002889-Aluguer garrafas Linde 2020	21/03/2020	323,44	397,83			31/03/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	201,47	0,00	0,00	nd	nd
PT507349601	10002902-SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - PLATAFORMA DRIVE 2(	24/09/2020	296.999,16	365.308,97			31/03/2021	11.783,69	0,00	0,00	nd	nd	353.503,86	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10002904-ER381, Km 036+100, Ponte da Sapatoa na Barragem da V	19/02/2021	109.500,00	134.685,00			30/07/2021	701,10	0,00	0,00	nd	nd	127.305,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513011935	10002970-EN230, KM 135+528, PONTE DAS TRÊS ENTRADAS. RE	13/07/2020	27.867,00	34.276,41			30/10/2020	2.558,40	0,00	0,00	nd	nd	31.029,21	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	10002992-EN359, KM 121+190, PONTÃO DA MADALENA. SUBSTIT	08/10/2020	104.620,00	128.682,60			30/04/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	35.102,97	0,00	0,00	nd	nd
PT510484514	10003006-GSM-R. SUBSTITUIÇÃO DE POSICAO DE OPERAÇÃO (I	30/12/2020	189.997,00	233.696,31			31/01/2024	68.856,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510484514	10003007-GSM-R. TERMINAIS PARA MATERIAL CIRCULANTE IP	23/05/2022	1.104.345,74	1.358.345,26	798/2022	16/08/2022	09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	67.917,27	0,00	0,00	nd	nd
PT514345810	10003060-LINHA DO ALENTEJO – PINHAL NOVO – SUBSTITUIÇÃO	02/07/2021	43.000,00	43.000,00			31/01/2022	0,00	5.033,54	0,00	nd	nd	43.000,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514345810	10003079-LINHA DO SUL – TÚNEL DO PRAGAL – REPOSIÇÃO DA	21/09/2020	100.000,00	123.000,00			25/12/2020	0,00	6.217,62	0,00	nd	nd	100.000,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10003108-A20/A28 (IC23) - PONTE DO FREIXO E PONTE DA ARRÁ	27/04/2022	376.322,50	462.876,68			10/11/2022	17.785,80	0,00	0,00	nd	nd	84.769,61	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10003133-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANCA NO DIST	19/01/2022	149.794,00	184.246,62			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.707,14	0,00	0,00	nd	nd
PT502001384	10003149-ER286. INTERSECÇÃO PARA SABÓIA (KM 13,380) E LIM	12/08/2021	119.000,00	146.370,00			21/10/2021	8.540,51	0,00	0,00	nd	nd	59.737,98	0,00	0,00	nd	nd
PT503389489	10003199-2 - CONSERVAÇÃO CORRETIVA DE PAVIMENTOS - 6 L(	15/09/2020	687.684,54	687.684,54	2947/2020	20/11/2020	30/11/2020	0,00	3.686,67	0,00	nd	nd	669.662,73	12.604,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10003234-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANCA NOS DIS	02/12/2020	85.998,00	105.775,08			30/06/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	70.501,16	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10003273-EN211 - VARIANTE ENTRE QUINTÃ E MESQUINHATA - I	12/10/2020	129.795,51	159.648,48			15/12/2020	13.310,95	0,00	0,00	nd	nd	115.741,28	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10003427-Seguro Automóvel Frota para o Triénio 2021-2023	13/11/2020	1.340.558,05	1.340.558,05	3421/202	02/02/2021	30/07/2021	0,00	-22,22	0,00	nd	nd	134.448,71	-1.055,36	0,00	nd	nd
PT500918880	10003427-Seguro Automóvel Frota para o Triénio 2021-2023	13/11/2020	1.340.558,05	1.340.558,05	3421/202	02/02/2021	30/07/2021	26.450,02	-156,30	0,00	nd	nd	381.598,71	0,00	0,00	nd	nd
PT505360381	10003443-ER228, KM28+700 (LD). ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE	28/08/2020	210.000,01	210.000,01			12/11/2020	0,00	3.939,97	0,00	nd	nd	204.907,59	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	10003450-Linha da Beira Baixa – Prospecção geotécnica complementa	16/07/2020	32.988,00	40.575,24			26/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	38.909,88	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10003461-IC15, KM 000+000, VIADUTO ENGENHEIRO DUARTE PA	28/08/2020	89.900,00	110.577,00			29/01/2021	25.830,00	0,00	0,00	nd	nd	82.287,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503989231	10003472-Encomenda Iturri - Luvas - Dezembro 2022	14/11/2022	47.160,36	58.007,24			06/02/2024	3.584,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503989231	10003472-Encomenda Luvas - abril 2023	10/02/2021	47.160,36	58.007,24			06/02/2024	17.951,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513320717	10003519-LINHA DO NORTE - GIL - BENEFICIAÇÃO DE COBERTU	19/02/2024	583.351,70	583.351,70			09/07/2024	402.419,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10003525-L.NORTE – SUPRESSÃO DE PN'S ENTRE O PK 69,474 E	02/10/2020	425.998,40	523.978,03			26/11/2020	40.623,06	0,00	0,00	nd	nd	362.281,74	0,00	0,00	nd	nd
ESA28375582	10003543-AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO INSPEÇÃO CARRIL CONTÍ	12/06/2024	700.000,00	861.000,00	1633/2024	27/09/2024	31/12/2024	28.756,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28375582	10003543-AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO INSPEÇÃO CARRIL CONTÍ	12/06/2024	0,00	0,00	1633/2024		31/12/2024	28.022,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500032033	10003544-EN9 - SÃO PEDRO DA CADEIRA (KM 53,800) E TORRES	23/07/2021	119.736,74	147.276,19			29/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	41.983,56	0,00	0,00	nd	nd
PT503025550	10003572-LN - VALE SANTAREM. PARQUE ESTACIONAMENTO	26/10/2020	21.018,00	25.852,14			11/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	22.065,65	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10003620-LS - BLOCOS TÉCNICOS E ATERROS ENTRE O PK 113-	04/03/2022	403.253,91	403.253,91	639/2022	30/05/2022	30/09/2022	0,00	2.518,71	0,00	nd	nd	1.927.286,99	208.478,52	0,00	nd	nd
PT500032033	10003671-L. SINTRA – BENEFICIAÇÃO GERAL DA ESTAÇÃO DE A	14/04/2021	97.500,00	119.925,00			23/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	45.372,24	0,00	0,00	nd	nd
PT501941231	10003693-Renovação do Licenciamento de Software ESRI	30/09/2020	373.410,00	459.294,30			21/06/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	122.323,50	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10003698-AT-ENE - CONTRATO MANUTENÇÃO TELECOMANDO E	28/05/2024	1.352.500,00	1.663.575,00	1436/2024	24/07/2024	05/12/2024	92.420,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10003722-LBA-MANGUALDE-GUARDA-FISCALIZAÇÃO	24/06/2021	6.901.750,00	8.489.152,50	1355-2021	01/09/2021	31/12/2021	2.389.333,43	0,00	0,00	nd	nd	6.039.120,16	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10003750-ÉVORA-ÉVORA NORTE-LNEC	27/11/2020	113.000,00	138.990,00			21/12/2021	27.798,00	0,00	0,00	nd	nd	111.192,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515153826	10003769-SMM - ABRIGOS DE PASSAGEIROS E MOBILIARIO URB	22/09/2020	64.900,00	79.827,00			19/11/2020	3.352,74	0,00	0,00	nd	nd	72.403,10	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10003790-IP8 - ADAPTAÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS DE ART	11/06/2021	65.795,00	80.927,85			18/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	74.415,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503591831	10003817-AT-STI - SUPERVISÃO TÉCNICA DE INFRAESTRUTURA	26/09/2022	274.750,64	337.943,29			31/03/2023	54.768,85	0,00	0,00	nd	nd	283.174,44	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	10003823-EN347 - KM17+275 - PONTE SOBRE O RIO MONDEGO.	29/09/2021	2.399.011,90	2.399.011,90	2006/2021	05/07/2022	30/12/2022	307.394,83	72.052,01	0,00	nd	nd	1.677.058,09	439.146,41	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	5.765.231,41	5.765.231,41	2493/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.961.898,04	453.324,29	0,00	nd	nd	1.961.511,32	145.773,70	0,00	nd	nd
PT502442271	10003836-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	1.624.196,18	1.624.196,18	2493/2021	21/04/2022	29/07/2022	728.533,89	251.624,06	0,00	nd	nd	821.729,14	90.089,43	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	5.814.135,94	5.814.135,94	2499/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.190.814,75	321.234,12	0,00	nd	nd	2.274.820,57	157.419,23	0,00	nd	nd
PT501312463	10003836-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	2.656.341,83	2.656.341,83	2499/2021	21/04/2022	07/11/2022	658.069,79	340.287,18	0,00	nd	nd	2.088.963,01	261.168,71	0,00	nd	nd
PT501312463	10003836-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	21/12/2021	0,00	0,00			25/09/2024	271.073,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	4.863.498,39	4.863.498,39	2499/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.520.352,38	353.457,88	0,00	nd	nd	1.779.255,04	109.430,29	0,00	nd	nd
PT516016563	10003836-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	1.673.461,81	1.673.461,81	2499/2021	21/04/2022	30/09/2022	629.156,31	321.234,81	0,00	nd	nd	950.851,75	55.279,38	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	3.701.578,36	3.701.578,36	12/2022	21/04/2022	31/08/2022	1.043.119,25	293.572,64	0,00	nd	nd	1.648.317,76	89.120,01	0,00	nd	nd
PT503472069	10003836-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	1.131.400,30	1.131.400,30	12/2022	21/04/2022	29/07/2022	268.605,90	60.515,02	0,00	nd	nd	813.487,21	120.068,09	0,00	nd	nd
PT502197714	10003836-5 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	4.280.401,53	4.280.401,53	2500/2021	22/04/2022	29/07/2022	1.126.351,72	230.670,45	0,00	nd	nd	1.916.955,02	199.358,04	0,00	nd	nd
PT505886154	10003836-5 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	544.216,97	544.216,97	2500/2021	22/04/2022	30/09/2022	122.941,38	17.674,66	0,00	nd	nd	156.038,98	9.365,71	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	4.520.889,24	4.520.889,24	2504/2021	25/04/2022	31/08/2022	1.783.811,82	353.387,80	0,00	nd	nd	1.438.910,14	113.909,19	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	22/12/2021	0,00	0,00			30/09/2024	17.640,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	10003836-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	1.920.041,44	1.920.041,44	2504/2021	25/04/2022	29/07/2022	663.896,65	146.636,79	0,00	nd	nd	1.024.445,46	130.773,04	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/12/2021	3.382.864,53	3.382.864,53	2502/2021	21/04/2022	31/08/2022	948.176,13	228.066,52	0,00	nd	nd	1.174.169,77	77.913,71	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT507383125	10003836-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/12/2021	2.070.729,75	2.070.729,75	2502/2021	21/04/2022	30/12/2022	463.528,51	169.864,20	0,00	nd	nd	1.119.433,27	119.865,43	0,00	nd	nd
PT507383125	10003836-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	22/12/2021	0,00	0,00			25/09/2024	195.279,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10003836-8 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/12/2021	3.821.734,30	3.821.734,30	2501/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.509.308,57	336.135,63	0,00	nd	nd	1.763.639,69	177.580,91	0,00	nd	nd
PT505886154	10003836-8 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/12/2021	353.199,39	353.199,39	2501/2021	21/04/2022	16/08/2022	98.988,26	6.362,34	0,00	nd	nd	160.452,70	16.459,61	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/12/2021	3.759.199,55	3.759.199,55	2503/2021	25/04/2022	31/08/2022	917.160,03	226.424,54	0,00	nd	nd	1.543.117,27	84.454,52	0,00	nd	nd
PT508307880	10003836-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/12/2021	1.372.813,49	1.372.813,49	2503/2021	25/04/2022	07/11/2022	393.057,21	161.883,50	0,00	nd	nd	605.179,94	111.614,05	0,00	nd	nd
PT502197714	10003836-10 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	5.270.729,27	5.270.729,27	2504/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.600.590,79	390.402,41	0,00	nd	nd	3.018.515,74	438.231,17	0,00	nd	nd
PT505886154	10003836-10 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	523.827,98	523.827,98	2504/2021	21/04/2022	30/09/2022	147.517,14	29.962,06	0,00	nd	nd	208.896,34	23.941,46	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	4.018.363,94	4.018.363,94	2505/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.082.920,96	232.639,19	0,00	nd	nd	1.313.203,06	90.504,32	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	22/12/2021	0,00	0,00			30/09/2024	84.872,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507383125	10003836-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	2.119.354,00	2.119.354,00	2505/2021	21/04/2022	30/09/2022	55.945,86	160.468,85	0,00	nd	nd	1.367.164,50	189.847,84	0,00	nd	nd
PT507383125	10003836-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	22/12/2021	0,00	0,00			30/09/2024	131.269,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10003836-12 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	4.421.889,24	4.421.889,24	2506/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.222.986,84	336.170,28	0,00	nd	nd	2.742.684,49	387.041,30	0,00	nd	nd
PT505886154	10003836-12 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	324.664,26	324.664,26	2506/2021	21/04/2022	29/07/2022	128.099,47	26.781,36	0,00	nd	nd	163.167,88	18.744,75	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	4.759.949,07	4.759.949,07	11/2022	25/04/2022	31/08/2022	1.255.031,15	250.263,03	0,00	nd	nd	1.556.993,52	83.082,70	0,00	nd	nd
PT500173532	10003836-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	1.988.879,90	1.988.879,90	11/2022	25/04/2022	30/09/2022	656.518,24	118.896,72	0,00	nd	nd	669.028,39	87.176,35	0,00	nd	nd
PT502197714	10003836-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	27/12/2021	4.235.396,38	4.235.396,38	2507/2021	21/04/2022	29/07/2022	1.047.007,64	295.172,69	0,00	nd	nd	2.469.651,43	392.110,64	0,00	nd	nd
PT505886154	10003836-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	27/12/2021	644.647,81	644.647,81	2507/2021	21/04/2022	29/07/2022	222.626,77	50.316,27	0,00	nd	nd	245.144,42	28.567,94	0,00	nd	nd
PT504818384	10003836-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	27/12/2021	2.650.888,20	2.650.888,20	2507/2021	21/04/2022	29/07/2022	694.083,60	144.132,13	0,00	nd	nd	1.260.220,49	109.839,48	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	3.868.416,47	3.868.416,47	2508/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.100.468,65	272.512,42	0,00	nd	nd	1.832.636,23	125.527,67	0,00	nd	nd
PT501312463	10003836-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	2.578.944,31	2.578.944,31	2508/2021	21/04/2022	29/07/2022	796.884,81	360.762,96	0,00	nd	nd	1.506.218,47	121.406,25	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	3.946.572,76	3.946.572,76	2510/2021	21/04/2022	31/08/2022	1.242.204,88	266.054,52	0,00	nd	nd	1.601.364,07	91.446,63	0,00	nd	nd
PT516016563	10003836-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	1.652.196,94	1.652.196,94	2510/2021	21/04/2022	07/11/2022	607.596,24	141.761,54	0,00	nd	nd	858.153,48	121.947,69	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-17 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	4.085.121,01	4.085.121,01	2511/52021	21/04/2022	31/08/2022	1.438.599,42	334.592,57	0,00	nd	nd	1.528.549,46	82.698,93	0,00	nd	nd
PT503472069	10003836-17 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	1.782.619,60	1.782.619,60	2511/52021	21/04/2022	29/07/2022	70.094,45	121.672,77	0,00	nd	nd	1.591.785,70	89.888,84	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	4.379.998,61	4.379.998,61	2513/2021	29/04/2022	31/08/2022	1.604.323,12	295.039,75	0,00	nd	nd	1.791.310,70	135.021,93	0,00	nd	nd
PT503970352	10003836-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	22/12/2021	0,00	0,00			30/09/2024	1.955,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500775540	10003836-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/12/2021	1.897.769,22	1.897.769,22	2513/2021	29/04/2022	08/09/2022	340.146,46	263.858,65	0,00	nd	nd	1.557.403,25	189.105,89	0,00	nd	nd
PT500440131	10003844-L. SINES - MODERNIZAÇÃO DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA	02/10/2019	874.566,00	1.075.716,18			31/05/2021	23.609,09	0,00	0,00	nd	nd	1.014.660,52	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10003846-L. ALGARVE - FARO-VRSA+TUNES-LAGOS+SST OLHÃ	23/09/2021	4.627.820,00	5.692.218,60	2027/2021	17/12/2021	14/04/2022	1.554.526,14	0,00	0,00	nd	nd	2.343.264,94	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10003850-ER322-3 - BENEFICIAÇÃO ENTRE FAVAIOS (KM 0+000)	15/06/2021	99.820,00	122.778,60			16/09/2021	16.226,78	0,00	0,00	nd	nd	41.036,80	0,00	0,00	nd	nd
PT503335096	10003889-EN229-VISEU/SÁTÃO-ELIMINAÇÃO DE CONSTRANGIME	22/04/2022	3.378.000,00	3.378.000,00	679/2022	04/07/2022	21/06/2023	1.671.939,57	0,00	0,00	nd	nd	1.600.095,09	126.302,73	0,00	nd	nd
PT502197714	10003901-EN236-1 – KM 7+500 A KM 7+700 - CONSTRUÇÃO DO M	15/06/2021	1.794.761,91	1.794.761,91	1230-2021	06/08/2021	09/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	493.522,28	81.124,92	0,00	nd	nd
PT502299800	10003909-EN13, KM 042+165, PONTE DE FÃO SOBRE O RIO CÁVA	06/10/2020	62.000,00	76.260,00			29/01/2021	2.460,00	0,00	0,00	nd	nd	64.851,76	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10003913-EN101 - VALENCA (KM 0+875) E ENTRONCAMENTO CC	06/07/2022	6.465.317,20	6.465.317,20	1002/2022	14/11/2022	30/06/2023	3.600.469,35	674.181,13	0,00	nd	nd	2.765.396,13	249.689,80	0,00	nd	nd
PT503935271	10003919-L. NORTE - ESTAÇÃO DO ORIENTE - BENEFICIAÇÃO D	09/01/2024	52.700,00	64.821,00			13/08/2024	47.103,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10003939-ER123 - ENTRONCAMENTO COM A EN263 (KM 3,400) E	29/10/2021	132.800,00	163.344,00			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.347,13	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	10003969-Aluguer de Equipamentos - Praca da portagem da A22 em	07/07/2020	2.488,67	3.061,06			08/07/2021	688,80	0,00	0,00	nd	nd	1.690,02	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10004004-1 - INSPECÇÕES DE SEGURANCA RODOVIÁRIA Á REDE	26/10/2021	134.928,00	165.961,44			30/09/2022	82.980,72	0,00	0,00	nd	nd	82.980,72	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10004004-2 - INSPECÇÕES DE SEGURANCA RODOVIÁRIA Á REDE	22/10/2021	175.000,00	215.250,00			24/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	150.675,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502614471	10004007-L. SINES - ESTUDOS DE AMBIENTE DA MODERNIZAÇÃ	30/10/2020	40.000,00	49.200,00			29/01/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	48.216,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500123950	10004053-L. MINHO-ADAPTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO ES	14/12/2020	77.000,00	94.710,00			19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	81.856,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502672749	10004097-EN4 - VARIANTE DA ATALAIA	23/04/2021	149.480,00	183.860,40			07/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	162.403,07	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10004103-MODERNIZAÇÃO LINHA DE CASCAIS - PROJETO DE CA	05/02/2021	749.300,00	921.639,00			26/02/2021	28.479,42	0,00	0,00	nd	nd	857.300,16	0,00	0,00	nd	nd
PT514836334	10004105-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECI	22/10/2021	234.000,00	287.820,00			31/12/2021	89.894,44	0,00	0,00	nd	nd	184.125,82	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10004142-L. BEIRA ALTA-PAMPILHOSA-GUARDA-ORGANISMO NC	11/07/2023	250.001,00	307.501,23			13/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	30.750,12	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004150-COORDENAÇÃO SEGURANÇA EM OBRA – RODOVIA –	24/05/2021	63.000,00	77.490,00			30/09/2021	20.448,75	0,00	0,00	nd	nd	57.041,25	0,00	0,00	nd	nd
PT505360381	10004183-EN114 KM 93+470 A KM 94+300 (LADO ESQUERDO). ES	25/02/2021	71.300,00	71.300,00			07/05/2021	0,00	3.873,64	0,00	nd	nd	71.299,99	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004186-1 - LOTE 1-CENTRO SUL E CASTELO BRANCO-COORD	26/07/2021	54.000,00	66.420,00			30/09/2021	17.024,26	0,00	0,00	nd	nd	49.395,68	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004186-2 - LOTE 2-GRANDE LISBOA E PORTALEGRE-COORDE	26/07/2021	54.000,00	66.420,00			30/09/2021	17.024,26	0,00	0,00	nd	nd	49.395,68	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004186-3 - LOTE 3-SUL-COORDENAÇÃO SEG.OBRA EMPREITA	26/07/2021	54.000,00	66.420,00			30/09/2021	17.024,26	0,00	0,00	nd	nd	49.395,68	0,00	0,00	nd	nd
PT513139222	10004190-AT-TEL Contrato Manutenção e Assistência Técnica	23/12/2020	251.990,00	309.947,70			26/02/2021	25.601,75	0,00	0,00	nd	nd	284.345,82	0,00	0,00	nd	nd
PT504803468	10004265-EN/ER 218 – PONTE SOBRE O RIO MACÃS E ACESSOS	23/11/2020	18.500,00	22.755,00			09/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	15.587,18	0,00	0,00	nd	nd
PT504208187	10004274-Desenvolvimento, fornecimento e supervisão de montagem	05/04/2021	3.900.000,00	4.797.000,00	696/2021	13/05/2021	31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	815.490,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501993339	10004296-L. MINHO - SUPRESSÃO DE PN'S ENTRE O PK 40,118 E	23/12/2020	152.000,00	186.960,00			31/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	152.212,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10004312-IC1, KM 555+700, PH. EN5, KM 040+700, PH	19/04/2021	29.340,00	36.088,20			18/02/2022	715,86	0,00	0,00	nd	nd	30.813,96	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	10004337-VARIANTE À EN14 LANÇO INTERFACE RODOFERROVI	01/11/2023	12.550.000,00	12.550.000,00	2364/2023	13/12/2023	14/03/2024	10.240.344,96	312.646,24	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10004338-L. DOURO - CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTU	24/06/2022	4.385.018,09	4.385.018,09	1011/2022	17/08/2022	09/02/2023	1.796.257,82	61.096,73	0,00	nd	nd	1.166.280,35	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10004346-ER255 - KM 097+350, PONTE DA PARREIRA. ER385- KM	13/04/2021	51.002,00	62.732,46			16/09/2021	5.166,02	0,00	0,00	nd	nd	52.674,98	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10004376-L. CASCAIS - PASSAGEM INFERIOR PARA SUPRESSÃC	05/11/2021	165.590,90	203.676,81			21/07/2022	65.859,01	0,00	0,00	nd	nd	29.478,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10004423-L SINES - EDIFÍCIO TÉCNICO DA ESTACÃO TÉCNICA 1	10/12/2020	12.500,00	15.375,00			27/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	14.145,02	0,00	0,00	nd	nd
PT510935834	10004426-EN18, KM 338+276, PONTE SOBRE A RIBEIRA DOS CAN	15/03/2021	38.935,00	47.890,05			30/07/2021	6.642,00	0,00	0,00	nd	nd	41.248,06	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	10004432-Circuitos de dados para suporte à telemática rodoviária - II	11/01/2022	141.793,92	174.406,52			30/09/2022	59.513,35	0,00	0,00	nd	nd	93.959,12	-2.400,12	0,00	nd	nd
PT506782328	10004457-REVISÃO DE PROJETO. IP3 - NÓ DE SOUSELAS (IC2) /	18/07/2022	217.000,01	266.910,01			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	94.341,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10004508-EN115, KM 075+610, PONTE SOBRE O RIO TRANCÃO. F	05/08/2021	302.440,76	302.440,76			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	283.392,71	25.265,61	0,00	nd	nd
PT506155218	10004511-EM383, KM 003+300, PONTÃO SOBRE A RIBEIRA DE VIL	24/05/2021	88.829,20	88.829,20			16/09/2021	0,00	6.389,68	0,00	nd	nd	88.829,20	5.321,49	0,00	nd	nd
PT515193089	10004515-EN9, KM 46+500 (LE). REABILITAÇÃO DE MURO DE SUF	18/06/2021	149.995,92	149.995,92			12/10/2021	0,00	0,47	0,00	nd	nd	149.488,84	9.779,77	0,00	nd	nd
PT501178074	10004524-EN16, KM 41+200, ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DE ATE	07/09/2021	133.011,28	133.011,28			19/11/2021	0,00	2.842,86	0,00	nd	nd	110.896,13	16.122,99	0,00	nd	nd
PT503472069	10004525-ER315 MIRANDELA (KM 34+000) E ENT. COM IP2 (BORI	27/05/2022	3.095.385,11	3.095.385,11	982/2022	24/08/2022	29/11/2022	1.130.462,92	269.489,96	0,00	nd	nd	1.752.542,58	43.411,13	0,00	nd	nd
PT501436182	10004526-EN244 - km30+800 32+400. ESTABILIZAÇÃO DE TALUD	12/05/2021	472.876,22	472.876,22			29/11/2022	99.972,24	0,00	0,00	nd	nd	360.236,41	50.807,71	0,00	nd	nd
PT502493984	10004623-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	26/10/2021	185.784,50	185.784,50	2221/2021	28/03/2022	15/09/2022	960.134,79	314.474,10	0,00	nd	nd	4.857.366,92	529.165,48	0,00	nd	nd
PT500918880	10004628-Seguro de Acidentes de Trabalho para o Período 2021/202	12/07/2021	3.086.426,82	3.086.426,82			21/10/2021	361.504,13	0,00	0,00	nd	nd	1.764.029,46	-31.416,41	0,00	nd	nd
PT500918880	10004628-Seguro de Acidentes de Trabalho para o Período 2021/202	12/07/2021	3.086.426,82	3.086.426,82			21/10/2021	103.293,70	0,00	0,00	nd	nd	504.041,52	-8.976,71	0,00	nd	nd
PT505772329	10004659-Serviços de administração SAP e Bases de Dados 2021	03/02/2021	168.499,80	207.254,75			31/03/2021	15.938,10	0,00	0,00	nd	nd	191.316,72	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10004662-L BEIRA BAIXA - SUBSTITUIÇÃO DA PH AO KM 147+050	23/11/2020	63.000,00	77.490,00			11/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	64.815,47	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004670-EN122, KM 72+816, PONTE DO VASCÃO - COORDENAÇ	13/08/2021	19.800,00	24.354,00			30/09/2024	13.530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503696536	10004678-L. NORTE - ESTABILIZAÇÃO DO ATERRO ENTRE OS PH	11/10/2021	114.063,00	140.297,49			30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	113.016,26	0,00	0,00	nd	nd
PT506338673	10004691-DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E SUPORTE D	17/05/2021	339.985,00	418.181,55			08/06/2022	14.249,55	0,00	0,00	nd	nd	300.206,10	0,00	0,00	nd	nd
PT501178074	10004695-EN379-1 - KM20+680 A 23+770 LD. REABILITAÇÃO DE S	13/05/2021	623.003,45	623.003,45			19/11/2021	31.420,00	0,00	0,00	nd	nd	554.661,65	42.835,75	0,00	nd	nd
PT505772329	10004738-Administração de Sistemas TI	24/03/2021	149.850,00	184.315,50			30/04/2021	16.432,64	0,00	0,00	nd	nd	167.882,87	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10004749-A4 - TÚNEL DO MARÃO – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNC	15/01/2021	119.857,00	147.424,11			26/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	147.420,97	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10004755-L. BEIRA BAIXA - TROÇO ABRANTES-GUARDA - ESTAE	02/07/2021	147.000,01	180.810,01			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	147.409,36	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10004757- AT-TEL - Aquisição de spares para traffic Avaya (Pampilho	19/10/2020	4.015,99	4.015,99			30/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.211,72	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10004761-REFORMULAÇÃO SISTEMAS DE TELEMÁTICA - DEA CF	02/07/2021	55.932,06	68.796,43			08/03/2024	60.159,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT505223643	10004803-EXPLORAÇÃO DA REDE EM MÍNIMOS OPERACIONAIS -	15/02/2021	372.417,70	372.417,70	452/2021	12/03/2021	20/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	366.957,18	12.434,32	0,00	nd	nd
PT513126546	10004806-1 - Coordenação Segurança em Obra para as Empreitadas	19/07/2021	50.364,00	61.947,72			12/10/2021	16.966,96	0,00	0,00	nd	nd	44.980,76	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10004806-2 - Coordenação Segurança em Obra para as Empreitadas	19/07/2021	50.364,00	61.947,72			12/10/2021	16.484,97	0,00	0,00	nd	nd	45.462,75	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10004806-3 - Coordenação Segurança em Obra para as Empreitadas	19/07/2021	53.964,00	66.375,72			30/11/2021	18.437,70	0,00	0,00	nd	nd	47.938,02	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10004825-L. DO OESTE - TROÇO MELEÇAS/CALDAS DA RAINHA -	22/07/2022	6.707.975,36	6.707.975,36	1239/2022	05/05/2023	25/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	328.831,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10004836-EN344 - KM 086+144, PONTE DA AMOREIRA SOBRE O F	09/03/2021	33.800,00	41.574,00			30/07/2021	282,90	0,00	0,00	nd	nd	38.499,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503460915	10004850-EN206, KM 051+290, PR RIBEIRA CALVELOS. EN206, KM	20/10/2022	803.508,75	803.508,75	1666/2022	28/11/2022	30/05/2023	236.315,05	-949,52	0,00	nd	nd	567.193,70	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10004851-L. DO ALENTEJO E DE ÉVORA - TROÇO VENDAS NOVA	05/08/2022	192.732,87	237.061,43			28/06/2024	62.164,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10004916-IC2/EN1 - BENEFICIAÇÃO ENTRE ASSEICEIRA (KM 65+2	11/01/2021	49.190,00	60.503,70			31/03/2021	6.111,38	0,00	0,00	nd	nd	47.934,83	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10004926-L. NORTE - KM 325+199 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE I	15/03/2021	37.500,00	46.125,00			30/09/2021	6.842,00	0,00	0,00	nd	nd	36.368,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10004932-EN14 - VIA DIAGONAL-INTERFACE RODOFERRO DA TR	11/02/2022	799.000,02	982.770,02	233/2022	13/04/2022	24/06/2022	289.206,68	0,00	0,00	nd	nd	468.673,88	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10004952-AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMINO	06/01/2021	22.689,00	27.907,47			31/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	161,38	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10004962-EN125 - CIRCULAR DE OLHÃO - PROJETO DE EXECUÇ	09/06/2021	189.280,00	232.814,40			12/10/2021	2.626,05	0,00	0,00	nd	nd	206.553,91	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10004972-SIP - Assessoria e Apoio Técnico à Gestão de Contratos	07/06/2022	174.318,84	214.412,17			30/12/2022	64.723,99	0,00	0,00	nd	nd	72.885,49	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10004973-L. NORTE - ALFARELOS - ALTERAÇÃO DA SINALIZAÇÃ	16/11/2022	7.899.973,37	7.899.973,37	1969/2022	20/02/2023	09/05/2023	2.138.317,88	85.009,04	0,00	nd	nd	1.307.990,70	71.905,18	0,00	nd	nd
PT500994625	10005044-L. NORTE - CAMINHO DE CABOS NA EST. ENTRONCAM	05/05/2021	648.516,55	648.516,55			27/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	543.330,85	34.368,79	0,00	nd	nd
PT501773339	10005050-L. SUL - ESTAÇÃO DO PRAGAL REPARAÇÃO E REPOSI	20/07/2021	17.475,00	21.494,25			18/02/2022	8.597,70	0,00	0,00	nd	nd	9.672,41	0,00	0,00	nd	nd
PT513011935	10005051-ER255 - KM 031+004, PONTE DO MINHOTO - STA CLAR	14/09/2021	31.400,00	38.622,00			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	33.691,54	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10005053-EN2 KM 729+800 PONTÃO DA ALFACE	26/05/2021	145.000,00	145.000,00			23/11/2021	0,00	4.358,77	0,00	nd	nd	145.000,00	7.325,84	0,00	nd	nd
PT513675418	10005108-EN342 - KM77+450 (LD) – TRABALHOS DE PROTEÇÃO	22/02/2021	28.550,00	28.550,00			12/04/2021	0,00	1.245,28	0,00	nd	nd	28.550,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10005109-LOTE A S&T – ORGANISMO NOTIFICADO – TESTES E C	16/06/2021	208.930,00	256.983,90			23/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	167.682,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10005111-A1, KM 302+500, PONTE DA ARRÁBIDA SOBRE O RIO D	30/08/2021	68.500,00	84.255,00			18/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	73.000,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10005125-IP2 - VARIANTE NASCENTE DE ÉVORA	27/04/2022	440.556,06	541.883,95			29/07/2022	192.933,94	0,00	0,00	nd	nd	269.617,83	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10005132-IC8 - ACESSO AO PARQUE EMPRESARIAL DO CAMPOF	30/08/2021	129.895,00	159.770,85			12/10/2021	12.039,83	0,00	0,00	nd	nd	123.836,08	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10005145-IP8 - RELVAS VERDES – GRÂNDOLA - AUMENTO DA CA	21/09/2021	1.176.512,20	1.447.110,01	2096/2021	24/11/2021	31/01/2022	194.420,81	0,00	0,00	nd	nd	791.530,47	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10005157-L. ALENTEJO - DUPLICAÇÃO POCEIRÃO - BOMBEL	12/10/2021	2.027.810,00	2.494.206,30	2123/2021	03/12/2021	31/01/2022	459.494,79	0,00	0,00	nd	nd	1.578.380,29	0,00	0,00	nd	nd
PT501178074	10005177-IC8 - KM 114+925 A 115+070. KM 116+060 A 116+200. ES	29/07/2022	420.008,90	420.008,90			31/07/2023	259.219,50	42.884,86	0,00	nd	nd	96.328,00	13.709,98	0,00	nd	nd
PT502496878	10005187-ER243 – ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL DE RI	27/04/2022	4.881.894,25	4.881.894,25	790/2022	26/07/2022	26/09/2023	1.602.949,99	277.542,34	0,00	nd	nd	830.165,74	95.554,57	0,00	nd	nd
PT501497889	10005199-EN10, KM 119+498, PONTE MARECHAL CARMONA - SU	28/09/2021	96.400,00	96.400,00			28/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	79.805,10	0,00	0,00	nd	nd
PT980448492	10005203-Aquisição de aparelhos de via para a obra Linha da Beira A	01/10/2021	4.552.210,00	5.599.218,30			29/02/2024	1.570.882,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	10005204-L. NORTE - KM 72,655 A 72,900 (LE) - ESTABILIZAÇÃO D	05/01/2023	55.500,00	68.265,00			12/10/2023	44.467,58	0,00	0,00	nd	nd	23.797,43	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10005219-PF-65 MODERNIZAÇÃO DO TROCO CASA BRANCA-BE	02/11/2021	2.990.706,42	3.678.568,90	2171/2021	09/12/2021	18/02/2022	307.008,27	0,00	0,00	nd	nd	2.332.795,03	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10005261-EN366 KM3+000, EN374 KM6+200 E EN247 KM54+400 -	06/12/2022	2.097.549,00	2.097.549,00	2137/2022	11/04/2023	08/05/2024	931.309,69	73.598,80	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503369489	10005263-ER209 – SOBRADO (KM 20+100) E SOBRÃO (KM 27+810	18/05/2021	2.096.372,41	2.096.372,41	1242/2021	21/10/2021	31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.784.296,95	537.988,24	0,00	nd	nd
PT503038113	10005265-Aquisição de aparelhos de via para a obra Linha da Beira A	29/09/2021	6.101.948,50	7.505.396,66			24/05/2024	1.413.858,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503576689	10005303-IC2, KM 192+447, VIADUTO, REABILITAÇÃO E REFORÇ	06/10/2021	60.070,47	60.070,47			31/12/2021	0,00	1.370,84	0,00	nd	nd	60.070,48	1.529,33	0,00	nd	nd
PT502042044	10005351-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA CONTAGEM E	26/08/2021	324.847,64	399.562,60			19/05/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	55.367,42	0,00	0,00	nd	nd
PT503629391	10005362-Transporte Encomendas 2021	05/01/2021	1.000,00	1.230,00			18/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	946,99	-23,94	0,00	nd	nd
PT503531553	10005385-Manutenção viatura matrícula 05-ZQ-14	22/12/2020	13,44	16,53			04/10/2024	20,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507717520	10005391-EN323 PONTE METÁLICA DO PINHÃO (KM31) (MONITOI	04/05/2021	17.340,00	21.328,20			23/12/2021	6.248,40	0,00	0,00	nd	nd	15.079,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10005393-EN234 - PASSAGENS HIDRÁULICAS AO KM 10+343 E 13	02/06/2021	31.746,00	39.047,58			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	33.603,60	0,00	0,00	nd	nd
PT508655501	10005396-ESTAÇÃO DA PAMPILHOSA - MODERNIZAÇÃO - 2ª FAS	11/05/2021	419.920,00	516.501,60			31/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	439.266,21	0,00	0,00	nd	nd
PT500983363	10005400-L. NORTE - PASSAGEM SUPERIOR PK 223+439 ATUALI	17/05/2021	59.500,00	73.185,00			08/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	62.207,25	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10005417-REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CONTAGEM E CL	12/05/2021	216.602,80	266.421,44			16/09/2021	42.170,28	0,00	0,00	nd	nd	223.526,87	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	10005418-IC17 CRIL – TÚNEL DO GRILO – REQUALIFICAÇÃO DA I	15/09/2023	13.996.557,00	13.996.557,00	2057/2023	09/12/2023	10/09/2024	3.346.099,18	187.575,58	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506962709	10005437-3 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMI	21/04/2021	0,00	0,00			20/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	738,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10005449-PF 101 (PNI2030) LINHA DO NORTE - PK 110,308 A PK 2	15/03/2021	198.450,00	244.093,50			12/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	240.465,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10005469-L. NORTE- REFORMULAÇÃO DO PROJETO DA PASSAG	12/03/2021	81.950,00	100.798,50			30/04/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	92.149,15	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10005472-Aquisição de fixação para suporte de ContraCarril	12/05/2021	56.372,34	69.337,98			21/09/2021	3.111,90	-12,45	0,00	nd	nd	7.468,56	0,00	0,00	nd	nd
PT505067064	10005479-Prestação de Servicos de Custódia Física e de Digitalizaçã	23/07/2021	18.890,25	23.235,01			07/09/2021	4.487,13	0,00	0,00	nd	nd	13.216,83	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10005493-Aquisição de aparelhos de via para a Linha do Norte – Ada	10/01/2022	2.798.790,25	3.442.512,01			21/02/2024	2.433.808,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513246002	10005496-Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiv	20/07/2021	229.481,60	282.262,37			30/09/2021	53.243,30	0,00	0,00	nd	nd	103.992,23	0,00	0,00	nd	nd
PT502061553	10005581-AQUISIÇÃO DE PLOTTER HP LATEX L335 PRINT&CUT	03/05/2021	24.996,00	30.745,08			21/06/2021	0,00	-169,74	0,00	nd	nd	30.745,08	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10005582-AT-ENE - L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS-TELECOMAND	05/08/2022	0,00	0,00			04/07/2024	191.835,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10005584-AT-ENE - L.SINES - SINES - ERMIDAS - GRANDOLA-TEL	17/11/2023	50.000,00	61.500,00			28/06/2024	196.851,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10005587-MONITORIZAÇÃO GEOTÉCNICA RFN 2021-23 – (CONTI	07/05/2021	161.955,09	199.204,76			31/12/2021	87.083,06	0,00	0,00	nd	nd	112.121,71	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10005593-DESENVOLVIMENTO SGOA - GESTÃO DE OBRAS DE A	07/09/2021	184.820,00	227.328,60			22/06/2023	55.182,47	0,00	0,00	nd	nd	154.064,88	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	10005611-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	23/08/2022	15.795.000,00	15.795.000,00	1303/2022	14/10/2022	21/04/2023	2.712.196,90	0,00	0,00	nd	nd	1.842.804,28	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	10005611-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	23/08/2022	15.795.000,00	15.795.000,00	1303/2022	14/10/2022	21/04/2023	2.712.196,90	0,00	0,00	nd	nd	1.842.804,26	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10005628-Assistência Técnica para as Tecnologias ESTW e PIPC	05/01/2022	14.325.187,02	17.619.980,03	36/2022	27/04/2022	29/07/2022	3.871.154,06	470.713,24	0,00	nd	nd	4.498.153,99	0,00	0,00	nd	nd
PT508535166	10005646-RSE-PLATAFORMA PARA SISTEMAS OT, DE MONITORI	01/10/2021	293.597,17	361.124,52			09/03/2023	180.562,20	0,00	0,00	nd	nd	180.562,27	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10005647-L. MINHO - SUPRESSÃO DE PN´S RODOVIÁRIAS E PED	28/06/2021	419.500,00	515.985,00			31/01/2022	24.108,00	0,00	0,00	nd	nd	350.955,90	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10005660- Desenvolvimento das Atividades Associadas à Produção L	28/07/2022	1.194.482,55	1.194.482,55	1273/2022	06/10/2022	25/05/2023	390.974,65	12.917,15	0,00	nd	nd	312.365,07	0,00	0,00	nd	nd
CHE115162623	10005672-ASSESSORIA TÉCNICA EM SISTEMAS ERTMS/ETCS	04/08/2021	423.740,00	521.200,20			11/11/2021	1.113,75	0,00	0,00	nd	nd	173.236,34	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	10005675-L. OESTE - PF58-ALTERAÇÃO RESTABELECIMENTO DE	19/05/2021	31.900,00	39.237,00			07/09/2021	4.708,44	0,00	0,00	nd	nd	33.351,45	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10005680-L. NORTE - ALFARELOS E CCO LISBOA - GESTÃO, FISC	02/11/2023	551.052,00	677.793,96			20/12/2023	91.831,80	0,00	0,00	nd	nd	17.131,44	0,00	0,00	nd	nd
PT503541320	10005681-Prestação de servicos de atualização e manutenção de sof	20/06/2022	28.989,55	35.657,15			16/08/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	25.817,15	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10005685-IC2 (EN1) - BOAVISTA NORTE (KM 131,000) E MEIRINHA	27/04/2022	299.970,00	368.963,10			30/06/2022	18.360,21	0,00	0,00	nd	nd	43.259,10	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10005690-Aquisição de juntas de expansão de carril dividido - ponte 2	10/08/2021	616.000,00	757.680,00			14/07/2022	94.710,00	0,00	0,00	nd	nd	473.550,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10005698-EN17 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES: ATERRO AO KM	20/07/2021	52.135,00	64.126,05			31/12/2021	594,71	0,00	0,00	nd	nd	56.402,70	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10005741-2 - DESENVOLVIMENTO COMANDO E MONITORIZAÇÃC	14/03/2022	188.220,00	229.050,60			09/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	147.600,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508528286	10005746-Aquisição de travessas de betão monobloco polivalentes pa	14/10/2021	2.121.250,00	2.609.137,50			14/09/2023	868.687,51	0,00	0,00	nd	nd	284.437,51	0,00	0,00	nd	nd
PT503341673	10005765-AD 14210032 - Prestação de Servicos para descarga de sir	10/02/2021	1.440,00	1.771,20			20/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.488,30	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10005771-AT-ENE - VENDAS NOVAS-ÉVORA-CAIA-ELVAS-TELEC	13/05/2022	971.246,00	1.194.632,58	784/2022	05/07/2022	27/07/2023	257.319,75	0,00	0,00	nd	nd	156.824,67	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10005771-AT-ENE - VENDAS NOVAS-ÉVORA-CAIA-ELVAS-TELEC	13/05/2022	0,00	0,00			27/07/2023	61.710,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505360381	10005772-ER123, KM 6+310. REABILITAÇÃO DE MURO DE SUPOR	07/03/2024	289.000,00	289.000,00			30/07/2024	288.999,99	4.782,66	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516019147	10005792-Call Center IP	16/03/2021	37.900,00	46.617,00			30/04/2021	3.787,82	0,00	0,00	nd	nd	15.762,45	0,00	0,00	nd	nd
PT500074372	10005793-RSE-APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	15/09/2021	284.670,00	350.144,10			30/11/2021	93.184,01	0,00	0,00	nd	nd	255.705,66	0,00	0,00	nd	nd
PT500316066	10005794-EN1 - KM 45+300 (OTA); EN1 - KM30+500 (VALA DO CAF	11/08/2022	737.501,98	737.501,98			31/03/2023	0,00	15.665,80	0,00	nd	nd	731.884,01	37.587,02	0,00	nd	nd
PT502001364	10005804-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO DIST	07/09/2021	136.800,00	168.264,00			19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	22.744,24	0,00	0,00	nd	nd
PT500243182	10005805-Substituição de pneus – IVECO – 94-TU-40 - CLN	11/02/2021	2.629,72	3.234,56			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.182,80	0,00	0,00	nd	nd
PT504527380	10005808-ACB EIXO PORTO - LISBOA	10/08/2021	30.000,01	36.900,01			28/02/2023	18.450,00	0,00	0,00	nd	nd	18.450,01	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10005822- Proteções das Subestações de Tração na área do COMN	16/06/2021	72.973,70	89.757,65			13/12/2024	89.757,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501395784	10005846-LOTE A-SISTEMA SINCRONISMO HORÁRIO-FASE II- LO	20/02/2023	57.222,30	70.383,43			29/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	34.335,08	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT508895154	10005876-APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO DE GESTÃO DE PRO	29/10/2021	175.680,00	216.086,40			18/02/2022	78.103,24	0,00	0,00	nd	nd	137.983,16	0,00	0,00	nd	nd
PT514345810	10005877-IPP-REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO 4 E 5 DO CAMPUS PF	31/08/2021	469.545,76	469.545,76			31/01/2022	0,00	8.173,48	0,00	nd	nd	92.577,60	0,00	0,00	nd	nd
PT503864960	10005879-IPP- NOVO SILO AUTOMÓVEL E CAMPOS DE JOGOS E	08/07/2021	2.083.414,13	2.083.414,13	1589-2021	01/09/2021	31/12/2021	17.313,23	40.480,11	0,00	nd	nd	2.062.513,08	431.660,09	0,00	nd	nd
PT508592747	10005901-SMM_ AUDITORIA SEGURANÇA RODOVIÁRIA	26/08/2021	239.904,00	295.081,92			19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	206.175,06	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10005907-IP3. REGULARIZAÇÃO DA RIBEIRA DA SELGA E PROTE	09/06/2021	19.950,00	24.538,50			27/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	20.752,56	0,00	0,00	nd	nd
PT501515011	10005909-EN8. LOURES (KM 7,700) E MALVEIRA (KM 23,270). REA	30/11/2021	151.254,70	186.043,28			28/02/2022	22.478,32	0,00	0,00	nd	nd	55.426,11	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10005915-EN112 - KM 15+530 LD - SUBSTITUIÇÃO DE MURO DE S	19/07/2021	24.000,01	29.520,01			31/12/2021	264,45	0,00	0,00	nd	nd	25.672,57	0,00	0,00	nd	nd
PT513205993	10005927-ELABORAÇÃO DE MER E DE PLANOS DE AÇÃO DE RU	04/01/2022	10.490,00	12.902,70			31/05/2022	6.451,35	0,00	0,00	nd	nd	6.451,35	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10005929-EN114 LIGAÇÃO DA A15 A RIO MAIOR	07/12/2022	6.631.902,59	6.631.902,59	2037/2022	01/03/2024	25/07/2024	1.988.631,54	99.669,57	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514364017	10005962-IP4, Km 0+467, A28, Km 004+200, EN104, Km 23+250. Pa	06/05/2022	81.550,00	100.306,50			28/02/2023	49.046,25	0,00	0,00	nd	nd	27.398,25	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10005974-L. BEIRA ALTA – PAMPILHOSA-V/LAR FORMOSO – LNE	12/05/2022	1.675.000,00	2.060.250,00	819/2022	15/03/2023	15/08/2023	1.030.125,00	0,00	0,00	nd	nd	1.030.125,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515823368	10005977-EN234. KM 54+800 A 60+500. ESTABILIZAÇÃO DE TALU	22/10/2021	84.150,00	103.504,50			07/04/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	80.498,58	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10006014-L. DO SUL E DE SINES - TROÇO GRÂNDOLA/ERMIDAS-	10/04/2023	3.641.100,30	3.641.100,30	689/2023		25/12/2023	1.043.690,24	0,00	0,00	nd	nd	295.750,72	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10006028-L. NORTE – ESTAÇÃO STA APOLÓNIA - ORGANISMO N	30/07/2021	64.950,00	79.888,50			23/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	7.988,85	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10006049-L. SINES + L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - SIN	18/11/2022	14.498.030,70	14.498.030,70	1974/2022	05/01/2023	23/05/2023	1.142.814,09	0,00	0,00	nd	nd	4.191.842,78	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10006050-L. VOUGA - REABILITAÇÃO DA SUPERESTRUTURA DE	01/11/2023	4.536.990,90	4.536.990,90	2386/2023	04/12/2023	24/05/2024	2.750.343,33	365.916,91	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502960019	10006060-L. SUL - ESTAÇÃO DA FUNCHEIRA - REABILITAÇÃO DO	29/09/2021	34.600,00	42.558,00			21/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	36.039,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10006073-ER228 – ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES ENTRE OS KMS	27/04/2022	2.814.497,36	2.814.497,36	770/2022	01/03/2023	31/05/2023	582.519,78	81.229,82	0,00	nd	nd	2.181.616,45	159.015,95	0,00	nd	nd
PT504527380	10006092-CORREDOR INTERNACIONAL SUL: SINES_SETÚBAL_L	13/09/2021	227.715,00	280.089,45			07/04/2022	139.575,17	0,00	0,00	nd	nd	100.662,28	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10006110-EN118, KM154+150. ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES EM F	14/06/2022	988.380,46	988.380,46	918/2022	24/11/2022	28/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	978.667,09	36.501,94	0,00	nd	nd
PT514750901	10006116-L. ALGARVE - FARO-VRSA - SINALIZAÇÃO	24/06/2022	3.990.000,00	3.990.000,00	998/2022	03/09/2022	09/03/2023	413.425,48	44.642,28	0,00	nd	nd	3.139.906,30	88.209,73	0,00	nd	nd
PT500918880	10006118-Seguro de Saúde para o Triénio 2022-2024	23/11/2021	4.292.121,73	4.292.121,73			11/04/2022	1.249.885,43	-5.861,94	0,00	nd	nd	2.490.778,36	-7.177,61	0,00	nd	nd
PT500918880	10006118-Seguro de Saúde para o Triénio 2022-2024	23/11/2021	321.103,79	321.103,79			11/04/2022	93.741,44	-439,70	0,00	nd	nd	186.808,50	-526,63	0,00	nd	nd
PT504040847	10006122- AT-ENE-Contrato manutenção TLC/STI (3 meses)	17/05/2021	79.395,00	97.655,85			21/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	65.103,90	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10006129-EN230 - KM 132+000 a 142+300. ESTABILIZAÇÃO DE TA	17/05/2022	101.631,00	125.006,13			30/09/2022	14.937,12	0,00	0,00	nd	nd	82.279,03	0,00	0,00	nd	nd
PT501804013	10006145-3 - MARCAÇÃO RODOVIÁRIA 2021 - 7 LOTES	14/09/2021	233.132,00	233.132,00	1933/2021		31/12/2021	0,00	2.934,26	0,00	nd	nd	233.040,84	14.801,98	0,00	nd	nd
PT502042044	10006145-3 - MARCAÇÃO RODOVIÁRIA 2021 - 7 LOTES	14/09/2021	232.434,00	232.434,00	1933/2021		31/12/2021	0,00	2.925,47	0,00	nd	nd	232.343,11	14.757,64	0,00	nd	nd
PT504079638	10006145-3 - MARCAÇÃO RODOVIÁRIA 2021 - 7 LOTES	14/09/2021	232.434,00	232.434,00	1933/2021		18/02/2022	0,00	2.925,47	0,00	nd	nd	232.343,11	14.757,64	0,00	nd	nd
PT501989781	10006155-EN6-3 – PASSAGENS PEDONAIS AOS KM 001+030 E 00	06/05/2022	58.500,10	58.500,10			07/11/2022	0,00	-616,85	0,00	nd	nd	58.500,10	4.435,12	0,00	nd	nd
PT501489126	10006190-1 - CONSERVAÇÃO CORRETIVA DO PAVIMENTO 2021 -	06/10/2021	933.999,86	933.999,86	2073/2021	10/12/2021	31/01/2022	579.926,22	47.114,65	0,00	nd	nd	354.073,63	167.929,05	0,00	nd	nd
PT501497889	10006193-2 - RAP GRANDE LISBOA - REFORMULAÇÃO DA REDE	12/09/2022	122.700,00	122.700,00			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	122.700,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980448492	10006199-Aquisição de aparelhos de via para aplicação na Alteração	11/06/2021	549.680,00	676.106,40			13/12/2024	168.067,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10006212-SIP - LINHA DE CASCAIS E SANTA APOLÓNIA	17/08/2023	1.000.000,00	1.230.000,00	1997/2023	10/11/2023	20/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	55.534,43	0,00	0,00	nd	nd
PT503470120	10006226-Consultoria SAP	13/08/2021	68.750,00	84.562,50			12/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	84.055,13	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10006257-QUADRUPLICAÇÃO DA LINHA DE CINTURA (ROMA/ARE	06/05/2022	3.367.872,06	4.142.482,63	778/2022	13/08/2022	30/12/2022	2.051.522,98	0,00	0,00	nd	nd	2.188.696,74	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10006269-L. ÉVORA - VARIANTE ÉVORA / ÉVORA NORTE - PIP EN	12/01/2022	37.230,30	45.793,27			08/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	85.350,32	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10006278-LINHA DO NORTE. MODERNIZAÇÃO DO TROÇO ENTRE	06/05/2022	1.258.951,20	1.548.509,98	773/2022	22/07/2022	29/11/2022	327.588,84	0,00	0,00	nd	nd	1.338.851,27	0,00	0,00	nd	nd
PT515597147	10006281-A1 E A20 – PONTES DA ARRÁBIDA E DO FREIXO – REF	07/02/2022	81.315,60	81.315,60			21/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	81.315,00	6.179,78	0,00	nd	nd
PT513011935	10006308-LINHA VOUGA – PI AO PK 55+537 LINHA LEIXOES - VIAD	08/12/2021	61.181,50	75.253,25			12/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	63.581,90	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10006318-Lote A S&T - Trabalhos de Sinalização em Vários Troços d	09/07/2021	6.564.055,87	6.564.055,87	1437/2021	02/08/2021	29/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	6.407.076,11	128.628,76	0,00	nd	nd
PT505394847	10006364-3 - COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOV	18/01/2022	432.988,40	432.988,40	149/2022	22/04/2022	30/06/2022	0,00	4.148,63	0,00	nd	nd	432.988,40	21.486,19	0,00	nd	nd
PT515014893	10006364-4 - COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOV	24/01/2022	424.149,65	424.149,65	169/2022	22/04/2022	30/09/2022	0,00	2.518,18	0,00	nd	nd	424.149,65	21.047,58	0,00	nd	nd
PT505394847	10006364-5 - COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOV	18/01/2022	177.079,01	177.079,01	168/2022	22/04/2022	25/05/2022	0,00	11.551,27	0,00	nd	nd	177.079,01	0,00	0,00	nd	nd
PT500987488	10006367- IC15 – VIADUTO DUARTE PACHECO. REFORÇO SÍSMI	25/05/2022	6.874.938,33	6.874.938,33	846/2022	11/08/2022	29/11/2022	2.067.715,38	183.967,88	0,00	nd	nd	4.561.070,42	509.101,41	0,00	nd	nd
PT503038113	10006371-Aquisição de aparelhos de via para a obra Linha da Beira A	31/05/2022	691.927,00	851.070,21			21/02/2024	613.016,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10006380-LOTE A - SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO - FAS	02/12/2021	701.000,00	862.230,00			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	722.053,74	0,00	0,00	nd	nd
PT503460915	10006411-EN101 - KM 80+050 A 81+250 – TRATAMENTO DE TRAV	28/10/2021	294.866,75	294.866,75			31/03/2022	0,00	683,79	0,00	nd	nd	267.873,00	12.722,16	0,00	nd	nd
PT508592747	10006425-PENSE2020 - LOTE LISBOA / SANTARÉM	31/10/2022	327.000,00	402.210,00			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	41.259,85	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	10006427-L.DOURO - SISTEMAS DE SEGURANÇA EM TÚNEIS, SE	05/08/2021	416.440,00	512.221,20			30/09/2022	25.811,07	0,00	0,00	nd	nd	486.610,15	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10006437-Aquisição de aparelhos de via para a ação "Linha do Norte	04/07/2022	686.607,14	844.526,78			29/02/2024	842.312,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515503320	10006440-AT-TEL - LOTE-A - R.ALFARELOS E LOURICAL- REFOR	21/10/2022	106.686,70	131.224,64			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	16.121,61	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	10006454-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	24/02/2022	12.711.500,00	12.711.500,00	441-2022	08/05/2022	07/11/2022	4.400.047,92	226.943,15	0,00	nd	nd	4.139.869,82	342.076,53	0,00	nd	nd
PT502156392	10006454-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	24/02/2022	7.626.900,00	7.626.900,00	441-2022	08/05/2022	07/11/2022	2.395.606,67	357.556,42	0,00	nd	nd	2.483.921,89	205.245,93	0,00	nd	nd
ESA64381072	10006454-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	24/02/2022	5.084.600,00	5.084.600,00	441-2022	08/05/2022	20/09/2022	1.760.019,18	90.777,27	0,00	nd	nd	1.655.947,94	136.830,59	0,00	nd	nd
PT508569974	10006496-Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nos Post	03/01/2022	212.148,00	260.942,04			28/02/2022	82.070,48	-5.218,69	0,00	nd	nd	147.625,55	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10006510-L. MINHO - CONTUMIL-ERMESINDE - MODERNIZAÇÃO I	12/05/2022	4.312.397,00	5.304.248,31	795/2022	27/07/2022	10/11/2022	247.965,05	0,00	0,00	nd	nd	4.934.675,26	0,00	0,00	nd	nd
PT505648032	10006598-CARTOGRAFIA À ESCALA 1/5000 e 1/1000 – PNI2030	09/09/2021	309.981,00	381.276,63			09/12/2021	27.298,62	0,00	0,00	nd	nd	347.943,87	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	10006599-IC35 - LIGAÇÃO A RANS	23/12/2021	152.425,00	187.482,75			17/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	82.744,13	0,00	0,00	nd	nd
PT501436162	10006600-ER361, KM49+400, ESTABILIZAÇÃO DE MURO DE SUPC	20/07/2022	297.943,62	297.943,62			30/06/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	282.574,57	19.636,25	0,00	nd	nd
PT513432442	10006604-GSM-R. PLATAFORMA OTA	02/05/2022	528.000,00	649.440,00			25/05/2023	59.163,00	0,00	0,00	nd	nd	45.510,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510718728	10006608-ASSESSORIA TÉCNICA PARA AS COMPENSAÇÕES AO	23/07/2021	17.500,00	21.525,00			18/02/2022	12.915,00	0,00	0,00	nd	nd	8.610,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10006615-L.DOURO - COORDENAÇÃO, SISTEMAS DE SEGURANÇ	10/08/2021	119.895,00	147.470,85			08/06/2022	7.373,54	0,00	0,00	nd	nd	140.097,30	0,00	0,00	nd	nd
PT517635194	10006647-2 - Aquisição de Serviços para a Manutenção das especiali	10/08/2023	65.686.205,11	65.686.205,11	1684/2023	02/11/2023	23/02/2024	13.160.988,45	301.182,64	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517635194	10006647-2 - Aquisição de Serviços para a Manutenção das especiali	20/11/2023	65.686.205,11	65.686.205,11			24/10/2024	5.156,90	170,27	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517635194	10006647-1 - Aquisição de Serviços para a Manutenção das especiali	10/08/2023	67.957.659,22	67.957.659,22			29/02/2024	13.715.916,28	286.273,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10006647-3 - Aquisição de Serviços para a Manutenção das especiali	01/08/2023	37.687.418,46	37.687.418,46	1683/2023	02/11/2023	29/12/2023	7.309.813,42	138.393,08	0,00	nd	nd	260.043,50	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	10006647-3 - Aquisição de Serviços para a Manutenção das especiali	01/08/2023	8.509.466,14	8.509.466,14	1683/2023	02/11/2023	23/02/2024	1.691.427,08	29.705,74	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10006670-EN321-2 - BAIÃO A PONTE DA ERMIDA (LODÃO) – VARI	08/06/2022	699.790,00	860.741,70			27/10/2022	256.445,16	0,00	0,00	nd	nd	256.078,88	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10006672-EN116, KM 17+015 A 17+140. ESTABILIZAÇÃO DE TALU	28/06/2021	749.949,00	749.949,00			16/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	670.291,09	24.999,80	0,00	nd	nd
PT980163358	10006673-SISTEMA MEGAFONIA GIL	12/04/2023	214.049,22	263.280,54			19/09/2023	64.982,07	0,00	0,00	nd	nd	198.298,47	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10006676-L. NORTE - KM131+400 - ESTABILIZAÇÃO DE MURO DE	30/07/2021	19.751,00	24.293,73			31/12/2021	2.275,50	0,00	0,00	nd	nd	21.126,48	0,00	0,00	nd	nd
PT503400300	10006700-PF102 - PNI 2030 – LAV PORTO/SOURE: CONSULTORIA	22/09/2021	424.800,00	522.504,00			19/11/2021	13.062,60	0,00	0,00	nd	nd	509.441,40	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10006708-L. NORTE - KM 2,150 A 3,520 - ESTABILIZAÇÃO DOS TA	31/08/2021	37.500,00	46.125,00			09/11/2021	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	36.346,50	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10006710-L. BEIRA BAIXA - ENTRONCAMENTO-ABRANTES PK113	14/02/2022	43.635,00	53.671,05			30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	45.952,80	0,00	0,00	nd	nd
PT513246002	10006711-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA	14/10/2022	1.179.772,00	1.451.119,56	1194/2022	05/12/2022	09/05/2023	650.726,74	0,00	0,00	nd	nd	506.478,92	0,00	0,00	nd	nd
PT502614471	10006745-L. MINHO - CONTUMIL - ERMESINDE - QUADRUPLICAÇ	03/09/2021	79.100,00	97.293,00			29/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	77.834,40	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10006772-PONTE RAINHA D. AMÉLIA - PROTEÇÃO DAS FUNDAÇÕ	18/11/2021	1.729.518,84	1.729.518,84	2276/2021	03/12/2021	31/08/2022	0,00	105.400,57	0,00	nd	nd	1.651.211,82	83.158,51	0,00	nd	nd
PT503888460	10006777-COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA PARA OS I	22/02/2022	57.600,00	70.848,00			08/06/2022	25.584,00	0,00	0,00	nd	nd	39.360,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510718728	10006790-MODELO DE COMPENSAÇÃO AOS OPERADORES FERI	23/07/2021	19.500,00	23.985,00			18/02/2022	14.391,00	0,00	0,00	nd	nd	9.594,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980448492	10006796-Aquisição de aparelhos de via para a Modernização da Linh	22/07/2022	0,00	0,00			20/06/2024	360.795,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506176142	10006819-A4 - DESENVOLVIMENTO SISTEMA HORUS 2021/2022	29/10/2021	225.000,00	276.750,00			31/03/2023	54.786,96	0,00	0,00	nd	nd	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501679529	10006837-IP3 – KM43+000 AO KM59+000 - ASSESSORIA À IP PARA	24/05/2021	4.990,00	6.137,70			07/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.296,39	0,00	0,00	nd	nd
PT502737948	10006840-EN230, KM 135+528, PONTE DAS 3 ENTRADAS. REFOR	29/05/2023	669.899,96	669.899,96			23/08/2023	497.090,82	-3.010,10	0,00	nd	nd	166.137,42	0,00	0,00	nd	nd
PT503731765	10006842-Auditorias combinadas de renovação da certificação, 1º e 2	20/12/2021	45.599,46	56.087,34			29/07/2022	12.945,53	0,00	0,00	nd	nd	39.352,77	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503888460	10006845-COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA OBRA – EMPREITAD	04/03/2022	61.920,00	76.161,60			05/10/2023	25.387,20	0,00	0,00	nd	nd	8.462,40	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10006847-SIP PORTO - VIRTUALIZAÇÃO SERVIDOR CENTRAL SC	12/06/2024	37.540,01	46.174,21			13/12/2024	46.174,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503696536	10006870-EN230 - KM146+200 A 161+960 - ESTABILIZAÇÃO DE TA	18/04/2022	83.665,00	102.907,95			30/04/2024	35.297,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10006898-DESENVOLVIMENTO SGOC - GESTÃO DE OBRAS DE C	17/02/2022	119.700,00	147.231,00			31/08/2022	22.084,65	0,00	0,00	nd	nd	125.146,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10006904-L. ALGARVE - PK335+350 A PK335+650 - TROÇO TUNES	26/11/2021	33.525,00	41.235,75			12/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	35.011,95	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10006908-Aquisição de gás Árgon	02/06/2021	79,47	97,75			22/07/2024	97,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507518071	10006925-Aquisição de Café, Incluindo Cedência de Máquinas, para c	19/01/2022	247.000,68	303.810,84			10/08/2022	107.629,88	0,00	0,00	nd	nd	151.748,77	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10006932-Linha do Vouga – Aluguer de contentores de apoio a Guarc	07/10/2021	49.700,00	61.131,00			31/12/2021	2.214,00	0,00	0,00	nd	nd	56.149,50	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10006937-LOTE A - SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO - FAS	16/08/2022	205.000,00	252.150,00			31/07/2023	71.117,31	0,00	0,00	nd	nd	45.732,69	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10006939-LOTE A - SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO PÚBLICO - FAS	06/03/2023	654.998,62	805.648,30			11/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	379.655,32	0,00	0,00	nd	nd
PT502212900	10006940-L NORTE - ESTAÇÃO DE SACAVÉM - EXECUÇÃO DE PA	19/05/2022	539.499,08	539.499,08			29/11/2022	0,00	25.989,09	0,00	nd	nd	525.908,64	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10006988-EN248, KM6+600 e KM 16+250. ESTABILIZAÇÃO DA PLA	12/11/2021	70.569,00	86.799,87			12/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	71.244,06	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10006998-LINHA DO DOURO - ENTRE PK 151,335 E PK 163,100 - F	28/06/2022	3.995.590,82	3.995.590,82	1086/2022	19/08/2022	30/12/2022	0,00	-6.007,48	0,00	nd	nd	3.724.205,43	222.767,51	0,00	nd	nd
PT500440131	10007009-L SINES – MODERNIZAÇÃO DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA	08/09/2021	14.900,00	18.327,00			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	15.316,58	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10007015-EX-IP4 - REABILITAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PASSAGE	14/03/2022	96.970,00	119.273,10			30/09/2022	69.186,27	0,00	0,00	nd	nd	23.371,51	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10007026-L CINTURA - BENEFICIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE ENTREC	12/10/2021	47.280,00	58.154,40			22/09/2022	17.384,00	0,00	0,00	nd	nd	23.222,40	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10007042-L. MINHO – VIANA A VALENÇA - SISTEMA DE INFORMA	13/07/2022	259.000,00	318.570,00			12/09/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	311.542,25	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10007078-EN118 (IC3) - KM 88+670 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE	29/07/2022	120.969,79	120.969,79			30/12/2022	0,00	1.081,01	0,00	nd	nd	95.981,89	0,00	0,00	nd	nd
PT514970774	10007089-ESTUDOS DE VIA EM ESTAÇÕES OU PLENA VIA NA RN	28/09/2021	113.942,00	140.148,66			31/05/2022	36.560,52	0,00	0,00	nd	nd	103.588,14	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10007093-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	12/11/2021	76.758,40	76.758,40			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	63.563,50	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10007093-3 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	17/11/2021	71.102,72	71.102,72			08/02/2022	0,00	5.604,46	0,00	nd	nd	71.102,72	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10007093-4 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	12/11/2021	59.699,65	59.699,65			08/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	52.238,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10007093-5 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	12/11/2021	45.793,45	45.793,45			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	45.389,45	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10007093-6 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	12/11/2021	42.726,40	42.726,40			31/03/2022	0,00	-60,57	0,00	nd	nd	42.106,94	2.923,44	0,00	nd	nd
PT502813237	10007110-IP8/IC33 – RELVAS VERDES E GRÂNDOLA NORTE(IC1),	18/01/2022	330.740,00	406.810,20			30/09/2022	103.938,69	0,00	0,00	nd	nd	239.950,87	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10007111-L. ALGARVE - ESTAÇÃO DE TAVIRA - NOVAS INSTALAÇ	02/11/2021	28.831,00	35.462,13			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	30.105,48	0,00	0,00	nd	nd
PT508369444	10007112-SMM ABRIGOS E MOBILIÁRIO URBANO PARA AS PARA	21/06/2022	2.449.711,31	2.449.711,31	1008/2022	16/09/2022	16/06/2023	590.932,28	-15.103,71	0,00	nd	nd	921.610,22	16.389,93	0,00	nd	nd
PT501515011	10007125-ACESSO AO TERMINAL FERROVIÁRIO DE ALFARELOS	07/06/2022	865.334,70	1.064.361,68	927/2022	23/08/2022	30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	118.231,32	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10007128-L. CASCAIS – ORGANISMO NOTIFICADO	23/09/2021	289.860,00	356.527,80			08/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	35.652,78	0,00	0,00	nd	nd
PT514836334	10007153-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E APOIO TI	16/12/2021	189.612,00	233.222,76			31/01/2022	62.840,42	0,00	0,00	nd	nd	130.324,01	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	10007160-L MINHO - CONTUMIL/ERMESINDE - SINALIZAÇÃO E TE	12/10/2021	52.518,00	64.597,14			31/01/2022	19.379,14	0,00	0,00	nd	nd	45.218,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506176142	10007174-A4 - MANUTENÇÃO SISTEMA HORUS - 2022/2025	22/08/2023	420.000,00	516.600,00			19/10/2023	181.863,70	0,00	0,00	nd	nd	53.710,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10007198-L NORTE - COMPLEXO LOGÍSTICO DA BOBADELA - AD	26/08/2021	199.785,00	245.735,55			19/11/2021	6.972,87	0,00	0,00	nd	nd	238.762,68	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10007208-A4-TÚNEL DO MARÃO – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA	28/09/2021	67.430,10	82.939,02			09/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	82.263,60	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	10007232-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2021 - DISTRITO DE BEJA	30/08/2021	214.010,00	226.850,60			30/11/2021	0,00	2.188,08	0,00	nd	nd	226.850,59	2.817,26	0,00	nd	nd
PT502960019	10007236-EN241, KM 013+555, PASSAGEM HIDRÁULICA. EN2, KM	23/05/2022	42.359,30	52.101,94			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	44.500,96	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10007240-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	06/06/2022	3.288.559,90	3.288.559,90	931/2022	22/08/2022	30/12/2022	602.116,12	112.441,02	0,00	nd	nd	2.644.771,43	167.808,64	0,00	nd	nd
PT500272557	10007240-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	06/06/2022	2.700.440,10	2.700.440,10	931/2022	22/08/2022	30/12/2022	1.453.613,97	160.539,65	0,00	nd	nd	1.076.370,40	75.188,94	0,00	nd	nd
PT503694479	10007256-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2021 - DISTRITO DE ÉVORA	30/08/2021	169.860,00	180.051,60			09/11/2021	0,00	3.882,04	0,00	nd	nd	180.051,60	0,00	0,00	nd	nd
PT508520525	10007293-Aquisição de Serviços de Manutenção de Extintores e Carr	17/11/2021	62.900,00	77.367,00			31/03/2023	6.447,24	0,00	0,00	nd	nd	70.919,65	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10007328-EN235 - LIGAÇÃO À A1 - NÓ DE ÁGUEDA (KM10+560) E	18/05/2022	164.900,00	202.827,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	35.018,10	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10007346-SMMONDEGO - SISTEMAS GERAIS - TELEMÁTICA, TEL	30/09/2022	15.434.137,59	15.434.137,59	1605/2022	11/03/2023	28/12/2023	1.518.305,58	166.827,68	0,00	nd	nd	1.706.268,35	0,00	0,00	nd	nd
PT500719618	10007390-IC26 (EN108) - REABILITAÇÃO ENTRE MESÃO FRIO (KM	10/03/2022	1.739.000,00	1.739.000,00	453/2022	10/05/2022	28/12/2023	1.285.905,28	190.410,19	0,00	nd	nd	24.993,83	0,00	0,00	nd	nd
PT504254960	10007415-Auditorias de 1º e 2º acompanhamento e de renovação da	15/09/2021	4.310,00	5.301,30			21/12/2021	2.115,60	0,00	0,00	nd	nd	3.185,70	0,00	0,00	nd	nd
PT501481108	10007457-CONCLUSÃO DO DESENVOLVIMENTO E DA ELABORAÇ	30/11/2021	19.807,50	24.363,23			17/03/2022	17.054,57	0,00	0,00	nd	nd	7.308,86	0,00	0,00	nd	nd
PT502960019	10007481-L. NORTE - ESTAÇÃO DE BRAÇO DE PRATA - INTERVE	28/02/2022	24.858,00	30.575,34			07/11/2022	4.616,88	0,00	0,00	nd	nd	25.958,46	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10007523-RAP A26 e A26-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPEF	11/05/2023	2.653.875,50	2.653.875,50	869/2023	03/07/2023	08/12/2023	828.631,96	69.517,49	0,00	nd	nd	361.279,57	6.293,58	0,00	nd	nd
PT507783727	10007527-EN1- VILA FRANCA DE XIRA (KM23+950) A CARREGAD	11/11/2021	279.981,50	344.377,25			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	89.050,77	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	10007533-ER348, KM 87+690, PONTE SOBRE O RIO ZÊZERE - RE/	09/12/2022	3.986.000,00	3.986.000,00	2075/2022	18/05/2023	31/08/2023	2.865.818,24	-30.400,43	0,00	nd	nd	556.607,99	0,00	0,00	nd	nd
PT507194934	10007538-Ferramentas de Apoio ao report legal SNC-AP	18/10/2021	71.450,00	87.883,50			30/11/2021	1.079,33	0,00	0,00	nd	nd	86.804,19	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10007539-L OESTE – PF71-ALTERAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DA SU	20/12/2021	142.982,30	175.868,23			31/08/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	160.813,03	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10007542-1 - L. BEIRA BAIXA – ENTRONCAMENTO A C. BRANCO -	25/11/2022	1.943.963,98	1.943.963,98	2055/2022	30/06/2023	08/12/2023	542.746,15	0,00	0,00	nd	nd	347.500,16	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10007542-2 - L. BEIRA BAIXA – ENTRONCAMENTO A C. BRANCO -	25/11/2022	1.588.298,66	1.588.298,66	2056/2022	05/06/2023	08/12/2023	892.318,05	0,00	0,00	nd	nd	3.140,10	0,00	0,00	nd	nd
PT514122757	10007557-Manutenção do Identity Management	09/11/2021	39.130,00	48.129,90			31/12/2021	14.249,55	0,00	0,00	nd	nd	28.499,10	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10007563-Assistência Técnica para as Tecnologias SSI, Westlock e V	28/06/2022	14.551.750,00	17.898.652,50	1080 2022		09/12/2022	5.092.978,09	-99.047,72	0,00	nd	nd	4.163.577,62	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10007570-L. MINHO - CCO PORTO - RENOVAÇÃO DO SISTEMA DI	04/03/2022	67.300,00	82.779,00			30/12/2022	2.821,60	0,00	0,00	nd	nd	79.957,33	0,00	0,00	nd	nd
PT504521861	10007612-L. MINHO - PS PARA SUPRESSÃO DA PN AO PK125,369	13/08/2021	4.950,00	6.088,50			08/02/2024	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10007642-L. CINTURA - BENEFICIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE SETE RI	18/04/2022	43.840,00	53.923,20			30/12/2022	15.965,40	0,00	0,00	nd	nd	21.807,90	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10007643-EN3 - REFORMULAÇÃO GEOMÉTRICA DAS INTERSEC(	28/11/2023	2.096.689,27	2.096.689,27	2744/2023	08/02/2024	30/09/2024	585.028,36	24.930,89	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502960019	10007644-REMOÇÃO DE AMIANTO - LOTE 4	18/04/2022	79.868,20	98.237,89			09/03/2023	74.906,26	0,00	0,00	nd	nd	10.553,40	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10007645-REMOÇÃO DE AMIANTO - LOTE 5	02/03/2022	47.302,00	58.181,46			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	50.396,79	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10007660-15 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	03/02/2022	4.920,00	6.051,60			28/02/2022	441,07	0,00	0,00	nd	nd	2.825,54	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10007660-16 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	03/02/2022	190,00	190,00			17/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	84,19	0,00	0,00	nd	nd
PT500492476	10007666-Aquisição de mecanismo Federwippe p/ AMV 54E1 e 60E1	11/02/2022	79.350,00	97.600,50			31/07/2024	97.600,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513011935	10007674-EN2 - KM89+848 PONTE DA RÉGUA SOBRE O RIO DOU	06/01/2022	220.000,00	270.600,00			30/06/2022	2.767,50	0,00	0,00	nd	nd	125.997,82	0,00	0,00	nd	nd
PT501989781	10007684-EN248-2, KM 2+800. ESTABILIZAÇÃO DA PLATAFORMA	17/11/2021	119.785,00	119.785,00			28/02/2022	0,00	1.138,64	0,00	nd	nd	119.535,00	1.771,87	0,00	nd	nd
PT502001364	10007688-L NORTE - ESTAÇÃO DO SETIL - BENEFICIAÇÃO	07/02/2022	28.975,00	35.639,25			28/04/2023	4.464,90	0,00	0,00	nd	nd	26.057,55	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10007745-IC35 - SEVER DO VOUGA / A25 (IP25)	16/11/2022	1.328.038,00	1.633.486,74	1939/2022	06/11/2023	22/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	123.172,20	0,00	0,00	nd	nd
PT506483282	10007750-Auditoria interna ao sistema de gestão da conciliação entre	03/09/2021	4.500,00	5.535,00			11/10/2021	2.490,75	0,00	0,00	nd	nd	3.044,25	0,00	0,00	nd	nd
PT503693618	10007798-LINHA DO NORTE - PK 74,574 A 74,873 - REFORÇO DE	08/06/2022	639.536,11	639.536,11			30/12/2022	0,00	37.393,42	0,00	nd	nd	639.536,12	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10007799-ASSESSORIA JURÍDICA II-GESTÃO DO CONTRATO DE	28/11/2021	19.850,00	24.415,50			14/08/2023	2.767,50	0,00	0,00	nd	nd	7.239,03	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10007802-EDIFICIO LUMIAR - MOBILIDADE ELÉTRICA - INSTALAÇ	21/06/2022	47.387,26	47.387,26			30/12/2022	1.200,00	-746,59	0,00	nd	nd	46.187,26	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10007807-EN8 - KM33+720 (LE); EN9 - KM27+800 A KM48+200 (LD)	24/06/2022	57.000,01	70.110,01			28/02/2023	33.588,49	0,00	0,00	nd	nd	17.482,14	0,00	0,00	nd	nd
PT516016563	10007825-EN204 – CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA AO KM 26+700 -	08/06/2022	371.317,33	371.317,33			30/09/2022	0,00	42,86	0,00	nd	nd	371.317,32	18.493,15	0,00	nd	nd
PT501957782	10007857-EN14 - PSP AO KM 001+636. EN15 - PSP AO KM 021+41(	03/03/2022	42.462,50	52.228,88			29/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	42.450,38	0,00	0,00	nd	nd
PT503150100	10007863-Aquisição de travessas de azobé para reabilitação de túnei	24/06/2022	414.480,00	509.810,40			28/06/2024	57.150,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509716938	10007883-PLANO DE RESILIÊNCIA DAS INFRAESTRUTURAS ÁS A	09/05/2022	49.998,50	61.498,16			30/12/2022	28.044,00	0,00	0,00	nd	nd	57.195,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503239917	10007883-PLANO DE RESILIÊNCIA DAS INFRAESTRUTURAS ÁS A	09/05/2022	30.001,00	36.901,23			31/01/2024	1.168,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10007914-L. NORTE - SIP - RENOVAÇÃO TELEINDICAÇÃO DA GAI	15/12/2023	605.000,00	744.150,00			31/12/2024	504.767,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503703249	10007916-L. ALGARVE – ESTAÇÃO DE FARO - REMODELAÇÃO E	14/02/2022	68.180,00	83.861,40			16/08/2022	35.165,70	0,00	0,00	nd	nd	32.915,42	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10007921-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	26/07/2022	6.480.258,26	6.480.258,26	1142/2022	14/10/2022	09/06/2023	65.709,62	19.775,12	0,00	nd	nd	249.781,96	0,00	0,00	nd	nd
PT503504564	10007921-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	26/07/2022	6.536.325,24	6.536.325,24	1142/2022	14/10/2022	18/07/2023	1.520.107,33	38.080,66	0,00	nd	nd	785.977,19	0,00	0,00	nd	nd
PT503942570	10007921-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	26/07/2022	5.069.540,58	5.069.540,58	1142/2022	14/10/2022	30/06/2023	2.385.160,72	90.003,23	0,00	nd	nd	413.082,19	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10007927-APOIO TÉCNICO À DEA EM ESPECIALIDADES DE ENGE	21/10/2021	269.310,40	331.251,79			31/01/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	187.424,24	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501515011	10007938-L. VOUGA - REABILITAÇÃO DA SUPERESTRUTURA DE	12/01/2024	289.565,00	356.164,95			09/05/2024	179.786,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501695923	10007941-LM - SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE TRAVESSAS NA PO	30/08/2022	218.688,80	218.688,80			30/05/2023	321,00	18.835,55	0,00	nd	nd	218.367,80	0,00	0,00	nd	nd
PT508306000	10008004-Aquisição de Gasóleo a Granel 2022-24	07/03/2022	251.100,00	308.853,00			17/05/2022	140.047,99	0,00	0,00	nd	nd	53.477,90	0,00	0,00	nd	nd
PT502027258	10008042-MONITORIZAÇÃO PARA A DURABILIDADE DA PONTE D	30/12/2021	3.150,00	3.874,50			08/06/2022	1.291,50	0,00	0,00	nd	nd	2.583,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10008044- SIP - Reposição Servidor Regional São Bento	28/12/2021	3.252,20	4.000,21			31/08/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.997,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501559914	10008054-EN229 – IP5 / PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO	30/11/2022	10.714.280,58	10.714.280,58	2057/2022	08/07/2023	14/03/2024	4.259.149,66	117.867,94	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500274371	10008059-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS E FARO-VRSA - ATPN	09/01/2024	1.881.594,07	1.881.594,07	71/2024	07/03/2024	31/12/2024	480.028,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10008062-L. SUL - PK88,580 PASSAGEM HIDRÁULICA- REABILITA	10/03/2022	31.660,00	38.941,80			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	31.863,15	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10008063-IC1 - KM567+571, PONTE SOBRE O RIO SADO - REABIL	23/03/2022	134.420,00	165.336,60			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	145.589,69	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10008066-AT-ENE - L. CASCAIS-TELECOMANDO	09/05/2023	0,00	0,00			31/12/2024	169.188,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10008077-L.BEIRA ALTA - SIP	21/12/2022	500.000,00	615.000,00	73/2023	23/03/2023	15/12/2023	112.157,08	0,00	0,00	nd	nd	715.107,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10008080-SIP - LINHA DO OESTE	27/04/2023	499.999,74	614.999,68			15/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	297.850,70	0,00	0,00	nd	nd
PT503120928	10008087-SMM. TROÇO PORTAGEM – ALTO DE SÃO JOÃO. ASSI	23/05/2022	40.000,00	49.200,00			07/11/2022	8.200,00	0,00	0,00	nd	nd	41.000,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505198290	10008088-L.NORTE - PROJETOS COMPLEMENTARES AO PROJE	08/05/2022	34.900,00	42.927,00			20/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	41.897,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	10008128-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	12/12/2022	7.955.180,66	7.955.180,66	2038/2022	24/03/2023	08/08/2023	4.540.441,32	262.807,14	0,00	nd	nd	1.891.999,23	6.351,33	0,00	nd	nd
PT504547160	10008131-L. NORTE – GARE DO ORIENTE – REPARAÇÃO DE PAS	07/07/2022	269.660,08	269.660,08			30/12/2022	0,00	-1.434,17	0,00	nd	nd	269.650,86	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10008133-CONC. LN-LBA + EST. PAMPILHOSA - FASE 2 - CCO PO	11/07/2023	1.198.474,24	1.198.474,24	1558/2023	13/09/2023	21/11/2023	842.009,16	0,00	0,00	nd	nd	112.686,72	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	10008134-1 - EN206 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURAN	29/05/2023	599.326,28	599.326,28	1065/2023		06/02/2024	427.297,07	26.249,47	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	10008134-2 - EN206 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURAN	29/05/2023	413.452,94	413.452,94	1068/2023		29/12/2023	340.251,67	7.591,28	0,00	nd	nd	7.893,02	0,00	0,00	nd	nd
PT506394514	10008158-EN123, KM 28+000, PH. EN123, KM 29+650, PH. SUBSTI	13/03/2024	540.917,25	540.917,25			28/08/2024	523.557,25	11.408,42	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10008159-L. NORTE - CASTANHEIRA - AZAMBUJA	13/07/2022	1.138.750,00	1.400.662,50	1161/2022	28/10/2022	23/05/2023	594.784,95	0,00	0,00	nd	nd	446.200,95	0,00	0,00	nd	nd
PT503439673	10008163-L. BEIRA ALTA- VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO - PAMPILH	27/09/2023	608.603,46	748.582,26			26/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	583.894,16	0,00	0,00	nd	nd
PT508083877	10008166-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO CORREDOR INTERNA	23/11/2023	238.163,78	292.941,45			25/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	292.941,45	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10008204-IP8/IC33 – RELVAS VERDES / GRÂNDOLA NORTE (IC1).	21/07/2022	69.000,00	84.870,00			25/11/2022	25.461,00	0,00	0,00	nd	nd	25.461,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10008226-AT-ENE - LB ALTA PAMPILHOSA-VILAR FORMOSO-TEL	05/12/2022	792.000,00	974.160,00	2040/2022	09/03/2023	08/12/2023	63.897,89	0,00	0,00	nd	nd	416.130,89	0,00	0,00	nd	nd
PT508895154	10008228-APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO ÀS ATIVIDADE DE GE	16/05/2022	135.000,00	166.050,00			30/09/2022	77.022,51	0,00	0,00	nd	nd	87.953,99	0,00	0,00	nd	nd
PT980609089	10008232-Seguro de Acidentes Pessoais do Grupo IP para 2022-202	17/01/2022	78.544,62	78.544,62			14/04/2022	22.891,56	33,22	0,00	nd	nd	45.783,12	-96,00	0,00	nd	nd
PT980609089	10008232-Seguro de Acidentes Pessoais do Grupo IP para 2022-202	17/01/2022	5.150,61	5.150,61			14/04/2022	1.716,87	2,49	0,00	nd	nd	3.433,74	-7,20	0,00	nd	nd
PT508655501	10008236-ESTUDOS PARA APLICAÇÃO DE VIA NÃO BALASTRAD	09/02/2022	96.000,00	118.080,00			22/09/2022	39.360,00	0,00	0,00	nd	nd	78.720,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10008247-AT-ENE - FARO-VRSA-TUNES-LAGOS-TELECOMANDO	21/10/2022	341.900,00	420.537,00			22/12/2023	355.383,12	0,00	0,00	nd	nd	187.395,07	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10008258-L. ALGARVE - SIP	18/04/2023	877.500,00	1.079.325,00	717/2023	15/06/2023	15/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	485.289,71	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10008269-Aquisição de travessas polivalentes com fixação para carril	12/05/2022	3.575.000,00	4.397.250,00	887/2022		21/07/2023	2.420.774,09	0,00	0,00	nd	nd	217.575,93	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10008327-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/08/2022	13.992.593,30	13.992.593,30	1270/2022	23/10/2022	16/06/2023	5.764.692,20	4.359,29	0,00	nd	nd	3.413.218,59	79.135,68	0,00	nd	nd
PT503156000	10008327-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/08/2022	5.996.825,70	5.996.825,70	1270/2022	23/10/2022	27/06/2023	2.471.805,20	-10.161,80	0,00	nd	nd	1.462.807,97	33.915,30	0,00	nd	nd
PT503577600	10008329-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO CORREDOR INTERNA	19/10/2023	219.760,80	270.305,78			21/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	192.774,21	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10008359-1 - RRN-MANUTENCÃO TELEMÁTICA LOTE 2 2022	29/06/2022	243.916,47	300.017,26			07/11/2022	7.856,01	0,00	0,00	nd	nd	292.104,12	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10008359-2 - RRN-MANUTENCÃO TELEMÁTICA LOTE 2 2022	29/06/2022	306.750,42	377.303,02			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	371.030,16	0,00	0,00	nd	nd
PT514333839	10008372-Call Center IP 2022	25/01/2022	53.700,00	66.051,00			19/05/2022	5.350,50	0,00	0,00	nd	nd	60.691,29	0,00	0,00	nd	nd
PT218712561	10008373-Aquisição de pás e vassouras CLN	04/11/2021	295,15	363,03			18/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	295,15	0,00	0,00	nd	nd
PT513118470	10008380-EN18 - KM376+660 E KM376+670 PH - SUBSTITUICÃO	23/03/2022	38.210,00	46.998,30			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.871,70	0,00	0,00	nd	nd
PT503577600	10008388-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO CORREDOR COMPLE	24/11/2023	479.981,27	590.376,96			21/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	20.113,07	0,00	0,00	nd	nd
PT502960019	10008418-IC2 - KM7+010 PH RAMO ENTRADA E SAÍDA, IC2 - KM35	23/05/2022	65.593,50	80.680,01			19/10/2023	49.989,66	0,00	0,00	nd	nd	15.597,63	0,00	0,00	nd	nd
PT514014032	10008459-Digitalização de faturas	03/01/2022	4.501,20	5.536,48			28/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.459,74	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	10008484-EN238, KM25+315 LE. ESTABILIZADAÇÃO DE TALUDE D	07/10/2022	638.026,56	638.026,56			16/03/2023	0,00	4.442,07	0,00	nd	nd	632.803,92	-24.056,41	0,00	nd	nd
PT508083877	10008510-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO LOTE A ESPINHO-GAI	20/06/2022	89.690,18	110.318,92			07/11/2022	17.220,00	0,00	0,00	nd	nd	88.880,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10008511-AQUISICÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMINO	09/02/2022	23.189,60	28.523,21			24/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	179,58	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10008515-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO LOTE A - FIGUEIRA FO	12/02/2024	206.191,54	253.615,59			14/08/2024	253.615,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10008516-EN6 - PONTE E SUB-OBRA AO KM 14+700 - REABILITAÇ	06/05/2022	191.543,85	191.543,85			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	171.816,79	4.983,95	0,00	nd	nd
PT502668490	10008566-SMM. ADAPTAÇÃO A UMA SOLUCÃO BRT – METROBUS	22/07/2022	64.900,00	79.827,00			30/09/2022	4.218,90	0,00	0,00	nd	nd	67.035,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10008571-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - SST TUNES AMPLIAÇÃC	12/10/2022	1.996.735,00	1.996.735,00	1615/2022	22/11/2022	21/04/2023	952.027,59	5.100,69	0,00	nd	nd	403.027,30	4.337,35	0,00	nd	nd
PT502813237	10008575-L. NORTE - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ESTAÇÃO I	07/02/2022	73.900,00	90.897,00			31/05/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	77.262,46	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	10008592- AD 20210031 - Compra de misturas betuminosas a frio pa	16/11/2021	3.750,00	4.612,50			31/05/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.574,75	0,00	0,00	nd	nd
PT515823368	10008594-EN115, KM 59+200 A 69+900. ESTABILIZAÇÃO DA PLAT.	23/05/2022	140.720,50	173.086,22			21/07/2023	44.950,97	0,00	0,00	nd	nd	12.845,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10008600-EN363(D) - PONTE SOBRE O RIO TORTO (KM 000+139)	17/01/2022	50.000,00	61.500,00			31/05/2022	5.535,00	0,00	0,00	nd	nd	54.810,03	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10008606-IP8 (EN259) E IP8 (EN121) - AUDITORIA DE SEGURANC	18/08/2022	94.500,00	116.235,00			28/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	52.305,75	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10008615-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	31/03/2023	1.468.060,00	1.805.713,80	585/2023	14/06/2023	10/08/2023	974.528,98	0,00	0,00	nd	nd	435.973,50	0,00	0,00	nd	nd
PT507511123	10008622-EN13, KM 042+165, PONTE DO FÃO SOBRE O RIO CÁV	29/11/2022	2.415.434,44	2.415.434,44	2033/2022	10/03/2023	21/11/2023	1.798.244,59	-97.358,50	0,00	nd	nd	125.595,54	0,00	0,00	nd	nd
PT502672749	10008663-IC31 - CASTELO BRANCO / MONFORTINHO	09/11/2022	1.426.977,30	1.755.182,08	1880/2022	06/11/2023	22/12/2023	60.073,20	0,00	0,00	nd	nd	121.925,94	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10008696-ER206 - TORRE DE DONA CHAMA (KM 187+730) E PEN	28/07/2022	206.414,18	253.889,44			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	39.403,05	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10008729-1 - Aquisição de carril 54E1 e 60E1 para a Linha da Beira A	18/04/2022	929.980,00	929.980,00			28/04/2023	0,00	89.728,91	0,00	nd	nd	929.640,56	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10008729-2 - Aquisição de carril 54E1 e 60E1 para a Linha da Beira A	18/04/2022	3.961.807,50	3.961.807,50			09/12/2022	0,00	61.899,74	0,00	nd	nd	3.954.211,96	332.857,11	0,00	nd	nd
ESA81046856	10008741-Aquisição de carril 54E1 em barras de 36 metros, 72 metro	06/06/2022	8.135.500,00	8.135.500,00			07/11/2022	0,00	236.751,52	0,00	nd	nd	8.119.507,66	566.444,96	0,00	nd	nd
ESA81046856	10008741-Aquisição de carril 54E1 em barras de 36 metros, 72 metro	06/06/2022	2.238.000,00	2.238.000,00			30/12/2022	0,00	11.879,62	0,00	nd	nd	2.235.460,78	203.887,07	0,00	nd	nd
PT503182710	10008761-Plataforma anoGov - Aquisição Serviços de Utilização e Ma	10/01/2022	45.000,00	55.350,00			14/04/2022	23.062,50	0,00	0,00	nd	nd	32.287,50	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10008769-Aquisição de travessas de betão bibloco TBBG com fixação	18/04/2022	4.841.564,00	5.955.123,72	663/2022	20/05/2022	07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	974.652,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10008808-L. MATINHA - BENEFICIACÃO DA SUPERESTRUTURA D	11/07/2023	328.416,85	328.416,85			30/11/2023	238.273,74	9.278,03	0,00	nd	nd	85.498,07	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10008824-Aquisição de fixação tipo SKL12 e SKLU12	18/03/2022	430.923,00	530.035,29			26/03/2024	16.051,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10008829-L. NORTE – ENTRONCAMENTO - LIGAÇÃO DAS LINHAS	16/02/2022	42.500,00	52.275,00			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	44.433,75	0,00	0,00	nd	nd
PT500423849	10008831-Serviços de fornecimento de Ticket Infância sob a forma de	03/01/2022	1.200,00	1.476,00			30/06/2022	347,07	0,00	0,00	nd	nd	253,59	0,00	0,00	nd	nd
PT502784406	10008866-AT-VDM VIDEOMONITORIZAÇÃO ENERGIA TRACÃO E I	09/08/2022	98.471,55	121.120,01			09/03/2023	29.090,55	0,00	0,00	nd	nd	142.185,57	0,00	0,00	nd	nd
PT508080975	10008885-Contrato de manutenção e consumíveis impressoras multif	07/06/2022	34.967,80	43.010,39			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	42.516,46	0,00	0,00	nd	nd
PT507349601	10008891-IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE SUPORTE	18/07/2022	199.893,41	245.868,89			30/12/2022	30.979,59	0,00	0,00	nd	nd	133.895,19	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10008895-L. DOURO - PONTE DE AREGOS (PK077+593) - REABILI	18/04/2022	90.402,20	111.194,71			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	100.961,82	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10008931-SENSORIZAÇÃO PARA PROJETO ROAD SAFETY - A20/	04/10/2022	1.576.376,82	1.576.376,82	1676/2022		29/02/2024	1.576.339,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503531073	10008937-Verificação da conformidade dos pórticos de carril com o D	24/01/2022	4.275,00	5.258,25			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	5.109,73	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10008943-LINHA DO DOURO - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES ENT	08/08/2022	916.636,25	916.636,25	949/2022	18/08/2022	07/11/2022	0,00	7.566,64	0,00	nd	nd	849.047,08	34.713,09	0,00	nd	nd
PT501884955	10008946-EN10 - MARATECA (KM59+125) A PEGÕES (KM72+487)	26/05/2022	19.600,00	24.108,00			31/08/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	21.507,11	0,00	0,00	nd	nd
PT510183751	10008959- fornecimento e aluguer de Garrafas de Oxigénio, Acetilenc	04/01/2022	2.290,80	2.817,68			22/04/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	948,55	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	10008961-L. MINHO - PK 40,800 A PK 41,600 – TRATAMENTO DE F	28/06/2022	948.965,50	948.965,50	430/2022	22/08/2022	30/05/2023	0,00	60.839,82	0,00	nd	nd	869.458,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500326517	10008967-LIGAÇÃO À ÁREA INDUSTRIAL DE FONTISCOS E ERMI	18/07/2022	3.191.741,07	3.191.741,07	1147/2022	16/09/2022	29/12/2022	16.799,07	99.751,88	0,00	nd	nd	3.150.650,15	94.243,28	0,00	nd	nd
PT509770118	10008980-A25-ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA - NÓ DE VILAR FORMO	02/03/2022	44.970,00	55.313,10			08/09/2022	9.319,47	0,00	0,00	nd	nd	45.991,19	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10009013-L. ALGARVE - ESTACÕES E APEADEIROS ESTÔMBAR-I	10/01/2023	2.035.656,37	2.035.656,37	140/2023	09/04/2023	27/10/2023	876.211,89	58.860,69	0,00	nd	nd	1.159.403,16	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10009017-LA- ALTEAMENTO DE PLATAFORMA NAS ESTACÕES D	29/03/2023	1.593.674,51	1.593.674,51	573/2023	02/06/2023	27/10/2023	1.113.429,85	0,00	0,00	nd	nd	440.707,28	0,00	0,00	nd	nd
PT503369489	10009018-ER225. LD AVR/VIS (KM 36+380) E CASTRO DAIRE (KM	12/12/2023	6.184.531,43	6.184.531,43	2794/2023	18/02/2024	28/06/2024	509.252,08	35.859,33	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502496878	10009028-L. NORTE-KM 72,655 A 72,900 (LE)-ESTABILIZAÇÃO DO	07/12/2022	698.614,54	698.614,54			30/11/2023	417.763,10	23.212,51	0,00	nd	nd	275.172,82	5.230,39	0,00	nd	nd
PT503935271	10009039-EN10 - KM27+115 A KM31+075 - REABILITAÇÃO	06/01/2023	165.250,00	203.257,50			19/10/2023	11.430,59	0,00	0,00	nd	nd	47.325,60	0,00	0,00	nd	nd
PT505154870	10009041-EN202 – KM 0+700 – CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA	11/08/2022	749.854,86	749.854,86			30/12/2022	1.300,00	0,00	0,00	nd	nd	708.634,90	2.011,85	0,00	nd	nd
PT513675418	10009043-EN108, EN320, EN321 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES E	03/10/2022	686.451,96	686.451,96			30/12/2022	252.828,71	0,00	0,00	nd	nd	424.248,27	-2.699,64	0,00	nd	nd
PT204878179	10009049-Contratação Dra. Clara Silva	16/02/2022	19.600,00	24.108,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	15.799,35	0,00	0,00	nd	nd
PT504520296	10009056-Serviço de Transporte Encomendas 2022	04/01/2022	1.000,00	1.230,00			28/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	755,92	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10009063-L. NORTE - BOBADELA - RCM PARQUE NORTE - EXECU	16/03/2022	8.199.700,00	8.199.700,00	461/2022	04/04/2022	22/09/2022	0,00	73.555,03	0,00	nd	nd	8.091.816,32	447.564,99	0,00	nd	nd
PT502001364	10009064- Aquisição de Serviços para realização de inspeção na esp	15/11/2022	21.840,10	26.863,32			08/12/2023	1.533,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10009064- Aquisição de Serviços para realização de inspeção na esp	15/11/2022	196.560,90	241.769,91			08/12/2023	127.209,06	0,00	0,00	nd	nd	20.415,54	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10009070-EN122, KM83+850, PONTE DOS LADRÕES E KM94+127,	14/07/2022	630.316,60	630.316,60			07/11/2022	0,00	-6.813,70	0,00	nd	nd	630.316,61	9,43	0,00	nd	nd
PT502668490	10009098-ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO TIPO PARA	14/09/2022	69.454,00	85.428,42			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	59.799,89	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10009099-L. NORTE - BOBADELA - RCM PARQUE NORTE - FISCA	04/05/2022	449.994,00	553.492,62			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	529.653,70	0,00	0,00	nd	nd
PT500553408	10009160-LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CABEÇA DE PORC	17/02/2023	12.449.833,45	12.449.833,45	252/2023	15/11/2023	27/02/2024	8.707.940,80	314.891,71	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507273702	10009167- Linha do Minho – CCOP – Contrato de Manutenção Prever	06/05/2022	71.228,47	87.611,02			10/08/2022	14.550,90	0,00	0,00	nd	nd	50.871,91	0,00	0,00	nd	nd
PT500741875	10009174- Linha do Norte - Apeadeiro do Paraimo - Conservação e p	06/06/2022	401.316,69	401.316,69			29/11/2022	0,00	3.328,73	0,00	nd	nd	401.316,70	0,00	0,00	nd	nd
PT508170710	10009194-Prestação de serviço de vigilância e segurança no estaleir	07/03/2022	1.700,00	2.091,00			30/06/2022	738,00	0,00	0,00	nd	nd	615,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980176352	10009224-IC1, PH AO KM555+700 E EN5, PH AO KM040+700 - SUB	24/10/2022	658.388,24	658.388,24			30/12/2022	5.423,56	8.049,62	0,00	nd	nd	652.964,68	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10009246-LM - REPARAÇÃO ESTRUTURAL DO MURO CONTRAFC	01/09/2022	405.926,00	405.926,00			30/12/2022	0,00	-12.284,45	0,00	nd	nd	405.926,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505265869	10009284-L. NORTE - OVAR GAIA- AT-STI - LOTE A	20/09/2022	85.609,51	105.299,70			16/11/2023	104.155,63	0,00	0,00	nd	nd	79.374,64	0,00	0,00	nd	nd
PT516081461	10009293-LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE CABEÇA DE PORC	29/05/2023	437.100,00	537.633,00			14/03/2024	170.408,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	10009316-2 - AQUISIÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE IT, COMUNIC	15/11/2022	268.167,05	329.845,47			08/02/2024	335.415,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510573207	10009338-Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Correti	27/04/2022	19.545,00	24.040,35			12/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.017,44	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10009414-Aquisição de gás Árgon	18/03/2022	92,90	114,27			20/06/2024	114,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10009421-LINHA DO NORTE, VILA FRANCA DE XIRA. BENEFICIAC	07/09/2022	58.200,00	71.586,00			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	29.925,90	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	10009422-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 4, INCLUINDO AVAC, DO	04/05/2022	2.949.999,11	2.949.999,11	760/2022	15/07/2022	29/11/2022	535.562,62	147.400,23	0,00	nd	nd	2.273.450,36	88.576,86	0,00	nd	nd
ESB63051247	10009431-Manutenção da Solução i6 Omnichannel	17/02/2022	3.831,36	3.831,36			04/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.631,36	0,00	0,00	nd	nd
PT505154870	10009442-2 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	28/03/2024	938.951,75	938.951,75	819/2024	21/05/2024	30/09/2024	880.191,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503369489	10009442-3 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	01/04/2024	615.274,45	615.274,45	820/2024	21/05/2024	30/09/2024	531.975,55	-684,14	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510520251	10009442-5 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	04/04/2024	658.500,00	658.500,00	821/2024	21/05/2024	30/09/2024	591.033,07	6.235,98	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10009442-6 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	28/03/2024	885.956,06	885.956,06	822/2024	21/05/2024	30/07/2024	885.773,43	-13.834,01	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501261320	10009447-ex-IP5 - Ponte sobre o Rio Vouga (km 031+998) – Reabilita	06/06/2022	35.700,00	43.911,00			07/11/2022	4.182,00	0,00	0,00	nd	nd	38.991,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10009471-Aquisição de aparelhos de via para a Ligação ao Terminal	04/07/2022	508.592,35	625.568,59			20/06/2024	623.539,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502550066	10009496-Aquisição de Serviços para a Gestão dos Resíduos Sólidos	27/06/2022	50.955,69	62.675,50			30/09/2022	13.276,88	-254,05	0,00	nd	nd	30.079,74	0,00	0,00	nd	nd
PT502080850	10009516-XTraN - Manutenção UMIAS e Módulos SW Gestão Integra	24/08/2022	121.997,16	150.056,51			28/02/2023	58.358,30	0,00	0,00	nd	nd	87.529,88	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10009524-EN4 PEGÕES (KM 44+257) E LIGAÇÃO P/ IP7 (A6)/VEND	15/11/2022	175.000,00	215.250,00			30/12/2022	38.395,47	0,00	0,00	nd	nd	43.668,90	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10009528-IP2 - VARIANTE NASCENTE DE ÉVORA - AUDITORIA DE	28/09/2022	48.900,00	60.147,00			29/12/2022	24.058,80	0,00	0,00	nd	nd	6.014,70	0,00	0,00	nd	nd
PT514950200	10009556-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DE BRAGA	12/05/2022	209.989,80	222.589,19	209/2022		30/09/2022	0,00	-1.802,46	0,00	nd	nd	222.589,19	9.928,29	0,00	nd	nd
PT514950200	10009559-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DE BRAGAN	13/05/2022	169.995,10	180.194,81	217-2022		30/09/2022	0,00	-1.684,95	0,00	nd	nd	180.194,81	8.055,37	0,00	nd	nd
PT502050942	10009563-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DE ÉVORA	13/05/2022	170.000,00	180.200,00	202/2022		30/09/2022	0,00	481,39	0,00	nd	nd	180.200,00	6.338,93	0,00	nd	nd
PT502050942	10009564-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DE FARO	13/05/2022	90.000,00	95.400,00	204/2022		15/11/2022	0,00	-915,36	0,00	nd	nd	95.400,00	4.518,24	0,00	nd	nd
PT503694479	10009565-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DA GUARDA	13/05/2022	99.999,00	105.998,94	207/2022		31/08/2022	0,00	-701,16	0,00	nd	nd	105.786,95	4.792,83	0,00	nd	nd
PT514950200	10009569-GESTÃO DE VEGETAÇÃO 2022 - DISTRITO DE VILA RE	13/05/2022	183.000,00	193.980,00	220-2022		30/09/2022	0,00	-1.470,24	0,00	nd	nd	193.980,00	8.699,43	0,00	nd	nd
PT507441443	10009577-Aluguer de Purificadores de Água - Triénio 2022-2025	28/06/2022	21.888,00	26.922,24			20/12/2023	8.714,36	0,00	0,00	nd	nd	10.489,44	0,00	0,00	nd	nd
PT503847933	10009582-1 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	11/04/2024	576.145,86	576.145,86	1116/2024	21/06/2024	27/08/2024	576.145,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503847933	10009582-2 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	11/04/2024	728.917,42	728.917,42	1117/2024	21/06/2024	26/11/2024	728.917,42	7.569,47	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10009582-3 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	11/04/2024	886.651,65	886.651,65	1119/2024	21/06/2024	04/07/2024	886.651,65	1.653,59	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10009582-4 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	11/04/2024	787.540,34	787.540,34	1120/2024	21/06/2024	04/07/2024	787.540,34	2.634,23	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10009582-5 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	29/04/2024	943.279,19	943.279,19	1121/2024	21/06/2024	04/07/2024	741.808,85	7.781,74	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	10009583-LS - BENEFICIAÇÃO/REPOSIÇÃO RCT+TP - PINHAL NO	12/12/2023	2.237.026,00	2.237.026,00	2776/2023	15/04/2024	27/08/2024	1.973.159,00	103.336,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	10009596-2 - REABILITAÇÃO FUNCIONAL DE REPOSIÇÃO DAS C	24/10/2022	381.746,40	381.746,40	1812 2022		23/05/2023	0,00	-9.362,32	0,00	nd	nd	381.746,40	0,00	0,00	nd	nd
PT501804013	10009596-3 - REABILITAÇÃO FUNCIONAL DE REPOSIÇÃO DAS C	19/10/2022	449.000,00	449.000,00	1800 2022		28/02/2023	310.470,12	0,00	0,00	nd	nd	138.529,88	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10009611-L.NORTE - ESTAÇÃO DE ALBERGARIA DOS DOZE E ES	16/08/2022	23.435,00	28.825,05			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	19.660,94	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	10009613-ER207 - PONTÃO DE S.MIGUEL SOBRE A RIBEIRA DE B	20/10/2022	39.900,00	49.077,00			31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.302,82	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10009639-L. BEIRA ALTA - SUPRESSÃO PN DE MORTÁGUA	27/06/2022	59.999,50	73.799,39			07/11/2022	2.525,60	0,00	0,00	nd	nd	67.203,10	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10009645-EN103 - VINHAIS / BRAGANÇA - REQUALIFICAÇÃO E VA	21/10/2022	1.927.334,68	2.370.621,66	1731/2022	13/01/2023	30/03/2023	560.250,63	0,00	0,00	nd	nd	500.392,46	0,00	0,00	nd	nd
PT509085679	10009653- AD20220029 - A4 - Túnel do Marão - Recolha de efluente	25/02/2022	800,00	984,00			12/04/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	150,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10009680-L.DOURO - PF80 - TROÇO MARCO-RÉGUA - VEDAÇÕES	01/07/2022	199.880,00	245.852,40			07/11/2022	40.847,27	0,00	0,00	nd	nd	205.005,15	0,00	0,00	nd	nd
PT513606084	10009696- AD20220029 - A4 - Túnel do Marão - Recolha de efluente	02/03/2022	1.000,00	1.230,00			14/04/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	670,95	0,00	0,00	nd	nd
PT500433402	10009699- AD20220029 - A4 - Túnel do Marão - Fornecimento gasóle	02/03/2022	4.500,00	5.535,00			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	5.528,07	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10009726- Trabalhos de Operação na Rede (1mar22 a 21mar22) – B	28/02/2022	7.591,00	9.336,93			19/05/2022	1.745,93	0,00	0,00	nd	nd	7.591,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10009727- Trabalhos de Operação na Rede (1mar22 a 21mar22) – B	28/02/2022	7.591,00	9.336,93			19/05/2022	1.745,93	0,00	0,00	nd	nd	7.591,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10009730-Linha do Norte - Reabilitação de PHs e PI na Linha do Nort	12/07/2022	539.900,00	539.900,00			07/11/2022	0,00	-22.256,50	0,00	nd	nd	539.900,01	0,00	0,00	nd	nd
PT514119667	10009739-Aquisição de serviços de empresa de recrutamento e pré-s	28/04/2022	17.100,00	21.033,00			28/02/2023	1.107,00	0,00	0,00	nd	nd	12.177,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502764406	10009740-AT-VDM REFORMULAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTRO	14/10/2022	57.823,81	71.123,29			09/03/2023	115.219,73	0,00	0,00	nd	nd	27.026,85	0,00	0,00	nd	nd
PT503378666	10009744-Aquisição de serviços de empresa de recrutamento e pré-s	09/05/2022	17.465,00	21.481,95			17/10/2022	613,77	0,00	0,00	nd	nd	13.502,95	0,00	0,00	nd	nd
PT514105810	10009749-Aquisição de serviços de empresa de recrutamento e pré-s	07/07/2022	17.982,00	22.117,86			16/04/2024	20.889,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10009758-ER255, KM097+350, PONTE DA PARREIRA. ER385, KM0	02/10/2023	717.385,15	717.385,15			27/05/2024	664.026,12	11.789,59	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500417660	10009766- AD20220029 - Peritagem automóvel	07/03/2022	1.000,00	1.230,00			14/04/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	338,25	0,00	0,00	nd	nd
PT500492476	10009771-1 - Aquisição de componentes nobres para aparelhos de vi	29/12/2022	1.108.220,00	1.363.110,60	16/2023	16/03/2023	04/07/2024	840.236,37	-885,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10009771-2 - Aquisição de componentes nobres para aparelhos de vi	29/07/2022	959.856,87	1.180.623,95	1278/2022		26/03/2024	465.543,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10009837-IC35 Rans-Entre os Rios. Projeto de Execução	15/11/2022	515.103,00	633.576,69	1852/2022	10/01/2023	27/04/2023	398.937,84	0,00	0,00	nd	nd	567.947,58	0,00	0,00	nd	nd
PT500653941	10009840-R. ALFARELOS - PINTURA ANTICORROSIVA DAS PONT	24/07/2023	1.079.992,12	1.079.992,12	1585/2023	26/09/2023	29/12/2023	909.604,27	7.243,79	0,00	nd	nd	170.387,85	0,00	0,00	nd	nd
PT503150100	10009855-Aquisição de travessas de madeira de carvalho creosotada	17/08/2022	148.773,57	182.991,49			29/09/2023	175.066,00	0,00	0,00	nd	nd	4.304,90	0,00	0,00	nd	nd
PT505468028	10009881-Proj Arquitetura Refeitório Cozinha edifício II	20/12/2022	18.000,00	22.140,00			31/08/2023	14.391,00	0,00	0,00	nd	nd	7.749,00	0,00	0,00	nd	nd
PT148388396	10009883-Reparação de Roçadora e Motosserra Husqvarna	24/03/2022	123,85	152,34			08/03/2024	152,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506176142	10009888-A4 - MANUTENÇÃO SISTEMA HORUS - 2022/2023	02/06/2022	140.000,00	172.200,00			17/10/2022	5.239,80	0,00	0,00	nd	nd	165.484,15	0,00	0,00	nd	nd
PT509080278	10009891-Proj Especialidades Refeitório Cozinha edifício II	16/11/2022	17.500,00	21.525,00			25/12/2023	13.991,25	0,00	0,00	nd	nd	7.533,75	0,00	0,00	nd	nd
PT508170710	10009892-1 - Serviço de segurança e vigilância humana para o triénio	29/12/2023	10.947.345,09	13.465.234,46			09/04/2024	4.482.365,36	-47,06	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508569974	10009892-2 - Serviço de segurança e vigilância humana para o triénio	27/03/2024	12.341.528,10	15.180.079,56			30/04/2024	4.032.687,80	-28.433,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10009900-AQUISIÇÃO IT DE SUPORTE PARA APPS FERROVIÁRIA	16/05/2022	0,00	0,00	769/2022	06/07/2022	30/08/2024	632.835,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10009913- Linha do Vouga – Alteração de parâmetros geométricos d	20/06/2022	238.290,00	238.290,00			30/09/2022	0,00	-813,03	0,00	nd	nd	238.290,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510443761	10009915-Aquisição de sistemas de rolos para auxílio de deslizament	18/07/2023	220.400,00	271.092,00			30/04/2024	271.092,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510443761	10009915-Aquisição de sistemas de rolos para auxílio de deslizament	19/07/2023	75.300,00	92.619,00			30/04/2024	92.619,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10009916-1 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS DE CO	24/08/2022	167.165,00	205.612,95			30/12/2022	87.886,94	0,00	0,00	nd	nd	125.667,39	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500303274	10009916-2 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS DE CO	24/08/2022	122.617,00	150.818,91			30/12/2022	24.883,86	0,00	0,00	nd	nd	94.616,55	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10009942- Trabalhos de Operação na Rede (22mar22 a 16abr22) – E	21/03/2022	9.887,10	12.161,13			08/06/2022	2.274,03	0,00	0,00	nd	nd	9.887,10	0,00	0,00	nd	nd
PT510484514	10009957-GSM-R SUBSISTEMA DISPATCHER DUAL MODE - MANU	10/04/2023	287.192,55	353.246,84			31/08/2023	110.648,88	0,00	0,00	nd	nd	55.324,44	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10009970-L. ALTA VELOCIDADE_SOURE/CARREGADO - ATUALIZ	28/07/2022	415.000,00	510.450,00			30/09/2022	51.045,00	0,00	0,00	nd	nd	433.882,50	0,00	0,00	nd	nd
PT503577600	10009975-AT-TEL - REDE TELEFÓNICA DE EXPLORAÇÃO DA LIN	18/11/2022	162.443,41	199.805,39			08/02/2024	179.114,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10009983-OBRAS DE ARTE DA REDE RODOVIÁRIA - INSPEÇÕES	06/10/2023	227.725,39	280.102,23			07/06/2024	268.181,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507957547	10010017-1 - Processamento de faturas grupo IP	23/12/2022	28.990,00	35.657,70			14/06/2024	15.575,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508851360	10010017-2 - Processamento de faturas grupo IP	23/12/2022	21.297,50	26.195,93			18/04/2023	9.113,56	0,00	0,00	nd	nd	7.968,79	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10010020-EN9 - KM 91+900 a 92+980 - Reabilitação/Reforço/Substitu	12/10/2022	68.955,00	84.814,65			30/06/2023	40.785,57	0,00	0,00	nd	nd	32.547,03	0,00	0,00	nd	nd
PT501340114	10010022-Prestação de Serviços de Assessoria e Apoio Técnico à Eq	24/10/2022	260.000,00	319.800,00			30/12/2022	103.813,30	0,00	0,00	nd	nd	114.520,49	0,00	0,00	nd	nd
PT510293298	10010035-Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagam	07/07/2022	201.812,50	201.812,50			29/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	182.910,37	0,00	0,00	nd	nd
PT204878179	10010048-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	18/05/2022	20.000,00	24.600,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	21.955,50	0,00	0,00	nd	nd
PT204878179	10010064-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	18/05/2022	20.000,00	24.600,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	19.710,75	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10010071-1 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	28/06/2023	150.480,00	185.090,40	1540_2023	25/09/2023	21/11/2023	97.346,81	0,00	0,00	nd	nd	87.743,59	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-2 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	23/06/2023	162.246,24	199.562,88	1509/2023	25/09/2023	19/10/2023	56.892,76	0,00	0,00	nd	nd	142.670,11	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10010071-3 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	28/06/2023	179.530,00	220.821,90	1542_2023	25/09/2023	08/12/2023	146.380,52	0,00	0,00	nd	nd	71.481,30	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-4 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	23/06/2023	176.999,12	217.708,92	1514/2023	25/09/2023	20/12/2023	144.062,37	0,00	0,00	nd	nd	73.646,30	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10010071-5 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	28/06/2023	122.560,00	150.748,80	1543_2023	25/09/2023	08/12/2023	69.839,40	0,00	0,00	nd	nd	80.909,40	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	10010071-6 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	11/07/2023	137.988,00	169.722,78	1546_2023	25/09/2023	08/12/2023	62.229,58	0,00	0,00	nd	nd	75.276,42	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-7 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	23/06/2023	165.181,96	203.173,81	1515/2023	25/09/2023	19/10/2023	67.290,72	0,00	0,00	nd	nd	134.685,76	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-8 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	23/06/2023	141.576,02	174.138,50	1516/2023	25/09/2023	19/10/2023	48.435,55	0,00	0,00	nd	nd	125.702,95	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10010071-9 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVEN	26/06/2023	242.530,00	298.311,90	1548_2023	25/09/2023	21/11/2023	189.734,96	0,00	0,00	nd	nd	107.784,82	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	10010071-10 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVE	26/06/2023	158.435,00	194.875,05	1550 2023	25/09/2023	26/12/2023	175.359,95	0,00	0,00	nd	nd	19.515,11	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	10010071-11 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVE	11/07/2023	122.925,00	151.197,75	1552 2023	25/09/2023	21/11/2023	71.512,24	0,00	0,00	nd	nd	51.412,76	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-12 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVE	06/07/2023	150.429,93	185.028,81	1517/2023	25/09/2023	20/10/2023	115.412,03	0,00	0,00	nd	nd	65.210,40	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-13 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVE	23/06/2023	119.856,00	147.422,88	1518/2023	25/09/2023	08/12/2023	89.998,99	0,00	0,00	nd	nd	54.663,77	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010071-14 - INSPEÇÕES DE ROTINA E ATUALIZAÇÃO DE INVE	23/06/2023	79.886,00	98.259,78	1521/20	25/09/2023	20/10/2023	15.719,40	0,00	0,00	nd	nd	82.540,39	0,00	0,00	nd	nd
PT515503320	10010080-R. ALFARELOS, RAMAL LOURICAL- AT-STI - LOTE A	12/12/2022	74.224,78	91.296,48			16/11/2023	99.553,48	0,00	0,00	nd	nd	108.593,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504613529	10010085-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	30/11/2023	8.841.741,28	10.875.341,77			23/02/2024	3.109.638,92	-31.261,92	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502117281	10010085-2 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	30/11/2023	15.689.310,89	19.297.852,39			23/02/2024	6.432.616,80	-294.020,56	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502117281	10010085-3 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	30/11/2023	7.858.823,36	9.666.352,73			23/02/2024	3.222.116,80	-61.888,22	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10010144-LALGARVE - PASSAGEM INFERIOR DE TAVIRA (PK371	31/10/2022	38.700,00	47.601,00			23/05/2023	1.230,00	0,00	0,00	nd	nd	38.695,80	0,00	0,00	nd	nd
PT501497889	10010149-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO ROD	05/01/2023	46.700,00	46.700,00			31/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.526,12	0,00	0,00	nd	nd
PT510160093	10010154-Aquisição faixas "quebrar em caso de emergência" para m	20/04/2022	1.344,00	1.653,12			28/06/2024	1.653,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10010179-LLESTE - ESTAÇÃO ELVAS - ADAPTAÇÃO PARA O SEF	26/09/2022	129.867,00	159.736,41			17/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	136.411,12	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10010186-EN395 - KM51+000 AO KM56+575 - MELHORIA DAS CON	03/03/2023	151.700,00	186.591,00			31/05/2023	26.073,54	0,00	0,00	nd	nd	23.853,89	0,00	0,00	nd	nd
PT503693618	10010187-EN122, KM 052+500, PONTÃO. ER265, 054+700, PONTÃ	22/02/2024	286.748,18	286.748,18			30/07/2024	286.748,19	7.081,45	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10010190-IC8 – KM42+600 A KM44+000 - ESTABILIZAÇÃO DE TALI	24/11/2022	72.285,00	88.910,55			28/04/2023	34.828,68	0,00	0,00	nd	nd	42.107,82	0,00	0,00	nd	nd
PT501652639	10010198-GSM-R BSS RFN - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO (2022 -	04/12/2023	263.135,16	323.656,25			26/03/2024	89.904,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10010219-EN10 - PASSAGEM HIDRÁULICA SOBRE A VALA DO TO	13/02/2023	37.350,00	45.940,50			17/11/2023	15.925,43	0,00	0,00	nd	nd	18.871,28	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10010232-ER2-PONTÃO DA TORRE (KM 529+061)-REFORÇO/SUB	31/10/2022	38.434,00	47.273,82			31/05/2023	20.886,63	0,00	0,00	nd	nd	20.129,69	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10010235-TERMINAL TECNICO DO ORIENTE - CADERNO DE ENC	10/10/2022	87.379,80	107.477,15			30/12/2022	7.521,45	0,00	0,00	nd	nd	16.076,10	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10010250-Manutenção da viatura 87-HN-76	21/04/2022	89,32	109,86			14/11/2024	135,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10010266-1 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	24/05/2024	9.100.173,51	11.193.213,42	1636/2024	16/08/2024	12/11/2024	661.565,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10010266-2 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	11/06/2024	7.055.634,53	8.678.430,47	1639/2024	16/08/2024	13/12/2024	291.920,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10010266-2 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	11/06/2024	3.478.427,82	4.278.466,22	1639/2024	16/08/2024	13/12/2024	236.339,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10010266-3 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	11/06/2024	6.185.647,22	7.608.346,08	1640/2024	16/08/2024	13/12/2024	405.334,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10010266-3 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	11/06/2024	3.287.013,15	4.043.026,17	1640/2024	16/08/2024	13/12/2024	269.297,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10010266-4 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização E	24/05/2022	9.204.704,75	11.321.786,84	1642/2024	16/08/2024	31/10/2024	732.819,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10010275-EN122 - PONTE DO VASCÃO (KM72+816) - REABILITAÇ	01/03/2024	2.895.647,64	2.895.647,64	556/2024	02/05/2024	30/09/2024	686.041,31	19.607,32	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10010294-1 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	12/01/2023	236.370,08	290.735,20	208/2023	26/03/2023	18/07/2023	545,81	0,00	0,00	nd	nd	28.562,75	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10010294-2 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	16/01/2023	161.956,87	199.206,95	210/2023	26/03/2023	22/06/2023	32.704,28	0,00	0,00	nd	nd	14.223,92	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10010294-3 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	12/01/2023	169.320,49	208.264,20	201/2023	26/08/2023	31/08/2023	5.396,25	0,00	0,00	nd	nd	38.062,13	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10010294-4 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	11/03/2023	196.429,35	241.608,10	206/2023	27/03/2023	21/11/2023	2.106,25	0,00	0,00	nd	nd	27.047,70	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10010294-5 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	12/01/2023	357.769,65	440.056,67	212/2023	26/03/2023	20/10/2023	602,21	0,00	0,00	nd	nd	24.806,44	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10010294-6 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE SINALIZAÇÃO VERT	11/01/2023	135.520,36	166.690,04	207/2023	27/03/2023	31/07/2023	10.649,89	0,00	0,00	nd	nd	33.582,40	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10010304-1 - Servicos de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	12/10/2022	33.250,00	40.897,50			30/12/2022	3.347,45	0,00	0,00	nd	nd	38.527,17	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10010304-2 - Servicos de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	12/10/2022	23.750,00	29.212,50			28/02/2023	14.000,06	0,00	0,00	nd	nd	16.561,29	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10010304-10 - Servicos de Assistência Oficinal para a Época Invernal	12/10/2022	18.050,00	22.201,50			22/08/2023	6.825,03	0,00	0,00	nd	nd	7.715,92	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	10010308-R. ALFARELOS – REMODELAÇÃO DOS POSTOS CATEN	16/08/2022	134.900,00	134.900,00			09/03/2023	0,00	4.034,50	0,00	nd	nd	134.900,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10010314-LSINTRA- BENEFICIAÇÃO GERAL DA ESTAÇÃO DA PC	18/11/2022	71.715,00	88.209,45			21/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	38.369,85	0,00	0,00	nd	nd
PT500219320	10010319-EN3 – PASSAGEM AGRÍCOLA (KM14+140) – REFORÇO	24/11/2022	21.880,00	26.912,40			11/07/2023	1.396,30	0,00	0,00	nd	nd	22.176,65	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10010328-EN18, KM 338+276, PONTE SOBRE A RIBEIRA DOS CAN	28/08/2023	575.000,52	575.000,52			29/02/2024	526.544,66	6.168,45	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10010341-EN344 - KM67+800 A KM75+520 – PAMPILHOSA DA SER	09/11/2022	11.882.355,29	11.882.355,29	1946/2022	24/04/2023	26/09/2023	9.508.930,51	494.111,30	0,00	nd	nd	2.107.495,74	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10010359-LMINHO - ESTAÇÃO VIANA CASTELO - PROSPECÇÃO G	05/05/2022	17.545,00	21.580,35			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	18.997,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507159683	10010405-IP - Aquisição de serviços de Saúde no Trabalho	10/04/2023	599.249,70	599.249,70			21/07/2023	200.903,80	0,00	0,00	nd	nd	94.345,75	0,00	0,00	nd	nd
PT507072065	10010409-Controlo de Pragas em Instalações Ferroviárias do Grupo I	07/10/2022	63.900,00	78.597,00			28/02/2023	21.806,06	0,00	0,00	nd	nd	10.637,66	0,00	0,00	nd	nd
PT515193089	10010410-EN8-2 -KM009+475 - PASSAGEM HIDRÁULICA - SUBSTI	21/04/2023	162.045,00	162.045,00			23/02/2024	142.203,90	7.231,44	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT600021610	10010413-Aquisição Serviços WMS Cartografia Militar e rede SERVIR	04/10/2022	15.000,00	18.450,00			24/05/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508831999	10010418-Aquisição de caixas para pastas de 80mm de variada cor	10/05/2022	668,36	822,08			13/08/2024	1.011,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838180	10010419-L. NORTE - PK13,150 AO PK19,520 - BENEFICIAÇÃO - SI	10/10/2022	134.280,00	165.164,40			30/11/2023	37.515,00	0,00	0,00	nd	nd	32.877,90	0,00	0,00	nd	nd
PT515823368	10010420-ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES EM RODOVIAS NO DISTR	13/02/2023	90.200,00	110.946,00			31/08/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.124,45	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10010426-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CARGA, TRANSPORTE E	17/08/2022	7.345,00	7.785,70			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.764,27	0,00	0,00	nd	nd
PT515926574	10010467-Call Center IP 2023-2026	10/11/2022	257.923,68	317.246,13			28/04/2023	122.956,54	0,00	0,00	nd	nd	71.616,47	0,00	0,00	nd	nd
PT516081461	10010468-IC35 - PENAFIEL / RÂNS - FISCALIZAÇÃO	18/11/2022	220.830,00	271.620,90			27/12/2022	69.652,32	0,00	0,00	nd	nd	200.777,85	0,00	0,00	nd	nd
PT503298999	10010481-Aquisição de serviços de Assessment (560) de candidatos	23/09/2022	70.700,00	86.961,00			30/12/2022	28.265,43	0,00	0,00	nd	nd	44.077,03	0,00	0,00	nd	nd
PT515193089	10010494-L. SUL - PK12+587 - RECONSTRUÇÃO DE MURO DE AL	22/07/2022	39.903,00	39.903,00			07/11/2022	0,00	-908,41	0,00	nd	nd	39.903,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10010495-IP8 (EN259) – L.D. SETÚBAL/BEJA (KM 20+618) A FERRI	20/07/2022	19.995,00	24.593,85			07/11/2022	1.577,48	0,00	0,00	nd	nd	21.033,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10010507-COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA – RODOVI	14/12/2022	53.460,00	65.755,80			25/05/2023	21.918,60	0,00	0,00	nd	nd	16.438,95	0,00	0,00	nd	nd
PT506265447	10010515- CARTOGRAFIA Á ESCALA 1/5000 E 1/1000 – PNI2030 -	23/11/2022	226.250,00	278.287,50			30/12/2022	65.791,03	0,00	0,00	nd	nd	101.905,64	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10010559-Aquisição de indicadores de posição da agulha para os AM	30/06/2022	1.260,00	1.549,80			24/11/2022	1.328,40	0,00	0,00	nd	nd	221,40	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	10010561-L. ALGARVE - ESTAÇÕES DE MEIA PRAIA, ALGOZ, POC	16/06/2023	80.000,00	98.400,00			31/08/2023	10.209,00	0,00	0,00	nd	nd	88.191,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10010582-LINHA DO SUL - EMPREITADA DE REFORÇO DA PONTE	26/07/2024	6.259.536,28	6.259.536,28	2066/2024	08/09/2024	31/12/2024	332.091,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10010633- L. MINHO – VIANA A VALENÇA – AQUISIÇÃO – SISTEMA	20/02/2023	216.000,00	265.680,00			13/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	167.378,40	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT514836334	10010663-L. BEIRA ALTA - PAMPILHOSA-GUARDA- ASSESSORIA	04/10/2022	274.750,00	337.942,50			09/03/2023	110.072,76	0,00	0,00	nd	nd	117.797,16	0,00	0,00	nd	nd
PT500475903	10010670-TM Bobadela - Aluguer de veículos rodoviários de transpor	21/10/2022	129.000,00	158.670,00			28/02/2023	4.521,33	0,00	0,00	nd	nd	53.920,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513173056	10010682-Aquisição de Serviços Técnicos Especializados sobre o Re	13/02/2023	10.406,26	12.799,70			07/06/2024	8.533,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10010689-Contratação Sociedade Jardim, Sampaio e Associados, re	29/06/2022	40.000,00	49.200,00			24/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	46.099,50	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10010700-1 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/11/2022	68.012,00	68.012,00			24/04/2023	25.532,50	211,18	0,00	nd	nd	37.406,70	845,93	0,00	nd	nd
PT506370836	10010700-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/11/2022	86.112,75	86.112,75			31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	84.296,75	1.804,43	0,00	nd	nd
PT506370836	10010700-3 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/11/2022	65.285,25	65.285,25			24/04/2023	0,00	-81,14	0,00	nd	nd	64.905,00	1.547,38	0,00	nd	nd
PT506370836	10010700-5 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/11/2022	61.055,75	61.055,75			24/04/2023	16.669,15	0,00	0,00	nd	nd	38.205,20	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10010700-6 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/11/2022	46.771,00	46.771,00			25/05/2023	2.254,07	0,00	0,00	nd	nd	35.174,74	603,71	0,00	nd	nd
PT513959327	10010702-AT-ENE - APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO-SISTEMAS	23/12/2022	189.596,20	233.203,33			24/04/2023	60.028,30	0,00	0,00	nd	nd	41.172,93	0,00	0,00	nd	nd
PT500192995	10010704-Lavagem de viaturas COMC	07/06/2022	1.400,00	1.722,00			29/10/2024	98,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504193279	10010721-CONSULTORIA FINANCEIRA NO ÂMBITO DOS CONTRA	16/08/2022	18.000,00	22.140,00			17/05/2024	22.140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10010735-EN122 - PONTE DOS DOIS IRMÃOS (KM55+100) - REAB	07/12/2022	46.737,05	57.486,57			08/12/2023	18.536,72	0,00	0,00	nd	nd	29.227,34	0,00	0,00	nd	nd
PT502001384	10010739-EN8-PASSAGEM HIDRÁULICA DA RIBEIRA DA PALHAGI	05/12/2022	37.802,50	46.251,08			25/07/2023	15.907,59	0,00	0,00	nd	nd	18.549,63	0,00	0,00	nd	nd
PT513959327	10010747-AT-VDM ASSESSORIA E APOIO TÉCNICO À GESTÃO DE	21/12/2022	167.803,00	206.397,69			11/07/2023	61.517,24	0,00	0,00	nd	nd	40.132,82	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	10010774-EN8, KM 11+050. REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS DE	08/02/2024	933.900,33	933.900,33	413/2024	09/03/2024	04/07/2024	933.900,33	35.288,71	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508576598	10010798-1 - RFN - CONTROLO DE VEGETAÇÃO (DOS 2 METROS	08/02/2024	17.684.053,95	18.745.097,19			03/05/2024	1.771.861,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	10010798-2 - RFN - CONTROLO DE VEGETAÇÃO (DOS 2 METROS	08/02/2024	6.383.598,45	6.766.614,36			28/06/2024	766.893,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507068211	10010798-2 - RFN - CONTROLO DE VEGETAÇÃO (DOS 2 METROS	08/02/2024	6.133.261,25	6.501.256,93			15/05/2024	736.819,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507068211	10010798-3 - RFN - CONTROLO DE VEGETAÇÃO (DOS 2 METROS	08/02/2024	11.036.051,20	11.698.214,27			15/05/2024	1.231.206,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10010800-1 - MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS GEOTÉCNICAS – I	12/04/2024	1.375.382,67	1.375.382,67	1030/2024		13/12/2024	206.491,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10010800-2 - MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS GEOTÉCNICAS – I	10/04/2024	1.042.485,01	1.042.485,01	1031/2024	21/06/2024	13/12/2024	137.738,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508831989	10010813-Fornecimento de economato	15/06/2022	454,03	558,46			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	8,39	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10010816-MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS FERROVIÁRIOS 2024-202	05/03/2024	2.261.162,88	2.781.230,34	691/2024	14/05/2024	31/07/2024	157.855,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	10010826-Aluguer módulo Easytoll campanha verão 2022	23/06/2022	3.320,00	4.083,60			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.192,88	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10010828-INSPEÇÃO TÉCNICA A PÓRTICOS DE SINALIZAÇÃO RC	16/11/2022	69.990,00	86.087,70			11/07/2023	23.108,63	0,00	0,00	nd	nd	62.868,38	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10010848-EN248 - KM24+200 - ESTABILIZAÇÃO DE ATERRO (LD)	03/03/2023	46.352,00	57.012,96			08/12/2023	23.237,16	0,00	0,00	nd	nd	25.573,42	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10010866-ER255, KM 031+004, PONTE DO MINHOTO - STA CLARA	24/06/2024	429.540,92	429.540,92			24/10/2024	282.044,90	6.507,53	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10010877- Prestação de Serviço para a manutenção de 30 PNs na Li	05/08/2022	130.473,64	160.482,58			10/11/2022	20.846,91	2.822,03	0,00	nd	nd	139.576,62	0,00	0,00	nd	nd
PT503645214	10010880-Aquisição de cavilhas, casquilhos e calços	10/05/2023	65.361,85	80.395,08			31/01/2024	57.890,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10010886-L.SINES-L. SUL - EDIF. TÉC, SITES GSMR E SUBSTITUIÇ	21/09/2022	243.556,00	299.573,88			24/11/2022	39.174,10	0,00	0,00	nd	nd	214.619,19	0,00	0,00	nd	nd
PT504569759	10010893-Aquisição de 35 licenças de SAP AnalytCloud BI pred publi	30/06/2022	9.467,26	11.644,73			10/08/2022	3.895,73	0,00	0,00	nd	nd	7.749,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10010933-ER207 - LIGAÇÃO ENTRE A ÁREA DE ACOLHIMENTO E	08/02/2024	235.000,00	289.050,00			10/09/2024	61.789,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10010987-Aquisição de Serviços para Remoção e tratamento Resídu	30/11/2023	18.826,78	19.956,39			25/04/2024	7.320,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503946532	10010989-L. BEIRA ALTA-ESTAÇÃO DA PAMPILHOSA 1ª FASE (LB	09/02/2023	5.095.000,00	5.095.000,00	226/2023	20/03/2023	21/07/2023	3.116.755,87	63.351,35	0,00	nd	nd	1.260.265,21	41.071,94	0,00	nd	nd
PT502614471	10010992-L ALTA VELOCIDADE - SOURE/CARREGADO - ESTUDO	26/04/2023	424.800,00	522.504,00			30/05/2023	287.377,20	0,00	0,00	nd	nd	130.626,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514363762	10011012-A1, KM 300+950, PASSAGEM INFERIOR - RUA TENENTE	14/12/2023	499.203,92	499.203,92			30/04/2024	499.203,92	14.928,54	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10011028-R. DA PETROQUÍMICA – COMPLEXO DE SINES - REABI	05/12/2022	104.740,76	128.831,13			09/03/2023	4.735,50	0,00	0,00	nd	nd	104.237,83	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	10011045-L. SINTRA - SANTA CRUZ / DAMAIA - BENEFICIAÇÃO DA	08/01/2024	214.814,26	214.814,26			09/05/2024	63.535,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510234127	10011061-AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE CONCEPÇÃO CRIATIVA E	26/10/2022	9.281,25	11.415,94			31/05/2023	1.537,50	0,00	0,00	nd	nd	9.878,44	0,00	0,00	nd	nd
PT515503320	10011095-AT-TEL - R. TOMAR - RENOVAÇÃO DA REDE TELEFÓN	26/10/2023	29.172,00	35.881,56			25/04/2024	31.801,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508957753	10011099-LINHA DO NORTE - PASSAGEM INFERIOR DE ESGUEIR	07/12/2022	65.200,00	80.196,00			23/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	68.929,20	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10011101-Aquisição de parafusos	26/07/2022	4.389,40	5.398,96			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	100,27	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	10011102-L. ALTA VELOCIDADE - PORTO/SOURE - PROSPECÇÃO	29/05/2023	414.066,50	509.301,80			31/08/2023	444.491,73	0,00	0,00	nd	nd	16.687,89	0,00	0,00	nd	nd
PT500219320	10011103-EN18 – PASSAGEM HIDRÁULICA DA RIBEIRA DO LOUS	21/03/2023	42.296,00	52.024,08			23/02/2024	42.401,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10011104-NOVA L.ÉVORA - ALANDROAL-LINHA DO LESTE - MED	20/04/2023	1.100.000,00	1.100.000,00	844/2023	28/06/2023	22/12/2023	183.235,00	2.748,76	0,00	nd	nd	526.046,70	0,00	0,00	nd	nd
PT504409409	10011113-L.ALGARVE - PONTE DE TAVIRA AO PK372,132 e PONT	12/10/2022	72.000,00	88.560,00			15/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	68.880,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10011115-SIP - AVEIRO E SIP PORTO FASE II - SUBSTITUIÇÃO MC	18/10/2023	90.000,00	110.700,00			06/08/2024	221.400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980577330	10011119-EN109-5, KM3+515 A KM12+935, MELHORIA DAS COND	22/09/2023	306.842,20	306.842,20			28/06/2024	306.842,20	3.077,93	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503322342	10011139-Linha de Leixões – COG – Manutenção da ETAR de Guifõe	18/11/2022	18.540,00	22.804,20			31/05/2023	8.868,30	0,00	0,00	nd	nd	6.334,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501774360	10011176-Manutenção emForma	11/01/2023	19.950,00	24.538,50			25/05/2023	10.547,25	0,00	0,00	nd	nd	13.991,25	0,00	0,00	nd	nd
PT501312412	10011180-VIA DO TÂMEGA - VARIANTE À EN210 (CELORICO DE I	26/06/2023	11.699.000,00	11.699.000,00	1439/2023	02/10/2023	21/05/2024	4.668.717,05	93.251,07	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10011218-NOVA L. ÉVORA - ÉVORA NORTE / ELVAS – VIADUTO S	20/10/2022	4.700,00	5.781,00			28/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.046,70	0,00	0,00	nd	nd
PT503703249	10011225-LINHA DE SINTRA. ESTAÇÃO DA AMADORA. SUBSTITU	04/05/2023	68.800,00	84.624,00			20/10/2023	29.372,40	0,00	0,00	nd	nd	10.824,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505223732	10011232-Aquisição de parafuso, porca e anilha SL	28/06/2023	89.500,00	110.085,00			31/05/2024	110.016,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10011233-Aquisição de palmilhas	20/02/2023	71.840,00	88.363,20			30/04/2024	3.690,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503171565	10011253-MANUTENÇÃO PLATAFORMA RITA - 2023/2025	29/12/2022	28.999,80	35.669,75			24/04/2023	12.880,40	0,00	0,00	nd	nd	9.908,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502228296	10011257-ASSESSORIA TÉCNICA AOS PROJETOS DE CONSTRUÇ	22/11/2022	421.200,00	518.076,00			09/03/2023	50.700,60	0,00	0,00	nd	nd	78.744,60	0,00	0,00	nd	nd
PT516189743	10011267-Aquisição Serviços de Consultoria e Assessoria na Área Fis	05/04/2023	35.200,00	43.296,00			31/07/2023	15.694,80	0,00	0,00	nd	nd	27.601,20	0,00	0,00	nd	nd
PT503150100	10011279-Aquisição de travessas de madeira de pinho e cavilhas	09/01/2024	0,00	0,00			28/03/2024	78.180,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508831989	10011292-Fornecimento de economato	22/08/2022	545,89	671,44			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,80	0,00	0,00	nd	nd
PT501325174	10011355- AD20220029 - Trabalhos de Operação, Vigilância e Manut	08/09/2022	9.998,00	12.297,54			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.994,50	0,00	0,00	nd	nd
PT500692564	10011359-L. NORTE – ESTAÇÃO DE COIMBRA B – REFORMULAÇ	01/03/2023	164.740,00	202.630,20			23/05/2023	18.228,60	0,00	0,00	nd	nd	163.221,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502225610	10011370-Prestação de Serviços para a aquisição avulsa de documer	09/09/2022	2.000,00	2.460,00			30/09/2022	49,51	0,00	0,00	nd	nd	2.068,30	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10011376-L. ALENTEJO – CASA BRANCA – BEJA E POCEIRÃO – E	19/01/2023	153.750,00	189.112,50			14/03/2024	37.822,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502084715	10011385-1 - Aquisição de serviços de entidade habilitada a efetuar o	10/01/2023	56.557,92	69.566,24			25/07/2023	17.364,42	0,00	0,00	nd	nd	8.710,37	0,00	0,00	nd	nd
PT502084715	10011385-2 - Aquisição de serviços de entidade habilitada a efetuar o	10/01/2023	48.893,76	60.139,32			25/07/2023	19.207,95	0,00	0,00	nd	nd	5.873,30	0,00	0,00	nd	nd
PT502084715	10011385-3 - Aquisição de serviços de entidade habilitada a efetuar o	10/01/2023	48.150,12	59.224,65			25/07/2023	13.730,77	0,00	0,00	nd	nd	3.853,82	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10011389-Linha do Vouga - Aluguer contentores abrigos de PN	22/11/2022	28.400,00	34.932,00			30/12/2022	2.706,00	0,00	0,00	nd	nd	16.236,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508394514	10011394-IP4, KM0+467, PASSAGEM SUPERIOR. DESMANTELAME	24/02/2023	79.954,90	79.954,90			31/05/2023	0,00	1.751,35	0,00	nd	nd	79.954,90	0,00	0,00	nd	nd
PT510484514	10011396-GSM-R - SUBSTITUIÇÃO/FORNECIMENTO DE POSICAC	21/08/2023	221.993,00	273.051,39			28/06/2024	273.051,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504081349	10011405- AD20220029 - Serviços de reboque de viaturas na Rede R	17/08/2022	2.000,00	2.460,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	516,60	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10011427-IC1 – PASSAGEM HIDRÁULICA DO RIO TORTO (KM 695	18/05/2023	44.990,00	55.337,70			19/10/2023	36.285,00	0,00	0,00	nd	nd	10.135,20	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10011434-1 - Aquisição de baterias	07/09/2023	120.861,50	148.659,65			06/02/2024	82.127,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10011434-2 - Aquisição de baterias	07/09/2023	82.966,26	102.048,50			15/11/2023	36.083,20	0,00	0,00	nd	nd	65.964,81	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10011434-3 - Aquisição de baterias	07/09/2023	33.998,40	41.818,03			23/02/2024	41.818,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10011434-4 - Aquisição de baterias	07/09/2023	20.203,08	24.849,79			31/01/2024	17.366,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506807266	10011450-Vigilância e Segurança – Vale de Figueira - PN km 84+031	16/12/2022	58.841,16	72.374,63			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	31.017,72	0,00	0,00	nd	nd
PT503150100	10011451-Aquisição de travessas de carvalho para a Linha da Beira A	26/01/2023	12.449,47	15.312,85			23/02/2024	6.077,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	10011461-EN120 – PONTE DE ODEMIRA (KM103+350) – SUBSTITU	29/11/2022	67.400,00	67.400,00			28/02/2023	0,00	-2.595,64	0,00	nd	nd	67.400,00	0,00	0,00	nd	nd
DE811163358	10011465-Taxa Anual do Seguro AIR Plus	25/08/2022	100,00	100,00			13/03/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503693618	10011469-ER266 - KM24+320 - SUBSTITUIÇÃO DE MURO DE SUP	05/09/2023	633.611,40	633.611,40			06/02/2024	633.611,40	19.816,01	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502605731	10011474-Renovação de software UiPath	20/12/2022	37.235,99	45.800,27			25/05/2023	4.528,85	0,00	0,00	nd	nd	41.271,42	0,00	0,00	nd	nd
PT507231082	10011476-RFN - ASSESSORIA TÉCNICA PARA A REDE FERROVIÁ	16/12/2022	40.000,00	49.200,00			08/03/2024	41.820,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT513675418	10011484-EN363(D) - PONTE SOBRE O RIO TORTO (KM 000+139)	15/11/2023	298.958,80	298.958,80			27/05/2024	298.958,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501530932	10011485-Renovação de Avença de apoio e manutenção ao Gesven	05/12/2022	66.900,00	82.287,00			24/04/2023	20.571,75	0,00	0,00	nd	nd	61.715,25	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10011487-Aquisição de palmilhas para travessas de betão	11/08/2023	64.000,00	78.720,00			26/03/2024	78.720,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10011489-Aquisição de travessas de betão monobloco com suporte p	31/01/2024	89.085,00	109.574,55			30/07/2024	109.574,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505067064	10011503-SELEÇÃO, ELIMINAÇÃO E CUSTÓDIA DE DOCUMENTO	29/12/2022	18.461,00	22.707,03			28/04/2023	18.345,45	0,00	0,00	nd	nd	3.985,20	0,00	0,00	nd	nd
PT502575662	10011504-Aquisição de fixação tipo SKL12 e SKL U12	25/05/2023	547.840,80	673.844,18			05/04/2024	669.901,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10011506-Aquisição de parafusos, tirafundos e anilhas	27/07/2023	19.480,00	23.960,40			23/02/2024	12.951,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505766205	10011530-Aquisição de Vestuário de Proteção de Alta Visibilidade par	06/01/2023	95.905,98	117.964,36			25/05/2023	1.669,36	0,00	0,00	nd	nd	16.450,02	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10011534-L.MINHO - ESTAÇÃO DE VIANA DO CASTELO - INTERVE	10/07/2023	123.244,00	151.590,12			05/10/2023	40.353,84	0,00	0,00	nd	nd	11.723,13	0,00	0,00	nd	nd
PT500072760	10011585-LINHA DO NORTE - Gare do Oriente - Remodelação da li	11/07/2023	889.351,72	1.093.902,62	1473/2023	30/08/2023	08/03/2024	1.093.902,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10011603-L. SUL E L. SINES - ERMIDAS-SADO - ACOMPANHAMEN	29/08/2023	339.962,60	418.154,00			29/12/2023	191.769,23	0,00	0,00	nd	nd	53.977,32	0,00	0,00	nd	nd
PT505223260	10011611-NOVA L. ÉVORA - ÉVORA NORTE-BIF LESTE - MONITOI	27/02/2023	150.000,00	184.500,00			23/05/2023	66.420,00	0,00	0,00	nd	nd	46.125,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502575662	10011638-Aquisição de suportes de CCarril (aço)	25/07/2023	101.096,00	124.348,08			05/04/2024	124.348,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515124320	10011639-R. ALFARELOS – ASSESSORIA TÉCNICA À FISCALIZAC	18/05/2023	74.260,00	91.339,80			31/01/2024	90.164,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502536870	10011640- AD20220029 - A23 - Recolha e transformação de animais	21/09/2022	300,00	369,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	381,60	0,00	0,00	nd	nd
PT513246002	10011649-EN229 – IP5 / PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO, FIS	12/06/2023	238.450,00	293.293,50			14/03/2024	186.315,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513246002	10011655-EN344 - KM67+800 A KM75+520 – PAMPILHOSA DA SER	12/06/2023	238.450,00	293.293,50			19/10/2023	203.698,49	0,00	0,00	nd	nd	43.719,12	0,00	0,00	nd	nd
PT501515011	10011661-CONCORDÂNCIA MEALHADA - VIADUTO- ASSISTÊNCIA	29/12/2022	60.000,00	73.800,00			09/03/2023	14.760,00	0,00	0,00	nd	nd	50.184,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508122996	10011684-ASSESSORIA AMBIENTAL EMPREENDIMENTOS PNI203	05/04/2023	144.000,00	177.120,00			22/06/2023	27.121,50	0,00	0,00	nd	nd	8.856,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10011744-SIP - ÉVORA - CAIA	12/12/2023	100.000,00	123.000,00			15/10/2024	127.211,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10011747-3 - Prestação de Serviços de Fornecimento de Energia Elé	29/09/2022	805.175,55	990.365,93			17/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	851.848,90	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10011747-3 - Prestação de Serviços de Fornecimento de Energia Elé	29/09/2022	0,00	0,00			17/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.826,80	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10011747-2 - Prestação de Serviços de Fornecimento de Energia Elé	29/09/2022	1.628.368,37	2.002.893,10			17/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.385.902,28	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10011747-2 - Prestação de Serviços de Fornecimento de Energia Elé	29/09/2022	0,00	0,00			17/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	365.317,01	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10011751-MELHORIA DE ACESSIBILIDADE À ZONA INDUSTRIAL D	16/06/2023	6.682.188,37	6.682.188,37	1353/2023	16/10/2023	28/12/2023	5.120.551,56	297.647,04	0,00	nd	nd	273.225,43	2.737,17	0,00	nd	nd
PT502963131	10011767-TM Bobadela - Desconsolidação e consolidação de conten	01/02/2023	198.630,72	244.315,79			16/03/2023	120.504,10	0,00	0,00	nd	nd	110.925,10	0,00	0,00	nd	nd
PT507410653	10011790-Prestação de servicos de patrocínio judiciário e assessoria	16/11/2022	74.000,00	91.020,00			06/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	14.443,28	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	10011800-EN241, KM 048+400, PASSAGEM HIDRÁULICA - REFOR	20/10/2023	683.288,47	683.288,47			27/08/2024	192.581,15	5.969,57	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506807266	10011805-Vigilância para a PN pedonal ao km 350+098 da Linha do A	25/11/2022	21.014,70	25.848,08			24/04/2023	6.720,50	0,00	0,00	nd	nd	19.127,59	0,00	0,00	nd	nd
PT514836334	10011833-SMMONDEGO - SISTEMAS GERAIS - TELEMÁTICA, TEL	04/07/2023	1.324.018,40	1.628.542,63	1486/2023	28/09/2023	15/12/2023	480.554,64	0,00	0,00	nd	nd	31.488,54	0,00	0,00	nd	nd
PT516473450	10011835- AD20220029 - RAP GL - Estaleiro de Frielas - Pintura de e	14/10/2022	8.850,00	10.885,50			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.381,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503541320	10011885-Renovação contrato manutenção easyvista	21/08/2023	73.200,00	90.036,00			20/12/2023	36.852,03	0,00	0,00	nd	nd	23.247,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514983469	10011895-Aquisição de copos de cartão descartáveis para água	26/10/2022	1.077,30	1.325,08			19/09/2024	1.325,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10011898-L. CASCAIS - FISCALIZAÇÃO E CSO 2022	16/12/2022	236.432,53	290.812,01			30/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	140.637,90	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-4 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	21/03/2023	140,00	172,20			25/07/2023	3,38	0,00	0,00	nd	nd	9,83	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-5 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	21/03/2023	12.000,00	14.760,00			24/04/2023	138,81	0,00	0,00	nd	nd	691,27	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-6 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	21/03/2023	150,00	184,50			24/04/2023	2,33	0,00	0,00	nd	nd	6,18	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-7 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	21/03/2023	50,00	61,50			24/04/2023	9,63	0,00	0,00	nd	nd	32,63	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-9 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	21/03/2023	9.000,00	11.070,00			24/04/2023	1.232,37	0,00	0,00	nd	nd	3.522,21	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-10 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	725,63	892,52			24/04/2023	22,80	0,00	0,00	nd	nd	28,53	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-11 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	1.620,00	1.992,60			24/04/2023	4,14	0,00	0,00	nd	nd	392,94	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-12 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	150,00	184,50			24/04/2023	46,26	0,00	0,00	nd	nd	89,82	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-13 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	950,00	1.168,50			24/04/2023	123,95	0,00	0,00	nd	nd	506,97	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-14 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	650,00	799,50			24/04/2023	148,66	0,00	0,00	nd	nd	795,71	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-15 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	4.920,00	6.051,60			24/04/2023	882,30	0,00	0,00	nd	nd	2.059,38	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-16 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	190,00	233,70			24/04/2023	14,67	0,00	0,00	nd	nd	47,57	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-17 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	3.000,00	3.690,00			24/04/2023	103,86	0,00	0,00	nd	nd	1.672,84	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-18 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	30.000,00	36.900,00			24/04/2023	2.703,39	0,00	0,00	nd	nd	9.536,95	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-19 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	5.454,24	6.708,72			24/04/2023	384,74	0,00	0,00	nd	nd	1.913,13	-7,74	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-20 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	500,00	615,00			24/04/2023	106,17	0,00	0,00	nd	nd	466,77	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10011912-23 - Prestação de Serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IP	21/03/2023	2.159,29	2.655,93			24/04/2023	552,81	0,00	0,00	nd	nd	1.761,96	0,00	0,00	nd	nd
PT508070171	10011961-L. DOURO - TROÇO CAÍDE-MARCO CANAVESES-RÉGU	22/08/2023	46.000,00	56.580,00			17/11/2023	39.606,00	0,00	0,00	nd	nd	16.974,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508070171	10011961-L. DOURO - TROÇO CAÍDE-MARCO CANAVESES-RÉGU	22/08/2023	46.000,00	56.580,00			17/11/2023	39.606,00	0,00	0,00	nd	nd	16.974,00	0,00	0,00	nd	nd
DE301233134	10011984- Limesurvey	26/10/2022	68,00	83,64			28/03/2024	55,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510780962	10011986-Assessoria e Patrocínio Jurídico para os anos de 2023, 202	07/07/2023	210.000,00	258.300,00			31/07/2023	190.650,00	0,00	0,00	nd	nd	67.650,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504136992	10011991-Aquisição de serviços de empresa de Recrutamento e Pré-	29/12/2022	19.550,00	24.046,50			30/06/2023	6.273,00	-1.045,50	0,00	nd	nd	11.500,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501201572	10012006-Aquisição de chapim laminado sem tombo para fixação Vo	05/12/2023	30.635,00	37.681,05			13/08/2024	37.681,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
FR33389534256	10012012-CABOS SUBMARINOS-COMPONENTE MARITIMA (CABC	13/03/2024	139.000.000,00	139.000.000,00	740/2024	08/05/2024	20/11/2024	34.750.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506998959	10012026-LEVANTAMENTOS TOPO-BATIMÉTRICOS EM OBRAS D	26/04/2023	42.250,00	51.967,50			20/10/2023	37.853,25	0,00	0,00	nd	nd	14.114,25	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10012072-L.VOUGA - SERNADA/AVEIRO - PK1,700 AO PK2,100, PK	22/08/2023	143.597,00	176.624,31			28/03/2024	88.654,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500149771	10012078-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO RODO\	26/10/2023	40.970,09	40.970,09			30/07/2024	34.052,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500149771	10012079-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO RODO\	15/11/2023	126.939,10	126.939,10			13/08/2024	126.939,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	10012081-1 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE	16/06/2023	948.347,50	948.347,50	1274/2023	17/08/2023	29/12/2023	360.941,90	0,00	0,00	nd	nd	587.198,95	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	10012081-2 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE	05/06/2023	946.990,00	946.990,00	1273/2023	10/08/2023	20/10/2023	184.531,40	0,00	0,00	nd	nd	736.961,10	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10012110-Aquisição de aparelhos de imobilização de lanca	17/10/2023	34.200,00	42.066,00			27/08/2024	42.066,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515805017	10012160-Aquisição de Serviço de Clipping e Relatório Mensal de Ana	05/01/2023	10.116,00	12.442,68			24/04/2023	4.147,56	0,00	0,00	nd	nd	8.295,12	0,00	0,00	nd	nd
PT501436162	10012174-IC8 - ACESSO AO PARQUE EMPRESARIAL DO CAMPOF	12/12/2023	4.721.925,98	4.721.925,98	2702/2023	24/04/2024	28/10/2024	398.292,83	13.637,79	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502101210	10012175-Prestação de serviços para o ano 2023 de patrocínio judici	05/01/2023	70.000,00	86.100,00			17/11/2023	86,10	0,00	0,00	nd	nd	3.185,70	0,00	0,00	nd	nd
PT502001384	10012216-L. DOURO - PF0295 - POCINHO - BARCA D'ALVA – EP+F	11/03/2024	2.043.013,50	2.512.906,61	665/2024	16/05/2024	13/08/2024	199.556,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10012216-L. DOURO - PF0295 - POCINHO - BARCA D'ALVA – EP+F	11/03/2024	2.043.013,50	2.512.906,61	665/2024	16/05/2024	13/08/2024	39.911,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10012219-LN - REABILITAÇÃO DAS LINHAS 13T,14T E 15T DA TRI	10/07/2023	595.329,11	595.329,11			10/10/2023	101.670,52	23.237,59	0,00	nd	nd	493.658,58	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10012221-Aquisição de gás Árgon	25/11/2022	92,87	114,23			07/06/2024	114,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10012222-L. BEIRA ALTA – PK81 A PK131 – INSTALAÇÃO – INFRA	21/08/2023	269.242,01	269.242,01			21/12/2023	211.658,01	0,00	0,00	nd	nd	3.525,90	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10012224-L. MINHO - TÚNEL DO TAMEL - ESTABILIZAÇÃO DO TAL	23/10/2023	298.324,00	298.324,00			30/07/2024	298.324,01	12.476,22	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501139443	10012226-Aquisição de transformador de tensão, tipo BBY2	01/08/2023	36.804,00	45.268,92			31/01/2024	45.268,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10012227-L. BEIRA BAIXA - PASSAGEM INFERIOR AO PK 115+096	05/07/2023	34.342,00	42.240,66			31/01/2024	36.633,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504344285	10012230-Prestação de serviços para o ano 2023 de patrocínio judici	06/01/2023	50.490,00	62.102,70			31/08/2023	6.964,36	0,00	0,00	nd	nd	36.592,51	0,00	0,00	nd	nd
PT502856408	10012255-1 - REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM NO I	12/01/2024	499.999,95	499.999,95			31/05/2024	499.999,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502856408	10012255-2 - REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM NO I	12/01/2024	299.999,99	299.999,99			31/05/2024	299.999,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503648183	10012284-L. BEIRA ALTA - PK64,498 E PK85,040 - TUNEL DO TRE	06/03/2023	19.440,00	23.911,20			30/05/2023	8.118,00	0,00	0,00	nd	nd	15.793,20	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10012285-Aquisição de material Frauscher	26/07/2023	83.759,28	103.023,91			04/10/2024	103.023,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504613529	10012300-Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 1	16/03/2023	2.197.946,41	2.703.474,08			30/03/2023	33.738,05	-173,74	0,00	nd	nd	349.529,97	-16.931,55	0,00	nd	nd
PT504613529	10012300-Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 1	22/02/2023	0,00	0,00			30/03/2023	192.434,69	-990,26	0,00	nd	nd	2.010.187,90	-88.354,82	0,00	nd	nd
PT501340467	10012312-Aquisição de Serviços de Auditoria Externa para os exercíci	26/03/2024	321.750,00	395.752,50			30/05/2024	147.615,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT510676340	10012313- Linha do Leste - Desguarnecimento Mecânico - Torre/Sant	30/06/2023	633.024,27	633.024,27			20/10/2023	37.876,10	0,00	0,00	nd	nd	665.484,20	0,00	0,00	nd	nd
PT513438866	10012327-Aquisição de aparelho tensor tipo cadernal para 1/2 fios	12/12/2023	53.990,00	66.407,70			12/11/2024	66.407,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502575662	10012336-Aquisição de cabo de bronze, cabo de cobre e fio de conta	09/06/2023	307.149,80	377.794,25			06/02/2024	369.914,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501465804	10012337-Prestação de serviços de utilização de cartão de refeição p	02/01/2023	1.000,00	1.230,00			31/03/2023	24,60	0,00	0,00	nd	nd	274,29	0,00	0,00	nd	nd
PT501139443	10012340-Aquisição de isolador de secção simétrico 25kV	04/05/2023	79.050,00	97.231,50			05/04/2024	97.231,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509477631	10012344-L. SUL-REPARAÇÃO DO BETÃO ARMADO DO TÚNEL DI	29/06/2023	300.000,01	300.000,01			10/10/2023	138.031,19	7.710,33	0,00	nd	nd	161.968,84	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10012372-Aquisição de poste HE para catenária	05/06/2023	170.326,00	209.500,98			15/12/2023	66.344,97	0,00	0,00	nd	nd	18.684,93	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10012377-Aquisição de materiais em bronze e cobre	21/07/2023	75.176,44	92.467,02			24/05/2024	87.592,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505766205	10012393-Aquisição de Botas de proteção (COD.06.001) para o ano (	27/09/2023	160.825,00	197.814,75			06/02/2024	197.814,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10012396-L. BEIRA ALTA-PAMPILHOSA A VILAR FORMOSO-RENO	12/05/2023	260.000,00	319.800,00			29/11/2024	325.375,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501134530	10012404-2 - Aquisição de material de fundição	06/09/2023	0,00	0,00			12/11/2024	12.801,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10012404-3 - Aquisição de material de fundição	23/08/2023	58.465,50	71.912,57			22/12/2023	67.333,28	0,00	0,00	nd	nd	3.949,53	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10012405-1 - IMPLEMENTAÇÃO PROJETO C-STREETS - IC17 / IP7	05/01/2024	153.978,63	189.393,71			05/12/2024	127.979,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504813480	10012405-3 - IMPLEMENTAÇÃO PROJETO C-STREETS - IC17 / IP7	08/01/2024	183.495,08	225.698,95			31/12/2024	33.704,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504813480	10012405-3 - IMPLEMENTAÇÃO PROJETO C-STREETS - IC17 / IP7	07/09/2023	0,00	0,00			31/12/2024	214.971,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503645214	10012409-2 - Aquisição de materiais de metalomecânica	31/05/2023	6.621,00	8.143,83			23/02/2024	4.915,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503645214	10012409-3 - Aquisição de materiais de metalomecânica	31/05/2023	17.998,20	22.137,79			26/03/2024	22.137,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500423849	10012410-Serviços de fornecimento de Ticket Infância sob a forma de	02/01/2023	1.200,00	1.476,00			12/03/2024	605,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10012419-L. BEIRA BAIXA - TÚNEIS DO OUTEIRO GRANDE E PEC	26/05/2023	893.000,00	893.000,00	972/2023	06/07/2023	18/07/2023	386.329,22	12.480,41	0,00	nd	nd	506.670,78	0,00	0,00	nd	nd
PT504002686	10012426-Aquisição de serviços de patrocínio judiciário na área labor	11/01/2023	75.000,00	92.250,00			24/04/2023	23.062,50	0,00	0,00	nd	nd	69.187,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501875891	10012431-Aquisição de gás propano para a equipa de Via – Recarga	07/12/2022	1.680,25	2.066,71			25/05/2023	826,80	0,00	0,00	nd	nd	699,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502117281	10012448-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 2 e 3	16/03/2023	3.525.294,30	4.336.111,99			30/03/2023	61.955,37	-985,81	0,00	nd	nd	619.553,70	-12.120,62	0,00	nd	nd
PT502117281	10012448-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 2 e 3	22/02/2023	0,00	0,00			30/03/2023	332.236,69	-5.286,45	0,00	nd	nd	3.322.366,90	-64.997,08	0,00	nd	nd
PT502117281	10012448-2 - Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 2 e 3	16/03/2023	1.804.320,76	2.219.314,53			30/03/2023	11.977,41	-112,53	0,00	nd	nd	119.774,00	-1.458,45	0,00	nd	nd
PT502117281	10012448-2 - Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 2 e 3	22/02/2023	0,00	0,00			30/03/2023	189.778,48	-1.782,91	0,00	nd	nd	1.897.784,98	-23.107,74	0,00	nd	nd
PT510183751	10012452-AD 20220026 Fornecimento e Aluguer de Garrafas de Oxic	03/01/2023	2.748,62	3.380,80			31/07/2023	426,54	0,00	0,00	nd	nd	1.719,07	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10012456-Aquisição de Equipamentos Circuito Via tipo Clearguard TC	10/10/2023	44.705,02	54.987,17			23/02/2024	54.987,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE811194610	10012466-Aquisição de grampo SKL 15	10/01/2023	6.300,00	7.749,00			30/08/2024	6.300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513320717	10012468-L.NORTE – SANTA APOLÓNIA – REABILITAÇÃO DE MUF	15/06/2023	189.938,43	189.938,43			21/11/2023	65.722,57	0,00	0,00	nd	nd	124.215,86	0,00	0,00	nd	nd
PT502101210	10012482-Prestação de serviços de Encarregado de Proteção de Dac	17/02/2023	21.000,00	25.830,00			22/06/2023	8.610,00	0,00	0,00	nd	nd	5.740,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	10012493-L. OESTE - REMODELAÇÃO DOS POSTOS DE CATENÁ	30/05/2023	159.520,00	159.520,00			08/02/2024	159.520,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501866116	10012494-L. MINHO - SÃO FRUTUOSO - ALTERAÇÃO DA ZONA NI	18/08/2023	599.246,47	599.246,47			31/01/2024	596.253,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501247203	10012500- AD20220029 - PONTE DA ARRÁBIDA SOBRE O RIO DO	13/12/2022	9.900,00	12.177,00			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.900,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	10012502-L. MINHO E L. NORTE - PROSPECÇÃO GEOTÉCNICA À P	24/11/2023	64.792,00	79.694,16			30/07/2024	78.168,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10012506-Aquisição de até 6.300 litros de Gasóleo Agrícola Colorido,	04/01/2023	9.956,47	11.250,81			24/04/2023	1.047,20	0,00	0,00	nd	nd	2.241,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502037881	10012522-serviços de manutenção da solução de Gestão de Termina	21/04/2023	29.850,00	36.715,50			22/06/2023	12.238,50	0,00	0,00	nd	nd	24.477,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10012524-Soldadura elétrica de carril no CLE 2023-2024	24/08/2023	685.300,00	685.300,00			04/07/2024	324.538,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504914588	10012525-IC35 - PENAFIEL A RANS- ASSIST.TÉC.ESPECIAL	18/04/2023	35.000,00	43.050,00			29/09/2023	16.924,80	0,00	0,00	nd	nd	22.804,20	0,00	0,00	nd	nd
PT507349601	10012526-serviços de manutenção do SGS para 2023 e uma bolsa de	03/05/2023	46.299,96	56.948,95			31/07/2023	14.236,02	0,00	0,00	nd	nd	42.708,06	0,00	0,00	nd	nd
PT501864768	10012531-Aquisição de até 6.800 litros de Gasóleo Agrícola Colorido,	04/01/2023	9.964,32	11.259,68			24/04/2023	662,20	0,00	0,00	nd	nd	3.727,85	0,00	0,00	nd	nd
PT501247203	10012533- AD20220029 - Ponte da Arrábida - Sinalização e Aluguer d	21/12/2022	4.995,00	6.143,85			28/02/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.995,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501426230	10012535-Aquisição de bens e prestação de serviços de restauração	16/03/2023	38.802,40	43.846,71			30/06/2023	10.389,43	0,00	0,00	nd	nd	18.869,55	0,00	0,00	nd	nd
PT500316098	10012536-IP7 – EIXO N/S, KM 5+720 AO KM 6+400. PATOLOGIA NO	12/10/2023	634.903,97	634.903,97			17/05/2024	615.885,68	33.433,68	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10012549-MANUTENÇÃO PLATAFORMA SMARTROAD - 2023 / 202	29/05/2023	160.560,00	197.488,80			19/10/2023	65.829,60	0,00	0,00	nd	nd	43.886,40	0,00	0,00	nd	nd
PT515193089	10012556-ER374 – KM 17+500 A KM 17+300. BENEFICIAÇÃO DO S	28/10/2023	84.955,00	84.955,00			08/03/2024	83.275,00	1.159,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10012571-PATROCÍNIO JURIDICO II DA IP NO ÂMBITO DO PROCE	04/04/2023	75.000,00	92.250,00			27/08/2024	46.125,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508170710	10012624-Contratação de serviço de segurança e vigilância humana	08/03/2023	3.810.302,06	4.686.671,53			31/03/2023	381.380,69	0,00	0,00	nd	nd	4.214.106,54	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10012629-L. ALGARVE- ESTACÕES VILA REAL E OLHÃO - PROLO	27/02/2024	650.000,00	650.000,00			29/11/2024	487.010,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	10012630-L. ALGARVE - BOLIQUEIME - REVISÃO DE ATV E ALTEA	27/09/2023	588.373,09	588.373,09			21/12/2023	433.149,40	0,00	0,00	nd	nd	154.070,34	0,00	0,00	nd	nd
PT504338854	10012633-L. SUL - TRATAMENTO EROSÃO SUPERFICIAL (HIDROS	26/10/2023	24.497,10	24.497,10			09/05/2024	24.497,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10012634-Aquisição de Serviços de TV por Cabo nas instalações da S	02/01/2023	807,13	992,77			28/02/2023	165,45	0,00	0,00	nd	nd	827,30	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10012636-VIA DO TÂMEGA - VARIANTE À EN210 (CELORICO DE I	28/07/2023	466.850,00	574.225,50			30/01/2024	223.337,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	10012639- LINHA DO NORTE – DESGUARNECIMENTO MECÂNICC	23/05/2023	933.984,00	933.984,00	926/2023	19/07/2023	11/12/2023	22.166,01	17.058,13	0,00	nd	nd	911.817,99	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10012641-L. DOURO - PK26,020 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE	13/07/2023	548.504,43	548.504,43			28/09/2023	186.710,39	-10.300,05	0,00	nd	nd	360.069,04	0,00	0,00	nd	nd
PT503440892	10012642-L BEIRA ALTA, L DOURO, L MINHO, L NORTE - VEDACÃ	18/05/2023	131.271,00	131.271,00			10/10/2023	1.550,00	0,00	0,00	nd	nd	129.721,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10012652-ELABORAÇÃO, REVISÃO E GESTÃO DE ESTUDOS E PF	24/03/2023	945.987,60	1.163.564,75	695/2023		05/10/2023	167.742,22	0,00	0,00	nd	nd	994.995,26	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10012655-Aquisição de vários componentes para aparelhos de via	23/10/2023	57.868,21	71.177,90			16/07/2024	22.194,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10012656-ASSESSORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA RODOFERRO	17/03/2023	398.913,40	490.663,48			30/05/2023	220.724,19	0,00	0,00	nd	nd	269.643,68	0,00	0,00	nd	nd
PT502780711	10012671-Consultoria Outsystems 2023	28/07/2023	73.600,00	90.528,00			24/10/2023	30.366,24	0,00	0,00	nd	nd	60.161,76	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10012675-L. SUL - PK0,910 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE ATE	19/06/2024	74.100,00	91.143,00			29/10/2024	30.888,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500417660	10012680-L. SUL - PK73,089 E PK76,277 - ASSESSORIA TECNICA-	28/07/2023	64.000,00	78.720,00			10/10/2023	66.204,75	0,00	0,00	nd	nd	10.701,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10012681-EN2 - KM460+210 A KM460+330 - ESTABILIZAÇÃO DE T.	17/11/2023	389.219,91	389.219,91			28/03/2024	389.219,91	4.307,11	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506394514	10012682-EN234, KM010+343, PH. EN234, KM 013+820, PH. REFOI	18/07/2024	1.330.180,26	1.330.180,26	2003/2024	16/09/2024	31/12/2024	49.927,50	611,46	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10012683-NOVA L. VALE DO SOUSA - ESTUDO DE VIABILIDADE T	15/02/2024	357.755,00	440.038,65			05/04/2024	110.009,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE09690921E	10012684-Aquisição de 500 créditos - licencas autodesk	06/01/2023	1.604,00	1.972,92			28/03/2024	1.325,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503989231	10012685-Aquisição de material para reposição das caixas de primeir	05/01/2023	426,66	524,79			25/04/2024	524,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10012688- FERROVIA 2020 - ASSESSORIA TÉCNICA IPE - 2023	17/04/2023	948.788,30	1.167.009,61	702/2023		12/10/2023	110.231,33	0,00	0,00	nd	nd	1.056.438,04	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10012691-EX-IP5 - PONTE SOBRE O RIO VOUGA - REABILITAÇÃO	11/12/2023	128.218,80	128.218,80			05/04/2024	128.218,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507803248	10012698-Linha do Norte. Riachos/Entroncamento/Fátima. Substituici	09/10/2023	299.866,50	299.866,50			29/02/2024	270.010,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502446170	10012704-Aquisição de Serviços de Assessoria Financeira e Administ	17/04/2023	148.500,00	180.195,00			22/06/2023	95.888,72	0,00	0,00	nd	nd	79.335,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10012707-L.NORTE - ESTAÇÃO DA PAMPILHOSA - REABILITAÇÃC	20/04/2023	44.950,00	55.288,50			20/12/2023	37.158,30	0,00	0,00	nd	nd	9.827,70	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10012709-LINHA DO LESTE. ESTACÃO DE PORTALEGRE. BENEF:	07/09/2023	186.859,44	186.859,44			21/02/2024	186.859,44	5.024,03	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10012710-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	17/04/2023	13.767,60	15.557,39			09/06/2023	639,50	0,00	0,00	nd	nd	2.070,91	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10012715-L. NORTE - PK124,510 E PK124,630 - ESTABILIZAÇÃO D	18/09/2023	56.400,00	69.372,00			18/11/2024	48.769,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10012717-ELABORAÇÃO, REVISÃO E GESTÃO DE ESTUDOS E PF	22/03/2023	597.949,10	735.477,39			30/06/2023	241.802,65	0,00	0,00	nd	nd	492.407,82	0,00	0,00	nd	nd
PT502310090	10012724-Aquisição de Serviços de Assessoria de apoio à elaboraçãc	20/02/2023	75.000,00	92.250,00			09/06/2023	61.500,00	0,00	0,00	nd	nd	30.750,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10012732-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	17/04/2023	13.184,44	14.898,42			31/05/2023	1.546,12	0,00	0,00	nd	nd	4.032,57	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10012732-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	17/04/2023	0,00	0,00			31/05/2023	130,08	0,00	0,00	nd	nd	569,10	0,00	0,00	nd	nd
PT506592855	10012735-Programa de Assistência aos Trabalhadores 2023	23/03/2023	4.950,00	6.088,50			24/04/2023	1.107,00	0,00	0,00	nd	nd	2.121,75	0,00	0,00	nd	nd
PT503629391	10012739-Serviço de Transporte de Encomendas 2023	10/01/2023	1.000,00	1.230,00			24/04/2023	66,86	0,00	0,00	nd	nd	739,26	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10012745-L.NORTE - PK329,415 AO PK329,500 - ESTABILIZAÇÃO I	19/09/2023	165.088,83	165.088,83			22/08/2024	154.074,77	6.489,38	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10012752-Aluguer da viatura 9 lugares para o CAE	24/02/2023	149,81	184,27			24/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	104,30	0,00	0,00	nd	nd
ESB60126315	10012754-L. ALTA VELOCIDADE - CAMPANHÃ - PLANO URBANIZA	22/05/2023	325.000,00	325.000,00			20/07/2023	61.574,00	0,00	0,00	nd	nd	157.722,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508655501	10012755-L.NORTE /L.BEIRA ALTA- ADAPTAÇÃO DO FASEAMENT	18/07/2023	107.500,00	132.225,00			10/10/2023	111.684,00	0,00	0,00	nd	nd	20.541,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500274819	10012765-L.SINTRA - ESTAÇÃO DE SINTRA - COBERTURA DAS P	27/05/2024	535.986,63	535.986,63			19/09/2024	98.516,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500274371	10012772-LOTE A S&T - CONTROLO AUTOMÁTICO DE VELOCIDA	16/11/2023	2.630.000,00	2.630.000,00	2492/2023	20/01/2024	28/06/2024	2.177.239,49	152.315,45	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10012776-L. ALTA VELOCIDADE - SOURE A CARREGADO - DUPLI	04/08/2023	135.000,00	166.050,00			31/08/2023	124.537,50	0,00	0,00	nd	nd	41.512,50	0,00	0,00	nd	nd
PT503859486	10012787-Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito do D	15/06/2023	12.000,00	14.760,00			19/10/2023	7.982,70	0,00	0,00	nd	nd	6.519,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502127856	10012793-Fornecimento água potável nas instalações CLE 2023	17/02/2023	993,00	1.221,39			21/11/2023	31,41	0,00	0,00	nd	nd	1.164,98	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10012799-L. CASCAIS - FISCALIZAÇÃO E CSO 2023	23/05/2023	417.278,80	513.252,92			16/06/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	499.616,71	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10012801-1 - Linha do Alentejo/Vendas Novas/Évora - Reposição do	25/07/2023	138.537,80	170.401,49			20/12/2023	26.553,80	0,00	0,00	nd	nd	111.984,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10012801-2 - Linha do Alentejo/Vendas Novas/Évora - Reposição do	25/07/2023	158.977,80	158.977,80			29/12/2023	76.685,80	0,00	0,00	nd	nd	82.292,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507834763	10012806-GSM-R BSC/TRAU/OMC RFN - MANUTENÇÃO 1º E 2ª LI	04/12/2023	299.262,66	368.093,07			08/03/2024	102.248,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507834763	10012807-GSM-R BSS - SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE REDE E NE	14/10/2023	299.052,00	367.833,96			23/02/2024	112.393,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	10012811-Linha do Minho - Execução de PH ao PK 130,280	16/02/2023	9.985,01	9.985,01			29/02/2024	9.985,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DK35128417	10012813-L. ALTA VELOCIDADE - PORTO/SOURE - CONSULTORI	31/10/2023	300.000,00	369.000,00			30/05/2024	270.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316864	10012815-IP3 - COIMBRA / VISEU – TROÇO STA COMBA DÃO / VIS	29/09/2023	210.600,50	259.038,62			17/05/2024	72.059,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502960973	10012839-Aquisição de bico M/soldar Mig Mag 1,2MM e broca furar c	14/06/2023	2.536,00	3.119,28			29/09/2023	933,57	0,00	0,00	nd	nd	2.178,33	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10012863-1 - L. DA BEIRA ALTA - TROÇO PAMPILHOSA/VILAR FOF	14/08/2023	4.493.106,03	4.493.106,03	1752/2023		25/12/2023	2.193.635,44	0,00	0,00	nd	nd	179.911,30	0,00	0,00	nd	nd
PT517584590	10012863-2 - L. DA BEIRA ALTA - TROÇO PAMPILHOSA/VILAR FOF	14/08/2023	3.478.923,30	3.478.923,30	1764/2023		05/04/2024	2.417.996,44	67.539,25	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10012863-3 - L. DA BEIRA ALTA - TROÇO PAMPILHOSA/VILAR FOF	14/08/2023	2.227.767,41	2.227.767,41	1774/2023		26/12/2023	905.203,51	79.535,65	0,00	nd	nd	113.203,25	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10012867-1 - L. DE ÉVORA E DO LESTE - TROÇO ÉVORA/L. DO LE	22/08/2023	834.076,07	834.076,07	1826/2023	19/10/2023	25/12/2023	1.355.217,16	0,00	0,00	nd	nd	340.093,67	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10012867-2 - L. DE ÉVORA E DO LESTE - TROÇO ÉVORA/L. DO LE	22/08/2023	2.452.481,15	2.452.481,15	1828/2023	19/10/2023	26/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	122.727,06	0,00	0,00	nd	nd
PT502616741	10012870-Aquisição de USB KVM Extender	09/06/2023	2.380,00	2.927,40			15/10/2024	2.927,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503834513	10012892-Alojamento para Hotel Val Flores – 04/01/2023 a 08/01/20	24/02/2023	254,70	269,98			31/01/2024	286,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10012902-4 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	03/05/2023	326.253,95	401.292,36			25/07/2023	100.567,92	0,00	0,00	nd	nd	232.289,29	0,00	0,00	nd	nd
PT513172670	10012902-4 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	03/05/2023	1.062.449,22	1.306.812,54			25/07/2023	366.007,14	0,00	0,00	nd	nd	705.703,22	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-1 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	6.500.809,34	7.995.995,49			19/10/2023	1.195.508,86	0,00	0,00	nd	nd	5.400.830,13	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-1 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	450.620,16	554.262,80			31/05/2024	0,00	0,00	450.621,71	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-2 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	1.448.774,82	1.781.993,03			29/09/2023	623.334,86	0,00	0,00	nd	nd	781.595,02	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-2 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	2.966.338,03	3.648.595,78			29/09/2023	250.896,10	0,00	0,00	nd	nd	2.740.371,34	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-3 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	141.504,18	174.050,14			29/09/2023	11.544,82	0,00	0,00	nd	nd	40.351,85	0,00	0,00	nd	nd
PT502124083	10012902-3 - Fornecimento de Energia Elétrica às instalações do Gru	28/04/2023	2.013.365,41	2.476.439,45			29/09/2023	419.973,96	0,00	0,00	nd	nd	1.563.634,48	0,00	0,00	nd	nd
PT515419907	10012912-Aquisição de 2 Equipamentos Nomadvibe (Inspeção Dinâm	10/04/2023	11.300,00	13.899,00			31/12/2024	13.899,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514879300	10012916-Aquisição de cantoneiras e ganchos para travessas pontes	20/06/2023	21.519,50	26.468,99			23/02/2024	26.468,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10012926-EN116 – KM 24+500 (LE) – REPOSIÇÃO DO ATERRO E D	05/02/2024	166.394,14	166.394,14			30/07/2024	166.394,14	-5.387,77	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510761291	10012928-LAVAGENS VIATURAS VILA REAL - CONORTE 2023	24/02/2023	2.016,00	2.479,68			24/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	522,96	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10012931-EN374/EN374-2 - KM0+750 A KM21+790 - ESTABILIZAÇ	06/12/2023	206.139,00	253.550,97			15/10/2024	87.587,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10012933-Aquisição de palmilhas	22/06/2023	16.986,00	20.892,78			30/04/2024	2.238,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502550066	10012934-Prestação de Serviços de Gestão de Resíduos - Acondicior	14/04/2023	1.202,00	1.478,46			28/04/2023	86,10	0,00	0,00	nd	nd	872,72	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10012938-Aquisição de coxins para aparelho de mudança de via	14/09/2023	0,00	0,00			26/03/2024	24.253,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505456010	10012941- AD11220906 - SERVICO CANIDEOS (INCINERAÇÃO DE	16/02/2023	500,00	615,00			30/03/2023	98,02	0,00	0,00	nd	nd	46,57	0,00	0,00	nd	nd
PT515762083	10012943-Prestação de serviços de Vigilância e Segurança – Granja	14/10/2023	59.965,75	73.757,87			20/12/2023	24.585,96	0,00	0,00	nd	nd	49.171,91	0,00	0,00	nd	nd
PT514058234	10012944- AD11220906 - A28 km 13+900 - Limpeza de parcelas sob	13/02/2023	875,00	1.076,25			24/09/2024	1.076,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510443761	10012945-Aquisição de aferrolhamento por agrafe vertical, tipo VCL	30/08/2023	34.990,00	43.037,70			31/01/2024	43.037,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500012032	10012961-Aquisição de água engarrafada de 33cl e 25cl (vidro e plás	06/03/2023	0,00	0,00			24/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	762,20	0,00	0,00	nd	nd
PT503049476	10012962-Fornecimento e Instalação de Carregadores de Baterias na	24/02/2023	9.997,89	12.297,40			06/02/2024	12.297,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	10012964-SMM - ABRIGOS E MOBILIÁRIO URBANO PARA AS PAR	24/05/2023	249.435,00	306.805,05			31/07/2023	120.242,35	0,00	0,00	nd	nd	162.826,79	0,00	0,00	nd	nd
PT980245974	10012966-2 - Fornecimento de energia elétrica às instalações do grup	28/02/2023	618.940,93	761.297,34			22/06/2023	9,03	0,00	0,00	nd	nd	528.529,44	0,00	0,00	nd	nd
PT980245974	10012966-1 - Fornecimento de energia elétrica às instalações do grup	28/02/2023	1.069.415,12	1.315.380,60			28/06/2024	110.821,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502665696	10012972-Renovação para domínio euyearofrail.pt.	23/02/2023	95,00	116,85			31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	18,39	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10012975-ÉVORA NORTE / ELVAS - PRORROGAÇÃO DA ASSISTÊ	05/06/2023	230.269,28	283.231,21			30/06/2023	32.943,90	0,00	0,00	nd	nd	250.287,30	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10012978-COMN - Eliminação de resíduos de EPI's e EPC's não valo	13/02/2023	280,00	344,40			14/03/2024	62,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513079777	10012981-Mobiliário Fase II, Campus Pragal Edifício V, VI e VII	20/07/2023	9.653,66	11.874,00			23/02/2024	10.728,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500433402	10012990- AD11220906 - A4 - Túnel do Marão - Fornecimento gasóli	24/02/2023	4.950,00	6.088,50			15/08/2023	2.716,82	0,00	0,00	nd	nd	2.056,30	0,00	0,00	nd	nd
PT509085679	10012991- AD11220906 - A4 - Túnel do Marão - Recolha de efluente	20/02/2023	600,00	738,00			31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	55,01	0,00	0,00	nd	nd
PT503989231	10012995-Aquisição de Botas de Proteção Bicap Hidra Standard	13/02/2023	49,30	60,64			06/02/2024	60,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507072065	10012996-Aquisição de serviços para Controlo de Pragas na Ponte dc	13/02/2023	3.000,00	3.690,00			25/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.075,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513606084	10012998- AD11220906 - A4 - Túnel do Marão - Recolha de efluente	20/02/2023	1.000,00	1.230,00			14/04/2023	138,80	0,00	0,00	nd	nd	298,20	0,00	0,00	nd	nd
PT505372495	10013000- AD11220906 - Serviço de reboque de viaturas na A4	20/02/2023	800,00	984,00			23/02/2024	369,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502769289	10013002- AD11220906 - Serviço de reboque de viaturas na A4	20/02/2023	1.000,00	1.230,00			23/02/2024	729,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	10013003-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 3, INCLUINDO AVAC, DO	20/02/2024	1.999.999,76	1.999.999,76	411/2024	09/04/2024	18/07/2024	1.109.999,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506608972	10013007- AD11220906 - Recolha de animais na A23	28/02/2023	1.000,00	1.230,00			24/04/2023	211,94	0,00	0,00	nd	nd	637,13	0,00	0,00	nd	nd
PT502536870	10013010- AD11220906 - A23 - Recolha e transformação de animais	07/03/2023	500,00	615,00			21/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	143,10	0,00	0,00	nd	nd
PT503176311	10013028-Aquisição de sinais e postes de fixação	15/09/2023	44.524,00	54.764,52			29/02/2024	54.764,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08513749	10013030-Aquisição de material Electrans	21/11/2023	23.921,76	23.921,76			20/06/2024	23.921,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10013031-IP8 (EN 121) – FERREIRA DO ALENTEJO (ROTUNDA CC	16/05/2024	213.775,01	262.943,26			30/09/2024	205.307,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502522380	10013043-LINHA DE SINES - REFORÇO DE SERVIÇO PÚBLICO DE	29/05/2023	73.214,01	77.606,85			21/03/2024	77.606,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515597147	10013064-A28 – RAMO DE CAMPO ALEGRE – REFORMULAÇÃO D	17/11/2023	97.067,00	97.067,00			29/02/2024	97.067,00	2.007,35	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10013068-1 - RFN – INSPEÇÕES DE ROTINA A ESTRUTURAS GEC	08/09/2023	349.873,05	430.343,85			20/06/2024	430.343,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10013068-2 - RFN – INSPEÇÕES DE ROTINA A ESTRUTURAS GEC	08/09/2023	325.900,00	400.857,00			06/02/2024	400.856,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508309670	10013072-Aquisição de fonte de alimentação, descarregador e base p	26/10/2023	36.938,92	45.434,87			26/03/2024	45.434,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513043276	10013073-Consultoria SAP - Web DynPro DynPro ABAP e Web DynP	24/07/2023	74.800,00	92.004,00			08/12/2023	65.313,00	0,00	0,00	nd	nd	25.928,40	10.455,00	0,00	nd	nd
PT505369753	10013084- AD11220906 - Serviços de reboque de viaturas na Rede R	20/02/2023	2.000,00	2.460,00			16/03/2023	328,03	0,00	0,00	nd	nd	135,30	0,00	0,00	nd	nd
PT515912000	10013086-Alojamento para AH Villas Resort – 09-02-2023 a 10-02-20	24/02/2023	94,34	100,00			19/09/2024	108,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT680009671	10013105-TM. Bobadela - Recolha de resíduos urbanos – 2023	04/04/2023	3.992,88	4.232,45			11/04/2023	705,40	0,00	0,00	nd	nd	3.527,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10013117-Alojamento para Hotel Stay H. Lisboa Aeroporto – 23/01/20	24/02/2023	4.433,99	4.700,03			31/03/2023	53,00	0,00	0,00	nd	nd	4.876,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10013145-Aquisição de travessas de betão bibloco TBBG com fixação	24/04/2024	3.279.560,63	4.033.859,57	1366/2024		12/11/2024	2.256.503,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10013162-1 - ATAQUE MECÂNICO PESADO - COMC - 2023 - Linha	25/10/2023	736.926,20	736.926,20	2454/2023		29/02/2024	736.926,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10013162-2 - ATAQUE MECÂNICO PESADO - COMC - 2023 - Linha	25/10/2023	728.977,03	728.977,03	2490/2023		05/04/2024	728.977,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10013162-3 - ATAQUE MECÂNICO PESADO - COMC - 2023 - Linha	09/11/2023	481.155,50	481.155,50	2578/2023		09/04/2024	449.283,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	10013171-L. MINHO - ESTAÇÃO DE ERMESINDE - NIVELAMENTO,	22/09/2023	334.932,02	334.932,02			08/02/2024	282.549,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10013174-L.ALENTEJO - PK154,171 RESTABELECIMENTO E PSR	23/05/2023	49.970,00	61.463,10			31/07/2023	55.316,79	0,00	0,00	nd	nd	6.146,31	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10013181-AQUISIÇÃO DE LICENÇAS ARAMIS REMOTO	24/07/2023	18.000,00	22.140,00			23/02/2024	22.140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516241362	10013182-Manutenção dos websites do Grupo IP	28/07/2023	19.500,00	23.985,00			20/06/2024	11.832,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514830433	10013183-Aluguer de sala para Reunião do CAE (28.02.2023)	27/02/2023	920,00	1.131,60			12/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	290,27	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	10013207- AD 11220904 - Aquisição de misturas betuminosas a frio p	13/03/2023	4.985,00	6.131,55			23/02/2024	6.131,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	10013229-LINHA DO NORTE - APEADEIRO DE VALE DE SANTARÉ	03/10/2023	164.839,24	164.839,24			08/02/2024	146.161,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503577600	10013233-AT-TEL - L. NORTE - LISBOA STA APOLÓNIA - VALE DE	29/11/2023	0,00	0,00			12/09/2024	91.299,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10013244-COMBATE À SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA 2023 - DIST	29/02/2024	160.000,00	196.800,00			04/07/2024	23.817,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515332607	10013270-Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos - 2023	16/03/2023	4.816,37	5.924,14			11/07/2023	1.223,51	0,00	0,00	nd	nd	2.304,66	0,00	0,00	nd	nd
PT502310090	10013275-CABOS SUBMARINOS - Aquisição de Serviços de Consult	17/04/2023	310.000,00	381.300,00			22/06/2023	95.325,00	0,00	0,00	nd	nd	285.975,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509785026	10013276- AD17230009 -Canal com grelha	13/03/2023	315,00	387,45			27/05/2024	387,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501989781	10013280-IC1 - KM 606+380 A KM 607+480 - BENEFICIAÇÃO DO SI	06/12/2023	168.730,00	168.730,00			05/04/2024	168.730,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503120928	10013290-L. MINHO - ESTAÇÃO DA TROFA - CONSTRUÇÃO DE U	03/10/2023	13.793,00	16.965,39			28/11/2024	7.634,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503171565	10013298-L. DOURO - VEDAÇÃO DO CANAL FERROVIÁRIO (FASE	12/10/2023	731.139,37	731.139,37			09/05/2024	310.293,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515912000	10013306-Alojamento para Hotel AH Villas Resort – 26/02/2023 a 27/	10/03/2023	47,17	50,00			19/09/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10013308-L. LESTE - ESTAÇÃO DE ELVAS - AUMENTO DO COMPI	28/07/2023	939.000,00	939.000,00	1640/2023	17/10/2023	25/12/2023	692.475,45	0,00	0,00	nd	nd	123.261,74	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10013312-ER338 – PIORNOS - MANTEIGAS - GESTÃO DE RISCOS	01/06/2023	44.800,00	55.104,00			31/08/2023	36.900,00	0,00	0,00	nd	nd	12.300,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	10013316-Esmerilagem Corretiva de Carril 2023	04/08/2023	300.000,00	369.000,00			08/03/2024	135.593,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10013336-Alojamento para H. Stay Aeroporto - 13/02/2023 a 25/02/2(	10/03/2023	2.452,84	2.600,01			31/03/2023	0,00	-43,45	0,00	nd	nd	2.756,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513438866	10013342-Aquisição de cabo de aço	09/08/2023	3.496,50	4.300,70			24/05/2024	4.300,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500035679	10013348-Reparação da viatura 47-IO-43	14/03/2023	1.381,55	1.699,31			24/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.986,91	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10013353-Aquisição de Poste HE	09/06/2023	3.356,00	4.127,88			23/02/2024	4.127,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503989231	10013358-Aquisição de Capacetes de segurança e Luvas para traball	17/03/2023	1.140,72	1.403,09			06/02/2024	1.403,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10013360-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 3, INCLUINDO AVAC, DO	23/05/2024	112.700,00	138.621,00			10/09/2024	85.017,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505367408	10013376-PONTE DA AMIZADE - MONITORIZAÇÃO DO SISTEMA I	26/07/2023	7.560,00	9.298,80			07/06/2024	3.099,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10013380-ER389 - KM12+017 - PASSAGEM FAUNA	23/03/2023	4.990,00	6.137,70			20/06/2024	6.137,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503440892	10013382-L. NORTE - ESTAÇÃO DE CACIA E APEADEIROS DE SA	14/08/2023	169.988,88	169.988,88			31/01/2024	169.988,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10013384-OBRAS DE ARTE DA REDE RODOVIÁRIA - INSPEÇÕES	06/11/2023	49.225,00	60.546,75			05/04/2024	60.546,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513438866	10013394-Aquisição de Interruptor / disiuntor de catenária unipolar, tip	26/02/2024	375.040,00	461.299,20			12/11/2024	461.299,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10013395-AQUISICÃO DE SISTEMA DE MONITORIZACÃO DE VEÍC	22/08/2023	122.970,24	151.253,40			23/02/2024	49.418,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	10013396-L. BEIRA ALTA - TÚNEL DE TREZÓI AO PK64,769 - REAE	11/08/2023	114.925,00	141.357,75			31/01/2024	117.037,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507833058	10013398-Aquisição de autómato himatrix	03/04/2024	294.100,05	361.743,06			15/10/2024	361.743,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500833982	10013399-Aquisição de Fonte de Alimentação e Relés para ensaio e	09/05/2023	950,00	1.168,50			31/05/2023	-14,76	0,00	0,00	nd	nd	359,16	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10013406-Seguro Automóvel Frota para o Triénio 2024-2026	21/05/2024	1.182.492,59	1.182.492,59	1288/2024	03/07/2024	30/08/2024	353.750,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10013406-Seguro Automóvel Frota para o Triénio 2024-2026	21/05/2024	161.248,99	161.248,99	1288/2024	03/07/2024	30/08/2024	50.283,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10013406-Seguro Automóvel Frota para o Triénio 2024-2026	16/05/2024	0,00	0,00			27/09/2024	14.816,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10013408-EN14 (VIA NORTE). NÓ DO REGADO (KM 0,000) E O NÓ	05/09/2024	394.000,00	484.620,00			13/12/2024	26.493,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	10013409- AQUISICÃO DE SERVICOS DE TECNOLOGIAS DE INFO	21/12/2023	1.888.092,60	2.322.353,90	2799 2023	29/04/2024	17/09/2024	1.780.763,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	10013409- AQUISICÃO DE SERVICOS DE TECNOLOGIAS DE INFO	21/12/2023	0,00	0,00			17/09/2024	178.076,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	10013409- AQUISICÃO DE SERVICOS DE TECNOLOGIAS DE INFO	21/12/2023	0,00	0,00			17/09/2024	267.114,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10013417-IC17(A8) – CALCADA DE CARRICHE – RAMO J – ASSEN	06/12/2023	55.051,00	67.712,73			27/08/2024	32.945,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	10013428-CERTIFICAÇÃO DE COMPONENTES DE INTEROPERAB	20/10/2023	75.000,00	92.250,00			20/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.225,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10013436-AT-ENE - LN MATO MIRANDA - ENTRONCAMENTO-TEL	12/10/2023	76.000,00	93.480,00			30/09/2024	116.650,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10013443-Manutenção da viatura 00-82-QG	28/03/2023	250,00	307,50			28/06/2024	307,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10013444-Reparação da viatura 56-FM-20	28/03/2023	630,00	774,90			08/03/2024	774,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10013445-L. DOURO - PK108,700– RENOVAÇÃO DE BARREIRAS E	17/08/2023	213.886,39	213.886,39			30/11/2023	94.332,68	-847,84	0,00	nd	nd	119.553,70	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10013448-Calibração de Recursos de Medição e Monitorização afetos	27/03/2023	1.255,00	1.543,65			30/06/2023	123,00	-18,45	0,00	nd	nd	1.439,10	0,00	0,00	nd	nd
PT508306000	10013451-TM Bobadela - Fornecimento de gasóleo - junho 2023 a de	16/08/2023	0,00	0,00			20/10/2023	173.236,81	0,00	0,00	nd	nd	13.372,56	0,00	0,00	nd	nd
PT503913367	10013458-Lavagens das viaturas - Viana do Castelo - Ano 2023	28/03/2023	900,00	1.107,00			09/08/2023	15,13	0,00	0,00	nd	nd	90,78	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10013466-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto - 06/03/2023 a 1	27/03/2023	4.433,98	4.700,02			22/08/2023	1.696,00	0,00	0,00	nd	nd	3.018,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501134530	10013471-Aquisição de gancho roscado para tubo de 19X26	05/04/2023	6.205,50	7.632,77			13/12/2024	7.632,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507194934	10013483-Desenvolvimento de mapas anexos às demonstrações orç	22/08/2023	19.980,00	24.575,40			08/12/2023	18.099,47	0,00	0,00	nd	nd	6.475,95	0,00	0,00	nd	nd
PT501804013	10013484-A20/A28 (IC23) - FREIXO / ARRÁBIDA - COLOCACÃO DE	05/09/2024	144.042,00	144.042,00			24/12/2024	50.093,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10013486-EN222 - KM73+000 - RECONSTRUÇÃO DE ATERRO E P	28/06/2023	899.974,00	899.974,00	1323/2023	10/08/2023	28/09/2023	0,00	8.755,39	0,00	nd	nd	899.973,99	-8.755,39	0,00	nd	nd
PT500286344	10013497-Aluguer de garrafas de acetileno e oxigénio	31/03/2023	825,00	1.014,75			26/11/2024	1.014,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10013502-Aquisição de travessas polivalentes com sobrebitola para a	04/07/2023	12.875,00	15.836,25			16/02/2024	15.836,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505292610	10013503-Aquisição de Serviços de realização e produção de eventos	12/06/2023	41.887,51	51.521,64			31/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	6.635,85	0,00	0,00	nd	nd
PT505292610	10013503-Aquisição de Serviços de realização e produção de eventos	12/06/2023	0,00	0,00			31/07/2023	4.944,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505292610	10013503-Aquisição de Serviços de realização e produção de eventos	12/06/2023	0,00	0,00			31/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	8.628,45	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10013504-1 - RRN-MANUTENÇÃO TELEMÁTICA AD 2023-2024	15/06/2023	397.000,00	488.310,00	1301/2023		19/12/2023	271.220,79	0,00	0,00	nd	nd	217.089,21	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10013504-2 - RRN-MANUTENÇÃO TELEMÁTICA AD 2023-2024	15/06/2023	538.000,00	661.740,00	1311/2023		19/12/2023	366.090,58	0,00	0,00	nd	nd	295.649,42	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10013511-PONTE 25 DE ABRIL - ACESSO ENCONTRO SUL – EST/	14/12/2023	67.666,62	83.229,94			30/07/2024	30.968,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10013512-LBA ESTAÇÃO DA GUARDA CONSTRUÇÃO DE ARMA	19/12/2023	42.785,00	52.625,55			30/07/2024	26.212,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505216035	10013519-SUPORTE AO SISTEMA DE COBRANCA DE PORTAGEM	04/10/2023	119.920,26	147.501,92			29/10/2024	115.715,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504208187	10013523-ESTUDOS DE SINALIZACÃO PARA ANÁLISE DE PROJE(	22/08/2023	328.934,20	404.589,07			30/11/2023	209.503,44	0,00	0,00	nd	nd	14.452,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10013524-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	18/04/2023	16.900,00	20.787,00			21/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	12.232,35	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10013528-Aquisição de manga junção para cabo terra, espia de amar	30/06/2023	9.188,40	11.301,73			12/09/2024	11.301,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT173151930	10013533-Aquisição de materiais	18/04/2023	800,00	984,00			09/06/2023	298,11	0,00	0,00	nd	nd	672,94	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10013534-RAP GRANDE LISBOA - CONSERVACÃO CORRENTE E	07/08/2024	15.547.856,66	15.547.856,66	2086/2024	16/10/2024	31/12/2024	361.855,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10013535-L. NORTE - RENOVAÇÃO INTEGRAL DE VIA – - SUBTRC	28/07/2023	284.940,00	350.476,20			29/12/2023	166.120,73	0,00	0,00	nd	nd	10.239,75	0,00	0,00	nd	nd
PT516521675	10013538-2 - Aquisição de material de metalomecânica	11/03/2024	0,00	0,00			30/12/2024	15.064,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503645214	10013538-3 - Aquisição de material de metalomecânica	13/03/2024	31.217,00	38.396,91			20/06/2024	32.141,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509427944	10013541-Aquisição de Serviços de Avaliação de Qualidade do Ar no	28/08/2023	15.992,80	19.671,14			09/04/2024	17.127,76	-1.107,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505648032	10013547-CARTOGRAFIA DIGITAL À ESCALA 1/5000 (NdD2) PARA	04/10/2023	198.500,00	244.155,00			28/03/2024	78.699,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513011935	10013549-EN230 - KM135+528, PONTE DAS 3 ENTRADAS – REFO	13/04/2023	800,00	984,00			26/03/2024	984,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB60128315	10013551-L. ALTA VELOCIDADE – VILA NOVA GAIA - PLANO URB/	21/07/2023	221.600,00	221.600,00			21/09/2023	1.200,00	0,00	0,00	nd	nd	89.600,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500274371	10013552-Aquisição de balizas para alteração ATP do troço Faro/V.R	23/10/2023	829.166,20	1.019.874,43	2446/2023		29/11/2024	464.434,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503240095	10013556-L. NORTE - APEADEIRO DE VALE DE SANTARÉM - BENE	12/10/2023	20.615,00	25.356,45			31/01/2024	16.594,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10013556-Realização de Ensaios dinâmicos	06/05/2023	8.500,00	10.455,00			20/06/2024	10.455,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501859764	10013561-Estudo de Satisfação de Clientes	20/12/2023	40.048,00	49.259,04			08/03/2024	49.259,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504409409	10013563-L. DOURO - PONTE DO CORGO AO PK104,311, PONTE	21/08/2023	132.650,00	163.159,50			14/06/2024	123.799,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10013575-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto - 20-03-2023 a 3	05/04/2023	2.594,35	2.750,01			24/08/2023	158,98	0,00	0,00	nd	nd	2.756,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503701378	10013579-Tradução de português para inglês de Relatório e Contas I	04/07/2023	7.500,00	9.225,00			31/01/2024	9.225,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10013605-Instalação de Bastidor em VME	17/04/2023	4.737,50	5.827,13			08/03/2024	5.827,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503764299	10013608-MELHORIA DE ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL	26/04/2023	4.850,00	5.965,50			22/06/2023	4.175,85	0,00	0,00	nd	nd	1.789,65	0,00	0,00	nd	nd
PT513652949	10013614-Produção de audiovisuais – registo de imagens, produção	15/11/2023	62.585,60	76.980,29			20/06/2024	7.632,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10013621-L. ALTA VELOCIDADE PORTO/SOURE - ESTUDOS COM	21/07/2023	390.000,00	479.700,00			10/08/2023	119.925,00	0,00	0,00	nd	nd	359.775,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503460915	10013625-L. GUIMARÃES - ESTAÇÃO DE GUIMARÃES - SUBSTITU	21/09/2023	187.577,00	187.577,00			21/02/2024	187.577,00	-1.483,92	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503171565	10013627- Linha do Norte - Espinho - Proteção das amarrações anti c	18/04/2023	9.234,66	9.234,66			23/02/2024	9.234,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513545565	10013652-Aquisição de serviços para fornecimento de catering	15/06/2023	15.900,00	19.557,00			26/11/2024	17.220,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500266344	10013655-- Aluguer e Imobilização de Garrafas de Gás Industrial, pro	12/05/2023	2.201,80	2.708,21			29/12/2023	284,13	0,00	0,00	nd	nd	1.136,52	0,00	0,00	nd	nd
PT503460915	10013662-L. MINHO - ESTAÇÃO DE LOUSADO - SUBSTITUIÇÃO IN	27/09/2023	479.626,00	479.626,00			21/02/2024	479.626,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10013669-AQUISIÇÃO RELÉS 24V/25A DIN PARA CABRADIOS DM	05/05/2023	1.447,25	1.780,12			08/03/2024	1.780,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500417660	10013670-MONITORIZAÇÃO DOS CAMPOS ELETRICOS E MAGNÉ	28/08/2023	8.500,01	10.455,01			17/11/2023	6.445,05	0,00	0,00	nd	nd	4.009,96	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10013675-Aquisição de 3 garrafas de oxigénio	20/04/2023	204,92	252,05			24/09/2024	252,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501134530	10013682-Aquisição de peça de amarração para cabos	09/05/2023	0,00	0,00			31/12/2024	1.158,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10013684-Aquisição de serviços de parqueamento de AV 2023 – Con	05/07/2023	164.499,52	202.334,41			31/08/2023	25.963,97	0,00	0,00	nd	nd	176.370,48	0,00	0,00	nd	nd
PT501427511	10013685-Avaliação da bactéria Legionella IP 2023	28/04/2023	4.837,35	5.949,94			21/07/2023	1.054,83	0,00	0,00	nd	nd	2.426,80	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10013702-INSPEÇÕES PRINCIPAIS A OBRAS DE CONTENÇÃO FE	04/10/2023	30.655,00	37.705,65			06/02/2024	37.705,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10013703-INSPEÇÕES PRINCIPAIS A OBRAS DE CONTENÇÃO RC	02/10/2023	49.750,00	61.192,50			31/01/2024	23.474,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503171565	10013708- L. MINHO - VEDAÇÃO DO CANAL FERROVIÁRIO (FASE	30/08/2023	706.044,28	706.044,28			08/02/2024	449.559,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501652639	10013716-L. CASCAIS - TORRES GSM-R - EXECUÇÃO	27/07/2023	1.694.786,43	1.694.786,43	1748/2023	22/03/2024	27/08/2024	1.096.037,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501408851	10013742-AQUISIÇÃO DE PARA-CHOQUES PARA GAVETO 1 DE A	21/11/2023	33.114,00	40.730,22			24/05/2024	40.730,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502538870	10013743- AD 14220903- Incineração de animais selvagens	27/04/2023	720,00	763,20			31/05/2023	190,80	0,00	0,00	nd	nd	381,60	0,00	0,00	nd	nd
PT514157127	10013745-Análise do complexo logístico do Entroncamento - gestão c	07/07/2023	19.200,00	23.616,00			27/03/2024	23.616,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE06364992H	10013750-Aquisição de 9 licenças de Adobe Acrobat Writer para a CF	28/04/2023	2.124,09	2.612,63			28/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	515,09	0,00	0,00	nd	nd
PT506876632	10013754-Unificação de Processos Individuais	18/08/2023	38.869,00	47.808,87			20/12/2023	40.637,53	0,00	0,00	nd	nd	7.171,33	0,00	0,00	nd	nd
PT501139443	10013760-Aquisição de seccionadores para zona terrestre	18/08/2023	7.480,00	9.200,40			15/10/2024	9.200,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10013761-LÉVORA - PSR (PK122,700) E RESTABELECIMENTO NA	20/12/2023	54.435,00	66.955,05			22/07/2024	22.029,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507072065	10013764-Aquisição de Serviços de Manutenção de Extintores e Carr	12/10/2023	33.883,00	41.676,09			25/04/2024	19.101,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503864960	10013767-PRAGAL- PORTARIA DO HOSPITAL - PROGRAMAÇÃO H	12/05/2023	1.722,00	2.118,06			25/04/2024	2.117,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10013771-Reparação viatura 08-ZP-49	02/05/2023	280,95	345,57			05/04/2024	250,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508648785	10013773-Renovação da Rede de Dados – Porto Campanhã	26/10/2023	37.138,02	45.679,76			08/03/2024	45.679,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10013774-EN4 - VARIANTE DA ATALAIA	10/04/2024	4.716.695,50	4.716.695,50	929/2024	26/09/2024	27/11/2024	549.602,18	16.236,55	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500018936	10013774-EN4 - VARIANTE DA ATALAIA	10/04/2024	4.716.695,50	4.716.695,50	929/2024	26/09/2024	29/11/2024	479.832,02	16.236,56	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10013775-AT-TEL - Aquisição de sistema de rádio de manobras para	03/05/2023	3.817,65	4.695,71			08/03/2024	4.695,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10013778-2 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	12/04/2024	25.000,00	30.750,00			26/11/2024	20.074,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10013778-3 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	12/04/2024	20.000,00	24.600,00			26/11/2024	7.088,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10013778-6 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	15/04/2024	18.000,00	22.140,00			21/11/2024	12.672,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513676813	10013778-7 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	15/04/2024	25.000,00	30.750,00			10/12/2024	8.565,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10013778-8 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal 2	12/04/2024	25.000,00	30.750,00			26/11/2024	4.687,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10013778-10 - Serviços de Assistência Oficinal para a Época Invernal	12/04/2024	14.000,00	17.220,00			19/12/2024	3.289,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10013786-Aquisição de espia de amarração, rebite, esticador e roldan	21/08/2023	40.613,26	49.954,31			24/05/2024	49.954,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	10013789-A26 - RESTABELECIMENTO SUL - PONTÃO DA BARBUC	22/07/2024	424.997,34	424.997,34			19/12/2024	27.695,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10013792-Aquisição de carril 60E1 para a Estação da Pampilhosa - 2	13/03/2024	1.592.400,00	1.958.652,00	861/2024	03/06/2024	17/09/2024	1.587.824,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CH106183230	10013801-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANÁLISE DE REQUISIT	06/12/2023	125.000,00	125.000,00			27/02/2024	125.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10013804-Aquisição de carril para a Linha do Norte - Estação de Alfar	22/05/2024	645.235,00	793.639,05			10/09/2024	641.182,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10013807-AD 11220904 - EN 9 Torres Vedras - Merceana Cruzame	08/05/2023	2.832,14	2.832,14			24/12/2024	2.832,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10013811-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto - 17/04/2023 a 2	04/05/2023	424,53	450,00			31/05/2023	209,88	0,00	0,00	nd	nd	212,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10013827-COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA – RODOVI	12/02/2024	57.060,00	70.183,80			22/10/2024	1.949,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502742216	10013841-ELABORAÇÃO DE MER E PA DA REDE FERROVIÁRIA N	14/08/2023	194.960,00	239.800,80			20/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.980,08	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10013847-IP8(EN259) – LIMITE DISTRITO SETÚBAL/BEJA (KM 20+	19/01/2024	472.279,80	580.904,15			20/11/2024	18.977,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10013852-GSM-R – APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO AO PLANEA	26/10/2023	74.880,00	92.102,40			29/02/2024	30.700,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10013856-MELHORIA DE ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL	10/11/2023	339.931,20	418.115,38			30/01/2024	239.028,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10013868-L. SUL – PK 73,089 A PK 76,277 - SUBSTITUIÇÃO DE PH	05/07/2023	944.259,56	944.259,56	1519/2023	21/09/2023	05/10/2023	749.003,81	0,00	0,00	nd	nd	193.657,15	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10013870-RAMAL DE BRAGA - ESTACÃO BRAGA - REPARAÇÃO D	15/09/2023	47.176,00	58.026,48			29/02/2024	58.026,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505223732	10013872-Aquisição de travessas de azobé	10/10/2023	113.262,00	139.312,26			26/03/2024	244.093,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10013895-Aquisição de aparelhos de dilatação bidirecionais para aplic	15/04/2024	251.709,12	309.602,22			05/12/2024	309.602,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10013903-L NORTE - COMPLEXO FERROVIÁRIO DO ENTRONCAM	29/09/2023	35.955,00	44.224,65			29/12/2023	14.144,57	0,00	0,00	nd	nd	4.243,50	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10013904-Aquisição de travessas de betão bibloco para a Linha do N	03/05/2024	445.170,00	547.559,10			04/07/2024	547.559,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510573207	10013908-Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipa	04/01/2024	16.395,00	20.165,85			17/05/2024	8.690,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10013909-Manutenção da viatura 05-ZQ-48	12/05/2023	160,00	196,80			23/02/2024	242,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504307622	10013916-TM Bobadela - Aluguer de equipamento de movimentação	21/08/2023	106.106,00	130.510,38			08/12/2023	104.084,54	0,00	0,00	nd	nd	24.684,87	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10013917-Aquisição de travessas monobloco para o Ramal de Alfarel	16/08/2024	812.670,00	999.584,10	2366/2024	23/09/2024	31/12/2024	999.584,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10013919-Aquisição de travessas polivalentes para a Linha do Douro	23/04/2024	879.140,00	1.081.342,20	1078/2024	04/05/2024	30/07/2024	1.081.342,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501201572	10013920-Aquisição de kits para JICS - 54E1 e 60E1	05/01/2024	82.485,00	101.456,55			22/10/2024	101.456,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10013929- SST Peões - Intervenção TP1	11/08/2023	19.539,03	24.033,01			29/02/2024	22.812,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10013979-Aquisição de aparelhos de via para a Linha da Beira Alta - 1	19/10/2023	376.027,96	462.514,39			29/11/2024	462.514,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10013994-IP8(EN259) - LIMITE DISTRITO SETÚBAL/BEJA (KM 20+6	27/12/2023	15.425.000,00	15.425.000,00	86/2024	01/09/2024	27/11/2024	385.974,78	18.202,67	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10013994-IP8(EN259) - LIMITE DISTRITO SETÚBAL/BEJA (KM 20+6	27/12/2023	15.425.000,00	15.425.000,00	86/2024	01/09/2024	27/11/2024	754.860,80	29.916,86	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500243182	10014001-Substituição de Pneus – Limpa Neves MAN 47-CV-31	19/05/2023	2.541,04	3.125,48			12/09/2024	3.125,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515811980	10014004-IC8 - ACESSO PARQUE EMPRESARIAL CAMPORÊS – AI	01/06/2023	5.000,00	6.150,00			25/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.460,00	0,00	0,00	nd	nd
PT140346740	10014009-LIGAÇÃO À ÁREA INDUSTRIAL DE FONTISCOS E ERMI	30/05/2023	3.500,00	4.305,00			23/02/2024	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014014-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 01/05/2023	19/05/2023	1.509,44	1.600,01			29/09/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.484,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507257820	10014017-1 - Elaboração de dos Mapas Estratégicos de Ruído (MER)	15/12/2023	70.800,00	87.084,00			23/02/2024	10.450,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507257820	10014017-2 - Elaboração de dos Mapas Estratégicos de Ruído (MER)	15/12/2023	105.300,00	129.519,00			23/02/2024	15.542,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10014020-L Cintura - Estação Entrecampos - Reparação escada rolar	10/07/2023	7.332,76	9.019,29			09/05/2024	9.019,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10014027-Aquisição de contracarris	15/09/2023	67.278,54	82.752,60			27/05/2024	27.661,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518946515	10014032-1 - LINHA DO DOURO - ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZA	05/06/2024	889.159,79	1.093.666,54	1609/2024	02/08/2024	12/11/2024	215.606,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518946515	10014032-2 - LINHA DO DOURO - ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZA	05/06/2024	689.127,40	847.626,70	1611/2024	02/08/2024	12/11/2024	211.126,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518946515	10014032-3 - LINHA DO DOURO - ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZA	05/06/2024	845.912,87	1.040.472,83	1615/2024	02/08/2024	12/11/2024	204.867,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507047249	10014035-Aquisição de Serviços para elaboração de Relatório Indepe	11/07/2023	19.950,00	24.538,50			19/10/2023	4.907,70	0,00	0,00	nd	nd	19.630,80	0,00	0,00	nd	nd
PT508101506	10014041-L. NORTE - ESPINHO-GAIA - FILMAGEM COM ROBOT SI	04/07/2023	3.745,00	4.606,35			31/01/2024	3.440,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	10014049-IP8(A26) - LIGAÇÃO ENTRE SINES E A A2 – LANÇO IP8 E	22/02/2024	44.912.900,05	44.912.900,05	503/2024	19/04/2024	04/09/2024	4.418.417,18	88.079,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10014064-L. OESTE - PK207,300 AO PK209,100 - TRANSFORMAÇÁ	10/10/2023	799.647,09	799.647,09	2228/2023	13/11/2023	21/02/2024	786.272,48	8.563,71	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500563993	10014068-ER338 - KM41+440 A KM45+380 - COLOCAÇÃO DE PRO	01/08/2023	359.862,00	359.862,00			21/11/2023	178.873,58	0,00	0,00	nd	nd	177.978,42	0,00	0,00	nd	nd
PT503864960	10014070-CAMPUS DO PRAGAL - EDIFÍCIO 7 - MELHORIA DAS CC	26/10/2023	24.655,31	24.655,31			29/02/2024	24.655,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10014072-IP3, PONTE DA FOZ DO DÃO NO COMPLEXO DA AGUIE	18/10/2023	13.798,00	16.971,54			23/02/2024	16.971,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10014076- AT-TEL - Reparação e substituição de rádios de manobras	20/07/2023	4.784,58	5.885,03			08/03/2024	5.885,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10014077-1 - Aquisição de componentes para lubrificadores PAMMEH	04/01/2024	14.123,64	17.372,08			21/11/2024	1.760,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10014078-ER243 - ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL DE RIA	15/09/2023	15.000,00	18.450,00			19/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.225,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	10014080-EN248 - ASR - FASE 4 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE	23/08/2023	6.490,00	7.982,70			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.991,35	0,00	0,00	nd	nd
PT515811980	10014082-IC35_Penafiel-Rans_Auditoria de Segurança Rodoviária	16/08/2023	14.200,00	17.466,00			31/01/2024	17.466,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10014084-RAP NORTE - EXPLORAÇÃO DA REDE EM MINIMOS OF	18/03/2024	945.000,00	945.000,00	702/2024	06/05/2024	31/05/2024	886.939,77	30.838,73	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT514750901	10014089-Reparação Transformador TR-B SST Cais Sodré	25/09/2023	24.117,07	29.664,00			29/02/2024	24.117,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10014098-Circuito de dados para a Telemática Rodoviária	12/02/2024	93.060,00	114.463,80			13/08/2024	13.774,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503481670	10014099-Carga, transporte e tratamento em destino final de resíduo	17/08/2023	295.390,00	363.329,70			29/12/2023	145.929,84	0,00	0,00	nd	nd	216.394,35	0,00	0,00	nd	nd
PT500074372	10014120-RSE - AQUISIÇÃO DE PLACAS E EQ. DE RSE (2023)	26/10/2023	48.522,18	59.682,28			06/02/2024	59.682,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	10014121-1 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	13/05/2024	90.000,00	110.700,00			13/12/2024	54.870,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	10014121-2 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	13/05/2024	102.500,00	126.075,00			27/12/2024	50.540,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10014121-3 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	24/04/2024	111.000,00	136.530,00			05/12/2024	62.154,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	10014121-4 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	06/05/2024	106.750,00	131.302,50			18/11/2024	54.827,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	10014121-6 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	24/04/2024	71.980,00	88.535,40			18/11/2024	40.119,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507834763	10014126-RSE - AQUISIÇÃO DE PLACAS E EQ. DE RSE (2023)	05/09/2023	34.715,13	42.699,61			08/02/2024	42.699,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10014128-L. NORTE - PK325,199 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DI	25/10/2023	592.672,55	592.672,55			30/04/2024	592.672,55	30.980,34	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502392061	10014129-VIA DO TÂMEGA - VARIANTE À EN210 (CELORICO DE E	18/09/2023	14.750,00	18.142,50			08/03/2024	9.071,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10014138-Seguro de Acidentes de Trabalho para o Período 2024/202	06/05/2024	2.260.023,18	2.260.023,18	1108/2024	05/06/2024	12/09/2024	759.352,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10014138-Seguro de Acidentes de Trabalho para o Período 2024/202	06/05/2024	753.341,06	753.341,06	1108/2024	05/06/2024	12/09/2024	245.197,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10014143-L BEIRA BAIXA – PH AO 26+388 - SUBSTITUIÇÃO	23/02/2024	1.094.998,00	1.094.998,00	599/2024	07/05/2024	10/09/2024	661.301,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	10014184-Aquisição da "Prestação integrada de serviços de cobrança	12/10/2023	2.340.000,00	2.878.200,00	2195/2023	07/11/2023	29/02/2024	910.829,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500475903	10014166-TM Bobadela - Aluguer de veículos rodoviários de transpor	30/10/2023	165.120,00	203.097,60			27/05/2024	1.536,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316066	10014167-AD 11220904 - Empreitada de Substituição iluminação púb	09/06/2023	6.076,52	6.076,52			17/05/2024	6.076,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	10014179-AD 11220904 - Aquisição de misturas betuminosas a frio p	14/06/2023	4.995,00	6.143,85			23/02/2024	6.143,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10014189-EN211 - KM 7+250 - VIADUTO - REVISÃO DO PROJETO	30/10/2023	15.000,00	18.450,00			08/12/2023	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	16.605,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500758158	10014190- Equipamentos de reserva para substituição de idênticos en	25/08/2023	132.023,00	162.388,29			30/04/2024	162.388,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510416268	10014191-Aquisição de relés e detetores	18/08/2023	12.616,72	15.518,57			26/03/2024	15.518,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	10014195-EN14 – MAIA (NÓ DO JUMBO) / INTERFACE RODOFERR	19/09/2023	19.896,00	24.472,08			23/02/2024	24.472,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10014196-RSE - REDE DE SUPORTE À EXPLORAÇÃO - ATUALIZA	28/09/2023	86.470,46	106.358,67			21/03/2024	106.358,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10014202-Aluguer viatura Furgão	14/06/2023	119,96	147,55			08/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	101,55	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	10014210-1 - Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Ca	20/10/2023	99.400,84	122.263,03			31/01/2024	122.263,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077622	10014210-2 - Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Ca	06/11/2023	18.150,22	22.324,77			25/04/2024	22.324,60	-256,82	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501140263	10014210-3 - Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Ca	20/10/2023	51.809,60	63.725,81			08/03/2024	62.053,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513205993	10014212-ELABORAÇÃO DE MER E PA LOTE 1A - ZONA NORTE	22/02/2024	83.616,30	102.848,05			10/09/2024	10.284,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB64836323	10014214-L. ALTA VELOCIDADE COIMBRA PLANO DE PORMENC	14/10/2023	138.100,00	138.100,00			27/11/2023	32.100,00	0,00	0,00	nd	nd	7.000,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10014215-Aquisição de 500 sacos Big-Bag	20/06/2023	3.625,00	4.458,75			29/09/2023	71,34	0,00	0,00	nd	nd	4.387,41	0,00	0,00	nd	nd
PT504193279	10014222-AVALIAÇÃO DO IMPACTE POTENCIAL DOS PROJETOS	18/10/2023	74.000,00	91.020,00			31/01/2024	86.469,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE142113386	10014230-DIGITALIZAÇÃO POR LASER SCANNER DE TÚNEIS FEF	24/11/2023	303.247,71	303.247,71			27/02/2024	301.594,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513205993	10014238-ELABORAÇÃO DE MER E PA - ZONA CENTRO NORTE	22/02/2024	63.798,20	78.471,79			10/09/2024	7.847,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500080984	10014239-1 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMI	16/11/2023	25.342,46	31.171,23			23/02/2024	60.193,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506962709	10014239-2 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMI	16/11/2023	24.475,00	30.104,25			23/02/2024	60.208,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506962709	10014239-3 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMI	16/11/2023	20.715,00	25.479,45			23/02/2024	50.888,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888135	10014239-4 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMI	17/11/2023	23.330,75	28.696,82			31/01/2024	57.671,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10014243-EN222 - A32/ IC2 (NÓ DE CANEDO) A SERRINHA - AUDI	30/10/2023	29.600,00	36.408,00			29/02/2024	19.660,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT170159795	10014248-Manutenção e limpeza de WC para utilização pelos agente	23/06/2023	800,00	984,00			04/02/2024	800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506855155	10014250-Transporte diário de colaboradores e descendentes entre a	17/08/2023	25.500,00	27.030,00			23/02/2024	28.119,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506416003	10014253-Calibração de Equipamentos CEM de Instrumentação e Me	10/08/2023	10.700,00	13.161,00			20/12/2023	9.901,50	0,00	0,00	nd	nd	3.259,50	0,00	0,00	nd	nd
PT500151997	10014257-Aluguer de 2 minibus - Serviço de Transporte de passageir	23/06/2023	1.280,00	1.356,80			20/06/2024	1.356,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501139443	10014258-Aquisição de isolador sintético e ligador e isolante para fio c	30/06/2023	7.387,80	9.086,99			08/03/2024	9.087,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10014263-EN14 - KM3+750 A KM5+300 - ADAPTAÇÃO DE SISTEMA	27/03/2024	242.556,40	242.556,40			30/07/2024	242.556,40	4.989,87	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10014266-1 - SUPRESSÃO DE 155 PN E AUTOMATIZAÇÃO DE 79 (	16/07/2024	220.000,00	270.600,00			30/09/2024	8.794,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10014266-2 - SUPRESSÃO DE 155 PN E AUTOMATIZAÇÃO DE 79 (	16/07/2024	379.000,00	466.170,00			30/09/2024	16.100,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014277-Alojamento para Stay Lisboa Saldanha - 29/05/2023 a 03/0	28/06/2023	590,04	625,44			15/08/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	572,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10014283-Alojamento para Hotel Porto Antas - 29/05/2023 a 17/06/20	28/06/2023	245,85	260,60			31/01/2024	208,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516343408	10014288-EN6 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO - SISTEMAS SEMA	11/09/2023	0,00	0,00			23/02/2024	4.132,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980729181	10014292-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	21/09/2023	19.950,00	24.538,50			08/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.132,80	-21,53	0,00	nd	nd
PT501507930	10014298-Peritagem ao veio Camião Rodoferroviário VOLVO	29/06/2023	2.500,00	3.075,00			19/10/2023	-3.075,00	0,00	0,00	nd	nd	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10014299-VARIANTE EN321-2 - BAIÃO A PONTE DA ERMIDA (LOD	08/09/2023	24.960,00	30.700,80			30/08/2024	7.291,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501134530	10014307-Aquisição de terminal vara regul p/ tirante consola	11/07/2023	8.551,00	10.517,73			31/12/2024	10.517,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10014309-Aquisição de manga de aperto p/ cabo de secção 25 MM2	30/06/2023	1.428,00	1.756,44			31/01/2024	1.756,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CA874764921	10014315-Aquisição de licença provisória para a utilização de softwar	07/11/2023	19.900,00	19.900,00			04/07/2024	19.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501939644	10014328- AD15220907 - Aquisição de material elétrico ISQ - CPR-47	11/07/2023	1.926,68	2.369,82			22/10/2024	1.000,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504527380	10014332-L. LEIXÕES -MERCADORIAS: ESTUDO DE PROCURA +	29/09/2023	40.000,00	49.200,00			22/12/2023	44.280,00	0,00	0,00	nd	nd	4.920,00	0,00	0,00	nd	nd
ATU61915299	10014333-Aquisição de material Frauscher	27/09/2023	79.267,86	79.267,86			19/03/2024	79.267,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB60126315	10014334-L. ALTA VELOCIDADE SOURE/CARREGADO - PLANO D	30/11/2023	267.300,00	328.779,00			22/02/2024	162.225,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10014337-L. ÉVORA - VARIANTE ÉVORA/ÉVORA NORTE - PIP KM	10/07/2023	2.500,00	3.075,00			08/02/2024	3.075,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10014339-CAMPANHA EXTERNA DE REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES	09/11/2023	98.745,00	121.456,35			07/06/2024	121.456,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10014342-Aquisição de rebite, esticador, comando e peças de susper	11/07/2023	5.010,02	6.162,32			20/06/2024	6.162,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10014343-Manutenção da viatura 05-ZQ-46	04/07/2023	662,39	814,74			14/09/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	991,54	0,00	0,00	nd	nd
PT504981960	10014346-Serviços de Registo de Marcas	05/07/2023	4.500,00	5.535,00			24/08/2023	430,50	0,00	0,00	nd	nd	3.119,65	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014360-AD 14220903 -Reabilitação do sistema SLAT DRSTM-213	13/07/2023	5.052,00	5.052,00			31/01/2024	5.052,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505194350	10014362-AQUISIÇÃO SPARES SISTEMAS SEMAFÓRICOS	20/02/2024	9.990,00	12.287,70			25/04/2024	12.287,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504813480	10014363-RSE- REDE DE SUPORTE À EXPLORAÇÃO - RENOVAC	23/11/2023	178.957,91	220.118,23			29/02/2024	254.084,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509937349	10014369-Prestação de Serviços de Manutenção da Aplicação de Ge	04/10/2023	12.000,00	14.760,00			17/05/2024	11.994,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508897133	10014375-Migração equipamentos bastidores e AVAC-IPP Remodela	04/07/2023	4.354,82	5.356,43			19/10/2023	815,00	0,00	0,00	nd	nd	4.741,43	0,00	0,00	nd	nd
PT513979921	10014378-EN4 - VARIANTE DA ATALAIA - AUDITORIA SEGURANÇ	21/09/2023	17.600,00	21.648,00			30/04/2024	8.659,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501941231	10014385-Renovação do Licenciamento de Software ESRI -2023/202	08/10/2023	312.302,00	384.131,46			08/12/2023	110.577,00	0,00	0,00	nd	nd	371.831,46	0,00	0,00	nd	nd
PT509477631	10014388-L. NORTE – PH AO PK151+463 - REABILITAÇÃO	09/10/2023	57.982,75	57.982,75			29/12/2023	40.601,84	0,00	0,00	nd	nd	17.380,91	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10014391-EN263 - VARIANTE A ALJUSTREL	25/03/2024	8.496.000,00	8.496.000,00	707/2024	05/06/2024	28/10/2024	972.628,14	14.241,55	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10014392-L. CASCAIS - ESTAÇÃO DE SANTOS - PSP - SUBSTITUI	07/12/2023	28.000,00	34.440,00			05/04/2024	28.597,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509092217	10014394-CONSULTORIA DE ENGENHARIA - REFORÇO DA EQUI	07/09/2023	133.320,00	163.983,60			25/12/2023	98.043,30	0,00	0,00	nd	nd	1.771,20	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10014415-AD 11220904 - Aquisição de misturas betuminosas a frio p	10/07/2023	4.863,60	5.982,23			29/02/2024	5.982,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10014430-Prestação de Serviços para trabalhos de levantamento das	29/09/2023	4.350,00	5.350,50			26/03/2024	5.350,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505067064	10014431-Custódia e Tratamento de Documentação Técnica - Arquiv	11/04/2024	75.337,00	92.664,51			19/12/2024	11.751,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10014432-Aquisição de travessas bibloco para a Linha do Douro Marc	27/06/2024	156.285,00	192.230,55			17/09/2024	192.230,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10014443- Alojamento para H. Porto Antas – 19-06-2023 a 22-06-202	10/07/2023	147,51	156,36			31/01/2024	156,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10014447- AT-SIP Prestação Serviços 2ª linha aos sistemas de Teleo	15/11/2023	4.895,00	6.020,85			08/03/2024	6.020,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10014458-AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MISTURAS BETUMINO	23/10/2023	18.796,40	23.119,57			06/02/2024	37.450,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10014460-Aquisição de aparelho de imobilização temporário de lança	09/10/2023	92.700,00	114.021,00			19/09/2024	114.021,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT505223732	10014464-Aquisição de barretas para carril 60E1	15/11/2023	89.730,00	110.367,90			21/11/2024	110.367,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	10014468-L.DOURO – TROÇO CAÍDE/MARCO - ASSISTÊNCIA TÉC	16/08/2023	27.105,88	33.340,23			19/09/2023	11.808,00	0,00	0,00	nd	nd	11.113,41	0,00	0,00	nd	nd
PT513994688	10014471-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	18/07/2023	4.975,00	6.119,25			21/11/2023	167,64	0,00	0,00	nd	nd	5.620,01	0,00	0,00	nd	nd
PT505115093	10014479-L. DOURO - ESTAÇÕES DE LIVRAÇÃO E VILA MEÁ - CO	15/11/2023	95.189,50	95.189,50			20/06/2024	95.189,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESW0173208J	10014480-Auditoria de supervisão da certificação da IP como Entidad	01/11/2023	6.730,00	6.730,00			22/02/2024	6.730,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509117660	10014481-AQUISIÇÃO DE VIDEOWALL - 9 PAINÉIS 55VSH7J	06/11/2023	19.070,10	23.456,22			23/02/2024	23.456,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501340114	10014487-L. SINTRA - SANTA CRUZ DAMAIA - FISCALIZAÇÃO - BE	17/01/2024	31.179,00	38.350,17			09/05/2024	36.073,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10014488- Linha da Beira Alta - Mangualde - Fornecimento e instalaç	24/07/2023	4.975,00	6.119,25			23/02/2024	6.119,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10014494-L. NORTE - PK232,500 AO PK291,000 - SUBSTITUIÇÃO D	23/10/2023	784.254,80	784.254,80	2342/2023	02/02/2024	21/02/2024	780.957,20	29.925,40	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503465976	10014495- IPP - REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DOS EDIFÍCIOS	03/08/2023	4.692,00	5.771,16			31/01/2024	5.771,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503150371	10014499-Aquisição de Certificados Digitais Qualificados Profissionais	26/07/2023	1.675,80	2.061,23			31/01/2024	343,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805858	10014505-EN109 - ROTUNDA KM137+700 - ATUALIZAÇÃO VOLUM	03/08/2023	2.000,00	2.460,00			19/10/2023	1.476,00	0,00	0,00	nd	nd	984,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10014508-EN222, KM 207+000 AO 214+500. ESTABILIZAÇÃO DO T	12/03/2024	453.859,30	453.859,30			04/07/2024	453.859,30	-3.785,53	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507410785	10014515-R. ALFARELOS - ESTUDO DE PROCURA + ACB	14/10/2023	125.000,00	153.750,00			31/01/2024	153.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504527380	10014521-ANÁLISES ADICIONAIS PARA A UTAP NO EIXO PORTO-	07/11/2023	79.000,00	97.170,00			22/12/2023	22.509,00	0,00	0,00	nd	nd	72.570,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502842725	10014525-Reparação de avaria ar condicionado do EM-120	20/07/2023	625,20	769,00			31/01/2024	769,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014532-1 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	64.498,50	64.498,50			31/05/2024	63.026,28	3.601,17	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10014532-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	106.441,40	106.441,40			05/04/2024	58.246,56	3.252,71	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10014532-3 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	99.124,70	99.124,70			17/05/2024	55.934,12	3.211,66	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014532-4 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	91.611,25	91.611,25			31/05/2024	66.147,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014532-5 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	114.493,75	114.493,75			31/05/2024	89.300,95	1.645,13	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014532-6 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	03/01/2024	64.915,50	64.915,50			31/05/2024	45.984,47	2.317,75	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508096855	10014533-1 - Processo de Migração para a Solução SAP S/4HANA	19/07/2024	5.993.655,41	7.372.196,15	2001/2024	23/09/2024	31/12/2024	1.204.587,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508096855	10014533-1 - Processo de Migração para a Solução SAP S/4HANA	19/07/2024	0,00	0,00	2001/2024	23/09/2024	31/12/2024	1.096.501,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505259397	10014537-Deslocação a Madrid do Senhor Enq.º Mário Fernandes pa	18/07/2023	563,50	693,11			31/01/2024	563,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514795085	10014547-VIDEOMONITORIZAÇÃO CONTRATO MANUTENÇÃO E /	27/11/2023	115.370,80	141.906,08			06/02/2024	141.906,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505259397	10014557-Deslocação a Paris - Enq.ª Andreia Grossinho e Enq.ª Mari	27/07/2023	1.052,00	1.052,00			31/01/2024	1.052,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508050413	10014558-Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário,	11/09/2023	11.372,34	13.987,98			08/12/2023	7.285,09	0,00	0,00	nd	nd	6.680,02	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10014570-L. MINHO - TROCO CONTUMIL A ERMESINDE ESTUDO	16/11/2023	125.000,00	153.750,00			22/12/2023	104.550,00	0,00	0,00	nd	nd	49.200,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509198520	10014571-Reparação de drone DJI Matrice 300 RTK e máquina fotog	02/11/2023	5.268,28	6.479,98			06/02/2024	6.479,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10014572-Aquisição de palmilha ZW 700	17/01/2024	80.100,00	98.523,00			20/06/2024	98.501,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	10014573-L. DOURO - APEADEIRO DE OLIVEIRA - CONSTRUÇÃO	27/11/2023	67.974,88	67.974,88			27/05/2024	64.636,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	10014580-RAP A23- EXPLORAÇÃO DA REDE EM MINIMOS OPERA	20/03/2024	816.951,00	816.951,00	703/2024	06/05/2024	31/05/2024	741.707,24	30.614,29	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504521861	10014581-L. NORTE - PN AO PK60+090 - SANTANA-CARTAXO - AL	10/08/2023	725,00	891,75			31/01/2024	891,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10014584-L. SINES - R. DA PETROQUÍMICA - REABILITAÇÃO - EXE	17/05/2024	5.300.000,00	5.300.000,00	1337/2024	18/07/2024	15/10/2024	1.114.480,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	10014586-ER348 - PONTE SOBRE O RIO ZÊZERE (KM87+690) - AS	23/10/2023	28.000,00	34.440,00			23/02/2024	34.440,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10014588-L. CINTURA - DESNIVELAMENTO FERROVIÁRIO DE ALC	09/10/2023	47.000,00	57.810,00			08/02/2024	57.810,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10014598-L. ÉVORA – KM 121 E 124 - VARIANTE ÉVORA/ÉVORA N	04/08/2023	2.200,00	2.706,00			29/02/2024	2.706,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10014607-L. NORTE - PK223+439 - VILELA - PASSAGEM SUPERIO	07/08/2023	38.045,00	46.795,35			08/02/2024	46.795,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10014608-Alojamento para Hotel Inatel Albufeira – 12/07/2023 a 14/0	22/08/2023	170,56	180,79			20/09/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	143,73	0,00	0,00	nd	nd
PT503460915	10014609- R. BRAGA - ESTAÇÃO DE BRAGA - REPARAÇÕES DIVE	15/11/2023	79.086,00	79.086,00			27/08/2024	79.086,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501333410	10014619-Reparação viatura Mercedes 97-GN-04	22/08/2023	975,15	1.199,43			31/01/2024	1.475,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515811990	10014620-IC35-LIGAÇÃO RANS-ENTRE-OS-RIOS-AUDITORIA DE S	06/12/2023	26.800,00	32.964,00			30/04/2024	3.296,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504803468	10014621-EN103 - VINHAIS - BRAGANÇA - REQUALIFICAÇÃO E VIA	19/12/2023	43.200,00	53.136,00			08/03/2024	34.007,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10014624-L.OESTE – PROLONGAMENTO DA A7 – RESTABELECIM	25/08/2023	4.960,00	6.100,80			05/10/2023	2.111,66	0,00	0,00	nd	nd	3.989,13	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	10014625-L.OESTE — RESTABELECIMENTO CONCELHO SINTRA	08/08/2023	4.960,00	6.100,80			10/10/2023	1.994,32	0,00	0,00	nd	nd	3.988,89	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	10014626-L. OESTE – MAFRA - PROLONGAMENTO DA ASSISTÊN	08/08/2023	2.344,98	2.884,33			29/09/2023	1.442,16	0,00	0,00	nd	nd	1.442,16	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10014634-Manutenção de Contentores na PN ao PK 29+887, da Linh	11/08/2023	1.330,00	1.635,90			20/10/2023	258,30	0,00	0,00	nd	nd	516,60	0,00	0,00	nd	nd
PT506394514	10014637-EN116 - KM0+760 – BARREIRA ACÚSTICA	06/09/2024	119.075,00	119.075,00			27/12/2024	119.075,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503440892	10014641-Linha do Norte - Estação de Aveiro - Remodelação do siste	14/10/2023	94.998,89	94.998,89			29/02/2024	94.998,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10014644-2 - EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	18/09/2024	1.125.913,67	1.193.468,49			27/12/2024	27.808,65	141,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	10014644-3 - EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	26/07/2024	1.068.435,00	1.132.541,10	2042/2024		13/12/2024	27.863,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504338854	10014644-4 - EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	07/08/2024	1.068.578,70	1.132.693,42	1		30/12/2024	62.667,60	793,99	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10014644-5 - EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	17/09/2024	860.838,86	912.489,19			27/12/2024	55.468,15	241,48	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10014646-L.NORTE - PH AO PK62,258 - SUBSTITUIÇÃO	19/02/2024	42.764,00	52.599,72			09/05/2024	42.722,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	10014652-AUDITORIA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA: MELHORIA	02/02/2024	14.990,00	18.437,70			28/03/2024	9.223,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10014653-AQUISIÇÃO IT DE SUPORTE PARA APPS FERROVIÁRIA	17/06/2024	171.910,42	211.449,82			29/11/2024	211.449,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10014655-1 - Aquisição de Serviços para a Manutenção de Instalaçõe	26/02/2024	2.611.000,00	3.211.530,00	668/2024	19/06/2024	24/10/2024	217.391,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10014655-2 - Aquisição de Serviços para a Manutenção de Instalaçõe	26/02/2024	2.276.000,00	2.799.480,00	679/2024	28/06/2024	13/12/2024	238.845,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10014655-3 - Aquisição de Serviços para a Manutenção de Instalaçõe	26/02/2024	1.952.000,00	2.400.960,00	692/2024	19/06/2024	30/09/2024	188.818,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT147087066	10014657-Manutenção da viatura 17-JN-46	22/08/2023	237,04	291,56			31/01/2024	358,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10014662-Alojamento para Inatel Caparica - 17/07/2023 a 27/07/2023	22/08/2023	377,36	400,00			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	371,00	0,00	0,00	nd	nd
PT164981020	10014672-Aquisição de Barras Zincadas	11/08/2023	232,00	285,36			08/03/2024	285,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10014674-Alojamento para Hotel Porto Antas – 19/07/2023 a 20/07/2	22/08/2023	49,17	52,12			31/01/2024	52,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949112	10014679-Estação do Rossio - Instalação de chiller provisório	18/09/2023	16.890,00	20.774,70			23/02/2024	20.774,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10014683-Aquisição de Grampo Nabla e placas isolantes Nabla	26/06/2024	644.600,00	792.858,00			27/12/2024	792.858,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10014684-Reparação da viatura 40-IN-35	22/08/2023	349,00	429,27			14/11/2024	528,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014688-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Saldanha - 17/07/2023	22/08/2023	1.180,08	1.250,88			29/09/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	660,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014689-Alojamento para Stay Hotel Porto Centro Trindade - 19/07/	22/08/2023	196,68	208,48			21/11/2023	52,00	0,00	0,00	nd	nd	156,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014690-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 17/07/2023	22/08/2023	1.273,59	1.350,01			20/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.272,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513652949	10014692-Prestação de Serviços de Produção de Audiovisuais – Mod	08/11/2023	19.825,00	24.384,75			22/12/2023	2.121,75	0,00	0,00	nd	nd	2.121,75	0,00	0,00	nd	nd
PT502575662	10014722-Aquisição de vários componentes para aparelhos de via	14/12/2023	45.506,42	55.972,90			05/12/2024	22.892,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10014727- Linha do Minho - Estação de Campanhã - Reparações est	24/08/2023	4.910,00	6.039,30			23/02/2024	6.039,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502605731	10014728-renovação licenciamento Uipath	08/12/2023	30.705,00	37.767,15			26/03/2024	37.767,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513654305	10014730-Aquisição de Serviços de produção e realização de filme d	18/08/2023	4.000,00	4.920,00			23/02/2024	4.920,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502605731	10014733-Manutenção do portfolio RPA	18/12/2023	19.280,00	23.714,40			20/06/2024	17.026,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10014734-L. MINHO ESTACÃO VALENCA - REABILITACÃO DA COE	24/05/2024	62.610,00	77.010,30			29/11/2024	22.140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10014736-Desenvolvimento e implementação dos projetos e ações d	12/01/2024	477.750,00	587.632,50			30/04/2024	296.264,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10014742-Manutenções de MPS Vagões da CL-ARM	25/08/2023	4.642,20	5.709,91			08/12/2023	3.689,63	0,00	0,00	nd	nd	1.776,42	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	10014744-Aquisição da "Prestação integrada de serviços de cobrança	21/12/2023	6.675.000,00	8.210.250,00	2802/2023	14/02/2024	14/06/2024	2.084.099,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-4 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	140,00	172,20			27/05/2024	43,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-5 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	12.000,00	14.760,00			08/03/2024	786,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-6 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	150,00	184,50			21/11/2024	0,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-7 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	50,00	61,50			27/05/2024	9,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500077568	10014753-9 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	9.000,00	11.070,00			08/03/2024	7.599,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-10 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	725,63	892,52			29/10/2024	2,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-11 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	1.620,00	1.992,60			08/03/2024	30,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-12 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	150,00	184,50			08/03/2024	58,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-13 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	950,00	1.168,50			08/03/2024	607,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-14 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	650,00	799,50			08/03/2024	2.364,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-15 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	4.920,00	6.051,60			08/03/2024	3.989,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-16 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	190,00	233,70			30/04/2024	50,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-17 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	3.000,00	3.690,00			08/03/2024	3.119,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-18 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	30.000,00	36.900,00			08/03/2024	13.615,98	12,56	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-19 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	5.454,24	6.708,72			08/03/2024	2.574,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-20 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	500,00	615,00			08/03/2024	464,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-22 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	10,00	12,30			25/04/2024	3,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	10014753-23 - Prestação de serviços Postais para a IP, IPE, IPP e IPT	05/01/2024	2.159,32	2.655,96			08/03/2024	2.865,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500588785	10014757-Reparação de portátil Dell XPS ST	14/09/2023	302,27	371,79			05/12/2024	371,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506265447	10014758-L. ALTA VELOCIDADE - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA	17/11/2023	188.900,00	232.347,00			31/01/2024	179.611,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	10014760-AD 11220904 - Aquisição de misturas betuminosas a frio p	18/08/2023	4.696,92	5.777,21			25/12/2023	3.857,90	0,00	0,00	nd	nd	1.919,32	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10014765-L. VOUGA - AQUISIÇÃO DE CONTENTORES DE APOIO	23/11/2023	65.000,00	79.950,00			08/03/2024	79.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502684216	10014769- AD15220907 - Aquisição de material consumível - Parafus	12/09/2023	1.978,42	2.433,46			19/10/2023	-293,04	0,00	0,00	nd	nd	2.433,46	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10014772-Encaminhamento a destino final licenciado de resíduos não	25/08/2023	2.160,00	2.289,60			05/04/2024	2.289,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CH106183230	10014775-Renovação de duas licenças de Viriato 8 – 2024	10/01/2024	7.830,00	7.830,00			27/02/2024	7.830,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10014777- Substituição de Baterias em fim de vida nas Subestações	24/11/2023	119.771,08	147.318,43			28/03/2024	147.318,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510416268	10014781-Custos de transporte - DESCO 10014191 "Aquisição de rel	10/10/2023	2.100,00	2.583,00			25/04/2024	2.583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503804428	10014784-Aquisição de rachão para a reparação da PH ao 161+554	31/08/2023	90,00	110,70			14/03/2024	110,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10014788-Alojamento para H. Inatel Albufeira – 08-08-2023 a 17-08-	30/08/2023	127,92	135,60			29/09/2023	47,91	0,00	0,00	nd	nd	95,82	0,00	0,00	nd	nd
CHE103059326	10014790-NOVA LINHA PORTO-LISBOA - AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃ	09/02/2024	8.477.500,00	10.427.325,00	446/2024	19/04/2024	08/07/2024	1.518.775,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014793-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto – 08-08-2023 a	30/08/2023	283,02	300,00			20/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	265,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10014797-L. LESTE E R.PORTO DE AVEIRO- PONTÕES MARIA LUI	04/12/2023	44.400,00	54.612,00			08/02/2024	34.686,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10014802-Alojamento para Hotel Dom Hotel – 08/08/2023 a 09/08/20	28/08/2023	45,28	48,00			29/09/2023	3,37	0,00	0,00	nd	nd	31,80	0,00	0,00	nd	nd
CA861863777	10014811-Renovação da subscrição do software Devolutions	29/08/2023	1.100,00	1.353,00			28/02/2024	1.098,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506338673	10014814-MIGRAÇÃO DA PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO PGI F	20/08/2024	323.200,01	397.536,01			31/10/2024	16.555,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE09690921E	10014821-Aquisição de 1000 créditos Autodesk (Tokens)	14/09/2023	2.750,00	3.382,50			28/03/2024	2.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10014822-Aquisição de chavetas, anilhas, porcas e parafusos	18/09/2023	2.783,87	3.424,16			08/12/2023	670,98	0,00	0,00	nd	nd	193,42	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10014823-Aquisição de chavetas, anilhas e selo de chumbo	20/09/2023	366,60	450,92			08/12/2023	36,53	0,00	0,00	nd	nd	24,35	0,00	0,00	nd	nd
PT505223732	10014826-Aquisição de cantoneiras e ganchos M20 para pontes metá	26/01/2024	54.589,00	67.144,47			28/06/2024	47.478,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502563664	10014828-Prestação de Serviços de Avaliação da Legionella nas Inst	24/09/2024	412.365,00	507.208,95			30/12/2024	18.468,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516711261	10014829-MODELAÇÃO E SIMULACÕES DE INTEROPERABILIDAD	23/02/2024	70.000,00	86.100,00			13/08/2024	8.610,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE811163358	10014831-Taxa Anual do Seguro AIR Plus	30/08/2023	100,00	100,00			13/03/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501201572	10014832-Aquisição de placa e palmilhas ZW	05/01/2024	57.465,00	70.681,95			30/05/2024	70.681,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	10014833-EN125 - VARIANTE A OLHÃO	07/03/2024	14.405.000,00	14.405.000,00	651/2024	01/07/2024	20/11/2024	1.442.589,89	26.841,16	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ATU63254329	10014836-Transporte, reparação de anomalia e atualização de softw	06/09/2023	7.552,00	7.552,00			28/06/2024	7.552,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507159683	10014837-Fornecimento, armazenamento, administração da vacina c	16/10/2023	15.699,60	15.699,60			22/12/2023	336,42	0,00	0,00	nd	nd	7.345,17	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10014840-Aquisição de magnetos de via para a Linha de Cascais "No	10/04/2024	719.791,20	885.343,18			31/12/2024	885.343,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505216035	10014841-MANUTENÇÃO SISTEMA EASYTOLL - 2024/2026	12/01/2024	65.499,84	80.564,80			17/05/2024	24.617,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10014842-Revisão de Manutenção 1000ht LOCOTRATOR ZEPHIR	06/09/2023	4.642,18	5.709,88			22/02/2024	5.709,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10014843-Substituição 4 Pneus viatura 01-81-TI	05/09/2023	390,24	480,00			28/06/2024	480,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507349601	10014846-MANUTENÇÃO PLATAFORMA DRIVE - 2024	15/12/2023	99.263,48	122.094,08			30/04/2024	122.094,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
SE556133050601	10014847-Assistência Técnica e Manutenção do Perfilómetro a Laser	28/02/2024	128.000,00	128.000,00			31/12/2024	37.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10014848-EN241, KM013+555, PASSAGEM HIDRÁULICA. EN2, KM3	14/06/2024	849.416,07	849.416,07	1546/2024	02/09/2024	21/11/2024	430.123,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500492476	10014850-EM120 - Reparação do sistema CPS202	20/09/2023	7.667,00	9.430,41			08/03/2024	9.430,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	10014851-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	09/10/2023	195.000,00	239.850,00			29/02/2024	238.432,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502960973	10014854-Aquisição de broca cone morse 4 Ø33 mm, grampo de ma	26/09/2023	2.647,70	3.256,67			31/01/2024	3.111,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501530932	10014857-Renovação de Avença de apoio e manutenção ao Gesven	17/11/2023	66.900,00	82.287,00			30/04/2024	82.287,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500298980	10014859-Aquisição de mó cilíndrica, disco lamelado, disco de corte	26/09/2023	5.616,00	6.907,68			06/02/2024	6.883,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10014863- AT-ENE- CONTRATO DE MANUTENÇÃO TLC STI 2023	08/11/2023	105.860,00	130.207,80			06/02/2024	130.207,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10014866-Deslocação a Duesseldorf na Alemanha do Eng.º Luís Cur	22/09/2023	215,00	264,45			25/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	212,20	0,00	0,00	nd	nd
PT501333410	10014867-Reparação da Viatura matrícula 97-GN-04	18/12/2023	9.657,11	11.878,25			30/04/2024	14.610,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513438866	10014869-Aquisição de transformador de tensão, tipo E52CV	21/11/2023	16.950,00	20.848,50			24/05/2024	20.848,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501139443	10014877- Aquisição de transformador de tensão, tipo BBY2	27/11/2023	38.340,00	47.158,20			30/08/2024	47.158,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500133336	10014881-Aquisição de tinta epoxídica hempadur 45143	04/10/2023	2.985,00	3.671,55			31/01/2024	3.671,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510827837	10014885-R. PORTALEGRE - ESTACÃO DE ESTREMOZ - MANUTE	23/05/2024	59.963,30	59.963,30			21/11/2024	37.277,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10014897-Aquisição de tinta, lixas, braçadeira com serrilha e vela NGI	12/10/2023	3.664,76	4.507,65			22/12/2023	1.626,88	0,00	0,00	nd	nd	193,37	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10014898-Revisão de Manutenção Dresinas DP-215 e DP-225	20/09/2023	7.980,06	9.815,47			23/02/2024	9.815,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504344285	10014905-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	30/11/2023	40.100,00	49.323,00			26/03/2024	12.800,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10014910-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto – 21-08-2023 a	11/09/2023	424,53	450,00			20/02/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10014919-Aquisição de cabo flexível para grupo esmerilagem	29/09/2023	3.100,00	3.813,00			31/01/2024	3.813,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502616741	10014921-Aquisição de USB KVM extender	26/09/2023	3.626,80	4.460,96			31/01/2024	4.460,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10014929-Aquisição de travessas de carvalho e Azobé	06/06/2024	1.102.710,54	1.356.333,96	1767/2024	20/09/2024	31/12/2024	39.087,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502037881	10014932-serviços de manutenção da solução de Gestão de Termina	28/11/2023	29.000,00	35.670,00			05/04/2024	35.670,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	10014934-CAMPUS DO PRAGAL - EDIFÍCIO 5 - MELHORIA DAS CC	25/03/2024	29.954,95	29.954,95			20/08/2024	29.954,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501617280	10014936-Empreitada de Reparação da PH ao 167+375 da Linha de	16/10/2023	9.950,00	9.950,00			06/02/2024	9.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501493336	10014940- AD13220901 - Fornecimento de Colunas de Iluminação P	20/09/2023	1.080,00	1.328,40			23/02/2024	1.328,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10014943-Aquisição de lanterna led 24V SCAE vermelha	19/09/2023	5.000,00	6.150,00			23/02/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508706114	10014944-Ano letivo 2023/2024 - aulas de expressão musical - creche	20/09/2023	439,02	539,99			21/11/2023	221,40	0,00	0,00	nd	nd	442,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10014945-RSE -AQUISIÇÃO DE CPES (2023)	30/10/2023	32.554,61	40.042,17			23/02/2024	40.042,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10014946-Manutenções de MPS nos veículos VCC-104 e R-012	18/09/2023	4.273,00	5.255,79			27/12/2023	1.600,38	0,00	0,00	nd	nd	3.655,41	0,00	0,00	nd	nd
PT501900004	10014950- AD15220907 - Aquisição de óleo para bombas submersív	02/10/2023	156,80	192,86			31/01/2024	192,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501814957	10014954-AD11220906 - Peritagem - PROC.º N.º 651/21.0BEPNF	19/12/2023	3.500,00	4.305,00			09/04/2024	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	10014956-CAMPUS DO PRAGAL-INSTALAÇÃO DE CABIDE REBAT	12/10/2023	1.163,76	1.431,42			08/03/2024	1.431,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507620232	10014957- AD11220906 - A24 - Remoção de uma viatura abandonad	31/10/2023	114,50	140,84			31/01/2024	140,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501968326	10014961- Renovação contrato de continuidade Primavera 2023/2024	21/09/2023	501,03	616,27			08/03/2024	616,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516041452	10014963-AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA 3D BLOCKS R21	12/10/2023	2.780,00	3.419,40			31/01/2024	3.419,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503213322	10014965-Aquisição de FR. INF. "QUEBRAR EM CASO DE EMERGÊ	06/10/2023	7.950,00	9.778,50			31/01/2024	9.778,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517161842	10014970- AD11220906 - A21 - Trabalhos de limpeza de lixos pontua	04/10/2023	9.920,00	12.201,60			05/04/2024	12.201,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501189912	10014971- AD 2023 - Programa de Inspeção de Vias no Distrito de Fa	20/09/2023	96,00	101,76			26/01/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501081852	10014972- AD 2023 - Programa de Inspeção de Vias no Distrito de Fa	20/09/2023	141,51	150,00			26/01/2024	150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501814957	10014973-Reconstituição acidente de viação - EN14, Maia - Parecer T	20/09/2023	3.000,00	3.690,00			09/04/2024	3.690,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE183504341	10014975-SKM-Veículo de inspeção aquisição de pneus de medição	09/10/2023	2.943,00	2.943,00			30/08/2024	2.943,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504081349	10014978- AD11220906 - Serviços de reboque de viaturas na Rede R	04/10/2023	300,00	369,00			08/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	184,50	0,00	0,00	nd	nd
PT503850128	10014980-Estações de Braga e Ermesinde, CCOP e COG – Higieniza	20/09/2023	2.225,35	2.737,18			06/02/2024	2.737,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10014983-AT-TEL - Equipamento de rádio para manutenção do CLN	04/10/2023	4.851,25	5.967,04			08/03/2024	5.967,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505772329	10014984-Serviços de administração SAP e Bases de Dados 2024	05/01/2024	60.582,24	74.516,16			05/04/2024	68.747,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508714133	10014991-L. LESTE - ESTAÇÃO DE ELVAS - AUMENTO DO COMPI	06/12/2023	243.301,80	299.261,21			31/01/2024	299.261,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888682	10014992-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais doméstic	26/09/2023	4.620,00	5.682,60			31/01/2024	4.870,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508050413	10014993-Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário,	22/01/2024	26.077,44	32.075,25			28/03/2024	30.592,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	10014995-TÚNEL DO GRILO - REPARAÇÃO CONTROLADOR FIBR	22/11/2023	9.780,00	12.029,40			13/08/2024	12.029,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506334562	10014997-AD 14220903 - Recolha e Incineração animais entre julho	06/11/2023	336,00	413,28			14/03/2024	413,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504601725	10015004-Manutenção viatura AU-41-DT	28/09/2023	424,72	522,41			23/02/2024	522,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502550066	10015005-Carga, transporte e tratamento em destino final de resíduo	10/10/2023	753,35	926,62			26/03/2024	798,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503183210	10015009-NOVA LINHA AV PORTO-LISBOA - PORTO(CAMPANHÃ)	03/11/2023	10.000,00	12.300,00			05/04/2024	12.300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10015017-Alojamento para H. D. João – 04-09-2023 a 15-09-2023	28/09/2023	1.882,28	1.995,22			17/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.016,54	0,00	0,00	nd	nd
PT504646656	10015030-AT-ENE - Aquisição de baterias para Telecomando	12/02/2024	18.355,90	22.577,76			07/06/2024	22.577,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501081479	10015031-Alojamento para H. Samasa – 04-09-2023 a 08-09-2023	26/09/2023	603,84	640,07			31/01/2024	678,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015033-Alojamento para Hotel Lagoa - 12/09/2023 a 30/09/2023	26/09/2023	801,89	850,00			25/04/2024	901,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015035-Alojamento para Stay Hotel Guimarães - 11/09/2023 a 15/(	26/09/2023	644,34	683,00			27/02/2024	677,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504589759	10015037-Aquisição de 5 licenças SAP Hub Learning	10/01/2024	13.800,00	16.974,00			25/04/2024	16.974,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510288480	10015038-Aquisição de caixas de armazenamento de materiais CEN	02/10/2023	4.924,50	6.057,14			06/02/2024	6.057,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB60126315	10015039-L. ALTA VELOCIDADE - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE C	06/10/2023	28.500,00	35.055,00			22/02/2024	28.500,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015043-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 04/09/2023	26/09/2023	1.367,93	1.450,01			27/02/2024	1.537,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505040590	10015045- AT-ENE – Aquisição e instalação de controladores para Si	17/10/2023	4.568,00	5.618,64			23/02/2024	5.618,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515823368	10015046-EN253 - KM36+530 A KM45+730-ESTABILIZAÇÃO DE TA	01/02/2024	38.470,00	47.318,10			30/07/2024	38.216,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513994688	10015047-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	29/12/2023	11.736,93	14.436,42			31/01/2024	7.799,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015049-Deslocação a Estocolmo de 22 a 26/11/2023 - Enq. João F	03/11/2023	805,80	991,13			25/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	803,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	10015051-L. DOURO - COMPLEXO ESTAÇÃO DA RÉGUA	08/02/2024	62.012,50	76.275,38			05/04/2024	76.275,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10015052- AD2023 - EN2 Ponte de Odivelas ao Km 581+760 - Coloc	27/09/2023	9.976,45	9.976,45			31/05/2024	9.976,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	10015054-L. DOURO - PLATAFORMA E ESTABILIZAÇÃO DE TALUI	23/02/2024	61.155,00	75.220,65			05/04/2024	75.220,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510278485	10015056-Desenvolvimento de Robot SCEP	13/12/2023	8.600,00	10.578,00			17/05/2024	9.348,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507201876	10015057-LBB. Implementação Rebranding 15 estações 2023	13/10/2023	3.023,60	3.719,03			31/01/2024	3.719,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513139222	10015058-AT-TEL - FORNECIMENTO DE NOVA VERSÃO DE SOFT	29/11/2023	14.995,00	18.443,85			29/02/2024	18.443,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10015061-L. SINTRA, L. CINTURA E C. XABREGAS - REMODELAC/	08/07/2024	690.916,97	849.827,87			24/10/2024	198.478,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10015062-Seguro Automóvel Frota - 1.º Semestre de 2024	29/12/2023	251.829,80	251.829,80			06/05/2024	177.025,71	-598,19	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10015062-Seguro Automóvel Frota - 1.º Semestre de 2024	29/12/2023	26.661,44	26.661,44			06/05/2024	25.147,42	-85,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10015062-Seguro Automóvel Frota - 1.º Semestre de 2024	15/12/2023	0,00	0,00			25/04/2024	19.522,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB60126315	10015064-L. ALTA VELOCIDADE - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE G	13/10/2023	28.500,00	35.055,00			29/10/2024	8.550,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501426230	10015065-Aquisição de bens e prestação de serviços de restauração	12/12/2023	65.184,70	73.658,71			25/04/2024	60.912,16	-4.363,05	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513139222	10015066-AT-TEL - TELEFONIA DE EXPLORAÇÃO - CONTRATO M	31/01/2024	268.000,00	329.640,00			25/04/2024	90.040,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502187610	10015070-Manutenção viatura 98-ZM-79	29/09/2023	2.305,67	2.835,97			23/02/2024	2.836,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502392061	10015072-EN229 - VISEU/SÁTÃO - ELIMINAÇÃO DE CONSTRANGI	12/12/2023	19.980,00	24.576,40			08/03/2024	22.117,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506855155	10015073-Transporte diário de colaboradores e descendentes entre a	29/12/2023	107.930,00	114.405,80			05/04/2024	101.888,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
US135266840	10015074-PONTE 25 DE ABRIL – COMPORTAMENTO ESTRUTURA	27/06/2024	221.375,70	221.375,70			18/10/2024	215.005,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513700960	10015075-VARIANTE DE ALJUSTREL – MELHORIA DAS ACESSIBI	15/01/2024	18.486,00	22.737,78			20/06/2024	11.253,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509323600	10015079-LDOURO – PK107,700 - RECONHECIMENTO GEOLÓGIC	20/12/2023	15.195,00	18.689,85			16/07/2024	13.198,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503074586	10015080-Aquisição de diversos artigos para proteção ao frio - Decath	13/10/2023	2.893,42	3.558,91			15/04/2024	3.558,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510605702	10015081-LL - Terminal de Mercadorias de Leixões - Certificação do I	20/10/2023	1.000,00	1.230,00			12/03/2024	1.230,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514846917	10015082- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	02/10/2023	4.880,00	6.002,40			06/02/2024	6.002,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10015088-Upgrade de armazenamento na Plataforma Eletrónica de (	10/10/2023	4.855,00	5.971,65			31/01/2024	5.971,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015091-Deslocação de 2 colaborares da DCF de 7 a 9 de novemb	26/10/2023	276,00	339,48			23/02/2024	270,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500049572	10015094-Aquisição de cabo armado com isolamento e bainha PVC t	26/01/2024	22.553,27	27.740,52			20/06/2024	27.333,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015095-APPLUS+TST: T23-013-OP6: CURSO CERTIFICADO DE	26/10/2023	828,00	1.018,44			23/02/2024	811,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10015096-AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA CONTAGEM E	20/03/2024	121.817,65	149.835,71			27/08/2024	149.835,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10015097-EN344, KM 86+144, PONTE DA AMOREIRA SOBRE O RI(	27/06/2024	948.034,25	948.034,25	1674/2024	02/08/2024	21/11/2024	488.491,78	3.254,71	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015098- AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Tel	15/11/2023	96.198,00	118.323,54			29/12/2023	78.882,36	0,00	0,00	nd	nd	39.441,18	0,00	0,00	nd	nd
PT500147426	10015099-Aquisição de mangueira borracha p/circ hidr e lubrif	11/10/2023	679,00	835,17			31/01/2024	835,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015113-Aquisição de pala de semáforo redondo policarbonato	12/10/2023	1.929,50	2.373,29			30/08/2024	2.373,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015115-Alojamento para Stay H. Porto Centro Trindade – 18-09-20	09/10/2023	344,19	364,84			27/02/2024	364,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015117-Alojamento para Stay H. Porto Trindade – 21-09-2023 a 22	09/10/2023	49,17	52,12			29/02/2024	52,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10015119-Aquisição de Materiais	13/10/2023	4.998,45	6.148,09			31/01/2024	6.148,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10015120-Aquisição de travessas de betão monobloco polivalentes p	24/05/2024	1.948.700,00	2.396.901,00	1635/2024		25/09/2024	2.045.294,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015126-Alojamento para Hotel Lagoa - 19/09/2023 a 28/09/2023	13/10/2023	141,51	150,00			20/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10015127-Alojamento para Hotel José Régio - 27/09/2023 a 28/09/20	13/10/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10015128-Alojamento para Hotel D. João - 28/09/2023 a 30/09/2023	13/10/2023	87,55	92,80			31/01/2024	49,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015130-Alojamento para Stay H. Lisboa Aeroporto – 18-09-2023 a :	09/10/2023	188,68	200,00			20/02/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10015131-Alojamento para Hotel Imperial - 19/09/2023 a 28/09/2023	13/10/2023	84,90	89,99			26/12/2023	47,70	0,00	0,00	nd	nd	47,70	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015132-Deslocação a Madrid e Barcelona - Espanha - Enq.º José E	31/10/2023	762,40	937,75			31/01/2024	756,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015135-Manutenções de MP3 nos veículos VCC-108 e R-024	11/10/2023	4.273,00	5.255,79			22/02/2024	5.255,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	10015140-Aquisição de isolador de secção 25 KV	05/03/2024	144.650,00	177.919,50			10/12/2024	177.919,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501427511	10015142-Avaliação Legionella Pinhão 2023	13/10/2023	161,54	198,69			31/01/2024	198,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB81283251	10015147-Calibração dos equipamentos ligeiros de medição da geom	20/10/2023	6.290,00	6.290,00			31/12/2024	6.290,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10015151-Revisão de Manutenção Dresina DP-210	11/10/2023	3.990,03	4.907,74			23/02/2024	4.907,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	10015153-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	01/11/2023	343.790,00	422.861,70			31/01/2024	422.861,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10015159- AT-ENE - AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA TELEMÁTIC/	18/04/2024	71.758,16	88.262,54			27/08/2024	88.262,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503734268	10015166-Aquisição consumíveis oficina Centro Limpeza Neve 2023/	23/10/2023	2.432,34	2.991,78			23/02/2024	2.991,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10015167-Aquisição de 7 LCD de 55' e respetivos suportes	18/10/2023	3.451,00	4.244,73			15/12/2023	0,00	73,23	0,00	nd	nd	4.244,73	-84,89	0,00	nd	nd
PT507826507	10015173-EN222 - PONTE DAS BATEIRAS (km 152+490) e SÃO JO	29/01/2024	25.500,00	31.365,00			29/10/2024	3.136,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10015177-L.VENDAS NOVAS - ALTERAÇÃO PPGRCD E AJUSTES	03/11/2023	4.990,00	6.137,70			05/04/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500061866	10015178-AD 14220903 Dois 2 Big Bags Pó de Pedra	13/10/2023	1.300,00	1.599,00			22/12/2023	799,50	0,00	0,00	nd	nd	799,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10015195-L.NORTE - MATO MIRANDA - ELETRIFICAÇÃO DO TOP(	19/10/2023	950,00	1.168,50			31/01/2024	1.168,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502856408	10015196-AD13220901 - Reparação Funcional do Pavimento - IC2/E	19/10/2023	9.767,70	9.767,70			31/01/2024	9.767,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT510843018	10015197-4 - Aquisição de Vestuário de Proteção	07/11/2024	15.405,00	18.948,15			31/12/2024	2.186,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502082917	10015197-5 - Aquisição de Vestuário de Proteção	06/11/2024	98.743,50	121.454,51			31/12/2024	2.898,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504880268	10015198-AD 11220904 Aquisição de Serviços Rotunda final IC2 ace	16/10/2023	1.360,00	1.672,80			31/01/2024	1.672,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504880268	10015201-AD 11220904 Empreitada EN 115-5 ligação ao MARL	16/10/2023	6.959,00	8.559,57			31/01/2024	8.559,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10015203-L. ALGARVE - FARO-VRSA - FURAÇÃO MACIÇOS	07/12/2023	118.445,60	118.445,60			09/05/2024	93.844,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	10015203-L. ALGARVE - FARO-VRSA - FURAÇÃO MACIÇOS	07/12/2023	29.611,40	29.611,40			09/05/2024	23.461,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501251022	10015207- AD2023 - Aquisição de materiais para implementação na F	19/10/2023	1.023,33	1.258,70			31/01/2024	1.258,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503526754	10015209- AD06220902 - Aquisição de lamelas anti encadeamento -	16/10/2023	2.095,00	2.576,85			29/02/2024	2.576,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509502270	10015210- AD06220902 - manutenção preventiva e curativa – Easy T	16/10/2023	3.336,97	4.104,47			31/01/2024	4.104,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204878179	10015211-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	10/01/2024	6.125,00	7.533,75			05/04/2024	3.936,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501251022	10015212-Aquisição de Ferramentas para a Conservação Corrente - I	19/10/2023	1.481,09	1.821,74			31/01/2024	1.821,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10015214-Manutenção viatura matrícula 22-ZP-34	17/10/2023	84,78	104,28			29/02/2024	128,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10015215-Manutenção viatura matrícula 21-ZP-73	17/10/2023	169,56	208,56			29/02/2024	256,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10015219- AT VDM - aquisição de equipamento de videovigilância a ir	25/10/2023	4.803,35	5.908,12			30/08/2024	5.908,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501251022	10015221-Aquisição de consumíveis diversos para a Conservação Co	19/10/2023	450,57	554,20			31/01/2024	554,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137130	10015223-AD 11220904 - Aquisição de Sinalização - Bl's Lisboa - out	30/10/2023	4.996,78	6.146,04			28/03/2024	6.146,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500983363	10015224-L.BEIRA ALTA - CELORICO DA BEIRA A GUARDA - PRO.	18/10/2023	3.450,00	4.243,50			19/04/2024	4.243,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500983363	10015225-L.BEIRA ALTA - CELORICO/GUARDA - DESNIVELAMENT	26/10/2023	9.500,00	11.685,00			31/01/2024	11.685,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137130	10015227-AD 11220904 - Aquisição de Sinalização - Bl's Setúbal - ou	13/12/2023	4.727,71	5.815,08			07/06/2024	5.815,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015231-Deslocação a Astúrias - Espanha - Eng.º José Eduardo Fid	26/10/2023	276,00	339,48			23/02/2024	270,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504889893	10015236- A21 - MIGRAÇÃO VOIP	25/10/2023	4.993,00	6.141,39			31/01/2024	6.141,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015237-Aquisição de 2ª via do certificado de matrícula viatura 03-ZI	27/10/2023	50,00	61,50			05/04/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10015238-Manutenção da viatura 00-82-QG	23/10/2023	166,38	204,65			13/08/2024	204,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT193224658	10015246-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	08/01/2024	5.500,00	6.765,00			31/12/2024	922,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501134530	10015247-Aquisição de material de fundição	26/01/2024	0,00	0,00			04/07/2024	16.498,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015249- Aquisição material reparação furtos SST Foqueteiro	30/10/2023	2.309,38	2.840,54			30/04/2024	2.840,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE217293137	10015250-Licenciamento, Manutenção e Suporte Onko3 2024-2026	11/03/2024	45.330,00	45.330,00			11/07/2024	27.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501914897	10015252- AD17230009 - Fornecimento e montagem de acrílico de A	24/10/2023	380,05	467,46			31/01/2024	467,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT180690124	10015253-Prestação de serviços para o ano 2024 de patrocínio judici	12/01/2024	19.975,00	24.569,25			17/05/2024	12.441,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504344285	10015254-Prestação de serviços para o ano 2024 de patrocínio judici	17/01/2024	50.490,00	62.102,70			22/10/2024	3.807,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015260-Alojamento para H. Lagoa – 02-10-2023 a 31-10-2023	30/10/2023	1.650,95	1.750,01			25/04/2024	1.590,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10015261-Alojamento para H. Lusitânia – 02-10-2023 a 04-10-2023	30/10/2023	166,04	176,00			31/01/2024	186,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506324729	10015262-Aquisição de 60 monitores de 24" - 2023	20/10/2023	4.830,00	5.940,90			29/02/2024	5.941,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500135819	10015263-Aquisição de Equipamento de Mergulho para novo mergulh	26/10/2023	4.826,30	5.936,35			05/04/2024	5.936,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10015265-Aquisição de baterias e headsets - 2023	25/10/2023	4.012,50	4.935,38			08/03/2024	4.935,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015273-Manutenção viatura 05-ZQ-19	20/10/2023	57,93	71,25			23/02/2024	87,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015274-Alojamento para Inatel Caparica – 02-10-2023 a 12-10-202	30/10/2023	330,19	350,00			29/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	318,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513631984	10015277-Avaliação Technology Transactions	20/10/2023	4.800,00	5.904,00			31/01/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015281-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 03/10/2023	31/10/2023	222,22	235,55			22/02/2024	249,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT123339189	10015282-Alojamento para Hotel H.A. Deolinda – 12/10/2023 a 17/10	31/10/2023	188,70	200,02			29/02/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	10015285-AQUISICÃO IT DE SUPORTE PARA APPS FERROVIÁRIA	30/10/2023	3.499,06	4.303,84			21/02/2024	4.303,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10015287-Alojamento para Hotel D. João – 09/10/2023 a 13/10/2023	31/10/2023	919,24	974,39			31/01/2024	1.032,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502544180	10015293-Renovação da ligação correspondente ao serviço 1185445	02/11/2023	3.300,00	4.059,00			29/12/2023	3.439,89	-208,14	0,00	nd	nd	619,14	0,00	0,00	nd	nd
PT503387916	10015294-Aquisição de 6 almofadas para o Infantário "O Ninho III"	25/10/2023	160,00	196,80			09/04/2024	242,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015295-TM Bobadela - Kalmar 458 - Substituição de cablagem do s	30/10/2023	4.513,53	5.551,64			29/02/2024	5.551,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505477416	10015296- AD13220901 - Fornecimento de betuminoso asfáltico de re	30/10/2023	3.430,00	4.218,90			06/02/2024	4.218,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506338673	10015298-Manutenção e Suporte PGI e GCE -2024	15/03/2024	72.000,00	88.560,00			17/05/2024	69.076,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509142230	10015299-AUDITORIA DE SEGURANCA RODOVIÁRIA DA EN344 –	30/01/2024	19.850,00	24.415,50			27/12/2024	12.207,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502225610	10015300-Prestação de Serviços para a Assinatura anual e aquisição	19/02/2024	7.500,00	9.225,00			25/04/2024	7.832,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516081071	10015302-Alojamento para Residencial Cuba Real - 10/10/2023 a 13/	07/11/2023	127,36	135,00			31/01/2024	143,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10015304-Alojamento para Residencial D. Carlos - 06/10/2023 a 07/1	27/10/2023	47,17	50,00			23/02/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015312-Alojamento para Stay Hotel Porto Trindade - 10/10/2023 a	27/10/2023	147,51	156,36			08/12/2023	52,00	0,00	0,00	nd	nd	104,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015313-TM Bobadela - Kalmar 458 - Substituição da Cabo CAN BU	30/10/2023	3.386,67	4.165,60			29/02/2024	4.165,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502225610	10015316-Reforço Verba para aquisição de documentos normativos I	02/11/2023	1.562,42	1.921,78			19/12/2023	210,98	0,00	0,00	nd	nd	176,65	0,00	0,00	nd	nd
PT228187451	10015321-Reparação de rede LAN em diversos locais	30/10/2023	4.665,29	5.738,31			04/10/2024	5.738,31	-1.203,09	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503847674	10015322-ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA	18/12/2023	15.000,00	18.450,00			21/02/2024	18.450,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513936599	10015323-Substituição 2 pneus no atrelado (matrícula SA-1561 8)	31/10/2023	113,82	140,00			23/02/2024	140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB47449772	10015325- Aquisição de Baterias para CCV	06/11/2023	4.995,00	4.995,00			22/02/2024	4.995,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502023449	10015329-Fornecimento dos óleos para o Centro Limpeza de Neve	02/11/2023	1.469,10	1.806,99			30/07/2024	1.807,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015331-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 02/10/2023	07/11/2023	3.490,58	3.700,01			24/11/2023	3.277,93	-68,90	0,00	nd	nd	421,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509477631	10015333-LM - TRATAMENTO DO BETÃO ARMADO NO TÚNEL DE	09/05/2024	300.000,00	300.000,00			06/08/2024	259.662,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505173212	10015334- AD11220906 - Material eléctrico para sistema de iluminaçã	02/11/2023	4.989,80	6.137,45			14/11/2024	6.137,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10015338- AD11220906 - Peritagem automóvel na rede da Alta Prest	02/11/2023	300,00	369,00			31/01/2024	246,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514206764	10015339-NOVA L. ÉVORA - ALANDROAL-LINHA DO LESTE - PEDI	13/11/2023	2.500,00	3.075,00			15/03/2024	3.075,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514206764	10015340-NOVA L. ÉVORA - ALANDROAL-LINHA DO LESTE - PEDI	13/11/2023	2.500,00	3.075,00			15/03/2024	3.075,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514206764	10015341-NOVA L. ÉVORA - ALANDROAL-LINHA DO LESTE - PEDI	13/11/2023	3.500,00	4.305,00			15/03/2024	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015343-Aluguer da viatura 9 lugares para o CAE	27/10/2023	93,78	115,35			31/01/2024	110,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015343-Aluguer da viatura 9 lugares para o CAE	27/10/2023	99,98	122,98			31/01/2024	64,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10015344-Aquisição de 1 frigorífico para o Infantário "O Ninho III" e de	03/11/2023	322,77	397,01			20/12/2023	0,00	-289,00	0,00	nd	nd	289,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	10015345- AD17230009 - Aquisição de Perfis Móveis de Plástico	03/11/2023	1.950,00	2.398,50			29/02/2024	2.398,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10015349-IC8 – KM7+550 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE ESCA	26/03/2024	28.291,00	34.797,93			30/09/2024	25.852,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015354- SIP - Reparação placas alimentação monitores	06/11/2023	2.690,00	3.308,70			18/11/2024	3.308,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503882887	10015362-Renovação Licenciamento SAP2024 e aquisição de 14 lice	27/06/2024	587.557,72	722.696,00			31/10/2024	722.696,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015363-SMARTAROAD - REPARAÇÃO DE POSTO DE OPERAÇÃ	01/02/2024	1.969,21	2.422,13			30/05/2024	2.422,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10015364-Aquisição de 1 frigorífico para as instalações sociais do Ent	03/11/2023	227,40	279,70			23/02/2024	279,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504002686	10015365-Aquisição de serviços de patrocínio judiciário especializado	27/12/2023	75.000,00	92.250,00			05/04/2024	92.250,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505743990	10015368-Aluguer de Plataforma Elevatória - Inspeção Principal ao Vi	15/11/2023	2.450,00	3.013,50			31/01/2024	2.072,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517161842	10015370- AD11220906 - RAP GL - IP 7 - Viaduto de Sete Rios - Insp	06/11/2023	3.500,00	4.305,00			05/04/2024	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515232440	10015372-AD 14220903 Massas Betuminosas Portalegre	06/11/2023	4.800,00	5.904,00			31/01/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516081461	10015373-1 - MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS GEOTÉCNICAS –	29/08/2024	78.400,00	96.432,00			14/11/2024	12.054,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10015373-2 - MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS GEOTÉCNICAS –	31/10/2024	74.690,00	91.868,70			24/12/2024	13.362,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503859486	10015374-Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito do D	28/12/2023	24.000,00	29.520,00			25/04/2024	29.520,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515805017	10015375-Aquisição de Serviço de Clipping e Relatórios de Análise de	17/01/2024	11.316,00	13.918,68			05/04/2024	9.279,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10015377-Manutenção viatura 02-ZQ-94	07/11/2023	78,64	96,73			31/01/2024	118,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT504807323	10015380-Produção de Audiovisuais - Captação de imagens aéreas,	06/11/2023	3.400,00	4.182,00			26/01/2024	4.182,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	10015385-EN378 - SEIXAL (KM0+800) / FERNÃO FERRO (KM10+83	05/02/2024	14.500,00	17.835,00			28/06/2024	14.145,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500942587	10015388- AT-STI - Manutenção corretiva SCADA Túnel Benfica	10/11/2023	2.240,00	2.755,20			19/12/2024	2.755,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT221464638	10015390-Manutenção viatura 10-GO-71	08/11/2023	744,00	915,12			31/01/2024	1.125,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502136090	10015391- AD11220906 - RAP GL - Compra e Fornecimento de Sepa	13/11/2023	4.408,55	5.422,52			23/02/2024	5.422,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516473450	10015393- AD11220906 - Fornecimento de portão de saída de emerg	28/11/2023	3.875,00	4.766,25			23/02/2024	4.766,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505189119	10015394-Manutenção da viatura 40-IN-35	08/11/2023	292,66	359,97			06/02/2024	442,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510253512	10015395-Manutenção viatura Rotativa Fresadora de Neve 86-ZQ-58	09/11/2023	748,82	921,05			31/01/2024	921,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504135317	10015398- Renovação licenciamento Siawise 2024	09/11/2023	660,00	811,80			08/03/2024	811,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500001529	10015399-LV_SISE_Reparação da Rede WiFi_Aquisição cabo	10/11/2023	164,20	201,97			31/01/2024	201,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508726999	10015403-TM Bobadela - Aluguer temporário de equipamento de car	06/02/2024	19.250,00	23.677,50			20/06/2024	23.677,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637729	10015406-Alojamento para H. Império do Norte – 19-10-2023 a 20-10	09/11/2023	150,00	159,00			31/01/2024	168,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015407-Alojamento para H. Lagoa – 24-10-2023 a 26-10-2023	09/11/2023	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508152367	10015410-Alojamento para H. Dta. Paço – 02-11-2023a 03-11-2023	09/11/2023	47,17	50,00			31/01/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10015411-Alojamento para H Flag Braga – 17-10-2023 a 18-10-2023	09/11/2023	42,07	44,59			31/01/2024	44,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514004185	10015412-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	15/12/2023	207.684,26	255.451,84			29/02/2024	228.700,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503135674	10015413-Levantamento Topo-Batimétrico das Pontes de Portimão	28/11/2023	4.500,00	5.535,00			23/02/2024	5.535,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10015414- Prolongamento da plataforma de passageiros de Tavira. T	20/03/2024	98.300,00	120.909,00			28/06/2024	120.909,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510140807	10015415-Administração de Sistemas TI 2024	08/02/2024	64.800,00	79.704,00			17/09/2024	39.852,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510416288	10015420-Aquisição de módulos, placas, contador de eixos, materiais	08/02/2024	37.060,89	45.584,89			22/07/2024	45.584,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT512103380	10015422-L. DO SUL (TROÇO DESATIVADO) - DESMANTELAMEN	08/01/2024	8.122,00	9.990,06			14/03/2024	9.990,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10015433-Alojamento para H. Flag Braga - 24/10/2023 a 25/10/2023	10/11/2023	84,14	89,19			31/01/2024	89,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015435-Alojamento para Inatel Caparica - 16/10/2023 a 03/11/2023	09/11/2023	801,89	850,00			20/02/2024	901,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015437-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Saldanha - 16/10/2023	10/11/2023	590,04	625,44			08/12/2023	313,00	0,00	0,00	nd	nd	318,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10015439-PF224 1B EP - LAV PORTO / VIGO – TROÇO: BRAGA /	12/03/2024	420.710,00	517.473,30			17/05/2024	258.736,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10015440-IP8(A26) - LIGAÇÃO ENTRE SINES E A2 - LANCO IP8 E	07/06/2024	549.947,50	676.435,43			04/09/2024	139.019,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503400300	10015441-PF224 1B EIA LAV PORTO/VIGO - TROÇO BRAGA/VAL	04/04/2024	424.915,00	522.645,45			30/05/2024	156.793,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516999940	10015442-Aquisição de Vinil Autocolante	20/11/2023	128,00	157,44			31/01/2024	157,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015443-Alojamento para Stay Hotel Faro - 19/10/2023 a 31/10/202	10/11/2023	681,38	722,26			20/12/2023	51,50	0,00	0,00	nd	nd	669,50	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10015445-Aquisição de equipamentos de lavagem/limpeza para viatu	04/12/2023	260,16	320,00			26/03/2024	319,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015446-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 16/10/2023	10/11/2023	4.339,64	4.600,02			20/02/2024	4.829,54	-9,54	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10015451-Reparação de viatura imobilizada Iveco 94-TU-40	13/11/2023	497,00	611,31			31/01/2024	611,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10015454-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	14/12/2023	23.000,00	28.290,00			26/03/2024	26.337,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502695285	10015455-Revisão viatura 17-JN-46	13/11/2023	196,03	241,12			05/02/2024	296,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502665696	10015456-Renovação do domínio mais-ip.pt - 2024	14/11/2023	16,97	20,87			29/02/2024	16,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504803468	10015458-EN6 - ALGÉS (KM 0+000) / ESTORIL (KM15+700) BENEF	26/02/2024	23.100,00	28.413,00			28/03/2024	28.413,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510514014	10015460-Aquisição de serviços de coffee-breaks para as visitas técni	10/11/2023	270,00	332,10			31/01/2024	305,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505189119	10015461-Substituição 4 pneus viatura 87-HN-72	03/11/2023	571,83	703,35			31/01/2024	827,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509502270	10015462-AD17230009 - Manutenção estruturas tensionadas Easy T	13/11/2023	4.395,75	5.406,77			31/01/2024	5.406,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10015465-AD13220901 - Fornecimento de sinalização de informação	13/11/2023	577,60	710,45			31/01/2024	710,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510253512	10015466-Fornecimento de óleo para CLN	13/11/2023	561,00	690,03			31/01/2024	690,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500719616	10015467- AD17230009 - Aquisição de misturas betuminosas	10/11/2023	4.990,00	6.137,70			23/02/2024	6.137,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438678	10015470-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 24/10/2023 a 2	14/11/2023	135,84	143,99			28/03/2024	152,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500251118	10015471-Aquisição de Botas de Proteção TO WORK FOR FUSION-	20/11/2023	53,50	66,81			31/01/2024	66,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10015472-Alojamento para Hotel Casas do Lagar – 23/10/2023 a 03/	14/11/2023	407,55	432,00			31/01/2024	457,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10015473- Linha do Leste - Desquarnecimento Mecânico - Pk 183,46	17/06/2024	605.120,86	605.120,86			04/10/2024	666.884,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10015474-L. SUL - KM0,910 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE ATE	13/07/2024	782.203,69	782.203,69	1819/2024	02/09/2024	30/09/2024	378.548,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB02184232	10015475-AD06220902-Mudança do Silo da Guarda - desmontagem	21/11/2023	4.800,00	4.800,00			30/04/2024	4.800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015480-Alojamento para Hotel Dormitório CP Figueira da Foz – 21/	14/11/2023	44,44	47,11			22/02/2024	49,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015481-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 19/10/2023	14/11/2023	444,43	471,10			22/02/2024	499,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513883347	10015482-Reparação do motosserra do COCS Portalegre	20/11/2023	217,11	267,05			20/06/2024	267,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500142459	10015490- AD11220906 - RAP LX - IC 17 - Sinalização Túnel de Ben	23/11/2023	9.179,64	11.290,96			26/03/2024	9.179,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT253819253	10015491-Ano letivo 2023/2024 - aulas de atividade física (ginástica) -	08/01/2024	1.900,00	1.900,00			23/02/2024	1.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516868012	10015492-AD 11220904 - Aquisição de Equipamentos Medição e Mor	29/11/2023	3.667,84	4.511,44			09/04/2024	4.511,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT170159795	10015494-Manutenção e limpeza de WC para utilização pelos agente	14/11/2023	320,00	393,60			04/02/2024	320,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503850128	10015496-ESTAÇÃO DE ERMESINDE – FORNECIMENTO E INSTAL	27/11/2023	915,20	1.125,70			06/02/2024	1.125,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	10015498-L. NORTE – REABILITAÇÃO DAS LINHAS 16T E 17T DA	06/05/2024	657.140,79	657.140,79			30/08/2024	657.140,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10015500- SIP - ESTAÇÃO DE BEJA - TRABALHOS DE SONORIZAÇ	28/02/2024	462,00	568,26			28/06/2024	568,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503531073	10015501-Verificação da conformidade dos pórticos de transporte de	20/11/2023	4.323,75	5.318,21			23/02/2024	5.318,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10015503-L. SINES - PS143, PS152 E PI 160.1 - ASSISTENCIA TEC	23/11/2023	14.500,00	17.835,00			31/01/2024	17.835,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015504-TM Bobadela - Kalmar 457 - Verificação e reparação de fu	23/11/2023	1.368,22	1.682,91			06/02/2024	1.682,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501869174	10015506-Verificação da conformidade dos pórticos fixos e móveis co	24/11/2023	4.100,00	5.043,00			31/01/2024	5.043,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505189992	10015507-Fornecimento de plataforma elevatória, com manobrador,	05/03/2024	13.899,00	17.095,77			20/06/2024	17.095,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10015508-Aplicação de Limitações de Velocidade	22/07/2024	78.900,00	97.047,00			18/11/2024	19.409,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015509-TM Bobadela - Kalmar 458 - Manutenção corretiva - Verific	30/11/2023	2.153,89	2.649,28			06/02/2024	2.649,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514939524	10015510-Renovação do contrato de "Manutenção de Base de Dados	23/11/2023	4.224,00	5.195,52			23/02/2024	5.195,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513648852	10015512-Aquisição de uma motosserra RF-CEN	22/11/2023	635,56	718,18			23/02/2024	717,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503526754	10015513- AD2023 - Aquisição de Materiais para funcionamento das	17/11/2023	4.957,00	6.097,11			23/02/2024	6.097,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015516-Alteração do endereçamento IP nas PNs LOE 161 165 187	24/11/2023	3.570,14	4.391,27			08/03/2024	4.391,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015517-TM Bobadela - Kalmar 458 - Reaperto de rodas	23/11/2023	110,00	135,30			06/02/2024	135,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10015519-L. NORTE - PK124,510 E PK124,630 - ESTABILIZAÇÃO D	28/06/2024	528.587,16	528.587,16			30/08/2024	493.758,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015520-TM Bobadela - Kalmar 458 - Falha da comunicação com m	30/11/2023	676,32	831,87			06/02/2024	831,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ATU63254329	10015521-Recalibração de alvo do equipamento Calipri	20/11/2023	375,00	375,00			27/02/2024	375,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10015522-L.OESTE- PK33,885 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES DE	24/04/2024	80.715,00	99.279,45			21/11/2024	24.031,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015523-TM Bobadela - Kalmar 457 - Verificação de erro da Caixa 6	23/11/2023	2.190,70	2.694,56			06/02/2024	2.694,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10015524-Aquisição de Headsets	24/11/2023	1.448,10	1.781,16			07/02/2024	1.448,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509670610	10015525-Licenciamento SAP2000 2023-2024	23/11/2023	3.360,00	4.132,80			23/02/2024	4.132,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500089434	10015526-RENOVAÇÃO VIDEOWALL CCT	08/05/2024	242.980,00	298.865,40			30/09/2024	298.865,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10015528-GSM-R PLATAFORMA IN - MANUTENÇÃO (SUBSTITUIÇ	24/04/2024	104.400,00	128.412,00			22/07/2024	128.412,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508415217	10015531-Aluguer de tenda para assegurar a visita às obras da EN14	05/12/2023	1.500,00	1.845,00			29/02/2024	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10015532- AT-TEL - Reparação de equipamento de Rádio - Sabugue	23/11/2023	4.448,55	5.471,72			08/03/2024	5.471,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10015533-INTERFACE RODOFERROVIÁRIO EN14 (SANTANA) INC	12/03/2024	14.250,00	17.527,50			30/04/2024	1.752,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10015534-Revisão de Manutenção Dresina DP-213	24/11/2023	3.990,03	4.907,74			08/03/2024	4.907,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10015536-1 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS DE CO	29/01/2024	39.435,00	48.505,05			27/12/2024	33.035,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500303274	10015536-2 - AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS DE CO	29/01/2024	0,00	0,00			30/04/2024	71.729,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10015538-Revisão compressor Centro Limpeza de Neve	23/11/2023	524,01	644,53			31/01/2024	644,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500968764	10015539- AD17230009 - 7 ton massas betuminosas a frio	21/11/2023	626,50	770,60			31/01/2024	760,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015540-Aluguer da viatura 9 lugares para o CAE	20/11/2023	93,78	115,35			31/01/2024	125,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015540-Aluguer da viatura 9 lugares para o CAE	20/11/2023	99,98	122,98			31/01/2024	57,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501652639	10015541-L. NORTE - PK 322,755 – SUBSTITUIÇÃO - TORRE RSC	28/03/2024	25.792,25	31.724,47			06/08/2024	31.724,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10015542-GSM-R - AQUISIÇÃO - SONDAS GSM-R	26/03/2024	277.050,00	340.771,50			18/07/2024	389.897,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10015543-REDE DE ALTA PRESTAÇÃO NORTE - ASSISTÊNCIA RC	02/02/2024	74.700,00	91.881,00			05/04/2024	91.881,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510063667	10015544-Aquisição adicional de 50 rolos de papel industrial para o re	27/11/2023	347,50	427,43			23/02/2024	427,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504646656	10015545- AT-ENE – Aquisição de baterias para sistema de Telecom	20/11/2023	4.638,60	5.705,48			29/02/2024	5.705,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509116396	10015546-Aquisição de 3 mesas de cabeceira e de 3 cadeiras para a	27/11/2023	300,00	369,00			31/01/2024	369,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502798343	10015547- AD15220907 - Ponte 25 de Abril - Folha Borracha Neopre	27/11/2023	56,98	70,09			23/02/2024	82,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515232440	10015548-AD 14220903 Massas Betuminosas em balde Santarém (E	24/11/2023	4.800,00	5.904,00			06/02/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508706114	10015549-Ano letivo 2023/2024 - aulas de expressão musical - creche	08/01/2024	813,01	1.000,00			23/02/2024	1.230,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509477631	10015552-R. CELBI-REFORÇO DA PH AO 5,716	15/04/2024	119.698,90	119.698,90			20/06/2024	119.698,91	214,23	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503455105	10015553-Aquisição de 3 roupeiros para as instalações sociais da Est	08/01/2024	1.478,97	1.819,13			26/03/2024	1.819,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508320151	10015554-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	29/12/2023	190.000,00	233.700,00	2823/2023		14/03/2024	233.700,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10015555-Aquisição de Equipamentos Ligeiros (motosserras/podador	30/11/2023	1.955,75	2.210,00			06/02/2024	2.210,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10015556-1 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	29/08/2024	71.820,00	88.338,60			21/11/2024	7.361,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10015556-2 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	29/08/2024	71.820,00	88.338,60			21/11/2024	7.361,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	10015556-3 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	02/09/2024	61.164,00	75.231,72			19/12/2024	6.269,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10015556-4 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	29/08/2024	51.840,00	63.763,20			05/12/2024	2.656,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10015556-5 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	29/08/2024	52.560,00	64.648,80			05/12/2024	2.078,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	10015556-6 - Coordenação de Segurança em Obra para as Empreita	29/08/2024	61.920,00	76.161,60			05/12/2024	3.173,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501465804	10015557-Prestação de serviços de utilização de cartão de refeição p	08/01/2024	1.000,00	1.230,00			23/02/2024	266,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015558-L. BEIRA ALTA - PAMPILHOSA-VILAR FORMOSO - CCO,	15/04/2024	5.999.999,25	7.379.999,08	1141/2024	18/07/2024	29/11/2024	2.701.857,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT213861402	10015559-Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria	08/01/2024	67.200,00	82.656,00			08/03/2024	42.656,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015560-Deslocação da Dra. Célia Matias a Oslo Noruega, de 6 a 9	24/11/2023	840,68	1.034,04			31/01/2024	837,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10015561-EN378 - SEIXAL (KM 0+800) / FERNÃO FERRO (KM 10+8	03/04/2024	32.500,00	39.975,00			28/06/2024	25.983,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516765302	10015562-Aquisição de betão.	07/12/2023	570,00	701,10			26/03/2024	701,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500129762	10015563-Aquisição de cartões-de-visita IP para CA e Diretores de 1º	21/11/2023	189,00	232,47			28/03/2024	232,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10015564- AD13220901 - Aquisição de Acessórios de Sinalização Ve	24/11/2023	142,00	174,66			31/01/2024	174,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507159683	10015565-Aquisição de serviço de consulta de neurologia, no âmbito	22/11/2023	70,00	86,10			26/03/2024	70,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10015566- Diagnóstico em fábrica TP1 SST Pegões	02/02/2024	31.900,00	39.237,00			17/05/2024	39.237,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10015568-Alojamento para Hotel H. D. Luís-Coimbra – 07-11-2023 a	23/11/2023	192,68	204,24			31/01/2024	159,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501875891	10015569-Aquisição de gás propano para a equipa de Via – Recarga	30/11/2023	1.455,00	1.789,65			05/04/2024	1.726,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501825681	10015570-Alojamento para Hotel H. S. Luís – 09-11-2023 a 10-11-20	23/11/2023	42,45	45,00			31/01/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10015571-Alojamento para Hotel H. Santos – 06-11-2023 a 10-11-20	23/11/2023	150,96	160,02			31/01/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508080975	10015574-Contrato de manutenção e consumíveis impressoras multif	31/01/2024	34.981,99	43.027,85			29/02/2024	40.290,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509022677	10015576-Alojamento para H. Vila Verde – 14-11-2023 a 17-11-2023	23/11/2023	707,55	750,00			31/01/2024	795,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015578-Alojamento para Inatel Caparica – 06-11-2023 a 20-11-202	23/11/2023	1.226,42	1.300,01			20/02/2024	1.378,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10015580-Alojamento para Casas com Estória - 07/11/2023 a 09/11/2	24/11/2023	90,57	96,00			28/03/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015583-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda - 06/11/2023	24/11/2023	222,22	235,55			22/02/2024	249,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10015584-Alojamento para Casas do Lagar - 06/11/2023 a 18/11/202	24/11/2023	452,84	480,01			31/01/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503545694	10015587-Fornecimento de laminas de desgaste - CLN	23/11/2023	4.860,00	5.977,80			06/02/2024	5.977,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10015588-L.SINES - PROJ EXPROPRIAÇÕES - ALTERAÇÕES DPF	30/11/2023	5.500,00	6.765,00			31/01/2024	6.765,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501748318	10015589-L. ALTA VELOCIDADE - ESTAÇÃO GAIA - GESTOR PLAT	08/02/2024	88.100,00	108.363,00			30/04/2024	48.763,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10015590-Revisão viatura 35-JN-59 Nissan Qashqai	23/11/2023	439,32	540,36			26/03/2024	540,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501515232	10015591-Revisão viatura 55-IX-12	23/11/2023	961,35	1.182,46			31/01/2024	1.454,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501985123	10015592-Substituição 2 pneus na viatura Mercedes 97-GN-03	24/11/2023	448,50	551,66			31/01/2024	678,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500525650	10015594-Manutenção viatura Limpa Neves Mercedes 07-74-BI	23/11/2023	1.219,87	1.500,44			25/04/2024	1.081,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015595-Manutenção da viatura 05-ZQ-30	23/11/2023	136,42	167,80			31/01/2024	206,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015596-Manutenção da viatura 06-ZQ-13	23/11/2023	126,21	155,24			23/02/2024	190,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10015597-LBEIRA ALTA - CELORICO - GUARDA. ATV - VILA FRAN	29/11/2023	9.600,00	11.808,00			31/01/2024	11.808,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10015598-L. SUL – PK244,400 - POSTE CAT244-12	22/07/2024	29.994,00	29.994,00			29/11/2024	29.994,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502584866	10015599-Gestão do Processo Perda total viatura 57-IE-08	23/11/2023	200,00	246,00			31/01/2024	246,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10015602-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra - 08/11/2023 a 16/11/	24/11/2023	240,85	255,30			22/12/2023	105,99	0,00	0,00	nd	nd	159,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510438628	10015604-Desenvolvimento do European Single Electronic Format (E	28/03/2024	12.000,00	14.760,00			30/08/2024	14.760,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501748318	10015607-L. ALTA VELOCIDADE - ESTAÇÃO PORTO CAMPANHÃ -	08/02/2024	108.144,40	133.017,61			30/04/2024	48.817,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502127856	10015611-Fornecimento água potável nas instalações CLE 2023	29/11/2023	450,00	553,50			24/09/2024	243,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT142088757	10015612- AD17230009 - Reparação estrutura metálica silo Arrabães	04/12/2023	2.240,00	2.755,20			31/05/2024	2.755,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501748318	10015613-L. ALTA VELOCIDADE - ESTAÇÃO COIMBRA - GESTOR	28/02/2024	102.050,00	125.521,50			17/05/2024	45.187,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514373202	10015614-Revisão à IPO da viatura 17-IN-37	28/11/2023	212,75	261,68			31/01/2024	230,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501928588	10015615- AD 14220903 Aquisição de arca para guardar animais cad	27/11/2023	430,00	528,90			31/01/2024	528,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB02184232	10015616- AD06220902-Mudança do Silo da Guarda - montagem	25/11/2023	4.630,00	4.630,00			30/04/2024	4.630,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517514885	10015618-AD 11220904 - Empreitada de reparação de revestimento	05/12/2023	9.900,00	12.177,00			30/05/2024	12.177,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510298028	10015619- AD15220907 - Ponte 25 de Abril - Aquisição de material oc	27/11/2023	66,90	82,29			31/05/2024	82,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015621-AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – E	07/12/2023	1.035,00	1.273,05			29/02/2024	1.273,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015622- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	07/12/2023	1.775,00	2.183,25			29/02/2024	2.183,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015623- AT-SIP Prestação Serviços 2ª linha aos sistemas de Teleo	29/11/2023	4.895,00	6.020,85			08/03/2024	6.020,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015627-Alojamento para Hotel Stay H. Coimbra – 19/11/2023 a 22/	24/11/2023	144,51	153,18			27/02/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015628-Alojamento para Hotel Stay H. Faro Centro – 08/11/2023 a	24/11/2023	292,02	309,54			20/12/2023	106,00	0,00	0,00	nd	nd	212,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015629-Alojamento para Hotel Stay H. Lisboa Aeroporto – 06/11/20	24/11/2023	2.311,39	2.450,07			20/02/2024	2.563,08	-19,08	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015630-Alojamento para Hotel Stay H. Lisboa Saldanha – 06/11/20	24/11/2023	1.720,95	1.824,21			20/12/2023	1.248,00	0,00	0,00	nd	nd	602,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015632-Alojamento para Hotel Stay H. Porto Centro Trindade – 06/	24/11/2023	983,40	1.042,40			20/12/2023	416,00	0,00	0,00	nd	nd	624,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015633-Alojamento para Hotel Stay H. Porto Trindade – 09/11/202	24/11/2023	147,51	156,36			26/03/2024	156,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015638-Alojamento para H. Lagoa - 07/11/2023 a 16/11/2023	28/11/2023	188,68	200,00			31/01/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10015639-Alojamento para H. Lusitânia - 07/11/2023 a 20/11/2023	28/11/2023	664,16	704,01			30/04/2024	746,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510485626	10015641-L.VOUGA– PI - KM 55,537 - REABILITAÇÃO E REFORÇO	22/05/2024	288.700,00	288.700,00			27/09/2024	288.700,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT144724480	10015646- AD 06220902 - Aquisição de cimento Guarda	11/12/2023	552,00	678,96			31/01/2024	678,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500981850	10015647- Aquisição de material para realização de trabalhos das Bri	22/12/2023	774,47	952,60			31/01/2024	952,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502846313	10015648-Aquisição de copos de café	14/12/2023	9.880,00	12.152,40			23/02/2024	12.152,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	10015650-2 - CAMPANHA EXTERNA DE INSPEÇÕES SUBAQUÁTIC	17/06/2024	105.328,70	129.554,30			12/11/2024	129.554,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508195446	10015651-Homologação da viatura limpa neves matricula 94-TU-40 -	28/11/2023	50,00	50,00			02/07/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT513236589	10015652- Aquisição de "2 conversores de tensão de 24V para 220V"	07/12/2023	580,48	713,99			23/02/2024	713,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503593427	10015653-Controlo de dosimetria individual para o ano de 2024	01/01/2024	360,40	443,29			27/05/2024	393,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10015654-Aquisição de travessa monobloco polivalentes para o Ram	19/06/2024	473.400,00	582.282,00			15/10/2024	582.282,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316864	10015655-L. VENDAS NOVAS - CINTAGEM E LEVANTAMENTO TO	07/05/2024	77.500,00	95.325,00			20/06/2024	76.260,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500048541	10015656-AD 11220904 - Aquisição de Delineadores para aplicação	04/12/2023	4.400,00	5.412,00			28/03/2024	5.412,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508069645	10015658-Regularização de despesas com prémios de Seguro de Sa	08/01/2024	197,26	197,26			06/02/2024	197,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510293298	10015660-Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagam	20/03/2024	20.687,50	25.445,63			28/03/2024	19.252,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515762083	10015662-Serv. Vig. e Segurança – Vale de Figueira (PN km 84+031	05/03/2024	99.839,73	122.802,87			22/07/2024	118.174,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516060627	10015663-Aquisição de sacos para transporte de equipamentos de tra	06/12/2023	1.224,00	1.505,52			29/02/2024	1.505,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10015666-Aquisição bomba de Adblue para CLN	29/11/2023	715,00	879,45			31/01/2024	879,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503098744	10015667-Aquisição de Sopradores e Podadoras	07/12/2023	3.352,56	4.123,65			29/02/2024	3.352,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10015668-Aquisição de martelos Hilti	06/12/2023	2.780,03	3.419,44			06/02/2024	3.419,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015671-Deslocação de Eng. João Vieira a Copenhaga, Dinamarca	12/12/2023	575,50	575,50			25/12/2023	340,50	0,00	0,00	nd	nd	232,20	0,00	0,00	nd	nd
PT515762083	10015674-Prestação de serviços de Vigilância – Vale de Figueira (PN	01/01/2024	2.030,98	2.498,11			31/05/2024	2.498,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515762083	10015675-Serviços de Vigilância e Segurança - Granja Norte (PN km	01/01/2024	4.830,00	5.940,90			31/05/2024	5.940,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10015678-Revisão de Manutenção Dresina DP-235	05/12/2023	3.990,03	4.907,74			21/03/2024	4.907,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10015680-Auditoria de Segurança Rodoviária Ligação da Zona Indust	28/02/2024	24.500,00	30.135,00			30/04/2024	9.793,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015681-Manutenção da viatura 04-ZQ-98	04/12/2023	126,63	155,75			23/02/2024	191,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10015682-Aquisição de 1 frigorífico para o Infantário "O Ninho III"	13/12/2023	243,09	299,00			31/01/2024	299,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501056963	10015683-Aquisição de óleo para a Destruidora do Arquivo Técnico.	05/12/2023	68,00	83,64			31/01/2024	83,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509313248	10015685-MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO PLATAFORMA ELEVAT	05/12/2023	214,50	263,84			09/04/2024	263,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10015687-Aquisição de 160 Headsets Logitech PC 960 USB	06/12/2023	3.600,00	4.428,00			08/03/2024	4.428,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505658542	10015688-Águeda, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira - Repar	05/12/2023	1.190,00	1.463,70			31/05/2024	1.463,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10015689-PRAGAL - SILO AUTO – INTEGRACÃO DOS POSTOS DE	04/01/2024	3.992,10	4.910,28			27/12/2024	3.992,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10015690-Peritagem em viatura - Danos a Terceiros - matricula 47-R	13/12/2023	50,00	61,50			29/02/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10015691-Aquisição de 1 micro-ondas para as instalações sociais da	04/12/2023	72,36	89,00			31/01/2024	89,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737640	10015692-Reparação viatura Mitsubishi L200 69-39-ND	04/12/2023	1.823,44	2.242,83			31/01/2024	2.242,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10015693-L. VOUGA - ESPINHO/SERNADA - ENTRE PK32,240 E PI	20/05/2024	654.413,94	654.413,94			30/09/2024	654.413,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507655745	10015694- AT-ENE - Aquisição de AVAC para Telecomunicações	13/05/2024	56.959,72	70.060,46			26/11/2024	70.060,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505216035	10015696-A21 - REPARACÃO EQUIPAMENTOS TPMS	04/12/2023	1.988,15	2.445,42			27/05/2024	2.445,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT170159795	10015699-Manutenção e limpeza de WC para utilização pelos agente	01/01/2024	800,00	984,00			26/03/2024	800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508655501	10015700-APOIO À REVISÃO DO SGR NA COMPONENTE DE VIA F	11/12/2023	5.000,00	6.150,00			08/02/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015702-Deslocação de Eng. João Morgado a Paris, França de 30/0	15/12/2023	770,45	947,65			23/02/2024	767,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502332670	10015704-Reparação viatura 34-DT-80 Ford Focus	06/12/2023	563,32	692,88			28/11/2024	852,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10015705-L. NORTE - SUBSTITUICÃO DE TRAVESSAS MONOBLO	28/06/2024	822.040,91	822.040,91	1771/2024	26/08/2024	29/10/2024	785.315,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10015706-Aquisição de acessórios e componentes2023	19/12/2023	2.211,00	2.719,53			08/03/2024	2.719,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501415238	10015707-Manutenção viatura 68-FL-12	11/12/2023	172,42	212,08			23/02/2024	212,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015708- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	13/12/2023	278,00	341,94			29/02/2024	341,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507462920	10015709-FTX-INSTALACÃO DE COMUNICACÕES DE APOIO AOS	28/05/2024	47.382,77	58.280,81			31/12/2024	37.008,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10015711-L. NORTE-AZAMBUJA A COIMBRA-RENOVACÃO-SISTEI	21/06/2024	256.661,00	315.693,03			31/12/2024	210.553,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB87191920	10015712-Renovação do licenciamento MEGA HOPEX 2024	21/06/2024	8.941,11	8.941,11			27/08/2024	8.941,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB86082252	10015713-Renovação software Fagus 2024	06/12/2023	660,00	811,80			22/02/2024	660,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015714-Manutenção viatura 04-ZQ-51	06/12/2023	103,66	127,50			23/02/2024	156,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504980288	10015715-AD 14220903 Iluminação Ponte João Joaquim Isidro dos F	12/12/2023	1.891,50	2.326,55			06/02/2024	2.326,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508608972	10015716- AD 20140039 Serviços de recolha de animais EN2	12/02/2024	33,13	40,75			08/03/2024	40,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509544614	10015717-Aquisição 20 comandos nas garagens e parametrização	11/12/2023	865,00	1.063,95			31/01/2024	1.063,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510676340	10015718-L. NORTE - SUB-TROCO 2.2 - SUBSTITUICÃO DE TRAV	28/06/2024	821.229,68	821.229,68	1782/2024	26/08/2024	21/11/2024	422.806,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10015719-Manutenção da viatura 01-81-TI Land Rover	11/12/2023	176,26	216,80			31/01/2024	216,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504765671	10015722-Aquisição de Equipamentos Fein	13/01/2023	3.989,70	4.907,33			31/01/2024	4.907,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10015723-Aquisição de 10 equipamentos ATA Grandstream HT 802	06/02/2024	459,40	565,06			05/04/2024	459,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015724- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	13/12/2023	1.411,00	1.735,53			29/02/2024	1.735,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504765671	10015727-Aquisição de Ferramentas	13/12/2023	2.660,56	3.272,49			31/01/2024	3.272,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015728- AD13220901 - Reparação da instalação semafórica – EN	19/12/2023	165,00	202,95			29/02/2024	202,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015729- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	13/12/2023	95,00	116,85			29/02/2024	116,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	10015730-LINHA DE SINES - EDIFÍCIO TÉCNICO DO CHAPARRAL	16/05/2024	580.680,00	580.680,00			19/09/2024	502.247,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503470120	10015732-1 - Prestação de serviços Desenvolvimento SAP, Desenvol	23/09/2024	237.600,00	292.248,00			05/12/2024	51.048,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514353520	10015732-2 - Prestação de serviços Desenvolvimento SAP, Desenvol	01/10/2024	207.562,50	255.301,88			21/11/2024	28.413,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509216595	10015732-3 - Prestação de serviços Desenvolvimento SAP, Desenvol	19/09/2024	154.980,00	190.625,40			26/11/2024	17.633,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10015733-Materiais resultantes de encurvamento de Aparelho Carrila	09/07/2024	3.824,64	4.704,31			30/09/2024	4.704,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10015735-L. BEIRA ALTA - ESTACÃO DA PAMPILHOSA - ALTERAC	09/07/2024	5.661,50	6.963,65			19/09/2024	6.963,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10015738- AD06220902- Reparação de Equipamentos Semafóricos r	11/12/2023	7.955,00	9.784,65			29/02/2024	7.955,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514058234	10015739- AD11220906 - Nó de Francos - Instalação de redes anti-va	13/12/2023	9.010,82	11.083,31			23/02/2024	11.083,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015740-L. OESTE - ALTERAÇÃO PROCESSO CONSTRUTIVO PS	21/12/2023	4.949,00	6.087,27			31/01/2024	6.087,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015741-L. OESTE - S. MAMEDE - ALTERACÃO PROJ. ESTABILID	21/12/2023	2.540,00	3.124,20			31/01/2024	3.124,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015742-L. OESTE - MAFRA - ALTERAÇÕES DE DRENAGEM	21/12/2023	4.806,00	5.911,38			31/12/2023	5.911,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015743-L. OESTE - DOIS PORTOS E OUTEIRO - LINHAS DE RES	21/12/2023	4.755,00	5.848,65			31/01/2024	5.848,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015744-L. OESTE - BOMBARRAL - ESTACIONAMENTO CM	22/12/2023	4.945,00	6.082,35			31/01/2024	6.082,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515597147	10015745- AD11220906 - A28 km 1+340 (C) - Reparação de Armário	13/12/2023	4.782,34	5.882,28			23/02/2024	5.882,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10015746-L. BEIRA BAIXA – SUBSTITUIÇÃO DA PH AO PK 147,050	21/12/2023	14.000,00	17.220,00			29/02/2024	17.220,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508047803	10015747- AD11220906 - A20 - Nó de Francos - Reposição de Armár	20/12/2023	9.589,98	11.795,68			29/02/2024	11.795,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502884216	10015748- AD 15220907 - Porta 25 de Abril - Aquisição de material	13/12/2023	888,84	847,27			31/01/2024	847,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500302030	10015749- AD15220907 - Abracadeiras, corrente e cadeados	13/12/2023	227,59	278,94			31/01/2024	279,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514452013	10015752- AT-ENE – Aquisição de Estantes Metálicas	12/12/2023	1.739,05	2.139,03			23/02/2024	2.139,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10015753-Manutenção viatura Toyota Corola AB-25-CV	12/12/2023	687,82	846,02			31/01/2024	846,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10015754-Alojamento para H. Gameiro - 20-11-2023 a 07-12-2023	14/12/2023	1.283,16	1.360,15			31/01/2024	1.441,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10015755-Alojamento para H. Imperial - 01-12-2023 a 03-12-2023	14/12/2023	339,64	360,02			31/01/2024	381,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10015757-Alojamento para H. Império - 04-12-2023 a 06-12-2023	14/12/2023	155,67	165,01			31/01/2024	174,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10015758-Alojamento para H. J. Régio - 27-11-2023 a 28-11-2023	14/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015759-Alojamento para H. Lagoa - 20-11-2023 a 06-12-2023	14/12/2023	990,57	1.050,00			31/01/2024	1.113,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10015760-Alojamento para H. Lara - 20-11-2023a 22-11-2023	14/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10015761-Alojamento para H. Lusitânia - 20-11-2023 a 02-12-2023	14/12/2023	1.120,77	1.188,02			31/01/2024	1.259,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502935820	10015762-Alojamento para H. Mercure - 22-11-2023 a 05-12-2023	14/12/2023	141,51	150,00			31/01/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	10015763-L. ALGARVE - PI DE TAVIRA AO PK 371,538 - REFORCO	11/07/2024	429.963,00	429.963,00			21/11/2024	265.141,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT118739298	10015764-Alojamento para H. Os Poetas - 03-12-2023 a 05-12-2023	14/12/2023	150,96	160,02			23/02/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501215166	10015765-Alojamento para H. Parque - 20-11-2023 a 06-12-2023	14/12/2023	424,55	450,02			31/01/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10015766-Alojamento para H. Qta do Paço - 29-11-2023 a 30-11-202	14/12/2023	424,53	450,00			31/01/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502449390	10015767-Alojamento para H. R. D. Amélia - 03-12-2023 a 04-12-202	14/12/2023	49,06	52,00			31/01/2024	55,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10015769-Alojamento para Hotel Aranguês - 04/12/2023 a 05/12/202	15/12/2023	42,45	45,00			31/01/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10015770-L. NORTE – PK131,300 A PK131,400 - ESTABILIZAÇÃO D	10/05/2024	129.300,00	129.300,00			15/10/2024	129.300,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10015771-Alojamento para Hotel Bagoeira - 04/12/2023 a 05/12/2023	15/12/2023	37,74	40,00			31/01/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10015772-Alojamento para Hotel Flag Braga - 04/12/2023 a 05/12/20	15/12/2023	40,57	43,00			31/01/2024	45,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513290958	10015773-Alojamento para Hotel D. Fernando - 20/11/2023 a 07/12/2	15/12/2023	990,57	1.050,00			31/01/2024	1.113,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510221033	10015774-Aquisição de 13 lanternas para a operação local nas estaçõ	11/01/2024	3.861,00	4.749,03			29/02/2024	4.749,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10015775-Alojamento para Hotel Romba – 23/11/2023 a 07/12/2023	14/12/2023	528,36	560,06			31/01/2024	593,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513229663	10015776-L. NORTE - R/V ESPINHO-GAIA - PROLONGAMENTO AS	11/01/2024	28.800,00	35.424,00			19/04/2024	35.424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501825681	10015777-Alojamento para Hotel S. Luís – 23/11/2023 a 24/11/2023	14/12/2023	42,45	45,00			23/02/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10015778-Alojamento para Hotel Santos – 22/11/2023 a 07/12/2023	14/12/2023	150,96	160,02			31/01/2024	169,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015779-L.NORTE- R/V ESPINHO-GAIA - PROLONGAMENTO ASS	11/01/2024	6.750,00	8.302,50			08/03/2024	8.302,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015780-Manutenção viatura 02-ZQ-98	15/12/2023	130,51	160,53			23/02/2024	197,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10015781-Manutenção da viatura 37-IM-83 Ford Fiesta e IPO	15/12/2023	103,58	127,40			31/01/2024	127,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500968764	10015782-AD17230009 - Aquisição de misturas betuminosas a frio	13/12/2023	850,00	1.045,50			23/02/2024	1.043,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10015783-Alojamento para Hotel Senhora do Castelo – 22/11/2023 a	14/12/2023	107,55	114,00			22/12/2023	80,56	0,00	0,00	nd	nd	40,28	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10015784-Alojamento para Hotel D. Luís-Elvas - 04/12/2023 a 06/12/2	15/12/2023	434,00	460,04			31/01/2024	487,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10015786-Alojamento para Hotel Vale do Côa – 27/11/2023 a 04/12/2	14/12/2023	551,91	585,02			26/03/2024	620,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10015787-Alojamento para Hotel Veleiro – 21/11/2023 a 07/12/2023	14/12/2023	377,36	400,00			31/01/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015789-Alojamento para Hotel Inatel Albufeira – 04/12/2023 a 06/1	14/12/2023	469,05	497,19			04/07/2024	527,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015790-Manutenção viatura 04-ZQ-08	14/12/2023	126,63	155,75			23/02/2024	191,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015791-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 20/11/2023 a 07/1	14/12/2023	1.981,14	2.100,01			20/02/2024	2.225,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502819243	10015793-Alojamento para Hotel Montijo Parque Hotel – 20/11/2023 a	14/12/2023	283,02	300,00			31/01/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10015794-AD 11220904 - Aquisição de Material Diverso para BI Lisbo	03/01/2024	3.672,72	4.517,45			23/02/2024	4.517,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508603218	10015795-Alojamento para Hotel Paredes Design Hotel – 27/11/2023	14/12/2023	360,85	382,50			31/01/2024	405,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501968326	10015796- Renovação contrato de continuidade Primavera 2024	19/12/2023	911,40	1.121,02			31/01/2024	1.121,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501426230	10015798-Prestação de serviço de catering para convívio de Natal na	13/12/2023	2.212,50	2.721,38			31/01/2024	2.544,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507436172	10015799-Aquisição de Motoserra	21/12/2023	339,80	383,97			23/02/2024	383,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015801-Aluguer da viatura para o CAE - 18 a 21 de Dezembro 202	14/12/2023	272,63	335,33			29/02/2024	560,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10015801-Aluguer da viatura para o CAE - 18 a 21 de Dezembro 202	14/12/2023	259,85	319,62			29/02/2024	116,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10015802-Alojamento para Hotel D. Luís-Coimbra - 21/11/2023 a 07/	15/12/2023	578,04	612,72			31/01/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015804-TM Bobadela - Kalmar 457 - Substituição de baterias	20/12/2023	1.725,45	2.122,30			29/02/2024	2.122,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500676020	10015806-OBRAS DE ARTE RODOVIÁRIAS E FERROVIÁRIAS - LE\	15/04/2024	43.000,00	52.890,00			30/09/2024	46.300,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10015807-Renovação da subscrição do software PAM Devolutions	08/02/2024	13.499,62	16.604,53			08/03/2024	16.604,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503834513	10015808-Alojamento para Val Flores	27/12/2023	76,41	80,99			31/01/2024	85,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10015809-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 05/12/2023 a 07/12	14/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10015810-Alojamento para R. Columbano - 27/11/2023 a 30/11/2023	14/12/2023	317,04	336,06			06/02/2024	356,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10015811-Alojamento para R. D. Carlos - 23/11/2023 a 24/11/2023	15/12/2023	47,17	50,00			23/02/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT901780111	10015812-Alojamento para R. Marco - 03/12/2023 a 05/12/2023	15/12/2023	254,72	270,00			25/04/2024	286,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015813-Alojamento para Stay Faro - 20/11/2023 a 07/12/2023	15/12/2023	924,73	980,21			31/01/2024	1.007,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015814- Alojamento para Hotel Inatel Cerveira – 04/12/2023 a 07/1	14/12/2023	566,04	600,00			20/02/2024	838,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015815-Alojamento para Stay Saldanha - 27/11/2023 a 15/12/2023	15/12/2023	540,87	573,32			29/12/2023	260,00	0,00	0,00	nd	nd	308,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10015816-Alojamento para Casas com Estória - 21/11/2023 a 07/12/2	15/12/2023	588,67	623,99			29/02/2024	861,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015817-Alojamento para Stay Lisboa Aeroporto - 20/11/2023 a 10/1	15/12/2023	3.018,88	3.200,01			20/02/2024	3.127,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015818-Alojamento para Stay Porto Aeroporto - 20/11/2023 a 07/12	15/12/2023	754,72	800,00			20/02/2024	848,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015819-Alojamento para Stay Porto Trindade - 22/11/2023 a 09/12/	15/12/2023	1.671,78	1.772,09			31/01/2024	1.456,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10015820-Alojamento para Casas do Lagar - 20/11/2023 a 08/12/202	15/12/2023	633,96	672,00			23/02/2024	712,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502819243	10015821-Alojamento para Tryp Montijo Parque Hotel - 25/11/2023 a	15/12/2023	471,70	500,00			31/01/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10015823-Alojamento para Hotel Alambique - 04/12/2023 a 06/12/20	15/12/2023	169,82	180,01			31/01/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10015824-Alojamento para Hotel Colina dos Mouros - 04/12/2023 a 0	15/12/2023	271,70	288,00			31/01/2024	305,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500339643	10015825-Proposta de autorização de despesa de procedimento pars	13/04/2022	805,50	990,77			31/01/2024	990,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502798343	10015826-PONTE 25 DE ABRIL - AQUISIÇÃO DE PROTECÇÕES EM	23/02/2024	6.458,80	7.944,32			30/07/2024	7.944,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980420636	10015827-Seguro de Equipamento Eletrónico de Laboratório e Sonór	15/12/2023	2.832,75	2.832,75			26/01/2024	2.832,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980420636	10015827-Seguro de Equipamento Eletrónico de Laboratório e Sonór	15/12/2023	397,29	397,29			26/01/2024	397,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516947230	10015828- AD11220906 - Guarda Corpos para IC 2 e IC 17	29/12/2023	9.975,00	12.269,25			17/05/2024	12.269,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515846040	10015830- AD11220906 - 2023REC05856 - Parcela sobrante da IP -	29/12/2023	8.900,00	10.947,00			08/03/2024	10.947,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503409235	10015831-Prestação de serviços – Impressão e entrega de 50 unidad	21/12/2023	878,00	1.079,94			31/01/2024	733,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516473450	10015832- AD11220906 - RAP Sul - Fornecimento de material de cor	29/12/2023	4.800,00	5.904,00			26/03/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500243182	10015834-Substituição Pneus Traseiros Renault 21-17-UL - CLN	15/12/2023	2.149,36	2.643,71			17/05/2024	2.643,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10015836-R. PETROQUÍMICA - EDIFÍCIO TÉCNICO DO CHAPARR/	22/12/2023	6.670,00	8.204,10			14/03/2024	8.204,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10015838-L.BEIRA ALTA - MANGUALDE/CELORICO. ESTABILIZAÇ	06/03/2024	73.500,00	90.405,00			20/08/2024	86.100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	10015839-NOVA LINHA PORTO-LISBOA - AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃ	28/03/2024	384.950,00	473.488,50			18/09/2024	245.145,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514105810	10015840-Aquisição de serviços de empresa de recrutamento e pré-s	12/04/2024	44.550,00	54.796,50			30/08/2024	4.870,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015842-Aquisição de 2ª via de DUA da viatura 03-ZQ-09	27/12/2023	50,00	61,50			28/03/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10015843-ELABORAÇÃO, REVISÃO E GESTÃO DE ESTUDOS E PF	26/02/2024	1.790.353,00	2.202.134,19	677/2024	03/05/2024	17/09/2024	429.597,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10015844-Manutenção da viatura 37-IM-83 Ford Fiesta	27/12/2023	14,11	17,36			31/01/2024	17,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015845-Manutenção da viatura 17-ZN-57	27/12/2023	61,45	75,58			23/02/2024	92,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10015846-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	08/05/2024	290.000,00	356.700,00	1160/2024		28/06/2024	328.156,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015847-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	30/04/2024	126.750,00	155.902,50	1162/2024		27/08/2024	187.220,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10015847-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	30/04/2024	123.250,00	151.597,50	1162/2024		27/08/2024	113.275,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015848-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	30/04/2024	235.080,00	289.148,40	1164/2024		27/08/2024	240.373,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10015848-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	30/04/2024	124.920,00	153.651,60	1164/2024		27/08/2024	134.648,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10015849-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	30/04/2024	360.000,00	442.800,00	1166/2024		18/07/2024	375.298,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513562869	10015850- AD11220906 - EN 3 ao km 41+4500 (Rua do O) - sentido	29/12/2023	8.400,00	10.332,00			23/02/2024	10.332,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10015852-PF224 1A EP - LAV PORTO / VIGO – TROÇO: PORTO /	05/04/2024	419.610,00	516.120,30			14/06/2024	232.254,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502614471	10015853-PF224 1A EIA LAV PORTO/VIGO - TROCO PORTO/BR/	04/04/2024	374.700,00	460.881,00			09/05/2024	138.264,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015854- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	22/12/2023	375,00	461,25			08/03/2024	461,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500423849	10015855-Serviços de fornecimento de Ticket Infância sob a forma de	08/01/2024	1.280,00	1.280,00			17/05/2024	446,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501939644	10015856- AD15220907 - Ponte 25 de Abril - Aquisição de material e	19/12/2023	2.357,59	2.899,84			25/04/2024	2.405,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501325174	10015858- AD11220906 - Operação e Vigilância e Manutenção - A23	20/12/2023	9.989,00	12.286,47			30/05/2024	12.286,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	10015859-Aquisição de Serviços de Telecomunicações Ferroviárias, p	04/01/2024	960,00	1.180,80			05/04/2024	86,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500649430	10015860-Serviço de reparação do sistema de controlo de acessos n	22/12/2023	326,66	401,79			31/01/2024	401,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT507072065	10015862-Aquisição de Serviços para Controlo de Pragas na Ponte d	03/01/2024	1.800,00	2.214,00			26/03/2024	2.029,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015864- AD13220901 - Reparação da instalação semafórica – EN	22/12/2023	1.610,00	1.980,30			25/04/2024	1.980,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316864	10015865-APOIO A PROJETOS DE EXPROPRIAÇÕES EM CUMPRI	05/01/2024	4.999,20	6.149,02			26/03/2024	4.254,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510183751	10015868- AD 06220902 -Fornecimento e Aluguer de Garrafas de Ox	10/01/2024	2.695,82	3.315,86			31/05/2024	757,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500653941	10015869-L. BEIRA BAIXA - EMPREITADA DE PROTEÇÃO ANTICO	28/06/2024	504.001,00	504.001,00			24/09/2024	504.001,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10015870-Aquisição de Serviços de TV por Cabo nas instalações da S	04/01/2024	807,13	992,77			23/02/2024	981,40	-60,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10015871-FERROVIA 2020 E PNI 2030 - ASSESSORIA TÉCNICA IPI	31/01/2024	948.410,96	1.166.545,48	309/2024	12/03/2024	24/05/2024	1.166.545,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10015872-ELABORAÇÃO, REVISÃO E GESTÃO DE ESTUDOS E PF	19/02/2024	946.762,80	1.164.518,24	616/2024		31/05/2024	1.020.346,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	10015873-ASSESSORIA TÉCNICA DE ENGENHARIA RODOFERRO	19/02/2024	394.967,70	485.810,27	617/2024		16/07/2024	363.079,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10015875-Reparação máquina de lavar viaturas afeta ao CLN	04/01/2024	454,80	559,40			23/02/2024	559,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015876- AD13220901 - Reparação das instalação semafórica – EN	22/12/2023	2.230,00	2.742,90			08/03/2024	2.742,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015877- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	22/12/2023	285,00	350,55			08/03/2024	350,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10015878-Aquisição de macaco hidráulico para o CLN	04/01/2024	535,00	658,05			08/03/2024	658,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015879-Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações I	22/04/2024	115.970,16	142.643,30	1184/2024	20/06/2024	30/08/2024	123.825,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015880-Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações I	22/04/2024	134.044,14	164.874,29	1185/2024	20/06/2024	30/08/2024	144.435,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015881-Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações I	22/04/2024	87.242,84	107.308,69	1186/2024	05/06/2024	30/08/2024	92.136,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015882- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	22/12/2023	210,00	258,30			08/03/2024	258,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10015885-L. BEIRA ALTA - ESTAÇÃO DE MANGUALDE - EXECUÇÃ	21/06/2024	6.369,56	7.834,56			10/09/2024	7.834,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516641964	10015886-Reparação de espalhador de viatura MAN 47-CV-31	27/12/2023	256,70	315,74			29/02/2024	315,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015887-TM Bobadela - Kalmar 457 - Revisão 500 horas	21/12/2023	4.006,77	4.928,33			29/02/2024	4.928,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015889- TM Bobadela - Kalmar 458 - Revisão 500 horas	21/12/2023	4.734,17	5.823,03			29/02/2024	5.823,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515474770	10015890-Alojamento para 4U Alojamento - 12/12/2023 a 13/12/2023	27/12/2023	47,17	50,00			29/02/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10015891-Alojamento para H. Qta do Paco - 14-12-2023 a 15-12-202	27/12/2023	47,17	50,00			31/01/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555544	10015892-Alojamento para Alamal River Club - 14/12/2023 a 15/12/2	27/12/2023	47,17	50,00			31/01/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502449390	10015893-Alojamento para H. R D. Amélia - 13-12-2023 a 14-12-202	27/12/2023	294,36	312,02			31/01/2024	330,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10015894-Alojamento para Casas do Lagar - 11/12/2023 a 16/12/202	27/12/2023	226,42	240,01			29/02/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10015895-Alojamento para H. Romba – 11-12-2023 a 15-12-2023	27/12/2023	452,88	480,05			31/01/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10015896-Alojamento para H. Esteva - 14/12/2023 a 16/12/2023	27/12/2023	415,10	440,01			31/01/2024	466,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10015897-Alojamento para H. Bagoeira - 11/12/2023 a 12/12/2023	27/12/2023	75,48	80,01			31/01/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10015898-Alojamento para H. Santos – 113-12-2023 a 15-12-2023	27/12/2023	75,48	80,01			31/01/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513290958	10015899-Alojamento para H. D. Fernando - 11/12/2023 a 15/12/202	27/12/2023	377,36	400,00			31/01/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10015900-Alojamento para H. Veleiro – 12-12-2023 a 14-12-2023	27/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015901-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 11-12-2023 a 13-1	27/12/2023	330,19	350,00			20/02/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT208841601	10015902-LINHA DO VOUGA - SISE - Consultoria externa para avalia	26/01/2024	990,00	1.217,70			28/05/2024	990,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10015903-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 12-12-2023 a 14-1	27/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10015904-Alojamento para Residencial Columbano - 11/12/2023 a 14	27/12/2023	79,26	84,02			31/01/2024	89,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015905-TM Bobadela - Kalmar 457 - Erro elétrico 75	21/12/2023	564,54	694,38			29/02/2024	693,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10015907-Reparação viatura 10-GO-71	27/12/2023	933,87	1.148,66			09/04/2024	1.148,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500012032	10015908-Aquisição de água engarrafada	27/12/2023	24,26	27,41			08/03/2024	30,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10015909- TM Bobadela - Kalmar 458 - Substituição de parafusos do	22/12/2023	975,72	1.200,14			29/02/2024	1.200,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501150072	10015910-AD 11220904 - Aquisição de Equipamento Diverso para BI	03/01/2024	2.802,51	3.447,09			30/05/2024	3.447,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015911- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	29/12/2023	1.190,00	1.463,70			08/03/2024	1.463,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501150072	10015912-AD 11220904 - Aquisição de Enxada Mateus T/SUL para B	03/01/2024	139,75	157,92			30/05/2024	157,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515124320	10015913-L. BEIRA BAIXA – ASSESSORIA - PONTES METÁLICAS-	02/07/2024	37.355,00	45.946,65			18/11/2024	25.938,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502076127	10015914-Alojamento para Sport Hotel - 11/12/2023 a 12/12/2023	27/12/2023	30,19	32,00			31/01/2024	33,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10015915-Alojamento para Hotel Luís - Coimbra – 11/12/2023 a 12/1	27/12/2023	96,34	102,12			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10015916-Alojamento para Hotel Luís - Elvas – 12/12/2023 a 14/12/2	27/12/2023	173,60	184,02			31/01/2024	195,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10015917-Alojamento para Hotel D.Nuno – 12/12/2023 a 15/12/2023	27/12/2023	518,87	550,00			31/01/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015918-Alojamento para Stay Hotel Coimbra - 12/12/2023 a 14/12/	27/12/2023	144,51	153,18			27/02/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10015919-Alojamento para Hotel Gameiro – 11/12/2023 a 14/12/2023	27/12/2023	415,14	440,05			31/01/2024	381,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10015920-Alojamento para Hotel Império – 11/12/2023 a 15/12/2023	27/12/2023	311,31	329,99			31/01/2024	349,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10015921-Alojamento para Hotel Lagoa – 12/12/2023 a 14/12/2023	27/12/2023	94,34	100,00			31/01/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10015922-Alojamento para Hotel Lusitânia – 11/12/2023 a 15/12/2023	27/12/2023	373,59	396,01			31/01/2024	419,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502819243	10015923-Alojamento para Tryp Montijo Parque Hotel - 13/12/2023 a	27/12/2023	471,70	500,00			31/01/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015924-Alojamento para Stay Hotel Faro - 11/12/2023 a 15/12/2023	27/12/2023	778,72	825,44			20/02/2024	848,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015925-Alojamento para Stay Hotel Porto Trindade - 12/12/2023 a	27/12/2023	98,34	104,24			20/02/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
US263912448	10015926-Renovação da subscrição do software ASANA 2024	21/12/2023	4.995,61	6.144,60			29/03/2024	4.995,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015927-Alojamento para Stay Hotel Porto Aeroporto - 12/12/2023 a	27/12/2023	141,51	150,00			20/02/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513268286	10015928-Prestação de Serviços de Administrador de BD SQL Server	10/04/2024	71.640,00	88.117,20			04/10/2024	58.744,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10015929-Manutenção da viatura 56-FM-20	27/12/2023	145,95	179,52			05/04/2024	220,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10015930-Manutenção viatura 05-ZQ-87	27/12/2023	138,19	169,97			23/02/2024	209,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10015931-L. LESTE - ÉVORA NORTE / ELVAS - ASSISTÊNCIA TÉC	11/01/2024	28.783,66	35.403,90			29/02/2024	35.403,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015932-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 12/12/2023	27/12/2023	518,87	550,00			27/02/2024	524,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500944440	10015933-L. NORTE - V.F. XIRA - ESTUDO DE INTEGRAÇÃO URBA	08/03/2024	56.000,00	68.880,00			14/06/2024	68.880,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500123950	10015939-L. MINHO - PONTE DO LIMA - VERIFICAÇÃO DA ESTRU	18/03/2024	28.800,00	35.424,00			24/09/2024	12.300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10015940-Aquisição de equipamentos elétricos para instalações socia	08/01/2024	1.422,77	1.750,01			23/02/2024	1.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10015941-Elaboração de documento com a sistematização das ativid	04/01/2024	5.000,00	6.150,00			17/05/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510010997	10015943-Reparação espalhador de sal BLASTER 750 S viatura 98-2	27/12/2023	530,00	651,90			31/01/2024	651,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502614471	10015944-LALTA VELOCIDADE SOURE CARREGADO-PATRIMO	15/02/2024	45.900,00	56.457,00			11/04/2024	56.457,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	10015945-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	31/01/2024	303.000,00	372.690,00	362/2024	26/03/2024	30/04/2024	372.690,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505106841	10015946-Plataforma de gestão dos contratos de energia elétrica e v	09/01/2024	4.990,00	6.137,70			20/06/2024	6.137,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10015947-AT VDM - Aquisição de Kit's de Extensores PLANET e Glob	28/12/2023	3.251,89	3.999,82			28/03/2024	3.999,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10015950-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 1 JA	23/02/2024	160.885,34	197.888,97			30/04/2024	197.888,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015951-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 JA	23/02/2024	84.768,21	104.264,90			09/04/2024	201.314,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10015951-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 JA	23/02/2024	84.768,21	104.264,90			28/03/2024	7.215,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10015952-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 JA	23/02/2024	27.816,64	34.214,47			09/04/2024	11.153,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10015952-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 JA	23/02/2024	27.816,64	34.214,47			30/04/2024	125.700,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10015953-Manutenção viatura 35-JN-59	27/12/2023	10,80	13,28			29/02/2024	13,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502695285	10015954-Manutenção viatura 17-JN-46	28/12/2023	708,00	870,84			06/02/2024	1.071,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505067064	10015955-Prestação de Serviços de Custódia Física e de Digitalizaçã	06/05/2024	19.489,35	23.971,90			20/06/2024	2.322,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501866116	10015956-L. OESTE – LOURICAL, LARES, FONTELA E FIGUEIRA D	08/07/2024	699.997,95	699.997,95			29/11/2024	300.613,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516405918	10015958-Manutenção viatura VW Crafter 60-JT-21	29/12/2023	256,60	315,62			26/03/2024	315,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10015959-L. NORTE – VILA FRANCA DE XIRA - PN AO PK 29,887 -	02/01/2024	1.400,00	1.722,00			08/03/2024	861,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10015960-Renovação de Certificados Digitais Qualificados Profissiona	31/01/2024	1.302,50	1.602,08			25/04/2024	1.602,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500438676	10015962-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 20/12/2023 a 2	29/12/2023	45,29	48,01			23/02/2024	50,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10015963-Alojamento para Hotel Casas do Lagar – 18/12/2023 a 23/	29/12/2023	226,42	240,01			29/02/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10015964-Aquisição de carril 54E1 em barras de 108 metros	25/06/2024	1.137.610,00	1.137.610,00	1761/2024	22/07/2024	05/12/2024	1.117.007,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501864768	10015965-Aquisição de até 6.800 litros de Gasóleo Agrícola Colorido,	27/02/2024	9.964,32	11.259,68			31/05/2024	3.603,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501864768	10015965-Aquisição de até 6.800 litros de Gasóleo Agrícola Colorido,	27/02/2024	0,00	0,00			31/05/2024	48,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015966-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 05/11/2023	29/12/2023	94,34	100,00			20/02/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10015967-Alojamento para Hotel Bagoeira – 20/12/2023 a 21/12/202	29/12/2023	37,74	40,00			31/01/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10015968-Alojamento para Hotel Colina dos Mouros– 19/12/2023 a 2	29/12/2023	90,57	96,00			06/02/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513290958	10015969-Alojamento para Hotel D. Fernando– 18/12/2023 a 22/12/2	29/12/2023	330,19	350,00			31/01/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10015970-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra– 18/12/2023 a 22	29/12/2023	529,87	561,66			31/01/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10015971-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas– 18/12/2023 a 19/12	29/12/2023	43,40	46,00			31/01/2024	48,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10015972-L. VOUGA - ALUGUER DE CONTENTORES DE APOIO A	02/01/2024	1.800,00	2.214,00			23/02/2024	2.214,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10015973-L.MINHO - PK45,200 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE E	11/07/2024	457.000,00	457.000,00			24/10/2024	456.999,99	4.480,33	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10015974-Aquisição de até 8.000 litros de Gasóleo Agrícola Colorido,	27/02/2024	9.764,96	11.034,40			09/04/2024	2.334,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	10015977-ÉVORA NORTE E ELVAS/CAIA (FRONTEIRA COM ESPA	09/05/2024	143.918,30	177.019,51			04/07/2024	177.019,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10015978-Alojamento para Inatel Caparica - 18/12/2023 a 22/12/202	05/01/2024	188,68	200,00			20/02/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10015979-Alojamento para Pure Azibo - 19/12/2023 a 20/12/2023	05/01/2024	62,28	66,02			26/03/2024	69,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10015980-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 19/12/2023 a 21/12	05/01/2024	94,34	100,00			23/02/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015982-Alojamento para Stay Hotel Faro - 18/12/2023 a 21/12/202	05/01/2024	146,01	154,77			20/02/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015983-Alojamento para Stay Hotel Porto Aeroporto - 19/12/2023 a	05/01/2024	94,34	100,00			20/02/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10015986-Alojamento para Stay Hotel Porto Trindade - 20/12/2023 a	05/01/2024	98,34	104,24			20/02/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
FR54562076117	10015987-Aquisição de 1 Aparelho de medição Tipo JY para suporte	31/01/2024	2.801,32	2.801,32			30/04/2024	2.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
FR54562076117	10015987-Aquisição de 1 Aparelho de medição Tipo JY para suporte	31/01/2024	0,00	0,00			30/04/2024	38,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
FR54562076117	10015987-Aquisição de 1 Aparelho de medição Tipo JY para suporte	31/01/2024	0,00	0,00			30/04/2024	13,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015988- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	29/12/2023	315,00	387,45			28/03/2024	387,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015989- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	29/12/2023	774,50	952,64			08/03/2024	952,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015990- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	29/12/2023	1.075,00	1.322,25			08/03/2024	1.322,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10015991- AD13220901 - Reparação das instalações semafóricas – I	29/12/2023	1.015,00	1.248,45			08/03/2024	1.248,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10015992- Encaminhamento a destino final licenciado de resíduos nã	29/12/2023	3.600,00	4.428,00			05/04/2024	2.350,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502006994	10015994-Aquisição serviço de tratamento de resíduos 2024	31/01/2024	981,00	1.206,63			26/03/2024	1.206,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509624626	10015995-Upgrade Odoo- desenvolvimento aplicacional	26/06/2024	19.230,00	23.652,90			13/12/2024	23.652,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10015996- Alojamento para Hotel Porto Antas– 18/12/2023 a 19/12/2	05/01/2024	49,17	52,12			23/02/2024	52,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516750321	10015997-Alojamento para Hotel Vila Portuguesa - 27/11/2023 a 29/1	05/01/2024	84,91	90,00			09/04/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10015998-Deslocação da Eng.ª Maria Pinheiro a Paris, França de 12/	11/01/2024	745,87	917,42			28/03/2024	743,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10015999-Manutenção da viatura 01-81-TI Land Rover	05/01/2024	1.117,19	1.374,14			23/02/2024	1.690,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016000-Manutenção matrícula 51-JE-16	05/01/2024	273,15	335,97			23/02/2024	413,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502085576	10016001- L. NORTE - APEADEIRO DE ESPINHO - REPARAÇÃO D.	16/04/2024	14.220,00	17.490,60			19/09/2024	17.490,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510183751	10016002- AD13220901 - Aluguer de Garrafas de Oxigénio e Acetilen	10/01/2024	572,60	704,30			08/03/2024	704,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	10016007-Reparação de terminais móveis de serviço	05/01/2024	927,48	1.140,80			31/01/2024	1.140,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509484041	10016008-CAMPUS DO PRAGAL - IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA	30/01/2024	4.980,00	6.125,40			31/05/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10016011-Alojamento para H. Romba – 18-12-2023 a 21-12-2023	05/01/2024	339,66	360,04			23/02/2024	381,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504169777	10016012-Reparação da viatura MAN 47-CV-31 - CLN	08/01/2024	2.162,62	2.660,02			20/06/2024	2.660,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220887	10016013-Alojamento para H. Santos – 21-12-2023 a 22-12-2023	05/01/2024	40,00	42,40			20/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016014-Alojamento para H. Veleiro – 20-12-2023 a 21-12-2023	05/01/2024	47,17	50,00			23/02/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10016015-Alojamento para H. Versatile – 18-12-2023 a 22-12-2023	05/01/2024	173,60	184,02			23/02/2024	195,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016017-Reparação viatura 80-59-RZ Land Rover	05/01/2024	1.433,84	1.763,62			23/02/2024	2.169,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888682	10016018-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais doméstic	05/02/2024	4.800,00	5.904,00			30/04/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513079777	10016022-Aquisição de Cadeiras tipologia uso intensivo 24h	28/02/2024	65.824,40	80.964,01			20/06/2024	80.964,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016023-Manutenção da viatura 37-IM-83 Ford Fiesta	08/01/2024	195,12	240,00			23/02/2024	240,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502310090	10016024-Aquisição de Serviços de Assessoria para apoio à elaborac	19/02/2024	75.000,00	92.250,00			26/03/2024	92.250,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	10016025-EN103 - VINHAIS (KM 228+000) / BRAGANCA (KM 260+4	09/09/2024	16.949.268,09	16.949.268,09	2344/2024	01/10/2024	05/12/2024	1.248.920,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506338673	10016026-Alterações da integração SAP-GCE	10/01/2024	4.980,00	6.125,40			23/02/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016027-Manutenção da viatura 87-HN-72	08/01/2024	393,27	483,72			23/02/2024	483,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016029-Alojamento para Inatel Caparica – 27-12-2023 a 28-12-202	09/01/2024	47,17	50,00			20/02/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016030-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 27-12-2023 a 28-1	09/01/2024	47,17	50,00			23/02/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016031-Vestuário de Proteção – VP.006, VP.015 e VP.002	11/01/2024	4.992,80	6.141,14			05/04/2024	6.141,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10016032-Deslocação ao Estrangeiro da Eng.ª Marta Figueiredo para	11/01/2024	732,80	901,34			08/03/2024	730,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500294470	10016033-Aquisição Lanternas Frontais	11/01/2024	4.982,00	6.127,86			05/04/2024	6.127,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10016034-L BEIRA ALTA - MANGUALDE-CELORICO DA BEIRA - PS	19/07/2024	918.041,85	918.041,85	1999/2024	18/09/2024	21/11/2024	826.067,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE259003489	10016036-Aquisição de cabos de fibra ótica	09/01/2024	188,62	232,00			28/03/2024	188,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016037-Aquisição de Capacetes para proteção ao Arco Elétrico	09/01/2024	248,12	305,19			26/03/2024	305,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10016039-IC35-PENAFIEL/RANS - ESTUDO PARA IMPLEMENTAÇÃ	10/01/2024	3.400,00	4.182,00			09/05/2024	4.182,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503329827	10016040- AT-TEL - Aquisição de Extensores PoE	11/01/2024	1.036,00	1.274,28			29/02/2024	1.274,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506897133	10016041-Instalação de ponto de rede duplo nas instalações de Portc	10/01/2024	630,88	775,98			26/03/2024	775,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510843018	10016042-2 - Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual	04/11/2024	46.800,00	57.564,00			31/12/2024	9.594,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500653941	10016043-L. MINHO - PTE INTERNACIONAL DE VALENÇA - REPAF	01/08/2024	99.996,75	99.996,75			21/11/2024	95.284,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502052791	10016046-PATROCÍNIO JUDICIAL PARA CONTESTAÇÃO DA ANUL	12/03/2024	7.000,00	8.610,00			09/05/2024	8.487,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508415217	10016047-Aluguer de estrutura de proteção e sistema de som para as	09/01/2024	4.750,00	5.842,50			26/03/2024	5.012,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509927378	10016049-Manutenção viatura Renault 21-17-UL - CLN	09/01/2024	151,97	186,92			31/05/2024	186,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016050-Manutenção da viatura 35-JN-58	15/01/2024	166,32	204,57			29/02/2024	251,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10016051-Manutenção viatura Mercedes 97-GN-03	15/01/2024	147,72	181,70			09/04/2024	181,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513625038	10016053-Serviços de transporte para a deslocação das crianças do i	01/03/2024	5.141,43	5.449,92			31/05/2024	5.776,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502550066	10016055-Prestação de Serviços de Gestão de Resíduos - Acondicion	11/01/2024	1.761,00	2.166,03			08/03/2024	430,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502082917	10016056-Aquisição de vestuário de proteção para o risco elétrico	19/09/2024	96.813,46	119.080,56			19/12/2024	38.561,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509117660	10016057-aquisição de 12 licenças de LG Supersign CMS	10/01/2024	2.100,00	2.583,00			28/03/2024	2.583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509459838	10016058-Renovação licenciamento Meridian 2024	06/02/2024	4.540,77	5.585,15			25/04/2024	5.585,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503555690	10016059-Aquisição de rolos de papel para plotter para DCI	10/01/2024	2.084,98	2.564,53			26/03/2024	2.564,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508831989	10016060-Aquisição de uma encadernadora para argolas de plástico	06/02/2024	173,50	213,41			26/03/2024	213,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504904493	10016061-Aquisição de licenças de Adobe Acrobat Pro	10/01/2024	994,95	1.223,79			25/04/2024	1.223,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505067064	10016062-Digitalização e Tratamento de faturas digitalizadas	10/01/2024	4.800,00	5.904,00			28/03/2024	5.901,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503629391	10016064-Serviço de Transporte de Encomendas 2024	11/01/2024	1.000,00	1.230,00			08/03/2024	696,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10016065- Reparação carregador baterias SST Fogueteiro	11/01/2024	2.295,00	2.822,85			30/05/2024	2.822,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016066-Aquisição de 1 aquecedor a óleo para a portaria do edifício	10/01/2024	65,04	80,00			23/02/2024	80,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505223643	10016067- AD20220026 - fornecimento de sal-gema para Lamego –	10/01/2024	4.520,00	5.559,60			26/03/2024	2.981,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT504475878	10016068-Aquisição de Argamassa	12/01/2024	581,30	715,00			26/03/2024	715,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515811980	10016069-EN1- VILA FRANCA DE XIRA (KM23+950) A CARREGAD	09/05/2024	29.400,00	36.162,00			10/12/2024	3.616,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502607971	10016071-Deslocação do Eng. Sérgio Pereira a Paris, França de 05/0	19/01/2024	1.055,65	1.298,45			28/03/2024	1.047,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500649430	10016072-Alteração de endereçamento IP de 5 equipamentos da DS	10/01/2024	584,40	718,81			17/05/2024	718,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB81283251	10016074-Transporte e Diagnóstico de 3 RCAD e RMF	11/01/2024	1.000,00	1.230,00			11/07/2024	1.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506897133	10016075-Instalação de rede de dados edifício SANGUEFER - Porto	11/01/2024	2.814,45	3.461,77			17/05/2024	3.461,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502081553	10016076-Manutenção Dobradora Rowe 721 e Guilhotina Trim 150 -	11/01/2024	1.541,00	1.895,43			23/02/2024	1.895,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IT02216580502	10016077-Reparação do Georradar	26/01/2024	1.560,48	1.560,48			26/04/2024	1.560,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016078-Deslocação ao estrangeiro da Eng.ª Margarida Maria Sequ	22/01/2024	1.271,43	1.563,86			14/03/2024	1.271,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508245800	10016079-Aquisição de serviços para aluguer de meios audiovisuais	10/01/2024	4.995,00	6.143,85			29/02/2024	6.143,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016080-Deslocação ao estrangeiro da Eng.ª Margarida Maria Sequ	24/01/2024	1.062,39	1.306,74			14/03/2024	1.062,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10016081-Fornecimento e substituição juntas em 2 TP da SST Luzian	09/02/2024	9.820,00	12.078,60			13/08/2024	12.078,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
EU820010755	10016082-Renovação do certificado para o serviço Webmail.	11/01/2024	1.372,00	1.687,56			20/03/2024	1.107,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016083-Aquisição de 05.001 – Luvas em Crute e Coletes s/ bolsos	11/01/2024	667,00	820,41			25/04/2024	800,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500915206	10016085-Fornecimento de Aparelhos Anti Levantamento	16/04/2024	18.120,00	22.287,60			13/08/2024	22.287,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506592855	10016086-Programa de Assistência aos Trabalhadores 2024	01/02/2024	4.950,00	6.088,50			28/03/2024	4.797,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502766883	10016088-Aluguer da viatura para o CAE - 17 a 19 de Janeiro 2024	31/01/2024	217,26	267,23			05/04/2024	286,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500136939	10016089-Aquisição de 15 cadeiras ergonómicas – Medicina Trabalh	31/01/2024	4.230,00	5.202,90			25/04/2024	5.202,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502127856	10016093-Fornecimento água potável nas instalações CLE 2024	26/01/2024	1.260,38	1.550,27			24/09/2024	866,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508050413	10016097-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	26/01/2024	4.999,69	6.149,62			28/03/2024	5.460,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10016098-Aquisição de gás Árgon	01/02/2024	198,27	243,87			22/07/2024	243,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016099-Deslocação a Roma 18 a 20 de fevereiro_Eng.º Mário Ferr	19/01/2024	350,53	431,15			14/03/2024	350,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10016100-Aquisição de gás Árgon	05/02/2024	198,27	243,87			28/06/2024	243,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504765671	10016101-Aquisição de Equipamento Fein	31/01/2024	1.329,90	1.635,78			28/03/2024	1.635,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515332607	10016102-Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos - 2024	31/01/2024	4.816,37	5.924,14			08/03/2024	5.055,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10016104-Reparação de Martelo Hilti.	31/01/2024	224,40	276,01			28/03/2024	276,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	10016105-1 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2024	19/09/2024	782.746,73	782.746,73	2564/2024	05/11/2024	19/12/2024	560.676,60	-5.889,91	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	10016105-2 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2024	19/09/2024	644.900,51	644.900,51	2566/2024		30/12/2024	306.261,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016106-Deslocação ao Estrangeiro do Eng. Jónatas Marques para	30/01/2024	590,09	725,81			08/03/2024	590,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10016107-L. VENDAS NOVAS E INSTALAÇÕES FERROVIÁRIAS DO	28/03/2024	21.000,00	25.830,00			25/04/2024	25.830,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016108-Viatura 05-ZQ-81 - Chave-telecomando	31/01/2024	221,26	272,15			08/03/2024	248,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501515232	10016109-Manutenção viatura Peugeot Partner 55-IX-12	31/01/2024	671,93	826,47			26/03/2024	1.016,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB88314075	10016110-Reparação de Equipamento de Transmissão	02/02/2024	1.400,00	1.722,00			11/07/2024	1.400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507031059	10016111-2ª Avaliação de Acompanhamento ao Organismo de Avalia	07/02/2024	2.576,00	3.168,48			23/02/2024	3.168,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504373226	10016113-AQUISIÇÃO DE LANTERNAS MULTIBATERIA COM LUZ I	31/01/2024	1.422,78	1.750,02			17/05/2024	1.750,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503591831	10016115-AT-STI - MANUTENÇÃO - IGNITION CONTRATO DE SUP	15/05/2024	14.111,65	17.357,33			30/07/2024	17.357,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504527380	10016117-L. VENDAS NOVAS E INSTALAÇÕES FERROVIÁRIAS DO	27/03/2024	32.250,00	39.667,50			17/05/2024	39.667,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500251118	10016119-Aquisição de Capacetes de Proteção TIPO I e Capacetes d	05/02/2024	3.190,50	3.924,32			17/05/2024	3.924,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510728189	10016120-1 - Renovação Licenciamento/manutenção microsoft 2024-	29/05/2024	2.985.313,89	3.671.936,08	1359/2024	02/06/2024	30/08/2024	3.671.936,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502586745	10016120-2 - Renovação Licenciamento/manutenção microsoft 2024-	11/06/2024	106.416,65	130.892,48	1522/2024		30/08/2024	130.892,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016121-Aquisição de equipamentos elétricos para instalações socia	30/01/2024	210,57	259,00			08/03/2024	259,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT173151930	10016122-Aquisição de materiais	30/01/2024	800,00	984,00			28/03/2024	956,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930482	10016123-Manutenção das Maquinas 2024	30/04/2024	23.336,52	28.703,92			28/06/2024	28.703,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502081553	10016124-Plotter corte Latex 315	06/02/2024	175,00	215,25			30/05/2024	215,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500435731	10016125-AD 20240033 - Aquisição de sprays para marcação de árv	31/01/2024	633,00	778,59			27/05/2024	778,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501820361	10016126-AD 20240033 - IP-CCGL (Grândola) - Aquisição de marcos	31/01/2024	3.901,60	4.798,97			13/05/2024	4.798,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10016127-AD 20240033 - IP-CCGL - Aquisição de manga de vento - i	31/01/2024	89,00	109,47			05/04/2024	109,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515811980	10016128-EN229-IP5/PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO AUDI	19/04/2024	19.400,00	23.862,00			28/11/2024	11.931,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10016129- AD20240034 - Reparação das instalações semafóricas – I	05/02/2024	815,00	1.002,45			26/03/2024	1.002,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10016130- AD20240034 - Reparação das instalações semafóricas – I	05/02/2024	210,00	258,30			26/03/2024	258,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10016131- AD20240034 - Reparação das instalações semafóricas – I	05/02/2024	2.065,00	2.539,95			26/03/2024	2.539,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10016132-Aquisição de palmilhas	23/04/2024	17.135,00	21.076,05			27/08/2024	21.076,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT166889083	10016133- AD20240034 - Reparação das instalações semafóricas – I	05/02/2024	1.095,00	1.346,85			26/03/2024	1.346,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508320151	10016135-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	15/02/2024	380.000,00	467.400,00	428/2024		30/04/2024	467.400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508858380	10016136-Reparação do Compressor	30/01/2024	140,00	172,20			05/04/2024	172,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501840877	10016137- AD20240034 - Aquisição de material - Penafiel - Janeiro 2	05/02/2024	191,56	235,62			08/03/2024	235,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT223907367	10016138-Reparação de Motorocadoura	02/02/2024	137,71	169,38			17/05/2024	169,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016139-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matriculas 98-	31/01/2024	130,00	159,90			08/03/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016140-Manutenção da viatura 35-JN-58	01/02/2024	193,46	237,96			08/03/2024	292,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509022570	10016141-EMBARCAÇÃO SEMIRRÍGIDA PARA O CIS	02/10/2024	34.200,00	42.066,00			31/12/2024	38.437,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509022570	10016141-EMBARCAÇÃO SEMIRRÍGIDA PARA O CIS	18/12/2024	0,00	0,00			31/12/2024	3.628,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500251118	10016142-Aquisição de 30 caixas de luvas descartáveis para "O Ninho	30/01/2024	231,00	284,13			05/04/2024	284,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500136939	10016144-Aquisição de secretárias com elevação	31/01/2024	1.203,98	1.480,90			25/04/2024	1.480,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016145-Deslocação a Bratislava, 6 a 9 de março Engº João Alves	16/02/2024	662,33	814,67			14/03/2024	662,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016146-Reparação viatura BMW 35-ZZ-51	31/01/2024	1.138,47	1.400,32			08/03/2024	1.722,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503853550	10016147-Reparação da viatura 87-HN-73	31/01/2024	821,55	1.010,51			08/03/2024	1.010,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE267936032	10016148-Aquisição de componentes Cisco	06/02/2024	3.311,00	3.311,00			22/05/2024	3.311,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016149-Manutenção da viatura 35-JN-58	01/02/2024	203,40	250,18			08/03/2024	307,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500301522	10016150-Manutenção viatura VW Crafter 60-JT-21	31/01/2024	274,00	337,02			23/02/2024	337,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE217564187	10016151-Aquisição do software PRTG (1000 sensores) (manutenção	06/02/2024	3.900,00	4.797,00			29/02/2024	3.586,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500252289	10016152-Prestação de serviços – Impressão de peças de comunicaç	31/01/2024	4.950,00	6.088,50			17/05/2024	5.635,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016154-Deslocação a Londres da Eng.ª Ana Susano e do Eng.º Lu	12/02/2024	1.903,38	2.341,16			14/03/2024	1.903,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506394751	10016155-Manutenção da viatura 81-ZG-99 - MAN	31/01/2024	1.941,33	2.387,84			08/03/2024	2.387,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016156-Manutenção viatura 35-JN-59	31/01/2024	123,37	151,75			23/02/2024	151,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016157-Deslocação a Madrid de 06 a 08 Março 2024 - Estrutura MI	02/02/2024	527,04	648,26			08/03/2024	527,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509864899	10016158-Aquisição de consumíveis para impressora de cartões IP	29/02/2024	1.051,88	1.293,81			17/05/2024	1.293,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10016159-L. LEIXÕES – PFRSC LECA BALIO – REPOSIÇÃO CABO	19/02/2024	1.000,00	1.230,00			17/05/2024	871,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507159683	10016160-Aquisição de serviço de exame médico complementar de d	30/01/2024	400,00	400,00			28/03/2024	400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10016161-Aquisição de travessas de betão bibloco TBBG para aplica	16/08/2024	888.300,00	1.092.609,00	2370/224		21/11/2024	1.092.609,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10016162- AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Tel	18/03/2024	160.330,00	197.205,90			17/05/2024	197.205,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500968764	10016163-AD20240035 - 1o ton massas asfálticas	30/01/2024	835,00	1.027,05			08/03/2024	1.026,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	10016164-Aquisição de Palmilha de elastómero p/ travessa betão BB	20/02/2024	5.525,00	6.795,75			30/04/2024	6.795,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10016166- AT-SIP Prestação Serviços 2ª linha aos sistemas de Teleo	05/02/2024	4.895,00	6.020,85			30/05/2024	6.020,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502359536	10016167- AT-ENE – Aquisição de Sistema de Alimentação Ininterrup	01/02/2024	4.679,64	5.755,96			09/04/2024	5.755,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT980420636	10016168-Seguro de Embarcação Casco (Náutica) – Embarcação do	30/01/2024	8,18	8,18			14/02/2024	8,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980420636	10016168-Seguro de Embarcação Casco (Náutica) – Embarcação do	30/01/2024	149,04	149,04			14/02/2024	148,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505040590	10016169- AT-ENE – Aquisição e instalação de controladores para Si	06/02/2024	4.720,00	5.805,60			17/05/2024	5.805,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016170-Alojamento para Baia Beach Hotel - 08-01-2024 a 26-01-2	31/01/2024	1.011,57	1.072,26			08/03/2024	1.071,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESW0186736E	10016171-Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Dir	15/04/2024	89.380,00	89.380,00			24/05/2024	41.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESW0186736E	10016171-Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Dir	05/04/2024	89.380,00	89.380,00			24/05/2024	3.690,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016172-Alojamento para Casas com Estória - 15-01-2024 a 17-01-	31/01/2024	231,15	245,02			28/03/2024	259,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503790869	10016173-Alojamento para Casas do Lagar - 02-01-2024 a 06-01-202	31/01/2024	181,14	192,01			23/02/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016174-Alojamento para Dormitório CP Figueira da Foz - 20-01-20	31/01/2024	88,89	94,22			10/05/2024	99,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10016175-SMM – ADAPTAÇÃO A UMA SOLUÇÃO METRO BUS – TI	26/03/2024	220.000,00	270.600,00			04/07/2024	175.890,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016176-Alojamento para Dormitório CP Guarda - 17-01-2024 a 31-	31/01/2024	533,32	565,32			10/05/2024	599,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503521434	10016178-Alojamento para Unidade Hoteleira Graça Hotel - 08-01-20	31/01/2024	84,92	90,02			23/02/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10016179-Alojamento para Unidade Hoteleira H. A Esteva - 15-01-20	31/01/2024	135,85	144,00			08/03/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10016180-Alojamento para Unidade H. Bagoeira - 15-01-2024 a 19-0	31/01/2024	528,30	560,00			08/03/2024	593,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10016181-Alojamento para Real Caparica Hotel - 03/01/2024 a 05/01	01/02/2024	84,92	90,02			31/05/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514304944	10016182-AT-IA_ Aquisição de Discos Toshiba	31/01/2024	146,18	179,80			31/05/2024	179,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016184-Deslocação a Paris de 26 de fevereiro a 29 de fevereiro (2	02/02/2024	1.132,09	1.392,47			14/03/2024	1.132,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT167086103	10016185-Alojamento para Stay Tunes - 01/01/2024 a 31/01/2024	01/02/2024	1.132,08	1.200,00			29/02/2024	1.272,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505697661	10016190-Aquisição e Estampagem de Coletes de Alta Visibilidade e	05/02/2024	1.282,50	1.577,48			25/04/2024	802,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505697661	10016190-Aquisição e Estampagem de Coletes de Alta Visibilidade e	05/02/2024	0,00	0,00			25/04/2024	774,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507834763	10016191-RSE IP-MPLS E SDH - CONTRATO MANUTENÇÃO	30/08/2024	639.699,86	786.830,83			21/11/2024	12.188,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016192-Alojamento para Inatel Caparica - 07/01/2024 a 26/01/2024	01/02/2024	1.320,76	1.400,01			27/02/2024	1.484,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10016193-Reparação de Aspirador Hiiti	15/02/2024	300,00	369,00			28/03/2024	369,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513479112	10016194-Alojamento para iStay Hotel Porto Centro - 10/01/2024 a 1	01/02/2024	688,38	729,68			08/03/2024	726,00	-42,40	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT174494564	10016196-Alojamento para Qta. Valbom - 08/01/2024 a 26/01/2024	01/02/2024	1.056,62	1.120,02			23/02/2024	1.187,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016197-Alojamento para ParK Hotel Porto Gaia - 10/01/2024 19/01	01/02/2024	283,14	300,13			08/03/2024	299,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016198-Alojamento para Quintal de Além do Ribeiro - 03/01/2024 a	01/02/2024	424,53	450,00			23/02/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	10016199-IP2 - VARIANTE NASCENTE ÉVORA - EXECUÇÃO	01/08/2024	27.450.000,00	27.450.000,00	2139/2024	15/11/2024	24/12/2024	2.136.100,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	10016199-IP2 - VARIANTE NASCENTE ÉVORA - EXECUÇÃO	01/08/2024	27.450.000,00	27.450.000,00	2139/2024	15/11/2024	24/12/2024	2.001.348,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555714	10016200-Aquisição de Material para reposição nas malas de primeir	06/02/2024	906,31	1.114,76			27/05/2024	906,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10016201-1 - AQUISIÇÃO DE SPARES PARA CCVS – 2024/2027	12/06/2024	321.000,00	394.830,00			12/11/2024	394.829,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10016201-2 - AQUISIÇÃO DE SPARES PARA CCVS – 2024/2027	12/06/2024	71.650,00	88.129,50			31/12/2024	42.140,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506358534	10016205- Intervenção na plotter Epson t5000 (sn: QB9E003920)- Co	02/02/2024	1.000,00	1.230,00			09/04/2024	1.125,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10016206-Alojamento para Unidade Dom Hotel - 23-01-2024 a 24-01	01/02/2024	32,08	34,00			23/02/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502502398	10016209-Serviço de Remoção da Viatura 88-ZO-40	07/02/2024	76,65	94,28			30/05/2024	94,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10016210-Alojamento para H. Quinta do Paço - 11/01/2024 a 12/01/2	01/02/2024	47,17	50,00			08/03/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500165866	10016211-Alojamento para Hotel Afonso V – 04/01/2024 a 05/01/202	02/02/2024	94,34	100,00			08/03/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10016212-Alojamento para Hotel D. Bernardo – 08/01/2024 a 16/01/2	02/02/2024	146,01	154,77			25/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016213-Alojamento para H. Santos - 03/01/2024 a 26/01/2024	01/02/2024	339,66	360,04			20/06/2024	381,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10016214-Alojamento para Hotel D. João – 11/01/2024 a 12/01/2024	02/02/2024	43,78	46,41			29/10/2024	49,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505001314	10016215-Alojamento para H. Solar Mascarenhas - 23/01/2024 a 24/(	01/02/2024	94,34	100,00			29/02/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10016216- AT-ENE- CONTRATO DE MANUTENÇÃO TLC STI 2024	21/03/2024	105.860,00	130.207,80			20/06/2024	130.207,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016217-Alojamento para H. Sra. do Castelo - 10/01/2024 a 11/01/2	02/02/2024	39,63	42,01			23/02/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016219-Alojamento para Hotel D. Luis - Coimbra – 03/01/2024 a 2(	02/02/2024	674,38	714,84			25/04/2024	742,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10016220-Alojamento para Hotel D. Luis – Elvas– 09/01/2024 a 10/01	02/02/2024	46,23	49,00			23/02/2024	49,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501919007	10016221-Alojamento para Hotel Durão- 15/01/2024 a 26/01/2024	02/02/2024	127,37	135,01			23/02/2024	143,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10016222-Alojamento para H. Vale do Côa - 25/01/2024 a 26/01/2024	02/02/2024	169,83	180,02			13/03/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501774360	10016224-Manutenção corretiva e evolutiva da aplicação emForma 2(	11/04/2024	20.650,00	25.399,50			31/05/2024	12.807,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	10016225-Reparação de terminais móveis de serviço para o ano de 2	06/02/2024	4.320,00	5.313,60			08/03/2024	4.886,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016227-Alojamento para H. Veleiro - 03/01/2024 a 25/01/2024	02/02/2024	943,40	1.000,00			08/03/2024	1.060,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10016228-Alojamento para H. Via Norte - 03/01/2024 a 25/01/2024	02/02/2024	330,19	350,00			23/02/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016229-Alojamento para Inatel Albufeira - 15/01/2024 a 18/01/2024	02/02/2024	141,51	150,00			20/02/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500169900	10016230- AD20240035 - Abertura e substituição das fechaduras na I	06/02/2024	114,02	140,24			25/04/2024	140,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10016232-Alojamento para Hotel Flag Santarém – 18/01/2024 a 20/0	02/02/2024	169,82	180,01			08/03/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016233-Alojamento para Hotel Lagoa – 03/01/2024 a 25/01/2024	02/02/2024	518,87	550,00			08/03/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016234-Alojamento para Hotel Lusitânia – 03/01/2024 a 26/01/2024	02/02/2024	988,75	1.048,08			08/03/2024	1.064,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10016235-Aquisição de Certificados Digitais Qualificados	06/02/2024	558,60	687,08			25/04/2024	687,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510501214	10016237-Manutenção viatura Mitsubishi L200 87-HN-75	06/02/2024	1.656,46	2.037,45			26/03/2024	2.037,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510728189	10016238-Renovação Suse Linux Enterprise Server 2024	02/04/2024	8.630,64	10.615,69			07/06/2024	10.615,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016239-Manutenção da viatura 04-ZQ-42	06/02/2024	79,93	98,31			05/04/2024	120,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10016241-Reparação equipamento JCB	07/02/2024	3.767,48	4.634,00			08/03/2024	4.634,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077622	10016242-Aquisição de 3 mesas para sala de crise	07/02/2024	1.651,86	2.031,79			25/04/2024	2.031,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501325174	10016243- AD20240032 - Operação e Vigilância e Manutenção - A23	12/02/2024	9.989,00	12.286,47			30/05/2024	12.286,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016244- Revisão viatura 51-JE-16 - 410.000 km	06/02/2024	873,41	1.074,29			08/03/2024	1.321,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507031059	10016246-1ª Avaliação de Acompanhamento ao Organismo Designac	15/02/2024	3.088,00	3.798,24			29/02/2024	3.798,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016247-Manutenção da viatura 87-HN-72	08/02/2024	413,27	508,32			08/03/2024	508,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501985123	10016248-Substituição de 2 pneus na viatura Mercedes 10-GO-71	08/02/2024	418,50	514,76			26/03/2024	633,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509861156	10016249-Manutenção da viatura 24-ZP-34	08/02/2024	190,00	233,70			26/03/2024	287,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280215	10016251-Reparação do Compressor.	15/02/2024	100,00	123,00			28/03/2024	123,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501453270	10016252-Aquisição de consumíveis para equipamentos de reparaçã	05/06/2024	144,09	177,23			30/09/2024	177,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503626648	10016253-AD 20140039 Substituição de coluna de iluminação (danifi	16/02/2024	2.428,73	2.428,73			06/08/2024	2.428,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506334582	10016254- AD 20140039 Serviços de recolha de animais	12/02/2024	1.500,00	1.845,00			14/03/2024	1.084,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT208841601	10016255-LINHA DO VOUGA - SISE - INTERVENÇÃO DE EMERGÊ	12/02/2024	910,00	1.119,30			28/05/2024	910,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514560665	10016257-Licenciamento da solução QTraining – 201 licenças	28/02/2024	3.015,00	3.708,45			30/05/2024	3.708,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501804013	10016258-AD 20240033 - EN247 Km 84+280 ao Km 84+320 – Forne	21/02/2024	9.600,00	11.808,00			04/07/2024	9.600,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513096981	10016259- Aquisição botões pressão para SST	16/02/2024	315,36	387,89			17/05/2024	387,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500218935	10016260-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	08/02/2024	302,00	371,46			26/03/2024	371,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT255832915	10016261-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	08/02/2024	4.510,00	5.547,30			30/04/2024	5.758,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510728189	10016262-Licenciamento Autodesk 2024-2026	03/06/2024	665.450,40	818.503,99			20/08/2024	272.834,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10016263-Aquisição de Fonte de Alimentação premium 110/220Vca-(	14/02/2024	4.865,00	5.983,95			05/04/2024	5.983,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016264-Manutenção viatura AB-29-CV	08/02/2024	44,10	54,24			05/04/2024	66,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016265-Manutenção da viatura 87-HN-72	08/02/2024	283,32	348,48			17/05/2024	348,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500697370	10016266-Fornecimento de 1600L de gasóleo mineral para abastecin	14/02/2024	2.661,12	3.273,18			23/05/2024	3.122,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508083877	10016267-AT VDM_Aquisição de câmaras de videovigilância para sub	07/02/2024	4.979,20	6.124,42			30/04/2024	6.124,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502167610	10016269-Manutenção da viatura 05-ZQ-66	08/02/2024	127,75	157,13			05/04/2024	193,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504030680	10016272-Assessoria ao Sistema de Gestão da Conciliação entre a vi	22/02/2024	4.800,00	5.904,00			13/08/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505816075	10016273-Aquisição de 13 placas de sinalética para garagem	07/02/2024	36,40	44,77			26/03/2024	44,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016275-Deslocações Paris - jan 2024 - Reuniões Kick-Off PIARC	01/02/2024	3.686,10	4.533,90			26/03/2024	3.686,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502594640	10016276-Remontagem engate de reboque na viatura 17-ZN-76	08/02/2024	185,00	227,55			25/04/2024	227,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016278-Peritagens automóveis na sequencia de acidentes rodoviár	12/02/2024	200,00	246,00			17/05/2024	159,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805416	10016279-Prestação de serviços para elaboração de um relatório de	09/02/2024	210,00	258,30			05/04/2024	258,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505588102	10016280-Aquisição de injetores para resinas	21/02/2024	339,00	416,97			26/03/2024	416,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10016281-EN222 – KM 154+200 – MURO DE SUPORTE - REQUALI	07/02/2024	3.565,00	4.384,95			05/04/2024	4.384,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502550066	10016282-Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos indiferenciados resu	03/05/2024	54.718,95	67.304,31			26/11/2024	6.815,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016283-Portagens IP - Faturação SNC Pendente - IP	19/02/2024	2.585,54	3.180,21			07/06/2024	3.573,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT146677579	10016284-Alojamento Alcácer do Sal - Fiscalização Empreitada da Li	05/02/2024	56,60	60,00			20/02/2024	63,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE183504341	10016286-Aquisição de pneus de medição do sistema SKM	26/02/2024	4.865,00	4.865,00			30/04/2024	4.865,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427588	10016288-L. SUL - PK 28+634 - SUBSTITUIÇÃO DA PASSAGEM INF	26/07/2024	723.144,83	723.144,83			29/11/2024	138.821,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504059521	10016289-Aquisição de bolsas plastificar	16/02/2024	29,96	36,85			26/03/2024	36,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10016292-Manutenção da viatura 40-IN-35	12/02/2024	86,40	106,27			26/03/2024	130,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016293-Peritagem a Veículo Automóvel - Processo GC 2023REC0	12/02/2024	65,00	79,95			25/04/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501334110	10016294-Reparação viatura Mercedes 97-GN-04	12/02/2024	1.128,18	1.387,66			17/05/2024	1.479,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506338673	10016295-GCE Cauções: alterações ao implementado	28/02/2024	4.990,00	6.137,70			05/04/2024	6.137,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504880268	10016296- AD 20240039 Reposição da iluminação EN18 e IC13	12/02/2024	1.075,00	1.075,00			25/04/2024	1.075,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508083877	10016297-AT-VDM AQUISIÇÃO CÂMARAS MANUTENÇÃO	14/06/2024	65.225,15	80.226,93			30/08/2024	80.226,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510467970	10016299-Luzes de emergência viaturas CLN	14/02/2024	349,37	429,73			26/03/2024	429,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509770118	10016300-A25-ASSISTÊNCIA RODOVIÁRIA - NÓ DE VILAR FORMO	07/05/2024	59.990,00	59.990,00			30/09/2024	9.014,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505369753	10016302- AD20240032 - Serviços de reboque de viaturas na Rede R	15/02/2024	2.000,00	2.460,00			18/07/2024	1.698,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10016303- AD20240032 - Renovação da sinalização fluvial nas bases	14/02/2024	2.592,64	3.188,95			22/07/2024	2.592,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016304-Alojamento para Inatel Oeiras - 06-02-2024a 07-02-2024	14/02/2024	47,17	50,00			30/09/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513479112	10016305-Alojamento para iStay Porto Centro - 01-02-2024 a 08-02-2	14/02/2024	442,53	469,08			25/04/2024	463,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016307-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 29-01-2024 a 02-02-	14/02/2024	235,94	250,10			26/03/2024	249,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT174494564	10016308-Alojamento para Qta Valbom - 05-02-2024 a 09-02-2024	14/02/2024	452,83	480,00			31/07/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016309-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 30-01-2024 a 08-0	14/02/2024	188,68	200,00			26/03/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502166860	10016310-Aquisição de serviços de trabalho temporário para cedência	11/04/2024	18.522,75	22.782,98			28/06/2024	18.046,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504995634	10016311-Renovação licenciamento Outsystems	07/06/2024	361.152,00	444.216,96			20/08/2024	444.216,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10016312-Alojamento para Santarém Flag Hotel - 07-02-2024 a 09-0	14/02/2024	169,82	180,01			26/03/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT167086103	10016313-Alojamento para St@y Tunes - 31-01-2024 a 29-02-2024	14/02/2024	1.094,34	1.160,00			28/03/2024	1.229,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016314-12 a 14 de março de 2023 - Deslocação (avião + hotel) par	15/02/2024	890,31	1.095,08			14/03/2024	890,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500553408	10016316- AD20240035 - 10 ton massas a frio	20/02/2024	870,00	1.070,10			30/04/2024	1.070,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016317-Alojamento para Baía Beach - 07.02.2024 a 09.02.2024	14/02/2024	96,34	102,12			26/03/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016318-Alojamento para Casas com Estória - 29.01.2024 a 08.02.2	14/02/2024	184,92	196,02			28/03/2024	207,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016319-Alojamento para Dormitório Figueira da Foz - 03.02.2024 a	14/02/2024	44,45	47,12			10/05/2024	49,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016320-Alojamento para Dormitório da Guarda - 02.02.2024 a 13.0	14/02/2024	355,56	376,89			10/05/2024	399,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10016321-Alojamento para Hotel Aranguês - 06.02.2024 a 07.02.202	14/02/2024	45,29	48,01			08/03/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10016322-Alojamento para Hotel D. Bernardo - 05.02.2024 a 06.02.2	14/02/2024	146,01	154,77			25/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995188	10016323-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra - 31.01.2024 a 09	14/02/2024	385,36	408,48			25/04/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10016325-SMARTROAD - REPARAÇÃO DA PLACA GRÁFICA DO P	16/02/2024	374,13	460,18			30/05/2024	460,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10016326-Aquisição de serviços para verificação da qualidade dos tra	05/03/2024	4.840,00	5.953,20			30/07/2024	5.953,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502599359	10016327-Alojamento para Hotel Senhora-a-Branca - 29/01/2024 a 3(	16/02/2024	104,73	111,01			25/04/2024	117,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10016328-Alojamento para Hotel Qta do Paço - 07/02/2024 a 08/02/2	16/02/2024	141,51	150,00			26/03/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016329-Alojamento para Hotel Santos - 01/02/2024 a 09/02/2024	16/02/2024	113,22	120,01			20/06/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10016332- AD20240032 - SICE IP - PRO-23-122 IC17 Viaduto de Alg	22/02/2024	9.992,37	12.290,62			07/06/2024	12.290,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504779079	10016333-Aquisição de escadote para a oficina do Entroncamento da	20/02/2024	1.095,00	1.346,85			28/03/2024	1.346,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500035679	10016334-Revisão da viatura 47-IO-43	21/02/2024	1.140,08	1.402,30			28/03/2024	1.724,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503362662	10016335-Solidworks - Atualização do software existente com Upgrac	20/06/2024	19.185,00	23.597,55			27/08/2024	23.597,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10016337-Alojamento para Hotel Vale do Côa - 08/02/2024 a 09/02/2	16/02/2024	44,34	47,00			26/03/2024	49,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016338-Alojamento para Hotel Veleiro - 01/02/2024 a 08/02/2024	16/02/2024	141,51	150,00			26/03/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10016339-Alojamento para Hotel Via Norte - 30/01/2024 a 08/02/2024	16/02/2024	188,68	200,00			08/03/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016340-Alojamento para Inatel Caparica - 29/01/2024 a 07/02/2024	16/02/2024	518,87	550,00			09/04/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502693134	10016341- AD20240035 - Aquisição 7m3 de areia	20/02/2024	125,65	154,55			31/05/2024	148,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501745088	10016342-Aquisição do Simulador de Incêndio Mod. AEROS 2 e com	20/02/2024	4.012,95	4.935,93			09/07/2024	4.935,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10016343-Peritagem de viatura no âmbito de Dano a Terceiro do Ges	27/02/2024	50,00	61,50			17/05/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805416	10016344-Peritagem em viatura - Danos a Terceiros - Matricula 71-P(	21/02/2024	108,00	132,84			05/04/2024	132,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10016345-Aquisição de rebarbadora Centro Limpeza de Neve	27/02/2024	329,90	405,78			25/04/2024	405,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	10016346-EN118 - REQUALIFICAÇÃO ENTRE ALCOCHETE (KM 10	03/10/2024	499.779,90	614.729,28			27/12/2024	28.091,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501446931	10016347-AD 20240039 Aquisição de 6 rolos de tela vinílica	23/02/2024	3.901,74	4.799,14			17/05/2024	2.604,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10016348-Peritagem no âmbito do Processo nº 17/24.0T8SRE do TJ	27/02/2024	50,00	61,50			17/05/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500044856	10016349-AD 20240033 - Aquisição de consumíveis para equipament	22/02/2024	341,70	420,29			06/08/2024	420,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016351-Deslocação ao Estrangeiro para Participação do Eng.º Joã	23/02/2024	844,94	1.039,28			28/03/2024	844,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10016352-L. NORTE- PK 74,000 A PK 74,200 - MURO DE SUPORTE	28/05/2024	74.763,00	91.958,49			31/12/2024	21.565,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502061553	10016355-Aquisição de consumíveis para a plotter Latex da DCI	28/02/2024	2.428,00	2.986,44			28/03/2024	2.986,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500142459	10016356- AD20240032 - RAP LX - IC 19 e IP 7 - Fornecimento e col	22/02/2024	9.954,00	12.243,42			25/04/2024	9.954,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930985	10016357- Somos IP 2024 - Medalha Delux - pequeno almoço com o	21/02/2024	229,46	282,24			28/03/2024	199,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508673682	10016358-03.01.2024- 2 Alojamentos por ocasião de evento em Cam	20/02/2024	122,64	130,00			26/02/2024	137,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10016359-Alojamento para Hotel D. Luís-Elvas – 29/01/2024 a 07/02/	20/02/2024	231,15	245,02			29/02/2024	259,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501919007	10016360-Alojamento para Hotel Durão – 07/02/2024 a 08/02/2024	20/02/2024	42,46	45,01			26/03/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10016361- AD20240032 - Peritagem automóvel na rede da Alta Prest	20/02/2024	800,00	984,00			25/04/2024	615,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10016362-Alojamento para Hotel Francis – 31/01/2024 a 08/02/2024	20/02/2024	235,85	250,00			26/03/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10016363-Alojamento para Hotel Gameiro – 07/02/2024 a 09/02/2024	20/02/2024	356,62	378,02			26/03/2024	400,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016364-Alojamento para Hotel Lagoa – 29/01/2024 a 08/02/2024	20/02/2024	377,36	400,00			26/03/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016365-Alojamento para Hotel Lusitânia – 30/01/2024 a 09/02/2024	20/02/2024	954,75	1.012,04			26/03/2024	1.072,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502136090	10016366- AD20240032 - RAP GL - Compra e Fornecimento de Sepa	22/02/2024	3.979,88	4.895,25			30/04/2024	4.895,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502388501	10016368- AD20240032 - Aquisição de 2.000L produto para limpeza	22/02/2024	2.980,00	3.665,40			24/05/2024	3.665,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT255832915	10016369-Prestação de serviços – catering – eventos institucionais de	20/02/2024	1.020,00	1.254,60			17/05/2024	1.302,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503455105	10016370-Aquisição de mesas desdobráveis eventos	20/02/2024	2.330,90	2.867,01			25/04/2024	2.867,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10016371-Reparação máquina de lavar viaturas afeta ao CLN	27/02/2024	313,25	385,30			28/03/2024	385,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995188	10016372-Alojamento para H. D. Luís - Coimbra - 14/02/2024 a 18/02	21/02/2024	96,34	102,12			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT900976934	10016373-Alojamento para H. Eden - 14/02/2024 a 16/02/2024	21/02/2024	226,42	240,01			26/03/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510514014	10016374-Serviço de Catering - Reunião do WG 28 do CEN, nos dias	26/02/2024	833,00	1.024,59			30/04/2024	941,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016375-Alojamento para H. Lagoa - 14/02/2024 a 15/02/2024	21/02/2024	47,17	50,00			26/03/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016376-Alojamento para H. Lusitânia - 14/02/2024 a 15/02/2024	21/02/2024	86,80	92,01			26/03/2024	97,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509550835	10016379-Alojamento para Hotel M - 15-02-2024 a 16-02-2024	20/02/2024	47,17	50,00			26/03/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016380-Alojamento para Hotel Inatel Caparica - 14-02-2024 a 16-0	20/02/2024	188,68	200,00			25/04/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016381-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro - 14-02-2024 a	20/02/2024	94,34	100,00			26/03/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10016382-L. SUL - PK28+868 AO PK58+307- SUBSTITUIÇÃO FIXAÇ	24/06/2024	740.206,78	740.206,78			21/11/2024	473.135,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694738	10016383-Alojamento para Hotel Pura Lã – 14/02/2024 a 16/02/2024	20/02/2024	237,75	252,02			25/04/2024	267,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10016385-Aquisição de bens - Mini-Escavadora JCB (Revisão do equ	04/03/2024	624,57	768,22			24/05/2024	768,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016386-Alojamento para Hotel Santos – 14/02/2024 a 15/02/2024	20/02/2024	37,74	40,00			20/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016387-Alojamento para Hotel Sra. do Castelo – 14/02/2024 a 15/0	20/02/2024	39,62	42,00			25/04/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500557403	10016388-Transporte de equipamentos de controlo de velocidade par	26/02/2024	4.650,00	5.719,50			17/05/2024	2.859,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016389-Alojamento para Hotel Veleiro – 14/02/2024 a 15/02/2024	20/02/2024	47,17	50,00			26/03/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503910457	10016390-Aquisição de perfil retangular de alumínio para reparação d	21/02/2024	196,43	241,61			17/12/2024	241,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500012032	10016391-Aquisição de água engarrafada	01/03/2024	0,00	0,00			24/05/2024	842,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501139184	10016392-Aquisição de um conjunto de materiais que não fazem part	22/02/2024	157,61	193,86			17/12/2024	193,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506608972	10016393-AD 20240039 Incineração animais cadáveres	23/02/2024	49,70	61,13			26/03/2024	61,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB81283251	10016394-Reparação de 3 RCAD e RMF	28/02/2024	6.588,50	6.588,50			11/07/2024	6.588,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016395-Recondicionamento da viatura Toyota Corola AB-17-CV	23/02/2024	200,00	246,00			26/03/2024	246,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506608972	10016396- AD20240032 - Incineração dos animais mortos recolhidos	22/02/2024	750,00	922,50			26/03/2024	696,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10016400-Manutenção viatura Renault 21-17-UL - CLN	23/02/2024	280,00	344,40			26/03/2024	344,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10016401- AT-ENE - REFORMULAÇÃO SISTEMAS DE ENERGIA SE	05/06/2024	59.900,00	73.677,00			31/12/2024	73.677,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016403-Revisão viatura Nissan 35-JN-58	23/02/2024	187,71	230,88			28/03/2024	230,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016405-Manutenção viatura 19-JG-33	23/02/2024	1.567,32	1.927,80			28/03/2024	2.210,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502136090	10016406- AD 2024 - Aquisição de Marcos Hectométricos para implen	23/02/2024	4.983,93	6.130,23			25/04/2024	6.130,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016407-Manutenção viatura 06-ZQ-19	23/02/2024	592,57	728,86			05/04/2024	896,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10016408-Reparação Viaturas, 21-17-UL, 47-CV-31, 07-76-BI, 07-73-	23/02/2024	1.133,67	1.394,41			26/03/2024	1.394,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514209917	10016409-Aquisição de Vestuário de Proteção de Alta Visibilidade – P	29/02/2024	4.896,39	6.022,56			20/06/2024	6.022,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016410-Aquisição de 8 cabecas/bincas compatíveis com os corpos	22/02/2024	600,00	738,00			30/05/2024	738,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504569759	10016411-Renovação do licenciamento de 35 licencas de SAP Analyt	20/03/2024	6.512,94	8.010,92			25/04/2024	8.010,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	10016412- AD20240034 - Aquisição e Transporte de massas betumir	14/03/2024	1.895,00	2.330,85			17/05/2024	2.142,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016413-Aquisição de Cones de Sinalização	28/02/2024	349,50	429,89			13/08/2024	429,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10016414- GSM-R - MANUTENÇÃO - SISTEMA DE REGISTO DE CH	05/06/2024	119.803,00	147.357,69			10/09/2024	99.773,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502665696	10016415-Renovação de domínios (5 anos) e certificados	28/02/2024	576,48	709,07			29/03/2024	576,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510253512	10016416-Reparação viatura Supra Schmidt 97-SH-61	23/02/2024	1.495,00	1.838,85			26/03/2024	1.838,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT128777303	10016417-Consumíveis para Martelos Hilti	13/03/2024	480,00	590,40			20/06/2024	590,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516717863	10016418-Aquisição e instalação de velas tensionadas e telas para sc	28/03/2024	11.505,00	14.151,15			06/08/2024	14.151,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016419-Manutenção da viatura 03-ZQ-12 - SNC	23/02/2024	293,31	360,77			17/05/2024	443,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10016420-Aquisição de serviços de avaliação técnica e ensaios traves	12/04/2024	13.710,00	16.863,30			27/12/2024	8.130,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016421-Manutenção viatura 03-ZQ-50	23/02/2024	136,04	167,33			17/05/2024	205,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510761291	10016422-LAVAGENS VIATURAS VILA REAL CONORTE 2024	29/02/2024	2.352,00	2.892,96			17/05/2024	842,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507031059	10016423-AsBo - Avaliação IPAC no âmbito da alteração do Gestor T	29/02/2024	772,00	949,56			26/03/2024	949,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509648371	10016424-LAVAGENS - VIATURAS DE BRAGANÇA - ANO 2024	29/02/2024	1.317,60	1.620,65			24/05/2024	279,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510616640	10016425-Alojamento para Stay Hotel Lisboa Aeroporto - 09/10/2023	22/02/2024	235,85	250,00			29/02/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10016426- AT-ENE – Aquisição materiais para reparação/substituição	27/02/2024	4.728,00	5.815,44			25/04/2024	5.815,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509648371	10016427-LAVAGENS E PARAFINAÇÃO LIMPA NEVES - CONORTI	01/03/2024	682,92	839,99			24/09/2024	37,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503913367	10016428-LAVAGENS VIATURAS VIANA DO CASTELO ANO 2024	01/03/2024	1.180,80	1.452,38			30/04/2024	211,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501985123	10016429-Substituição de 2 pneus traseiros viatura Mercedes 97-GN-	01/03/2024	418,50	514,76			05/04/2024	633,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10016430-Aquisição de berbequim a bateria RF-CEN	27/02/2024	1.109,79	1.365,04			28/03/2024	1.341,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509770118	10016431-20240031-A25 Assistência Rodoviária do troco da A25 - Nó	27/02/2024	3.700,00	4.551,00			20/06/2024	4.550,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500252289	10016432-Prestação de serviços – Impressão de peças de sinalética r	26/02/2024	4.995,00	6.143,85			17/05/2024	5.553,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508830494	10016433-Proposta de adjudicação para aquisição de brindes Dia Inte	13/04/2022	1.425,95	1.753,92			18/07/2024	1.753,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503244414	10016434- AD20240035 - Aquisição de 50 sacos de cimento	27/02/2024	184,95	227,49			28/03/2024	227,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016435-Revisão viatura Land Rover 01-81-TI	01/03/2024	353,83	435,21			28/03/2024	535,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016436-Revisão de Manutenção Dresina DP-227	28/02/2024	4.047,60	4.978,55			27/06/2024	4.978,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509635970	10016437-EN9 Km 26+650 ao Km 26+700 - via descendente - forneci	04/03/2024	7.323,60	9.008,03			28/06/2024	7.323,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016438-Manutenções MPS Fevereiro de 2024	05/03/2024	9.971,60	12.265,07			10/05/2024	12.265,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513606084	10016441- AD20240032 - Limpeza da fossa sética do Edifício Técnico	27/02/2024	700,00	861,00			13/03/2024	385,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507583698	10016442- AD20240032 - Serviço de desratização 2024	10/04/2024	990,00	1.217,70			05/12/2024	811,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10016444-L. Vouga – Espinho/Sernada (12 locais) e Sernada/Aveiro (	26/07/2024	24.880,00	24.880,00			31/12/2024	24.880,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508266742	10016446-TM Bobadela - Aquisição de 6 pneus para os equipamento:	02/04/2024	16.800,00	20.664,00			20/06/2024	20.664,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508832209	10016447-AQUISIÇÃO DE SPARES PARA POSTOS DE OPERAÇÃC	04/03/2024	4.204,26	5.171,24			25/04/2024	7.081,48	-1.910,24	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10016448-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	29/05/2024	9.425,90	10.651,27			16/07/2024	4.358,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10016448-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	29/05/2024	0,00	0,00			16/07/2024	450,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555544	10016451-Alojamento para Alamal River Club - 14/02/2024 a 15/02/2(	01/03/2024	47,17	50,00			05/04/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10016452-Alojamento para Dom Hotel - 13/02/2024 a 14/02/2024	01/03/2024	32,08	34,00			26/03/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016453-Alojamento para Hotel Porto Antas - 16/02/2024 a 17/02/2(	01/03/2024	49,17	52,12			05/04/2024	52,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503326755	10016454-Ensaios ao óleo de Transformadores de Potência de Subes	06/09/2024	3.844,25	4.728,43			13/12/2024	4.291,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10016456-Substituição de 2 pneus dianteiros viatura 35-JN-58	01/03/2024	248,04	305,09			05/04/2024	305,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500949430	10016457-Prest. Serv. Técnico para intervenção no Sistema Integrado	01/03/2024	66,05	81,24			05/04/2024	81,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016461-Aquisição de 1 placa elétrica portátil para as instalações so	29/02/2024	98,38	121,01			05/04/2024	121,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016470-Alojamento para H. Veleiro - 20-02-2024 a 26-02-2024	01/03/2024	235,85	250,00			28/03/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016472-Alojamento para Inatel Caparica - 19-02-2024 a 26-02-202	01/03/2024	424,53	450,00			30/04/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT174494564	10016473-Alojamento para Unidade Hoteleira Qta Valbom - 19-02-20	01/03/2024	452,84	480,01			05/04/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016474-Alojamento para Unidade Hoteleira Quintal Além Ribeiro - 2	01/03/2024	94,34	100,00			28/03/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10016475-Alojamento para Unidade Hoteleiro R. D. Carlos - 21-02-20	01/03/2024	94,34	100,00			17/05/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016477-Deslocação a Bruxelas 4 a 6 de marco. Eng.ª Sónia Macha	28/02/2024	1.252,70	1.540,82			27/05/2024	1.252,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500682461	10016479-Aquisição de sistema de ligação elétrica ao carril e de ferra	20/05/2024	2.057,86	2.531,17			30/08/2024	2.437,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501760938	10016480-Aquisição de bateria para Prensa Hidráulica RF-CEN	05/03/2024	117,62	144,67			25/04/2024	144,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	10016482-Aquisição de carril 60E1 para aplicação na ação "Ramal de	26/07/2024	795.333,00	795.333,00	2213/2024	09/09/2024	21/11/2024	788.061,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	10016483-Aquisição de cadeiras de escritório C1	18/07/2024	57.415,68	70.621,29			13/12/2024	70.341,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503299006	10016484-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	29/02/2024	3.465,00	4.261,95			07/06/2024	4.257,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016485-Deslocação a Frankfurt - ESRI - 7-10 Abril - Susana Feio e	14/03/2024	2.463,18	3.029,71			25/04/2024	2.463,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT508270332	10016487-Deslocação a Amesterdão do Eng.º Mário Pereira de 18 a 2	23/02/2024	1.233,33	1.517,00			05/04/2024	1.233,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507719395	10016488-Caracterização da iluminância em postos de trabalho no E	08/03/2024	900,00	1.107,00			30/08/2024	1.107,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513648852	10016490-Aquisição de motosserra a bateria RF-CEN	07/03/2024	706,78	798,66			17/05/2024	706,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016492-Alojamento para H. Santos - 21/02/2024 a 23/02/2024	01/03/2024	75,48	80,01			20/06/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016493-Alojamento para H. Sr.ª do Castelo - 21/02/2024 a 22/02/2(	01/03/2024	39,63	42,01			28/03/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10016495-Alojamento para H. Vale do Côa - 22/02/2024 a 23/02/2024	01/03/2024	88,68	94,00			17/05/2024	99,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506578968	10016496-Transporte de dresina DP-216 do Poceirão para Entroncan	11/03/2024	1.975,00	2.429,25			24/04/2024	2.429,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517560364	10016502-LMINHO - PK52,900 AO PK53,180 (LD E LE) - ESTABILIZ	25/06/2024	41.350,00	50.860,50			24/12/2024	10.608,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10016503-1 - AQUISIÇÃO DE IT E REDES PARA GESTÃO DE APLIC	13/08/2024	257.061,44	316.185,57			22/10/2024	316.185,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500074372	10016503-2 - AQUISIÇÃO DE IT E REDES PARA GESTÃO DE APLIC	27/08/2024	62.799,68	77.243,61			31/12/2024	77.243,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737640	10016504-Manutenção da viatura 87-HN-78	06/03/2024	135,43	166,58			25/04/2024	166,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737640	10016505-Substituição de 2 pneus viatura 87-HN-78	06/03/2024	195,50	240,47			25/04/2024	240,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509085679	10016508- AD20240032 - Limpeza da fossa sética do Edifício Técnic	08/04/2024	300,00	369,00			24/12/2024	110,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508009671	10016511-TM_Bobadela - Recolha de resíduos urbanos durante 2 me	08/03/2024	687,44	728,69			12/03/2024	364,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508270332	10016512-Deslocação ao Estrangeiro para Participação dos Técnicos	29/02/2024	1.528,40	1.879,93			05/04/2024	1.528,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888682	10016513-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais domésti	05/03/2024	2.640,00	3.247,20			30/04/2024	3.247,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10016515-Alojamento para Hotel Francis - 19/02/2024 a 23/02/2024	04/03/2024	1.132,08	1.200,00			05/04/2024	1.272,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501919007	10016518-Alojamento para Hotel Durão - 19/02/2024 a 20/02/2024	04/03/2024	42,46	45,01			05/04/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10016519-Alojamento para Hotel Gameiro – 19/02/2024 a 20/02/2024	04/03/2024	79,25	84,01			05/04/2024	89,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016520-Alojamento para Hotel Lagoa – 19/02/2024 a 22/02/2024	04/03/2024	188,68	200,00			05/04/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016521-Alojamento para Hotel Lusitânia – 19/02/2024 a 23/02/2024	04/03/2024	607,56	644,01			05/04/2024	682,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016522-Alojamento para Hotel D. Luís-Coimbra - 20/02/2024 a 23/(	04/03/2024	192,68	204,24			25/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016523-Alojamento para Dormitório da CP da Figueira da Foz - 24/	04/03/2024	44,45	47,12			10/05/2024	49,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016524-Alojamento para Baía Beach Hotel - 21/02/2024 a 23/02/2(	04/03/2024	96,34	102,12			05/04/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500337284	10016528- AD20240035 - Aquisição de materiais para a Brigada de In	11/03/2024	64,86	79,78			25/04/2024	64,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513500146	10016530-Contratação de transcrição à Sol Consulting no âmbito do I	07/03/2024	432,52	532,00			30/04/2024	532,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB86790508	10016533-AT-TEL - Aquisição ATA VoIP / FXS para Ramal de Tomar	05/03/2024	125,00	125,00			30/05/2024	125,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502360763	10016536-Contratação de Serviços de Reparação do Tanque de Água	15/03/2024	3.700,00	4.551,00			19/07/2024	4.551,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10016537-Reunião Dirigentes DRF (Sul) - Apresentação do Programa	05/03/2024	630,00	774,90			25/04/2024	630,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508925118	10016540-Produção do Relatório e Contas e o Relatório de Sustentab	06/03/2024	4.950,00	6.088,50			27/05/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10016543- Prestação de serviços de catering para workshop o impact	05/03/2024	375,00	461,25			25/04/2024	325,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510221033	10016544-Reparação de lanternas de sinais e carregadores, afetos a	07/03/2024	441,13	542,59			30/04/2024	542,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500074372	10016546-RSE-Prestação de serviço de apoio técnico a afetar à ativid	16/09/2024	295.470,00	363.428,10			26/11/2024	25.238,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501530932	10016548-Desenvolvimentos GRH/GESVEN	08/03/2024	2.520,00	3.099,60			17/05/2024	3.099,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508406636	10016549-Peritagem em motociclo - Matricula 30-ZL-76 - GC 2024RE	05/03/2024	65,00	79,95			25/04/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500223297	10016550-Aquisição de 2 cabecas/pinças compatíveis com os corpos	07/03/2024	150,00	184,50			06/08/2024	184,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501642277	10016551-Aquisição de Vestuário de Proteção de Alta Visibilidade – C	08/03/2024	4.996,25	6.145,39			20/06/2024	6.145,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504914588	10016554-VARIANTE À EN14 LANÇO INTERFACE RODOFERROVI	07/06/2024	55.000,00	67.650,00			30/08/2024	29.415,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10016556-Alojamento para H. D. Bernardo - 27-02-2024 a 28-02-202	06/03/2024	340,69	361,13			25/04/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016557-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra - 26-02-2024 a 01-03-	06/03/2024	433,53	459,54			25/04/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515425893	10016558-L. NORTE – ESTAÇÃO DE TAVEIRO - PROJETO DE EST	18/03/2024	1.850,00	2.275,50			18/07/2024	2.275,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508047803	10016560- AD20240032 - Túnel do Grilo - Limpeza de caixas de visita	05/04/2024	4.153,40	5.108,68			28/06/2024	5.108,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775697	10016561- AT-TEL - Reparação de monitores do CCO de Lisboa	08/03/2024	4.500,00	5.535,00			18/07/2024	5.535,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10016563-Alojamento para H. D. Luís-Elvas - 27-02-2024 a 28-02-202	06/03/2024	46,23	49,00			28/03/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10016564-Alojamento para H. Francis - 26-02-2024 a 29-02-2024	06/03/2024	424,53	450,00			05/04/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10016565-Alojamento para H. Francis - 26-02-2024 a 27-02-2024	06/03/2024	39,63	42,01			05/04/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016566-Alojamento para H. Lagoa - 26-02-2024 a 29-02-2024	06/03/2024	188,68	200,00			05/04/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10016570-Alojamento para Hotel Via Norte – 27/02/2024 a 29/02/202	07/03/2024	94,34	100,00			28/03/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016571-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 29/02/2024 a 03/0	07/03/2024	283,02	300,00			30/04/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016572-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia – 29/02/2024 a (	07/03/2024	47,19	50,02			25/04/2024	49,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10016573-Alojamento para Hotel Pure Azibo – 29/02/2024 a 01/03/20	07/03/2024	62,27	66,01			17/05/2024	69,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016574-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro – 27/02/2024 a	07/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502076127	10016575-Alojamento para Hotel Sport Hotel – 26/02/2024 a 01/03/2(	07/03/2024	498,12	528,01			25/04/2024	559,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT167086103	10016578-Alojamento para Hotel St@y Tunes – 29/02/2024 a 31/03/2	07/03/2024	1.169,82	1.240,01			25/04/2024	1.314,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016579-Alojamento para Hotel Lusitânia - 26/02/2024 a 28/02/2024	08/03/2024	86,79	92,00			05/04/2024	97,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT164981020	10016580-Aquisição de Cubos de Cantoneira	21/03/2024	495,00	608,85			24/05/2024	608,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500309817	10016583-Aquisição de pneu para Miniescavadora JCB	22/03/2024	109,75	134,99			24/05/2024	134,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016585-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 01/03/2024 a	08/03/2024	419,54	444,71			22/04/2024	444,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10016586-Fornecimento e montagem de Rotor da Pinca CAT M318	08/03/2024	2.237,41	2.752,01			25/04/2024	2.752,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10016587-Aquisição de medidores a Laser destinados à RF-ED	18/03/2024	3.990,58	4.908,41			30/04/2024	4.908,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016588-Alojamento para Hotel Porto Antas - 26/02/2024 a 02/03/2(	08/03/2024	295,02	312,72			25/04/2024	312,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501483390	10016589-Aquisição de Rodas Odométricas destinados à RF-ED	08/03/2024	493,75	607,31			24/05/2024	607,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510501214	10016590-Manutenção/Revisão da viatura 87-HN-77	11/03/2024	668,40	822,13			25/04/2024	813,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500682461	10016591- Aquisição de ferramentas para apoio à atividade das equip	20/05/2024	303,38	373,16			31/07/2024	373,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502121998	10016592-Maxila p/ Britadeira Red Rhino 7000	13/03/2024	4.510,00	5.547,30			17/05/2024	5.547,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10016593-Alojamento para Hotel Romba - 26/02/2024 a 01/03/2024	08/03/2024	452,84	480,01			25/04/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016595-Manutenção viatura 05-ZQ-20 - SNC	11/03/2024	306,58	377,09			17/05/2024	463,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016596-Danos no Veículo de substituição 02-ZQ-44	11/03/2024	16,70	20,54			06/08/2024	20,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016597-Alojamento para Hotel Santos - 28/02/2024 a 01/03/2024	08/03/2024	75,47	80,00			20/06/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016598-Alojamento para Hotel Senhora do Castelo - 28/02/2024 a	08/03/2024	39,62	42,00			28/03/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516941964	10016599-Reparação da viatura MAN 47-CV-31 - CLN	11/03/2024	2.549,45	3.135,82			24/05/2024	3.135,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016600-Alojamento para Hotel Veleiro - 27/02/2024 a 01/03/2024	08/03/2024	283,02	300,00			25/04/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515597147	10016602- AD20240032 - Reposição de iluminação em 2 torres - Nó	22/03/2024	9.925,00	12.207,75			28/06/2024	12.207,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502451033	10016603-Calibração de Sonómetro (Marca Rion, Modelo NA-27) – T	12/03/2024	344,65	423,92			17/05/2024	423,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501640452	10016604-Aquisição de ecopontos para o piso 4 do Edifício 2, no Carr	12/03/2024	2.879,20	3.541,42			28/06/2024	3.540,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502332670	10016605-Substituição de motor usado viatura 34-DT-80	11/03/2024	1.943,68	2.390,73			17/09/2024	2.940,60	-178,73	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501787321	10016607-Reparação viatura 03-ZQ-74	14/03/2024	100,00	123,00			20/06/2024	123,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555544	10016608-Alojamento para River Club - 29/02/2024 a 02/03/2024	08/03/2024	235,85	250,00			25/04/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016609-Alojamento para Dormitório da Guarda - 20/02/2024 a 21/0	08/03/2024	44,45	47,12			10/05/2024	49,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10016610-Alojamento para Casa do Val - 26/02/2024 a 28/02/2024	08/03/2024	212,28	225,02			31/05/2024	238,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016612-Alojamento para Casas com Estória - 26/02/2024 a 29/02/2	08/03/2024	138,69	147,01			31/07/2024	155,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10016613-Alojamento para Casa da Moagem - 28/02/2024 a 29/02/2(	08/03/2024	42,46	45,01			29/05/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016614-Alojamento para dormitório da Guarda - 27/02/2024 a 01/0	08/03/2024	133,34	141,34			10/05/2024	149,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316864	10016615-APOIO À EXECUÇÃO DE PROJETO DE EXPROPRIAÇÕE	21/03/2024	19.900,00	24.477,00			07/06/2024	21.210,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502133864	10016616- Aluguer de equipamentos e serviços de tradução em simul	11/03/2024	2.500,00	3.075,00			25/04/2024	2.655,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501140263	10016618-Aquisição e montagem de encostos de cabeça para cadeir	15/05/2024	5.970,00	7.343,10			30/08/2024	7.343,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507194934	10016619-Bolsa de horas SNC-AP	20/05/2024	19.950,00	24.538,50			20/06/2024	23.399,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT600021610	10016620-Aquisição de cartas militares GIS	20/03/2024	639,99	787,19			16/07/2024	639,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10016621- AT-ENE – Aquisição conversores de medida para reparaçi	13/03/2024	4.750,00	5.842,50			24/05/2024	5.842,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503645214	10016622-Aquisição de base de montagem para transformadores de	22/03/2024	570,00	701,10			30/07/2024	701,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502405422	10016623-Aquisição de mufla 92 NB-A3	21/03/2024	3.040,00	3.739,20			07/06/2024	3.739,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506324729	10016625-Aquisição de 55 monitores de 24" - 2024	19/03/2024	4.881,25	6.003,94			09/05/2024	6.003,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509427944	10016627-Aquisição de Serviços de Qualidade do Ar no Interior das In	14/03/2024	4.056,60	4.989,62			30/07/2024	2.294,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016629-Alojamento para Casas com Estória - 05-03-2024 a 06-03-	13/03/2024	231,15	245,02			31/07/2024	259,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316864	10016630-APOIO PROJETO EXPROPRIAÇÕES 2º TRIMESTRE 202	14/03/2024	4.990,00	6.137,70			27/08/2024	3.033,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10016631-Alojamento para Casas da Moagem - 07-03-2024a 08-03-2	13/03/2024	42,46	45,01			29/05/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888288	10016632-AQUISIÇÃO DE IT PARA ACESSO DAS ESTAÇÕES ÀS A	15/05/2024	103.662,80	127.505,24			30/07/2024	127.505,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10016633-Calibração de Recursos de Medição e Monitorização afetos	13/03/2024	945,80	1.163,33			17/05/2024	877,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016634-Dormitório CP Figueira da Foz - 09-03-2024 a 10-03-2024	13/03/2024	46,00	48,76			10/05/2024	51,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016635-Dormitório Dormitório CP Guarda - 06-03-2024 a 11-03-202	13/03/2024	230,00	243,80			10/05/2024	258,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10016636-Dormitório H. A Estrela - 07-03-2024 a 08-03-2024	13/03/2024	181,13	192,00			25/04/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513915028	10016637-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	13/04/2022	4.350,00	5.350,50			25/04/2024	5.350,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	10016638-EN103 - VINHAIS (KM228+000) / BRAGANÇA (KM280+40	23/09/2024	299.895,00	368.870,85			20/11/2024	33.197,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016639-Deslocação a Copenhaga, Dinamarca de 24/06/2024 a 28/	15/03/2024	1.376,28	1.692,82			31/05/2024	1.376,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506112209	10016640-AD 20240033 - Melhoria das Condições de Segurança na I	11/04/2024	7.890,00	9.704,70			16/07/2024	7.890,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	10016641-3 - CONSERVAÇÃO CORRETIVA DO PAVIMENTO - INTE	21/10/2024	659.754,50	659.754,50	2778/2024		17/12/2024	25.846,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505588102	10016642-Aquisição de injetores para resinas	28/03/2024	2.439,00	2.999,97			07/06/2024	2.999,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10016643- AD 20240031- Aquisição de mangas de vento	22/03/2024	1.737,75	2.137,43			24/05/2024	2.137,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016644-Deslocação ao Estrangeiro - Reunião do grupo de trabalho	14/03/2024	824,78	1.014,48			20/08/2024	824,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016646-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 05/03/2024 a	15/03/2024	559,39	592,95			05/04/2024	563,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500080984	10016647- AD 20240031- Aquisição de 25 ton de areia do rio	22/03/2024	500,00	615,00			20/06/2024	615,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503322342	10016648-COG - SUBSTITUIÇÃO DO REDUTOR DO ELETROMOT(	18/03/2024	3.280,00	4.034,40			17/05/2024	4.034,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509051880	10016649-LINHA DO VOUGA - SUBSTITUIÇÃO BASES DE FUSÍVEI	28/03/2024	4.960,00	6.100,80			22/07/2024	6.100,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506659470	10016650-Manutenção da viatura 17-ZN-85	25/03/2024	291,56	358,62			27/05/2024	358,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737640	10016653-Manutenção viatura Mitsubishi L200 69-39-ND	14/03/2024	228,70	281,30			25/04/2024	281,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016654-LOESTE - POSTE 81-03 CATENÁRIA -ALTERAÇÃO	15/03/2024	4.780,00	5.879,40			30/05/2024	5.879,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016655-LOESTE - PS CF 38+874 - ACESSO PORTÃO ARMAZEM	15/03/2024	4.950,00	6.088,50			30/05/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016656-LOESTE - ACESSO 2 DA PS25 COM EN117 E INSERCÃ(	15/03/2024	4.870,00	5.990,10			30/05/2024	5.990,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501261320	10016657-EN109 - PONTE EDGAR CARDOSO SOBRE O RIO MONI	21/06/2024	160.000,00	196.800,00			30/08/2024	112.422,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10016658- AT-STI - Fornecimento e Instalação módulo de comunic. p	18/03/2024	1.078,86	1.327,00			20/06/2024	1.327,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500861323	10016661-Aquisição de jogos de cama e cobertores, necessários para	17/05/2024	310,80	382,28			27/05/2024	382,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504649639	10016662- AD20240034 - Limpeza de Parcela - A29 - Rua das Ponte	19/03/2024	1.130,00	1.197,80			25/04/2024	1.197,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016663-Peritagem a Retroescavadora - Processo GC n.º 2023REC	19/03/2024	65,00	79,95			17/05/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016665-Alojamento para Hotel Santos - 06/03/2024 a 08/03/2024	15/03/2024	75,47	80,00			20/06/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016666-Alojamento para Hotel Senhora do Castelo - 06/03/2024 a	15/03/2024	79,25	84,01			05/04/2024	89,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513744002	10016667-L. MINHO - CONTUMIL-ERMESINDE - QUADRUPLICACÃ	21/03/2024	43.000,00	52.890,00			30/08/2024	52.890,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016669-TM Bobadela - Kalmar 458 - Substituição de unidade de co	30/08/2024	8.467,85	10.415,46			31/12/2024	10.415,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016670-Deslocação a Espanha de equipa técnica da DEA para par	19/03/2024	2.499,93	3.074,91			31/05/2024	2.499,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508831989	10016671-Aquisição de envelopes de varia tipologia personalizados	22/03/2024	2.805,82	3.451,16			17/05/2024	3.451,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016672-Alojamento para Inatel Caparica - 06/03/2024 a 08/03/2024	15/03/2024	94,34	100,00			30/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016673-Alojamento para Inatel Albufeira - 04/03/2024 a 09/03/2024	15/03/2024	1.228,42	1.300,01			30/04/2024	1.219,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10016675-ATUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE MERCADO E DE VIABILI	21/03/2024	5.000,00	6.150,00			28/11/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016676-TM Bobadela - Kalmar 458 - Avaria comunicação com o m	19/03/2024	3.743,50	4.604,51			30/04/2024	4.604,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016677-Alojamento para H. D. Luís - Coimbra - 04/03/2024 a 08/03	15/03/2024	722,55	765,90			17/05/2024	712,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502623276	10016678-Aquisição de equipamentos de medição(fitas métricas) des	27/03/2024	301,85	371,28			16/07/2024	365,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10016679-Alojamento para H. Flag Braga - 04/03/2024 a 05/03/2024	15/03/2024	43,01	45,59			12/11/2024	45,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510330100	10016680-Alojamento para H. Imperial - 07/03/2024 a 08/03/2024	15/03/2024	90,57	96,00			17/05/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016681-Alojamento para H. Lagoa - 04/03/2024 a 06/03/2024	15/03/2024	141,51	150,00			25/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016682-Alojamento para H. Lusitânia - 05/03/2024 a 11/03/2024	15/03/2024	217,00	230,02			30/04/2024	195,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510330100	10016683-Alojamento para H. Império do Rei - 05/03/2024 a 06/03/20	15/03/2024	47,17	50,00			25/04/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB27722404	10016684-renovação licenciamento Cadnaa	30/04/2024	6.338,05	6.338,05			28/06/2024	6.338,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513043276	10016686-Serviços de Consultoria SAP 2024	20/03/2024	4.680,00	5.756,40			13/08/2024	5.756,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10016687-Aquisição de cabo de rede de 20m.	19/03/2024	23,85	29,34			30/04/2024	23,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	10016690-MANUTENÇÃO DE POSTOS DE CARREGAMENTO DE V	21/03/2024	4.990,00	6.137,70			07/06/2024	3.068,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501638784	10016691-Prestação de serviços de catering para workshop o impacto	18/03/2024	140,00	172,20			30/07/2024	163,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	10016693-Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Camp	10/05/2024	9.069,00	11.154,87			22/10/2024	11.154,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016694-Deslocação ao Estrangeiro - De 13 a 19 de abril de 2024 -	22/03/2024	1.505,89	1.852,24			31/05/2024	1.505,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10016695-Fornecimento e abastecimento de gasóleo colorido por via	29/05/2024	0,00	0,00			30/08/2024	2.585,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10016696-Aquisição de travessas monobloco polivalentes para aplica	15/10/2024	60.000,00	73.800,00			31/12/2024	73.800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506528286	10016697-Aquisição de travessas de betão bibloco para aplicação na	21/06/2024	168.175,00	206.855,25			10/09/2024	206.855,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505040590	10016699- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	27/03/2024	4.964,00	6.105,72			27/08/2024	6.105,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016701-UIC Talent & Expertise Development Platform Spring Event	22/03/2024	2.649,40	3.258,76			31/05/2024	2.649,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510293298	10016702-Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagam	07/05/2024	36.675,00	45.110,25			10/05/2024	28.342,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016703-Reparação dos pantógrafos dos veículos VCC-104 e VCC-	29/05/2024	16.130,00	19.839,90			31/07/2024	19.836,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507436172	10016704-Aquisição de 1 motosserra e 1 motorocadoura	28/03/2024	1.365,46	1.679,52			30/08/2024	1.483,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500251118	10016706-Aquisição Lanternas Frontais	25/03/2024	4.968,00	6.110,64			07/06/2024	6.110,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016707-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 04/03/2024 a 08/0	20/03/2024	424,53	450,00			30/04/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016708-Alojamento para Hotel Inatel Oeiras – 05/03/2024 a 06/03/2	20/03/2024	47,17	50,00			30/09/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10016709-Alojamento para Hotel Pure Azibo – 05/03/2024 a 06/03/20	20/03/2024	62,27	66,01			31/05/2024	69,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016710-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro – 05/03/2024 a	20/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502076127	10016711-Alojamento para Hotel Sport Hotel – 04/03/2024 a 08/03/20	20/03/2024	498,12	528,01			25/04/2024	559,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506265447	10016713-APOIO PROJETO EXPROPRIAÇÕES - 2.º TRIMESTRE 20	20/03/2024	4.990,00	6.137,70			18/11/2024	5.926,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10016715-Alojamento para H. D. Bernardo - 12-03-2024 a 13-03-202	20/03/2024	48,67	51,59			17/05/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016716-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra - 11-03-2024 a 15-03-	20/03/2024	722,55	765,90			17/05/2024	763,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10016717-Alojamento para H. D. Luís-Elvas - 12-03-2024 a 14-03-20	20/03/2024	92,46	98,01			25/04/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10016718-Alojamento para H. Gameiro - 12-03-2024 a 15-03-2024	20/03/2024	198,12	210,01			25/04/2024	222,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT196658071	10016720-Aluguer e montagem de meios audiovisuais e equipamento	20/03/2024	3.000,00	3.690,00			07/06/2024	2.669,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016721-Alojamento para Baía Beach Hotel - 11/03/2024 a 12/03/20	22/03/2024	48,17	51,06			25/04/2024	51,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503317691	10016722-Aquisição de placa evocativa no âmbito da Cerimónia da V	20/03/2024	195,00	239,85			25/04/2024	239,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500913951	10016723-Manutenção viatura matrícula 73-HR-91	22/03/2024	248,38	305,51			25/04/2024	375,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016724-Danos no Veículo de substituição 02-ZQ-51	22/03/2024	381,30	469,00			17/05/2024	576,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016725-Alojamento para Hotel Veleiro – 12/03/2024 a 14/03/2024	22/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016726-Aquisição de 1 máquina de lavar loiça para o Infantário "O I	01/04/2024	1.028,44	1.264,98			17/05/2024	639,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016726-Aquisição de 1 máquina de lavar loiça para o Infantário "O I	01/04/2024	0,00	0,00			17/05/2024	508,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016727-Revisão viatura 80-59-RZ Land Rover	22/03/2024	981,97	1.207,82			25/04/2024	1.485,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016728-Alojamento para Hotel Inatel Albufeira – 11/03/2024 a 13/0	22/03/2024	141,51	150,00			30/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016729-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 11/03/2024 a 14/0	22/03/2024	188,68	200,00			30/04/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016730-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia – 14/03/2024 a 1	22/03/2024	47,19	50,02			30/04/2024	49,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016731-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro – 12/03/2024 a	22/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504362550	10016732-Aquisição de carimbos para DFI	26/03/2024	89,95	110,64			17/05/2024	110,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10016733-Alojamento para Hotel Santarém Flag Hotel – 12/03/2024 a	22/03/2024	42,46	45,01			25/04/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503945650	10016734-Fornecimento Adblue - Centro Limpeza de Neve	22/03/2024	475,00	584,25			25/04/2024	584,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10016735-Alojamento para Casa do Vale Hotel - 11/03/2024 a 12/03/	22/03/2024	42,45	45,00			31/05/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10016737- RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 1 CT	20/06/2024	160.885,34	197.888,97			30/08/2024	197.888,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10016738-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	28/06/2024	163.670,45	201.314,65			30/08/2024	201.314,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10016738-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	28/06/2024	5.865,96	7.215,13			27/08/2024	7.215,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10016739-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	28/06/2024	9.068,22	11.153,91			30/08/2024	11.153,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10016739-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	26/06/2024	102.198,33	125.703,95			27/08/2024	125.703,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	10016740-LALTA VELOCIDADE-PORTO SOURE - MONITORIZAÇÃ	22/03/2024	4.950,00	6.088,50			04/07/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016741-Alojamento para Casas com Estória - 12/03/2024 a 14/03/2	22/03/2024	184,92	196,02			25/04/2024	207,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500719616	10016742- AD20240035 - 250 sacos (20 kg) reparador de pavimentos	22/03/2024	4.925,00	6.057,75			30/05/2024	6.057,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016743-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matrículas 25-	26/03/2024	65,00	79,95			20/06/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016745-TM Bobadela - Kalmar 458 - Reposição níveis de óleo	25/03/2024	546,80	672,56			30/04/2024	672,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016746-TM Bobadela - Kalmar 457 - Substituição de tubos hidráulic	25/03/2024	4.299,09	5.287,88			30/04/2024	5.287,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016747-Alojamento para Dormitório da CP na Figueira da Foz - 16/	22/03/2024	46,00	48,76			10/05/2024	51,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505777231	10016748-Aquisição de Consumíveis para trabalhos a realizar pelas E	01/04/2024	182,90	224,97			28/06/2024	224,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016749-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda - 15/03/2024	22/03/2024	92,00	97,52			10/05/2024	103,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016750-Alojamento para H. Lagoa - 11/03/2024 a 12/03/2024	22/03/2024	47,17	50,00			25/04/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10016751-Alojamento para Hotel Aranguês - 13/03/2024 a 14/03/202	22/03/2024	45,28	48,00			25/04/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28002244	10016752-Fornecimento de tapete do espalhador de sal Mercedes 07	26/03/2024	641,16	641,16			09/07/2024	641,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10016753-Alojamento para Hotel A Esteva - 11/03/2024 a 14/03/2024	22/03/2024	543,40	576,00			25/04/2024	610,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016754-Alojamento para H. Lusitânia - 11/03/2024 a 15/03/2024	22/03/2024	954,76	1.012,05			30/05/2024	1.023,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514363762	10016755-EN14, KM30+262, PASSAGEM HIDRÁULICA; EN105, KM4	23/09/2024	336.568,54	336.568,54			31/12/2024	62.372,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016756-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 11/03/2024 a 22	22/03/2024	1.328,54	1.408,25			22/04/2024	1.406,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016757-Alojamento para H. Porto Antas - 11/03/2024 a 16/03/2024	22/03/2024	786,72	833,92			05/12/2024	832,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016758-Alojamento para H. Santos - 14/03/2024 a 15/03/2024	22/03/2024	37,74	40,00			20/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	10016761-Aquisição de lanterna LED 24 V	23/04/2024	9.110,00	11.205,30			24/09/2024	11.205,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500148392	10016763-Aquisição de porta-fusível 36 KV	10/04/2024	5.745,00	7.066,35			27/08/2024	7.066,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502912898	10016764- AD20240035 - Aquisição de cimento e areia	22/03/2024	253,39	311,67			25/04/2024	311,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016765-TM Bobadela - Kalmar 457 - Verificação de erros da caixa	25/03/2024	508,92	625,97			30/04/2024	625,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT100242022	10016767-Tradução de português para inglês de Relatório e Contas I	28/05/2024	7.500,00	9.225,00			24/09/2024	9.225,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016769-Conferência do TRA (Transport Research Arena) 2024 - D	28/03/2024	1.532,89	1.886,45			07/06/2024	1.532,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT161000037	10016770- "Elaboração de Relatório Independente de Certificação da	29/04/2024	19.800,00	24.354,00			30/08/2024	16.522,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	10016771- AD20240035 - Aquisição de sequenciador luminoso sem fi	22/03/2024	2.140,00	2.632,20			30/05/2024	2.632,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016773-TM Bobadela - Kalmar 457 - Substituição de acumulador	01/04/2024	1.853,57	2.279,89			17/05/2024	2.279,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10016774-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matrículas BA-	26/03/2024	65,00	79,95			20/06/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507532481	10016776-Aquisição Cinta de proteção sacrolombar	27/03/2024	35,64	43,84			27/08/2024	35,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10016777-Aquisição de equipamentos elétricos para instalações socia	19/04/2024	570,72	701,99			27/05/2024	701,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016778-Manutenções MPS Março de 2024	03/04/2024	4.307,80	5.298,59			27/06/2024	5.298,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016780-L.OESTE - MELECAS-CALDAS - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	28/03/2024	39.155,00	48.160,65			30/05/2024	48.160,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10016781-Aquisição de serviços de parqueamento de Aparelhos de V	05/06/2024	175.684,50	216.091,94			19/09/2024	216.091,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503386090	10016782- Aquisição de Projetores	28/03/2024	349,59	430,00			07/06/2024	430,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514439645	10016783-Reparação da Viatura matrícula 05-ZQ-10	21/06/2024	11.659,45	14.341,12			10/09/2024	17.839,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500833982	10016786-Aquisição de manipuladores magnéticos destinados à RF-E	27/03/2024	2.738,56	3.368,43			30/09/2024	3.368,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016788-L.OESTE - MELECAS-CALDAS - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	28/03/2024	40.480,00	49.790,40			27/05/2024	49.790,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501470581	10016789-Aquisição de 40 litros de óleo GALP Hidroliv 15	03/04/2024	170,99	210,32			17/05/2024	210,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506324729	10016790-Aquisição de 22 computadores	27/05/2024	19.778,00	24.326,94			06/08/2024	24.326,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10016792-Reparação/Manutenção viatura 19-JG-33	26/03/2024	3.291,75	4.048,85			17/05/2024	4.980,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10016794-Alojamento para H. Avenida Park - 19/03/2024 a 20/03/202	26/03/2024	53,89	57,12			07/06/2024	57,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10016796-Alojamento para H. Bejense - 20/03/2024 a 22/03/2024	26/03/2024	84,91	90,00			30/04/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500165866	10016797-Alojamento para H. D. Afonso V - 19/03/2024 a 20/03/2024	26/03/2024	141,51	150,00			30/04/2024	159,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502614447	10016798-TM Bobadela - Movimentos adicionais de contentores	01/04/2024	204,00	250,92			09/07/2024	250,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016799-Alojamento para H. D. Luís - Coimbra - 18/03/2024 a 22/03	26/03/2024	1.300,59	1.378,63			17/05/2024	1.171,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517775050	10016801- AD20240034 - Fornecimento de Mangas de Vento- marco	28/03/2024	2.900,00	3.567,00			30/07/2024	3.567,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10016802-Alojamento para H. D. Luís - Elvas - 19/03/2024 a 20/03/20	26/03/2024	46,23	49,00			25/04/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10016804-Alojamento para Casas com Estória - 20-03-2024a 21-03-2	26/03/2024	46,23	49,00			17/05/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10016805-Alojamento para Casas da Moagem - 18-03-2024 a 21-03-	26/03/2024	254,72	270,00			29/05/2024	286,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016806-Alojamento para Dormitório CP Guarda - 24-03-2024 a 27-	28/03/2024	138,00	146,28			10/05/2024	155,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508726999	10016807-TM Bobadela - Reparação da CAT DP80K p/ certificação D	01/04/2024	2.500,19	3.075,23			13/08/2024	3.075,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016808-Deslocações Granada - abril 2024 - CLA 2024	09/04/2024	537,82	537,82			20/08/2024	537,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505223732	10016809-Aquisição de cantoneira e gancho M20	19/04/2024	7.630,00	9.384,90			31/12/2024	2.115,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507850998	10016810- AD20240035 - Aquisição de Chapa Metálica	28/03/2024	691,20	850,18			25/04/2024	850,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10016811-Alojamento para H. Gameiro - 18/03/2024 a 22/03/2024	26/03/2024	277,37	294,01			30/04/2024	311,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016812-Alojamento para H. Lagoa - 18/03/2024 a 21/03/2024	26/03/2024	188,68	200,00			25/04/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016813-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 18/03/2024 a 22	27/03/2024	1.538,32	1.630,62			22/04/2024	1.628,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503411515	10016815- Serviço de Remoção da Viatura 55-SF-32	23/05/2024	3.476,00	4.275,48			30/08/2024	4.275,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016816-TM Bobadela - Kalmar 458 - Lavagem e verificação das fug	01/04/2024	834,49	1.026,42			17/05/2024	1.026,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10016817-Peritagem de viatura no âmbito de Dano a Terceiro do Ges	11/04/2024	52,50	64,58			04/07/2024	64,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016818-Alojamento para Hotel Porto Antas - 18/03/2024 a 25/03/20	27/03/2024	393,36	416,96			17/05/2024	416,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510894240	10016819-Alojamento para Hotel S. Lázaro - 18/03/2024 a 19/03/202	27/03/2024	100,00	106,00			25/04/2024	112,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016821-Alojamento para Hotel Santos - 20/03/2024 a 22/03/2024	27/03/2024	75,47	80,00			20/06/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506007243	10016822-Aquisição de equipamento de apoio à marcação dos mater	28/06/2024	6.509,85	8.007,12			10/09/2024	8.007,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT505078813	10016823-Aquisição de protetores solares - COMS 2024	04/04/2024	477,60	587,45			17/09/2024	587,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10016824-Alojamento para Hotel Termas de S. Miguel - 20/03/2024 a	27/03/2024	41,99	44,51			25/04/2024	47,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10016825-Alojamento para Hotel Veleiro - 19/03/2024 a 21/03/2024	27/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501261320	10016826-EN101 - PONTE INTERNACIONAL DE MONÇÃO SOBRE	14/08/2024	222.578,00	273.770,94			27/12/2024	75.236,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510935834	10016827-EN18, KM 338+276, PONTE SOBRE A RIBEIRA DOS CAN	27/03/2024	5.000,00	6.150,00			07/06/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10016828-Alojamento para Hotel Via Norte - 18/03/2024 a 21/03/2024	27/03/2024	377,36	400,00			25/04/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10016830-Alojamento para H. Wellington - 18/03/2024 a 22/03/2024	27/03/2024	187,13	198,36			30/04/2024	198,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509550835	10016832-Alojamento para Hotel M - 21/03/2024 a 22/03/2024	27/03/2024	94,34	100,00			25/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016833-Alojamento para Inatel Albufeira - 20/03/2024 a 23/03/2024	27/03/2024	141,51	150,00			30/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016834-Alojamento para Inatel Caparica - 18/03/2024 a 22/03/2024	27/03/2024	235,85	250,00			30/04/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016835-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 20-03-2024 a 21-03-	27/03/2024	47,19	50,02			30/04/2024	49,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016836-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 18-03-2024 a 21-0	27/03/2024	141,51	150,00			25/04/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10016837-Alojamento para Real Caparica - 21-03-2024 a 22-03-2024	27/03/2024	169,82	180,01			31/05/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016838-TM Bobadela - Empilhador CAT DP30 - Desempanagem	01/04/2024	407,25	500,92			17/05/2024	500,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016839-TM Bobadela - Kalmar 458 - Substituição de forquilha de tv	10/04/2024	1.023,75	1.259,21			07/06/2024	1.259,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980730554	10016840-Aquisição de Sondas US de 0º para Osciloscópio	10/04/2024	1.848,00	2.273,04			20/06/2024	2.273,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT255832915	10016841-Serviços de catering para os eventos de abril: Dia 2 – Com	03/04/2024	1.000,00	1.230,00			27/08/2024	1.122,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016843-TM Bobadela - Kalmar 457 - Substituição de calha de alime	10/04/2024	994,22	1.222,89			07/06/2024	1.222,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501428836	10016844-Aquisição de terminal para porta fusível	05/04/2024	2.384,00	2.932,32			30/08/2024	2.932,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500216428	10016845- AD 2024 - Aquisição de Peneiros - COS	01/04/2024	2.205,00	2.712,15			30/08/2024	2.712,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10016846-L. OESTE – TÚNEIS – REFORÇO DA ASSISTÊNCIA TÉC	11/04/2024	97.000,00	119.310,00			30/05/2024	119.310,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10016850-Fornecimento e montagem de bateria Nichiyu FB25P	24/04/2024	3.577,02	4.399,73			31/07/2024	4.399,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505360381	10016851-EX-IP4 – PASSAGEM HIDRÁULICA (KM77+015) – REABIL	18/06/2024	260.000,00	260.000,00			24/09/2024	260.000,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016852- Deslocação a Madrid da Engª. Patrícia Catarrinho e Eng.º	09/04/2024	1.243,92	1.530,02			07/06/2024	1.243,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016854-TM Bobadela - Kalmar 458 - Verificação e reposição de nív	10/04/2024	504,75	620,84			07/06/2024	620,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016855-Manutenção e IPO viatura OQ-65-90	02/04/2024	109,90	135,18			17/05/2024	135,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10016856-TM Bobadela - Kalmar 457 - Verificação e reposição de nív	10/04/2024	204,20	251,17			07/06/2024	251,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	10016857- L. Norte – PK198,880 ao PK199,800-MANUTENÇÃO- DES	28/08/2024	909.068,00	909.068,00	2251/2024	23/09/2024	13/12/2024	496.287,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503629995	10016858-Aquisição de Booster para a frota SG Almada	02/04/2024	124,35	152,95			27/05/2024	152,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016859-Deslocação ao estrangeiro de 8 a 12 de setembro e de 1 a	12/04/2024	4.006,40	4.927,87			20/06/2024	4.006,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016860-Deslocação ao Estrangeiro para visita técnica a Parques de	09/04/2024	1.865,88	2.295,03			07/06/2024	1.865,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500218935	10016861-Impressão e handling de peças de comunicação e sinalétic	01/04/2024	4.900,00	6.027,00			24/05/2024	3.473,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506663264	10016864- AD20240032 - Execução Coerciva - Limpeza de terreno	03/04/2024	504,47	534,74			24/05/2024	534,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514308206	10016865-AT-VDM - Aquisição de material spare para sistemas de vic	05/04/2024	4.280,27	5.264,73			07/06/2024	5.264,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10016867- EN246 – PORTALEGRE (ESTRADA DO BONFIM) - REPA	01/10/2024	129.425,00	129.425,00			13/12/2024	94.275,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507803248	10016868-L. NORTE - ESTACÃO DO ENTRONCAMENTO - INTERV	08/10/2024	138.827,00	138.827,00			24/12/2024	69.436,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016869-Deslocação a Bruxelas, de 24 a 25 de junho de 2024 – Enç	09/04/2024	419,68	516,21			20/08/2024	419,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510492541	10016871-L. MINHO - TERMINAL MINHO E DOURO - SUBSTITUICÃ	02/09/2024	149.776,88	149.776,88			24/12/2024	37.053,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506691233	10016872-Aquisição bateria retroescavadora Exploração Rodoviária V	04/04/2024	144,69	177,97			20/06/2024	177,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503545694	10016873-Fornecimento de laminas de desgaste - CLN 2024	03/04/2024	4.860,00	5.977,80			30/07/2024	5.977,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502695285	10016875-Manutenção viatura 17-JN-46	03/04/2024	95,00	116,85			17/05/2024	143,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514226854	10016877-Serviço de Catering - Almoços ligeiros e coffee breaks - Re	05/04/2024	1.730,00	2.127,90			20/06/2024	2.617,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514653272	10016878-Aquisição de Estantes para armazenagem dos Equipamen	19/04/2024	2.843,47	3.497,47			28/06/2024	3.497,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016879-Manutenções não Sistemáticas Abril 2024	05/04/2024	4.998,74	6.145,99			10/05/2024	6.145,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10016880-Alojamento para H. Francis - 25-03-2024 a 27-03-2024	03/04/2024	188,68	200,00			17/05/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016881-Alojamento para H. Lagoa - 26-03-2024 a 28-03-2024	03/04/2024	94,34	100,00			17/05/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10016882-Alojamento para H. Lusitânia - 26-03-2024 a 28-03-2024	03/04/2024	130,20	138,01			17/05/2024	146,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507360923	10016883-Calibração e Manutenção para Registógrafos IML série RE	08/04/2024	790,00	971,70			28/06/2024	971,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016885-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 26-03-2024 a 27	03/04/2024	139,84	148,23			22/04/2024	148,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10016886-Alojamento para H. Parque - 26-03-2024 a 27-03-2024	03/04/2024	45,28	48,00			30/07/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016887-Alojamento para H. Porto Antas - 26-03-202428-03-2024	03/04/2024	344,19	364,84			17/05/2024	364,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514846917	10016888- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	15/04/2024	4.855,00	5.971,65			30/08/2024	5.971,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	10016889-Desenvolvimentos, manutenção corretiva e evolutiva SGOC	11/09/2024	50.000,00	61.500,00			05/12/2024	30.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10016890- AT-ENE – aquisição de serviços para instalação de sistem	10/04/2024	4.110,62	5.056,06			06/08/2024	5.056,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10016893-L. DOURO- PK 137,020 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE	24/06/2024	298.890,00	298.890,00			30/09/2024	298.890,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT203696778	10016894-Manutenção da viatura 46-18-QE	05/04/2024	352,14	433,13			30/05/2024	532,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10016896-Deslocação a Bruxelas da Engª. Ana Salavessa, para reuni	24/04/2024	744,86	916,18			30/07/2024	744,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE9729353D	10016897-Renovação dos licenciamentos EMME e Plaxis 2D (01/08/2	09/10/2024	98.254,37	120.852,88			18/11/2024	28.947,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10016898-Alojamento para H.Wellington - 25/03/2024 a 28/03/2024	08/04/2024	140,35	148,77			17/05/2024	148,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016900-Alojamento para Inatel Albufeira - 25/03/2024 a 26/03/2024	08/04/2024	94,34	100,00			30/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016901-Alojamento para Inatel Caparica - 25/03/2024 a 27/03/2024	08/04/2024	283,02	300,00			30/04/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10016902-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 27/03/2024 a 28/03/2	08/04/2024	48,69	51,61			17/05/2024	49,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10016903-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 25/03/2024 a 28/03	08/04/2024	141,51	150,00			17/05/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016905-Aquisição de chave e comando para o Toyota Corola AB-1	05/04/2024	218,76	269,07			07/06/2024	330,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10016906-Aquisição de torno e elétrodos Centro Limpeza de Neve	09/05/2024	321,50	395,45			16/07/2024	395,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504905961	10016907-Manutenção viatura Limpa Neves 55-SF-32	05/04/2024	342,45	421,21			07/06/2024	342,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10016908-Seguro Acidentes Pessoais Viagem - Colaborador IP	11/04/2024	109,85	109,85			03/05/2024	109,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10016908-Seguro Acidentes Pessoais Viagem - Colaborador IP	11/04/2024	8,27	8,27			03/05/2024	8,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10016909-Alojamento para Hotel D. Nuno - 26/03/2024 a 28/03/2024	08/04/2024	94,34	100,00			30/04/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508756718	10016910-Alojamento para Dom Hotel - 25/03/2024 a 26/03/2024	08/04/2024	32,08	34,00			30/04/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518985820	10016911-Alojamento para Hotel D. Bernardo - 25/03/2024 a 26/03/2	08/04/2024	48,67	51,59			24/05/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT173151930	10016913-Aquisição de materiais	12/04/2024	800,00	984,00			18/07/2024	970,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501804013	10016916- AD 20240032 - RAP LX - Aquisição de BPD´s de 2 e 4 set	08/04/2024	4.930,00	6.063,90			30/05/2024	6.063,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10016917-Aquisição de peças para Motosserra STIHL 038 AV MAGN	19/04/2024	82,44	101,40			06/08/2024	101,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10016918- AD20240032 - Ramo de Frielas - Deslize de camada base	08/04/2024	3.850,00	4.735,50			17/05/2024	3.850,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517161842	10016919- AD20240032 - IP7 Colunas de Iluminação fora de prumo -	08/04/2024	9.970,00	12.263,10			20/06/2024	12.263,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10016920-Alojamento para Hotel Colina dos Mouros - 26/03/2024 a 2	08/04/2024	90,56	95,99			17/05/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10016921-Aquisição de peças para 2 Motorroçadoras Kawasaki - Equ	19/04/2024	175,77	216,20			18/07/2024	216,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DK32554938	10016922-Aquisição de componentes de Fibra ótica.	10/04/2024	2.195,00	2.195,00			30/05/2024	2.195,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504475878	10016923-Aquisição de Argamassa	17/04/2024	615,75	757,37			30/07/2024	757,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501906029	10016924-EN229 - IP5 - PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO - AS	20/06/2024	19.500,00	23.985,00			12/11/2024	14.268,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501597395	10016925-Aluguer de Autocarro visita à Linha do Oeste - 22 de abril 2	05/04/2024	632,08	670,00			31/05/2024	670,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507462920	10016926-Apoio técnico à atividade de operação, engenharia e gestã	01/10/2024	179.712,00	221.045,76			27/12/2024	6.662,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502895349	10016927-Aquisição de materiais de desgaste rápido	17/04/2024	306,50	377,00			07/06/2024	294,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500438676	10016928-Alojamento para Casas com Estória - 25/03/2024 a 27/03/2	08/04/2024	231,15	245,02			17/05/2024	259,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016929-Alojamento para Hotel D. Luís-Coimbra - 25/03/2024 a 28/(	08/04/2024	337,19	357,42			24/05/2024	357,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504479482	10016930- AD20240035 - Aquisição de cimento	12/04/2024	240,64	295,99			30/05/2024	295,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	10016931-LALTA VELOCIDADE_SOURE_CARREGADO- ESTUDO	01/07/2024	126.500,00	155.595,00			12/09/2024	117.618,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510416268	10016933- AT-SIP -SPARES 2024 - Manutenção 1ª Linha	23/04/2024	3.945,47	4.852,93			30/07/2024	4.852,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501603611	10016935-Aquisição de ferragens plásticas para DRP - Guarda	08/04/2024	15,00	18,45			20/06/2024	18,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501332464	10016936- AD20240032 - A20 km 2+141(C) - Fornecimento e substitu	15/04/2024	5.500,62	6.765,76			29/10/2024	6.765,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500216428	10016937-AD 20240033 - Aquisição de peneiros - Laboratório COGL	18/04/2024	1.929,00	2.372,67			13/12/2024	2.372,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10016939-Manutenções MPS Abril de 2024	11/04/2024	4.691,76	5.770,86			27/06/2024	5.770,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502304995	10016942-AD20240031-aquisição de 3.750 kg de Cimento Portland N	12/04/2024	621,90	764,94			17/05/2024	764,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509230245	10016943-Manutenção da viatura 40-FN-06 e IPO	08/04/2024	363,07	446,58			20/06/2024	446,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505915480	10016944-AD 14220903 - Aquisição e Transporte de Prumos para sin	15/04/2024	3.144,00	3.867,12			28/06/2024	3.867,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	10016945-EN 125 - VARIANTE DE OLHÃO - AUDITORIA DE SEGUR	16/07/2024	22.000,00	27.060,00			21/11/2024	11.906,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502784431	10016946- AD 14220903 - Aquisição serviços recolha de cadáveres d	15/04/2024	1.440,00	1.526,40			24/05/2024	1.514,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504959239	10016948-IP7 EIXO N/S, KM 5+720 AO KM 8+400 REFORMULAÇÃO	30/07/2024	19.500,00	23.985,00			15/10/2024	11.992,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501914897	10016951- AD20240035 - Fornecimento e Substituição de Vidros part	12/04/2024	497,30	611,68			28/06/2024	611,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DK42045136	10016953-Renovação da prestação de serviços de utilização da Plata	14/05/2024	4.200,00	5.166,00			30/09/2024	4.200,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504880268	10016954- AD 20240039 IP 6 - Instalação de led´s	15/04/2024	3.991,00	3.991,00			15/10/2024	3.991,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514482257	10016956- Aluguer e montagem de meios audiovisuais e equipament	08/04/2024	1.150,00	1.414,50			28/06/2024	1.414,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737640	10016958-Reparação/Manutenção viatura Mitsubishi L200 69-39-ND	10/04/2024	1.502,32	1.847,85			30/05/2024	1.847,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506019608	10016959-Deslocação a Barcelona - 10-14 Junho	08/04/2024	4.885,68	6.009,39			20/06/2024	4.885,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10016960-Manutenção viatura 51-JE-16 - Audi A6 TDI	10/04/2024	372,50	458,18			17/05/2024	458,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501415238	10016962- Manutenção viatura 68-FL-12	11/04/2024	226,47	278,56			27/08/2024	342,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506752356	10016963-Substituição do Pára-brisas viatura Mitsubishi L200 69-39-N	10/04/2024	211,38	260,00			18/09/2024	319,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	10016964-L. DOURO – PK122,600 AO PK122,650 - ESTABILIZAÇÃC	25/07/2024	405.315,15	405.315,15			21/11/2024	237.342,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10016965-Manutenção viatura 04-ZQ-86 - SNC	10/04/2024	203,22	249,96			07/06/2024	307,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805416	10016967-Prestação de serviços para elaboração de um relatório de	12/04/2024	391,14	481,10			24/05/2024	391,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501427511	10016968-Avaliação da Legionella em várias Instalações da IP	16/04/2024	4.512,90	5.550,87			22/07/2024	2.902,24	-127,97	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502544180	10016969-MODELO NACIONAL MULTIMODAL DE TRANSPORTES	10/04/2024	4.990,00	6.137,70			30/08/2024	6.137,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500417660	10016970-L. SUL - PK 28+634 -PASSAGEM INFERIOR DO MIRANTE	13/09/2024	33.372,08	41.047,66			31/12/2024	11.421,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513605479	10016971-AD 20240033 - EN248 Km 8+850 ao Km 8+930 - via esque	18/04/2024	9.993,75	12.292,31			27/08/2024	12.292,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502069732	10016973-Aquisição de Serviços de Gestão de resíduos não valorizáv	09/05/2024	1.800,00	2.214,00			10/09/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10016974-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 01-04-2024 a 05	10/04/2024	1.818,04	1.927,12			17/05/2024	1.924,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT118739298	10016975-Alojamento para Ponte da Barca - 02-04-2024 a 04-04-202	10/04/2024	150,94	160,00			20/06/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10016976-Alojamento para H. Parque - 02-04-2024 a 05-04-2024	10/04/2024	316,98	336,00			30/07/2024	305,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10016977-Alojamento para H. Porto Antas - 02-04-2024 a 09-04-2024	10/04/2024	196,68	208,48			17/05/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10016978-Alojamento para H. Porto Antas - 03-04-2024 a 05-04-2024	10/04/2024	75,47	80,00			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506471977	10016979-Aquisição de Rolos não timbrados EASYTOLL	12/06/2024	1.480,00	1.820,40			22/10/2024	1.820,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10016980-Alojamento para H. Sr.ª do Castelo - 03/04/2024 a 04/04/2(	10/04/2024	39,63	42,01			17/05/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10016981-Alojamento para H. Versatile - 03/04/2024 a 05/04/2024	11/04/2024	181,15	192,02			30/09/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10016982-Alojamento para H. Via Norte - 05/04/2024 a 06/04/2024	11/04/2024	94,34	100,00			30/05/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507900071	10016983-Alojamento para H. Wellington - 01/04/2024 a 05/04/2024	11/04/2024	330,98	350,84			17/05/2024	350,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10016985-Alojamento para Inatel Caparica - 01/04/2024 a 05/04/2024	11/04/2024	377,36	400,00			17/05/2024	424,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020882	10016986-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 02/04/2024 a 04/04	11/04/2024	94,34	100,00			17/05/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503411302	10016988-Aquisição de componentes e acessórios – 2024	28/05/2024	10.032,81	12.340,36			10/09/2024	12.340,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504081349	10016989- AD20240032 - SERVICO CANIDEOS (INCINERAÇÃO DE	17/04/2024	1.000,00	1.230,00			27/05/2024	1.120,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10016990- AD20240032 - IC 17 - Selagem de fissuras em pavimento	17/04/2024	9.822,50	12.081,68			17/05/2024	9.822,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10016992-Recolha de resíduos não valorizáveis - Mazarefes	12/04/2024	4.680,00	5.756,40			27/08/2024	4.960,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10016993- AD20240032 - IC 19 - Sinalização dos trabalhos de Manut	17/04/2024	9.980,00	12.275,40			20/06/2024	12.275,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504479482	10016994- AD20240035 - Tampas e Buchas químicas	12/04/2024	1.353,00	1.664,19			27/05/2024	1.664,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502078200	10016995-Aquisição de Consumíveis 2024	01/07/2024	19.869,41	24.439,37			24/09/2024	24.439,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10016996-Alojamento para Lagoa Hotel - 01/04/2024 a 04/04/2024	15/04/2024	188,68	200,00			17/05/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10016997-Alojamento para Hotel D. Luís-Coimbra - 01/04/2024 a 05/(	15/04/2024	433,53	459,54			24/05/2024	457,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509259642	10016998-Aquisição de aspirador industrial	15/04/2024	666,64	819,97			24/04/2024	819,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT158306759	10016999-Revisão/Manutenção da viatura 02-41-SM	12/04/2024	310,00	381,30			04/07/2024	381,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508349303	10017000-Aquisição de consumíveis Epson	12/04/2024	810,10	996,42			21/08/2024	996,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10017001-Aquisição de gás Argon para substituição para oficina AM-I	30/04/2024	198,27	243,87			27/08/2024	243,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500251118	10017002-Aquisição Francaletes	16/04/2024	1.080,00	1.328,40			20/06/2024	1.328,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017003-Manutenção viatura 19-JG-33	15/04/2024	351,80	432,71			17/05/2024	532,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	10017004-Aquisição e montagem ilha dupla	18/04/2024	377,72	464,60			30/07/2024	464,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504765671	10017005-Aquisição de Equipamento Fein	10/05/2024	998,50	1.228,16			18/07/2024	1.228,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017006-Alojamento para Dormitório CP Guarda - 01-04-2024 a 04-	15/04/2024	138,00	146,28			27/06/2024	146,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10017007-Alojamento para H. A Esteva -01-04-2024 a 05-04-2024	15/04/2024	996,23	1.056,00			17/05/2024	1.119,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515803502	10017008-AD 20240033 - Aquisição de Sinalização - Bl´s de Lisboa e	09/05/2024	4.974,73	6.118,92			13/08/2024	6.118,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28328847	10017009-INSPEÇAO DE CARRIL EM CONTÍNUO - COM RECURSO	29/07/2024	147.000,00	147.000,00			31/12/2024	135.011,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10017010-Aquisição de peças para Motorocadora Stihl FS 460 - Equi	23/04/2024	65,02	79,97			06/08/2024	79,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501185950	10017011- AD20240032 - IC 19 - Fornecimento e colocação de baliza	16/05/2024	9.865,50	12.134,57			22/07/2024	9.865,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502139838	10017012- AD20240032 - EN 117 - Trabalhos de Manutenção/repara	16/05/2024	7.650,00	9.409,50			22/07/2024	9.409,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507080181	10017014-Fornecimento e instalação de Equipamento de Extração de	18/04/2024	3.743,00	4.603,89			27/08/2024	4.603,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10017015-Manutenção da viatura Nissan Cabstar 00-82-QG	17/04/2024	444,19	546,35			17/05/2024	546,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510886682	10017016-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais doméstic	16/04/2024	4.620,00	5.682,60			04/07/2024	5.461,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10017017-Fornecimento em regime de "aluguer" de Garrafas de Gás	13/05/2024	924,00	1.136,52			24/12/2024	568,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503299235	10017018-Aquisição de Bens e Serviços para Evento Institucional	06/06/2024	31.000,00	38.130,00			09/07/2024	31.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	10017020-L.BEIRA ALTA - MANGUALDE/CELORICO. MOURILHE. P	02/05/2024	25.000,00	30.750,00			28/06/2024	30.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10017021-Aquisição de Gás Árgon – 10,7m3, para suporte às ações c	23/04/2024	198,27	243,87			20/06/2024	211,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10017021-Aquisição de Gás Árgon – 10,7m3, para suporte às ações c	23/04/2024	0,00	0,00			20/06/2024	15,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10017021-Aquisição de Gás Árgon – 10,7m3, para suporte às ações c	23/04/2024	0,00	0,00			20/06/2024	16,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503853550	10017022-Manutenção viatura 87-HN-73	18/04/2024	295,43	363,38			27/05/2024	363,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500156050	10017023-TM Bobadela - Acompanhamento de controlo metrológico	17/04/2024	190,00	233,70			28/06/2024	233,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ATU63254329	10017024-Transporte e reparação do sensor do equipamento Calipri	30/04/2024	532,65	532,65			20/06/2024	532,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	10017025-VARIANTE EN210 ENTRE LORDELO E CORGO - ASSIST	30/07/2024	18.750,00	23.062,50			31/10/2024	23.062,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB81283251	10017026-Trabalhos extra a realizar nos Krab 830 e 875	30/04/2024	2.553,00	2.553,00			31/12/2024	2.553,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017027-L. CASCAIS - SUBESTAÇÃO DE TRAÇÃO DO CAIS DO S	27/08/2024	650.000,00	799.500,00			31/12/2024	459.083,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB84672344	10017031-Aquisição de licenças de publicação LinkedIn - 10 job slots	19/04/2024	2.650,00	3.259,50			11/07/2024	2.650,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

Contrato					Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503176311	10017032-AD 20240039- Fornecimento de Dispositivos Complementa	22/04/2024	4.978,00	6.122,94			30/08/2024	6.122,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514727420	10017033-Aquisição de pacote Pack de 54.000 SMS para redes móve	17/04/2024	1.303,56	1.603,38			28/06/2024	1.603,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503000140	10017034-Instalação de Relógio de Ponto na DCL-Entroncamento	19/04/2024	1.160,00	1.426,80			16/07/2024	1.426,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10017035-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matrícula 00-L	19/04/2024	65,00	79,95			31/05/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10017036- AD20240032 - IP 7 Km 6+850 sentido S/N - Implementaçã	16/05/2024	9.990,00	12.287,70			30/12/2024	9.990,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501185950	10017037- AD20240032 - IC 17 entre o km 0+000 e o km 6+000 _RA	16/05/2024	4.620,00	5.682,60			22/07/2024	5.682,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10017038-Aquisição de peças para 1 Martelo Wacker nº 636076 - Ec	23/04/2024	186,18	229,00			06/08/2024	229,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10017039-Aquisição de Serviços associados ao Programa DAE da IP	10/05/2024	22,07	27,15			20/06/2024	15,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10017039-Aquisição de Serviços associados ao Programa DAE da IP	10/05/2024	269,72	331,76			20/06/2024	271,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10017039-Aquisição de Serviços associados ao Programa DAE da IP	10/05/2024	639,97	787,16			20/06/2024	640,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10017039-Aquisição de Serviços associados ao Programa DAE da IP	10/05/2024	294,24	361,92			20/06/2024	300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10017040- AD20240032 - Aquisição de Parafusos 10.9HV	29/04/2024	38,00	46,74			30/09/2024	46,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204878179	10017041-Contratação Dra. Clara Silva	03/07/2024	18.200,00	22.386,00			10/12/2024	9.040,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017043-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 11-04-2024 a 12	19/04/2024	209,76	222,35			17/05/2024	222,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10017045-Revisão da viatura 87-HN-76	19/04/2024	700,92	862,13			07/06/2024	1.060,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017046-Alojamento para H. Santos - 10-04-2024 a 12-04-2024	19/04/2024	75,47	80,00			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10017047-Alojamento para H. Santos - 10-04-2024 a 11-04-2024	19/04/2024	41,98	44,50			20/06/2024	47,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017048-Aquisição cartas MIP para PN automatizadas	17/05/2024	4.400,00	5.412,00			30/08/2024	5.412,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017049-Manutenções não Sistemáticas 2 Abril 2024	29/04/2024	9.556,51	11.754,51			27/06/2024	11.754,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500081866	10017050-AD 20240039- 2000Kg Pó de Pedra (Santarém)	22/04/2024	1.300,00	1.599,00			20/06/2024	1.599,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10017051-Alojamento para H. Vale do Côa - 08-04-2024 a 10-04-202	19/04/2024	266,04	282,00			27/05/2024	298,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017053-Alojamento para H. Versatile - 08-04-2024 a 11-04-2024	19/04/2024	181,13	192,00			30/09/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017054-Alojamento para H. Via Norte - 08-04-2024 a 15-04-2024	19/04/2024	235,85	250,00			30/05/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10017057- AD20240034 - Aquisição de Tripés e Acessório para Coloc	02/05/2024	956,67	1.176,70			30/07/2024	1.176,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017058-Alojamento para H. Wellington - 08-04-2024 a 11-04-2024	19/04/2024	283,70	300,72			30/05/2024	300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509550835	10017059-Alojamento para H. Wellington - 08-04-2024 a 11-04-2024	19/04/2024	47,17	50,00			24/05/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017060-Alojamento para Hotel Inatel Albufeira - 08-04-2024 a 12-0	19/04/2024	471,70	500,00			04/07/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017061-Alojamento para Hotel Inatel Caparica - 08-04-2024 a 12-0	19/04/2024	471,70	500,00			17/05/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017062-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia - 08-04-2024 a C	19/04/2024	97,38	103,22			31/05/2024	102,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505688000	10017063-Alojamento para Qta do Viso - 09-04-2024 a 11-04-2024	19/04/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515263575	10017064-Vídeo da conclusão do troço "IC35. Penafiel/Rans", no âmb	29/04/2024	4.150,00	5.104,50			10/09/2024	5.104,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	10017065-DESMONTAGEM E TRANSPORTE DE MÓDULOS DE CC	04/07/2024	39.490,00	48.572,70			17/09/2024	48.572,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017067-Deslocação ao Estrangeiro para Reunião de arranque do P	03/05/2024	585,86	720,61			07/06/2024	585,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500142459	10017068- AD20240032 - IC19 (ramos) - Remarcação de passadeira	16/05/2024	8.488,00	10.440,24			30/09/2024	8.488,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10017072-PRAGAL - REPARAÇÃO DO ELEVADOR DO EDIFÍCIO 6	15/05/2024	3.845,00	4.729,35			22/10/2024	4.729,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501642277	10017073-Aquisição de Vestuário de Proteção de Alta Visibilidade - Pr	24/04/2024	4.997,45	6.146,86			04/10/2024	6.146,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501523375	10017074-Aquisição de 1 garagem didática para a sala do bercário, d	06/05/2024	132,68	163,20			30/08/2024	163,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515008133	10017075- PARQUE NATURAL DA ARRÁBIDA - CASA DA RASCA -	23/05/2024	6.565,00	6.565,00			27/12/2024	6.565,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510501214	10017077-Reparação viatura Mitsubishi L200 87-HN-75	24/04/2024	128,92	158,57			24/05/2024	158,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504547739	10017078- Prestação de Serviços de Patrocínio Judiciário e Assessori	17/06/2024	29.960,00	36.850,80			17/10/2024	29.962,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10017080- AD 20240031-Aquisição de Sinalização	14/05/2024	2.754,20	3.387,67			22/07/2024	3.387,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10017081-Aluguer de vasilhame 23/24	02/05/2024	308,00	378,84			20/06/2024	378,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502789211	10017084- AD20240035 - Aquisição de cimento (Braga)	06/05/2024	185,50	228,17			20/06/2024	228,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10017085-Aquisição de Placas Contra Luz Solar - SLN	08/05/2024	4.902,00	6.029,46			04/07/2024	6.029,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
US942960235	10017091-Aquisição de 2 Licenças Matlab Standard 2024	28/04/2024	4.500,00	5.535,00			30/08/2024	4.500,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508726999	10017092-TM Bobadela - Substituição de radiador - CAT DP30K	03/05/2024	1.205,00	1.482,15			13/08/2024	1.482,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500156050	10017095-TM Bobadela - Acompanhamento de controlo metrológico	03/05/2024	350,00	430,50			28/06/2024	430,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500475903	10017097-TM Bobadela - Aluguer temporário de equipamento de car	14/06/2024	19.000,00	23.370,00			30/08/2024	23.370,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017098-TM Bobadela - Certificação DL50 - Kalmar 457	03/05/2024	602,55	741,14			30/07/2024	741,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017100-TM Bobadela - Certificação DL50 - Kalmar 458	03/05/2024	642,55	790,34			30/07/2024	790,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504249320	10017101-TM Bobadela - Controlo metrológico 2024 - Báscula	06/05/2024	990,94	1.218,86			28/06/2024	1.218,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017102-Deslocação a Oslo do Eng.º Pedro Miguel DÓrey Gouveia	15/05/2024	1.415,98	1.741,66			20/06/2024	1.415,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10017103-Alojamento para Casa do Vale - 09/04/2024 a 10/04/2024	03/05/2024	84,91	90,00			04/07/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017104-Alojamento para Casas com Estória - 10/04/2024 a 11/04/2	03/05/2024	46,23	49,00			30/09/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017105-Alojamento para Dormitório CP da Guarda - 08/04/2024 a '	03/05/2024	138,00	146,28			27/06/2024	155,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10017106-Alojamento para Avenida Park - 10/04/2024 a 12/04/2024	03/05/2024	215,54	228,47			18/07/2024	215,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017107-Alojamento para H. D. Luís - Coimbra - 08/04/2024 a 12/04	03/05/2024	818,89	868,02			07/06/2024	814,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017108-Alojamento para H. D. Luís - Elvas - 09/04/2024 a 10/04/20	03/05/2024	46,23	49,00			28/06/2024	49,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10017109-Alojamento para H. Francis - 09/04/2024 a 12/04/2024	03/05/2024	141,51	150,00			17/09/2024	150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10017110-Alojamento para H. Império - 08/04/2024 a 12/04/2024	03/05/2024	113,21	120,00			30/05/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017112-Deslocação ao Estrangeiro do Eng. Mário Pedrosa, para as	03/05/2024	251,00	308,73			04/07/2024	251,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017114-Alojamento para H. Lagoa - 08/04/2024 a 11/04/2024	03/05/2024	188,68	200,00			07/06/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10017115-Alojamento para H. Lusitânia - 09/04/2024 a 10/04/2024	03/05/2024	43,40	46,00			20/06/2024	48,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503935271	10017116-IC2(EN1) - MEIRINHAS (KM 136+700) E POMBAL (KM 148	27/09/2024	25.500,00	31.365,00			05/12/2024	14.452,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10017118-Seguro de Responsabilidade Civil Geral para a Anuidade 2	23/08/2024	2.918.032,88	2.918.032,88	2222/2024	07/10/2024	26/11/2024	2.919.405,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10017118-Seguro de Responsabilidade Civil Geral para a Anuidade 2	23/08/2024	264.118,57	264.118,57	2222/2024	07/10/2024	26/11/2024	262.746,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10017119-L. LESTE - CONSTRUÇÃO DE VEDAÇÕES PARA SUPRE	17/09/2024	214.904,50	214.904,50			21/11/2024	95.752,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017120- LINHA DO DOURO - ESTAÇÃO DE TUA - BENEFICIAÇÃ	11/06/2024	22.829,04	28.079,72			12/12/2024	28.079,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508992249	10017121-Aquisição de 3 capas impermeáveis para os colchões exist	06/05/2024	125,00	153,75			20/06/2024	153,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017122-Alojamento para H. Veleiro - 09-04-2024 a 11-04-2024	03/05/2024	94,34	100,00			07/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017123-Deslocação a Bruxelas - 26 a 27 de Junho	07/05/2024	535,86	659,11			16/07/2024	535,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10017124-Aquisição de equipamentos elétricos para instalações socis	02/05/2024	582,92	716,99			31/05/2024	716,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017125-Deslocação a Lyon nas datas 29 a 31 de maio de 2024 - P	06/05/2024	576,09	708,59			18/07/2024	576,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017126-Alojamento para Inatel Albufeira - 15/04/2024 a 19/04/2024	03/05/2024	566,04	600,00			04/07/2024	636,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT126465304	10017127-Aquisição de alfinetes ouro (15) e prata (78), comemorativc	02/05/2024	4.020,50	4.945,22			20/06/2024	4.945,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017128-Alojamento para Inatel Caparica - 15/04/2024 a 18/04/2024	03/05/2024	330,19	350,00			24/05/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017129-Alojamento para Park Hotel - 17/04/2024 a 19/04/2024	06/05/2024	101,22	107,29			30/05/2024	104,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513980563	10017130-Proposta de Aquisição de Serviços para Evento Institucional	14/06/2024	8.000,00	9.840,00			27/08/2024	9.840,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017131-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 17/04/2024 a 19/04	03/05/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10017132-Alojamento para Real Caparica Hotel - 16/04/2024 a 17/04	06/05/2024	84,92	90,02			07/06/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502076127	10017133-Alojamento para Sport Hotel - 15/04/2024 a 19/04/2024	06/05/2024	466,99	495,01			30/09/2024	524,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	10017135-A21 - KM12+480. REPARAÇÃO DA PH, ATERRO E PLAT	22/07/2024	78.335,00	96.352,05			13/12/2024	42.014,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017136-Manutenções MPS Maio de 2024	06/05/2024	4.907,70	6.036,47			31/07/2024	6.036,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502856408	10017137-IC2(EN1) - KM241+500 - RECONSTRUÇÃO DE ATERRO	24/07/2024	3.169.000,00	3.169.000,00	1991/2024	10/09/2024	12/11/2024	2.960.284,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT516082434	10017140-Reparação da bomba de lavar à pressão	10/05/2024	341,65	420,23			30/09/2024	420,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017141-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 17/04/2024 a 19/0	06/05/2024	369,82	392,01			17/05/2024	415,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505067084	10017142-Digitalização e Tratamento de faturas digitalizadas	10/10/2024	39.600,00	48.708,00			21/11/2024	1.926,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017143-Alojamento para H. Santos - 17-04-2024 a 19-04-2024	03/05/2024	75,47	80,00			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10017144-Alojamento para H. Termas de S. Miguel - 17-04-2024 a 18	03/05/2024	41,98	44,50			28/06/2024	47,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017145-Alojamento para Hotel Gameiro – 17/04/2024 a 26/04/2024	06/05/2024	475,48	504,01			20/06/2024	534,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504375059	10017146-Alojamento para H. Termas de S. Vicente - 16-04-2024 a 1	03/05/2024	83,96	89,00			16/07/2024	94,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017147-Alojamento para H. Veleiro - 16-04-2024 a 18-04-2024	03/05/2024	94,34	100,00			07/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10017148-Reparação da viatura 04-ZQ-76	06/05/2024	3.070,32	3.776,49			13/08/2024	3.776,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017149-Alojamento para H. Versatile - 16-04-2024 a 17-04-2024	03/05/2024	181,13	192,00			30/09/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017151-Alojamento para H. Via Norte - 15-04-2024 a 18-04-2024	03/05/2024	235,85	250,00			30/05/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017154-Alojamento para H. Wellington - 15-04-2024 a 19-04-2024	03/05/2024	378,26	400,96			20/06/2024	400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509550835	10017155-Alojamento para Hotel M - 21-04-2024 a 23-04-2024	03/05/2024	94,34	100,00			07/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508406636	10017157-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matriculas 51-	06/05/2024	65,00	79,95			20/06/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10017158-Alojamento para Hotel Imperial – 18/04/2024 a 19/04/2024	06/05/2024	45,29	48,01			07/06/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10017159-Alojamento para Hotel Império – 15/04/2024 a 16/04/2024	06/05/2024	28,31	30,01			30/05/2024	31,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510330100	10017160-Alojamento para Hotel Império do Rei – 15/04/2024 a 19/0	06/05/2024	566,04	600,00			07/06/2024	636,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017161-Alojamento para Hotel Lagoa – 15/04/2024 a 18/04/2024	06/05/2024	188,68	200,00			07/06/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT180477161	10017162-Contratação de serviço para desenvolvimento de criação a	02/05/2024	2.300,00	2.300,00			13/08/2024	2.300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017163-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente – 15/04/2024 a	06/05/2024	3.286,43	3.483,62			31/05/2024	3.482,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017164-Alojamento para Hotel Parque – 15/04/2024 a 16/04/2024	06/05/2024	45,29	48,01			30/05/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515292575	10017165-Reparação de máquina de lavar alta pressão RF-CEN	10/05/2024	468,00	575,64			18/06/2024	575,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505988194	10017168-PONTE 25 DE ABRIL – AQUISIÇÃO DE SINALÉTICA DE E	02/08/2024	15.724,20	19.340,77			27/12/2024	19.340,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516473450	10017170- AD20240032 - Limpeza de terreno sobre o Túnel do Grilo	16/05/2024	9.920,00	12.201,60			21/11/2024	12.201,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	10017172- AD20240032 - Obra de Arte 5708 - Tratamento de Junta d	10/05/2024	4.590,00	5.645,70			30/09/2024	4.590,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502451033	10017174-Calibração de tiltmeter RST	09/05/2024	50,00	61,50			04/07/2024	61,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500553408	10017175- AD20240035 - 7 toneladas de massas betuminosas a frio	06/05/2024	619,50	761,99			20/06/2024	761,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10017176-Alojamento para Anchor House - 16/04/2024 a 30/04/2024	06/05/2024	1.036,00	1.098,16			07/06/2024	1.164,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513648852	10017178-Reparação de uma motosserra RF-CEN	10/05/2024	159,03	195,61			16/07/2024	195,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508655501	10017180-ASSESSORIA TÉCNICA PARA APOIO DA ESPECIALIDAD	14/08/2024	79.500,00	97.785,00			21/11/2024	29.520,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017182-Deslocação ao Estrangeiro (Viagem + Estadia) a Bruxelas -	02/05/2024	1.077,93	1.325,85			20/06/2024	1.077,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10017183-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matriculas AR	10/05/2024	65,00	79,95			30/08/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515474770	10017185-Alojamento para 4 U Alojamento - 16/04/2024 a 17/04/202	07/05/2024	47,17	50,00			16/07/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501098941	10017186-Aquisição de tubo de radiador para reparação do gerador d	16/05/2024	206,15	253,56			18/06/2024	253,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017187-Aquisição mecanismos das meias barreiras 710B	21/05/2024	7.665,00	9.427,95			24/10/2024	9.427,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504105108	10017188-Alojamento para Estremoz Hotel - 16/04/2024 a 17/04/202	07/05/2024	50,00	53,00			31/05/2024	56,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500520658	10017189-Licença de acesso a informação de entidades (art.113 CC	09/05/2024	3.754,80	4.618,40			27/08/2024	4.618,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10017190-Alojamento para Hotel Alambique - 18/04/2024 a 19/04/20	07/05/2024	45,28	48,00			12/11/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10017191-Alojamento para Hotel D. Bernardo - 16/04/2024 a 17/04/2	07/05/2024	48,67	51,59			21/11/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10017193-Alojamento para Hotel Avenida Park - 15/04/2024 a 18/04/	07/05/2024	161,66	171,36			27/08/2024	161,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10017197-Fornecimento dos materiais para viatura 97-SH-61	07/05/2024	434,85	534,87			18/07/2024	534,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501100385	10017198- AD2024 - Aquisição de Madeira para escoramento da OA.	16/05/2024	850,62	1.046,26			04/07/2024	1.046,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505772329	10017200-Administração dos sistemas Outsystems/Sharepoint - Bolsa	15/05/2024	4.980,00	6.125,40			04/10/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509198520	10017201-Reparação de RMA 172 - Drone Matrice 300	14/05/2024	1.078,04	1.325,99			28/06/2024	1.325,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10017202-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	13/04/2022	672,00	826,56			07/06/2024	872,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017204-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra – 15/04/2024 a 21	07/05/2024	770,72	816,96			07/06/2024	814,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503737840	10017205-Manutenção viatura 87-HN-78	08/05/2024	155,33	191,06			20/06/2024	191,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB84672344	10017206-Aquisição de licenças de publicação LinkedIn - 20 job slots	30/07/2024	32.970,00	40.553,10			04/10/2024	32.970,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10017207-Alojamento para H. Avenida Park - 22-04-2024 a 23-04-20	08/05/2024	53,89	57,12			27/08/2024	53,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10017208-Alojamento para H. Bagoeira - 29-04-2024 a 30-04-2024	08/05/2024	37,74	40,00			07/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514225092	10017209-Alojamento para Cardal - 29-04-2024 a 30-04-2024	08/05/2024	37,74	40,00			07/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017210-Alojamento para H. Columbano - 22-04-2024 a 26-04-2024	08/05/2024	192,46	204,01			31/05/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017211-Alojamento para H. D. Luís - Elvas - 22-04-2024 a 28-04-2	08/05/2024	277,37	294,01			30/05/2024	259,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515597147	10017212- AD20240032 - OA3268 - Passagem Superior à A20 pela R	15/05/2024	9.890,00	12.164,70			28/06/2024	12.164,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017213-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra - 23-04-2024 a 03-05-	08/05/2024	144,51	153,18			07/06/2024	153,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501919007	10017214-Alojamento para H. Durão - 23-04-2024 a 24-04-2024	08/05/2024	42,45	45,00			07/06/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510063667	10017215-Aquisição adicional de 50 rolos de papel industrial para o re	09/05/2024	347,50	427,43			18/07/2024	427,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502165383	10017216-Alojamento para H. Francis - 23-04-2024 a 24-04-2024	08/05/2024	94,34	100,00			07/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
GB942236532	10017220-Subscrição do software Videoscribe	14/05/2024	195,00	239,85			17/09/2024	175,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10017221-Aquisição de porca sextavada para parafuso de gancho	21/05/2024	4.917,10	6.048,03			30/07/2024	6.048,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB13552732	10017223-Sistema de ATS – "Applicant Tracking Software"	21/08/2024	13.490,00	16.592,70			04/10/2024	13.490,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10017224- AT-ENE – Reparação de AVAC – Mercês – Lavradio – Me	13/05/2024	4.995,78	6.144,81			12/11/2024	6.144,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017225-Alojamento para Hotel Porto Antas - 23/04/2024 a 03/05/2	13/05/2024	100,23	106,24			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10017226-Alojamento para Hotel Qta do Paço - 29/04/2024 a 30/04/2	13/05/2024	47,17	50,00			20/06/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017227-Alojamento para Hotel Veleiro - 23/04/2024 a 29/04/2024	13/05/2024	188,68	200,00			20/06/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017229-Alojamento para Hotel Versatile - 23/04/2024 a 30/04/2024	13/05/2024	90,57	96,00			30/09/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017230-Alojamento para Hotel Via Norte - 03/05/2024 a 06/05/2024	13/05/2024	141,51	150,00			07/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508832209	10017231-AQUISICÃO WEBCAMS PARA ESTACÕES FERROVIÁRIA	15/05/2024	2.209,95	2.718,24			28/06/2024	2.706,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017232-Alojamento para Hotel Wellington - 22/04/2024 a 03/05/20	13/05/2024	378,26	400,96			20/06/2024	400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10017233-Renovação de certificados digitais qualificados profissionais	14/06/2024	8.773,20	8.331,04			30/07/2024	8.331,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10017235- AD20240034 - Fornecimento de Sinalização Temporária –	15/05/2024	3.994,00	4.912,62			18/07/2024	3.030,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017236-Deslocação INNOTRANS Berlim 24 a 27 Set. 2024 Eng. Lu	24/05/2024	2.543,84	3.128,92			27/09/2024	2.543,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507847130	10017237-Encontro Anual de Colaboradores do Grupo IP - Mobiliário	22/05/2024	4.680,50	5.757,02			31/07/2024	7.081,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10017238-Aquisição de saco de ráfia p/transporte de gravilha	31/05/2024	5.950,00	7.318,50			27/08/2024	7.318,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505984172	10017239-Tratamento piso Armazém P2 da Nave 1	13/05/2024	1.516,80	1.516,80			30/09/2024	1.516,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT203696778	10017241-Manutenção da viatura 46-18-QE	13/05/2024	881,02	1.083,65			28/06/2024	1.083,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017242-Alojamento para Inatel Caparica - 22/04/2024 a 30/04/2024	13/05/2024	330,19	350,00			30/05/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017243-Alojamento para Quintal de Além do Ribeiro - 23/04/2024 a	13/05/2024	141,51	150,00			20/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017246-Alojamento para Hotel Gameiro – 22/04/2024 a 03/05/2024	13/05/2024	871,73	924,03			20/06/2024	979,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10017247-Alojamento para Hotel Imperial – 02/05/2024 a 03/05/2024	13/05/2024	45,28	48,00			31/05/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT167086103	10017248- Alojamento para St@y Tunes - 31/03/2024 a 16/04/2024	13/05/2024	603,78	640,01			21/06/2024	678,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10017249-Alojamento para Hotel Império – 29/04/2024 a 06/05/2024	13/05/2024	141,54	150,03			30/05/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017251-Alojamento para Hotel Lagoa – 23/04/2024 a 30/04/2024	13/05/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10017252-Alojamento para Hotel Lusitânia – 05/05/2024 a 06/05/2024	13/05/2024	43,40	46,00			20/06/2024	48,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT508296790	10017253-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente – 22/04/2024 a	13/05/2024	3.636,01	3.854,17			31/05/2024	3.702,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017254-Alojamento para Hotel Parque – 29/04/2024 a 03/05/2024	13/05/2024	181,14	192,01			31/05/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017255-Deslocação INNOTRANS Berlim 24 a 27 Set. 2024 Eng. L	24/05/2024	1.333,92	1.640,72			13/08/2024	1.333,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504904493	10017256-Subscrição de 4 licenças de Adobe Standard	14/05/2024	276,20	339,73			20/06/2024	339,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10017257-Alojamento para Anchor House - 30/04/2024 a 31/05/2024	13/05/2024	2.294,00	2.431,64			07/06/2024	2.577,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017258-Alojamento para Baía Beach - 29/04/2024 a 30/04/2024	13/05/2024	96,34	102,12			20/06/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10017259-Alojamento para Casas da Moagem - 27/04/2024 a 28/04/2	13/05/2024	42,46	45,01			20/06/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017260-Alojamento para Dormitório da Guarda - 25/04/2024 a 07/0	13/05/2024	460,00	487,60			27/06/2024	516,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500191972	10017261-Revisão Anual de Grua Palfinger PK9001	16/05/2024	1.255,70	1.544,51			20/06/2024	1.544,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515836737	10017262-Alojamento para H. Amazónia - 28/04/2024 a 30/04/2024	13/05/2024	689,80	731,19			30/05/2024	730,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10017263-Alojamento para H. Avenida Park - 28/04/2024 a 30/04/202	13/05/2024	107,77	114,24			18/07/2024	105,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT802251668	10017264-AD 20240039-fornecimento e reparação de luminárias na r	17/05/2024	1.888,85	1.888,85			13/12/2024	1.888,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506836983	10017269-PONTE 25 DE ABRIL – AQUISIÇÃO DE BASES PARA ILU	11/07/2024	5.600,00	6.888,00			12/11/2024	6.888,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10017270-Prestação de Serviços de assessoria para execução de doc	17/05/2024	5.000,00	6.150,00			27/08/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508022029	10017271-Aquisição de Serviços para produção de Merchandising	14/05/2024	2.560,00	3.148,80			10/09/2024	2.988,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500417660	10017272-Aquisição de Serviços de Qualidade do Ar no Interior no Ed	20/05/2024	988,00	1.215,24			10/09/2024	1.215,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10017273-EN122 – PONTE DO VASCÃO. REABILITAÇÃO E REFOR	10/10/2024	48.000,00	59.040,00			27/12/2024	3.027,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505477416	10017274- AD20240034 - Fornecimento de desengordurante a frio de	17/05/2024	2.700,00	3.321,00			18/07/2024	3.321,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10017275-L. LEIXÕES – APEADEIROS DE HOSPITAL DE SÃO JOÃ	01/08/2024	346.641,40	346.641,40			17/10/2024	329.245,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502665696	10017276-Renovação de domínios e certificados	27/05/2024	630,00	774,90			05/12/2024	580,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	10017277-CAMPUS DO PRAGAL – EDIFICIO 2 – PISO 4 - ALTERAÇ	15/05/2024	3.184,20	3.916,57			05/12/2024	3.184,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508832209	10017278- AQUISIÇÃO DE SPARES PARA POSTOS DE OPERAÇÃ	15/05/2024	4.418,49	5.434,74			04/07/2024	5.422,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10017279-EN101 – ENTRONCAMENTO COM A EN 202 EM MONCÃ	16/05/2024	4.740,00	5.830,20			20/06/2024	5.830,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10017280-EN125 - VARIANTE DE OLHÃO: LEVANTAMENTO DA FL	16/05/2024	4.900,00	6.027,00			15/10/2024	6.027,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504880268	10017281- AD20240032 - Alimentação PMV's	20/05/2024	7.684,50	9.451,94			13/12/2024	9.451,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502061553	10017282-Assistência Técnica de duas plotters – HP Latex Series L33	27/05/2024	4.992,00	6.140,16			06/08/2024	6.140,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517514885	10017283- AD20240032 - A21 ao km12+500 no sentido Ericeira/Malv	20/05/2024	9.790,00	12.041,70			24/09/2024	10.377,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517514885	10017284- AD20240032 - A21 - Portagem da Malveira - Trabalhos de	20/05/2024	9.600,00	11.808,00			24/09/2024	10.176,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10017285-Manutenção viatura 10-GO-71	15/05/2024	261,34	321,45			16/07/2024	321,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503081876	10017286- AD20240032 - Fornecimento de gasóleo para Gerador Tú	21/05/2024	835,00	1.027,05			30/07/2024	534,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508827922	10017287-Proposta de adjudicação de prestação de serviço de impre	13/04/2022	1.128,00	1.387,44			24/09/2024	1.387,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500035679	10017288-Manutenção da viatura 47-IO-43	14/05/2024	1.615,05	1.986,51			28/06/2024	1.986,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500286344	10017289-Aquisição de 6 garrafas de oxigénio industrial de 10,6m3	16/05/2024	499,44	614,31			24/09/2024	204,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514821450	10017290-Aquisição de cinco Paquímetros Digitais + Reparação um F	20/05/2024	1.770,10	2.177,22			18/09/2024	1.890,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514821450	10017290-Aquisição de cinco Paquímetros Digitais + Reparação um F	20/05/2024	0,00	0,00			18/09/2024	286,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504307622	10017291-TM Bobadela - Aluguer de equipamento de movimentação	19/08/2024	119.220,24	146.640,90			21/11/2024	36.144,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10017292-Ensaio de dureza Rockwell	16/05/2024	100,00	123,00			30/07/2024	123,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017293-Deslocação a Berlim de 23 a 27 de setembro (Feira InnoTr	22/05/2024	4.662,09	5.734,37			27/09/2024	4.662,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017294-LIFE LYNXCONNECT - Convocatoria comisión de seguimi	23/05/2024	171,00	210,33			18/07/2024	155,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017295-Alojamento para Inatel Albufeira - 07-05-2024 a 08-05-202	16/05/2024	94,34	100,00			04/07/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017296-Alojamento para Inatel Caparica - 06-05-2024 a 10-05-202	16/05/2024	1.226,42	1.300,01			04/07/2024	1.378,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10017298-Alojamento para Qta Valenciana - 07-05-2024 a 08-05-202	06/06/2024	37,74	40,00			28/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020882	10017299-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 07-05-2024 a 09-0	16/05/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10017300-Alojamento para Real Caparica Hotel - 08-05-2024 a 09-0	16/05/2024	42,46	45,01			04/07/2024	45,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE183504341	10017302-SKM-Veículo de inspeção aquisição de pneus de medição	31/05/2024	4.170,00	4.170,00			11/07/2024	4.170,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505301539	10017304-AD 20240039- Fornecimento de 600 baldes de massas asf	22/05/2024	4.980,00	6.125,40			30/07/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017306-Deslocação ao estrangeiro da Engª Dora Carracha para pa	21/05/2024	803,48	988,28			20/06/2024	803,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017308-LIFE LYNXCONNECT - Convocatoria comisión de seguimi	23/05/2024	171,00	210,33			18/07/2024	155,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507966589	10017309-AD 20240033 - Apoio na colocação de sinalização vertical,	20/05/2024	585,00	719,55			05/12/2024	719,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017311-Alojamento para Casas com Estória - 06/05/2024 a 07/05/2	20/05/2024	184,92	196,02			04/10/2024	207,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10017312-Alojamento para Dom Hotel - 06/05/2024 a 09/05/2024	20/05/2024	93,23	98,82			07/06/2024	104,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017313-Alojamento para Dormitório CP Régua - 08/05/2024 a 09/0	20/05/2024	184,00	195,04			27/06/2024	206,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10017314-Alojamento para H. Alambique - 08/05/2024 a 09/05/2024	20/05/2024	45,29	48,01			20/06/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10017315-Alojamento para H. Aranguês - 08/05/2024 a 09/05/2024	20/05/2024	45,29	48,01			07/06/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204683890	10017316-Encontro Anual de Colaboradores do Grupo IP - Material d	22/05/2024	1.801,00	2.215,23			09/07/2024	2.215,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509635970	10017317-AD 20240033 - EN10 Km 20+182 ao Km 20+142 - via direi	20/05/2024	7.570,00	7.570,00			27/08/2024	7.570,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10017318-Alojamento para H. Bagoeira - 09/05/2024 a 10/05/2024	20/05/2024	37,74	40,00			20/06/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017319-Alojamento para H. Columbano - 06/05/2024 a 10/05/2024	20/05/2024	113,21	120,00			28/06/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10017320-Alojamento para H. D. Bernardo - 06/05/2024 a 07/05/2024	20/05/2024	48,67	51,59			05/12/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017322-Deslocação ao estrangeiro para Participação na XVII Jorna	21/05/2024	210,00	258,30			20/06/2024	210,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017323-Alojamento para Hotel Porto Antas – 09/05/2024 a 10/05/2	16/05/2024	51,06	54,12			20/06/2024	54,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017324-Alojamento para Hotel Santos – 08/05/2024 a 10/05/2024	16/05/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505796309	10017325-Alojamento para Hotel Termas Bicanho – 06/05/2024 a 10/	16/05/2024	671,71	712,01			04/07/2024	754,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10017326-Alojamento para Hotel Termas S. Miguel – 06/05/2024 a 07	16/05/2024	41,99	44,51			20/06/2024	47,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10017327-Alojamento para Hotel Vale do Côa – 06/05/2024 a 07/05/2	16/05/2024	88,68	94,00			28/06/2024	99,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017328-Alojamento para Hotel Veleiro – 07/05/2024 a 09/05/2024	16/05/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017329-Alojamento para Hotel Versatile – 06/05/2024 a 10/05/2024	16/05/2024	135,86	144,01			04/10/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017330-Alojamento para Hotel Via Norte – 07/05/2024 a 09/05/202	16/05/2024	94,34	100,00			20/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017331-Alojamento para Hotel Wellington – 06/05/2024 a 08/05/20	16/05/2024	189,13	200,48			20/06/2024	200,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503480915	10017332-L. LEIXÕES – ESTACÕES DE CONTUMIL E SÃO GEMIL -	28/08/2024	345.117,50	345.117,50			21/11/2024	345.117,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508320151	10017333-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	25/06/2024	285.000,00	350.550,00			30/08/2024	350.550,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509022217	10017334-CONSULTORIA DE ENGENHARIA -APOIO TÉCNICO E D	17/07/2024	90.230,00	110.982,90			04/10/2024	61.124,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517557835	10017337-Proposta de adjudicação de prestação de serviços de prod	13/04/2022	550,00	676,50			30/07/2024	676,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506050467	10017339- Aquisição de placas de contraluz para aplicação em Pass	06/06/2024	4.196,80	5.162,06			17/09/2024	5.162,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507072065	10017341-Aquisição de meios de primeira intervenção para os edifício	22/05/2024	4.930,00	6.063,90			30/07/2024	6.063,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503555983	10017343-Aquisição de porta paletes manual para o AR 2900 (Alcânt	21/05/2024	350,00	430,50			18/07/2024	430,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514667770	10017344- AD20240034 - Aquisição de Filler RC480 para aplicação n	22/05/2024	975,00	1.199,25			27/08/2024	1.199,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502108240	10017345-Prestação de serviços – Impressão de peças gráficas para	23/05/2024	3.000,00	3.690,00			30/07/2024	879,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	10017346-RAP GRANDE LISBOA - EXPLORAÇÃO DA REDE EM MÍ	29/08/2024	425.000,00	425.000,00			21/11/2024	425.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503439673	10017347- AT - VDM - Aquisição material spare para sistemas de vide	20/05/2024	4.178,00	5.138,94			30/08/2024	5.138,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10017348-Aquisição de marco IP	31/05/2024	6.600,00	8.118,00			30/09/2024	8.118,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502059320	10017349- AD20240035 - Aquisição de granito para Ponte Amizade ('	24/05/2024	4.926,00	6.058,98			10/09/2024	6.059,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	10017352- AD20240034 - Aquisição e Transporte de massas betumin	22/05/2024	1.976,25	2.430,79			22/10/2024	2.228,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017353-Alojamento para Hotel D. Luís-Coimbra - 06/05/2024 a 10/(	21/05/2024	915,23	970,14			20/06/2024	969,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT513129812	10017354-Alojamento para Hotel Gameiro - 06/05/2024 a 10/05/2024	20/05/2024	633,96	672,00			20/06/2024	712,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508684455	10017355-Substituição dos quatro pneus viatura 87-HN-77 - MITSUBI	21/05/2024	406,50	500,00			20/06/2024	615,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10017356-Alojamento para Hotel Império - 06/05/2024 a 10/05/2024	20/05/2024	254,73	270,01			28/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017357-Participação na 2.ª reunião do AsBo Cooperation Group de	17/05/2024	738,64	908,53			28/06/2024	738,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10017358-Alojamento para Hotel José Régio - 06/05/2024 a 09/05/20	20/05/2024	849,06	900,00			20/06/2024	954,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017360-Alojamento para Hotel Lagoa - 08/05/2024 a 09/05/2024	20/05/2024	196,68	208,48			20/06/2024	208,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017361-Deslocação a Berlin para participação na INNOTRANS, no	24/05/2024	1.930,15	2.374,08			13/08/2024	1.930,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017362-Alojamento para Hotel do Parque - 06/05/2024 a 11/05/202	20/05/2024	407,54	431,99			30/07/2024	457,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017363-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 06/05/2024 a	20/05/2024	2.936,81	3.113,02			07/06/2024	2.969,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017368-Viagem Bratislava - 20TH RNE TECHNICAL MEETING	27/05/2024	1.638,93	2.015,88			28/06/2024	1.638,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE06364992H	10017369-Renovação da subscrição da Creative Cloud da Adobe (4 li	27/05/2024	4.575,00	5.627,25			17/09/2024	3.719,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10017370-Aquisição de componentes e acessórios II – 2024	28/05/2024	4.311,00	5.302,53			13/08/2024	5.302,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017371-Deslocação a Praga 1 a 6 setembro	23/05/2024	1.132,83	1.393,38			27/08/2024	1.132,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10017374-Seguro de Responsabilidade Civil para os Drones do Grupo	17/06/2024	3.295,08	3.295,08			28/06/2024	3.303,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10017374-Seguro de Responsabilidade Civil para os Drones do Grupo	17/06/2024	173,43	173,43			28/06/2024	165,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT218768427	10017376- AD2024 - Aquisição de pórticos em perfil HEB120 para es	22/05/2024	2.314,00	2.846,22			30/09/2024	2.846,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10017377-Entroncamento - Rua D. Afonso Henriques nº40 - Rede de	23/05/2024	3.675,00	4.520,25			27/08/2024	4.520,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501563466	10017378-Aquisição de equipamentos diversos para funcionamento d	05/06/2024	233,74	287,50			27/08/2024	287,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508726999	10017379-TM Bobadela - Revisão e Certificação DL50 - Empilhador D	23/05/2024	4.885,75	6.009,47			10/09/2024	6.009,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	10017380-LN - PK 210,308 A PK 223,990 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	24/05/2024	2.000,00	2.460,00			29/11/2024	2.460,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500475903	10017381-TM Bobadela - Aluguer de equipamento de movimentação	26/09/2024	105.000,00	129.150,00			21/11/2024	30.359,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510245	10017382-Aquisição de consumíveis de plotter de corte de telas para	28/05/2024	885,20	1.088,80			30/07/2024	1.088,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
GB895305594	10017384-Renovação do software Ring	23/05/2024	1.366,00	1.680,18			30/08/2024	1.366,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT170159795	10017385-Manutenção e limpeza de WC para utilização pelos agente	28/05/2024	900,00	1.107,00			27/08/2024	900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517208458	10017386-AD 20240033 - Fornecimento de balizas, tela refletora e bu	17/06/2024	4.999,00	6.148,77			24/09/2024	6.148,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
GB169289161	10017387-Calibração e reparação de inclinómetro DI 1834.	23/05/2024	1.955,08	1.955,08			31/12/2024	1.955,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10017390-AD20240034 - Fornecimento de Sinalização de Proibição e	28/05/2024	566,50	696,80			06/08/2024	696,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504104039	10017391-Reparação do umbilical de 40m do CIS	24/05/2024	264,64	325,51			28/06/2024	325,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10017392- AT-ENE – Aquisição conversores de medida para reparaci	27/05/2024	3.625,50	4.459,37			10/09/2024	4.459,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10017393-Manutenção viatura Mercedes 97-GN-03	24/05/2024	1.651,03	2.030,77			28/06/2024	2.030,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10017394-Aquisição de Materiais HILTI	18/06/2024	3.473,45	4.272,34			27/08/2024	4.272,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10017395-Aquisição de Materiais Pecol	18/06/2024	293,04	360,44			27/08/2024	360,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10017396-Revisão da viatura 85-GR-16	23/05/2024	437,53	538,16			27/08/2024	661,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10017397-Aquisição de detetor de metais/armaduras Hilti	18/06/2024	1.568,33	1.929,05			30/08/2024	1.915,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502846313	10017398-Aquisição de 100 pulseiras invioláveis e de 33 medalhas pa	22/05/2024	41,05	50,49			04/06/2024	50,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017399-Deslocação ao Estrangeiro (Viagem + Estadia) a Bruxelas -	23/05/2024	850,27	1.045,83			28/06/2024	850,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017400-Deslocação da Eng.ª Maria Pinheiro a Holanda, Amesterdã	28/05/2024	1.176,89	1.447,57			04/07/2024	1.176,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10017401-EN125 - VARIANTE DE OLHÃO - CARACTERIZAÇÃO DE	24/05/2024	3.500,00	4.305,00			12/11/2024	4.305,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10017402- AD20240032 - Fornecimento de Separador de Via	31/05/2024	4.960,00	6.100,80			27/08/2024	6.100,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017404-Manutenção viatura 04-ZQ-29	12/06/2024	118,56	145,83			06/08/2024	179,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	10017406-L. NORTE - TROÇO ENTRE O PK34,100 E PK47,000 PRO	19/08/2024	24.000,00	29.520,00			29/11/2024	14.760,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017407-Alojamento para Inatel Caparica - 13-05-2024 a 17-05-202	24/05/2024	377,36	400,00			04/07/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017408-Alojamento para Inatel Foz Arelho - 14-05-2024 a 16-05-20	24/05/2024	377,36	400,00			04/07/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500512894	10017409-Aquisição de Serviços para a Gestão de Resíduos Não Val	21/06/2024	1.318,80	1.622,12			13/12/2024	1.397,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017410-Alojamento para Inatel Foz Arelho - 14-05-2024 a 16-05-20	24/05/2024	1.084,91	1.150,00			30/09/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017412-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 15-05-2024 a 17-05-	24/05/2024	151,84	160,95			28/06/2024	151,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10017413-Alojamento para PureAzibo - 14-05-2024 a 15-05-2024	24/05/2024	62,26	66,00			12/11/2024	69,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017414-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 13-05-2024 a 16-0	24/05/2024	94,34	100,00			28/06/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10017415-Alojamento para Real Caparica Hotel - 14-05-2024 a 15-05	24/05/2024	42,45	45,00			27/08/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10017417-Aquisição de baterias Sprinter	15/07/2024	28.582,80	35.156,84			24/10/2024	35.156,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	10017419- AD20240034 - Fornecimento e Transporte de Telas para A	28/05/2024	3.656,00	4.496,88			30/09/2024	4.496,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017420-TM Bobadela - Kalmar 458 - Revisão 2000 horas	28/05/2024	4.969,34	6.112,29			24/09/2024	5.980,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510653731	10017421-Aluguer de uma mini-carregadora apeada - Linha do Norte	18/06/2024	250,00	307,50			31/10/2024	307,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017423-TM Bobadela - Kalmar 458 - Afinação de válvulas	27/05/2024	1.250,36	1.537,94			24/09/2024	1.102,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505796309	10017424-Alojamento para Hotel Termas do Bicanho - 13/05/2024 a	27/05/2024	335,84	355,99			04/07/2024	377,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10017425-Alojamento para Hotel Vale do Côa - 15/05/2024 a 16/05/2	27/05/2024	133,02	141,00			28/06/2024	149,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10017426-L.NORTE- RIV ESPINHO-GAIA - PROLONGAMENTO ASS	29/05/2024	2.700,00	3.321,00			27/08/2024	3.321,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017428-Alojamento para Hotel Veleiro - 14/05/2024 a 15/05/2024	27/05/2024	94,34	100,00			28/06/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017429-Alojamento para Hotel Versatile - 14/05/2024 a 17/05/2024	27/05/2024	135,85	144,00			30/07/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500915296	10017430-Aquisição de Vedação e Porta Metálica	18/06/2024	2.135,00	2.626,05			27/12/2024	2.626,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506295370	10017432-Aquisição de 14 unidades relé RF-SLN	27/05/2023	565,60	695,69			18/07/2024	695,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10017433-Aquisição de Certificados Digitais Qualificados	29/05/2024	394,60	485,36			16/07/2024	485,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516750321	10017434-Alojamento para Hotel Vila Portuguesa - 14/05/2024 a 15/0	27/05/2024	84,90	89,99			13/12/2024	95,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500274371	10017435-Aquisição de fechadura Ronis 405/CAD de armários ATPN	27/05/2024	7.920,00	9.741,60			24/10/2024	9.741,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017436-TM Bobadela - Kalmar 457 - Revisão 2.000 horas	29/05/2024	4.969,34	6.112,29			04/10/2024	6.112,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017437-TM Bobadela - Kalmar 457 - Afinação de válvulas	28/05/2024	1.250,36	1.537,94			04/10/2024	1.532,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10017438-Aquisição de catering para reunião internacional a realizar	27/05/2024	150,00	184,50			30/09/2024	169,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT212437950	10017439-VARIANTE EN14 MAIA/INTERFACE RODOFERROVIÁRIC	11/06/2024	1.620,00	1.992,60			24/09/2024	1.992,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508083877	10017442-AT-VDM - Aquisição de equipamento de videovigilância e a	05/06/2024	4.987,90	6.135,12			24/09/2024	6.135,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017443-alojamento para Hotel Via Norte - 13/05/2024 a 16/05/2024	27/05/2024	613,21	650,00			28/06/2024	650,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508608972	10017444- AD20240029- Incineração de animal doméstico IC3 - 16-0	27/05/2024	22,10	27,18			20/06/2024	27,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515189757	10017446-Alojamento para Hotel Vila Verde - 14/05/2024 a 15/05/202	27/05/2024	47,17	50,00			28/06/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017447-Alojamento para Hotel Wellington - 13/05/2024 a 18/05/20	27/05/2024	236,42	250,61			28/06/2024	250,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017448-Alojamento para Inatel Albufeira - 13/05/2024 a 16/05/2024	27/05/2024	424,53	450,00			04/07/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510381456	10017449-TM Bobadela - Aquisição de compressor	29/05/2024	2.573,10	3.164,91			10/09/2024	3.164,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10017450-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matriculas 96-	31/05/2024	65,00	79,95			13/08/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017451-Deslocação a Berlim de 23 a 28 setembro - Participação nu	14/06/2024	2.950,78	3.629,46			20/08/2024	2.950,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017452-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 13/05/2023 a 24	28/05/2024	1.328,54	1.408,25			20/06/2024	1.406,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017453-Alojamento para H. Parque - 13/05/2023 a 18/05/2023	28/05/2024	226,42	240,01			28/06/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017454-Alojamento para H. Porto Antas - 13/05/2023 a 17/05/2023	28/05/2024	306,35	324,73			28/06/2024	216,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505546019	10017455-Alojamento para H. Quinta da Seixeda - 14/05/2023 a 15/0	28/05/2024	113,22	120,01			28/06/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508306000	10017456- TM Bobadela - Fornecimento de AdBlue - 2024	28/05/2024	1.500,00	1.845,00			17/09/2024	1.549,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506152367	10017457-Alojamento para H. Quinta do Paço - 14/05/2023 a 15/05/2	28/05/2024	141,51	150,00			28/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017458-Alojamento para H. Santos - 15/05/2023 a 17/05/2023	28/05/2024	75,48	80,01			31/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502599359	10017459-Alojamento para H. Sra a Branca - 15/05/2023 a 17/05/202	28/05/2024	196,20	207,97			28/06/2024	207,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10017461-Alojamento para H. Termas de S. Miguel - 15/05/2023 a 17	28/05/2024	125,94	133,50			28/06/2024	141,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10017462-Catering para evento "8º ThinkTank de Inovação" a realizar	28/05/2024	300,00	369,00			27/08/2024	300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503286010	10017463-AD 20240033 - Requisição de serviços de reparação de eq	17/06/2024	1.500,00	1.845,00			30/07/2024	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017464-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 14/05/2024 a 1	31/05/2024	92,46	98,01			04/10/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505265869	10017465-Transporte de materiais do armazém de Vila Nova de Gaia	08/11/2024	6.200,00	7.626,00			18/12/2024	7.626,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10017466- Manutenção viatura Mercedes 97-GN-03	28/05/2024	221,60	272,57			28/06/2024	272,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10017468-Alojamento para Hotel A. Esteva – 14/05/2024 a 17/05/202	31/05/2024	498,11	528,00			28/06/2024	559,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503329380	10017469-Serviço de Peritagem Mecânica IVECO 55-SF-32 Limpa-ne	28/05/2024	275,00	338,25			28/06/2024	338,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513849173	10017470-Serviço de Coffee Break para Evento Institucional	13/04/2022	1.682,21	1.900,90			06/08/2024	2.148,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017471-Alojamento para Hotel Carvoeiro – 14/05/2024 a 15/05/202	31/05/2024	141,51	150,00			20/06/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017472-Alojamento para Hotel Columbano – 13/05/2024 a 15/05/2	31/05/2024	113,21	120,00			20/06/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017473-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 14/05/2024 a 15/0	31/05/2024	46,23	49,00			20/06/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	10017474-AD61000837 Aquisição de Prumos de suporte de sinalizaç	31/05/2024	2.947,40	3.625,30			17/09/2024	3.625,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10017476-Alojamento para Hotel D. Nuno – 16/05/2024 a 17/05/2024	31/05/2024	47,17	50,00			09/07/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017477-Alojamento para Hotel Gameiro – 13/05/2024 a 15/05/2024	31/05/2024	158,49	168,00			04/07/2024	178,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017479-Alojamento para Hotel Lagoa – 13/05/2024 a 16/05/2024	31/05/2024	188,68	200,00			04/07/2024	208,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10017480-Alojamento para Hotel Lara – 14/05/2024 a 15/05/2024	31/05/2024	235,85	250,00			28/06/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509140467	10017481-Serviço de welcome coffee para Evento Institucional	13/04/2022	1.230,00	1.512,90			13/08/2024	1.860,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500074372	10017484-RSE - AQUISIÇÃO DE PLACAS E EQ. DE RSE (2024)	16/09/2024	60.995,24	75.024,15			31/12/2024	75.024,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10017485- Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Ele	05/08/2024	290.000,00	356.700,00	2055/2024	20/09/2024	24/10/2024	330.838,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10017486- Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Ele	02/08/2024	163.250,00	200.797,50	2056/2024	20/09/2024	21/11/2024	149.495,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10017486- Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Ele	02/08/2024	86.750,00	106.702,50	2056/2024	20/09/2024	21/11/2024	113.275,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10017487- Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Ele	02/08/2024	235.080,00	289.148,40	2057/2024	20/09/2024	24/10/2024	239.525,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	10017487- Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Ele	02/08/2024	124.920,00	153.651,60	2057/2024	20/09/2024	24/10/2024	134.648,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10017488-Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Elet	01/08/2024	360.000,00	442.800,00	2058/2024	20/09/2024	24/10/2024	394.140,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10017489-Recondicionamento Toyota Corola AB-15-CV	03/06/2024	780,00	959,40			04/07/2024	959,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501415238	10017490-Manutenção viatura 68-FL-12	03/06/2024	471,64	580,12			18/07/2024	713,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503074675	10017491- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	06/06/2024	3.854,20	4.740,67			13/08/2024	4.740,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10017493-Aquisição de cabos HDMI para as salas de apoio ao CAE	05/06/2024	45,00	55,35			30/09/2024	55,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017494-Manutenção da viatura 03-ZQ-48	19/07/2024	137,96	169,69			27/12/2024	208,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10017495-Reparação da consola da cesta do veículo Rail-Route Volv	05/06/2024	1.271,54	1.563,99			04/10/2024	1.563,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503741450	10017496-L. NORTE – VILA FRANCA DE XIRA - PN AO PK 29,887 -	01/06/2024	1.680,00	2.066,40			22/07/2024	1.033,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502139838	10017497- AD20240032 - Fornecimento de Cone de sinalização em r	20/06/2024	4.867,50	5.987,03			18/11/2024	5.987,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	10017498-SMM - CONSULTORIA NO ACOMPANHAMENTO DA AUD	16/09/2024	102.500,00	126.075,00			31/12/2024	36.285,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502353945	10017500-Aquisição de gamas de ferramentas para suporte à atividad	25/06/2024	4.987,64	6.134,80			17/09/2024	6.094,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017501-Alojamento para Hotel Lagoa - 20/05/2024 a 23/05/2024	05/06/2024	196,68	208,48			04/07/2024	208,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	10017502-L. ALGARVE - FARO-VRSA - ELETRIFICAÇÃO - TRABALI	01/08/2024	583.457,69	583.457,69			29/11/2024	441.352,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	10017502-L. ALGARVE - FARO-VRSA - ELETRIFICAÇÃO - TRABALI	01/08/2024	145.864,42	145.864,42			29/11/2024	110.338,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515263788	10017503- AD20240032 - A21 Praça de Portagens Ericeira - Resoluç	20/06/2024	4.598,00	5.655,54			10/09/2024	5.655,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508047803	10017504- AD20240032 - IC17 CRIL - Sistema de alimentação eléctri	20/06/2024	9.850,00	12.115,50			30/08/2024	12.115,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10017505-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matrículas BF-	11/06/2024	65,00	79,95			20/08/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017507-Alojamento para Hotel Columbano – 20/05/2024 a 24/05/2	03/06/2024	113,21	120,00			28/08/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500165866	10017508-Alojamento para Hotel D. Afonso – 20/05/2024 a 22/05/202	03/06/2024	471,70	500,00			04/07/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518865820	10017509-Alojamento para Hotel D. Bernardo – 20/05/2024 a 21/05/2	03/06/2024	97,34	103,18			21/11/2024	103,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017510-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra – 20/05/2024 a 24	03/06/2024	626,21	663,78			04/07/2024	661,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10017511-Manutenção viatura Land Rover 01-81-TI	05/06/2024	15,45	19,00			04/07/2024	19,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017512-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 20/05/2024 a 24/05	03/06/2024	554,76	588,05			28/06/2024	588,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10017513-Alojamento para Hotel D. Nuno – 20/05/2024 a 24/05/2024	03/06/2024	141,51	150,00			28/06/2024	150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514850108	10017514-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	07/06/2024	4.950,00	6.088,50			27/08/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501919007	10017516-Alojamento para Hotel Durão – 20/05/2024 a 21/05/2024	03/06/2024	42,46	45,01			04/07/2024	45,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500876436	10017517-Alojamento para Hotel Fafense – 21/05/2024 a 24/05/2024	03/06/2024	254,72	270,00			04/07/2024	270,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017518-Alojamento para Hotel Gameiro – 26/05/2024 a 28/05/2024	03/06/2024	158,50	168,01			04/07/2024	168,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017519-Manutenção da viatura 17-ZN-99	19/07/2024	33,59	41,32			04/10/2024	33,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10017522-Alojamento para Anchor House - 20/05/2024 a 24/05/2024	05/06/2024	444,00	470,64			18/07/2024	498,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10017523- AD20240032 - CCO RAP LX (2020/2023) - Aquisição de e	20/06/2024	4.998,00	6.147,54			12/09/2024	6.147,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506121844	10017524- AD20240032 - CCO RAP LX (2020/2023) - EMOA - Forne	20/06/2024	4.980,00	6.125,40			12/09/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501745088	10017526-Aquisição de duas máquinas de fumos Leader Smoke 3 e T	11/06/2024	2.902,95	3.570,63			27/08/2024	3.570,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017527-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 20/05/2024 a	05/06/2024	1.328,56	1.408,27			28/06/2024	1.406,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516832247	10017528-Diagnóstico / Gap Analysis ISO 39001 - Processo 1001752	05/07/2024	4.800,00	5.904,00			10/12/2024	5.904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017530-Alojamento para Hotel do Parque - 20/05/2024 a 25/05/202	05/06/2024	226,42	240,01			28/06/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017531-Alojamento para Hotel Santos - 22/05/2024 a 24/05/2024	05/06/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017532-Alojamento para Hotel Porto Antas - 20/05/2024 a 25/05/20	05/06/2024	816,96	865,98			04/07/2024	819,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501652639	10017533-TORRE RSC 18 METROS - SERVICOS DE REPARAÇÃO	19/06/2024	4.992,50	6.140,78			21/11/2024	6.140,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	10017534- AD20240034 - Limpeza da Linha de Água da Ponte D. Zar	11/06/2024	4.992,00	6.140,16			27/08/2024	6.140,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10017535-Alojamento para Hotel Termas S. Miguel – 22/05/2024 a 2	06/06/2024	83,98	89,02			04/07/2024	89,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017536- Alojamento para Hotel Veleiro – 21/05/2024 a 27/05/2024	06/06/2024	235,85	250,00			04/07/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017537-Alojamento para Hotel Versatile – 20/05/2024 a 21/05/2024	06/06/2024	45,29	48,01			04/07/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017538-Alojamento para Hotel Via Norte – 23/05/2024 a 25/05/202	06/06/2024	94,34	100,00			16/07/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502721871	10017539-ALUGUER DE CONTENTORES PARA INSTALAÇÕES NC	07/10/2024	227.275,49	279.548,85			19/12/2024	201.362,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017540-Alojamento para Hotel Wellington – 20/05/2024 a 24/05/20	06/06/2024	378,26	400,96			16/07/2024	378,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017541-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 20/05/2024 a 23/0	06/06/2024	283,02	300,00			04/07/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017542-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia – 26/05/2024 a 2	06/06/2024	151,84	160,95			28/06/2024	151,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017543-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro– 21/05/2024 a	06/06/2024	94,34	100,00			04/07/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500553408	10017544- AD20240035 - Massas betuminosas a frio (CON - Braga)	11/06/2024	885,00	1.088,55			10/09/2024	1.088,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502093722	10017545-ESTAÇÃO DO ORIENTE E DO VFT - AMPLIAÇÃO - CONS	07/06/2024	4.900,00	6.027,00			18/07/2024	6.027,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504601725	10017547-Manutenção viatura AU-41-DT	06/06/2024	284,31	349,70			16/07/2024	349,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017548-Pedidos de autorização de Rotativos amarelos junto do IMT	19/07/2024	1.100,00	1.353,00			04/10/2024	1.353,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501939644	10017549- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Material	17/06/2024	1.186,12	1.458,93			27/08/2024	952,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502620358	10017550- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Tinta e	17/06/2024	247,90	304,92			30/09/2024	304,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017551-Deslocação e alojamento para participação na reunião do	12/06/2024	670,50	824,72			18/07/2024	670,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10017553-Manutenção viatura 85-GR-16	06/06/2024	382,21	470,12			27/08/2024	578,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017554-Reparação viatura 68-FL-12 - Toyota Auris	06/06/2024	1.350,52	1.661,14			16/07/2024	2.043,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017556-Manutenção viatura AB-31-CV	06/06/2024	98,50	121,16			13/08/2024	149,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT513930965	10017557-Aquisição de serviços para evento dia 18 jun. - Ciclo de En	11/06/2024	360,00	442,80			27/08/2024	360,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504479482	10017558- AD20240035 - Aquisição de cimento cola (CON - Vila Rea	11/06/2024	14,63	17,99			27/08/2024	17,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502069813	10017560-Aquisição de 2 Podadoras em altura - Distritos de Bragança	19/06/2024	1.103,04	1.246,44			27/08/2024	1.246,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT103638814	10017561-Aquisição de Pulverizador Portátil (CON - Bragança)	11/06/2024	49,35	55,77			27/08/2024	55,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502600934	10017562-Aquisição de Argamassa Pagel	28/06/2024	224,29	275,88			30/08/2024	275,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501659609	10017563-Aquisição de 3 máquinas de loiça, 1 para o edifício da DCF	17/06/2024	997,56	1.227,00			04/07/2024	1.227,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515263575	10017565-Vídeo da conclusão da empreitada EN14. Maia (Via Diagor	11/06/2024	3.950,00	4.858,50			10/09/2024	4.858,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10017566-Alojamento para Casa do Vale Hotel - 20/05/2024 a 24/05/	12/06/2024	551,90	585,01			18/07/2024	620,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017567-Alojamento para Casas com Estória - 21/05/2024 a 23/05/2	12/06/2024	92,46	98,01			04/10/2024	98,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10017569-Alojamento para Dom Hotel - 22/05/2024 a 23/05/2024	12/06/2024	32,08	34,00			28/06/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503322342	10017572-COMPLEXO OFICINAL DE GUIFÕES – REPARAÇÃO DO	18/06/2024	595,00	731,85			10/09/2024	731,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501934057	10017574-Aquisição de prumos para Sinalização Vertical 2024 - Distri	20/06/2024	2.799,67	3.443,59			27/08/2024	3.443,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT235617199	10017576-Serviços de estofamento de cadeiras	21/06/2024	1.925,00	1.925,00			30/09/2024	1.925,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500158029	10017577-Aluguer de autocarros para visita à empreitada de SMM - S	17/06/2024	700,00	742,00			13/11/2024	742,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	10017578-L.MINHO - ESTAÇÃO VIANA CASTELO - COORDENACA	05/07/2024	42.000,00	51.660,00			04/10/2024	51.660,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017579-Alojamento para Hotel Dormitório da CP Figueira da Foz –	12/06/2024	230,00	243,80			30/09/2024	258,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10017580-Alojamento para Hotel Aranguês – 23/05/2024 a 24/05/202	12/06/2024	45,29	48,01			28/06/2024	48,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10017581-Alojamento para Hotel Bagoeira – 22/05/2024 a 23/05/2024	12/06/2024	75,48	80,01			16/07/2024	80,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515803928	10017582-Alojamento para Hotel Casa do Tua – 21/05/2024 a 23/05/	12/06/2024	313,71	332,53			04/07/2024	332,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513013008	10017583-Aquisição de Microswitch para controlo de MB RF/SLN	19/06/2024	1.608,00	1.977,84			13/08/2024	1.977,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	10017585- AD20240034 - "Fornecimento de Sinalização Temporária -	19/06/2024	1.070,00	1.316,10			30/08/2024	1.316,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500243182	10017586-Substituição 2 Pneus dianteiros viatura MAN 47-CV-31 - CL	24/06/2024	1.215,88	1.495,53			15/10/2024	1.495,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501780190	10017588-Aquisição de tubo para reparação de barreiras de PN basc	19/06/2024	242,94	298,82			18/09/2024	298,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10017589-Deslocação a Berlim - INNOTRANS - 24-27 Setembro	27/06/2024	2.532,06	3.114,43			30/08/2024	2.532,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017591-Deslocação a Bengaluru, India 22 a 28 setembro de colab	28/06/2024	1.280,88	1.575,48			27/08/2024	1.280,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508869685	10017593-Aluguer de sanitário para Praça da Portagem na A24 - Vila	19/06/2024	436,00	536,28			24/09/2024	481,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	10017594-Aluguer módulo Easytoll campanha verão 2024	21/06/2024	3.380,00	4.157,40			30/09/2024	3.869,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504240773	10017595-MANUTENÇÃO PONTUAL AOS POSTOS DE CARREGA	27/06/2024	4.850,00	5.965,50			21/11/2024	5.965,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504240773	10017596-MANUTENÇÃO PONTUAL AOS SISTEMAS SOLARES FO	27/06/2024	4.925,00	6.057,75			31/12/2024	6.057,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017598-Engº Henrique Teles - Deslocação a Bruxelas, em represer	21/06/2024	845,81	1.040,35			30/07/2024	845,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10017599-Manutenção da viatura 47-IO-43	24/06/2024	120,88	148,68			27/08/2024	148,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502237740	10017600-Licença Software - Legix - 2024	18/06/2024	4.114,00	5.060,22			31/07/2024	5.060,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503794511	10017601- AD20240035 - Aquisição de 100 l de diluente para a atividi	19/06/2024	329,00	404,67			27/08/2024	404,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500859060	10017602-Aquisição de componentes para lubrificadores pammek	24/06/2024	3.322,00	4.086,06			24/12/2024	4.086,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500947309	10017604-Aquisição de placas e canhão isolante	21/06/2024	497,00	611,31			29/10/2024	611,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501589660	10017605-Aquisição de terminal e união bimetálica AL/CU, MT	02/07/2024	8.707,50	10.710,23			08/10/2024	10.710,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017607-Revisão viatura Land Rover 01-81-TI	24/06/2024	357,26	439,43			30/07/2024	540,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017608-Manutenção de Passagens de Nível da Linha do Oeste	01/10/2024	230.000,00	282.900,00			13/12/2024	127.526,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508925118	10017610-Produção do Relatório das Demonstrações Orçamentais e	19/06/2024	2.055,00	2.527,65			27/08/2024	2.527,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508684455	10017611-Substituição pneus eixo traseiro viatura Ford Focus 34-DT-I	24/06/2024	138,22	170,01			27/08/2024	209,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510293298	10017612-Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagam	02/08/2024	50.000,00	61.500,00			21/08/2024	43.186,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB12871216	10017612-Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagam	02/08/2024	50.000,00	61.500,00			12/09/2024	44.371,38	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504426982	10017613-Reparação espalhador de sal viatura Renault 21-17-UL	24/06/2024	720,85	886,86			10/09/2024	886,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017614-Deslocação a Maputo/Mocambique de 23.07 a 03.08.2024,	24/06/2024	3.669,14	4.513,04			27/08/2024	3.669,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508080975	10017616-Deslocação de Multifuncionais	01/07/2024	370,00	455,10			10/09/2024	455,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	10017617- AD20240032 - IC 17 km 18,200 via central direita- sentid	20/06/2024	8.500,00	10.455,00			24/10/2024	8.500,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017618-Deslocação (Viagem) a Bruxelas-Technical meeting-Portug	06/06/2024	239,80	294,95			30/07/2024	240,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017618-Deslocação (Viagem) a Bruxelas-Technical meeting-Portug	06/06/2024	772,01	949,57			30/07/2024	771,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10017620-Manutenção da viatura 40-FN-06	24/06/2024	574,86	707,08			30/07/2024	707,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888682	10017623-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais doméstic	27/06/2024	3.960,00	4.870,80			30/09/2024	4.870,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017625-TM Bobadela - Kalmar 458 - Reparação de redutora	27/06/2024	4.568,61	5.619,39			13/12/2024	5.619,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017626-Manutenção viatura 24-ZP-29	19/07/2024	50,00	61,50			31/10/2024	75,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017628-TM Bobadela - Kalmar 457 - Substituição de redutora	27/06/2024	4.614,60	5.675,96			13/12/2024	5.675,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10017629-TM Bobadela - Kalmar 458 - Reposição de óleo e lubrificac	27/06/2024	2.026,62	2.492,74			13/12/2024	2.492,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017630-Deslocação a Bruxelas 02 de Julho 2024 - Colaboradora D	18/06/2024	1.141,81	1.404,43			24/09/2024	966,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10017631-Aquisição de 4 micro-ondas para as instalações sociais da	24/07/2024	289,44	356,01			24/09/2024	356,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506561054	10017632-Renovação do licenciamento Articulate 360 - 2024-2025	01/07/2024	2.900,00	3.567,00			13/08/2024	3.567,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501559701	10017636-Reparação espalhador de sal viatura Renault 21-17-UL	28/06/2024	106,37	130,84			18/11/2024	130,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10017637-Alojamento para H. Bagoeira - 06/06/2024 a 07/06/2024	24/06/2024	37,74	40,00			30/07/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017638-Alojamento para H. Columbano - 27/05/2024 a 14/06/2024	24/06/2024	594,36	630,02			30/07/2024	667,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017639-Alojamento para H. D. Luís Coimbra - 27/05/2024 a 07/06/2	24/06/2024	722,55	765,90			30/07/2024	663,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510931944	10017641-Aluguer e montagem de meios audiovisuais e equipamento	25/06/2024	4.995,00	6.143,85			30/08/2024	307,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10017643-Alojamento para H. Flag Braga - 11/06/2024 a 13/06/2024	24/06/2024	93,56	99,17			16/07/2024	99,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10017645-Alojamento para Anchor House - 31-05-2024 a 30-06-2024	24/06/2024	2.220,00	2.353,20			22/07/2024	2.471,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	10017646-Aluguer de Equipamentos - Praça da Portagem da A22 em	02/07/2024	3.404,44	4.187,46			30/08/2024	3.788,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10017647-Alojamento para Casa do Vale Hotel - 27-05-2024 a 29-05-	24/06/2024	254,73	270,01			06/08/2024	286,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017648-Alojamento para H. Gameiro - 27/05/2024 a 14/06/2024	24/06/2024	1.267,94	1.344,02			27/08/2024	1.424,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017649-Alojamento para Casas com Estória - 05-06-2024a 06-06-2	24/06/2024	46,23	49,00			04/10/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10017650-Alojamento para Dom Hotel - 05-06-2024 a 07-06-2024	24/06/2024	128,32	136,02			31/07/2024	144,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501965440	10017651-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	13/04/2022	482,00	592,86			30/09/2024	592,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10017653-Alojamento para H. Império - 27/05/2024 a 28/05/2024	24/06/2024	28,30	30,00			27/08/2024	31,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017654-Alojamento para H. Império - 27/05/2024 a 12/06/2024	24/06/2024	295,02	312,72			30/07/2024	312,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509709907	10017655-Alojamento para Estremoz Hotel - 03-06-2024 a 04-06-202	24/06/2024	50,00	53,00			31/07/2024	56,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10017656-Alojamento para H. A Esteva - 03-06-2024 a 07-06-2024	24/06/2024	543,39	575,99			06/08/2024	610,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10017657-Alojamento para H. Alambique - 06-06-2024 a 07-06-2024	24/06/2024	45,28	48,00			31/07/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10017659-AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Tele	24/07/2024	96.198,00	118.323,54			30/09/2024	118.323,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500704864	10017662-Aquisição de um conjunto de materiais que não fazem part	21/06/2024	212,03	260,80			06/08/2024	260,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500061866	10017663- AD 20240039- 4000Kg Pó de Pedra (Portalegre e Leiria)	28/06/2024	2.600,00	3.198,00			13/08/2024	3.198,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500133336	10017664-Aquisição de Tintas	16/07/2024	203,00	249,69			17/09/2024	249,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504059521	10017665-Aquisição de um bloco de papel para quadro de apresenta	28/06/2024	7,20	8,86			22/10/2024	8,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508069645	10017666-Regularização de despesas com prémios de Seguro de Sa	24/07/2024	332,88	332,88			13/08/2024	332,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE228884353	10017668-Reparação dos equipamentos ligeiros de inspeção ultrassó	26/07/2024	17.500,00	17.500,00			29/10/2024	17.500,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10017669-L. BEIRA ALTA – ESTAÇÃO DE STA COMBA DÃO - ALTE	02/09/2024	7.800,00	9.594,00			29/11/2024	9.594,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503630330	10017673-Aquisição de carregador para PC;	01/07/2024	21,94	26,99			22/10/2024	26,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500251479	10017674-AD20240032 - Aquisição de material consumível - Tinta e	01/07/2024	4.604,04	5.662,97			10/09/2024	5.662,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017675-Alojamento para Hotel Versatile – 28/05/2024 a 13/06/2024	28/06/2024	135,84	143,99			27/08/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10017676-Alojamento para Hotel Wellington – 27/05/2024 a 06/06/20	28/06/2024	425,56	451,09			30/07/2024	450,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017677-Deslocação (Viagem) a Bruxelas-Technical meeting-Portug	27/06/2024	771,81	949,33			24/09/2024	771,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017678-Alojamento para Hotel Inatel Albufeira – 27/05/2024 a 07/0	28/06/2024	471,70	500,00			16/07/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017679-Alojamento para Hotel Inatel Caparica– 27/05/2024 a 18/0	28/06/2024	849,06	900,00			16/07/2024	848,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017681-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia– 05/06/2024 a 1	28/06/2024	303,67	321,89			30/08/2024	321,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017682-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro– 27/05/2024 a	28/06/2024	283,02	300,00			20/08/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10017683-Alojamento para Hotel Real Caparica Hotel– 02/06/2024 a	28/06/2024	169,82	180,01			27/08/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10017684- Reparação de AVAC (Azambuja, Sta. Apolónia, Pinhal No	01/07/2024	4.975,96	6.120,43			05/12/2024	6.120,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10017685-Renovação subscrição licenciamento Forcepoint (2025-202	21/10/2024	197.037,18	242.355,73			27/12/2024	242.355,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	10017686-Verificação Sistema Fibro Laser - Túnel Soares dos Reis	08/07/2024	604,50	743,54			24/10/2024	410,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10017687-Alojamento para Hotel Lusitânia - 11/06/2024 a 14/06/2024	28/06/2024	390,57	414,00			06/08/2024	438,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508488801	10017688-Alojamento para Hotel Termas de S. Miguel - 04/08/2024 a	28/06/2024	167,92	178,00			06/08/2024	188,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508527328	10017689-Alojamento para Hotel Termas de S. Tiago - 16/06/2024 a	28/06/2024	83,96	89,00			06/08/2024	94,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10017690-Alojamento para Hotel Romba - 03/06/2024 a 14/06/2024	28/06/2024	792,54	840,09			06/08/2024	890,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017691-Alojamento para Hotel do Parque - 27/05/2024 a 15/06/202	28/06/2024	1.267,93	1.344,01			16/07/2024	1.424,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017693-Alojamento para Hotel Porto Antas - 30/05/2024 a 14/06/20	28/06/2024	612,68	649,44			06/08/2024	648,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503542016	10017696-Deslocação a Birmingham, Reino Unido 13 a 17 outubro de	11/07/2024	1.216,65	1.496,48			27/08/2024	1.216,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017698-Danos no Veículo de substituição 04-ZQ-03	19/07/2024	268,90	330,75			30/08/2024	406,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505993058	10017700-Aquisição de fonte de alimentação para sonda de temperat	01/07/2024	5,75	7,07			28/11/2024	7,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017701-Alojamento para Hotel Santos - 07/06/2024 a 14/06/2024	28/06/2024	188,68	200,00			27/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017702-Alojamento para Hotel Veleiro - 27/05/2024 a 12/06/2024	28/06/2024	471,70	500,00			06/08/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506533786	10017705-Subscrição serviço Dados Mercado OMIP	01/07/2024	1.000,00	1.230,00			30/09/2024	684,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017706-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 27/05/2024 a	28/06/2024	1.957,89	2.075,36			18/07/2024	2.084,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017709-Manutenção viatura 51-JE-16 - Audi A6 TDI	02/07/2024	416,04	511,73			06/08/2024	629,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10017710-Aquisição de 1 micro-ondas para as instalações sociais do	12/07/2024	80,49	99,00			30/09/2024	99,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515292575	10017712-Reparação de máquina de lavar alta pressão RF-CEN	02/07/2024	357,00	439,11			16/07/2024	439,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507504836	10017714-AD 20240033 - "Melhoria das Condições de Segurança na	08/07/2024	9.997,50	9.997,50			12/11/2024	9.997,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10017716-DSN Serviço de Catering para o evento "Os Novos Desa	02/07/2024	480,00	590,40			10/09/2024	360,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	10017720- L. LESTE – AUTONOMIZAÇÃO. ADAPTAÇÃO DA ESTAÇ	11/07/2024	17.000,00	20.910,00			29/11/2024	20.910,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
NL854941538B0	10017723-L. CASCAIS - CAIS DO SODRÉ - AQUISIÇÃO DE SOLUÇ	06/09/2024	620.000,00	762.600,00			08/10/2024	620.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507541138	10017724-Transporte de materiais do CLE/ LNEC	03/07/2024	280,00	344,40			30/08/2024	344,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509290043	10017725-Sistema Teams rooms	11/07/2024	4.900,00	6.027,00			13/12/2024	6.027,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017733-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 1 CT	17/10/2024	160.885,34	197.888,97			13/12/2024	165.798,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10017734-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	09/10/2024	163.670,45	201.314,65			14/11/2024	144.184,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10017734-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	09/10/2024	5.865,96	7.215,13			27/12/2024	5.167,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	10017735-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	09/10/2024	9.068,22	11.153,91			05/12/2024	11.153,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	10017735-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	09/10/2024	102.198,33	125.703,95			27/12/2024	125.703,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502604751	10017736-Reparação/substituição de equipamentos de localização	04/07/2024	593,60	730,13			30/08/2024	730,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10017738-Alojamento para Hotel Lagoa - 17/06/2024 a 26/06/2024	10/07/2024	147,51	156,36			27/08/2024	156,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509729851	10017739- AT-ENE – Reparação de AVAC – Penafiel, Nine e Barrima	11/07/2024	2.596,00	3.193,08			13/12/2024	2.596,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	10017740- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	11/07/2024	2.325,00	2.859,75			05/12/2024	1.937,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10017741-Alojamento para Hotel Anchor House – 30/06/2024 a 31/07	05/07/2024	2.294,00	2.431,64			13/08/2024	2.577,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017742-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 19/06/2024 a 2	05/07/2024	92,46	98,01			04/10/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017743-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 20/06/2024	05/07/2024	598,00	633,88			30/09/2024	671,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515836737	10017744-Alojamento para Hotel Amazónia – 18/06/2024 a 19/06/202	05/07/2024	68,98	73,12			30/07/2024	73,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10017745-Alojamento para Hotel Bagoeira– 27/06/2024 a 28/06/2024	05/07/2024	75,48	80,01			13/08/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10017746-Alojamento para Hotel Bejense – 26/06/2024 a 27/06/2024	05/07/2024	47,17	50,00			27/08/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10017747- Alojamento para Hotel Colina dos Mouros – 25/06/2024 a	05/07/2024	600,00	636,00			13/08/2024	674,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017748-Alojamento para Hotel Columbano – 17/06/2024 a 28/06/2	05/07/2024	226,42	240,01			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10017749-Alojamento para Hotel Dom Bernardo – 17/06/2024 a 18/0	05/07/2024	48,67	51,59			21/11/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10017750-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 17/06/2024 a 26/06	05/07/2024	693,41	735,01			22/07/2024	779,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017751-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra – 18/06/2024 a 28	05/07/2024	240,85	255,30			13/08/2024	204,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517474450	10017752-Alojamento para Hotel Durão – 24/06/2024 a 25/06/2024	05/07/2024	42,46	45,01			13/08/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017754-Alojamento para Hotel Gameiro – 20/06/2024 a 21/06/2024	05/07/2024	118,87	126,00			13/08/2024	133,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10017755- Alojamento para Hotel José Régio – 18/06/2024 a 19/06/2	05/07/2024	47,17	50,00			22/07/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503317691	10017756-Aquisição de placa evocativa no âmbito da Cerimónia da Al	04/07/2024	195,00	239,85			24/09/2024	239,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504479482	10017757- AD20240035 - Aquisição de Big Bags para Sal Gema	05/07/2024	520,00	639,60			13/12/2024	23,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502198443	10017758-Aquisição de colunas JBL Control 1 Pro	17/07/2024	0,00	0,00			24/09/2024	149,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10017759-Aquisição de medidores a Laser destinados à RF-VGN	09/07/2024	1.196,61	1.471,83			13/08/2024	1.471,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504375059	10017760-Alojamento para Hotel Monte Rio Aqueira - 25/06/2024 a 2	10/07/2024	37,27	39,51			13/08/2024	41,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10017761-Aquisição de travessa madeira carvalho creo esp 380X26X	11/07/2024	875,00	1.076,25			31/12/2024	1.076,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017762-Alojamento para Hotel Via Norte - 17/06/2024 a 18/06/2024	10/07/2024	47,17	50,00			27/08/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10017763-Alojamento para Hotel Lusitânia - 19/06/2024 a 25/06/2024	10/07/2024	130,20	138,01			27/08/2024	146,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	10017764-Aquisição de grampo SKL 15	17/07/2024	8.700,00	10.701,00			24/12/2024	10.701,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10017766-Alojamento para Hotel Senhora do Castelo - 25/06/2024 a	10/07/2024	79,26	84,02			30/07/2024	89,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514451483	10017768-Aquisição de dísticos informativos da existência de sistema	30/07/2024	1.347,50	1.657,43			22/10/2024	1.657,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017769-Alojamento para Hotel Santos - 19/06/2024 a 28/06/2024	10/07/2024	150,96	160,02			27/12/2024	169,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508415217	10017770-Aluguer de toldo e estruturas no âmbito da cerimónia de Ce	05/07/2024	3.000,00	3.690,00			17/09/2024	3.690,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017773-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 18/06/2024 a 27/06	10/07/2024	188,68	200,00			20/08/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017774-Alojamento para Hotel Versatile - 20/06/2024 a 28/06/2024	10/07/2024	181,15	192,02			13/08/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017775-Alojamento para Hotel Veleiro - 24/06/2024 a 01/07/2024	10/07/2024	801,89	850,00			13/08/2024	901,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10017776-Alojamento para Hotel Romba - 17/06/2024 a 28/06/2024	10/07/2024	1.056,62	1.120,02			13/08/2024	1.187,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515803502	10017778-AD 20240033 - Aquisição de Sinalização - BI's-Lisboa e Se	18/07/2024	4.811,79	5.918,50			14/11/2024	5.918,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501344608	10017780-Substituição/Reparação Painel Informativo viatura 86-ZO-0	08/07/2024	280,00	344,40			27/08/2024	344,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10017781-Substituição 4 pneus viatura Mitsubishi 87-HN-76	08/07/2024	631,76	777,06			27/08/2024	955,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500601534	10017783-Aquisição de um armário, para guarda de informação class	11/07/2024	2.154,47	2.650,00			17/09/2024	2.650,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10017784- AD20240034 - Aquisição de material para colocação de Si	10/07/2024	582,00	715,86			04/10/2024	715,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017785-Alojamento para Park Hotel Porto Gaia - 18/06/2024 a 28/0	10/07/2024	303,66	321,88			30/08/2024	318,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10017786-AQUISICÃO DE CONSUMÍVEIS PROGRAMA DAE IP	30/07/2024	1.830,00	2.250,90			31/10/2024	2.250,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504394029	10017787- AD20240032 - Ramal de ligação de fornecimento de ener	31/07/2024	5.779,44	7.108,71			31/12/2024	5.779,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515169757	10017790-Alojamento para Hotel Vila Verde - 14/11/2023 a 17/11/202	10/07/2024	707,55	750,00			17/09/2024	795,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017791-Alojamento para Hotel do Parque - 17/06/2024 a 29/04/202	10/07/2024	1.585,10	1.680,21			30/07/2024	1.780,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500122237	10017792-Alojamento para Inatel Caparica - 17/06/2024 a 27/06/2024	10/07/2024	566,04	600,00			18/07/2024	636,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017793-Alojamento para Inatel Albufeira - 25/06/2024 a28/06/2024	10/07/2024	295,02	312,72			13/08/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017794-Alojamento para Hotel Porto Antas - 17/06/2024 a 28/06/20	10/07/2024	919,02	974,16			27/08/2024	972,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507847130	10017795-Encontro Anual de Colaboradores do Grupo IP - Quebras M	07/08/2024	167,74	206,32			27/08/2024	206,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017797-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 17/06/2024 a	10/07/2024	3.146,60	3.335,40			31/07/2024	3.177,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500049572	10017798-Aquisição de cabo arm c/isol/bainha pvc tipo VAV	15/07/2024	7.799,07	9.592,86			24/09/2024	1.914,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE267936032	10017799-Aquisição de material CISCO	29/07/2024	3.555,00	3.555,00			30/09/2024	3.555,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507966589	10017801-AD 20240033 - EN 10 Alhandra - Serviço de engenharia de	18/07/2024	2.950,00	3.628,50			30/08/2024	3.628,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507308565	10017803-AD 11220904 - Aquisição de material e equipamento para	18/07/2024	167,16	205,61			08/10/2024	205,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506482650	10017805- AD20240034 - Aquisição de IBR T30 Antracite - julho de 2	10/07/2024	287,50	353,63			15/10/2024	353,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508832209	10017806-AQUISIÇÃO UPS PARA ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS	19/07/2024	4.928,00	6.061,44			30/08/2024	6.061,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500298980	10017808-Aquisição de disco rebarbar p/aço, 125mm	17/07/2024	7.610,00	9.360,30			26/11/2024	9.360,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503619434	10017809-Aquisição Multímetros calibrados RF-SLN	12/07/2024	2.757,74	3.392,02			18/11/2024	3.392,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508897133	10017810-Instalação de 2 pontos de rede no Centro de Manutenção c	24/07/2024	599,09	736,88			30/09/2024	736,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503619434	10017811-Aquisição de Multímetros RF-SLN	16/07/2024	3.384,00	4.162,32			18/11/2024	4.162,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500520658	10017812-Aquisição de serviços para acesso à base de dados de info	26/07/2024	867,24	1.066,71			30/09/2024	1.066,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10017813-Aquisição de fita isoladora, tinta em spray, lixas, porcas e c	19/08/2024	4.300,21	5.289,26			31/10/2024	5.289,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513824316	10017816- AT-STI - Manutenção corretiva Túnel do Grilo	16/07/2024	3.665,00	4.507,95			24/09/2024	4.507,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506836983	10017818- AD20240032 - Aquisição de bases para iluminação de obs	14/08/2024	640,00	787,20			12/11/2024	787,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB60126315	10017819-L. ALTA VELOCIDADE - V. N. DE GAIA - PLANO DE PORI	09/10/2024	265.500,00	265.500,00			31/12/2024	244.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017820-Alojamento para H. Veleiro - 01/07/2024 a 05/07/2024	11/07/2024	518,87	550,00			13/08/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017821-Alojamento para H. Versatile - 02/07/2024 a 03/07/2024	11/07/2024	45,29	48,01			13/08/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017822-Alojamento para Inatel Albufeira - 01/07/2024 a 03/07/2024	11/07/2024	98,34	104,24			13/08/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017823-Alojamento para Inatel Caparica - 01/07/2024 a 03/07/2024	11/07/2024	235,85	250,00			06/08/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017824-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 02/07/2024 a 04/07	11/07/2024	94,34	100,00			13/08/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10017825-Alojamento para Residencial D. Carlos - 01/07/2024 a 02/0	11/07/2024	98,34	104,24			27/08/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT138305129	10017826-Alojamento para Residencial Rainha Santa - 01/07/2024 a	11/07/2024	679,28	720,04			27/08/2024	763,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10017827-Alojamento para Real Caparica - 02/07/2024 a 04/07/2024	11/07/2024	84,92	90,02			27/08/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501394656	10017828-Alojamento para Tulip Inn Estarreja - 02/07/2024 a 04/07/2	11/07/2024	188,68	200,00			24/09/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500093253	10017830-Aquisição de eléctrodos	18/09/2024	4.071,53	5.007,98			13/12/2024	5.007,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510416288	10017831-Aquisição de relés e detetor de tensão 230V	15/07/2024	9.526,30	11.717,35			22/10/2024	6.962,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10017832-L. Norte - Estação do Oriente - Fornecimento e aplicação d	22/07/2024	899,00	1.105,77			05/12/2024	1.105,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10017833-Reparação de fio cortado sistema localização GPS viatura	19/07/2024	244,26	300,44			30/08/2024	369,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514373202	10017835-Manutenção viatura 17-IN-37	18/07/2024	315,60	388,19			30/08/2024	388,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503291897	10017836-Aquisição de massa lubrificante p/ coxins de MVS	22/07/2024	8.640,00	10.627,20			30/09/2024	10.627,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980079659	10017839-licenciamento Ribbon	19/07/2024	4.999,18	6.148,99			10/09/2024	6.148,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503171565	10017840-AQUISIÇÃO DE LUMINANCIMETROS TÚNEL SOARES D	16/07/2024	4.336,80	5.334,26			26/11/2024	5.334,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505292610	10017842-Serviço de montagem de equipamentos audiovisuais e estr	12/07/2024	500,00	615,00			10/09/2024	615,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10017844-Aquisição de bens - Reparação Miniescavadora JCB	09/08/2024	314,50	386,84			22/10/2024	386,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017845-Deslocação a Amesterdão de 16 a 19 Outubro de 2024 - E	22/07/2024	832,89	1.024,45			31/12/2024	636,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017848-Deslocação ao estrangeiro para Participação de reunião EI	15/07/2024	629,00	773,67			04/10/2024	629,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017850-Deslocação ao estrangeiro para participação no grupo TEC	26/07/2024	680,61	837,15			04/10/2024	680,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CZ28502275	10017854-Renovação licenciamento Intellideav	19/07/2024	359,00	359,00			06/08/2024	359,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CAN126100080	10017855-Licenciamento Rocfall e Rszile	19/07/2024	1.400,00	1.400,00			14/08/2024	1.318,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017856-Alojamento para Hotel Gameiro - 01/07/2024 a 05/07/2024	23/07/2024	198,13	210,02			27/08/2024	222,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017857-Deslocação ao Estrangeiro "Missão de Engenharia Portuga	18/07/2024	2.286,86	2.812,84			26/11/2024	2.286,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10017858-Alojamento para Hotel José Régio - 02/07/2024 a 03/07/20	23/07/2024	94,34	100,00			30/08/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506836983	10017859- AD20240032 - Aquisição de material consumível - perfis d	18/07/2024	960,00	1.180,80			12/11/2024	1.180,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501332766	10017861- AD20240032 - Aquisição de peças - Componentes para m	18/07/2024	4.870,50	5.990,72			28/11/2024	5.990,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503440892	10017863-"LINHA DO VOUGA - SUBSTITUICÃO DAS BARREIRAS N	18/07/2024	7.865,00	7.865,00			31/12/2024	7.865,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	10017864-L. LESTE - ESTACÃO DE ELVAS - BENEFICIACÃO DO EI	14/10/2024	724.162,31	724.162,31			24/12/2024	133.750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508050413	10017865-Aquisição de serviços de utilização de trabalho temporário,	13/09/2024	7.089,79	8.720,44			21/11/2024	5.954,51	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507349601	10017867-MANUTENCÃO PLATAFORMA DRIVE - 2024 / 2025	22/10/2024	122.613,10	150.814,11			13/12/2024	16.231,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017868-Alojamento para Hotel Porto Antas - 04/07/2024 a 05/07/20	23/07/2024	51,06	54,12			27/08/2024	54,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504512218	10017872-Aquisição de produtos de limpeza	30/07/2024	3.766,74	4.633,09			15/10/2024	3.374,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980730554	10017874-Aquisição de Cabos para Sondas US	22/07/2024	1.778,40	2.187,43			27/12/2024	2.187,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507304721	10017876-Aquisição de Óculos de Proteção e Luvas de Algodão	23/07/2024	88,00	108,24			27/12/2024	108,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508796024	10017879-Produção Audiovisual	13/04/2022	450,00	553,50			24/09/2024	553,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510658261	10017880-Máquina de lavar viaturas CLN - lança inox com bocal rotat	19/07/2024	133,20	163,84			24/09/2024	163,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502183810	10017881-Alojamento para Hotel Meia Lua - 01/07/2024 a 05/07/2024	23/07/2024	679,25	720,01			27/08/2024	763,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10017882-Alojamento para Hotel do Parque - 01/07/2024 a 05/07/202	23/07/2024	181,14	192,01			06/08/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501530932	10017883-Mapas Horário de Trabalho – Descanso ferroviário	24/07/2024	960,00	1.180,80			04/10/2024	1.180,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CAN126100080	10017884-Renovação software Swedge	29/07/2024	1.700,00	1.700,00			30/08/2024	1.577,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017887-Alojamento para Hotel Santos - 03/07/2024 a 05/07/2024	23/07/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017888-Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente - 01/07/2024 a	23/07/2024	209,76	222,35			06/08/2024	222,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502888539	10017889-AD20240035 - Aquisição de Prumos - BRG	23/07/2024	3.415,50	4.201,07			30/09/2024	4.201,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	10017890- AD20240032 - Reparação de módulos de juntas	31/07/2024	9.000,00	11.070,00			30/09/2024	9.000,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	10017891-AD 20240033 - EN248 ao KM 21+090 - Remoção do semi-	13/08/2024	9.950,00	9.950,00			29/10/2024	9.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503397490	10017892-AD 20240033 - Sinalização Temporária para o corte de un	23/07/2024	9.950,00	12.238,50			30/09/2024	9.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10017894-Alojamento para Versatile - 11/07/2024 a 12/07/2024	19/07/2024	45,29	48,01			27/08/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10017895-Alojamento para Hotel Casa do vale Hotel – 02/07/2024 a (	22/07/2024	42,46	45,01			27/08/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017896-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 02/07/2024 a (	22/07/2024	92,46	98,01			15/10/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10017897-Alojamento para Via Verde - 13/07/2024 a 14/07/2024	19/07/2024	141,51	150,00			27/08/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10017899-Alojamento para Hotel Dom Hotel – 03/07/2024 a 04/07/20	22/07/2024	32,08	34,00			06/08/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017900-Alojamento para Inatel Albufeira - 08/07/2024 a 12/07/2024	19/07/2024	344,19	364,84			20/08/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10017902-Alojamento para Inatel Caparica - 08/07/2024 a 11/07/2024	19/07/2024	235,85	250,00			20/08/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10017904-Alojamento para Hotel Alambique – 03/07/2024 a 05/07/20	22/07/2024	90,58	96,01			27/08/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501939644	10017905- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Lâmpac	31/07/2024	2.103,41	2.587,19			04/10/2024	2.112,42	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017906-Alojamento para Hotel Columbano – 01/07/2024 a 05/07/2	22/07/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10017907-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 10/07/2024 a 11/07/2	19/07/2024	50,61	53,65			27/08/2024	53,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10017908-Alojamento para Hotel D. Bernardo – 03/07/2024 a 04/07/2	22/07/2024	48,67	51,59			21/11/2024	51,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017909-Alojamento para Hotel D.Luís - Coimbra – 02/07/2024 a 05	22/07/2024	192,68	204,24			27/08/2024	204,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10017910-Alojamento para Qta Valenciana - 10/07/2024 a 11/07/2024	19/07/2024	37,74	40,00			27/08/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10017911-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 08/07/2024 a 11/07	19/07/2024	141,51	150,00			27/08/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501996958	10017913-Alojamento para R. D. Carlos - 09/07/2024 a 11/07/2024	19/07/2024	94,34	100,00			24/09/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT181293064	10017914-Portão para o silo da Guarda - 2024	23/07/2024	3.360,00	4.132,80			04/10/2024	4.132,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505189992	10017915-Fornecimento de plataforma by-bridge e implementação de	10/10/2024	12.052,00	14.823,96			13/12/2024	14.823,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204870089	10017916-Alojamento para Hotel Casal da Cortiçada – 09/07/2024 a	22/07/2024	226,42	240,01			27/08/2024	254,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500438676	10017917-Alojamento para Hotel Casas com Estória – 10/07/2024 a	22/07/2024	138,68	147,00			15/10/2024	155,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10017918-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 14/07/2024	22/07/2024	230,00	243,80			30/09/2024	258,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10017919-Alojamento para Hotel Alambique – 10/07/2024 a 12/07/20	22/07/2024	181,14	192,01			27/08/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10017920-Alojamento para Hotel Columbano – 08/07/2024 a 12/07/2	22/07/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10017921-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra – 08/07/2024 a 11	22/07/2024	96,34	102,12			27/08/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509198520	10017923-Projeto RADIUS - Aquisição de equipamento DJI - Drones	12/09/2024	16.463,00	20.249,49			13/12/2024	20.249,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017924-Deslocação a Reykjavik 4 a 7 ou 9 de setembro	19/08/2024	1.233,45	1.517,14			22/10/2024	1.233,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505766205	10017926-Pedido de Aquisição de coletes Alta Visibilidade (S476")	26/07/2024	471,00	579,33			15/10/2024	579,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10017927-Deslocação a Malmo 9 a 11 de setembro - Reunião EIM - I	26/07/2024	620,55	763,28			04/10/2024	620,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507755597	10017928- AT-TEL - Reparação de monitores ELO Touch de CCI	08/08/2024	4.125,00	5.073,75			21/11/2024	5.073,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930985	10017930-Catering para Visita de Delegação do Ministério dos Transp	29/07/2024	100,00	123,00			17/09/2024	113,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502960973	10017932-Aquisição de broca para furar carris e bico para máquina d	23/09/2024	4.346,00	5.345,58			31/12/2024	5.345,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10017933- AT-TEL - Aquisição de telefones analógicos para a Linha d	08/08/2024	528,65	528,65			29/10/2024	528,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513742573	10017938- AT-TEL - Reparação de rádios de manobras	08/08/2024	4.792,64	5.894,95			05/12/2024	5.894,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10017939-Alojamento para Hotel H. Flag Braga – 09-07-2024 a 12-07	25/07/2024	275,04	291,54			27/08/2024	291,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10017940-Alojamento para Hotel H. Flag Braga – 12-07-2024 a 15-07	25/07/2024	158,50	168,01			27/08/2024	178,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10017941-Alojamento para Hotel Lusitânia – 10-07-2024 a 12-07-202	25/07/2024	86,80	92,01			30/08/2024	97,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10017942-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente – 08-07-2024 a 01	25/07/2024	139,84	148,23			20/08/2024	148,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10017944-Alojamento para H. Porto Antas – 08-07-2024 a 11-07-202	25/07/2024	153,17	162,36			30/08/2024	162,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10017945-Alojamento para H. Santos – 10-07-2024 a 12-07-2024	25/07/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10017946-Alojamento para H. Veleiro – 09-07-2024 a 12-07-2024	25/07/2024	518,87	550,00			27/08/2024	583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501896171	10017948-Substituição de 4 Pneus da viatura 35-JN-59	31/07/2024	315,62	388,21			30/08/2024	477,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510039537	10017949-Substituição de 4 Pneus da viatura 97-GN-04	02/08/2024	682,92	839,99			24/09/2024	1.033,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10017950-Manutenção viatura 35-JN-59	31/07/2024	374,56	460,71			24/09/2024	460,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504426982	10017951-Reparação espalhador de sal viatura Renault 21-17-UL	31/07/2024	438,87	539,81			15/10/2024	539,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506571718	10017953-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	01/08/2024	4.540,00	5.584,20			26/11/2024	5.404,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509506470	10017954-Reparação da viatura 87-ZL-33	31/07/2024	1.393,82	1.714,40			21/11/2024	1.714,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509116396	10017958-Aquisição de mobiliário para as instalações sociais da IP de	05/08/2024	3.735,00	4.594,05			05/12/2024	4.594,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509017800	10017961-L. OESTE - LOURICAL – APOIO VERIFICAÇÃO FUNCION	08/08/2024	7.217,00	8.876,91			27/12/2024	8.876,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514951354	10017962-Seleção de candidatos com recurso à aplicação de testes c	30/07/2024	4.950,00	6.088,50			10/09/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371359	10017963-Recolha de resíduos (plásticos) - Viana do Castelo	08/08/2024	820,80	1.009,58			27/08/2024	870,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509290043	10017965-Aquisição de Sistema de controlo para equipamento Team	29/07/2024	1.304,00	1.603,92			13/12/2024	1.603,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10017966-Aquisição de periféricos	29/07/2024	1.578,00	1.940,94			12/11/2024	1.940,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10017967-Prestação de Serviços de assessoria para implementação d	08/08/2024	5.000,00	6.150,00			21/11/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505766205	10017968-Pedido de Aquisição de Botas de Proteção Mecânica (S3, W	31/07/2024	2.757,00	3.391,11			04/10/2024	3.391,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508042070	10017970-Aquisição de sinalética SCIE para o edificado IP	31/07/2024	4.990,50	6.138,32			04/10/2024	6.138,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509954014	10017972-L. ALGARVE - ELETRIFICAÇÃO TROÇO FARO - VRSA - A	14/08/2024	3.400,00	4.182,00			29/11/2024	2.091,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	10017973-VARIANTE À EN210 ENTRE LORDELO E CORGO - PONT	31/07/2024	4.875,00	5.996,25			30/09/2024	5.996,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509017800	10017975-FCH2RAIL - Contratação de Maquinistas Medway para ens	28/08/2024	5.970,00	7.343,10			18/11/2024	7.343,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10017979-Aquisição ferramentas oficina AM-IF Julho 2024	23/08/2024	4.675,55	5.750,93			15/10/2024	5.750,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508050413	10017980-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	08/11/2024	52.656,60	64.767,62			30/12/2024	4.899,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10017982-Reparação de Módulos HIMatrix de aplicação em Passages	12/09/2024	25.760,94	31.685,96			13/12/2024	31.685,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESW0173208J	10017983-Auditoria de renovação da certificação da IP como Entidade	30/10/2024	8.720,00	10.725,60			31/12/2024	8.720,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500302030	10017988- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Copos c	09/08/2024	736,41	905,78			22/10/2024	905,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE253564707	10017989- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Aquisici	09/08/2024	606,40	606,40			07/11/2024	606,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204655404	10017991-Reparação da viatura 69-39-ND	07/08/2024	79,66	97,98			30/09/2024	120,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CH106183230	10017992-IMPACTOS DE NOVOS ELEMENTOS NA EXPLORAÇÃO	31/10/2024	164.000,00	164.000,00			12/12/2024	24.600,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10017993-Reparação da viatura 01-81-TI	07/08/2024	186,30	229,15			12/09/2024	281,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10017994-L. OESTE - AT ESPECIAL TUNEIS - PROLONGAMENTO I	05/08/2024	48.500,00	59.655,00			29/10/2024	59.655,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10017997-Alojamento para Casas da Moagem – 16-07-2024 a 25-07-	02/08/2024	297,18	315,01			30/08/2024	333,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10017998-Alojamento para H. A Esteva – 17-07-2024 a 26/07/2024	07/08/2024	1.041,53	1.104,02			24/09/2024	1.170,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500035679	10017999-Reparação da viatura 47-IO-43	07/08/2024	1.127,21	1.386,47			30/09/2024	1.281,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018000-Alojamento para H. Alambique – 15-07-2024 a 26-07-2024	02/08/2024	362,28	384,02			10/09/2024	407,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502327693	10018001-Alojamento para H. Atlântida Sol – 16-07-2024 a 17-07-202	02/08/2024	133,35	141,35			21/11/2024	141,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018002-Alojamento para H. Columbano – 15-07-2024 a 26/07/2024	02/08/2024	339,63	360,01			30/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018003-Alojamento para H. D. Bernardo – 15-07-2024 a 24-07-202	02/08/2024	292,02	309,54			30/08/2024	309,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018004-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra – 15-07-2024 a 25-07	07/08/2024	818,89	868,02			24/09/2024	816,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10018006-Alojamento para H. D. Luís-Elvas – 24-07-2024 a 25-07-20	02/08/2024	46,23	49,00			27/08/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10018007-L. VOUGA - ESTUDO DE PROCURA + ACB	27/11/2024	87.990,00	108.227,70			31/12/2024	32.468,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	10018016-L. BEIRA ALTA – TÚNEL DE TREZÓI AO PK 64,769 – RE/	17/10/2024	26.196,00	32.221,08			31/12/2024	5.101,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509670610	10018018-Upgrade de uma licença SAP2000 para a versão Advanced	08/08/2024	4.125,03	5.073,79			04/10/2024	5.073,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10018019-Deslocação ao Estrangeiro (Voo e Hotel), por ocasião do e	22/07/2024	2.233,11	2.746,73			04/10/2024	2.233,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502670355	10018021-Aquisição de WorkStation WKS HP Z2 Tower para a IPE	13/08/2024	4.885,00	6.008,55			12/11/2024	6.008,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503794511	10018023- AD20240035 - Tinta Marcação Rodoviária Branca (VRL)	08/08/2024	374,70	460,88			29/10/2024	460,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10018025-Seguro Escolar - Infantário "O Ninho" - para o Ano Letivo 20	06/08/2024	367,47	367,47			27/08/2024	367,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10018025-Seguro Escolar - Infantário "O Ninho" - para o Ano Letivo 20	06/08/2024	27,66	27,66			27/08/2024	27,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10018026-Seguro Automóvel 2024/2025 - Viatura IP - 05-ZQ-10	06/08/2024	785,55	785,55			27/08/2024	785,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500940231	10018026-Seguro Automóvel 2024/2025 - Viatura IP - 05-ZQ-10	06/08/2024	105,10	105,10			27/08/2024	104,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504479482	10018028- AD20240035 - Aquisição de Big Bags	08/08/2024	680,00	836,40			24/10/2024	836,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503794511	10018029-AD20240035 - Aquisição de Tintas para aquisição de tinta c	08/08/2024	177,60	218,45			29/10/2024	218,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503890707	10018031-Aquisição de membrana liquida e revestimento elástico	08/08/2024	1.370,00	1.685,10			24/10/2024	1.685,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018032-Alojamento para Hotel D. Bernardo – 30-07-2024 a 01-08-2	07/08/2024	146,01	154,77			30/08/2024	154,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018033-Alojamento para Hotel H. D. Luís-Coimbra – 31-07-2024 a	07/08/2024	48,17	51,06			10/09/2024	51,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018034-Alojamento para Hotel H. Flag Santarém – 29-07-2024 a 0	07/08/2024	219,81	233,00			30/08/2024	246,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018035-Alojamento para Hotel H. Imperial – 29-07-2024 a 30-07-2(	07/08/2024	181,14	192,01			04/10/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018036-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente – 30-07-2024 a 01	07/08/2024	209,76	222,35			30/08/2024	222,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501395784	10018037-AQUISIÇÃO DE ANALISADOR DE QUALIDADE DE ENER	06/09/2024	3.490,00	4.292,70			18/11/2024	4.292,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505246392	10018038-Aquisição de material	20/11/2024	95,24	117,15			05/12/2024	117,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018039-Alojamento para H. Porto Antas – 30-07-2024 a 02-08-202	07/08/2024	357,40	378,84			10/09/2024	378,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10018040-Revisão e Manutenção viatura 80-59-RZ Land Rover	08/08/2024	2.006,97	2.468,57			12/09/2024	3.036,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT504414194	10018041-Aquisição de equipamentos destinados à RF-CEN	23/08/2024	1.540,00	1.894,20			17/09/2024	1.894,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501384456	10018042-MODELO DE MERCADORIAS E CONSULTADORIA NO M	27/11/2024	205.760,00	253.084,80			11/12/2024	214.610,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	10018044-L. CINTURA - ESTAÇÃO IP-CHELAS-OLAIAS	21/08/2024	3.620,00	4.452,60			12/11/2024	4.452,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018048-Alojamento para H. Flag Braga - 15/07/2024 a 26/07/2024	08/08/2024	733,44	777,45			12/11/2024	388,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518091023	10018049-Deslocação a Berlim 22 a 26 setembro	08/08/2024	2.000,03	2.460,04			31/10/2024	2.000,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10018050-Alojamento para H. Gameiro - 17/07/2024 a 22/07/2024	08/08/2024	905,67	960,01			17/09/2024	1.017,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501413278	10018051-Alojamento para H. Império - 23/07/2024 a 25/07/2024	08/08/2024	198,13	210,02			19/09/2024	222,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10018052-Alojamento para H. Lusitânia - 24/07/2024 a 25/07/2024	08/08/2024	43,40	46,00			12/11/2024	48,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10018053- AD20240032 - Transporte de material Valorizável - Centro	09/08/2024	2.718,90	3.344,25			05/12/2024	3.344,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502183810	10018054-Alojamento para H. Meia Lua - 15/07/2024 a 19/07/2024	08/08/2024	679,25	720,01			17/09/2024	763,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018055-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente - 15/07/2024 a 26	08/08/2024	1.258,62	1.334,14			21/08/2024	1.332,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018056-Alojamento para Hotel Santos – 17/07/2024 a 19/07/2024	08/08/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018057-Alojamento para H. Porto Antas - 22/07/2024 a 24/07/2024	08/08/2024	102,11	108,24			17/09/2024	108,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10018058-Alojamento para Hotel Sra do Castelo – 17/07/2024 a 18/0	08/08/2024	39,63	42,01			30/08/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018059-Alojamento para H. Romba - 22/07/2024 a 26/07/2024	08/08/2024	452,84	480,01			17/09/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10018060-Alojamento para Hotel Versatile – 18/07/2024 a 25/07/2024	08/08/2024	317,00	336,02			10/09/2024	356,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018061-Alojamento para Hotel Via Norte – 23/07/2024 a 26/07/202	08/08/2024	283,02	300,00			30/09/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018062-Alojamento para Hotel Inatel Caparica – 15/07/2024 a 24/0	08/08/2024	471,70	500,00			30/09/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018064-Alojamento para Hotel Park H. Porto Gaia – 18/07/2024 a 1	08/08/2024	202,44	214,59			30/08/2024	214,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018065-Alojamento para Hotel Quintal Além Ribeiro– 16/07/2024 a	08/08/2024	188,68	200,00			10/09/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10018066-Alojamento para Hotel R.D. Carlos– 23/07/2024 a 25/07/20	08/08/2024	94,34	100,00			24/09/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT901780111	10018067-Alojamento para Hotel R. do Marco– 24/07/2024 a 26/07/2	08/08/2024	169,82	180,01			17/09/2024	222,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10018068-Alojamento para Hotel Anchor House– 31/07/2024 a 31/08	09/08/2024	2.294,00	2.431,64			17/09/2024	2.577,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517653419	10018070-Alojamento para Hotel Atlântida Sol– 29/07/2024 a 02/08/2	08/08/2024	355,62	376,96			21/11/2024	376,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018072-Alojamento para Hotel Columbano– 29/07/2024 a 02/08/20	08/08/2024	113,21	120,00			30/08/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018073-Alojamento para Hotel Romba - 29/07/2024 a 02/08/2024	09/08/2024	452,82	479,99			17/09/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10018074-Alojamento para Hotel Veleiro - 30/07/2024 a 31/07/2024	09/08/2024	47,17	50,00			17/09/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10018075-Alojamento para Hotel Versatile - 31/07/2024 a 02/08/2024	09/08/2024	90,57	96,00			13/12/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516042963	10018076- AD20240034 - Limpeza de parcela sobrante da IP - EN21(	08/08/2024	2.700,00	2.862,00			15/10/2024	2.862,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516042963	10018078- AD20240034 - Limpeza de parcela sobrante da IP - EN12,	12/08/2024	1.300,00	1.378,00			15/10/2024	1.378,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018079-Alojamento para Inatel Caparica - 29/07/2024 a 30/07/2024	09/08/2024	47,17	50,00			12/09/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508603218	10018080-Alojamento para Paredes Design Hotel - 29/07/2024 a 02/0	09/08/2024	509,43	540,00			17/09/2024	572,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018081-Alojamento para Park Hotel Porto Gaia - 29/07/2024 a 02/0	09/08/2024	404,89	429,18			30/08/2024	428,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10018082-Aquisição de 1 placa de vitrocerâmica para as instalações	06/09/2024	397,56	489,00			04/10/2024	489,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513533869	10018083-Manutenção viatura 03-ZQ-84	09/08/2024	337,25	414,82			17/09/2024	510,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500913951	10018084-Manutenção viatura matrícula 73-HR-91	09/08/2024	764,59	940,45			10/09/2024	1.156,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504689878	10018086-1.Aquisição dos Fts (flight termination system) e paraqueda	14/08/2024	2.100,00	2.583,00			28/11/2024	2.226,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503271276	10018089-AQUISIÇÃO DE ESCADA TELESCÓPICA	06/09/2024	452,00	555,96			18/11/2024	555,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500777942	10018092-Revisão da viatura 40-IN-35	23/08/2024	345,94	425,51			30/12/2024	349,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10018093-Deslocação ao Estrangeiro (Viagem + Estadia) - 25 a 28 d	25/07/2023	813,22	1.000,26			30/09/2024	813,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980494605	10018095-Manutenções Não Sistemáticas DP-102, DP-210 e Rail-Ro	18/10/2024	49.504,33	60.890,33			30/12/2024	60.890,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10018096-Alojamento para Residencial D. Carlos (Regularização de	18/08/2024	12,00	12,00			24/09/2024	12,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503455105	10018099-Aquisição mobiliário jardim Átrio interior Edifício 1 Pragal	21/08/2024	1.074,15	1.321,20			21/11/2024	1.321,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518097350	10018100-SMM FECHO E ACABAMENTOS DIVERSOS	17/10/2024	499.999,60	499.999,60			24/12/2024	386.026,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018103-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente – 05-08-2024 a 0(	18/08/2024	1.188,69	1.260,01			04/10/2024	1.258,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018104-Alojamento para H. Porto Antas – 06-08-2024 a 08-08-202	23/08/2024	306,34	324,72			24/09/2024	324,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018105-Alojamento para H. Qta dos Cedros – 07-08-2024 a 09-08-	18/08/2024	70,75	75,00			24/09/2024	79,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501081479	10018107-Alojamento para H. Samasa – 05-08-2024 a 09-08-2024	18/08/2024	188,68	200,00			24/09/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018108-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 07/08/2024	18/08/2024	322,00	341,32			14/11/2024	361,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018109-Alojamento para Hotel Columbano – 05/08/2024 a 09/08/2	18/08/2024	113,21	120,00			10/09/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018110-Alojamento para Hotel D. Luís - Coimbra – 07/08/2024 a 08	18/08/2024	48,17	51,06			24/09/2024	51,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018111-Alojamento para Hotel Flag Braga – 05/08/2024 a 07/08/20	18/08/2024	183,36	194,36			22/10/2024	194,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018114-Alojamento para Hotel Santos - 07/08/2024 a 09/08/2024	18/08/2024	75,47	80,00			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504375059	10018115-Alojamento para Hotel Termas de S. Vicente - 05/08/2024	18/08/2024	335,85	356,00			30/09/2024	377,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018117-Alojamento para Inatel Caparica - 05/08/2024 a 06/08/2024	18/08/2024	94,34	100,00			12/09/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508603218	10018118-Alojamento para Paredes Design Hotel - 05/08/2024 a 07/0	18/08/2024	169,82	180,01			24/09/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018120-Alojamento pra Park Hotel Porto Gaia - 05/08/2024 a 09/08	18/08/2024	202,45	214,60			10/09/2024	214,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516042963	10018121- AD20240034 - Limpeza de parcela sobrante da IP - EN12,	23/08/2024	1.620,00	1.717,20			22/10/2024	1.717,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018122-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 06/08/2024 a 08/08	18/08/2024	94,34	100,00			24/09/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018123-AM-IVC-Deslocação a Oslo, Noruega de 07 a 09/10/2024 -	20/08/2024	873,01	1.073,80			24/09/2024	873,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10018124-Alojamento para Residencial D. Carlos - 06/08/2024 a 08/0	18/08/2024	98,34	104,24			24/09/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500512884	10018125- AD20240032 - Aquisição de Serviços para a Gestão de Re	27/08/2024	234,00	287,82			13/12/2024	132,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502033568	10018130-Reunião Gestão de Empreendimentos em 16.09.2024 - Alt	14/08/2024	272,36	335,00			24/09/2024	335,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018133-Manutenção viatura 02-ZQ-88	23/08/2024	126,00	154,98			04/10/2024	190,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515193089	10018134-AD 20240033 - EN116 - KM 24+500 (LE) - REPOSIÇÃO D	23/08/2024	7.200,00	7.200,00			31/10/2024	7.200,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501820361	10018135-AD 20240033 - Aquisição de marcos hectométricos em bet	23/08/2024	3.960,80	4.871,78			05/12/2024	4.871,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501333401	10018136-Aquisição de 21 portáteis - 08/2024	27/09/2024	19.939,50	24.525,59			30/12/2024	24.525,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508291429	10018137-AD 20240039 - Aglomerado Asfáltico - inertes finos	23/08/2024	4.920,00	6.051,60			24/10/2024	6.051,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10018138-Reparação viatura Mercedes 97-GN-03	23/08/2024	111,87	137,60			24/10/2024	137,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510888692	10018140-TM Bobadela Norte - Recolha de águas residuais domésti	27/08/2024	4.620,00	5.682,60			05/12/2024	5.682,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018143-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente – 12-08-2024 a 1	23/08/2024	139,85	148,24			17/09/2024	148,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018144-Alojamento para H. Romba – 12-08-2024 a 14-08-2024	23/08/2024	150,94	160,00			30/09/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501081479	10018145-Alojamento para H. Samasa – 12-08-2024 a 16-08-2024	23/08/2024	188,68	200,00			24/09/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018146-Deslocação a Roma 17 a 19 de Outubro - Projeto RADIUS	22/08/2024	815,33	1.002,86			04/10/2024	815,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018147-Alojamento para H. Santos – 12-08-2024 a 14-08-2024	23/08/2024	75,47	80,00			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018148-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 12-08-2024 a 14-0	23/08/2024	94,34	100,00			30/09/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10018149-Alojamento para R. D. Carlos – 13-08-2024 a 14-08-2024	23/08/2024	49,17	52,12			30/09/2024	49,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018151-Conferência IBTTA Global Tolling Summit 2024 - Deslocaç	26/08/2024	238,04	292,79			30/09/2024	238,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500133336	10018152- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Tinta pa	18/09/2024	4.903,00	6.030,69			21/11/2024	6.030,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508320151	10018153-Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens	24/09/2024	285.000,00	350.550,00	2466/2024	03/11/2024	10/12/2024	350.550,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
GB169289161	10018154-Libertação inclinómetro DI1834	27/08/2024	129,20	129,20			18/09/2024	129,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503976547	10018156-Aquisição de Serviço de Reparação de Equipamentos para	28/08/2024	384,50	472,94			24/10/2024	349,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018158-Alojamento para Hotel Porto Antas - 13/08/2024 a 14/08/20	23/08/2024	51,06	54,12			24/09/2024	54,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018159-Alojamento para Hotel Columbano - 12/08/2024 a 14/08/20	23/08/2024	113,22	120,01			24/12/2024	63,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

Contrato					Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT504030680	10018163-Assessoria no âmbito da conciliação entre a vida profissiona	03/09/2024	1.950,00	2.398,50			21/11/2024	2.398,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505372495	10018164- AD20240032 - Serviço de reboque de viaturas na A4	19/09/2024	750,00	922,50			04/10/2024	86,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503176311	10018166-AD 2024 - Aquisição de Acessórios para Sinalização Vertic	02/09/2024	1.895,00	2.330,85			21/11/2024	2.330,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506960048	10018167- AD2024 - Aquisição de Etiquetas para Sinalização	04/09/2024	760,00	934,80			24/10/2024	934,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10018169- Recondicionamento do Toyota Corola AB-16-CV	02/09/2024	479,67	589,99			15/10/2024	589,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10018170-Recondicionamento viatura Fiat Tipo 02-ZQ-75	02/09/2024	731,71	900,00			15/10/2024	900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10018171-Recondicionamento viatura Fiat Tipo 05-ZQ-41	02/09/2024	406,50	500,00			15/10/2024	500,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501471880	10018172-Recondicionamento viatura Fiat Tipo 03-ZQ-66	02/09/2024	650,41	800,00			15/10/2024	800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501333410	10018173-Reparação viatura Mercedes 97-GN-04	02/09/2024	2.707,45	3.330,16			21/11/2024	4.096,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504874624	10018174-Fornecimento, armazenamento, administração da vacina c	03/10/2024	11.718,00	11.718,00			30/12/2024	8.332,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
US95470721	10018175-renovação do software Devexpress	30/08/2024	675,00	675,00			31/12/2024	618,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018176-Deslocação a Viena 14 a 17 de outubro -Eng.º Mário Pereir	11/09/2024	833,52	1.025,23			14/11/2024	833,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10018177- AD2024- ER266 - Km 234+320 - Realização de Inspeção '	02/09/2024	1.250,00	1.537,50			21/11/2024	1.537,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE81163358	10018180-Taxa Anual do Seguro AIR Plus	28/08/2024	100,00	100,00			31/10/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10018182-Manutenção viatura 35-JN-59	02/09/2024	452,04	556,01			04/10/2024	556,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10018183-Terminal da Bobadela - Kalmar 457 - Reparação motor	02/09/2024	7.948,48	9.777,86			18/11/2024	9.777,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018184-Aquisição novo Telecomando fecho centralizado viatura 37	02/09/2024	336,80	414,26			31/10/2024	509,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018186-Alojamento para Hotel H. Porto Antas - 20-08-2024 a 21-08	02/09/2024	102,12	108,25			04/10/2024	108,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10018187-Alojamento para Hotel H. Sra do Castelo - 21-08-2024 a 22	02/09/2024	39,62	42,00			30/09/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10018188-TM Bobadela - Kalmar 457 - Árvore de cames	29/08/2024	4.250,00	5.227,50			24/10/2024	5.227,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504131133	10018189-Alojamento para Hotel Tulipa - 22-08-2024 a 23-08-2024	02/09/2024	75,48	80,01			04/10/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10018190-Alojamento para Hotel Dom Hotel – 19/08/2024 a 23/08/20	02/09/2024	256,61	272,01			30/09/2024	288,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018191-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda– 22/08/2024	02/09/2024	92,00	97,52			14/11/2024	103,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018192-Alojamento para Hotel Columbano– 19/08/2024 a 23/08/20	02/09/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10018194-Alojamento para Hotel Lara – 21/08/2024 a 22/08/2024	02/09/2024	94,34	100,00			04/10/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502935820	10018195-Alojamento para Hotel Mercure – 20/08/2024 a 21/08/2024	02/09/2024	78,30	83,00			04/10/2024	87,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018196-Deslocação a Dublin - 13 a 15 de Novembro	05/09/2024	240,45	295,75			24/10/2024	240,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018197-Alojamento para Hotel Moov H. Lisboa Oriente - 21-08-202	02/09/2024	69,92	74,12			30/09/2024	74,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018198-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 19-08-2024a 23-08-2	02/09/2024	202,45	214,60			30/09/2024	214,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018199-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 20-08-2024 a 22-0	02/09/2024	94,34	100,00			04/10/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501996958	10018200-Alojamento para R. D. Carlos - 20-08-2024 a 22-08-2024	02/09/2024	94,34	100,00			04/10/2024	100,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502718714	10018201-Avaliação Externa de Qualidade	25/09/2024	16.400,00	20.172,00			30/12/2024	20.172,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018203-Alojamento para Hotel Qta dos Cedros - 20/08/2024 a 22/0	02/09/2024	141,51	150,00			04/10/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018204-Alojamento para Hotel Romba - 19/08/2024 a 23/08/2024	02/09/2024	452,85	480,02			04/10/2024	480,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT225393832	10018205-Alojamento para Hotel Salatia - 19/08/2024 a 23/08/2024	02/09/2024	509,43	540,00			30/09/2024	540,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501061479	10018207-Alojamento para Hotel Samasa - 19/08/2024 a 23/08/2024	02/09/2024	188,68	200,00			13/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018209-Alojamento para Hotel Santos - 19/08/2024 a 23/08/2024	02/09/2024	150,96	160,02			27/12/2024	169,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018211-TEDP Autumn Event	05/09/2024	1.399,24	1.721,07			14/11/2024	1.399,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10018212-Prestação de Serviços de assessoria para implementação	05/09/2024	5.000,00	6.150,00			13/12/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514400439	10018213-LAV PORTO - LISBOA - AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DO C	30/08/2024	650,00	799,50			31/12/2024	799,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514832142	10018215-Aquisição de Serviço de Reparação de Equipamentos Proc	30/08/2024	850,00	1.045,50			31/12/2024	978,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502117281	10018216-TM Bobadela - Limpeza após trabalhos de desratização	02/09/2024	535,00	658,05			21/11/2024	658,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510293298	10018217-CO NR - Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança	14/10/2024	21.450,00	26.383,50			30/11/2024	19.030,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503176311	10018218-AD 20240039 - Dispositivos Complementares (Balizas, con	03/09/2024	4.837,40	5.950,00			21/11/2024	5.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510934986	10018219-Revisão viatura 54-HA-34	04/09/2024	3.416,55	4.202,36			31/12/2024	4.202,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502613475	10018220-AD 20240039 - Sinalização temporária e tripés para suport	10/09/2024	4.079,24	5.017,47			13/12/2024	5.017,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502684216	10018221- AD20240032 - Ponte 25 de Abril - Aquisição de material co	19/09/2024	374,75	460,94			05/12/2024	460,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502620919	10018223- AD20240035 - Aquisição de 3m3 de areia fina	09/09/2024	90,00	110,70			18/11/2024	110,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018225-Deslocação ao Estrangeiro (Viagem + Estadia) 05 a 07 set	29/08/2024	967,36	1.189,85			24/10/2024	967,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500302030	10018226- AD20240032 - Ponte 25 de Abril - Aquisição de massa lub	19/09/2024	86,83	106,80			21/11/2024	106,55	-52,95	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018227-Deslocação ao Estrangeiro (Viagem + Estadia) 09 a 10 set	29/08/2024	578,06	711,01			24/10/2024	578,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502798343	10018228- AD20240032 - Ponte 25 de Abril - Aquisição de material co	19/09/2024	86,84	106,81			13/12/2024	106,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500147426	10018229-Aquisição de mangueira borracha p/circ hidr e lubrif	03/09/2024	1.358,00	1.670,34			05/12/2024	1.670,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018230-Deslocação Paris - 9 a 10 Setembro	29/08/2024	578,06	711,01			24/10/2024	578,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500133336	10018232-Aquisição de tinta, diluente e poliuretano	03/09/2024	2.773,00	3.410,79			12/11/2024	3.410,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508706114	10018234-Ano letivo 2024/2025 - aulas de expressão musical - creche	06/09/2024	487,81	600,01			12/11/2024	738,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT253819253	10018235-Ano letivo 2024/2025 - aulas de atividade física (ginástica) -	06/09/2024	1.200,00	1.200,00			18/11/2024	800,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501189912	10018236- AD2024 - Programa de Inspeção à Aderência 2024 no Dis	09/09/2024	220,00	233,20			17/10/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500960410	10018237-Auditoria Interna ao Sistema de Gestão do Organismo de A	06/09/2024	585,00	719,55			21/11/2024	719,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB91984021	10018239-Renovação - ZVA6000 ZEVENET	05/09/2024	3.060,00	3.763,80			30/09/2024	3.060,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502892749	10018241-Aquisição de Máquina de Pintura Airless	05/09/2024	1.060,00	1.303,80			18/11/2024	1.303,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502858192	10018242-Realização de auditoria interna combinada ao Sistema de	10/09/2024	1.950,00	2.398,50			13/12/2024	2.398,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503125377	10018244- Fornecimento de armários /caixas de coluna 600x400x200	17/09/2024	422,94	520,22			12/11/2024	520,22	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503731765	10018245-Auditoria Interna ao Sistema de Gestão do Organismo Desi	04/09/2024	1.000,00	1.230,00			18/11/2024	1.230,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501425527	10018246-Aquisição de varão, pecklock e spray de zinco	04/09/2024	713,95	878,16			31/10/2024	878,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503391026	10018247-Aquisição de fresa eletromagnética	04/09/2024	2.630,00	3.234,90			05/12/2024	3.234,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502544180	10018249- Renovação da ligação correspondente ao serviço 118544	06/09/2024	3.020,04	3.714,65			05/12/2024	833,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500062960	10018250-Aquisição de 45 "Avisadores Sonoros de Êmbolo Manual"	21/10/2024	859,50	1.057,19			05/12/2024	1.057,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500219893	10018252-Pneus na viatura AU-41-DT	04/09/2024	618,76	761,07			17/10/2024	761,07	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515111643	10018253-Serviço de reboque e parqueamento viatura 54-HA-34	05/09/2024	775,00	953,25			04/10/2024	1.172,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503789372	10018256-Aquisição de 1 Plastificadora para instalações Oriente - CO	28/09/2024	62,31	76,64			05/12/2024	76,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500219885	10018257-Substituição de Pneus viatura 81-ZG-99 - MAN	01/10/2024	1.745,76	2.147,28			14/11/2024	2.147,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
NL854941538B01	10018258-Aquisição de Seguros de Responsabilidade Civil para aquis	12/09/2024	1.626,00	1.626,00			21/11/2024	1.626,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018259-Alojamento para H. Columbano – 26-08-2024 a 30-08-202	10/09/2024	113,21	120,00			12/11/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018260-Alojamento para H. D. Bernardo – 26-08-2024 a 29-08-202	10/09/2024	146,01	154,77			26/11/2024	154,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018261-Alojamento para H. D. Luís - Coimbra – 27-08-2024 a 30-0	10/09/2024	144,51	153,18			15/10/2024	153,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018263-Alojamento para H. Romba – 26-08-2024 a 30-08-2024	10/09/2024	301,89	320,00			15/10/2024	339,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT225393832	10018264-Alojamento para H. Salatia – 26-08-202 a 30-08-2024	10/09/2024	679,25	720,01			30/09/2024	763,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018265-Alojamento para H. Santos – 28-08-2024 a 30-08-2024	10/09/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10018266-Alojamento para Anchor House - 31/08/2024 a 30/09/2024	10/09/2024	2.220,00	2.353,20			29/10/2024	2.471,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10018268-Aquisição de peças para Motorroçadoras - Equipas RF-VG	16/09/2024	243,62	299,65			05/12/2024	299,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10018269-Alojamento para Dom Hotel - 28/08/2024 a 29/08/2024	10/09/2024	32,08	34,00			30/09/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018270-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda - 27/08/2024	10/09/2024	92,00	97,52			14/11/2024	103,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10018271-Alojamento para Casa do Vale Hotel - 26/08/2024 a 28/08/	10/09/2024	84,91	90,00			22/10/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT508500540	10018273-Alojamento para H. Via Norte - 01/09/2024 a 04/09/2024	10/09/2024	141,51	150,00			04/10/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018274-Alojamento para Inatel Caparica - 29/08/2024 a 30/08/2024	10/09/2024	47,17	50,00			28/11/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018275-Alojamento para Inatel Oeiras - 26/08/2024 a 30/08/2024	10/09/2024	963,40	1.021,20			30/09/2024	1.020,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018276-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 29/08/2024 a 30/08/2	10/09/2024	50,61	53,65			12/11/2024	53,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10018278-Alojamento para Quinta Valenciana - 28/08/2024 a 29/08/2	10/09/2024	37,74	40,00			15/10/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018279-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 27/08/2024 a 29/08	10/09/2024	94,34	100,00			15/10/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501966958	10018280-Alojamento para R. D. Carlos - 26/08/2024 a 29/08/2024	10/09/2024	196,68	208,48			15/10/2024	196,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT680009671	10018282-TM_Bobadela - Recolha de resíduos urbanos	09/09/2024	1.030,96	1.092,82			18/10/2024	1.092,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500015317	10018283-Reparação/revisão viatura 35-JN-58	10/09/2024	1.551,18	1.907,95			22/10/2024	1.907,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510151817	10018284-Aquisição de "freios para aplicação em ganchos" - Manuter	16/09/2024	813,50	1.000,61			10/12/2024	1.000,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10018286-Proposta de autorização de despesa e de procedimento co	11/09/2024	720,00	885,60			18/11/2024	720,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10018287-LBA-Substituição de baterias ET Carregal do Sal	12/09/2024	4.993,20	6.141,64			27/12/2024	6.141,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508895154	10018288-APOIO TÉCNICO ÁS ATIVIDADE DE GESTÃO E ACOMPO	25/10/2024	7.232,15	8.895,54			30/12/2024	3.736,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501672796	10018289-LBA-Substituição Componentes do Sistema de energia de	12/09/2024	1.156,00	1.421,88			27/12/2024	1.421,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513139222	10018291- AT-TEL - Aquisição de terminais móveis GSM-P para o tro	11/09/2024	4.795,00	5.897,85			18/11/2024	5.897,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508370836	10018293-Aquisição de Lanterna LED	17/09/2024	9.110,00	11.205,30			27/12/2024	11.205,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10018296-Manutenção viatura Mercedes 97-GN-03	12/09/2024	359,28	441,91			24/10/2024	441,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514586631	10018297-Aquisição de escova manual e lâmina em aço	12/09/2024	800,00	984,00			31/10/2024	984,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504426982	10018300-Reparação pintura espalhador sal Boschung da viatura MA	12/09/2024	269,37	331,33			15/10/2024	331,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500148392	10018301-Aquisição de fusível	13/09/2024	1.630,00	2.004,90			28/11/2024	2.004,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501804242	10018302-Aquisição serviços tradução	13/09/2024	500,00	615,00			18/11/2024	269,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018303-Manutenção da viatura 98-ZM-87	13/09/2024	122,55	150,74			31/10/2024	150,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10018304-Manutenção viatura Mercedes 97-GN-03	13/09/2024	702,38	863,93			24/10/2024	863,93	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018306-Reunião conjunta do Grupo de Trabalho dos Factores Hum	20/09/2024	773,37	951,25			31/10/2024	773,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018309-Deslocação a Frankfurt - Reunião PRIME Charges Subgrou	13/09/2024	1.002,20	1.232,71			18/11/2024	1.002,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506578968	10018312-Transporte de Dresina DP-119 para o Entroncamento	19/09/2024	3.900,00	4.797,00			31/12/2024	4.797,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10018315-Alojamento para H. Veleiro – 04-09-2024 a 05-09-2024	18/09/2024	188,68	200,00			24/10/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508080975	10018318-Reparação equipamento G988X367106, instalado em RUA	16/09/2024	995,96	1.225,03			29/10/2024	1.225,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515285030	10018320-Pagamento do sinistro da viatura 86-ZO-79	16/09/2024	1.354,44	1.665,96			29/10/2024	2.049,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10018321-Seguro de Saúde do Grupo IP para o ano de 2025	11/11/2024	2.405.036,54	2.405.036,54	2852/2024	12/12/2024	19/12/2024	2.201.387,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10018321-Seguro de Saúde do Grupo IP para o ano de 2025	11/11/2024	181.024,26	181.024,26	2852/2024	12/12/2024	19/12/2024	165.104,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10018322-Manutenção viatura 97-SH-61	13/09/2024	197,66	243,12			22/10/2024	243,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506571718	10018323-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	27/11/2024	11.486,40	14.128,27			31/12/2024	630,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503257842	10018324-Equipamento para Monitorização Estrutural da Ponte de M	23/09/2024	1.740,00	2.140,20			13/12/2024	2.140,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10018326-Alojamento para H. Versatile – 02-09-2024 a 06-09-2024	18/09/2024	633,96	672,00			24/10/2024	712,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018327-Alojamento para H. Via Norte – 02-09-2024 a 05-09-2024	18/09/2024	235,85	250,00			24/10/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018328-Alojamento para Inatel Caparica – 02-09-2024 a 05-09-202	18/09/2024	141,51	150,00			28/11/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018329-Alojamento para Inatel Inatel Cerveira – 02-09-2024 a 05-0	18/09/2024	188,68	200,00			21/11/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018332-Deslocação no âmbito da participação no 2nd Meeting WG	20/09/2024	957,47	1.177,69			31/10/2024	957,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	10018333-A4 KM 71+220 E KM 83+700 - REPARAÇÃO DE EQUIPAM	19/09/2024	4.409,16	5.423,27			29/10/2024	5.423,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503411302	10018334-Aquisição de equipamentos, consumíveis e acessórios	18/09/2024	3.908,15	4.807,02			10/12/2024	4.807,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502491671	10018336-Aquisição de cadeados para baias e sinais Centro Limpeza	27/09/2024	447,16	550,01			24/12/2024	549,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500833982	10018337-Equipamento para Monitorização Estrutural da Ponte de M	20/09/2024	1.258,00	1.547,34			13/12/2024	1.547,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10018338-Reparação máquina de lavar viaturas afeta ao CLN	27/09/2024	248,01	305,05			05/12/2024	305,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507149475	10018342- AT-TEL - Aquisição de equipamentos GSM e PBX para no	17/09/2024	3.122,54	3.840,72			13/12/2024	3.840,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501166505	10018343-Prest. Serv. Técnico para intervenção no Sistema Integrado	18/09/2024	160,00	196,80			13/12/2024	196,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10018345-Aquisição de consumíveis Programa DAE IP	18/09/2024	223,00	274,29			13/12/2024	274,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503244414	10018346- AD20240035 - Aquisição de cimento, areia e rachão	23/09/2024	362,55	445,94			05/12/2024	445,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018348-Deslocação a Berlim - INNOTRANS de 24 a 25/09/2024 - A	17/09/2024	1.211,73	1.490,43			31/10/2024	1.211,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10018349-Alojamento para Dom Hotel - 03/09/2024 a 04/09/2024	19/09/2024	32,08	34,00			04/10/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10018350-Equipamento para Monitorização Estrutural da Ponte de M	23/09/2024	182,50	224,48			05/12/2024	224,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510063667	10018353-Aquisição de papel higiénico e toalhas de papel	18/09/2024	1.482,40	1.823,35			13/12/2024	1.823,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501630473	10018356-Aquisição de serviços de calibração de equipamentos labor	19/09/2024	450,00	553,50			05/12/2024	530,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506112209	10018357- AD20240031- Aquisição de flat cones e tripes 2024 - Viseu	24/09/2024	3.550,00	4.366,50			30/12/2024	4.366,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018358-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda - 02/09/2024	19/09/2024	230,00	243,80			14/11/2024	258,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10018360-Alojamento para Hotel A Esteva - 03/09/2024 a 04/09/2024	19/09/2024	181,14	192,01			22/10/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018361-Alojamento para Hotel Alambique - 02/09/2024 a 06/09/20	19/09/2024	181,13	192,00			24/10/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517653419	10018362-Alojamento para Hotel Atlântida Sol - 02/09/2024 a 06/09/2	19/09/2024	355,62	376,96			21/11/2024	376,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515803502	10018363-AD 20240033 - Aquisição de Sinalização - BI's- Lisboa - se	24/09/2024	4.956,34	6.096,30			05/12/2024	6.096,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10018364-Alojamento para Hotel Avenida Park - 04/09/2024 a 05/09/2	19/09/2024	55,89	59,24			24/10/2024	59,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371570	10018365-Alojamento para Hotel Azul Praia - 03/09/2024 a 06/09/202	19/09/2024	301,90	320,01			14/11/2024	339,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018366-Alojamento para Hotel Bejense - 02/09/2024 a 03/09/2024	19/09/2024	169,80	179,99			22/10/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510234127	10018367-Aquisição de serviços para o desenvolvimento e adaptação	19/09/2024	3.400,00	4.182,00			10/12/2024	4.182,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33667544	10018368-Manutenção ISTRAM – 3 anos – 19/10/2024 a 18/10/2027	23/09/2024	4.796,25	5.899,39			18/11/2024	4.796,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516991914	10018369-Inclinómetro DI 1834 - transporte Reino Unido / Portugal	30/09/2024	450,00	553,50			31/12/2024	312,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510723730	10018371-Prova hidráulica das garrafas de mergulho do CIS	24/09/2024	270,00	332,10			14/11/2024	332,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018372-Alojamento para H. D. Bernardo – 03-09-2024 a 06-09-202	19/09/2024	146,01	154,77			05/12/2024	154,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510751350	10018373-Alojamento para H. D. Dinis – 05-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	37,74	40,00			29/10/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018374-Alojamento para H. D. Luis - Coimbra – 03-09-2024 a 05-0	19/09/2024	144,51	153,18			24/10/2024	153,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517775050	10018375-Aquisição de bandeiras	20/09/2024	705,70	868,01			13/12/2024	868,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018376-Alojamento para H. Imperial – 02-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	316,98	336,00			29/10/2024	356,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10018377-Alojamento para H. José Régio – 04-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	188,68	200,00			29/10/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018378-Alojamento para H. Lagoa – 03-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	491,70	521,20			24/10/2024	520,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10018379-Alojamento para H. Lusitânia – 02-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	520,77	552,02			31/10/2024	585,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018382-Alojamento para H. Mercure – 06-09-2024 a 07-09-2024	19/09/2024	215,76	228,71			29/10/2024	228,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502631309	10018383-AD2024 - Aquisição de Sinalização Vertical de Código - Dis	23/09/2024	4.884,00	6.007,32			30/12/2024	6.007,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018384-Alojamento para H. Santos – 04-09-2024 a 06-09-2024	19/09/2024	75,48	80,01			31/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10018385-Alojamento para H. Sra do Castelo – 04-09-2024 a 05-09-2	20/09/2024	39,62	42,00			19/12/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509717004	10018388-EQUIPAMENTO PARA MONITORIZAÇÃO ESTRUTURAL	01/10/2024	1.329,00	1.634,67			13/12/2024	1.634,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500117152	10018390- AD2024 - Aquisição de Prumos Rectangulares para Sinali	23/09/2024	3.960,00	4.870,80			28/11/2024	4.870,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500284725	10018394-Aquisição de impressos	20/09/2024	1.310,00	1.611,30			21/11/2024	1.611,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507308646	10018395-Obtenção de orçamento para reparação de impressora DS	23/09/2024	170,00	209,10			05/12/2024	209,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506210855	10018396- AQUISIÇÃO DE WORKSTATIONS PARA VIDEOWALL CC	20/09/2024	4.938,28	6.074,08			31/12/2024	6.074,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504414194	10018397-Aquisição de Berbequins a bateria RF-CEN	07/10/2024	357,00	439,11			29/10/2024	439,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT510063667	10018398-Aquisição adicional de 50 rolos de papel industrial para o re	03/10/2024	347,50	427,43			05/12/2024	427,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018399-Deslocação ao Estrangeiro para Participação nas Reuniões	27/09/2024	786,82	967,79			18/11/2024	786,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510457614	10018400-Aquisição de Serviços de impressão em tela (estrutura baci	20/09/2024	415,00	510,45			13/12/2024	510,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501833560	10018404-Aquisição de Sinais de Aproximação SLN	25/09/2024	2.094,00	2.575,62			14/11/2024	2.575,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506962709	10018407-AD 20240033 - COGL-UCC - Lisboa - Aquisição de emulsã	24/09/2024	4.994,00	6.142,62			21/11/2024	6.142,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10018409-CCOP_UPS 1_Reparação Carregador baterias	24/09/2024	4.999,00	6.148,77			21/11/2024	6.148,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08096679	10018410-Aquisição de óleo lubrificante	03/10/2024	4.700,00	5.781,00			27/12/2024	4.700,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503909637	10018411-Renovação de Certificado Qualificado de Qualidade Profiss	08/10/2024	117,00	143,91			21/11/2024	143,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502670355	10018412-AQUISIÇÃO DE 31 MONITORES HP E24	09/10/2024	4.997,20	6.146,56			13/12/2024	6.146,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10018415-EN101 – ENTRONCAMENTO COM A EN 301 (KM 35+540	01/10/2024	2.250,00	2.767,50			05/12/2024	2.767,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT117661511	10018423-Compra de um motor para gerador das Pontes	04/10/2024	415,00	510,45			15/11/2024	510,45	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	10018426- AD20240032 - Substituição e reparação de módulos de ju	25/10/2024	9.950,00	9.950,00			13/12/2024	9.950,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10018428-CCOP_Reparação Alarme UPS 2	25/09/2024	4.998,96	6.148,72			21/11/2024	6.148,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501508350	10018429-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	26/09/2024	1.185,00	1.339,05			05/12/2024	1.513,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508473608	10018430-Mudança Equipamentos no Parque de Bragança	26/09/2024	500,00	615,00			31/12/2024	615,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504476416	10018431-Reparação de duas motosserras RF-CEN	30/09/2024	75,22	92,52			12/11/2024	92,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018436-Deslocação Colónia, Alemanha setembro 2024 - Reunião I	03/10/2024	1.072,00	1.318,56			18/11/2024	1.072,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500920869	10018437-Aquisição de Revista de Direito Administrativo - 2018 a 202	01/10/2024	322,39	341,73			13/12/2024	341,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504002686	10018438-Aquisição de serviços de Patrocínio Judiciário na área labo	02/10/2024	1.600,00	1.968,00			05/12/2024	1.968,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517035154	10018440-Natal 2024 - Prestação de Serviços de decoração e anima	02/10/2024	3.050,00	3.751,50			14/11/2024	4.814,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10018441-Seguro Patrimonial tipo Multirriscos dos Espaços da IP - 20	30/09/2024	385,30	385,30			19/12/2024	385,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503529672	10018442-Aquisição armário elétrico para o pórtico das TBB Reu	02/10/2024	277,05	340,77			24/10/2024	340,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	10018443- AD20240035 - Aquisição de prumos para sinalização verti	08/10/2024	2.625,00	3.228,75			19/12/2024	3.228,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501344608	10018444-Reparação painel de mensagens variável viatura Renault K	02/10/2024	195,00	239,85			14/11/2024	239,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503529672	10018445-Aquisição material para a lavadora Karcher	02/10/2024	275,70	339,11			29/10/2024	339,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502418648	10018446-Manutenção viatura 24-ZP-68	02/10/2024	98,86	121,60			21/11/2024	149,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502892749	10018447-Aquisição de tinta para pintura do armazém 114	02/10/2024	434,70	534,68			24/10/2024	534,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10018448-Manutenção da viatura 56-FM-20	02/10/2024	15,89	19,54			14/11/2024	24,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122873	10018454- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Chapa	07/10/2024	123,38	151,76			24/12/2024	151,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500309817	10018455-Aquisição de dois pneus para Locotrator Zephir	30/09/2024	1.139,80	1.401,95			05/12/2024	1.401,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10018459-Equipamento para Monitorização Estrutural da Ponte de Mc	08/10/2024	144,41	177,62			13/12/2024	177,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10018461-Alojamento para H. D. João – 06-09-2024 a 20-09-2024	01/10/2024	963,03	1.020,81			29/10/2024	1.082,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500995168	10018462-Alojamento para H. D. Luís-Coimbra –10-09-2024 a 19-09-	01/10/2024	385,36	408,48			12/11/2024	408,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10018463-Alojamento para H. D. Luís-Elvas –10-09-2024 a 18-09-20	01/10/2024	92,46	98,01			29/10/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10018464-Alojamento para H. D. Nuno – 17-09-2024 a 19-09-2024	01/10/2024	94,34	100,00			29/10/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517474450	10018465-Alojamento para H. Durão – 11-09-2024 a 12-09-2024	01/10/2024	42,45	45,00			31/12/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018466-Alojamento para H. Flag Fafe – 10-09-2024a 13-09-2024	01/10/2024	266,04	282,00			29/10/2024	298,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018468-Alojamento para H. Imperial – 09-09-2024 a 20-09-2024	01/10/2024	498,11	528,00			29/10/2024	559,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10018469-Alojamento para H. José Régio – 09-09-2024 a 12-09-2024	01/10/2024	283,02	300,00			31/10/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018470-Alojamento para H. Lagoa – 10-09-2024 a 19-09-2024	01/10/2024	688,38	729,68			31/10/2024	728,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507090810	10018472-IMPRESSÃO DO ESTUDO PRÉVIO - NOVA LINHA PORT	07/10/2024	292,69	360,01			22/10/2024	360,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514286350	10018473-Aquisição de serviços para valorização do espaço dos serv	21/08/2024	1.087,00	1.337,01			31/12/2024	1.337,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018475-Deslocação a Bruxelas para participação na 65ª Reunião d	24/10/2024	577,47	710,29			21/11/2024	577,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504999818	10018477-Alojamento para H. Lusitânia – 09-09-2024 a 13-09-2024	02/10/2024	868,00	920,08			12/11/2024	975,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020882	10018478-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 03-09-2024 a 05-(	07/10/2024	94,34	100,00			18/11/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514019310	10018479-Fornecimento e montagem portões seccionados	07/10/2024	3.269,38	4.021,34			31/12/2024	4.021,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510452744	10018481-Alojamento para Barquinha Riverhouse - 16/09/2024 a 20/(	07/10/2024	203,77	216,00			18/11/2024	228,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018488-Alojamento para H. Via Norte - 09/09/2024 a 19/09/2024	07/10/2024	660,38	700,00			31/10/2024	739,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10018489-Aquisição de material para reparação de equipamentos	03/10/2024	210,59	259,03			21/11/2024	259,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10018490-Alojamento para H. Wellington - 16/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	189,13	200,48			12/11/2024	200,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509116396	10018491-Aquisição de 24 cadeiras e de 6 mesas extensíveis para as	10/10/2024	2.730,00	3.357,90			27/12/2024	3.357,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018492-Alojamento para Inatel Albufeira - 09/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	885,06	938,16			14/11/2024	978,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018494-Alojamento para Inatel Caparica - 09/09/2024 a 19/09/2024	07/10/2024	660,38	700,00			28/11/2024	689,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10018495-Seguro de Responsabilidade Civil para os Drones do Grupo	03/10/2024	1.001,05	1.001,05			28/11/2024	993,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500918880	10018495-Seguro de Responsabilidade Civil para os Drones do Grupo	03/10/2024	52,69	52,69			28/11/2024	54,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018496-Alojamento para Inatel Cerveira - 09/09/2024 a 11/09/2024	07/10/2024	377,36	400,00			21/11/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018498-Alojamento para Park H. Porto Gaia - 09/09/2024 a 13/09/2	07/10/2024	354,28	375,54			28/11/2024	374,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020882	10018500-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 10/09/2024 a 19/0(	07/10/2024	188,68	200,00			18/11/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510140807	10018501-Intranet - Componente "Os meus favoritos"	04/10/2024	2.200,00	2.706,00			13/12/2024	2.706,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503397490	10018502- AD2024 - Aquisição de Sinalização Vertical para implemer	03/10/2024	4.959,78	6.100,53			30/12/2024	6.100,53	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10018503-Materiais para reparação dos Pórticos no Estaleiro	09/10/2024	311,13	382,69			29/10/2024	382,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10018504-TM Bobadela - Kalmar 458 - Fuga em tubos hidráulicos da	04/10/2024	3.286,40	4.042,27			31/12/2024	4.040,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508835852	10018511-Aquisição de parafuso M12 em inox	04/10/2024	678,00	833,94			30/12/2024	833,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10018513-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	21/08/2024	480,00	590,40			13/12/2024	480,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503781240	10018514-Manutenção viatura MITSUBISHI L200 85-GR-16	04/10/2024	111,70	137,39			19/12/2024	168,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509927378	10018515-Fornecimento Adblue - Centro Limpeza de Neve	04/10/2024	797,12	980,46			27/12/2024	980,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503074586	10018516-Aquisição de Equipamentos para proteção ao frio	08/10/2024	2.376,59	2.923,21			25/10/2024	2.897,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502223405	10018518-Alojamento para Hotel Lusitano – 17/09/2024 a 18/09/2024	07/10/2024	235,85	250,00			12/11/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018520-Deslocação ao Estrangeiro em Representação Institucional	27/09/2024	216,41	266,18			21/11/2024	216,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018521-Alojamento para Hotel Moov – 12/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	863,08	914,86			29/10/2024	912,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018525-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda – 10-09-202	07/10/2024	276,00	292,56			12/12/2024	310,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509709907	10018526-Alojamento para Estremoz Hotel – 11-09-2024 a 12-09-20	07/10/2024	50,00	53,00			05/12/2024	56,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018527-Alojamento para H. Alambique – 09-09-2024 a 20-09-2024	07/10/2024	362,26	384,00			29/10/2024	407,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018529-Alojamento para Hotel Porto Antas – 10/09/2024 a 19/09/2	07/10/2024	255,30	270,62			21/11/2024	270,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503391026	10018531-Aquisição de componentes para reparação de maquina Me	28/10/2024	94,06	115,69			27/12/2024	115,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018532-Alojamento para H. Bejense – 09-09-2024 a 12-09-2024	07/10/2024	622,66	660,02			12/11/2024	699,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018533-Alojamento para H. Columbano – 19-09-2024 a 20-09-202	07/10/2024	28,30	30,00			24/12/2024	31,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018534-Alojamento para Hotel Qta dos Cedros – 09/09/2024 a 10/(	07/10/2024	424,56	450,03			12/11/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502236310	10018535-Alojamento para H. Comendador – 19-09-2024 a 21-09-20	07/10/2024	94,34	100,00			14/11/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018536-Alojamento para H. D. Bernardo – 09-09-2024 a 20-09-202	07/10/2024	389,36	412,72			26/11/2024	412,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10018537-Alojamento para Hotel Romba – 09/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	1.358,64	1.440,16			31/12/2024	1.017,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018538-Alojamento para Hotel Santos – 09/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	226,42	240,01			27/12/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508245800	10018539- Aquisição de serviços de aluguer de meios técnicos e hum	08/10/2024	4.995,00	6.143,85			27/12/2024	6.143,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10018541-Alojamento para Hotel Vale do Côa – 17/09/2024 a 20/09/2	07/10/2024	266,04	282,00			21/11/2024	298,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT507258231	10018542-Alojamento para Hotel Veleiro – 20/09/2024 a 23/09/2024	07/10/2024	141,51	150,00			14/11/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10018543-Alojamento para Hotel Versatile – 09/09/2024 a 20/09/2024	07/10/2024	1.901,90	2.016,01			12/11/2024	2.086,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10018545- L. NORTE - ESTAÇÃO LISBOA ORIENTE REPARAÇÃO D	11/10/2024	4.895,23	6.021,13			19/12/2024	6.021,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500230757	10018547- L. CINTURA - ESTAÇÃO ROMA-AREEIRO REPARAÇÃO	11/10/2024	4.857,76	5.975,04			05/12/2024	5.975,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10018548-Peritagem em viatura - Danos a Terceiros - Matricula BB-4	16/10/2024	65,00	79,95			13/12/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018550-Manutenção viatura 05-ZQ-08 - SNC	10/10/2024	311,23	382,81			05/12/2024	470,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805416	10018551-Prestação de serviços para elaboração de um relatório de	21/10/2024	300,00	369,00			27/12/2024	369,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10018552-Peritagem em viaturas - Danos a Terceiros - Matriculas AF-	16/10/2024	130,00	159,90			31/10/2024	159,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505301539	10018554-AD 20240039- Fornecimento de 600 baldes de massas asf	15/10/2024	4.980,00	6.125,40			13/12/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500979197	10018559-Aquisição do livro "Código dos Contratos Públicos – comen	11/10/2024	131,98	139,90			14/11/2024	139,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018560-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 27/09/2024	11/10/2024	138,00	146,28			12/12/2024	155,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	10018563- L. OESTE – ESTAÇÃO DE FIGUEIRA DA FOZ - ALTERAÇ	08/10/2024	9.994,00	9.994,00			27/12/2024	9.994,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502332670	10018564-Manutenção/Revisão viatura Ford Focus 34-DT-80	09/10/2024	301,43	370,76			18/11/2024	456,03	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501965440	10018565-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	21/08/2024	375,00	461,25			13/12/2024	461,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018566-Manutenção da viatura 03-ZQ-85 - SNC	09/10/2024	173,40	213,28			27/12/2024	262,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10018570-Alojamento para H. Vale do Côa – 23-09-2024 a 27-09-202	09/10/2024	886,80	940,01			21/11/2024	996,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10018571-Alojamento para H. Wellington – 23-09-2024 a 30-09-2024	09/10/2024	330,98	350,84			14/11/2024	350,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018572-Alojamento para Inatel Albufeira –23-09-2024 a 28-09-202	09/10/2024	737,55	781,80			14/11/2024	819,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018574-Alojamento para Inatel Inatel Caparica –23-09-2024 a 25-0	09/10/2024	188,68	200,00			28/11/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018575-Alojamento para Park H. Porto Gaia –23-09-2024 a 24-09-	14/10/2024	50,61	53,65			24/12/2024	53,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10018578-Alojamento para Hotel Qta Valenciana –27-09-2024 a 28-0	09/10/2024	37,74	40,00			31/10/2024	42,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018579-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 23-09-2024 a 26-0	09/10/2024	141,51	150,00			18/11/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10018580-Alojamento para Real Caparica Hotel – 23-09-2024 a 28-0	09/10/2024	212,26	225,00			14/11/2024	238,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10018581-Alojamento para Residencial Clássico – 26-09-2024 a 27-0	09/10/2024	38,02	40,30			14/11/2024	42,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502600934	10018583-Aquisição de Argamassa Pagel	15/10/2024	698,25	858,85			05/12/2024	858,85	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018584-Alojamento para Hotel Alambique – 23/09/2024 a 27/09/20	11/10/2024	181,13	192,00			12/11/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10018585-Alojamento para Hotel Aranquês – 25/09/2024 a 26/09/202	11/10/2024	47,28	50,12			24/10/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10018588-Alojamento para Hotel Avenida Park – 23/09/2024 a 24/09/	11/10/2024	55,89	59,24			21/11/2024	59,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371570	10018589-Alojamento para Hotel Azul Praia – 23/09/2024 a 27/09/20	11/10/2024	754,72	800,00			14/11/2024	848,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505953013	10018591-Aquisição de Betão	15/10/2024	345,50	424,97			05/12/2024	254,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018592-Alojamento para Hotel Carvoeiro – 24/09/2024 a 26/09/202	11/10/2024	98,34	104,24			14/11/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10018593-Alojamento para Hotel Colina dos Mouros – 23/09/2024 a 2	11/10/2024	90,57	96,00			18/11/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018594-Alojamento para Hotel Columbano – 23/09/2024 a 27/09/2	11/10/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10018595-Peritagem de viatura no âmbito de Dano a Terceiro do Ges	15/10/2024	52,50	64,58			13/12/2024	64,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508245800	10018596-Serviços de aluguer de meios técnicos e humanos que ass	11/10/2024	850,00	1.045,50			27/12/2024	1.045,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506561291	10018598-AD 20240033 - Aquisição de tintas para marcos em Betão -	07/11/2024	1.069,06	1.314,94			30/12/2024	1.314,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500201307	10018599-Aquisição de café	11/10/2024	210,90	259,41			18/10/2024	259,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018600-Alojamento para H. Via Norte – 23-09-2024 a 27-09-2024	14/10/2024	424,53	450,00			29/10/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502069813	10018602-Aquisição de podadora (VCT)	18/10/2024	542,28	667,00			13/12/2024	612,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018604-Alojamento para Hotel Bernardo – 23/09/2024 a 28/09/202	11/10/2024	340,69	361,13			21/11/2024	360,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10018605-Peritagem de viatura no âmbito de Dano a Terceiro do Ges	16/10/2024	52,50	64,58			13/12/2024	64,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10018606-AD 20240033 - Aquisição de Manga de Vento - out/24	07/11/2024	178,00	218,94			30/12/2024	218,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10018607-Alojamento para Hotel D. João – 23/09/2024 a 27/09/2024	11/10/2024	393,96	417,60			28/11/2024	393,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10018609-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 24/09/2024 a 27/0	11/10/2024	416,07	441,03			24/10/2024	467,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10018610-Alojamento para Hotel Gameiro – 23/09/2024 a 04/10/2024	11/10/2024	2.288,67	2.425,99			18/11/2024	2.571,57	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502539186	10018611- AT-ENE – Aquisição de equipamentos de energia para Tel	14/10/2024	4.150,00	5.104,50			13/12/2024	5.104,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018614- Alojamento para Hotel Moov Lisboa Oriente – 26/09/2024	11/10/2024	143,84	152,47			12/11/2024	143,84	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018615- Alojamento para Hotel Imperial – 23/09/2024 a 27/09/2024	11/10/2024	181,13	192,00			12/11/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10018616-Aquisição de equipamentos para instalações sociais da IP:	25/10/2024	510,57	628,00			18/11/2024	628,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018620- Alojamento para Hotel Lagoa – 23/09/2024 a 24/09/2024	11/10/2024	49,17	52,12			14/11/2024	52,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10018622- Alojamento para Hotel Pombeira – 24/09/2024 a 27/09/20	11/10/2024	133,02	141,00			14/11/2024	149,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018623- Alojamento para Hotel Porto Antas – 24/09/2024 a 27/09/2	11/10/2024	255,30	270,62			21/11/2024	270,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018624- Alojamento para Hotel Qta dos Cedros – 23/09/2024 a 27/	11/10/2024	495,32	525,04			14/11/2024	556,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018625- Alojamento para Hotel Santos – 24/09/2024 a 27/09/2024	11/10/2024	113,22	120,01			27/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10018626- Alojamento para Hotel Sra do Castelo – 25/09/2024 a 26/0	11/10/2024	39,62	42,00			29/10/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510502725	10018627-Prestação de Serviços de assessoria para implementação	18/10/2024	5.000,00	6.150,00			21/11/2024	6.150,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500069824	10018629- AD20240032 - Elevadores Ponte 25 de Abril - Manutencão	18/10/2024	2.100,00	2.583,00			05/12/2024	2.583,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505369753	10018630- AD20240032 - INCÊNDIO EM PESADO - 07-09-2024 - A2	18/10/2024	4.900,00	6.027,00			05/12/2024	6.027,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509670610	10018631-Licenciamento SAP2000 - Renovação de 22/12/2024 a 21/	15/10/2024	4.040,00	4.969,20			14/11/2024	4.969,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10018632-Aquisição de Headsets - DRP	15/10/2024	447,60	550,55			26/12/2024	447,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510843018	10018633-Aquisição de Casaco Softshell, Gorro de alta visibilidade e	16/10/2024	4.961,60	6.102,77			31/12/2024	6.102,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	10018634-L. NORTE - CAIXA DE DISSIPACÃO NA DESCARGA DO	21/10/2024	9.200,00	11.316,00			31/12/2024	11.316,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10018637-Peritagem em viatura - Danos a Terceiros - Matricula 17-33	16/10/2024	65,00	79,95			27/12/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10018638-Manutenção viatura 80-59-RZ Land Rover	14/10/2024	430,08	529,00			18/11/2024	528,99	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10018639-L. ALGARVE - RESTABELECIMENTO PORTIMÃO - ILUMI	14/10/2024	4.800,00	5.904,00			31/12/2024	4.132,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10018640-Manutenção viatura Viatura 23-IT-72	14/10/2024	222,62	273,82			18/11/2024	273,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501530932	10018641-Novo ACT - Geração de Deslocação Majorada	15/10/2024	4.950,00	6.088,50			27/12/2024	6.088,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	10018642-AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DO ORIENTE E DO VFT – SC	14/10/2024	4.500,00	5.535,00			21/11/2024	5.535,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10018643-Reparação da viatura 01-81-TI Land Rover	14/10/2024	692,83	852,18			18/11/2024	852,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10018644-Manutenção viatura Land Rover 80-59-RZ	14/10/2024	571,38	702,80			18/11/2024	702,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555714	10018645-Aquisição de Material para reposição nas malas de primeir	16/10/2024	2.542,00	3.126,66			31/12/2024	484,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508296790	10018648-Alojamento para H. Moov Lisboa Oriente – 01-10-202402-1	14/10/2024	69,92	74,12			12/11/2024	76,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507258231	10018649-Alojamento para H. Veleiro – 02-10-2024 a 04-10-2024	14/10/2024	377,36	400,00			14/11/2024	424,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504584421	10018650-Alojamento para H. Versatile – 02-10-2024 a 03-10-2024	14/10/2024	45,28	48,00			13/12/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500122237	10018651-Alojamento para Inatel Caparica – 01-10-2024 a 03-10-202	14/10/2024	188,68	200,00			28/11/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502076127	10018652-Alojamento para Inatel Caparica – 01-10-2024 a 08-10-202	14/10/2024	404,72	429,00			12/11/2024	454,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10018654-Aquisição de peças para reparação de motorroçadora Stihl	15/10/2024	215,13	264,61			13/12/2024	264,61	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10018655-Alojamento para Anchor House – 30-09-2024 a 31-10-2024	14/10/2024	2.294,00	2.431,64			14/11/2024	2.431,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509755151	10018656-Alojamento para Casas da Moagem – 01-10-2024 a 03-10-	14/10/2024	339,64	360,02			14/11/2024	381,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10018658-Alojamento para Dom Hotel – 07-10-2024 a 11-10-2024	14/10/2024	416,99	442,01			12/11/2024	468,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10018660-Alojamento para H. A Esteva – 07-10-2024 a 10-10-2024	14/10/2024	271,70	288,00			14/11/2024	305,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018661-Alojamento para H. Alambique – 02-10-2024 a 08-10-2024	14/10/2024	135,85	144,00			14/11/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10018662-Alojamento para H. Alif Avenidas – 07-10-2024 a 12-10-20	14/10/2024	1.431,21	1.517,08			21/11/2024	1.513,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501114513	10018663-Alojamento para H. Alif Campo Pequeno – 08-10-2024 a 1	14/10/2024	715,25	758,17			18/11/2024	756,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502686413	10018664-Alojamento para H. Alte – 03-10-2024 a 09-10-2024	14/10/2024	471,70	500,00			31/10/2024	530,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10018665-Alojamento para H. Aranguês – 07-10-2024 a 11-10-2024	14/10/2024	851,10	902,17			12/11/2024	750,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10018666-Alojamento para H. Avenida Park – 30-09-2024 a 01-10-20	14/10/2024	55,89	59,24			27/12/2024	59,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505301539	10018667-AD 20240039- Fornecimento de 600 baldes de massas asf	15/10/2024	4.980,00	6.125,40			13/12/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500968764	10018669- AD20240035 - Aquisição 10 ton massas a frio (BRG)	18/10/2024	840,00	1.033,20			05/12/2024	1.074,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT136030017	10018670-Reparação de Esmeril	18/10/2024	113,82	113,82			27/12/2024	140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018672-Deslocação a Madrid de 14 a 15 de Outubro 2024	10/10/2024	652,47	802,54			21/11/2024	652,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500129762	10018676-Aquisição cartões visita digitais PVC impresso a 4/4 a cores	17/10/2024	31,00	38,13			12/11/2024	38,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500512884	10018681- Aquisição de Serviços para a Gestão de Resíduos Não Vai	21/10/2024	38,88	47,82			13/12/2024	41,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503258121	10018682-aquisição de módulos de memória, mini docks dell e um di	22/10/2024	4.924,00	6.056,52			31/12/2024	6.056,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501358331	10018683- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Rodas I	18/10/2024	735,00	904,05			27/12/2024	904,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
R874850621	10018686-Aquisição de licença do software ACDSee	15/10/2024	209,00	257,07			31/12/2024	195,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509776965	10018687-Renovação do licenciamento MFT - JAVA MULTIPLATAFC	15/10/2024	824,00	1.013,52			12/11/2024	1.013,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501896171	10018688-Substituição 1 Pneu na viatura 35-JN-59	15/10/2024	68,55	84,32			21/11/2024	103,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT114837198	10018689-IP5-VILAR FORMOSO A FRONTEIRA - MONITORIZAÇÃO	19/10/2024	3.250,00	3.997,50			19/12/2024	3.597,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501095721	10018690-Renovação da carta de condução de pesados - Colaborad	28/11/2024	105,69	130,00			31/12/2024	130,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504307797	10018691-L. OESTE - MODERNIZAÇÃO TROÇO TORRES VEDRAS	22/10/2024	4.950,00	6.088,50			29/11/2024	3.044,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505040590	10018692- AT-ENE-Reparação/Substituição equipamento de Energia	21/10/2024	3.680,00	4.526,40			13/12/2024	4.526,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018694-Alojamento para H. Porto Antas – 09-10-2024 a 10-10-202	22/10/2024	102,12	108,25			05/12/2024	108,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT225393832	10018699-Alojamento para H. Salatia – 30-09-2024 a 02-10-2024	22/10/2024	169,82	180,01			05/12/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018700-Alojamento para H. Santos – 02-10-2024 a 11-10-2024	22/10/2024	150,96	160,02			31/12/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501095721	10018701-Renovação da carta de condução de pesados - Colaborad	26/11/2024	40,65	50,00			31/12/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10018702-Alojamento para H. Senhora do Castelo – 01-10-2024 a 02	22/10/2024	118,87	126,00			26/11/2024	133,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503482498	10018704-Alojamento para H. Vale do Côa – 02-10-2024 a 03-10-202	22/10/2024	177,36	188,00			21/11/2024	199,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509806325	10018705-Consulta de avaliação psicológica de condutores - Renovat	26/11/2024	50,00	50,00			12/12/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018706-Alojamento para H. Via Norte – 03-10-2024 a 11-10-2024	22/10/2024	424,53	450,00			26/11/2024	477,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515169757	10018707-Alojamento para H. Vila Verde – 07-10-2024 a 08-10-2024	22/10/2024	45,28	48,00			30/12/2024	50,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508603218	10018715-Alojamento para Paredes Design Hotel – 01-10-2024 a 03	22/10/2024	254,73	270,01			28/11/2024	286,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507342950	10018716-Aquisição de componentes para manutenção de equipame	28/10/2024	635,53	781,70			27/12/2024	506,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018717-Alojamento para Park H. Porto Gaia – 07-10-2024 a 11-10	22/10/2024	455,51	482,84			19/12/2024	481,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10018718-Alojamento para Qta Valenciana – 30-09-2024 a 02-10-202	22/10/2024	150,96	160,02			21/11/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018720-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 07-10-2024 a 09-1	22/10/2024	94,34	100,00			28/11/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505489104	10018721-Alojamento para R. Vieira – 04-10-2024 a 05-10-2024	22/10/2024	44,81	47,50			21/11/2024	47,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500284725	10018722-Aquisição de impressos	18/10/2024	1.100,00	1.353,00			28/11/2024	1.353,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10018723-Alojamento para Real Caparica Hotel – 30-09-2024 a 10-1	22/10/2024	509,45	540,02			05/12/2024	572,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505301539	10018724-AD 20240039- Fornecimento de 600 baldes de massas asf	21/10/2024	4.980,00	6.125,40			13/12/2024	6.125,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10018725-Alojamento para Residencial Clássico – 30-09-2024 a 03-1	22/10/2024	114,06	120,90			05/12/2024	128,15	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500081866	10018727- AD 20240039- 1000Kg Pó de Pedra - Distrito de Leiria	21/10/2024	650,00	799,50			05/12/2024	799,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500244502	10018728-CAMPUS DO PRAGAL – PROTECÇÕES PARA OS POSTE	17/10/2024	560,00	688,80			13/12/2024	688,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500883750	10018729-AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO PARA A	18/10/2024	947,00	1.164,81			27/12/2024	1.164,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505371570	10018730-Alojamento para Hotel Azul Praia– 30/09/2024 a 04/10/202	18/10/2024	528,32	560,02			13/12/2024	593,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018731-Alojamento para Hotel Beirense– 09/10/2024 a 10/10/2024	18/10/2024	42,45	45,00			18/11/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018732-Alojamento para Hotel Carvoeiro– 07/10/2024 a 10/10/202	18/10/2024	98,34	104,24			18/11/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10018733-Alojamento para Hotel Colina dos Mouros– 06/10/2024 a 1	18/10/2024	316,98	336,00			18/11/2024	356,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018734-Alojamento para Hotel Columbano– 30/09/2024 a 11/10/20	18/10/2024	254,72	270,00			12/11/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502236310	10018735-Alojamento para Hotel Comendador – 01/10/2024 a 02/10/	18/10/2024	94,34	100,00			14/11/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018736-Alojamento para Hotel Bernardo – 01/10/2024 a 11/10/202	18/10/2024	951,54	1.008,63			21/11/2024	904,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10018737-Alojamento para Hotel D. João – 07/10/2024 a 11/10/2024	18/10/2024	350,19	371,20			26/11/2024	393,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10018738-Alojamento para Hotel D. Luís - Elvas – 08/10/2024 a 09/10	18/10/2024	46,23	49,00			12/11/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10018739-Alojamento para Hotel D. Nuno – 30/09/2024 a 10/10/2024	18/10/2024	283,02	300,00			18/11/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018740-Alojamento para Hotel Flag Santarém – 30/09/2024 a 01/1	18/10/2024	42,45	45,00			21/11/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10018741-Alojamento para Hotel Gameiro – 30/09/2024 a 11/10/2024	18/10/2024	4.737,74	5.022,00			13/12/2024	5.323,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10018742-Alojamento para Hotel Imperador – 01/10/2024 a 02/10/202	18/10/2024	68,15	72,24			21/11/2024	72,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018743-Alojamento para Hotel Imperial – 30/09/2024 a 11/10/2024	18/10/2024	363,26	385,06			12/11/2024	407,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018746-Alojamento para Hotel Lagoa – 30/09/2024 a 10/10/2024	18/10/2024	344,19	364,84			05/12/2024	364,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504375059	10018747-Alojamento para Hotel Monte Rio Aqueira – 01/10/2024 a 1	18/10/2024	149,04	157,98			18/11/2024	167,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10018750-Alojamento para Hotel Pombeira – 02/10/2024 a 11/10/202	18/10/2024	354,72	376,00			18/11/2024	398,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT204655404	10018751-Revisão da viatura Mitsubishi L200 69-39-ND	22/10/2024	326,10	401,10			13/12/2024	481,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10018752-Reparação do empilhador Manitou M30-4 ST3	21/10/2024	3.282,25	4.037,17			13/12/2024	4.037,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502930462	10018753-Reparação da Máquina Giratória Fuchs MHL 340	21/10/2024	4.341,16	5.339,63			13/12/2024	5.339,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505077132	10018754-Bilhetes Pilar 7 - "Concurso de Desenho de Transporte Fer	28/10/2024	320,00	393,60			12/11/2024	339,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT518022145	10018757-JN(Noticias limitadas)-Condicionamento de Trânsito A4 – A	21/10/2024	604,80	743,90			28/11/2024	743,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	10018766- AD20240034 - Aquisição de Tela Preta para Reabilitação	24/10/2024	311,00	382,53			30/12/2024	382,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502265094	10018767-J. Publico-Condicionamento de Trânsito A4 – Amarante / V	21/10/2024	390,00	479,70			29/10/2024	479,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515292575	10018768-Reparação de máquina de lavar alta pressão RF-CEN	23/10/2024	92,50	113,78			12/11/2024	113,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	10018770-L. DOURO - PF390 - ESTABILIZAÇÃO TALUDE 89 (LE) KI	09/11/2024	1.500,00	1.845,00			31/12/2024	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513079777	10018771-Reparação de 2 cadeiras afetas ao CC Norte, que se encor	28/10/2024	434,38	534,29			27/12/2024	534,29	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501840877	10018772- AD20240034 - Fornecimento de cimento e areia - outubro	24/10/2024	35,48	43,64			13/12/2024	43,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503184292	10018776-Aquisição de tubos para drenagem	31/10/2024	140,24	172,50			21/11/2024	172,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10018778-Aquisição de carta de controlo de energia - OPC	05/11/2024	4.676,82	5.752,49			27/12/2024	5.752,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508406638	10018781-Peritagem a Veículo Automóvel - Processo GC n.º 2024RE	23/10/2024	65,00	79,95			13/12/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930985	10018785-Catering para a ação de divulgação do PRIAC - Plano de R	24/10/2024	360,00	442,80			26/11/2024	360,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510256511	10018786-Aquisição de Consumíveis – Programa DAE IP	25/10/2024	85,00	104,55			13/12/2024	104,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508245800	10018788- Aquisição de bem móvel destinado ao uso em eventos inst	28/10/2024	680,00	836,40			27/12/2024	836,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502127856	10018790-Fornecimento Água Potável no CCO de Setúbal 2024	25/10/2024	82,80	101,84			10/12/2024	50,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516476912	10018791-Aquisição de uma podadora extensível RF-CEN	30/10/2024	616,10	696,19			27/12/2024	696,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502912898	10018792- AD20240035 - Aquisição de cimento (BGC)	29/10/2024	294,39	362,10			13/12/2024	362,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10018793- Aquisição de componentes para reparação de Motorrocad	28/10/2024	20,67	25,42			19/12/2024	25,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
IE3515583EH	10018796-Aquisição de 250 créditos (tokens) Autodesk	28/10/2024	687,50	845,63			27/11/2024	687,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501617582	10018798-Serviço de refeição – Coimbra para reunião de Dirigentes II	28/10/2024	2.068,00	2.543,64			12/11/2024	3.127,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018801-Manutenção da viatura 85-ZO-66 - SNC	25/10/2024	205,65	252,95			05/12/2024	252,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509259642	10018802-Aquisição Mangueira para Máquina de Lavagem à pressão	25/10/2024	101,47	124,81			21/11/2024	124,81	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10018805-Aquisição de peças para reparação de equipamento afeto	14/11/2024	289,56	356,16			19/12/2024	356,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509506402	10018806- AD 20240039 Fornecimento e colocação de vedação no	05/11/2024	4.752,00	5.844,96			31/12/2024	5.844,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT515231614	10018807-Serviço de welcome coffee e coffee break – Coimbra para	28/10/2024	2.576,00	3.168,48			13/12/2024	3.897,23	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505943832	10018808-Alojamento para H. S. Sebastião de Boliqueime –14-10-20	25/10/2024	1.019,82	1.081,01			28/11/2024	1.145,86	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018811-Alojamento para H. Santos –14-10-2024 a 18-10-2024	25/10/2024	150,96	160,02			27/12/2024	169,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504131133	10018813-Alojamento para H. Tulipa –15-10-2024 a 16-10-2024	25/10/2024	75,48	80,01			26/11/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10018814-Alojamento para H. Wellington –16-10-2024 a 17-10-2024	25/10/2024	514,58	545,45			28/11/2024	544,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509022570	10018816-Instalação de travão para atrelado	11/11/2024	353,00	434,19			31/12/2024	434,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10018818- AD 20240031 aquisição sal gema para piornos	13/11/2024	2.622,00	3.225,06			19/12/2024	3.225,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517209381	10018819-Peritagem a viatura automóvel (32-XX-19)	29/10/2024	52,50	64,58			27/12/2024	64,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10018820-Alojamento para Quintal Além Ribeiro –16-10-2024 a 17-1(	25/10/2024	47,17	50,00			28/11/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10018821-Alojamento para Real Caparica Hotel –10-10-2024 a 17-1(	25/10/2024	169,81	180,00			21/11/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10018823-Alojamento para H. Alif Avenidas - 10/10/2024 a 11/10/202	30/10/2024	84,19	89,24			28/11/2024	89,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501114513	10018825-Alojamento para H. Alif Campo Pequeno - 11/10/2024 a 18	30/10/2024	953,66	1.010,88			05/12/2024	1.008,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018828-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda - 12/10/2024	30/10/2024	138,00	146,28			12/12/2024	155,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT123339189	10018829-Alojamento para H. A Deolinda - 15/10/2024 a 17/10/2024	30/10/2024	75,48	80,01			13/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503507389	10018831- AD2024 - Aquisição de Prumos Retangulares para Implem	06/11/2024	4.983,00	6.129,09			24/12/2024	6.129,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10018834-Alojamento para Hotel Aranguês – 14/10/2024 a 15/10/202	28/10/2024	47,28	50,12			14/11/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10018835-Alojamento para Hotel Avenida Park– 11/10/2024 a 21/10/2	28/10/2024	167,67	177,73			13/12/2024	177,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500582874	10018836-Alojamento para Hotel Bagoeira– 16/10/2024 a 17/10/2024	28/10/2024	75,48	80,01			21/11/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018837-Alojamento para Hotel Bejense– 16/10/2024 a 17/10/2024	28/10/2024	42,45	45,00			21/11/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018838-Alojamento para Hotel Columbano– 14/10/2024 a 18/10/20	28/10/2024	113,21	120,00			18/11/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018839-Alojamento para Hotel Bernardo– 14/10/2024 a 18/10/2024	28/10/2024	427,12	452,75			21/11/2024	452,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503736660	10018840-Alojamento para Hotel Fundador– 14/10/2024 a 16/10/202	28/10/2024	350,94	372,00			21/11/2024	394,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10018841-Alojamento para Hotel Gameiro– 13/10/2024 a 25/10/2024	28/10/2024	3.015,09	3.196,00			21/11/2024	3.387,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10018843-Alojamento para Hotel Imperador - 14/10/2024 a 19/10/202	28/10/2024	272,60	288,96			21/11/2024	288,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018844-Alojamento para Hotel Imperial - 14/10/2024 a 18/10/2024	28/10/2024	181,13	192,00			18/11/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10018845-Alojamento para Hotel do Parque - 15/10/2024 a 18/10/202	28/10/2024	374,27	396,73			26/11/2024	396,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10018846-Alojamento para Hotel Pombeira - 18/10/2024 a 19/10/202	28/10/2024	177,36	188,00			05/12/2024	199,28	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503000140	10018847-Fornecimento de relógio de Ponto	06/11/2024	800,00	984,00			27/12/2024	984,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018849-Alojamento para Hotel Qta dos Cedros - 14/10/2024 a 18/1	28/10/2024	742,98	787,56			05/12/2024	675,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018850-Talent and Expertise Development Platform (TEDP) Plenar	30/10/2024	695,10	854,97			13/12/2024	695,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510234127	10018851-D esenvolvimento de slides base relativos a conteúdos sob	31/10/2024	1.320,00	1.623,60			13/12/2024	1.623,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10018852-Manutenção viatura 37-IM-83 Ford Fiesta	30/10/2024	244,23	300,40			21/11/2024	300,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10018854-Aquisição de 1 máquina de lavar roupa para o Infantário "O	12/11/2024	665,85	819,00			13/12/2024	1.007,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503299006	10018856-Aquisição de serviços de empresa de trabalho temporário p	04/11/2024	4.133,12	5.083,74			24/12/2024	4.069,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT224053850	10018859-Substituição de 4 Pneus viatura 17-JN-46	30/10/2024	376,32	462,87			21/11/2024	569,33	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503853550	10018860-Aquisição de 2 pneus viatura 87-HN-73	30/10/2024	227,40	279,70			05/12/2024	279,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10018862- Manutenção da viatura 04-ZQ-29 - SNC	30/10/2024	218,62	268,90			05/12/2024	330,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	10018865-Projeto execução - Acesso a terreno agrícola Arco de Baul	18/11/2024	4.900,00	6.027,00			24/12/2024	6.027,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510514014	10018866-Prestação de serviços – catering – Reunião RCP que se va	31/10/2024	262,50	322,88			18/11/2024	296,63	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018870- Deslocação a Viena, em representação da IP na 23ª reuni	30/10/2024	799,31	983,15			05/12/2024	799,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	10018872- Aquisição de Fonte de Alimentação premium 110/220Vca-	28/11/2024	834,00	1.025,82			13/12/2024	1.025,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10018874-Alojamento para H. Termas de S. Miguel – 24-10-2024 a 2	31/10/2024	83,96	89,00			05/12/2024	94,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10018875-Alojamento para H. Via Norte – 21-10-2024 a 24-10-2024	31/10/2024	141,51	150,00			13/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10018878-Alojamento para Park H. Porto Gaia – 24-10-2024 a 25-10-	29/11/2024	151,83	160,94			24/12/2024	160,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10018879-Alojamento para Qta Valenciana – 22-10-2024 a 24-10-202	31/10/2024	75,48	80,01			05/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10018881-Alojamento para H. Avenida Park - 21/10/2024 a 31/10/202	31/10/2024	391,23	414,70			13/12/2024	413,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10018883-Alojamento para Real Caparica Hotel – 22-10-2024 a 23-1(	31/10/2024	42,45	45,00			05/12/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10018886-Alojamento para Residencial Clássico – 22-10-2024 a 25-1(	31/10/2024	76,04	80,60			05/12/2024	85,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514723238	10018887-Alojamento para Villa Termal Caldas de Monchique – 24-1(	31/10/2024	150,00	159,00			13/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018894-Deslocação a Saragoça 25 a 27 novembro Projeto FCH2	11/11/2024	966,37	1.188,64			13/12/2024	966,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018896-Alojamento para H. Bejense - 21/10/2024 a 24/10/2024	31/10/2024	127,36	135,00			05/12/2024	143,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018897-Alojamento para H. Columbano - 21/10/2024 a 25/10/2024	31/10/2024	113,21	120,00			31/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10018898-Alojamento para H. D. Luís - Elvas - 22/10/2024 a 23/10/20	31/10/2024	46,23	49,00			05/12/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502926848	10018899-Aquisição de bateria suplementar para rebarbadora RF-CE	04/11/2024	334,21	411,08			26/11/2024	397,79	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10018900-Alojamento para H. D. Nuno - 23/10/2024 a 24/10/2024	31/10/2024	47,17	50,00			19/12/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502769211	10018901- AD20240035 - Aquisição 50 sacos cimento (BRG)	05/11/2024	186,00	228,78			27/12/2024	228,78	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10018902-Alojamento para H. Flag Braga - 22/10/2024 a 25/10/2024	31/10/2024	137,52	145,77			05/12/2024	145,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503526754	10018903- AD2024 - Aquisição de Sinalização vertical para implemen	07/11/2024	4.926,17	6.059,19			24/12/2024	6.059,19	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513129812	10018905-Alojamento para H. Gameiro - 21/10/2024 a 25/10/2024	31/10/2024	1.992,45	2.112,00			05/12/2024	2.238,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10018906-Alojamento para H. Imperador - 22/10/2024 a 25/10/2024	31/10/2024	204,45	216,72			28/11/2024	216,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018907-Alojamento para H. Imperial - 21/10/2024 a 25/10/2024	31/10/2024	181,13	192,00			19/12/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018908-Alojamento para H. Lagoa - 21/10/2024 a 24/10/2024	31/10/2024	196,68	208,48			05/12/2024	208,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10018909-Deslocação ao Estrangeiro - AM-GA de 08 a 10/11 a Solinç	31/10/2024	490,14	602,87			13/12/2024	490,14	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
FR27512466913	10018910-Aquisição de resistências de alta precisão para calibração	01/11/2024	300,00	369,00			31/12/2024	272,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510823416	10018911-Pedido de Aquisição de Vários Equipamentos de Proteção	08/11/2024	4.907,40	6.036,10			05/12/2024	5.447,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502337893	10018916- AD20240032 - Colocação de sinalização temporária em tr	04/12/2024	7.900,00	9.717,00			30/12/2024	9.717,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502139838	10018917- AD20240032 - A21 - Empreitada de trabalhos de fornecim	04/12/2024	9.914,00	12.194,22			27/12/2024	9.914,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10018918-Aquisição materiais para equipamentos durante o mês de c	08/11/2024	630,45	775,45			13/12/2024	775,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018920-Alojamento para Hotel Baía Beach Hotel – 21/10/2024 a 25	05/11/2024	192,68	204,24			05/12/2024	204,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508756718	10018921- Alojamento para Hotel Dom Hotel – 21/10/2024 a 25/10/2(	05/11/2024	384,96	408,06			21/11/2024	432,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10018922-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 23/10/2024	05/11/2024	92,00	97,52			12/12/2024	103,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10018923-Alojamento para Hotel A. Esteve – 21/10/2024 a 24/10/202	05/11/2024	407,55	432,00			05/12/2024	457,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018924-Alojamento para Hotel Alambique – 21/10/2024 a 25/10/20	05/11/2024	226,41	239,99			05/12/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10018925-Alojamento para Hotel Alif Avenidas – 23/10/2024 a 24/10/2	05/11/2024	84,19	89,24			05/12/2024	89,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501114513	10018926-Alojamento para Hotel Alif Campo Pequeno– 21/10/2024 a	05/11/2024	238,41	252,71			05/12/2024	252,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10018927-Alojamento para Hotel Aranguês– 23/10/2024 a 31/10/2024	05/11/2024	283,70	300,72			21/11/2024	300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505513676	10018928-Ano letivo 2024/2025 - Aquisição de serviços da peça de te	12/11/2024	270,00	270,00			19/11/2024	270,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT128777303	10018929-Aquisição de Chave dinamométrica e Máquina de Lavar a F	12/11/2024	2.969,00	3.651,87			31/12/2024	3.651,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502183810	10018931-Alojamento para H. Meia Lua - 22/10/2024 a 25/10/2024	04/11/2024	764,16	810,01			05/12/2024	858,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10018933-Alojamento para H. Pombeira - 22/10/2024 a 24/10/2024	04/11/2024	88,68	94,00			05/12/2024	99,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10018934-Alojamento para H. Porto Antas - 22/10/2024 a 24/10/2024	04/11/2024	204,24	216,49			05/12/2024	216,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10018936-Alojamento para H. Quinta dos Cedros - 21/10/2024 a 25/1(	04/11/2024	283,04	300,02			24/12/2024	318,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10018937-Alojamento para H. Santos - 23/10/2024 a 25/10/2024	04/11/2024	75,48	80,01			31/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT255832915	10018938-Coffe-Break pequeno-almoço com CAE e participantes GM	06/11/2024	240,00	271,20			28/11/2024	306,43	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501241604	10018944-Aquisição de componentes para reparação de Motosserra -	14/11/2024	173,39	213,27			19/12/2024	213,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508282713	10018945-AD 20240031 - Aquisição de Prumos de suporte de sinaliz	06/11/2024	3.700,00	4.551,00			31/12/2024	4.551,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502613475	10018946-AD 20240031 - Aquisição de mangas de vento 2024 - Viseu	06/11/2024	704,80	866,90			27/12/2024	866,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513930965	10018947-Catering para a ação de formação de Acolhimento aos nov	08/11/2024	3.900,00	4.797,00			05/12/2024	3.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB86667946	10018948-Proposta de autorização de despesa e de procedimento pa	21/08/2024	1.083,60	1.083,60			31/12/2024	1.083,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502726890	10018949-Licenciamento Microsoft	05/11/2024	4.820,29	5.928,96			31/12/2024	5.928,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10018957-Reparação viatura Mercedes 10-GO-71	11/11/2024	718,43	883,67			13/12/2024	883,67	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10018968-Aquisição de equipamentos elétricos para instalações socia	18/11/2024	778,84	957,97			05/12/2024	957,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515120600	10018970-Serviço de aluguer de meios audiovisuais para Auditório no	21/08/2024	900,00	1.107,00			10/12/2024	1.107,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507090810	10018971-Auditores Segurança	08/11/2024	387,00	476,01			05/12/2024	476,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506960048	10018973-Aquisição de etiquetas para Impressora DSI – Inventário	12/11/2024	683,00	840,09			13/12/2024	840,09	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501354956	10018975-AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA DE CARTÕES PARA A DS	18/11/2024	4.226,00	5.197,98			31/12/2024	5.197,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406636	10018979-Peritagem em viatura - Danos a Terceiros - Matricula 95-66	12/11/2024	65,00	79,95			27/12/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503805418	10018982-Prestação de serviços para elaboração de um relatório de	12/11/2024	435,00	535,05			30/12/2024	535,05	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517487760	10018984- Alojamento para Hotel Anchor House– 31/10/2024 a 31/11	11/11/2024	2.220,00	2.353,20			13/12/2024	2.471,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10018985- Alojamento para Hotel Baia Beach Hotel– 28/10/2024 a 30	11/11/2024	96,34	102,12			13/12/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503633828	10018987- Alojamento para Hotel Alambique – 28/10/2024 a 31/10/2(	11/11/2024	135,85	144,00			13/12/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10018989- Alojamento para Hotel Aranguês – 28/10/2024 a 08/11/20	11/11/2024	283,70	300,72			21/11/2024	300,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10018990- Alojamento para Hotel Bejense – 28/10/2024 a 30/10/2024	11/11/2024	84,91	90,00			13/12/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10018991- Alojamento para Hotel Columbano – 28/10/2024 a 31/10/2	11/11/2024	84,91	90,00			26/11/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10018992- Alojamento para Hotel Bernardo – 29/10/2024 a 30/10/202	11/11/2024	160,17	169,78			24/12/2024	113,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500512388	10018993-Manutenção viatura OQ-65-90 ToyotaDyna	08/11/2024	497,31	611,69			13/12/2024	611,69	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505821680	10018994- AD2024 - Segurança rodoviária - Manutenção de Sinalizaç	11/11/2024	9.550,00	9.550,00			30/12/2024	9.550,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10018995-Alojamento para H. D. Nuno - 29/10/2024 a 31/10/2024	11/11/2024	94,34	100,00			19/12/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10018996-Alojamento para H. Imperador - 28/10/2024 a 07/11/2024	11/11/2024	613,35	650,15			28/11/2024	648,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10018998-Alojamento para H. Imperial - 28/10/2024 a 30/10/2024	11/11/2024	90,57	96,00			19/12/2024	101,76	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB62505524	10018999-Aquisição de Headsets	12/11/2024	4.990,00	6.137,70			26/12/2024	4.990,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504100327	10019000-Aquisição de pens e outros acessórios	12/11/2024	477,00	586,71			13/12/2024	586,71	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019001-Alojamento para H. Lagoa - 29/10/2024 a 31/10/2024	11/11/2024	98,34	104,24			13/12/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10019003-Alojamento para H. Parque - 30/10/2024 a 31/10/2024	11/11/2024	187,12	198,35			05/12/2024	198,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504133799	10019004-Aluguer de 2 Autocarros 15 Novembro 2024 - Coimbra	11/11/2024	990,57	1.050,00			19/12/2024	1.050,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	10019006- AD20240032 - REPOSIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGU	18/11/2024	9.998,50	12.298,16			13/12/2024	9.998,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	10019007- AD20240032 - REPOSIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGU	11/11/2024	9.994,10	12.292,74			13/12/2024	9.994,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506658023	10019009-Alojamento para Hotel Sta. Eufémia - 28/10/2024 a 30/10/2	13/11/2024	323,61	343,03			13/12/2024	363,58	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10019010-Alojamento para Residencial Clássico - 29/10/2024 a 31/10	13/11/2024	228,12	241,81			13/12/2024	256,31	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502421240	10019011-Alojamento para Riversuites Coimbra - 29/10/2024 a 30/10	13/11/2024	188,92	200,26			13/12/2024	188,91	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10019012-Alojamento Hotel Sra do Castelo - 30/10/2024 a 31/10/202	13/11/2024	39,62	42,00			05/12/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500266344	10019015-Prestação de Serviços referente ao aluguer de garrafas de	07/12/2024	1.089,00	1.339,47			24/12/2024	1.339,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10019016- AD 20240031 - Fornecimento de sal-gema para Sabuguei	13/11/2024	2.566,80	3.157,16			13/12/2024	3.157,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10019018- AD 20240031 - Fornecimento de sal-gema para Guarda 2(	13/11/2024	2.594,40	3.191,11			13/12/2024	3.191,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503184292	10019019-Aquisição de materiais-Túneis	12/11/2024	150,41	185,00			13/12/2024	185,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10019020-Alojamento para Quintal de Além do Ribeiro - 28/10/2024 a	13/11/2024	188,68	200,00			13/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507082907	10019021-Equipamento para registo vídeo na Obra da Linha da Beira	13/11/2024	100,42	123,52			05/12/2024	123,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10019022-Manutenção da viatura 47-IO-43	13/11/2024	166,99	205,40			13/12/2024	205,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10019023-Alojamento para Park Hotel Porto Gaia - 28/10/2024 a 29/1	13/11/2024	101,22	107,29			05/12/2024	107,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10019024-Aquisição de um compressor 100Lts 2 CV 220V e respetivo	20/11/2024	587,39	722,49			13/12/2024	722,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501968328	10019028-Renovação Software de RP da Primavera	14/11/2024	526,11	647,12			05/12/2024	647,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502784431	10019030- AD 20240039 Prestação de serviços - Recolha de animais	18/11/2024	800,00	984,00			05/12/2024	533,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507314042	10019032-Equipamento para registo vídeo na Obra da Linha da Beira	13/11/2024	30,74	37,81			05/12/2024	37,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506848558	10019033-Equipamento para registo vídeo na Obra da Linha da Beira	13/11/2024	9,67	11,89			28/11/2024	11,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	10019034-Intervenção urgente de assistência técnica para reparação	03/12/2024	3.270,90	4.023,21			27/12/2024	4.023,21	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10019038-Alojamento para H. Lara – 04-11-2024 a 05-11-2024	14/11/2024	235,85	250,00			13/12/2024	265,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501215166	10019040-Alojamento para H. Parque – 05-11-2024 a 08-11-2024	14/11/2024	462,80	490,57			05/12/2024	49,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10019041-Alojamento para H. Porto Antas – 05-11-2024 a 07-11-202	14/11/2024	204,24	216,49			13/12/2024	216,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10019042-Alojamento para H. Qta dos Cedros – 06-11-2024 a 08-11-	14/11/2024	141,52	150,01			24/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10019044-Alojamento para H. Santos – 06-11-2024 a 08-11-2024	14/11/2024	75,48	80,01			27/12/2024	84,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505554267	10019045-Reembolso de despesa - Encadernação Livro de ATAS Nº4	14/11/2024	12,20	15,01			05/12/2024	15,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504133799	10019046-Aluguer Autocarro IP SA - 22 de Novembro 2024 - Ação jur	14/11/2024	693,40	735,00			19/12/2024	735,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	10019047-L. OESTE - AT ESPECIAL 03/2024	22/11/2024	87.120,00	107.157,60			31/12/2024	107.157,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502334851	10019048- AD20240032 - Aquisição de material consumível - Tubo H	19/11/2024	107,35	132,04			27/11/2024	132,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503123226	10019050-Inspeção e reinspeção da viatura 85-GR-16	20/11/2024	36,49	44,88			31/12/2024	55,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510621694	10019053- Reembolso do pagamento de Inspeção Periódica da viatur	25/11/2024	29,18	35,89			24/12/2024	35,89	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503409235	10019054-Impressão e handling de peças de comunicação, referente	19/11/2024	3.000,00	3.690,00			27/12/2024	2.015,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503144851	10019056-Inspeção Periódica Obrigatória viatura 81-ZG-99 afeta à DA	20/11/2024	43,68	53,73			05/12/2024	53,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508083877	10019061-AT -VDM Equipamento de videovigilância a instalar da est	29/11/2024	2.388,20	2.937,49			27/12/2024	2.937,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516751727	10019062-Alojamento para Hotel Villa Paraíso - 10/11/2024 a 13/11/2	20/11/2024	165,00	174,90			13/12/2024	174,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10019064-Manutenção viatura OQ-65-90	18/11/2024	96,95	119,25			13/12/2024	119,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10019065-Alojamento para Hotel Wellington - 05/11/2024 a 06/11/20	20/11/2024	93,56	99,17			13/12/2024	99,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10019067-Alojamento para Park Hotel Porto Gaia - 04/11/2024 a 08/1	20/11/2024	202,45	214,60			31/12/2024	226,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10019068-Alojamento para Pure Azibo - 06/11/2024 a 07/11/2024	20/11/2024	93,40	99,00			27/12/2024	104,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019069-Alojamento para Hotel Baia Beach Hotel – 04/11/2024 a 08	20/11/2024	192,68	204,24			13/12/2024	204,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508756718	10019070-Alojamento para Hotel Dom Hotel – 07/11/2024 a 08/11/20	20/11/2024	64,16	68,01			05/12/2024	72,08	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10019071-Alojamento para Hotel Dormitório CP Guarda – 07/11/2024	20/11/2024	184,00	195,04			26/12/2024	206,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10019072-Alojamento para Hotel Alif Avenidas – 04/11/2024 a 13/11/	20/11/2024	420,95	446,21			13/12/2024	445,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501114513	10019073-Alojamento para Hotel Alif Campo Pequeno – 06/11/2024 a	20/11/2024	238,41	252,71			13/12/2024	252,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10019075-Alojamento para Hotel Aranguês – 10/11/2024 a 15/11/202	20/11/2024	378,27	400,97			13/12/2024	400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10019077-Alojamento para Hotel Avenida Park – 05/11/2024 a 09/11/	20/11/2024	335,34	355,46			19/12/2024	354,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10019080-Alojamento para Hotel Dom Bernardo – 04/11/2024 a 08/1	20/11/2024	211,56	224,25			24/12/2024	224,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10019081-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 04/11/2024 a 08/11	20/11/2024	330,19	350,00			13/12/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10019082-Alojamento para Hotel D. João – 10/11/2024 a 13/11/2024	20/11/2024	131,32	139,20			13/12/2024	147,55	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10019083-Alojamento para Hotel D. Nuno – 05/11/2024 a 07/11/2024	20/11/2024	94,34	100,00			13/12/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10019085-Alojamento para Real Caparica Hotel - 05/11/2024 a 13/11	20/11/2024	169,81	180,00			19/12/2024	190,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10019087-Alojamento para Residencial Clássico - 05/11/2024 a 06/11	20/11/2024	76,04	80,60			13/12/2024	85,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10019091-Alojamento para Hotel Flag Santarém – 04/11/2024 a 08/1	20/11/2024	509,43	540,00			13/12/2024	572,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500738130	10019093-Alojamento para Hotel Imperial – 04/11/2024 a 08/11/2024	20/11/2024	181,13	192,00			24/12/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10019095- AD 20240031 -1 Fornecimento de sal-gema para Sabugue	22/11/2024	2.566,80	3.157,16			27/12/2024	3.157,16	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10019100-Manutenção da viatura 98-ZM-87	20/11/2024	159,88	196,65			27/12/2024	196,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10019102-Alojamento para Dom Hotel – 11-11-2024 a 12-11-2024	20/11/2024	32,08	34,00			13/12/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	10019103-Alojamento para Dormitório da CP na Guarda – 15-11-202	20/11/2024	184,00	195,04			26/12/2024	206,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10019104-Alojamento para H. Alif Avenidas – 11-11-2024 a 15-11-20	20/11/2024	332,76	352,73			13/12/2024	352,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10019105-Alojamento para H. Aranguês – 17-11-2024 a 22-11-2024	20/11/2024	236,42	250,61			13/12/2024	250,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10019106-Alojamento para H. Avenida Park – 11-11-2024 a 12-11-20	20/11/2024	223,56	236,97			27/12/2024	239,30	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10019107-Alojamento para H. Bejense – 11-11-2024 a 14-11-2024	20/11/2024	169,81	180,00			13/12/2024	143,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501955437	10019109-Alojamento para H. Colina dos Mouros – 11-11-2024 a 15-	20/11/2024	181,13	192,00			31/12/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10019110-Alojamento para H. Columbano – 11-11-2024 a 16-11-202	20/11/2024	226,42	240,01			30/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10019111-Aquisição de 1 placa elétrica portátil para a Estação de Alc	04/12/2024	282,94	348,02			13/12/2024	348,01	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10019114-Alojamento para H. D. João – 11-11-2024 a 15-11-2024	20/11/2024	1.225,67	1.299,21			13/12/2024	1.377,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10019115-Alojamento para H. D. Luís - Elvas – 12-11-2024 a 13-11-2	20/11/2024	46,23	49,00			13/12/2024	51,94	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10019116-Alojamento para H. D. Nuno – 13-11-2024 a 14-11-2024	20/11/2024	47,17	50,00			19/12/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10019118-Aquisição de 1 frigorífico para o Infantário "O Ninho III"	04/12/2024	356,91	438,00			13/12/2024	439,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019120-Alojamento para Baía Beach Hotel – 11-11-2024 a 16-11-2	20/11/2024	240,85	255,30			13/12/2024	255,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08829699	10019122-Reparação da unidade GPS do equipamento SKM.	22/11/2024	111,11	136,67			31/12/2024	111,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	10019127-Manutenção da viatura 04-ZQ-40	25/11/2024	161,35	198,46			27/12/2024	244,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10019129-Alojamento para Hotel Imperial – 11/11/2024 a 16/11/2024	25/11/2024	226,41	239,99			24/12/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10019131-Alojamento para Hotel Lara – 11/11/2024 a 15/11/2024	25/11/2024	566,04	600,00			19/12/2024	636,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10019134-Alojamento para Hotel Pombeira – 13/11/2024 a 14/11/202	25/11/2024	44,34	47,00			19/12/2024	49,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10019135-Alojamento para Hotel Porto Antas – 11/11/2024 a 15/11/2	25/11/2024	1.327,56	1.407,21			13/12/2024	1.404,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513666761	10019136-Alojamento para Hotel Premium Chaves Aqua Fluviae – 13	25/11/2024	94,34	100,00			19/12/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502671238	10019137-Alojamento para Hotel Qta dos Cedros – 12/11/2024 a 15/1	25/11/2024	318,42	337,53			19/12/2024	357,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019138-Alojamento para Hotel Lagoa – 12/11/2024 a 14/11/2024	25/11/2024	98,34	104,24			19/12/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501241604	10019142-Aquisição de componentes para reparação de Podadora e	05/12/2024	45,86	56,41			27/12/2024	56,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507170490	10019143-Reembolso - Formação de Acolhimento aos Novos Traball	25/11/2024	90,00	110,70			18/12/2024	90,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509167179	10019144-Reembolso - Formação de Acolhimento aos novos trabalh	25/11/2024	10,45	12,85			24/12/2024	10,46	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504355899	10019145-Reparação da retroescavadora JCB	25/11/2024	263,14	323,66			19/12/2024	323,66	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501095721	10019147-Renovação carta de condução de pesados do colaborador	09/12/2024	65,04	80,00			31/12/2024	80,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504028693	10019158-Alojamento para Qta. Valenciana - 11/11/2024 a 14/11/202	26/11/2024	301,91	320,02			27/12/2024	339,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502421240	10019160-Alojamento para Riversuites Coimbra - 13/11/2024 a 15/11	27/11/2024	330,61	350,45			13/12/2024	330,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516751727	10019161-Alojamento para Hotel Villa Paraíso - 11/11/2024 a 13/11/2	27/11/2024	385,00	408,10			24/12/2024	407,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500003718	10019162-Reparação viatura Mercedes 97-GN-03	26/11/2024	1.245,32	1.531,74			27/12/2024	1.531,74	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10019163-Alojamento para Hotel Senhora do Castelo - 13/11/2024 a	27/11/2024	198,12	210,01			19/12/2024	222,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506658023	10019170-Alojamento para Hotel Sta. Eufémia - 11/11/2024 a 13/11/2	27/11/2024	92,46	98,01			27/12/2024	103,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500968764	10019171- AD20240035 - Aquisição 15 ton massas a frio (BRG)	25/11/2024	1.342,50	1.651,28			27/12/2024	341,25	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508500540	10019172-Alojamento para Hotel Via Norte - 13/11/2024 a 14/11/2024	27/11/2024	47,17	50,00			19/12/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10019173-Aquisição de 1 micro-ondas para Évora (Direção da Rede F	04/12/2024	124,39	153,00			13/12/2024	153,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10019174-Alojamento para Park Hotel Porto Gaia - 11/11/2024 a 15/1	27/11/2024	202,45	214,60			31/12/2024	216,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501061479	10019179-Alojamento para Hotel Samasa - 11/11/2024 a 14/11/2024	27/11/2024	141,51	150,00			19/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10019181-Alojamento para Hotel Santos - 17/11/2024 a 22/11/2024	27/11/2024	188,68	200,00			27/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10019182-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 11/11/2024 a 14/11	27/11/2024	188,68	200,00			19/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507519850	10019183-Alojamento para Real Caparica Hotel - 13/11/2024 a 20/11	27/11/2024	212,27	225,01			19/12/2024	238,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500303274	10019184- AD20240031 - Fornecimento de sal gema - Guarda	27/11/2024	2.594,40	3.191,11			27/12/2024	3.191,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505697661	10019188-Aquisição de chávenas de café	11/12/2024	5.662,00	6.964,26			31/12/2024	6.964,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507629183	10019193-Recondicionamento viatura 04-ZQ-85	27/11/2024	523,99	644,51			13/12/2024	792,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10019195-Deslocação AM-IVC Frankfurt - Alemanha de 20 a 22/01/2(	06/12/2024	700,83	862,02			31/12/2024	700,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506608972	10019196-AD 20240039 Prestação de serviços - Recolha de animais	03/12/2024	22,10	27,18			19/12/2024	27,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505068753	10019199-Reparação Rocadora Stihl FS 260C	29/11/2024	111,87	137,60			30/12/2024	137,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
SE556133050601	10019200-Diagnóstico e substituição de carregadores RST66	02/12/2024	1.455,00	1.789,65			31/12/2024	1.455,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10019202-Deslocação AM-IR a Madrid, Espanha de 15 a 16/01/2025 -	06/12/2024	318,59	391,87			31/12/2024	318,59	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555544	10019204-Alojamento para Hotel Alamal River Club – 20/11/2024 a 2	28/11/2024	188,68	200,00			19/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10019205-Deslocação AM-GA a Paris de 04 a 06/02/2025 - AM Meeti	06/12/2024	640,00	787,20			31/12/2024	640,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019206-Alojamento para Hotel Baía Beach Hotel – 18/11/2024 a 22	28/11/2024	192,68	204,24			19/12/2024	204,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10019208-Alojamento para H. Avenida Park – 18-11-2024 a 23-11-20	28/11/2024	1.285,42	1.362,55			27/12/2024	1.239,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10019210-Alojamento para H. Columbano – 18-11-2024 a 23-11-202	28/11/2024	141,51	150,00			24/12/2024	159,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502236310	10019211-Alojamento para H. Comendador – 18-11-2024 a 19-11-20	28/11/2024	141,51	150,00			24/12/2024	53,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516865820	10019212-Alojamento para H. D. Bernardo – 18-11-2024 a 21-11-202	28/11/2024	793,30	840,90			30/12/2024	840,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10019213-Alojamento para H. D. João – 18-11-2024 a 22-11-2024	28/11/2024	1.356,95	1.438,37			19/12/2024	1.524,73	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10019214-Alojamento para H. D. Nuno – 19-11-2024 a 21-11-2024	28/11/2024	94,34	100,00			30/12/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513137904	10019215-Alojamento para H. Flag Braga – 20-11-2024 a 21-11-2024	29/11/2024	44,34	47,00			31/12/2024	49,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509709907	10019219-Alojamento para Hotel Estremoz Hotel – 21/11/2024 a 22/1	28/11/2024	50,00	53,00			13/12/2024	56,18	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10019220- Alojamento para Hotel A. Esteva – 19/11/2024 a 20/11/202	28/11/2024	135,84	143,99			19/12/2024	152,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259658	10019221-Alojamento para Hotel Alif Avenidas – 18/11/2024 a 20/11/2	28/11/2024	168,38	178,48			27/12/2024	178,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10019222-Alojamento para Hotel Aranguês – 24/11/2024 a 29/11/202	28/11/2024	236,42	250,61			13/12/2024	250,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506394751	10019231-Manutenção viatura 81-ZG-99 - MAN	02/12/2024	1.645,50	2.023,97			31/12/2024	2.023,97	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508323576	10019232-Deslocação da AM-IF e AM-IAV a Münster, Alemanha, de 1	06/12/2024	1.866,60	2.295,92			31/12/2024	1.866,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
DE267936032	10019233-Aquisição do material Cisco	04/12/2024	2.166,00	2.166,00			31/12/2024	2.166,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507518071	10019236-Aquisição de cafe ao kilo á empresa Massimo Zanetti	04/12/2024	324,53	399,17			13/12/2024	490,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506169065	10019238-Alojamento para Hotel Pombeira - 19/11/2024 a 24/11/202	02/12/2024	709,44	752,01			27/12/2024	797,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504192779	10019239-Aquisição materiais para equipamentos durante o mês de r	03/12/2024	150,08	184,60			27/12/2024	184,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502117281	10019240-Limpeza profunda no pavimento Edifício VI (CCT e CS)	05/12/2024	2.498,00	3.072,54			31/12/2024	3.072,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10019242-Alojamento para Hotel Porto Antas - 19/11/2024 a 20/11/20	02/12/2024	51,06	54,12			27/12/2024	54,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516751727	10019245-Alojamento para Hotel Villa Paraíso - 19/11/2024 a 21/11/2	02/12/2024	165,00	174,90			24/12/2024	174,54	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10019246-Alojamento para Quintal Além Ribeiro - 18/11/2024 a 22/11	02/12/2024	330,19	350,00			27/12/2024	371,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10019249-Alojamento para H. Imperial - 18/11/2024 a 23/11/2024	02/12/2024	226,41	239,99			31/12/2024	254,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019250-Alojamento para H. Lagoa - 19/11/2024 a 21/11/2024	02/12/2024	98,34	104,24			31/12/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501862560	10019253-Alojamento para H. Lara - 18/11/2024 a 22/11/2024	03/12/2024	566,04	600,00			19/12/2024	636,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10019255-Revisão do Compressor 2024 – CLN Piornos	06/12/2024	467,58	575,12			31/12/2024	575,12	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504375059	10019256-Alojamento para H. Monte Rio Aguieira - 20/11/2024 a 21/1	02/12/2024	41,98	44,50			31/12/2024	47,17	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CAN126100080	10019259-Renovação Dip´s e Slide2 cloud	04/12/2024	4.700,00	4.700,00			31/12/2024	4.487,11	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
CAN126100080	10019261-Licenciamento Rocplane cloud	04/12/2024	950,00	950,00			31/12/2024	858,64	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

Contrato					Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT508306000	10019262-TM Bobadela - Fornecimento de 1000lts de adblue + reser	04/12/2024	580,00	713,40			13/12/2024	713,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10019263-Deslocação ao Estrangeiro em Representação Institucional	02/12/2024	208,41	256,34			24/12/2024	208,41	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510514014	10019264-Seminário "Formação à Distância e Digitalização da Forma	03/12/2024	217,50	267,53			19/12/2024	245,75	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509806325	10019273-Consulta de avaliação psicológica de condutores - Renovac	09/12/2024	50,00	50,00			24/12/2024	50,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507504836	10019275- AD20240032 - RAPGL - CCO 25/28 - Aquisição de BPD's	09/12/2024	4.980,50	6.126,02			31/12/2024	6.126,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508884455	10019278-Substituição pneus eixo dianteiro viatura 34-DT-80	04/12/2024	174,15	214,20			31/12/2024	263,47	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10019279-Alojamento para H. Senhora do Castelo – 27-11-2024 a 28	05/12/2024	39,62	42,00			19/12/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502856408	10019280- AD20240034 - EN230 - KM 29+000 – CONSTRUÇÃO DE	10/12/2024	9.689,40	9.689,40			24/12/2024	9.689,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516751727	10019281-Alojamento para H. Vila Paraíso – 26-11-2024 a 29-11-20	05/12/2024	605,00	641,30			19/12/2024	639,98	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515594474	10019282-Alojamento para Lena Village – 27-11-2024 a 29-11-2024	05/12/2024	188,68	200,00			31/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504511521	10019284-Alojamento para Park H. Porto Gaia – 28-11-2024 a 29-11-	05/12/2024	50,61	53,65			24/12/2024	53,50	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504020862	10019285-Alojamento para Quintal Além Ribeiro – 25-11-2024 a 28-1	05/12/2024	188,68	200,00			24/12/2024	212,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510150322	10019286-Reparação de viatura Iveco 87-ZL-33 - Limpa Neves	10/12/2024	884,00	1.087,32			27/12/2024	1.087,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501969958	10019288-Alojamento para R. D. Carlos – 28-11-2024 a 29-11-2024	05/12/2024	96,34	102,12			19/12/2024	96,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT125546610	10019290-Alojamento para Residencial Clássico – 26-11-2024 a 27-1	05/12/2024	38,02	40,30			31/12/2024	42,72	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513555544	10019291-Alojamento para H. Alamal River Club - 25/11/2024 a 27/1	05/12/2024	188,68	200,00			31/12/2024	200,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT517248760	10019293-Alojamento para H. Anchor House - 30/11/2024 a 23/12/20	05/12/2024	1.702,00	1.804,12			30/12/2024	1.912,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019295-Alojamento para H. Baía Beach - 25/11/2024 a 30/12/2024	05/12/2024	481,70	510,60			24/12/2024	510,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506406638	10019296-Peritagem a Veículo Automóvel - Processo GC 2024REC0	06/12/2024	65,00	79,95			24/12/2024	79,95	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507591089	10019301-Alojamento para Casa do Vale - 28/11/2024 a 29/11/2024	05/12/2024	42,45	45,00			31/12/2024	47,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506756718	10019302-Alojamento para Dom Hotel - 28/11/2024 a 29/11/2024	05/12/2024	32,08	34,00			19/12/2024	36,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506219577	10019304-Alojamento para H. A Esteva - 25/11/2024 a 29/11/2024	05/12/2024	905,67	960,01			31/12/2024	1.017,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502949970	10019305-Alojamento para H. Aranguês - 26/11/2024 a 06/12/2024	05/12/2024	378,26	400,96			19/12/2024	400,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10019306-Alojamento para H. Avenida Park - 25/11/2024 a 04/12/202	05/12/2024	726,57	770,16			31/12/2024	767,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500201307	10019308-Aquisição de Café	06/12/2024	221,30	272,20			31/12/2024	272,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510699952	10019309-TM Bobadela - Sinalética Vertical na zona de Parque de Cc	10/12/2024	1.755,00	2.158,65			30/12/2024	2.158,65	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501315683	10019311-Deslocação ao Estrangeiro em Representação Institucional	13/12/2024	736,00	905,28			27/12/2024	736,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10019317-Alojamento para Hotel Bejense - 26/11/2024 a 28/11/2024	09/12/2024	84,91	90,00			27/12/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505955776	10019319-Aquisição de 1 forno elétrico para o CCO do Porto (Direcã	13/12/2024	570,73	702,00			30/12/2024	702,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10019322-Alojamento para Hotel Residencial Columbano - 25/11/202	09/12/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501242090	10019323-Alojamento para Hotel D. João - 25/11/2024 a 07/12/2024	09/12/2024	1.750,95	1.856,01			30/12/2024	1.869,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10019333-Alojamento para Hotel D. Luís-Elvas - 26/11/2024 a 29/11/	09/12/2024	138,69	147,01			19/12/2024	155,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500115958	10019334-Alojamento para Hotel D. Nuno - 25/11/2024 a 27/11/2024	09/12/2024	94,34	100,00			30/12/2024	106,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10019335-Alojamento para Hotel Imperador - 26/11/2024 a 02/12/202	09/12/2024	204,45	216,72			31/12/2024	216,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515578428	10019354-Manutenção da viatura 68-FL-12	11/12/2024	191,20	235,18			24/12/2024	289,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500738130	10019358-Alojamento para Hotel Imperial – 25/11/2024 a 29/11/2024	12/12/2024	181,13	192,00			19/12/2024	203,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019362-Alojamento para H. Lagoa – 03-12-2024 a 05-12-2024	11/12/2024	98,34	104,24			31/12/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10019364-Alojamento para H. Porto Antas – 02-12-2024 a 03-12-202	11/12/2024	52,06	55,18			24/12/2024	55,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500222460	10019366-Alojamento para H. Príncipe – 02-12-2024 a 03-12-2024	11/12/2024	70,04	74,24			24/12/2024	74,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10019368-Alojamento para H. Romba – 02-12-2024 a 06-12-2024	11/12/2024	452,84	480,01			30/12/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500338477	10019370-Alojamento para H. Senhora do Castelo – 02-12-2024 a 03	11/12/2024	39,62	42,00			24/12/2024	44,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501426230	10019371-Serviço de Catering - Programa UpSkilling	12/12/2024	690,00	848,70			31/12/2024	848,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019377-Alojamento para Hotel Lagoa – 26/11/2024 a 28/11/2024	12/12/2024	98,34	104,24			24/12/2024	102,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508169085	10019382-Alojamento para Hotel Pombeira – 28/11/2024 a 29/11/202	12/12/2024	354,72	376,00			24/12/2024	398,56	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502025107	10019383-Alojamento para Hotel Porto Antas – 28/11/2024 a 28/11/2	12/12/2024	153,18	162,37			30/12/2024	162,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT745795269	10019385-Alojamento para Hotel Romba – 25/11/2024 a 29/11/2024	12/12/2024	452,88	480,05			30/12/2024	508,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT102220867	10019386-Alojamento para Hotel Santos – 26/11/2024 a 29/11/2024	12/12/2024	113,22	120,01			27/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510452744	10019391-Alojamento para Hotel Barquinha – 02/12/2024 a 06/12/20	12/12/2024	543,40	576,00			24/12/2024	572,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500259020	10019393-Alojamento para Hotel Avenida Park – 02/12/2024 a 07/12/	12/12/2024	447,12	473,95			31/12/2024	295,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10019394-Alojamento para Hotel Bejense – 03/12/2024 a 06/12/2024	12/12/2024	127,36	135,00			30/12/2024	143,10	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10019395-Manutenção da viatura Toyota Hylux 54-HA-34	13/12/2024	1.151,14	1.415,90			24/12/2024	1.415,90	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509235638	10019396-Alojamento para Hotel Columbano – 02/12/2024 a 06/12/2	12/12/2024	113,21	120,00			24/12/2024	127,20	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502236310	10019398-Alojamento para Hotel Comendador – 03/12/2024 a 06/12/	12/12/2024	849,06	900,00			30/12/2024	954,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10019399-Alojamento para H. D. Luís Elvas - 02/12/2024 a 05/12/20	12/12/2024	138,69	147,01			30/12/2024	155,82	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506468801	10019400-Alojamento para Hotel Termas de S. Miguel - 02/12/2024 a	16/12/2024	251,88	266,99			30/12/2024	283,02	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500258520	10019402-Alojamento para H. Imperador - 03/12/2024 a 05/12/2024	12/12/2024	136,30	144,48			31/12/2024	140,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516751727	10019403-Alojamento para Hotel Vila Paraíso - 03/12/2024 a 05/12/2	16/12/2024	216,00	228,96			31/12/2024	116,36	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507970071	10019406-Alojamento para Hotel Wellington - 03/12/2024 a 04/12/20	16/12/2024	93,56	99,17			31/12/2024	99,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513298371	10019409-Revisão viatura Land Rover 01-81-TI	13/12/2024	449,07	552,36			24/12/2024	552,34	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500719616	10019410- AD20240035 - Aquisição de massas Aqua Patch	12/12/2024	4.916,00	6.046,68			19/12/2024	3.435,39	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT183243005	10019411-Alojamento para Pure Azibo - 05/12/2024 a 06/12/2024	16/12/2024	62,26	66,00			24/12/2024	69,96	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502421240	10019417-Alojamento para Riversuites Coimbra - 02/12/2024 a 05/12	16/12/2024	236,15	250,32			27/12/2024	236,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10019425-TM Bobadela - Kalmar 457 - Erro de motor	18/12/2024	434,45	534,37			31/12/2024	534,37	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10019426-TM Bobadela - Kalmar 457 - Seletor de mudanças	18/12/2024	835,98	1.028,26			31/12/2024	1.028,26	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10019438-TM Bobadela - Kalmar 458 - Avaria de movimentos da lanc	18/12/2024	3.057,56	3.760,80			31/12/2024	3.760,80	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019440- Alojamento para Hotel Lagoa – 04/11/2024 a 06/11/2024	16/12/2024	98,34	104,24			24/12/2024	104,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10019442-TM Bobadela - Kalmar 457 - Fuga de água junto do radiad	18/12/2024	641,68	789,27			31/12/2024	789,27	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508223652	10019443-TM Bobadela - Kalmar 457 - Aquecimento do equipamento	18/12/2024	762,15	937,44			31/12/2024	937,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503584835	10019462-Alojamento para H. Bejense – 10-12-2024 a 12-12-2024	19/12/2024	84,91	90,00			31/12/2024	95,40	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508153433	10019465-Alojamento para H. D. Luís-Elvas – 09-12-2024 a 15-12-20	19/12/2024	369,84	392,03			31/12/2024	415,52	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508375827	10019468-Alojamento para H. José Régio – 12-12-2024 a 13-12-2024	19/12/2024	541,51	574,00			31/12/2024	608,44	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510041329	10019469-Alojamento para H. Lagoa – 09-12-2024 a 11-12-2024	19/12/2024	147,51	156,36			31/12/2024	153,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	1016-2015-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO NA REDE I	24/06/2015	0,00	0,00			28/06/2016	0,00	4.217,27	0,00	nd	nd	589.599,45	-1.112,48	0,00	nd	nd
PT503970352	1016-2015-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO NA REDE I	24/06/2015	5.295.808,20	5.295.808,20			20/05/2016	0,00	85.658,49	0,00	nd	nd	5.287.497,13	82.937,52	0,00	nd	nd
PT508878969	105-2009-SUBCONCESSÃO LITORAL OESTE	05/02/2016	23.432.344,88	28.821.784,20			29/02/2024	28.821.783,48	-32.228,08	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	1073-2015-EN101 - VALENÇA (KM 1+350) E MONÇÃO (KM 15+963)	05/02/2016	89.893,33	110.568,80			09/06/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	89.206,98	0,00	0,00	nd	nd
PT501906029	1078-2015-EN229 VISEU / SATÃO. ELIMINAÇÃO DE CONSTRANGI	25/06/2015	54.776,77	67.375,43			10/02/2017	900,36	0,00	0,00	nd	nd	54.174,64	-523,33	0,00	nd	nd
PT500247480	11000002-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	07/04/2020	0,00	0,00			25/06/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	7.180,61	88.357,73	nd	nd
PT500070210	11000003-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	193,82	0,00	nd	nd	0,00	566,57	47.699,10	nd	nd
PT500226504	11000003-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	193,83	0,00	nd	nd	0,00	566,56	47.699,10	nd	nd
PT507826507	11000015-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	24/03/2020	89.898,00	110.574,54	1093/2020	13/05/2020	30/09/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	106.332,89	nd	nd
PT501957782	11000034-Reformulação do Projeto Quadruplicação Contumil-Ermes	26/03/2020	73.000,00	89.790,00			12/11/2020	0,00	0,00	35.239,50	nd	nd	0,00	0,00	32.779,50	nd	nd
PT500070210	11000040-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	1.172,43	0,00	nd	nd	0,00	1.973,86	179.195,27	nd	nd
PT500226504	11000040-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	1.172,43	0,00	nd	nd	0,00	1.973,85	179.195,27	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500197814	11000047-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	15/04/2020	106.639,56	106.639,56			25/06/2020	0,00	495,26	0,00	nd	nd	0,00	2.492,97	106.639,56	nd	nd
PT500247480	11000051-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	27/05/2020	0,00	0,00			31/08/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	4.098,88	232.777,23	nd	nd
PT507826507	11000058-EN265 KM 9+876 A KM 18+839 E EN392 KM 77+660 A KM	19/05/2020	26.765,43	32.921,48			30/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	19.243,88	nd	nd
PT500070210	11000075-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	13/10/2020	0,00	0,00	385/2020		30/11/2020	0,00	157,25	0,00	nd	nd	0,00	40,66	13.604,62	nd	nd
PT500226504	11000075-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	13/10/2020	0,00	0,00	385/2020		30/11/2020	0,00	157,26	0,00	nd	nd	0,00	40,66	13.604,62	nd	nd
ESA28246122	11000082-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 296-	03/06/2020	3.386,33	4.165,19	1874/2020	01/07/2020	30/08/2024	0,00	0,00	2.183,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	11000082-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 296-	03/06/2020	3.386,33	3.386,33	1874/2020	01/07/2020	27/08/2024	0,00	0,00	2.149,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	11000082-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 296-	03/06/2020	3.387,34	4.166,43	1874/2020	01/07/2020	06/08/2024	0,00	0,00	1.418,39	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11000089-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	16/06/2020	23.862,00	29.350,26	1936/2020	04/08/2020	31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	26.508,96	nd	nd
PT503156000	11000110-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	03/07/2020	115.110,99	115.110,99			12/11/2020	0,00	2.640,34	0,00	nd	nd	0,00	5.029,36	110.401,19	nd	nd
PT507826507	11000133-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	21/07/2020	62.650,00	77.059,50	2174/2020	02/08/2020	09/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	65.989,50	nd	nd
PT500197814	11000154-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	30/07/2020	16.598,84	16.598,84			22/10/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	581,90	16.538,79	nd	nd
PT507546903	11000160-verificação CE, por um Organismo Notificado, dos subsiste	13/08/2020	11.100,00	13.653,00			13/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	9.102,00	nd	nd
PT500070210	11000163-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	13/10/2020	0,00	0,00	517/2020		30/11/2020	0,00	783,89	0,00	nd	nd	0,00	76,23	181.661,69	nd	nd
PT500226504	11000163-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	13/10/2020	0,00	0,00	517/2020		30/11/2020	0,00	783,89	0,00	nd	nd	0,00	76,23	181.661,69	nd	nd
PT508592747	11000165-EN2 S. Brás de Alportel e Ligação à A22. Requalificação. F	01/09/2020	69.080,90	84.969,51			31/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	84.244,90	nd	nd
PT503156000	11000166-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	13/10/2020	112.111,00	112.111,00	573/2020		12/11/2020	0,00	794,14	0,00	nd	nd	0,00	354,08	112.111,00	nd	nd
PT503401676	11000169-BENEFICIAÇÃO DA EN2 - LIGAÇÃO A A22 (KM 730+700)	13/10/2020	30.335,00	37.312,05			09/12/2022	0,00	0,00	3.048,56	nd	nd	0,00	0,00	27.298,62	nd	nd
PT502156392	11000171-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2020	18.227,96	18.227,96	497/2020		12/11/2020	0,00	4.664,73	16.345,95	nd	nd	0,00	-17.862,52	18.227,96	nd	nd
PT980048095	11000171-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2020	132.086,69	132.086,69	497/2020		30/10/2020	0,00	33.802,30	112.522,68	nd	nd	0,00	2.648,18	0,00	nd	nd
PT980364426	11000171-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2020	113.858,73	113.858,73	497/2020		12/11/2020	0,00	29.137,60	102.102,99	nd	nd	0,00	2.282,75	-0,01	nd	nd
PT500197814	11000172-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	30/10/2020	237.906,14	237.906,14	630/2020		30/11/2020	0,00	3,61	0,00	nd	nd	0,00	2.859,42	163.637,02	nd	nd
PT505360381	11000174-EN2, KM 139+200. ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES E REP	01/09/2020	0,00	0,00			30/10/2020	0,00	-10.221,28	0,00	nd	nd	0,00	0,00	1.755,87	nd	nd
PT500247480	11000183-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	23/09/2020	0,00	0,00	524/2020		19/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	847,21	31.911,80	nd	nd
PT500247480	11000186-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	23/09/2020	0,00	0,00			19/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	4.316,61	122.639,50	nd	nd
PT503156000	11000194-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	13/10/2020	103.094,94	103.094,94	574/2020		12/11/2020	0,00	660,55	0,00	nd	nd	0,00	66,29	80.846,34	nd	nd
PT503156000	11000195-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	03/02/2021	128.312,74	128.312,74	84/2021		30/04/2021	0,00	2.068,13	0,00	nd	nd	0,00	3.885,94	128.312,74	nd	nd
PT500247480	11000196-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	23/09/2020	0,00	0,00	2786/2020		19/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.040,11	34.535,68	nd	nd
PT500247480	11000201-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	12/10/2020	0,00	0,00	572/2020		31/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	77.825,38	688.497,90	nd	nd
PT500197814	11000220-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	13/04/2021	609.878,63	609.878,63	272/2021		16/09/2021	0,00	4.208,89	0,00	nd	nd	0,00	37.766,36	283.069,47	nd	nd
PT503970352	11000237-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/20	13/11/2020	60.333,74	60.333,74			31/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	41.098,52	nd	nd
PT503156000	11000249-Empreitada de Trabalhos de Reparação e Conservação II,	18/11/2020	89.083,60	89.083,60			04/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	84.898,60	nd	nd
PT500070210	11000265-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	22/04/2021	0,00	0,00	1/2021		20/05/2021	0,00	1.298,94	0,00	nd	nd	0,00	2.194,96	145.138,96	nd	nd
PT500226504	11000265-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Covilh	22/04/2021	0,00	0,00	1/2021		13/05/2021	0,00	1.298,94	0,00	nd	nd	0,00	2.194,96	145.138,96	nd	nd
PT501489126	11000268-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	26/01/2021	17.273,07	17.273,07	59/2021		31/03/2021	0,00	-1,95	0,00	nd	nd	0,00	4.667,94	17.273,07	nd	nd
PT503156000	11000275-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	03/02/2021	3.161.777,98	3.161.777,98	86/2021		30/04/2021	0,00	118.903,88	0,00	nd	nd	0,00	228.451,33	3.147.728,26	nd	nd
PT502156392	11000277-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	21/12/2020	86.666,09	86.666,09	781/2020		16/03/2021	0,00	2.016,48	318,59	nd	nd	0,00	7.370,64	83.193,88	nd	nd
PT980048095	11000277-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	21/12/2020	628.015,17	628.015,17	781/2020		12/02/2021	0,00	14.612,10	0,00	nd	nd	0,00	53.410,37	602.854,27	nd	nd
PT980364426	11000277-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	21/12/2020	541.349,08	541.349,08	781/2020		24/02/2021	0,00	12.595,64	1.990,03	nd	nd	0,00	46.039,70	519.960,37	nd	nd
PT501773339	11000292-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	23/03/2021	3.207,32	3.945,00	635/2021	29/04/2021	30/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	1.972,50	nd	nd
PT503838160	11000292-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	23/03/2021	8.018,31	9.862,52	635/2021	29/04/2021	16/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	4.931,27	nd	nd
PT504092502	11000292-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	23/03/2021	4.810,99	5.917,52	635/2021	29/04/2021	09/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	2.958,77	nd	nd
PT503970352	11000330-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/20	22/03/2021	120.597,50	120.597,50	232/2021		20/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	119.455,03	nd	nd
ESA08031098	11000360-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	25/03/2021	76.759,24	76.759,24	218/2021		30/04/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	6.217,75	70.369,48	nd	nd
PT501489126	11000363-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	17/05/2021	25.981,54	25.981,54	396/2021		08/07/2021	0,00	260,18	1.040,05	nd	nd	0,00	2.320,43	24.941,49	nd	nd
PT503156000	11000371-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	22/04/2021	49.524,15	49.524,15	315/2021		15/07/2021	0,00	1.565,71	4.261,66	nd	nd	0,00	3.496,55	43.955,87	nd	nd
PT500247480	11000377-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	03/05/2021	0,00	0,00	350/2021		21/06/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	62.616,46	483.363,54	nd	nd
PT500247480	11000378-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	10/08/2021	0,00	0,00	649/2021		23/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	9.107,08	312.460,99	nd	nd
PT502156392	11000383-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	17/05/2021	42.402,29	42.402,29	398/2021		31/05/2021	0,00	486,84	0,00	nd	nd	0,00	2.147,85	18.072,05	nd	nd
PT980048095	11000383-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	17/05/2021	131.624,81	131.624,81	398/2021		31/05/2021	0,00	3.527,89	0,02	nd	nd	0,00	15.553,45	130.956,87	nd	nd
PT980364426	11000383-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	17/05/2021	89.222,51	89.222,51	398/2021		31/05/2021	0,00	3.041,05	0,04	nd	nd	0,00	13.407,09	112.884,79	nd	nd
PT509021050	11000391-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Ob	05/08/2021	538.872,10	662.812,68	1755/2021	19/11/2021	31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	-14.243,40	589.144,01	nd	nd
PT500197814	11000392-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	29/04/2021	189.253,93	189.253,93	356-2021		16/09/2021	0,00	1.018,49	0,00	nd	nd	0,00	26.983,87	189.221,81	nd	nd
PT500197814	11000402-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	18/06/2021	48.071,48	48.071,48	498/2021		21/09/2021	0,00	377,49	0,00	nd	nd	0,00	3.889,76	39.568,48	nd	nd
ESA08031098	11000428-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	15/06/2021	167.894,31	167.894,31	473/2021		30/06/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	9.969,69	165.251,28	nd	nd
PT501489126	11000434-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	10/08/2021	175.437,78	175.437,78	650/2021		28/09/2021	0,00	342,84	4.316,48	nd	nd	0,00	12.785,60	170.032,56	nd	nd
PT503156000	11000440-Empreitada de Trabalhos de Reparação e Conservação II,	09/06/2021	175.308,50	175.308,50	499/2021		19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	140.625,50	nd	nd
PT506782328	11000444-EN211 - VARIANTE ENTRE QUINTÃ E MESQUINHATA - I	25/06/2021	20.775,30	25.553,62			29/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	25.553,29	nd	nd
PT502156392	11000446-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	31/08/2021	12.426,02	12.426,02			21/10/2021	0,00	616,75	0,00	nd	nd	0,00	1.467,18	12.426,02	nd	nd
PT980048095	11000446-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	31/08/2021	90.043,64	90.043,64			21/10/2021	0,00	4.469,19	0,00	nd	nd	0,00	10.627,36	90.043,64	nd	nd
PT980364426	11000446-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	31/08/2021	77.617,61	77.617,61			29/10/2021	0,00	3.852,45	0,00	nd	nd	0,00	9.160,76	77.617,61	nd	nd
ESA08031098	11000447-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	23/06/2021	123.129,60	123.129,60	510/2021		23/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	11.456,41	122.895,13	nd	nd
PT503156000	11000449-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	19/08/2021	724.884,01	724.884,01	781/2021		19/11/2021	0,00	21.198,98	0,00	nd	nd	0,00	44.889,49	723.577,73	nd	nd
PT500553408	11000462-LIGAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE FORMARIZ Á	02/08/2021	490.627,96	490.627,96	705/2021		29/10/2021	0,00	0,00	31.654,82	nd	nd	0,00	0,00	457.352,84	nd	nd
ESA28233534	11000464-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	11/09/2023	18.125,50	18.125,50	881/2023		17/10/2023	0,00	-21,09	0,00	nd	nd	0,00	3.895,71	18.125,50	nd	nd
PT504213709	11000464-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	11/09/2023	18.125,51	18.125,51	881/2023		17/10/2023	0,00	-21,09	0,00	nd	nd	0,00	3.895,71	18.125,50	nd	nd
ESA08031098	11000465-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	04/08/2021	95.713,29	95.713,29	640/2021		23/09/2021	0,00	-933,28	23.097,42	nd	nd	0,00	6.643,54	72.615,86	nd	nd
PT501489126	11000471-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	11/11/2021	3.340.707,63	3.340.707,63	874/2021		31/01/2022	0,00	182.549,91	671.525,22	nd	nd	0,00	513.728,90	2.414.603,07	nd	nd
PT500918880	11000472-Seguro Automóvel Frota para 2020	18/10/2021	274.580,22	274.580,22	2113/2021	02/12/2021	31/12/2021	0,00	0,00	8.324,35	nd	nd	0,00	0,00	144.609,86	nd	nd
PT501489126	11000473-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	11/11/2021	2.766.979,55	2.766.979,55	2206/2021		30/06/2022	0,00	101.551,60	364.070,74	nd	nd	0,00	639.219,14	2.376.596,20	nd	nd
PT503088113	11000502-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Aparelhos de	24/08/2021	7.573,58	7.573,58	1752/2021	01/10/2021	31/01/2022	0,00	165,37	0,00	nd	nd	0,00	300,43	7.573,54	nd	nd
PT503970352	11000525-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/20	24/09/2021	423.667,12	423.667,12	848/2021		19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	399.230,15	nd	nd
PT503156000	11000532-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	19/10/2021	293.897,17	293.897,17	871/2021		22/09/2022	0,00	25.153,50	77.044,11	nd	nd	0,00	6.675,44	53.029,67	nd	nd
ESA08031098	11000536-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	07/10/2021	324.871,63	324.871,63	812/2021		09/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	13.408,02	324.344,66	nd	nd
PT507826507	11000540-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	12/10/2021	135.468,77	166.626,59	2120/2021	13/12/2021	22/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	66.650,63	nd	nd
PT501489126	11000542-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	18/11/2021	149.259,66	149.259,66	941/2021		31/12/2021	0,00	2,96	0,00	nd	nd	0,00	26.500,05	148.174,66	nd	nd
PT507826507	11000544-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	16/09/2021	20.007,00	24.608,61	1910/2021	25/10/2021	17/05/2024	0,00	0,00	1.463,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11000551-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	07/10/2021	223.795,32	223.795,32	814/2021		09/11/2021	0,00	428,86	0,00	nd	nd	0,00	21.571,88	216.554,49	nd	nd
ESA08031098	11000552-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	19/10/2021	613.622,01	613.622,01	872/2021		09/11/2021	0,00	1.122,24	6.980,00	nd	nd	0,00	76.227,31	486.837,34	nd	nd
PT500272557	11000562-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e desn	11/01/2022	49.791,96	52.779,48			25/05/2023	0,00	3.243,12	13.458,77	nd	nd	0,00	0,00	13.458,77	nd	nd
PT507068211	11000562-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e desn	11/01/2022	49.791,96	52.779,48			25/05/2023	0,00	3.115,94	12.930,97	nd	nd	0,00	0,00	12.930,97	nd	nd
PT500197814	11000563-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	05/11/2021	198.130,32	198.130,32	915/2021		31/01/2022	0,00	7.096,88	26.164,53	nd	nd	0,00	24.196,26	173.218,42	nd	nd
PT514750901	11000581-Empreitada SST Alandroal e Postos autotransformadores	13/12/2021	704.058,80	704.058,80	990/2021		30/06/2022	0,00	21.776,38	139.715,06	nd	nd	0,00	47.863,65	375.217,28	nd	nd
PT514750901	11000583-Empreitada SST Alandroal e Postos autotransformadores	13/04/2023	69.275,24	69.275,24	281/203		27/05/2024	0,00	-1.107,36	69.275,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT514750901	11000591-CCO do Porto e Interfaces Siemens	15/02/2022	271.685,04	334.172,60	232/2022	03/05/2022	31/08/2022	0,00	0,00	18.630,66	nd	nd	0,00	0,00	217.978,68	nd	nd
PT502156392	11000606-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	27/12/2021	4.191,34	4.191,34	1028/2021		31/03/2022	0,00	131,93	96,78	nd	nd	0,00	605,56	4.094,56	nd	nd
PT980048095	11000606-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	27/12/2021	30.372,00	30.372,00	1028/2021		28/02/2022	0,00	956,03	701,23	nd	nd	0,00	4.388,15	29.670,78	nd	nd
PT980364426	11000606-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	27/12/2021	26.180,66	26.180,66	1028/2021		28/02/2022	0,00	824,10	604,45	nd	nd	0,00	3.782,59	25.576,21	nd	nd
PT500553408	11000610-LIGAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE FORMARIZ Á	13/12/2021	1.234.864,37	1.234.864,37	1041/2021		31/12/2021	0,00	0,00	27.692,60	nd	nd	0,00	0,00	1.207.171,78	nd	nd
PT504338854	11000618-5010034335, Lote 3 - Controlo de vegetação e desmatação	22/12/2021	40.973,00	43.431,38			16/03/2023	0,00	4.182,47	30.401,97	nd	nd	0,00	0,00	13.029,41	nd	nd
PT507826507	11000622-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	06/01/2022	63.235,78	77.780,01	97/2022	08/02/2022	22/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	77.763,96	nd	nd
PT502001364	11000622-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	06/01/2022	56.726,21	69.773,24	97/2022	08/02/2022	22/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	69.718,89	nd	nd
PT501340114	11000622-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	06/01/2022	61.375,90	75.492,36	97/2022	08/02/2022	22/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	75.471,25	nd	nd
ESA28171288	11000622-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	06/01/2022	4.649,69	5.719,12	97/2022	08/02/2022	07/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	5.717,94	nd	nd
PT513246002	11000623-Aquisição de serviços para Fiscalização, Controlo de Qualic	23/12/2021	238.940,00	293.896,20			08/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	291.113,33	nd	nd
PT504338854	11000625-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e desn	06/01/2022	47.730,00	50.593,80	130/2022		16/03/2023	0,00	3.212,28	23.273,15	nd	nd	0,00	2.220,17	17.707,83	nd	nd
PT500197814	11000627-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	07/03/2022	481.063,45	481.063,45	251/2022		08/06/2022	0,00	15.707,47	0,00	nd	nd	0,00	76.370,71	467.773,29	nd	nd
PT501489126	11000628-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	25/01/2022	782.874,27	782.874,27	44/2022		31/05/2022	0,00	1.091,78	11.581,79	nd	nd	0,00	80.615,48	771.292,48	nd	nd
ESA08031098	11000629-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	17/01/2022	241.151,42	241.151,42	27/2022		18/03/2022	0,00	0,00	11.861,19	nd	nd	0,00	23.601,53	216.587,90	nd	nd
PT501378375	11000640-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	04/02/2022	7.255,02	7.255,02	72/2022		19/05/2022	0,00	32,15	0,00	nd	nd	0,00	206,46	7.255,02	nd	nd
PT503156000	11000640-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	04/02/2022	1.813,75	1.813,75	72/2022		19/05/2022	0,00	8,04	0,00	nd	nd	0,00	51,61	1.813,75	nd	nd
PT500070210	11000644-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	18/03/2022	52.947,96	52.947,96	191/2022		30/06/2022	0,00	3.272,33	2.108,89	nd	nd	0,00	2.425,07	50.839,07	nd	nd
PT500272557	11000644-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	18/03/2022	27.826,96	27.826,96	191/2022		30/06/2022	0,00	1.685,73	1.108,33	nd	nd	0,00	1.249,28	26.718,63	nd	nd
ESA08031098	11000646-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	25/01/2022	1.741.287,89	1.741.287,89	61/2022		18/03/2022	0,00	24.665,75	107.565,75	nd	nd	0,00	112.249,69	1.230.356,06	nd	nd
PT503401676	11000657-BENEFICIAÇÃO DA EN2 - LIGAÇÃO Á A22 (KM 730+700)	15/02/2022	1.500,00	1.845,00			09/12/2022	0,00	0,00	184,50	nd	nd	0,00	0,00	1.660,50	nd	nd
PT500097488	11000660-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/03/2022	5.450,56	5.450,56	222/2022		30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	972,47	4.359,42	nd	nd
PT500197814	11000660-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/03/2022	6.540,68	6.540,68	222/2022		30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.166,98	5.231,30	nd	nd
PT500272557	11000660-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/03/2022	5.450,56	5.450,56	222/2022		30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	972,46	4.359,42	nd	nd
PT514950994	11000660-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/03/2022	4.360,47	4.360,47	222/2022		30/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	777,98	3.487,53	nd	nd
PT501489126	11000665-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	24/02/2022	66.899,52	66.899,52	132/2022		08/06/2022	0,00	-17,80	0,00	nd	nd	0,00	15.183,31	66.899,52	nd	nd
PT500070210	11000667-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	18/03/2022	5.779,76	5.779,76	192/2022		30/06/2022	0,00	336,05	60,88	nd	nd	0,00	215,10	5.331,33	nd	nd
PT500272557	11000667-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	18/03/2022	3.037,57	3.037,57	192/2022		30/06/2022	0,00	173,12	32,00	nd	nd	0,00	110,80	2.801,89	nd	nd
PT501489126	11000674-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	16/03/2022	29.189,75	29.189,75	180/2022		08/06/2022	0,00	192,30	686,44	nd	nd	0,00	6.659,43	28.503,31	nd	nd
PT502156392	11000675-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/04/2022	5.484,86	5.484,86	255/2022		30/06/2022	0,00	103,86	0,00	nd	nd	0,00	900,14	5.484,86	nd	nd
PT980048095	11000675-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/04/2022	39.745,35	39.745,35	255/2022		30/06/2022	0,00	752,60	0,00	nd	nd	0,00	6.522,81	39.745,34	nd	nd
PT980364426	11000675-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/04/2022	34.260,49	34.260,49	255/2022		30/06/2022	0,00	648,74	0,00	nd	nd	0,00	5.622,65	34.260,49	nd	nd
PT503156000	11000676-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	18/05/2022	100.111,40	100.111,40	352/2022		22/09/2022	0,00	2.195,33	0,00	nd	nd	0,00	8.592,35	82.641,98	nd	nd
PT514950994	11000677-Deservagem Química RFN 2019 a 2024	14/04/2022	118.791,35	146.113,36	633/2022	20/05/2022	30/06/2022	0,00	4.405,50	27.339,94	nd	nd	0,00	1.919,03	30.211,84	nd	nd
PT514750901	11000681-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	25/03/2022	62.162,40	76.459,75	514/2022	11/05/2022	31/08/2022	0,00	1.547,63	9.721,07	nd	nd	0,00	2.263,20	34.947,20	nd	nd
PT980163358	11000696-MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS SISTEMA	02/03/2022	19.483,01	23.964,10			08/06/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	23.754,71	nd	nd
PT501489126	11000707-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	19/04/2022	90.355,32	90.355,32	272/2022		22/09/2022	0,00	1.568,06	11.350,92	nd	nd	0,00	14.838,48	79.004,40	nd	nd
PT502813237	11000712-IP8 - RELVAS VERDES – GRÂNDOLA - AUMENTO DA CA	08/04/2022	39.900,00	49.077,00	687/2022	25/05/2022	30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	48.958,55	nd	nd
PT503864960	11000713-IPP- NOVO SILO AUTOMÓVEL E CAMPOS DE JOGOS E	02/05/2022	86.772,35	86.772,35	307/2022		30/09/2022	0,00	0,00	3.420,66	nd	nd	0,00	5.454,10	83.351,70	nd	nd
ESA08031098	11000717-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	21/04/2022	208.497,41	208.497,41	273/2022		19/05/2022	0,00	42,72	225,00	nd	nd	0,00	40.957,62	202.868,64	nd	nd
PT500097488	11000718-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	28/06/2022	47.188,67	47.188,67	454/2022		30/09/2022	0,00	-33,39	0,00	nd	nd	0,00	11.343,36	43.630,64	nd	nd
PT500197814	11000718-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	28/06/2022	56.626,37	56.626,37	454/2022		30/09/2022	0,00	-41,73	0,00	nd	nd	0,00	13.758,38	52.356,79	nd	nd
PT500272557	11000718-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	28/06/2022	47.188,67	47.188,67	454/2022		30/09/2022	0,00	-34,78	0,00	nd	nd	0,00	11.465,31	43.630,66	nd	nd
PT514950994	11000718-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	28/06/2022	37.750,93	37.750,93	454/2022		30/09/2022	0,00	-26,70	0,00	nd	nd	0,00	9.171,16	34.904,51	nd	nd
PT500197814	11000719-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	02/05/2022	669.387,54	669.387,54	306/2022		29/07/2022	0,00	30.905,41	0,00	nd	nd	0,00	111.058,35	669.387,55	nd	nd
PT503970352	11000721-EXPLORAÇÃO DA REDE EM MÍNIMOS OPERACIONAIS -	08/04/2022	38.850,97	38.850,97			21/07/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	35.850,97	nd	nd
PT501489126	11000724-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	11/05/2022	378.525,04	378.525,04	345/2022		22/09/2022	0,00	4.948,19	18.667,79	nd	nd	0,00	94.435,71	359.857,25	nd	nd
PT503003328	11000729-PF 101 (PNI2030) LINHA DO NORTE - PK 110,308 A PK 2	22/04/2022	38.000,00	46.740,00			29/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	46.063,50	nd	nd
PT502533447	11000732-Manutenção de 86 PN's na area COMN e 52 PN's na area	06/05/2022	40.594,50	49.931,24	793/2022	08/07/2022	31/08/2022	0,00	981,27	0,00	nd	nd	0,00	0,00	49.931,24	nd	nd
PT501884955	11000736-L. CASCAIS - MODERNIZAÇÃO - ESTACÕES, INTERFAC	20/04/2022	37.120,00	45.657,60			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	38.871,08	nd	nd
PT502156392	11000741-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	19/05/2022	9.351,75	9.351,75	348/2022		22/09/2022	0,00	319,22	0,00	nd	nd	0,00	1.841,90	9.351,75	nd	nd
PT980048095	11000741-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	19/05/2022	67.766,28	67.766,28	348/2022		22/09/2022	0,00	2.313,22	0,00	nd	nd	0,00	11.897,81	67.766,28	nd	nd
PT980364426	11000741-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	19/05/2022	58.414,54	58.414,54	348/2022		06/09/2022	0,00	1.994,00	0,00	nd	nd	0,00	10.255,91	58.414,53	nd	nd
PT501906029	11000745-EN229-IP5/PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO	02/05/2022	2.000,00	2.460,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	3.374,66	nd	nd
PT500070210	11000747-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	22/06/2022	245.769,87	245.769,87	440/2022		22/09/2022	0,00	8.757,70	30.938,40	nd	nd	0,00	23.252,26	213.697,05	nd	nd
PT500272557	11000747-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	22/06/2022	129.165,09	129.165,09	440/2022		22/09/2022	0,00	4.513,68	16.259,76	nd	nd	0,00	11.978,48	112.309,13	nd	nd
PT500070210	11000757-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	20/06/2022	840.815,21	840.815,21	441/2022		07/11/2022	0,00	27.431,20	110.599,57	nd	nd	0,00	51.776,09	261.787,17	nd	nd
PT500272557	11000757-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	20/06/2022	441.892,96	441.892,96	441/2022		07/11/2022	0,00	14.190,48	58.125,91	nd	nd	0,00	26.672,55	137.583,04	nd	nd
PT501489126	11000762-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	27/06/2022	102.057,27	102.057,27	439/2022		30/09/2022	0,00	1.702,11	6.732,60	nd	nd	0,00	20.932,94	93.941,19	nd	nd
PT503156000	11000764-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	28/06/2022	60.244,60	60.244,60	455/202		30/09/2022	0,00	3.385,17	0,00	nd	nd	0,00	7.598,17	60.244,60	nd	nd
PT502156392	11000772-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	30/05/2022	6.167,11	6.167,11	351/2022		22/09/2022	0,00	40,63	0,00	nd	nd	0,00	1.713,04	6.060,30	nd	nd
PT980048095	11000772-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	30/05/2022	44.689,18	44.689,18	351/2022		22/09/2022	0,00	294,41	0,02	nd	nd	0,00	12.413,39	43.915,29	nd	nd
PT980364426	11000772-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	30/05/2022	38.522,08	38.522,08	351/2022		06/09/2022	0,00	253,78	0,01	nd	nd	0,00	10.700,37	37.854,96	nd	nd
PT500197814	11000775-Empreitada LBA troco MAN-CLB	26/01/2023	1.559.278,65	1.559.278,65	714/2022		28/04/2023	0,00	97.780,64	339.957,75	nd	nd	0,00	38.681,43	270.833,21	nd	nd
PT514950994	11000775-Empreitada LBA troco MAN-CLB	26/01/2023	319.370,32	319.370,32	714/2022		28/04/2023	0,00	19.966,38	69.629,91	nd	nd	0,00	7.983,67	55.471,85	nd	nd
PT500197814	11000780-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo - A	08/06/2022	76.373,79	76.373,79	372/2022		22/09/2022	0,00	3.383,28	0,00	nd	nd	0,00	12.157,75	73.279,11	nd	nd
ESA08031098	11000785-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	18/07/2022	115.474,35	115.474,35	524/2022		23/08/2022	0,00	-1.924,47	2.907,33	nd	nd	0,00	13.586,94	83.852,06	nd	nd
PT500097488	11000787-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	107.300,66	107.300,66	459/2022		29/11/2022	0,00	-46,29	0,00	nd	nd	0,00	32.051,05	106.065,00	nd	nd
PT500197814	11000787-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	128.760,78	128.760,78	459/2022		29/11/2022	0,00	-80,23	0,00	nd	nd	0,00	38.341,33	127.278,01	nd	nd
PT500272557	11000787-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	107.300,66	107.300,66	459/2022		29/11/2022	0,00	-66,85	0,00	nd	nd	0,00	31.951,07	106.065,00	nd	nd
PT514950994	11000787-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	85.840,51	85.840,51	459/2022		29/11/2022	0,00	-37,04	0,00	nd	nd	0,00	25.544,45	84.852,01	nd	nd
PT506370836	11000791-5 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	07/06/2022	12.545,00	12.545,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	12.410,00	nd	nd
PT514189410	11000792-IP8 (EN259) - A26 (KM 27,500) / FERREIRA DO ALENTEJ	20/06/2022	14.100,00	17.343,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	16.113,00	nd	nd
PT506370836	11000794-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	24/06/2022	7.097,00	7.097,00			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	6.747,00	nd	nd
PT502156392	11000795-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	22/06/2022	703,30	703,30	443/2022		07/11/2022	0,00	0,58	0,00	nd	nd	0,00	199,15	703,30	nd	nd
PT980048095	11000795-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	22/06/2022	5.096,40	5.096,40	443/2022		07/11/2022	0,00	4,18	0,00	nd	nd	0,00	1.443,14	5.096,39	nd	nd
PT980364426	11000795-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	22/06/2022	4.393,10	4.393,10	443/2022		07/11/2022	0,00	3,60	0,00	nd	nd	0,00	1.244,00	4.393,10	nd	nd
PT980427568	11000799-Linha da Beira Baixa - Reforço/proteção das fundações da	01/07/2022	50.492,14	50.492,14	463/2022		30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	7.652,32	42.477,78	nd	nd
PT501489126	11000807-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	15/07/2022	62.517,99	62.517,99	520/2022		30/09/2022	0,00	1.591,00	5.988,66	nd	nd	0,00	14.697,64	56.529,33	nd	nd
PT507775597	11000809-Integração de sinalização no CCO de Lisboa e Interfaces o	04/07/2022	171.589,73	211.055,37	946/2022	03/08/2022	17/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	203.576,38	nd	nd
PT502813237	11000811-IP8 - RELVAS VERDES – GRÂNDOLA - AUMENTO DA CA	12/07/2022	60.942,31	74.959,04	456/2022	23/08/2022	30/09/2022	0,00	0,00	3.673,60	nd	nd	0,00	0,00	43.339,96	nd	nd
PT502156392	11000818-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	25/07/2022	26.483,64	26.483,64	553/2022		07/11/2022	0,00	2.734,96	10.263,11	nd	nd	0,00	3.027,19	16.220,53	nd	nd
PT980048095	11000818-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	25/07/2022	191.910,41	191.910,41	553/2022		07/11/2022	0,00	19.818,48	74.370,25	nd	nd	0,00	21.936,22	117.540,16	nd	nd
PT980364426	11000818-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	25/07/2022	165.426,78	165.426,78	553/2022		07/11/2022	0,00	17.083,53	64.107,16	nd	nd	0,00	18.909,01	101.319,62	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501489126	11000820-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	16/09/2022	417.310,61	417.310,61	721/2022		10/11/2022	0,00	2.197,26	8.061,16	nd	nd	0,00	75.607,75	409.249,45	nd	nd
PT500097488	11000825-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	6.214,22	6.214,22	625/2022		29/11/2022	0,00	-2,44	0,00	nd	nd	0,00	2.143,73	6.214,22	nd	nd
PT500197814	11000825-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	7.457,05	7.457,05	625/2022		29/11/2022	0,00	-2,92	0,00	nd	nd	0,00	2.572,49	7.457,05	nd	nd
PT500272557	11000825-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	6.214,22	6.214,22	625/2022		29/11/2022	0,00	-2,44	0,00	nd	nd	0,00	2.143,74	6.214,22	nd	nd
PT514950994	11000825-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/09/2022	4.971,38	4.971,38	625/2022		29/11/2022	0,00	-1,95	0,00	nd	nd	0,00	1.714,99	4.971,38	nd	nd
PT501378375	11000826-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	07/09/2022	28.390,16	28.390,16	608/2022		09/03/2023	0,00	2.406,98	7.285,78	nd	nd	0,00	2.165,76	12.118,34	nd	nd
PT503156000	11000826-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	07/09/2022	12.167,21	12.167,21	608/2022		26/12/2022	0,00	1.031,56	3.122,48	nd	nd	0,00	928,17	5.193,59	nd	nd
PT501378375	11000833-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	21/12/2022	1.206,45	1.206,45	964/2022		16/06/2023	0,00	110,14	0,00	nd	nd	0,00	0,00	2.815,05	nd	nd
PT503156000	11000833-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	21/12/2022	2.815,05	2.815,05	964/2022		27/06/2023	0,00	47,20	0,00	nd	nd	0,00	0,01	1.206,45	nd	nd
PT507826507	11000836-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	20/07/2022	108.375,01	133.301,26	1066/2022		09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	83.313,28	nd	nd
PT507826507	11000846-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	30/08/2022	467.858,92	575.466,47	957/2022	02/12/2022	09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	575.448,11	nd	nd
PT502001364	11000846-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	30/08/2022	467.858,92	575.466,47	957/2022	02/12/2022	09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	575.336,41	nd	nd
PT506370836	11000848-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	25/07/2022	19.283,50	19.283,50			30/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	13.994,75	nd	nd
PT500070210	11000853-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	28/09/2022	94.151,61	94.151,81	761/2022		30/12/2022	0,00	631,33	8.308,20	nd	nd	0,00	671,71	85.843,41	nd	nd
PT500272557	11000853-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	28/09/2022	49.481,66	49.481,66	761/2022		30/12/2022	0,00	325,23	4.366,39	nd	nd	0,00	346,02	45.115,27	nd	nd
PT502156392	11000855-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	18/08/2022	5.977,91	5.977,91	677/2022		29/11/2022	0,00	316,09	0,00	nd	nd	0,00	1.338,11	5.977,91	nd	nd
PT980048095	11000855-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	18/08/2022	43.318,24	43.318,24	677/2022		08/11/2022	0,00	2.290,51	0,00	nd	nd	0,00	9.696,50	43.318,24	nd	nd
PT980364426	11000855-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	18/08/2022	37.340,32	37.340,32	677/2022		29/11/2022	0,00	1.974,42	0,00	nd	nd	0,00	8.358,39	37.340,32	nd	nd
ESA08031098	11000862-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	14/09/2022	71.380,92	71.380,92	710/2022		23/12/2022	0,00	65,54	18.625,68	nd	nd	0,00	8.539,62	39.826,65	nd	nd
PT502156392	11000867-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2022	1.873,12	1.873,12	692/2022		29/11/2022	0,00	119,28	0,00	nd	nd	0,00	394,50	1.873,12	nd	nd
PT980048095	11000867-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2022	13.573,31	13.573,31	692/2022		30/11/2022	0,00	864,32	0,00	nd	nd	0,00	2.858,59	13.573,31	nd	nd
PT980364426	11000867-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/09/2022	11.700,20	11.700,20	692/2022		29/11/2022	0,00	745,05	0,00	nd	nd	0,00	2.464,11	11.700,20	nd	nd
PT501489126	11000868-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	16/09/2022	37.684,21	37.684,21	723/2022		10/11/2022	0,00	119,70	454,49	nd	nd	0,00	5.752,31	37.229,72	nd	nd
PT500070210	11000869-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	08/09/2022	16.018,50	16.018,50			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	2.177,75	14.002,81	nd	nd
PT500272557	11000869-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	08/09/2022	8.418,57	8.418,57			30/12/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.121,85	7.359,21	nd	nd
PT501378375	11000871-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	06/10/2022	51.838,44	51.838,44	737/2022		23/11/2022	0,00	1.279,90	1.190,91	nd	nd	0,00	2.870,06	50.647,54	nd	nd
PT503156000	11000871-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	06/10/2022	12.959,61	12.959,61	737/2022		24/11/2022	0,00	319,97	297,72	nd	nd	0,00	667,51	12.661,88	nd	nd
PT501378375	11000874-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	07/09/2022	97.907,21	97.907,21	687/2022		10/11/2022	0,00	3.599,93	8.347,40	nd	nd	0,00	926,31	89.559,81	nd	nd
PT503156000	11000874-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	07/09/2022	101.903,43	101.903,43	687/2022		10/11/2022	0,00	3.746,87	8.688,12	nd	nd	0,00	964,11	93.215,31	nd	nd
PT507826507	11000877-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	10/10/2022	161.181,00	198.252,63	1137/2022	19/10/2022	28/02/2023	0,00	0,00	161.304,96	nd	nd	0,00	0,00	25.480,07	nd	nd
PT502197714	11000884-IC2/EN1 - BENEFICIAÇÃO ENTRE ASSEICEIRA (KM 65+2	12/10/2022	3.458.472,54	3.458.472,54	844/2022		30/12/2022	0,00	0,00	157.292,46	nd	nd	0,00	248.835,36	3.301.180,09	nd	nd
PT502533447	11000885-Manutenção de 86 PN's na area COMN e 52 PN's na area	19/09/2022	20.952,00	25.770,96	1418/2022	03/11/2022	30/06/2023	0,00	2.938,16	3.221,38	nd	nd	0,00	0,00	22.549,66	nd	nd
PT501378375	11000886-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/09/2022	30.004,88	30.004,88	729/2022		29/11/2022	0,00	925,61	0,00	nd	nd	0,00	3.442,11	20.021,40	nd	nd
PT503156000	11000886-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/09/2022	31.229,57	31.229,57	729/2022		29/11/2022	0,00	963,39	0,00	nd	nd	0,00	3.582,62	20.838,59	nd	nd
PT501489126	11000889-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	20/09/2022	267.202,68	267.202,68	730/2022		24/11/2022	0,00	4.608,98	17.896,22	nd	nd	0,00	66.629,58	249.306,46	nd	nd
PT500097488	11000890-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	16/12/2022	307.440,30	307.440,30	1003/2022		14/03/2023	0,00	-51,87	0,00	nd	nd	0,00	66.937,87	262.669,81	nd	nd
PT500197814	11000890-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	16/12/2022	368.928,34	368.928,34	1003/2022		09/03/2023	0,00	-64,13	0,00	nd	nd	0,00	80.327,27	315.203,78	nd	nd
PT500272557	11000890-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	16/12/2022	307.440,30	307.440,30	1003/2022		14/03/2023	0,00	-53,44	0,00	nd	nd	0,00	66.939,45	262.669,82	nd	nd
PT514950994	11000890-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	16/12/2022	245.952,23	245.952,23	1003/2022		14/03/2023	0,00	-41,49	0,00	nd	nd	0,00	53.550,28	210.135,86	nd	nd
PT502425296	11000891-AQUISIÇÃO DE 160 TABLETS	27/07/2023	8.992,00	11.060,16			31/08/2023	5.829,00	0,00	0,00	nd	nd	5.231,22	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11000892-ER266. INTERSECÇÃO PARA SABÓIA (KM 13,380) E LIM	16/09/2022	773,00	950,79			07/11/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	901,59	nd	nd
PT501378375	11000893-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	31/10/2022	50.513,49	50.513,49	873/2022		19/12/2022	0,00	1.132,45	40.883,73	nd	nd	0,00	-113,78	9.829,76	nd	nd
PT503156000	11000893-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	31/10/2022	12.628,37	12.628,37	873/2022		19/12/2022	0,00	283,11	10.220,93	nd	nd	0,00	-28,45	2.467,44	nd	nd
PT503970352	11000900-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE D	04/10/2022	2.854.692,36	2.854.692,36	765/2022		30/12/2022	0,00	108.840,07	507.165,97	nd	nd	0,00	0,00	2.347.526,39	nd	nd
PT501489126	11000903-SMM PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	20/10/2022	82.635,98	82.635,98	794/2022		17/11/2022	0,00	1.756,47	0,00	nd	nd	0,00	3.873,45	79.777,47	nd	nd
PT500197814	11000904-Empreitada LBA troco MAN-CLB	28/01/2023	160.394,19	160.394,19	874/2022		28/04/2023	0,00	11.457,76	0,00	nd	nd	0,00	34.150,81	160.394,19	nd	nd
PT514189410	11000906-IP8 (EN121) - FERREIRA DO ALENTEJO (KM 51,300) (RC	10/10/2022	78.990,00	97.157,70			17/02/2023	0,00	0,00	7.380,00	nd	nd	0,00	0,00	75.817,20	nd	nd
PT503156000	11000910-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	24/10/2022	103.032,73	103.032,73	849/2022		09/03/2023	0,00	4.055,88	0,00	nd	nd	0,00	12.667,95	101.154,02	nd	nd
PT500274371	11000912-Conceção, fornecimento e montagem do sistema de contro	22/11/2022	413.218,62	413.218,62	952/2022		09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	62.252,74	411.652,72	nd	nd
PT501378375	11000915-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	20/10/2022	8.867,51	8.867,51	839/2022		09/12/2022	0,00	412,39	0,00	nd	nd	0,00	1.480,40	8.740,23	nd	nd
PT503156000	11000915-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	20/10/2022	9.229,44	9.229,44	839/2022		30/12/2022	0,00	429,23	0,00	nd	nd	0,00	1.540,82	9.096,96	nd	nd
PT500741875	11000919- Linha do Norte - Apeadeiro do Paraimo - Conservação e p	07/12/2022	8.625,00	8.625,00			16/03/2023	0,00	71,54	0,00	nd	nd	0,00	0,00	8.625,00	nd	nd
PT502156392	11000925-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	25/11/2022	4.170,40	4.170,40	969/2022		09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.184,41	4.170,40	nd	nd
PT513011935	11000927-EN2 - KM89+848 PONTE DA RÉGUA SOBRE O RIO DOU	31/10/2022	38.033,70	46.781,45			29/02/2024	0,00	0,00	44.792,73	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	11000928-verificação CE, por um Organismo Notificado, dos subsiste	23/11/2022	12.860,00	15.817,80			21/11/2024	0,00	0,00	15.817,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11000929-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	25/10/2022	16.000,00	19.680,00	1652/2022	23/11/2022	09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	14.760,00	nd	nd
PT514750901	11000932-Instalação de Sinalização Eletrónica na Estação do Entron	12/12/2023	246.366,00	246.366,00			21/11/2024	0,00	0,00	34.794,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11000934-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	05/01/2023	268.731,36	268.731,36	9/2023		21/03/2023	0,00	6.921,18	47.677,94	nd	nd	0,00	29.352,00	221.053,42	nd	nd
PT502813237	11000935-IP8 - RELVAS VERDES – GRÂNDOLA - AUMENTO DA CA	15/11/2022	4.470,35	5.498,53	1454/2022	26/12/2022	31/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	3.675,36	nd	nd
PT502668490	11000940-L. ALENTEJO - DUPLICAÇÃO POCEIRÃO - BOMBEL	09/11/2022	90.728,00	111.595,44	1488/2022	04/01/2023	30/09/2024	0,00	0,00	110.857,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11000942-L. NORTE - BOBADELA - RCM PARQUE NORTE - EXECU	23/11/2022	415.246,65	415.246,65	967/2022		09/03/2023	0,00	3.257,81	0,00	nd	nd	0,00	21.714,53	406.836,95	nd	nd
PT500070210	11000946-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	13/02/2023	2.307.777,86	2.307.777,86	57/2023		28/04/2023	0,00	72.278,16	404.703,70	nd	nd	0,00	251.247,65	1.256.076,28	nd	nd
PT500097488	11000946-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	13/02/2023	969.266,70	969.266,70	57/2023		09/05/2023	0,00	30.356,84	147.573,55	nd	nd	0,00	105.524,00	527.552,01	nd	nd
PT500272557	11000946-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	13/02/2023	1.338.511,16	1.338.511,16	57/2023		28/04/2023	0,00	41.921,32	203.792,03	nd	nd	0,00	145.723,62	728.524,22	nd	nd
PT501378375	11000947-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	12/12/2022	141.528,02	141.528,02	1010/2022		31/12/2022	0,00	29.857,38	108.990,14	nd	nd	0,00	4.538,71	29.109,54	nd	nd
PT503156000	11000947-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	12/12/2022	147.304,66	147.304,66	1010/2022		09/03/2023	0,00	31.076,06	113.438,72	nd	nd	0,00	4.722,63	30.297,68	nd	nd
ESA08031098	11000949-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	05/12/2022	246.194,40	246.194,40	970/2022		23/12/2022	0,00	-158,39	30.379,15	nd	nd	0,00	13.696,28	199.449,10	nd	nd
PT503884960	11000952-IPP- NOVO SILO AUTOMÓVEL E CAMPOS DE JOGOS E	26/01/2023	149.628,58	149.628,58	94/2023		23/02/2024	0,00	0,00	149.628,57	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11000960-LINHA DO NORTE. MODERNIZAÇÃO DO TROÇO ENTRE	09/12/2022	6.000,00	7.380,00	1661 2022	26/12/2022	14/03/2024	0,00	0,00	7.134,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	11000964-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	16/01/2023	76.141,71	76.141,71	56/2023		21/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	70.825,95	nd	nd
PT500197814	11000974-Empreitada LBA troco MAN-CLB	02/02/2023	49.344,15	49.344,15	1055/2022		30/05/2023	0,00	1.476,09	0,00	nd	nd	0,00	7.583,23	49.344,15	nd	nd
PT514950994	11000974-Empreitada LBA troco MAN-CLB	02/02/2023	10.106,63	10.106,63	1055/2022		30/05/2023	0,00	302,33	0,00	nd	nd	0,00	1.553,20	10.106,63	nd	nd
PT500070210	11000975-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	02/03/2023	51.201,35	51.201,35	179/2023		30/05/2023	0,00	368,10	21.219,24	nd	nd	0,00	1.095,87	29.982,11	nd	nd
PT500097488	11000975-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	02/03/2023	21.504,57	21.504,57	179/2023		30/05/2023	0,00	154,60	8.912,09	nd	nd	0,00	460,25	12.592,48	nd	nd
PT500272557	11000975-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	02/03/2023	29.696,78	29.696,78	179/2023		30/05/2023	0,00	213,51	12.307,16	nd	nd	0,00	467,99	17.557,24	nd	nd
PT500197814	11000978-L. NORTE - BOBADELA - RCM PARQUE NORTE - EXECU	19/12/2022	97.672,18	97.672,18	1037/2022		09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.950,01	93.930,37	nd	nd
PT503156000	11000980-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	17/01/2023	542.179,15	542.179,15	62/2023		28/04/2023	0,00	19.910,87	0,00	nd	nd	0,00	60.150,69	532.926,76	nd	nd
PT500097488	11000981-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	17/01/2023	82.368,42	82.368,42	1052/2022		09/05/2023	0,00	-29,73	0,00	nd	nd	0,00	9.700,23	82.497,68	nd	nd
PT500197814	11000981-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	17/01/2023	98.867,94	98.867,94	1052/2022		28/04/2023	0,00	-38,86	0,00	nd	nd	0,00	11.643,45	98.997,18	nd	nd
PT500272557	11000981-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	17/01/2023	82.497,68	82.497,68	1052/2022		28/04/2023	0,00	-32,38	0,00	nd	nd	0,00	9.702,86	82.497,68	nd	nd
PT514950994	11000981-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	17/01/2023	66.256,62	66.256,62	1052/2022		28/04/2023	0,00	-23,79	0,00	nd	nd	0,00	7.760,17	65.998,11	nd	nd
PT515323080	11000982-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	06/01/2023	4.500.000,00	4.500.000,00	30/2023	01/02/2023	22/06/2023	0,00	331.262,07	848.158,16	nd	nd	0,00	206.290,53	3.459.636,29	nd	nd
PT501378375	11000983-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	16/12/2022	3.900.000,00	3.900.000,00	1728/2022	01/02/2023	31/05/2023	0,00	112.418,04	697.728,98	nd	nd	0,00	282.066,00	2.475.057,90	nd	nd
PT501378375	11000983-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	20/02/2019	0,00	0,00			13/09/2024	300,00	37,87	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502156392	11000984-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/01/2023	2.161,13	2.161,13	42/2023		19/04/2023	0,00	-16,87	0,00	nd	nd	0,00	664,62	2.161,13	nd	nd
PT980048095	11000984-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/01/2023	15.660,39	15.660,39	42/2023		28/04/2023	0,00	-122,24	0,00	nd	nd	0,00	4.742,36	15.660,39	nd	nd
PT980364426	11000984-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/01/2023	13.499,26	13.499,26	42/2023		28/04/2023	0,00	-105,37	0,00	nd	nd	0,00	4.087,93	13.499,26	nd	nd
PT515323080	11000985-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	06/01/2023	3.750.000,00	3.750.000,00	32/2023	01/02/2023	22/06/2023	0,00	100.319,89	361.396,44	nd	nd	0,00	313.785,77	2.978.293,55	nd	nd
PT515323080	11000985-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	08/03/2019	0,00	0,00			13/09/2024	1.720,00	217,65	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11000987-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	11/01/2023	177.237,45	177.237,45	41/2023		21/03/2023	0,00	46,40	0,00	nd	nd	0,00	18.499,81	177.237,45	nd	nd
PT500072868	11000988-EN14 – Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da	06/01/2023	5.024.300,00	5.024.300,00	23/2023		23/03/2023	0,00	279.858,08	557.926,23	nd	nd	0,00	1.171.262,19	4.414.118,80	nd	nd
PT501378375	11000989-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	02/01/2023	20.446,75	20.446,75	1/2023		21/03/2023	0,00	95,59	5.952,72	nd	nd	0,00	674,48	14.494,03	nd	nd
PT503156000	11000989-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	02/01/2023	5.111,69	5.111,69	1/2023		21/03/2023	0,00	23,90	1.488,18	nd	nd	0,00	168,60	3.623,51	nd	nd
PT501866116	11000990-Linha da Beira Baixa - Implementação de Sistema de Retor	13/03/2023	108.188,70	108.188,70	193/2023		30/05/2023	0,00	280,73	0,00	nd	nd	0,00	14.280,75	104.363,70	nd	nd
PT501378375	11000993-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	16/01/2023	1.581.080,16	1.581.080,16	65/2023		09/03/2023	0,00	70.565,61	257.680,00	nd	nd	0,00	46.171,16	1.320.899,52	nd	nd
PT503156000	11000993-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	16/01/2023	1.645.614,05	1.645.614,05	65/2023		30/03/2023	0,00	73.445,84	268.197,56	nd	nd	0,00	48.055,68	1.374.813,83	nd	nd
PT515323080	11000995-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas Ca	06/01/2023	850.000,00	850.000,00	33/2023	01/02/2023	25/05/2023	0,00	4.632,20	309,82	nd	nd	0,00	94.163,31	845.723,96	nd	nd
PT501489126	11000997-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	20/01/2023	60.324,35	60.324,35	71/2023		23/03/2023	0,00	336,00	0,00	nd	nd	0,00	9,08	50.738,61	nd	nd
PT502156392	11001006-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	27/02/2023	10.942,61	10.942,61	149/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	1.271,66	9.595,47	nd	nd
PT980392608	11001006-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	27/02/2023	43.770,45	43.770,45	149/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	5.086,60	38.381,86	nd	nd
PT514872080	11001009-serviços de Assessoria técnica de apoio ao desenvolviment	10/01/2023	86.100,00	105.903,00			28/04/2023	0,00	16.556,92	17.035,25	nd	nd	0,00	3.903,95	88.867,50	nd	nd
PT502156392	11001010-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	27/02/2023	182.279,39	182.279,39	150/2023		30/05/2023	0,00	677,61	2.523,28	nd	nd	0,00	7.808,78	168.408,96	nd	nd
PT980392608	11001010-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	27/02/2023	729.117,58	729.117,58	150/2023		30/05/2023	0,00	2.710,44	10.093,12	nd	nd	0,00	31.235,09	673.635,83	nd	nd
PT501489126	11001011-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	02/03/2023	101.806,42	101.806,42	163/2023		16/05/2023	0,00	-114,15	0,00	nd	nd	0,00	19.675,77	101.806,42	nd	nd
PT501378375	11001012-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	08/03/2023	262.814,48	262.814,48	181/2023		28/04/2023	0,00	-618,15	34.075,59	nd	nd	0,00	-725,48	192.291,49	nd	nd
PT503156000	11001012-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	08/03/2023	65.703,62	65.703,62	181/2023		28/04/2023	0,00	-154,55	8.518,90	nd	nd	0,00	-181,37	48.072,87	nd	nd
PT513205993	11001013-MONITORIZAÇÃO DE RUÍDO NA REDE RODOVIÁRIA	11/01/2023	9.985,00	12.281,55			30/09/2024	0,00	0,00	6.302,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001015-L.SINES-L. SUL - EDIF. TÉC, SITES GSMR E SUBSTITUIÇ	20/01/2023	28.930,00	35.583,90			31/08/2023	0,00	0,00	26.604,90	nd	nd	0,00	0,00	3.616,20	nd	nd
PT501378375	11001019-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	02/02/2023	3.435,91	3.435,91	106/2023		21/07/2023	0,00	199,15	227,16	nd	nd	0,00	545,57	3.198,68	nd	nd
PT503156000	11001019-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	02/02/2023	1.472,53	1.472,53	106/2023		09/08/2023	0,00	85,34	97,36	nd	nd	0,00	233,81	1.370,86	nd	nd
PT502519533	11001020-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 4, INCLUINDO AVAC, DO	16/03/2023	258.321,59	258.321,59	205/2023		16/06/2023	0,00	8.751,85	15.276,75	nd	nd	0,00	-8.069,07	221.782,19	nd	nd
PT502001364	11001032-L.NORTE - ESTAÇÃO DE ALBERGARIA DOS DOZE E ES	02/03/2023	9.672,00	11.896,56			10/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	8.096,48	nd	nd
PT500070210	11001033-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	17/02/2023	388.236,59	388.236,59			30/05/2023	0,00	18.434,42	188.450,41	nd	nd	0,00	15.486,84	188.012,95	nd	nd
PT500272557	11001033-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	17/02/2023	204.038,92	204.038,92			30/05/2023	0,00	9.513,22	99.040,67	nd	nd	0,00	7.978,05	98.810,78	nd	nd
ESA28217735	11001036-PF18 – Duplicação do troco Verride/Maruial, no Ramal de /	24/02/2023	16.975,00	20.879,25			07/06/2024	0,00	0,00	20.879,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001043-Empreitada de Trabalhos de Reparação e Conservação II,	03/05/2023	276.188,80	276.188,80	377/2023		19/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	98.284,90	nd	nd
PT503040630	11001044-Fiscalização da empreitada de trabalhos de reparação e co	24/02/2023	293.410,60	360.895,04	283/2023	21/04/2023	25/05/2023	0,00	0,00	88.046,68	nd	nd	0,00	0,00	141.332,49	nd	nd
PT501378375	11001049-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	28/02/2023	174.318,73	174.318,73	160 2023		23/05/2023	0,00	8.908,28	28.265,61	nd	nd	0,00	5.023,65	143.854,37	nd	nd
PT503156000	11001049-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	28/02/2023	181.433,77	181.433,77	160 2023		23/05/2023	0,00	9.271,88	29.419,30	nd	nd	0,00	5.228,72	149.725,97	nd	nd
PT980427568	11001052-L. LEIXÕES E CONCORDÂNCIA S.GEMIL - ESTABILIZAC	13/03/2023	77.412,85	77.412,85	191 2023		30/05/2023	0,00	379,72	0,00	nd	nd	0,00	2.343,67	77.412,85	nd	nd
PT502668490	11001054-L.SINES-L. SUL - EDIF. TÉC, SITES GSMR E SUBSTITUIÇ	13/03/2023	5.000,00	6.150,00			29/02/2024	0,00	0,00	6.150,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11001057-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	15/03/2023	94.154,25	115.809,73	391/2023	28/04/2023	18/07/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	115.410,37	nd	nd
PT513959343	11001058-LN - SANTARÉM - BENEF GERAL DA ESTAÇÃO, INCLUI	17/03/2023	12.440,30	12.440,30			25/05/2023	0,00	-1,72	0,00	nd	nd	0,00	0,00	12.440,30	nd	nd
PT503156000	11001060-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	02/03/2023	5.771,63	5.771,63	159/2023		30/05/2023	0,00	545,38	0,00	nd	nd	0,00	-69,35	5.771,64	nd	nd
PT501962336	11001062-PF-65 MODERNIZAÇÃO DO TROCO CASA BRANCA-BE	02/03/2023	25.048,00	30.809,04	292/2023	28/04/2023	21/03/2024	0,00	0,00	30.809,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001065-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	24/03/2023	76.803,22	76.803,22	226/2023		16/05/2023	0,00	-317,86	0,00	nd	nd	0,00	12.511,80	76.803,22	nd	nd
PT501945733	11001067-IP2 - VARIANTE NASCENTE DE ÉVORA	13/03/2023	54.269,00	66.750,87			22/08/2023	0,00	0,00	8.817,87	nd	nd	0,00	0,00	20.481,96	nd	nd
PT502668490	11001072-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	13/03/2023	204.210,00	251.178,30	338/2023	05/05/2023	09/06/2023	0,00	0,00	27.908,70	nd	nd	0,00	0,00	223.269,60	nd	nd
PT503156000	11001073-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	17/03/2023	151.308,48	151.308,48	199/2023		16/06/2023	0,00	3.069,58	30.475,83	nd	nd	0,00	23.353,41	112.294,59	nd	nd
PT507826507	11001076-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	13/03/2023	121.921,89	149.963,92	339/2023	05/05/2023	23/05/2023	0,00	0,00	16.662,66	nd	nd	0,00	0,00	116.638,62	nd	nd
PT507826507	11001077-Estudo Prévio+Projeto de execução -EN222 - A32/IC2 (Nó	06/03/2023	15.026,00	18.481,98	316/2023	03/04/2023	29/12/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	13.644,33	nd	nd
PT500070210	11001078-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	06/03/2023	116.148,36	116.148,36			30/05/2023	0,00	4.350,76	23.398,87	nd	nd	0,00	11.408,92	45.766,70	nd	nd
PT500272557	11001078-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	06/03/2023	61.042,12	61.042,12			30/05/2023	0,00	2.241,30	12.297,34	nd	nd	0,00	5.877,30	24.052,82	nd	nd
PT502668490	11001080-L. ALENTEJO - DUPLICAÇÃO POCEIRÃO - BOMBEL	13/03/2023	30.400,00	37.392,00	346/2023	04/05/2023	30/09/2024	0,00	0,00	37.392,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001081-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	11/04/2023	20.598,30	20.598,30	269/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	4.785,39	16.084,23	nd	nd
PT500197814	11001081-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	11/04/2023	24.717,97	24.717,97	269/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	5.742,46	19.301,08	nd	nd
PT500272557	11001081-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	11/04/2023	20.598,30	20.598,30	269/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	4.785,37	16.084,23	nd	nd
PT514950994	11001081-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	11/04/2023	16.478,64	16.478,64	269/2023		30/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	3.828,31	12.867,39	nd	nd
PT503038113	11001083-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Aparelhos de	17/04/2023	130.900,00	130.900,00	638/2023	05/05/2023	30/06/2023	0,00	6.995,05	0,00	nd	nd	0,00	6.820,31	119.900,00	nd	nd
PT502519533	11001087-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 4, INCLUINDO AVAC, DO	05/04/2023	125.938,90	125.938,90	318 2023		30/06/2023	0,00	8.008,76	24.325,12	nd	nd	0,00	1.474,30	100.534,57	nd	nd
PT500280908	11001088-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	31/03/2023	4.929,79	4.929,79	255/2023		31/12/2024	0,00	0,00	544,63	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001088-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	31/03/2023	4.730,78	4.730,78	255/2023		09/08/2023	0,00	136,19	1.812,42	nd	nd	0,00	136,05	1.825,38	nd	nd
PT501489126	11001090-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	10/05/2023	892.936,07	892.936,07	400/2023		30/06/2023	0,00	11.716,11	78.370,66	nd	nd	0,00	136.107,53	772.471,84	nd	nd
PT500097488	11001091- IC15 – VIADUTO DUARTE PACHECO. REFORÇO SÍSMI	24/03/2023	69.291,74	69.291,74	230 2023		15/08/2023	0,00	0,00	8.190,25	nd	nd	0,00	0,00	61.101,48	nd	nd
PT503439800	11001095-SMM LH AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	24/03/2023	31.194,21	31.194,21	223/2023		21/04/2023	0,00	10,43	0,00	nd	nd	0,00	2.473,72	31.194,21	nd	nd
PT503156000	11001097-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	10/04/2023	345.084,17	345.084,17	266/2023		27/06/2023	0,00	-1.301,46	277.050,47	nd	nd	0,00	39,55	68.033,70	nd	nd
PT500070210	11001101-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	11/05/2023	328.822,21	328.822,21	428/2023		16/06/2023	0,00	1.583,73	6.547,36	nd	nd	0,00	69.903,83	321.419,22	nd	nd
PT500097488	11001101-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	11/05/2023	138.105,32	138.105,32	428/2023		16/06/2023	0,00	665,18	2.749,89	nd	nd	0,00	29.359,61	134.996,08	nd	nd
PT500272557	11001101-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	11/05/2023	190.716,88	190.716,88	428/2023		16/06/2023	0,00	918,56	3.797,47	nd	nd	0,00	40.544,22	186.423,15	nd	nd
PT500023875	11001107-EN347 - KM17+275 - PONTE SOBRE O RIO MONDEGO.	31/03/2023	398.266,51	398.266,51	354/2023		30/06/2023	0,00	0,00	70.658,79	nd	nd	0,00	77.076,23	327.607,72	nd	nd
PT502156392	11001110-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/05/2023	4.342,86	4.342,86	392/2023		22/06/2023	0,00	29,49	0,00	nd	nd	0,00	1.239,64	4.342,86	nd	nd
PT980048095	11001110-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/05/2023	31.470,00	31.470,00	392/2023		09/06/2023	0,00	213,72	0,00	nd	nd	0,00	8.982,95	31.470,00	nd	nd
PT980364426	11001110-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/05/2023	27.127,14	27.127,14	392/2023		09/06/2023	0,00	184,23	0,00	nd	nd	0,00	7.743,29	27.127,14	nd	nd
ESA08031098	11001111-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	14/04/2023	5.371,26	5.371,26	282/2023		16/11/2023	0,00	685,97	4.788,36	nd	nd	0,00	-6,71	582,90	nd	nd
PT502156392	11001111-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	14/04/2023	3.222,75	3.222,75	282/2023		16/11/2023	0,00	411,57	2.873,01	nd	nd	0,00	-4,03	349,74	nd	nd
ESA64381072	11001111-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	14/04/2023	2.148,50	2.148,50	282/2023		21/11/2023	0,00	274,39	1.915,34	nd	nd	0,00	-2,68	233,16	nd	nd
PT501378375	11001112-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	10/05/2023	236.039,90	236.039,90	401/2023		16/06/2023	0,00	7.555,34	116.843,17	nd	nd	0,00	2.185,63	68.927,28	nd	nd
PT503156000	11001112-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	10/05/2023	59.009,99	59.009,99	401/2023		27/06/2023	0,00	1.789,66	29.210,79	nd	nd	0,00	546,40	17.231,81	nd	nd
PT507826507	11001115-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	19/04/2023	517.355,84	636.347,68	699/2023	02/05/2023	28/09/2023	0,00	-9.731,39	160.192,49	nd	nd	0,00	0,00	476.155,17	nd	nd
PT502001364	11001115-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	19/04/2023	502.139,50	617.631,59	699/2023	02/05/2023	28/09/2023	0,00	-9.445,17	295.037,59	nd	nd	0,00	0,00	322.527,35	nd	nd
PT501340114	11001115-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizaç	19/04/2023	502.139,50	617.631,59	699/2023	02/05/2023	28/09/2023	0,00	-9.445,17	190.317,86	nd	nd	0,00	0,00	427.313,73	nd	nd
PT503970352	11001116-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	26/04/2023	704.976,80	704.976,80	408/2023		22/08/2023	0,00	0,00	338.350,97	nd	nd	0,00	0,00	111.943,60	nd	nd
PT503970352	11001116-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	26/04/2023	704.976,80	704.976,80	408/2023		12/10/2023	0,00	0,00	196.979,56	nd	nd	0,00	0,00	7.623,50	nd	nd
PT503970352	11001117-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	19/04/2023	675.999,05	675.999,05	409		11/07/2023	0,00	0,00	279.393,28	nd	nd	0,00	0,00	209.443,71	nd	nd
PT503970352	11001117-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	19/04/2023	675.999,05	675.999,05	409		09/05/2024	0,00	0,00	30.951,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001122-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	504.504,45	504.504,45	482_2023		20/10/2023	0,00	0,00	266.279,67	nd	nd	0,00	0,00	27.101,91	nd	nd
PT503970352	11001122-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	504.504,45	504.504,45	482_2023		11/11/2024	0,00	0,00	22.007,66	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001123-L. NORTE - CASTANHEIRA - AZAMBUJA	10/04/2023	8.275,00	10.178,25	551/2023	25/05/2023	28/06/2024	0,00	0,00	6.657,68	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT507775597	11001127-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	24/05/2023	954.929,17	1.174.562,88	876/2023	10/07/2023	31/08/2023	0,00	39.565,82	207.845,19	nd	nd	0,00	50.687,56	492.052,27	nd	nd
PT514750901	11001128-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	31/05/2023	895.862,60	1.101.911,00	914/2023	10/07/2023	31/08/2023	0,00	60.795,82	312.112,44	nd	nd	0,00	77.883,93	765.668,09	nd	nd
PT514750901	11001129-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	31/05/2023	861.629,36	1.059.804,11	915/2023	10/07/2023	22/08/2023	0,00	58.236,54	302.992,51	nd	nd	0,00	73.668,55	720.425,58	nd	nd
PT506596966	11001130-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	24/05/2023	706.730,57	869.278,60	878/2023	10/07/2023	31/08/2023	0,00	7.701,30	39.191,78	nd	nd	0,00	8.897,92	97.979,45	nd	nd
PT507775597	11001130-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	24/05/2023	706.730,57	869.278,60	878/2023	10/07/2023	28/08/2023	0,00	46.521,64	264.636,88	nd	nd	0,00	45.790,21	449.975,43	nd	nd
PT503451541	11001134-IC35 – PENAFIEL (EN15) / NÓ DE RANS (Ligação à EN10	20/04/2023	348.176,82	348.176,82	349 2023		11/07/2023	0,00	-3.721,46	0,00	nd	nd	0,00	125.033,02	348.176,82	nd	nd
PT503472069	11001135-ER315 MIRANDELA (KM 34+000) E ENT. COM IP2 (BOR\	11/07/2023	475.219,36	475.219,36	701_2023		22/12/2023	0,00	0,00	378.343,24	nd	nd	0,00	0,00	47.674,00	nd	nd
PT500498601	11001136-Manutenção e Assistência Técnica de veículos e Equipame	08/08/2023	100.000,00	123.000,00	1616/2023	13/09/2023	27/12/2023	0,00	7.926,17	122.074,80	nd	nd	0,00	0,00	431,12	nd	nd
PT980494605	11001136-Manutenção e Assistência Técnica de veículos e Equipame	08/08/2023	100.000,00	123.000,00	1616/2023	13/09/2023	20/12/2023	0,00	9.536,48	4.594,72	nd	nd	0,00	0,00	84.647,06	nd	nd
PT506807266	11001138-Vigilância para a PN pedonal ao km 350+098 da Linha do A	23/06/2023	6.724,70	8.271,38			09/04/2024	0,00	0,00	3.618,73	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001139-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	26/04/2023	320.625,00	394.368,75	716/2023	20/06/2023	29/09/2023	0,00	0,00	107.864,85	nd	nd	0,00	0,00	186.154,35	nd	nd
PT501378375	11001140-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	03/05/2023	687.888,58	687.888,58	397/2023		16/06/2023	0,00	61.678,07	151.376,79	nd	nd	0,00	115.990,12	492.384,58	nd	nd
PT503156000	11001140-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	03/05/2023	715.965,64	715.965,64	397/2023		22/06/2023	0,00	64.195,54	157.555,45	nd	nd	0,00	120.724,44	512.481,88	nd	nd
PT501773339	11001148-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	05/06/2023	24.076,36	29.613,92	1082/2023	21/07/2023	29/12/2023	0,00	0,00	17.514,64	nd	nd	0,00	0,00	8.757,32	nd	nd
PT503838189	11001148-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	05/06/2023	60.190,93	74.034,84	1082/2023	21/07/2023	20/12/2023	0,00	0,00	84.674,03	nd	nd	0,00	0,00	9.360,82	nd	nd
PT504092502	11001148-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. Mele	05/06/2023	36.114,54	44.420,88	1082/2023	21/07/2023	29/12/2023	0,00	0,00	31.284,93	nd	nd	0,00	0,00	13.135,97	nd	nd
PT507027140	11001149-Arbitragem AEDL - Sentença Arbitral	11/04/2024	3.816.234,23	4.693.968,10			16/04/2024	0,00	0,00	3.816.234,23	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507027140	11001150-Arbitragem AEDL - Sentença Arbitral	11/04/2024	1.561.833,07	1.561.833,07			16/04/2024	0,00	0,00	1.561.833,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001151-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	31/05/2023	1.476.092,44	1.476.092,44	547/2023		24/08/2023	0,00	0,00	310.474,77	nd	nd	0,00	0,00	56.584,09	nd	nd
PT503970352	11001151-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	31/05/2023	1.476.092,44	1.476.092,44	547/2023		20/10/2023	0,00	0,00	66.267,84	nd	nd	0,00	0,00	31.827,31	nd	nd
PT507383125	11001151-7 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	31/05/2023	1.476.092,44	1.476.092,44	547/2023		31/08/2023	0,00	0,00	239.173,63	nd	nd	0,00	0,00	363.465,72	nd	nd
PT502197714	11001152-12 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.118.952,03	2.118.952,03	426_2023		20/10/2023	0,00	0,00	184.387,02	nd	nd	0,00	0,00	46.518,18	nd	nd
PT502197714	11001152-12 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.118.952,03	2.118.952,03	426 2023		29/09/2023	0,00	-15.004,17	329.363,41	nd	nd	0,00	15.004,17	1.345.114,16	nd	nd
PT505886154	11001152-12 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.118.952,03	2.118.952,03	426 2023		28/09/2023	0,00	-1.702,55	7.608,16	nd	nd	0,00	1.702,55	42.782,99	nd	nd
PT502197714	11001154-10 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	24/05/2023	2.119.044,03	2.119.044,03	496 2023		31/08/2023	0,00	0,00	228.840,49	nd	nd	0,00	0,00	128.866,27	nd	nd
PT502197714	11001154-10 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	24/05/2023	2.119.044,03	2.119.044,03	496 2023		15/08/2023	0,00	0,00	372.886,04	nd	nd	0,00	0,00	1.308.608,39	nd	nd
PT502197714	11001157-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.627.234,01	2.627.234,01	403/2023		12/09/2023	0,00	0,00	84.500,00	nd	nd	0,00	0,00	32.500,00	nd	nd
PT502197714	11001157-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.627.234,01	2.627.234,01	403/2023		29/09/2023	0,00	0,00	363.689,90	nd	nd	0,00	0,00	1.515.686,16	nd	nd
PT505886154	11001157-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.627.234,01	2.627.234,01	403/2023		31/10/2023	0,00	0,00	36.657,39	nd	nd	0,00	0,00	44.731,82	nd	nd
PT504818384	11001157-14 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	10/05/2023	2.627.234,01	2.627.234,01	403/2023		27/08/2024	0,00	0,00	195.796,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001158-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	858.155,53	858.155,53	465/2023		22/08/2023	0,00	0,00	275.776,08	nd	nd	0,00	0,00	56.499,80	nd	nd
PT503970352	11001158-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	858.155,53	858.155,53	465/2023		22/08/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	10.748,43	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	11001158-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	858.155,53	858.155,53	465/2023		31/07/2023	0,00	0,00	78.755,00	nd	nd	0,00	158,25	5.786,90	nd	nd
PT502442271	11001158-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	858.155,53	858.155,53	465/2023		31/07/2023	0,00	-9.446,60	116.544,04	nd	nd	0,00	9.446,60	212.635,07	nd	nd
PT503970352	11001164-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	01/06/2023	650.743,85	650.743,85	54		20/10/2023	0,00	0,00	121.916,47	nd	nd	0,00	0,00	30.078,44	nd	nd
PT503970352	11001164-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	01/06/2023	650.743,85	650.743,85	54		20/10/2023	0,00	0,00	89.669,78	nd	nd	0,00	0,00	56.515,75	nd	nd
PT502156392	11001165-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	12/05/2023	140.553,79	140.553,79	414/2023		22/06/2023	0,00	364,47	6.132,94	nd	nd	0,00	36.792,45	134.420,85	nd	nd
PT980392608	11001165-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	12/05/2023	562.216,15	562.216,15	414/2023		22/06/2023	0,00	1.457,87	24.531,71	nd	nd	0,00	147.169,77	537.683,44	nd	nd
PT503970352	11001166-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	631.089,26	631.089,26	424/2023		20/10/2023	0,00	0,00	105.460,36	nd	nd	0,00	0,00	26.766,00	nd	nd
PT503970352	11001166-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	631.089,26	631.089,26	424/2023		20/10/2023	0,00	0,00	100.383,24	nd	nd	0,00	0,00	25.027,16	nd	nd
PT507383125	11001166-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	631.089,26	631.089,26	424/2023		20/10/2023	0,00	0,00	1.343,00	nd	nd	0,00	0,00	101.936,07	nd	nd
PT507383125	11001166-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	631.089,26	631.089,26	424/2023		21/11/2023	0,00	0,00	10.260,83	nd	nd	0,00	0,00	6.873,00	nd	nd
PT503156000	11001167-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	05/07/2023	6.505.176,68	6.505.176,68	658/2023		31/08/2023	0,00	550.346,41	0,00	nd	nd	0,00	1.137.789,51	6.505.176,68	nd	nd
PT503970352	11001169-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	01/06/2023	1.994.933,91	1.994.933,91	554/2023		20/10/2023	0,00	0,00	522.096,35	nd	nd	0,00	0,00	43.476,00	nd	nd
PT503970352	11001169-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	01/06/2023	1.994.933,91	1.994.933,91	554/2023		31/10/2023	0,00	0,00	723.179,19	nd	nd	0,00	0,00	522.856,98	nd	nd
PT503970352	11001170-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	943.742,51	943.742,51	450 2023		20/10/2023	0,00	0,00	117.274,35	nd	nd	0,00	0,00	27.879,51	nd	nd
PT503970352	11001170-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	943.742,51	943.742,51	450 2023		22/08/2023	0,00	0,00	45.361,52	nd	nd	0,00	0,00	125.737,78	nd	nd
PT500173532	11001170-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	943.742,51	943.742,51	450 2023		27/05/2024	0,00	0,00	7.609,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	11001170-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	15/05/2023	943.742,51	943.742,51	450 2023		15/08/2023	0,00	-0,90	104.430,89	nd	nd	0,00	0,00	288.131,29	nd	nd
PT503970352	11001171-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	12/05/2023	964.175,40	964.175,40	415/2023		22/08/2023	0,00	0,00	193.416,25	nd	nd	0,00	0,00	50.591,70	nd	nd
PT503970352	11001171-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	12/05/2023	964.175,40	964.175,40	415/2023		22/08/2023	42.983,52	0,00	0,00	nd	nd	37.800,03	0,00	0,00	nd	nd
PT503472069	11001171-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	12/05/2023	964.175,40	964.175,40	415/2023		31/07/2023	0,00	0,00	20.119,60	nd	nd	0,00	0,00	359.005,40	nd	nd
PT502197714	11001173-8 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	10/05/2023	432.559,20	432.559,20	447 2023		15/08/2023	0,00	0,00	263.986,63	nd	nd	0,00	0,00	61.050,00	nd	nd
PT505886154	11001173-8 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	10/05/2023	42.275,60	42.275,60	447 2023		24/08/2023	0,00	0,00	10.694,82	nd	nd	0,00	0,00	11.513,50	nd	nd
PT503970352	11001174-17 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	12/05/2023	1.014.175,03	1.014.175,03	448/2023		22/08/2023	0,00	0,00	163.242,41	nd	nd	0,00	0,00	104.280,09	nd	nd
PT503970352	11001174-17 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	12/05/2023	1.014.175,03	1.014.175,03	448/2023		22/08/2023	0,00	0,00	123.684,68	nd	nd	0,00	0,00	53.481,25	nd	nd
PT503970352	11001175-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	1.407.627,77	1.407.627,77	500 2023		22/08/2023	0,00	0,00	344.357,43	nd	nd	0,00	0,00	119.685,35	nd	nd
PT503970352	11001175-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	1.407.627,77	1.407.627,77	500 2023		22/08/2023	0,00	0,00	59.330,59	nd	nd	0,00	0,00	55.743,78	nd	nd
PT516016563	11001175-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	1.407.627,77	1.407.627,77	500 2023		30/07/2024	0,00	0,00	7.890,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516016563	11001175-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	23/05/2023	1.407.627,77	1.407.627,77	500 2023		22/08/2023	0,00	-86.683,92	89.751,64	nd	nd	0,00	86.683,92	449.198,36	nd	nd
PT503970352	11001176-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/05/2023	902.922,70	902.922,70	498 2023		22/08/2023	0,00	0,00	150.087,63	nd	nd	0,00	0,00	23.368,22	nd	nd
PT503970352	11001176-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/05/2023	902.922,70	902.922,70	498 2023		22/08/2023	0,00	0,00	50.303,77	nd	nd	0,00	0,00	83.744,06	nd	nd
PT516016563	11001176-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/05/2023	902.922,70	902.922,70	498 2023		28/06/2024	0,00	0,00	6.335,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516016563	11001176-16 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	23/05/2023	902.922,70	902.922,70	498 2023		31/07/2023	0,00	0,00	38.120,15	nd	nd	0,00	0,00	311.029,85	nd	nd
PT500097488	11001177-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/06/2023	32.061,14	32.061,14	540/2023		18/07/2023	0,00	-548,67	0,00	nd	nd	0,00	7.852,04	31.667,51	nd	nd
PT500197814	11001177-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/06/2023	38.473,35	38.473,35	540/2023		18/07/2023	0,00	-658,40	0,00	nd	nd	0,00	9.422,48	38.001,01	nd	nd
PT500272557	11001177-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/06/2023	32.061,14	32.061,14	540/2023		31/07/2023	0,00	-548,67	0,00	nd	nd	0,00	7.852,06	31.667,51	nd	nd
PT514950994	11001177-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	05/06/2023	25.648,89	25.648,89	540/2023		18/07/2023	0,00	-438,93	0,00	nd	nd	0,00	6.281,64	25.334,00	nd	nd
PT500197814	11001180-Empreitada LBA troco MAN-CLB	25/08/2023	915.539,37	915.539,37	783/2023		29/11/2023	0,00	146.533,82	464.346,71	nd	nd	0,00	68.069,45	425.809,69	nd	nd
PT514950994	11001180-Empreitada LBA troco MAN-CLB	25/08/2023	187.520,11	187.520,11	783/2023		30/11/2023	0,00	22.721,74	95.107,16	nd	nd	0,00	21.263,42	87.214,04	nd	nd
PT502197714	11001181-5 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	07/06/2023	554.695,53	554.695,53	497 2023		22/08/2023	0,00	0,00	99.290,40	nd	nd	0,00	6.273,11	87.858,00	nd	nd
PT502197714	11001181-5 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	07/06/2023	554.695,53	554.695,53	497 2023		29/09/2023	155.949,42	0,00	0,00	nd	nd	157.117,12	0,00	0,00	nd	nd
PT503864960	11001182-IPP- NOVO SILO AUTOMÓVEL E CAMPOS DE JOGOS E	16/06/2023	111.600,70	111.600,70			29/02/2024	0,00	0,00	111.600,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001183-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	06/06/2023	52.650,00	52.650,00	558 2023		09/05/2024	0,00	0,00	52.650,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500775540	11001183-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	06/06/2023	1.647.350,00	1.647.350,00	558 2023		31/10/2023	0,00	0,00	559.475,10	nd	nd	0,00	0,00	1.087.874,90	nd	nd
PT500032033	11001184-L SINTRA – BENEFICIAÇÃO GERAL DA ESTAÇÃO DE A	29/09/2023	30.000,00	36.900,00			29/02/2024	0,00	0,00	36.900,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001185-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	30/06/2023	26.394,69	26.394,69	652 2023		09/05/2024	0,00	0,00	18.622,03	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508307880	11001185-9 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	30/06/2023	1.073.605,70	1.073.605,70	652 2023		28/09/2023	0,00	0,00	574.718,02	nd	nd	0,00	0,00	498.887,38	nd	nd
PT501489126	11001187-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	05/06/2023	343.819,27	343.819,27	541/2023		11/07/2023	0,00	10.135,51	11.723,93	nd	nd	0,00	44.895,64	274.874,32	nd	nd
PT514345810	11001188-IPP-REMODELAÇÃO DO EDIFÍCIO 4 E 5 DO CAMPUS PF	06/07/2023	60.429,52	60.429,52			29/09/2023	0,00	6.914,45	0,00	nd	nd	0,00	0,00	60.429,51	nd	nd
PT501489126	11001189-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	07/07/2023	1.058.926,26	1.058.926,26	665/2023		31/08/2023	0,00	5.621,41	67.216,75	nd	nd	0,00	144.480,64	991.709,51	nd	nd
PT514950994	11001191-LINHA DO DOURO - ENTRE PK 151,335 E PK 163,100 - F	23/06/2023	295.583,20	295.583,20	613/2023		18/07/2023	0,00	-475,44	0,00	nd	nd	0,00	9.826,66	294.743,20	nd	nd
PT501436162	11001193-EN244 - km30+800 .32+400. ESTABILIZAÇÃO DE TALUD	30/05/2023	18.028,17	18.028,17			24/08/2023	0,00	0,00	306,97	nd	nd	0,00	0,00	14.225,76	nd	nd
PT506370836	11001195-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/05/2023	12.113,75	12.113,75			22/08/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	12.100,35	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500692564	11001197-L. NORTE – ESTAÇÃO DE COIMBRA B – REFORMULAÇ	07/06/2023	29.900,00	36.777,00			12/09/2024	0,00	0,00	36.777,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502519533	11001199-IPP-REMODELAÇÃO DO PISO 4, INCLUINDO AVAC, DO	13/07/2023	228.486,43	228.486,43	698_2023		19/09/2023	0,00	3.416,91	44.509,26	nd	nd	0,00	0,00	183.976,70	nd	nd
ESA08031098	11001200-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	15/06/2023	576.654,12	576.654,12	573/2023		09/08/2023	0,00	597,67	11.688,74	nd	nd	0,00	71.861,57	550.127,04	nd	nd
PT503231100	11001202-Prestação de Serviços de Assessoria, Fiscalização e Coorc	11/07/2023	747.995,00	920.033,85	1418/2023	09/10/2023	14/11/2023	0,00	0,00	259.285,54	nd	nd	0,00	0,00	660.748,31	nd	nd
ESA08031098	11001204-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	22/08/2023	489.182,82	489.182,82	816/2023		16/11/2023	0,00	-9.080,70	280.102,01	nd	nd	0,00	-228,63	22.088,39	nd	nd
PT502156392	11001204-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	22/08/2023	293.509,69	293.509,69	816/2023		16/11/2023	0,00	4.663,44	157.630,58	nd	nd	0,00	-137,18	13.253,03	nd	nd
ESA64381072	11001204-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	22/08/2023	195.673,13	195.673,13	816/2023		21/11/2023	0,00	-3.632,26	112.040,79	nd	nd	0,00	-91,45	8.835,35	nd	nd
PT506370836	11001205-5 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	06/07/2023	9.851,25	9.851,25			19/10/2023	0,00	0,00	1.320,00	nd	nd	0,00	0,00	8.475,25	nd	nd
PT502533447	11001206-Manutenção de 86 PN's na area COMN e 52 PN's na area	04/07/2023	120.474,00	148.183,02	1298/2023	01/08/2023	21/11/2023	0,00	20.281,84	109.526,62	nd	nd	0,00	0,00	38.656,44	nd	nd
PT501378375	11001213-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	04/07/2023	27.796,76	27.796,76	644/2023		31/08/2023	0,00	949,59	269,37	nd	nd	0,00	3.459,42	27.527,39	nd	nd
PT503156000	11001213-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	04/07/2023	11.912,89	11.912,89	644/2023		31/08/2023	0,00	406,97	115,44	nd	nd	0,00	1.482,60	11.797,45	nd	nd
PT502156392	11001215-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	13/07/2023	4.840,28	4.840,28	692/2023		15/08/2023	0,00	0,00	0,01	nd	nd	0,00	1.080,03	4.840,27	nd	nd
PT980364426	11001215-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	13/07/2023	30.234,21	30.234,21	692/2023		10/08/2023	0,00	0,00	0,01	nd	nd	0,00	6.746,27	30.234,20	nd	nd
PT503838160	11001216-R. DA PETROQUÍMICA – COMPLEXO DE SINES - REABI	12/06/2023	8.960,00	11.020,80			06/10/2023	0,00	0,00	1.653,12	nd	nd	0,00	0,00	9.367,68	nd	nd
PT503970352	11001217-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE D	28/06/2023	655.793,12	655.793,12	616/2023		20/10/2023	0,00	0,00	129.106,01	nd	nd	0,00	0,00	84.947,96	nd	nd
PT503970352	11001217-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE D	04/10/2022	655.793,12	655.793,12	765/2022		07/11/2023	0,00	0,00	132.722,46	nd	nd	0,00	0,00	309.116,70	nd	nd
PT503970352	11001218-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	23/06/2023	21.531,80	21.531,80	634_2023		08/12/2023	0,00	0,00	3.162,60	nd	nd	0,00	0,00	15.612,68	nd	nd
PT501378375	11001219-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	13/07/2023	96.231,31	96.231,31	691/2023		31/08/2023	0,00	1.399,85	15.033,29	nd	nd	0,00	1.984,21	69.891,52	nd	nd
PT503156000	11001219-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	13/07/2023	23.830,33	23.830,33	691/2023		31/08/2023	0,00	349,96	3.758,32	nd	nd	0,00	496,06	17.472,89	nd	nd
PT503451541	11001220-IC35 – PENAFIEL (EN15) / NÓ DE RANS (Ligação à EN10	06/07/2023	695.427,68	695.427,68	672_2023		26/09/2023	0,00	31.935,35	81.495,50	nd	nd	0,00	195.120,23	613.932,18	nd	nd
PT503439800	11001221-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	21/06/2023	49.759,60	49.759,60	601/2023		22/08/2023	0,00	314,34	0,00	nd	nd	0,00	6.226,46	49.759,60	nd	nd
PT507826507	11001222-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	29/06/2023	13.425,00	16.512,75	1679/2023	18/07/2023	29/02/2024	0,00	0,00	16.512,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	11001224-A20/A28 (IC23) - PONTE DO FREIXO E PONTE DA ARRÁ	22/06/2023	73.209,00	90.047,07			05/04/2024	0,00	0,00	69.650,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	11001225-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	24/05/2023	373.377,27	459.254,04			19/10/2023	0,00	25.784,16	131.215,44	nd	nd	0,00	33.439,56	328.038,60	nd	nd
PT503156000	11001226-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	05/07/2023	621.302,37	621.302,37	658/2023		28/09/2023	0,00	39.313,32	75.981,47	nd	nd	0,00	-16.235,71	505.959,39	nd	nd
PT500070210	11001229-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	17/08/2023	39.742,28	39.742,28	795/2023		28/09/2023	0,00	-266,80	5.619,68	nd	nd	0,00	7.175,04	34.122,60	nd	nd
PT500097488	11001229-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	17/08/2023	16.691,76	16.691,76	795/2023		28/09/2023	0,00	-112,07	2.360,27	nd	nd	0,00	3.013,51	14.331,49	nd	nd
PT500272557	11001229-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	17/08/2023	23.050,52	23.050,52	795/2023		28/09/2023	0,00	-154,73	3.259,41	nd	nd	0,00	4.161,53	19.791,11	nd	nd
PT508592747	11001231-MELHORIA DE ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL	25/08/2023	9.850,00	12.115,50			17/05/2024	0,00	0,00	12.115,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515598968	11001233-Aquisição de serviços de localização de viaturas	25/07/2023	8.742,36	10.753,10			20/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	10.617,93	nd	nd
PT502156392	11001235-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	02/08/2023	732.782,37	732.782,37	753/2023		31/10/2023	0,00	183,46	22.680,80	nd	nd	0,00	158.724,41	620.715,31	nd	nd
PT980392608	11001235-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	02/08/2023	2.931.129,44	2.931.129,44	753/2023		22/09/2023	0,00	733,87	90.723,21	nd	nd	0,00	634.897,69	2.482.861,27	nd	nd
PT501962336	11001236-PF-65 MODERNIZAÇÃO DO TROCO CASA BRANCA-BE	04/07/2023	95.700,00	117.711,00	1282/2023	14/07/2023	06/08/2024	0,00	0,00	117.711,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001240-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/07/2023	22.329,83	22.329,83	700/2023		28/09/2023	0,00	-374,57	0,00	nd	nd	0,00	4.005,03	22.329,83	nd	nd
PT500197814	11001240-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/07/2023	26.795,77	26.795,77	700/2023		19/09/2023	0,00	-800,00	0,00	nd	nd	0,00	5.156,54	26.795,77	nd	nd
PT500272557	11001240-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/07/2023	22.329,83	22.329,83	700/2023		28/09/2023	0,00	-666,66	0,00	nd	nd	0,00	4.297,11	22.329,83	nd	nd
PT514950994	11001240-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/07/2023	17.863,87	17.863,87	700/2023		28/09/2023	0,00	-299,66	0,00	nd	nd	0,00	3.204,02	17.863,87	nd	nd
PT501912290	11001242-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos para	19/07/2023	43.095,42	53.007,37	1964 2023	20/09/2023	30/11/2023	0,00	0,00	33.973,59	nd	nd	0,00	0,00	16.527,68	nd	nd
PT502117281	11001245-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza Grupo IP - Lote 2 e 3	31/07/2023	59.282,40	72.917,35			06/02/2024	0,00	0,00	45.264,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001248-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	18/07/2023	90.268,48	90.268,48	722 2023		09/12/2024	0,00	0,00	90.268,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501312463	11001248-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	18/07/2023	1.414.700,79	1.414.700,79	722 2023		09/05/2024	0,00	0,00	1.414.700,79	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001249-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	19/07/2023	61.012,66	61.012,66	730 2023		30/09/2024	0,00	0,00	56.709,68	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507383125	11001249-11 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	19/07/2023	1.122.028,26	1.122.028,28	730 2023		30/11/2023	0,00	0,00	804.899,99	nd	nd	0,00	0,00	317.328,29	nd	nd
PT500247480	11001250-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	11/07/2023	2.408.815,60	2.408.815,60			31/08/2023	0,00	0,00	246.877,80	nd	nd	0,00	0,00	2.161.937,80	nd	nd
PT500247480	11001251-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	23/08/2023	2.496.611,30	2.496.611,30	824/2023		17/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	2.496.611,29	nd	nd
ESA08031098	11001252-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	13/07/2023	294.787,93	294.787,93	693/2023		15/08/2023	0,00	5.452,05	27.422,07	nd	nd	0,00	56.734,58	255.323,51	nd	nd
PT503156000	11001253-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	28/07/2023	205.833,32	205.833,32	751/2023		28/09/2023	0,00	6.878,22	65.461,01	nd	nd	0,00	12.784,67	108.606,55	nd	nd
PT503439800	11001255-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	11/07/2023	13.072,18	13.072,18	695 2023		22/08/2023	0,00	10,64	44,11	nd	nd	0,00	1.041,27	13.072,18	nd	nd
PT500316066	11001256-EN1 - KM 45+300 (OTA); EN1 - KM30+500 (VALA DO CAF	18/07/2023	11.684,98	11.684,98			20/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	11.811,38	nd	nd
PT501489126	11001257-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	17/08/2023	337.593,83	337.593,83	794/2023		12/09/2023	0,00	13.865,33	102.746,35	nd	nd	0,00	38.330,28	232.556,39	nd	nd
ESA28854727	11001260-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	04/08/2023	135.707,34	135.707,34	DFC/ 34843/2		12/09/2023	0,00	2.723,77	2.044,78	nd	nd	0,00	37.561,56	192.222,25	nd	nd
ESA33014218	11001260-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	04/08/2023	171.748,61	171.748,61	DFC/ 34843/2		12/09/2023	0,00	2.723,77	2.044,79	nd	nd	0,00	37.561,57	192.222,24	nd	nd
PT500280908	11001261-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	07/09/2023	761,23	761,23	874/2023		17/05/2024	0,00	129,69	1.491,74	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001263-Empreitada LBA troco MAN-CLB	13/10/2023	241.093,81	241.093,81	986/2023		29/11/2023	0,00	30.371,22	124.216,77	nd	nd	0,00	22.246,76	87.497,78	nd	nd
PT514950994	11001263-Empreitada LBA troco MAN-CLB	13/10/2023	49.380,66	49.380,66	986/2023		29/12/2023	0,00	6.220,61	25.441,99	nd	nd	0,00	3.534,69	17.921,23	nd	nd
PT502197714	11001264-IC2/EN1 - BENEFICIAÇÃO ENTRE ASSEICEIRA (KM 65+2	18/07/2023	374.558,12	374.558,12	725 2023		21/11/2023	0,00	0,00	37.944,90	nd	nd	0,00	0,00	336.613,22	nd	nd
PT503156000	11001266-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	10/08/2023	325.477,27	325.477,27	771/2023		28/06/2024	0,00	18.715,58	199.476,01	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001269-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	23/08/2023	296.295,77	296.295,77	817/2023		24/10/2023	0,00	35.834,22	175.594,61	nd	nd	0,00	1.710,52	11.150,03	nd	nd
PT503156000	11001269-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço Far	23/08/2023	74.073,95	74.073,95	817/2023		24/10/2023	0,00	8.958,58	43.898,68	nd	nd	0,00	427,62	2.787,50	nd	nd
PT500173532	11001270-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Norte	14/08/2023	418.481,25	418.481,25	787/2023		08/12/2023	0,00	0,00	6.188,70	nd	nd	0,00	74.427,96	412.292,55	nd	nd
PT503156000	11001273-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	11/08/2023	2.984,68	2.984,68	776/2023		29/11/2024	0,00	0,00	1.166,68	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001275- IC15 – VIADUTO DUARTE PACHECO. REFORÇO SÍSMI	25/08/2023	200.402,79	200.402,79	923/2023		21/12/2023	0,00	0,00	37.403,59	nd	nd	0,00	0,00	162.992,11	nd	nd
PT503694479	11001276-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGETAÇ	18/08/2023	230.972,00	244.830,32	827/2023		21/11/2023	0,00	0,00	9.010,00	nd	nd	0,00	0,00	235.820,32	nd	nd
PT501945733	11001277-IP2 - VARIANTE NASCENTE DE ÉVORA	10/08/2023	10.760,00	13.234,80			30/04/2024	0,00	0,00	13.234,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001278-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	09/08/2023	1.035.975,21	1.035.975,21	765/2023		03/10/2023	0,00	65.884,47	245.994,92	nd	nd	0,00	66.071,53	766.590,00	nd	nd
PT503156000	11001278-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	09/08/2023	1.078.259,90	1.078.259,90	765/2023		28/09/2023	0,00	78.034,95	246.574,24	nd	nd	0,00	68.768,33	797.879,38	nd	nd
PT501489126	11001279-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	12/10/2023	1.123.484,28	1.123.484,28	982/2023		14/11/2023	0,00	30.494,43	151.062,45	nd	nd	0,00	128.201,59	773.269,74	nd	nd
PT513675418	11001280-EN108, EN320, EN321 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES E	23/08/2023	55.618,75	55.618,75	1794/2023	26/09/2023	22/12/2023	0,00	0,00	17.359,75	nd	nd	0,00	0,00	38.259,00	nd	nd
PT502533447	11001282-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Instalações E	27/09/2023	266.417,76	327.693,84	2108/2023	11/02/2024	30/04/2024	0,00	0,00	327.693,91	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001285-L. ALENTEJO - DUPLICAÇÃO POCEIRÃO - BOMBEL	24/08/2023	9.552,00	11.748,96	1806/2023	24/09/2023	30/09/2024	0,00	0,00	11.748,96	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501436182	11001286-EN244 - km30+800 32+400, ESTABILIZAÇÃO DE TALUD	04/09/2023	44.180,53	44.180,53			08/12/2023	0,00	0,00	5.330,12	nd	nd	0,00	0,00	38.850,41	nd	nd
PT500983363	11001287-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos para	30/08/2023	126.421,89	155.498,92	Processo 18	13/09/2023	30/11/2023	0,00	0,00	127.457,30	nd	nd	0,00	0,00	28.041,64	nd	nd
PT514750901	11001289-Instalação de Sinalização Eletrónica na Estação do Entron	29/01/2024	103.564,79	103.564,79	127 2024		31/05/2024	0,00	3.013,65	102.363,96	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001293-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	22/08/2023	24.471,51	24.471,51	813/2023		28/09/2023	0,00	560,78	0,00	nd	nd	0,00	0,00	24.471,51	nd	nd
PT503970352	11001294-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	15/09/2023	47.475,00	47.475,00	972/2023		31/01/2024	0,00	0,00	47.475,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001295-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	10/01/2024	6.510,00	8.007,30	97/2024	22/02/2024	14/03/2024	0,00	0,00	8.007,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001296-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	28/09/2023	5.420.865,94	5.420.865,94	938/2023		21/12/2023	0,00	122.682,00	2.576.811,58	nd	nd	0,00	81.226,16	397.645,20	nd	nd
PT980427568	11001298-L. DOURO - CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTU	24/08/2023	60.553,95	60.553,95	DOSSIÊ N.º 8		30/11/2023	0,00	0,00	51.550,95	nd	nd	0,00	0,00	9.003,00	nd	nd
ESA08031098	11001303-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	15/09/2023	17.568,78	17.568,78	894/2023		16/11/2023	0,00	-34,89	6.005,62	nd	nd	0,00	0,00	4.091,10	nd	nd
PT502156392	11001303-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	15/09/2023	10.541,27	10.541,27	894/2023		16/11/2023	0,00	18,37	3.564,04	nd	nd	0,00	0,00	2.454,66	nd	nd
ESA64381072	11001303-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	15/09/2023	7.027,52	7.027,52	894/2023		21/11/2023	0,00	-13,94	2.402,25	nd	nd	0,00	0,00	1.636,44	nd	nd
PT505394847	11001304-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	04/10/2023	40.175,00	40.175,00	956 2023		07/12/2023	0,00	0,00	23.460,35	nd	nd	0,00	0,00	5.751,20	nd	nd
PT515014893	11001304-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	04/10/2023	40.175,00	40.175,00	956 2023		22/12/2023	0,00	0,00	23.460,36	nd	nd	0,00	0,00	5.751,20	nd	nd
PT501312463	11001305-2 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	18/09/2023	363.964,50	363.964,50	Dossiê n.º 9		27/08/2024	0,00	0,00	363.964,51	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT500072868	11001306-EN14 – Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da	15/09/2023	3.409.284,23	3.409.284,23	944/2023		16/11/2023	0,00	762.484,20	2.460.850,29	nd	nd	0,00	255.211,00	927.814,18	nd	nd
PT503156000	11001308-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	01/09/2023	630,97	630,97	854/2023		26/10/2023	0,00	-1,88	0,00	nd	nd	0,00	3,95	630,97	nd	nd
PT503970352	11001309-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Norte	06/09/2023	921.817,24	921.817,24	865/2023		20/12/2023	0,00	336.483,50	647.984,45	nd	nd	0,00	0,00	273.832,79	nd	nd
PT500280908	11001310-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	21/09/2023	80.222,93	80.222,93	903/2023		17/05/2024	0,00	701,85	7.975,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001310-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	21/09/2023	76.984,45	76.984,45	903/2023		31/01/2024	0,00	6.160,35	104.464,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001311-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	04/10/2023	1.717,76	1.717,76	950/2023		29/12/2023	0,00	0,00	1.125,90	nd	nd	0,00	0,00	221,78	nd	nd
PT500197814	11001311-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	04/10/2023	2.061,31	2.061,31	950/2023		31/01/2024	0,00	0,00	1.617,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001311-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	04/10/2023	1.717,76	1.717,76	950/2023		29/12/2023	0,00	-0,01	1.125,90	nd	nd	0,00	0,00	221,78	nd	nd
PT514950994	11001311-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	04/10/2023	1.374,21	1.374,21	950/2023		29/12/2023	0,00	0,00	900,72	nd	nd	0,00	0,00	177,42	nd	nd
PT501489126	11001314-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	30/10/2023	259.892,45	259.892,45	1056/2023		30/11/2023	0,00	5.019,25	45.724,58	nd	nd	0,00	4.266,22	116.784,82	nd	nd
PT503156000	11001315-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	04/10/2023	133.615,40	133.615,40	948/2023		25/12/2023	0,00	10.574,05	53.236,94	nd	nd	0,00	14.590,38	71.432,21	nd	nd
PT500023875	11001318-EN347 - KM17+275 - PONTE SOBRE O RIO MONDEGO.	22/09/2023	27.857,49	27.857,49	952_2023		23/02/2024	0,00	0,00	27.857,49	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500326517	11001320-LIGAÇÃO À ÁREA INDUSTRIAL DE FONTISCOS E ERMI	19/09/2023	145.836,47	145.836,47	949_2023		14/12/2023	0,00	0,00	5.074,75	nd	nd	0,00	0,00	140.761,72	nd	nd
PT501378375	11001322-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	09/10/2023	25.014,85	25.014,85	959/2023		21/11/2023	0,00	0,00	857,76	nd	nd	0,00	331,84	10.678,11	nd	nd
PT503156000	11001322-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	09/10/2023	10.720,56	10.720,56	959/2023		21/11/2023	0,00	-53,15	367,61	nd	nd	0,00	142,22	4.662,05	nd	nd
PT502017368	11001325-Radio Comunicações Privativas	21/09/2023	227.867,98	227.867,98			11/10/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	226.373,03	nd	nd
PT500070210	11001327-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	28/10/2023	651.687,80	651.687,80	1080_2023		29/12/2023	0,00	116.621,25	177.160,85	nd	nd	0,00	0,00	442.879,10	nd	nd
PT500097488	11001327-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	28/10/2023	273.708,88	273.708,88	1080_2023		29/12/2023	0,00	48.980,95	61.902,63	nd	nd	0,00	0,00	186.009,22	nd	nd
PT500272557	11001327-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	28/10/2023	377.978,92	377.978,92	1080_2023		29/12/2023	0,00	67.640,33	85.484,57	nd	nd	0,00	0,00	256.869,88	nd	nd
PT501489126	11001328-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	17/10/2023	689.637,64	689.637,64	1003/2023		14/11/2023	0,00	23.372,42	135.060,75	nd	nd	0,00	51.976,26	399.572,31	nd	nd
PT502493984	11001329-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	02/10/2023	120.586,49	120.586,49	954_2023		14/12/2023	0,00	18.098,68	12.675,20	nd	nd	0,00	0,00	107.911,28	nd	nd
PT503439800	11001330-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	16/10/2023	46.004,46	46.004,46	993/2023		25/12/2023	0,00	1.057,34	46.004,46	nd	nd	0,00	868,98	0,00	nd	nd
PT502001364	11001333-EN222 - Ponte das Bateiras (km 152+490) e S. João Pesq	06/11/2023	28.139,50	34.611,59			30/04/2024	0,00	0,00	32.273,72	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001334-Empreitada LBA troco MAN-CLB	16/11/2023	133.270,48	133.270,48	1122/2023		29/12/2023	0,00	-1.222,15	858,14	nd	nd	0,00	15.924,84	129.592,75	nd	nd
PT514950994	11001334-Empreitada LBA troco MAN-CLB	16/11/2023	27.296,37	27.296,37	1122/2023		29/12/2023	0,00	-250,32	175,77	nd	nd	0,00	3.261,71	26.543,09	nd	nd
PT500197814	11001335-Empreitada LBA troco MAN-CLB	06/12/2023	366.758,20	366.758,20	1194/2023		21/02/2024	0,00	96.822,36	366.758,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001335-Empreitada LBA troco MAN-CLB	06/12/2023	75.119,15	75.119,15	1194/2023		21/02/2024	0,00	19.831,12	75.119,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001336-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	17/10/2023	61.266,99	61.266,99	999/2023		16/11/2023	0,00	-1.500,74	18.077,72	nd	nd	0,00	3.529,43	48.683,10	nd	nd
PT502156392	11001336-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	17/10/2023	36.760,20	36.760,20	999/2023		16/11/2023	0,00	2.395,84	7.550,33	nd	nd	0,00	2.117,65	29.209,86	nd	nd
ESA64381072	11001336-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	17/10/2023	24.506,80	24.506,80	999/2023		21/11/2023	0,00	-600,29	7.231,09	nd	nd	0,00	1.411,77	19.473,24	nd	nd
PT501378375	11001337-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	09/10/2023	865.193,99	865.193,99	983 2023		29/12/2023	0,00	128.626,47	460.232,39	nd	nd	0,00	90.219,23	393.778,73	nd	nd
PT503156000	11001337-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	09/10/2023	900.508,02	900.508,02	983 2023		29/12/2023	0,00	133.876,53	479.017,36	nd	nd	0,00	93.901,64	409.851,34	nd	nd
PT503156000	11001338-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	20/10/2023	805.436,73	805.436,73	1019/2023		31/01/2024	0,00	107.135,91	574.251,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	11001339-L. BEIRA BAIXA - ENTRONCAMENTO-ABRANTES PK113	10/10/2023	140,00	172,20			27/05/2024	0,00	0,00	172,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001343-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	26/10/2023	244.896,51	244.896,51	1040/2023		23/02/2024	0,00	41.453,87	217.489,09	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001343-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	26/10/2023	979.586,03	979.586,03	1040/2023		31/01/2024	0,00	165.815,53	869.956,43	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	11001345-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	28/11/2023	48.000,00	48.000,00	1187 2023		25/12/2023	0,00	144,84	0,00	nd	nd	0,00	0,00	4.800,00	nd	nd
PT502197714	11001348-Empreitada de operação e conservação	18/10/2023	483.665,60	483.665,60	1035 2023		29/02/2024	0,00	519.741,81	483.665,60	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001352-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	26/10/2023	661.393,67	661.393,67	1050/2023		23/11/2023	0,00	19.661,92	96.977,77	nd	nd	0,00	82.313,16	533.036,85	nd	nd
PT515668001	11001353-EN326 – TRECHO 1 – FEIRA (A32/IC2) / ESCARIZ	23/11/2023	716.566,46	716.566,46			23/02/2024	0,00	0,00	716.566,46	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001354-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	09/11/2023	61.498,51	61.498,51	1086/2023		30/04/2024	0,00	2.176,18	41.378,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28854727	11001356-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	13/12/2023	9.108,87	9.108,87	1093 2023		22/12/2023	0,00	1.072,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	12.130,28	nd	nd
ESA33014218	11001356-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	13/12/2023	12.130,29	12.130,29	1093 2023		22/12/2023	0,00	1.072,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	12.130,27	nd	nd
PT501378375	11001357-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	08/11/2023	173.444,67	173.444,67	1078/2023		30/11/2023	0,00	218,90	7.814,20	nd	nd	0,00	1.853,49	134.595,49	nd	nd
PT503156000	11001357-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	08/11/2023	74.333,44	74.333,44	1078/2023		15/12/2023	0,00	-43,84	3.348,95	nd	nd	0,00	794,35	57.883,79	nd	nd
PT501489126	11001358-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	14/11/2023	81.810,18	81.810,18	1110/2023		30/11/2023	0,00	99,89	2.800,61	nd	nd	0,00	3.482,11	79.009,57	nd	nd
PT980427568	11001359-L. DOURO - CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTU	03/11/2023	60.020,00	60.020,00			21/02/2024	0,00	0,00	60.020,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001360-IC2/EN1 - BENEFICIAÇÃO ENTRE ASSEICEIRA (KM 65+2	08/11/2023	89.986,76	89.986,76	1085 2023		29/02/2024	0,00	0,00	89.986,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001361-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	14/11/2023	46.682,62	46.682,62	1105/2023		21/02/2024	0,00	1.682,14	46.682,62	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001361-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	14/11/2023	20.006,84	20.006,84	1105/2023		29/02/2024	0,00	720,91	20.006,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001362-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montagen	20/03/2024	1.155.933,07	1.155.933,07	296 2024		20/06/2024	0,00	-4.254,64	542.741,57	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001366-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montagen	26/03/2024	1.094.652,76	1.094.652,76	298 2024		20/06/2024	0,00	81.556,48	737.617,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507855841	11001367-Prestação de Serviços de Fiscalização, Coordenação de S	06/11/2023	747.835,00	919.837,05	2346/2023	18/12/2023	08/02/2024	0,00	114.305,68	919.837,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001368-2 - Linha do Alentejo/Vendas Novas/Évora - Reposição do	21/11/2023	26.208,80	26.208,80			29/02/2024	0,00	0,00	26.208,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507855841	11001370-Prestação de Serviços de Fiscalização, Coordenação de S	12/01/2024	887.863,00	1.092.071,49	53/2024	09/02/2024	21/03/2024	0,00	134.334,45	1.017.906,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001371-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/03/2024	168.488,04	168.488,04	220/2024		07/05/2024	0,00	-160.619,93	336.976,06	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001371-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/03/2024	101.092,82	101.092,82	220/2024		28/06/2024	0,00	4.720,86	101.092,82	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA64381072	11001371-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/03/2024	67.395,21	67.395,21	220/2024		22/05/2024	0,00	-64.247,97	134.790,42	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	11001372-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linha	29/01/2024	33.000,00	40.590,00	211/2024	04/02/2024	30/04/2024	0,00	0,00	40.590,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504290592	11001374-ARBITRAGEM ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A AUT	20/11/2023	1.078.419,00	1.078.419,00			30/11/2023	0,00	0,00	198.357,00	nd	nd	0,00	0,00	79.713,50	nd	nd
PT507775597	11001375-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linha	24/01/2024	33.451,04	41.144,78	193/2024	15/02/2024	30/07/2024	0,00	0,00	41.144,78	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001375-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linha	24/01/2024	1.198,96	1.474,72	193/2024	15/02/2024	22/07/2024	0,00	0,00	1.474,72	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001376-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linha	24/01/2024	1.883,15	2.316,27	195/2024	15/02/2024	17/09/2024	0,00	0,00	2.316,27	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001376-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linha	24/01/2024	21.216,85	26.096,73	195/2024	15/02/2024	17/09/2024	0,00	0,00	26.096,73	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001377-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	29/11/2023	77.126,45	77.126,45	1177/2023		21/12/2023	0,00	140,66	27.649,09	nd	nd	0,00	-88,87	39.335,58	nd	nd
PT503156000	11001377-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	29/11/2023	19.281,61	19.281,61	1177/2023		21/12/2023	0,00	35,15	6.912,27	nd	nd	0,00	-22,22	9.833,89	nd	nd
PT502668490	11001378-L. ALENTEJO - DUPLICAÇÃO POCEIRÃO - BOMBEL	15/11/2023	4.535,00	5.578,05	2424/2023	10/01/2024	21/03/2024	0,00	0,00	5.578,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	11001380-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Ob	28/11/2023	409.399,70	409.399,70	2570/2023	08/01/2024	31/01/2024	0,00	0,00	409.399,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	11001380-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Ob	28/11/2023	340.531,57	418.853,83	2570/2023	08/01/2024	31/01/2024	0,00	0,00	418.853,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001381-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	23/11/2023	321.512,98	321.512,98	1122/2023		28/03/2024	0,00	-668,09	249.593,71	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28854727	11001382-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	18/12/2023	561.520,14	561.520,14	1243 2023		26/12/2023	0,00	1.931,48	0,00	nd	nd	0,00	0,00	280.760,07	nd	nd
ESA33014218	11001382-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	18/12/2023	561.520,14	561.520,14	1243 2023		25/12/2023	0,00	1.931,48	0,00	nd	nd	0,00	0,00	280.760,07	nd	nd
PT501378375	11001383-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	28/11/2023	27.156,83	27.156,83	1176/2023		26/12/2023	0,00	143,43	5.191,12	nd	nd	0,00	0,00	10.950,82	nd	nd
PT503156000	11001383-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	28/11/2023	11.638,64	11.638,64	1176/2023		22/12/2023	0,00	54,40	2.224,77	nd	nd	0,00	0,00	4.893,21	nd	nd
PT507826507	11001386-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizac	08/02/2024	279.524,00	343.814,52	349/2024	28/02/2024	15/10/2024	0,00	-24.935,28	272.455,66	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11001386-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizac	08/02/2024	199.660,00	245.581,80	349/2024	28/02/2024	31/10/2024	0,00	-24.555,51	263.800,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501340114	11001386-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscalizac	08/02/2024	319.456,00	392.930,88	349/2024	28/02/2024	12/11/2024	0,00	-24.201,87	313.864,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514872080	11001387-serviços de Assessoria técnica de apoio ao desenvolvment	13/12/2023	60.750,20	74.722,75			28/03/2024	0,00	0,00	69.433,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503040630	11001388-SMM _ FISC. TROCO PORTAGEM - ALTO DE SÃO JOÃ	28/12/2023	582.772,42	716.810,08	88/2024	22/02/2024	05/04/2024	0,00	0,00	582.065,27	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	11001390-EN122 - PONTE DOS DOIS IRMÃOS (KM55+100) - REAB	12/12/2023	1.100,00	1.353,00			23/02/2024	0,00	0,00	1.353,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513432442	11001391-DESENVOLVIMENTO SGOC - GESTÃO DE OBRAS DE C	02/02/2024	19.961,00	24.552,03			05/04/2024	0,00	0,00	24.552,03	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001395-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	14/12/2023	61.066,91	61.066,91	1216/2023		09/05/2024	0,00	5.037,54	60.666,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001395-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troco Far	14/12/2023	15.266,73	15.266,73	1216/2023		09/05/2024	0,00	1.259,38	15.166,54	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	11001397-L. BEIRA ALTA - CERDEIRA-VILAR FORMOSO - FISCALI	20/12/2023	143.545,70	176.561,21	08/2024	08/03/2024	21/11/2024	0,00	0,00	138.382,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501378375	11001398-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	18/12/2023	191.676,66	191.676,66	1233/2023		27/05/2024	0,00	36.783,62	155.535,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001398-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	18/12/2023	82.147,13	82.147,13	1233/2023		27/05/2024	0,00	15.764,40	66.657,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28233534	11001399-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra:	12/01/2024	85.477,42	85.477,42	57/2024		08/03/2024	0,00	20.286,98	59.867,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504213709	11001399-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra:	12/01/2024	85.477,43	85.477,43	57/2024		08/03/2024	0,00	20.286,99	59.867,92	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	11001401-EN103 - VINHAIS / BRAGANÇA - REQUALIFICAÇÃO E VA	12/12/2023	31.550,00	38.806,50	2793/2023	10/01/2024	21/05/2024	0,00	0,00	20.962,28	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	11001402-EN211 - VARIANTE ENTRE QUINTÃ E MESQUINHATA - I	12/12/2023	17.750,00	21.832,50			30/07/2024	0,00	0,00	21.832,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001404-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	14/12/2023	482.397,68	482.397,68	1217/2023		29/02/2024	0,00	114.171,81	482.397,58	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001404-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	14/12/2023	1.929.590,72	1.929.590,72	1217/2023		21/02/2024	0,00	456.687,20	1.929.590,37	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001406-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	24/01/2024	584.475,68	584.475,68	114/2024		20/02/2024	0,00	33.451,00	449.979,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001406-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	24/01/2024	245.479,79	245.479,79	114/2024		08/03/2024	0,00	14.049,43	187.932,86	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001406-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da Bei	24/01/2024	338.995,90	338.995,90	114/2024		08/03/2024	0,00	19.401,57	259.526,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501140263	11001407-Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Camp	19/01/2024	2.296,80	2.825,06			17/05/2024	2.825,06	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001408-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	20/12/2023	32.092,59	32.092,59	1254/2023		28/03/2024	0,00	2.159,77	32.092,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001409-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	07/12/2023	128.954,56	128.954,56			25/04/2024	0,00	2.352,58	11.786,38	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001409-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-\	17/01/2024	67.772,47	67.772,47			25/04/2024	0,00	1.211,94	6.194,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503439800	11001410-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	03/01/2024	123.669,41	123.669,41	11/2024		30/09/2024	0,00	3.028,79	23.876,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001411-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC.	09/01/2024	48.895,02	48.895,02	28/2024		08/03/2024	0,00	1.884,45	28.954,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504613529	11001414-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	17/01/2024	36.012,60	44.295,50			28/03/2024	0,00	0,00	14.765,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	11001415-ER228 – ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES ENTRE OS KMS	04/01/2024	45.498,93	45.498,93	22_2024		28/03/2024	0,00	0,00	45.498,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001418-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	17/01/2024	385.274,58	385.274,58	66/2024		28/03/2024	0,00	60.254,39	385.274,58	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	11001419-L. ALGARVE - ESTAÇÕES E APEADEIROS ESTÔMBAR-I	09/02/2024	33.077,19	33.077,19	150/2024		30/07/2024	0,00	0,00	33.077,19	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001423-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/01/2024	66.232,10	66.232,10	8/2024		28/03/2024	0,00	0,00	21.595,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001423-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/01/2024	28.385,19	28.385,19	8/2024		28/03/2024	0,00	0,00	9.255,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001425-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUCÃO	23/01/2024	20.365,19	20.365,19	123_2024		07/06/2024	0,00	0,00	11.820,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001425-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUCÃO	23/01/2024	20.365,20	20.365,20	123_2024		27/05/2024	0,00	0,00	11.820,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	11001426-Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Camp	04/04/2024	5.666,67	6.970,00			30/07/2024	6.970,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500077622	11001427-Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Camp	10/04/2024	771,13	948,49			12/11/2024	947,77	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001430-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	01/03/2024	27.067,83	27.067,83	221/2024		24/05/2024	0,00	0,00	23.006,87	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001431-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUCÃO	12/03/2024	13.068,06	13.068,06	258/2024		28/06/2024	0,00	2.379,37	25.608,58	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001433-Empreitada LBA troco MAN-CLB	18/03/2024	753.962,44	753.962,44	271/2024		24/05/2024	0,00	196.315,47	753.962,45	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001433-Empreitada LBA troco MAN-CLB	18/03/2024	154.426,04	154.426,04	271/2024		24/05/2024	0,00	40.209,18	154.426,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001435-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/01/2024	1.083.540,03	1.083.540,03	Dossiê n.º 1		28/03/2024	0,00	208.288,30	1.088.343,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001435-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/01/2024	1.127.766,16	1.127.766,16	Dossiê n.º 1		28/03/2024	0,00	204.765,77	1.144.790,27	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	11001440-Linha da Beira Alta. Prestação de Serviços para o Projeto c	23/01/2024	10.576,26	13.008,80			27/05/2024	0,00	0,00	13.008,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001441-PONTE LUIZ I SOBRE O RIO DOURO - REPARAÇÃO DO	15/01/2024	393.491,61	393.491,61			28/03/2024	0,00	0,00	393.491,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510728189	11001442-Renovação Licenciamento/manutenção microsoft 2023/20	30/01/2024	60.000,00	73.800,00	217/2024	14/03/2024	30/05/2024	0,00	0,00	73.628,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502780711	11001443-Consultoria Outsystems 2023	15/01/2024	30.000,00	36.900,00			17/05/2024	0,00	0,00	36.900,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505648032	11001446-CARTOGRAFIA À ESCALA 1/5000 e 1/1000 – PNI2030	24/01/2024	81.686,09	100.473,89			28/03/2024	0,00	0,00	100.473,89	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501912290	11001447-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos para	22/01/2024	27.620,80	33.973,58	149/2024	22/02/2024	30/05/2024	0,00	0,00	33.973,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	11001448-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Ob	17/01/2024	484.430,03	595.848,94	118/2024	22/02/2024	25/04/2024	0,00	0,00	380.595,86	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	11001448-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em Ob	17/01/2024	464.969,27	571.912,20	118/2024	22/02/2024	25/04/2024	0,00	0,00	460.739,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502672749	11001449-EN4 - VARIANTE DA ATALAIA	17/01/2024	12.990,00	15.977,70			29/02/2024	0,00	0,00	15.977,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508589974	11001450-Contratação de serviço de segurança e vigilância humana	31/01/2024	2.041.902,73	2.511.540,38			01/03/2024	0,00	-135.029,08	1.390.799,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	11001451-L. BEIRA ALTA - CERDEIRA-VILAR FORMOSO - FISCALI	06/03/2024	747.518,09	919.447,25	546/2024	19/04/2024	31/12/2024	0,00	0,00	740.027,02	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504409409	11001452-L. DOURO - PONTE DO CORGO AO PK104,311, PONTE	12/01/2024	3.000,00	3.690,00			14/06/2024	0,00	0,00	3.690,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001453-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	12/01/2024	81.281,28	99.975,97	146/2024	05/03/2024	28/06/2024	0,00	0,00	99.975,96	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001454-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	26/01/2024	136.140,00	167.452,20	183/2024	14/03/2024	09/05/2024	0,00	0,00	167.452,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001455-L. DOURO - PK26,020 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DE	19/01/2024	29.052,64	29.052,64			28/03/2024	0,00	-547,28	29.052,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001457-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	25/01/2024	476.239,30	585.774,34	267/2024	19/02/2024	30/04/2024	0,00	77.918,12	567.473,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	11001458-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	04/03/2020	407.272,50	500.945,18			20/06/2024	78.383,56	10.786,82	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001458-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	29/01/2024	407.272,50	500.945,18	271/2024	19/02/2024	19/04/2024	0,00	47.746,49	345.760,78	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11001460-L. NORTE - RENOVAÇÃO INTEGRAL DE VIA – - SUBTRC	15/02/2024	98.959,00	121.719,57			14/03/2024	0,00	0,00	121.719,57	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001461-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	25/01/2024	525.217,49	646.017,51	270/2024	19/02/2024	17/05/2024	0,00	84.105,36	612.534,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	11001462-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	04/03/2020	575.422,12	707.769,21			24/05/2024	262.430,88	36.114,61	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001462-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos Sis	08/02/2024	575.422,12	707.769,21	346/2024	27/02/2024	24/05/2024	0,00	52.069,43	378.209,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001463-IC1 – PASSAGEM HIDRÁULICA DO RIO TORTO (KM 695	19/01/2024	2.280,00	2.804,40			20/06/2024	0,00	0,00	2.804,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001464-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	11/03/2024	479.901,88	479.901,88	254/2024		24/05/2024	0,00	85.075,69	424.719,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28854727	11001465-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	22/04/2024	132.957,36	132.957,36	399_2024		30/07/2024	0,00	12.717,24	72.349,56	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	11001465-L. OESTE - MELECAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	22/04/2024	132.957,36	132.957,36	399_2024		30/07/2024	0,00	5.075,56	79.991,23	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001466-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	107.216,68	131.876,52	564/2024	24/05/2024	31/05/2024	0,00	-5.221,03	126.210,72	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001468-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	199.518,17	245.407,35	565/2024	24/05/2024	31/05/2024	0,00	-14.460,43	201.488,89	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001469-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	323.906,54	398.405,04	567/2024	24/05/2024	31/05/2024	0,00	-17.209,94	373.877,82	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001470-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	647.784,32	796.774,71	568/2024	21/05/2024	31/05/2024	0,00	-56.409,25	724.518,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001471-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	298.475,92	367.125,38	569/2024	24/05/2024	31/05/2024	0,00	-14.987,59	355.478,23	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001472-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para a I	28/02/2024	43.776,63	53.845,25	570/2024	24/05/2024	30/09/2024	0,00	-772,92	35.079,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	11001473-Aluguer operacional 34 viaturas IP	28/02/2024	94.696,44	116.476,62			28/06/2024	63.592,32	-2.576,22	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	11001474-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	11/03/2024	230.561,40	230.561,40	253/2024		27/05/2024	0,00	0,00	230.561,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001475-Instalação de Sinalização Eletrónica na Estação do Entron	12/08/2024	195.173,23	195.173,23	764/2024		21/11/2024	0,00	0,00	147.886,69	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001477-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	15/02/2024	62.514,21	62.514,21	166/2024		22/07/2024	0,00	1.877,12	62.514,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502493984	11001480-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	08/02/2024	22.098,73	22.098,73	161_2024		27/03/2024	0,00	0,00	22.098,73	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	11001481-ER348, KM 87+690, PONTE SOBRE O RIO ZÊZERE - RE	28/02/2024	170.947,75	170.947,75	252_2024		30/05/2024	0,00	0,00	170.947,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	11001482-Prestação de Serviços de Assessoria, Fiscalização e Coorc	15/02/2024	362.433,12	445.792,74	377/2024	04/04/2024	28/06/2024	0,00	0,00	412.671,94	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001483-L. MATINHA - BENEFICIAÇÃO DA SUPERESTRUTURA D	12/03/2024	15.464,20	15.464,20			27/05/2024	0,00	0,00	15.464,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	11001484-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	28/02/2024	97.768,53	97.768,53	251_2024		28/06/2024	0,00	0,00	37.899,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496553	11001484-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	28/02/2024	76.042,19	76.042,19	251_2024		28/06/2024	0,00	0,00	688,10	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503439800	11001485-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	23/02/2024	89.880,30	89.880,30	197/2024		28/06/2024	0,00	31,19	12.568,14	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506265447	11001486- CARTOGRAFIA À ESCALA 1/5000 E 1/1000 – PNI2030 - I	19/02/2024	50.221,88	61.772,91			21/03/2024	0,00	0,00	61.772,91	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503335096	11001490-EN229-VISEU/SÁTÃO-ELIMINACÃO DE CONSTRANGIME	04/04/2024	57.616,23	57.616,23	357_2024		27/06/2024	0,00	0,00	57.616,23	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001492-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	01/03/2024	142.572,27	142.572,27	222/2024		24/05/2024	0,00	0,00	30.702,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504400800	11001493-L.NORTE - PK329,415 AO PK329,500 - ESTABILIZAÇÃO I	23/05/2024	42.957,60	42.957,60			22/08/2024	0,00	1.809,31	42.957,60	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001494- IC15 – VIADUTO DUARTE PACHECO. REFORÇO SÍSMI	11/03/2024	90.112,63	90.112,63	275_2024		07/06/2024	0,00	0,00	86.787,79	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001495-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	05/03/2024	29.396,40	29.396,40	228/2024		27/05/2024	0,00	0,00	25.251,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001495-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	05/03/2024	12.598,46	12.598,46	228/2024		27/05/2024	0,00	0,00	10.822,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	11001496-LA- ALTEAMENTO DE PLATAFORMA NAS ESTAÇÕES D	13/03/2024	77.916,60	77.916,60	273_2024		28/06/2024	0,00	0,00	77.718,84	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502197714	11001497-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	23/02/2024	93.903,35	93.903,35	248_2024		27/05/2024	0,00	0,00	303.575,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	11001497-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	23/02/2024	211.282,54	211.282,54	248_2024		27/05/2024	0,00	0,00	41.654,28	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	11001498-L. ALGARVE - ESTAÇÕES DE MEIA PRAIA, ALGOZ, POÇ	20/03/2024	36.629,40	45.054,16			30/04/2024	0,00	0,00	45.054,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001499-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	05/03/2024	192.672,64	192.672,64	249_2024		27/05/2024	0,00	0,00	185.148,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001500-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	20/02/2024	181.600,97	181.600,97			09/05/2024	0,00	0,00	179.006,69	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980048095	11001500-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	20/02/2024	1.297.149,76	1.297.149,76			25/04/2024	0,00	0,00	1.297.149,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980364426	11001500-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	20/02/2024	1.115.548,79	1.115.548,79			30/04/2024	0,00	0,00	1.118.143,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001501-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-	11/03/2024	223.893,51	223.893,51	255/2024		27/05/2024	0,00	47.878,97	160.924,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001501-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-	11/03/2024	117.667,92	117.667,92	255/2024		27/05/2024	0,00	24.664,90	84.574,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500126321	11001502-L. MINHO E L. NORTE - PROSPEÇÃO GEOTÉCNICA À P	12/03/2024	21.815,61	26.833,20			31/07/2024	0,00	0,00	25.541,72	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001503-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	18/03/2024	28.645,31	28.645,31	269/2024		09/05/2024	0,00	6.982,45	27.261,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001503-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	18/03/2024	34.374,36	34.374,36	269/2024		27/05/2024	0,00	8.378,94	32.713,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001503-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	18/03/2024	28.645,31	28.645,31	269/2024		07/06/2024	0,00	6.982,47	27.261,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001503-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	18/03/2024	22.916,24	22.916,24	269/2024		27/05/2024	0,00	5.585,94	21.809,01	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502737948	11001504-EN230, KM 135+528, PONTE DAS 3 ENTRADAS. REFOR	29/02/2024	23.231,09	23.231,09			31/05/2024	0,00	0,00	23.231,09	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514364017	11001505-IP4, Km 0+467, A28, Km 004+200, EN104, Km 23+250. Pa	20/02/2024	5.562,00	6.841,26			17/05/2024	0,00	0,00	6.841,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	11001506-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e PE	01/03/2024	17.666,67	21.730,00			27/08/2024	0,00	0,00	21.730,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT512103380	11001507-L. DO SUL (TROÇO DESATIVADO) - DESMANTELAMEN"	23/02/2024	1.019,65	1.254,17			21/03/2024	0,00	0,00	1.254,17	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501140263	11001508-Aquisição, Montagem e Instalação de Mobiliário para Camp	08/03/2024	4.176,00	5.136,48			30/08/2024	5.136,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001509-LINHA DO NORTE. MODERNIZAÇÃO DO TROÇO ENTRE	14/03/2024	109.280,00	134.414,40	705/2024	10/04/2024	27/08/2024	0,00	0,00	48.049,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	11001512-OBRAS DE ARTE DA REDE RODOVIÁRIA - INSPEÇÕES	05/03/2024	4.288,24	5.274,54			18/11/2024	0,00	0,00	5.274,54	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	11001513-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGETAÇ	20/03/2024	168.942,20	179.078,73	281_2024		27/05/2024	0,00	0,00	177.177,62	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001514-ER243 – ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL DE RI(	06/03/2024	1.433.899,10	1.433.899,10	277_2024		21/05/2024	0,00	0,00	1.403.666,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503451541	11001515-IC35 – PENAFIEL (EN15) / NÓ DE RANS (Ligação à EN10	06/03/2024	76.305,81	76.305,81	280_2024		21/05/2024	0,00	23.135,69	76.305,81	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28233534	11001517-Modernização do troco Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra:	01/04/2024	8.976,56	8.976,56	303/2024		27/08/2024	0,00	3.139,21	8.976,56	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504213709	11001517-Modernização do troco Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra:	01/04/2024	8.976,56	8.976,56	303/2024		27/08/2024	0,00	3.139,21	8.976,56	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001518-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	08/04/2024	261.785,03	261.785,03	334/2024		28/06/2024	0,00	38.663,13	261.785,03	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001519-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	12/03/2024	13.800,18	13.800,18	260/2024		18/07/2024	0,00	1.755,50	20.134,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001519-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	12/03/2024	13.243,08	13.243,08	260/2024		18/07/2024	0,00	602,46	6.908,65	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001520-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	12/03/2024	705.411,70	705.411,70	257/2024		24/05/2024	0,00	60.709,85	535.586,09	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001520-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	12/03/2024	296.272,91	296.272,91	257/2024		24/05/2024	0,00	25.498,12	224.856,96	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001520-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	12/03/2024	409.138,78	409.138,78	257/2024		24/05/2024	0,00	35.211,70	310.516,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001521-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	14/03/2024	3.740,19	3.740,19	264/2024		28/06/2024	0,00	1.128,03	3.740,19	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001521-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	14/03/2024	1.602,93	1.602,93	264/2024		28/06/2024	0,00	483,44	1.602,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	11001522-L. DOURO - CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTU	20/03/2024	102.436,40	102.436,40			07/06/2024	0,00	0,00	102.436,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	11001523-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	26/03/2024	259.703,00	259.703,00	299_2024		28/06/2024	0,00	0,00	230.545,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504611917	11001525-Reembolso TRIR-Concessão Beira InteriorProcesso Tribun	13/03/2024	726.581,00	726.581,00			31/07/2024	0,00	0,00	124.672,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001528-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/04/2024	78.996,46	78.996,46	317/2024		23/05/2024	0,00	0,00	13.011,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001528-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	03/04/2024	33.855,63	33.855,63	317/2024		28/06/2024	0,00	0,00	5.576,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001529-SMM PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	21/05/2024	31.727,50	31.727,50	462/2024		30/07/2024	0,00	4.744,34	31.727,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	11001530-L. ALTA VELOCIDADE PORTO/SOURE - ESTUDOS COI	20/03/2024	52.999,00	65.188,77			14/06/2024	0,00	0,00	65.188,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508369444	11001531-SMM ABRIGOS E MOBILIÁRIO URBANO PARA AS PARA	27/03/2024	405.209,84	405.209,84	319_2024		23/08/2024	0,00	5.545,96	195.151,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001532-SMM PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	21/05/2024	1.831.334,04	1.831.334,04			18/07/2024	0,00	0,00	1.831.334,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	11001533-L. BEIRA ALTA - CERDEIRA-VILAR FORMOSO - FISCALI(	21/03/2024	415.139,66	510.621,78	737/2023	14/05/2024	31/12/2024	0,00	0,00	405.867,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502493984	11001534-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	27/03/2024	103.303,73	103.303,73	315_2024		27/06/2024	0,00	723,93	103.303,74	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001535-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	05/04/2024	473.873,90	473.873,90	326/2024		28/06/2024	0,00	94.782,01	463.530,38	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001535-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	05/04/2024	1.895.495,61	1.895.495,61	326/2024		28/06/2024	0,00	379.128,03	1.854.121,53	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502493984	11001536-EN248 - VARIANTE EXTERNA À VILA DE ARRUDA DOS	28/03/2024	94.633,36	94.633,36	751/2024		31/05/2024	0,00	0,00	94.633,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001539-Empreitada SST Alandroal e Postos autotransformadores	11/04/2024	786.623,00	786.623,00			30/09/2024	0,00	0,00	786.623,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507855841	11001540-Prestação de Serviços de Fiscalização, Coordenação de S	03/04/2024	949.930,00	1.168.413,90	903/2024	06/05/2024	28/06/2024	0,00	137.825,05	954.013,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001541-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	11/04/2024	2.930.520,95	2.930.520,95			14/06/2024	0,00	0,00	2.930.520,94	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001541-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	11/04/2024	3.050.134,05	3.050.134,05			14/06/2024	0,00	0,00	3.050.134,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001544-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	28/05/2024	168.615,09	168.615,09	494_2024		28/08/2024	0,00	0,00	84.575,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001544-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	28/05/2024	168.615,08	168.615,08	494_2024		24/09/2024	0,00	0,00	84.575,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001545-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	19/04/2024	50.412,45	50.412,45	389/2024		28/06/2024	0,00	8.924,28	50.412,45	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001550-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	03/05/2024	336.409,05	336.409,05	415/2024		22/07/2024	0,00	75.205,80	318.131,51	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	11001551-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 1 JA	17/04/2024	71.746,17	88.247,79			07/06/2024	0,00	0,00	88.247,79	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001552-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 JA	15/04/2024	72.988,17	89.775,45			20/06/2024	0,00	0,00	89.775,45	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001552-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 JA	15/04/2024	2.615,90	3.217,56			20/06/2024	0,00	0,00	3.217,56	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001553-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 JA	15/04/2024	4.043,94	4.974,05			20/06/2024	0,00	0,00	4.974,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001553-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 JA	15/04/2024	45.574,92	56.057,15			20/06/2024	0,00	0,00	56.057,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001555-Empreitada LBA troco MAN-CLB	19/06/2024	2.647.146,59	2.647.146,59	581/2024		27/08/2024	0,00	579.669,59	2.647.146,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001555-Empreitada LBA troco MAN-CLB	19/06/2024	542.186,65	542.186,65	581/2024		27/08/2024	0,00	118.727,50	542.186,65	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507511123	11001557-EN13, KM 042+165, PONTE DO FÃO SOBRE O RIO CÁV/	12/04/2024	866.242,68	866.242,68	377_2024		28/06/2024	0,00	0,00	847.194,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001558-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	18/04/2024	86.203,32	86.203,32	385/2024		28/06/2024	0,00	8.589,80	85.015,31	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001558-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	18/04/2024	51.721,98	51.721,98	385/2024		28/06/2024	0,00	5.153,88	51.009,19	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA04381072	11001558-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	18/04/2024	34.481,32	34.481,32	385/2024		28/06/2024	0,00	3.435,91	34.006,12	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001559-EN101 - VALENÇA (KM 0+875) E ENTRONCAMENTO CC	10/04/2024	741.891,09	741.891,09	374_2024		28/06/2024	0,00	0,00	739.588,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	11001560-Despesa de serviços prestados no âmbito da subconcessã	06/06/2024	1.008.059,71	1.239.913,44	1439/2024	29/07/2024	18/11/2024	0,00	0,00	1.239.913,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503946532	11001561-L. BEIRA ALTA-ESTAÇÃO DA PAMPILHOSA 1ª FASE (LB	20/06/2024	91.110,31	91.110,31	518_2024		30/08/2024	0,00	1.339,63	74.018,18	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001562-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitada	12/04/2024	55.502,87	55.502,87	356/2024		28/06/2024	0,00	3.341,50	25.266,49	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503472069	11001563-ER315 MIRANDELA (KM 34+000) E ENT. COM IP2 (BORN	10/04/2024	107.089,36	107.089,36	375_2024		20/06/2024	0,00	0,00	107.089,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	11001566-L. BEIRA ALTA - TÚNEL DE TREZÓI AO PK64,769 - REAE	18/04/2024	5.632,00	6.927,36			31/10/2024	0,00	0,00	6.927,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001567-L. LESTE - ESTAÇÃO DE ELVAS - AUMENTO DO COMPI	14/05/2024	10.764,67	10.764,67	467_2024		27/08/2024	0,00	0,00	10.764,67	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001568-1 - EN206 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURAN(	17/04/2024	77.822,95	77.822,95	386_2024		16/07/2024	0,00	0,00	77.822,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001569-2 - EN206 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURAN(	15/04/2024	59.984,31	59.984,31	383_2024		28/06/2024	0,00	0,00	59.984,31	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	11001570-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	22/05/2024	6.530,40	6.530,40	465_2024		30/09/2024	0,00	0,00	6.530,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	11001570-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202(	22/05/2024	6.530,40	6.530,40	465_2024		27/08/2024	0,00	0,00	6.530,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001580-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	16/05/2024	34.836,09	34.836,09	451/2024		27/08/2024	0,00	7.014,12	68.265,92	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	11001582-L. DOURO - APEADEIRO DE OLIVEIRA - CONSTRUÇÃO	27/06/2024	9.814,05	9.814,05			17/09/2024	0,00	0,00	9.814,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11001585-ER243 - Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos – Be	22/04/2024	10.360,00	12.742,80			13/08/2024	0,00	0,00	12.742,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001586-5 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021-	13/05/2024	199.575,00	199.575,00	487_2024		30/07/2024	0,00	0,00	110.376,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503942570	11001589-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	28/06/2024	80.828,46	99.419,01	641_2024		30/08/2024	0,00	2.257,23	45.929,13	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	11001590-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	03/06/2024	61.135,20	61.135,20	502/2024		27/08/2024	0,00	0,00	61.135,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503335096	11001592-EN229-VISEU/SÁTÃO-ELIMINAÇÃO DE CONSTRANGIME	23/05/2024	114.887,40	114.887,40	533_2024		04/09/2024	0,00	0,00	114.887,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001593-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	22/05/2024	455.074,35	455.074,35	468/2024		30/08/2024	0,00	0,00	231.253,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001593-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	22/05/2024	195.031,87	195.031,87	468/2024		30/08/2024	0,00	0,00	99.108,65	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001594-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	29/05/2024	42.729,70	42.729,70	489/2024		30/08/2024	0,00	4.440,84	42.729,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	11001595-EN378 - Seixal (km 0+800 / Fernão Ferro (km 10+830) - R	09/05/2024	14.645,10	18.013,47			16/07/2024	0,00	0,00	18.013,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503451541	11001596-IC35 – PENAFIEL (EN15) / NÓ DE RANS (Ligação à EN10	08/05/2024	76.053,95	76.053,95	441_2024		27/06/2024	0,00	31.828,91	76.053,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	11001597-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	14/05/2024	17.793,12	17.793,12	454-2024		30/07/2024	0,00	2.761,30	16.588,82	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500226504	11001597-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	14/05/2024	160.138,06	160.138,06	454-2024		30/07/2024	0,00	24.824,66	149.299,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001599-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	19/06/2024	72.274,49	72.274,49	584/2024		30/09/2024	0,00	4.887,56	32.302,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001599-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	19/06/2024	43.364,69	43.364,69	584/2024		30/09/2024	0,00	2.932,52	19.381,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA64381072	11001599-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	19/06/2024	28.909,80	28.909,80	584/2024		30/09/2024	0,00	1.955,02	12.920,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505394847	11001600-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	28/06/2024	256.406,70	256.406,70	643_2024		30/09/2024	0,00	0,00	96.053,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515014893	11001600-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	28/06/2024	256.406,71	256.406,71	643_2024		30/09/2024	0,00	0,00	96.053,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001601-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	21/05/2024	143.515,11	143.515,11	464/2024		30/07/2024	0,00	4.358,49	111.006,58	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504586289	11001602-AÇÃO INTEGRANTE DE BENEFICIAÇÃO DO PRAGAL – I	14/05/2024	55.877,13	55.877,13			30/07/2024	0,00	0,00	55.877,13	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001603-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	13/05/2024	1.609.374,38	1.609.374,38	472_2024		18/07/2024	0,00	230.591,63	1.637.300,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001603-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comba	13/05/2024	1.675.063,14	1.675.063,14	472_2024		11/06/2024	0,00	411.078,89	1.533.053,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001604-IC35_Rans-Entre os Rios_Projeto de Execução	17/05/2024	17.348,33	21.338,45	1290/2024	24/05/2024	11/12/2024	0,00	0,00	2.706,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001605-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	28/05/2024	16.588,66	16.588,66	495_2024		28/08/2024	0,00	0,00	11.619,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001605-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	28/05/2024	16.588,66	16.588,66	495_2024		24/09/2024	0,00	0,00	11.619,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001606-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	05/08/2024	67.707,29	67.707,29	752_2024		26/09/2024	0,00	0,00	33.182,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001606-L. CASCAIS - VIA E CATENÁRIA - EXECUÇÃO	05/08/2024	67.707,28	67.707,28	752_2024		31/10/2024	0,00	0,00	33.182,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001608-4 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	16/05/2024	238.418,84	238.418,84	442/2024		30/09/2024	0,00	0,00	148.157,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001610-EN344 - KM67+800 A KM75+520 – PAMPILHOSA DA SER	21/05/2024	524.859,51	524.859,51	493 2024		25/07/2024	0,00	0,00	516.686,62	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001611-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	17/05/2024	45.964,66	45.964,66	452/2024		30/08/2024	0,00	1.725,52	45.964,66	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001611-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	17/05/2024	19.699,14	19.699,14	452/2024		30/08/2024	0,00	739,51	19.699,14	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001612-LINHA DO NORTE. MODERNIZAÇÃO DO TROCO ENTRE	17/05/2024	25.300,00	31.119,00	1306/2024	02/07/2024	30/08/2024	0,00	0,00	31.119,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501866116	11001613-L. MINHO - SÃO FRUTUOSO - ALTERAÇÃO DA ZONA NI	28/05/2024	19.420,83	19.420,83			30/07/2024	0,00	0,00	19.420,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	11001615-Prestação de Serviços de "Assessoria, Fiscalização e CSO	02/07/2024	833.690,69	1.025.439,55	1758/2024	08/07/2024	29/11/2024	0,00	0,00	669.242,89	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001616-ER243 – ACESSIBILIDADES À ZONA INDUSTRIAL DE RI	29/05/2024	97.100,76	97.100,76	497 2024		04/09/2024	0,00	0,00	97.100,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001617-CCO do Porto e Interfaces Siemens	03/07/2024	30.293,76	37.261,32	1671/2024	09/08/2024	31/12/2024	0,00	0,00	27.945,99	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001618-Nova Linha de Évora. Troco Évora Norte/Leste. Empreitada	26/06/2024	6.489.355,94	6.489.355,94			27/08/2024	0,00	0,00	6.489.355,94	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001619-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	19/06/2024	2.027,39	2.027,39	578/2024		12/11/2024	0,00	0,00	1.408,08	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001619-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	19/06/2024	868,88	868,88	578/2024		14/11/2024	0,00	0,00	603,46	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001621-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	31/05/2024	286.327,01	286.327,01	498 2024		30/08/2024	0,00	0,00	171.363,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001622-MELHORIA DE ACESSIBILIDADE À ZONA INDUSTRIAL D	20/05/2024	91.075,50	91.075,50	482 2024		25/07/2024	0,00	0,00	91.075,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001623-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE D	05/06/2024	467.746,06	467.746,06	513/2024		30/09/2024	0,00	0,00	498.969,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001624-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	08/07/2024	116.267,57	116.267,57	649/2024		30/09/2024	0,00	5.327,91	111.762,28	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001629-Empreitada SST Alandroal e Postos autotransformadores	25/06/2024	30.434,59	30.434,59	586/2024		21/11/2024	0,00	1.216,69	30.434,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	11001630-EN18, KM 338+276, PONTE SOBRE A RIBEIRA DOS CAN	17/05/2024	9.254,27	9.254,27			27/08/2024	0,00	0,00	9.254,27	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	11001631-2 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22/05/2024	13.591,41	13.591,41			13/08/2024	0,00	0,00	9.217,97	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	11001632-3 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	23/05/2024	11.857,58	11.857,58			30/08/2024	0,00	0,00	10.893,87	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT515782083	11001633-Serv. Vig. e Segurança – Vale de Figueira (PN km 84+031	07/06/2024	32.081,67	39.480,45			30/08/2024	0,00	0,00	13.591,93	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28233534	11001634-Modernização do troco Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	17/07/2024	427.185,33	427.185,33	671/2024		24/09/2024	0,00	37.641,33	152.696,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504213709	11001634-Modernização do troco Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	17/07/2024	427.185,34	427.185,34	671/2024		24/09/2024	0,00	37.641,33	152.696,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001635-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicação	12/06/2024	298.165,00	366.742,95	1528/2024	01/07/2024	27/08/2024	0,00	0,00	115.213,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	11001637-1 - RRN-MANUTENÇÃO TELEMÁTICA AD 2023-2024	28/06/2024	193.750,00	238.312,50	1719/2024		30/09/2024	0,00	0,00	163.840,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501369295	11001638-2 - RRN-MANUTENÇÃO TELEMÁTICA AD 2023-2024	28/06/2024	260.250,00	320.107,50	1721/2024	16/08/2024	04/10/2024	0,00	0,00	220.869,83	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001639-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	06/06/2024	42.614,43	42.614,43	523/2024		27/08/2024	0,00	2.584,67	42.614,43	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001640-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	03/06/2024	617.721,40	617.721,40	503/2024		30/09/2024	0,00	0,00	548.511,69	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	11001640-1 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	03/06/2024	557.330,00	557.330,00	503/2024		27/08/2024	0,00	0,00	547.348,07	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	11001642-4 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	05/06/2024	5.064,75	5.064,75			30/09/2024	0,00	0,00	4.474,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001643-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	17/06/2024	81.010,93	81.010,93	645 2024		30/09/2024	0,00	0,00	41.500,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502442271	11001643-6 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	17/06/2024	129.010,56	129.010,56	645 2024		30/09/2024	0,00	23.203,00	129.748,29	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001646-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	20/06/2024	118.241,81	118.241,81	585/2024		24/09/2024	0,00	11.023,63	118.241,81	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001648-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	24/06/2024	273.928,91	273.928,91	588/2024		27/08/2024	0,00	40.941,60	272.118,55	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001648-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	24/06/2024	115.050,14	115.050,14	588/2024		27/08/2024	0,00	17.195,47	114.289,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001648-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	24/06/2024	158.878,76	158.878,76	588/2024		27/08/2024	0,00	23.746,12	157.828,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	11001649-EN14 – Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da	19/06/2024	1.191.496,88	1.191.496,88	582/2024		25/07/2024	0,00	349.615,13	1.159.392,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504613529	11001651-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	30/07/2024	115.687,38	142.295,48			31/10/2024	0,00	0,00	24.533,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	11001652-EN374/EN374-2 - KM0+750 A KM21+790 - ESTABILIZAÇ	31/05/2024	9.891,80	12.166,91			06/08/2024	0,00	0,00	12.166,91	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001653-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-	03/07/2024	618.522,00	618.522,00	626/2024		10/09/2024	0,00	88.326,19	396.195,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001653-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl.)-	03/07/2024	325.066,10	325.066,10	626/2024		17/09/2024	0,00	45.501,37	208.221,60	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	11001655-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos para	08/07/2024	76.681,90	94.318,74	1726/2024	19/08/2024	30/09/2024	0,00	0,00	70.527,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501912290	11001656-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos para	08/07/2024	26.575,69	32.688,10	1727/2024	19/08/2024	29/10/2024	0,00	0,00	21.669,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001657-Sistema de Mobilidade do Mondego, troco Alto de São Joã	16/07/2024	1.521.727,59	1.521.727,59			17/09/2024	0,00	0,00	1.521.727,59	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001658-Nova Linha de Évora. Troco Évora Norte/Leste. Empreitada	28/06/2024	490.406,20	490.406,20	613/2024		24/09/2024	0,00	0,00	208.506,27	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	11001659-1 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	21/06/2024	9.344,75	9.344,75			30/09/2024	0,00	0,00	9.344,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	11001660-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	19/08/2024	395.099,44	395.099,44	778/2024		29/10/2024	0,00	0,00	296.050,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508427588	11001661-L. DOURO - CONCLUSÃO DA REABILITAÇÃO ESTRUTU	28/06/2024	84.891,20	84.891,20	642 2024		30/09/2024	0,00	0,00	84.891,20	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503472069	11001662-ER315 MIRANDELA (KM 34+000) E ENT. COM IP2 (BORN	21/06/2024	27.000,00	27.000,00	644 2024		27/08/2024	0,00	0,00	22.380,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001663-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	19/06/2024	35.713,75	35.713,75	580/2024		12/11/2024	0,00	0,00	29.057,13	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001663-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	19/06/2024	15.305,89	15.305,89	580/2024		14/11/2024	0,00	0,00	12.453,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	11001664-IP3. KM 63+000 A KM 63+650. ESTABILIZAÇÃO DE TALU	10/07/2024	240.551,97	240.551,97			06/09/2024	0,00	0,00	240.551,97	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001665-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	24/06/2024	1.725.257,67	1.725.257,67			19/07/2024	0,00	-8.271,78	1.725.257,67	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001665-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	24/06/2024	6.901.030,66	6.901.030,66			19/07/2024	0,00	-33.087,13	6.901.030,66	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	11001666-Linha da Beira Alta. Prestação de Serviços para o Projeto d	24/06/2024	10.756,26	13.230,20			21/11/2024	0,00	0,00	6.615,10	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	11001667-EN103 - VINHAIS / BRAGANÇA - REQUALIFICAÇÃO E VI	13/07/2024	82.000,00	100.860,00	1797/2024	20/08/2024	04/09/2024	0,00	0,00	10.086,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001668-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	19/07/2024	96.099,37	96.099,37	697 2024		30/09/2024	0,00	0,00	82.456,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516016563	11001668-3 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	19/07/2024	260.531,76	260.531,76	697 2024		24/09/2024	0,00	0,00	229.149,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001670-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/07/2024	638.477,59	638.477,59	658/2024		30/09/2024	0,00	28.593,01	479.260,43	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001670-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/07/2024	383.086,55	383.086,55	658/2024		30/09/2024	0,00	16.938,26	287.556,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA64381072	11001670-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	11/07/2024	255.391,04	255.391,04	658/2024		30/09/2024	0,00	11.437,20	191.704,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001673-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	26/07/2024	103.065,23	103.065,23	668/2024		12/11/2024	0,00	0,00	63.495,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503156000	11001673-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	26/07/2024	44.170,81	44.170,81	668/2024		14/11/2024	0,00	0,00	27.212,23	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	11001674-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e PE	11/09/2024	8.882,30	10.925,23			12/11/2024	0,00	0,00	5.462,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	11001674-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e PE	11/09/2024	4.441,16	5.462,63			31/10/2024	0,00	0,00	2.731,31	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	11001674-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e PE	11/09/2024	1.480,38	1.820,87			29/11/2024	0,00	0,00	910,43	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507855841	11001675-Prestação de Serviços de Fiscalização, Coordenação de S	28/06/2024	818.440,00	1.006.681,20	1714/2024	13/08/2024	30/09/2024	0,00	125.099,84	907.591,74	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28233534	11001676-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	11/09/2024	246.298,48	246.298,48	837/2024		29/11/2024	0,00	79.960,35	242.730,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504213709	11001676-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Vedra	11/09/2024	246.298,48	246.298,48	837/2024		29/11/2024	0,00	79.960,35	242.730,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502737948	11001679-EN230, KM 135+528, PONTE DAS 3 ENTRADAS. REFOR	28/06/2024	2.599,28	2.599,28			04/10/2024	0,00	0,00	2.599,28	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001681-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	27/08/2024	285.270,41	285.270,41	804/2024		12/11/2024	0,00	36.664,33	285.270,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001682-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitade	10/07/2024	267.381,94	267.381,94	651/2024		24/09/2024	0,00	0,00	254.998,14	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501517260	11001684-ER348, KM 87+690, PONTE SOBRE O RIO ZÊZERE - RE/	09/07/2024	46.374,39	46.374,39	662_2024		24/09/2024	0,00	0,00	46.374,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504040847	11001685- AT-ENE- CONTRATO DE MANUTENÇÃO TLC STI 2024	18/07/2024	26.465,00	32.551,95			04/10/2024	0,00	0,00	32.551,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001686-L. ALGARVE - FARO-VRSA - SINALIZAÇÃO	18/07/2024	523.718,42	523.718,42			29/10/2024	0,00	0,00	523.718,42	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	11001687- RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 1 C	23/09/2024	78.256,78	96.255,84			13/12/2024	0,00	0,00	96.255,84	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001688-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	23/08/2024	79.619,65	97.932,17			18/11/2024	0,00	0,00	97.932,17	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001688-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 2 CT	23/08/2024	2.853,57	3.509,89			18/11/2024	0,00	0,00	3.509,89	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001689-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	23/08/2024	4.410,74	5.425,21			18/11/2024	0,00	0,00	5.425,21	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001689-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	23/08/2024	49.708,75	61.141,76			18/11/2024	0,00	0,00	61.141,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001692-LINHA DO NORTE. MODERNIZAÇÃO DO TROÇO ENTRE	16/07/2024	209.496,15	257.680,26	1847/2024	04/08/2024	15/10/2024	0,00	0,00	17.386,05	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	11001693-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	13/07/2024	40.640,63	49.987,97	1789/2024	23/08/2024	30/08/2024	0,00	0,00	33.325,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	11001694-LBA_ESTAÇÃO DA GUARDA_CONSTRUÇÃO DE ARMA	13/07/2024	1.038,50	1.277,36			10/09/2024	0,00	0,00	1.277,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	11001695-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évor	16/07/2024	68.070,00	83.726,10	1805/2024	23/08/2024	30/09/2024	0,00	0,00	55.817,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001696-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	28/08/2024	74.799,59	74.799,59	669/2024		12/11/2024	0,00	0,00	8.943,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001696-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	28/08/2024	32.056,97	32.056,97	669/2024		14/11/2024	0,00	0,00	3.833,03	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001697-Empreitada LBA troco MAN-CLB	21/08/2024	2.844.607,73	2.844.607,73	790/2024		24/10/2024	0,00	-71.417,11	1.210.347,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001697-Empreitada LBA troco MAN-CLB	21/08/2024	582.630,50	582.630,50	790/2024		24/10/2024	0,00	-14.627,59	247.902,46	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001698-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/07/2024	1.425.385,64	1.425.385,64	695 2024		24/09/2024	0,00	284.150,50	1.396.452,06	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001698-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	19/07/2024	1.483.564,66	1.483.564,66	695 2024		20/08/2024	0,00	295.748,48	1.453.450,10	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001699-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	17/07/2024	235.251,95	235.251,95	731/2024		29/10/2024	0,00	3.112,99	230.323,52	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513770267	11001700-SMM FISC. LH AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	26/08/2024	723.901,21	890.398,49	2220/2024	01/10/2024	29/11/2024	0,00	0,00	89.141,17	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	11001701-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	09/08/2024	311.592,89	311.592,89			29/11/2024	0,00	0,00	311.592,89	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001703-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/10/2024	42.112,51	42.112,51	1003/2024		31/12/2024	0,00	7.362,68	28.710,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001703-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/10/2024	50.535,00	50.535,00	1003/2024		31/12/2024	0,00	8.835,22	34.452,29	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001703-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/10/2024	42.112,51	42.112,51	1003/2024		31/12/2024	0,00	7.362,68	28.710,25	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001703-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	30/10/2024	33.690,00	33.690,00	1003/2024		31/12/2024	0,00	5.890,15	28.119,48	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001704-Empreitada IP5 Vilar Formoso / Fronteira	30/07/2024	2.420.770,33	2.420.770,33			30/08/2024	0,00	0,00	2.420.770,33	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510520251	11001705-5 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	29/07/2024	33.076,80	33.076,80	724 2024		29/10/2024	0,00	0,00	33.076,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503942570	11001706-L. CASCAIS - SST SETE RIOS - EXECUÇÃO	12/08/2024	25.154,91	25.154,91	765/2024		29/10/2024	0,00	0,00	24.133,06	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001707-15 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	22/12/2021	242.716,22	242.716,22			31/10/2024	159.188,13	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500510288	11001709-Aquisição de Grampo Nabla e placas isolantes Nabla	09/08/2024	302.000,00	371.460,00	2087/2024	03/09/2024	31/12/2024	371.460,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001710-SMM PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	14/08/2024	809.307,96	809.307,96	769/2024		08/11/2024	0,00	95.142,91	784.298,19	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001712-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	26/07/2024	191.555,42	191.555,42	725 2024		24/10/2024	0,00	39.895,66	191.555,42	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001712-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	26/07/2024	766.221,67	766.221,67	725 2024		24/10/2024	0,00	159.582,62	766.221,67	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	11001713-L. ALGARVE - ESTAÇÕES DE MEIA PRAIA, ALGOZ, POC	06/08/2024	30.000,00	36.900,00			30/08/2024	0,00	0,00	36.900,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001714-EN101 - VALENCA (KM 0+875) E ENTRONCAMENTO CC	29/07/2024	254.294,04	254.294,04	723 2024		04/10/2024	0,00	0,00	253.513,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001718-SMM PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	28/08/2024	2.573.749,67	2.573.749,67			24/10/2024	0,00	0,00	2.573.749,67	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001719-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	07/08/2024	498.458,21	498.458,21	753 2024		24/10/2024	0,00	96.200,30	463.383,62	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001719-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	07/08/2024	209.352,45	209.352,45	753 2024		29/10/2024	0,00	40.404,13	193.150,57	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001719-Empreitada de Modernização da LBA troco Celorico da Bei	07/08/2024	289.105,76	289.105,76	753 2024		08/10/2024	0,00	55.796,18	266.731,73	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502737948	11001720-EN230, KM 135+528, PONTE DAS 3 ENTRADAS. REFOR	31/07/2024	3.525,50	3.525,50			31/10/2024	0,00	0,00	3.525,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001721-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	31/07/2024	102.608,39	102.608,39			30/09/2024	0,00	0,00	135.051,34	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001721-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	31/07/2024	98.466,26	98.466,26			28/11/2024	0,00	0,00	66.023,31	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001722-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	19/08/2024	425.367,06	425.367,06	779/2024		24/10/2024	0,00	72.680,56	375.513,74	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001722-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	19/08/2024	1.701.468,20	1.701.468,20	779/2024		24/10/2024	0,00	290.722,26	1.502.054,94	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001723-5 - INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2022	01/08/2024	199.795,30	199.795,30	726 2024		04/10/2024	0,00	0,00	199.795,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001724-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montagen	01/10/2024	258.357,84	258.357,84	960/2024		29/11/2024	0,00	0,00	164.154,19	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001725-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	28/08/2024	452.093,61	452.093,61	808/2024		12/11/2024	0,00	80.899,57	452.093,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001726-EN116 – KM 24+500 (LE) – REPOSIÇÃO DO ATERRO E D	07/08/2024	23.949,12	23.949,12			30/09/2024	0,00	0,00	23.949,12	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001728-MELHORIA DE ACESSIBILIDADE À ZONA INDUSTRIAL D	23/08/2024	533.020,25	533.020,25	839-2024		28/10/2024	0,00	0,00	484.452,86	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28854727	11001729-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	05/12/2024	199.112,76	199.112,76	991 2024		31/12/2024	0,00	0,00	184.175,43	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	11001729-L. OESTE - MELEÇAS-CALDAS (TORRES-CALDAS) - MC	05/12/2024	199.112,76	199.112,76	991 2024		31/12/2024	0,00	0,00	184.175,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500316066	11001730-IP7 – EIXO N/S, KM 5+720 AO KM 6+400. PATOLOGIA NC	26/08/2024	40.135,38	40.135,38			30/09/2024	0,00	1.747,70	40.135,38	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980427568	11001731-L. ALGARVE - ESTAÇÕES E APEADEIROS ESTÓMBAR-I	26/08/2024	58.243,22	58.243,22	800/2024		31/12/2024	0,00	0,00	58.243,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503496251	11001732-EN241, KM 048+400, PASSAGEM HIDRÁULICA - REFOR	30/08/2024	340.087,46	340.087,46			21/11/2024	0,00	0,00	340.087,46	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516097350	11001733-L. DOURO- PK 137,020 - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE	23/08/2024	66.920,00	66.920,00			24/10/2024	0,00	0,00	66.920,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001734-8 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2021	27/08/2024	158.976,00	158.976,00	855/2024		27/12/2024	0,00	0,00	158.976,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513794344	11001735-L. ALTA VELOCIDADE SOURE/CARREGADO - ATUALIZ	14/08/2024	27.500,00	33.825,00			31/10/2024	0,00	0,00	33.825,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	11001737-LBA-MANGUALDE-GUARDA-FISCALIZAÇÃO	29/08/2024	387.441,25	476.552,74	2395/2024	08/10/2024	31/12/2024	0,00	0,00	170.330,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001738-EN109, KM 118+108, PONTE EDGAR CARDOSO SOBRE	26/08/2024	360.031,69	360.031,69	862/2024		13/12/2024	0,00	0,00	71.702,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513637990	11001740-2 - Reabilitação/Reforço de Obras de Arte – Lote 2023	08/10/2024	1.200,00	1.476,00			13/12/2024	0,00	0,00	1.180,80	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503946532	11001741-L. BEIRA ALTA-ESTAÇÃO DA PAMPILHOSA 1ª FASE (LB	28/10/2024	111.487,01	111.487,01	988 2024		31/12/2024	0,00	0,00	104.665,37	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501559914	11001742-EN229 – IP5 / PARQUE EMPRESARIAL DO MUNDÃO	28/08/2024	13.016,69	13.016,69	859/2024		28/10/2024	0,00	0,00	12.035,15	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001744-EN344 - KM67+800 A KM75+520 – PAMPILHOSA DA SER	11/09/2024	226.050,42	226.050,42	899/2024		28/10/2024	0,00	0,00	222.795,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001745-13 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	03/09/2024	142.705,45	142.705,45	823/2024		12/11/2024	0,00	0,00	76.009,99	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001746-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	27/08/2024	84.532,14	84.532,14			31/12/2024	0,00	0,00	59.013,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001746-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	27/08/2024	36.228,06	36.228,06			31/12/2024	0,00	0,00	25.291,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001747-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 202	19/09/2024	555.554,72	555.554,72	924-2024		21/11/2024	0,00	0,00	313.693,01	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT513675418	11001748-EN222, KM 207+000 AO 214+500. ESTABILIZAÇÃO DO T	26/08/2024	62.978,13	62.978,13			29/10/2024	0,00	0,00	62.978,13	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	11001750-EN109, KM 118+108, PONTE EDGAR CARDOSO SOBRE	03/09/2024	51.229,53	63.012,32			27/12/2024	0,00	0,00	7.892,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001751-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	16/09/2024	47.125,37	47.125,37	848/2024		29/11/2024	0,00	0,00	47.125,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001751-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	16/09/2024	20.196,58	20.196,58	848/2024		29/11/2024	0,00	0,00	20.196,58	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001753-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreitade	19/09/2024	915.103,22	915.103,22	904/2024		29/11/2024	0,00	50.979,00	529.514,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001755-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	29/10/2024	1.656.913,64	1.656.913,64			31/12/2024	0,00	0,00	1.656.913,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001755-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária e	29/10/2024	710.105,85	710.105,85			31/12/2024	0,00	0,00	710.105,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT501489126	11001756-Empreitada R/V Espinho - Gaia Linha do Norte	01/10/2024	427.910,36	427.910,36	912/2024		31/12/2024	0,00	39.209,58	427.910,36	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	11001757-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas da F	29/10/2024	61.067,26	61.067,26	997/2024		31/12/2024	0,00	0,00	42.068,44	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	11001758-L. BEIRA ALTA - CERDEIRA-VILAR FORMOSO - FISCALI	14/10/2024	243.279,40	243.279,40	2689/2024	27/11/2024	31/12/2024	0,00	0,00	219.687,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	11001759-IP8 (EN 121) – FERREIRA DO ALENTEJO (ROTUNDA CC	13/09/2024	7.650,00	9.409,50			31/12/2024	0,00	0,00	9.409,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501312412	11001760-VIA DO TÂMEGA - VARIANTE Á EN210 (CELORICO DE I	17/10/2024	691.782,60	691.782,60	983_2024		13/11/2024	0,00	0,00	206.185,51	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500696667	11001761-Aquisição de cadeiras de escritório C1	16/09/2024	17.315,84	21.298,48			31/12/2024	21.298,48	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	11001764-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	11/10/2024	117.429,59	117.429,59	957/2024		29/11/2024	0,00	872,64	83.842,32	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500226504	11001764-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	11/10/2024	1.056.866,30	1.056.866,30	957/2024		29/11/2024	0,00	7.853,65	754.580,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500097488	11001767-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/10/2024	772.142,50	772.142,50			29/11/2024	0,00	0,00	772.142,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001767-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/10/2024	926.571,00	926.571,00			29/11/2024	0,00	0,00	926.571,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001767-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/10/2024	772.142,50	772.142,50			29/11/2024	0,00	0,00	772.142,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001767-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronteira	14/10/2024	617.714,00	617.714,00			30/11/2024	0,00	0,00	617.714,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001770-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	14/10/2024	460.016,93	460.016,93	961/2024		29/11/2024	0,00	44.846,41	341.348,52	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001770-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	14/10/2024	1.840.067,70	1.840.067,70	961/2024		29/11/2024	0,00	179.385,66	1.365.394,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001771-L. MINHO - CONTUMIL-ERMESINDE - MODERNIZAÇÃO I	25/10/2024	116.818,00	143.683,68			29/11/2024	0,00	0,00	87.612,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503369489	11001772-ER225_LD AVR/VIS (KM 36+380) E CASTRO DAIRE (KM	31/10/2024	1.430.525,60	1.430.525,60	1056/2024		31/12/2024	0,00	0,00	392.000,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	11001773-L. ALGARVE - FARO-VRSA - SINALIZAÇÃO	08/11/2024	180.704,18	180.704,18	1037_2024		31/12/2024	0,00	0,00	90.449,22	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001775-SMM _ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	10/10/2024	203.777,24	203.777,24	978/2024		29/11/2024	0,00	4.285,52	154.857,41	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500719616	11001776-IC26 (EN108) - REABILITAÇÃO ENTRE MESÃO FRIO (KM	07/10/2024	50.072,14	50.072,14	966/2024		13/12/2024	0,00	0,00	31.836,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001777-AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Tele	04/10/2024	32.066,00	39.441,18			13/12/2024	0,00	0,00	39.441,18	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503439800	11001778-SMM_LH_ AEMINIUM - HOSPITAL PEDIÁTRICO	25/11/2024	144.276,09	144.276,09	1079/2024		31/12/2024	0,00	2.657,79	63.647,56	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001780-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montagem	08/11/2024	772.318,84	772.318,84			31/12/2024	0,00	0,00	175.458,76	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001781-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	31/10/2024	314.242,60	314.242,60	1012/2024		31/12/2024	0,00	3.445,07	100.095,40	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001781-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	31/10/2024	188.545,58	188.545,58	1012/2024		31/12/2024	0,00	0,00	60.057,24	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA64381072	11001781-L. ALGARVE - TUNES-LAGOS - ELETRIFICAÇÃO - EXEC	31/10/2024	125.697,04	125.697,04	1012/2024		31/12/2024	0,00	1.378,03	40.038,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	11001782-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	28/10/2024	284.562,44	284.562,44	994/2024		31/12/2024	0,00	3.709,90	158.277,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001782-Empreitada de Modernização do Subtroco Cerdeira(excl.)-\	28/10/2024	149.552,65	149.552,65	994/2024		31/12/2024	0,00	1.911,16	83.183,42	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001783-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	18/10/2024	51.254,85	51.254,85	981/2024		31/12/2024	0,00	0,00	45.992,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001783-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	18/10/2024	21.966,36	21.966,36	981/2024		31/12/2024	0,00	0,00	19.711,06	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	11001784-MELHORIA DE ACESSIBILIDADE Á ZONA INDUSTRIAL D	01/10/2024	105.015,55	105.015,55	929/2024		31/12/2024	0,00	0,00	97.417,64	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001785-Empreitada LBA troco MAN-CLB	18/11/2024	2.450.722,75	2.450.722,75	1060/2024		31/12/2024	0,00	52.380,65	2.367.566,70	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001785-Empreitada LBA troco MAN-CLB	18/11/2024	501.955,26	501.955,26	1060/2024		31/12/2024	0,00	10.728,57	484.923,30	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502017368	11001786-Radio Comunicações Privativas	27/09/2024	228.000,00	228.000,00			08/10/2024	0,00	0,00	226.446,61	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	11001788-EN101 - VALENCA (KM 0+875) E ENTRONCAMENTO CC	23/10/2024	257.456,50	257.456,50	1048/2024		19/12/2024	0,00	0,00	197.729,75	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA08031098	11001789-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São Joã	22/10/2024	170.968,98	170.968,98	985/2024		31/12/2024	0,00	25.176,67	152.224,81	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA33014218	11001790-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	24/10/2024	20.121,91	20.121,91	1006 2024		31/12/2024	0,00	0,00	13.780,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500226504	11001790-SMM_ PORTAGEM - COIMBRA B E RENOVAÇÃO DA ES	24/10/2024	181.097,22	181.097,22	1006 2024		31/12/2024	0,00	0,00	124.028,87	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504613529	11001796-1 - Aquisição de Serviços de Limpeza do Grupo IP	11/12/2024	62.053,50	76.325,81			27/12/2024	0,00	0,00	6.106,06	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	11001798-18 - CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 202	28/10/2024	91.504,35	91.504,35	1038 2024		31/12/2024	0,00	0,00	30.748,92	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	11001802-SMM_ PORTAGEM - ALTO S. JOÃO, ADUTORA DA BOA	22/10/2024	61.215,81	61.215,81	987/2024		31/12/2024	0,00	1.236,35	45.231,51	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500023875	11001804-L. DOURO - CAÍDE-MARCO - EDIFÍCIOS SALAS TÉCNIC	24/10/2024	49.117,49	49.117,49	990/2024		29/11/2024	0,00	142,20	41.182,04	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001805-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	31/10/2024	636.883,55	636.883,55	1039 2024		31/12/2024	0,00	168.506,74	606.081,37	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001805-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	31/10/2024	662.878,80	662.878,80	1039 2024		31/12/2024	0,00	175.384,57	630.819,38	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001818-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	25/11/2024	3.799,96	4.673,95			31/12/2024	0,00	0,00	4.673,95	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	11001818-RFN - MANUTENÇÃO TELEMÁTICA 1ª LINHA LOTE 3 CT	25/11/2024	42.825,29	52.675,11			31/12/2024	0,00	0,00	52.675,11	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	11001819-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	08/11/2024	339.358,85	339.358,85	1029/2024		31/12/2024	0,00	0,00	339.358,85	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	11001819-L. SUL - ERMIDAS-GRÂNDOLA NORTE - EXECUÇÃO	08/11/2024	173.619,98	173.619,98	1029/2024		31/12/2024	0,00	0,00	173.619,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	11001820-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montagem	04/12/2024	6.835.058,84	6.835.058,84	1139/2024		31/12/2024	0,00	0,00	2.479.070,26	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	11001823-EN14 – Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário da	06/11/2024	1.373.308,50	1.373.308,50			27/12/2024	0,00	0,00	1.373.308,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001825-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	18/11/2024	36.043,28	36.043,28	1061/2024		31/12/2024	0,00	0,00	10.422,12	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001825-L. NORTE - ADEQUAÇÃO DO LAYOUT MATO MIRANDA,	18/11/2024	15.447,12	15.447,12	1061/2024		31/12/2024	0,00	0,00	4.466,62	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508080975	11001829-Contrato de manutenção e consumíveis impressoras multif	20/11/2024	11.660,00	14.341,80			27/12/2024	0,00	0,00	2.854,31	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500072868	11001830-VARIANTE À EN14 LANCO INTERFACE RODOFERROVI	19/11/2024	1.427.052,77	1.427.052,77	1069/2024		11/12/2024	0,00	0,00	1.427.052,77	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503693618	11001831-EN122, KM 052+500, PONTÃO. ER265, 054+700, PONTÃ	23/11/2024	1.775,88	1.775,88			31/12/2024	0,00	0,00	1.775,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001838-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	28/11/2024	356.215,74	356.215,74	1095/2024		31/12/2024	0,00	0,00	338.415,67	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT980392608	11001838-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilhos	28/11/2024	1.424.862,94	1.424.862,94	1095/2024		31/12/2024	0,00	0,00	1.353.662,68	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT516165437	11001850-LS - BENEFICIAÇÃO/REPOSIÇÃO RCT+TP - PINHAL NO	28/11/2024	39.901,10	39.901,10	1156/2024		31/12/2024	0,00	0,00	39.901,10	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514518847	11001851-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA CORRENT	06/12/2024	22.000,00	27.060,00			31/12/2024	0,00	0,00	27.060,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001852-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	05/12/2024	379.329,87	379.329,87	1122 2024		31/12/2024	0,00	0,00	362.667,78	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	11001852-Empreitada de Modernização da LBA, troco Santa Comba	05/12/2024	394.812,73	394.812,73	1122 2024		31/12/2024	0,00	0,00	377.470,54	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506394514	11001853-EN123, KM 28+000, PH. EN123, KM 29+650, PH. SUBSTI	05/12/2024	43.776,50	43.776,50			31/12/2024	0,00	0,00	43.776,50	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	11001854-Eletrificação do troço Viana do Castelo – Valença Fronteira	12/12/2024	352.885,46	352.885,46	1138/2024		31/12/2024	0,00	0,00	352.885,46	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	11001854-Eletrificação do troço Viana do Castelo – Valença Fronteira	12/12/2024	352.885,47	352.885,47	1138/2024		31/12/2024	0,00	0,00	352.885,47	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	11001856-Empreitada LBA troco MAN-CLB	11/12/2024	3.634.316,02	3.634.316,02	1133/2024		31/12/2024	0,00	0,00	3.634.316,02	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	11001856-Empreitada LBA troco MAN-CLB	11/12/2024	744.377,98	744.377,98	1133/2024		31/12/2024	0,00	0,00	744.377,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504877399	11001872-ALGARVE - DISPONIBILIDADE (CONTRATO RENEGOCI	28/11/2024	1.181.911,88	1.181.911,88			29/11/2024	0,00	0,00	1.181.911,88	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505250586	11001873-CONCESSÃO NORTE LITORAL - DISPONIBILIDADE (CO	28/11/2024	235.135,69	235.135,69			29/11/2024	0,00	0,00	235.135,69	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	1183-2015-EN2 ¿ INTERSEÇÃO ENTRE ER367 (KM 425+006) E LD	17/07/2015	161.130,01	198.189,91			16/05/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	160.638,23	-123,21	0,00	nd	nd
PT503805858	1248-2012-EN109 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANCA	15/11/2012	44.332,52	54.529,00			09/05/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	35.742,21	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	1333-2015-BEIRA LITORAL E ALTA - CONTRATO PRESTAÇÃO DE	08/02/2016	58.143.402,00	71.516.384,46			26/04/2016	3.613.240,67	0,00	0,00	nd	nd	31.230.275,66	-650.745,64	0,00	nd	nd
PT508677688	1333-2015-BEIRA LITORAL E ALTA - CONTRATO PRESTAÇÃO DE	08/02/2016	543.283,16	668.238,29			27/12/2023	0,00	-50.685,74	0,00	nd	nd	668.238,29	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	1333-2015-BEIRA LITORAL E ALTA - CONTRATO PRESTAÇÃO DE	08/02/2016	2.116.912,29	2.603.802,12			20/03/2024	2.386.062,52	-122.945,30	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	1335-2015-INTERIOR NORTE - CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERV	07/02/2016	54.125.017,00	66.573.770,91			23/06/2016	4.360.188,90	0,00	0,00	nd	nd	31.245.513,58	-358.509,69	0,00	nd	nd
PT508677688	1335-2015-INTERIOR NORTE - CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERV	07/02/2016	1.332.537,59	1.639.021,24			07/02/2023	122.566,22	-130.742,96	0,00	nd	nd	1.516.455,04	-61.349,63	0,00	nd	nd
PT508677688	1335-2015-INTERIOR NORTE - CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERV	07/02/2016	1.239.923,05	1.525.105,35			26/03/2024	1.467.098,49	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502672749	1385-2015-EN362 LC PORTO MÓS (KM22+433) (ALCANEDE) / SAN	16/09/2015	73.800,01	90.774,01			17/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	70.851,93	0,00	0,00	nd	nd
PT504914588	1386-2015-VARIANTE À EN14 LANCO INTERFACE RODOFERROV	16/09/2015	175.275,01	215.588,26			24/03/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	168.184,05	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	14-2013-ER227/IC 2 S.JOÃO DA MADEIRA (KM 0+000) / VALE DE C	20/03/2013	16.157,92	19.874,24			17/07/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.476,62	0,00	0,00	nd	nd
PT500709246	1419-2015-EN218 PONTE SOBRE O RIO MAÇÃS E ACESSOS	02/09/2015	337.834,88	415.536,90			22/04/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	321.700,23	0,00	0,00	nd	nd
PT501993339	1468-2013-EN 211, KM 30+300, ESTABILIZAÇÃO DA PLATAFORMA	22/08/2013	2.852,36	3.508,40			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	61,50	0,00	0,00	nd	nd
PT504853694	1496-2015-CONCESSÃO COSTA DE PRATA - DISPONIBILIDADE (C	08/02/2016	41.733.276,50	51.331.930,10			07/03/2023	0,00	-2.594.177,53	0,00	nd	nd	51.331.930,06	-277.678,93	0,00	nd	nd
PT504853694	1496-2015-CONCESSÃO COSTA DE PRATA - DISPONIBILIDADE (C	08/02/2016	36.813.195,35	45.280.230,28			24/02/2024	45.051.050,56	-482.473,01	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507959248	1546-2015-CONCESSÃO DA GRANDE LISBOA - DISPONIBILIDADE	08/02/2016	35.507.931,66	43.674.755,94			07/03/2023	0,00	-1.952.322,24	0,00	nd	nd	43.674.755,93	163.723,46	0,00	nd	nd
PT507959248	1546-2015-CONCESSÃO DA GRANDE LISBOA - DISPONIBILIDADE	08/02/2016	36.711.938,03	45.155.683,78			24/02/2024	45.922.383,39	-1.333.671,25	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd

Contrato					Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT506252043	1552-2015-CONCESSÃO GRANDE PORTO - DISPONIBILIDADE (C	05/02/2016	77.359.088,83	95.151.679,26			07/03/2023	0,00	-2.255.521,88	0,00	nd	nd	95.151.679,25	807.683,05	0,00	nd	nd
PT506252043	1552-2015-CONCESSÃO GRANDE PORTO - DISPONIBILIDADE (C	05/02/2016	76.624.767,10	94.248.463,53			24/02/2024	95.421.371,86	-955.611,76	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504488643	1553-2015-CONCESSÃO NORTE - DISPONIBILIDADE (CONTRATO	05/02/2016	160.028.555,86	196.835.123,71			24/02/2024	242.654.204,75	-1.331.896,72	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505403900	1554-2015-CONCESSÃO DA BEIRA LITORAL E ALTA - DISPONIBIL	05/02/2016	119.606.132,87	147.115.543,43			07/03/2023	0,00	-3.465.059,22	0,00	nd	nd	147.115.543,39	2.107.874,47	0,00	nd	nd
PT505403900	1554-2015-CONCESSÃO DA BEIRA LITORAL E ALTA - DISPONIBIL	05/02/2016	54.250.620,47	66.728.263,18			22/02/2024	66.728.263,18	-1.256.524,31	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505403900	1554-2015-CONCESSÃO DA BEIRA LITORAL E ALTA - DISPONIBIL	05/02/2016	60.213.125,22	74.062.144,02			25/06/2024	74.398.289,52	-0,01	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504993593	1555-2015-CONCESSÃO INTERIOR NORTE - DISPONIBILIDADE (C	07/02/2016	81.347.252,55	100.057.120,64			22/02/2024	71.873.010,31	-291.153,30	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	156-2010-IC15 VIADUTO ENGENHEIRO DUARTE PACHECO - REF	09/04/2010	2.800,00	3.444,00			19/12/2023	1.722,00	0,00	0,00	nd	nd	1.722,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510454500	1605-2013-EN/ER 205 - INTERS. COM A EN 103 (KM 62+792) E INTE	22/08/2013	15.621,00	19.213,83			17/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	15.436,51	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	1619-2012-ER308, KM 5+891, PH DE BARROSELAS. EN201, 33+89	26/12/2012	11.105,67	13.659,97			17/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	9.069,32	0,00	0,00	nd	nd
PT500863512	1725-2013-EN 101 - L.D. VCT/BRG (KM 63+017) E INTERS. COM EI	30/09/2013	44.782,63	55.082,63			31/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	36.899,47	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	1755-2015-EN101 ENTRONCAMENTO COM A EN202 EM MONÇÃO	27/11/2015	92.250,01	113.467,51			27/05/2016	8.857,97	0,00	0,00	nd	nd	81.249,38	0,00	0,00	nd	nd
PT509447058	1806-2015-ALGARVE -CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	06/10/2015	19.486.815,52	23.968.783,09			19/04/2016	1.438.070,48	0,00	0,00	nd	nd	8.915.696,78	169.770,84	0,00	nd	nd
PT509447058	1806-2015-ALGARVE -CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	07/02/2016	42.230.835,87	51.943.928,12			19/04/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	22.958.301,86	-249.674,32	0,00	nd	nd
PT509447058	1806-2015-ALGARVE -CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	07/02/2016	4.805.788,40	5.911.120,96			09/02/2024	5.391.191,70	-1.059.676,60	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509447058	1806-2015-ALGARVE -CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	07/02/2016	1.732.341,60	2.130.780,17			28/03/2024	2.077.395,83	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504877399	1858-2015-ALGARVE - DISPONIBILIDADE (CONTRATO RENEGOCI	08/02/2016	52.696.503,55	64.816.699,37			29/01/2024	54.630.527,47	-795.695,79	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504611917	1859-2015-BEIRA INTERIOR - DISPONIBILIDADE (CONTRATO REN	08/02/2016	63.019.120,36	77.513.518,04			29/02/2024	66.097.087,04	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505250586	1860-2015-CONCESSÃO NORTE LITORAL - DISPONIBILIDADE (CC	08/02/2016	58.119.955,29	71.487.545,01			29/01/2024	71.494.331,50	-2.577.088,35	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	1887-2015-TRATAMENTO DE TRAVESSIAS URBANAS - DISTRITO	27/11/2015	60.878,86	74.881,00			25/08/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	23.117,48	-166,05	0,00	nd	nd
PT504547739	190-2009- - Outros serviços. - GJ	19/06/2009	63.610,19	78.240,53			30/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.795,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502737808	192-2009- - Outros serviços. - GJ	19/06/2009	39.933,18	49.117,81			27/06/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.854,84	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	193-2015-ER 125 - VILA NOVA DE CACELA (KM 145+100) / LIGAÇÃ	16/03/2015	47.982,80	59.018,84			08/11/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	45.725,76	0,00	0,00	nd	nd
PT508912130	199-2009-SUBCONCESSÃO ALGARVE LITORAL	05/02/2016	16.416.477,35	20.192.267,14			28/02/2023	1.553.251,32	0,00	0,00	nd	nd	18.639.015,84	0,00	0,00	nd	nd
PT508912130	199-2009-SUBCONCESSÃO ALGARVE LITORAL	05/02/2016	6.314.029,75	7.766.256,59			23/02/2024	7.766.256,60	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508912130	199-2009-SUBCONCESSÃO ALGARVE LITORAL	05/02/2016	119.734.381,14	147.273.288,80			18/07/2024	9.319.507,92	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	2216-2015-ER206 V.N. FAMALICÃO (KM 22+320) E ENTROCAMEN	21/12/2015	80.552,71	99.079,83			14/10/2016	61,50	0,00	0,00	nd	nd	80.060,71	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	2351-2014-EN103 ENTRONCAMENTO COM A EN204 (KM 24+880)	15/12/2014	52.776,70	64.915,34			09/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	48.883,34	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	2451-2014-Aquisição de Serviços de Manutenção para o Sistema de T	09/01/2015	113.956,70	113.956,70			29/04/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	113.275,35	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	2610-2014-ER125 OLHÃO (KM116+100) / TAVIRA (KM133+750). RE	21/01/2015	71.815,28	88.332,79			16/05/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	71.704,22	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	2799-2014-ER125 TAVIRA (KM133+750) / VILA NOVA DE CACELA (	05/02/2015	54.860,47	67.478,38			20/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	51.479,20	0,00	0,00	nd	nd
PT504902385	342-2003-PREST. SERVIÇOS DE NATUREZA EXPROPRIATIVA SO	15/07/2003	221.186,29	272.059,14			22/07/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	121.525,71	0,00	0,00	nd	nd
PT509397913	343-2010-SUBCONCESSÃO PINHAL INTERIOR	05/02/2016	146.393.970,70	180.064.583,96			29/02/2024	148.915.354,71	-165.301,79	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509397913	343-2010-SUBCONCESSÃO PINHAL INTERIOR	05/02/2016	45.802.740,00	56.337.370,20			29/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	688.294,12	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	42-2013-EN117 ¿ PENDÃO / BELAS - REABILITAÇÃO	28/03/2013	12.738,26	15.668,06			17/03/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	5.903,51	-759,45	0,00	nd	nd
PT508822939	47-2009-SUBCONCESSÃO BAIXO TEJO	05/02/2016	28.003.078,16	34.443.786,14			29/02/2024	34.443.786,18	-93.994,34	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	471-2014-EN114(IC10)- LD. EVR/STM (KM132+992) E EN4/MONTEI	08/05/2014	62.936,65	77.412,08			22/04/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	58.416,40	0,00	0,00	nd	nd
PT502021128	5-2015-EN347, KM 14+480, ESTABILIZAÇÃO DE ATERRO E PLATA	19/02/2015	2.578,70	3.171,80			09/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.088,55	0,00	0,00	nd	nd
PT500123950	5010000124-Proj. Reab. Estrutural Túnel do Loureiro	24/03/2010	279.550,00	343.846,50			30/06/2010	0,00	0,00	0,00	nd	nd	300.595,96	0,00	0,00	nd	nd
PT502299800	5010001583-Adequação CCP contrato 1946 Reabilit. Fundações 3 P	12/11/2010	52.106,00	64.090,38			29/02/2012	0,00	0,00	0,00	nd	nd	59.851,81	0,00	0,00	nd	nd
ESA81046856	5010002853-	10/05/2013	12.093.000,00	14.874.390,00			29/08/2013	22.086,40	-11.637,73	0,00	nd	nd	777.756,80	-438,15	0,00	nd	nd
PT502225610	5010012656-Material impresso e afins	25/02/2013	6.500,00	7.995,00			28/03/2013	939,29	0,00	0,00	nd	nd	5.469,85	0,00	0,00	nd	nd
PT502225610	5010015736-Material impresso e afins	15/04/2014	6.500,00	7.995,00			16/05/2014	67,70	0,00	0,00	nd	nd	7.393,93	0,00	0,00	nd	nd
PT501284208	5010018076-LBB - Empreitada de Estabilização dos Taludes entre o l	07/08/2017	338.980,02	338.980,02	2972/2017	29/03/2018	27/09/2018	0,00	-5.581,61	0,00	nd	nd	299.999,94	22.183,52	0,00	nd	nd
PT503150100	5010018023-5010018023 - Aq. travessas madeira pinho creosotadas	01/03/2016	3.996.352,00	4.915.512,96			25/08/2017	0,00	-695,29	0,00	nd	nd	48.060,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	5010018272-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	03/08/2016	76.141,71	76.141,71	1850/2016	12/10/2016	23/12/2016	201.777,32	0,00	0,00	nd	nd	27.225.104,38	3.075.528,00	0,00	nd	nd
PT500247480	5010018272-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	03/08/2016	0,00	0,00	1850/2016	12/10/2016	18/02/2021	830.372,48	134.699,01	0,00	nd	nd	1.821.022,51	166.179,14	0,00	nd	nd
PT500274371	5010018273-Conceção, fornecimento e montagem do sistema de cor	02/04/2020	6.970.765,79	6.970.765,79			08/09/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	6.410.264,97	1.013.830,21	0,00	nd	nd
PT501389660	5010018653-Estudo aparelhos apoio Nova Ponte Sado	08/01/2015	22.000,00	27.060,00			10/04/2015	0,00	0,00	0,00	nd	nd	22.140,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	5010019469-CCO do Porto e Interfaces Siemens	02/09/2019	2.650.000,00	3.259.500,00	3001/2019	13/12/2019	03/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.159.549,12	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	5010019470-Integração de sinalização no CCO de Lisboa e Interfaces	02/02/2021	1.848.292,09	2.273.399,27	209/2021	12/03/2021	31/05/2021	161.965,95	0,00	0,00	nd	nd	1.975.742,97	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5010019471-Gestão, Fiscalização e Coordenação de Segurança em	16/08/2018	1.517.261,77	1.866.231,98	2513/2018	16/05/2019	30/09/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.017.558,81	-240.403,24	0,00	nd	nd
PT500948976	5010022023-Assessoria Técnica para a substituição dos Aparelhos de	10/12/2015	24.000,00	29.520,00			09/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	11.070,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010022339-Estudos e Projetos para Modernização parcial da Linha	24/05/2017	317.000,00	389.910,00			24/11/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	958.721,05	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010022404-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos p	26/10/2016	2.799.000,00	3.442.770,00			31/03/2017	2.460,00	0,00	0,00	nd	nd	3.282.809,79	0,00	0,00	nd	nd
ESA28246122	5010022407-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	08/07/2016	1.044.984,00	1.044.984,00			28/03/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	900.136,20	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	5010022407-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	08/07/2016	844.934,00	844.934,00			28/03/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	973.361,89	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5010022407-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	08/07/2016	1.708.082,00	2.100.940,86			28/03/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.629.435,95	0,00	0,00	nd	nd
PT501912290	5010022408-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos p	13/07/2016	1.727.999,00	2.125.438,77			18/08/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.895.782,64	-24.210,21	0,00	nd	nd
PT501515011	5010022419-Estudos para Concordância entre a Linha da Beira Alta e	20/02/2017	799.000,00	982.770,00			28/07/2017	9.292,95	0,00	0,00	nd	nd	851.312,94	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	5010022574-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Év	09/03/2016	287.836,60	354.039,02			30/12/2016	67.824,66	0,00	0,00	nd	nd	2.739.524,25	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010022580-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Év	09/03/2016	4.283.300,00	5.268.459,00			30/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	5.067.060,08	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010022581-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Év	09/03/2016	2.599.000,00	3.196.770,00	805/2016	29/06/2016	20/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.173.733,11	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	5010022582-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Év	19/11/2015	863.761,25	1.062.426,34			30/09/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.041.048,26	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	5010022895-Linha do Norte-Elaboração de Projeto de Execução de E	02/05/2016	62.010,00	76.272,30			20/12/2016	3.086,69	0,00	0,00	nd	nd	63.801,95	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	5010022945-Projeto de reparação da moldura da boca de saída do T	11/12/2015	38.250,00	47.047,50			30/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	43.621,98	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	5010022949-Prestação de Serviços para a elaboração do projecto de	14/04/2016	49.500,00	60.885,00			27/05/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	51.752,25	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	5010022950-Monitorização Remota de Estruturas Geotécnicas, entre	16/08/2018	449.860,87	553.328,87	2536/2018	10/10/2018	31/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	477.940,28	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	5010023797-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreita	28/02/2019	11.654.500,00	11.654.500,00			14/04/2020	48.340,98	76.019,23	0,00	nd	nd	3.135.715,96	480.751,39	0,00	nd	nd
PT980048095	5010023797-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreita	28/02/2019	23.309.000,00	23.309.000,00			14/04/2020	350.296,79	551.601,53	0,00	nd	nd	22.722.579,04	3.483.058,61	0,00	nd	nd
PT980364426	5010023797-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreita	28/02/2019	11.654.500,00	11.654.500,00			14/04/2020	301.955,84	474.844,68	0,00	nd	nd	19.566.863,06	3.003.030,53	0,00	nd	nd
PT504877399	5010024161-Reembolso TRR-Concessão Algarve	02/10/2015	771.500,00	771.500,00			31/08/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	302.089,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500272557	5010024402-Eletrificação e Reabilitação do troço Nine / Viana do Cas	19/10/2016	7.991.957,02	7.991.957,02			24/03/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	7.195.060,30	318.327,30	0,00	nd	nd
PT501945733	5010024806-Elaboração do Projeto de Execução de Caminho Paralel	19/06/2017	7.985,00	9.821,55			26/01/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	8.839,40	0,00	0,00	nd	nd
PT503451541	5010025222-IC35 – PENAFIEL (EN15) / NÓ DE RANS (Ligação à EN	29/10/2021	5.478.421,04	5.478.421,04	2201/2021	06/05/2022	31/10/2022	2.151.738,83	875.601,19	0,00	nd	nd	3.112.113,84	1.187.990,14	0,00	nd	nd
PT505250586	5010025568-COBRANÇA DE PORTAGENS-CONCESSÃO NORTE L	08/02/2016	39.789.164,00	48.940.671,72			29/04/2016	953.957,04	0,00	0,00	nd	nd	23.895.690,24	-1.605.912,65	0,00	nd	nd
PT505250586	5010025568-COBRANÇA DE PORTAGENS-CONCESSÃO NORTE L	08/02/2016	6.098.366,12	7.500.990,33			09/02/2024	7.354.383,71	-844.895,94	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT510484514	5010025608-Manutenção RSC - KAPCSH	15/07/2016	319.000,00	392.370,00			14/10/2016	662.194,50	263.616,18	0,00	nd	nd	5.844.114,45	0,00	0,00	nd	nd
PT507834763	5010025613-Manutenção do sistema core GSM-R - NOKIA/SIEMENS	30/12/2015	130.000,00	159.900,00			14/12/2016	390.140,60	0,00	0,00	nd	nd	2.544.418,44	0,00	0,00	nd	nd
PT508677688	5010025642-COBRANÇA DE PORTAGENS-CONCESSÃO GRANDE	23/02/2016	248.572.044,47	305.743.614,70			26/04/2016	4.313.807,18	0,00	0,00	nd	nd	30.734.788,42	-692.356,96	0,00	nd	nd
PT508677688	5010025642-COBRANÇA DE PORTAGENS-CONCESSÃO GRANDE	23/02/2016	5.788.843,21	7.120.277,15			20/02/2024	7.528.931,14	-525.899,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501247203	5010026163-EN105 INTERSECÃO COM A EN204 (KM 24+300)	23/03/2018	1.266.789,99	1.266.789,99	808/2018	20/06/2018	30/10/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.079.252,29	182.403,17	0,00	nd	nd
PT505924170	5010026332-IP1, KM 132+500, PONTE INTERNACIONAL SOBRE O	11/08/2016	9.314.000,00	9.314.000,00			23/10/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	608.070,57	0,00	0,00	nd	nd
PT505065630	5010026382-Despesa de serviços prestados no âmbito da subconces	29/02/2016	110.156.248,80	135.492.186,02			20/12/2016	4.516.406,16	0,00	0,00	nd	nd	34.036.138,66	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT507826507	5010026755-EN389 – KM8+430 A KM32+850 E EN123 KM43+315 A	16/10/2018	87.500,01	107.625,01			21/05/2019	41.040,18	0,00	0,00	nd	nd	53.608,32	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	5010026788-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NO DI	03/01/2018	50.543,00	62.167,89			28/08/2018	2.172,51	0,00	0,00	nd	nd	54.644,92	0,00	0,00	nd	nd
PT507051823	5010026801-REABILITAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E	22/02/2018	168.897,00	207.743,31			30/10/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	128.569,41	-369,00	0,00	nd	nd
PT503369489	5010027245-IC8 (EM17) – NÓ DE TÁBUA (KM 64+800) E EN230 (VE	06/01/2017	2.196.131,20	2.196.131,20			27/10/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.032.930,02	24.530,66	0,00	nd	nd
PT505250586	5010027551-Reembolso TRIR-Concessão Norte Litoral	06/11/2015	1.253.138,32	1.253.138,32			27/10/2016	142.719,00	0,00	0,00	nd	nd	923.569,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	5010027702-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas	08/03/2019	40.270.696,79	40.270.696,79	796/2019	28/03/2019	25/07/2019	59.952,23	8.576,14	0,00	nd	nd	37.624.085,47	1.054.044,37	0,00	nd	nd
PT515323080	5010027702-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas	08/03/2019	45.594.783,67	45.594.783,67			22/08/2019	56.523,00	125.357,45	0,00	nd	nd	42.655.949,63	1.103.361,45	0,00	nd	nd
PT515323080	5010027702-Aquisição Serviços Manutenção Especialidades Ténicas	08/03/2019	39.813.135,35	39.813.135,35			22/08/2019	76.677,47	55.683,09	0,00	nd	nd	37.564.114,33	1.029.807,20	0,00	nd	nd
PT508592747	5010027734-MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NOS I	15/03/2018	81.000,00	99.630,00			27/09/2018	492,00	0,00	0,00	nd	nd	87.699,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	5010027771-Manutenção de 86 PN's na area COMN e 52 PN's na are	20/05/2019	40.594,50	49.931,24	1654/2019	02/08/2019	31/12/2019	252.387,11	57.333,21	0,00	nd	nd	928.017,91	0,00	0,00	nd	nd
PT503040630	5010027780-Fiscalização da empreitada de trabalhos de reparação e	28/09/2018	910.734,00	1.120.202,82	3144/2018	07/12/2018	31/12/2018	46.994,36	0,00	0,00	nd	nd	1.073.208,47	0,00	0,00	nd	nd
PT504993593	5010027936-Reembolso TRIR-Concessão Interior Norte	17/07/2015	302.424,00	302.424,00			23/09/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	263.962,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	5010028226-Empreitada de Trabalhos de Reparação e Conservação	16/10/2018	12.600.000,10	12.600.000,10	3159/2018	06/12/2018	29/03/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	11.331.670,25	1.922.010,76	0,00	nd	nd
PT502442271	5010028501-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	08/07/2018	1.291.529,41	1.291.529,41			31/10/2018	0,00	4.841,67	0,00	nd	nd	1.281.297,91	83.998,72	0,00	nd	nd
PT503970352	5010028501-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	06/07/2018	5.588.470,60	5.588.470,60	2141/2018	08/08/2018	15/11/2018	0,00	23.962,39	0,00	nd	nd	5.342.883,54	454.013,67	0,00	nd	nd
PT503472069	5010028515-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	28/04/2018	736.970,40	736.970,40	1163/2018	03/08/2018	08/11/2018	0,00	31,01	0,00	nd	nd	736.198,48	56.128,11	0,00	nd	nd
PT503970352	5010028515-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	28/04/2018	4.293.409,01	4.293.409,01	1163/2018	03/08/2018	15/11/2018	0,00	1.889,92	0,00	nd	nd	3.798.388,22	351.228,18	0,00	nd	nd
PT502197714	5010028525-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	28/04/2018	5.600.000,01	5.600.000,01	1205/2018	03/08/2018	30/10/2018	0,00	1.160,47	0,00	nd	nd	5.429.720,00	528.486,47	0,00	nd	nd
PT500173532	5010028543-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	12/04/2018	2.106.132,00	2.106.132,00			30/10/2018	0,00	951,54	0,00	nd	nd	2.096.140,47	156.241,93	0,00	nd	nd
PT503970352	5010028543-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	12/04/2018	4.475.203,20	4.475.203,20	1165/2018	03/08/2018	15/11/2018	0,00	4.517,52	0,00	nd	nd	4.021.742,77	479.888,31	0,00	nd	nd
PT502197714	5010028544-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	22/05/2018	4.660.011,47	4.660.011,47	1582/2018	03/08/2018	30/10/2018	0,00	41.685,31	0,00	nd	nd	4.329.397,00	388.522,70	0,00	nd	nd
PT502197714	5010028545-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	17/05/2018	4.739.833,82	4.739.833,82	1392/2018	17/07/2018	30/10/2018	0,00	5.106,94	0,00	nd	nd	4.575.441,42	466.417,41	0,00	nd	nd
PT503472069	5010028548-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2017/	20/04/2018	1.260.346,50	1.260.346,50	1200/2018	01/08/2018	08/11/2018	0,00	26,49	0,00	nd	nd	1.257.240,86	95.180,55	0,00	nd	nd
PT505941350	5010028638-Protocolo IP /MSantarém s/ Encosta Stª Margarida	27/07/2015	450.000,00	450.000,00			27/09/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	169.226,51	0,00	0,00	nd	nd
PT500070210	5010028770-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	27/12/2017	25.966.681,88	25.966.681,88			27/04/2018	0,00	103.498,05	0,00	nd	nd	24.703.640,73	853.274,32	0,00	nd	nd
PT500226504	5010028770-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	27/12/2017	25.966.681,88	25.966.681,88			27/04/2018	0,00	103.498,04	0,00	nd	nd	24.703.640,74	853.275,69	0,00	nd	nd
PT502197714	5010029232-Empreitada de operação e conservação	20/01/2020	9.680.000,01	9.680.000,01	545/2020	05/05/2020	09/07/2020	1.600,00	30.979,73	0,00	nd	nd	9.678.400,03	1.127.796,44	0,00	nd	nd
PT503025550	5010029379-Prestação de Serviços para a elabor do "Proj. de Execuç	05/07/2017	568.559,18	699.327,79			27/10/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	660.302,01	-3.208,70	0,00	nd	nd
PT505556111	5010029394-MARCAÇÃO RODOVIÁRIA 2016	30/06/2017	561.318,08	561.318,08			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	560.582,07	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	5010029768-verificação da conformidade CE, por um Organismo Not	08/05/2019	294.300,00	361.989,00			29/11/2019	37.465,86	0,00	0,00	nd	nd	156.741,23	0,00	0,00	nd	nd
PT500007365	5010029926-ER209, KM 26+000, ROTUNDA EM LORDELO	29/05/2017	266.343,80	266.343,80			22/09/2017	0,00	-1.159,71	0,00	nd	nd	261.873,03	0,00	0,00	nd	nd
PT507783727	5010030041-EN221 - Implementação de Passeios na Travessia do ca	22/12/2017	27.500,00	33.825,00			28/08/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	32.459,71	0,00	0,00	nd	nd
PT504611917	5010030046-Reembolso TRIR-Concessão Beira InteriorProcesso Trib	02/10/2015	828.115,40	828.115,40			30/12/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	810.184,15	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	5010030083-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	30/12/2016	782.534,93	962.517,96			09/05/2017	5.249,20	0,00	0,00	nd	nd	629.489,62	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	5010030083-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	30/12/2016	521.689,95	641.678,64			04/05/2017	13.123,00	0,00	0,00	nd	nd	1.572.522,07	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	5010030083-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	30/12/2016	1.304.224,87	1.604.196,59	877/2017	21/04/2017	09/05/2017	7.873,80	0,00	0,00	nd	nd	945.444,59	0,00	0,00	nd	nd
PT500140022	5010030141-Inspecão e Operação e Manutenção de Equipamentos	23/07/2018	2.104.882,00	2.589.004,86	2494/2018	27/09/2018	18/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.550.787,02	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	5010030242-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	21/08/2017	519.533,75	639.026,51	3249/2017	08/11/2017	17/11/2017	16.387,85	0,00	0,00	nd	nd	354.760,06	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	5010030242-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	26/05/2017	17.042,76	20.962,59	3249/2017	08/11/2017	10/11/2017	8.193,93	0,00	0,00	nd	nd	177.380,06	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	5010030242-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	26/05/2017	5.680,92	6.987,53	3249/2017	08/11/2017	27/10/2017	1.820,86	0,00	0,00	nd	nd	59.126,67	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	5010030244-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	28/07/2017	649.100,00	798.393,00			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	724.690,56	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5010030421-Melhoria das Condições de Segurança no Distrito do Por	04/12/2017	59.679,00	73.405,17			24/04/2019	25.977,80	0,00	0,00	nd	nd	32.147,22	0,00	0,00	nd	nd
PT502544180	5010030638-	21/12/2017	95.603,70	117.592,55			20/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	24.058,80	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	5010030685-Empreitada SST Alandroal e Postos autotransformadore	31/10/2019	7.961.350,91	7.961.350,91	3567/2019	28/01/2020	30/10/2020	3.260.817,93	868.348,25	0,00	nd	nd	3.398.037,37	610.201,11	0,00	nd	nd
PT501886116	5010030775-Linha da Beira Baixa - Implementação de Sistema de Re	19/11/2021	1.578.009,97	1.578.009,97	2444/2021	22/06/2022	07/11/2022	0,00	1.730,58	0,00	nd	nd	1.516.484,67	445.096,01	0,00	nd	nd
PT501666079	5010030914-Colocação de Sinalização Vertical	31/08/2017	198.322,90	198.322,90			20/03/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	180.482,90	0,00	0,00	nd	nd
PT502613475	5010030914-Colocação de Sinalização Vertical	31/08/2017	454.575,23	454.575,23			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	448.470,60	0,00	0,00	nd	nd
PT505173212	5010030928-EN120, KM 83+124, PONTÃO SOBRE O BARRANCO D	03/01/2018	38.700,99	38.700,99			17/05/2018	0,00	679,23	0,00	nd	nd	38.700,99	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	5010031298-PF14 – Supressão das Pn dos Km 26+607 e 28+420 da	22/08/2017	49.950,00	61.438,50			29/09/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	60.441,28	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	5010031299-PF15 – Supressão da Pn do Km 40+060 da Linha do Oe	14/08/2017	29.980,00	36.875,40			22/09/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	36.394,68	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	5010031429-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS S	06/06/2018	428.297,75	428.297,75	1901/2018	16/08/2018	19/12/2018	0,00	1.352,04	0,00	nd	nd	59.667,25	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	5010031431-IC6 – Tábua / Oliveira do Hospital (IC7) / Covilhã (A23/IP	12/12/2023	972.535,51	1.196.218,68			24/09/2024	108.674,87	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESA28246122	5010031651-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	21/06/2018	120.732,25	148.500,67	1611/2018	25/07/2018	30/10/2018	46.502,31	0,00	0,00	nd	nd	22.454,91	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	5010031651-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	21/06/2018	101.094,56	101.094,56	1611/2018	25/07/2018	21/09/2018	45.769,11	0,00	0,00	nd	nd	22.454,91	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5010031651-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	21/06/2018	256.173,19	315.093,02	1611/2018	25/07/2018	16/10/2018	30.203,11	0,00	0,00	nd	nd	168.224,22	0,00	0,00	nd	nd
PT501773339	5010031762-PF17 - Eliminação de Constrangimentos nas estações d	15/09/2017	69.988,15	86.085,42			17/11/2017	5.351,87	0,00	0,00	nd	nd	42.780,43	0,00	0,00	nd	nd
PT503838160	5010031762-PF17 - Eliminação de Constrangimentos nas estações d	15/09/2017	174.970,38	215.213,57			17/11/2017	17.839,53	0,00	0,00	nd	nd	142.601,40	0,00	0,00	nd	nd
PT504092502	5010031762-PF17 - Eliminação de Constrangimentos nas estações d	15/09/2017	104.982,22	129.128,13			17/11/2017	12.943,30	0,00	0,00	nd	nd	99.820,95	0,00	0,00	nd	nd
PT503970450	5010031779-MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL DE MERCADORIAS I	17/09/2018	177.430,01	218.238,91			14/03/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	179.950,98	0,00	0,00	nd	nd
ESA28217735	5010031797-PF18 – Duplicação do troço Verride/Marujal, no Ramal c	29/08/2018	262.911,31	323.380,91			31/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	243.155,82	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	5010031941-EN10 - KM 14+000 - REFORMULAÇÃO GEOMÉTRICA	25/10/2017	517.007,38	517.007,38			08/10/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	490.297,62	7.806,52	0,00	nd	nd
PT506394514	5010031948-EN115-3, KM 11+450, MURO DE PÉ DE TALUDE	05/07/2018	0,00	0,00			23/10/2018	0,00	5.569,96	0,00	nd	nd	127.247,15	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	5010032238-ER2. KM 306+000 A KM306+800. ESTABILIZAÇÃO DOS	29/08/2018	84.743,00	104.233,89			28/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	74.574,04	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	5010032384-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Instalações	24/07/2020	2.288.510,73	2.814.868,20	2300/2020	09/09/2020	15/12/2020	72.901,12	87.683,80	0,00	nd	nd	2.429.646,11	0,00	0,00	nd	nd
PT504409409	5010032441-Projeto de Execução da EN122, km 72+816, Ponte do V	02/04/2018	49.240,00	60.565,20			30/10/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	57.525,87	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	5010033036-Ligação entre a A15 e rio Maior.	10/12/2018	99.650,00	122.569,50			21/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	111.781,53	-871,21	0,00	nd	nd
PT508592747	5010033287-Projeto para melhorar as condições de segurança em cr	29/03/2018	39.000,00	47.970,00			18/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	47.355,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010033394-Execução para a Construção de Cais de Passageiros no	29/09/2017	29.600,00	36.408,00			05/02/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	30.946,80	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	5010033513-Prestação de serviços Estabilização do Talude de Escav	18/12/2018	112.475,00	138.344,25			17/10/2019	1.557,18	0,00	0,00	nd	nd	108.116,64	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	5010033682-Ligação à Área Industrial de Fontiscos e Ermida (Santo T	29/03/2018	95.000,00	116.850,00			13/12/2018	553,50	0,00	0,00	nd	nd	110.629,28	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	5010033687-Melhoria das Condições de Segurança no Distrito de Via	23/03/2018	57.822,75	71.121,98			07/06/2019	2.413,88	0,00	0,00	nd	nd	60.962,65	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	5010033730-COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVI	27/02/2019	0,00	0,00			10/07/2019	0,00	4.377,94	0,00	nd	nd	305.869,92	0,00	0,00	nd	nd
PT503496553	5010033730-COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVI	27/02/2019	238.546,55	238.546,55			30/09/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	234.304,94	5.225,70	0,00	nd	nd
PT501804013	5010033730-COLOCAÇÃO DE SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVI	27/02/2019	162.000,00	162.000,00			22/08/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	155.978,31	2.092,38	0,00	nd	nd
PT502001364	5010033780-ER243 - Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos – I	28/12/2018	143.000,00	175.890,00			23/05/2019	348,09	0,00	0,00	nd	nd	173.338,99	-349,32	0,00	nd	nd
PT503025550	5010033786-"Alteração do Layout da Estação de Alfarelos e de Passa	11/04/2018	251.135,00	308.896,05			29/06/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	254.712,51	-1.958,78	0,00	nd	nd
PT503156000	5010033935-Nova Linha de Évora. Troço Évora Norte/Leste. Empreita	22/05/2019	130.463.756,00	130.463.756,00	86/2021	26/07/2019	28/05/2020	18.812.353,74	12.900.667,92	0,00	nd	nd	93.237.598,47	7.882.452,19	0,00	nd	nd
PT500097488	5010033938-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronte	14/04/2021	21.747.316,00	21.747.316,00	848/2021	02/06/2021	21/09/2021	5.071.135,97	1.126.372,75	0,00	nd	nd	12.004.837,67	3.442.245,34	0,00	nd	nd
PT500197814	5010033938-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronte	14/04/2021	26.096.779,19	26.096.779,19	848/2021	02/06/2021	21/09/2021	6.085.363,17	1.303.958,75	0,00	nd	nd	14.405.805,14	4.178.382,93	0,00	nd	nd
PT500272557	5010033938-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronte	14/04/2021	21.747.316,00	21.747.316,00	848/2021	02/06/2021	21/09/2021	5.071.135,97	1.086.632,26	0,00	nd	nd	12.004.837,65	3.481.985,81	0,00	nd	nd
PT514950994	5010033938-Empreitada de via e catenária entre Évora e Elvas/fronte	14/04/2021	17.397.852,79	17.397.852,79	848/2021	02/06/2021	21/09/2021	4.056.908,77	901.098,22	0,00	nd	nd	9.603.870,12	2.753.796,23	0,00	nd	nd
PT500197814	5010033951-Empreitada geral de construção civil do subtroço Freixo -	08/04/2019	74.735.000,00	74.735.000,00	1193/2019	22/05/2019	11/05/2020	0,00	473.806,09	0,00	nd	nd	65.824.147,95	5.386.620,35	0,00	nd	nd
PT500070210	5010033977-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl	04/12/2020	28.118.939,74	28.118.939,74			27/07/2021	7.430.650,02	3.049.155,43	0,00	nd	nd	15.435.844,58	3.495.163,95	0,00	nd	nd
PT500272557	5010033977-Empreitada de Modernização do Subtroço Cerdeira(excl	04/12/2020	14.778.229,14	14.778.229,14			30/07/2021	3.905.200,59	1.573.116,85	0,00	nd	nd	8.112.354,62	1.805.004,58	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT514189410	5010034051-Variante à EN210 entre Lordelo e Corgo	12/06/2019	310.000,00	381.300,00			18/12/2019	15.013,68	0,00	0,00	nd	nd	298.516,34	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	5010034199-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Nor	03/07/2020	1.160.375,00	1.160.375,00			28/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.159.521,04	150.159,38	0,00	nd	nd
PT503970352	5010034199-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Nor	03/07/2020	7.137.004,33	7.137.004,33			26/11/2020	186.782,02	172.757,68	0,00	nd	nd	6.945.450,30	636.300,53	0,00	nd	nd
PT502442271	5010034200-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Nor	26/08/2021	6.914.482,17	6.914.482,17			30/06/2023	163.653,24	37.315,06	0,00	nd	nd	485.141,76	34.785,68	0,00	nd	nd
PT503970352	5010034200-Operação e Manutenção da Rede de Alta Prestação Nor	26/08/2021	648.795,00	648.795,00			31/08/2022	2.405.717,80	395.856,55	0,00	nd	nd	2.250.041,78	143.344,93	0,00	nd	nd
PT500272557	5010034335-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e de	10/11/2020	6.589.122,90	6.984.470,27	3253/2020	07/01/2021	31/05/2021	485.540,50	169.601,14	0,00	nd	nd	2.839.173,44	39.284,37	0,00	nd	nd
PT504338854	5010034335-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e de	11/11/2020	47.730,00	50.593,80	3563/2020	07/01/2021	31/03/2021	769.467,32	223.105,54	0,00	nd	nd	5.763.616,00	271.232,31	0,00	nd	nd
PT504338854	5010034335-5010034335, Lote 3 - Controlo de vegetação e desmatac	11/11/2020	40.973,00	43.431,38	3252/2020	07/01/2021	31/03/2021	438.582,82	260.571,60	0,00	nd	nd	4.596.669,85	0,00	0,00	nd	nd
PT507068211	5010034335-Aquisição de Serviços para o controlo de vegetação e de	10/11/2020	49.791,96	52.779,48	3252/2020	07/01/2021	18/03/2021	408.116,55	162.949,18	0,00	nd	nd	2.786.222,10	37.744,29	0,00	nd	nd
PT502668490	5010034693-Elaboração de um projeto de execução na EN 365 Santa	17/09/2018	62.389,50	76.739,09			30/11/2018	282,90	0,00	0,00	nd	nd	72.141,97	0,00	0,00	nd	nd
PT503693618	5010034709-EN260, KM 031+400, PASSAGEM HIDRÁULICA, SUBST	04/01/2019	118.446,36	118.446,36			10/07/2019	0,00	1.423,84	0,00	nd	nd	117.446,20	0,00	0,00	nd	nd
PT503397490	5010034919-MARCAÇÃO RODOVIÁRIA 2018	30/04/2019	319.947,91	319.947,91			27/09/2019	0,00	8.026,57	0,00	nd	nd	320.125,94	-178,04	0,00	nd	nd
PT513652949	5010034984-B.CNS.CC–Audiovisual (registo, produção e realização)	03/05/2018	98.515,00	121.173,45			06/07/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	37.914,74	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	5010035082-Cedência Posição Contratual IP-IPE Projeto Estabilizaçã	14/12/2018	2.625,01	3.228,76			08/03/2024	322,88	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	5010035084-Cedência Posição Contratual IP-IPE Km 16+308 Linha d	31/12/2017	15.328,82	18.854,45			26/01/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	13.569,38	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	5010035086-Cedência Posição Contratual IP-IPE Projeto Construção	29/05/2018	12.284,24	15.109,62			29/08/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	10.794,78	0,00	0,00	nd	nd
PT507051823	5010035111-Cedência Posição Contratual IP-IPE Estabilização Talude	30/05/2018	3.187,50	3.920,63			30/11/2020	1.960,31	0,00	0,00	nd	nd	1.960,31	0,00	0,00	nd	nd
PT502496878	5010035468-EN9. TORRES VEDRAS (KM 68,000) e ENT. COM EN1	22/02/2019	3.664.386,96	3.664.386,96			14/11/2019	0,00	-5.886,25	0,00	nd	nd	2.991.216,33	19.676,86	0,00	nd	nd
PT508592747	5010035479-EN2 S. Brás de Alportel e Ligação à A22. Requalificação	29/03/2019	139.889,90	172.064,58			27/09/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	167.048,85	0,00	0,00	nd	nd
PT502042044	5010035498-SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVIÁRIOS COM DPM	16/08/2019	90.243,00	90.243,00	2988/2019	04/10/2019	12/03/2020	0,00	814,72	0,00	nd	nd	90.243,00	-261,00	0,00	nd	nd
PT502042044	5010035498-SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVIÁRIOS COM DPM	16/08/2019	74.259,00	74.259,00			18/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	74.169,49	1.486,43	0,00	nd	nd
PT502613475	5010035498-SISTEMAS DE RETENÇÃO RODOVIÁRIOS COM DPM	16/08/2019	74.259,00	74.259,00			18/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	74.169,49	23,04	0,00	nd	nd
PT507546903	5010035553-Verificação CE, por um Organismo Notificado, dos subsis	25/07/2018	219.000,00	269.370,00			21/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	56.028,96	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	5010035605-verificação CE, por um Organismo Notificado, dos subsis	18/09/2018	266.875,00	328.256,25			07/06/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	189.112,50	0,00	0,00	nd	nd
PT502533447	5010035661-"Conceção/Execução da Subestação de Tração de Runa	26/06/2020	5.321.384,38	5.321.384,38	2047/2020	16/10/2020	29/01/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	50.939,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	5010035759-Cedência Posição Contratual IP-IPE Estabilização Talude	30/06/2022	32.650,00	40.159,50			09/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.914,19	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010035979-Linha Vendas Novas. Renovação Integral de Via	13/07/2018	348.500,00	428.655,00			27/09/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	364.356,75	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	5010036048-Prestação de serviços para a verificação de conformidad	30/10/2018	54.950,00	67.588,50			07/06/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	3.379,43	0,00	0,00	nd	nd
PT501389660	5010036051-Aquisição serviços acompanhamento empreitadas gerais	01/10/2019	566.400,00	696.672,00			03/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	557.337,60	0,00	0,00	nd	nd
PT503401676	5010036313-BENEFICIAÇÃO DA EN2 - LIGAÇÃO À A22 (KM 730+70	24/07/2019	91.780,00	112.889,40			31/03/2020	8.955,63	0,00	0,00	nd	nd	79.013,97	0,00	0,00	nd	nd
PT500274371	5010036351-Empreitada "Conceção, fornecimento e montagem do si	10/01/2020	855.805,88	855.805,88			30/10/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	756.750,07	0,00	0,00	nd	nd
PT501884955	5010036446-ER315 - Mirandela (km 34+000) e Entroncamento com c	07/05/2018	65.000,01	79.950,01			29/06/2018	1.291,50	0,00	0,00	nd	nd	76.696,66	0,00	0,00	nd	nd
ESB15044357	5010036535-Prestação de Serviços de "Assessoria, Fiscalização e CS	22/09/2020	6.524.308,70	6.524.308,70			31/12/2020	885.359,15	0,00	0,00	nd	nd	5.638.949,55	0,00	0,00	nd	nd
PT507866673	5010036540-SST Runa - Alimentação REN	11/11/2020	3.674.778,13	4.519.977,10			07/09/2021	887.840,51	0,00	0,00	nd	nd	1.696.071,33	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	5010036546-EN222, KM 207+000 ao 214+500. Estabilização de Talu	08/10/2019	70.000,00	86.100,00			11/05/2020	6.900,30	0,00	0,00	nd	nd	66.850,50	0,00	0,00	nd	nd
PT514803991	5010036729-Estabilização de Taludes Em Rodovias No Distrito de Sa	30/04/2019	98.000,00	120.540,00			30/08/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	105.099,80	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	5010036732-L.Leixões-EP+PE+EIA melhoramento da capacidade fer	11/03/2019	790.545,00	972.370,35			10/10/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	733.047,23	-21.124,02	0,00	nd	nd
PT504101404	5010036880-Intervenção Preventiva em Pavimentos – Centro Operaci	18/09/2018	598.432,15	598.432,15	3017/2018	21/11/2018	14/02/2019	0,00	-5.658,24	0,00	nd	nd	598.432,16	28.591,32	0,00	nd	nd
PT507546903	5010036927-Concurso Público, com divulgação no Jornal Oficial da U	08/05/2019	169.750,00	208.792,50			19/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	55.678,00	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	5010037383-Coordenação Técnica do Projeto de Execução e Tarefas	09/11/2018	349.900,00	430.377,00			24/12/2018	1.845,00	0,00	0,00	nd	nd	429.147,03	-12.447,91	0,00	nd	nd
PT502668490	5010037390-Obras de Arte e Estruturas Especiais do Projeto de Exec	09/11/2018	348.700,00	428.901,00			31/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	405.686,47	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010037393-Via, Terraplenagem e Drenagem do Projeto de Execuçã	09/11/2018	349.857,50	430.324,73			21/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	396.841,67	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	5010037480-Catenária e RCT+TP do Projeto de Execução	20/09/2018	58.700,00	69.741,00			31/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	67.478,29	0,00	0,00	nd	nd
PT507027140	5010037649-Arbitragem AEDL - Sentença Arbitral	14/05/2018	230.574.659,84	283.606.831,60			23/05/2018	12.254.586,00	-5.412.988,45	0,00	nd	nd	118.723.046,88	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010037711-EN265 KM 9+876 A KM 18+839 E EN392 KM 77+660 A	05/06/2019	130.481,00	160.491,63			12/03/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	148.191,63	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	5010037766-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE COMBU	29/06/2018	705.398,25	747.722,15			18/09/2018	0,00	9.947,27	0,00	nd	nd	734.272,97	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	5010037768-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE COMBU	29/06/2018	879.640,08	932.418,48			18/09/2018	0,00	11.335,74	0,00	nd	nd	921.729,45	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	5010037778-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE COMBU	29/06/2018	894.050,00	947.693,00	2087/2018	03/08/2018	18/09/2018	0,00	12.306,70	0,00	nd	nd	773.383,02	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	5010037782-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE COMBU	29/06/2018	711.314,94	753.993,84	2082/2018	02/08/2018	18/09/2018	0,00	10.038,59	0,00	nd	nd	737.495,58	0,00	0,00	nd	nd
PT503970352	5010037783-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE COMBU	29/06/2018	708.450,50	750.957,53			18/09/2018	0,00	11.122,29	0,00	nd	nd	742.092,83	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	5010037885-ARRANJOS EXTERIORES DO CAMPUS IP	11/09/2018	119.991,77	119.991,77			14/12/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	107.081,77	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010037970-IP3 - Nó de Souselas (IC2) / Nó de Viseu (A25). Duplicaç	15/03/2019	3.198.600,00	3.934.278,00			22/08/2019	420.240,63	0,00	0,00	nd	nd	2.270.041,90	0,00	0,00	nd	nd
PT504803468	5010038116-Auditoria de Segurança Rodoviária do IP3 - Nó de Souse	18/03/2020	184.900,00	227.427,00			29/05/2020	40.959,00	0,00	0,00	nd	nd	84.181,20	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010038157-Projeto de execução -IC1 (A1) - Nó de Stª Ovídio (km 29	05/04/2021	358.916,00	441.466,68			30/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	122.855,35	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010038191-Estudo Prévio+Projeto de execução -EN222 - A32/IC2 (N	29/07/2019	1.079.000,00	1.327.170,00			31/01/2020	385.994,30	0,00	0,00	nd	nd	668.025,28	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	5010038201-BETNOR - 10 ton Pó de pedra calcário	02/07/2018	975,00	1.199,25			08/11/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	21,10	0,00	0,00	nd	nd
PT500173532	5010038271-Operação e Manutenção da Rede AP Norte 2019 - Gran	31/01/2019	457.216,91	457.216,91			06/09/2019	0,00	348,37	0,00	nd	nd	452.825,27	11.577,86	0,00	nd	nd
PT503970352	5010038271-Operação e Manutenção da Rede AP Norte 2019 - Gran	31/01/2019	3.021.713,93	3.021.713,93			06/09/2019	0,00	3.945,19	0,00	nd	nd	2.983.660,30	58.426,95	0,00	nd	nd
PT502197714	5010038440-IC2/EN1 - BENEFICIAÇÃO ENTRE ASSEICEIRA (KM 65	03/05/2021	8.465.962,29	8.465.962,29	1164/2021	02/12/2021	14/04/2022	404.473,08	508.171,53	0,00	nd	nd	7.451.926,62	3.570.362,77	0,00	nd	nd
PT501957782	5010038615-Adaptação dos projetos de especialidades para a supres	08/10/2018	83.950,00	103.258,50			16/07/2019	774,44	0,00	0,00	nd	nd	93.965,25	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	5010038653-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2018	09/09/2019	1.713.834,42	1.713.834,42			18/12/2019	0,00	-13.724,72	0,00	nd	nd	880.945,03	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	5010038653-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2018	15/07/2019	1.713.834,42	1.713.834,42			30/11/2019	0,00	-11.156,48	0,00	nd	nd	762.336,08	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	5010038700-Aquisição de Serviços Prestação de Serviços Postais IP	27/02/2019	6.400,00	6.400,00			18/04/2019	519,80	0,00	0,00	nd	nd	3.754,68	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	5010038700-Aquisição de Serviços Prestação de Serviços Postais IP	27/02/2019	340,00	340,00			18/04/2019	69,54	0,00	0,00	nd	nd	121,45	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	5010038700-Aquisição de Serviços Prestação de Serviços Postais IP	27/02/2019	470,00	470,00			18/04/2019	65,39	0,00	0,00	nd	nd	473,83	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	5010038700-Aquisição de Serviços Prestação de Serviços Postais IP	27/02/2019	2.060,00	2.060,00			18/04/2019	366,80	0,00	0,00	nd	nd	1.644,69	0,00	0,00	nd	nd
PT500077568	5010038700-Aquisição de Serviços Prestação de Serviços Postais IP	27/02/2019	5.650,00	5.650,00			18/04/2019	565,81	0,00	0,00	nd	nd	4.986,29	0,00	0,00	nd	nd
PT513246002	5010038728-IC17 CRIL - TÚNEL DO GRILO - FISCALIZAÇÃO DA EN	23/01/2024	448.480,00	551.630,40			30/09/2024	114.539,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507959248	5010038742-CONCESSÃO GRANDE LISBOA - Grandes Reparações	16/08/2018	20.336.965,15	20.336.965,15			15/06/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	533.150,53	0,00	0,00	nd	nd
PT505403900	5010038751-Concessão BLA-GRP Grandes Reparações Pavimentos	22/08/2018	68.287.941,00	68.287.941,00			13/05/2021	2.750.587,14	0,00	0,00	nd	nd	16.922.854,74	0,00	0,00	nd	nd
PT502613475	5010038754-SINALIZAÇÃO VERTICAL 2019	21/03/2019	503.794,15	503.794,15	1589/2019	06/06/2019	19/09/2019	0,00	1.306,25	0,00	nd	nd	500.181,47	18.692,25	0,00	nd	nd
PT514402253	5010038754-SINALIZAÇÃO VERTICAL 2019	30/04/2019	1.208.347,42	1.208.347,42	1587/2019	06/06/2019	20/09/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	425.008,66	9.713,47	0,00	nd	nd
PT501804013	5010038754-SINALIZAÇÃO VERTICAL 2019	30/04/2019	509.900,00	509.900,00	1591/2019	06/06/2019	31/07/2019	0,00	11.908,29	0,00	nd	nd	508.991,31	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010038803-Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca à A11 (F	23/07/2019	198.970,00	244.733,10			31/01/2020	10.108,32	0,00	0,00	nd	nd	217.334,85	0,00	0,00	nd	nd
PT507834783	5010038877-	08/04/2020	1.169.000,00	1.437.870,00			28/04/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	127.130,20	0,00	0,00	nd	nd
PT501261320	5010038892-EN109 Ponte Edgar Cardoso sobre o rio Mondego. Proje	13/02/2019	682.000,00	838.860,00	722/2019	18/04/2019	14/11/2019	30.518,16	0,00	0,00	nd	nd	788.854,35	0,00	0,00	nd	nd
PT500553408	5010039022-LIGAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE FORMARIZ	27/06/2019	8.989.959,80	8.989.959,80	2369/2019	18/05/2020	31/08/2020	482.918,02	491.878,11	0,00	nd	nd	8.418.667,01	1.528.362,56	0,00	nd	nd
PT504488643	5010039115-Concessão NORTE-GRPGrandes Reparações Pavimen	06/09/2018	70.040.612,47	70.040.612,47			08/07/2021	8.083.878,21	0,00	0,00	nd	nd	21.224.570,99	0,00	0,00	nd	nd
PT505250586	5010039139-Concessão NORTE LITORAL-GRP	04/10/2018	25.929.249,28	25.929.249,28			11/02/2019	142.875,64	0,00	0,00	nd	nd	19.632.375,76	0,00	0,00	nd	nd
PT501294104	5010039149-Acordo de Mutação Dominial-IP/CM Setúbal -EN379-1 e	22/05/2019	50.000,00	50.000,00			17/09/2024	48.803,68	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506596966	5010039177-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos S	10/03/2020	708.071,20	870.927,58	884/2020	06/05/2020	30/07/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	808.995,61	21.095,97	0,00	nd	nd
PT507775597	5010039177-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos S	10/03/2020	2.990.838,17	3.678.730,95	885/2020	06/05/2020	30/07/2020	50.188,09	6.726,14	0,00	nd	nd	3.549.816,33	101.218,59	0,00	nd	nd
PT514750901	5010039177-Aquisição de serviços de "Manutenção de 1.ª Linha dos S	10/03/2020	4.600.699,19	5.658.860,00	886/2020	06/05/2020	23/07/2020	6.547,58	933,17	0,00	nd	nd	5.632.548,21	158.475,18	0,00	nd	nd
PT504993593	5010039217-INTERIOR NORTE (GRP) Grandes Reparações de Pavi	04/10/2018	59.043.340,00	59.043.340,00			29/03/2022	3.902.807,93	0,00	0,00	nd	nd	1.527.463,51	0,00	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT504394029	5010039279-Alimentação elétrica da futura subestação de tração elét	03/03/2021	2.665.783,12	3.278.913,24			30/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.602.640,80	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	5010039294-Sinalização & ETCS - Conceção, Fornecimento, Montag	23/05/2019	40.583.954,33	40.583.954,33	1675/2019	05/11/2019	03/04/2020	1.810.893,53	0,00	0,00	nd	nd	14.290.339,81	2.323.359,96	0,00	nd	nd
PT501967796	5010039340-5010039340	17/10/2018	800,00	984,00			21/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	899,44	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	5010039380-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária	15/06/2021	19.969.962,79	19.969.962,79			30/11/2021	5.720.212,30	1.651.524,10	0,00	nd	nd	11.491.983,64	1.886.269,81	0,00	nd	nd
PT503156000	5010039380-Empreitada Geral de Modernização da ligação ferroviária	15/06/2021	8.558.555,48	8.558.555,48			30/11/2021	2.451.519,59	707.796,06	0,00	nd	nd	4.925.135,85	808.401,37	0,00	nd	nd
PT516458582	5010039382-Prestação de serviços de Fiscalização, Coordenação de	23/07/2021	4.859.320,00	5.976.963,60	1525/2021	30/09/2021	21/12/2021	1.683.766,32	0,00	0,00	nd	nd	3.069.519,06	0,00	0,00	nd	nd
PT502054883	5010039383-Aquisição de Serviços para a verificação CE, por um Org	03/07/2020	144.878,23	178.200,22			17/09/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	98.010,12	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010039493-E.Prévio e P.E p/ intervenções de Modernização em Mat	18/07/2019	329.850,00	405.715,50			20/09/2019	52.114,85	0,00	0,00	nd	nd	752.527,16	0,00	0,00	nd	nd
PT506782328	5010039693-IP1 (A20) – Nó dos Carvalhos (km 0+250) e Ponte do Fr	27/11/2019	139.881,52	172.054,27			11/03/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	63.174,49	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	5010039721-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço F	27/07/2021	15.952.750,38	15.952.750,38	1557/2021	14/09/2021	31/01/2022	2.356.625,56	979.937,92	0,00	nd	nd	10.839.089,74	1.717.797,24	0,00	nd	nd
PT503156000	5010039721-Empreitada de Eletrificação da Linha do Algarve, troço F	27/07/2021	4.499.493,70	4.499.493,70	1557/2021	14/09/2021	18/02/2022	589.156,41	244.984,47	0,00	nd	nd	2.709.772,44	429.449,36	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	7.380.467,04	9.077.974,46			03/11/2020	21.262,80	0,00	0,00	nd	nd	148.839,60	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	08/08/2019	0,00	0,00			03/11/2020	41.459,85	0,00	0,00	nd	nd	354.333,28	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	199.518,17	245.407,35			30/10/2020	78.568,43	0,00	0,00	nd	nd	846.892,49	-2.723,82	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	323.906,54	398.405,04			30/10/2020	134.409,15	0,00	0,00	nd	nd	1.479.035,33	-6.367,94	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	647.784,32	796.774,71			24/09/2020	388.757,15	-974,53	0,00	nd	nd	3.320.812,19	-152.973,67	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	298.475,92	367.125,38			27/10/2020	112.900,32	0,00	0,00	nd	nd	1.252.546,19	-3.867,27	0,00	nd	nd
PT502167610	5010039899-Aluguer Operacional de 634 Viaturas Operacionais para	04/09/2019	43.776,63	53.845,25			10/11/2020	110.382,84	0,00	0,00	nd	nd	473.011,33	0,00	0,00	nd	nd
PT506252043	5010040088-GRANDE PORTO-Grandes Reparações (GRP)	29/11/2018	25.980.734,00	25.980.734,00			11/02/2019	5.233.155,55	0,00	0,00	nd	nd	9.932.199,07	0,00	0,00	nd	nd
PT504853694	5010040159-Concessão COSTA DE PRATA-GRP	31/12/2018	28.976.612,00	28.976.612,00			11/02/2019	3.804.905,19	-55.146,29	0,00	nd	nd	15.878.519,92	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010040212-EN326 – Feira (A32/IC2) / Escariz - Assistência Técnica	15/04/2019	164.000,00	201.720,00			31/10/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	170.305,86	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	5010040240-Projeto de Execução da "LS, PI Mirante 2º . PI Ponte Sec	15/07/2019	119.010,00	146.382,30			14/02/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	123.190,66	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	5010040245-Projeto de Execução da Linha do Sul, PK 8+886, Ponte (	29/07/2019	133.898,50	164.695,16			30/11/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	144.154,16	0,00	0,00	nd	nd
PT514750901	5010040286-Instalação de Sinalização Eletrónica na Estação do Entr	13/08/2020	7.982.051,00	7.982.051,00	2541/2020	14/09/2020	30/10/2020	802.530,07	72.088,53	0,00	nd	nd	6.475.948,49	1.231.080,02	0,00	nd	nd
ESA08031098	5010040329-Sistema de Mobilidade do Mondego, troço Alto de São J	01/10/2019	23.765.000,00	23.765.000,00			29/10/2020	3.905.962,54	1.188.038,09	0,00	nd	nd	16.835.793,16	3.676.069,16	0,00	nd	nd
PT503401676	5010040376-Projeto de beneficiação do IC 1 LD Beja/Faro a Nó S.B. (	04/06/2020	172.500,00	212.175,00			31/07/2020	3.936,00	0,00	0,00	nd	nd	125.617,57	0,00	0,00	nd	nd
PT503150100	5010040426-	17/11/2021	4.088.913,14	5.029.363,16			21/07/2022	1.748.276,00	625.822,06	0,00	nd	nd	1.829.289,39	424.012,53	0,00	nd	nd
PT503150100	5010040426-	09/06/2022	4.088.913,14	5.029.363,16			31/07/2023	295.146,04	101.632,19	0,00	nd	nd	52.714,42	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	5010040520-EN206, km 51+290, PH Ribeira de Calvelos; EN206, Km	10/09/2019	51.705,00	63.597,15			12/03/2020	1.556,71	0,00	0,00	nd	nd	50.060,23	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010040541-IC7 (EN17) L.D. CBR/GRD (KM 81+983) E ENT. COM IC	26/07/2021	109.900,00	135.177,00			19/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	55.138,69	0,00	0,00	nd	nd
PT501945733	5010040563-Intervenção de Urgência no Viaduto da Ferradosa ao PK	10/04/2019	74.958,04	92.198,39			20/09/2019	7.576,80	0,00	0,00	nd	nd	82.092,76	0,00	0,00	nd	nd
PT503003328	5010040605-Projeto de Execução da passagem inferior e restabelecir	13/09/2019	52.864,00	65.022,72			25/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	56.595,39	0,00	0,00	nd	nd
PT501312412	5010040687-EN101, L.D. VCT/BRG (KM 63+017) E INTERSECÇÃO C	17/03/2021	2.589.214,00	2.589.214,00	732/2021	20/05/2021	07/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.295.136,77	1.014.013,09	0,00	nd	nd
PT506682188	5010040687-EN101, L.D. VCT/BRG (KM 63+017) E INTERSECÇÃO C	17/03/2021	2.589.214,00	2.589.214,00	732/2021	20/05/2021	30/07/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.295.136,77	961.945,54	0,00	nd	nd
PT502021128	5010040766-Projeto de beneficiação do IC 1 Palma/entron. EN120 A.	03/09/2021	128.000,00	157.440,00			30/12/2022	27.162,09	0,00	0,00	nd	nd	15.498,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500440131	5010040773-Reformulação do Projeto Quadruplicação Contumil-Erm	15/03/2019	339.000,00	416.970,00			31/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	404.460,90	0,00	0,00	nd	nd
PT501957782	5010040790-Reformulação do Projeto Quadruplicação Contumil-Erm	15/04/2019	439.950,00	541.138,50			17/10/2019	54.973,85	0,00	0,00	nd	nd	463.620,49	0,00	0,00	nd	nd
PT500987076	5010040847-IC2(A30), KM 1+540, VIADUTO DA MATINHA REABILIT	12/04/2021	2.197.840,88	2.197.840,88			21/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.195.480,15	584.782,79	0,00	nd	nd
PT502533447	5010040869-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linh	08/10/2020	2.174.479,04	2.674.609,22			18/03/2021	199.064,06	0,00	0,00	nd	nd	2.472.529,12	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	5010040869-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linh	08/10/2020	2.190.864,54	2.694.763,38			18/03/2021	151.632,36	0,00	0,00	nd	nd	2.543.130,96	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	5010040869-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linh	28/07/2020	1.198,96	1.474,72			11/03/2021	5.145,53	0,00	0,00	nd	nd	91.441,03	0,00	0,00	nd	nd
PT507775597	5010040869-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linh	08/10/2020	120.374,24	148.060,32			18/03/2021	12.781,82	0,00	0,00	nd	nd	135.254,72	0,00	0,00	nd	nd
PT502309105	5010040869-Aquisição de Serviços de manutenção corretiva de 1ª linh	28/07/2020	21.216,85	26.096,73			11/03/2021	91.765,43	0,00	0,00	nd	nd	1.576.108,83	0,00	0,00	nd	nd
PT514950994	5010040967-Deservagem Química RFN 2019 a 2024	07/05/2020	3.847.859,01	4.078.730,55	1868/2020	09/09/2020	12/11/2020	1.041.847,22	150.345,15	0,00	nd	nd	2.246.054,80	156.787,79	0,00	nd	nd
PT502001364	5010040993-Contratação de projeto de execução para a estabilizaçã	30/01/2020	69.995,00	86.093,85			25/08/2020	1.923,72	0,00	0,00	nd	nd	72.946,39	0,00	0,00	nd	nd
PT504615947	5010041036-Serviço de cartões MTM para ITS pelo operador MEO pa	21/10/2019	8.640,00	10.627,20			07/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	7.675,20	0,00	0,00	nd	nd
PT503505390	5010041272-Gestão de Vegetação 2019 – 6 Lotes	06/06/2019	439.999,00	466.398,94	2295/2019	09/08/2019	30/09/2019	235,09	0,00	0,00	nd	nd	466.526,45	0,00	0,00	nd	nd
PT502167610	5010041381-Aluguer operacional 34 viaturas IP	31/01/2020	870.300,48	1.070.469,60	518/2020	26/03/2020	27/10/2020	65.258,47	0,00	0,00	nd	nd	428.646,05	0,00	0,00	nd	nd
PT506998959	5010041431-AQUISIÇÃO DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA CORREI	12/01/2021	94.968,00	116.810,64			12/04/2021	27.798,62	0,00	0,00	nd	nd	59.897,37	0,00	0,00	nd	nd
PT509655262	5010041431-AQUISIÇÃO DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA CORREI	22/09/2020	94.795,00	116.597,85			09/06/2021	19.815,07	0,00	0,00	nd	nd	66.044,21	0,00	0,00	nd	nd
PT514518847	5010041431-AQUISIÇÃO DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA CORREI	12/01/2021	72.100,00	88.683,00			13/05/2021	19.742,99	0,00	0,00	nd	nd	15.441,42	0,00	0,00	nd	nd
PT500692564	5010041455-Prestação de Serviços para "Linha do Norte. Coimbra B	04/07/2019	279.588,00	343.893,24			27/08/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	294.444,78	0,00	0,00	nd	nd
PT508957753	5010041471-Projeto de Execução da Linha de Sines, PK 177,622, Via	27/04/2020	97.000,00	119.310,00			30/10/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	92.969,55	0,00	0,00	nd	nd
PT506265447	5010041499-Nivelamento Geométrico OA 2019-2021	21/01/2021	58.200,00	71.586,00			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	44.772,00	0,00	0,00	nd	nd
PT514518847	5010041499-Nivelamento Geométrico OA 2019-2021	15/01/2021	68.685,01	84.482,56			22/09/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	39.649,07	0,00	0,00	nd	nd
PT509655262	5010041499-Nivelamento Geométrico OA 2019-2021	18/01/2021	93.550,00	115.066,50			23/05/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	38.745,00	0,00	0,00	nd	nd
IT05033050963	5010041538-A empresa dispõe de um único equipamento de inspeçã	04/08/2022	6.157.900,00	6.157.900,00			31/08/2023	915.080,00	0,00	0,00	nd	nd	915.080,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	5010041540-EN378 - Seixal (km 0+800 / Fernão Ferro (km 10+830) -	13/04/2021	120.000,00	147.600,00			30/07/2021	45.989,76	0,00	0,00	nd	nd	66.012,43	-92,25	0,00	nd	nd
PT502197714	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	29/12/2022	12.033.014,95	12.033.014,95	139/2023	21/04/2023	16/07/2024	292.211,77	-27.464,17	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT505886154	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	29/12/2022	259.703,00	259.703,00			15/06/2023	1.431.746,18	-66.079,67	0,00	nd	nd	482.870,19	17.803,88	0,00	nd	nd
PT502197714	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	29/12/2022	93.903,35	93.903,35	148/2023	21/04/2023	20/10/2023	1.327.469,32	0,00	0,00	nd	nd	307.494,52	1.242,27	0,00	nd	nd
PT505886154	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	211.282,54	211.282,54			31/07/2023	212.719,97	18.511,56	0,00	nd	nd	65.337,60	5.095,13	0,00	nd	nd
PT505886154	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	97.768,53	97.768,53			31/08/2023	148.631,25	20.293,09	0,00	nd	nd	284.071,54	6.420,79	0,00	nd	nd
PT503496553	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	76.042,19	76.042,19			31/07/2023	687.437,23	-6.020,40	0,00	nd	nd	254.611,84	6.849,22	0,00	nd	nd
PT505394847	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	29/12/2022	13.508.683,52	13.508.683,52	157/2023	21/04/2023	15/08/2023	580.801,67	-41.376,87	0,00	nd	nd	351.638,97	-27.786,34	0,00	nd	nd
PT505394847	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	40.175,00	40.175,00			31/08/2023	482.228,20	-38.508,83	0,00	nd	nd	63.201,07	-6.866,01	0,00	nd	nd
PT515014893	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	40.175,00	40.175,00			15/08/2023	482.228,06	-36.121,83	0,00	nd	nd	63.201,08	-7.001,75	0,00	nd	nd
PT505394847	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	6.530,40	6.530,40			31/08/2023	728.543,29	-18.995,38	0,00	nd	nd	213.619,21	-26.948,99	0,00	nd	nd
PT515014893	5010041609-EQUIPAMENTOS DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA 2(	17/10/2022	6.530,40	6.530,40			31/08/2023	711.303,06	-18.135,74	0,00	nd	nd	230.859,46	-27.808,85	0,00	nd	nd
PT507826507	5010041648-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscaliz	20/04/2020	3.751.575,00	4.614.437,25			30/10/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.577.911,31	-9.002,66	0,00	nd	nd
ESA28171288	5010041648-Aquisição de Serviços de Gestão, Coordenação, Fiscaliz	18/08/2020	4.648,69	5.719,12			07/11/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	114.836,03	0,00	0,00	nd	nd
PT500775540	5010041783-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2019	30/10/2019	927.693,25	927.693,25			09/07/2020	0,00	-38.579,71	0,00	nd	nd	779.455,13	-20.006,27	0,00	nd	nd
PT502496878	5010041783-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2019	30/10/2019	849.866,86	849.866,86	3757/2019	10/12/2019	28/05/2020	0,00	-56.024,54	0,00	nd	nd	849.866,85	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	5010041784-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2019	30/10/2019	847.900,00	847.900,00			25/12/2019	0,00	4.654,26	0,00	nd	nd	836.674,61	-13.862,03	0,00	nd	nd
PT502496878	5010041784-INTERVENÇÃO PREVENTIVA EM PAVIMENTOS 2019	30/10/2019	545.480,42	545.480,42			31/08/2020	0,00	-30.416,93	0,00	nd	nd	542.812,25	0,00	0,00	nd	nd
PT506378527	5010041793-REABILITACÃO DE ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E	20/05/2020	247.056,13	247.056,13			31/07/2020	0,00	3.877,23	0,00	nd	nd	242.581,12	0,00	0,00	nd	nd
PT505173212	5010041797-EN258, KM57+900, PTE. EN258, KM58+400,PTE. ER25	07/05/2020	0,00	0,00			30/10/2020	0,00	-1.071,55	0,00	nd	nd	50.961,98	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	5010041797-EN258, KM57+900, PTE. EN258, KM58+400,PTE. ER25	07/05/2020	0,00	0,00			31/08/2020	0,00	-7.228,64	0,00	nd	nd	429.035,03	0,00	0,00	nd	nd
PT500142459	5010041940-EN112, KM27+450, ESTABILIZAÇÃO DO TALUDE DE A	26/09/2019	0,00	0,00			30/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	101.493,59	0,00	0,00	nd	nd
PT507826507	5010042008-Aquisição de Serviços para a "Gestão e Fiscalização L. A	27/04/2023	65.325,00	80.349,75			22/09/2023	26.775,70	0,00	0,00	nd	nd	53.574,06	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	5010042009-EN122, KM 080+704 PONTE DO ALCOUTENEJO. REA	18/10/2019	96.916,70	96.916,70			30/12/2019	0,00	-255,71	0,00	nd	nd	95.461,69	310,93	0,00	nd	nd
PT502703989	5010042103-CSO Rodovia – Zona Norte	30/12/2019	79.200,00	97.416,00			25/06/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	33.283,80	0,00	0,00	nd	nd
PT502813237	5010042117-Projeto de execução Passagem Superior e restabelecim	03/10/2019	39.970,40	49.163,59			07/02/2020	1.571,12	0,00	0,00	nd	nd	43.708,95	0,00	0,00	nd	nd
PT501378375	5010042152-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comb	23/12/2020	28.205.546,60	28.205.546,60			30/11/2021	10.855.119,36	3.636.861,08	0,00	nd	nd	12.607.516,94	2.314.639,55	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503156000	5010042152-Empreitada de Modernização da LBA, troço Santa Comb	23/12/2020	29.356.793,40	29.356.793,40			19/11/2021	11.298.185,48	3.785.304,31	0,00	nd	nd	13.122.109,42	2.409.116,00	0,00	nd	nd
PT500197814	5010042153-Empreitada LBA troço MAN-CLB	30/12/2020	55.019.618,72	55.019.618,72	139/2021	08/09/2021	31/12/2021	16.769.951,40	3.898.003,72	0,00	nd	nd	34.486.398,14	8.940.901,22	0,00	nd	nd
PT514950994	5010042153-Empreitada LBA troço MAN-CLB	30/12/2020	13.830.381,28	13.830.381,28	139/2021	08/09/2021	31/12/2021	3.434.809,30	1.472.782,72	0,00	nd	nd	7.063.479,16	1.241.491,55	0,00	nd	nd
PT500070210	5010042154-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da E	13/11/2020	26.556.000,00	26.556.000,00	3369/2020	31/05/2021	09/12/2021	7.255.447,29	2.574.972,41	0,00	nd	nd	16.667.202,03	3.453.019,20	0,00	nd	nd
PT500097488	5010042154-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da E	13/11/2020	11.153.520,00	11.153.520,00	3369/2020	31/05/2021	31/12/2021	2.934.583,48	1.081.488,40	0,00	nd	nd	7.000.224,82	1.450.268,08	0,00	nd	nd
PT500272557	5010042154-Empreitada de Modernização da LBA troço Celorico da E	13/11/2020	15.402.480,00	15.402.480,00	3369/2020	31/05/2021	30/11/2021	4.052.520,03	1.493.484,02	0,00	nd	nd	9.666.977,17	2.002.751,07	0,00	nd	nd
PT503003328	5010042172-Atualização do Projeto de Execução da Linha do Norte, l	02/01/2020	186.000,00	228.780,00			14/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	199.110,53	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010042204-Linha da Beira Alta. Prestação de Serviços para o Projet	12/09/2019	300.000,00	369.000,00			18/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	362.298,96	0,00	0,00	nd	nd
ESA28233534	5010042358-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Ved	17/07/2020	24.610.800,00	24.610.800,00	2187/2020	04/09/2020	04/02/2021	10.996.623,06	3.382.867,33	0,00	nd	nd	7.981.219,79	2.537.382,61	0,00	nd	nd
PT500072868	5010042358-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Ved	17/07/2020	26.456.610,00	26.456.610,00	2187/2020	04/09/2020	26/02/2021	0,00	196,41	0,00	nd	nd	2.320.780,43	613.523,36	0,00	nd	nd
PT504213709	5010042358-Modernização do troço Mira Sintra-Meleças - Torres Ved	17/07/2020	10.459.590,00	10.459.590,00	2187/2020	04/09/2020	09/02/2021	10.996.623,04	3.382.769,12	0,00	nd	nd	7.153.003,32	2.318.953,92	0,00	nd	nd
PT503401676	5010042377-Projeto de Execução da Linha do Minho, km 049+519, P	13/12/2019	43.650,00	53.689,50			11/05/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	44.577,66	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010042380-Prestação de Serviços para "Linha do Algarve: Projeto d	20/02/2020	56.350,01	69.310,51			29/05/2020	5.198,29	0,00	0,00	nd	nd	84.112,23	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010042452-	04/11/2021	2.220.057,63	2.730.670,88			30/12/2022	37.899,99	0,00	0,00	nd	nd	25.867,64	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010042452-	07/06/2022	2.220.057,63	2.730.670,88			28/06/2024	12.232,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010042452-	05/08/2022	0,00	0,00			29/11/2024	22.373,70	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010042452-	13/09/2022	2.220.057,63	2.730.670,88			15/10/2024	12.546,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010042452-	14/12/2022	2.220.057,63	2.730.670,88			06/02/2024	42.181,62	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503577600	5010042482-	24/09/2020	269.905,86	331.984,21			31/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	324.194,20	0,00	0,00	nd	nd
PT503703249	5010042516-Prestação de serviços de projeto - Estudo Prévio e Proje	30/09/2021	48.800,00	60.024,00			31/05/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	51.020,40	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	5010042604-VERIFICAÇÃO CE, DOS SUBSISTEMAS ASSOCIADOS	08/10/2020	118.200,00	145.386,00			30/11/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	14.538,60	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010042628-Assessoria, Fiscalização e Coordenação de Segurança e	21/12/2022	6.562.790,00	8.072.231,70	2167/2022	19/05/2023	10/08/2023	3.638.426,35	0,00	0,00	nd	nd	1.525.304,18	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	5010042711-Prestações de Servicos de CSO Ferrovia 2020 a 2023	26/08/2020	89.928,00	110.611,44			08/10/2020	3.072,54	0,00	0,00	nd	nd	104.466,36	0,00	0,00	nd	nd
PT513126546	5010042711-Prestações de Servicos de CSO Ferrovia 2020 a 2023	30/12/2021	108.000,36	132.840,44			31/05/2022	40.590,11	0,00	0,00	nd	nd	74.501,30	0,00	0,00	nd	nd
PT504816349	5010042711-Prestações de Servicos de CSO Ferrovia 2020 a 2023	30/12/2021	107.820,00	132.618,60			09/03/2023	40.522,35	0,00	0,00	nd	nd	31.312,73	0,00	0,00	nd	nd
SE556133050601	5010042721-Aquisição de Equipamento de Inspeção do Pavimento - I	09/12/2020	639.000,00	639.000,00			30/08/2024	63.900,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT507564090	5010042727-ER338, KM 031+970, TÚNEL RODOVIÁRIO DA SERRA	17/04/2020	299.494,00	299.494,00			30/06/2020	0,00	-8.679,86	0,00	nd	nd	291.105,70	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	5010042791-Aluguer de Equipamentos – Praca da Portagem da A22	05/07/2019	0,00	0,00			31/10/2019	1.426,80	0,00	0,00	nd	nd	826,97	0,00	0,00	nd	nd
PT514189410	5010042804-Projeto de execução Passagem Superior e restabelecim	20/12/2019	43.950,00	54.058,50			31/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	47.970,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502899972	5010042834-Aluguer de equipamentos - Módulo de apoio na Praca E	08/07/2019	0,00	0,00			31/12/2021	738,00	0,00	0,00	nd	nd	1.421,06	0,00	0,00	nd	nd
PT506012050	5010042968-Controlo pragas Ip Pragal Ano 2019-2022	11/10/2019	78.338,51	96.356,37			31/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	84.173,24	-178,35	0,00	nd	nd
PT507775597	5010042982-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montag	04/05/2021	25.659.995,61	25.659.995,61			21/12/2021	2.962.118,05	731.683,16	0,00	nd	nd	9.352.469,26	1.903.683,02	0,00	nd	nd
PT507775597	5010042982-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montag	04/05/2021	6.994.122,93	6.994.122,93	995/2021	05/07/2021	31/12/2021	850.984,05	256.546,56	0,00	nd	nd	5.629.471,95	1.346.585,30	0,00	nd	nd
PT507775597	5010042982-Sinalização & ETCS – Conceção, Fornecimento, Montag	04/05/2021	6.402.638,71	6.402.638,71			23/05/2023	2.530.766,98	571.451,16	0,00	nd	nd	524.197,62	7.567,98	0,00	nd	nd
PT503970352	5010042994-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE	23/11/2020	10.025.213,61	10.025.213,61	3505/2020	29/04/2021	21/09/2021	1.226.805,15	920.337,54	0,00	nd	nd	6.243.408,49	1.339.720,71	0,00	nd	nd
PT507383125	5010042994-CONSERVAÇÃO CORRENTE E OPERAÇÃO DA REDE	23/11/2020	31.223,38	31.223,38			16/03/2023	0,00	0,00	0,00	nd	nd	555.000,51	104.132,41	0,00	nd	nd
PT500072868	5010043145-EN14 – Maia (Nó do Jumbo) / Interface Rodoferroviário d	18/11/2021	15.985.000,00	15.985.000,00	2283/2021	30/03/2022	27/06/2022	3.557.843,84	1.601.977,43	0,00	nd	nd	26.269.447,39	7.821.051,50	0,00	nd	nd
PT506370836	5010043172-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS S	14/04/2020	62.652,00	62.652,00	1626/2020	06/07/2020	29/09/2020	0,00	1.787,78	0,00	nd	nd	62.652,00	0,00	0,00	nd	nd
PT506370836	5010043172-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS S	14/04/2020	49.537,00	49.537,00	1628/2020	06/07/2020	29/09/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	44.991,08	0,00	0,00	nd	nd
PT980163358	5010043172-REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS S	07/05/2020	97.846,87	97.846,87	1627/2020	06/07/2020	15/10/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	95.200,30	2.332,43	0,00	nd	nd
PT500230757	5010043177-Concurso Público para Prestação de Serviços de Manute	02/10/2020	1.420.238,00	1.746.892,74	2907/2020	06/11/2020	31/03/2021	357.904,81	44.658,70	0,00	nd	nd	898.290,45	23.221,86	0,00	nd	nd
PT500230757	5010043177-Concurso Público para Prestação de Serviços de Manute	02/10/2020	3.007.268,00	3.698.939,64	2907/2020	06/11/2020	24/12/2020	861.200,89	94.466,42	0,00	nd	nd	1.803.015,80	58.217,93	0,00	nd	nd
PT500963363	5010043206-EN14–Maia (Nó do Jumbo)/Interface Rodoferroviário Tro	24/09/2020	152.400,00	187.452,00			30/09/2022	60.880,03	0,00	0,00	nd	nd	122.835,96	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010043232-Linha da Beira Alta. Prestação de Serviços para o Projet	23/12/2019	65.000,00	79.950,00			11/05/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	79.826,98	0,00	0,00	nd	nd
PT507790790	5010043233-EN238, KM22+220 A 28+000. ESTABILIZAÇÃO DE TAL	14/05/2020	110.757,00	136.231,11			18/06/2020	834,86	0,00	0,00	nd	nd	111.100,42	0,00	0,00	nd	nd
PT501489126	5010043306-Empreitada RIV Espinho - Gaia Linha do Norte	17/03/2020	27.662.265,06	27.662.265,06			08/09/2020	5.262.498,95	1.491.069,66	0,00	nd	nd	46.235.665,02	9.567.956,75	0,00	nd	nd
PT502299800	5010043314-IP3, km 75+310, Ponte sobre a Foz do Rio Dão. Adaptac	21/04/2021	70.000,00	86.100,00			09/11/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	70.725,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502286210	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	24/06/2021	4.470.023,38	4.470.023,38			08/03/2022	1.087.504,96	143.862,30	0,00	nd	nd	1.797.875,69	98.273,83	0,00	nd	nd
PT502286210	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			13/09/2024	62.436,39	8.617,78	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT502286210	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	24/06/2021	2.406.151,97	2.406.151,97			31/03/2022	352.680,87	47.459,14	0,00	nd	nd	965.817,01	58.875,39	0,00	nd	nd
PT502286210	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			06/06/2023	8.615,00	1.135,61	0,00	nd	nd	3.119,08	354,90	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	24/06/2021	4.167.057,82	4.167.057,82			31/03/2022	639.890,61	84.016,47	0,00	nd	nd	1.232.934,82	49.271,89	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			31/03/2022	23.185,77	2.575,56	0,00	nd	nd	50.379,62	1.259,50	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	24/06/2021	3.573.882,83	3.573.882,83			31/03/2022	808.791,70	115.767,70	0,00	nd	nd	1.226.009,61	24.075,72	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			31/03/2022	112.991,56	6.115,54	0,00	nd	nd	126.944,43	-1.649,45	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	24/06/2021	3.119.025,99	3.119.025,99			19/05/2022	335.820,50	45.198,68	0,00	nd	nd	482.695,17	15.795,74	0,00	nd	nd
PT503171565	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			08/06/2022	315.201,36	31.705,97	0,00	nd	nd	116.361,12	5.370,27	0,00	nd	nd
PT504400800	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	22/06/2021	2.513.858,01	2.513.858,01			31/03/2022	585.219,79	71.939,98	0,00	nd	nd	966.168,28	62.293,76	0,00	nd	nd
PT504400800	5010043367-Prestação de Serviços de Manutenção de Construção Ci	30/04/2021	0,00	0,00			31/03/2022	62.726,12	5.539,88	0,00	nd	nd	60.273,16	2.520,04	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	1.338.299,55	1.338.299,55	1767/2021	29/11/2021	31/03/2022	243.361,39	37.604,59	0,00	nd	nd	346.995,99	10.056,73	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	0,00	0,00	1767/2021	29/11/2021	31/03/2022	40.016,54	5.118,77	0,00	nd	nd	57.072,40	4.155,20	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	23/08/2021	2.311.801,50	2.311.801,50	1769/2021	29/11/2021	31/03/2022	322.115,91	42.428,45	0,00	nd	nd	619.503,00	40.286,43	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	0,00	0,00	1769/2021	29/11/2021	31/03/2022	24.566,86	3.497,94	0,00	nd	nd	152.861,74	7.489,32	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	2.041.835,00	2.041.835,00	1770/2021	29/11/2021	31/03/2022	230.711,53	35.551,04	0,00	nd	nd	397.669,63	25.064,45	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	0,00	0,00	1770/2021	29/11/2021	31/03/2022	132.985,07	17.727,45	0,00	nd	nd	149.223,66	4.928,02	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	320.000,00	320.000,00	1771/2021	29/11/2021	19/05/2022	89.852,03	12.769,99	0,00	nd	nd	51.325,85	0,00	0,00	nd	nd
PT506425800	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	0,00	0,00	1771/2021	29/11/2021	19/05/2022	1.570,64	409,73	0,00	nd	nd	16.847,86	0,00	0,00	nd	nd
PT507080181	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	2.655.000,00	2.655.000,00	1772/2021	29/11/2021	28/02/2022	564.722,16	86.315,40	0,00	nd	nd	925.779,83	43.758,58	0,00	nd	nd
PT507080181	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	0,00	0,00	1772/2021	29/11/2021	28/02/2022	22.191,59	3.093,36	0,00	nd	nd	41.921,80	2.284,26	0,00	nd	nd
PT507080181	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	1.515.000,00	1.863.450,00	1773/2021	29/11/2021	28/02/2022	486.905,80	59.691,94	0,00	nd	nd	793.877,17	45.131,62	0,00	nd	nd
PT507080181	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	05/05/2021	0,00	0,00	1773/2021	29/11/2021	28/02/2022	37.961,47	5.113,23	0,00	nd	nd	64.474,51	4.178,21	0,00	nd	nd
PT507080181	5010043381-Prestação de Serviços de Manutenção, na especialidade	24/08/2021	3.597.898,95	4.425.415,71	1774/2021	29/11/2021	19/05/2022	1.003.254,44	146.051,19	0,00	nd	nd	1.478.012,40	84.077,90	0,00	nd	nd
PT505173212	5010043407-EN121, KM 63+320, PONTE DO RIO GALEGO, EM391,	22/05/2020	490.003,07	490.003,07	1796/2020	22/07/2020	12/11/2020	0,00	-1.405,31	0,00	nd	nd	87.480,30	0,00	0,00	nd	nd
PT506155218	5010043407-EN121, KM 63+320, PONTE DO RIO GALEGO, EM391,	22/05/2020	0,00	0,00	1796/2020	22/07/2020	12/11/2020	0,00	-5.449,90	0,00	nd	nd	389.260,49	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	5010043442-	11/12/2019	13.420,00	16.506,60			29/01/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	1.984,63	0,00	0,00	nd	nd
PT508926556	5010043442-	18/12/2019	0,00	0,00			29/01/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	2.343,31	0,00	0,00	nd	nd
PT502197714	5010043480-EN109 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇ	10/03/2021	1.197.121,07	1.197.121,07			12/04/2022	0,00	56.528,22	0,00	nd	nd	1.182.069,91	329.536,25	0,00	nd	nd
PT504092502	5010043511-Projeto de PH para substituição da existente ao PK 26+3	03/07/2020	43.530,00	53.541,90			12/11/2020	329,27	0,00	0,00	nd	nd	45.125,02	0,00	0,00	nd	nd
PT503231100	5010043567-Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde em	08/07/2021	2.737.096,92	3.366.629,21			24/10/2023	844.979,25	0,00	0,00	nd	nd	309.898,50	0,00	0,00	nd	nd
PT500498601	5010043682-Manutenção e Assistência Técnica de veículos e Equipa	12/10/2020	974.539,41	1.198.683,47			21/04/2021	5.117,27	604,85	0,00	nd	nd	711.660,18	12.020,24	0,00	nd	nd
PT500498601	5010043682-Manutenção e Assistência Técnica de veículos e Equipa	18/12/2020	974.539,41	1.198.683,47	3522/2020	13/01/2021	29/12/2021	35.451,90	1.168,60	0,00	nd	nd	362.816,32	6.209,96	0,00	nd	nd
PT980494605	5010043682-Manutenção e Assistência Técnica de veículos e Equipa	12/10/2020	974.539,41	1.198.683,47			16/03/2021	5.530,85	656,03	0,00	nd	nd	747.877,80	9.779,11	0,00	nd	nd
PT502050942	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	712.200,00	754.932,00			15/11/2023	467.739,75	108.293,12	0,00	nd	nd	26.107,74	4.728,55	0,00	nd	nd
PT502050942	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	06/08/2020	1.043.690,00	1.106.311,40			31/05/2022	85.147,45	21.399,24	0,00	nd	nd	812.810,63	116.449,27	0,00	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT502050942	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	06/08/2020	1.107.840,00	1.174.310,40			23/02/2024	402.354,57	69.973,68	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503505390	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	20/12/2021	806.400,00	854.784,00			31/05/2022	157.941,26	31.924,82	0,00	nd	nd	695.648,85	114.323,17	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	06/08/2020	13.813.793,13	14.642.620,72			30/09/2022	160.997,58	79.373,49	0,00	nd	nd	1.027.994,30	215.658,12	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.214.920,01	1.287.815,21			22/12/2023	646.300,90	154.911,99	0,00	nd	nd	64.200,16	11.627,74	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.119.635,01	1.186.813,11			28/02/2022	88.670,26	22.302,07	0,00	nd	nd	1.097.634,03	182.037,82	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	22/06/2023	977.525,01	1.036.176,51			22/12/2023	541.170,16	127.109,06	0,00	nd	nd	26.321,93	4.767,35	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.170.165,01	1.240.374,91			06/02/2024	630.191,33	129.958,68	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	733.970,01	778.008,21			22/12/2023	460.988,91	110.525,51	0,00	nd	nd	31.378,19	5.683,13	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.043.687,01	1.106.308,23			06/02/2024	733.729,17	160.752,94	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.261.425,01	1.337.110,51			17/05/2024	257.023,92	54.101,80	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.049.992,01	1.112.991,53			17/05/2024	524.410,63	122.185,07	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	816.554,01	865.547,25			06/02/2024	519.958,41	117.526,04	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.226.115,01	1.299.681,91			22/12/2023	561.588,34	119.160,06	0,00	nd	nd	19.277,70	3.491,52	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	08/10/2020	1.177.605,01	1.248.261,31			17/05/2024	764.823,76	179.834,58	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503694479	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	14/09/2021	897.975,01	951.853,51	2088/2021	10/12/2021	31/01/2022	204.549,43	36.246,47	0,00	nd	nd	614.966,87	81.072,24	0,00	nd	nd
PT514950200	5010043724-EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE GESTÃO DE VEGET	28/06/2023	1.127.128,45	1.194.756,16			31/01/2024	595.078,38	137.501,88	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503038113	5010043743-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Aparelhos	03/07/2020	4.702.285,34	4.702.285,34	2064/2020	30/09/2020	24/12/2020	22.865,00	66.634,89	0,00	nd	nd	3.578.401,02	97.679,51	0,00	nd	nd
PT503038113	5010043743-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Aparelhos	03/07/2020	5.044.977,71	5.044.977,71	2057/2020	30/09/2020	15/12/2020	0,00	105.452,00	0,00	nd	nd	4.476.793,61	105.120,91	0,00	nd	nd
PT503038113	5010043743-Aquisição de Serviços para a Manutenção de Aparelhos	03/07/2020	2.879.557,21	2.879.557,21	2058/2020	30/09/2020	24/12/2020	0,00	22.789,48	0,00	nd	nd	2.187.144,60	77.657,37	0,00	nd	nd
PT506155218	5010043819-EN9 – KM 40+050, PH - REFORÇO ESTRUTURAL	24/07/2020	350.014,92	350.014,92			30/10/2020	0,00	473,79	0,00	nd	nd	327.659,43	8.663,40	0,00	nd	nd
PT503465976	5010043832-Prestação de Serviço para desenvolvimento do Projeto c	10/09/2020	13.800,00	16.974,00			09/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	14.354,10	0,00	0,00	nd	nd
PT507546903	5010043981-NoBo Certificação CE MMI+ZN+LMR (VA)	17/06/2020	67.650,00	83.209,50			08/02/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.160,48	0,00	0,00	nd	nd
PT501962336	5010043993-Coordenação técnica global do troço Marco / Régua da	17/01/2020	395.000,00	485.850,00	528/2020	26/03/2020	11/05/2020	24.292,50	0,00	0,00	nd	nd	461.557,54	0,00	0,00	nd	nd
PT503465976	5010044077-Prestação de Serviços para Desenvolvimento do Projeto	26/08/2020	19.700,00	24.231,00			31/01/2024	20.596,35	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503888460	5010044094-EN109, KM 118+108, PONTE EDGAR CARDOSO SOBI	09/11/2022	310.200,00	381.546,00			28/02/2023	212.686,30	0,00	0,00	nd	nd	168.859,70	0,00	0,00	nd	nd
PT502001364	5010044118-EN222 - Ponte das Bateiras (km 152+490) e S. João Pes	04/12/2020	204.932,00	252.066,36			13/05/2021	112.480,30	0,00	0,00	nd	nd	93.143,97	0,00	0,00	nd	nd
PT502668490	5010044120-IP7 – EIXO N/S, KM 5+720 AO KM 6+400: REFORMULA	13/10/2020	159.900,00	196.677,00			17/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	170.576,41	0,00	0,00	nd	nd
PT500197814	5010044122-EN109, KM 118+108, PONTE EDGAR CARDOSO SOBI	14/02/2022	16.750.000,00	16.750.000,00	235/2022	01/08/2022	28/02/2023	6.390.606,52	260.367,30	0,00	nd	nd	5.138.497,90	507.591,77	0,00	nd	nd
PT502496878	5010044235-EN8, KM36+300 a 36+400 (TURCIFAL), EN8 KM 21+70	16/06/2020	539.186,79	539.186,79			13/05/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	491.330,03	26.239,39	0,00	nd	nd
PT515598968	5010044381-Aquisição de serviços de localização de viaturas	11/02/2020	109.588,32	134.793,63			11/02/2021	3.539,31	0,00	0,00	nd	nd	120.066,29	-40,04	0,00	nd	nd
PT515598968	5010044381-Aquisição de serviços de localização de viaturas	24/01/2020	0,00	0,00			31/12/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	4.461,21	0,00	0,00	nd	nd
PT502156392	5010044397-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilh	10/07/2020	14.952.000,00	14.952.000,00			11/03/2021	3.244.302,46	1.468.854,44	0,00	nd	nd	9.937.197,98	1.339.310,81	0,00	nd	nd
PT980392608	5010044397-Emp Geral "Modernização da L Beira Alta, entre Pampilh	10/07/2020	59.808.000,00	59.808.000,00			31/12/2020	12.977.209,82	5.875.417,72	0,00	nd	nd	39.748.791,94	5.256.162,34	0,00	nd	nd
PT500963363	5010044485-Projeto de Execução ER238 - LD STM/CTB (KM 22+72(	29/06/2021	132.900,00	163.467,00			28/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	31.574,10	0,00	0,00	nd	nd
PT500963363	5010044575-Projeto de beneficiação IP 2 km 209,51 a 225,74 e Proj.	04/09/2020	139.600,00	171.708,00			17/12/2020	40.092,69	0,00	0,00	nd	nd	100.546,74	0,00	0,00	nd	nd
PT508592747	5010044644-Projeto de Execução EN118 ENTRE SALVATERRA DE	06/10/2021	163.900,00	201.597,00			19/11/2021	28.975,36	0,00	0,00	nd	nd	93.954,72	-315,87	0,00	nd	nd
PT508592747	5010044645-Projeto de Execução EN118 ENTRE SAMORA CORRE	19/03/2021	169.800,00	208.854,00			16/09/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	126.776,87	-394,68	0,00	nd	nd
PT502299800	5010044699-EN10, KM 118+560, PONTE MARECHAL CARMONA - F	02/06/2021	370.000,00	455.100,00			12/10/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	396.970,21	0,00	0,00	nd	nd
PT508195446	5010044840-Tarifa devida pela atividade de cobrança de portagens c	08/01/2020	149.999,00	149.999,00			24/04/2020	5.284,39	0,00	0,00	nd	nd	77.904,52	0,00	0,00	nd	nd
PT507866673	5010044874-Protocolo para a "Alimentação da Subestação de Tração	31/07/2020	21.132.425,77	25.992.883,70			24/12/2020	11.711.131,94	0,00	0,00	nd	nd	8.506.351,28	0,00	0,00	nd	nd
PT503178306	5110001251-Protocolo – Cátedra REFER/Biodiversidade	07/05/2015	120.000,00	147.600,00			16/03/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	110.700,00	nd	nd
PT504290592	5110001531-ARBITRAGEM ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A A	21/07/2010	1.055.872,00	1.055.872,00			09/09/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	1.026.438,00	nd	nd
PT508394514	5110001587-EN308 PH DO RIBEIRO DAS PIAS AO KM 16+419 E PC	30/06/2016	13.737,93	13.737,93			02/09/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	13.223,93	nd	nd
PT502001364	5110001692-ER225 LD AVR / VIS (KM 36+380) E CASTRO DAIRE (K	02/05/2017	1.360,00	1.360,00			07/07/2017	0,00	0,00	147,00	nd	nd	0,00	0,00	1.254,60	nd	nd
PT504778820	5110001762-Reembolso TRIR-Concessão Litoral Centro	15/04/2015	163.583.823,00	201.208.102,29			30/12/2016	0,00	0,00	34.700,00	nd	nd	0,00	0,00	70.406.133,59	nd	nd
PT504778820	5110001762-Reembolso TRIR-Concessão Litoral Centro	14/09/2016	0,00	0,00			30/12/2024	9.968.496,24	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500226504	5110001869-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2013/	27/04/2017	813.339,53	813.339,53			31/05/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	-68.123,93	812.769,80	nd	nd
PT500247480	5110002014-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	19/10/2017	0,00	0,00			24/12/2018	0,00	0,00	27.398,26	nd	nd	0,00	166.761,98	796.216,55	nd	nd
PT500226504	5110002027-CONSERVAÇÃO CORRENTE POR CONTRATO 2013/	11/10/2017	343.152,09	343.152,09			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	339.034,26	nd	nd
PT502668490	5110002036-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évo	20/10/2017	131.143,40	161.306,38			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	138.309,42	nd	nd
PT507826507	5110002038-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évo	23/10/2017	5.420,25	6.666,91	3580/2017	07/12/2017	29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	3.889,88	nd	nd
PT502668490	5110002091-Projeto de Execução da nova ligação ferroviária entre Évo	04/12/2017	52.514,00	64.592,22			13/04/2018	0,00	0,00	9.688,83	nd	nd	0,00	0,00	54.903,39	nd	nd
PT503838160	5110002148-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	14/03/2018	87.760,85	107.945,85			22/10/2018	0,00	0,00	1.796,44	nd	nd	0,00	0,00	79.034,39	nd	nd
PT501773339	5110002149-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	14/03/2018	35.104,34	43.178,34			22/10/2018	0,00	0,00	2.158,46	nd	nd	0,00	0,00	94.961,48	nd	nd
PT504092502	5110002150-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	08/03/2018	52.656,51	64.767,51			24/07/2018	0,00	0,00	758,94	nd	nd	0,00	0,00	33.388,99	nd	nd
PT502613475	5110002153-Colocação de Sinalização Vertical	09/02/2018	199.723,55	199.723,55			31/07/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	-695,24	102.036,28	nd	nd
PT501666079	5110002177-Colocação de Sinalização Vertical	15/02/2018	79.189,00	79.189,00			24/07/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	48.186,24	nd	nd
PT503025550	5110002192-Prestação de Serviços para a elabor do "Proj. de Execuç	14/03/2018	158.109,85	194.475,12	736/2018	06/06/2018	18/06/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	188.061,25	nd	nd
PT503838160	5110002236-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	16/04/2018	10.374,75	12.760,94			15/11/2018	0,00	0,00	406,76	nd	nd	0,00	0,00	12.114,95	nd	nd
PT504092502	5110002237-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	16/04/2018	6.224,85	7.656,57			27/11/2018	0,00	0,00	244,06	nd	nd	0,00	0,00	7.268,96	nd	nd
PT501773339	5110002238-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	28/03/2018	4.149,90	5.104,38			15/11/2018	0,00	0,00	162,70	nd	nd	0,00	0,00	4.845,96	nd	nd
PT503025550	5110002264-Prestação de Serviços para a elabor do "Proj. de Execuç	06/06/2018	42.623,69	52.427,14			08/10/2018	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	48.960,15	nd	nd
PT500247480	5110002347-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	27/07/2018	0,00	0,00			21/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	7.472,34	65.244,10	nd	nd
PT500070210	5110002352-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	03/08/2018	0,00	0,00			08/11/2018	0,00	4,66	0,00	nd	nd	0,00	46,09	2.146,71	nd	nd
PT500226504	5110002352-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	03/08/2018	0,00	0,00			08/11/2018	0,00	4,66	0,00	nd	nd	0,00	44,66	2.146,70	nd	nd
PT503838160	5110002371-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	20/08/2018	49.114,00	60.410,22			22/11/2018	0,00	0,00	962,80	nd	nd	0,00	0,00	58.428,09	nd	nd
PT504092502	5110002372-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	20/08/2018	29.468,40	36.246,13			27/11/2018	0,00	0,00	577,68	nd	nd	0,00	0,00	35.056,87	nd	nd
PT501773339	5110002373-Cessão Posição Contratual IPE-IP da Linha do Oeste. M	20/08/2018	19.645,60	24.164,09			22/11/2018	0,00	0,00	192,56	nd	nd	0,00	0,00	23.371,25	nd	nd
PT500272557	5110002384-Eletrificação e Reabilitação do troço Nine / Viana do Cas	26/09/2018	80.666,01	80.666,01			30/10/2018	0,00	-735,23	735,23	nd	nd	0,00	2.314,39	71.333,70	nd	nd
ESA26246122	5110002412-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	27/04/2016	45.314,00	45.314,00			20/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	41.264,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	5110002412-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	27/04/2016	45.314,00	45.314,00			20/05/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	41.264,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5110002412-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	28/11/2018	45.314,00	55.736,22			24/04/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	50.754,72	nd	nd
PT500070210	5110002434-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	21/01/2019	0,00	0,00			03/04/2020	0,00	2.840,16	0,00	nd	nd	0,00	2.762,05	250.560,91	nd	nd
PT500226504	5110002434-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troco Cov	21/01/2019	0,00	0,00			03/04/2020	0,00	2.840,15	0,00	nd	nd	0,00	2.762,04	250.560,91	nd	nd
PT503838160	5110002441-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	26/11/2018	34.085,52	41.925,19			30/07/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	29.350,41	nd	nd
PT504092502	5110002456-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	26/11/2018	17.042,76	20.962,59			31/07/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	18.829,96	nd	nd
PT501773339	5110002457-Prestação de Serviços para a elaboração do "EP, EIA e I	26/11/2018	5.680,92	6.987,53			31/07/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	4.891,73	nd	nd
PT500247480	5110002470-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	02/01/2019	0,00	0,00			21/05/2019	0,00	0,00	359,34	nd	nd	0,00	184.247,40	1.898.356,20	nd	nd
PT504877399	5110002476-Concessão Algarve-Grandes Reparações	03/01/2018	27.418.429,59	27.418.429,59			30/12/2024	1.487.298,32	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500247480	5110002508-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	21/01/2019	0,00	0,00			18/04/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	3.451,04	95.306,21	nd	nd
PT500963363	5110002520-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos p	21/01/2019	9.903,00	12.180,69	194/2019	08/03/2019	25/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	10.191,17	nd	nd
PT500280908	5110002548-EN117. A5 (KM 0+000 A 0+400) E AMADORA (1+600 A	01/03/2019	8.387,64	8.387,64			12/06/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	6.842,01	nd	nd
PT500247480	5110002572-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	13/02/2019	0,00	0,00			21/05/2019	0,00	0,00	41,44	nd	nd	0,00	4.576,83	103.360,14	nd	nd
PT500280908	5110002574-ARRANJOS EXTERIORES DO CAMPUS IP	14/02/2019	2.846,79	2.846,79			31/03/2022	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	1.328,71	nd	nd

	Contrato				Visto Tribunal Contas			Pagamentos no período					Pagamentos Acumulados				
Entidade	Objeto	Data	Valor do Contrato	Preço Contratual	Nº do registo	Data	Data 1º Pagamento	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos	Trabalhos normais	Revisao de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os trabalhos a menos
PT503970450	5110002621-MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL DE MERCADORIAS D	17/04/2019	36.764,40	45.220,21			25/07/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	20.527,27	nd	nd
ESA28246122	5110002637-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	17/04/2019	18.207,01	18.207,01			16/02/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	6.405,98	nd	nd
ESB80209232	5110002637-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	17/04/2019	18.207,02	18.207,02			18/06/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	6.405,98	nd	nd
PT509021050	5110002637-Prestação de Serviços para a elaboração do Projeto Par	17/04/2019	18.207,02	22.394,63			22/12/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	7.879,34	nd	nd
PT503174688	5110002644-ACORDO-QUADRO ENTRE O ESTADO E A LUSOPON	07/01/2020	22.580.000,00	22.580.000,00			14/04/2020	0,00	-3.986.983,73	4.037.871,73	nd	nd	0,00	0,00	9.287.341,78	nd	nd
PT500247480	5110002663-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	16/05/2019	0,00	0,00			14/11/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	45,74	543,33	nd	nd
ESA28246122	5110002693-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	28/06/2019	19.079,04	23.467,22	2048/2019	12/08/2019	30/08/2024	0,00	0,00	8.491,16	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
ESB80209232	5110002693-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	28/06/2019	15.975,74	15.975,74	2048/2019	12/08/2019	27/08/2024	0,00	0,00	8.357,28	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT509021050	5110002693-RIV na Linha do Norte – Subtroço 3.3 – Ovar/Gaia Km 2(	28/06/2019	40.482,47	49.793,44	2048/2019	12/08/2019	06/08/2024	0,00	0,00	5.514,98	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT503156000	5110002729-Empreitada de Trabalhos de Reparação e Conservação	08/07/2019	84.709,10	84.709,10			19/12/2019	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	83.109,10	nd	nd
PT503025550	5110002733-"Alteração do Layout da Estação de Alfarelos e de Passu	11/07/2019	9.230,00	11.352,90			12/04/2021	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	10.123,12	nd	nd
PT500963363	5110002776-Prestação de Serviços para a elaboração dos Estudos p	27/09/2019	6.687,50	8.225,63	3243/2019	20/11/2019	30/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	2.714,00	nd	nd
PT500247480	5110002791-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	02/10/2019	0,00	0,00			12/03/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	2.221,01	99.478,63	nd	nd
PT500247480	5110002799-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	02/10/2019	0,00	0,00			12/03/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	4.089,81	89.178,02	nd	nd
PT500070210	5110002802-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Cov	28/02/2020	0,00	0,00			11/05/2020	0,00	466,04	0,00	nd	nd	0,00	1.547,94	140.703,89	nd	nd
PT500226504	5110002802-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Cov	28/02/2020	0,00	0,00			11/05/2020	0,00	466,04	0,00	nd	nd	0,00	1.594,61	140.703,89	nd	nd
PT500070210	5110002844-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Cov	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	4.660,22	0,00	nd	nd	0,00	30.442,96	899.224,58	nd	nd
PT500226504	5110002844-LBB – Empreitada Geral de Modernização do Troço Cov	02/06/2020	0,00	0,00			09/07/2020	0,00	4.660,22	0,00	nd	nd	0,00	30.442,92	899.224,56	nd	nd
PT503025550	5110002854-"Alteração do Layout da Estação de Alfarelos e de Passu	09/12/2019	9.230,00	11.352,90			15/06/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	0,00	94.205,70	nd	nd
PT500247480	5110002871-Instalação de Sinalização Ferroviária em várias Linhas d	16/12/2019	0,00	0,00			03/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	9.570,87	207.616,48	nd	nd
PT508878969	5110002929-SUBCONCESSÃO LITORAL OESTE	27/02/2020	13.127.530,70	16.146.862,76			10/03/2020	0,00	-589.750,94	785.203,18	nd	nd	0,00	-5.350.699,40	10.675.067,37	nd	nd
PT508822939	5110002930-SUBCONCESSÃO BAIXO TEJO	27/01/2020	8.111.406,00	9.977.029,38			11/03/2020	0,00	-101.088,10	116.448,92	nd	nd	0,00	-105.110,75	4.381.411,89	nd	nd
PT509397913	5110002938-SUBCONCESSÃO PINHAL INTERIOR	30/11/2017	436.125,00	536.433,75			03/04/2020	0,00	0,00	0,00	nd	nd	0,00	-23.780,09	288.584,41	nd	nd
PT504877399	5110002960-Reembolso TRIR-Concessão Algarve	23/04/2020	913.000,00	913.000,00			30/04/2020	0,00	0,00	95.198,25	nd	nd	0,00	0,00	302.781,00	nd	nd
PT502197714	583-2015-MARCACÃO RODOVIÁRIA 2015 - LOTE VIII - AUTOESTR/	18/05/2015	556.266,03	556.266,03			16/09/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	555.389,35	10.676,81	0,00	nd	nd
PT504853694	602-2010-COBRANCA DE PORTAGENS-CONCESSÃO COSTA DE I	18/05/2016	39.251.805,00	48.279.474,15			23/06/2016	3.506.727,95	0,00	0,00	nd	nd	24.984.528,77	-562.703,87	0,00	nd	nd
PT504853694	602-2010-COBRANCA DE PORTAGENS-CONCESSÃO COSTA DE I	18/05/2016	921.151,40	1.133.016,22			27/12/2023	0,00	-61.109,78	0,00	nd	nd	1.133.016,21	0,00	0,00	nd	nd
PT504853694	602-2010-COBRANCA DE PORTAGENS-CONCESSÃO COSTA DE I	18/05/2016	3.706.555,71	4.559.063,52			20/03/2024	4.212.429,67	-262.872,48	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508850061	65-2009-SUBCONCESSÃO BAIXO ALENTEJO	05/02/2016	48.230.030,79	59.322.937,87			29/02/2024	48.854.993,98	-2.282,90	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508803756	700-2008-SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR	05/02/2016	104.540.721,48	128.585.087,42			29/02/2024	100.925.934,11	-210.802,81	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT508442095	710-2008-SUBCONCESSÃO AUTO-ESTRADA TRANSMONTANA	18/02/2009	55.698.255,07	68.508.853,74			29/04/2016	11.486.152,73	0,00	0,00	nd	nd	57.022.641,05	0,00	0,00	nd	nd
PT508442095	710-2008-SUBCONCESSÃO AUTO-ESTRADA TRANSMONTANA	05/02/2016	48.837.895,25	60.070.611,16			29/02/2024	60.070.611,20	-36.611,02	0,00	nd	nd	0,00	0,00	0,00	nd	nd
PT504547739	7313-2009-PREST. SERVICOS DE ADVOCACIA E CONSULTORIA J	31/12/2009	234.005,19	287.826,38			30/06/2016	2.605,24	0,00	0,00	nd	nd	33.202,45	0,00	0,00	nd	nd
PT506627888	740-2010-EN218 BENEF. KM61,100-KM66,000 INCLUINDO REABILI	09/09/2010	225.981,50	225.981,50			29/12/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	100.000,00	0,00	0,00	nd	nd
PT500280908	770-2014-CONSERVACÃO CORRENTE POR CONTRATO 2013/201	04/06/2014	1.755.548,11	1.755.548,11			17/06/2016	0,00	13.289,51	0,00	nd	nd	1.755.538,73	-36.277,15	0,00	nd	nd
PT503970352	770-2014-CONSERVACÃO CORRENTE POR CONTRATO 2013/201	04/06/2014	2.139.759,71	2.139.759,71			16/05/2016	0,00	15.050,93	0,00	nd	nd	2.139.759,21	-30.819,99	0,00	nd	nd
PT502001384	804-2009-EN103 E.P. DA LIGACÃO ENTRE VINHAIS E BRAGANCA	08/01/2010	138.903,29	170.851,05			31/05/2017	0,00	0,00	0,00	nd	nd	133.663,61	0,00	0,00	nd	nd
PT501515011	873-2013-ER361 - AMIAIS DE CIMA (KM 61+890) / ALCANENA (KM (	28/05/2013	15.379,51	18.916,80			30/12/2016	615,00	0,00	0,00	nd	nd	14.764,54	0,00	0,00	nd	nd
PT501906029	972-2015-EN233 - GUARDA (NÓ DO IP2/A23 KM 1+635) E SABUGA	02/06/2015	81.795,01	100.607,86			09/06/2016	0,00	0,00	0,00	nd	nd	80.838,07	0,00	0,00	nd	nd

2.5.2 ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento														Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociaçao		Diálogo Concorrencial		Ajuste direto		Consulta Prévia		Sistema Qualificação			
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Valor (m€)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(13)=(1)+(3)+(5)+(7)+(9)+(11)+(13)	(14)=(2)+(4)+(6)+(8)+(10)+(12)+(14)
Empreitada	523	3.752.140	17	39.095	1	2.134	0	0	168	112.437	71	1.414.714	4	5.631	784	5.326.151
Aquisição de bens móveis	279	121.687	3	7.495	0	0.000	0	0	874	28.876	40	17.545	18	61.382	1214	236.985
Aquisição de serviços	470	689.886	62	308.348	3	423.277	0	0	3123	444.941	222	86.122	5	8.110	3885	1.960.685
Locação de Bens Móveis	9	14.310	0	0.000	0	0.000	0	0	15	0.252	0	0.000	0	0.000	24	14.563
Concessão de Obras Públicas	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0	17	822.544	0	0.000	0	0.000	17	822.544
Concessão de Serviços Públicos	0	0.000	0	0.000	0	0.000	0	0	1	0.150	0	0.000	0	0.000	1	0.150
Total	1281	4.578.023	82	354.938	4	425.411	0	0	4198	1.409.200	333	1.518.382	27	75.124	5925	8.361.078

2.6 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Relata informação detalhada relativa a transferências e subsídios correntes e de capital, concedidos e obtidos.

2.6.1 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Tipo de despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
Transferências correntes									
D4.1.2 Administração Central - Outras entidades		Apoio Financeiro	Fundação Museu Nacional Ferroviário A.G.M.	2.295	0.278	0.278	0.000	0.000	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos		Subsídio anual à CPIP	Casa do Pessoal IP	0.252	0.150	0.150	0.000	0.000	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos		Cartão membro Museu Ferroviário	Fundação Museu Nacional Ferroviário A.G.M.		0.076	0.076	0.000	0.000	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos		Animação da Festa de Natal	ANTÓNIO VASCO, UNIPESSOAL LDA		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.2 Instituições sem fins lucrativos		Alfinetes prata e ouro	Rui Jorge da Veiga L		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.3 Famílias		Bolsas investigação	Trabalhador	0.019	0.013	0.013	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	AIP-Associação Indust. Portuguesa		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	APAE-Assoc.Port.de Peritos Avaliadores de Engenharia		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	APNCF-Assoc. Portug. Normalização e Certificação Ferroviária		0.008	0.008	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	APQ - Assoc. Portuguesa para a Qualidade		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Associação SGI Portugal Employers entrusted to deliver		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	CPAS - Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores		0.321	0.321	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	CRP - Centro Rodoviário Português		0.008	0.008	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	EIM - European Rail Infrastructure Managers		0.073	0.073	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	GPBE-Grupo Português de Betão Estrutural		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	GRACE - Empresas Responsáveis Associação		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	IPAI Instituto Português Auditoria Interna		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	OET Ordem dos Engenheiros Técnicos		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Ordem Engenheiros		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Ordem dos Advogados		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Ordem dos Contabilistas Certificados		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	PFP - Associação Plataforma Ferroviária Portuguesa		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	PREVENCAO RODOVIARIA PORTUGUESA		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	PROFORUM ASSOC PARA O DESENVOLVIMENTO DA ENGENHARIA		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	PSAT - Assoc. para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos		0.012	0.012	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	Rail Net Europe		0.064	0.064	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Quotização 2024	SHIFT2RAIL		0.001	0.000	0.001	0.000	

Tipo de despesa		Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
D4.4	Outras		Quotização 2024	Skyros II Congressos, Lda		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Quotização 2024	UIC - Union Int Chemins de Fer		0.045	0.045	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnização Renda de casa	ANA DA CONCEIÇÃO ALVES MATIAS		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Apoio 2024 da IP ao Clube Ferroviário de Portugal	Clube Ferroviário Portugal		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Apoio 2024 à FERROFER	FERROFER - Federação Portuguesa dos Clubes Ferroviários		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Compensação pela automatização das placas giratorias	CP-Comboios de Portugal, E.P.E.		0.057	0.056	0.001	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Companhia de Seguros Allianz Portugal, SA		0.013	0.013	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Direcção de Assuntos Jurídicos		0.725	0.725	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	DRR - Gestão da Rede Rodoviária		0.019	0.019	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Fidelidade - Comp. de Seguros, SA		0.855	0.855	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Generali Seguros, S.A,		0.054	0.054	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	GNR - GUARDA NACIONAL REPUBLICANA		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	IRENE TIMOTEO GRILO FERREIRA		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	LeasePlan Portugal - Com. e Alug. de Autom. e Equip., Unip. Lda.		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Liberty Seguros - Compania de Seguros y Reaseguros, S.A. -		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Francisca Fonseca		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	MEDWAY - Operador Ferroviário de Mercadorias, SA		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Zurich Insurance PLC - Sucursal em Portugal		0.021	0.021	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Lusitania, Comp. de Seguros, S.A		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES (ASF)		0.007	0.007	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	ALB-Área Logística da Bobadela,SA		0.002	0.000	0.002	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Superabrantes Supermercados, Lda		0.014	0.014	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Sónia Sofia Fernandes Correia		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Ana Cristina Fernandes Campos		0.010	0.010	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Olga Maria Pereira Ferrer		0.008	0.008	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Ferreira da Costa		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Olivério Lopes Gonçalves		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António João Teixeira Borges		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	AGEAS PORTUGAL - Companhia de Seguros, SA		0.008	0.008	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Charlotte da Costa Soeiro		0.008	0.008	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	CP Gás Com. Dist. Gases Alimentares		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Domingues Lopes Pereira		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Pasquale Cosme Flaminio		0.018	0.018	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Augusto Fernandes Silva		0.007	0.007	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Abílio Fernandes Santos Lopes		0.001	0.001	0.000	0.000	

Tipo de despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jorge Miguel Afonso Rodrigues		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Cátia Alexandra Gomes Jordão		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Ângela Sofia Carvalho Oliveira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Vitor Manuel Rodrigues Monteiro		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Manuel da Costa Marques		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jorge Marques Pereira		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Diogo André Almeida Castanheira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Município de Vila Nova de Gaia		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Elísio Ferreira Nunes		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João José Flor Pereira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Paulo Eduardo Ferreira de Magalhães		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Armando José Escolástico Alves		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Olavo José Benta da Silva Brites		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Jesus Fernandes Paixão		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José António Mendes Pedrosa		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Rita Antunes Gomes		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Humberto José Sequeira Mendes		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Cláudia da Conceição de Sousa Salgado		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António José Gomes Rocha		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jazelina Alexandra Aparício Gomes		0.015	0.015	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Carlos Peixoto de Deus		0.007	0.007	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Filipe Jacinto Canada		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Elisabete Andrade da Costa Carneiro		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Pedro Ferreira Fragata		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Fernando Neves Eletricidade		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Norcranes - Equipamentos, Lda		0.017	0.017	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Isabel Pinto Henriques		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Vitor da Silva Pereira		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Ricardo Miguel Feliciano Correia		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Núria Henrique Maia Marília		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Daniel Gil Sousa Teixeira		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Isabel de Jesus Fernandes da Costa e Sá		0.022	0.022	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Elisabete Ferreira		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Associação para o Desenvolvimento da Mobilid. e Transp. Sustentáveis		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Paulo Jorge Martins		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Manuela da Silva Machado do Rego		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	PARQUES TEJO PARQUEAMENTOS DE OEIRAS E M		0.018	0.018	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	André José da Silva Figueiredo		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Guerra dos Reis		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Via Directa Companhia de Seguros, S.A.		0.016	0.016	0.000	0.000	

Tipo de despesa		Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jorge Miguel Afonso Rodrigues		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Cátia Alexandra Gomes Jordão		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Ângela Sofia Carvalho Oliveira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Vitor Manuel Rodrigues Monteiro		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Manuel da Costa Marques		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jorge Marques Pereira		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Diogo André Almeida Castanheira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Município de Vila Nova de Gaia		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Elísio Ferreira Nunes		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João José Flor Pereira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Paulo Eduardo Ferreira de Magalhães		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Armando José Escolástico Alves		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Olavo José Benta da Silva Brites		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Jesus Fernandes Paixão		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José António Mendes Pedrosa		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Rita Antunes Gomes		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Humberto José Sequeira Mendes		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Cláudia da Conceição de Sousa Salgado		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António José Gomes Rocha		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jazelina Alexandra Aparício Gomes		0.015	0.015	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Carlos Peixoto de Deus		0.007	0.007	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Filipe Jacinto Canada		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Elisabete Andrade da Costa Carneiro		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Pedro Ferreira Fragata		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Fernando Neves Eletricidade		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Norcranes - Equipamentos, Lda		0.017	0.017	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Isabel Pinto Henriques		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Vitor da Silva Pereira		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Ricardo Miguel Feliciano Correia		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Núria Henrique Maia Marília		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Daniel Gil Sousa Teixeira		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Isabel de Jesus Fernandes da Costa e Sá		0.022	0.022	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Elisabete Ferreira		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Associação para o Desenvolvimento da Mobilid. e Transp. Sustentáveis		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Paulo Jorge Martins		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Manuela da Silva Machado do Rego		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	PARQUES TEJO PARQUEAMENTOS DE OEIRAS E M		0.018	0.018	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	André José da Silva Figueiredo		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Guerra dos Reis		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Via Directa Companhia de Seguros, S.A.		0.016	0.016	0.000	0.000	

Tipo de despesa		Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Jorge Miguel Afonso Rodrigues		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Steve Manuel Simões		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Tatiana Manuela Gonçalves Moreira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Sidónio Luís Viana Gonçalves		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Mota-Engil, Eng. e Construção,S.A.		0.360	0.360	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	PSP - Policia de Segurança Pública		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Tiago Emanuel dos Santos Gonçalves		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Luís da Silva		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Alberto Almeida Monteiro		0.006	0.006	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Bruno Alexandre Fonseca Santos		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	CNPCE - Comissão Nacional Permanente Congressos da Estrada		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Cláudia Patrícia Rodrigues Salgado Gamito		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Carlos Tavares Pinho		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	MESTRES-Agência Publicidade, Lda		0.064	0.064	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Manuel Lopes dos Santos		0.014	0.014	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Mário da Costa Mano		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Município de Penafiel		0.223	0.223	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Paulo da Silva Teixeira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Manuel Queiroz Rodrigues		0.025	0.025	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	RICARDO ISIDRO DE ARAUJO JEREMIAS ARVELA		0.013	0.013	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Associação Building Smart Portugal		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Claudino & Lídia, Lda.		0.006	0.006	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Paulo Jorge Queirós Pinheiro		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Fernando Rodrigues Grilo		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	António Fernando Rodrigues da Cunha		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	REN - Rede Eléctrica Nacional, SA		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Marfido Dias Dinis		0.007	0.007	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Sérgio Paulo Marques Silva		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Quinta de Andrães - Produção Agrícola, Lda.		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Diogo Álvares Guedes Vaz		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Elisa Henriques Carvalho Feteira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Rui André Teles Lima Sofia		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Anabela Costa Pais Asper		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Mário Alves Bebiano		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Carla Sofia Correia dos Santos		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Verónica Raquel Barbosa Dantas		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Frutas Narciso & Filhos, Lda.		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Joaquim Luís da Silva Santos		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Marta Sofia Rodrigues Simões		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4	Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Gonçalves de Magalhães		0.000	0.000	0.000	0.000	

Tipo de despesa	Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiaria	Despesas Orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(5)-(6)	(8)	(9)
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Associação Humanitária de Bombeiros		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João António Henriques Castro		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria Guilhermina Saúde Ferreira da		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Bruno Henrique Ferreira Vieira		0.004	0.004	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Daniel Santos Almeida		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Udo Daniel Sousa Graça		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria de Fátima Gonçalves dos Santos Lopes		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Município de Odemira		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Ferreira Neves		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José António Rodrigues		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Frescata		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Daniel Henriques Febich Ribeiro		0.005	0.005	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Bruno Miguel Marques Alves		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Carla Sofia Mendes Quelhas		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	João Paulo Pereira		0.022	0.022	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Hugo Alexandre Pereira Rodrigues		0.002	0.002	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	José Manuel Morais Barata		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Gonçalo Moço Teixeira		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Francisco Xavier Borges Mesquita Montes		0.000	0.000	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Maria José Ramalho		0.001	0.001	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Indemnizações por Danos Materiais	Dinamicoragerm Unipessoal, Lda.		0.003	0.003	0.000	0.000	
D4.4 Outras		Donativo	SANGFER - Grupo Ferroviário de Dadores de Sangue		0.002	0.002	0.000	0.000	
Total transferências correntes				**2.566**	**3.928**	**3.924**	**0.004**		
Transferências de capital									
D8.4 Outras		Devolução Fundos Comunitários	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.	13.266	12.040	12.040	0.000	0.000	
Total transferências de capital				**13.266**	**12.040**	**12.040**	**0.000**		
Subsídios									
D5 Subsídios		Subsidio Comissão trabalhadores	Comissão trabalhadores	0.008	0.008	0.008	0.000	0.000	
D5 Subsídios		Transferência Mecanismo Apoio Portagens às Concessionárias	Concessionárias	42.354	36.796	36.796	0.000	0.000	
Total de Subsídios				**42.362**	**36.804**	**36.804**	**0.000**		

2.6.2 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

Tipo de receita	Disposições Legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferencias/subsidios ocorrida no exercicio	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)	(7)	(8)
Transferências correntes								
Indemnizações Compensatórias	Contrato Programa com Estado Português	Financiamento da infraestrutura ferroviária	OE	5.167	0.000	5.167	0.000	
Contribuição do Serviço Rodoviário	Lei nº 55/2007, de 31 de agosto	Financiamento da infraestrutura rodoviária	OE	40.867	40.867	0.000	0.000	
Mecanismo Apoio Portagens	Decreto-Lei n.° 87-A/2022, de 29 de dezembro	Financiamento da infraestrutura rodoviária portajada	OE	46.050	46.050	0.000	0.000	
Apoio Intempéries	RCM n.º 12-B/2023	Financiamento da infraestrutura ferroviária e rodoviária	OE	16.251	0.000	16.251	0.000	
Fundos Europeus		Financiamento projetos exploração	UE	1.211	1.119	0.092	0.000	
Total transferências correntes				109.546	88.037	21.509	0.000	
Transferências de capital								
Contribuição do Serviço Rodoviário	Lei nº 55/2007, de 31 de agosto	Financiamento da infraestrutura rodoviária	OE	634.465	634.465	0.000	0.000	
Verbas Leilão 5G	RCM n.º 46-A/2021, de 3 de maio	Financiamento da infraestrutura rodoviária	OE	6.721	0.169	6.552	0.000	
Verbas Leilão 5G	DL nº 63/2022, de 26 de setembro e RCM nº 104/2022 de 2 de novembro	Financiamento da infraestrutura Comunicações (Anel Car	OE	64.827	23.543	41.283	0.000	
Fundos Mecanismo de Recuperação e Resiliência		Financiamento projetos investimento PRR	EMRP	114.341	62.029	52.312	0.000	
Empréstimos DGTF Mecanismo de Recuperação e Resiliência		Financiamento projetos investimento PRR	OE	27.562	27.562	0.000	0.000	
Fundos Europeus		Financiamento projetos investimento	UE	130.323	382.634	-252.311	0.000	
Total transferências de capital				978.239	1.130.402	-152.163	0.000	
Subsídios								
.....						0.000		
						0.000		
Total de Subsídios				**0.000**	**0.000**	**0.000**	**0.000**	

3. DCLCPA – DECLARAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO

Compromissos Plurianuais

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2024

Ministério: **INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**
Entidade: **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**

Montante total de compromissos plurianuais: **€ 13.615.631.107,72**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2024, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2025	2.336.980.388,20€
2026	1.818.299.494,29€
2027	1.473.460.134,81€
2028	1.422.321.255,36€
2029	1.223.755.931,86€
2030	1.006.798.508,21€
2031	824.695.371,18€
2032	614.445.111,95€
2033	605.852.710,78€
2034	620.492.949,68€
2035	519.959.151,04€
2036	388.383.276,96€
2037	327.235.848,75€
2038	278.480.423,65€
2039	132.092.296,17€
2040	15.912.716,44€
2041	916.427,44€
2042	916.427,44€
2043	916.427,44€
2044	916.427,44€
2045	916.427,44€
2046	916.427,44€
2047	865.881,08€
2048	101.092,67€

Observações

A IP dispõe de um sistema informático integrado de planeamento e execução contratual, sendo a sua alimentação descentralizada pela estrutura organizacional da empresa. O resultado aqui apresentado resulta assim da recolha e tratamento de um vasto conjunto de informação que se encontra em permanente atualização, refletindo a dinâmica intrínseca à atividade da empresa.

Considerando o tipo de contratos em questão (na sua maioria prestação de serviços de conservação e empreitadas), a previsão de execução sofre alterações significativas associadas ao desenvolvimento dos trabalhos.

Acresce que as limitações e rigidez da plataforma SCEP aliadas ao volume de contratos com encargos plurianuais geridos pela IP não tem permitido, com os recursos disponíveis, manter esta plataforma permanentemente atualizada. No entanto, e como é do conhecimento da DGO, essa informação é alvo de atualização regular, fazendo a IP um esforço significativo para estabilizar essa informação, considerando-se que atualmente a maioria dos encargos plurianuais se encontram devidamente atualizados no SCEP.

Durante o ano de 2024, na tentativa de ultrapassar esta dificuldade, a IP deu início ao desencolvimento de um Robot que irá automatizar a atualização do registo SCEP quanto ao seu estado, escalonamento e respetiva execução. Neste momento a aplicação encontra-se em fase de testes, prevendo-se que entre em produtivo até ao final do 1º trimestre de 2025.

6 de Fevereiro de 2025.

[Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel
Dados: 2025.02.06 14:35:26 Z

Pagamentos em atraso

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2024

Mnistério: **INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**

Entidade: **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**

Montante total de pagamentos em atraso: **€ 0,00**

Sem pagamentos em atraso a declarar.

Observações

A Infraestruturas de Portugal, S.A., não apresenta, a 31 de dezembro de 2024, pagamentos em atraso (contas por pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias após a data de vencimento acordada ou especificada na fatura ou documento equivalente).

Apesar de existirem valores em conta corrente com antiguidade superior a 150 dias, estes não consubstanciam pagamentos em atraso na aceção da LCPA. Trata-se de faturas bloqueadas para pagamento por motivos diversos: faturas em divergência, saldos em contencioso, empresas insolventes, faturação a aguardar a emissão de nota de crédito por parte do fornecedor, faturação a compensar com créditos, etc.

31 de Janeiro de 2025.

[Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel
Dados: 2025.01.31 17:48:25 Z

Recebimentos em atraso

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2024

Ministério: **INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO**
Entidade: **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**

Montante total de recebimentos em atraso: **€ 22.823.401,20**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2011	08.01.99	PT123194296	Carlos Manuel G. Matos de Carvalho	Dr. Matos Carvalho - Mião / Lisboa	194,83€	
2	2016	08.01.99	PT194518043	Carlos Alberto do Maio Correia	3193141 Seguro de Saúde JM, mês 07/16	30,44€	
3	2016	08.01.99	PT194518043	Carlos Alberto do Maio Correia	3193141 Seguro de Saúde JM, mês 08/2016	30,44€	
4	2016	08.01.99	PT194518043	Carlos Alberto do Maio Correia	3193141 Seguro de Saúde JM, mês 9/2016	30,44€	
5	2016	08.01.99	PT194518043	Carlos Alberto do Maio Correia	3193141 Seguro de Saúde JM, Mês 10/16	30,44€	
6	2016	08.01.99	PT194518043	Carlos Alberto do Maio Correia	3193141 Seguro de Saúde AVS, Mês 11/2016	30,44€	
7	2022	07.03.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Parcela Terreno sita em Santarém	419,95€	
8	2023	07.02.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
9	2023	07.02.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
10	2023	07.02.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
11	2023	07.02.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
12	2023	07.03.99	PT516022490	Vantage Towers, SA	Parcela Terreno sita em Estói	520,45€	
13	2024	07.02.99	PT516022490	VODAFONE TOWERS PORTUGAL,	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
14	2024	07.02.99	PT516022490	VODAFONE TOWERS PORTUGAL,	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
15	2024	07.02.99	PT516022490	VODAFONE TOWERS PORTUGAL,	Equipamento Radiocomunicações	153,75€	
16	2024	07.02.99	PT516022490	VODAFONE TOWERS PORTUGAL,	Equipamento Radiocomunicações	128,95€	
17	2020	07.02.99	PT500000000	Ant Pinto Baldaia	Venda de água	0,27€	
18	2021	07.02.99	PT500000000	Ant Pinto Baldaia	Venda de água	0,27€	
19	2022	07.02.99	PT500000000	Ant Pinto Baldaia	Venda de água	0,27€	
20	2023	07.02.99	PT500000000	Ant Pinto Baldaia	Venda de água	0,27€	
21	2024	07.02.99	PT500000000	Ant Pinto Baldaia	Venda de água	0,27€	
22	2010	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,24€	
23	2011	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
24	2012	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
25	2013	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
26	2014	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
27	2015	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
28	2016	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
29	2017	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
30	2018	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
31	2019	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€	
				António Rodrigues Vaz	Concessões diversas		

32	2020	07.03.99	PT803539576	Monteiro		0,25€
33	2021	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€
34	2022	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€
35	2023	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€
36	2023	07.03.99	PT803539576	António Rodrigues Vaz Monteiro	Concessões diversas	0,25€
37	2010	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,79€
38	2011	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
39	2012	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
40	2013	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
41	2014	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
42	2015	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
43	2016	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
44	2017	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
45	2018	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
46	2019	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
47	2020	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
48	2021	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
49	2022	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
50	2023	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
51	2024	07.02.99	PT117720798	Artur Rodrigues Cardoso	Venda de água	0,80€
52	2020	07.02.99	PT120023075	Domingos de Carvalho	Venda de água	0,06€
53	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	264,92€
54	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
55	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
56	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
57	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
58	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
59	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
60	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
61	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
62	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
63	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
64	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
65	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	350,00€
66	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
67	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
68	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
69	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
70	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
71	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
72	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
73	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
74	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€

75	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
76	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
77	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	358,05€
78	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
79	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
80	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
81	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
82	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
83	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
84	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
85	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
86	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
87	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
88	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
89	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	365,93€
90	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
91	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
92	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
93	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
94	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
95	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
96	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
97	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
98	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
99	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
100	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
101	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	377,27€
102	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
103	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
104	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
105	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
106	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
107	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
108	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
109	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
110	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA	386,32€

					GUIMARAES	
111	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
112	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
113	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	386,32€
114	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
115	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
116	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
117	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
118	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
119	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
120	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
121	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
122	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
123	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
124	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
125	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	392,02€
126	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
127	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
128	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
129	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
130	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
131	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
132	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
133	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
134	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
135	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
136	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
137	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	395,98€
138	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	397,12€
139	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	397,12€
140	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	397,12€
141	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 45,915 LINHA GUIMARAES	397,12€
142	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 49,614 LINHA GUIMARAES	978,11€
143	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 49,614 LINHA GUIMARAES	1.005,50€
144	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 49,614 LINHA GUIMARAES	1.048,73€
145	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 49,614 LINHA GUIMARAES	1.066,48€

146	2016	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	PNAO KM 49,614 LINHA GUIMARAES	1.122,33€
147	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
148	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
149	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
150	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
151	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
152	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
153	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
154	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
155	2021	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
156	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	437,73€
157	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
158	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
159	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
160	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
161	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
162	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
163	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
164	2022	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
165	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
166	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
167	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
168	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	443,20€
169	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
170	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
171	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
172	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
173	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
174	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
175	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
176	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
177	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
178	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
179	2023	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
180	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	479,19€
181	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
182	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
183	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
184	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
185	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
186	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
187	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
188	2024	07.02.99	PT500108072	TEVIZ-Têxtil Vizela, S.A.	Utilização de PN - Privada	499,65€
189	2012	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
190	2013	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
191	2014	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
192	2015	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
193	2016	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
194	2017	07.02.99	PT500505870	Casa do Douro	Venda de água	6,35€
195	2021	07.02.99	PT124827250	MARIA JULIA GONÇALVES PAULO SOARES	Utilização de PN - Privada	40,45€
196	2022	07.02.99	PT124827250	MARIA JULIA GONÇALVES PAULO SOARES	Utilização de PN - Privada	40,96€
197	2023	07.02.99	PT124827250	MARIA JULIA GONÇALVES PAULO SOARES	Utilização de PN - Privada	44,29€
198	2024	07.02.99	PT124827250	MARIA JULIA GONÇALVES PAULO SOARES	Utilização de PN - Privada	46,18€
199	2021	07.02.99	PT100510558	Ines Ascencao Elias MMT Rente	Utilização de PN - Privada	44,72€
200	2022	07.02.99	PT100510558	Ines Ascencao Elias MMT Rente	Utilização de PN - Privada	45,28€
201	2023	07.02.99	PT100510558	Ines Ascencao Elias MMT Rente	Utilização de PN - Privada	48,96€
202	2024	07.02.99	PT100510558	Ines Ascencao Elias MMT Rente	Utilização de PN - Privada	51,05€
203	2022	07.02.99	PT125195516	Joao da Silva Martins	Utilização de PN - Privada	46,02€

204	2023	07.02.99	PT125195516	Joao da Silva Martins	Utilização de PN - Privada	49,76€
205	2024	07.02.99	PT125195516	Joao da Silva Martins	Utilização de PN - Privada	51,88€
206	2021	07.02.99	PT102308896	Jose Antonio Soares de Barros	Utilização de PN - Privada	37,54€
207	2023	07.02.99	PT102308896	Jose Antonio Soares de Barros	Utilização de PN - Privada	41,10€
208	2024	07.02.99	PT102308896	Jose Antonio Soares de Barros	Utilização de PN - Privada	42,85€
209	2021	07.02.99	PT149989245	Jose Ernesto de Sousa Cardoso	Utilização de PN - Privada	46,34€
210	2022	07.02.99	PT149989245	Jose Ernesto de Sousa Cardoso	Utilização de PN - Privada	46,92€
211	2023	07.02.99	PT149989245	Jose Ernesto de Sousa Cardoso	Utilização de PN - Privada	50,73€
212	2024	07.02.99	PT149989245	Jose Ernesto de Sousa Cardoso	Utilização de PN - Privada	52,90€
213	2023	07.02.99	PT137322089	Jose Manuel Carvalho Alves	Venda de água	68,59€
214	2024	07.02.99	PT137322089	Jose Manuel Carvalho Alves	Venda de água	77,33€
215	2014	07.02.99	PT111902525	Jose Maria Almeida	Venda de água	22,13€
216	2018	07.02.99	PT111902525	Jose Maria Almeida	Venda de água	22,27€
217	2019	07.02.99	PT111902525	Jose Maria Almeida	Venda de água	22,48€
218	2024	07.02.99	PT111902525	Jose Maria Almeida	Venda de água	25,73€
219	2019	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
220	2020	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
221	2021	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
222	2022	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
223	2023	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
224	2024	07.02.99	PT500000000	Manuel Antonio De Sousa Maia	Venda de água	2,64€
225	2012	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,71€
226	2012	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
227	2013	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
228	2015	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
229	2016	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
230	2017	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
231	2018	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
232	2020	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
233	2021	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
234	2022	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
235	2023	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
236	2024	07.02.99	PT148620710	Maria Angelina Mesquita S Pereira	Venda de água	15,86€
237	2022	07.02.99	PT165535288	Marilia Borges Pires	Utilização de PN - Privada	0,25€
238	2015	07.02.99	PT500197814	Mota - Engil, Eng. Construção, S.A.	Cedência Meios 19 fev 2015	1.252,95€
239	2015	07.02.99	PT500197814	Mota - Engil, Eng. Construção, S.A.	Nota de Despesa 33109456 - 15,16 dez2014	1.511,89€
240	2015	07.02.99	PT500197814	Mota - Engil, Eng. Construção, S.A.	01, 14 e 20 de abril de 2015	1.894,48€
241	2022	07.03.99	PT502473525	ADP Fertilizantes, S.A.	Concessões diversas	2,05€
242	2023	07.03.99	PT502473525	ADP Fertilizantes, S.A.	Concessões diversas	2,05€
243	2022	07.02.99	PT500253560	Soc Agricola da Romaneira	Utilização de PN - Privada	47,73€
244	2017	07.02.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Serviços operacionais	465,22€

245	2024	07.03.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Ramal Frielas - Terreno com 1791m2	1.293,60€
246	2024	07.03.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Ramal Frielas - Terreno com 1791m2	1.293,60€
247	2024	07.03.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Ramal Frielas - Terreno com 1791m2	1.293,60€
248	2024	08.01.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Exame de qualificação	123,00€
249	2024	07.03.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Ramal Frielas - Terreno com 1791m2	1.293,60€
250	2024	07.03.99	PT500097488	TEIXEIRA DUARTE ENG. CONSTRUÇÕES,SA	Ramal Frielas - Terreno com 1791m2	1.293,60€
251	2002	07.03.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Concessões diversas	86,27€
252	2002	07.03.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Concessões diversas	898,24€
253	2002	07.03.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Concessões diversas	898,24€
254	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501246-CDN	43,05€
255	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501257-CDN	127,00€
256	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501322-CDN	288,44€
257	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500110-CDN	332,95€
258	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500785-CDN	398,21€
259	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500998-CDN	413,28€
260	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501133-CDN	581,18€
261	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500622-CDN	742,61€
262	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500986-CDN	755,53€
263	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500505-CDN	850,24€
264	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71401084-CDN	999,38€
265	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500559-CDN	1.407,74€
266	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500682-CDN	1.420,65€
267	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:15002308-CDN	1.814,56€
268	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501006-CDN	1.846,85€
269	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500985-CDN	1.937,25€
270	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501252-CDN	2.115,91€
271	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501323-CDN	2.202,01€
272	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71501260-CDN	3.814,23€
273	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500392-CDN	4.305,00€
274	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500620-CDN	5.570,67€
275	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500455-CDN	5.729,96€
276	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500434-CDN	5.893,55€
277	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500747-CDN	8.185,96€
278	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500506-CDN	9.417,19€
279	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicacões	Factura:71500996-CDN	9.970,38€
280	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal -	Factura:14003116-CDN	17.666,65€

				Comunicações		
281	2015	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicações	Factura:15002875-DDN	33.499,37€
282	2016	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicações	11300DDN12	1.506,75€
283	2016	07.02.99	PT502544180	Vodafone Portugal - Comunicações	Processo 10271DDR13	3.373,89€
284	2022	07.02.99	PT501345361	Univ Tras-Os-Montes e Alto Douro	Utilização de PN - Privada	41,75€
285	2023	07.02.99	PT501345361	Univ Tras-Os-Montes e Alto Douro	Utilização de PN - Privada	52,25€
286	2023	07.02.99	PT501345361	Univ Tras-Os-Montes e Alto Douro	Utilização de PN - Privada	45,14€
287	2024	07.02.99	PT501345361	Univ Tras-Os-Montes e Alto Douro	Utilização de PN - Privada	54,48€
288	2024	07.02.99	PT501345361	Univ Tras-Os-Montes e Alto Douro	Utilização de PN - Privada	47,07€
289	2024	08.01.99	PT501378375	Sacyr Neopul, SA	Horas extraordinárias	323,80€
290	2024	08.01.99	PT501378375	Sacyr Neopul, SA	Horas extraordinárias	452,95€
291	2023	07.02.99	PT501369295	CME - Construção e Manutenção	Serviços operacionais – DRF	787,20€
292	2018	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Prestação Socorro Ferroviário 09.03.2017	4.426,76€
293	2019	07.02.01	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Mão de Obra	3.986,12€
294	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	6.494,40€
295	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	16.088,40€
296	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Formação	5.000,00€
297	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços Operacionais	13.191,75€
298	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.254,60€
299	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.180,80€
300	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	2.656,80€
301	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	885,60€
302	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	659,96€
303	2022	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	9.298,80€
304	2023	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.476,00€
305	2023	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.476,00€
306	2023	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.328,40€
307	2023	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	3.920,63€
308	2023	04.02.04	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Penalidades	305,00€
309	2024	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços Operacionais	8.425,50€
310	2024	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.881,90€
311	2024	13.01.01	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Indemnizações	3.144,42€
312	2024	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	590,40€
313	2024	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	2.066,40€
314	2024	07.02.99	PT502156392	Fergrupo - Const Tecnicas Ferrov SA	Serviços operacionais – DRF	1.605,15€
315	2020	07.02.99	PT500272557	Somafel-Engenharia e Obras	Serviços Operacionais	167,98€
316	2015	08.01.99	PT500721050	Aquino Construções, SA	Factura:2008250017-GRH	303,92€
				RAMALHO ROSA CORTAR	PENALIDADES	

317	2024	04.02.04	PT500226504	SOCI		4.792,02€
318	2017	04.01.17	PT505924170	Sociedade de Construções Soares da	LicEmp-art15DL13/71_B	8.535,00€
319	2024	07.02.99	PT500994625	RODRIGUES & NEVES, SA	Cadência Água	85,77€
320	2011	07.02.99	PT680028161	Câmara Municipal de Cuba	Reparação pavimento de PN - Km 137,021	118,36€
321	2015	08.01.99	PT500721980	Teodoro Gomes Alho & Filhos, Lda	Factura:15002459-GRI	27,50€
322	2018	07.02.01	PT500207577	OPWAY - Engenharia, SA	Vagões	4.542,81€
323	2018	07.02.99	PT500207577	OPWAY - Engenharia, SA	Serviços operacionais	8.772,27€
324	2018	07.02.99	PT500207577	OPWAY - Engenharia, SA	Insp. Carril e Soldaduras	20.418,00€
325	2024	07.02.99	PT500207577	OPWAY - Engenharia, SA	Input. Custos	162.322,13€
326	2003	07.03.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	CEDÊNCIA DE CASA - EST. DE BOLIQUEIME	595,00€
327	2010	07.02.01	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Aluguer de Equipamentos	2.407,80€
328	2010	07.02.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Cadência Dresine - 18,19,20 Agosto 2010	3.151,41€
329	2010	07.02.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Aluguer de Dresine - Abril 2010	3.235,12€
330	2010	07.02.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Cadência Dresine - 30 Setembro 2010	3.481,32€
331	2010	07.02.01	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Dresine - 26/27 27/28 e 28/29 Mai10	3.501,26€
332	2010	07.02.01	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Dresine - 28, 29 e 30 Jun10	4.404,70€
333	2010	07.02.01	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Dresine - 27 e 28 Jul10	6.892,68€
334	2010	07.02.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Prestação de Outros Serviços Secundários	13.806,04€
335	2011	07.02.99	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Cadência de Dresine no dia 2 Dez 2010	580,22€
336	2011	07.02.01	PT501387714	TELEMON TELECOMUNICAÇÕES,SA	Aluguer de Equipamentos - 22/11/2010	2.239,36€
337	2023	07.02.99	PT501449752	APDL - Adm. Portos Douro, Leixões e	Cadência de Energia	8.632,72€
338	2017	08.01.99	PT501220615	MARANHÃO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES	Imposto de Selo	0,56€
339	2024	07.02.99	PT503156000	SACYR SOMAGUE, S.A.	Input. Custos	534,87€
340	2024	08.01.99	PT503156000	SACYR SOMAGUE, S.A.	Horas extraordinárias	323,80€
341	2024	08.01.99	PT503156000	SACYR SOMAGUE, S.A.	Horas extraordinárias	452,95€
342	2005	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	L.Vouga-Atravess. aéreo Km 32,157	899,93€
343	2015	04.01.17	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Factura:71401367-	147,94€
344	2015	04.01.17	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Factura:71500735-	1.103,86€
345	2015	04.01.17	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Factura:71304215-DRCTB	8.320,52€
346	2018	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Atrav. Aéreo - Ramal Aveiro - pk8,730	1.469,85€
347	2018	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Atrav. Aéreo - Ramal Aveiro - pk7,390	1.469,85€
348	2019	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Serviços operacionais – DRF	212,79€
349	2019	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Serviços operacionais – DRR	350,55€
350	2020	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Serviços operacionais – DRF	928,65€
351	2021	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros-espaço aéreo DRF	615,00€
352	2021	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros-espaço aéreo DRF	965,55€
353	2021	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros-espaço aéreo DRF	1.488,30€
354	2021	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Serviços operacionais – DRF	1.708,17€
355	2022	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros - subsolo DRF	615,00€
				E-REDES - Distribuição	Instalação de terceiros-espaço	

356	2022	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	aéreo DFF	3.141,42€
357	2024	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros-espaço aéreo DFF	615,00€
358	2024	07.02.99	PT504394029	E-REDES - Distribuição Betricidade	Instalação de terceiros-espaço aéreo DFF	1.202,94€
359	2005	07.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Prestação de Outros Serviços Secundários	221,70€
360	2005	07.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Reparações Terceiros	1.558,77€
361	2008	13.01.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Cº08/02-CA/LA-INDEMNIZAÇÃO P/CONTA DO EMPREITEIRO	18.301,20€
362	2011	04.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Penalidades Balastro - L. Sintra - Barcarena/Cacém	197,54€
363	2013	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
364	2013	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
365	2013	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
366	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
367	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
368	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
369	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	478,17€
370	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
371	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
372	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
373	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
374	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
375	2014	07.03.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Concessão de utilização de terrenos	479,13€
376	2019	08.01.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Imposto de Selo	0,18€
377	2019	07.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Serviços operacionais – DRF	356,70€
378	2019	07.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Serviços consultoria – DSS	3.440,31€
379	2023	07.02.99	PT500280908	TECNOVIA Sociedade Empreitadas, SA	Serviços operacionais – DRF	15.645,60€
380	2018	08.01.99	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Imposto de Selo	11,25€
381	2024	07.02.99	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Input. Custos	61.866,53€
382	2024	07.02.99	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Input. Custos	48.530,90€
383	2024	07.02.99	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Input. Custos	98.542,79€
384	2024	07.02.99	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Input. Custos	2.203,81€
385	2024	04.02.04	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Penalidades	21.335,40€
386	2024	04.02.04	PT501892303	Promorail-Tecn.Caminhos de Ferro,SA	Penalidades	19.881,08€
387	2015	07.02.01	PT502567830	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia S	Nota de Débito:2005190097-GR	1.318,81€
388	2015	07.02.01	PT502567830	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia S	Nota de Débito:2005190081-GR	1.813,36€
389	2018	07.02.01	PT502567830	TECNASOL-FGE Fundações Geotecnia S	Aluguer de Equipamento	827,67€
390	2001	07.02.99	PT500051070	Município de Lisboa	0	1.298,84€
391	2001	07.02.99	PT500051070	Município de Lisboa	0	3.462,55€
392	2003	07.02.99	PT500051070	Município de Lisboa	Ac.Trab.Pintura Viad.Metál.-	4.585,36€

					Av.Inf.Santo/Brasília	
393	2009	07.02.99	PT500051070	Município de Lisboa	Prestação de Outros Serviços Secundários	729,19€
394	2019	13.01.99	PT500051070	Município de Lisboa	Protocolo CML encargos a seu cargo	1.177.446,96€
395	2024	07.03.01	PT500051070	Município de Lisboa	Parcela de terreno - Pilar 11 P25 Abril	376,38€
396	2021	07.02.06	PT502869674	TE- TEJO ENERGIA	Conservação de Ramais Particulares	4.856,73€
397	2022	07.02.06	PT502869674	TE- TEJO ENERGIA	Conservação de Ramais Particulares	4.856,73€
398	2006	07.02.01	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Licenças para utilização de telefones	67,63€
399	2007	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Substitui 2950000430 (2007) - DMS 319580 (008)	69,72€
400	2009	07.02.06	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Reparação Catenária Ramal Cimpor	329,57€
401	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Parcela Terreno Godim	8,60€
402	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Parcela Terreno Godim	8,60€
403	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Parcela Terreno Godim	8,60€
404	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Estação de São Pedro da Torre - Terreno	155,72€
405	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Estação do Pocinho - Parcela Terreno	349,44€
406	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Estação de Godim- Parcela Terreno	407,75€
407	2016	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Estação Beja - Parcela Terreno	565,80€
408	2017	07.03.99	PT500782946	CIMPOR-Indústria de Cimentos,SA	Parcela Terreno Godim	8,60€
409	2001	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	932,46€
410	2002	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	973,49€
411	2003	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	1.007,56€
412	2004	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	1.040,81€
413	2005	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	1.064,75€
414	2006	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Rendas de Edifícios	1.088,17€
415	2007	07.03.99	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Concessões diversas	1.357,50€
416	2008	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Concessão Utilização de Edifícios	1.390,08€
417	2009	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Concessão Utilização de Edifícios	1.413,06€
418	2010	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Concessão Utilização de Edifícios	1.398,92€
419	2011	07.03.01	PT501308598	BARREIRA GUERRA - COMPRA E VENDA	Concessão Utilização de Edifícios	1.452,54€
420	2015	04.01.17	PT500285608	TOMÁS DE OLIVEIRA SA	Factura:14000438-DRSTB	3.285,00€
421	2010	08.01.99	PT500000000	Joaquim Matias Gonçalves	valor a Regularizar DMS 945597-007	161,77€
422	2015	07.02.99	PT502604751	NOS COMUNICAÇÕES, S.A	Processo 7856DCC15	11.540,20€
423	2015	07.02.01	PT107909120	João Carejo dos Santos	Nota de Débito:2007200124-GFI	16,39€
424	2011	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.023,18€
425	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	636,94€
426	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.061,54€
427	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.061,54€
428	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.061,54€
					Concessão de utilização de	

429	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	[illegible] terrenos-PIR	1.061,54€
430	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.061,54€
431	2012	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Concessão de utilização de terrenos-PIR	1.061,54€
432	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
433	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
434	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
435	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
436	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
437	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
438	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
439	2014	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
440	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
441	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
442	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
443	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
444	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
445	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
446	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
447	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
448	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
449	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
450	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
451	2015	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,50€
452	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
453	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
454	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
455	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	306,25€
456	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,68€
457	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,68€
458	2016	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR	307,68€
459	2018	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR substitui 295*1402 FAG	289,59€
460	2018	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR substitui 295*948 FAG	313,71€
461	2018	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR substitui 295*1032 FAG	313,71€
462	2018	07.03.99	PT500606587	IRMÃOS CAVACO SA	Estação Esmoriz-Terreno-PIR substitui 295*1276 FAG	313,71€
463	2017	08.01.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	Imposto de Selo	10,84€
464	2017	08.01.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	Imposto de Selo	12,10€
465	2021	08.01.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	Imposto de Selo	12,18€
466	2021	07.02.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	Serviços operacionais – DRF	2.962,00€
467	2023	08.01.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	imposto de selo	14,29€
468	2024	07.02.99	PT503460915	JOSE PEREIRA REMELHE LDA	Serviços operacionais – DRF	1.549,80€
469	2015	07.02.99	PT503062081	NOWO COMMUNICATIONS, S.A	Factura:15001336-DDN	4.797,00€
470	2015	07.02.99	PT503062081	NOWO COMMUNICATIONS, S.A	Factura:12000954-DDN	4.797,00€
471	2015	07.02.99	PT503062081	NOWO COMMUNICATIONS, S.A	Factura:13003302-DDN	4.797,00€
472	2015	07.02.99	PT503062081	NOWO COMMUNICATIONS, S.A	Factura:14001326-DDN	4.797,00€
473	2016	07.02.99	PT503062081	NOWO COMMUNICATIONS, S.A	Processo 011/2008	4.936,91€
474	2020	07.02.99	PT500697256	EDP Distribuição Energia, S.A.	Serviços operacionais – DRF	621,15€
475	2010	08.01.99	ESA28512598	DIMETRONIC	CONT.2317	637,20€
476	2010	08.01.99	ESA28512598	DIMETRONIC	CONT.2317	749,60€
477	2023	07.02.99	PT504338854	PERENE, SA	Serviços operacionais – DRF	5.138,33€
478	2022	07.02.99	PT506823318	Município de Gaia	Instalação de terceiros - subsolo	2.810,55€

					DPF	
479	2015	07.02.01	PT500020094	ACORIL Empreiteiros, SA	Nota de Débito:12007781-GR	0,36€
480	2015	07.02.01	PT500020094	ACORIL Empreiteiros, SA	Factura:13006048-GR	24,05€
481	2024	08.01.99	PT503213322	FUTRIMETAL-IND. E COM DE	Exame de qualificação	123,00€
482	2011	07.02.99	PT501421246	Conspronel, Lda	E. Stª Apolónia - Benef. P. Comando	2.046,82€
483	2012	07.02.99	ESA06000871	Transfesa-Transportes Ferroviarios	Prestação de Outros Serviços Secundários	1.480,87€
484	2010	07.03.01	PT500000000	Fernando Pereira de Sousa	Fundo Conservação Casas	324,65€
485	2010	07.03.01	PT500000000	Fernando Pereira de Sousa	FCCC- Julho a Dezembro 2010	466,50€
486	2011	07.03.01	PT500000000	Fernando Pereira de Sousa	Fundo Conservação Casas	12,79€
487	2024	07.03.99	PT502679875	MEGAÇO / JMA, LDA.	Concessões diversas	186,30€
488	2010	07.02.99	PT500885303	ANTRAL-Associação Nac.Transportes	Licenças para utilização de telefones	851,89€
489	2011	07.02.99	PT500885303	ANTRAL-Associação Nac.Transportes	Licenças para utilização de telefones	1.004,17€
490	2012	13.01.01	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Indemnização - Parque Estac. Braga	4.409,65€
491	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	289,46€
492	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	299,02€
493	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	311,58€
494	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	317,76€
495	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	357,24€
496	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque Estac. Est. Braga - Renda variável	376,22€
497	2019	07.02.01	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque de Estac. Estação de Braga	1.344,08€
498	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque de Estac. Estação de Braga	1.355,28€
499	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque de Estac. Estação de Braga	1.355,28€
500	2019	07.03.99	PT500237638	Sá Machado & Rihos, SA	Parque de Estac. Estação de Braga	1.355,28€
501	2017	08.01.99	PT501188673	Urbanop, Urbanizações e Obras	Imposto de Selo	26,79€
502	2018	08.01.99	PT501188673	Urbanop, Urbanizações e Obras	Imposto de Selo	6,40€
503	2018	08.01.99	PT501188673	Urbanop, Urbanizações e Obras	Imposto de Selo	26,79€
504	2015	07.02.01	PT500162816	Lambelho e Ramos, Lda	Nota de Débito:2005190033-GR	2,00€
505	2024	08.01.99	PT501489126	DST-DOMINGOS DA SILVA TBI	Exames de qualificação	861,00€
506	2024	08.01.99	PT501489126	DST-DOMINGOS DA SILVA TBI	Exames de qualificação	615,00€
507	2015	08.01.99	PT502032278	Van Arreyde (Portugal) - Sociedade	Factura:13005455-GJR	154,26€
508	2015	08.01.99	PT502032278	Van Arreyde (Portugal) - Sociedade	Nota de Débito:2006240143-GJR	856,80€
509	2015	13.01.99	PT505176300	Águas do Algarve, S.A.	Factura:14004042-GR	4.995,00€
510	2015	13.01.99	PT505176300	Águas do Algarve, S.A.	Protocolo Passagens de nível - Encargos	25.000,00€
511	2012	07.02.99	PT505938022	EDP GLOBAL SOLUTIONS - GESTÃO	Prestação de Outros Serviços Secundários	416,28€
512	2023	07.02.99	PT506217469	SOCICARRIL-Sociedade de Construções	Serviços Operacionais	13.191,75€
513	2023	07.02.99	PT506217469	SOCICARRIL-Sociedade de Construções	Serviços Operacionais	8.794,50€
514	2013	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Cartd. Desp.Adju. Parc. 20 - 214+457 PS	122,40€
515	2013	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Conta Custas - Parc. 1 - 212+538	409,23€
516	2013	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Depósito Complementar - PS km 212+538	9.765,91€
517	2013	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	IA Parc. 2-3/1,-3/2-3/3 - 211+328 PSTT	11.488,43€
518	2018	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Dep Complementar-Km211,328-P3-3S-3S1-3/1	36.187,80€
519	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND:3600000207/2009 - Km 225+535	18,94€
					ND:3600000188/2009 - Km	

520	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	209+342	34,23€
521	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000207/2009 - Km 225+333	45,09€
522	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000207/2009 - Km 211+328	59,98€
523	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 2100000209/2008 - Km 211+817	75,24€
524	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000207/2009 - Km 210+256	80,60€
525	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000207/2009 - Km 214+457	82,30€
526	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000188/2009 - Km 211+328	211,01€
527	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Emolumento - Parc.13-14- PSTT 210+256	217,78€
528	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000188/2009 - Km 210+256	228,38€
529	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 2100000209/2008 - Km 212+538	284,07€
530	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 2100000209/2008 - Km 213+269	342,10€
531	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 3600000188/2009 - Km 225+333	425,25€
532	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	ND 2100000209/2008 - Km 214+457	590,64€
533	2019	13.01.99	PT506415082	Município de Coimbra	Taxa Justiça- Parc. 1-2 - PSP 212+983	29.745,89€
534	2024	08.01.99	PT502286210	EDMSA, S.A.	Exames de qualificação	861,00€
535	2024	08.01.99	PT502286210	EDMSA, S.A.	Exames de qualificação	492,00€
536	2009	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
537	2009	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
538	2009	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
539	2009	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
540	2009	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
541	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
542	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
543	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
544	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
545	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
546	2010	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Prestação de Outros Serviços Secundários	259,08€
547	2010	08.01.99	PT506187543	Município de Palmela	Manutenção Elev Pt Pinhal Novo-4454/08-CA/CDM	480,00€
548	2024	07.02.99	PT506187543	Município de Palmela	Utiliz. Canal Ferrov.Km45 a Km 49,755 L. Sado	1.438,39€
549	2024	08.01.99	PT500023875	CASAIS - ENGENHARIA E CON	Exames de qualificação	492,00€
550	2019	08.01.99	PT506155218	H TECNIC-Construções, Lda	Imposto de Selo	16,97€
551	2023	13.01.99	PT506155218	H TECNIC-Construções, Lda	10009730 - multa contratual	26.130,90€
552	2023	07.02.99	PT506155218	H TECNIC-Construções, Lda	Rend.Suplem. INPUT Gastos / Horas Extras	180,00€
553	2011	07.02.99	PT501190082	Município de Estarreja	Apeadeiro Canelas - Água - 30/10 a 29/11/11	6,87€
554	2012	07.02.99	PT501190082	Município de Estarreja	Apeadeiro Canelas Água -23/07 a 28/08/12	9,82€
555	2012	07.02.99	PT501190082	Município de Estarreja	Apeadeiro Canelas Água -27/11 a 26/01/12	15,62€
556	2013	07.02.99	PT501190082	Município de Estarreja	Tarifas diversas (Art.2º, nº2, CIVA)	9,48€
557	2013	07.02.99	PT501190082	Município de Estarreja	Apeadeiro Canelas Água 22/12 a 21/03/13	29,32€

558	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
559	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
560	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
561	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
562	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
563	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
564	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	437,02€
565	2021	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	442,48€
566	2022	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	442,48€
567	2022	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	442,48€
568	2022	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	442,48€
569	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
570	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
571	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
572	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
573	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
574	2024	07.02.06	PT504690167	SOTAGUS, TCSA, S.A	Conservação de Ramais Particulares	498,84€
575	2012	07.02.99	PT505410850	Município de Sobral de Monte Agraço	Prestação de Outros Serviços Secundários	373,92€
576	2012	07.02.99	PT505410850	Município de Sobral de Monte Agraço	Prestação de Outros Serviços Secundários	373,92€
577	2012	07.02.99	PT505410850	Município de Sobral de Monte Agraço	Prestação de Outros Serviços Secundários	373,92€
578	2012	07.02.99	PT505410850	Município de Sobral de Monte Agraço	Prestação de Outros Serviços Secundários	373,92€
579	2012	07.02.99	PT505410850	Município de Sobral de Monte Agraço	Prestação de Outros Serviços Secundários	373,92€
580	2010	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP-S. Pedro Estoril 2	23.076,60€
581	2010	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP-S. Pedro do Estoril	1.143.337,31€
582	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP-S. Pedro Estoril 2	20.354,64€
583	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP-S. Pedro Estoril 2	23.076,60€
584	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP - S. João do Estoril	79.907,78€
585	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP - S. João do Estoril	102.780,52€
586	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP - S. João do Estoril	230.366,88€
587	2011	13.01.99	PT505187531	Município de Cascais	Protocolo - Construção de PIP-S. Pedro do Estoril	1.143.337,31€
588	2015	07.02.99	PT505296950	ADP- Águas de Portugal	Entrecampos - Corte de tensão	1.942,01€
589	2007	07.03.99	PT506881784	Município de Mirandela	Concessões diversas	4.075,28€
590	2009	07.02.06	PT506831230	OPWAY DRAGADOS TECSA ACE	Deficiência de Catenária - Estação de Espinho	4.251,38€
591	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
592	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
593	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
					Prestação de Outros Serviços	

594	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
595	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
596	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
597	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
598	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
599	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
600	2015	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	276,75€
601	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
602	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
603	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
604	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
605	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
606	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
607	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
608	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
609	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
610	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
611	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
612	2016	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	277,92€
613	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
614	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
615	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
616	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
617	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
618	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
619	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
620	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
621	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
622	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
623	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
624	2017	07.02.99	PT500745943	Município de Oeiras	Prestação de Outros Serviços Secundários	281,15€
625	2017	08.01.99	PT503685046	Gabimarão Construções, S.A.	Imposto de Selo	29,01€
626	2022	08.01.99	PT503685046	Gabimarão Construções, S.A.	Imposto de Selo	0,49€
627	2024	08.01.99	PT507564090	ANCORPOR	Imposto de Selo	0,14€
628	2024	08.01.99	PT507564090	ANCORPOR	EXAMES DE QUALIFICAÇÃO	123,00€
629	2011	07.02.99	PT506682110	António José Saraiva SA	Prestação de Outros Serviços Secundários	725,01€
630	2015	07.02.01	PT504884620	Município de Beja	Factura:14002376-GR	20.056,92€

631	2024	04.02.01	PT507832388	TAKARGO - TRANSP. MERCADO	Juros de mora	30.504,20€
632	2024	04.02.01	PT507832388	TAKARGO - TRANSP. MERCADO	Juros de mora	25.444,58€
633	2024	04.02.01	PT507832388	TAKARGO - TRANSP. MERCADO	Juros de mora	52.976,63€
634	2024	07.02.99	PT501427767	LISCONT - OPER. CONTENTOR	Movimentação de Contentores	223,86€
635	2024	07.02.99	PT501427767	LISCONT - OPER. CONTENTOR	Movimentação de Contentores	5.244,72€
636	2024	07.02.99	PT501427767	LISCONT - OPER. CONTENTOR	Movimentação de Contentores	351,78€
637	2024	07.02.99	PT501427767	LISCONT - OPER. CONTENTOR	Movimentação de Contentores	223,86€
638	2024	07.02.99	PT501427767	LISCONT - OPER. CONTENTOR	Movimentação de Contentores	1.247,22€
639	2024	07.03.99	PT507148401	SERVARBAS, LDA.	Concessões diversas	246,59€
640	2024	07.03.99	PT507148401	SERVARBAS, LDA.	Concessões diversas	246,59€
641	2019	13.01.99	PT506804240	Câmara Municipal de Lagoa	Protocolo CM.Lagoa 50 % do Custo da Obra	146.477,26€
642	2014	13.01.99	PT506728897	Município de Valença	L.Minho-Aut. PN km 128,553	50.205,95€
643	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-Mai15	39.015,10€
644	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-jun15	39.015,10€
645	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-jul15	39.015,10€
646	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-ago15	39.015,10€
647	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-ago15	16.069,81€
648	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessões diversas-ago15	1.139,77€
649	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-set15	39.015,10€
650	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-set15	16.069,81€
651	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessões diversas-set15	1.139,77€
652	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-out15	39.015,10€
653	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-out15	16.069,81€
654	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessões diversas-out15	1.139,77€
655	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
656	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-nov15	39.015,10€
657	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessão Licenças Diversas-nov15	16.069,81€
658	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Concessões diversas-nov15	1.139,77€
659	2015	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
660	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
661	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
662	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
663	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Cedência Sala 1 - T.M.Bobadela	1.139,77€
664	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela Terreno T.M.Bobadela	39.015,10€
665	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
666	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
667	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Cedência Sala 1 - T.M.Bobadela	1.139,77€

668	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela Terreno T.M.Bobadela	39.015,10€
669	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
670	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
671	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela Terreno T.M.Bobadela	39.015,10€
672	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
673	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
674	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Cedência Sala 1 - T.M.Bobadela	1.145,13€
675	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela Terreno T.M.Bobadela	9.015,10€
676	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
677	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela de terreno - T.M.Bobadela	16.145,34€
678	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Cedência Sala 1 - T.M.Bobadela	1.145,13€
679	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Parcela Terreno T.M.Bobadela	39.198,46€
680	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Cedência Sala 1 - T.M.Bobadela	1.145,13€
681	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.079,26€
682	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
683	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
684	2016	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
685	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
686	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
687	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
688	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
689	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
690	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
691	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
692	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
693	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
694	2017	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Água T.M.Bobadela	2.171,29€
695	2018	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Regularização Consumos de 2017-TBobadela	694,02€
696	2018	07.03.99	PT504565214	Conteparque - Parqueamento e	Regularização Consumos de 2017-TBobadela	13.372,56€
697	2015	07.02.01	PT501389660	Laboratório Nac. Eng. Civil, IP	Nota de Débito:2008190419-GRI	661,00€
698	2009	07.03.99	PT503273392	APN - Invest. Imobiliários, SA	Concessão de utilização de terrenos	472,32€
699	2008	07.03.99	PT504093533	Festa Pra Todos, Lda	Concessões diversas	6.049,80€
700	2009	07.03.99	PT504093533	Festa Pra Todos, Lda	Concessões Diversas	6.350,13€
701	2009	13.01.01	PT507755669	Sérgio Freire - Transp. Unip, Lda	1ªPrestação	273,60€
702	2009	07.02.99	PT680021892	SMAS Vila Franca de Xira	FACT 735/06.00 E 760/06.00-SOMAFEL-CONT 92/95-SEC	6.516,51€
703	2009	07.02.99	PT680021892	SMAS Vila Franca de Xira	L.NORTE/TROÇO 1.1/FACT 571/07.99-SOMAFEL	14.658,81€
				SCAL - Sociedade de	HORAS EXTRAS P/CONTA DO	

704	2009	07.02.99	PT501411607	Construção	EMPREITEIRO-Cº.267/99-SG	1.200,31€
705	2009	07.02.99	PT506538575	Município S. João da Madeira	Passadeira de Peões	315,66€
706	2009	07.02.99	PT195719158	José António Chalaça	Prestação de Outros Serviços Secundários	164,38€
707	2015	13.01.01	PT501112308	Elevolution - Engenharia, SA	L.Sintra- Materiais Levantados.	28.141,37€
708	2024	07.02.99	PT501112308	ELEVOLUTION-ENGENHARIA,	Input. Custos	2.295,81€
709	2024	07.02.99	PT508100763	LASO TRANSPORTES, S.A.	Serviços operacionais – DRF	1.280,43€
710	2011	08.01.99	PT500051062	Município de Sintra	Construção Túnel Agualva - Linha Sintra	878,45€
711	2011	08.01.99	PT500051062	Município de Sintra	Construção Túnel Agualva - Linha Sintra	3.251,27€
712	2011	08.01.99	PT500051062	Município de Sintra	2º.ADIC.CONT.5010000484	126.325,06€
713	2011	08.01.99	PT500051062	Município de Sintra	Construção Túnel Agualva - Linha Sintra	261.482,70€
714	2012	08.01.99	PT500051062	Município de Sintra	Valor ainda a liquidar pela CM Sintra	1.353,18€
715	2016	07.03.99	PT500274517	SORGILA - Sociedade de Argilas, SA	Concessão de utilização de terrenos	313,78€
716	2016	07.03.99	PT500274517	SORGILA - Sociedade de Argilas, SA	Concessão de utilização de terrenos	363,87€
717	2016	07.03.99	PT500274517	SORGILA - Sociedade de Argilas, SA	Concessão de utilização de terrenos	363,87€
718	2016	07.03.99	PT500274517	SORGILA - Sociedade de Argilas, SA	Concessão de utilização de terrenos	363,87€
719	2015	07.02.99	PT500697370	Petrogal, SA	Factura:14003638-DPCD	46,00€
720	2022	07.02.99	PT500697370	Petrogal, SA	PN ao Km 3,504 do Ramal Petrogal	1.961,77€
721	2009	07.02.01	ESA28017986	Vias Y Construcciones SA	Prestação de Outros Serviços Secundários	6.006,25€
722	2009	07.02.99	ESA28017986	Vias Y Construcciones SA	Prestação de Outros Serviços Secundários	6.465,98€
723	2015	08.01.99	PT501312412	ALBERTO COUTO ALVES, S.A	Factura:10000623-GRH	115,35€
724	2015	08.01.99	PT501312412	ALBERTO COUTO ALVES, S.A	Factura:11000612-GRH	460,36€
725	2015	08.01.99	PT501312412	ALBERTO COUTO ALVES, S.A	Factura:11000342-GRH	511,72€
726	2015	08.01.99	PT501312412	ALBERTO COUTO ALVES, S.A	Factura:11000518-GRH	1.265,42€
727	2024	08.01.99	PT501312412	ALBERTO COUTO ALVES, S.A	Exames de qualificação	246,00€
728	2009	07.02.99	GB340696455	PAGE INTERNATIONAL SERVICES	Spot Publicitário-Marca CHICCHIPS	2.500,00€
729	2009	07.02.99	GB340696455	PAGE INTERNATIONAL SERVICES	Filmagens na estação do Rossio-17/07/2003	2.975,00€
730	2009	07.02.99	FR73401687173	THE GANG FILMS	Spot Publicitário-MasterCard Gold Service	2.500,00€
731	2009	07.02.99	ESB36021723	Creaciones Toypes S. L.	FOTOGRAFIAS EST. S. BENTO DIAS 07,08 09/2003	750,00€
732	2015	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Factura:14001813-DDN	105,47€
733	2015	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Factura:14002341-DDN	706,02€
734	2015	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Factura:15000310-DDN	1.313,03€
735	2016	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Processo 3598DOR12	43,05€
736	2016	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Processo 6773DCC15	81,80€
737	2016	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Processo 2775DDN13	2.475,38€
738	2016	07.02.99	PT504073206	ONITELECOM-INFOCOMUNICAÇÕES SA	Processo 875DCC15	7.925,51€
739	2018	07.02.99	PT501078215	BRAGALUX, S.A.	Serviços Operacionais	227,55€
740	2012	07.02.99	PT504110489	CBE, S.A.	Prestação de Outros Serviços Secundários	1.039,90€
741	2012	07.02.99	PT504110489	CBE, S.A.	Prestação de Outros Serviços Secundários	1.477,37€
742	2012	07.02.99	PT504110489	CBE, S.A.	Prestação de Outros Serviços	4.162,62€

					Secundários	
743	2012	07.02.99	PT504110489	CBE, S.A.	Prestação de Outros Serviços Secundários	6.960,79€
744	2011	07.02.99	PT506363228	VFXIMO INVESTIMENTOS	Desmontagem Linha aérea EDP	783,31€
745	2015	07.02.99	PT506664066	BYSAT II, S.A.	Factura:15000033-CCCS	1.285,35€
746	2015	07.02.01	PT504213709	M. Couto Alves, SA	Nota de Débito:12000310-GR	3.880,37€
747	2021	07.02.99	PT508504120	INFERVIAS, Lda	Serviços consultoria – DSS	2.724,45€
748	2024	07.02.99	PT508504120	INFERVIAS, Lda	Serviços operacionais – DRF	1.850,15€
749	2010	13.01.99	PT507227662	Entre-Zonas - Transportes, Lda	Remoção contentores Grupo Dramático Ramiro José	2.400,00€
750	2015	07.02.99	PT508208963	NOS TECNHOLOGY SA	Factura:2008230077-CDN	5.092,50€
751	2015	07.02.99	PT508208963	NOS TECNHOLOGY SA	Factura:2008230078-CDN	5.092,50€
752	2015	07.02.99	PT508208963	NOS TECNHOLOGY SA	Factura:2008230079-CDN	5.092,50€
753	2010	07.02.99	PT116804025	Joaquim Barradas Bonacho	Prestação de Outros Serviços Secundários	3.487,34€
754	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
755	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
756	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
757	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
758	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
759	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
760	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
761	2024	07.03.99	PT501755098	AGREPORAGREGADOS - EXTRA	Concessão de utilização de terrenos	963,16€
762	2017	07.03.99	PT503352896	SOMNCOR - Soc. Mineira Neves	Concessões diversas	10,14€
763	2018	07.03.99	PT503352896	SOMNCOR - Soc. Mineira Neves	Concessões diversas	10,14€
764	2021	07.03.99	PT503352896	SOMNCOR - Soc. Mineira Neves	Concessões diversas	10,14€
765	2018	07.02.99	FR43784601841	UIC - Union Intern. Chemins de Ferr	Salários e Custos de Expatriamento	27.376,00€
766	2019	07.02.99	FR43784601841	UIC - Union Intern. Chemins de Ferr	Salários e Custos de Expatriamento Julho	13.260,99€
767	2020	07.02.99	FR43784601841	UIC - Union Intern. Chemins de Ferr	1000066 Salários e Custos de Expatriamen	8.371,38€
768	2015	07.02.99	PT508515548	Minhocom, EIM	Factura:10000163-CDN	8.431,50€
769	2012	07.01.05	PT508045290	Sogebat -Sociedade de Gestão	Venda de Resíduos e Materiais Usados	1.575,86€
770	2012	07.01.05	PT500068020	Cidesa - Companhia Industrial de	Venda de Resíduos e Materiais Usados	828,00€
771	2024	08.01.99	PT503171565	MANVIA - MANUTENÇÃO E EXP	Exames de qualificação	2.460,00€
772	2022	07.02.99	PT143458914	Manuel Mello Vaz de Sampayo	Utilização de PN - Privada	161,36€
773	2024	08.01.99	PT507080181	ARAMUS, LDA	Exames de qualificação	984,00€
774	2024	07.02.99	PT220538093	ARQ. CLÁUDIO FERNANDO MAR	Utilização de PN - Privada	189,18€
775	2013	07.02.99	PT505612917	J.F. Metal, Lda.	L.Minho-abate árvores 19-02-2013	102,50€
776	2015	04.01.17	PT509344496	Dstelecom norte, SA	Factura:71300915-DR/RL	92,97€
777	2015	07.02.99	PT509344496	Dstelecom norte, SA	Factura:15002310-CDN	5.355,43€
778	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14001778-CDN	146,37€
779	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:15000660-CDN	236,78€
780	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14001324-CDN	480,01€
781	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14001779-CDN	540,28€
782	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:15002179-CDN	686,65€
783	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:15002321-CDN	972,93€

784	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14001998-CDN	972,93€
785	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14002493-CDN	1.455,09€
786	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14003757-CDN	1.775,81€
787	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14003264-CDN	2.066,40€
788	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14003620-CDN	3.144,80€
789	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14003265-CDN	5.181,07€
790	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14002312-CDN	5.863,41€
791	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14002801-CDN	6.457,50€
792	2015	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Factura:14003582-CDN	15.496,85€
793	2016	07.02.99	PT509344518	DstelecomAlentejo e Algarve, SA	Processo 050/2011	6.457,50€
794	2016	07.02.99	PT510587089	Derivadas e Segmentos, SA	Processo 5849CDN13	299,20€
795	2023	07.02.99	PT510587089	Derivadas e Segmentos, SA	Instalação de terceiros - subsolo DRF	615,00€
796	2023	07.02.99	PT510587089	Derivadas e Segmentos, SA	Serviços operacionais – DRF	615,00€
797	2023	07.02.99	PT510587089	Derivadas e Segmentos, SA	Instalação de terceiros-espaço aéreo DRF	615,00€
798	2016	04.01.17	PT500261512	SOC.PORTUGUESA DE AR LÍQUIDO-AR LÍQUIDO,LDA	Linha 1	655,20€
799	2022	08.01.99	PT504040847	Efacec Energia, Máquinas	Imposto de Selo	2,30€
800	2015	07.02.99	PT501354530	Jular Madeiras, S.A	Factura:13004112-DRLSB	4,99€
801	2015	07.03.99	PT507834763	NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS	Factura:15001730-UDI	1.500,00€
802	2015	07.03.99	PT507834763	NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS	Factura:15003653-UDI	1.500,00€
803	2015	07.03.99	PT507834763	NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS	Factura:15000282-UDI	1.514,95€
804	2015	07.03.99	PT507834763	NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS	Factura:14001898-GRI	2.985,05€
805	2015	07.02.99	PT508515564	VALICOM, Gestão de Infra-Estruturas	Factura:10000164-CDN	2.950,50€
806	2015	07.02.99	PT508515564	VALICOM, Gestão de Infra-Estruturas	Factura:2009230007-CDN	5.478,90€
807	2024	08.01.99	PT509531733	MANRAIL - MANUTENÇÃO DE R	Exames de qualificação	738,00€
808	2013	07.01.05	MZ400362841	NECPUL – Soc. Estudos e Constr., SA	Venda de Material Usado	6.055,26€
809	2013	07.01.05	MZ400362841	NECPUL – Soc. Estudos e Constr., SA	Venda de Material Usado	20.149,28€
810	2014	07.02.99	PT510418554	Goodrest-Restauraçao e Catering Lda	LN- Remoção de veículo Linha 1	1.418,34€
811	2014	13.01.99	PT500271135	Sofareia-Sociedade Farense de	Protocolo Passagens de nível - Encargos	5.000,00€
812	2017	07.02.99	PT508514177	TRANSITEX-TRÂNSITOS EXTREMADURA SA	Parqueamento de Contentor	127,28€
813	2017	07.02.99	PT508514177	TRANSITEX-TRÂNSITOS EXTREMADURA SA	Movimentação de Contentores	2.537,12€
814	2017	07.02.99	PT508514177	TRANSITEX-TRÂNSITOS EXTREMADURA SA	Movimentação de Contentores	5.380,02€
815	2019	07.02.99	PT508514177	TRANSITEX-TRÂNSITOS EXTREMADURA SA	Parqueamento de Contentor	96,75€
816	2019	07.02.99	PT508514177	TRANSITEX-TRÂNSITOS EXTREMADURA SA	Movimentação de Contentores	2.357,91€
817	2016	07.02.99	DE112012727	Kombiverkehr Deutsche Gesellschaft	WABU-775029-8	76,20€
818	2016	07.02.99	DE112012727	Kombiverkehr Deutsche Gesellschaft	WABU-775045-1	173,60€
819	2021	07.02.99	PT500161348	MARMEDSA-AGÊNCIA MARÍTIMA, LDA	Movimentação de Contentores	38,13€
820	2021	07.02.99	PT500161348	MARMEDSA-AGÊNCIA MARÍTIMA, LDA	Parqueamento de Contentor	43,47€

821	2017	07.02.99	PT501553576	NAVEGAÇÃO,SA		9,50€
822	2019	07.02.99	PT502065567	Garlang Transport e Solutions Lda	Outros Serviços	134,07€
823	2016	07.02.99	PT502757515	IBERCLINHAS PORTO TRANSPORTES, LDA	TBobadela_Parqueamento_10.2016	26,94€
824	2016	07.02.99	PT502757515	IBERCLINHAS PORTO TRANSPORTES, LDA	TBobadela_Movimentos_09.2016	36,90€
825	2016	07.02.99	PT502757515	IBERCLINHAS PORTO TRANSPORTES, LDA	TBobadela_Movimentos_10.2016	36,90€
826	2016	07.02.99	PT502775548	GTT - Gestão de Terminais Terrestr	BOXU-560630-6	4,43€
827	2016	07.02.99	PT502775548	GTT - Gestão de Terminais Terrestr	BOXU-560630-6	25,83€
828	2016	07.02.99	PT502775548	GTT - Gestão de Terminais Terrestr	RFCU-509223-7	48,22€
829	2016	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
830	2016	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
831	2016	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
832	2017	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
833	2018	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
834	2019	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
835	2020	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
836	2021	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
837	2022	07.03.99	PT509176933	NOVAAP - FÁBRICA DE NITRATO	Concessões diversas	2,00€
838	2019	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.059,49€
839	2019	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.059,49€
840	2019	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.059,49€
841	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.692,32€
842	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.692,32€
843	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	2.545,15€
844	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.593,30€
845	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.520,41€
846	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.520,41€
847	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
848	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
849	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
850	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
851	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
852	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
853	2020	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
854	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.711,55€
855	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.001,96€
856	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.001,96€

857	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.001,96€
858	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	1.001,96€
859	2021	07.02.99	PT509373178	ALB-Área Logística da Bobadela S.A	Água T.M.Bobadela	200,45€
860	2022	07.03.99	PT509389970	Bertschi Portugal, Unipessoal LDA	Parqueamento 4 viaturas - T.M.Bobadela	600,71€
861	2015	07.02.99	PT509395503	BRAVESOURCE - Logística Ambiental,	BRAU-140002-5	3.210,50€
862	2016	07.02.99	DK53139655	MAERSK LINE	MSKU-164636-7	39,40€
863	2016	07.02.99	DK53139655	MAERSK LINE	MSKU-164636-7	67,40€
864	2016	07.02.99	DK53139655	MAERSK LINE	TCNU-932407-4	98,50€
865	2016	07.02.99	DK53139655	MAERSK LINE	Parqueamento de UTIs	1.831,20€
866	2022	07.02.99	FR72562024422	CMA CGM, SA	Parqueamento de Contentor	157,64€
867	2015	07.03.99	PT501515690	CARLOS GARCIA, LDA.	Cedência Espaço Parqueamento dez15	6,96€
868	2015	07.03.99	PT501515690	CARLOS GARCIA, LDA.	Cedência Espaço Parqueamento nov15	1.160,62€
869	2016	07.03.99	PT501515690	CARLOS GARCIA, LDA.	Parqueamento 8 viaturas - T.M.Bobadela	1.160,62€
870	2020	07.03.99	PT505045850	VALPEDROSO-TRANSPORTE UNIPES., LDA.	Cedência Espaço T.M.Bobadela	454,08€
871	2016	07.02.99	PT600014665	Secretaria Geral do MAI	Prestação de Outros Serviços Secundários	3.837,60€
872	2016	07.02.99	PT600014665	Secretaria Geral do MAI	Prestação de Outros Serviços Secundários	3.837,60€
873	2015	07.02.99	PT154310689	Rui Oliveira Carreira	L. Oeste - Desmatação, km 194,768	5.826,40€
874	2023	07.03.99	PT154310689	Rui Oliveira Carreira	Concessões diversas	49,63€
875	2024	08.01.99	PT513246002	RIOBOCO - SERVIÇOS GERAIS	EXAMES DE QUALIFICAÇÃO	861,00€
876	2024	08.01.99	PT500417660	SGS PORTUGAL - SOCIEDADE	EXAMES DE QUALIFICAÇÃO	246,00€
877	2015	04.01.17	PT170629872	Américo Alves da Silva Brito	Factura:71500814-DRAVR	524,40€
878	2022	08.01.99	PT500173532	M.SANTOS & CIA, S.A.	Imposto Selo	18,76€
879	2021	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
880	2021	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
881	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
882	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
883	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
884	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
885	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
886	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
887	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
888	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
889	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	276,37€
890	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	279,83€
891	2022	07.03.99	PT502013133	Aduanalviela Agentes Aduaneiros,LDA	Cedência Espaço T.M.Bobadela	279,83€
892	2021	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
893	2021	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
894	2021	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
895	2021	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€

				Pontes, Lda		
896	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
897	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
898	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
899	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
900	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
901	2022	07.03.99	PT504199943	Transportes Silvas e Pontes, Lda	Cedência Espaço T.M.Bobadela	1.172,12€
902	2016	07.02.99	PT102335141	Victor Manuel Sobral	Certidão de Prestação de Serviços	27,06€
903	2023	07.03.01	PT139401822	Carlos da Costa Pinto	Rendas de Habitações	4,99€
904	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
905	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
906	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
907	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
908	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
909	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
910	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
911	2024	07.03.01	PT139401822	CARLOS DA COSTA PINTO	Rendas de Habitações	4,99€
912	2016	08.01.99	PT510550967	Albercortes, Unipessoal, Lda	Reemb. Despesas por Conta de Terceiros	464,04€
913	2023	07.02.99	DEB13960018	HAPAG LLOYD AG	Parqueamento de Contentor	1.040,48€
914	2016	07.02.99	ESB92828128	RECFER – Recursos Ferroviários, SL	Avaliação Comptb. do Material Circulante	3.760,11€
915	2017	07.02.99	CHE101634283	SPENO INTERNATIONAL SA	Serviços operacionais	198,78€
916	2016	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
917	2016	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
918	2016	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
919	2018	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
920	2019	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
921	2019	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
922	2020	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
923	2021	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
924	2022	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
925	2023	07.03.99	PT502029110	UNIFAC-IND, COM. PARTICIPAÇÕES, SA	Concessões diversas	18,11€
926	2024	07.02.99	PT504269313	O SOM E A FÚRIA	Serviços operacionais – DRF	295,20€
927	2024	07.02.99	PT504269313	O SOM E A FÚRIA	Serviços operacionais – DRF	295,20€
928	2017	04.02.04	PT213875845	Liliana Cristina Fernandes	Taxas	140,00€
929	2017	07.02.99	PT508940702	Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Serviços operacionais	11.915,44€
930	2024	08.01.99	PT217608990	NUNO MIGUEL VAZ SANTOS	Exame de qualificação	123,00€
931	2021	07.03.99	PT507426517	CASA BRANCA TRANSPORTE, LDA	Parcela Estacionamento T.M.Bobadela	146,37€
932	2017	07.02.99	PT510148441	DONA URRACA DO JET 7, LDA	Serviços Operacionais	147,60€
933	2017	07.02.99	PT510148441	DONA URRACA DO JET 7, LDA	Serviços Operacionais	1.001,56€
934	2017	04.02.04	PT212682172	Marco Alfredo Soares Jorge	Coimas - Receita IP	150,00€
935	2018	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	1.612,50€
936	2018	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	3.923,41€
937	2019	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	3.969,90€
				Efacec Power Solutions	Utilização de PN - Privada	

938	2020	07.02.99	PT513180966	[illegible] SGPS, S.A.	[illegible]	3.968,61€
939	2021	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	3.968,61€
940	2022	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	4.018,22€
941	2023	07.02.99	PT513180966	Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.	Utilização de PN - Privada	4.344,50€
942	2024	04.02.04	PT514750901	Siemens Mobility	Penalidades	474,66€
943	2024	04.02.04	PT514750901	Siemens Mobility	Penalidades	1.110,46€
944	2019	08.01.99	PT160745578	Avelino José Botelho Grijó	8704454 Insuficiência de Crédito	20,44€
945	2019	08.01.99	PT106319787	Maria do Céu Azevedo da Costa	Reemb. Despesas por Conta de Terceiros	1.750,00€
946	2019	08.01.99	PT208539786	Tânia Filipa Alves Rodrigues Ning	Insuficiência de Crédito	48,45€
947	2024	07.02.08	PT298273349	GONÇALO CARDOSO DOS REIS	298273349 Infantário	80,00€
948	2024	07.02.08	PT298273756	MADALENA CARDOSO DOS REIS	298273756 Infantário	80,00€
949	2021	07.02.99	PT503539384	Vialsil - Construção	Serviços operacionais – DRF	5.891,70€
950	2019	07.02.01	PT506999122	Andrade e Ramos, Lda.	Mão de obra/Equipa IP	8.195,79€
951	2020	07.02.01	PT506999122	Andrade e Ramos, Lda.	Mão de obra/Equipa IP	1.961,92€
952	2024	07.02.99	PT510676340	DSTRAINRAIL, S.A	Serviços operacionais – DRF	590,40€
953	2024	04.02.04	PT980647541	CONTRATAS Y VENTAS, S.A.U	Penalidades	7.188,04€
954	2024	08.01.99	PT980647541	CONTRATAS Y VENTAS, S.A.U	Exames de qualificação	369,00€
955	2020	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
956	2020	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
957	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
958	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
959	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
960	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
961	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	375,00€
962	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
963	2021	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	750,00€
964	2022	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
965	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
966	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
967	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
968	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
969	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
970	2023	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	759,38€
971	2024	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	1.095,48€
972	2024	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	1.095,48€
973	2024	07.03.01	PT509816576	CECHAP-Assoc. de Estudos de Cultura	Renda de Edifícios	1.095,48€
974	2020	07.02.99	PT154993727	Fernando Henrique Correia Oliveira	8504102 Regularização de Vencimentos	16,02€
975	2020	07.02.99	PT104811943	António Joaquim Marques Croca	7433915 Regularização de Vencimentos	305,78€
976	2023	07.03.01	PT510838170	União de Freguesias	Concessão Utilização de Edifícios	615,00€
977	2023	07.03.01	PT510838170	União de Freguesias	Concessão Utilização de Edifícios	615,00€

978	2023	07.03.01	PT510838170	União de Freguesias	Concessão Utilização de Edifícios	622,69€
979	2024	07.03.01	PT510838170	União de Freguesias	Concessão Utilização de Edifícios	622,69€
980	2020	08.01.99	PT181039591	Carlos Alberto Ferreira dos Santos	Reembolsos de danos ao Estado	2.075,94€
981	2020	04.02.04	PT254220215	Ricardo Miguel Teixeira Rodrigues	Coimas - Receita do Estado	200,00€
982	2021	04.02.04	PT254220215	Ricardo Miguel Teixeira Rodrigues	Coimas - Receita IP	400,00€
983	2020	08.01.99	PT213253925	Carla Alexandra Martins Fernandes	1001338 Insuficiência de Crédito	648,82€
984	2024	07.02.99	PT180248847	ANTÓNIO SOARES OLIVEIRA C	Utilização de PN - Privada	125,81€
985	2021	08.01.99	PT203199057	Luís Manuel Paulino Mendes	9509423 Insuficiência de Crédito	4.224,16€
986	2022	07.01.06	PT220419078	João Paulo Mota	Recursos Florestais - Taxa Reduzida	136,50€
987	2022	13.01.99	PT161850472	José Ernesto Lopes Ramos	7518996 Regularização de Vencimentos,	7,31€
988	2022	09.01.01	PT134302729	Pedro Manuel Poças Vicente da Rosa	VENDA DE IMÓVEL	4.500,00€
989	2023	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	45,50€
990	2023	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	26,00€
991	2023	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	31,98€
992	2023	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	63,96€
993	2024	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	63,96€
994	2024	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Movimentação de Contentores	63,96€
995	2024	07.02.99	PT501089454	EUROATLA	Verificação	31,37€
996	2022	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	17,00€
997	2022	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	17,00€
998	2023	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	19,00€
999	2023	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	8.885,50€
1000	2023	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	38,00€
1001	2023	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	19,00€
1002	2023	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Movimentação de Contentores	19,00€
1003	2024	07.02.99	CN91310000132933273	COSCO SHIPPING CO., LTD.	Outros Serviços	421,50€
1004	2022	07.02.99	PT501189696	TER-TIR-Terminais De Portugal, S.A.	Serviços Operacionais	3.580,90€
1005	2022	08.01.99	PT238197077	Davide Jorge Paulino Fraústo	5004460 Insuficiência de Crédito	45,58€
1006	2024	07.02.08	PT307474640	MARIA CAROLINA ELISÉBIDI	valor da mensalidade	344,00€
1007	2022	07.02.99	PT500010692	Agencia Maritima Euronave	Parqueamento de Contentor	50,92€
1008	2022	08.01.99	PT228789230	Rita Maria Ferreira Domingues	5003355 Insuficiência de Crédito	106,25€
1009	2024	08.01.99	PT516222201	DIGI PORTUGAL, LDA	EXAMES DE QUALIFICAÇÃO	492,00€
1010	2023	07.02.99	DE815831362	DIAMOND LINE GMBH	Movimentação de Contentores	78,00€
1011	2022	08.01.99	PT506636208	Constragraço - Cnstruções Civis	Imposto de Selo	37,00€
1012	2022	08.01.99	PT506636208	Constragraço - Cnstruções Civis	Precatório cheque	5,77€
1013	2023	08.01.99	PT506636208	Constragraço - Cnstruções Civis	Ressarcimento	19.234,00€
1014	2024	07.02.08	PT311804586	GONÇALO MANUEL POÇO ROSA	Valor da mensalidade	175,00€
1015	2023	08.01.99	PT228287898	Ivo Alexandre Baptista Romeiro	5002548 Insuficiência de Crédito	99,75€
1016	2023	07.02.99	PT503612618	Edircop-Sociedade de Construção,Lda	Serviços operacionais – DRF	2.883,87€
1017	2023	07.02.99	PT502381051	Serralharia Carioca, Lda	Serviços operacionais – DRR	30,75€
1018	2024	04.02.04	PT173144721	JOSÉ MANUEL DA FONSECA GA	Custas de processo.	1.602,00€
1019	2023	08.01.99	PT505505959	PENDIL, ENGENHARIA, LDA	Imposto de Selo	9,36€
1020	2023	08.01.99	PT195309499	ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES MO	4006227 Insuficiência de Crédito	1.366,06€
1021	2023	04.02.99	PT980448492	VAE GMBH - SUCURSAL EM PO	Penalidades	33.965,26€
1022	2023	04.02.99	PT980448492	VAE GMBH - SUCURSAL EM PO	Penalidades	26.578,67€
1023	2024	08.01.99	PT218584288	ELRICO ANDRÉ DA COSTA OLI	Reembolsos de danos ao Estado	72,43€

1024	2024	08.01.99	PT513770267	TUU - BUILDINGDESIGN	Exame de qualificação	123,00€
1025	2024	07.02.99	PT506717801	IMORCOVIA, S.A	PN particular - Linha do Douro km 164	585,11€
1026	2024	07.02.99	PT506717801	IMORCOVIA, S.A	PN particular - Linha do Douro km 164	585,11€
1027	2024	07.02.99	PT506717801	IMORCOVIA, S.A	PN particular - Linha do Douro km 164	585,11€
1028	2024	09.01.01	PT507610989	FREGUESIA DE SÃO MIGUEL D	ECV	400,00€
1029	2024	08.01.99	PT161084885	ZEFERINO DIAS PEREIRA	Juros de mora recebidos	3.781,32€
1030	2024	07.02.99	PT503859419	FREITAS & CARDOSO-CONSTRU	Serviços operacionais – DRR	304,04€
1031	2024	08.01.99	PT515415944	DECADIGNITION LDA	EXAMES DE QUALIFICAÇÃO	615,00€
1032	2024	08.01.99	PT203741633	PAULO SÉRGIO LOPES JOÃ O	9500026 Insuficiência de Crédito	450,30€
1033	2024	04.02.04	PT517635194	SOMEFER, A.C.E	Penalidades	1.500,00€
1034	2024	08.01.99	PT210993235	HUGO MIGUEL ALVES DOS SAN	Exame de qualificação	123,00€
1035	2024	08.01.99	PT513873953	LUSO MOREIRA II LDA	Exames de qualificação	492,00€
1036	2024	08.01.99	PT264885473	KAICUE MENEZES VIANA	Exame de qualificação	123,00€
1037	2024	08.01.99	PT500510083	EDIFICADORA LUZ & ALVES,	Imposto de Selo	3,44€
1038	2024	07.02.08	PT325289913	FRANCISCO POÇO ROSA	781639003 - Infantarios,Cantinas,Bares	157,50€
1039	2024	08.01.99	PT231670362	ALÍCIA JORGE VAZ PEREIRA	5009774 Insuficiência de Crédito	148,20€
1040	2012	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	SAux Inst Op Estações 9a31 dez2012	16.449,22€
1041	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Serv Aux-Inst Oper Est jan2013	22.170,66€
1042	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Serv Aux-Inst Oper Est fev2013	22.170,66€
1043	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Serv Aux-Inst Oper Est mar2013	22.170,66€
1044	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais em Estações	22.170,66€
1045	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais em Estações	22.170,66€
1046	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações jun13	22.170,66€
1047	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações jul13	22.170,66€
1048	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações ago13	22.170,66€
1049	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações set13	22.170,66€
1050	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações out13	22.170,66€
1051	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações nov13	22.170,66€
1052	2013	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações dez13	22.170,66€
1053	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Instalações Op. Estações	2.409,94€
1054	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Instalações Op. Estações	5.746,77€
1055	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Instalações Op. Estações	5.746,77€
1056	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Instalações Op. Estações	5.746,77€
1057	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Inst. Op. Estações - jul14	5.746,77€
1058	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Inst. Op. Estações - ago14	5.746,77€
1059	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Inst. Op. Estações - set14	5.746,77€
1060	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Protocolo - Inst. Op. Estações - out14	5.746,77€
1061	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações	6.887,43€
				CP - Comboios de Portugal	Plan. Inst. Op. Estações -	

1062	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	1a13dez14	9.297,37€
1063	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações	12.873,29€
1064	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - 14a31dez14	13.312,55€
1065	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações	16.423,89€
1066	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações	16.423,89€
1067	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações	16.423,89€
1068	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operac. Estações - jul14	16.423,89€
1069	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operac. Estações - ago14	16.423,89€
1070	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operac. Estações - set14	16.423,89€
1071	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operac. Estações - out14	16.423,89€
1072	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações jan14	22.170,66€
1073	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Instalações Operacionais Estações fev14	22.170,66€
1074	2014	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Instalações Op. estações - nov14	22.170,66€
1075	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - 1a12 dez15	8.749,96€
1076	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - 13a31 dez15	19.565,33€
1077	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jul15	22.604,05€
1078	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - ago15	22.604,05€
1079	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - set15	22.604,05€
1080	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - out15	22.604,05€
1081	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - nov15	22.604,05€
1082	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - mai15	22.614,24€
1083	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jun15	22.614,24€
1084	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jan15	22.927,16€
1085	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - fev15	22.927,16€
1086	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - mar15	22.927,16€
1087	2015	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - abr15	22.927,16€
1088	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Reparação catenária 06-08-2016	1.909,12€
1089	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - set16	31.725,70€
1090	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - set16	31.725,70€
1091	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jan16	31.922,37€
1092	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - fev16	31.922,37€
1093	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - mar16	31.922,37€
1094	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - abr16	31.922,37€
1095	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - mai16	31.922,37€
1096	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jun16	31.922,37€
1097	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - jul16	31.922,37€

1098	2016	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - ago16	31.922,37€
1099	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Serviços operacionais	3.288,38€
1100	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - 1a10 dez16	10.234,04€
1101	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - 11a31 dez16	16.066,16€
1102	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-jan17	23.716,64€
1103	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-fev17	23.716,64€
1104	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-mar17	23.716,64€
1105	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-abr17	23.716,64€
1106	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-mai17	23.716,64€
1107	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-jun17	23.716,64€
1108	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-jul17	23.716,64€
1109	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-ago17	23.716,64€
1110	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-set17	23.716,64€
1111	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-out17	23.716,64€
1112	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-nov17	23.716,64€
1113	2017	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações - nov16	31.725,70€
1114	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- 1a8 dez18	6.219,84€
1115	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- 9a31 dez18	18.201,36€
1116	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-10a31dez17	23.990,04€
1117	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-jan18	24.101,75€
1118	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-fev18	24.101,75€
1119	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-mar18	24.101,75€
1120	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-abr18	24.101,75€
1121	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-mai18	24.101,75€
1122	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp. Inst. Op. Estações-jun18	24.101,75€
1123	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-jul18	24.101,75€
1124	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-ago18	24.101,75€
1125	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-set18	24.101,75€
1126	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-out18	24.101,75€
1127	2018	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-nov18	24.101,75€
1128	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações-15a31dez19	9.752,92€
1129	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- 1a14dez19	9.894,77€
1130	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- nov19	21.909,87€
1131	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- out19	21.994,00€
1132	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- set19	23.613,98€

1133	2019	07.02.99	PT500498601	[illegible] E.P.E	[illegible]	23.636,12€
1134	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- jul19	23.658,98€
1135	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- jun19	23.914,72€
1136	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- mai19	23.964,55€
1137	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- abr19	24.027,28€
1138	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- mar19	24.070,13€
1139	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- jan19	24.532,36€
1140	2019	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- fev19	24.532,36€
1141	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações 13a31dez20	11.783,15€
1142	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações nov20	12.674,66€
1143	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações out20	14.670,64€
1144	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações ago20	15.187,72€
1145	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações set20	15.187,72€
1146	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jul20	15.529,77€
1147	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- abr20	16.695,96€
1148	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- mai20	16.695,96€
1149	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jun20	16.695,96€
1150	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- mar20	17.190,11€
1151	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- jan20	17.784,79€
1152	2020	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações- fev20	17.784,79€
1153	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações 12a31dez21	6.838,87€
1154	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações nov21	6.793,11€
1155	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações out21	8.069,96€
1156	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações set21	8.673,66€
1157	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações ago21	8.791,49€
1158	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações mai21	9.562,79€
1159	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jun21	8.904,47€
1160	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jul21	8.800,10€
1161	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações mar21	10.966,42€
1162	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações abr21	10.700,01€
1163	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jan21	11.005,95€
1164	2021	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações fev21	11.005,95€
1165	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações ago22	666,38€
1166	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jul22	666,37€
1167	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jun22	1.380,25€
1168	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações mai22	3.908,96€

1169	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações abr22	3.933,03€
1170	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações mar22	5.836,52€
1171	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações fev22	6.186,16€
1172	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações jan22	6.326,76€
1173	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações 11a31dez22	669,58€
1174	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações nov22	666,38€
1175	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações out22	666,38€
1176	2022	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Disp Inst Op Estações set22	666,38€
1177	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jan23	519,86€
1178	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - fev23	519,86€
1179	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - mar23	519,86€
1180	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - abr23	519,86€
1181	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	UI_CP Marchas 11a31dez22	26,41€
1182	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	UI_CP Internacional 11a31dez22	679,51€
1183	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - mai23	519,86€
1184	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jun23	519,86€
1185	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jul23	519,86€
1186	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - ago23	519,86€
1187	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	CPNU - Regional mai23 ND	706,06€
1188	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - set23	519,86€
1189	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - out23	519,86€
1190	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - nov23	519,86€
1191	2023	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - 10a31 dez23	537,63€
1192	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jan24	544,91€
1193	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - fev24	544,91€
1194	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - mar24	544,91€
1195	2024	04.02.01	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Juros de mora	211.149,03€
1196	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - abr24	544,91€
1197	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - mai24	544,91€
1198	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jun24	544,91€
1199	2024	04.02.01	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Juros de mora	282.240,26€
1200	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - jul24	544,91€
1201	2024	07.02.99	PT500498601	CP - Comboios de Portugal, E.P.E	Faro - ago24	544,91€
1202	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1203	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNU Marchas ago23	27.261,08€
				MEDWAY - Operador	Serviços administrativos set23	

1204	2023	07.02.99	PT509017800	Ferroviário de		2.028,96€
1205	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso set23	275,34€
1206	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1207	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY ago23	1.487,96€
1208	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY set23	85.176,91€
1209	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Longa Duração set23	10.653,29€
1210	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas set23	546.498,47€
1211	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas set23	23.215,29€
1212	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS mai23	44.881,29€
1213	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS jun23	41.278,94€
1214	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA mai23	1.236,06€
1215	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA jun23	910,47€
1216	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO mai23	1.107,16€
1217	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO jun23	890,65€
1218	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES mai23	1.455,31€
1219	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES jun23	1.374,72€
1220	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO mai23	53.773,74€
1221	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO jun23	51.142,39€
1222	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémmai23	53.045,74€
1223	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémjun23	55.104,75€
1224	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES mai23	1.547,74€
1225	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES jun23	1.248,62€
1226	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO mai23	5.029,22€
1227	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO jun23	3.853,72€
1228	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Verificação	31,37€
1229	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS set23	186.492,42€
1230	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES set23	6.320,94€
1231	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO set23	224.824,16€
1232	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO set23	20.221,33€
1233	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO fev 2023	10.746,08€
1234	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA abr23	865,78€
1235	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES abr23	1.089,64€
1236	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO abr23	39.006,50€
1237	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES abr23	1.158,06€
1238	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos out23	2.028,96€
1239	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso out23	275,34€

1240	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO set 2023	37.295,91€
1241	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Mercadorias mar23	475,64€
1242	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas set23-ND	636,59€
1243	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas ago23-ND	2.387,65€
1244	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas jul23-ND	1.694,57€
1245	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Mercadorias mai23-ND	274,57€
1246	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Mercadorias fev23-ND	597,85€
1247	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Mercadorias abr23-ND	138,94€
1248	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas out23-ND	1.263,92€
1249	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Mercadorias jan23 - duplicação	371,00€
1250	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY out23	94.548,02€
1251	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Curta Duração out23	10.620,32€
1252	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas out23	25.221,97€
1253	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas out23	591.875,83€
1254	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS out23	59.252,54€
1255	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA out23	1.732,80€
1256	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRMO out23	1.348,51€
1257	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES out23	1.991,50€
1258	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO out23	71.383,01€
1259	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO out23	6.961,45€
1260	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS abr23	32.774,21€
1261	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRMO abr23	684,47€
1262	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémabr23	37.678,10€
1263	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO abr23	3.764,34€
1264	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços Operacionais	131,44€
1265	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso nov23	275,34€
1266	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos nov23	2.028,96€
1267	2023	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Concessões diversas	6.075,72€
1268	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1269	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas nov23	583.089,02€
1270	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra orçamentada nov23	10.613,03€
1271	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNJ Marchas nov23	35.121,36€
1272	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY nov23	88.127,58€
1273	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Movimentação de Contentores	1.119,30€
1274	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY 1a9 dez23	27.846,19€
				MEDWAY - Operador	UI_Marchas 1a9dez23	

1275	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	[illegible]	149.488,07€
1276	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra orçamentada dez23	2.021,53€
1277	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNU Marchas dez23	4.987,31€
1278	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO out 2023	9.865,16€
1279	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Verificação	31,37€
1280	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS nov23	61.129,06€
1281	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO nov23	73.212,55€
1282	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO nov23	1.374,50€
1283	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO nov23	10.971,00€
1284	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA nov23	1.677,83€
1285	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES nov23	1.911,31€
1286	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos 10a31dez23	2.146,87€
1287	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Parquearmento de Contentor	3.355,81€
1288	2023	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1289	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Verificação	31,37€
1290	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém jul23	68.264,05€
1291	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém set23	68.856,74€
1292	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES set23	2.215,30€
1293	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES out23	2.144,12€
1294	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES nov23	2.038,30€
1295	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES jul23	2.016,46€
1296	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES ago23	2.498,96€
1297	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento MEDWAY 10a31 dez23	74.097,47€
1298	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Longa Duração 10 a 31 dez23	11.490,16€
1299	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CRNU Marchas 10 a 31 dez23	52.536,33€
1300	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas 10a31dez23	415.028,05€
1301	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém ago23	80.368,06€
1302	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém out23	66.457,36€
1303	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém nov23	67.474,15€
1304	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Verificação	31,37€
1305	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso jan24	286,53€
1306	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos jan24	2.195,11€
1307	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1308	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1309	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1310	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€

1311	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1312	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1313	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1314	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1315	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1316	2024	07.03.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Licença Precária T.F.Praias Sado	1.921,08€
1317	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas 10 a 31 dez23 - ND	1.460,33€
1318	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO dez23	4,18€
1319	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Parqueamento de Contentor	1.094,70€
1320	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Longa Duração jan24	15.511,19€
1321	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway jan24	101.653,26€
1322	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas jan24	640.096,22€
1323	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas jan24	77.462,12€
1324	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Movimentação de Contentores	5.156,90€
1325	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS dez23	60.144,67€
1326	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA dez23	1.692,40€
1327	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRMO dez23	1.385,32€
1328	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES dez23	1.974,07€
1329	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO dez23	72.410,45€
1330	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém dez23	57.817,18€
1331	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES dez23	2.041,54€
1332	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO nov23	6.777,26€
1333	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO dez23	6.777,26€
1334	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	325,89€
1335	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos fev24	2.195,11€
1336	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1337	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Movimentação de Contentores	5.212,74€
1338	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Longa Duração	16.249,37€
1339	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway fev24	86.422,24€
1340	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas fev24	48.861,52€
1341	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas fev24	652.165,38€
1342	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos mar24	2.195,11€
1343	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	365,24€
1344	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1345	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Cadência Energia BT	42.068,37€
				MEDWAY - Operador	Parqueamento de Contentor	

1346	2024	07.02.99	PT509017800	Ferroviário de		8.521,81€
1347	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra orçamentada (sáb)	16.469,70€
1348	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas mar24	691.987,84€
1349	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway mar24	91.443,80€
1350	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS jan24	39.212,06€
1351	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA jan24	1.170,09€
1352	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES jan24	1.312,67€
1353	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO jan24	47.490,76€
1354	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémjan24	40.172,88€
1355	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES jan24	1.220,16€
1356	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO jan24	4.623,16€
1357	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas mar24	51.424,26€
1358	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO jan24	5.524,95€
1359	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO jan24	950,35€
1360	2024	04.02.01	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	2º semestre 2023	231.957,76€
1361	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos abr24	2.195,11€
1362	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	365,24€
1363	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS fev24	38.865,01€
1364	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS mar24	40.600,30€
1365	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA fev24	1.227,71€
1366	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA mar24	1.279,46€
1367	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO fev24	937,89€
1368	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO mar24	970,01€
1369	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES fev24	1.330,10€
1370	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES mar24	1.458,88€
1371	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO fev24	45.910,57€
1372	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO mar24	47.922,78€
1373	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémfev24	41.909,54€
1374	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém mar24	41.771,26€
1375	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES fev24	1.206,12€
1376	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES mar24	1.368,24€
1377	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO fev24	4.792,21€
1378	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO mar24	4.982,09€
1379	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1380	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Mercadorias fev24	445,97€
1381	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO fev24	7.208,43€

1382	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Parqueamento de Contentor	6.307,69€
1383	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas abr24	621.751,33€
1384	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas abr24	33.222,45€
1385	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra Curta Duração	17.005,73€
1386	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway abr24	87.076,59€
1387	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	365,24€
1388	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos mai24	2.195,11€
1389	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1390	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Movimentação de Contentores	6.611,25€
1391	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Limpeza de areia da Via - Louriçal	358.786,57€
1392	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway mai24	87.170,85€
1393	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas mai24	685.957,32€
1394	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra orçamentada (sáb)	16.976,46€
1395	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS mai24	43.440,91€
1396	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA mai24	1.304,32€
1397	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO mai24	986,11€
1398	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES mai24	1.520,82€
1399	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS abr24	39.112,08€
1400	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA abr24	1.032,88€
1401	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO abr24	922,65€
1402	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES abr24	1.402,78€
1403	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO abr24	45.334,29€
1404	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTE NOVO mai24	50.864,51€
1405	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém mai24	44.420,92€
1406	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos jun24	2.195,11€
1407	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES mai24	1.408,24€
1408	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacém abr24	38.764,67€
1409	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES abr24	1.335,63€
1410	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO abr24	4.171,34€
1411	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	365,24€
1412	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas mai24	33.591,51€
1413	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1414	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO mai24	5.141,31€
1415	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra orçamentada (sáb)	15.709,56€
1416	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas jun24	30.164,74€
				MEDWAY - Operador	UI_Marchas jun24	

1417	2024	07.02.99	PT509017800	Ferroviário de		688.754,40€
1418	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway jun24	83.973,60€
1419	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Parqueamento contentor vazio	11.247,49€
1420	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos jul24	2.195,11€
1421	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	357,93€
1422	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1423	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Mercadorias dez23-ND	182,77€
1424	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	UI_Marchas jul24	732.717,48€
1425	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	CPNJ Marchas jul24	45.891,07€
1426	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Manobra por Orçamento 3 turnos jul24	18.562,84€
1427	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Parqueamento de Contentor	9.638,90€
1428	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Estacionamento Medway jul24	85.344,55€
1429	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO mar24	6.211,02€
1430	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO abr24	7.175,15€
1431	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FOGUETEIRO mai24	7.130,63€
1432	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração ERMIDAS jun24	42.946,64€
1433	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração FATELA jun24	1.250,86€
1434	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração IRIVO jun24	951,98€
1435	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração LUZIANES jun24	1.535,67€
1436	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração MONTENOVO jun24	51.900,78€
1437	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração Sant. Cacémjun24	44.978,81€
1438	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração TUNES jun24	1.491,56€
1439	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	EnergiaTração RODÃO jun24	4.892,11€
1440	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Acordo 20-2020 Vilar Formoso 1ºAd	344,65€
1441	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Serviços administrativos ago24	2.195,11€
1442	2024	07.02.99	PT509017800	MEDWAY - Operador Ferroviário de	Ocupação de espaços - Terminal Bobadela	2.069,32€
1443	2016	08.01.99	PT500140022	ISQ - Inst. de Sold. e Qualidade	Imposto de Selo	46,43€
1444	2022	07.03.99	PT500055165	CARNEIRO CAMPOS & Cª LDA	Parcela Terreno Leça do Bálio	2,21€
1445	2011	07.02.99	PT506236056	Logistel, SA	Acompanhamento de Estágio - Logistel	3.350,59€
1446	2024	07.02.99	PT901795879	Herdeiros de Manuel Francisco Moura	Utilização de PN - Privada	240,15€
1447	2023	07.02.99	PT157137090	José Carneiro Fernandes	Utilização de PN - Privada	48,37€
1448	2024	07.02.99	PT114795657	FERNANDA ALVES MOTA DA SI	Utilização de PN - Privada	126,04€
1449	2023	07.02.99	PT980494605	GMF- Railway Maintenance Services	Serviços consultoria – DSS	3.638,34€
1450	2024	07.02.99	PT980494605	GMF-GESTION DE MAQUINARIA	Serviços consultoria – DSS	4.995,03€
1451	2024	07.02.99	PT980494605	GMF-GESTION DE MAQUINARIA	Serviços consultoria – DSS	3.382,50€
1452	2024	07.02.99	PT980494605	GMF-GESTION DE MAQUINARIA	Serviços consultoria – DSS	2.621,13€

1453	2024	07.02.99	PT980494605	GMF-GESTION DE MAQUINARIA	Serviços consultoria – DSS	2.698,62€
1454	2024	07.02.99	PT980494605	GMF-GESTION DE MAQUINARIA	Serviços consultoria – DSS	3.976,59€
1455	2023	07.02.99	PT509475922	Aromas das Buganvilias Produção	Utilização de PN - Privada	2.181,28€
1456	2024	07.02.99	PT509475922	Aromas das Buganvilias Produção	Utilização de PN - Privada	2.274,42€
1457	2015	07.02.01	ESA06266282	BA Vidrio, SAL	Factura:13001212-GFI	8,78€
1458	2015	07.02.01	ESB33987173	Viatrucks Vehículos Industriales	Factura:13003963-GFI	32,34€
1459	2015	07.02.01	ESB81388662	Durit Soc. Iberica de Metal	Factura:13003964-GFI	32,16€
1460	2015	07.02.01	ESB84049576	2Q SPAIN, S.L.U.	Factura:13003130-GFI	4,76€
1461	2015	07.02.01	ESB14460463	MACRAL GLOBAL GROUP S.L.	Factura:13004472-GFI	77,95€
1462	2015	07.02.99	FR14433677721	SAS MICHELIN TRAVEL PARTNER	Factura:12000668-DDN	307,50€
1463	2015	07.02.01	FR11500638275	SARL, SARP	Factura:13001213-GFI	19,30€
1464	2015	07.03.01	PT102626316	Amélia Jesus Lagarto Pires	Factura:15000681-UDI	1,40€
1465	2015	07.03.01	PT102626316	Amélia Jesus Lagarto Pires	Factura:15000682-UDI	1,40€
1466	2015	07.03.01	PT102626316	Amélia Jesus Lagarto Pires	Factura:14004252-UDI	1,41€
1467	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:14004147-UDI	3,81€
1468	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:13006699-UDI	4,38€
1469	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Nota de Débito:2007220091-GFA	3,49€
1470	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Nota de Débito:10000158-GFA	3,49€
1471	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Nota de Débito:10000778-UDI	3,49€
1472	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15001220-UDI	3,77€
1473	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15001682-UDI	3,77€
1474	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15002191-UDI	3,77€
1475	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15002725-UDI	3,77€
1476	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15003045-UDI	3,77€
1477	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15003332-UDI	3,77€
1478	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15003638-UDI	3,77€
1479	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15004115-UDI	3,77€
1480	2015	07.02.99	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Factura:15004677-UDI	3,77€
1481	2016	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1482	2017	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1483	2018	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1484	2019	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1485	2019	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1486	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1487	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1488	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1489	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1490	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1491	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€

1492	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1493	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1494	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1495	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1496	2020	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1497	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1498	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1499	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1500	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1501	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1502	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1503	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1504	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1505	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1506	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1507	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1508	2021	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1509	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1510	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1511	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1512	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1513	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1514	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1515	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1516	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1517	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1518	2022	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1519	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1520	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1521	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1522	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1523	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1524	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1525	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1526	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€

1527	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1528	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1529	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1530	2023	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1531	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1532	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1533	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1534	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1535	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1536	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1537	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1538	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1539	2024	07.03.01	PT145412407	Esmeralda Maria Gouveia Santos	Renda de Edifícios	3,77€
1540	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:14004167-UDI	2,37€
1541	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:2007220223-GFA	2,49€
1542	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:11000494-UDI	2,50€
1543	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:11000585-UDI	2,50€
1544	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:11000724-UDI	2,50€
1545	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:12000648-UDI	2,58€
1546	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:12001492-UDI	2,58€
1547	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:12001633-UDI	2,58€
1548	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Nota de Débito:12001787-UDI	2,67€
1549	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13000719-UDI	2,67€
1550	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13001750-UDI	2,67€
1551	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13002666-UDI	2,67€
1552	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13003176-UDI	2,67€
1553	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13003665-UDI	2,67€
1554	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13004200-UDI	2,67€
1555	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13004668-UDI	2,67€
1556	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13005163-UDI	2,67€
1557	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13005513-UDI	2,67€
1558	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13005927-UDI	2,67€
1559	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:13006433-UDI	2,67€
1560	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:14001067-UDI	2,70€
1561	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:14002221-UDI	2,70€
1562	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:14002819-UDI	2,70€
1563	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:14003305-UDI	2,70€
1564	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15001683-UDI	2,70€
1565	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15002192-UDI	2,70€
1566	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15002726-UDI	2,70€
1567	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15003050-UDI	2,70€
1568	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15003334-UDI	2,70€
1569	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15003639-UDI	2,70€
1570	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15004119-UDI	2,70€
1571	2015	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Factura:15004678-UDI	2,70€
1572	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1573	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1574	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1575	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1576	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1577	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1578	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1579	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1580	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€
1581	2016	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edifícios	2,70€

1582	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1583	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1584	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1585	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1586	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1587	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1588	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1589	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1590	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1591	2017	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1592	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1593	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1594	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1595	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1596	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1597	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1598	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1599	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1600	2018	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1601	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1602	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1603	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1604	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1605	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1606	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1607	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1608	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1609	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1610	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1611	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1612	2019	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1613	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1614	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1615	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1616	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1617	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1618	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1619	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1620	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1621	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1622	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1623	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1624	2020	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1625	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1626	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1627	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1628	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1629	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1630	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1631	2021	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1632	2022	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1633	2022	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1634	2022	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1635	2022	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1636	2022	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1637	2023	07.03.01	PT193698994	Georgete Iria Peixoto	Renda de Edificios	2,70€
1638	2015	07.02.01	PT117321419	Vitor Manuel Ivares Antunes	Nota de Débito:2005190092-GR	17,00€
1639	2015	07.02.01	PT117321419	Vitor Manuel Ivares Antunes	Nota de Débito:2005190093-GR	17,00€
1640	2015	07.02.01	PT117321419	Vitor Manuel Ivares Antunes	Nota de Débito:2005190094-GR	17,00€
1641	2015	07.02.99	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edificios	22,63€
1642	2015	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Factura:13006696-UDI	22,63€
1643	2015	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Factura:14004143-UDI	22,86€
1644	2016	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edificios	22,63€

1645	2017	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1646	2018	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1647	2019	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1648	2020	08.01.99	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1649	2021	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1650	2021	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1651	2023	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1652	2023	07.03.01	PT128186429	Aurora Fernandes Fortunato	Renda de Edifícios	22,63€
1653	2015	07.02.99	PT143811894	Perpétua Conceição S. Sanches	Nota de Débito:2006220099-GPA	17,00€
1654	2015	08.01.99	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Renda de Edifícios	22,63€
1655	2015	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Nota de Débito:11001190-UDI	21,68€
1656	2015	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Nota de Débito:12001795-UDI	22,41€
1657	2015	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Factura:13006698-UDI	22,63€
1658	2015	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Factura:14004145-UDI	22,86€
1659	2016	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1660	2017	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1661	2018	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1662	2019	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1663	2020	08.01.99	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1664	2021	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1665	2022	07.03.01	PT106594079	Emília Felícia do Carmo	Centros de Formação	22,63€
1666	2015	07.02.99	PT179433172	Maria Ermelinda Oliveira Tavares	Nota de Débito:2006220105-GPA	17,00€
1667	2022	08.01.99	PT501379959	Betorminho - Sociedade de	Imposto de Selo	2,79€
1668	2022	08.01.99	PT501379959	Betorminho - Sociedade de	Precatório Cheque	5,77€
1669	2015	08.01.99	PT503847933	TOPBET - Trab. Obras Púb. e	Factura:2009250011-GRH	942,30€
1670	2015	07.03.01	PT138308799	Pedro Rasteiro Nogueira	Nota de Débito:2006220279-GPA	0,75€
1671	2015	08.01.99	PT900269170	Comissão de Festas N.ª S.ª	Nota de Débito:2005160001-DRVCT	256,62€
1672	2015	08.01.99	PT165636017	Vítor José Guimarães	Nota de Débito:2005160035-DRVCT	189,22€
1673	2015	08.01.99	PT137097182	José Fernando Rodrigues	Nota de Débito:2005160038-DRVCT	2.434,60€
1674	2015	08.01.99	PT135965080	MANUEL LOURENÇO DE CALDAS	Nota de Débito:2005160043-DRVCT	143,53€
1675	2015	08.01.99	PT117377570	Joaquim Correia	Nota de Débito:2005160046-DRVCT	3,56€
1676	2015	08.01.99	PT187458405	José Martins	Nota de Débito:2005160048-DRVCT	83,96€
1677	2016	08.01.99	PT502548320	Construções Manuel & Lino, Ld.ª.	Imposto de Selo	15,82€
1678	2017	08.01.99	PT502548320	Construções Manuel & Lino, Ld.ª.	Imposto de Selo	9,54€
1679	2018	08.01.99	PT502548320	Construções Manuel & Lino, Ld.ª.	Imposto de Selo	31,98€
1680	2019	08.01.99	PT503899550	Senpapor - Construções e Obras	Imposto de Selo	0,36€
1681	2015	07.02.01	PT980055563	Inter Partner Assistance, SA	Nota de Débito:10001121-GJR	40,00€
1682	2015	08.01.99	PT501461396	Protecnil - Sociedade Técnica	Factura:14002847-GRH	1.087,71€
1683	2015	08.01.99	PT122835514	Manuel Ribeiro Duarte Basílio	Nota de Débito:12000856-GJR	302,50€
1684	2015	08.01.99	PT502661321	UNA, S.A	Nota de Débito:13000011-GJR	222,02€
1685	2024	08.01.99	PT502661321	UNA, S.A	Reembolsos de danos ao Estado	14.982,64€
1686	2021	08.01.99	PT501906029	ENAQUE - Engenharia e Arquitectura	Imposto de selo	0,08€
1687	2022	08.01.99	PT501906029	ENAQUE - Engenharia e Arquitectura	Imposto de Selo	10,63€
1688	2015	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques	Arredondamento	25,00€

				Rodrigues		
1689	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:2007220220-GFA	142,16€
1690	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1691	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:12001344-UDI	179,90€
1692	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:12001501-UDI	179,90€
1693	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:12001643-UDI	179,90€
1694	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:12001796-UDI	185,10€
1695	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13000728-UDI	185,10€
1696	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13001758-UDI	185,10€
1697	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13002676-UDI	185,10€
1698	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13003185-UDI	185,10€
1699	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13003675-UDI	185,10€
1700	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13004215-UDI	185,10€
1701	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13004677-UDI	185,10€
1702	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13005172-UDI	185,10€
1703	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13005514-UDI	185,10€
1704	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13005928-UDI	185,10€
1705	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13006434-UDI	185,10€
1706	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15003345-UDI	186,00€
1707	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15003647-UDI	186,00€
1708	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15004131-UDI	186,00€
1709	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15004686-UDI	186,00€
1710	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:13006701-UDI	26,59€
1711	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:14000399-UDI	26,59€
1712	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15000672-UDI	26,59€
1713	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15001235-UDI	26,59€
1714	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15001690-UDI	26,59€
1715	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15002735-UDI	26,59€
1716	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15003061-UDI	26,59€
1717	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:15000227-UDI	188,30€
1718	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Factura:14004235-UDI	188,30€
1719	2015	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Nota de Débito:12001202-UDI	379,90€
1720	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Comparticipação em despesas de condomínio	24,99€
1721	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1722	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1723	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€

1724	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1725	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1726	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1727	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1728	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1729	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1730	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1731	2016	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1732	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1733	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1734	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1735	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1736	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1737	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1738	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1739	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1740	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1741	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1742	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1743	2016	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1744	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1745	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1746	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1747	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1748	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1749	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1750	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1751	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1752	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1753	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1754	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1755	2017	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1756	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1757	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1758	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1759	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques	Renda de Edifícios	161,00€

				Rodrigues		
1760	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1761	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1762	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1763	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1764	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1765	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1766	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1767	2017	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1768	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento Isabel Maria Marques Rodrigues	0,01€
1769	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Comparticipação em despesas de condomínio	24,99€
1770	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1771	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1772	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1773	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1774	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1775	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1776	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1777	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1778	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1779	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1780	2018	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1781	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1782	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1783	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1784	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1785	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1786	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1787	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1788	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1789	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1790	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1791	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1792	2018	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1793	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1794	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€

1795	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1796	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1797	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1798	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1799	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1800	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1801	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1802	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1803	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1804	2019	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1805	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1806	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1807	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1808	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1809	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1810	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1811	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1812	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1813	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1814	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1815	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1816	2019	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1817	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1818	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1819	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1820	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1821	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1822	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1823	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1824	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1825	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1826	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1827	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1828	2020	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1829	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1830	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques	Renda de Edifícios	161,00€

				Rodrigues		
1831	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1832	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1833	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1834	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1835	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1836	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1837	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1838	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1839	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1840	2020	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1841	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1842	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1843	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1844	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1845	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1846	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1847	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1848	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1849	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1850	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1851	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1852	2021	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1853	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1854	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1855	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1856	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1857	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1858	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1859	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1860	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1861	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1862	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1863	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1864	2021	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1865	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€

1866	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1867	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1868	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1869	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1870	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1871	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1872	2022	08.01.99	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1873	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1874	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1875	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1876	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1877	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1878	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1879	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1880	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1881	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1882	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1883	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1884	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1885	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1886	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1887	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Renda de Edifícios	161,00€
1888	2022	07.03.01	PT179080377	Isabel Maria Marques Rodrigues	Arredondamento	25,00€
1889	2015	07.03.01	PT211582026	Raulo Alexandre Costa Gomes	Nota de Débito:2007220183-GFA	5,56€
1890	2015	07.03.01	PT138657459	Ana Maria Mendes Ferreira	Factura:13005168-UDI	208,48€
1891	2015	07.03.99	PT500225680	Rádio e Televisão de Portugal, SA	Factura:13006691-UDI	1.429,47€
1892	2022	07.02.99	PT500225680	Rádio e Televisão de Portugal, SA	Informação de Tráfego	7.380,00€
1893	2015	07.02.01	PT504290592	Autoestradas do Atlântico	Nota de Débito:11000432-GR	6.461,02€
1894	2015	04.01.17	PT504360930	ADRIANO BANDEIRA, LDª.	Nota de Débito:12001806-DRLRA	570,00€
1895	2015	08.01.99	PT502896604	PAVIAZEMBS PAVIMENTAÇÕES DE	Factura:12001287-GRH	102,15€
1896	2015	08.01.99	PT502896604	PAVIAZEMBS PAVIMENTAÇÕES DE	Factura:12001128-GRH	323,32€
1897	2015	04.02.04	PT211614653	Rui Manuel Martins Guimarães	Factura:13003279-DRBRG	100,00€
1898	2015	07.02.99	PT176695966	Jorge Guilherme Calado Santos	Factura:2007050025-DRCTB	817,24€
1899	2015	08.01.99	PT146240049	João José Cristóvão de Aguilar	Nota de Débito:2007050081-DRCTB	156,25€
1900	2015	08.01.99	PT208675710	António Eduardo Teixeira Conde	Nota de Débito:2007240219-GJR	1.115,00€
1901	2015	08.01.99	PT158792548	Luís Manuel Coelho Silvestre	Nota de Débito:2007240225-GJR	100,00€
1902	2015	08.01.99	PT185628591	André Alexandre Poeiras da Silva	Nota de Débito:2007240229-GJR	332,69€

1903	2021	04.01.17	PT169508692	António Ferraz da Costa	Anulação NC 2300000054 - 21.12.2020	2.290,83€
1904	2015	08.01.99	PT129843733	José dos Santos Martins	Nota de Débito:12000145-DRGRD	36,34€
1905	2018	08.01.99	PT507023854	HOTURB - Sociedade de Construções,	Imposto de Selo	0,28€
1906	2015	04.01.17	PT506157229	IMOCORI - Imobiliária, Construção	Nota de Débito:12009304-DRVIS	1.422,50€
1907	2015	08.01.99	PT183157249	Estanislau Pereira de Almeida	Nota de Débito:2008240592-GJR	143,77€
1908	2015	07.02.01	PT502011378	Universidade do Minho	Nota de Débito:2008190421-GRI	480,72€
1909	2015	04.01.17	PT120146444	JOSE GONÇALVES RODRIGUES FONSECA	Nota de Débito:10000440-DRVIS	126,22€
1910	2015	07.02.01	PT126749299	Jorge% Maltinha Valadeiro	Factura:10000050-GRA	35.437,50€
1911	2015	07.02.01	PT209917440	Marco Maltez	Nota de Débito:10000915-GRI	20,00€
1912	2015	07.02.01	PT175997160	Natália Costa Campos Advogada	Factura:10000137-GRI	360,00€
1913	2015	07.02.99	PT115162151	Maria Teresa Mateus Teixeira	Factura:10000246-CCCS	3.813,60€
1914	2015	07.02.01	PT137427433	ELVIRA DE JESUS VAZA ALBINO	Nota de Débito:11002360-DRLSB	14.717,97€
1915	2015	04.01.17	PT505892782	ISN - Comércio de Combustíveis	Nota de Débito:10000914-DRAVR	5.449,20€
1916	2015	08.01.99	PT117427381	Guilherme Manuel Feijão	Nota de Débito:10000588-GJR	611,81€
1917	2015	04.01.17	PT505955342	Caetano Auto, S.A.	Factura:71500784-DRPRT	5.802,60€
1918	2015	04.01.17	PT157294080	MANUEL AUGUSTO MARQUES DE OLIVEIRA	Nota de Débito:12001931-DRBRG	11.567,87€
1919	2015	04.01.99	PT228371589	Pedro Miguel da Silva Ribeiro	Nota de Débito:10004518-DRBRG	68,28€
1920	2015	04.01.17	PT218923422	Renato Virgilio Lopes Reis Silva	Nota de Débito:10004569-DRBRG	109,74€
1921	2015	04.01.17	PT203700902	Miguel Alexandre Silva Veloso	Nota de Débito:10004570-DRBRG	866,00€
1922	2015	04.01.17	PT182532429	Manuel de Sousa Gonçalves	Nota de Débito:10004571-DRBRG	3.728,30€
1923	2015	04.02.01	PT502412763	FLUVIUS - IMOBILIÁRIA, LDA	Nota de Débito:12004959-DRBRG	111,70€
1924	2015	07.02.99	PT503009482	Abreu Advogados	Factura:10000481-CCCS	579,35€
1925	2015	04.02.01	PT225455790	Wilson de Jesus Pires	Nota de Débito:11001237-DRAVR	13,63€
1926	2015	04.01.17	PT508936152	Combsforos - Combustíveis, Lda.	Nota de Débito:10006666-DRSTM	1.362,30€
1927	2015	04.01.17	PT113758189	Armando Pinto Caetano	Nota de Débito:12001790-DRPRT	1.040,04€
1928	2015	04.01.17	PT505069903	Penacharma - Gás Aquecimento, Lda.	Nota de Débito:12009146-DRPRT	813,96€
1929	2015	07.02.99	PT157257584	Felícia dos Anjos Vieira de Sousa	Factura:13001266-DRBRG	50,00€
1930	2015	04.02.04	PT237153386	Bruno Miguel Fernandes Sá	Factura:13003283-DRBRG	200,00€
1931	2015	04.02.04	PT237153386	Bruno Miguel Fernandes Sá	Factura:13003284-DRBRG	200,00€
1932	2015	04.01.99	PT167516493	Abraão Pinto Coração de Maria	Nota de Débito:11005400-DRVCT	59,97€
1933	2015	04.01.99	PT507668312	FM Reciclagem, Unipessoal, Lda.	Nota de Débito:11007733-DRSTB	575,15€
1934	2015	04.01.17	PT198486650	Jacinta Rosa Fôr Macieira	Nota de Débito:12001344-DRBGC	455,20€
1935	2015	07.02.01	PT505103800	GINTEGRAL - GESTÃO AMBIENTAL S.A	Factura:13002981-GRI	54.581,52€
1936	2023	08.01.99	PT980427568	EXTRACO CONSTRUCCIONS E PROXECTOS	Exames de qualificação	246,00€
1937	2015	04.02.04	PT172953537	Maria do Céu da Silva Teixeira	Factura:13004343-DRAVR	59,97€
1938	2015	07.02.99	PT101067313	Manuel Dias Ribeiro	Factura:12000528-DRPRT	509,66€
1939	2015	08.01.99	PT503192880	Sociedade Agro-Florestal	Nota de Débito:12000844-GJR	1.476,40€
1940	2015	08.01.99	PT176259228	Manuel António Morgado Coito	Nota de Débito:12000855-GJR	172,90€
1941	2015	08.01.99	PT158666127	Maria Alice Rodrigues Castro	Nota de Débito:12000857-GJR	722,32€
1942	2015	08.01.99	PT228066107	Daniel Cardoso Domingos	Nota de Débito:12001148-GJR	511,52€
1943	2015	07.02.99	PT190259701	ANA PAULA FERREIRA RIBEIRO SANTOS	Nota de Débito:12006877-DRBRG	112,50€
1944	2015	07.02.99	PT207768943	CARLOS FERNANDES BAPTISTA DE MATOS	Nota de Débito:12006977-DRBRG	150,00€

1945	2015	04.01.17	PT129195987	Pedro Manuel Botelho Bandeira Serra	Factura:71302037-DRSTB	5.426,40€
1946	2015	07.02.01	PT184162432	Leonel Marques Mendes	Nota de Débito:12001827-GR	15,00€
1947	2015	08.01.99	PT114519218	Manuel Joaquim Gaxe	Factura:13000610-GJR	333,94€
1948	2015	08.01.99	PT168984342	Luiz Alberto Rodrigues	Factura:13000811-GJR	1.613,25€
1949	2015	04.01.17	PT174075782	MARIA DE FÁTIMA GESTOSA DA ROCHA	Factura:71304332-DRAVR	308,48€
1950	2015	04.02.04	PT147357380	CAMILA FERREIRA DA SILVA	Factura:13001970-DRBRG	100,00€
1951	2015	07.02.99	PT209930357	ORLANDO SAMPAIO DE CASTRO	Factura:13002195-DRBRG	59,98€
1952	2015	07.02.99	PT170370534	João Aguiar Rainho	Factura:13003870-DRVIS	305,98€
1953	2015	07.02.99	PT508770181	INCUTANIMO - Organização de	Factura:13004013-DRVIS	1.045,20€
1954	2015	04.02.04	PT501648305	M. Oliveira e Costa, Lda	Factura:13004486-DRAVR	59,97€
1955	2015	04.01.17	PT120772531	Cristina Maria Cabeças Gaito	Factura:13005235-DREVR	432,23€
1956	2015	04.01.17	PT200494511	Celestino Figueiredo Vieira	Factura:71500247-DRPRT	843,14€
1957	2015	04.01.17	PT151854874	Maria Julia Saraiva Vidal	Factura:13005494-DRAVR	639,63€
1958	2015	04.01.99	PT190921749	José Maria Duarte Monteiro	Factura:13005644-DRBRG	100,00€
1959	2015	04.02.04	PT150111061	António Eduardo Lopes Faria	Factura:13005693-DRBRG	400,00€
1960	2015	07.02.01	PT175863032	RICARDO MANUEL DO ESPIRITO SANTO	Factura:13005874-GR	230,90€
1961	2015	04.01.99	PT510695094	CLC Publicidade -Outdoors Low	Factura:14001668-DRBRG	50,00€
1962	2015	08.01.99	PT502815400	Pereira Rodrigues & Santos, Lda	Factura:13006277-DRVIS	2.513,25€
1963	2021	04.01.17	PT152572120	Albino Manuel Batista	Anulação NC 2300000047 - 21.12.2020	565,44€
1964	2015	04.01.17	PT508538351	Iberbodas, Lda.	Factura:14002670-DRSTB	3.680,00€
1965	2015	04.01.17	PT503716456	FRUTÍSSIMA - CONCENTRADOS DE	Factura:71500284-DRCTB	216,22€
1966	2015	04.01.17	PT162218702	António Coelho da Silva	Factura:71500174-DRGRD	11,95€
1967	2015	04.01.17	PT137158351	MARIA JULIA MACIEIRA RAMOS	Factura:71500127-DRLSB	60,25€
1968	2016	07.02.99	PT671001310	VICE - PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	Assessoria Técnica	4.379,80€
1969	2015	04.01.17	PT234225262	Ana Maria de Sousa Gouveia	Factura:71500513-DRPRT	113,80€
1970	2015	04.01.17	PT501865748	Confraria de São Bento	Factura:71500878-DRVCT	284,50€
1971	2015	04.01.17	PT122823400	José Mota Dias	Factura:71501095-	284,50€
1972	2015	04.01.17	PT151580677	Joaquim de Sousa Vieira	Factura:71501224-DRPRT	1.938,00€
1973	2015	04.01.17	PT157134911	Armanda da Cruz Guimarães	Factura:71500838-	48,32€
1974	2015	04.01.17	PT159832837	Maria Fernanda Rebelo Figueiredo	Factura:71501165-	2,85€
1975	2015	04.01.17	PT188730133	Manuel Silva Ferreira	Factura:71500801-	190,13€
1976	2015	04.01.99	PT190206373	Rosa Maria da Silva Pedrosa	Factura:15003811-DRPRT	59,98€
1977	2015	08.01.99	PT190206373	Rosa Maria da Silva Pedrosa	Factura:15003772-DRPRT	86,07€
1978	2015	04.01.17	PT197604048	Otília Armanda Lopes de Carvalho	Factura:71501218-	216,60€
1979	2015	04.01.99	PT224422413	Raquel Cristina Moreira da Silva	Factura:15002275-DRPRT	59,98€
1980	2015	04.01.17	PT504877089	Moto Clube de Castro Verde	Factura:71500805-	474,20€
1981	2015	08.01.99	PT506730565	Avus Portugal - Regularização	Factura:15002322-GJR	723,53€
1982	2015	04.01.17	PT513025367	HSM - Sociedade Agrícola Herdade	Factura:71500728-	885,38€
1983	2024	04.01.17	PT503247693	ANIBAL LOPES & FILHOS, LD	Proc. LIC - 6756GRD240502	114,17€
1984	2016	04.01.17	PT508213193	Legado Dj,Douro - Construções, Lda	Proc. LIC - 8256PRT100225	1.904,29€
1985	2023	04.01.17	PT143988247	Joaquim Emílio da Silva Pereira	Proc. LIC - 5436PRT220504	282,71€
1986	2022	07.02.99	PT107489872	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar	Serviços operacionais – DRR	2.460,00€
				Maria do Céu Fernandes	Taxa de Instrução de processo	

1987	2016	04.01.17	PT102985944	Mendes		500,00€
1988	2016	04.01.17	PT144889641	Manuel Leite Carvalho	Proc. LIC - 9917BRG131002	635,79€
1989	2024	04.01.17	PT505238926	RODRIGUES DA MÃE - COMBUS	Proc. LIC - 7366STM240514	335,27€
1990	2017	04.01.17	PT201070456	José Carlos dos Santos	Proc. LIC - 7713VRL100208	129,16€
1991	2023	04.01.17	PT116306645	JOSÉ FAIVA MOTA	Proc. LIC - 14438AVR231010	199,12€
1992	2024	04.01.17	PT135294312	JOSÉ SILVANO ROSA FERREIR	Proc. LIC - 6902LRA240506	148,52€
1993	2021	07.03.99	PT501880160	ATL - Associação Turismo de Lisboa	Projeto P50 - Experiência Pilar 7	110.943,54€
1994	2022	07.03.99	PT501880160	ATL - Associação Turismo de Lisboa	Projeto P50 - Experiência Pilar 7	110.943,54€
1995	2023	07.03.99	PT501880160	ATL - Associação Turismo de Lisboa	Projeto P50 - Experiência Pilar 7	119.952,16€
1996	2023	07.03.01	PT196717280	Regina da Conceição Pinto	Concessão Utilização de Edifícios	350,00€
1997	2023	07.03.01	PT196717280	Regina da Conceição Pinto	Concessão Utilização de Edifícios	350,00€
1998	2023	07.03.01	PT196717280	Regina da Conceição Pinto	Concessão Utilização de Edifícios	350,00€
1999	2023	07.03.01	PT196717280	Regina da Conceição Pinto	Concessão Utilização de Edifícios	350,00€
2000	2023	07.02.99	PT304844250	Sarah Saddek	Utilização de PN Particular Km 359,271	119,17€
2001	2024	07.03.99	PT212553267	DANIELA MOURA SAMPAIO	Parcela terreno 132 S	381,34€
2002	2024	07.02.99	ESB09227497	VERCA, S.L	Serviços consultoria – DSS	4.033,00€
2003	2024	07.02.99	ESB74233610	EMERENT - EXCLUSIVAS DE M	Serviços consultoria – DSS	2.451,00€
2004	2024	07.03.01	PT237429209	SULAMITA ARAÚJO DE BRITO	Venda Pinheiro - Hab fração G n.º 77	500,00€
2005	2024	07.03.01	PT237429209	SULAMITA ARAÚJO DE BRITO	Venda Pinheiro - Hab fração G n.º 77	500,00€
2006	2024	07.03.01	PT237429209	SULAMITA ARAÚJO DE BRITO	Venda Pinheiro - Hab fração G n.º 77	500,00€
2007	2024	07.03.01	PT237429209	SULAMITA ARAÚJO DE BRITO	Venda Pinheiro - Hab fração G n.º 77	500,00€
2008	2024	07.03.01	PT237429209	SULAMITA ARAÚJO DE BRITO	Venda Pinheiro - Hab fração G n.º 77	500,00€

Observações

Para efeitos do preenchimento deste mapa assumiu-se um pressuposto semelhante ao utilizado no mapa de pagamentos em atraso, ou seja, são reportados os recebimentos em atraso há mais de 90 dias contados sobre a data de vencimento da fatura.

Excluíram-se os montantes relativos a processos em contencioso e aos acordos de pagamento, uma vez que se verifica o cumprimento integral dos prazos estabelecidos.

Nas situações em que existiam notas de crédito sobre faturação emitida num ano diferente, optou-se por deduzir o valor das notas de crédito no ano de faturação.

31 de Janeiro de 2025.

[Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel

Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] Gina Maria dos Santos Pimentel
Dados: 2025.01.31 17:47:28 Z

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS

Parte IV

Infraestruturas de Portugal

Índice

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas 819
Declaração de Cumprimento 820
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 821
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas 827
1. Informação societária 827
1.1 Atividade da IP 828
1.2 Atividades das empresas do Grupo IP 829
1.2.1 Atividade de gestão e exploração de infraestruturas de telecomunicações e tecnologias de informação 829
1.2.2 Atividade de gestão integrada e valorização do património imobiliário do Grupo e valorização do património público ferroviário (espaços comerciais) 830
1.2.3 Prestação de serviços de engenharia de transportes 830
1.3 Outras Participações Financeiras 831
1.3.1 Corredor Atlântico 831
1.3.2 AVEP 832
1.3.3 Centro de Competências Ferroviário (CCF) 832
2. Principais Políticas Contabilísticas 833
2.1 Bases de preparação 833
2.2 Bases da Consolidação 834
2.3 Sumário das políticas contabilísticas relevantes 836
2.3.1 Concentrações empresariais e *goodwill* 836
2.3.2 Segmentos 837
2.3.3 Classificação Corrente / Não Corrente 839
2.3.4 Justo valor 839
2.3.5 Participações financeiras em empresas associadas 840
2.3.6 Ativos intangíveis 841
2.3.7 Ativos fixos tangíveis 846
2.3.8 Propriedades de investimento 848
2.3.9 Imposto sobre o rendimento 850
2.3.10 Ativos e passivos financeiros 851
2.3.11 Inventários 853
2.3.12 Subsídios 854
2.3.13 Provisões e passivos contingentes 854
2.3.14 Rédito 855
2.3.15 Benefícios de emprego 860

2.3.16 Imparidades 861
2.3.17 Partes Relacionadas 862
2.3.18 Eventos subsequentes 862
2.4 Principais julgamentos, estimativas e pressupostos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras 863
2.4.1 Ativos Intangíveis - Direito de concessão rodoviário 864
2.4.2 Padrão Estimado das Receitas (no âmbito do cálculo do método das unidades equivalentes 865
2.4.3 Valor amortizável do direito de concessão rodoviário 868
2.4.4 Conservação periódica de estradas e obras de arte rodoviárias 869
2.4.5 Construção por via de subconcessões 869
2.4.6 Concedente - Estado - Conta a receber 870
2.4.7 Ativos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento - Vidas úteis 874
2.4.8 Propriedades de Investimento - apuramento de justo valor 874
2.4.9 Participações financeiras em associadas 874
2.4.10 Operações conjuntas 875
2.4.11 Provisões 876
2.4.12 Imparidades de ativos não monetários 877
2.4.13 Imparidades de ativos financeiros 879
2.4.14 Imposto sobre o rendimento 881
3. Grupo 883
4. Informação por segmentos 884
5. *Goodwill* 888
6. Investimentos em associadas 891
7. Ativos intangíveis 892
8. Ativos fixos tangíveis 894
9. Propriedades de investimento 897
10. Ativos e Passivos por impostos diferidos 899
11. Inventários 901
11.1 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 901
11.2 Produtos acabados 902
11.3 Outros materiais 902
12. Estado e outros entes públicos (Ativos e Passivos) 903
13. Diferimentos 907
13.1 Diferimentos ativos 907
13.2 Diferimentos passivos 907

13.2.1 Subsídios ao Investimento – Direito de Concessão Rodoviário ... 908
14. Ativos financeiros e passivos financeiros ... 909
14.1 Categorias de acordo com a IFRS 9 ... 909
14.2 Ativos financeiros ... 911
14.2.1 Concedente Estado Conta a receber ... 911
14.2.2 Clientes ... 912
14.2.3 Outras contas a receber ... 913
14.2.4 Caixa e equivalentes de caixa ... 915
14.3 Passivos financeiros ... 916
14.3.1 Financiamentos obtidos ... 916
14.3.2 Financiamentos do acionista / Suprimentos ... 918
14.3.3 Fornecedores ... 921
14.3.4 Outras contas a pagar ... 922
14.4 Políticas de gestão de risco financeiro ... 924
14.4.1 Risco de crédito ... 925
14.4.2 Risco de liquidez ... 930
14.4.3 Risco de taxa de juro ... 931
14.4.4 Risco de capital ... 932
14.5 Alterações no passivo decorrente da atividade de financiamento ... 933
15. Capital, reservas e resultados acumulados consolidados ... 934
16. Provisões ... 936
17. Vendas e serviços prestados ... 939
18. Indemnizações compensatórias ... 941
19. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ... 942
20. Fornecimentos e serviços externos ... 943
21. Gastos com pessoal ... 945
22. Imparidades (perdas) / reversões ... 946
23. Outros rendimentos e ganhos ... 947
24. Outros gastos e perdas ... 948
25. Perdas e Ganhos financeiros ... 949
26. Imposto sobre o rendimento ... 951
27. Entidades relacionadas ... 953
27.1 Resumo das Partes relacionadas ... 953
27.2 Saldos e transações significativas com entidades públicas ... 954
27.3 Saldos e transações com operador ferroviário ... 955
27.4 Operações conjuntas ... 957

27.5 Remunerações dos membros de órgãos sociais 958
28. Normas contabilísticas e Interpretações recentemente emitidas 961
29. Garantias e Avales 963
30. Contingências 964
31. Compromissos 967
32. Informações exigidas por diplomas legais 970
33. Outros factos relevantes 973
34. Eventos subsequentes 977

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS

(Valores em milhares de euros – m€)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 29.º - G, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., abaixo identificados nominalmente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve:

"Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no Artigo 29.º - G, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração Executivo, as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, dos fluxos de caixa, da situação financeira e dos resultados do Grupo IP, e que o relatório de gestão relativo ao exercício de 2024 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respetivas Demonstrações Financeiras Consolidadas, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte."

O Conselho de Administração Executivo

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado digitalmente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023

ATIVO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Não corrente			
Goodwill	5.	9 998	21 687
Investimentos em associadas	6.	1 757	1 950
Investimentos financeiros		158	160
Ativos intangíveis	7.	22 213 670	21 777 994
Ativos fixos tangíveis	8.	80 641	75 479
Propriedades de investimento	9.	2 981	3 042
Diferimentos	13.1.	252	260
Ativos por impostos diferidos	10.	264 637	296 820
		22 574 095	**22 177 392**
Corrente			
Inventários	11.	91 033	146 104
Concedente - Estado - Conta a receber	14.2.1	5 513 611	4 907 726
Clientes	14.2.2	37 197	40 167
Ativo por imposto corrente	12.	-	28 280
Estado e outros entes públicos	12.	2 443 866	2 255 610
Outras contas a receber	14.2.3	545 346	262 980
Diferimentos	13.1.	8 091	5 026
Caixa e equivalentes de caixa	14.2.4	405 071	268 928
Ativos não correntes detidos para venda		3	3
		9 044 219	**7 914 824**
Total do ativo		**31 618 314**	**30 092 216**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 31 de Dezembro de 2024 e a 31 de Dezembro de 2023 (Continuação)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	15.	14 403 880	12 586 670
Reservas	15.	296 644	296 644
Resultados acumulados consolidados		20 298	38 385
		14 720 822	**12 921 699**
Resultado líquido do período		115 550	- 18 087
Total do capital próprio		**14 836 371**	**12 903 612**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	16.	1 070 674	1 025 799
Financiamentos obtidos	14.3.1	997 329	1 065 011
Outras contas a pagar	14.3.4	1 234 698	938 288
Diferimentos	13.2.	10 160 905	10 107 992
Passivo por impostos diferidos	10.	147	32
		13 463 753	**13 137 123**
Corrente			
Fornecedores	14.3.3	32 674	62 058
Adiantamentos de clientes		503	543
Estado e outros entes públicos	12.	9 276	8 958
Passivos para imposto corrente	12.	829	-
Financiamentos obtidos	14.3.1	77 042	586 664
Financiamentos do acionista/ Suprimentos	14.3.2	2 332 667	2 332 667
Outras contas a pagar	14.3.4	854 481	1 045 430
Diferimentos	13.2.	10 717	15 162
		3 318 189	**4 051 482**
Total do passivo		**16 781 942**	**17 188 605**
Total do capital próprio e do passivo		**31 618 314**	**30 092 216**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	17.	1 359 117	1 200 890
Indemnizações compensatórias	18.	117 932	65 405
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.	- 428 588	- 323 450
Fornecimentos e serviços externos	20.	- 380 930	- 385 685
Conservação, Reparação e Segurança Rede Rodoviária		- 141 730	- 144 782
Conservação, Reparação e Segurança Rede Ferroviária		- 80 598	- 79 950
Outros FSE		- 158 603	- 160 953
Gastos com o pessoal	21.	- 158 129	- 151 705
Imparidades (perdas) / reversões	22.	- 12 150	152
Provisões (aumentos) / reduções	16.	- 39 827	- 57 199
Outros rendimentos e ganhos	23.	95 626	105 541
Outros gastos e perdas	24.	- 12 025	- 8 392
Rendimentos/ (Gastos) em associadas		- 192	- 60
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**540 833**	**445 497**
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização		- 215 750	- 236 878
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**325 082**	**208 618**
Juros e rendimentos similares obtidos	25.	55 660	63 351
Juros e gastos similares suportados	25.	- 225 873	- 245 335
Resultados antes de impostos		**154 869**	**26 635**
Imposto sobre o rendimento do período	26.	- 39 319	- 44 722
Resultado líquido consolidado do exercício		**115 550**	**- 18 087**
Resultado Integral consolidado		**115 550**	**- 18 087**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS CONSOLIDADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
31 de dezembro de 2022		**11 152 155**	**279 618**	**7 112**	**48 299**	**11 487 184**
Aplicação do resultado integral consolidado de 2022		-	17 026	31 273	- 48 299	0
Aumentos de capital	15.	1 434 515	-	-	-	1 434 515
Resultado integral consolidado do exercício de 2023		-	-	-	- 18 087	- 18 087
31 de dezembro de 2023		**12 586 670**	**296 644**	**38 385**	**- 18 087**	**12 903 612**
Aplicação do resultado integral consolidado de 2023		-	-	- 18 087	18 087	0
Aumentos de capital	15.	1 817 210	-	-	-	1 817 210
Resultado integral consolidado do exercício de 2024		-	-	-	115 550	115 550
31 de dezembro de 2024		**14 403 880**	**296 644**	**20 298**	**115 550**	**14 836 371**

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Valores expressos em milhares de euros.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

De 1 de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2024 e de 1 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

	NOTAS	2024	2023
Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		1 241 627	1 166 918
Pagamentos a fornecedores		- 1 337 477	- 1 345 602
Pagamentos ao pessoal		- 157 313	- 146 913
Fluxo gerado pelas operações		**- 253 162**	**- 325 597**
(Pagamento) / Recebimento de IRC		25 255	- 22 785
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		- 75 453	79 859
Fluxo das atividades operacionais (1)		**- 303 360**	**- 268 523**
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		406 346	220 529
Ativos fixos tangíveis		851	240
Juros e proveitos similares		0	1
		407 197	**220 770**
Pagamentos respeitantes a:			
Subsídios ao investimento		- 11 815	0
Investimentos financeiros		0	- 2 000
Ativos fixos tangíveis		- 257 252	- 205 888
Ativos intangíveis		- 864 124	- 914 264
		- 1 133 191	**- 1 122 152**
Fluxo das atividades de investimento (2)		**- 725 994**	**- 901 381**
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Dotação de capital	15.	1 817 210	1 434 515
Juros		36	0
		1 817 246	**1 434 515**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	14.5.	- 572 830	- 159 020
Locações financeiras	14.5.	- 3 089	- 2 597
Juros e gastos similares		- 75 700	- 81 502
		- 651 618	**- 243 120**
Fluxo das atividades de financiamento (3)		**1 165 628**	**1 191 395**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		136 273	21 491
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.2.4	**404 892**	**268 619**
Caixa e seus equivalentes no início do período	14.2.4	**268 619**	**247 128**
Variação de caixa e seus equivalentes		136 273	21 491

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Valores expressos em milhares de euros.

Almada, 4 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado Digitalmente
Diretora Financeira	Maria do Carmo Almiro do Vale Duarte Ferreira Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado Digitalmente
Contabilista Certificado	Diogo Mendonça Lopes Monteiro Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado Digitalmente

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÃO SOCIETÁRIA

A Infraestruturas de Portugal, S.A., é a empresa pública que resulta da fusão entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E. (REFER) e a EP - Estradas de Portugal, S.A. (EP) através da qual a REFER incorpora a EP, e é transformada em sociedade anónima, passando a denominar-se Infraestruturas de Portugal, S.A. (adiante designada IP ou Empresa-mãe). A fusão foi consagrada no dia 1 de junho de 2015, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A consequência imediata da fusão determina que as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias passam a ser geridas por uma única empresa, de acordo com uma estratégia conjunta, integrada e complementar.

O Grupo Infraestruturas de Portugal, adiante designado por Grupo IP ou Grupo, inclui as empresas subsidiárias: IP Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A. (IP Telecom), que se posiciona como um operador de telecomunicações e de serviços especializados em sistemas, tecnologias de informação e telecomunicações; a IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. (IP Património), que atua na área da gestão e valorização do património imobiliário e património público rodoferroviário do Grupo; e a IP Engenharia, S.A. (IP Engenharia), cuja atividade é a prestação de serviços de engenharia de transportes.

O Grupo IP detém ainda participações em duas operações conjuntas, o Alta Velocidade Espanha-Portugal A.E.I.E (AVEP), em parceria conjunta com a ADIF – Administrador de Infraestruturas Ferroviárias (entidade espanhola), cuja atividade respeita à elaboração dos estudos necessários às ligações Madrid-Lisboa-Porto e Porto-Vigo e o A.E.I.E Corredor Atlântico, em parceria com a ADIF-Administrador de Infraestruturas Ferroviárias, a SNCF – Réseau (entidade francesa) e a DB Netz AG (entidade alemã), cuja atividade consiste na promoção, no seio dos seus membros, das medidas que visam a melhoria da competitividade do transporte ferroviário de mercadorias no corredor ferroviário. O corredor é constituído por troços da infraestrutura ferroviária existentes e planeados entre: Sines - Setúbal – Lisboa - Aveiro-Leixões / Algeciras – Madrid – Bilbao – Saragoça / Bordéus - La Rochelle – Nantes - Paris – Le Havre – Metz - Strasburgo e Mannheim, transpondo as fronteiras em Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro, Elvas/Badajoz, Irun/Hendaye e Forbach/Saarbrücken.

O Grupo detém ainda participação de 35,34% no Centro de Competências Ferroviário (CCF), entidade considerada associada, em parceria com outras empresas de setor de transportes e universidades cuja atividade respeita a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas.

1.1 ATIVIDADE DA IP

De acordo com o Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio a IP tem como atividade principal "… a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviária e ferroviária nacionais, incluindo-se nesta última o comando e o controlo da circulação."

Para a prossecução da sua atividade, a IP assume a posição de gestor de infraestruturas, nos termos do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional (RRN) e do contrato programa da Rede Ferroviária Nacional (RFN), ambos celebrados com o Estado Português.

No exercício de 2022, os estatutos da IP foram alterados pelo Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, que ampliou o objeto social da empresa, atribuindo-lhe competências para promover a conceção, projeto, construção, exploração e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

No desenvolvimento da sua atividade e de forma a garantir um elevado nível de eficiência e eficácia, a IP recorre a serviços complementares, de áreas de negócio que não estão compreendidas na sua atividade principal, mas que são realizadas pelas suas empresas subsidiárias.

1.2 ATIVIDADES DAS EMPRESAS DO GRUPO IP

1.2.1 ATIVIDADE DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

A IP Telecom, com sede social na Rua José da Costa Pedreira n.º 11, 1750-130 Lisboa, tem como objeto o desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de infraestruturas de Redes de Telecomunicações e seu alojamento e de Sistemas de Informação, bem como a exploração, operação e manutenção, em regime de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal Continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira. A empresa pode exercer quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, diretamente ou através da constituição ou participação em sociedades.

O atual "Contrato de Subconcessão de Exploração e Gestão da Infraestrutura de Telecomunicações e Tecnologias de Informação da Infraestruturas de Portugal, S.A." mantém, revendo os seus termos, a atual subconcessão de exploração da infraestrutura de telecomunicações, e subconcessiona a exploração do Canal Técnico Rodoviário construído, ou a construir, sob a administração e gestão da IP.

No âmbito do Contrato de Subconcessão, a IP Telecom é a entidade gestora da Infraestrutura de Telecomunicações e Tecnologias de Informação que integram o domínio público rodoviário e ferroviário sob a responsabilidade da IP, e suas redes, *Datacenters*, Canal Técnico Rodoviário e sistemas e serviços conexos, prosseguindo, nesse âmbito específico, aquele que é por inerência o objeto social da IP, sendo a única entidade responsável pela conservação e manutenção desta infraestrutura.

1.2.2 ATIVIDADE DE GESTÃO INTEGRADA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO GRUPO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO (ESPAÇOS COMERCIAIS)

A IP Património, com sede social na Avenida de Ceuta, Estação de Alcântara-Terra, 1300-254 Lisboa, tem como objeto atuar no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis e constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.

A 27 de junho de 2018, a IP Património passou a integrar as atividades de gestão, manutenção, conservação e limpeza do Complexo Intermodal de Transportes, designado por Estação do Oriente, designadamente, prestação de serviços de manutenção, limpeza e vigilância à IP e ao Metropolitano de Lisboa, nas respetivas componentes, cedência de espaços comerciais, exploração do parque de estacionamento, fornecimento de bens e serviços aos utilizadores dos espaços comerciais e cedência de espaços e prestação de serviços para a realização de eventos.

1.2.3 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES

A IP Engenharia, com sede social Rua José da Costa Pedreira n.º11, 1750-130 Lisboa, presta serviços de engenharia de transportes de suporte à atividade da IP e em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, fornecendo soluções de mobilidade com um elevado nível de integração, quer ao nível nacional quer internacional. Exerce as atividades de cartografia, topografia, cadastro e expropriações, assim como prestação de serviços de gestão integrada de empreendimentos e de fiscalização, bem como na área da gestão da qualidade, ambiente e segurança.

1.3 OUTRAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

1.3.1 CORREDOR ATLÂNTICO

Em novembro de 2013 foi constituído, entre os gestores de infraestruturas de Portugal (REFER), Espanha (Administrador de Infraestruturas Ferroviárias - ADIF) e França (Réseau Ferré de France – RFF, atualmente SNCF Réseau), o A.E.I.E. Corredor Atlântico, cujo objetivo assenta no desenvolvimento de um mercado interno ferroviário, designadamente no que respeita ao transporte de mercadorias, através da criação de corredores dedicados.

O Corredor Atlântico abrangia então as linhas férreas existentes e planeadas nos itinerários Sines/Setúbal/Lisboa/Aveiro/Leixões – Algeciras/Madrid/Bilbao – Bordeaux/Paris/Le Havre/Metz/Strasburgo - Mannheim, atravessando as fronteiras de Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro, Elvas/Badajoz e Irún/Hendaya e Forbach / Saarbrucken.

A 1 de janeiro de 2016, com a extensão do Corredor Ferroviário de Mercadorias a Mannheim atravessando a fronteira França/Alemanha em Forbach/Saarbrucken, a Alemanha juntou-se a Portugal, Espanha e França como parceiro do AEIE – Corredor Atlântico. A nova configuração do Corredor Atlântico contemplou ainda uma outra ligação ao porto fluvial de Strasburgo.

A missão do Corredor Atlântico passa, num primeiro momento, pela gestão e rentabilização das infraestruturas existentes, sem investimentos adicionais, através da gestão centralizada da atribuição de capacidade e relacionamento com os clientes.

Posteriormente, o Corredor Atlântico servirá também como palco para articulação entre os países membros no que respeita aos investimentos nas infraestruturas, ultrapassando barreiras operacionais, técnicas e de interoperabilidade e aumentando a competitividade do transporte ferroviário de mercadorias.

1.3.2 AVEP

Em janeiro de 2001 foi desenvolvida uma parceria entre Portugal e Espanha com vista à realização dos estudos preliminares dos corredores Porto-Vigo e Madrid-Lisboa-Porto, sob a forma de um Agrupamento Europeu de Interesse Económico (AEIE).

A criação do referido AEIE, tem como missão:

- Executar um conjunto de estudos técnicos, económicos e financeiros, as sondagens e demais trabalhos necessários à definição e implementação dos Corredores Porto - Vigo e Madrid – Lisboa – Porto.
- Assegurar a coerência e a coordenação dos estudos técnicos realizados por cada um dos corredores.
- Sobre a base dos referidos estudos técnicos, levar a efeito os estudos económicos, financeiros e jurídicos exigidos pelas instâncias governamentais e que são necessários para definir as adequadas estruturas de financiamento, de construção e de exploração de ambos os Corredores.
- Estudar as especificações de segurança e dos materiais aptos para a sua utilização nos Corredores.
- Fazer o seguimento da construção e da exploração dos Corredores, se essa missão lhe for confiada pelos Gestores de Infraestrutura de ambos os membros do Agrupamento.
- Realizar qualquer outra missão que lhe for confiada pelos intervenientes do Agrupamento ou pelos respetivos governos.

1.3.3 CENTRO DE COMPETÊNCIAS FERROVIÁRIO (CCF)

O CCF foi constituído em 23 de setembro de 2021, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem como associados fundadores: CP – Comboios de Portugal, E.P.E., IP, Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Metro do Porto, S.A., IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., PFP – Associação da Plataforma Ferroviária Portuguesa e Universidade do Porto.

O Centro de Competências Ferroviário promove iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas, com vista ao aumento da capacidade de I&D e consequente aumento do emprego qualificado, melhoria da competitividade e crescimento do volume de negócios e das exportações das entidades envolvidas.

Em 2023, o CCF foi reclassificado como entidade pública reclassificada no regime geral.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas refletem a posição financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa do Grupo, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, constituindo as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo IP.

O Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho no nº 1 do artigo 4º, veio introduzir, em 2010, a obrigatoriedade de apresentação das contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade para as sociedades com valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado. Pelo nº 1 do artigo 6.º é estendida a obrigatoriedade de consolidação a qualquer empresa-mãe sujeita ao direito nacional. Desta forma, a IP passou a estar obrigada à apresentação de contas consolidadas, a partir do exercício de 2010.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo, em reunião realizada em 4 de abril de 2025, que deliberou submetê-las à aprovação do acionista. O Conselho de Administração Executivo considera que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo IP, bem como a sua posição financeira, resultados e fluxos de caixa consolidados.

As Demonstrações Financeiras do Grupo IP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adotadas pela União Europeia (UE), emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2024.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos que os antecederam.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentadas foram preparadas privilegiando a mensuração pelo custo histórico.

Todos os valores estão expressos em milhares de euros (m€) e arredondados para o milhar mais próximo, salvo indicação em contrário. Os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos. É utilizada adicionalmente a sigla M€ para milhões de euros, quando necessário.

A preparação de Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS requer que o Grupo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados aplicáveis e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não seria possível de obter através de outras fontes. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 2.4.

2.2 BASES DA CONSOLIDAÇÃO

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo IP incluem as Demonstrações Financeiras da IP (empresa-mãe do Grupo) e das suas subsidiárias (nota 3), desde o momento em que estas passam a estar sob controlo da IP com referência aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Para efeitos de controlo, considera-se que a IP controla uma subsidiária se e apenas tiver cumulativamente:

- poder sobre a subsidiária;
- exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; e
- a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores.

A IP detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital das suas subsidiárias (logo não existem "interesses que não controlam" no Grupo) não tendo nenhum acordo com nenhuma entidade externa pelo qual abdique dos seus direitos. Desse modo, não se mostra necessário quaisquer outras considerações sobre a efetividade do controlo existente sobre as subsidiárias do Grupo.

A consolidação de uma subsidiária é iniciada desde o momento em que esta passa a ser controlada e termina quando cessa o controlo sobre a mesma.

Desse modo, as políticas contabilísticas das várias entidades integrantes do perímetro de consolidação são uniformizadas e os ativos, passivos, participações no capital, receitas, gastos e fluxos de caixa da empresa-mãe são combinados com os componentes idênticos das suas subsidiárias.

Adicionalmente, as quantias escrituradas do investimento da empresa-mãe em cada subsidiária são eliminadas por contrapartida da parcela da empresa-mãe no capital de cada subsidiária, sendo que eventuais diferenças entre estas realidades são tratadas de acordo com a IFRS 3 – Concentrações Empresariais.

Os saldos e transações entre entidades do Grupo são anulados na sua totalidade, sendo que os lucros ou perdas resultantes destas transações que se encontrem reconhecidos nos ativos (inventários, ativos fixos) são totalmente eliminados. O processo de reconciliação de transações, pode originar diferenças temporárias, as quais serão tratadas de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

A cessação de controlo de uma entidade pode ocorrer por diversos motivos, nomeadamente através de alienação parcial ou total de uma participação financeira, ou de estabelecimento de acordos com outras entidades.

Nessas situações, a IP desreconhece os ativos (incluindo qualquer *goodwill*) e passivos da subsidiária pelas suas quantias escrituradas à data em que perde o controlo e reconhece:

i. o justo valor da retribuição recebida, se for o caso, na sequência da transação, acontecimento ou circunstância que resultou na perda de controlo;

ii. se a transação, acontecimento ou circunstância que resultou na perda de controlo envolveu uma distribuição de ações da subsidiária a proprietários nessa sua qualidade, essa distribuição, e qualquer investimento retido na ex-subsidiária, pelo seu justo valor à data em que perdeu o controlo;

iii. reclassificando como lucro ou perda, ou transferindo diretamente para resultados retidos se exigido de acordo com outras IFRS, as quantias reconhecidas como outros rendimentos integrais.

OPERAÇÕES CONJUNTAS

De acordo com a IFRS 11 - Acordos Conjuntos, um acordo conjunto é uma operação conjunta ou um empreendimento conjunto.

Uma operação conjunta é um acordo conjunto pelo qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados com esse acordo. Estas partes são denominadas operadores conjuntos.

Um empreendimento conjunto é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do acordo. Estas partes são denominadas empreendedores conjuntos.

As participações no AVEP e no Corredor Atlântico são consideradas operações conjuntas.

Desse modo a IP reconhece, relativamente ao seu interesse nestas operações conjuntas:

- os seus ativos, incluindo a sua parte de qualquer ativo detido conjuntamente;
- os seus passivos, incluindo a sua parte em quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- o seu rendimento proveniente da venda da sua parte da produção decorrente da operação conjunta;
- a sua parte dos rendimentos decorrentes da venda da produção por parte da operação conjunta; e,
- as suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer despesas incorridas em conjunto.

Na nota 2.4 podem ser verificados os julgamentos e pressupostos assumidos para a consideração destes interesses como operações conjuntas.

2.3 SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

2.3.1 CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS E *GOODWILL*

As concentrações empresariais são registadas de acordo com o método da compra, sendo os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos mensurados pelos seus justos valores na data de aquisição.

O eventual excesso entre a retribuição transferida e os ativos líquidos identificáveis assumidos à data de aquisição deve ser registado em rubrica separada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de *goodwill*, exceto no caso de se tratar de reforço de participações, onde o controlo já existia previamente, onde eventual diferença resultante será registada em rubrica de outro rendimento integral.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade no final de cada exercício e os pressupostos e cálculos subjacentes ao mesmo podem ser verificados nas notas 2.4.12 e 5.

Qualquer perda por imparidade do *goodwill* é deduzida ao mesmo e registada na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica de imparidades, não podendo ser revertida futuramente.

2.3.2 SEGMENTOS

O Grupo IP identificou o Conselho de Administração Executivo da IP como responsável pela tomada de decisões operacionais, bem como, o órgão que revê a informação interna preparada de forma a monitorizar a performance das atividades do Grupo e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos operacionais foi efetuada com base na informação que é analisada pelo Conselho de Administração Executivo.

Desse modo foram identificados os seguintes segmentos de negócio:

- Telecomunicações

Respeita à prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações.

Esta atividade é financiada através de receitas próprias e subsídios.

- Gestão Imobiliária de Espaços Comerciais

Abrange a gestão e exploração de património e empreendimentos imobiliários, próprios e alheios; aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos.

Esta atividade é financiada através de receitas próprias.

- Serviços de Engenharia de Transportes

Respeita à prestação de serviços de engenharia de transportes em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, e respetivas soluções de mobilidade, quer ao nível nacional quer internacional.

Esta atividade é financiada através de receitas próprias.

- Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração;

Inclui o conjunto de investimentos associados a novas infraestruturas e/ou expansão da rede ferroviária, a modernização e reabilitação, com a introdução de novas tecnologias no modo de operação e substituição, que engloba as intervenções que introduzem melhoramentos de caráter duradouro ou que são suscetíveis de aumentar o valor e/ou a vida útil do ativo não alterando as condições de exploração.

O financiamento necessário para a cobertura dos investimentos efetuados, conforme descrito na nota 2.4.6, é obtido sob a forma de empréstimos contraídos junto de instituições financeiras e do mercado de capitais (com as limitações impostas pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro), por prestações do acionista e pela obtenção de subsídios.

- Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária

Corresponde à prestação de serviço público, contemplando funções como a conservação e manutenção de infraestruturas, gestão de capacidade, gestão do sistema de regulação e segurança, comando e controlo de circulação, incluindo outras atividades complementares à gestão da infraestrutura.

Esta atividade é financiada através de receitas próprias a que se adicionam as indemnizações compensatórias resultantes do contrato programa celebrado com o Estado.

- Alta Prestação

Respeita à atividade referente à Alta Prestação Rodoviária e inclui todas as vias atualmente geridas em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP), nomeadamente Concessões do Estado e Subconcessões, bem como as restantes vias de alta prestação atualmente geridas diretamente pela IP.

O financiamento desta atividade decorre fundamentalmente de receita própria (portagens e excedente gerado pela atividade de gestão de infraestrutura rodoviária), de empréstimos contraídos junto de instituições financeiras e do mercado de capitais (com as limitações impostas pelo Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro) e prestações do acionista, quer sob a forma de suprimentos, quer capital.

- Atividade de Gestão de Infraestrutura Rodoviária

Inclui a gestão da Rede Rodoviária Nacional não incluída no segmento anterior, e engloba quer as atividades de construção e requalificação de vias e obras de arte, quer as atividades de gestão, conservação e melhoria de segurança da rede.

Em termos de financiamento, esta atividade é financiada por receitas próprias que geram um excedente que permite o financiamento parcial da atividade de Alta Prestação.

- *Atlantic* CAM

Compreende a conceção, construção, exploração e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O financiamento desta atividade é efetuado por meio de subsídios ao investimento e receitas próprias.

2.3.3 CLASSIFICAÇÃO CORRENTE / NÃO CORRENTE

O Grupo IP classifica os ativos e passivos em correntes e não correntes, separadamente, e por ordem de liquidez na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os ativos que não apresentam maturidade definida são considerados correntes.

2.3.4 JUSTO VALOR

O Grupo IP utiliza o justo valor na mensuração e/ou divulgação dos ativos que se seguem:

- Investimentos financeiros – Valorização dos fundos de compensação do trabalho;
- Propriedades de investimento, para efeitos de divulgação podendo as variáveis associadas ao cálculo das mesmas serem verificadas nas notas 2.3.8, 2.4.8 e 9; e
- Empréstimos a taxa fixa apenas para efeitos de divulgação na nota 14.3.2.

Todos os ativos e passivos mensurados ou divulgados ao justo valor são enquadrados em uma das categorias que se seguem:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) dos ativos ou passivos em mercados ativos a que a entidade tem acesso à data da mensuração;
- Nível 2 - inclui dados distintos dos preços cotados incluídos no nível 1 direta ou indiretamente observáveis para o ativo ou passivo;
- Nível 3 - dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo.

2.3.5 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Uma associada é uma entidade sobre a qual o Grupo tem influência significativa.

As considerações feitas na determinação da eventual existência de influência significativa são divulgadas na nota 2.4.9.

As participações financeiras em associadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Desse modo, o investimento numa associada é reconhecido pelo custo aquando do seu reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída de modo a reconhecer a evolução da quota-parte do Grupo nos resultados da entidade associada na rubrica de rendimentos / (gastos) em subsidiárias e associadas, após a data de aquisição.

As demonstrações financeiras das entidades associadas são preparadas para o mesmo período de divulgação do Grupo (ainda que por vezes as mesmas sejam provisórias). Quando necessário, são efetuados ajustamentos para alinhar as políticas contabilísticas com as do Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se existem indícios da eventual existência de perdas por imparidade nas participações em associadas. Existindo, o Grupo calcula o valor da imparidade como a diferença entre o valor recuperável da associada e o seu valor contabilístico, e então reconhece a perda na demonstração dos resultados na rubrica de rendimentos/(gastos) em subsidiárias e associadas.

O registo da participação pelo método da equivalência patrimonial é descontinuado a partir do momento em que o Grupo deixa de ter influência significativa sobre o investimento, passando o mesmo a ser valorizado pelo justo valor a partir desse momento.

2.3.6 ATIVOS INTANGÍVEIS

No Grupo IP, os ativos intangíveis incluem os direitos de concessão Rodoviário, *Atlantic CAM* e outros intangíveis.

DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

Através da aplicação da IFRIC 12 considera-se que o ativo resultante do Direito de Concessão Rodoviário, que foi atribuído pelo Contrato de Concessão Rodoviário celebrado com o Estado, se classifica como um ativo intangível.

O Direito de Concessão Rodoviário foi reconhecido por efeito de uma Concentração de Atividades Empresariais, aquando da alteração do objeto social da empresa incorporada (EP) em 2007.

O Direito de Concessão Rodoviário é incrementado pelo desenvolvimento da atividade de gestão da rede de infraestrutura rodoviária e da alta prestação que incluem, nomeadamente, a construção, financiamento e exploração da Rede Rodoviária Nacional (que inclui a Rede Concessionada) bem como da Rede Rodoviária Nacional Futura, o que pode acontecer mediante a:

(i) Prestação de serviços de construção

É aumentado aquando da conclusão de cada componente significativa da Rede Rodoviária Nacional Futura, pelo seu valor de execução. A construção pode ocorrer mediante construção direta do Grupo ou mediante subconcessão.

Até à conclusão de cada componente, é reconhecido como ativo intangível em curso a proporção do valor da execução esperada da obra, mediante a aplicação do método da percentagem de acabamento que é apurado com base na evolução física real de cada obra.

Dispêndios efetuados pelo Grupo relativos ao lançamento de concursos de subconcessão são reconhecidos como ativos intangíveis, até ao momento em que a natureza do dispêndio efetuado seja faturada à subconcessionária.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

É aumentado pelos pagamentos acumulados relativos às Concessões, líquidos de recebimentos, efetuados até ao momento do termo inicial de cada concessão, data a partir da qual o Grupo tem direito aos benefícios económicos subjacentes ao respetivo troço.

Até ao termo inicial, são registados em ativo intangível em curso quando despendidos.

O Contrato de Concessão apresenta as seguintes definições para os três componentes fundamentais do Empreendimento da Concessão:

> **"Rede Concessionada** — Designa as vias que integram a Rede Rodoviária Nacional e que se encontram, na data de assinatura do Contrato de Concessão, sujeitas a um Contrato de Concessão do Estado ou aquelas que o Estado incluiu em concurso público ainda pendente, na mesma data, com vista ao respetivo concessionamento;"
>
> **"Rede Rodoviária Nacional** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), que se encontram em serviço ou cuja construção teve já início à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se iniciada a construção dos Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 a partir do momento em que se encontrar outorgado pelo Estado, ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., o contrato tendente à sua construção;"
>
> **"Rede Rodoviária Nacional Futura** — Designa aqueles Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais, previstos no PRN 2000 ou nos diplomas que o venham a modificar ou substituir e que entrem em vigor até 5 (cinco) anos antes do termo de vigência do Contrato de Concessão, que não se encontram construídos à data da assinatura do Contrato de Concessão. Considera-se que não estão construídos os Itinerários Principais, Itinerários Complementares, Estradas Nacionais e Estradas Regionais previstos no PRN 2000 para cuja construção não foi outorgado, pelo Estado ou pela EP — Estradas de Portugal, S. A., à data de assinatura do Contrato de Concessão, o respetivo contrato;"

O Grupo IP amortiza o Direito de Concessão Rodoviário com base na sua melhor estimativa sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, o qual assenta no método da unidade de produção, como definido pela IFRIC 12.

A unidade de produção corresponde à melhor estimativa da utilização da infraestrutura medida pelos proveitos inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos já adquiridos pelo Grupo, o que exclui as receitas relativas à atividade de cobrança de portagens antes dos termos iniciais das concessões subjacentes.

Eventuais alterações de estimativas são corrigidas prospectivamente, afetando o valor das amortizações de exercícios futuros.

O valor amortizável do Direito de Concessão Rodoviário, revisto anualmente de acordo com as melhores expectativas do Grupo, corresponde ao montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional.

O Grupo capitaliza os encargos financeiros associados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis.

O Grupo IP considera como ativo qualificável todos aqueles que demorem um período superior a 12 meses a ficarem concluídos para o seu uso pretendido, sendo o ativo qualificável mais significativo o Direito de Concessão sobre a rede de infraestrutura rodoviária. Qualquer componente da Rede Rodoviária Nacional ou da Rede Rodoviária Nacional Futura é considerado um componente desse mesmo ativo qualificável, desde que a duração estimada da sua construção seja superior a 12 meses.

Os componentes do Direito de Concessão que qualificam para a capitalização de gastos de empréstimos são essencialmente os resultantes da:

(i) Prestação de serviços de construção

A prestação de serviços de construção dura habitualmente mais de um ano pelo que os encargos financeiros associados aos financiamentos obtidos para a sua concretização são considerados elegíveis, independentemente de os serviços serem prestados diretamente pelo Grupo IP ou mediante subconcessão.

(ii) Aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada

Os pagamentos efetuados por conta da aquisição de direitos futuros sobre a Rede Concessionada até ao termo inicial de cada troço da atual Rede Concessionada.

Os encargos financeiros associados aos financiamentos obtidos para a concretização dos pagamentos são considerados como custo do componente especificamente financiado. Sempre que não existam financiamentos diretamente atribuíveis a cada componente da rede em curso, é utilizada uma média ponderada das taxas de juro dos financiamentos ativos durante o período, a qual é aplicada aos dispêndios ocorridos com o desenvolvimento da referida rede.

Não são considerados para efeitos do cálculo da base para a capitalização dos gastos de financiamento obtidos os componentes que foram construídos com recurso a subsídios ou que estão em condições de entrar em funcionamento, independentemente da conclusão da empreitada em que se inserem.

DIREITO DE CONCESSÃO "*ATLANTIC CAM*"

Através da aplicação da IFRIC 12 considera-se que o ativo resultante do Direito de Concessão *Atlantic CAM*, que foi atribuído pelo Contrato de Concessão celebrado entre o Grupo IP, através da IP, e o Estado, se classifica como um ativo intangível.

A Concessão do *Atlantic CAM* inclui:

i) Construção, Exploração e Manutenção, em regime exclusivo, das Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação (ITTI);

ii) Utilização de Espaços Técnicos e Salas Técnicas que integram as ITTI;

iii) Direitos associados aos bens afetos à Concessão e à sua exploração, incluindo as eventuais concessões de utilização de domínio público marítimo e hídrico, as licenças, autorizações e ainda os contratos que venham a ser celebrados com os Operadores de Redes de Comunicações Eletrónicas;

iv) Construção e Manutenção da Componente *SMART*;

v) Exploração do par de fibras óticas dedicado no cabo submarino de telecomunicações entre a unidade de derivação da Madeira e a estação de amarração do Cabo *Ellalink* em Sines.

O direito de concessão será incrementado decorrente dos:

- Contratos de empreitada para a conceção, construção, instalação e montagem das Infraestruturas de Telecomunicações e Tecnologias de Informação e da Componente *SMART* que integram o *Atlantic CAM*;
- Contratos de prestação de serviços de fiscalização da referida empreitada;
- Contratos de aquisição de equipamentos de transmissão; e
- Contratos de arrendamento das estações de amarração.

A IP irá amortizar o direito de concessão durante o período de serviço da concessão (25 anos) não obstante o prazo da concessão estabelecido ser 28 anos (os primeiros 3 anos correspondem ao período de construção).

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os restantes ativos intangíveis respeitam, maioritariamente a direitos contratuais sobre programas de computadores e resultam de transações de aquisição separadas em que o seu custo reflete:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, e amortiza-os numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada, em geral, correspondente a um período de 3 anos.

Não existem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

2.3.7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis do Grupo são registados inicialmente ao custo, sendo subsequentemente valorizados em conformidade com o modelo de custo.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

O Grupo IP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os terrenos não são depreciados.

As depreciações são calculadas numa base mensal, utilizando o método das quotas constantes, de modo que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as seguintes taxas anuais:

	% média
Edifícios e Outras Construções	2-10
Equipamento Básico	
…Fibra ótica	5
Equipamento de transmissão DWDM / SDH	12,5
Equipamento de rede de dados	12,5
Equipamentos SHDSL	12,5
Equipamento diverso	10-100
Ferramentas e utensílios	10
Equipamento de Transporte	25
Equipamento Administrativo	12,5-100
Outros Ativos Fixos	12,5-25

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores. Alterações nas depreciações do período são contabilizadas de forma prospetiva.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período.

Locações

O Grupo avalia no início dos contratos a existência de um eventual direito de uso, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação, onde se inclui os gastos com a manutenção contratualizados, ajustado por quaisquer pagamentos de locação feitos na, ou antes da, data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, deduzidos de qualquer incentivo concedido.

Os ativos sob direito de uso são subsequentemente avaliados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade.

A depreciação do ativo sob direito de uso é calculada utilizando o método das quotas constantes, durante o prazo de locação.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, deduzindo os juros apurados à taxa de juro implícita na locação.

As locações do Grupo IP dizem respeito a contratos de aluguer de viaturas e a equipamentos diversos.

O Grupo não reconhece como direito de uso ou responsabilidade de locação os contratos de locação de duração inferior a 12 meses, optando, conforme previsto na IFRS 16, por reconhecer um gasto de locação, numa base linear com rendas na rubrica de fornecimentos e serviços externos (nota 20), até ao término dos contratos.

O Grupo optou por apresentar na Demonstração Consolidada da Posição Financeira o direito de uso devidamente segregado na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis (nota 8), e as responsabilidades por locações na rubrica de Outras Contas a Pagar (nota 14.3.4).

2.3.8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Grupo diferencia as propriedades detidas para obtenção de rendas ou valorização de capital que geram fluxos de caixa independentes dos outros ativos do Grupo (propriedades de investimento tratadas em conformidade com a IAS 40 – Propriedades de Investimento) daquelas cujos fluxos de caixa gerados são associados à produção ou à sua utilização para fins administrativos cujos fluxos de caixa gerados não são independentes de outros ativos (tratadas em conformidade com a IAS 16 – Ativos fixo tangíveis).

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, que compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o seu reconhecimento inicial, as mesmas são mensuradas pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada (cf. Ativos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento - Vidas úteis – nota 2.4) e quaisquer perdas por imparidades acumuladas (cf. imparidades de ativos não monetários - nota 2.4), de acordo com o modelo do custo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes no regime de duodécimos, sendo que as propriedades de investimento do Grupo IP são depreciadas num período de 50 anos.

As transferências para, ou de, propriedades de investimento devem ser feitas, quando, e apenas quando, houver uma alteração do uso, evidenciada pelo seguinte:

- Começo de ocupação pelo proprietário, no caso de uma transferência de propriedade de investimento para propriedade ocupada pelo proprietário;
- Começo de desenvolvimento com vista à venda, no caso de uma transferência de propriedade de investimento para inventários (sendo aplicável apenas quando existe uma alteração de uso);
- Fim de ocupação pelo proprietário, no caso de uma transferência de propriedade ocupada pelo proprietário para propriedade de investimento; ou
- Entrada em vigor de uma locação operacional para outra parte, no caso de inventários para propriedades de investimento.

As propriedades de investimento são desreconhecidas no momento da sua alienação ou quando retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos futuros forem esperados da sua alienação, sendo que eventuais ganhos ou perdas gerados serão reconhecidos em resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

As rendas recebidas das propriedades de investimento são reconhecidas em resultados na rubrica de outros rendimentos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento, nomeadamente, custos de gestão e manutenção, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do exercício a que se referem. As benfeitorias para as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

2.3.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto sobre o rendimento é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados, exceto se o mesmo for relacionado com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

O valor do imposto corrente é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são originados pela existência de diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o seu valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributárias. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos sempre que houver uma probabilidade razoável de que lucros tributáveis futuros sejam gerados ou se houver passivos por impostos diferidos contra os quais possam ser compensados.

Para efeitos do cálculo do imposto diferido são usadas as taxas do imposto sobre o rendimento que se espera que estejam em vigor no momento de reversão das diferenças temporárias.

Periodicamente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos e passivos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da sua expectativa de recuperação futura, tendo em conta a legislação fiscal em vigor, levando-se em consideração eventuais incertezas de tratamento fiscal, conforme preconizado na IFRIC 23.

Em março de 2014, o Grupo IP aderiu ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

O Grupo IP, para efeitos fiscais, integra todas as empresas residentes em Portugal detidas pela IP (empresa-mãe do Grupo), em 75% ou mais, e que cumprem as condições elencadas no artigo 69.º do Código do IRC, as quais se apresentam de seguida:

- Infraestruturas de Portugal, S.A.
- IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A.
- IP Telecom – Serviços de Telecomunicações, S.A.
- IP Engenharia, S.A.

2.3.10 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna uma parte na respetiva relação contratual.

Os ativos financeiros são classificados inicialmente de acordo com o custo amortizado. Caso o ativo financeiro seja detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro a fim de recolher fluxos de caixa contratuais que se consubstanciam em reembolsos de capital e juros sobre capital em dívida, onde se incluem:

- **Concedente – Estado – Conta a receber –** Ativo financeiro decorrente da aplicação da IFRIC 12 (nota 2.4 – Concessão ferroviária e nota 14.2.1)**;**

- **Clientes -** Inclui contas correntes com diversas entidades, sendo estas registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzidas de perdas por imparidade, sendo que estas quando ocorrem têm impacto direto em resultados (notas 14.2.2 e 14.2.3).

  As perdas por imparidade registadas decorrem da utilização do modelo de perdas esperadas (nota2.4 – imparidade de ativos financeiros).

- **Outras contas a receber** - incluem ainda saldos devedores por acréscimos de rendimentos, referentes a serviços prestados e ainda não faturados.

Outros ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores em numerário, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, onde se incluem as disponibilidades depositadas na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Os descobertos contabilísticos são apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos e incluídos no saldo da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Relativamente aos passivos financeiros as categorias existentes são:

i. Custo amortizado;

ii. Justo valor através de resultados.

No caso do Grupo IP, todos os seus passivos financeiros (financiamentos bancários, empréstimos obrigacionistas e de acionistas, fornecedores e outras contas a pagar) são considerados na categoria de "Custo amortizado".

Financiamentos obtidos

O Grupo IP reconhece os empréstimos obtidos não correntes como um passivo financeiro em conformidade com a IFRS 9. Estes passivos financeiros são registados:

(i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e

(ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

O Grupo detém empréstimos obtidos sob a forma de empréstimos bilaterais e empréstimos obrigacionistas e de acionistas para financiar a construção de Infraestruturas de Longa Duração Ferroviária (ILD), a atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária, a atividade de Alta Prestação e a Atividade de Gestão da Rede Rodoviária.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar (inclui passivo por locações) são mensurados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado mediante o método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

2.3.11 INVENTÁRIOS

O Grupo IP apresenta as seguintes tipologias de inventários:

- Matérias-primas adquiridas com o fim específico e único de aplicação em infraestruturas de longa duração;
- Produtos Acabados relativos à construção dos empreendimentos imobiliários disponíveis para venda ao público; e,
- Outros Materiais que se destinam à utilização/incorporação na infraestrutura de longa duração decorrente da prestação de serviços de telecomunicações;

As Matérias-primas e outros materiais encontram-se registados ao custo, onde se incluem os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

As quantidades existentes no final do período são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

Desse modo, apenas se considera a existência de imparidades nestes ativos quando os mesmos se encontram danificados ou se se tornarem total ou parcialmente obsoletos para a sua utilização, reconhecendo-se nesse momento a perda na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os produtos acabados encontram-se registados ao menor dos valores entre o seu custo e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais.

O valor realizável líquido relativo dos produtos acabados é avaliado de acordo com as condições de mercado e os preços existentes na data de relato e é determinado pelo Grupo, tendo por base transações comparáveis identificadas para imóveis no mesmo segmento geográfico e imobiliário.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, essa diferença é reconhecida em perdas por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.3.12 SUBSÍDIOS

Os subsídios recebidos do Estado Português, da União Europeia ou organismos equiparados são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas, com exceção dos subsídios recebidos por conta do investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) que são reconhecidos aquando do seu recebimento efetivo.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos para financiamento do investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos como um proveito diferido.

Os subsídios são subsequentemente imputados a resultados numa base pro-rata da depreciação/amortização dos ativos a que estão associados, sendo registados na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos".

Os subsídios obtidos para financiamento dos ativos adquiridos/construídos em Infraestruturas de Longa Duração, são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica" Concedente – Estado – Conta a Receber" porque sendo atribuídos no âmbito da atividade ferroviária concessionada, constituem reembolso de parte das despesas incorridas, sendo deduzidos ao valor a receber do Concedente.

Os subsídios obtidos para financiar a participação em associadas são deduzidos à própria participação dando cumprimento a Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2021, de 27 de julho, que determinou a aplicação do subsídio recebido na aquisição da participação em causa.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados, na rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos" de forma sistemática e no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.3.13 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas pelo Grupo IP quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos futuros e o montante dessa obrigação possa ser estimado com razoabilidade. Quando alguma das condições anteriores não esteja presente, o Grupo procede à divulgação desses passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (nota 30), a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

As provisões são revistas à data de cada período de relato e ajustadas de acordo com a melhor estimativa a essa data.

2.3.14 RÉDITO

O rédito do Grupo IP é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes. O Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre determinado produto ou serviço para os clientes.

No contexto da atividade de gestão de infraestrutura ferroviária, as tarifas pela utilização de infraestrutura inscritas no Diretório da Rede, disponível no sítio da IP, são estabelecidas em cumprimento das disposições do Decreto-Lei n.º 217/2015, republicado pelo Decreto-Lei n.º 124-A/2018, e do Regulamento de Execução (UE) 2015/909 da Comissão Europeia.

O Diretório da Rede tem por objetivo apresentar aos candidatos, autoridades e a todas as entidades interessadas, os termos e as condições gerais para aquisição de capacidade e dos serviços inerentes à utilização da rede ferroviária nacional.

Para além de apresentar as características da rede, o Diretório da Rede enuncia as condições de acesso, descreve os serviços que o Grupo IP presta e divulga os princípios de tarifação e o tarifário, apresentando, quanto a este, a metodologia, as regras e, sendo o caso, as escalas utilizadas para a aplicação das tarifas.

O rédito associado ao Diretório da Rede decorre da cobrança de um conjunto de tarifas previstas referentes aos serviços que seguem:

- Pacote mínimo de acesso que inclui:
  - O tratamento dos pedidos de capacidade de infraestrutura ferroviária;
  - O direito de utilização da capacidade concedida;
  - A utilização de infraestrutura ferroviária (agulhas e entroncamentos);
  - O comando da composição, incluindo sinalização, a regulação, a expedição e comunicação e transmissão de informações sobre o movimento da composição;
  - A utilização de meios de alimentação elétrica para a tração; e,
  - Quaisquer outras informações necessárias à execução ou operação do serviço para o qual a capacidade foi concebida.
- Serviços adicionais
  - Energia elétrica para a tração – a IP (empresa-mãe do Grupo) repercute nas empresas ferroviárias os custos de aquisição da energia elétrica para a tração;
  - Transportes excecionais e de matérias perigosas – além do serviço é cobrada sempre tarifa de realização de estudo de viabilidade dos referidos transportes;
  - Manobras – o rédito é reconhecido mediante a apresentação de requisições por parte das empresas ferroviárias que o solicitem através do *eServiços;* e,
  - Estacionamento de Material Circulante – realizado fora das linhas de circulação, onde são realizados os itinerários respeitantes ao pacote mínimo de acesso.

- Serviços auxiliares
  - Disponibilização de acesso a serviços de telecomunicações, não incluídos no pacote mínimo de acesso, nomeadamente: comunicações de voz relativas às atividades de manutenção e gestão da empresa ferroviária, serviço de envio de mensagens SMS, serviço de transmissão de dados GPRS/EDGE, outros serviços em estações concessionadas;
  - Fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais das empresas ferroviárias;
  - Instrução de processos de autorização de circulação na Rede Ferroviária Nacional, onde a IP (empresa mãe do Grupo) atua como organismo designado para verificação de regras técnicas a pedido do IMT; e,
  - Realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, onde a IP pode apoiar os candidatos na avaliação de diversas opções para um serviço de transporte, com o estudo teórico de canais de horários.

Os valores correspondentes à prestação dos serviços incluídos no pacote mínimo de acesso são faturados mensalmente com base nas tarifas publicadas no diretório da rede e nos comboios-quilómetro (CK) utilizados, de acordo com os dados registados pela gestão da circulação da IP (empresa-mãe do Grupo).

Os valores correspondentes a serviços auxiliares e adicionais são faturados de acordo com as tarifas publicadas no diretório da rede ou conforme os contratos/protocolos estabelecidos.

A faturação dos serviços anteriores é coincidente com o período de reconhecimento do rédito dos mesmos, uma vez que se assume que nesse momento as diversas obrigações de desempenho são cumpridas.

Os réditos das atividades de gestão da infraestrutura rodoviária e alta prestação resultam do contrato de concessão rodoviário (doravante designado "Contrato") que o Estado celebrou com a ex-EP em 23 de novembro de 2007, cujas bases foram aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 380/2007 de 13 de novembro, alterado pela Lei n.º 13/2008, de 29 fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009 de 18 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio.

Este Contrato, cujo término ocorre às 24 horas do dia 31 de dezembro de 2082, tem como objeto a concessão pelo Estado Português à extinta EP do seguinte:

- Conceção, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional;
- Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação e alargamento das vias que integram a Rede Rodoviária Nacional Futura;
- Financiamento, exploração, conservação, requalificação e alargamento das vias que compõem a Rede Rodoviária Nacional ou a Rede Rodoviária Nacional Futura, mas que integrem, igualmente, a Rede Concessionada ficando, no entanto, estas responsabilidades sujeitas ao termo inicial dos contratos de concessão atualmente em vigor entre o Estado e terceiros. O termo inicial marca também o fim da assunção pelo Grupo IP de todos os pagamentos a efetuar pelo Estado e os recebimentos a arrecadar por este, no âmbito dos referidos contratos.

Pelo contrato de concessão, celebrado para vigorar desde 2008, durante 75 anos, são receitas próprias do Grupo IP, entre outras, as seguintes:

i. Consignação do Serviço Rodoviário (CSR)

A então Contribuição do Serviço Rodoviário criada pela Lei nº 55/2007, de 31 de agosto, constitui a contraprestação paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária nacional e incide sobre a gasolina e o gasóleo rodoviário sujeitos ao imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e dele não isento. Em 2014, foi fixado o alargamento da Contribuição do Serviço Rodoviário ao GPL auto, até então isento.

Entretanto, por força da Lei n.º 24-E/2022, de 30 de dezembro, a Contribuição do Serviço Rodoviário foi extinta, tendo ocorrido, simultaneamente, um aumento da taxa do ISP correspondente ao montante da Contribuição do Serviço Rodoviário e criada a Consignação do Serviço Rodoviário. Deste modo, a partir de 2023, o financiamento do Grupo IP que era assegurado por aquela Contribuição passa a ser assegurado mediante esta Consignação.

O reconhecimento deste rédito ocorre no momento de cada obrigação de desempenho, independentemente do seu encaixe financeiro, visto que existe um desfasamento temporal entre a data em que os combustíveis são introduzidos ao consumo e a realização dos encaixes financeiros, que são transferidos para o Grupo IP pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), após comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira da receita cobrada.

ii. Outros Réditos decorrentes do Contrato de Concessão

Para a prossecução do seu objeto social, o Grupo tem de proceder à prestação de serviços de construção no âmbito do desenvolvimento da rede de infraestrutura rodoviária nacional.

O resultado da construção de cada nova componente da rede de infraestrutura rodoviária nacional é registado de acordo com o método de mensuração do progresso com base nas entradas.

O montante de rédito a reconhecer resulta do produto entre a percentagem de acabamento e o valor total da obra. O valor total da obra é o montante acordado com o Concedente (Estado) ou, não estando acordado, é o resultado do somatório dos componentes de gastos específicos à obra em causa quer internos ou externos.

O valor a receber resultante da prestação de serviços de construção, no âmbito da Concessão, é permutado pelo Direito de Concessão.

iii. O valor das taxas de portagem – Estradas em administração própria ou subconcessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da rede sob administração própria ou subconcessionada é reconhecida nos resultados do ano de acordo com as portagens reais do período, dado tratar-se de portagens em vias onde o Direito de Concessão do Grupo já é pleno.

iv. O valor das taxas de portagem – Estradas em administração concessionada

A atividade de cobrança de portagens sobre as vias da Rede Concessionada é reconhecida de acordo com as portagens reais do período sendo que o valor resultante desta atividade é deduzido ao investimento do Grupo na aquisição dos direitos sobre essa mesma rede Concessionada, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português.

O rédito relativo ao segmento de negócio das Telecomunicações é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes. O rédito é reconhecido quando se transfere o controlo sobre determinado produto ou serviço para os clientes.

No que concerne à tipologia de serviços prestados, destacam-se os serviços prestados de Fibra ótica, Canal Técnico Rodoviário (CTR), *Cloud*, voz, dados, *housing*, SaaS (*Storage as a Service*). Os serviços em questão são recorrentes considerando-se que a receção e o consumo dos mesmos ocorrem em simultâneo, coincidindo estes momentos com o cumprimento da obrigação de desempenho, o que permite o reconhecimento do rédito.

Relativamente ao segmento de engenharia de transportes incluem-se prestações de serviços de fiscalização, estudos e projetos de engenharia. Estas prestações de serviço consubstanciam obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo, contrato a contrato, com base no esforço ou nas entradas da entidade para o cumprimento de uma obrigação de desempenho através do apuramento dos recursos consumidos em relação aos recursos esperados para o total cumprimento da obrigação de desempenho.

Os resultados dos estudos e projetos de engenharia são reconhecidos contrato a contrato, os quais são mensurados através da relação entre os custos incorridos em cada obra até à data do fim do período de apresentação das contas e a soma desses custos com os custos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação daquele grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são contabilizados nas sub-rubricas "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou "Rendimentos correntes a reconhecer", incluídas nas rubricas “Outras contas a receber” no ativo corrente e “Diferimentos” no passivo corrente.

No segmento de gestão imobiliária de espaços comerciais, o rédito respeita:

- às contrapartidas de subconcessão pela utilização de espaços comerciais e de serviços – a obrigação de desempenho considera-se cumprida lineamente durante o período dos contratos; e,
- às vendas de apartamentos e espaços comerciais e as prestações de serviços de valorização patrimonial, de assistência técnica e outros serviços relacionados – o reconhecimento destes réditos ocorre quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o valor dos benefícios possa ser quantificado, geralmente na data de realização das escrituras.

2.3.15 BENEFÍCIOS DE EMPREGO

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados, independentemente da data do seu pagamento.

O Grupo concedeu pensões de invalidez, reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência a um universo restrito e fechado de colaboradores.

Estas responsabilidades com benefícios a empregados pós-emprego e de cessação de emprego são pagas pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) aos colaboradores e debitados por esta ao Grupo até os mesmos colaboradores estarem em condições para serem reformados pela lei geral.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são revistas anualmente. O valor presente da obrigação é determinado utilizando o método das rendas vitalícias imediatas, pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios que são perfeitamente identificáveis, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

2.3.16 IMPARIDADES

Ativos não monetários

O Grupo avalia, a cada data de relato, se existem circunstâncias ou acontecimentos que indiciem a possibilidade de que um ativo possa estar em imparidade. Se existir alguma indicação, ou quando for necessário testar anualmente a imparidade de um ativo, o Grupo estima o seu valor recuperável, que corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do ativo é calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os ativos são alocados ao mais baixo nível para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidade geradora de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo individualmente.

O Grupo regista uma perda por imparidade nos resultados do exercício quando a quantia escriturada de um ativo ou unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável.

Para os ativos com imparidades constituídas em anos anteriores, exceto *goodwill,* é efetuada uma avaliação em cada data de relato para determinar se existe uma indicação de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecidas já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Uma perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma alteração nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo desde o reconhecimento da última perda por imparidade. A reversão é limitada de modo que o valor contabilístico do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

O *goodwill* é sempre testado anualmente quanto à imparidade no final de cada exercício.

A imparidade é determinada para o *goodwill* através da avaliação do valor recuperável de cada unidade geradora de caixa a que o *goodwill* respeita. Quando o valor recuperável da unidade geradora de caixa é inferior ao seu valor contabilístico, é reconhecida uma perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas em períodos futuros.

Ativos financeiros

O Grupo aplica a abordagem simplificada da IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil, para os segmentos de negócio onde o risco de crédito tem sido considerado mais elevado no Grupo (Gestão Imobiliária de espaços comerciais**)**. Para os restantes segmentos a existência perdas de crédito são consideradas menos prováveis pelo Conselho de Administração Executivo e, como tal, é efetuada uma abordagem mais casuística.

Na nota 2.4.13, são divulgados os principais pressupostos associados à constituição / reversão de imparidades nos ativos não monetários e financeiros e na nota 14.4.1 pode ser verifica a análise de risco de crédito.

2.3.17 PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Conselho de Administração Executivo, consideram-se partes relacionadas relevantes, as entidades em relação às quais o Grupo IP seja controlado (Estado Português em sentido restrito), regulado (AMT), em que exerça controlo conjunto (operações conjuntas), influência significativa (empresas associadas), bem como os membros que compõem os órgãos sociais da IP.

Adicionalmente é ainda considerado como parte relacionada relevante os operadores ferroviários detidos pelo Estado Português.

O Grupo IP divulga as partes relacionadas, os saldos e transações ocorridas na nota 27.

2.3.18 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos materiais ocorridos entre a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e a data em que as Demonstrações Financeiras Consolidadas são aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo que proporcionem prova de condições existentes à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Eventos materiais ocorridos entre a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e a data de aprovação pelo Conselho de Administração Executivo das Demonstrações Financeiras Consolidadas indicativos de condições que surgiram após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, são divulgados na nota 34.

2.4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo IP, em conformidade com as IFRS, requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam as quantias reportadas de ativos, passivos, rendimentos, gastos, fluxos financeiros, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os julgamentos, estimativas e pressupostos efetuados são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e noutros fatores, incluindo a expetativa de acontecimentos futuros considerados prováveis relativamente às circunstâncias em que os mesmos foram formulados.

Não obstante todo este processo ser efetuado com base na melhor informação disponível e dado o carácter de incerteza associado ao mesmo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas, podendo resultar das mesmas um conjunto de alterações relevantes da posição financeira, desempenho e fluxos de caixa futuros do Grupo, que serão consideradas nos resultados do exercício de modo prospetivo.

Estas incertezas são particularmente expressivas no que se refere à valorização do direito de concessão rodoviária, reconhecido no ativo intangível, com consequências igualmente ao nível do apuramento do resultado do período, na medida em que tal valorização afeta o valor da amortização a reconhecer em cada exercício, conforme descrito seguidamente no respetivo ponto relativo ao Direito da Concessão. Tais incertezas decorrem não só do comportamento efetivo dos pressupostos assumidos quanto à evolução futura do tráfego e das receitas que lhe estão associadas, designadamente de portagem e da CSR, e do montante dos investimentos futuros a efetuar na rede, como também, e com impacto direto mais imediato, da forma que vier a ser acordada com o Estado Concedente para ressarcir a IP das perdas de receita de portagem geradas, quer pelos descontos e eliminação das taxas de portagem que têm vindo a ser aprovados nos últimos anos, quer pelo adiamento da introdução de portagens noutros troços que se previa que viessem a ser portajados, sendo entendimento da gestão que tais decisões do Concedente conferem à IP o direito a reequilíbrio financeiro da concessão, de acordo com o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a IP em 23 de novembro de 2007.

Deste modo, na valorização do Direito da Concessão foi assumido que tal ressarcimento ocorreria já a partir do exercício de 2026, inclusive, não obstante a incerteza que tal assunção envolve.

Adicionalmente, na nota 14.4 são ainda divulgados um conjunto de riscos a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida apresentam-se os principais julgamentos, estimativas e pressupostos considerados:

2.4.1 ATIVOS INTANGÍVEIS - DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

O Grupo IP amortiza o seu direito de concessão rodoviário pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo essa amortização baseada na: i) utilização da infraestrutura, medida pela estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na ii) valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pelo Grupo.

Estes dois parâmetros são definidos tendo em consideração a tipologia dos ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pelas empresas do setor ao nível internacional.

2.4.2 PADRÃO ESTIMADO DAS RECEITAS (NO ÂMBITO DO CÁLCULO DO MÉTODO DAS UNIDADES EQUIVALENTES)

O montante e o momento da ocorrência das receitas futuras são essenciais para determinar o método das unidades equivalentes, no qual assenta o cálculo da amortização do Direito de Concessão Rodoviário.

O Grupo elabora um modelo financeiro plurianual que é revisto anualmente, sendo os seus pressupostos mantidos ou ajustados com base no histórico recente e nas melhores perspetivas do Conselho de Administração Executivo da IP para o futuro, modelo este que serve de base ao apuramento do Padrão Estimado das Receitas que suporta o apuramento da amortização anual do ativo intangível relacionada com o direito da concessão rodoviário.

A estimativa das receitas anuais foi apurada de acordo com os principais pressupostos base:

- Na CSR, até 2025, assume-se a melhor estimativa da gestão para esses anos. A partir de 2025, a CSR evolui com base num pressuposto de crescimento anual dos consumos de gasolina e gasóleo rodoviário de 0% e de evolução dos valores unitários por litro consumido, de acordo com o IPC (2%/ano);
- Receitas de portagens das concessões ex-SCUT e subconcessões baseiam-se nos casos base, ou em estudos de tráfego mais recentes efetuados por consultores especializados, disponíveis à data da revisão e aprovação dos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Após a reversão destes contratos para a IP, considera-se um crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano destes estudos e casos base;
- Contudo, no que se refere aos efeitos i) da eliminação das taxas de portagem em diversas concessões (ex-SCUT) introduzida pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto a partir de 1 de janeiro de 2025, e ii) da aplicação de descontos em outras autoestradas da rede própria do Grupo, introduzida pela Portaria n.º 418/2023, foi considerada a obtenção de compensação financeira a pagar pelo Concedente, por se entender que, atento o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a ex-EP em 23 de novembro de 2007, até ao final de 2025, será estabelecido, em articulação entre o Concedente e a IP, um mecanismo suscetível de assegurar a compensação pela perda de receita associada aos referidos descontos nas portagens. O Grupo IP considera ainda que esta compensação é a forma mais adequada de medir a utilização da infraestrutura nas vias para as quais foram eliminadas/reduzidas as portagens a partir de 1 de janeiro de 2025;
- Nas Concessões do Estado em regime de portagem real, considerou-se, a partir de 2025, que, relativamente aos troços em que a IP já detém o direito decorrente do regime de cobrança de portagens constante do seu Contrato de Concessão, seria aplicado este regime, com o reconhecimento das receitas daí decorrentes. Após a reversão das Concessões do Estado para o Grupo IP, esta será a titular da totalidade das respetivas receitas de portagem, considerando-se o seu crescimento de acordo com o IPC, com base no último ano dos respetivos casos base, quando aplicável, ou em estudos de tráfego efetuados por técnicos especializados do Grupo IP;

- Em geral, as restantes receitas operacionais (receitas de áreas de serviço, telemática e outras) foram estimadas em 2024, no âmbito da revisão do modelo económico-financeiro para o período da Concessão.

Procedeu-se, igualmente, a uma análise de sensibilidade à evolução das receitas do Grupo IP ao longo da vida do Contrato de concessão e seu impacto nas amortizações do exercício. As análises realizadas basearam-se nos seguintes cenários, elaborados a partir do cenário base acima referido:

a) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% até 2039 e 0% a partir de 2040 e o crescimento real da CSR seria de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 0,5%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

b) Considerou-se que o crescimento real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão seria de 1% e o crescimento real da CSR seria de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 1%, mantendo-se o crescimento de acordo com o IPC.

c) Considerou-se uma redução real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão de 1% até 2039 e 0% a partir de 2040 e uma redução real da CSR de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 0,5%, mantendo-se o crescimento de tarifas de acordo com o IPC.

d) Considerou-se que uma redução real das receitas de portagem após o termo inicial dos Contratos de Concessão de 1% e uma redução real da CSR de acordo com os pressupostos Base até 2025 e após 2025, de 1%, mantendo-se o crescimento de tarifas de acordo com o IPC.

O impacto em resultados dos diferentes cenários, no ano de 2024, é apresentado no seguinte quadro:

M€

ANÁLISE SENSIBILIDADE CRESCIMENTO CSR E PORTAGENS	CENÁRIO BASE	CENÁRIO A)	CENÁRIO B)	CENÁRIO C)	CENÁRIO D)
Amortizações do Exercício	-208	-189	-149	-228	-276
Amortizações de Subsídios	56	52	44	60	69
	-153	**-137**	**-105**	**-168**	**-206**
Diferença		**16**	**47**	**-16**	**-54**

2.4.3 VALOR AMORTIZÁVEL DO DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

O montante a considerar como valor amortizável do Direito de Concessão implica a assunção de montantes de execução de obras e manutenção programada até ao termo da Concessão.

A estimativa do investimento total da Concessão teve por base os principais pressupostos:

- Os encargos anuais com as concessões ex-SCUT têm efeito até 2032, e representam a melhor estimativa com base nos resultados obtidos com os contratos renegociados entre a Comissão de Negociação e as Concessionárias;
- Os encargos com a construção presente nos Contratos de Subconcessão em vigor, valorizada ao custo de cada caso base;
- Os encargos com a modernização e manutenção da rede própria do Grupo IP;
- Os restantes investimentos consistem em instalação e melhoria de equipamentos e estudos, projetos, fiscalização e assistência;
- Os encargos com conservação periódica refletem a atualização do estudo efetuado em 2019 tendo por base a implementação do plano de negócios;
- O PRN 2000 é realizado até 2052.

As alterações entre os valores planeados, contratados e executados podem variar por diversos fatores exógenos ao Grupo com impacto no montante da amortização a registar no futuro.

2.4.4 CONSERVAÇÃO PERIÓDICA DE ESTRADAS E OBRAS DE ARTE RODOVIÁRIAS

Com base em levantamentos técnicos de necessidades de reparação e do controlo do índice de qualidade médio das vias e obras de arte, é apurado um custo anualizado necessário para a manutenção programada a desenvolver que permita, de acordo com o estipulado no Contrato de Concessão da IP, a manutenção do índice de qualidade médio da rede nos valores em que a mesma foi recebida.

2.4.5 CONSTRUÇÃO POR VIA DE SUBCONCESSÕES

A construção por via de Contratos de Subconcessão é registada refletindo a evolução física da obra, com base em informação da percentagem de acabamento da obra obtida junto das subconcessionárias e validada pelo Grupo IP.

2.4.6 CONCEDENTE - ESTADO - CONTA A RECEBER

Decorrente do processo de cisão da atividade ferroviária em Portugal, em 1997, foi acometida à IP (ex-REFER) a responsabilidade de construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretrizes do Estado, cujo financiamento é garantido através de capital, subsídios estatais e europeus e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a IP, o papel de "agente" nesta atividade.

Aplicando este entendimento, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12 - Acordos de Concessão.

Assim, para efeitos de aplicação da IFRIC 12, considera-se que a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração (ILD) consubstancia a existência de uma concessão entre o Estado (Ente Público) e a IP (equiparado a Ente privado apesar de o único acionista ser o Estado), assumindo a IP o papel de "Concessionário" nesta atividade.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços públicos nos quais o concedente (Estado) controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- Construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- Já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito, é entendimento do Grupo IP que a concessão ferroviária existente se encontra incluída no âmbito desta IFRIC pelas razões que seguem:

- A IP é uma entidade com fins lucrativos e sujeita à aplicação do Código das Sociedades Comerciais. Não obstante o seu acionista ser o Estado, a mesma está constituída pelo regime previsto na legislação aplicável ao setor público empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro) dispondo de independência patrimonial e financeira face ao seu acionista, sendo dessa forma afastada a exclusão de aplicação da IFRIC 12 de acordo com o seu §4;
- O Decreto-Lei que constitui a IP, em substância, pode ser considerado um acordo de concessão, pois o Estado, na qualidade de Concedente, controla e regulamenta os serviços públicos prestados pela IP, na qualidade de Concessionária, com as infraestruturas integrantes ou que venham a integrar o domínio público ferroviário nacional, definindo igualmente a quem são prestados os serviços e a que preço; e,
- O Estado, através da propriedade, controla as infraestruturas, pois estas pertencem ao domínio público do Estado, cedendo à IP o direito de acesso às mesmas para esta prestar o serviço público através da cobrança de uma tarifa aos operadores de transporte de passageiros e de mercadorias.

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as caraterísticas mencionadas anteriormente.

Face à tipologia dos modelos, foi considerado que o que melhor traduz o objeto social atribuído à atividade ferroviária é o modelo do Ativo Financeiro, pois de acordo com a legislação em vigor, o Estado (Ente público) suportará integralmente os encargos associados a investimentos em infraestruturas ferroviárias nacionais, possuindo assim a IP um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados em ILD. Este direito é conferido quer pelo artigo 11.º da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres para o transporte ferroviário (LBTT), quer pelo Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 julho, quer ainda pelo Plano Estratégico de Transportes 2011-2015 (PET) e, já em 2014, pelo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (2014-2020) (PETI3+).

Pelo facto de não existir acordo de concessão formal para a Atividade de Investimento em Infraestruturas de Longa Duração, apenas Contrato Programa para a atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária, o Grupo IP assume as seguintes premissas para determinação do valor da concessão, de acordo com o modelo do ativo financeiro, baseando-se no princípio da substância sobre a forma e na legislação existente nomeadamente:

- A Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres – Lei n.º 10/90, de 17 de março que dispõe no nº 3 do artigo 11.º a compensação devida pelo Estado da totalidade dos encargos de construção, conservação e vigilância de infraestruturas, de harmonia com as normas a aprovar pelo Governo.

- No Plano Estratégico dos Transportes (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro):

  "O investimento necessário à construção de infraestruturas de transporte, enquanto bens e ativos do domínio público, é uma responsabilidade do Estado, como consta da própria Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres. Não obstante, nas últimas décadas, as empresas do setor empresarial do Estado dos transportes públicos terrestres e da infraestrutura ferroviária têm assumido o ónus de suportar nas suas demonstrações financeiras — através de emissão de dívida — os encargos decorrentes daquele investimento, por conta do Estado."; e

  "A dívida histórica das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE) de transportes públicos e da infraestrutura ferroviária resulta, em parte, da concretização de projetos de investimentos da responsabilidade do Estado, (…)".

- PETI3+ - Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (2014-2020).

  O PETI3+ "…surge como uma atualização do PET 2011-2015, projetando uma segunda fase de reformas estruturais a empreender neste setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década. Estima-se que dos projetos prioritários do setor ferroviário, 61% possam ser financiados através dos fundos comunitários e 39% através de fundos públicos de contrapartida nacional. Quando existam desafetações de domínio público ferroviário, o ganho ou perda obtido será afeto a esta atividade, conforme estabelecido em cada despacho de desafetação."

Assim sendo, e do exposto anteriormente, resulta o reconhecimento de um ativo financeiro na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, denominado "Concedente – Estado – Conta a receber".

Este ativo decorre do investimento em ativos concessionados (ou em Infraestruturas de Longa Duração) acrescido dos juros debitados, deduzido da rentabilização de ativos, dos subsídios recebidos, dos recebimentos ocorridos e imparidades.

i) Investimento em ativos concessionados (ILD) - Integram as propriedades de domínio público ferroviário para as quais a IP apenas tem acesso a elas de modo a efetuar a prestação de serviços de "Gestão de Infraestrutura". Estes ativos, para além das aquisições e construções posteriores à cisão do património da CP – Comboios de Portugal, E.P.E, através da publicação do Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de abril, englobam, igualmente, o património dos Gabinetes extintos (Gabinete do Nó Ferroviário de Lisboa, Gabinete do Nó Ferroviário do Porto e Gabinete de Gestão das Obras de Instalação do Caminho-de-Ferro na Ponte sobre o Tejo) e património transferido daquela empresa, que configuram a natureza de bens do domínio público ferroviário;

ii) Juros debitados - Como não existe maturidade definida, consequência da inexistência de contrato de concessão formalizado, assume-se que os valores a receber se vencem no momento do débito. Consequentemente, a partir dessa data considera-se que são devidos ao concessionário (IP) os juros do valor em dívida. A forma de cálculo desses juros é efetuada tendo por base as mesmas condições do financiamento obtido para financiar diretamente esta atividade. São assim debitados os juros e outros gastos financeiros incorridos com os empréstimos contraídos para financiamento da concessão.

iii) Rentabilização de ativos - resulta da obrigação, expressa nos despachos conjuntos dos Ministérios das Tutelas Setorial e Financeira, de autorização da desafetação de domínio público ferroviário e que os respetivos resultados de alienação sejam deduzidos aos valores a haver do Concedente;

iv) Subsídios recebidos – nota 2.3.12

O ativo financeiro é apresentado como um saldo corrente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira por não ter maturidade definida, em virtude da inexistência formal de contrato de concessão.

2.4.7 ATIVOS TANGÍVEIS, ATIVOS INTANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - VIDAS ÚTEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na Demonstração Consolidada dos Resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pelas empresas do setor.

2.4.8 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO - APURAMENTO DE JUSTO VALOR

As propriedades de investimento são objeto de avaliação por avaliadores qualificados para efeitos de divulgação no presente relatório, sendo a avaliação efetuada apenas no caso de existência de indícios que a justifiquem (nota.2.4.12), de acordo com o método do rendimento, onde a renda unitária potencial é estimada com base nos valores de arrendamento praticados no mercado local. As rendas praticadas assumem-se como perpétuas, sendo que a determinação da yield assenta nas características dos imóveis em análise, em relação com o nível de risco associado ao mercado imobiliário.

2.4.9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas são incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- Participação financeira detida entre 20% e 50%;
- Transações materiais entre o Grupo e a entidade associada;
- Participação em processos de definição de políticas;
- Intercâmbio de quadros para a gestão da influenciada; e
- Fornecimento de informação técnica essencial.

2.4.10 OPERAÇÕES CONJUNTAS

Os dois Agrupamentos Europeus de Interesse Económico participados pelo Grupo IP consubstanciam operações conjuntas de acordo com o preconizado na IFRS 11.

A determinação da tipologia de acordo fundamenta-se no julgamento efetuado das entidades envolvidas, tendo em consideração os direitos e obrigações decorrentes dos acordos, considerando-se:

- Estrutura e forma legal do acordo – Ambos os acordos em questão foram estruturados mediante um veículo separado, sendo que nestas circunstâncias estamos perante uma operação conjunta, uma vez que a forma jurídica do referido instrumento não confere separação entre as partes e o veículo separado. Os estatutos de ambos os Agrupamentos, mencionam a existência de responsabilidade ilimitada e solidária por parte dos intervenientes do Agrupamento, o que os faz responsáveis pelos créditos invocados por terceiros, bem como o facto de que em caso de perdas, a Assembleia tem o direito de solicitar aos intervenientes que contribuam proporcionalmente, de acordo com as percentagens de participação de cada membro, para a liquidação das dívidas do Agrupamento, o que indicia que são conferidas às partes obrigações pelos passivos originados pelo acordo;
- Os termos acordados pelas partes – Ambos os acordos estabelecem que os estudos constituirão propriedade indivisa dos membros do acordo.

2.4.11 PROVISÕES

O Grupo IP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos futuros necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões resultantes de processos judiciais em curso são avaliadas periodicamente pelos advogados internos e externos ao Grupo IP responsáveis pelos processos em causa.

Relativamente à Provisão para Estradas Desclassificadas, o Grupo IP faz um levantamento exaustivo das estradas desclassificadas ainda sob sua responsabilidade e verifica, com base em análises técnicas sobre o custo de intervenção de preparação das mesmas para entrega aos municípios, se o valor de provisão registado é o adequado.

Em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12 foi constituída uma provisão para este processo que se estima ser o impacto de uma eventual decisão desfavorável que equivale à totalidade do IVA deduzido pelo Grupo IP em atividades financiadas pela CSR.

2.4.12 IMPARIDADES DE ATIVOS NÃO MONETÁRIOS

*Goodwil*l – Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, às quais o g*oodwill* é atribuído, são determinados, internamente, com base no cálculo do valor de uso, utilizando a metodologia dos cash-flows descontados. Os cash-flows utilizados no cálculo são provenientes do orçamento da empresa para um período de três exercícios com projeção adicional de mais dois períodos, sendo excluído dos mesmos qualquer efeito de reestruturações futuras que não tenham sido aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. Os referidos cash-flows são atualizados a uma taxa de desconto que reflete o valor temporal do dinheiro e os riscos específicos para o ativo avaliado, sendo utilizado o modelo do custo médio ponderado de capital (WACC). Na nota 5, podem ser verificadas as principais variáveis associadas a esta temática bem como as respetivas análises de sensibilidade.

Ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida - é verificado se existem indícios de perdas por imparidade nomeadamente mediante a descontinuação/inutilização de ativos.

Propriedades de investimento – No fim de cada exercício é avaliado pelo Conselho de Administração Executivo a eventual existência de indícios que impliquem alterações no valor das propriedades de investimento mediante a análise de dados internos e externos, dos quais destacamos:

- Resultados de vendas do ano e respetivas margens;
- Relação existente entre tipologia de imóveis alienados, face aos existentes em carteira;
- Análise de características específicas dos imóveis em avaliação;
- Contratos de promessa de compra e venda firmes para o exercício seguinte;
- Valores praticados nas zonas de arrendamento; e
- Contratos de promessa de compra e venda em negociação.

Na eventualidade de existir necessidade de efetuar novas avaliações as mesmas são efetuadas com recurso a avaliadores internos / externos qualificados.

Inventários do segmento da atividade de investimento em infraestrutura ferroviária – os mesmos não serão reduzidos abaixo do custo uma vez que sendo incorporados na infraestrutura os mesmos serão debitados ao Concedente sempre ao preço a que foram adquiridos. A única exceção ao exposto anteriormente, respeita aos materiais que apresentem sinais de estarem tecnicamente obsoletos para utilização na atividade do Grupo, os quais ainda assim são ajustados tendo em conta o seu valor recuperável pela venda a título de resíduos.

Inventários detidos para uso na produção (segmento telecomunicações) – Os mesmos apenas são reduzidos abaixo do custo quando apresentam sinais de estarem tecnicamente obsoletos, pois estes materiais, salvo raras exceções, são para imputar na infraestrutura.

Inventários do segmento de gestão imobiliária - são anualmente objeto de teste de imparidade, sendo as avaliações preparadas externamente por avaliadores qualificados, tendo por base os pressupostos que se seguem, definidos pela Administração:

- Não existem quaisquer ónus ou encargos sobre os imóveis;
- Os lotes que o constituem podem vir a ser vendidos individual e faseadamente.

A determinação do valor de mercado é preparada de acordo com o método do rendimento, que se baseia nos fluxos de caixa atualizados do projeto a desenvolver, ou seja, na diferença entre as estimativas dos valores futuros das receitas que o imóvel poderá proporcionar e todos os gastos necessários para que os imóveis gerem essas receitas. No caso concreto dos lotes objeto de avaliação, as receitas (venda do edificado a construir) e os gastos (diretos e indiretos de construção e de financiamento) serão faseados no tempo, gerando fluxos de caixa periódicos que deverão ser atualizados ao momento atual, de acordo com uma taxa de desconto que reflita o risco associado aos projetos, geralmente composta por uma taxa de retorno sem risco, baseada em obrigações do Tesouro com maturidade semelhante ao horizonte temporal do projeto, consideradas livres de risco de incumprimento, acrescidas de um prémio de risco, que reflete a remuneração exigida em conformidade com a perspetiva de variação do mercado no prazo do projeto, incluindo não só o risco do projeto em si mas também o risco sistémico existente no mesmo.

As receitas das vendas estimadas são efetuadas de acordo com o método comparativo de mercado que consiste na determinação do valor de venda dos imóveis em causa por comparação com outros imóveis semelhantes, dos quais se conhecem os seus preços no mercado imobiliário.

Na nota 11.2 podem ser verificados alguns dos parâmetros atrás enunciados.

2.4.13 IMPARIDADES DE ATIVOS FINANCEIROS

Concedente Estado – Conta a receber – No momento de constituição da REFER, o capital estatutário foi realizado em espécie com a entrega da infraestrutura ferroviária avaliada em 62.350 m€. De 1998 a 2001, o Estado Português procedeu ao aumento do capital estatutário da REFER no total de 242.850 m€, destinando estes aumentos, conforme consta em cada despacho conjunto de aprovação, ao financiamento dos investimentos em infraestruturas de longa duração integrantes do domínio público ferroviário. À data da constituição, os ativos de domínio público constavam como ativos fixos da REFER (imobilizado corpóreo no então normativo contabilístico – POC), pelo que, a contrapartida da entrada do capital foi o reconhecimento desses mesmos ativos. Com a adoção da IFRIC 12, estes valores assumem a forma de reembolso efetuado em devido tempo aos investimentos realizados na infraestrutura de longa duração pela Concessionária REFER, totalizando o valor de 305.200 m€ (entrada em espécie inicial, acrescido dos aumentos de capital ocorridos entre 1998 e 2001). Consequentemente, este valor já não será reembolsado pelo Estado/Concedente, tendo sido constituída imparidade sobre estes valores.

Devedores diversos - são baseadas na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração Executivo sobre a probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores. São também consideradas outras circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da determinação da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos.

Dívidas de clientes dos segmentos das atividades de Gestão de Infraestrutura Ferroviária e de Alta Prestação – genericamente, não têm sido objeto de imparidade devido às características específicas dos clientes (operadores ferroviários e clientes de portagens).

Dívidas de clientes do segmento de gestão imobiliária – é utilizada uma matriz histórica de incobráveis para determinação das perdas esperadas para a totalidade de vida dos créditos em questão, com base nos critérios que seguem:

- Histórico de perdas dos últimos três exercícios;
- Dívidas superiores a um exercício são ajustadas na totalidade;
- Os créditos são deduzidos de:
  - Dívidas a favor dos clientes;
  - Cauções.

Adicionalmente os créditos são expurgados de:

- Dívidas de entidades públicas;
- Dívidas de clientes com planos de pagamento, onde é avaliada a componente de financiamento intrínseca à operação.

Dívidas de clientes (restantes segmentos de negócio) – registadas com base na análise de risco de crédito da contraparte, a sua condição financeira e a antiguidade histórica dos saldos.

Todo este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

2.4.14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

i) Impostos correntes

O imposto corrente do Grupo tem vindo a ser apurado de acordo com o RETGS desde o exercício de 2014.

Desde essa data, o Grupo IP optou, para efeitos de determinação do lucro tributável, pela aplicação do regime de limitação da dedutibilidade de gastos de financiamento na ótica do Grupo ou em vez da ótica individual. Em termos práticos, este limite corresponde ao valor legalmente fixado, calculado com base na soma algébrica dos resultados antes de qualquer tipo de depreciações, amortizações, gastos de financiamento líquidos e impostos apurados pelas sociedades que o compõem.

i) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis no futuro disponíveis contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

Para o correto reconhecimento de impostos diferidos é necessária a existência de julgamentos significativos do Conselho de Administração Executivo, no que respeita nomeadamente a:

- Previsões de existência de lucros futuros

O Grupo tem vindo a apresentar um histórico de lucros tributáveis. Em virtude da entrada em vigor da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE 2023), foi aprovada a introdução, no Estatuto dos Benefícios Fiscais, do artigo 43.º D – Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas, de agora em diante, ICE.

A consideração deste benefício no Grupo implicou que o resultado fiscal do Grupo, outrora bastante positivo tenha tendência a transformar-se em prejuízo fiscal.

Em conformidade com a legislação em causa, o referido benefício deve ser apurado por referência ao somatório dos valores apurados no próprio exercício e em cada um dos seis períodos de tributação anteriores com início em 2023.

Da análise dos vários instrumentos previsionais de gestão do Grupo e da referida legislação e em consonância com a política de financiamento do Grupo assente em aumentos de capital, verifica-se que a probabilidade de o Grupo apresentar lucros tributáveis nos próximos cinco exercícios é diminuta.

- Análise da legislação fiscal em vigor e de acordo com as especificidades aplicáveis ao Grupo IP

Com a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (OE 2023) foi alterado o regime de deduções de perdas fiscais previstos no artigo 52.º do CIRC, deixando de existir um limite temporal para a recuperação dos prejuízos fiscais gerados a partir de 2023, o que tem evidente impacto nas bases das diferenças temporárias apuradas.

- Quantificação de montante de ativos fiscais recuperáveis em períodos futuros

A estimativa de imposto do Grupo inclui diferenças temporárias cuja legislação fiscal delimita no tempo a sua recuperação, nomeadamente as diferenças temporárias resultantes do regime previsto da limitação de dedução de gastos de financiamento previstos no artigo 67.º do CIRC.

Para quantificar os montantes passíveis de recuperação em períodos futuros são analisados os diversos instrumentos previsionais do Grupo, assumindo-se os pressupostos mais atuais. Na nota 26 apresentam-se os ativos fiscais gerados, períodos de recuperação e estimativa de diferenças temporárias revertíveis em períodos futuros.

- Estimativa de taxa de reversão das diferenças temporárias

Para efeitos do cálculo do imposto diferido serão usadas as taxas do imposto sobre o rendimento que se espera que estejam em vigor no momento de reversão das diferenças temporárias.

Desse modo, foi necessário proceder a uma análise das bases das diferenças temporárias existentes e avaliar o modo de reversão dessas diferenças, face à natureza das operações que lhes estão subjacentes, o que implicou a segmentação das bases de imposto diferido de acordo com o período esperado de reversão, como se apresenta:

  - Diferenças temporárias durante o período em vigor do ICE - Bases das diferenças temporárias de operações cuja reversão se espera que ocorra nos próximos cinco exercícios (período de duração expectável do ICE); e
  - Diferenças temporárias pós período em vigor do ICE - Bases das diferenças temporárias de operações cuja reversão se espera que ocorra a partir do período de finalização do ICE, (altura em que se espera que o Grupo volte a gerar lucros tributáveis).

Na nota 10 encontram-se divulgadas as bases e pressupostos inerentes face às tipologias anteriores e, na nota 26, apresentam-se as taxas consideradas para as reversões esperadas.

- Diferenças temporárias cuja reversão não se espera que ocorra, logo não geradoras de impostos diferidos.

Existem diferenças temporárias, para as quais não são esperadas reversões em exercícios futuros, não originando, por isso, constituição de impostos diferidos ativos. Salientam-se as imparidades existentes sobre subsidiárias, outras contas a receber e inventários.

3. GRUPO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Principal atividade
		31-12-2024	31-12-2023	
EMPRESA-MÃE				
Infraestruturas de Portugal, S.A.	Praça da Portagem 2809-013 Almada	-	-	Conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviárias e ferroviárias nacionais, incluindo-se nesta última o comando e o controlo da circulação, bem como a promoção, conceção, projeto, construção, exploração e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.
EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS				
IP Telecom, Serviços de Telecomunicações, S.A.	Rua José da Costa Pedreira, n.º11, Lumiar 1769-023 Lisboa	100,00%	100,00%	Assegura o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias *Cloud* e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.
IP Património - Administração e Gestão imobiliária, S.A.	Av. de Ceuta – Estação de Alcântara-Terra 1300-254 Lisboa	100,00%	100,00%	Atua no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo da IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.
IP Engenharia, S.A.	Rua José da Costa Pedreira, n.º11, Lumiar 1769-023 Lisboa	100,00%	100,00%	Presta serviços de engenharia de transportes de suporte à atividade da IP e em projetos multidisciplinares rodoviários e/ou ferroviários, fornecendo soluções de mobilidade com um elevado nível de integração, quer ao nível nacional quer internacional.
EMPRESAS ASSOCIADAS				
CCF (Associação Centro de Competências Ferroviário) (c)	Parque Oficinal de Guifões, Rua do Ferroviário, Gatões, 4460-020 Guifões	35,34%	31,65%	Promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas.
OPERAÇÕES CONJUNTAS				
AVEP (a)	Madrid	50,00%	50,00%	Realização de estudos necessários às ligações Madrid-Lisboa - Porto e Porto - Vigo.
Corredor Atlântico (b)	Paris	25,00%	25,00%	Promoção de medidas que visem a melhoria da competitividade do transporte ferroviário de mercadorias no corredor Ferroviário Sines - Lisboa/ Leixões | Sines - Elvas/Algeciras - Madrid - Medina del Campo - Bilbao - Irun/ Bordeaux - Paris-Le Havre – Metz | Vilar Formoso/Fuentes Onõro, Elvas/ Badajoz, Irun/Hendaye e Fornack/Saarbrucken.

a) Entidade conjuntamente controlada pela IP com a ADIF na forma de Agrupamento Europeu de Interesses Económicos (A.E.I.E.)

b) Entidade conjuntamente controlada pela IP, ADIF e SNCF - Réseau, e DB NETZ (desde 1 de janeiro de 2016) na forma de Agrupamento Europeu de Interesse Económico (A.E.I.E.), constituída em 2013 sem capital social.

c) Entidade detida pela CP E. P. E., (35,34%), Metro do Porto S.A. (8,83%); Metro Lisboa, E. P.E (17,67%), IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.(2,65%) e PFP – Associação da Plataforma Ferroviária Portuguesa (0,17%).

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Política contabilística - nota 2.3.2

A informação relativa aos resultados de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, ativos e passivos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 dos segmentos identificados é a que segue:

2024	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Longa Duração	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Gestão Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Vendas e serviços prestados	16 622	21 164	88	100 376	98 346	333 990	788 530	-	1 359 117
Imparidades	- 214	- 719	-	-	- 11 216	-	-	-	- 12 150
Provisões	27	10	725	-	967	-	- 41 557	-	- 39 828
Outros rendimentos	241	1 895	-	-	128 624	11 857	70 941	-	213 558
Outros gastos	- 8 550	- 9 119	- 679	- 99 422	- 236 458	- 352 476	- 273 161	-	- 979 865
EBITDA	**8 126**	**13 231**	**135**	**954**	**- 19 737**	**- 6 629**	**544 753**	**0**	**540 833**
Amortizações e depreciações	- 1 012	- 127	-	- 954	- 4 366	- 209 290		-	- 215 750
EBIT	**7 113**	**13 104**	**135**	**0**	**- 24 103**	**328 834**		**0**	**325 083**
Gastos Financeiros	- 25	- 5	-	- 55 612	- 377	- 169 854		-	- 225 873
Rendimentos Financeiros	-	-	-	55 612	-	47		-	55 660
EBT	**7 089**	**13 099**	**135**	**0**	**- 24 480**	**159 027**		**0**	**154 869**
Imposto sobre o rendimento do período	- 39 319								- 39 319
Resultado Líquido	**115 550**								**115 550**

2023	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Longa Duração	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Gestão Inf. Rodoviária	Atlantic CAM	Total
Vendas e serviços prestados	14 881	19 340	107	34 140	86 596	339 228	706 597	-	1 200 890
Imparidades	- 290	332	-	-	110	-	-	-	152
Provisões	- 7	- 77	- 228	-	- 26 005	-	- 30 882	-	- 57 199
Outros rendimentos	119	2 231	-	-	74 938	9 320	84 338	-	170 945
Outros gastos	- 7 449	- 6 990	- 96	- 33 213	- 239 968	- 345 855	- 235 721	-	- 869 291
EBITDA	**7 255**	**14 836**	**- 217**	**927**	**- 104 330**	**2 693**	**524 332**	**0**	**445 497**
Amortizações e depreciações	- 1 076	- 126	-	- 927	- 4 079	- 230 670		-	- 236 878
EBIT	**6 179**	**14 710**	**- 217**	**0**	**- 108 408**	**296 355**		**0**	**208 619**
Gastos Financeiros	- 23	- 3	-	- 63 350	- 349	- 181 610		-	- 245 335
Rendimentos Financeiros	-	-	-	63 350	-	1		-	63 352
EBT	**6 156**	**14 707**	**- 217**	**0**	**- 108 757**	**114 746**		**0**	**26 635**
Imposto sobre o rendimento do período	- 44 722								- 44 722
Resultado Líquido	**- 18 087**								**- 18 087**

Relativamente aos quadros acima, destaque-se a evolução verificada na Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária decorrente do novo contrato programa o qual promove o equilíbrio operacional desta atividade. De referir que o resultado desta atividade inclui imparidades, efeitos do método da equivalência patrimonial, provisões, e resultados financeiros, que estão excluídos do apuramento das Indemnizações Compensatórias. Adicionalmente de referir que os excedentes gerados pelas atividades de Telecomunicações e de Gestão Imobiliária e de Espaços Comercias e Serviços de Engenharia e Transporte são utilizados no financiamento da Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária.

31-12-2024	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Longa Duração	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	*Atlantic CAM*	Total
Ativos									
Direito de Concessão	-	-	-	-	-	22 172 499		-	22 172 499
Concedente	-	-	-	5 513 611	-	-	-	-	5 513 611
Outros ativos	21 582	25 803	6 218	41 216	380 989	14 253	3 402 166	39 974	3 932 203
Total do Ativo	**21 582**	**25 803**	**6 218**	**5 554 828**	**380 989**	**25 588 919**		**39 974**	**31 618 314**
Passivos									
Financiamento obtidos	-	-	-	887 497	-	2 519 541	-	-	3 407 038
Subsídios	-	-	-	-	-	9 883 738		40 143	9 923 881
Outros passivos	7 310	4 961	949	288 002	124 627	1 549 380	1 475 794	-	3 451 023
Total do Passivo	**7 310**	**4 961**	**949**	**1 175 498**	**124 627**	**15 428 453**		**40 143**	**16 781 942**

31-12-2023	Telecomunicações	Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais	Serviços de Engenharia e Transporte	Ativ. Inv. Inf. Longa Duração	Ativ. Gestão Inf. Ferroviária	Alta Prestação	Ativ. Inv. Inf. Rodoviária	*Atlantic CAM*	Total
Ativos									
Direito de Concessão	-	-	-	-	-	21 773 390		-	21 773 390
Concedente	-	-	-	4 907 726	-	-	-	-	4 907 726
Outros ativos	17 856	23 939	5 997	102 105	268 210	27 671	2 953 172	12 150	3 411 100
Total do Ativo	**17 856**	**23 939**	**5 997**	**5 009 832**	**268 210**	**24 754 233**		**12 150**	**30 092 216**
Passivos									
Financiamento obtidos	-	-	-	1 451 611	0	2 532 731	-	-	3 984 342
Subsídios	-	-	-	-	-	9 850 914		12 150	9 863 064
Outros passivos	5 732	4 778	1 615	4 658	163 277	1 706 883	1 454 255	-	3 341 198
Total do Passivo	**5 732**	**4 778**	**1 615**	**1 456 269**	**163 277**	**15 544 783**		**12 150**	**17 188 605**

OPERAÇÕES COM SEGMENTOS (RECONCILIAÇÕES)	31-12-2024	31-12-2023
Rédito dos segmentos relatáveis	1 366 718	1 207 858
Rédito interno	- 7 584	- 6 974
Outros ajustamentos	- 17	6
Rédito consolidado	**1 359 117**	**1 200 890**
Resultados agregados	129 622	- 12 744
Gastos / Rendimentos internos	- 1 684	- 2 800
Outros ajustamentos	- 12 389	- 2 544
Resultados consolidados	**115 550**	**- 18 087**
Ativos dos segmentos	31 644 125	30 105 571
Saldos internos	- 27 319	- 27 192
Outros ajustamentos	1 507	13 836
Ativos consolidados	**31 618 314**	**30 092 216**
Passivos dos segmentos	16 798 502	17 205 097
Saldos internos	- 16 514	- 16 387
Outros ajustamentos	- 46	- 105
Passivos consolidados	**16 781 942**	**17 188 605**

5. *GOODWILL*

Política contabilística - nota 2.3.1
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.12.

O *goodwill* é proveniente da aquisição do capital remanescente da ex-GIL, em 2014, altura em que o Grupo passou a dispor de controlo sobre a referida entidade, sendo apresentada de seguida a evolução do mesmo:

31 de dezembro de 2022	**21 687**
Aumentos	-
Imparidades	-
31 de dezembro de 2023	**21 687**
Aumentos	-
Imparidades	- 11 689
31 de dezembro de 2024	**9 998**

Estimativas usadas para mensurar quantias recuperáveis de unidades geradoras de caixa contendo *goodwill*

Unidade geradora de caixa

Corresponde à atividade de exploração de espaços comerciais da Gare Intermodal de Lisboa a qual se encontra integrada no segmento relatável "Gestão Imobiliária e de Espaços Comerciais". A quantia recuperável para esta unidade geradora de caixa foi calculada com base no seu valor de uso, tendo em conta as disposições da IAS 36.

Em 2024 foi assinado o novo contrato programa entre a IP e o Estado, com vigência entre janeiro de 2024 e dezembro de 2028 onde consta, através da menção à Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024 de 5 de janeiro, a autorização da despesa com indemnizações compensatórias para os anos 2024-2028.

Adicionalmente, e tendo como objetivo assegurar o equilíbrio económico-financeiro da prestação do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária o contrato estipula ainda que até 31 de julho de cada ano, o Grupo IP (por meio da sua empresa-mãe), deve submeter à aprovação do Estado uma proposta fundamentada de atualização das projeções financeiras. Isso envolve a consideração dos valores da execução real do exercício anterior (ano n-1) e dos valores atualizados de inflação.

Caso as atualizações resultem em uma redução ou aumento da indemnização compensatória devida pelo exercício findo, esse diferencial é incorporado no valor a ser pago no ano seguinte, ajustando assim a compensação às necessidades reais da prestação do serviço.

Desse modo, os fluxos de caixa afetos à atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária devem ser desconsiderados da Unidade geradora de caixa, uma vez que o resultado desta atividade passou a ser independente destes fluxos, originado assim uma diminuição relevante na consideração dos fluxos associados à unidade geradora de caixa.

De seguida apresentam-se os principais pressupostos considerados relevantes pelo Conselho de Administração Executivo para determinação do valor de uso:

	31-12-2024	31-12-2023
Estimativa de *cash-flows*		
N.º de períodos projetados (anos)	5	5
Margem Bruta EBIT	11,00%	59,00%
Quantia recuperável da Unidade Geradora de Caixa (M Euros)	9 998	52 978
WACC	**4,25%**	**4,25%**
Unlevered Beta	0,47	0,40
Taxa de juro sem risco	2,93%	2,79%
Rentabilidade de capitais próprios	5,93%	6,35%
Custo médio do capital	5,73%	5,32%
Custo médio da dívida	4,12%	4,10%

- EBIT projetado – o EBIT para os primeiros três períodos da projeção decorre das previsões de gastos e rendimentos para esta unidade geradora de caixa previstas em orçamento para o período 2025-2027. Para os restantes dois períodos consideraram-se que os mesmos crescem de acordo com uma taxa de inflação de 2%.

  A alteração de margem bruta do EBIT, face ao exercício transato, decorre da desconsideração dos fluxos afetos à atividade de Gestão da Infraestrutura Ferroviária, passando-se a considerar apenas a componente dos fluxos gerados que financiam as restantes atividades.

- Taxa de desconto – a taxa de desconto utilizada representa a atual avaliação do mercado dos riscos específicos da unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor temporal do dinheiro e riscos individuais dos ativos subjacentes.

  A taxa de desconto apresentada corresponde ao apuramento da taxa *WACC*, que é resultado do cálculo do custo médio do capital e do custo médio da dívida para um grau de endividamento de 50%, líquida do seu efeito fiscal, sendo a taxa de imposto do período considerada de 22,50%.

  Relativamente ao custo médio do capital, o mesmo decorre da utilização de uma taxa de juro sem risco acrescida de um prémio de risco que se traduz na rentabilidade do capital próprio desejado pelo acionista, corrigida pelo risco específico do negócio através da incorporação do beta específico da unidade geradora de caixa, publicamente disponível.

No que ao custo médio da dívida respeita, uma vez que o segmento de negócio associado não apresenta dívida, assume-se uma taxa sem risco (taxa de obrigações do Tesouro a 10 anos), acrescido de uma componente de risco associada a obtenção de nova dívida.

Dos cálculos e considerações anteriores, resultou o reconhecimento de uma imparidade no montante de 11.689 m€ (nota 22).

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Política contabilística -nota 2.3.5
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.9

Em 23 de setembro de 2021 foi constituída a Associação de direito privado, sem fins lucrativos, denominada "Associação Centro de Competências Ferroviário" (CCF), com sede no Parque Oficinal de Guifões, Rua do Ferroviário, Gatões, 4460-020 Guifões.

O Grupo IP detém uma participação de 35,34% no CCF, cujo objeto respeita a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas.

Em 2021, o Grupo, por meio da IP, foi mandatado, mediante a Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2021, de 27 de julho, para realizar a despesa necessária à participação financeira, para a qual recebeu um subsídio em 2021 da totalidade do montante a subscrever (2.000m€).

Em 2023, o CCF foi reclassificado como entidade pública reclassificada no regime geral, o que implicou uma reorganização estrutural interna que permita responder às exigências estratégicas da Associação, nomeadamente a realização de obras de reabilitação dos edifícios no Parque Oficinal de Guifões, obras essas que têm vindo a ser fortemente condicionadas pelo contexto económico dos últimos anos devido à forte inflação em particular na construção civil. Neste contexto foi solicitada e obtida autorização por parte do Governo, mediante a Resolução do Conselho de Ministros n.º124/2023, de 10 de outubro, para proceder a um reforço da participação por parte dos sócios fundadores no capital do CCF que, no caso do Grupo IP, ascendeu a 2.000m€.

A seguinte tabela apresenta um resumo da informação financeira do CCF (*):

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos não correntes	171	17
Ativos correntes	11 461	7 056
Passivos correntes	- 999	- 912
Total de Capital Próprio	**10 633**	**6 161**
Participação do Grupo via IP	**3 757**	**3 950**
Subsídios	**- 2 000**	**- 2 000**
Valor da participação financeira (35,34%)	**1 757**	**1 950**

(*) Os valores dos ativos e passivos incluídos acima, referentes ao exercício de 2024, não são finais uma vez que à data destas demonstrações financeiras o CCF não dispõe de demonstrações financeiras finais.

Nos ativos destaca-se o peso das disponibilidades (94%).

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Política contabilística - nota 2.3.6
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3, 2.4.7, 2.4.12

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no ativo bruto, nas amortizações acumuladas e nas perdas por imparidade foi o que segue:

	Direito de Concessão	Atlantic Cam	Outros	Total
Ativo bruto				
31 de dezembro 2022	**24 965 640**	**-**	**34 274**	**24 999 914**
Aquisições	643 191	-	519	643 710
31 de dezembro de 2023	**25 608 831**	**-**	**34 835**	**25 643 666**
Aquisições	606 505	34 750	1 973	643 227
31 de dezembro de 2024	**26 215 336**	**34 750**	**36 808**	**26 286 894**
Amortizações e Imparidades				
31 de dezembro 2022	**- 3 606 611**	**-**	**- 30 070**	**- 3 636 681**
Amortizações do exercício	- 228 830	-	- 162	- 228 992
31 de dezembro de 2023	**- 3 835 441**	**-**	**- 30 232**	**- 3 865 673**
Amortizações do exercício	- 207 395	-	- 156	- 207 551
31 de dezembro de 2024	**- 4 042 837**	**-**	**- 30 387**	**- 4 073 224**
Valor líquido				
31 de dezembro de 2023	**21 773 390**	**-**	**4 604**	**21 777 994**
31 de dezembro de 2024	**22 172 499**	**34 750**	**6 420**	**22 213 670**

Destaque-se o direito resultante do Contrato de Concessão Rodoviário.

O ativo é constituído mediante a percentagem de acabamento de cada obra, independentemente da construção ser efetuada diretamente pelo Grupo IP ou em regime de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Os investimentos registados no exercício decorrem essencialmente de:

- Pagamentos líquidos de recebimento de portagens de concessões do Estado de 488.800 m€ (2023: 568.228 m€), onde se incluem encargos financeiros capitalizados de cerca de 10.064 m€ (2023: 10.359 m€), conforme nota 17;
- Investimento em obra própria de 117.640 m€ (2023: 74.957 m€), dos quais 94.372 m€ (2023: 61.435 m€) em investimento direto (nota19) e 23.268 m€ (2023: 13.522 m€), referentes a IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos (nota16).

As amortizações do exercício são calculadas ao abrigo da IFRIC 12 pelo método das unidades equivalentes e incidem sobre o valor do investimento total, já realizado ou a realizar no futuro, no âmbito da Concessão entre o Grupo IP e o Estado, com base nos fluxos económico-financeiros para o período da Concessão. Estes valores têm a mesma base do modelo financeiro plurianual da IP.

Com base nestes pressupostos, a amortização registada ascendeu a 207.395 m€ (2023: 228.830 m€). Conforme referido na análise de sensibilidade apresentada no ponto 2.3.2, num cenário pessimista em que ocorra uma redução geral de cerca de 1% ao ano da utilização da infraestrutura, conforme medida pelas receitas geradas, o valor da amortização anual registada seria acrescido em cerca de 54 M€.

Adicionalmente foi iniciada a construção do *Atlantic CAM,* cujo período de construção se espera que tenha a duração de 36 meses.

	Notas	Valor total previsto	Execução	% de execução
Investimento previsto		154 428	34 750	23%
Financiamento				
Fundos comunitários (*)	13.1.	54 822	40 143	73%

(*) O projeto *Atlantic CAM* corresponde a um investimento de 154,4 milhões de euros, com um cofinanciamento por fundos comunitários de 35,5 %, sendo o restante financiado através do Orçamento do Estado

Os restantes ativos intangíveis respeitam maioritariamente a direitos contratuais sobre programas de computador (licenças).

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Política contabilística - nota 2.3.7.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.4.7 e 2.4.12

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o movimento ocorrido no ativo bruto, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi o que segue:

	Terrenos e Rec. Naturais	Edif. Out. Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Direito de Uso	Total
Ativo Bruto									
31 de dezembro de 2022	**7 037**	**84 914**	**73 398**	**12 295**	**24 109**	**7 885**	**14 001**	**9 842**	**233 482**
Aquisições	-	-	1 615	8	446	-	9 436	960	**12 466**
Transferências	-	11 231	3 122	1 084	81	83	- 15 644	-	**-42**
Abates/Regularizações	-	-	- 39	2	- 54	-	-	-	**- 91**
31 de dezembro de 2023	**7 037**	**96 145**	**78 097**	**13 390**	**24 582**	**7 969**	**7 794**	**10 802**	**245 815**
Aquisições	425	-	1 292	128	1 135	-	7 218	3 121	**13 319**
Transferências	-	-	142	-	-	-	- 142	-	**0**
Abates/Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	- 31	**- 31**
31 de dezembro de 2024	**7 462**	**96 145**	**79 531**	**13 518**	**25 716**	**7 969**	**14 869**	**13 892**	**259 102**
Depreciações e Imparidades									
31 de dezembro de 2022	**-**	**- 51 613**	**- 61 594**	**- 11 842**	**- 23 026**	**- 7 678**	**-**	**- 6 921**	**- 162 673**
Depreciações do exercício	-	- 1 844	- 2 499	- 414	- 480	- 23	-	- 2 493	**- 7 753**
Depreciações - Abates/Regularizações	-	-	39	- 2	54	-	-	-	**90**
31 de dezembro de 2023	**-**	**- 53 457**	**- 64 055**	**- 12 258**	**- 23 451**	**- 7 701**	**-**	**- 9 414**	**- 170 336**
Depreciações do exercício	-	- 1 994	- 2 456	- 390	- 465	- 18	-	- 2 816	**- 8 138**
Depreciações - Abates/Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	13	**13**
31 de dezembro de 2024	**-**	**- 55 450**	**- 66 511**	**- 12 648**	**- 23 916**	**- 7 719**	**-**	**- 12 216**	**- 178 461**
Valor líquido									
31 de dezembro de 2023	**7 037**	**42 689**	**14 042**	**1 132**	**1 130**	**268**	**7 794**	**1 388**	**75 479**
31 de dezembro de 2024	**7 462**	**40 695**	**13 020**	**870**	**1 800**	**249**	**14 869**	**1 675**	**80 641**

O Grupo IP detém diversas parcelas sobrantes resultantes dos seus processos de expropriação decorrentes da atividade de construção da RRN. Uma vez que a possibilidade de utilização ou comercialização das mesmas está dependente de diversas contingências legais e/ou comerciais, o Grupo considera que estas parcelas sobrantes representam ativos contingentes e não os regista ou divulga até que seja provável que venham a gerar um influxo de benefícios económicos para o Grupo.

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Política contabilística - nota 2.3.8.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.4.8 e 2.4.12

Os movimentos ocorridos nas propriedades de investimento são os que seguem, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Ativo bruto	
31 de dezembro de 2022	**5 428**
Aquisições	-
Alienações	-
31 de dezembro de 2023	**5 428**
Aquisições	-
Alienações	-
31 de dezembro de 2024	**5 428**
Depreciações e imparidades	
31 de dezembro de 2022	**- 2 325**
Depreciações do exercício	- 61
31 de dezembro de 2023	**- 2 386**
Depreciações do exercício	- 61
31 de dezembro de 2024	**- 2 447**
Valor líquido	
31 de dezembro de 2023	**3 042**
31 de dezembro de 2024	**2 981**

As propriedades de investimento incluem 20 frações disponíveis para o arrendamento (2023: 20 frações) das quais 12 frações (2023:14 frações) têm contrato de arrendamento efetivo.

O Conselho de Administração Executivo avaliou a necessidade de proceder a novas avaliações, tendo concluído que os valores registados eram adequados face às últimas avaliações que datam de 31 de dezembro de 2021, uma vez que não identificou indícios de que existissem variações materiais às referidas avaliações, nuns casos (Imóveis de Sines) por uma relativa estabilidade dos contratos de arrendamento em vigor e noutros (Viana do Castelo) pela estabilização dos Planos Diretores Municipais em vigor no período em causa.

As técnicas de avaliação usadas são as de uso generalizado nestas situações (método do rendimento – *Discounted Cash-Flows)* e os valores das rendas por metro quadrado dos diversos imóveis incluídos no cálculo estão dentro do intervalo que segue: [3 € - 8,25€] com *yelds* consideradas entre [5%-7,5%].

Os cálculos referentes ao justo valor estão classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, e não existe qualquer restrição à transferência dos imóveis em questão, nem existe nenhuma obrigação

contratual do Grupo para construir, desenvolver ou reparar ou efetuar manutenção nas referidas parcelas.

10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Política contabilística - nota 2.3.9.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.14

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira pelo seu valor bruto.

É entendimento do Conselho de Administração Executivo que os resultados fiscais gerados no futuro permitirão a reversão da totalidade dos ativos por impostos diferidos registados.

O impacto em resultados dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios apresentados foi como se segue:

	Notas	2024	2023
Impacto na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral			
Ativos por impostos diferidos	26.	- 32 183	- 44 650
Passivos por impostos diferidos		- 114	- 30
		- 32 298	**- 44 680**

Os movimentos ocorridos nas rubricas ativas e passivas de impostos diferidos para os exercícios apresentados são como segue:

Impostos diferidos ativos	Gastos de financiamento	Prejuízos fiscais	Provisão do IVA	Conservação periódica	Amortizações do direito de concessão	Outros ajustamentos	Total
31 de dezembro de 2022	**37 603**	**0**	**98 915**	**111 029**	**90 242**	**3 682**	**341 471**
Constituição / (Reversão)	8 162	2 604	6 554	- 240	- 7 273	- 745	9 061
Alteração de taxa de imposto	- 12 334	-	3 199	- 117	- 29 599	- 38	- 38 889
Revisão de estimativa	- 14 823	-	-	-	-	-	- 14 823
31 de dezembro de 2023	**18 608**	**2 604**	**108 668**	**110 672**	**53 369**	**2 899**	**296 820**
Constituição / Reversão	-	-	6 384	908	- 12 587	173	- 5 122
Alteração de taxa de imposto	-	-	- 665	- 3 141	- 1 942	- 101	- 5 849
Revisão de estimativa	- 18 608	- 2 604	-	-	-	-	- 21 212
31 de dezembro de 2024	**0**	**0**	**114 386**	**108 439**	**38 840**	**2 971**	**264 637**

IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS	OUTROS	TOTAL
31 de dezembro de 2022	**2**	**2**
Constituição / (Reversão)	30	30
31 de dezembro de 2023	**32**	**32**
Constituição / (Reversão)	114	114
31 de dezembro de 2024	**147**	**147**

Diferenças temporárias pós período em vigor do ICE – Taxa de reversão de diferenças temporárias 30,25%

Incluem-se as bases das diferenças temporárias cuja reversão se estima que ocorra em cenário de existência de lucros tributáveis no Grupo, como segue:

Provisões para Estradas Desclassificadas – de acordo com o histórico de execução, não se prevê a sua reversão num futuro próximo.

Provisão do processo do IVA – estando pendente a resolução de diversos processos judiciais, estima-se que a conclusão destes não ocorra nos próximos exercícios.

Conservação Periódica de Estradas – historicamente a base desta diferença temporária aumentou todos os anos, com exceção do exercício de 2023, em virtude de a execução efetiva ser inferior aos valores considerados como gasto contabilístico. Assume-se como pressuposto que esta tendência apenas se alterará de forma significativa após o aumento da disponibilidade financeira resultante da reversão dos contratos de concessão rodoviários para a IP.

Diferenças temporárias durante o período em vigor do ICE – Taxa de reversão de diferenças temporárias 20%

Incluem-se as bases das restantes diferenças temporárias onde se procedeu à alteração de taxa por se entender que o facto gerador da reversão dos impostos diferidos ocorrerá neste período (durante os próximos cinco exercícios), onde é expectável a não existência de lucros tributáveis. Esta situação implicará a reciclagem destas bases pela constituição de imposto diferido por prejuízos fiscais a gerar nestes períodos.

A reconciliação da taxa de imposto apresenta-se na nota 26.

11. INVENTÁRIOS

Política contabilística - nota 2.3.11.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.12

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.1.	85 891	139 962
Adiantamentos por conta de compras	11.1.	80	440
Produtos acabados (imóveis)	11.2.	6 719	6 719
Outros materiais	11.3.	331	330
		93 020	**147 451**
Imparidades acumuladas	22.	- 1 988	- 1 347
		91 033	**146 104**

11.1 MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO

A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo refere-se aos diversos tipos de materiais que são incorporados na manutenção e na construção das infraestruturas ferroviárias.

Com referência à data de reporte das contas foi efetuada inventariação física, tendo como objetivo quantificar o ajustamento de perdas em inventário. Assim, a imparidade respeita a materiais que estão obsoletos e que não podem ser utilizados na atividade do Grupo IP, podendo eventualmente ser objeto de venda no caso de aparecer comprador interessado.

A relevante diminuição registada face ao período homólogo justifica-se pelo consumo de materiais imputados, essencialmente, ao investimento/ Estado – Concedente Conta a Receber (notas 17 e 19).

Os gastos com o consumo de materiais ferroviários ascenderam a 86.120 m€ (2023: 23.168 m€), (nota19).

11.2 PRODUTOS ACABADOS

A rubrica de produtos acabados diz respeito a terrenos e a frações destinadas a habitação e ao comércio em Sines.

No exercício corrente não ocorreram alienações de imóveis (2023: 0 alienações).

Os imóveis em causa foram objeto de teste de imparidade em conformidade com o já explanado na nota 2.4.12. Imparidade de ativos não monetários / Inventários do segmento de gestão imobiliária.

De seguida apresenta-se o resumo de alguns parâmetros:

	31-12-2024	31-12-2023
Taxa de atualização (anual)	10%	14%
Margem *cash flow* - [*Cash Flow* / (Rendimentos futuros)]	17%	27%

Dos valores anteriores resultou um reforço de imparidade no montante de 587 m€ (2023: 301 m€), conforme evidenciado na nota 22.

O impacto nas imparidades resulta fundamentalmente da revisão dos rendimentos e gastos associados aos projetos face ao período homólogo, de onde resultou um aumento dos gastos projetados bastante superior ao aumento das receitas projetadas em +66% e +46%, respetivamente, o que justifica o decréscimo da margem associada a estes como pode ser verificado acima.

Caso a taxa de atualização se modificasse 1% neste contexto, verificava-se uma variação no valor dos imóveis, em sentido contrário ao da variação da taxa, nos montantes de 633 m€ e -597 m€.

11.3 OUTROS MATERIAIS

Os denominados “outros materiais” destinam-se à utilização/incorporação decorrente da prestação de serviços de telecomunicações.

Os gastos com o consumo de materiais de telecomunicações ascenderam a 267 m€ (2023: 423 m€), (nota 19).

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (ATIVOS E PASSIVOS)

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 é o seguinte:

	31-12-2024	31-12-2023
ATIVOS		
IRC	0	28 280
Ativos para impostos correntes	**0**	**28 280**
IVA	2 443 866	2 255 610
Outros impostos e taxas	0	0
Estado e outros entes públicos	**2 443 866**	**2 255 610**
PASSIVOS		
IRC	829	0
Passivos para impostos correntes	**829**	**0**
Contribuições para SS, CGA e ADSE	6 870	6 569
IRS - Retenções	1 650	1 733
IVA	728	641
Outros impostos e taxas	28	14
Estado e outros entes públicos	**9 276**	**8 958**

Para os períodos apresentados o saldo devedor de IRC tem a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
IRC		
Pagamentos por conta e adicionais por conta	250	26 680
Retenções	114	65
Estimativa de imposto	-63	- 153
Benefício/(Perda) RETGS	-1.130	1 689
Ativos para impostos correntes	**0**	**28.280**
Passivos para impostos correntes	**829**	**0**

As Contribuições para a SS, CGA e ADSE, incluem as responsabilidades com férias e subsídio de férias a liquidar em 2025 à SS, bem como os valores processados de dezembro de 2024 e já liquidados em 2025, à SS, CGA e ADSE.

O saldo de IRS – Retenções corresponde ao processamento dos vencimentos de dezembro de 2024, já regularizadas em janeiro de 2025.

O saldo a receber de IVA corresponde essencialmente ao montante de 2.443.536 m€ a receber pela IP, dos quais já foram efetuados pedidos de reembolso no valor de 227.562 m€, reembolsos esses apresentados em 2009 e referentes ao período de janeiro de 2008 a outubro de 2009. Este saldo a recuperar resulta, fundamentalmente, do IVA deduzido na sua atividade rodoviária pela extinta EP e pela IP, pelo facto de a IP considerar que tem direito a esta dedução devido ao Estado ter arrecadado IVA sobre uma receita própria da IP – a Consignação de Serviço Rodoviário – a qual, segundo os mecanismos legalmente estabelecidos para a sua liquidação e cobrança, lhe foi entregue, ainda que de forma indireta, pelas distribuidoras de combustível.

A IP tem onze processos judiciais a decorrer, dos quais o primeiro é relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, o segundo relativo ao pedido de reembolso de IVA de julho a setembro e dedução de outubro de 2009 e os restantes aos processos de inspeção dos anos entre 2011 a 2018.

O primeiro processo, relativo ao pedido de reembolso de IVA até junho de 2009, veio a ser indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) que emitiu notificações de liquidações adicionais de IVA e juros no montante de 277.124 m€ e 11.697 m€, respetivamente.

Não concordando com aquelas liquidações por as considerar indevidas, em 30 de novembro de 2010, a extinta EP apresentou, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso em 6 de março de 2013, não tendo ocorrido nenhum desenvolvimento desde essa data.

No âmbito do segundo processo, que se encontra judicialmente em fase mais avançada, que veio a ser indeferido pela AT, foram emitidas notificações de liquidações adicionais de IVA e juros, nos montantes de 64.506 m€ e 763 m€, respetivamente. Em 29 de julho de 2011, a extinta EP apresentou no Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada impugnação judicial do indeferimento ao Recurso Hierárquico, tendo o pedido da extinta EP sido considerado improcedente em primeira instância já em janeiro de 2013. A extinta EP, não concordando com a decisão, apresentou recurso da mesma em 11 de março de 2013, não tendo ocorrido nenhum desenvolvimento desde essa data.

Neste segundo processo foi dado provimento ao recurso apresentado, tendo sido a IP notificada a 17 de outubro de 2017 do Acórdão que revoga a sentença recorrida e considera totalmente procedente a impugnação judicial da EP e anula na sua totalidade as liquidações adicionais emitidas pela AT. Sobre este Acórdão:

- Foram alegadas, pela Fazenda Pública, diversas nulidades, consideradas na sua totalidade improcedentes a 26 de janeiro de 2018;
- A 1 de março de 2018 foi interposto recurso pela AT à improcedência das nulidades para o Supremo Tribunal Administrativo (STA), tendo o mesmo sido admitido. Trata-se de um recurso de revista, de natureza excecional, que prevê que a decisão proferida pelo Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS) possa ser revista sempre que esteja em causa a apreciação de uma questão que, pela sua relevância jurídica ou social, se revista de importância fundamental ou quando a admissão seja necessária para uma melhor aplicação do direito. Este recurso foi indeferido pelo TCAS em 18 de outubro de 2018, e;
- Foi ainda admitido pelo STA uma interposição de recurso apresentado pela Fazenda Pública. Em 9 de dezembro de 2021, o STA decidiu, por não terem existido novas alegações finais após a audição de testemunhas no tribunal de 2ª instância, a anulação do Acórdão e a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada a fim de ser suprida essa nulidade com a prática do ato omitido. A IP apresentou novas alegações a 25 de fevereiro de 2022, estando o processo a aguardar decisão.

No decorrer do habitual processo de inspeção fiscal anual, a AT tem vindo a efetuar correções nas mesmas bases das descritas para os processos acima, tendo a IP seguido o processo de reclamação, mantendo a sua posição igualmente nos termos descritos acima, sendo o ponto de situação dos processos relativos a cada ano inspecionado o seguinte:

Ano	Fase Processo	Data fase	Liquidação adicional	Juros Compensatórios
01/2008 a 06/2009	Recurso pela EP da decisão de 1ª instância favorável à AT	06-03-2013	277.124	11.697
07/2009 a 10/2009	Aguarda-se nova decisão do TAF de Almada após baixa dos autos	25-02-2022	64.507	763
2011	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	04-12-2023	195.514	29.412
2012	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	03-04-2023	188.756	2.867
2013	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	13-05-2024	171.213	13.300
2014	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	17-05-2023	248.308	12.475
2015 (janeiro a maio) a)	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à EP	07-05-2024	121.043	4.164
2015 (junho a dezembro) b)	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	07-05-2024	139.415	9.484
2016	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	13-05-2024	286.873	10.349
2017	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	13-09-2024	287.993	32.495
2018	Recurso pela AT da decisão de 1ª instância favorável à IP	12-09-2024	283.926	34.756
2019	Recurso Hierárquico	02-02-2024	270.358	15.176
2020	Recurso Hierárquico	01-11-2024	271.733	13.350
2021	Inicio Inspeção Tributária	03-07-2024	-	-

a) Referente a período anterior à fusão (NIF ex.EP)
b) Referente a período pós fusão

Em resultado da evolução descrita do processo do IVA, o Grupo IP reforçou, durante o exercício de 2024, a provisão no valor de 53.668 m€, ascendendo o seu valor acumulado em 31 de dezembro de 2024 a 581.097 m€, o que corresponde ao IVA que o Grupo IP estima que deixaria de receber da AT caso fosse considerado que a CSR não é uma receita sujeita a IVA (nota 16).

Adicionalmente, importa referir que os valores corrigidos pela AT e não provisionados pelo Grupo resultam fundamentalmente do IVA deduzido referente à Rede Concessionada do Estado, pelo que, caso a tese da AT tenha provimento em Tribunal, a contrapartida do encargo adicional para o Grupo IP será sempre um incremento do seu Ativo Intangível, sem impacto direto no resultado do ano e apenas com impacto nos resultados de anos futuros por via de um aumento das amortizações deste mesmo ativo.

13. DIFERIMENTOS

13.1 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2024	31-12-2023
Gastos não correntes a reconhecer		
Outros serviços	252	260
	252	**260**
Gastos correntes a reconhecer		
Outros serviços	8 091	5 026
	8 091	**5 026**

13.2 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Rendimentos não correntes a reconhecer			
Subsídios ao Investimento - Direito Concessão Rodoviário	13.2.1	9 733 577	9 787 895
Venda Prazo Concessão Brisa		152 300	152 300
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral		69 187	76 874
Subsídios - PRR		150 161	62 679
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa		12 833	14 000
Subsídio Atlantic CAM		40 143	12 150
Contratos de Fibra Ótica		2 704	2 094
		10 160 905	**10 107 992**
Rendimentos correntes a reconhecer			
Outros rendimentos		804	5 404
Fee Assinatura Concessão Douro Litoral	23.	7 687	7 687
Contratos de Fibra Ótica		898	742
Canal Técnico Rodoviário		161	161
Fee Assinatura Concessão Grande Lisboa	23.	1 167	1 167
		10 717	**15 162**

13.2.1 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO – DIREITO DE CONCESSÃO RODOVIÁRIO

Política contabilística - nota 2.3.12.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.2

Esta rubrica incorpora os subsídios ao investimento recebidos pelo Grupo IP para financiar o ativo intangível referente ao Direito de Concessão Rodoviário e ainda não reconhecidos por via de resultados. Os movimentos ocorridos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

	NOTAS	
31 de dezembro de 2022		**9 847 532**
Aumentos		23
Imputação a rendimentos		- 59 660
31 de dezembro de 2023	13.2.	**9 787 895**
Aumentos		1 406
Imputação a rendimentos	23.	- 55 725
31 de dezembro de 2024	13.2.	**9 733 577**

14. ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Política contabilística - nota 2.3.10.
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.13

14.1 CATEGORIAS DE ACORDO COM A IFRS 9

A decomposição dos ativos e passivos financeiros por categoria de acordo com a IFRS 9 para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

31-12-2024	Notas	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Ativos e Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Investimentos Financeiros		-	126	32	-	158
Concedente - Estado - Conta a receber	14.2.1	5 513 611	-	-	-	5 513 611
Clientes	14.2.2	37 197	-	-	-	37 197
Outras contas a receber	14.2.3	356 385	-	-	188 961	545 346
		5 907 194	**126**	**32**	**188 961**	**6 096 313**
Passivos						
Fornecedores	14.3.3	32 674	-	-	-	32 674
Financiamentos obtidos	14.3.1	1 074 192	-	-	179	1 074 371
Financiamentos acionistas/Suprimentos	14.3.2	2 332 667	-	-	-	2 332 667
Outras contas a pagar	14.3.4	1 712 660	-	-	376 519	2 089 179
		5 152 194	**0**	**0**	**376 698**	**5 528 892**

31-12-2023	Notas	Custo amortizado	Justo valor através de resultados	Justo valor através de outro rendimento integral	Ativos e Passivos não financeiros	Total
Ativos						
Investimentos Financeiros		-	129	32	-	160
Concedente - Estado - Conta a receber	14.2.1	4 907 726	-	-	-	4 907 726
Clientes	14.2.2	40 167	-	-	-	40 167
Outras contas a receber	14.2.3	218 751	-	-	44 230	262 980
		5 166 644	**129**	**32**	**44 230**	**5 211 034**
Passivos						
Fornecedores	14.3.3	62 058	-	-	-	62 058
Financiamentos obtidos	14.3.1	1 651 367	-	-	309	1 651 675
Financiamentos acionistas/Suprimentos	14.3.2	2 332 667	-	-	-	2 332 667
Outras contas a pagar	14.3.4	1 873 592	-	-	110 127	1 983 718
		5 919 683	**0**	**0**	**110 435**	**6 030 119**

Os ativos não financeiros respeitam fundamentalmente a:

- Cauções prestadas no montante de 175.416m€ (2023: cerca de 31.788m€) – nota 14.2.3;
- Saldos devedores de fornecedores de 7.333m€ (2023: cerca de 8.064m€) – nota 14.2.3;
- Depósito à ordem da Autoridade Tributária Aduaneira (AT) referente ao diferendo com esta entidade, no âmbito de inspeção tributária relativa a IVA de 2006 de cerca de 2.680 m€ (2023: cerca de 2.680m€) – nota 14.2.3; e,
- IVA, de notas de crédito pendente de dedução e inversão do sujeito passivo no montante de 3.429m€ (2023: cerca de 1.483m€), nota 14.2.3

Relativamente aos passivos não financeiros destaca-se:

- Descobertos contabilísticos de 179m€ (2023: 309m€) – nota 14.2.4;
- Recebimentos relativos ao PRR cujo investimento ainda não foi executado no montante de 31.542m€ (2023: 43.044 m€) – nota 14.3.4;
- Adiantamentos por conta de vendas de aproximadamente 26.236m€ (2023: 25.583m€) – nota 14.3.4;
- Cauções no montante de 15.561m€ (2023: 21.564m€) – nota 14.3.4.
- Responsabilidades com benefícios de emprego (remunerações e outras dívidas) de 15.764m€ (2023:15.491m€); e,
- Adiantamentos de subsídios de 286.065m€ (2023: 3.026m€).

14.2 ATIVOS FINANCEIROS

14.2.1 CONCEDENTE ESTADO CONTA A RECEBER

Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.6

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 a decomposição do Ativo Financeiro subjacente à concessão ferroviária apresenta-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos concessionados (ILD)	11 610 834	10 976 873
Juros debitados	2 000 380	1 944 768
Subsídios	- 5 149 937	- 5 066 249
Recebimentos	- 2 623 854	- 2 623 854
Rentabilização de ativos	- 18 612	- 18 612
Imparidades	- 305 200	- 305 200
	5 513 611	**4 907 726**

O aumento registado na rubrica de ativos concessionados (ILD), 633.798 m€, é justificado essencialmente pela execução do programa Ferrovia 2020, que totalizou aproximadamente 471.969 m€. Destacam-se os investimentos no Corredor Internacional Norte, com cerca de 260.401 m€, principalmente na Linha da Beira Alta e no Corredor Internacional Sul, com aproximadamente 116.701 m€, evidenciando-se a nova linha entre Évora Norte e Elvas.

Relativamente ao aumento dos subsídios diretamente atribuídos à IP, para desenvolvimento da infraestrutura ferroviária, que ascendeu a 83.689 m€, destaca-se o incremento de 81.932 m€ proveniente de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (62.864 m€ oriundos de FEDER e Fundo de Coesão, 9.494 m€ de CEF-Coesão e 9.574 m€ de CEF-Geral), que correspondem a reforços, adiantamentos e reembolsos das candidaturas aprovadas no período de programação 2014-2020 (Programas COMPETE 2020, POSEUR e CEF) e das novas candidaturas aprovadas no período de programação 2021-2027 (Programas CEF 2 e Sustentável 2030). O valor remanescente, de cerca de 1.757 m€, é referente a subsídios para cobertura dos danos provocados pelas intempéries de dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

No corrente exercício foram debitados juros ao Concedente no montante de 55.612 m€ (2023: 63.350 m€) estando a respetiva contrapartida refletida na rubrica de Ganhos Financeiros – juros obtidos – Concedente – Estado (nota 25).

14.2.2 CLIENTES

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Diversos		32 126	33 498
Portagens		4 279	5 143
Operador ferroviário – Parte relacionada	27.3.	3 751	4 228
		40 156	**42 870**
Imparidades acumuladas	22.	- 2 959	- 2 703
		37 197	**40 167**

Esta rubrica é constituída por saldos correntes, pelo que se aproxima do seu justo valor.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 14.4.1.

14.2.3 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outras contas a receber é o que segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Devedores por acréscimos de rendimentos			
Indemnizações compensatórias	27.2.	214 885	96 954
Consignação do Serviço Rodoviário	27.2.	109 646	93 938
Operador ferroviário – Parte relacionada	27.3.	9 058	8 544
Outros		5 321	2 881
		338 910	**202 316**
Depósitos de Caução	14.1.	**175 416**	**31 788**
Outros Devedores		**38 793**	**37 175**
		553 118	**271 279**
Imparidades acumuladas		- 7 772	- 8 298
		545 346	**262 980**

Relativamente aos devedores por acréscimos de rendimentos os mesmos incluem, os valores pendentes:

- De indemnizações compensatórias em dívida, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, relativas ao exercício de 2024, 117.931m€ (nota 16) e dos exercícios de 2022 e 2023 conforme previsto no seu ponto 1, que se transcreve:
  - "1 - Atribuir como indemnização compensatória a pagar pelo Estado à Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.), para os anos de 2022 e de 2023, pelo cumprimento das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária, o montante de até 27 527 528,98 EUR, e até 69 426 130,00 EUR, respetivamente, montantes aos quais acresce o imposto sobre valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor."
- De Consignação do Serviço Rodoviário a receber da DGO;
- De faturação ao Operador Ferroviário – Parte Relacionada destacando-se a energia de tração das subestações no montante de 3.908m€ (2023: 3.196m€), a utilização da infraestrutura ferroviária no valor de 3.238m€ (2023: 4.000m€), a subconcessão da área ocupada no complexo de Guifões no período de novembro de 2019 a dezembro de 2024 no montante de 1.612m€ (2023: 629m€) e a respetiva eletricidade de baixa tensão 103m€ (2023: 228m€).
- De faturação/recebimento a Outros destacando-se valores relativos às intempéries 1.114m€ (2023: 0€), serviços de *cloud*, dados e *SaaS* com diversas entidades 1.264m€ (2023: 227m€), eletricidade de tração de subestações 823m€ (2023: 24m€) e Diretório de Rede 702m€ (2023:734m€).

Os Depósitos de caução respeitam, essencialmente, às prestações de garantia idónea relativas aos processos de IVA no montante de 171.737m€ (2023: 28.126 m€); e,

Os outros devedores líquidos de imparidades, incluem, entre outros, protocolos com diversos municípios referentes à construção e requalificação de várias infraestruturas de onde se destacam os municípios do Fundão, Cascais, Lisboa e Sintra em cerca de 8.948m€ (2023: 9.657m€), saldos devedores de fornecedores, no montante de cerca 7.333m€ (2023: 8.064m€), concessão de parcela de terreno, no valor de 4.935m€ (2023: 4.935m€), multas contratuais relativas ao incumprimento da data de entrada em serviço do aumento do número de vias no montante de 3.875m€ (2023: 0m€), IVA a recuperar decorrente de notas de crédito, IVA inversão do sujeito passivo no montante de cerca 3.429m€ (2023: 1.483m€), conforme nota 14.1. e montante depositado à ordem da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) referente ao diferendo com esta entidade relativo ao processo Interrepública – IVA 2006 no montante de 2.680 m€ (2023: 2.680m€) nota 30.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 14.4.1.

14.2.4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os componentes de caixa e equivalentes de caixa evidenciados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 encontram-se reconciliados com os montantes apresentados nas rubricas da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, conforme segue:

DESCRIÇÃO	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Depósitos bancários		338 943	65 165
Outras aplicações		66 080	203 705
Numerário		48	58
Caixa e Equivalentes na Demonstração Consolidada da Posição Financeira		**405 071**	**268 928**
Descobertos Contabilísticos	14.1. / 14.3.1	- 179	- 309
Caixa e Equivalentes na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa		**404 892**	**268 619**

Os descobertos contabilísticos na Demonstração da Posição Financeira são apresentados no passivo na rubrica de financiamentos obtidos.

Verifica-se ainda que cerca de 8% (2023: 17%) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentam restrições à sua movimentação como segue:

- De acordo com a informação da DGO de 20 de dezembro de 2021, as verbas recebidas no âmbito do PRR e não utilizadas (31,5M€ - nota 12.3.4) foram convertidas em operações extraorçamentais, apenas podendo ser utilizadas no pagamento, em anos futuros, de despesas relacionadas com o PRR, pelo que à data de 31 de dezembro de 2024, estes valores têm limitações à sua movimentação;
- Os depósitos bancários incluem 1,8M€, de cauções prestadas por clientes.

A exposição destes saldos ao risco de crédito é demonstrada na nota 14.4.1.

14.3 PASSIVOS FINANCEIROS

14.3.1 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a repartição dos Empréstimos obtidos correntes e não correntes é a que segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos não correntes		
Financiamentos obtidos	997 329	1 065 011
Empréstimos correntes		
Financiamentos obtidos	77 042	586 664
	1 074 371	**1 651 675**

A variação verificada nos empréstimos correntes decorre principalmente do reembolso do Eurobond 09/24 em 16 de outubro de 2024 e respetivos juros.

De seguida, detalham-se os termos e prazos de reembolso destes empréstimos:

milhares de euros

Atividade	Designação	Data de assinatura	Montante contratado	Capital em dívida	Amortização		Periodicidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodicidade
					Data inicial	Data final				
Ferrovia	Suburbanos B	14/12/2005	100 000	28 571	15/09/2010	15/09/2025	Anual	Fixa Revisível	3,615%	15/set
Ferrovia	Suburbanos C	12/10/2006	55 000	18 333	15/03/2011	15/03/2026	Anual	Fixa Revisível	4,247%	15/mar
Ferrovia	CP III 2 Linha do Norte-C	11/12/2006	100 000	60 000	15/06/2017	15/06/2026	Anual	Fixa Revisível	1,100%	15/jun
Ferrovia	CP III 2 Linha do Norte-D	12/07/2007	100 000	60 000	15/12/2017	15/12/2026	Anual	Euribor 3M-0,096%	2,790%	15/mar 15/jun 15/set 15/dez
Rodovia	BEI- Estradas 2009-2019	17/12/2009	200 659	60 198	15/06/2014	15/06/2029	Semestral	Fixa	2,189%	15/jun 15/dez
Ferrovia	Refer V	04/08/2008	160 000	72 000	15/03/2014	15/03/2033	Anual	Euribor 3M-0,053%	2,833%	15/mar 15/jun 15/set 15/dez
Ferrovia	Refer VI	10/09/2009	110 000	44 000	15/09/2013	15/09/2032	Anual	Fixa Revisível	2,271%	15/set
Ferrovia	Eurobond 06/26	10/11/2006	600 000	599 597	16/11/2026		Bullet	Fixa	4,047%	16/nov
Rodovia	Eurobond 10/30	09/07/2010	125 000	122 698	13/07/2030		Bullet	Fixa	6,450%	13/jul
	Financiamentos Externos			**1 065 397**						
	Juro corrido			**8 795**						
	Descobertos contabilísticos			**179**						
	TOTAL			**1 074 371**						

Os juros associados a estes empréstimos são pagos, postecipadamente, com periodicidade trimestral, semestral ou anual.

Nos empréstimos contraídos junto do BEI, o capital é amortizado periodicamente após o período de carência. Os restantes empréstimos (*Eurobonds*) serão reembolsados integralmente na sua maturidade (*bullet*).

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos que beneficiavam de aval do Estado totalizam, em valor nominal, 943.103 m€ (2023:1.515.932m€).

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 14.4.2.

14.3.2 FINANCIAMENTOS DO ACIONISTA / SUPRIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a rubrica de financiamentos do acionista/suprimentos decompõe-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Empréstimos correntes		
Empréstimo do Estado	2 332 667	2 332 667
	2 332 667	**2 332 667**

Estes contratos de suprimentos com o Estado tiveram como objetivo satisfazer as necessidades de financiamento da ex-EP entre 2011 e 2013.

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF 3 de abril de 2025 foi concedida nova moratória para os empréstimos do Estado alocados à rodovia no montante de 2.332,7 M€ (2.215,6 M€ de amortização e 117,1 M€ de juros), deslizando o seu vencimento até 30 de abril de 2026. Os diferimentos concedidos neste âmbito não estão sujeitos ao pagamento de juros.

Estes financiamentos são remunerados a diferentes taxas fixas, acordadas com a DGTF, em função dos respetivos prazos e montantes. Apresenta-se de seguida o detalhe:

milhares de euros

Atividade	Designação	Data de assinatura	Montante contratado	Capital em dívida	Amortização		Periodi-cidade	Regime de taxa de juro	Taxa de Juro	Periodi-cidade
					Data inicial	Data final				
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/12/2011	1 705 000	852 500	31/05/2013	30/11/2016	Semestral	Fixa	2,770%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	204 000	153 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	3,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	230 000	172 500	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	3,440%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	75 000	56 250	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,930%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	27/01/2012	28 000	21 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	44 000	33 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,690%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	80 000	60 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	2,700%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	30/05/2012	33 500	25 125	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,980%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	26/09/2012	156 800	117 600	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,810%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/10/2012	16 000	12 000	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,710%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/10/2012	13 300	9 975	31/05/2014	30/11/2017	Semestral	Fixa	1,590%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	85 000	85 000	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,750%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	135 600	135 600	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,420%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	29/01/2013	17 400	17 400	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,150%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	25 654	25 654	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,150%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	266 405	266 405	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,180%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	08/03/2013	28 042	28 042	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,610%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	26 202	26 202	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,190%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	25 000	25 000	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,180%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	04/09/2013	17 943	17 943	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,070%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	3 688	3 688	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	2,100%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	21 805	21 805	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	1,870%	31/mai 30/nov
Rodovia	Empréstimo Estado Português	09/10/2013	49 891	49 891	31/05/2015	30/11/2020	Semestral	Fixa	1,970%	31/mai 30/nov
	Total financiamento acionista			**2 215 578**						
	Juros corridos			**117 089**						
	TOTAL			**2 332 667**						

FINANCIAMENTO A TAXA FIXA

Apresenta-se de seguida o justo valor dos financiamentos a taxa fixa, à data de 31 de dezembro de 2024:

DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	CAPITAL EM DÍVIDA		TAXA DE JURO
		VALOR NOMINAL	JUSTO VALOR	
BEI - Suburbanos B	100 000	28 571	28 812	3,615%
BEI - Suburbanos C	55 000	18 333	18 714	4,247%
BEI - REFER VI	110 000	44 000	44.041	2,271%
BEI - CPIII2 Linha do Norte C	100 000	60 000	59 109	1,100%
BEI- Estradas 2009-2019	200 659	60 198	60 209	2,189%
Eurobond 06/26	600 000	600 000	616 153	4,047%
Eurobond 10/30	125 000	125 000	126 020	6,450%
Empréstimo Estado Português	1 705 000	852 500	862 607	2,770%
Empréstimo Estado Português	204 000	153 000	159 359	3,690%
Empréstimo Estado Português	230 000	172 500	178 921	3,440%
Empréstimo Estado Português	75 000	56 250	57 846	2,930%
Empréstimo Estado Português	28 000	21 000	21 508	2,690%
Empréstimo Estado Português	44 000	33 000	33 799	2,690%
Empréstimo Estado Português	80 000	60 000	61 463	2,700%
Empréstimo Estado Português	33 500	25 125	25 424	1,980%
Empréstimo Estado Português	156 800	117 600	118 651	1,810%
Empréstimo Estado Português	16 000	12 000	12 086	1,710%
Empréstimo Estado Português	13 300	9 975	10 026	1,590%
Empréstimo Estado Português	85 000	85 000	90 623	2,750%
Empréstimo Estado Português	135 600	135 600	143 128	2,420%
Empréstimo Estado Português	17 400	17 400	18 215	2,150%
Empréstimo Estado Português	25 654	25 654	26 855	2,150%
Empréstimo Estado Português	266 405	266 405	279 134	2,180%
Empréstimo Estado Português	28 042	28 042	29 770	2,610%
Empréstimo Estado Português	26 202	26 202	27 462	2,190%
Empréstimo Estado Português	25 000	25 000	26 195	2,180%
Empréstimo Estado Português	17 943	17 943	18 736	2,070%
Empréstimo Estado Português	3 688	3 688	3 855	2,100%
Empréstimo Estado Português	21 805	21 805	22 629	1,870%
Empréstimo Estado Português	49 891	49 891	51 937	1,970%
TOTAL	**4 578 887**	**3 151 680**	**3 233 467**	

Os cálculos referentes ao justo valor estão classificados no nível 2 da hierarquia de justo valor.

14.3.3 FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fornecedores gerais		31 369	60 462
Operador ferroviário – Parte relacionada	27.3.	1 305	1 596
		32 674	**62 058**

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 14.4.2

14.3.4 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o detalhe de Outras contas a pagar é o que segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Não Correntes			
Credores por Acréscimos de Gastos			
Subconcessões		949 720	937 771
		949 720	**937 771**
Subsídios - LAV		284 606	-
Locações		372	517
		1 234 698	**938 288**
Correntes			
Credores por Acréscimos de Gastos			
Subconcessões		319 729	472 343
Conservação Periódica de Estradas		358 476	354 151
Outros acréscimos de gastos		33 375	36 268
Operador ferroviário – Parte relacionada	27.3.	29	161
		711 609	**862 923**
Fornecedores de Investimento		**48 119**	**66 031**
Diversos		47 818	64 692
Operador ferroviário – Parte relacionada		301	1 339
PRR	14.2.4	31 542	43 044
Adiantamentos por Conta de Vendas	14.1.	26 236	25 583
Remunerações a Liquidar	14.1.	15 764	15 491
Cauções	14.1.	**15 561**	**21 564**
Diversos		15 443	21 506
Operador ferroviário – Parte relacionada		118	59
Locações		1 290	1 033
Outros Credores		**4 354**	**9 761**
Outros		4 354	9 761
Mecanismo de apoio às portagens		5	-
		854 481	**1 045 430**
		2 089 179	**1 983 718**

Nos credores por acréscimos de gastos inclui-se:

- O valor das responsabilidades do Grupo IP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção, operação e manutenção já por estas efetuados e pendentes de faturação, remuneradas contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 11%.

  Esta responsabilidade é aferida anualmente e representa a melhor estimativa do Conselho de Administração Executivo sobre a valorização dos serviços já prestados pelas subconcessionárias apurada com base na estimativa dos fluxos financeiros futuros destes contratos, independentemente da sua natureza, incluindo os resultantes de contingências e processos contenciosos;

- A conservação periódica de estradas decorrente da responsabilidade do Grupo IP em manter ou repor a infraestrutura rodoviária em determinados níveis de serviço, a qual é constituída ao longo do período que decorre até à data prevista de execução dos trabalhos;

  A variação da rubrica de Conservação Periódica de Estradas decorre do reforço do custo anual teórico para as manutenções programadas a desenvolver no montante de cerca de 55.665m€ (nota 20) deduzido da execução de Conservação, do ano, de cerca 51.340m€; e

- Em Outros credores por acréscimos de gastos destacam-se os valores a pagar pelo Grupo IP referentes ao Contrato de Concessão com o Estado, no valor de 24.000 m€ (2023: 24.000 m€) e a energia de tração, de vias e de usos diversos, no montante de 4.077m€ (2023: 9.743 m€).

O projeto Linha de Alta Velocidade Porto – Lisboa será desenvolvido em três fases a considerar: Fase 1 (entre Porto-Campanhã e Soure, a concluir até 2028), Fase 2 (entre Soure e o Carregado, a concluir até 2030) e Fase 3 (entre o Carregado e a Estação de Lisboa-Oriente, para depois de 2030).

O montante registado na rubrica Subsídios – LAV diz respeito a um adiantamento de subsídio que irá financiar parcialmente a Fase 1 do projeto. Até à data não ocorreu qualquer valor de execução referente a este projeto.

A rubrica Fornecedores de Investimento refere-se maioritariamente aos valores faturados pela execução de empreitadas em obras próprias.

No que se refere ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), até à data foram recebidos 181.704 m€, dos quais 75.980m€ durante este exercício. A execução financeira acumulada do investimento subjacente ascende a 150.161 m€, dos quais 87.482m€ realizados durante o exercício de 2024.

A exposição destes saldos ao risco de liquidez é demonstrada na nota 14.4.2.

14.4 POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade do Grupo IP está exposta a fatores de risco de carácter financeiro, como sejam, o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de taxa de juro e o risco de capital.

Os ativos financeiros de que o Grupo dispõe respeitam essencialmente a contas receber a vários títulos destacando os saldos a haver da concessão ferroviária e dos diversos clientes do Grupo, bem como de diversas contas de depósitos à guarda de instituições bancárias e da IGCP. O Grupo dispõe, ainda que de modo muito residual, de outros investimentos em instrumentos de capital próprio e não dispõe de qualquer instrumento derivado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fundamentalmente os financiamentos obtidos junto do sistema financeiro (empréstimos bancários, operações de dívida no mercado de capitais), financiamentos obtidos na forma de suprimentos do acionista, contas a pagar a fornecedores e outras entidades, sendo o seu objetivo principal o financiamento das operações do Grupo.

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, veio alterar a autonomia das entidades públicas reclassificadas (EPR) no que respeita ao acesso a financiamento junto do sistema financeiro e à gestão do risco através de instrumentos financeiros derivados.

Com efeito, no artigo 29.º do referido Decreto-Lei determina-se a impossibilidade das EPR acederem a financiamentos junto das instituições de crédito, com exceção das de carácter multilateral (ex. Banco Europeu de Investimento) ficando consagrada também, no artigo 72º, a transferência da gestão das suas carteiras de derivados financeiros para a IGCP.

Estes riscos são geridos pela Direção Financeira, gestão essa enquadrada nas políticas de mitigação de riscos definidas pelo Conselho de Administração Executivo.

14.4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito traduz-se na eventualidade de uma contraparte falhar as suas obrigações contratuais, provocando deste modo uma perda financeira no Grupo.

O Grupo encontra-se exposto a este risco quer através das atividades operacionais (mediante a venda a crédito dos bens e serviços que presta na forma de contas a receber) quer no desempenho da sua função financeira por via dos depósitos e aplicações financeiras à guarda das instituições financeiras e IGCP.

O risco de crédito associado às atividades operacionais do Grupo tem vindo a ser gerido individualmente de acordo com as características específicas de cada segmento negócio e dos seus clientes específicos.

De forma a minimizar a sua exposição a este risco, o Grupo obtém garantias de crédito por parte dos clientes sob a forma de depósito caução, seguro-caução ou garantias bancárias. Na nota 14.1 pode ser apreciada a exposição máxima do Grupo ao risco de crédito.

No que respeita às dívidas de clientes apresenta-se de seguida uma breve caracterização das mesmas de acordo com os intervalos de faturação e respetivos segmentos:

31-12-2024	PORTAGENS	[> 1 000 M€[	[1 000 M€< 10 M€[	[10M€>0]	TOTAL
N.º Clientes	**-**	**6**	**121**	**821**	**948**
Ferrovia	-	4	1	21	26
Rodovia	Várias	-	28	164	192
Gestão imobiliária	-	1	43	518	562
Engenharia	-	-	3	-	3
Telecomunicações	-	1	46	118	165
Dívida	**4 279**	**25 918**	**8 774**	**1 184**	**40 156**
Ferrovia	-	22 047	390	13	22 450
Rodovia	4.279	-	1 544	219	6 042
Gestão imobiliária	-	2 058	2 523	682	5 262
Engenharia	-	-	343	-	343
Telecomunicações	-	1 814	3 975	270	6 058

31-12-2023	PORTAGENS	[> 1 000 M€ [	[1 000 M€ < 10 M€ [	[10M€>0]	TOTAL
N.º Clientes	**-**	**7**	**130**	**909**	**1 046**
Ferrovia	-	5	-	18	23
Rodovia	Várias	-	28	162	190
Gestão imobiliária	-	1	51	573	625
Engenharia	-	-	2	-	2
Telecomunicações	-	1	49	156	206
Dívida	**5 143**	**27 060**	**9 432**	**1 235**	**42 870**
Ferrovia	-	23 925	-	7	23 932
Rodovia	5 143	-	1 679	246	7.068
Gestão imobiliária	-	2 058	3 031	704	5 792
Engenharia	-	-	159	-	159
Telecomunicações	-	1 077	4 563	278	5 918

A 31 de dezembro de 2024, o Grupo IP tem uma carteira de 948 clientes (2023: 1.046 clientes), dos quais 6 (2023: 7) têm saldos superiores a 1.000 m€ correspondendo a cerca de 65% (2023: 63%) dos valores em dívida.

Na análise à dívida, destaca-se o decréscimo da dívida dos operadores ferroviários (-6,9% face a 2023), não obstante o acréscimo da faturação da tarifa no período em análise em cerca de 22%.

Seguidamente apresenta-se a antiguidade (dias) saldos dos clientes do Grupo por categorias/tipologia:

31-12-2024	]0-30[	[30-60[	[60-90[	[90-360[	[360[	Total Geral
Portagens	4 279	-	-	-	-	4 279
Operadores ferroviários	3 573	845	1 262	9 478	6 214	21 372
Entidades públicas	37	5	16	35	2 117	2 210
Outros devedores	4 167	460	358	1 725	4 429	11 139
Clientes com planos de pagamentos	103	9	1	130	166	408
Cauções de clientes	-	-	-	-	-	748
	12 160	**1 319**	**1 636**	**11 367**	**12 926**	**40 156**
Imparidades	- 8	- 30	- 16	- 168	- 2 737	- 2 959
	12 152	**1 289**	**1 621**	**11 199**	**10 188**	**37 197**
Taxa média	0,07%	2,26%	0,95%	1,48%	21,18%	7,37%

31-12-2023	]0-30[	[30-60[	[60-90[	[90-360[	[360[	Total Geral
Portagens	5 143	-	-	-	-	5 143
Operadores ferroviários	4 447	3 771	4 375	8 618	2 806	24 017
Entidades públicas	920	20	3	21	2 149	3 114
Outros devedores	3 514	323	273	1 428	4 120	9 659
Clientes com planos de pagamentos	168	-	-	-	50	218
Cauções de clientes	-	-	-	-	-	719
	14 193	**4 115**	**4 651**	**10 067**	**9 125**	**42 870**
Imparidades	- 340		- 3	- 374	- 1 986	- 2 703
	13 853	**4 115**	**4 648**	**9 694**	**7 140**	**40 167**
Taxa média	2,40%	0,01%	0,06%	3,71%	21,76%	6,30%

O risco de crédito associado às dívidas de clientes do Grupo apresenta as características que seguem:

Atividades de âmbito rodoviário – as dívidas de clientes têm como componente mais relevante as portagens que apresentam uma base de clientes diversificada e composta por operações de reduzido valor, que em caso de incumprimento, serão objeto de cobrança pela Autoridade Tributária (AT) pelo que desse modo não apresentam um risco de crédito associado significativo.

Atividades de âmbito ferroviário - este risco está essencialmente relacionado com o incumprimento das responsabilidades assumidas pelos operadores ferroviários. Neste exercício em particular destacamos a evolução da dívida de um dos operadores privados. No presente exercício têm-se mantido as dificuldades já presentes no exercício passado, por parte, dos operadores privados solverem as suas dívidas atempadamente, o que justificou o aumento das dividas a mais de 360 dias. Esta situação está a ser devidamente acompanhada pelos serviços.

Atividade de gestão Imobiliária de espaços comerciais – Neste segmento o risco de crédito traduz-se na possibilidade de incumprimento no pagamento de responsabilidades assumidas pelas diversas entidades concessionárias relativamente aos arrendamentos e subconcessões de espaços comerciais pertencentes ao Grupo IP.

De modo a mitigar este risco tem sido política do Grupo, entre outras:

- a solicitação de garantias de crédito, prestadas através de cauções ou de garantias bancárias;
- Negociação de planos de pagamento com clientes que evidenciem dificuldades de cumprir prazos de pagamento;
- Disponibilização aos clientes da possibilidade do pagamento de faturas com recurso a referência multibanco, procedimento que tem tido uma considerável adesão por parte dos clientes; e
- O recurso ao sistema de débitos diretos, desde 2019, que tem permitido garantir o recebimento de faturas nas respetivas datas de vencimento, com evidentes benefícios na eficácia do sistema de cobranças;

No período em análise verificou-se um decréscimo da dívida deste segmento face ao ano de 2023 (-530m€/ -9%) ainda assim em contraciclo com um aumento de atividade verificado em 2023 (+1,8M€ /+9%).

Atividade de telecomunicações – Trata-se de um segmento, onde este tipo de risco é considerado baixo, uma vez que a carteira de clientes do Grupo tem-se apresentado muito estável ao longo dos anos.

Atividade de serviços de engenharia e transportes – Apresenta um risco de crédito considerado baixo no que respeita à materialidade dos valores envolvidos, face à realidade do Grupo IP, considerando-se os atrasos verificados enquadrados pelas entidades e geografias onde são firmados os negócios.

As imparidades registadas incidem sobre os clientes denominados no quadro acima como outros devedores, sendo os critérios de cálculo das mesmas divulgados na nota 2.4.13, encontrando-se incluído neste saldo um conjunto de entidades que não têm grande expressão na carteira de clientes do Grupo, pelo que, é convicção do Conselho de Administração Executivo que as imparidades consideradas são as apropriadas.

No que respeita ao risco de crédito associado às outras contas a receber destaca-se, fundamentalmente, o peso da Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), que é cobrada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e entregue ao Grupo IP pela DGO, as indemnizações compensatórias previstas na RCM n.º 3/2024, de 5 de janeiro, e as dívidas dos Municípios para os quais, dada a sua natureza pública, não se considera relevante o risco de crédito associado, uma vez que se considera que, não obstante eventuais moras, a probabilidade de recuperação é total.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, o Grupo IP detém exposição ao setor bancário nacional traduzida pelos saldos em depósitos à ordem. Esta exposição é reduzida em virtude da aplicação da legislação referente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, que prevê a concentração das disponibilidades e aplicações financeiras junto da IGCP. Atualmente, o Grupo IP detém 99,4% das suas disponibilidades junto da IGCP.

Até à data, o Grupo IP não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades financeiras.

O quadro seguinte apresenta um resumo da qualidade de crédito dos depósitos do Grupo IP a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	31-12-2024		31-12-2023	
	RATING	SALDOS	RATING	SALDOS
IGCP (*)	A-	404 758	BBB+	268 790
BANCO BPI	A-	144	BBB+	52
BANCO SANTANDER	A+	1	A+	2
BBVA	A	118	A	18
CGD	A-	0	(-)	1
MBCP	BBB	1	BBB-	7
CBI	A-	0	(-)	0
Novo Banco	BBB (1)	0	(-)	-
		405 023		**268 870**

Nota: Os ratings utilizados são os atribuídos pela Standard and Poor's
(*) inclui 66.080 m€ (2023: 203.750 m€) de aplicações CEDIC.
(1) Fitch Ratings

14.4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

Este tipo de risco mede-se pela capacidade de obtenção dos recursos financeiros para fazer face às responsabilidades assumidas com os diferentes agentes económicos que interagem com o Grupo IP, como sejam os fornecedores, os bancos, o mercado de capitais, entre outros. Este risco é medido pela liquidez à disposição do Grupo para fazer face às responsabilidades assumidas bem como à capacidade de gerar *cash-flow* no decurso da sua atividade.

O Grupo IP procura minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade. Uma gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas. Uma vez que o Grupo IP é financeiramente deficitário, é o acionista, ou seja, o Estado português que cobre as necessidades de financiamento do Grupo através de aumentos de capital. Desse modo, o risco de liquidez é consideravelmente baixo.

O quadro seguinte apresenta as responsabilidades do Grupo IP por intervalos de maturidade contratual. Os montantes apresentados representam os fluxos de caixa previsionais não descontados à data de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

31-12-2024	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	+ DE 5 ANOS
Empréstimos Obtidos			
Amortizações de financiamentos obtidos	68 068	965 035	35 000
Juros de financiamentos obtidos	44 792	80 710	1 107
Amortizações financiamento acionista/ Suprimentos	2 215 578	-	-
Juros de financiamento acionista/ Suprimentos	117 089	-	-
Aval	1 872	2 344	8 090
Fornecedores e contas a pagar	795 320	950 095	-
	3 242 718	**1 998 184**	**44 196**

31-12-2023	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	+ DE 5 ANOS
Empréstimos Obtidos			
Amortizações de financiamentos obtidos	572 830	894 602	173 500
Juros de financiamentos obtidos	72 999	113 768	10 607
Amortizações financiamento acionista/ Suprimentos	2 215 578	-	-
Juros de financiamento acionista/ Suprimentos	117 089	-	-
Aval	2 992	4 114	196
Fornecedores e contas a pagar	997 464	938 642	-
	3 978 952	**1 951 126**	**184 303**

14.4.3 RISCO DE TAXA DE JURO

O Grupo IP está sujeito ao risco de taxa de juro enquanto mantiver em carteira empréstimos obtidos junto do sistema financeiro (nacional e internacional) e que visam o financiamento da sua atividade.

O principal objetivo da gestão de risco de taxa de juro é a proteção relativamente a movimentos de subida das taxas de juro, na medida em que as receitas do Grupo são imunes a essa variável e, assim, fica inviabilizada uma cobertura natural.

Atualmente, não são usados instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro.

Presentemente, o objetivo da política de gestão do risco de taxa de juro passa, essencialmente, pela monitorização das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros contratados com base na Euribor.

Teste de sensibilidade à variação da taxa de juro

O Grupo IP utiliza periodicamente análises de sensibilidade para medir o impacto em resultados das variações das taxas de juro sobre o justo valor dos empréstimos. Estas análises têm sido um dos meios auxiliares às decisões de gestão do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

i. À data de 31 de dezembro 2024, o Grupo IP não tinha reconhecido nenhum empréstimo obtido ao justo valor;

ii. Alterações no justo valor de empréstimos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado nos momentos de reporte;

iii. Com base nestes pressupostos, a 31 de dezembro de 2024, um aumento ou diminuição de 0,5% nas curvas de taxa de juro do euro resultaria nas seguintes variações do justo valor dos empréstimos com consequente impacto potencial nos resultados:

	Variação na curva de taxa de juro	
	-0,50%	**0,50%**
Impacto no justo valor dos empréstimos	25 005	-12 895
Impacto potencial em resultados	-25 005	12 895

14.4.4 RISCO DE CAPITAL

O objetivo do Grupo IP em relação à gestão do risco de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo.

O instrumento base para a gestão deste risco é o plano de financiamento (ou plano financeiro) das empresas através do qual se identificam e monitorizam as fontes de financiamento destacando-se, a política de fortalecimento do capital promovida pelo acionista e consubstanciada através de operações de reforço do capital em numerário.

A IP foi constituída com um capital social de 2.555.835 m€ representado por 511.167 ações, com o valor nominal de 5 m€ cada. A 31 de dezembro de 2024 o capital social ascendia a 14.403.880 m€, representado por 2.880.776 ações, com o valor nominal de 5 m€ cada.

Em 2024 foram realizados aumentos de capital, em numerário, no montante de 1.817.210m€ (nota 15), para cobertura das necessidades de financiamento, conforme quadro abaixo:

	31-12-2024	31-12-2023
Aumentos de capital	**1.817.210**	**1 434 515**
Encargos PPP	701.945	807 946
Investimento Ferroviário	470.650	365 263
Serviço da dívida	644.615	234 970
Conservação Ferroviária	-	19 996
Garantias Bancárias	-	6 340

14.5 ALTERAÇÕES NO PASSIVO DECORRENTE DA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Apresenta-se a reconciliação dos passivos cujos fluxos afetam as atividades de financiamento:

	Financiamentos	Suprimentos	Locações
Saldo em dezembro 2023 (1)	**1 651 675**	**2 332 667**	**1 058**
Fluxo			
Juros	- 8 415	-	- 134
Amortizações (2)	- 27 070	-	- 3 089
Outros encargos financeiros	- 865	-	-
Não Fluxo			
Taxa efetiva (3)	214	-	-
Juros especializados (4)	26 626	-	-
Outros encargos financeiros (5)	965	-	-
Outras variações (6)	5 219	-	3 692
Saldo em dezembro de 2024 (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	**1 657 629**	**2 332 667**	**1 662**

	Financiamentos	Suprimentos	Locações
Saldo em dezembro 2022 (1)	**1 813 683**	**2 332 667**	**3 236**
Fluxo			
Juros	- 71 974	-	- 138
Amortizações (2)	- 159 020	-	- 2 597
Outros encargos financeiros	- 3 748	-	-
Não Fluxo			
Taxa efetiva (3)	438	-	-
Juros especializados (4)	- 1 964	-	-
Outros encargos financeiros (5)	- 160	-	-
Outras variações (6)	- 1 301	-	911
Saldo em dezembro de 2023 (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6)	**1 651 675**	**2 332 667**	**1 058**

15. CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS CONSOLIDADOS

i) CAPITAL SOCIAL

O capital social é representado por ações nominativas revestidas na forma escritural, pertencentes ao Estado Português e detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

A 31 de dezembro de 2023, o capital social era de 12.586.670 m€, integralmente subscrito e realizado pelo seu acionista, correspondentes a 2.517.334 ações com o valor nominal de 5 m€ cada.

No decorrer do exercício de 2024, o capital social foi reforçado da seguinte forma:

	31-12-2024	
Meses	Nº de ações	Montante
fevereiro	91 369	456 845
março	6 790	33 950
abril	31 800	159 000
junho	33 199	165 995
julho	10 294	51 470
agosto	24 832	124 160
setembro	11 291	56 455
outubro	109 664	548 320
novembro	14 739	73 695
dezembro	29 464	147 320
	363 442	**1 817 210**

Passando a perfazer, em 31 de dezembro de 2024, o montante de 14.403.880 m€ correspondentes a 2.880.776 ações.

O Grupo IP calcula o seu resultado básico e diluído por ação usando a média ponderada das ações em circulação durante o período de relato, na base que segue:

	31-12-2024
janeiro	2 517 334
fevereiro	2 608 703
março	2 615 493
abril	2 647 293
maio	2 647 293
junho	2 680 492
julho	2 690 786
agosto	2 715 618
setembro	2 726 909
outubro	2 836 573
novembro	2 851 312
dezembro	2 880 776
Média ponderada de ações em circulação	**2 701 549**

ii) RESERVAS

As reservas decompõem-se como segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Reserva legal	296 734	296 734
Outras variações	- 95	- 95
Doações	4	4
	296 644	**296 644**

No que respeita às reservas legais, a legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço de reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, exceto em caso de liquidação do Grupo, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada em capital.

iii) RESULTADOS ACUMULADOS CONSOLIDADOS

Conforme deliberado em Assembleia Geral, realizada em 29 de maio de 2024, foi deliberada a aplicação do resultado líquido de 2023, apurado nas demonstrações financeiras separadas da IP, para resultados acumulados (-18.774 m€).

O diferencial entre o resultado líquido das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, foi transferido para resultados acumulados consolidados.

16. PROVISÕES

Política contabilística - nota 2.3.13
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.11

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foi como segue:

	Riscos Gerais	Expropriações	Empreitadas	Benefícios aos colaboradores	Estradas Desclassificadas	Processo IVA	Total
31 de dezembro de 2022	**24 620**	**18 459**	**39 841**	**684**	**401 634**	**482 700**	**967 937**
Aumentos / (Reduções) por resultados	25 597	-	-	395	-	31 207	57 199
Utilizações de provisões	-	-	-	- 145	- 13 021	-	- 13 166
Aumentos / (Reduções) via concessão rodoviária	-	- 1 267	1 574	-	-	13 522	13 829
31 de dezembro de 2023	**50 216**	**17 192**	**41 415**	**934**	**388 613**	**527 429**	**1 025 799**
Aumentos / (Reduções) por resultados	9 224	-	-	203	-	30 400	39 827
Utilizações de provisões	-	-	-	- 160	- 4 861	-	- 5 021
Aumentos / (Reduções) via concessão rodoviária	-	- 2 715	- 10 484	-	-	23 268	10 069
31 de dezembro de 2024	**59 441**	**14 477**	**30 931**	**976**	**383 752**	**581 097**	**1 070 674**

PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

RISCOS GERAIS:

Da análise realizada pela Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance*, esta provisão respeita a responsabilidades potenciais de processos de contencioso geral sem conexão com empreitadas.

O reforço desta provisão em 2024 deve-se essencialmente a processo judicial relativo a libertação de cauções da IC1 Variante à EN8 entre Torres Vedras e Bombarral no montante de 8.714m€.

EXPROPRIAÇÕES:

Esta provisão foi constituída para fazer face ao risco da IP vir a efetuar pagamentos adicionais relativos aos processos de expropriação rodoviários que se encontram em litígio. O seu apuramento resulta da consulta realizada pela Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance* aos advogados externos e internos que acompanham os processos.

EMPREITADAS:

Provisão constituída referente a processos de contencioso geral provenientes das empreitadas rodoviárias.

PROCESSO IVA:

Foi decidido em 2010, por uma questão de prudência e em resultado da evolução do processo do IVA descrito na nota 12, a constituição de uma provisão para o processo do IVA com o impacto estimado de uma decisão desfavorável ao Grupo.

Uma vez que a questão que originou o diferendo entre a extinta EP e a AT foi a não aceitação da CSR como uma receita sujeita a IVA, foi constituída uma provisão que equivale à totalidade do IVA deduzido pela extinta EP e pela IP em atividades financiadas pela CSR. De referir ainda que a contrapartida desta provisão foi efetuada com base na classificação contabilística da despesa que originou o IVA dedutível, ou seja, para o IVA deduzido relativo a gastos do exercício, a contrapartida foi de gastos e para o IVA deduzido relativo à aquisição ou construção de ativos, a contrapartida da provisão constituída foi do ativo intangível – Direito de Concessão.

PROVISÕES PARA OUTRAS SITUAÇÕES NÃO CONTENCIOSAS

BENEFÍCIOS AOS COLABORADORES:

O Grupo IP tem atribuído benefícios de pensões de reforma antecipada temporária e complementos de pensões de reforma e sobrevivência.

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, em que o Grupo efetua pagamentos de reforma antecipada a um grupo fechado de colaboradores que estão abrangidos por este programa até ao momento da sua reforma pela Caixa Geral de Aposentações.

Esta provisão é referente a responsabilidades sobre benefícios atribuídos a um grupo já reduzido de 23 beneficiários (2023: 23), por um período de tempo limitado, pelo que foi opinião do Conselho de Administração Executivo que não era necessária a avaliação anual sobre estas responsabilidades por empresa especializada, tendo a mesma sido efetuada através de meios internos.

Os movimentos ocorridos no exercício corresponderam à revisão da estimativa de provisão a pagar em períodos subsequentes, com impacto direto no resultado do ano e à utilização de provisão em conformidade com pagamentos ocorridos no período.

PROVISÃO PARA ESTRADAS DESCLASSIFICADAS:

O Grupo IP tem a obrigação de transferir as estradas desclassificadas do Plano Rodoviário Nacional para a tutela das Autarquias, tendo constituído uma provisão que reflete a melhor estimativa para cumprir com as obrigações de requalificação das estradas desclassificadas, ainda a cargo do Grupo. A concretização dos Protocolos de Transferência para a tutela das Autarquias originou a utilização desta provisão.

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Política contabilística - nota 2.3.14.

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 as vendas e serviços prestados detalham-se da seguinte forma:

	Notas	2024	2023
Consignação do Serviço Rodoviário	27.2.	691 040	641 731
Portagens		323 456	328 409
Utilização de Canais (Tarifas)		80 929	66 243
Contratos de Construção		104 437	71 794
Construção de Novas Infraestruturas	7., 19.	94 372	61 435
Encargos Financeiros Capitalizados	7., 19.	10 064	10 359
Concedente Estado - Rédito ILD	27.2.	100 376	34 140
Outros		58 879	58 572
		1 359 117	**1 200 890**

Relativamente às vendas e serviços prestados no período em análise destaca-se o seguinte:

Os valores unitários da Consignação do Serviço Rodoviário (contrapartida paga pelos utilizadores pelo uso da rede rodoviária) para 2024 mantiveram-se inalterados, situando-se em 87€/1.000 litros para a gasolina, de 111€/1.000 litros para o gasóleo rodoviário e de 63€/1.000 litros para o GPL auto.

Comparativamente ao período homólogo, verifica-se um aumento da CSR, no valor de 49.309m€, o que se traduz numa variação de +7,7%, em linha com a evolução positiva das introduções ao consumo de produtos petrolíferos, durante o ano de 2024, que atingiram um total de 8.732.315 toneladas, o que representa um aumento de 0,75% face ao verificado em 2023, com destaque para as subidas de 7,27% na Gasolina e de 3,58% no Jet e para as descidas de 0,58% no Gasóleo e de 8,22% na categoria C (Fuel+GPL) (*Fonte: ENSE, Balcão Único da Energia*). Adicionalmente relevar ainda o fim do mecanismo temporário de reembolso do gasóleo profissional extraordinário a 31 de agosto de 2024.

Relativamente às receitas de portagens verifica-se uma quebra de -4.953 m€ face a 2023, em que, não obstante o crescimento verificado nas portagens da rede concessionada pelo Estado, que em 2024 atingiram os 269.573 m€ face aos 260.599 m€ de 2023 (+8.974 m€), o mesmo não se mostrou suficiente para compensar a quebra verificada nas portagens de vias próprias, que em 2024 atingem os 53.853 m€ contra os 67.810 m€ verificados no período homólogo o que se traduz numa quebra de receita de -13.927 m€.

A rubrica de Utilização de canais (Tarifas) refere-se essencialmente aos rendimentos provenientes das Tarifas de Utilização de Infraestruturas (TUI). As tarifas de Passageiros atingiram 73.201m€ (2023: 58.354m€) e as de Mercadorias 7.050m€ (2023: 7.337m€), tendo-se verificado um aumento de 25,44% e uma diminuição de 3,92%, respetivamente, face ao período homólogo.

Os Contratos de Construção representam os rendimentos do Grupo IP com a sua atividade de construção da RRN de acordo com o definido no seu Contrato de Concessão. Esta inclui a totalidade das atividades de construção da IP por via direta ou subconcessão.

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas são atividades de construção de gestão direta da IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso, acrescidos dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os encargos financeiros capitalizados correspondem aos encargos financeiros da IP no decorrer da fase de construção rodoviária e são compostos por encargos financeiros utilizados para o financiamento da aquisição da Rede Concessionada do Estado.

A rubrica de Concedente Estado – Rédito ILD, nos termos da IFRIC12, corresponde ao redébito ao Concedente dos gastos suportados com Infraestruturas de Longa Duração, nomeadamente, materiais e mão-de-obra para Investimento e os respetivos encargos de estrutura. Neste exercício chama-se à atenção para o impacto do consumo de materiais ferroviários no montante de 65.159 m€ (nota19) responsável pela variação do ano.

A rubrica de outros inclui o rédito de cerca de 37.975 m€ (2023: 34.328m€) relativos aos segmentos de Telecomunicações; Gestão Imobiliária de Espaços Comerciais; e Serviços de Engenharia de Transportes conforme pode ser verificado na nota 4.

Em suma, no exercício de 2024, destaca-se o aumento das Prestações de Serviços, com impacto direto em resultados, em cerca de +53.597m€ face a dezembro de 2023, sendo relativos a CSR +49.309m€, Portagens Vias IP -13.927m€, Tarifa Ferroviária +14.686m€, Segmento Imobiliário +1.824m€ e Segmento de Telecomunicações +1.706m€.

Adicionalmente, e ainda que sem impacto no resultado, ocorreram variações dos réditos do Concedente Ferroviário (+66.816m€), de contratos de construção própria (+32.937m€), de portagens de Concessões do Estado (+8.974 m€), e da energia de tração (-3.791m€), mas cujos efeitos são compensados com a rubrica do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (-105.294m€), fornecimento e serviços externos (+4.250m€) e outros gastos operacionais (-3.892m€).

18. INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

Política contabilística - nota 2.3.14.

Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 217/2015 de 7 de outubro que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/34/EU, do Parlamento e do Conselho, de 21 de novembro de 2012 e através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2016, de 11 de março, foi celebrado, pela primeira vez, em 11 de março de 2016 (retroagindo efeitos a 1 de janeiro de 2016) o Contrato-Programa entre o Estado Português e o Grupo IP (representado pela sua empresa-mãe), no qual são definidos e regulados os termos e condições da prestação, pelo Grupo, das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional incluindo a fixação das indemnizações compensatórias, a pagar pelo Estado, durante o período 2016-2020.

A atribuição duma compensação financeira pelo Estado é sustentada por a atividade do Grupo IP consubstanciar uma prestação de serviço de interesse público, o qual, pela sua natureza, se distancia das atividades de natureza económica que o Grupo assumiria se tivesse em consideração os seus interesses comerciais, e que se destina a assegurar a cobertura dos custos específicos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público.

Em 2024 foi assinado o novo contrato programa com vigência entre janeiro de 2024 e dezembro de 2028, contrato este que aguarda visto prévio do Tribunal de Contas, onde consta, através da menção à Resolução do Conselho de Ministros nº 3/2024 de 5 de janeiro, a autorização da despesa com indemnizações compensatórias para os anos 2024-2028 no montante anual de 89.426m€.

Adicionalmente, e tendo como objetivo assegurar o equilíbrio económico-financeiro da prestação do serviço público de gestão da infraestrutura ferroviária o contrato estipula ainda que até 31 de julho de cada ano o Grupo IP (por intermédio da sua empresa-mãe) deve submeter à aprovação do Estado uma proposta fundamentada de atualização das projeções financeiras. Isso envolve a consideração dos valores da execução real do exercício anterior (ano n-1) e dos valores atualizados de inflação.

Caso as atualizações resultem em uma redução ou aumento da indemnização compensatória devida pelo exercício findo, esse diferencial é incorporado no valor a pagar no ano seguinte, ajustando assim a compensação às necessidades reais da prestação do serviço.

Nesse sentido, o Grupo IP apurou à data de 31 de dezembro de 2024 uma necessidade do aumento da indemnização compensatória no montante de 28.505m€.

Face ao exposto, o valor registado no exercício de 2024, no âmbito do novo Contrato-Programa foi de 117.932m€, aguardando-se o pagamento de 214.885m€, valor a que acresce IVA à taxa legal em vigor (nota 14.2.3).

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e no período homólogo de 2023 o detalhe desta rubrica é o que segue:

	NOTAS	2024	2023
Capitalização Portagens Concessões		247 828	238 424
Construção de Novas Infraestruturas	7., 17.	94 372	61 435
Materiais de Ferrovia	11.1.	86 120	23 168
Materiais de telecomunicações	11.3.	267	423
		428 588	**323 450**

Conforme referido na nota 2.3.14 os valores recebidos relativos a portagens de concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) são deduzidos ao investimento do Grupo IP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede Concessionada. A contrapartida dessa dedução é registada nesta rubrica. A variação desta rubrica resulta do aumento verificado nas receitas de portagens das concessões do Estado líquidas dos gastos de cobrança de portagens (9.404 m€).

Os valores correspondentes à construção de Novas Infraestruturas rodoviárias são atividades de construção de gestão direta do Grupo IP e são apurados com base nos autos de acompanhamento das obras mensais pelo que refletem a evolução física das obras em curso.

A variação verificada no corrente ano justifica-se essencialmente, pelas empreitadas de:

- construção na Variante à EN14 – Lanço Interface rodoferroviário / Santana, incluindo nova ponte sobre o rio Ave no valor de 12.063m€;
- construção do lanço da variante à EN 14 entre Maia e Trofa no montante de 11.298 m€ (2023: 26.870 m€) e;
- requalificação da EN344 – km 67+800 ao 75+520 – Pampilhosa da Serra 10.879m€ (2023: 2.107m€)

Os encargos com materiais de ferrovia referem-se a diversos tipos de materiais que são incorporados no investimento e na manutenção das infraestruturas ferroviárias. O exercício de 2024 teve uma variação de 62.953m€ que se justifica essencialmente pelo consumo de materiais imputados, a investimento ILD (65.159 m€) nota 17, deduzidos de 2.206 m€ de materiais aplicados à manutenção das infraestruturas ferroviárias.

Os materiais de telecomunicações destinam-se à utilização decorrente da prestação de serviços de telecomunicações, sendo que a variação verificada no biénio em análise resulta da incorporação de um conjunto de materiais em serviços prestados no âmbito da concessão ferroviária.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	NOTAS	2024	2023
Conservação corrente e segurança rodoviária		86 065	89 117
Conservação, reparação e segurança na rede ferroviária		80 598	79 950
Operação e manutenção subconcessões	14.3.4	63 125	61 413
Conservação periódica de estradas	14.3.4	55 665	55 665
Encargos cobrança portagens		26 221	25 229
Eletricidade		18 863	30 531
Limpeza, higiene e conforto		11 321	9 121
Vigilância e segurança		9 181	8 334
Trabalhos especializados		6 221	5 177
Licenças software		4 992	4 497
Seguros		3 719	3 621
Conservações e reparações		3 200	2 767
Outros subcontratos		2 751	1 963
Combustíveis		2 647	2 445
Outros fornecimentos e serviços		6 362	5 855
		380 930	**385 685**

Na rubrica Conservação corrente e segurança rodoviária destacam-se:

i) conservação corrente de vias e obras de arte no montante de 70.483 m€ (2023: 76.589 m€);

ii) segurança rodoviária no montante de 13.940 m€ (2023: 10.710 m€); e

iii) Telemática rodoviária no montante de 1.596 m€ (2023: 1.767 m€).

Os encargos com Conservação, reparação e segurança na rede ferroviária referem-se, essencialmente, à subcontratação dos serviços de manutenção de:

i) via no montante de 34.718 m€ (2023: 35.239 m€);

ii) sinalização no valor de 14.500 m€ (2023: 13.445 m€);

iii) telemática ferroviária que ascendem a 5.219 m€ (2023: 4.756 m€);

iv) desmatação no valor de 6.555 m€ (2023: 7.278 m€);

v) catenária que totalizam 5.831 m€ (2023: 6.012 m€);

vi) construção civil no montante de 4.297 m€ (2023: 5.388 m€);

vii) baixa tensão que ascendem a 3.031 m€ (2023: 2.607 m€), e;

viii) utilização de comboio socorro no valor de 1.559 m€ (2023: 1.670 m€).

Os encargos com operação e manutenção de subconcessões resultam do reconhecimento contabilístico da operação e manutenção efetuada pelas subconcessionárias no âmbito dos Contratos de Subconcessão em vigor.

A Conservação Periódica de Estradas (nota 2.4.4) corresponde ao reconhecimento do acréscimo de responsabilidade do Grupo IP com os gastos necessários à manutenção do nível de serviço das vias e obras de arte rodoviárias que lhe é imposto pelo seu Contrato de Concessão. Este valor não corresponde a uma necessidade de investimento em conservação no próprio período, mas sim ao valor médio anual de investimento necessário à manutenção do nível de serviço da rede.

Os Encargos de cobrança das portagens sofreram um acréscimo face a 2023, fruto do aumento verificado na procura de vias portajadas de cerca de 8%.

Os gastos com eletricidades (Usos diversos e Vias) verificaram um decréscimo face ao ano anterior justificando-se esta variação pela diminuição dos preços unitários contratados a partir de janeiro de 2024, na sequência do início de novos contratos de energia.

21. GASTOS COM PESSOAL

Política contabilística - nota 2.3.15.

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os gastos com pessoal detalham-se da seguinte forma:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	123 764	118 877
Encargos sobre remunerações	27 794	26 840
Outros gastos com pessoal	4 358	3 759
Seguros de acidentes pessoais	928	874
Gastos de ação social	668	644
Remunerações de órgãos sociais	613	684
Indemnizações	2	28
	158 129	**151 705**

Em 2024, os gastos com pessoal do Grupo IP fixaram-se em 158.129m€, refletindo um aumento de cerca de 6.424m€ ou +4,23% face a 2023 (151.705m€).

O efetivo médio do Grupo diminuiu para 3.612 trabalhadores face aos 3.643 verificados em 2023.

As Remunerações e Encargos com Pessoal sofreram um acréscimo de 5.841m€ (+4%), influenciado pela aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho, o qual se traduz em valorizações remuneratórias previstas no Sistema de Carreiras e em cláusulas de expressão pecuniária ligadas às diferentes formas de prestação de trabalho.

22. IMPARIDADES (PERDAS) / REVERSÕES

Política contabilística - nota 2.3.16
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos – notas: 2.4.12 e 2.4.13

A evolução das imparidades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 apresenta-se como segue:

	Goodwill	Propriedades de investimento	Inventários	Concedente	Clientes	Outras contas a receber	Total
Notas	5.	9.	11.	14.2.1	14.2.2	14.2.3	
31 de dezembro de 2022	**(*)**	**1 349**	**1 667**	**305 200**	**2 492**	**8 429**	**319 137**
Reforço / (Reversão)	-	-	- 320	-	242	- 75	- 152
Utilizações	-	-	-	-	- 32	- 57	- 88
31 de dezembro de 2023	**(*)**	**1 349**	**1 347**	**305 200**	**2 703**	**8 298**	**318 897**
Reforço / (Reversão)	11 689	-	640	-	347	- 527	12 150
Utilizações	-	-	-	-	- 91	0	- 91
31 de dezembro de 2024	**(*)**	**1 349**	**1 988**	**305 200**	**2 959**	**7 772**	**330 956**

(*) imparidade registada diretamente por contrapartida do *goodwill*, uma vez que não poderá ser revertida no futuro.

As imparidades do período respeitam fundamentalmente a:

Goodwill – resultante do teste de imparidade já divulgado na nota 5.

Inventários – reforços resultantes dos testes de imparidade efetuados aos produtos acabados (terrenos e frações destinadas a habitação e ao comércio em Sines) no montante de 587 m€ (2023: reversões de 301 m€, nota 11.2.) e, no caso das matérias-primas, referentes ao valor líquido entre os materiais obsoletos identificados e os vendidos no ano, na ordem dos 54 m€ (2023: reversões de imparidades de cerca de 19m€ notas 11.1 e nota 23 onde pode ser verificada a receita com venda de resíduos/materiais usados);

Clientes – destacam-se os reforços de imparidade verificados no segmento de telecomunicações, no valor de 214 m€ (2023: 290 m€), no segmento de gestão imobiliária de espaços comerciais, 133 m€ (2023: reversão de -30 m€). As utilizações respeitam a *write-off* de saldos que se encontravam ajustados na sua totalidade e afetos ao segmento de gestão imobiliária de espaços comerciais, -79m€ (2023: -31m€) e ao segmento de telecomunicações, -12m€ (2023: 0m€).

Outras contas a receber – a reversão da imparidade resultante de um acordo alcançado relativo a um processo em tribunal (-500m€) do qual resultou a entrega de dois terrenos ao Grupo IP valorizados em 425 m€ (nota 8) e assunção de gastos de responsabilidade do Grupo IP de 75 m€.

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos decompõem-se como segue de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	NOTAS	2024	2023
Imputação de subsídios ao investimento	13.2.1	55 725	59 660
Fees Assinatura Concessões		8 854	8 854
Ganhos na venda de resíduos/materiais usados		5 906	8 187
Subsídios à exploração		5 648	20 571
Rendimentos suplementares		5 460	433
Outros		14 033	7 836
		95 626	**105 541**

O rendimento reconhecido em Imputação de subsídios ao investimento é apurado de acordo com o período da Concessão Rodoviária, à mesma taxa de amortização do ativo relacionado.

A rubrica de *Fees* Assinatura Concessões respeita ao montante reconhecido em 2024 dos *fees* atribuídos aquando da assinatura dos contratos relativos às Concessões Grande Lisboa e Douro Litoral, os quais são diferidos ao longo do prazo destas concessões.

Relativamente aos ganhos na venda de resíduos/materiais usados o valor mais relevante respeita à venda de resíduos ferrosos no montante de 5.301 m€ (2023: 7.039 m€).

Os subsídios à exploração decorrem fundamentalmente da imputação a resultados, dos subsídios recebidos no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º12-B/2023 de 6 de fevereiro, relativos às intempéries ocorridas em dezembro de 2022 e janeiro de 2023.

Os rendimentos suplementares respeitam, essencialmente, à multa por incumprimento contratual da data de entrada em serviço do aumento do número de vias numa das vias subconcessionadas.

Na rubrica de Outros incluem-se, entre outros, regularizações de eletricidade de 5.547m€, Concessões de utilização e licenças de 1.366m€ (2023: 1.318m€) ganhos com sinistros de 1.442m€ (2023: 1.511m€) e coimas 1.261m€ (2023: 1.190m€).

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 os outros gastos e perdas detalham-se da seguinte forma:

	2024	2023
Taxas de Regulação Atividade Rodoviária	3 288	3 177
Indemnizações	3 690	1 005
Impostos indiretos e outras taxas	2 267	1 444
Outros	2 780	2 767
	12 025	**8 392**

O valor registado na rubrica Taxas de Regulação Atividade Rodoviária diz respeito à Taxa de Regulação de Infraestruturas Rodoviárias, valor esse devido à AMT – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (nota 27.2).

Outras indemnizações, incluem gastos associados a processos judiciais.

25. PERDAS E GANHOS FINANCEIROS

De 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 as perdas e ganhos financeiros detalham-se da seguinte forma:

	Notas	2024	2023
Perdas Financeiras		**225 873**	**245 335**
Juros Suportados:			
Empréstimos		61 862	70 010
Subconcessões	14.3.4	154 578	165 569
Locações		134	138
Outros juros suportados		27	4
Outras perdas financeiras		9 272	9 614
Ganhos Financeiros		**55 660**	**63 351**
Juros obtidos:			
Outros juros obtidos		48	1
Juros obtidos - concedente Estado	14.2.1	55 612	63 350
Resultados Financeiros		**- 170 213**	**- 181 983**

Os juros suportados em empréstimos registam uma redução devido à diminuição do stock de dívida bem como à diminuição das taxas de juro dos empréstimos com taxa variável. Nesta rubrica estão relevados os juros incorridos com a dívida afeta aos segmentos de negócio de Alta Prestação Rodoviária, Atividade de Investimento de Infraestrutura Ferroviária e Atividade de Gestão de Infraestrutura Ferroviária.

O desagravamento dos resultados financeiros face a 2023 decorre, essencialmente, da diminuição na rubrica dos juros das subconcessões, por via da redução da dívida às Subconcessionárias. Com efeito, os gastos com a atualização financeira da dívida às subconcessionárias pela obra / serviços prestados são registados nos juros suportados Subconcessões, que serão faturados no futuro, de acordo com os termos estipulados nos respetivos Contratos de Subconcessão. Este montante resulta da responsabilidade do Grupo IP para com as subconcessionárias pelos serviços de construção e operação e manutenção rodoviária já efetuados por estas e ainda não pagas, no valor 1.269M€ (dívida de gestão indireta), remunerada contabilisticamente a taxas entre os 5% e os 11%.

As outras perdas financeiras, para além das comissões bancárias, consideram também os encargos suportados com a taxa de aval prestado pelo Estado Português, e especialização dos encargos associados às emissões de empréstimos obrigacionistas.

Mantem-se a política de refinanciamento do stock de dívida através de operações de aumento de capital.

A rubrica de juros obtidos, onde se inclui os juros imputados ao concedente Estado (nota 14.2.1.), que são calculados tendo por base as mesmas condições do financiamento que a atividade de investimento em infraestruturas de longa duração, regista uma redução devido à diminuição do stock de dívida afeto a esta atividade.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Política contabilística - nota 2.3.9
Principais julgamentos, estimativas e pressupostos - nota 2.4.14

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é conforme segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Imposto sobre o rendimento corrente		- 7 022	- 42
Imposto sobre o rendimento diferido	10.	- 32 298	- 44 680
Gasto / (Rendimento) de imposto		**- 39 319**	**- 44 722**

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas Demonstrações Financeiras Consolidadas é conforme segue:

	2024	2023
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Derrama Municipal (1)	1,50%	1,50%
Derrama Estadual (1)	1,61%	1,55%
Imposto sobre o rendimento	**24,11%**	**24,05%**
Diferenças temporárias revertidas no período (taxa média)	21,07%	21,38%
Diferenças temporárias tributáveis a reverter em períodos futuros (taxa média) (2)	21,03%	21,18%
Diferenças temporárias dedutíveis a reverter em períodos futuros (Taxa média) (3)	28,09%	27,81%
Prejuízos fiscais	21,00%	21,00%

(1) Em 2024 aplicável aos segmentos de: Telecomunicações, Gestão de Espaços Comerciais e Serviços de Engenharia de Transportes.
(2) Corresponde à taxa média que o Grupo espera reverter essas diferenças face à sua origem especifica, tendo em conta que na generalidade das entidades incluídas no perímetro do Grupo IP, a derrama estadual não é aplicada ou quando é, os valores em causa permanecem dentro do intervalo do primeiro escalão da mesma (1.500 m€ - 7.500 m€). Estas diferenças temporárias serão revertidas nos segmentos de negócio onde foram geradas.
(3) Tendo em consideração que nos próximos cinco exercícios prevalecerá na generalidade das diferenças a taxa de reversão de 20%, mas após esse período a taxa dominante de reversão esperada voltará aos 30,25%, conforme explicado nas notas 2.4 e 10 do presente relatório.

Seguidamente apresenta-se a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

	Notas	%	2024	%	2023
Resultado antes de impostos			**154 869**		**26 635**
IRC - Taxa média do Grupo		21,00	- 32 523	21,00	- 5 593
Derramas (1)		-0,17	- 263	-0,95	- 253
Diferenças de taxa	10	-3,78	- 5 849	0,00	- 38 889
Prejuízos fiscais e benefícios RETGS		-	-	6,34	1 689
Correções de estimativa de períodos anterior		-1,97	- 3 058	-0,06	- 16
Diferenças permanentes dedutíveis		23,66	36 641	54,32	14 467
Diferenças permanentes tributáveis		-7,94	- 12 300	-2,79	- 742
Diferenças temporárias - Revisões de estimativa	10	-13,70	- 21 212	-55,65	- 14 823
SIFIDE		-	-	0,64	171
Tributações autónomas		-0,49	- 757	-2,75	- 733
IRC taxa efetiva		**-25,39**	**- 39 319**	**-167,91**	**- 44 722**

(1) Em ambos os períodos, estão incluídas a derrama municipal e a derrama estadual, gerada nos segmentos de: Telecomunicações, Gestão de Espaços Comerciais e Serviços de Engenharia de Transportes, em virtude da taxa média do Grupo usada ser 21%.

No quadro acima destacam-se as:

- Diferenças de taxa – em 2024, as mesmas decorrem, fundamentalmente, da entrada em vigor da lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025) onde se aprovou a redução da taxa normal de IRC em um ponto percentual, passando para 20%. Relativamente ao exercício de 2023 destaque-se a entrada em vigor do Benefício ICE e consequentes implicações que originaram alterações nas expectativas de recuperação de diferenças temporárias futuras (nota 2.4.14);
- O efeito relativo ao benefício ICE (36.419m€ incluído nas diferenças permanentes dedutíveis);
- Nas diferenças permanentes tributárias destaque-se o efeito da subcapitalização (8.929 m€) e goodwill (2.455 m€); e,
- Revisões de estimativa – resulta do impacto dos instrumentos previsionais do Grupo na recuperação das diferenças temporárias resultantes, fundamentalmente, dos gastos de financiamento líquidos e da impossibilidade de recuperação destes.

27. ENTIDADES RELACIONADAS

Política contabilística - nota 2.3.17.

27.1 RESUMO DAS PARTES RELACIONADAS

As entidades identificadas como partes relacionadas do Grupo IP em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, no âmbito do disposto na IAS 24 – Partes relacionadas são as seguintes:

	Relação	% Participação 2024	% Participação 2023
Entidades públicas			
AMT	Entidade Reguladora	-	-
Estado Português (*)	Acionista / Concedente	-	-
Operador ferroviário			
CP	Relação de domínio - Estado (operador ferroviário)	-	-
Operações conjuntas			
AVEP	-	50,00%	50,00%
Corredor Atlântico	-	25,00%	25,00%
Empresas associadas			
CCF (Centro de Competências Ferroviário)	Influência Significativa	35,34%	31,65%
Outros			
Membros dos órgãos sociais		-	-

(*) Em sentido restrito.

27.2 SALDOS E TRANSAÇÕES SIGNIFICATIVAS COM ENTIDADES PÚBLICAS

A IP é detida na totalidade pelo Estado Português sendo a função acionista desempenhada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e tendo tutela conjunta do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças.

Os saldos com o Estado e Outras Entidades para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 detalham-se como segue:

	Notas	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A RECEBER			
Correntes			
Concedente Estado - Conta a Receber	13.2.1	**5 513 611**	**4 907 726**
Outras contas a receber		**324 531**	**190 892**
Devedores por acréscimos de rendimento		**324 531**	**190 892**
Indemnizações compensatórias	13.2.3	214 885	96 954
CSR	13.2.3	109 646	93 938
		5 838 143	**5 098 618**
SALDOS A PAGAR			
Financiamentos obtidos		**2 332 667**	**2 332 667**
Suprimentos - Acionista	13.3.2	2 332 667	2 332 667
		2 332 667	**2 332 667**

De seguida, apresentam-se as transações realizadas com o Estado e as Outras Entidades de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	Notas	2024	2023
Serviços prestados		**791 416**	**675 871**
CSR	17.	691 040	641 731
Concedente Estado - Rédito ILD	17.	100 376	34 140
Indemnizações compensatórias	18.	**117 932**	**65 405**
Estado		117 932	65 405
Rendimentos financeiros		**55 612**	**63 350**
Juros obtidos - Concedente Estado	25.	55 612	63 350
Outros gastos		**- 3 288**	**- 3 177**
TRIR	24.	- 3 288	- 3 177

27.3 SALDOS E TRANSAÇÕES COM OPERADOR FERROVIÁRIO

No que respeita aos saldos com o operador ferroviário em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, apresenta-se o detalhe que segue:

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
SALDOS A RECEBER			
Clientes	14.2.2	3 751	4 228
Outras contas a receber			
Devedores por acréscimos de rendimento	14.2.3	9 058	8 544
SALDOS A PAGAR			
Fornecedores	14.3.3	1 305	1 596
Outras contas a pagar		**448**	**1 559**
Fornecedores de investimento	14.3.4	301	1 339
Cauções	14.3.4	118	59
Credores por acréscimos	14.3.4	29	161

De seguida, apresenta-se o detalhe das transações com operador ferroviário para os períodos de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023:

	2024	2023
Prestações de serviços	78 847	64 603
Outros rendimentos	625	390
	79 472	**64 993**
Investimento	- 4 624	- 4 563
	- 4 624	**- 4 563**
Fornecimento e serviços externos	- 2 693	- 2 476
Gastos com pessoal	- 1 682	- 1 191
Outros gastos	- 25	- 24
	- 4 401	**- 3 691**

As principais transações ocorridas com o operador ferroviário respeitam, essencialmente, aos seguintes serviços prestados/recebidos:

As prestações de serviços referem-se, maioritariamente, à utilização da infraestrutura ferroviária, à energia de tração das subestações, ao estacionamento de material circulante, à utilização de estações e apeadeiros e ao consumo de *utilities.*

Os valores na rubrica de investimento resultam de encargos com transbordos rodoviários que foram efetuados na sequência de diversos trabalhos/reparações/requalificações na linha férrea, o que ocasiona a inutilização da mesma.

Os fornecimentos e serviços englobam, essencialmente, os gastos respeitantes a fornecimento de energia elétrica, manutenção de veículos e equipamentos ferroviários e a aquisição de serviços relativa ao Comboio Socorro no âmbito do Protocolo CP/IP.

O valor da rubrica dos gastos com pessoal diz respeito aos gastos incorridos com as concessões de transporte faturadas ao abrigo do Contrato sobre “Utilização de Transportes da CP” dos trabalhadores e beneficiários da ex-REFER.

27.4 OPERAÇÕES CONJUNTAS

De seguida apresentam-se os impactos das operações conjuntamente controladas nas Demonstrações Financeiras do Grupo IP em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

	31-12-2024	31-12-2023
Ativos	260	122
Passivos	-	-

	2024	2023
Serviços prestados	42	-
Resultados do exercício	-3	- 2

27.5 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: (*)

Vice-Presidente: (**) Paulo Miguel Garcês Ventura

Secretária: Maria Isabel Louro Carla Alcobia

(*) O anterior Presidente da mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 de janeiro de 2020, não tendo sido substituído até à data.

(**) O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 2022.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos para o triénio 2018-2020 e exercem os respetivos cargos sem remuneração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente: Miguel Jorge de Campos Cruz

Vice-Presidente: Carlos Alberto João Fernandes e Maria Amália Freire de Almeida

Vogais: Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa e Gina Maria dos Santos Pimentel

Os termos do mandato e o estatuto remuneratório associado ao exercício dos cargos foram estabelecidos em reunião de Assembleia Geral que decorreu no dia 26 de agosto de 2022 (Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022), sendo que, no caso da Vogal do CAE, Gina Maria dos Santos Pimentel, constam da Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023, que remete, no que respeita ao estatuto remuneratório, para a Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022.

Encontrando-se definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foi aplicada a redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, durante o ano de 2024.

Não foram atribuídas remunerações variáveis de desempenho aos seus gestores.

Encontra-se autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 3, alínea c) do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

Apresenta-se de seguida a remuneração anual auferida pelos membros:

(valores em euros)

	2024		2023	
	Remunerações	Enc. Patronais	Remunerações	Enc. Patronais
Miguel Jorge de Campos Cruz	110 801	26 068	108 509	25 308
Maria Amália Freire de Almeida	98 782	23 461	97 979	22 777
Carlos Alberto João Fernandes	98 827	23 461	97 810	22 777
Gina Maria dos Santos Pimentel	90 383	21 466	-	-
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	87 806	20 854	87 238	20 247
Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	-	-	70 457	16 437
Ana Isabel Mota da Silva Coelho	-	-	23 442	5 409
	486 599	**115 309**	**519 799**	**120 945**

Conselho Geral e de Supervisão

As remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, foram definidas em reunião de Assembleia Geral de 28 de agosto de 2015.

Após requerimento nesse sentido, Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz exerce o cargo de Vogal do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão para as Matérias Financeiras sem auferir remuneração por passagem à situação de reforma, desde julho de 2017.

José Coutinho Garrido Castel-Branco exerce, de forma remunerada, o cargo de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, auferindo 30% da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração Executivo atualmente em funções.

De acordo com o artigo 391.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, por remissão do artigo 435.º, n.º 2 do mesmo Código, os membros do conselho geral e de supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação até à presente data, não houve alteração dos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

(valores em euros)

	2024		2023	
	Remunerações	Enc. Patronais	Remunerações	Enc. Patronais
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	25 863	-	25 007	-
	25 863	**0**	**25 007**	**0**

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, em reunião de Assembleia Geral de 19 de março de 2019 (Ata da Assembleia Geral n.º 03/2019), foi fixado para este cargo, como limite máximo para os honorários a atribuir, o montante equivalente a 35% da remuneração global do Presidente do Conselho Administração Executivo, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

(valores em euros)

	2024	2023
Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.	35 773	35 773

28. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS	DATA DE PUBLICAÇÃO NO JOUE	EXERCÍCIO ECONÓMICO A QUE SE APLICA	OBSERVAÇÕES
Alterações às normas e novas normas efetivas a partir de 1 de janeiro de 2024			
Alterações à IAS 1 – Classificação dos passivos como correntes ou não correntes e passivos não correntes com convenções (Regulamento 2023/2822 da Comissão, de 19 de dezembro de 2023)	20-12-2023	2024	Sem impacto
Alterações à IFRS 16 – Passivo de locação numa venda e relocação (Regulamento 2023/2579 da Comissão, de 20 de novembro de 2023)	21-11-2023	2024	Sem impacto
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores (Regulamento 2024/1317 da Comissão, de 15 de maio de 2024)	16-05-2024	2024	Sem impacto
Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor após 1 de janeiro de 2025			
Alterações à IAS 21 – Falta de capacidade de câmbio (Regulamento 2024/2862 da Comissão, de 12 de novembro de 2024)	13-11-2024	2025	Sem impacto
Normas (novas ou revistas) emitidas pelo IASB e IFRIC ainda não endossadas pelas EU			
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 10 de abril de 2024)	-	Previsto 2027	Com impacto relevante (*)
IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 9 de maio de 2024)	-	Previsto 2027	Sem impacto
Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (emitida pelo IASB em 30 de maio de 2024)	-	Previsto 2026	Sem impacto
Melhoramentos Anuais às IFRS – Volume 11 (emitida pelo IASB em 18 de julho de 2024) - (IFRS1 / IFRS7 / IFRS9/ IFRS10 / IAS7)	-	Previsto 2026	As referidas melhorias vão ser objeto de análise
Contratos com referência a eletricidade “nature-dependent” – Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 (emitida pelo IASB em 18 de dezembro de 2024)	-	Previsto 2026	As referidas melhorias vão ser objeto de análise

(*) Introduz alterações significativas na apresentação das demonstrações financeiras

- Ao nível da demonstração dos resultados, rendimentos e gastos classificados nas categorias (operacionais, financiamento e investimentos).

- Requisitos alargados para a classificação agregação e desagregação da informação nas demonstrações financeiras;
- Alterações pontuais na demonstração dos fluxos de caixa, e;
- Exigência de determinadas entidades incluírem medidas de desempenho definidas pela gestão nas notas das demonstrações financeiras com reconciliações para os subtotais mais próximos reconciliáveis com as IFRS.

29. GARANTIAS E AVALES

Em 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades assumidas com garantias bancárias totalizavam 1.518.882m€ (2023: 1.518.889 m€), com o seguinte detalhe:

- Garantias no montante de 1.513.906 m€ (2023: 1.513.906 m€) prestadas a favor da Autoridade Tributária decorrentes do processo do IVA (nota 12);
- Garantias no montante de 4.976m€ (2023: 4.983m€) prestadas a tribunais no âmbito de processos em contencioso e a outras entidades.

30. CONTINGÊNCIAS

Política contabilística - nota 2.3.13.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais contingências fiscais não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2024, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes nesta data, incluindo a situação das impugnações judiciais referentes aos diferendos de IVA, relatados na nota 12 e no parágrafo infra.

PROCESSOS EM TRIBUNAL

A 31 de dezembro de 2024, os processos judiciais em curso, referentes a expropriações ferroviárias, atingem o valor de 53.969 m€ (em 2023: 32.324 m€), sendo que este valor não tem reflexo na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. Nestes casos, apenas quando os valores são decretados, são efetuados depósitos à ordem do tribunal onde esteja a decorrer o processo, depósitos estes equivalentes ao valor arbitrado sendo que, da sua resolução, não resulta um encargo para o Grupo, mas sim para o Concedente das infraestruturas ferroviárias.

Existem ainda outras ações relacionadas com acidentes ocorridos nas infraestruturas ferroviárias de que o Grupo é gestor e danos provocados em propriedades alheias e imputáveis ao Grupo IP. Estas ações encontram-se cobertas pelo seguro de atividade do Grupo.

PROCESSOS DE IVA

O Grupo IP apresenta à data de divulgação das suas contas, para além do processo divulgado nas notas 12 e 16, o seguinte processo de IVA:

- Em sede de Administração Tributária foi proferida a decisão final relativa à correção de IVA de 2006, envolvendo o montante de 2.816 m€ conforme nota 14.2.3. Tendo a Autoridade Tributária, deferido parcialmente, o Grupo, por meio da IP Património apresentou impugnação judicial com parecer de especialista fiscal. Não obstante o indeferimento da reclamação graciosa, os pareceres fiscais sobre a matéria permitem sustentar a convicção do Grupo que assiste razão para devolução do referido montante, uma vez que não ocorreu qualquer incumprimento fiscal por parte da IP Património no apuramento de imposto e tratamento da operação em sede do código do IVA. No limite, caso a ação não seja ganha, terá de ser reconhecido como gasto o valor já depositado à ordem da AT (nota 14.2.3), acrescido de eventuais juros de mora e compensatórios. Em 25 de maio de 2015, a IP Património foi notificada da contestação da Autoridade Tributária, aguardando-se a marcação da audiência. Em 2 de junho de 2022, a IP Património foi notificada para efeito de apresentação de alegações, tendo declinado a sua apresentação em virtude da inexistência de novas informações que justifiquem contestação, face ao já apresentado na impugnação judicial.

  Em 27 de setembro de 2023 foi a IP Património notificada da decisão do Tribunal Tributário de Lisboa de julgar procedente a impugnação judicial apresentada.

  Posteriormente, a AT veio interpor recurso desta decisão, tendo sido a IP Património notificada do facto em 03 de novembro de 2023, para efeito de apresentação de contra-alegações o que veio a verificar-se em 26 de novembro de 2023.

  Durante o exercício de 2024 não se verificou qualquer desenvolvimento no processo em questão.

SUBSÍDIOS

Os subsídios foram atribuídos de acordo com as condições de elegibilidade aplicáveis às candidaturas respetivas encontrando-se, no entanto, sujeitos a auditorias e eventual correção pelas entidades competentes. No caso das candidaturas a subsídios comunitários, estas correções poderão ocorrer durante um período de cinco anos a partir do pagamento do saldo final.

A eventual correção de subsídios afetos à concessão (rodoviária) e ao *Atlantic CAM* terá impacto numa base pro-rata da amortização dos ativos que lhe estão associados.

Tratando-se de subsídios afetos à atividade de investimento ferroviário por conta do Concedente, a devolução tem repercussão apenas na conta do Concedente – Estado – conta a receber.

Relativamente aos subsídios recebidos no âmbito do projeto LAV, qualquer incumprimento terá por consequência a devolução dos montantes.

Relativamente aos subsídios operacionais, eventuais correções em sede de auditoria terão impacto direto no exercício em que ocorram.

31. COMPROMISSOS

Os compromissos do Grupo IP resultam fundamentalmente da obrigação de cumprimento dos compromissos assumidos relativos aos Contratos de Subconcessão Rodoviária e à substituição do Estado nos seus pagamentos e recebimentos respeitantes à Rede Rodoviária Concessionada.

Os encargos líquidos do Grupo IP com Concessões Rodoviárias do Estado e Subconcessões, incluindo as receitas de portagem após o término dos Contratos de Concessão do Estado com os parceiros privados, que são receitas do Grupo, de acordo com o Contrato de Concessão da IP, a preços constantes e com IVA, conforme os valores enviados à Direção-Geral do Tesouro e Finanças que serviram de base aos valores apresentados no quadro correspondente no Relatório do Orçamento do Estado para 2025, resumem-se no quadro seguinte:

ENCARGOS CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES (M€)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Encargos Brutos	1 224	1 066	967	881	779	650	583	412	322
Receitas	- 390	- 264	- 274	- 801	- 358	- 283	- 253	- 221	- 186
Encargos Líquidos	**833**	**802**	**694**	**80**	**421**	**367**	**331**	**191**	**136**

ENCARGOS CONCESSÕES E SUBCONCESSÕES (M€)	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
Encargos Brutos	310	251	174	149	169	42	13	0
Receitas	- 187	- 189	- 179	- 145	- 156	- 2	0	0
Encargos Líquidos	**123**	**63**	**- 4**	**4**	**12**	**40**	**13**	**0**

Fonte: Relatório do Orçamento do Estado 2025

Conforme Relatório do Orçamento do Estado de 2025*:*

"*No que respeita aos valores relativos às parcerias rodoviárias apresentados no quadro anterior, as previsões orçamentais basearam-se nos contratos em execução, não se considerando expetativas de resultados dos processos negociais em curso, nem dos litígios pendentes.*

Relativamente aos contratos de subconcessão do Douro Interior, do Litoral Oeste e do Baixo Tejo, as previsões dos respetivos encargos líquidos não contemplam, tal como nos exercícios orçamentais anteriores, o pagamento das denominadas compensações contingentes (em linha com a posição manifestada pelo Tribunal de Contas a esse respeito).

Face à estimativa apresentada no Relatório do Orçamento do Estado para 2024, para o ano de 2025 e seguintes, verifica-se um aumento dos encargos líquidos estimados para este horizonte temporal (para o ano de 2025 estavam previstos 629 milhões de euros no referido exercício face aos 826 milhões de euros previstos no exercício atual), o qual resulta essencialmente de uma redução das receitas previstas para o mesmo período e de uma manutenção dos encargos brutos projetados.

Observa-se, no entanto, um decréscimo na previsão do exercício atual dos encargos líquidos para 2025 face ao ano de 2024 (1013 milhões de euros para 826 milhões de euros).

Ao nível das receitas, o impacto observável em 2025, quando comparada a previsão do Relatório do Orçamento do Estado para 2024 (545 milhões de euros) com o valor de 2025 do Relatório do Orçamento do Estado para 2025 (390 milhões de euros), é essencialmente consequência da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto, que determina, quando da sua entrada em vigor, em janeiro de 2025, a eliminação das taxas de portagem nos lanços e sublanços de determinadas autoestradas do interior e onde não existam vias alternativas que permitam um uso em qualidade e segurança, o qual tem impacto nas receitas de portagem num montante estimado de 180 milhões de euros, atualmente captada pelo setor público, das concessões do Algarve, do Norte Litoral, das Beiras Litoral e Alta e do Interior Norte e nas subconcessões do Pinhal Interior e da Transmontana.

O acréscimo observável no quadro anterior ao nível da evolução da receita de 2024 para 2025 resulta de outros efeitos que impactam na variação da estimação da receita, nomeadamente (i) a evolução do valor da tarifa de portagem, (ii) a evolução do tráfego rodoviário e (iii) a variação de outras receitas a receber pelo parceiro público, como os valores de 87 mil euros e 60 mil euros a serem pagos pelas subconcessionárias do Baixo Tejo e do Litoral Oeste, respetivamente, de acordo com o estipulado contratualmente.

Ao nível dos encargos brutos, observa-se no mesmo quadro um decréscimo dos montantes de 2024 (1370 milhões de euros) face ao previsto para o ano de 2025 (1216 milhões de euros). Face ao exercício efetuado no Relatório do Orçamento do Estado para 2024 para o horizonte temporal do ano de 2025 e seguintes, pese embora a manutenção do nível de encargos verificada (encargos previstos no Relatório do Orçamento do Estado para 2024 para o ano de 2025 de 1174 milhões de euros, face aos 1216 milhões de euros do exercício atual), observam-se as seguintes variações, materialmente relevantes, com efeitos opostos: (i) um aumento dos pagamentos por disponibilidade, essencialmente nas subconcessões, consequência da presente análise comparativa ser realizada a preços constantes e resultar num aumento dos encargos para o Estado a respetiva atualização de preços entre exercícios orçamentais, uma vez que os contratos relativos a estas PPP não realizam atualizações com base na inflação, ou, fazendo-o, utilizam apenas uma fração da inflação verificada; (ii) um acréscimo nos encargos com reequilíbrios/compensações, estimando-se, neste exercício orçamental, um valor superior de pagamentos à Beira Interior, resultado de sentença arbitral proferida no âmbito do processo arbitral nº 21/2022/AHC/ASB; e (iii) uma redução nos custos com o serviço de cobrança de portagem, consequência essencialmente da exclusão dos valores relativos aos lanços e sublanços abrangidos pela Lei nº 37/2024, de 7 de agosto"

32. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

a) Nos termos do nº 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, o Grupo confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social. Mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Administração Fiscal.

b) Impacto da atividade da IP nas Contas Nacionais e Contas Públicas (Base 12, número 3, alínea c) do Decreto-Lei nº 110/2009 de 18 maio).

i) Contas Nacionais:

Após consulta ao Instituto Nacional de Estatística (INE) entende-se que todas as rubricas contabilísticas da IP têm impacto direto nas contas nacionais. Os fluxos que a IP estabelece com unidades fora do perímetro das Administrações Públicas terão efeito direto nos agregados das administrações públicas (défice e/ou dívida), impacto cujo efeito e magnitude dependerá das operações em causa. Assim, exemplificando, quando a IP recebe juros de aplicações financeiras fora do perímetro das Administrações Públicas, contribui positivamente para o saldo das Administrações Públicas. Quando a IP paga serviços prestados por Sociedades fora do perímetro das Administrações Públicas está a aumentar a despesa pública e, consequentemente, o défice; se a IP se financiar junto do sector financeiro ou do Resto do Mundo, está a aumentar a dívida pública.

Pela própria natureza do sistema de contas nacionais, a estimativa do impacto de uma única unidade deve ser tomada como meramente indicativa. Consistindo num sistema integrado, para evidenciar as relações económicas subjacentes de forma mais explícita, a metodologia das contas nacionais estabelece que as operações de uma unidade ou conjunto de unidades, por vezes, sejam objeto de transformações cujo efeito analítico só faz sentido no conjunto mais alargado do sistema de contas.

ii) Contas Públicas:

A prestação de contas numa ótica de contabilidade pública adota a denominada base de caixa, em que se procede ao registo de fluxos financeiros – pagamentos e recebimentos.

A IP encontra-se integrada nas Entidades Públicas Reclassificadas passando a ser equiparada a Serviços e Fundos Autónomos, sendo assim integrada no universo do Orçamento do Estado.

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

A tabela I diz respeito à Informação Previsional dos fluxos financeiros da IP à data de 31 de dezembro de 2024, tendo presentes os compromissos já assumidos pelo Grupo. De referir que serão necessários efetuar investimentos no decorrer do Contrato de Concessão Rodoviário da IP por forma a cumprir o PRN 2000 cujos fluxos financeiros de despesa e receita não se encontram contemplados nos valores presentes no quadro seguinte. Foram projetados os resultados líquidos anuais, as necessidades de financiamento anuais, os dividendos a pagar e os impostos sobre o rendimento (IRC).

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

Valores a preços correntes

m€		2025	2026	2027	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido		106 314	444.989	159 541	...	899 857	...	2 253 788	...	3 063 523	...	4 093 246	...	5 486 028	...	6 682 590
Necessidades de Financiamento Anuais		1 880 107	597 300	855.914	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--
Dividendos a pagar	**(a)**	--	--	--	...	775 060	...	2 187 368	...	2 962 921	...	3 971 432	...	5 330 491	...	6 499 637
Imposto sobre o rendimento (IRC)	**(b)**	-	(110)	(110)	...	(354 924)	...	(886 191)	...	(1 201 284)	...	(1 598 670)	...	(2 131 943)	...	(2 590 170)
Fluxos financeiros com o Estado	**(c)**	689.661	704.253	718.336	...	(483 031)	...	(2 284 927)	...	(3 202 868)	...	(4 398 237)	...	(6 033 938)	...	(7 448 913)

INFORMAÇÃO PREVISIONAL

Valores a preços constantes

m€		2025	2026	2027	...	2035	...	2045	...	2055	...	2065	...	2075	...	2082
Resultado Líquido		102.186	419.323	147.391	...	709 531	...	1 457 838	...	1 625 607	...	1 781 807	...	1 959 066	...	2 077 470
Necessidades de Financiamento Anuais		1.807.101	562.849	790.732	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--	...	--
Dividendos a pagar	**(a)**	--	--	--	...	611 130	...	1 414 875	...	1 572 225	...	1 728 781	...	1 903 524	...	2 020 594
Imposto sobre o rendimento (IRC)	**(b)**	--	(104)	(102)	...	(279 855)	...	(573 223)	...	(637 441)	...	(695 908)	...	(761 319)	...	(805 227)
Fluxos financeiros com o Estado	**(c)**	662.880	663.634	663.632	...	(380 867)	...	(1 477 980)	...	(1 699 548)	...	(1 914 571)	...	(2 154 725)	...	(2 315 702)

(a) Para estas atividades em exclusivo e não tendo sido realizado o exercício de restrição de capital próprio, assume-se que o cash flow disponível, a partir do reembolso da dívida, possa ser distribuído como dividendo não podendo ser superior ao resultado líquido do exercício.

(b) Numa ótica de cash-flow.

(c) Na ótica da IP. Inclui outflows: IRC, Renda da Concessão Rodoviária e Dividendos e inflows: Redução do ISP (por criação da CSR), numa ótica de cash-flow.

33. OUTROS FACTOS RELEVANTES

COMPENSAÇÕES, RESERVAS DE DIREITOS, PEDIDOS DE REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (REF) E IMPUGNAÇÕES DE MULTAS NAS SUBCONCESSÕES E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Nos termos dos Contratos de Subconcessão ainda antes da apresentação de qualquer pedido de reposição de equilíbrio financeiro (REF) em concreto, a contraparte da IP tem de formular aquilo que se designa como “reserva de direito”, ou seja, tem de informar a IP que entende que um determinado facto é elegível para efeitos de REF. Depois desta reserva, é que são ou podem ser apresentados os pedidos de REF. Cumpre igualmente notar que caso a reserva de direito não seja formulada no prazo de 30 dias a contar da data da ocorrência do evento, o putativo e eventual direito a REF caduca.

Até 31 de dezembro de 2024 foram apresentados os seguintes pedidos de REF:

Subconcessão	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	CAE da IP suspendeu pagamentos, pelo menos até decisão do TdC sobre recurso CSA do AL; pagamentos foram retomados após decisão do Tribunal de Contas (decisão de não sujeição na sequência de resubmissão).
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Auto-Estrada Transmontana (AEXXI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Eliminação das taxas de portagem cobradas aos utilizadores, A4 na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Baixo Alentejo	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Baixo Tejo (AEBT)	Reposição de equilíbrio financeiro	Medidas legais e administrativas tomadas para conter/mitigar o contágio da pandemia e os efeitos sócio-económicos da mesma; qualificam como alterações legislativas de carácter específico	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Douro Interior (Ascendi DI)	Reposição de equilíbrio financeiro	Pandemia e medidas tomadas para conter a sua propagação	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Douro Interior (Ascendi DI)	Pagamento de faturas vencidas e não pagas (compensações contingentes); subsidiariamente, pedido de reposição do equilíbrio financeiro	Compensações contingentes	TA indeferiu exceções deduzidas pela IP, considerando-se competente; decisões do TdC não afastam a possibilidade de o TA se pronunciar sobre o pedido formulado pela SDI.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição de equilíbrio financeiro (com fundamento em modificação unilateral do CSC Reformado)	Lanços IC9-Alburitel/Carregueiros e IC9 - Carregueiros/Tomar; reparação de patologias nos taludes de lanços transferidos para a AELO	Modificação unilateral do CSC reformado, decisão IP. Existe consenso entre IP/AELO sobre REF e valor pedido; IP desencadeou o procedimento previsto no DL 111/2012, de 23 de maio, carta SET de 24.10.2019; aguarda decisão do Governo (para constituição de comissão de negociação).
Litoral Oeste (AELO)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	IP não pagou a remuneração devida, cuja data limite era 31 de agosto; Em 7 e 10 de setembro a situação foi totalmente regularizada.
Litoral Oeste (AELO)	Reposição do equilíbrio financeiro	Medidas legais e administrativas tomadas para conter/mitigar o contágio da pandemia e os efeitos sócio-económicos da mesma; qualificam como alterações legislativas de carácter específico	A IP requereu ao MIH a constituição de uma comissão de negociação (24-04-2024).
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Juros por atraso no pagamento da remuneração	Juros de mora por atraso no pagamento da remuneração	CAE da IP suspendeu pagamentos, pelo menos até decisão do TdC sobre recurso CSA do AL; pagamentos foram retomados após decisão do Tribunal de Contas (decisão de não sujeição na sequência de resubmissão).
Pinhal Interior (Ascendi PI)	Reposição do equilíbrio financeiro	Eliminação das taxas de portagens cobradas aos utilizadores A13 e A13-1 na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Algarve Litoral	Ação de indemnização	Ação proposta pelos Bancos Financiadores	Em curso.

Subconcessão	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
Algarve Litoral	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado por motivo imputável à IP	Em curso mas ação esteve parada por inércia do Tribunal Arbitral, razão pela qual a IP requereu a destituição do Presidente do Tribunal Arbitral; Foi nomeado novo Presidente (Prof. Tiago Duarte), que retomará trabalhos a partir de maio de 2024.
Algarve Litoral	Providência cautelar no âmbito da ação para rescisão do contrato de subconcessão reformado	Providência cautelar no âmbito da ação para rescisão do contrato de subconcessão reformado	Decisão arbitral: IP condenada a pagar 30.007.923,12€, acrescido de um valor mensal até que seja proferida a decisão final, no montante mínimo de 1.162.805,95€, e de 1.262.805,95€ decorridos 45 dias da referida decisão arbitral; IP pediu a anulação parcial da decisão (sobre a decisão de o Tribunal Arbitral se julgar competente).
Algarve Litoral	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado, condenação da IP a pagar encargos com rescisão dos contratos de financiamento e indemnização à RAL	Rescisão do Contrato de Subconcessão Reformado, condenação da IP a pagar encargos com rescisão dos contratos de financiamento e indemnização à RAL	Prazo para IP recorrer em curso.
Algarve Litoral	Reposição do equilíbrio financeiro	Desvio de tráfego da 125 para a Via do Infante na sequência da Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.

Contrato de Prestação de Serviços	Tipo de Pedido Efetuado	Facto Gerador do Pedido	Ponto de Situação
ViaLivre - Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico - Alteração da Lei n.º 25/2006, materializadas aquando da aprovação da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro.	A IP aceitou a elegibilidade das despesas apresentadas, que serão ou não aprovadas caso a caso.
Vialivre, S.A. Algarve e Norte Litoral	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O& M Interior Norte	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M Concessão IP A23	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M Concessão IP - IP4 (A4)	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.
Ascendi O&M BLA	Reposição de equilíbrio financeiro	Alteração legislativa de caráter específico materializada aquando da aprovação da Lei nº 37/2024, de 7 de agosto	Em análise.

"COMPENSAÇÕES, RESERVAS DE DIREITOS E PEDIDOS DE REPOSIÇÃO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (REF) NAS CONCESSÕES DO ESTADO"

Tratando-se de concessões do Estado que são negociadas pelo Estado com as Concessionárias, o Grupo IP não é contraparte nos contratos, apenas tem conhecimento destas situações por intermédio do representante do Estado, o IMT. No âmbito do seu Contrato de Concessão com o Estado, o Grupo IP poderá eventualmente ser chamado a efetuar o pagamento de situações de REF, se o Concedente assim o determinar.

No exercício de 2024, o Grupo IP registou encargos no montante líquido de 12.329 m€ de comparticipações, compensações e reequilíbrios, dos quais se destacam:

i. Compensação à concessionária BRISAL - Auto-Estradas do Litoral, no montante de 8.104 m€, nos termos da sentença do Tribunal Arbitral de 15 de abril de 2015;

ii. Compensação à concessionária AEDL – Auto-Estradas do Douro Litoral, no montante de 9.930 m€, nos termos da sentença do Tribunal Arbitral de 7 de fevereiro de 2017; registaram-se igualmente pagamentos e recebimentos referentes à arbitragem 9/2023/AHC/ASB de que resultou um recebimento de 35 m€;

iii. Execução dos Acordos de Reequilíbrio financeiro com a Lusoponte, resultando num saldo de 7.869 m€ a favor da IP;

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Política contabilística - nota 2.3.18.

i) Aumento de Capital

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 18 de fevereiro de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 361.315 m€, correspondentes a 72.263 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 7 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 72.245 m€, correspondentes a 14.449 novas ações.

Através de Deliberação Social Unânime por Escrito, com data de 31 de março de 2025 foi decidido aumentar o capital social da IP em 95.115m€, correspondentes a 19.023 novas ações.

ii) Moratória dos empréstimos do Estado com origem na rodovia

Através do Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º 373/2025-SETF 3 de abril de 2025 foi concedida nova moratória para os empréstimos do Estado alocados à rodovia no montante de 2.332,7 M€ (2.215,6 M€ de amortização e 117,1 M€ de juros), deslizando o seu vencimento até 30 de abril de 2026. Os diferimentos concedidos neste âmbito não estão sujeitos ao pagamento de juros.

iii) Portagens

Em 23 de julho de 2024 foi promulgada a Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto, onde se elimina as taxas de portagem cobradas aos utilizadores em determinados lanços e sublanços de autoestradas do interior, de antigas autoestradas sem custos para o utilizador (SCUT), e de vias onde não existam alternativas que permitam um uso com qualidade e segurança, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro. A presente lei entrou em vigor a 1 de janeiro de 2025.

Refira-se que as demonstrações financeiras incluem 24.210 m€ e 40.752 m€ referentes a portagens com vias próprias, a deduzir de 3.621 m€ e 1.909 m€ relativos a encargos com custos de cobrança, para os períodos de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, respetivamente, relativo a vias que deixarão de ser portajadas a partir de 1 de janeiro de 2025.

Não obstante, por forma a acautelar o equilíbrio económico e financeiro da Concessão, conforme descrito na nota 2.3 relativamente aos descontos em autoestradas e à eliminação de portagens, introduzidos pela Portaria n.º 418/2023, e pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto a partir de 1 de janeiro de 2025, em articulação entre o Concedente e a IP, considera-se que será equacionado um mecanismo suscetível de assegurar a compensação pela perda de receita associada à eliminação destas portagens.

Almada, 4 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado Digitalmente
Diretora Financeira	Maria do Carmo Almiro do Vale Duarte Ferreira Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado Digitalmente
Contabilista Certificado	Diogo Mendonça Lopes Monteiro Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado Digitalmente

Infraestruturas de Portugal

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2024

Parte V

Versão aprovada em reunião de Conselho de Administração de 04 de abril de 2025

Índice

I. Síntese 982
II. Missão, Objetivos e Políticas 986
III. Estrutura de Capital 1005
IV. Participações Sociais e Obrigações Detidas 1008
V. Órgãos Sociais e Comissões 1015
A. Modelo de Governo 1015
B. Assembleia Geral 1016
C. Administração e Supervisão 1018
D. Fiscalização 1040
E. Revisor Oficial de Contas (ROC) 1049
F. Conselho Consultivo 1052
G. Auditor Externo 1052
VI. Organização Interna 1056
A. Estatutos e Comunicações 1056
B. Controlo Interno e Prevenção de Riscos 1060
C. Regulamentos e Códigos 1082
D. Deveres Especiais de Informação 1100
E. Sítio na Internet 1102
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral 1108
VII. Remunerações 1112
A. Competência para a Determinação 1112
B. Comissão de Fixação de Remunerações 1114
C. Estrutura das Remunerações 1114
D. Divulgação das Remunerações 1117
VIII. Transações com Partes Relacionadas e Outras 1123
IX. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económico, Social e Ambiental 1152
X. Avaliação do Governo Societário 1196
XI. Anexos do RGS 1212

I. SÍNTESE

A IP reveste a natureza de empresa pública sob forma de sociedade anónima e rege-se pelo diploma que a criou, pelos seus estatutos, aprovados em anexo ao referido diploma legal, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao sector, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

A IP tem por objeto as atividades de **exploração do domínio público ferroviário e rodoviário do Estado**, e do seu património autónomo, designadamente a exploração de áreas de serviço, de parques de estacionamento, bem como dos sistemas de informação e gestão de tráfego, dos sistemas de segurança ferroviária e rodoviária, do canal técnico e das redes de comunicações entre infraestruturas.

O Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, ampliou o objeto social da empresa, de modo a permitir que esta promova a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de **Cabos Submarinos** de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas (*Atlantic* CAM).

Para dar resposta à missão, visão e valores anteriormente indicados, e após 9 anos de consolidação da fusão entre as empresas, durante 2024 foram consolidados os anteriores ajustamentos na estrutura organizacional para potenciar a geração/criação de valor, face às necessidades e expectativas dos *stakeholder*, através de uma maior eficiência entre as diversas áreas e empresas do Grupo IP. De notar que não houve alterações em matéria de gestão orçamental.

Assim, a macroestrutura do Grupo IP é constituída por:

- Unidade de **Certificação Técnica e Avaliação Independente**: responsável pela coordenação do Organismo Designado DeBo e do Organismo de Avaliação AsBo;
- Áreas de **Transformação** e **Suporte à Governação**;
- Áreas de **Suporte Corporativo**;
- Áreas de Negócio: **Gestão da Mobilidade**; **Gestão da Infraestrutura**; **Rendibilização de Ativos** (Participadas).

No organograma estão ainda representadas entidades complementares à estrutura, de missão mais focalizada, não permanentes ou de natureza transitória, como:

- **Comités**: mecanismo formal de mitigação dos riscos associados à gestão de interfaces numa Organização, com um elevado número de intervenientes por macroprocesso, assim como um fórum de reflexão conjunta visando melhorias de desempenho dos processos envolvidos.

  Têm funções de análise e discussão de objetivos e resultados, de estratégias, de mudanças transformacionais/estruturantes, de políticas de atuação, de aprovação de critérios, prioridades,

planeamento, afetação de recursos, alterações ou ações concertadas e de acompanhamento de execução de planeamento, implementação de medidas ou dos riscos operacionais.

- **Estrutura de Missão para a Redução da Sinistralidade**: equipa dedicada que integra elementos (interlocutores) de algumas das Direções envolvidas no seu objeto, com duração definida. Tem por missão "Dinamizar a atuação da IP com **vista à redução da sinistralidade nas passagens de nível e nos pontos negros**, definindo um plano de ação e assegurando a sua execução, em alinhamento com a estratégia da IP para a segurança ferroviária e rodoviária."

No Modelo de governação do Grupo IP, as empresas Participadas visam otimizar as receitas não core do referido Grupo, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizada nas atividades principais e os ativos não *core*.

Os seus Conselho de Administração (CA) são constituídos por um elemento do Conselho de Administração Executivo (CAE) da IP, que preside, e por dois outros elementos com funções executivas. A estrutura orgânica das Participadas pode incluir uma Direção-Geral que tem na sua dependência direta diferentes níveis hierárquicos: Departamentos, Unidades ou Funções representadas ou não no Organograma.

O Suporte Corporativo da IP serve a atividade das Participadas que se focalizam nas suas atividades *core*, sem contemplarem essas valências nos seus modelos orgânicos.

Em termos de resultados, a IP terminou o ano de 2024 com um Resultado Operacional positivo, no valor de 331 milhões de euros, 84 milhões de euros superior ao registado em período homólogo de 2023, tendo sido apurado um resultado líquido do exercício, no valor de 124 milhões de euros.

A IP manteve o objetivo definido de lançamento de novos investimentos, incluídos nos principais programas de Investimento relativos nomeadamente ao Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2023) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Neste sentido, verifica-se uma realização dos Investimentos no montante de 776 milhões de euros, que representa um aumento de 25% face à execução verificada no ano anterior, atingindo um montante de 621 milhões de euros.

Este valor representa o **investimento associado às intervenções na infraestrutura rodoviária e ferroviária** sob a gestão direta da IP. Do investimento realizado em 2024, destaca-se a execução de 472 milhões de euros, efetuada no âmbito do Plano de Investimentos Ferrovia 2020, com um aumento de 25% face ao realizado no ano de 2023, numa tendência que, se perspetiva, ser de redução nos próximos anos.

Na infraestrutura rodoviária, a aposta mantém-se na renovação e reabilitação da rede existente, na digitalização/conetividade da rede e na conclusão de *Missing Links*, para além da implementação de várias medidas alinhadas com a incontornável necessidade de descarbonização do setor e na resiliência das infraestruturas.

O Plano de Recuperação e Resiliência, no qual a IP se posiciona como grande agente nacional de destaque da componente Infraestruturas, tem como objetivo assegurar um território mais competitivo e coeso. Este plano dá especial ênfase ao investimento nas acessibilidades às Áreas de Acolhimento Empresarial e ao reforço das Ligações Transfronteiriças, essenciais para a afirmação da centralidade do

Interior no contexto do mercado ibérico, bem como à conclusão das ligações em falta, denominadas de *Missing Links*.

Estes projetos irão contribuir para um desígnio, que ganha especial relevância na atividade da empresa, o referente às **alterações climáticas**, pela **redução de gases poluentes** decorrente da eliminação de travessias urbanas e da **adequação da capacidade das vias**, reduzindo tempos de percurso e congestionamentos, e reforçando, simultaneamente, as **acessibilidades aos grandes corredores e interfaces multimodais**.

Consciente da sua contribuição para o desenvolvimento e gestão do transporte rodoviário e ferroviário em Portugal, o Grupo IP reconhece a sua responsabilidade na geração de valor para a comunidade e compromete-se a conduzir as suas atividades de forma **segura, ética e sustentável**.

Para além destes investimentos, há a destacar o início da execução do investimento associado à missão da IP na conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas (*Atlantic* CAM), no montante de 35 milhões de euros no ano de 2024.

Em 2024, os encargos com as Parcerias Público Privadas Rodoviárias ascenderam a 1 083,9 milhões de euros.

Ao longo do ano foram feitos novos aumentos de capital, devidamente identificados no relatório.

O presente Relatório sobre o Governo da Sociedade é elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e de harmonia e para cumprimento das orientações emanadas para o efeito pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, tendo ainda em consideração as análises da UTAM aos relatórios de anos anteriores.

A informação aqui contida refere-se ao período abrangido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024.

CAPÍTULO II DO RJSPE PRÁTICAS DE BOM GOVERNO		SIM	NÃO
Artigo 43.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2024 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2024	x	
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x	
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x	
Artigo 46.º	Elaborou os relatórios de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	x	
Artigo 47.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	x	

CAPÍTULO II DO RJSPE PRÁTICAS DE BOM GOVERNO		SIM	NÃO
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada	x	
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x	
Artigo 51.º	Declarou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	Declarou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de comunicar as participações patrimoniais que detenham na empresa e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-Geral de Finanças	x	
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica	x	
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	

II. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

1. INDICAÇÃO DA MISSÃO E DA FORMA COMO É PROSSEGUIDA, ASSIM COMO DA VISÃO E DOS VALORES QUE ORIENTAM A EMPRESA

(ARTIGO 43.º DO RJSPE)

MISSÃO IP

A Infraestruturas de Portugal tem por objeto a conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, exploração, requalificação, alargamento e modernização das redes rodoviárias e ferroviárias nacionais, incluindo-se nesta última o comando e controlo da circulação.

Compete ainda à IP a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

VISÃO IP

Posicionar a Infraestruturas de Portugal como **gestora de mobilidade multimodal**, potenciando o ***asset management*** e garantindo **a prestação de um serviço seguro, eficiente e sustentável**, valorizado pela **rendibilização de ativos complementares**.

VALORES IP



DEFINIR A FORMA DE CONDUÇÃO

VALORES e COMPROMISSO DE GESTÃO

ÉTICA - Atuação com respeito pelos princípios éticos, nomeadamente de transparência, boa-fé, e honestidade

SEGURANÇA - Atuação com respeito pela vida das pessoas e a sua integridade física, atributo que mais marca o nosso serviço

SUSTENTABILIDADE - Atuação orientada para a sustentabilidade económica, social e ambiental

2. INDICAÇÃO DE POLÍTICAS E LINHAS DE AÇÃO DESENCADEADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DEFINIDA:

(ARTIGO 38.º DO RJSPE)

PLANO ESTRATÉGICO

O Plano Estratégico do Grupo IP tem por base a **Missão, a Visão e os Valores da empresa**, definindo a estratégia de atuação e os grandes objetivos, orientado à gestão rigorosa dos seus ativos, tendo em vista a criação de valor, focando-se, de forma consistente e equilibrada, no desenvolvimento integrado da rede rodoferroviária, no incremento das receitas (core e não core), na captura de sinergias internas e externas (escala e know-how), e na articulação da presença regional, sempre numa perspetiva de assegurar uma gestão sustentável das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias Nacionais.

A estratégia de atuação da IP, tendo presente os instrumentos de planeamento externos e internos, é orientada, para as seguintes **linhas de ação**:



Considerando ainda:

- A análise dos contextos interno e externo,
- As necessidades e expetativas das partes interessadas e,
- As macrotendências do Sistema de Mobilidade e Transportes.

a) OBJETIVOS E RESULTADOS DEFINIDOS PELOS ACIONISTAS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL A ALCANÇAR EM CADA ANO E TRIÉNIO, EM ESPECIAL OS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Foram definidos quatro grandes objetivos estratégicos, para a atuação do Grupo IP, que se pretendem ver convertidos em impactos quantitativos:

		TIPOLOGIA DOS KPIS
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	Potenciar a **gestão de mobilidade multimodal** num quadro de desenvolvimento integrado e racional da rede rodoferroviária • Assegurar a **sustentabilidade financeira** da IP, num quadro de **cumprimento dos níveis de serviço** estabelecidos com o Estado Português para a exploração das redes rodoferroviárias e de **desenvolvimento / modernização integrado e racional da rede**	• Receita Portagens • Receita Serviços DR • Receita CSR • Receita *Core* • *Cash Flow* Total
ASSET MANAGEMENT	Desenvolver ***Asset Management*** **como alavanca de otimização do OPEX e CAPEX** associado às infraestruturas rodoferroviárias • **Planeamento integrado e racional** da rede rodoferroviária, numa **ótica plurianual** • Cumprimento do **Plano de Investimentos Anual e Plurianual** • Otimização do **Acesso a Fundos Comunitários**	• Plano de Proximidade • Ferrovia 2020 / PETI3+ • Taxa de Cobertura F2020 por FC • Praxo Execução Projetos
SERVIÇO SEGURO, EFICIENTE E SUSTENTÁVEL	Garantir **níveis de serviço estabelecidos com o Estado Português** para a exploração das redes rodoferroviárias • Cumprimento dos **níveis de serviço** estabelecidos no **Contrato de Concessão da Rede Rodoviária Nacional** • Cumprimento dos **níveis de serviço** estabelecidos no **Contrato Programa para a gestão da Rede Ferroviária Nacional**	• Índice Segurança Rodoviária • Qualidade Infraestrutura Rodoviária • Execução CCC Rodoviários • Índice Acidentes Significativos • Qualidade Infraestrutura Ferroviária • Fiabilidade da Infraestrutura • Nível de Utilização da Rede • Atraso Teórico • Plano MPS e MPG
RENDIBILIZAÇÃO DE ATIVOS PARA A VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO	Rendibilizar **ativos não core ou capacidade excedentária** que contribuam para a valorização do serviço *core* • Assegurar a **sustentabilidade financeira** da IP, num quadro de **cumprimento dos níveis de serviço** estabelecidos com o Estado Português para a exploração das redes rodoferroviárias e de **desenvolvimento / modernização integrado e racional da rede**	• **Receita Não *Core***

Em simultâneo com o desenvolvimento do Plano Estratégico, foi elaborado o respetivo Plano de Negócios, atualizado no final de 2024, com horizonte temporal até 2082 (termo do contrato de concessão geral da Rede Rodoviária Nacional), o qual incorpora as projeções económico-financeiras relativas às atividades de exploração, investimento e financiamento, e que constituem uma das principais linhas de referência para a elaboração, anualmente, dos planos de atividades e orçamento.

De destacar, ainda, que o modelo de Planeamento e Controlo de Gestão do grupo IP tem na sua génese os seguintes objetivos:

- Assegurar o planeamento das atividades com integração de objetivos quantitativos, numa ótica anual e plurianual, garantindo o seu alinhamento com o Plano de Negócios da empresa;
- Acompanhar e controlar os indicadores relevantes para cumprimento dos objetivos da empresa;

- Assegurar a existência de um adequado modelo de reporte de desempenho, que garanta uma visão integrada e de topo da atividade da empresa, proporcionando a oportuna tomada de decisões de gestão;
- Reforçar a motivação da organização em torno de uma mesma visão estratégica, possibilitando a orientação da atuação das áreas de forma coerente e em linha com as prioridades definidas;
- Promover e valorizar a eficiência empresarial através de critérios claros e objetivos.

Foi neste enquadramento que foram definidos os **Objetivos de Gestão do Grupo IP** para o ano de 2024, de âmbito corporativo e setorial, alicerçados nos eixos estratégicos do Grupo.

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de indicadores corporativos que, no seu conjunto, abrangem transversalmente a atividade da Infraestruturas de Portugal, S.A. e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão, a performance da empresa.

Oito destes indicadores são denominados “Indicadores do Acionista” e constituem os indicadores de mais alto nível, cujo resultado é fundamental para o alcance dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, correspondendo ainda às metas que se compromete a atingir perante o seu Acionista.

Apresentam-se, de seguida, os resultados dos indicadores do acionista para 2024, bem como as justificações que suportam os desvios verificados face às metas fixadas para o triénio 2024-2026.

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Real 2023	Meta 2024	Real 2024
1. Mobilidade Sustentável	Receitas *core* (milhões de euros) (cash)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: Σ Serviços Ferroviários (Diretório de Rede) + Σ Portagens + Σ IC + Σ CSR	1 129	1 405	1 197
	Cash Flow Total (milhões de euros)	Ótica: *Cash* / Âmbito: IP Inclui: Σ Receitas - Σ Despesas - Σ. Passivos financeiros	-1 253	-1 645	-950
2. *Asset Management*	Indicador Agregado Investimentos Estratégicos (%)	A*0,15+B*0,30+C*0,15+ D*0,40 (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo contratado da empreitada / Prazo executado da empreitada (D) Grau de execução (ótica económica) do PIR (Versão ajustada 1ª T)	83%	85%	72%
	Indicador Agregado Plano de Intervenções na Rede (Exceto Investimentos Estratégicos) (%)	A*0,15+B*0,30+C*0,15+ D*0,40 (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo contratado da empreitada / Prazo executado da empreitada (D) Grau de execução (ótica económica) do PIR (Versão ajustada 1ª T)	82%	85%	73%
3. Serviço seguro, eficiente e sustentável	Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários (%)	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (Índice de Segurança + Gestão dos Ativos Rodoviários) face à meta prevista.	98%	100%	109%
	Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários (%)	Corresponde a: Desvio ponderado do resultado dos indicadores (índice de segurança + Qualidade da Infraestrutura + Fiabilidade da Infraestrutura + Nível de Utilização + Disponibilidade da Rede + Satisfação dos Clientes + Proteção do Ambiente + Volume de Atividade) face à meta prevista.	71%	100%	76%

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Real 2023	Meta 2024	Real 2024
4. Rendibilização de ativos para a valorização do serviço	Receita não *core* (milhões de euros)	Ótica: Económica / Âmbito: IP Inclui: Σ receitas não *core* IP (receitas relativas às prestações de serviços não core IP + Rendas Concessão (IPP e IPT) + Vendas de Resíduos + Alienação Património + Danos Património	28	26	29

Os objetivos de gestão definidos para o triénio 2025-2027 foram estabelecidos em consonância com os eixos estratégicos do Grupo IP, e apresentados à Tutela no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027, elaborado no seguimento do documento "Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2025-2027, incluindo o Plano de Investimentos, das empresas públicas, reclassificadas e não reclassificadas, do Setor Empresarial do Estado (SEE), com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS" e, encontram-se desagregados em objetivos estratégicos / financeiros, cujas metas estão em linha com o previsto no orçamento proposto, e objetivos setoriais, abarcando estes, em termos globais, a atividade core da IP, permitindo controlar a performance da empresa:

Objetivos Estratégicos / Financeiros

Eixo Estratégico	Indicador	Fórmula de cálculo	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027
1. Mobilidade Sustentável	Receitas core (milhões de euros)	Ótica: Cash (IVA incluído) Inclui: ∑ Serviços Ferroviários (Diretório de Rede) + ∑ Portagens + ∑ IC + ∑ CSR	1 187	1 911	1 801
	Cash Flow Total (milhões de euros)	Ótica: Cash / Âmbito: IP Inclui: ∑ Recebimentos - ∑ Pagamentos (exclui Reserva)	-1 386	-309	-829
	Eficiência Operacional	Ótica: Económica Inclui: ∑ CMVMC + FSE + Pessoal / ∑ Volume de Negócios + Indemnizações Compensatórias	51,4%	50,8%	50,2%
4. Rendibilização de ativos para a valorização do serviço	Receita não *core* (milhões de euros)	Ótica: Económica Inclui: ∑ receitas não core IP (receitas relativas às prestações de serviços não core IP + Rendas Concessão (IPP e IPT) + Vendas de Resíduos + Alienação Património + Danos Património	23	23	25

OBJETIVOS SETORIAIS

EIXO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	META 2025	META 2026	META 2027
2. *Asset Management*	Indicador Agregado Investimentos Estratégicos (F2020, PRR; PNI2030; PETI3+; SMM)	A*0,15+B*0,30+C*0,15+ D*0,40 (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo contratado da empreitada / Prazo executado da empreitada (D) Grau de execução (ótica económica) do PIR (Versão ajustada 1ª T)	85%	85%	85%
	Indicador Agregado Plano de Intervenções na Rede (Exceto Investimentos Estratégicos)	A*0,15+B*0,30+C*0,15+ D*0,40 (A) N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas no plano / N.º de empreitadas previstas lançar no plano. (B) Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no plano. (C) Prazo contratado da empreitada / Prazo executado da empreitada (D) Grau de execução (ótica económica) do PIR (Versão ajustada 1ª T)	85%	85%	85%
3. Serviço seguro, eficiente e sustentável	Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários	Corresponde a: [grau de execução face à meta prevista do indicador Índice de Segurança Rodoviária * 0,5] + [grau de execução face à meta prevista do indicador Gestão dos Ativos Rodoviários * 0,5]	100%	100%	100%
	Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários	Corresponde a: grau de execução face à meta prevista dos indicadores do Contrato Programa Ferroviário, com peso igual para cada um destes indicadores	100%	100%	100%

b) GRAU DE CUMPRIMENTO DOS MESMOS, ASSIM COMO A JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS VERIFICADOS E DAS MEDIDAS DE CORREÇÃO APLICADAS OU A APLICAR.

Em relação ao indicador **Receitas *Core*** – *Cash* (milhões de euros), a IP recebeu, em 2024, o montante global de 1.196,6 milhões de euros provenientes de receitas core, menos 208,4 milhões de euros (-15%) face ao valor previsto em Plano de Atividades e Orçamento (PAO).

Este desvio deve-se, fundamentalmente, ao não recebimento de qualquer valor a título de Indemnizações Compensatórias, considerando que o Contrato Programa para 2024-2028, assinado em novembro de 2024, ainda aguarda visto prévio do Tribunal de Contas.

Comparativamente com as receitas core cobradas em 2023, registou-se uma variação positiva de 67,6 milhões de euros.

As **Receitas de Portagens** – *Cash* (milhões de euros) em 2024 ascenderam 404,1 milhões de euros, menos 33,4 milhões de euros (-7,7%) do que o previsto em PAO e menos 3,3 milhões de euros (-0,8%) comparativamente com o ano de 2023.

Esta redução da receita, não obstante o crescimento generalizado na procura de tráfego, evidencia o efeito do regime legal de redução do valor das tarifas de portagem em vigor, de 50% nas ex-SCUT (decretada pela LOE 2021), com subida para 65% a partir de 1 de janeiro de 2024 nas concessões do Interior Norte, da Beira Litoral e Alta, e do Algarve, nas subconcessões AETransmontana e Pinhal Interior, e ainda na A23-IP e no Túnel do Marão.

A perda direta de receita potencial associada à aplicação deste desconto de 50/65% no tarifário em vigor nas autoestradas afetadas é de cerca de 257,2 milhões de euros, no acumulado a dezembro de 2024.

A **receita total com Serviços Diretório de Rede** (DR) (*cash*, valores c/IVA) foi de 120,6 milhões de euros, verificando-se um desvio de menos 14,1 milhões de euros face à receita planeada para 2024, consequência direta dos seguintes efeitos:

- O operador CP efetuou pagamentos de serviços DR de 96 milhões de euros, dos quais 58 milhões de euros em dezembro;
- O operador FERTAGUS apresenta um desvio negativo de 1,8 milhões de euros face ao planeado, com pagamentos de 14,5 milhões de euros em 2024.
- O operador MEDWAY apresenta em desvio de menos 16,6 milhões de euros face ao previsto, acumulando a dezembro de 2024 uma dívida de 14,65 milhões de euros, dos quais 11,07 milhões de euros referentes a serviços de 2024 e 3,58 milhões de euros de anos anteriores.

No indicador **Receita da Consignação do Serviço Rodoviário** (CSR), durante o ano de 2024, foram recebidos os 675,3 milhões de euros de CSR previstos em orçamento, no entanto, o montante transferido em abril 2024 (99,0 milhões de euros) considera o acerto do valor da receita cobrada e não entregue à IP durante o período de 2019 a 2023, autorizado através do Despacho 464/2024/SEO.

Considerando-se a receita líquida registada no SGR, a receita em 2024 seria na ordem dos 691 milhões de euros, ou seja, cerca de 2% acima do valor previsto em orçamento.

Até dezembro de 2024, a IP não recebeu qualquer montante relativo a **Indemnizações Compensatórias** pelo facto de o Contrato Programa para 2024-2028, assinado em novembro de 2024, ainda a aguardar visto prévio do Tribunal de Contas.

O **Cash Flow Total** da IP atingiu um valor acumulado de -950,3 milhões de euros, que corresponde a um desvio de 694,5 milhões de euros face ao previsto em orçamento (-1.644,80 milhões de euros), centrado nos:

- *Cash Flow* Operacional: com um desvio negativo de 101,3 milhões de euros;
- *Cash Flow* de Investimentos: com um desvio 784,4 milhões de euros;
- *Cash Flow* Financeiro: com um desvio de 11,4 milhões de euros.

O indicador de **Eficiência Operacional** apurado para o ano de 2024, excluindo os apuramentos contabilísticos, foi 57,4%, o que representa uma melhoria de 5,2 p.p. face ao previsto em PAO 2024-2026.

O indicador de concretização do Programa de **Investimentos Estratégicos** atingiu o resultado global de 72%, ou seja, 13 p.p. abaixo da meta estabelecida.

Os parâmetros A e B, associados às obras previstas lançar no período, respetivamente em número e em valor, apresentam resultados aquém da meta estabelecida. Foram lançadas 34% das obras previstas, com um valor que representa 32% do previsto. O grau de execução medido pelo parâmetro D foi de 111%, para o qual contribuiu um nível de execução de 115% na ferrovia e de 90% na rodovia.

Apresenta-se, de seguida, o apuramento dos resultados para cada um dos quatro parâmetros deste indicador.

Parâmetro A (Peso 15%):

- N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas / N.º de empreitadas previstas lançar no plano;
- Resultado de 34% (24 em 70).

Parâmetro B (Peso 30%):

- Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no Plano;

- Resultado de 32%: Valor das empreitadas lançadas: 513,8 milhões de euros / Valor das empreitadas previstas lançar: 1612,5 milhões de euros.

Parâmetro C (Peso 15%):

- Prazo contratado empreitada / Prazo executado da obra;
- Resultado de 84%: Rodovia: 72% e Ferrovia: 89%.

Parâmetro D (Peso 40%):

- Grau de execução (ótica económica) do PIR (versão ajustada mar.24);
- Resultado de 111%: Execução: 688,5 milhões de euros; Execução Prevista: 622,7 milhões de euros.

Até dezembro de 2024, o indicador de concretização do **Plano de Intervenções na Rede** (exceto projetos estratégicos) atingiu o resultado global de 73%, apresentando-se assim 12 p.p. abaixo da meta.

Foram lançadas 71% das obras previstas (parâmetro A) e o valor das empreitadas lançadas corresponde a 62% do valor previsto (parâmetro B). Neste período o grau de execução medido pelo parâmetro D foi de 82% (89% na ferrovia e 78% na rodovia).

Apresenta-se, de seguida, o apuramento dos resultados para cada um dos cinco parâmetros deste indicador.

Parâmetro A (Peso 15%):

- N.º de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) e previstas / N.º de empreitadas previstas lançar no plano;
- Resultado de 71% (93 em 131).

Parâmetro B (Peso 30%):

- Valor total de empreitadas lançadas (anúncio de concurso lançado) / Valor empreitadas previstas lançar no Plano;
- Resultado de 62%: Valor das empreitadas lançadas: 211 milhões de euros / Valor das empreitadas previstas lançar: 339,2 milhões de euros.

Parâmetro C (Peso 15%):

- Prazo contratado empreitada / Prazo executado da obra;
- Resultado de 75%: Rodovia: 71% e Ferrovia: 90%.

Parâmetro D (Peso 40%):

- Grau de execução (ótica económica) do PIR (versão ajustada mar.24);
- Resultado de 82%: Execução: 270,4 milhões de euros; Execução Prevista: 328,2 milhões de euros.

O nível de cumprimento do **Serviço Rodoviário** é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para o Índice de Segurança Rodoviária e Gestão dos Ativos Rodoviários, sendo o nível de serviço apurado para 2024 de 109,3%.

O valor do **Índice de Segurança Rodoviária** é determinado através da ponderação dos resultados dos seguintes indicadores: número de pontos negros (PN), indicador de gravidade dentro de localidades (IG DL) e número de vítimas mortais (VM). O apuramento dos resultados é feito em base 100 a partir do ano de referência de 2019 e numa escala decrescente.

Até ao final de dezembro de 2024 o número de VM foi de 101, valor inferior ao registado em 2023.

No IGDL o valor registado foi de 13.365, inferior ao do ano de 2023.

No que diz respeito aos PN, os dados de 2023 recebidos da ANSR, em janeiro de 2024, apontam para 39 PN, mas estes dados encontram-se em validação pelo que são ainda considerados provisórios.

O indicador do grau de cumprimento dos **Níveis de Serviço Ferroviário** é determinado com base no cumprimento das metas estabelecidas para os seguintes indicadores do Contrato Programa:

- Índice de Segurança Ferroviária (ISF);
- Qualidade da Infraestrutura Ferroviária;
- Fiabilidade da Infraestrutura Ferroviária;
- Margens Suplementares;
- Disponibilidade da Rede;
- Satisfação dos Clientes;
- Proteção do Ambiente;
- Volume de Atividade.

O resultado global, no período em análise foi de 75,9%, ou seja, 24,1 p.p. aquém da meta estabelecida.

Considerando que o Contrato Programa para 2024-2028 ainda aguarda visto do Tribunal de Contas, consideram-se, para efeitos de elaboração do relatório de desempenho, as metas previstas no anterior Contrato Programa, bem como as fórmulas de cálculo originais dos indicadores.

O resultado do **Índice de Segurança Ferroviária** a dezembro de 2024 foi de 0,916 AS/MCK, o que evidencia uma melhoria face à meta definida no contrato programa (0,942 AS/MCK).

Em 2024 registaram-se 32 acidentes, que compara com os 36 ocorridos em 2023.

O indicador Qualidade da Infraestrutura Ferroviária pretende avaliar o estado de conservação da infraestrutura ferroviária. O seu âmbito original, com a avaliação do estado da Via-Férrea e Obras de Arte, foi a partir de 2018 alargado à avaliação do estado das restantes classes de ativos fundamentais da infraestrutura, que são: estruturas de proteção e estabilização de plataforma, via, aparelhos de via, pontes, túneis, encravamentos de sinalização, sistema ATP, catenária e subestações de tração.

O indicador em 2024 apresenta um resultado de 64,4% favoravelmente acima da meta definida no contrato programa (61,30%), e inferior ao registado em 2023 (65,2%). Face a 2023, verificou-se um decréscimo nas especialidades de Obras de Contenção, Via, Pontes, Sistemas ATP e Subestações.

O **Índice de Pontualidade Global** nos primeiros 12 meses do ano foi de 78,3%,11,7 p.p. abaixo da meta estabelecida. Dado o peso percentual em termos de número de comboios, os tráfegos de médio curso, com índice de pontualidade de 64%, e suburbano de Lisboa, com índice de pontualidade de 86%, são os que mais contribuíram para a fraca performance global. Os tráfegos de Alta Qualidade e Intercidades obtiveram valores também baixos, 34% e 42% de índice pontualidade respetivamente, influenciando o valor global.

O valor registado em 2024 é inferior ao de 2023 (83,3%), o que reflete o agravamento das condições em que a infraestrutura é disponibilizada para a circulação de comboios.

Ao nível da repartição de responsabilidades nos comboios de passageiros, em 2024 verifica-se para a IP uma imputação de 34,6%, representando um aumento face a 2023 (30%), fruto do elevado número de intervenções em curso e de outras que irão iniciar.

As **Margens Suplementares** correspondem a tempos de trajeto, acrescentados ao planeamento dos horários, para refletir as limitações de velocidade impostas pela realização de intervenções programadas na infraestrutura. As margens suplementares são fixadas anualmente no Diretório da Rede, em função das intervenções previstas.

O valor do indicador foi apurado com base nas margens suplementares utilizadas no Horário 2024 (53 minutos), e que ascende a 108 minutos. Este valor decorre, principalmente, das margens suplementares na Linha do Norte de 19 minutos (pela inclusão de Margem Suplementar devido aos trabalhos do troço Esmoriz-Gaia).

O indicador **Disponibilidade da Rede** traduz a percentagem de tempo em que a infraestrutura esteve aberta à exploração. O seu cálculo resulta da diferença entre a disponibilidade total teórica e a disponibilidade não concedida (encerramento à exploração por motivos de interdições de via).

O valor da Disponibilidade da Rede em 2024 (79,39%) foi superior em cerca de 4,69 p.p. relativamente ao resultado de 2023, tendo ainda assim sido penalizada pelos trabalhos de modernização e renovação

nas linhas do Norte, Beira Alta, Cascais, Sul e Oeste, bem como pela conservação preventiva e corretiva na RFN. Refira-se que o troço Celorico da Beira e Guarda entrou em exploração no dia 25 de novembro de 2024.

O indicador **Satisfação dos Clientes ferroviários** é calculado pela média aritmética dos resultados obtidos nos seguintes inquéritos de caráter anual:

- Inquérito de Satisfação dos Operadores Ferroviários;
- Inquérito de Satisfação dos Clientes Finais.

Sendo este um indicador anual, e não tendo à data da elaboração do presente relatório os valores de 2024, considerou-se provisoriamente para efeitos de apuramento do nível de serviço de 2024, o valor obtido no final de 2023 (60%).

O resultado global de 60% considerou:

- os 55% obtidos para o Inquérito de Satisfação dos Operadores Ferroviários (valor obtido em 2022; último valor apurado);
- os 65% para o Inquérito de Satisfação dos Clientes Finais. registados em 2023

O indicador **Proteção do Ambiente** avalia o desempenho da IP na prossecução do esforço em reduzir a exposição da população ao ruído. O número de pessoas expostas a níveis elevados de ruído reduz-se quando as intervenções previstas no PIR atuam diretamente na beneficiação ou modernização da via-férrea nas componentes relevantes.

Para além da empreitada de Renovação Integral de Via, que decorreu no troço Espinho-Gaia da Linha do Norte, não ocorreram empreitadas com potencial benefício do total de pessoas expostas a níveis de ruído ambiente superiores aos limites impostos no Regulamento Geral do Ruído, nas grandes infraestruturas de transporte ferroviário.

Está em preparação o lançamento de concursos necessários à implementação das medidas de minimização de ruído patentes nos Planos de Ação previstos no Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho aprovados pela Agência Portuguesa do Ambiente, que permitirão atingir metas mais ambiciosas de redução do total de pessoas expostas a níveis de ruído ambiente superiores aos limites fixados no Regulamento Geral do Ruído.

O **Volume de Tráfego** na infraestrutura ferroviária até dezembro de 2024 foi de 34,9 milhões de comboios-quilómetro (CK), o que representa um acréscimo de 4,5% face a 2023. A variação representa um aumento no transporte de passageiros de 6,5% e uma redução no transporte de mercadorias de 5,6%.

Em 2024, os **Rendimentos Não *Core*** da IP atingiram um montante global de 29,2 milhões de euros, 14% acima do montante previsto em PAO (25,7 milhões de euros).

De salientar que, aproximadamente 71% dos rendimentos não core da IP, são provenientes da venda de resíduos (provenientes de materiais usados), concessão de telecomunicações e concessão de espaços comerciais.

3. INDICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DE QUE DEPENDEM OS RESULTADOS DA EMPRESA

Nos próximos anos Portugal, em alinhamento com o modelo global de desenvolvimento sustentável preconizado para a Europa, tem grandes desafios pela frente, como seja a política para a mobilidade sustentável e descarbonizada que preconiza a escolha de opções de mobilidade e de transportes mais sustentáveis, de forma que seja possível alcançar-se um continente neutro em emissões de carbono, em 2050, entretanto antecipado para 2045.

Em Portugal, com o mesmo objetivo de descarbonização da economia, aprovou-se também o Roteiro de Neutralidade Carbónica 2050, que pretende que a economia nacional seja neutra em termos do seu balanço de carbono até 2050.

Uma vez que os transportes são responsáveis por um quarto das emissões de gases com efeito de estufa da União Europeia, a política de transportes continua a apostar de forma determinada, no objetivo de recuperar quota de mercado para o caminho-de-ferro, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias, através da manutenção do vasto programa de investimentos em infraestruturas ferroviárias, em políticas de incentivo à separação contabilística entre a infraestrutura e a operação de transporte, visando a abertura ao mercado e, por esta via, o estímulo da concorrência.

O Corredor Atlântico, enquanto parte da rede transeuropeia de transportes pretende contribuir para o reforço da coesão social, económica e territorial da União e contribuir para a criação de um espaço único europeu dos transportes eficiente e sustentável, que proporcione mais benefícios aos seus utilizadores e que apoie o crescimento inclusivo.

Deste modo, o seu desenvolvimento deve demonstrar valor acrescentado europeu através do seu contributo para os objetivos da coesão, da eficiência, da sustentabilidade e do aumento dos benefícios para os utilizadores.

Nesse sentido, a IP como gestora das infraestruturas rodoferroviárias terá de desempenhar nos próximos anos um papel ainda mais preponderante, como seja:

- no desenvolvimento, na modernização e na manutenção das infraestruturas de transporte existentes;
- na otimização da integração e interligação das várias infraestruturas;
- na implantação de novas tecnologias e de aplicações telemáticas, caso essa implantação se justifique do ponto de vista económico;
- na devida consideração das sinergias possíveis com outras redes, em particular com as redes transeuropeias de energia ou de telecomunicações;
- na avaliação do impacte ambiental estratégico dos sistemas de mobilidade e das infraestruturas de transporte;

- na adoção de medidas de planeamento e, se necessário, de otimização e/ou aumento da capacidade das infraestruturas; e
- na devida consideração da vulnerabilidade das infraestruturas de transportes e de telemática às alterações climáticas e às catástrofes naturais ou provocadas pelo homem e a identificação das medidas de adaptação necessárias adotar para as tornar mais resilientes a essas catástrofes.

Concretizando, os fatores críticos de sucesso passam por:

- **Dar enfoque à mobilidade multimodal (rodoviária e ferroviária) enquanto serviço core**

O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) define os investimentos estratégicos que o País deverá lançar na próxima década, estando articulado com os objetivos estratégicos definidos para o Portugal 2030, relativamente aos quais foi possível alcançar um amplo consenso social, económico e político. O PNI 2030 incide sobre a Mobilidade e os Transportes, setores chave para a competitividade externa e a coesão interna do nosso País e sobre o Ambiente/Ação Climática e a Energia, áreas intrinsecamente ligadas à mobilidade, aos desafios das alterações climáticas, da descarbonização e da transição energética.

O Plano Ferroviário Nacional, aprovado pelo Conselho de Ministros em 10 de março de 2025, constitui um plano estratégico de âmbito nacional, que tem por finalidade definir a rede ferroviária que assegura as comunicações de interesse nacional e internacional e que visa a integração funcional e operacional dos diferentes investimentos, e se baseia na análise sistémica da interação entre os níveis de serviço preconizados a médio e longo prazo e a infraestrutura necessária para dar resposta às correspondentes exigências do ponto de vista da capacidade, da segurança e da fiabilidade.

No âmbito rodoviário, os investimentos mais prioritários foram integrados no PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, de forma a garantir o seu financiamento e antecipação de execução até 2026. Com este plano a IP reforça o seu papel de dinamizador da economia, facultando acessibilidade aos polos económicos constituídos pelas Áreas de Localização Empresarial, bem como o seu papel de promotora da coesão territorial e transfronteiriça, concretizando ligações essenciais em territórios de baixa densidade.

Mais recentemente, importa destacar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março, que determina à IP o estudo e concretização dos projetos rodoviários prioritários.

Nos próximos anos, para além do investimento em infraestruturas rodoferroviárias, a IP tem o grande desafio de desenvolver a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira **(*Atlantic* CAM)**.

- **Alavancar o *Asset Management* otimizando o CAPEX e OPEX associado às infraestruturas rodoferroviárias**

Para a concretização deste objetivo é essencial dispor, a todo o momento, de informação atualizada sobre as expectativas das partes interessadas, externas ou internas à organização, dos acionistas ou

dos clientes, percecionadas por uma noção de valor que se prevê obter dos próprios ativos, em termos da sua disponibilidade ou fiabilidade.

Não menos importante é garantir os processos que conduzem ao conhecimento sistematizado dos ativos a serem geridos, o portefólio de ativos e informação quanto ao seu estado, condição ou desempenho.

Relativamente à disponibilização de informação sobre o cadastro e a condição dos ativos, o modelo de gestão de ativos da IP assenta no conhecimento do estado da infraestrutura e no desenvolvimento da capacidade inspetiva. Os grupos de ativos com maior criticidade são alvo de campanhas de inspeção com periodicidade estabelecida em documentação técnica própria.

- **Garantir a sustentabilidade, disponibilidade, pontualidade e segurança no transporte**

Reconhecendo a emergência climática em que o mundo se encontra e a necessidade premente do cumprimento do Acordo de Paris sobre o clima e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, a IP tem vindo a comprometer-se com algumas das estratégias de preservação do planeta e de combate às alterações climáticas, nomeadamente junto de 3 iniciativas principais:

- *Programa Business Ambition* for 1.5ºC, lançado pelo United Nations Global Compact (2019);
- Plano de Mobilidade Corporativa da Cidade de Lisboa, lançado pela Câmara Municipal de Lisboa e *World Business Council for Sustainable Development* (2019);
- Lisboa Capital Verde Europeia 2020/Ação Climática Lisboa 2030, lançada pela Câmara Municipal de Lisboa (2020).

A segurança, disponibilidade, fiabilidade e sustentabilidade são os pilares basilares da atividade de manutenção das infraestruturas ferroviárias.

Para assegurar a prossecução de uma estratégia que corporize estes referenciais, a IP dispõe de recursos humanos e equipamentos tecnologicamente avançados, que lhe permitem deter um conhecimento rigoroso do estado da infraestrutura, priorizar os seus investimentos de forma habilitada e sustentar, de forma capacitada, as diferentes ações de manutenção e reabilitação impostas aos 2.562 km de rede em exploração sob sua gestão.

Na rede rodoviária têm sido feitos investimentos em tecnologia e equipamentos destinados a modernizar e tornar mais sustentável as operações de atividades relacionadas com a Operação e Manutenção, nomeadamente, a introdução de utilização de *Drones* | Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT) no suporte a atividades relacionadas com a Operação e Manutenção, através de um conjunto de missões que têm vindo a permitir, de uma **forma económica, funcional e mais expedita, entender, avaliar e caracterizar a realidade territorial existente**, apoiando atividades de construção, operação, manutenção e fiscalização da rede rodoviária nas áreas de jurisdição e áreas adjacentes, com recurso à captura de imagens aéreas e registos de vídeo.

Durante o ano de 2024, foram realizadas 75 missões. Com a entrega de novo equipamento e de software específico para o tratamento das imagens, o número de missões e o tratamento dos dados serão otimizados.

- **Manter enfoque estrutural na eficiência, para garantir uma provisão do serviço ao mais baixo custo possível**

Uma das formas de criar e potenciar valor face às necessidades e expectativas dos seus *stakeholders*, é feita através da rendibilização de ativos e de uma maior eficiência entre as diversas áreas e empresas do Grupo IP.

Neste modelo organizacional, as empresas participadas (IPT, IPE e IPP) estão orientadas para o aumento das receitas não core, em benefício do serviço core, caraterizando-se pelos seguintes aspetos:

- Visam otimizar as receitas não core do Grupo IP, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas atividades principais e os ativos não core;
- Os seus Conselhos de Administração são constituídos por um elemento do CAE da IP, que preside, e por dois outros elementos com funções executivas.
- A estrutura orgânica das Participadas inclui uma Direção-Geral (com exceção da IP Engenharia) que tem na sua dependência direta diferentes níveis hierárquicos: desde Direções a Departamentos, Unidades ou mesmo Funções representadas ou não no Organograma.
- O Centro Corporativo da IP suporta e enquadra a atividade das Participadas, que se focalizam nas suas atividades core, sem contemplarem essas valências nos seus modelos orgânicos.

É, assim, de vital importância que a IP assegure uma gestão rigorosa dos seus ativos com vista a maximizar o valor criado para os *stakeholders*. Tal gestão permite a identificação de ações de melhoria de médio e longo prazo, suportadas por diversos mecanismos de planeamento e por uma metodologia de gestão de projetos (transversais, operacionais e de investimentos) robusta, envolvendo várias áreas de atividade do Grupo IP, com uma orientação permanente ao cliente / utilizador das infraestruturas rodoferroviárias.

4. EVIDENCIAÇÃO DA ATUAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS ORIENTAÇÕES DEFINIDAS PELOS MINISTÉRIOS SETORIAIS, DESIGNADAMENTE AS RELATIVAS À POLÍTICA SETORIAL A PROSSEGUIR, ÀS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS A CADA EMPRESA, AOS OBJETIVOS A ALCANÇAR NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE OPERACIONAL E AO NÍVEL DE SERVIÇO PÚBLICO A PRESTAR PELA EMPRESA

(N.º 4 DO ARTIGO 39.º DO RJSPE).

Nos termos do regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE), na sua redação atual, o Estado, enquanto acionista da Infraestruturas de Portugal, S.A. definiu as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração Executivo da sociedade, para o mandato 2022-2024 dentro do quadro das orientações definidas.

Orientações gerais do Setor

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira da empresa;

- Assegurar a mobilidade e acessibilidade de forma eficiente e adequada às necessidades, promovendo a coesão social;
- Promover os investimentos que contribuam para aumentar a competitividade da economia nacional e a segurança.

As orientações específicas para a empresa decorrem dos indicadores de acionista, os quais se constituem ao mais alto nível e cujo resultado é absolutamente fundamental para o alcance dos objetivos financeiros e operacionais da empresa, o cumprimento do Contrato de Concessão para a rodovia e do Contrato Programa para a ferrovia, e as orientações do Programa Nacional de Investimentos 2030, a que se juntam, complementarmente, os indicadores das empresas do Grupo IP.

A política de transportes da União Europeia tem prosseguido, de forma determinada, o objetivo de recuperar quota de mercado para o caminho-de-ferro, tanto no transporte de passageiros como no de mercadorias, através de um vasto programa de investimentos em infraestruturas ferroviárias, em políticas de incentivo à separação contabilística entre a infraestrutura e a operação de transporte, visando uma tendencial abertura ao mercado e, por esta via, estimular a concorrência.

Se, no que diz respeito à infraestrutura ferroviária, o plano de investimentos Ferrovia 2020 foi fundamental para se promover uma rede mais moderna e eficiente, o Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030), que lhe sucede, e que materializará os investimentos estruturantes de promoção pública, a realizar até 2030, pretende continuar a aposta na expansão da rede ferroviária, na reabilitação e modernização da infraestrutura e no aumento, quer da capacidade quer das velocidades da rede ferroviária já existente.

De destacar neste programa o projeto da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa que permitirá implementar um serviço de elevada qualidade, caraterizado por reduções de tempo de percurso significativas, alargadas a uma vasta extensão do território português e por um salto disruptivo em termos de frequência de serviços. Este projeto não é apenas transformacional para o futuro da ferrovia e para um reforço da adesão das populações ao modo ferroviário, como constitui o elemento agregador de uma transformação da mobilidade que será abrangente para o país.

Destaca-se também a Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2024, de 27 de maio, que mandata a IP para concluir os estudos da terceira travessia do Tejo e da ligação de alta velocidade entre Lisboa e Madrid.

Em termos rodoviários, a aposta mantém-se na renovação e reabilitação da rede existente, na digitalização/conetividade da rede e na conclusão de missing links, para além da implementação de várias medidas alinhadas com a incontornável necessidade de descarbonização do setor e do aumento da resiliência das infraestruturas.

Com a aprovação do Plano de Recuperação e Resiliência, o investimento em novas infraestruturas rodoviárias terá um valor que ascende a 463 milhões de euros, a desenvolver pela IP ou por autarquias. Este Plano operacionaliza alguns dos investimentos preconizados no PNI2030 (Programa Nacional de Investimentos 2030), no PETI (Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas e no Programa de Valorização de Áreas Empresariais, tendo como exemplos a Variante Nascente de Évora, a Variante a Arruda dos Vinhos ou o IP8, entre Santa Margarida do Sado e Beja, entre outros de relevo.

Mais recentemente, importa destacar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março, que determina à IP o estudo e concretização dos projetos rodoviários prioritários.

Por último, é de referir que, com a aprovação já em 2025 do Plano Ferroviário Nacional (PFN), procurou-se garantir a estabilidade da rede ferroviária de interesse nacional e internacional, o acesso à ferrovia em todas as capitais de distrito, promovendo uma cobertura adequada do território, e uma maior intermodalidade, contando alcançar, a médio prazo, uma transferência modal da rodovia para a ferrovia, contribuindo, desta forma, para o objetivo nacional da descarbonização.

Será de referir que também são fatores externos de forte influência para a atividade da empresa o novo Regime Geral de Proteção de Dados, a maior exigência sentida por parte das autoridades administrativas, o aumento legal do período de formação anual, o novo contexto político nacional e europeu e o agravamento da qualidade dos serviços contratados extra IP.

III. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. DIVULGAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL (CONSOANTE APLICÁVEL: CAPITAL ESTATUTÁRIO OU CAPITAL SOCIAL, NÚMERO DE AÇÕES, DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL PELOS ACIONISTAS, ETC.), INCLUINDO INDICAÇÃO DAS DIFERENTES CATEGORIAS DE AÇÕES, DIREITOS E DEVERES INERENTES ÀS MESMAS E PERCENTAGEM DE CAPITAL QUE CADA CATEGORIA REPRESENTA

(ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSPE).

A **31 de dezembro de 2024**, o capital social da IP ascendia a **14.403.880.000 euros**, distribuído por 2.880.776 **ações**, com um **valor nominal unitário de 5.000 euros**.

As ações representativas da totalidade do capital social da empresa pertencem ao Estado e são detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças a quem compete o exercício da função acionista do Estado.

A função de tutela financeira incumbe ao Ministério das Finanças, sendo a tutela setorial competência do Ministério das Infraestruturas e Habitação. Nos termos do regime jurídico do setor público empresarial, a IP está sujeita à jurisdição e ao controlo exercido pelo Tribunal de Contas (n. º1 do artigo 26.º do RJSPE) e ao controlo da Inspeção-Geral de Finanças (n. º2 do artigo 26.º do RJSPE).

Para o desenvolvimento da sua atividade, a IP pode constituir ou participar no capital social de qualquer sociedade, independentemente do seu objeto.

Ao longo de 2024, o acionista subscreveu e realizou aumentos de capital no montante total de 1.817 milhões de euros, conforme quadro seguinte:

unidade: milhões de euros

DATA DA DUE *	DATA DA CONCRETIZAÇÃO	N.º DE AÇÕES EMITIDAS	MONTANTE
16-02-2024	19-02-2024	91 369	456,8
16-02-2024	05-03-2024	6 790	34,0
26-03-2024	03-04-2024	31 800	159,0
26-06-2024	26-06-2024	33 199	166,0
26-06-2024	09-07-2024	10 294	51,5
26-06-2024	09-08-2024	24 832	124,2
26-06-2024	09-09-2024	11 291	56,5
14-10-2024	14-10-2024	109 664	548,3
14-10-2024	11-11-2024	14 739	73,7
14-10-2024	09-12-2024	18 864	94,3
26-12-2024	27-12-2024	10 600	53,0
		Total	**1817,21**

* Deliberação social unânime por escrito.

2. IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS LIMITAÇÕES À TITULARIDADE E/OU TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES.

As ações representativas da totalidade do capital social da IP são nominativas, revestem forma escritural e pertencem ao Estado, sendo detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Não existem limitações à titularidade das ações e a sua transmissibilidade deve obedecer ao enquadramento jurídico-legal aplicável, designadamente, pelo estabelecido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, na sua redação atual.

3. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA EMPRESA E POSSAM CONDUZIR A EVENTUAIS RESTRIÇÕES

Que sejam do conhecimento da Sociedade, não existem acordos parassociais que possam conduzir a eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.



IV. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

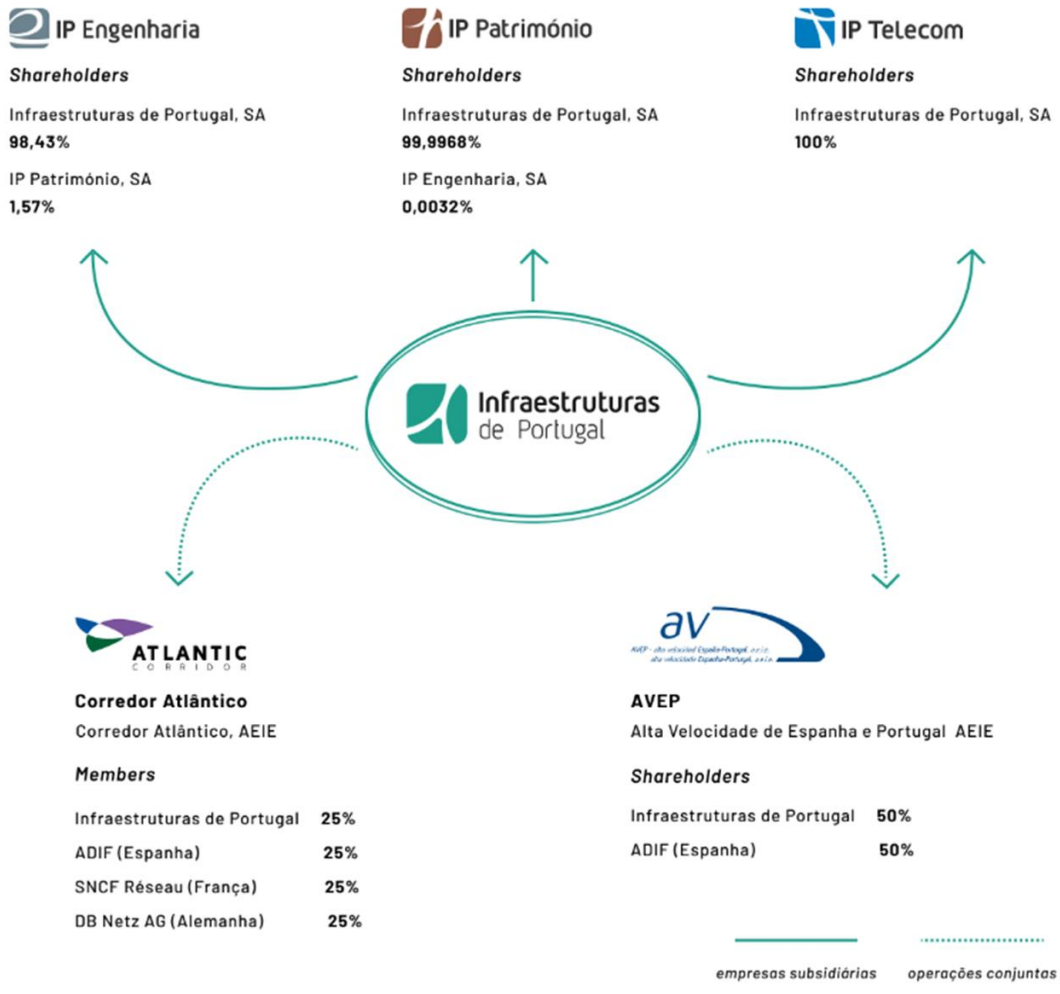
1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS QUE A EMPRESA PÚBLICA DETÉM

(ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSPE)

Para o desenvolvimento da sua atividade, a IP pode constituir ou participar no capital social de qualquer sociedade, independentemente do seu objeto.

As empresas participadas visam constituir centros de lucro com o objetivo de otimizar as receitas não *core* do Grupo IP, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizados nas atividades principais.

A constituição do capital social de cada uma dessas empresas é a que se apresenta na figura seguinte:



IP Telecom

A IP Telecom - Serviços de Telecomunicações, S.A. é um operador de telecomunicações licenciado pela ANACOM, especializado em serviços de Fibra Ótica e Conectividade de alto débito, com uma oferta abrangente que inclui serviços de *Data Center e Cloud Computing*, dedicado exclusivamente ao mercado empresarial.

A IP Telecom tem como missão assegurar o fornecimento e a prestação de serviços de Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicações, baseado em soluções inovadoras com foco nas tecnologias *Cloud* e Segurança e na principal infraestrutura nacional de telecomunicações, assente em fibra ótica e canal técnico rodoviário, para o Mercado Empresarial e Organismos Públicos.

IP Património

A IP Património tem como missão atuar no âmbito da aquisição, expropriação, atualização cadastral e alienação de bens imóveis ou constituição de direitos sobre os mesmos, bem como na rentabilização dos ativos afetos à concessão ou ao património autónomo do Grupo IP e ainda na gestão e exploração de estações e equipamentos associados, incluindo a respetiva gestão operacional.

IP Engenharia

A IP Engenharia tem como missão elaborar estudos e projetos de engenharia de transportes, gerir, coordenar e fiscalizar empreitadas nesse âmbito e dinamizar o negócio internacional do Grupo IP.

A IP é igualmente participante em dois agrupamentos de interesse económico, com o objetivo de desenvolver a atividade económica dos respetivos membros, potenciando a melhoria e/ou aumento dos resultados dessa atividade:

AVEP – ALTA VELOCIDADE ESPANHA - PORTUGAL (AEIE)

Foi constituído em janeiro de 2001, pela Administradora de Infraestruturas Ferroviárias (ADIF) e pela extinta RAVE, cada uma com 50%. A RAVE, nos termos da sua liquidação, cedeu à REFER / IP a participação que detinha no agrupamento.

Tem como objeto a realização de estudos preliminares dos corredores Porto-Vigo e Madrid-Lisboa-Porto.

CORREDOR FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS DO ATLÂNTICO

Foi constituído em novembro de 2013, pelos gestores de infraestruturas ferroviárias de Portugal, Espanha e França. Em 2014 a gestora de infraestrutura ferroviária alemã passou igualmente a integrar o Agrupamento.

Tem como objeto o desenvolvimento do mercado internacional ferroviário, designadamente no que respeita ao transporte de mercadorias através da criação de corredores dedicados.

2. EXPLICITAÇÃO DA AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO DA PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER EMPRESAS DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL

(ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSPE)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da IP não são titulares, direta ou indiretamente, de quaisquer participações sociais e/ou de obrigações da Sociedade, nem detêm quaisquer participações em quaisquer outras sociedades relativamente às quais a IP se encontre em relação de domínio ou de grupo.

Não foram, no período a que se refere o presente relatório, efetuadas aquisições ou alienações de participações sociais.

A IP está associada, como membro, ou em parceria, a diversas associações e entidades públicas e privadas, com as quais mantém protocolos e iniciativas conjuntas na área de intervenção do Grupo.

A IP participa no Acordo de Associadas **PSAT- Associação para a Promoção da Segurança de Ativos Técnicos,** em conjunto com a EDP - Distribuição de Energia, S.A., PT - Comunicações S.A., EDP - Renováveis Portugal, S.A., EPAL - Empresa Pública de Águas Livres, S.A. e REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. Trata-se de uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída com o propósito de contribuir para a melhoria dos mecanismos de defesa das infraestruturas dos seus associados, em especial dos seus ativos técnicos (equipamentos e materiais em metal), atuando proativamente na prevenção de ocorrências de furtos e danos nos mesmos. O esforço financeiro de participação traduz-se no pagamento de uma quota trimestral.

Participa igualmente no **IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território**. Esta associação tem por objeto identificar oportunidades e criar programas de desenvolvimento da mobilidade nos territórios nacionais, assim como das economias associadas a esta área no nosso território.

A IP é ainda membro da Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal.

A IP tem uma participação de 2,5% no Capital Social da Metro Mondego, S.A. A missão da Metro Mondego passa pela implementação e desenvolvimento de um sistema de mobilidade nos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos públicos afetos ao projeto.

A IP é Associada Fundadora, em conjunto com a CP, com o Metropolitano de Lisboa, com o IAPMEI com o Metro do Porto, com a PFP – Associação da Plataforma Ferroviária Portuguesa e Universidade do Porto, da Associação Centro de Competências Ferroviário (CCF). A Associação tem como objeto a promoção e o exercício de iniciativas e atividades de formação técnica, investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) em tecnologia, em particular na área da ferrovia e do material ferroviário, promovendo e incentivando a formação especializada, a cooperação e a transferência de tecnologia entre empresas, universidades, organizações e outras entidades públicas e privadas.

Desde março de 2022 a IP inscreveu-se como sócia da Associação Espanhola de Parques e Jardins Públicos (AEPJP). A valoração dos exemplares que constituem o Património Arbóreo Rodoviário e Ferroviário, é uma prática que se tem vindo a revelar necessária, quer para a tomada de decisões sobre a gestão do mesmo, quer na resposta e resolução de solicitações ou conflitos com terceiros. A AEPJP é uma entidade de referência nestas matérias permitindo à IP, enquanto sócia corporativa, para além de poder aceder a uma ferramenta informática de valoração, ter ainda acesso às atualizações da Norma de Granada e a outras vantagens, tais como a participação nas diversas ações e formações promovidas anualmente por esta entidade, das quais a IP é informada, usufruindo de redução no custo das inscrições.

A IP é também associada das seguintes organizações:

ADFERSIT - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes (associada benemérita) – Divulgação das realidades e potencialidades dos Sistemas Integrados de Transportes, no contexto económico e social tanto a nível nacional como internacional;

AIP - Associação Industrial Portuguesa – Contribuir para o progresso das empresas e das associações nela filiadas, no domínio económico, organizativo, comercial, técnico, tecnológico, associativo, cultural e social;

AMTC - Associação Museu dos Transportes e Comunicação - Parceria no desenvolvimento de formas de interesse do público quanto às questões dos transportes e das comunicações;

APAE - Associação Portuguesa dos Avaliadores de Engenharia (sócio n.º 1) – Apoio, promoção, regulamentação e representação da atividade das avaliações de engenharia a nível nacional e suas relações com o exterior;

APAI - Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (membro coletivo) – Para partilha das melhores práticas de avaliação de impactes ambientais e sociais comuns à IP;

APNCF - Associação Portuguesa de Normalização para os Caminhos-de-Ferro – Tem como objetivo a Coordenação das atividades de normalização no domínio das aplicações ferroviárias;

APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade (sócio) - Promoção e divulgação de conhecimentos teóricos e práticas no domínio da Qualidade e Excelência em Portugal;

ASCP - Associação Portuguesa para a Segurança e Conservação de Pontes (sócio fundador) - Promoção de cooperação técnica e científica e contribuição para a divulgação e o desenvolvimento do

setor da segurança e conservação de pontes Representação portuguesa na IABMAS- *Internacional Association for Bridges Maintenance and Safety*;

Associação *BuildingSmart* Portugal - A *buildingSMART* Portugal é uma Associação sem fins lucrativos que visa promover a aplicação dos processos BIM (*Building Information Modeling*) e fomentar o avanço técnico-científico;

CRP - Centro Rodoviário Português – Partilha de informação técnica do setor rodoviário português e promoção de contatos técnicos entre interlocutores relacionados com a operacionalidade e a dimensão socioeconómica do setor;

GPBE - Grupo Português de Betão Estrutural (membro coletivo) - Participação em conferências e encontros e acesso a informação especializada no domínio do betão estrutural;

GRACE - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial - Associação sem fins lucrativos e exclusivamente dedicada à promoção da Responsabilidade Social Corporativa;

IBERLINX - Associação para a conservação do lince ibérico e desenvolvimento dos seus territórios (membro fundador) - Projeto de importância nacional em termos de preservação da biodiversidade (lince ibérico);

IPAI - Instituto Português de Auditores Internos – Promoção da classe dos profissionais de Auditoria Interna, segundo o lema aprovado do *Institute of Internal Auditors*, IIA;

IPQ - Instituto Português da Qualidade (membro participante) – Participar ativamente na atividade de normalização e adequar os documentos normativos internos às Normas respetivas;

IT - Rede Portuguesa de Desenvolvimento do Território/AIMOB - Agência Independente da Mobilidade (membro fundador AIMOB) – Identificar oportunidades e criar programas de desenvolvimento da mobilidade, com especial atenção às áreas da mobilidade ligeira e suave, da mobilidade flexível e do sistema de transportes públicos pela importância que têm no alcance de uma política e prática de mobilidade sustentáveis – AIMOB;

ITS Portugal - Associação para o Desenvolvimento da Mobilidade e Transportes Sustentáveis – Impulsionar o desenvolvimento, a aplicação e a difusão da utilização de soluções tecnologicamente avançadas para os transportes, enquanto suporte da mobilidade sustentável;

OPPP - Portugal Observatório das PPP em Portugal – Desenvolvimento de trabalhos sistematizados sobre a temática das PPP em Portugal;

PROFORUM - Associação sem fins lucrativos criada com o objetivo de contribuir para o progresso, fomento e internacionalização da engenharia. A PROFORUM é atualmente Partner Institute do *World Economic Forum* com quem desde 2003 promove o EOS, *Executive Opinion Survey* para o *Ranking* de Portugal no *Global Competitiveness Index*;

PRP - Prevenção Rodoviária Portuguesa (protocolo) - Iniciativas de prevenção e segurança rodoviária;

PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (Membro do Grupo de Trabalho “Lean na Construção”) - Promoção da discussão e consolidação de conceitos Lean na Construção, assim como a divulgação das respetivas abordagens e práticas, contribuindo para consciencialização dos intervenientes da fileira da construção nas novas oportunidades de promoverem eficiência nas suas atividades e negócios;

Associação SGI Portugal – *Employers entrusted to deliver Sustainability Growth Innovation* - Associação de empresas que prestam serviços de interesse económico geral. Fazer ouvir a opinião das empresas portuguesas nos centros de decisão da Europa, através de comentários e opiniões nos projetos legislativos em curso;

TRANSPOR - Fundo para o desenvolvimento do Ensino Avançado e da Investigação (membro fundador) - Apoio ao desenvolvimento do ensino avançado e da investigação no domínio dos Sistemas de Transportes.

3. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO, BEM COMO DAS PESSOAS INDICADAS NO N.º 2 DO ARTIGO 447.º DO CSC, NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 447.º DO CSC.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da IP não detêm ações ou obrigações da empresa.

4. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE RELAÇÕES DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES E A EMPRESA.

Não existem.



V. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. MODELO DE GOVERNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A IP reveste a natureza de empresa pública sob forma de sociedade anónima e rege-se pelo Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, que a criou, pelos seus estatutos, aprovados em anexo ao referido diploma legal, pelo regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pelas boas práticas de governo societário aplicáveis ao setor, pelas disposições do Código das Sociedades Comerciais, regulamentos internos e normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade.

O modelo de governo societário adotado pela IP foi o modelo dualista, permitindo uma separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão da sociedade na prossecução dos objetivos e interesses da empresa, do seu acionista, colaboradores e restantes *stakeholders,* contribuindo desta forma para alcançar o grau de confiança e transparência necessário ao seu adequado funcionamento e otimização.

Os órgãos sociais da IP são constituídos pela **Assembleia Geral**, pelo **Conselho de Administração Executivo**, pelo **Conselho Geral e de Supervisão,** que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, e pelo **Revisor Oficial de Contas** ou sociedade de revisores oficiais de contas.

B. ASSEMBLEIA GERAL

1. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL, AO LONGO DO ANO EM REFERÊNCIA, COM IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS E MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPETIVO. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DE MANDATO DURANTE O ANO EM REPORTE, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OS MANDATOS RESPETIVOS

De acordo com os estatutos da IP, a Assembleia Geral é composta pelos acionistas da empresa, devendo os membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão estar presentes nas assembleias gerais, sem direito a voto, e o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas estar presente na assembleia anual.

A mesa da Assembleia Geral da IP é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos pela assembleia geral, por um período de três anos, renovável por deliberação da Assembleia Geral.

A mesa da Assembleia geral foi nomeada para o mandato 2018-2020, mantendo-se em funções até nova nomeação.

Relativamente à constituição da Mesa da Assembleia Geral, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, era a seguinte:

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO	
			FORMA (1)	DATA
	Presidente	Não Nomeado (*)		
	Vice-Presidente	Não Nomeado (**)		
	Secretária	Maria Isabel Louro Carla Alcobia	AG	29-03-2018

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

(*) O anterior Presidente da Mesa de Assembleia Geral renunciou ao cargo em 24 janeiro de 2020.

(**) Renunciou às funções de Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral em carta datada de 19 dezembro de 2022.

Em 2024 não existem registos de quaisquer valores pagos a título de Senhas de Presença aos membros da Mesa da Assembleia Geral.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

O Estado é o único acionista.

C. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

1. INDICAÇÃO DAS REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Os titulares dos órgãos sociais foram eleitos na primeira Assembleia Geral da IP, que reuniu no dia seguinte à data da entrada em vigor do diploma que a criou (Decreto–Lei n.º 91/2015, de 29 de maio), e nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre a eleição e exoneração dos membros do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (artigo 9.º conjugado com o n.º 3 do artigo 12º dos Estatutos).

O Presidente do Conselho de Administração Executivo, com voto de qualidade, é substituído nas suas faltas e impedimentos por um dos Vice-Presidentes, de acordo com a precedência fixada na designação em Assembleia Geral – n.º 2 e 3, do artigo 12º dos Estatutos da IP.

Faltando definitivamente algum administrador, o Conselho de Administração Executivo deve promover as diligências necessárias para a respetiva substituição, terminando o mandato do novo administrador no termo do mandato para o qual os demais membros foram designados, caso tal venha, entretanto, a ocorrer.

De acordo com os Estatutos, a eleição dos membros dos órgãos sociais deve ter em conta as normas relativas à respetiva composição, designadamente, o disposto no regime jurídico do setor público empresarial e as normas do Estatuto do Gestor Público.

O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) é constituído por seis a nove membros, designados em Assembleia Geral, que designa também aquele que, de entre eles, exerce as funções de presidente, tendo este, ou quem o substitua, voto de qualidade. Nos impedimentos definitivos, os membros são substituídos, até ao final do período para o qual o CGS tenha sido designado, por quem for, para tal, designado pela assembleia geral.

Na sua falta ou impedimento, o presidente do CGS é substituído pelo vice-presidente, se o houver, ou na falta deste, por quem o CGS determinar, com sujeição a ratificação na assembleia geral seguinte.

2. INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos estatutos da IP, o Conselho de Administração Executivo (CAE) é constituído por um número entre cinco a sete membros, dos quais um é o presidente e tem voto de qualidade.

De acordo com o n.º 1 do artigo 25.º dos mesmos estatutos, o mandato dos membros do Conselho de Administração Executivo tem a duração de três anos, incluindo o ano da respetiva eleição, e terminam no dia 31 de dezembro do ano em causa, sendo renovável por deliberação da Assembleia Geral, e dentro dos limites previstos no Estatuto do Gestor Público e demais legislação aplicável, por iguais períodos.

O Conselho Geral de Supervisão, ainda de acordo com os referidos estatutos, no seu artigo 20.º, define que é constituído por seis a nove membros designados em assembleia geral, que designa também aquele que, de entre eles, exerce as funções de presidente, tendo este ou quem o substitua, voto de qualidade.

O mandato do CGS segue o mesmo princípio do CAE, ou seja, tem a duração de três anos, incluindo o da respetiva eleição.

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO E DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO DE CADA MEMBRO. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DE MANDATO DURANTE O ANO EM REPORTE, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OS MANDATOS RESPETIVOS

Na sequência da eleição dos membros do Conselho de Administração Executivo da Empresa para o triénio 2022-2024, em Assembleia Geral de 26 de agosto de 2022, o Conselho de Administração Executivo passou a ser constituído por um Presidente, dois Vice-Presidentes e três Vogais. Desde abril de 2023 que o Conselho de Administração Executivo é constituído por um Presidente, dois Vice-Presidentes e duas Vogais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO		REMUNERAÇÃO	
			FORMA (1)	DATA	ENTIDADE DE ORIGEM	ENTIDADE PAGADORA(2)
2022-2024	Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz	AG	26-08-2022	n.a.	n.a.
2022-2024	Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes	AG	26-08-2022	n.a.	n.a.
2022-2024	Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida	AG	26-08-2022	n.a.	n.a.
2022-2024	Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	AG	26-08-2022	n.a.	n.a.
2023-2024	Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel	DUE	01-08-2023	n.a.	n.a.

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no no [8] do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)
n.a. - Não aplicável

Por Deliberação Social Unanime por Escrito, de 28 de agosto de 2015, do acionista Estado Português, procedeu-se à eleição para o Conselho Geral e de Supervisão de três elementos, os quais, para além das funções deste órgão de fiscalização, integram, por força da mesma deliberação, a Comissão para as Matérias Financeiras.

Sendo o Estado o único acionista da empresa, não foram até à presente data indicados novos representantes para integrar o Conselho Geral e de Supervisão, pese embora, o número mínimo de elementos que, estatutariamente, aquele órgão deve integrar.

De acordo com o artigo 391.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de setembro, por remissão do artigo 435, n.º 2 do mesmo Código, os membros do Conselho Geral e de Supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação aquando da eleição dos membros dos outros órgãos estatutários, não houve alteração aos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão. Atualmente o Conselho Geral e de Supervisão é composto por 2 elementos.

4. DISTINÇÃO DOS MEMBROS EXECUTIVOS E NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E, RELATIVAMENTE AOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS QUE PODEM SER CONSIDERADOS INDEPENDENTES 1 , OU, SE APLICÁVEL, IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS INDEPENDENTES DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

(ARTIGO 32.º DO RJSPE)

Todos os membros do Conselho de Administração Executivo da IP são executivos, não havendo lugar a membros não executivos que possam ser considerados independentes, conforme decorre da aplicação do n.º 1 do artigo 278.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 407.º do CSC.

5. APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES DE CADA UM DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

PRESIDENTE: MIGUEL JORGE DE CAMPOS CRUZ

Data de Nascimento: 22 de novembro de 1967

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Economia, Mestre em Gestão, e MBA com especialização em Finanças, pela Universidade Católica Portuguesa;
- Doutoramento em Economia pela London Business School.

Atividade Profissional

- Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde agosto de 2022, acumulando, por inerência, os cargos de Presidente do Agrupamento Europeu de

[1] *A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. Quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente o que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na empresa nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.*

Interesse Económico Alta Velocidade Espanha-Portugal (AEIE-AVEP), de Presidente da Assembleia do AEIE "*Atlantic Corridor*";

- Vice-Presidente da entidade europeia EIM – *European Rail Infrastructure Managers*;
- Presidente dos Conselhos de Administração da IP Engenharia, S.A desde setembro de 2022 e da IP Telecom, Serviços de Telecomunicações, S.A. desde agosto de 2023;
- Secretário de Estado do Tesouro do XXII Governo Constitucional (2020-2022);
- Presidente dos Conselhos de Administração da PARPÚBLICA – Participações Públicas SGPS, S.A., do Circuito do Estoril S.A., e da SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A, e Vogal não executivo do Conselho de Administração da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A (2017-2020); do Conselho Diretivo do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (2014-2017); do Conselho de Administração da ADI – Agência de Inovação, S.A. (2012-2014); do Conselho de Administração do CEDINTEC – Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos, S.A.; Vice-Presidente da SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.;
- Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da Portugal Ventures, Sociedade de Capital de Risco S.A.;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco, da FNABA – Federação Nacional de Associações de Business Angels; da AIEL – Associação para a Inovação e Empreendedorismo de Lisboa, PME Investimento – Sociedade de Investimento, S.A., e da LISPÓLIS;
- Vogal do Conselho Diretivo do IAPMEI, do POE e PRIME (Programas Comunitários);
- Gestor do Programa Energia e Subdiretor-Geral da Indústria, tendo também participado na génese do Research de Mercados Financeiros no então Banco CISF (Grupo Millennium BCP);
- Desde 1989, é Professor convidado em diversas universidades e, em particular, na Universidade Católica Portuguesa e na Universidade Autónoma de Lisboa, onde é Professor Auxiliar Convidado.

Distinção mais relevante:

- Desde 2017 é Embaixador em Portugal para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, da Agenda 2030 das Nações Unidas.

VICE-PRESIDENTE: CARLOS ALBERTO JOÃO FERNANDES

Data de Nascimento: 7 de julho de 1967

Habilitações Académicas:

- Frequência (parte letiva concluída) do Doutoramento em Sistemas Avançados de Transportes pelo Instituto Superior Técnico (IST), 2014
- Mestrado em Transportes pelo IST, 1995
- Licenciatura em Engenharia Civil pelo IST, 1991

Atividade Profissional

- Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde agosto de 2016; Presidente do Conselho de Administração da IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. e Vogal do Conselho de Administração da IP Telecom, Serviços de Telecomunicações, S.A., desde setembro de 2016;
- Presidente do Conselho de Administração da IP Engenharia, S.A. (janeiro a setembro de 2022);
- Presidente do Conselho de Administração da GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. (setembro de 2016 a janeiro de 2018);
- Adjunto do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas (fevereiro a agosto de 2016)
- *Managing partner* da Mobilidade Consultores, desenvolvendo e acompanhando soluções integradas em Parcerias Público-Privadas na área das infraestruturas e dos transportes (setembro de 2012 a novembro de 2015);
- CEO da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A., empresa pública responsável pelo desenvolvimento do Projeto Ferroviário de Alta Velocidade em Portugal (2005 a agosto de 2012);
- Membro do Conselho de Administração da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E., empresa pública responsável pela prestação do serviço público de gestão da infraestrutura integrante da rede ferroviária nacional (2005 a 2012, sendo CFO de 2010 a 2012);
- CEO da REFER Património – Administração e Gestão Imobiliária, S. A., empresa responsável pela gestão do património sob responsabilidade da REFER, EPE designadamente nas áreas de *real estate*, gestão das estações ferroviárias, estacionamento e publicidade (2011 a 2012);
- Consultor financeiro da Parcerias.Saúde, agência governamental responsável pelo desenvolvimento de novos hospitais sob modelo de PPP e concessão (2001 a 2002);
- Consultor financeiro da NAER, S. A., empresa pública responsável pelo desenvolvimento do novo aeroporto de Lisboa e pela privatização da ANA, S.A. (2000 a 2002);
- Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas, tendo sido responsável pelo desenvolvimento dos modelos de *project finance* e concessões na área rodoviária (1997 a 2002);
- Assistente no Departamento de Engenharia Civil do IST, tendo lecionado as cadeiras de Transportes, Engenharia Rodoviária e Vias de Comunicação (1993 a 2009).

VICE-PRESIDENTE: MARIA AMÁLIA FREIRE DE ALMEIDA

Data de Nascimento: 01 de setembro de 1960

Habilitações académicas:

- Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (1983)

Atividade profissional:

- Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde agosto de 2022;
- Vogal do Conselho de Administração da IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. desde setembro de 2022;
- Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro do XXII Governo Constitucional (2020-2022);
- Vogal do Conselho de Administração da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A. (2017-2020);
- Vogal do Conselho de Administração da SAGESECUR - Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S. A. (2010-2020);
- Assessora do Conselho de Administração da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A. (2004-2017);
- Presidente do Conselho de Administração da ENVC - Sociedade Imobiliária, S.A. (2010-2013);
- Vogal do Conselho de Administração da CREDIP - Instituição Financeira de Crédito, S.A. (2007-2010);
- Presidente do Conselho de Administração da LOCACEST, S.A. (2006-2007);
- Administradora da LOCACEST - Sociedade de Gestão de Investimentos Imobiliários, S.A., empresa do Grupo PARPÚBLICA (2005-2007);
- Vogal do Conselho Fiscal da INAPA - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (2005-2006)
- Encarregada de Missão para a Reestruturação do Ministério da Economia (2003-2004);
- Chefe de Gabinete do Ministro da Economia do XVI Governo Constitucional (2002-2003);
- Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Parque EXPO 98, S.A., e de várias empresas participadas (2000-2002);
- Vogal do Conselho de Administração da PARTEST - Participações do Estado, SGPS, S.A. (atualmente PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A.) e das empresas participadas ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A., e SGHCV - Sociedade de Gestão do Hospital da Cruz Vermelha, S.A. (1997-2000);
- Membro do Conselho Fiscal da LUSOFACTOR - Sociedade de Factoring, S.A. (1994-1996);
- Presidente do Conselho Fiscal da BNU Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (1994-1996);
- Subdiretora do GAFEEP - Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (1993-1996);
- Vogal do Comissariado da Exposição Internacional de Lisboa EXPO98 (1993-1996);
- Adjunta do Secretário de Estado das Finanças do XII Governo Constitucional (1991-1993);
- Adjunta do Secretário de Estado do Tesouro nos X e XI Governos Constitucionais (1989-1991).

VOGAL: ALEXANDRA SOFIA VIEIRA NOGUEIRA BARBOSA

Data de Nascimento: 8 de maio de 1971

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
- Programa Avançado de Gestão para Executivos, pela Universidade Católica.

Atividade Profissional:

- Vogal do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A. desde março de 2018;
- Vogal do Conselho de Administração da IP Engenharia, S.A. desde março de 2019;
- Vogal do Conselho de Administração da IP Património – Administração e Gestão Imobiliária, S.A. (março de 2019 a setembro 2022);
- Representante do Setor Empresarial do Estado no CES – Conselho Económico e Social desde dezembro de 2020;
- Diretora de Capital Humano da Infraestruturas de Portugal, SA, (2015 - 2018);
- Diretora de Capital Humano da REFER, EPE (2013 - 2015);
- Diretora de Departamento de Gestão Técnica de Recursos Humanos da REFER, EPE (2013); Responsável da área de Relações de Trabalho da REFER, EPE (2004 - 2013);
- Diretora de Recursos Humanos da REFER Telecom, SA (2001 - 2004);
- Advogada (com inscrição suspensa na Ordem dos Advogados).

VOGAL: GINA MARIA DOS SANTOS PIMENTEL

Data nascimento – 12 de junho de 1978

Habilitações académicas:

- Licenciatura em Gestão pela UBI - Universidade da Beira Interior (2002);
- Mestrado em Administração e Políticas Públicas pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (2009);
- Pós-graduação em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental pela NOVA IMS (2018).

Atividade profissional:

- Vogal do Conselho de Administração Executivo da Infraestruturas de Portugal, S.A., (agosto de 2023);
- Vogal do Conselho de Administração IP Telecom, Serviços de Telecomunicações, S.A. (agosto 2023);

- Vogal Executiva do Conselho de Administração do Hospital de Loures, EPE (março de 2022 a julho de 2023);
- Adjunta e Chefe de Gabinete em substituição da Secretária de Estado do Orçamento do XXII Governo Constitucional (junho de 2020 a março de 2022);
- Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento do XXII Governo Constitucional (fevereiro a junho de 2020);
- Membro do Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, IP (junho de 2017 a fevereiro de 2020);
- Inspetora da IGF - Inspeção-Geral de Finanças (agosto de 2011 a fevereiro de 2020);
- Técnica Superior na AT - Autoridade Tributária e Aduaneira (junho de 2007 a agosto de 2011);
- Técnica Superior no Grupo Visabeira, SGPS, SA, (julho de 2002 a agosto de 2005);
- Contabilista Certificada inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados.

6. DAR CONHECIMENTO DE QUE FOI APRESENTADA DECLARAÇÃO POR CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO AO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E AO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO, BEM COMO À INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS (IGF), DE QUAISQUER PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS QUE DETENHAM NA EMPRESA, ASSIM COMO QUAISQUER RELAÇÕES QUE MANTENHAM COM OS SEUS FORNECEDORES, CLIENTES, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OU QUAISQUER OUTROS PARCEIROS DE NEGÓCIO, SUSCETÍVEIS DE GERAR CONFLITOS DE INTERESSE

(ARTIGO 52.º DO RJSPE).

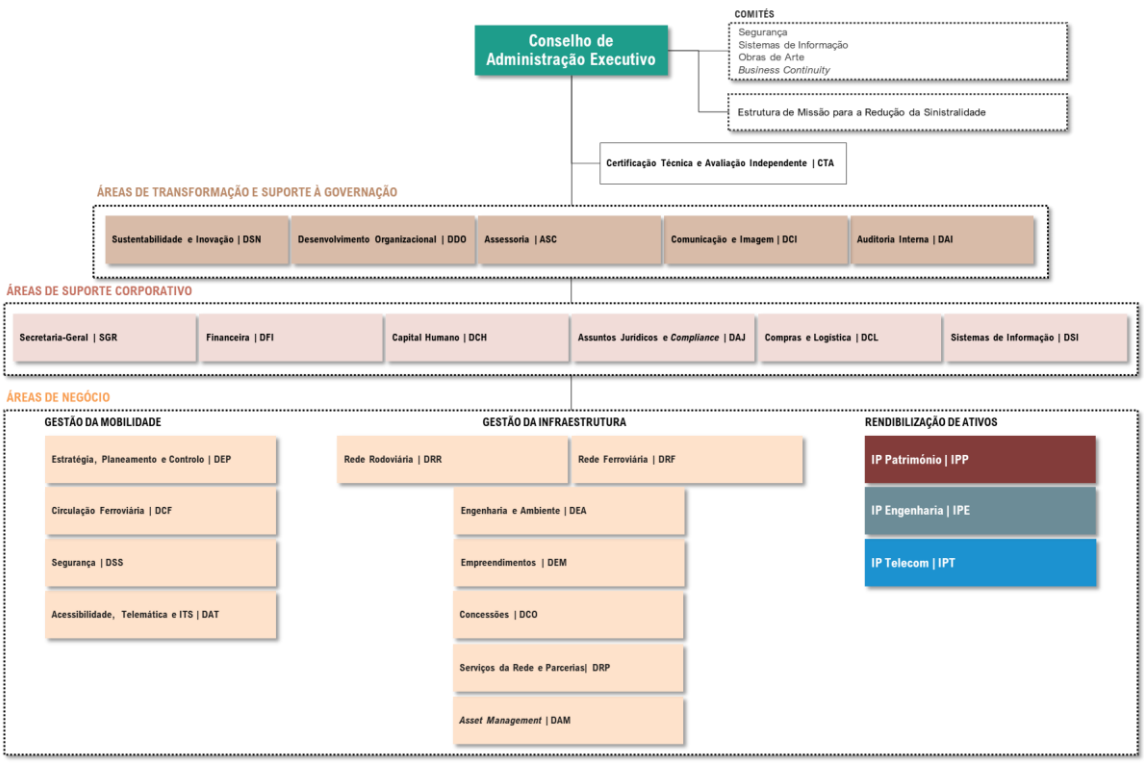
Para prevenir a existência de conflitos de interesse, nos termos do artigo 52.º do RJSPE, os membros dos órgãos de administração da IP declaram todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente, na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme declaração entregue no IGF pelos membros do Conselho de Administração.

7. IDENTIFICAÇÃO DE RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS, HABITUAIS E SIGNIFICATIVAS, DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO COM ACIONISTAS

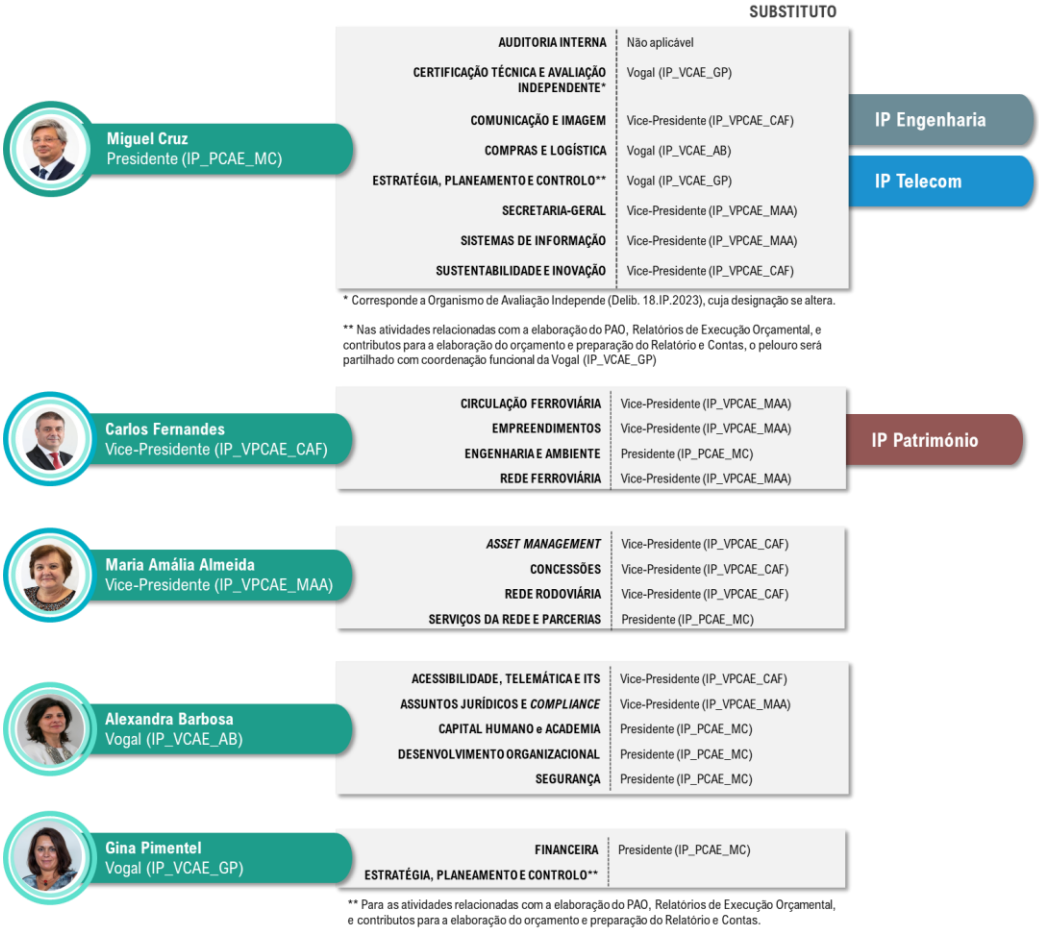
Não existem relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.

8. APRESENTAÇÃO DE ORGANOGRAMAS OU MAPAS FUNCIONAIS RELATIVOS À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, COMISSÕES E/OU DEPARTAMENTOS DA EMPRESA, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS, EM PARTICULAR NO QUE SE REFERE À DELEGAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUOTIDIANA DA EMPRESA

ORGANOGRAMA GERAL



PELOUROS DO CAE DURANTE O ANO 2024



As competências dos órgãos sociais da IP são as seguintes:

Assembleia Geral – estabelecidas no artigo 9.º dos Estatutos da IP e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais;

Conselho de Administração Executivo - estabelecidas no artigo 13.º dos Estatutos da IP e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais;

Presidente do Conselho de Administração Executivo – estabelecidas no artigo 18.º dos Estatutos da IP;

Conselho Geral e de Supervisão – estabelecidas no artigo 21.º dos Estatutos da EP e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

A delegação e subdelegação de poderes são feitas, relativamente à prática de atos administrativos, ao abrigo do disposto nos artigos 44. ° a 49. ° do Código do Procedimento Administrativo, artigo 109. ° do Código dos Contratos Públicos e artigo 14.° dos Estatutos da IP, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

O CAE, nos termos do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da IP, pode delegar poderes, com poderes de subdelegação. Através da Delegação de Poderes em vigor na IP o CAE subdelega poderes nos seus membros, tendo por referência a atribuição de pelouros e estes subdelegam nos responsáveis de estrutura associados à respetiva unidade orgânica.

Poderes delegados

A delegação/subdelegação e o exercício dos poderes delegados/subdelegados, concretizada no Quadro Geral de Delegação e Subdelegação de Poderes (QDP), obedecem ao cumprimento de um conjunto de princípios transversais.

Segregação de funções

a) A delegação e a subdelegação de poderes traduzem tendencialmente o respeito pelas seguintes regras: (i) quem propõe não autoriza e (ii) quem controla não executa;

b) Em caso de conflito de interesses, a decisão deve ser escalada para o nível hierárquico superior.

Princípios da Delegação/Subdelegação

a) Salvo a previsão estatutária dos poderes atribuídos aos órgãos sociais da empresa, o Conselho de Administração Executivo é o órgão de poder genérico;

b) Os poderes delegados em cada um dos membros do Conselho de Administração Executivo resultam da atribuição dos pelouros, e podem ser subdelegados por estes, com possibilidade de subdelegação, nos Responsáveis das Unidades Orgânicas devidamente identificados competentes em função da matéria. Assim, quando no QDP é conferida a um membro do CAE um determinado poder, entende-se que o mesmo integra o âmbito de poderes do respetivo pelouro;

c) A delegação e a subdelegação de poderes não excluem o poder do CAE, dos respetivos membros e Responsáveis das Unidades Orgânicas aí identificados para tomar resoluções sobre os mesmos assuntos, ou seja, a delegação e subdelegação não impede, após avocação do ato delegado/subdelegado a prática do mesmo pelos delegantes/subdelegante;

d) No caso de ser submetida ao Administrador do Pelouro ou ao CAE, decisão de assunto de poder delegado ou subdelegado, incluindo, designadamente, repartição de encargos plurianuais, autorização prévia prevista na lei para a celebração de contratos de prestação de serviços, procedimentos não discriminados no PAO, os posteriores trâmites, salvo decisão em contrário, são exercidos de acordo com delegação/subdelegação de poderes em vigor incluindo, nomeadamente, alteração ou prestação de esclarecimentos às peças do procedimento, erros ou omissões, constituição;

e) Os poderes delegados ou subdelegados pelo Administrador do Pelouro, podem ainda ser subdelegados noutros colaboradores desde que salvaguardados os princípios de subdelegação estabelecidos;

f) Nas faltas e impedimentos dos responsáveis diretamente dependentes do CAE, as suas competências retornam aos membros executivos deste último, salvo se designados substitutos. A substituição de responsáveis de estrutura, por razões de ausência ou impedimento, deve ser comunicada ao Administrador do Pelouro, devendo tal informação ser publicitada no sítio da *intranet*;

g) No caso de mudança de titular de qualquer dos órgãos ou agentes delegados ou subdelegados, consideram-se automaticamente delegados/subdelegados nos novos titulares e a contar da data da nomeação, os respetivos poderes;

h) O exercício de funções em substituição abrange todos os poderes do substituído, incluindo os delegados e subdelegados, salvo aqueles que o responsável exclua expressamente. Os atos praticados nestas circunstâncias devem mencionar expressamente a qualidade em que são praticados;

i) Em situações de emergência, suscetíveis de comprometer gravemente a segurança de pessoas e bens ou a segurança da circulação rodoviária ou ferroviária, os responsáveis diretamente dependentes do CAE, podem tomar as medidas corretivas que entenderem necessárias, ainda que além dos poderes subdelegados nos termos do presente documento, devendo tais atos ser objeto de ratificação, da forma mais célere possível, apoiados em informação justificativa.

Condições para assunção de despesa

a) O exercício dos poderes pelos Responsáveis identificados na Delegação, bem como pelos demais responsáveis de estrutura/microestrutura, ao abrigo de subdelegação, deverá ser realizado de acordo com os instrumentos previsionais de gestão, designadamente o "Plano de Atividades e Orçamento" aprovados, e demais procedimentos em vigor na empresa, designadamente os decorrentes da Lei do Orçamento do Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental;

b) A realização de qualquer despesa, no âmbito dos poderes delegados ou subdelegados, pressupõe:

- o enquadramento no Plano de Atividades e Orçamento aprovado dos atos que justifiquem a efetivação das despesas relacionadas com o investimento ou o funcionamento;
- a sua inscrição na correspondente Rubrica Orçamental;
- a existência de verba orçamental no respetivo Centro de Custos e Rubrica Orçamental, sem prejuízo dos poderes para a transferência de verbas inter unidades orgânicas e desde que não seja posta em causa a previsão global anual;
- o cumprimento das orientações específicas, pontual e formalmente estabelecidas pelo Conselho de Administração Executivo.

c) É expressamente vedada a desagregação da despesa para efeitos da aplicação da Delegação e Subdelegação de Poderes.

9. CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO[2], INDICANDO DESIGNADAMENTE:

a) NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E GRAU DE ASSIDUIDADE DE CADA MEMBRO ÀS REUNIÕES REALIZADAS

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração Executivo reúne ordinariamente uma vez por semana (artigo 16.º dos estatutos da IP) e, extraordinariamente, sempre que o seu Presidente o convocar, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos seus membros, sem prejuízo de fixação, pelo próprio Conselho, de calendário de reuniões com maior frequência. As deliberações só são válidas quando se encontrar presente na reunião a maioria dos membros do Conselho em exercício, tendo o Presidente, ou o Vice-Presidente, quando o substitua, voto de qualidade e sendo proibido o voto por correspondência ou por procuração.

Entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024, realizaram-se 65 reuniões do CAE da IP, das quais foram lavradas as respetivas atas, enviadas a todos os órgãos de fiscalização e auditores externos, repartidas da seguinte forma:

REUNIÃO IP	DATA	MIGUEL JORGE DE CAMPOS CRUZ	CARLOS ALBERTO FERNANDES	MARIA AMÁLIA FREIRE DE ALMEIDA	ALEXANDRA BARBOSA	GINA MARIA DOS SANTOS PIMENTEL
462	04-01-2024	X	X	X	X	X
463	05-01-2024	X	X	X	X	X
464	08-01-2024	X	X	X	X	X
465	10-01-2024	X	X	X	X	X
466	12-01-2024	X	X	X	X	X
467	15-01-2024	X	X	X	X	X
468	18-01-2024	X	X	X	X	X
469	23-01-2024	X	X	X	X	X
470	01-02-2024	X	X	X	X	X
471	09-02-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
472	15-02-2024	X	X	X	X	X
473	20-02-2024	X	X	X	X	X
474	22-02-2024	X	X	X	X	X
475	27-02-2024	X	X	X	X	X

[2] *Deve ser ajustado ao modelo de governo adotado.*

Reunião IP	Data	Miguel Jorge de Campos Cruz	Carlos Alberto Fernandes	Maria Amália Freire de Almeida	Alexandra Barbosa	Gina Maria dos Santos Pimentel
476	29-02-2024	X	X	X	X	X
477	07-03-2024	X	X	X	X	X
478	14-03-2024	X	X	X	X	X
479	21-03-2024	X	X	X	X	X
480	28-03-2024	X	X	X	X	Ausente - Motivo de férias
481	04-04-2024	X	X	X	X	X
482	11-04-2024	X	X	X	X	X
483	18-04-2024	X	X	X	X	X
484	23-04-2024	X	X	X	X	X
485	23-04-2024	X	X	X	X	X
486	02-05-2024	X	X	X	X	X
487	09-05-2024	X	X	X	X	X
488	16-05-2024	X	X	X	X	X
489	23-05-2024	X	X	X	X	X
490	29-05-2024	X	X	X	X	X
491	06-06-2024	X	X	X	X	X
492	14-06-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
493	21-06-2024	X	X	X	X	X
494	27-06-2024	X	X	X	X	Ausente - Motivo de férias
495	04-07-2024	X	X	X	X	X
496	11-07-2024	X	X	X	X	X
497	18-07-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
498	23-07-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
499	25-07-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
500	26-07-2024	X	X	X	Ausente - Motivo de férias	X
501	02-08-2024	X	X	X	X	X
502	08-08-2024	X	Ausente - Motivo de férias	X	X	X
503	14-08-2024	X	X	X	X	X
504	22-08-2024	X	X	X	X	X
505	28-08-2024	X	X	X	X	X

Reunião IP	Data	Miguel Jorge de Campos Cruz	Carlos Alberto Fernandes	Maria Amália Freire de Almeida	Alexandra Barbosa	Gina Maria dos Santos Pimentel
506	04-09-2024	X	X	Ausente - Motivo de férias	X	X
507	12-09-2024	X	X	Ausente - Motivo de férias	X	X
508	19-09-2024	X	X	X	X	X
509	23-09-2024	X	Ausente - Motivo de férias	X	X	X
510	26-09-2024	X	Ausente - Motivo de férias	X	X	X
511	03-10-2024	X	X	X	X	X
512	10-10-2024	X	X	X	X	X
513	10-10-2024	X	X	X	X	X
514	17-10-2024	X	X	X	X	X
515	24-10-2024	X	X	X	X	X
516	31-10-2024	X	X	X	X	X
517	07-11-2024	X	X	X	X	X
518	08-11-2024	X	X	X	X	X
519	11-11-2024	X	X	X	X	X
520	14-11-2024	X	X	X	X	X
521	21-11-2024	X	X	X	X	X
522	28-11-2024	X	X	X	X	X
523	05-12-2024	X	X	Ausente - Motivo de férias	X	X
524	12-12-2024	X	X	X	X	X
525	19-12-2024	X	X	X	X	X
526	27-12-2024	X	X	X	X	X
	Total	**65**	**62**	**62**	**57**	**63**

b) CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO:

MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME [PUBLICO/PRIVADO]
Miguel Jorge de Campos Cruz	IP Engenharia	Presidente do Conselho de Administração	Público
	IP Telecom	Presidente do Conselho de Administração	Público
Carlos Alberto João Fernandes	IP Património	Presidente do Conselho de Administração	Público
	IP Telecom	Vogal do Conselho de Administração	Público
Maria Amália Freire de Almeida	IP Património	Vogal do Conselho de Administração	Público
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	IP Engenharia	Vogal do Conselho de Administração	Público
	CES	Representante do setor empresarial do Estado no CES - suplente	Público
Gina Maria dos Santos Pimentel	IP Telecom	Vogal do Conselho de Administração	Público

c) ÓRGÃOS DA EMPRESA COMPETENTES PARA REALIZAR A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS E CRITÉRIOS PRÉ-DETERMINADOS PARA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS MESMOS

Os administradores executivos da IP são anualmente avaliados pelo acionista único, em sede de Assembleia Geral.

Em 2022, na sequência da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, foram submetidas as propostas de contratos de gestão para cada Administrador, incluindo indicadores e objetivos de avaliação de desempenho, de forma a permitir a avaliação dos gestores públicos para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual. Os objetivos propostos são compatíveis com os Planos de Atividades e Orçamento anuais e plurianuais, sendo objeto de acompanhamento na sua execução.

Tendo presente os Pareceres n.º 18/2023, 19/2023, 20/2023, 21/2023 e 23/2023 da UTAM, objeto dos Despachos n.º 111/2023-SET, 113/2023-SET, 114/2023-SET, 115/2023-SET e 143/2023- SET, foram efetuados os ajustamentos necessários às propostas de contratos de gestão.

d) COMISSÕES [3] EXISTENTES NO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO, SE APLICÁVEL. IDENTIFICAÇÃO DAS COMISSÕES, COMPOSIÇÃO DE CADA UMA DELAS ASSIM COMO AS SUAS COMPETÊNCIAS E SÍNTESE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DESSAS COMPETÊNCIAS.

Os Comités são um mecanismo formal de mitigação dos riscos associados à gestão de interfaces numa Organização com um elevado número de intervenientes por macroprocesso assim como um fórum de reflexão conjunta visando melhorias de desempenho dos processos envolvidos.

Têm funções de **análise e discussão** de objetivos e resultados, de estratégias, de mudanças transformacionais/estruturantes, de políticas de atuação, de **aprovação** de critérios, prioridades, planeamento, afetação de recursos, alterações ou ações concertadas e de **acompanhamento** de execução de planeamento, implementação de medidas ou dos riscos operacionais.

Comité de Segurança

Na Organização do Grupo IP, o Comité de Segurança justifica-se e caracteriza-se da seguinte forma:

Racional:	O contínuo desenvolvimento de uma cultura de Segurança exige o envolvimento da gestão de topo da empresa na reflexão conjunta sobre os objetivos fixados e os resultados que em cada período são alcançados, assim como sobre os principais desafios e respetivas estratégias de superação, de uma forma colaborativa que potencie a atuação alinhada e complementar de cada área da empresa com funções relevantes para a Segurança.
Missão:	Garantir um fórum planeado, de reflexão, norteador das decisões que visem melhorar o desempenho da Segurança.
Atribuições:	Analisar/Discutir: Objetivos e indicadores de desempenho dos compromissos/objetivos de Segurança e respetivos resultados. Casos-tipo (ex. ocorrências) ou temas críticos com impacto nos resultados da Segurança. Aprovar: Iniciativas, medidas relacionadas com melhorias no âmbito da Segurança. Acompanhar: Execução das iniciativas/medidas.
Âmbito:	Abrange as áreas operacionais de gestão da mobilidade e da infraestrutura – ferrovia e rodovia – nas vertentes *Security* e *Safety* da segurança (exploração, trabalho, pessoas e bens), com especial enfoque na segurança da exploração.
Periodicidade (1):	Trimestral

3 Que incluam ou tenham a participação de elementos do órgão de administração ou supervisão.

Organização dos trabalhos	São realizadas duas sessões distintas, na 2.ª semana do trimestre t+1, uma de âmbito rodoviário e outra de âmbito ferroviário.
Composição (2):	Coordenador/a: pelouro CAE Segurança. Secretário/a: Diretor/a DSS e outro Outros pelouros CAE: todos. Outros/as Diretores/as: Âmbito Ferrovia: DSS, DCF, DRF, DAT, DAM, DEM, DEA. Âmbito Rodovia: DSS, DRR, DEA, DAM, DAT, DEM. Coordenador/a da Estrutura de Missão para a Redução da Sinistralidade

(1) Periodicidade – pode reunir noutra altura, se assim for considerado necessário.

(2) Composição – podem ser envolvidos outros participantes sempre que os temas o justifiquem.

Comité de Sistemas de Informação (CSI)

Na Organização do Grupo IP, o Comité de Sistemas de Informação justifica-se e caracteriza-se da seguinte forma:

Racional:	O desenvolvimento de sistemas de informação é um promotor de eficiência na maioria dos processos, sendo crítico para o desenvolvimento da organização. O conflito de prioridades da afetação de recursos deve ser mediado e a sua gestão transparente, discutida e perfeitamente compreendida por todas as partes interessadas. Igualmente facilitador do acompanhamento da evolução das necessidades e da sua satisfação.
Missão:	Garantir um fórum planeado, de análise e discussão, de aprovação e acompanhamento dos critérios e prioridades de desenvolvimentos e atuação dos SI.
Atribuições:	Analisar/Discutir: Alterações transformacionais de sistemas de informação ou que envolvem sistemas. Aprovar:Política de investimentos em SI, incluindo os critérios e metodologias para priorização de desenvolvimentos de SI. Níveis de serviço exigidos aos SI. Priorização dos desenvolvimentos de SI (plano de trabalhos). Acompanhar: Execução do plano de trabalhos SI e respetivos desvios. Riscos associados ao desenvolvimento SI e estado das medidas mitigadoras.
Periodicidade (1):	Trimestral

Composição [2]:	Coordenador/a: pelouro CAE Sistemas de Informação. Secretário/a: Diretor/a DSI Outros/as Diretores/as: DDO, DAJ.

(1) Periodicidade – pode reunir noutra altura, se assim for considerado necessário.

(2) Composição – podem ser envolvidos outros participantes sempre que os temas o justifiquem.

Comité de Obras de Arte

Na Organização do Grupo IP, o Comité de Obras de Arte justifica-se e caracteriza-se da seguinte forma:

Racional:	A IP tem sob sua gestão direta mais de 7.800 obras de arte, que integram as redes rodoviária e ferroviária. Tratando-se de um grupo de ativos crítico das infraestruturas rodoferroviárias tem merecido uma atenção especial no desenvolvimento de práticas e ferramentas de suporte à sua gestão tendo em vista garantir níveis aceitáveis no respetivo estado de conservação. No entanto, para que este objetivo seja conseguido, concorrem diversos fatores e participantes internos e externos cuja influência é necessário avaliar e, quando possível, gerir e controlar.
Missão:	Garantir um fórum planeado, de análise e acompanhamento do estado de conservação das Obras de Arte e investimentos associados.
Atribuições:	Analisar/Discutir: Informação do estado de conservação das Obras de Arte e respetiva evolução face aos objetivos. Aprovar: Eventuais alterações aos objetivos e/ou prioridades de intervenção definidas. Acompanhar: Execução das intervenções na rede associadas a melhorias do estado de conservação. Evolução dos riscos associados.
Periodicidade [1]:	Trimestral
Composição [2]:	Coordenador/a: pelouro CAE Asset Management. Secretário/a: Diretor DAM Outros pelouros CAE: Engenharia e Ambiente, Rede Rodoviária, Rede Ferroviária, Empreendimentos, Compras e Logística Outros/as Diretores/as: DEA, DRR, DRF, DEM, DCL.

(1) Periodicidade – pode reunir noutra altura, se assim for considerado necessário.

(2) Composição – podem ser envolvidos outros participantes sempre que os temas o justifiquem.

Comité ***Business Continuity***

Na Organização do Grupo IP, o Comité de *Business Continuity* justifica-se e caracteriza-se da seguinte forma:

Racional:	No âmbito da gestão do risco do Grupo IP, garantir a continuidade do negócio é uma prioridade que deve ser traduzida nos mecanismos de gestão a todos os níveis.
Missão:	Garantir um fórum planeado de acompanhamento e avaliação da preparação e atuação das empresas do Grupo no âmbito da Continuidade do Negócio.
Atribuições:	Analisar/Discutir: Desenvolvimentos/alargamento do âmbito dos planos de continuidade do negócio. Resultados dos exercícios regulares de continuidade do negócio. Aprovar: Prioridades de atuação. Medidas resultantes da análise/discussão. Acompanhar: Execução de atividades de alargamento/melhoria dos instrumentos e mecanismos de continuidade do negócio. Execução do plano anual de exercícios.
Periodicidade (1):	Quadrimestral
Composição (2):	Coordenador/a: pelouro CAE Desenvolvimento Organizacional. Secretário/a: Diretor/a DDO. Outros pelouros CAE: Circulação Ferroviária; Sistemas de Informação; Acessibilidade e Telemática; IPT; Segurança; Comunicação externa. Outros/as Diretores/as: DCF, DSI, DAT, IPT, DAJ, DSS, DCI.

(1) Periodicidade – pode reunir noutra altura, se assim for considerado necessário.

(2) Composição – podem ser envolvidos outros participantes sempre que os temas o justifiquem.

Estrutura de Missão para a Redução da Sinistralidade

Titular:	Coordenador/a
Sigla:	MRS

Missão:	Dinamizar a atuação da IP com vista à redução da sinistralidade nas passagens de nível e nos pontos negros, definindo um plano de ação e assegurando a sua execução, em alinhamento com a estratégia da IP para a segurança ferroviária e rodoviária.	
Atribuições:	a) Dinamizar internamente a discussão da estratégia de redução da sinistralidade, criando condições para um alargado campo de recolha de contributos visando o alcance dos objetivos, com principal enfoque em passagens de nível, nos pontos negros e zonas de acumulação de acidentes das vias rodoviárias sob gestão da IP, em alinhamento com as estratégias nacionais para a segurança; b) Elaborar o Plano de Intervenção para a Redução da Sinistralidade, com fixação de objetivos de curto e médio/longo prazo, envolvendo as UO responsáveis pela sua concretização – desde a conceção à execução – e assegurar a respetiva monitorização e revisão; c) Identificar e promover, com o suporte das várias UO e com base na análise de risco, a realização de ações definitivas, transitórias e complementares, incluindo campanhas de sensibilização; d) Articular com entidades externas na promoção da estratégia de redução da sinistralidade, nomeadamente com o IMT e a ANSR, fazendo-o em articulação com a DSS; e) Promover, em articulação com a DRP e a DSS, discussões com as autarquias que tenham como objetivo a redução da sinistralidade nos pontos críticos das redes ou participar em discussões mais abrangentes de mobilidade segura.	
Principais Produtos e Serviços:	Plano de intervenção para a redução da sinistralidade Campanhas de sensibilização e comunicação Relatórios de monitorização e acompanhamento	
Principais *Stakeholders* e Interfaces:	**Internas** Comunicação e Imagem Sustentabilidade e Inovação Estratégia, Planeamento e Controlo Segurança Acessibilidade, Telemática e ITS Rede Rodoviária Rede Ferroviária Engenharia e Ambiente Empreendimentos Serviços da Rede e Parcerias	**Externas** Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) Empresas Ferroviárias *European Railway Agency* (ERA) Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários (GPIAAF) Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) *Union Internationale des chemins de fer* (UIC)

D. FISCALIZAÇÃO[4]

1. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO: FISCAL ÚNICO, CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA, CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

A fiscalização compete ao Conselho Geral e de Supervisão (CGS).

2. APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS CURRICULARES RELEVANTES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: JOSÉ EMÍLIO COUTINHO CASTEL-BRANCO

Formação Académica:

Licenciatura em Economia, Métodos Quantitativos e Técnicas de Planeamento, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa 1984, Curso de alta direção em Administração Pública, INA 2006; Curso Golden Master ISEG 2011.

Atividade profissional atual:

Técnico especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças desde outubro 2022.

Atividade principal exercida anteriormente:

- Administrador Financeiro da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A. e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. 2016/2022;
- Coordenador do Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões (GASEPC) da Direção Geral do Tesouro e Finanças de 2012/2016;
- Administrador Financeiro da EP – Estradas de Portugal, SA 2010/ 2012;
- Administrador da Parpública - Participações do Estado (SGPS), S.A. de 2007 / 2010;
- Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional, 2001/2002;

[4] *Relativamente ao Fiscal Único deverá ser prestada a informação a que se referem os pontos 1 a 4 deste tópico V.D. Fiscalização e bem assim a informação a que se refere o tópico V.E. Revisor Oficial de Contas (ROC).*

- Diretor Geral do Tesouro de 2005 a 2007;
- Subdiretor-Geral do Tesouro da Tesouraria do Estado de 1998/2001 e 2002/2005;
- Director da Tesouraria Central do Estado de 1994/1998;
- Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Tesouraria do Estado de 1991 a 1994.

Outros cargos exercidos

- Administrador não executivo dos Conselhos de Administração da Capitalpor, SGSP, SA de 2008/2010 e da Sagesecur, S.A. de 2007/2008, empresas do Grupo Parpública;
- Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos de 2007/ 2009;
- Presidente do Conselho Fiscal da REFER, EPE 2012/2015;
- Presidente do Conselho Fiscal da E.P.- Estradas de Portugal 2015;
- Presidente do Conselho Fiscal da Carris de 2012/2016;
- Presidente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa de 2012/2016;
- Presidente da Comissão de vencimentos da REN de 2010 a 2012;
- Membro da Comissão de vencimentos da EDP de 2007 a 2011;
- Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA de 2005 a 2007;
- Presidente da Comissão do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde – COMACC, 2001/2002;
- Vogal da comissão de fiscalização do Fundo para as Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Coordenador do projecto "*Homebanking* do Tesouro";
- Responsável pela integração do Tesouro nos sistemas de compensação interbancários e dos sistemas de controlo de cobranças do Estado (DUC) no âmbito da Reforma da Administração Financeira do Estado;
- Membro do grupo de acompanhamento do FEOGA – Garantia, durante a primeira Presidência Portuguesa do Conselho das Comunidades Europeias;
- Membro do júri do Concurso Público para Alienação dos Créditos do Estado sobre Moçambique para efeitos de conversão em investimento;
- Coordenador do grupo de trabalho para a produção, armazenamento e distribuição das moedas Euro 2001.

VOGAL: DUARTE MANUEL IVENS PITTA FERRAZ

Membro efetivo do Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras.

Habilitações académicas:

Doutor em Business *Administration* (*Nottingham Business School*, U.K., Agregado em Ciência Política (Universidade de Lisboa - ISCSP), Licenciado em Direito (Universidade de Lisboa) e Bacharel em Contabilidade (ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração).

Executive Education:

Administradores Não-Executivos (Nova *School of Business and Economics*, INSEAD/IFB *Governance*, CIDP da Faculdade de Direito de Lisboa*, Cranfield School of Management*, U.K.), PADE – Programa de Alta Direção de Empresas – AESE – *Business School*; INSEAD – *General Management*.

Qualificações profissionais:

ROC – Revisor Oficial de Contas (#547); Advogado (#009226)

Atividade profissional:

- Professor de Governance e Banca da Nova *School of Business and Economics – Executive Education* (desde 2013);
- Professor da *Nottingham Business School* (2013-2022) e Sócio-Gerente da IVENS *Governance Advisors*.

Desempenha funções não-executivas nas seguintes instituições:

Conselho Geral e de Supervisão da Infraestruturas de Portugal e da sua Comissão de Matérias Financeiras (desde 2015), Presidente da Comissão Regional de Acompanhamento do PRR da RAM, CRAG – Comissão de Remunerações da Assembleia Geral da CGD, Grupo Manuel Champalimaud SGPS (Conselho Fiscal), Fidelidade Assistência, Multicare, Círculo Eça de Queiroz (Presidente do Conselho Fiscal), Membro do Conselho de Curadores da Fundação D. Luís I (2022-presente). Membro da *Harvard Business Review Advisory Council* e *Executive Panellist da McKinsey Quarterly*.

Anteriormente foi Vice-Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa (2021-2023), Presidente do Comité de Auditoria e membro da Comissão de Ética e Compliance do BEI – Banco Europeu de Investimento (desde 2013-2020), Membro da Comissão Especial de Acompanhamento para a Privatização da TAP (2014-2018) e da Comissão Especial de Acompanhamento para a Privatização dos CTT (2013-2014); BAFT – *Bankers Association for Finance and Trade* (Washington, D.C.) Administrador e membro do Comité Executivo (2011-2013) e copresidente para a Europa (2008-2013); Vice-Presidente da Câmara de Comércio Luso-Chinesa (2011-2012) Banco Comercial Português (1993–2012); Diretor Coordenador da Direção Internacional e membro do Comité de Corporate e Banca de Investimento (6 anos); Administrador do Banco Millennium Angola; Administrador da SOFID – Banco de Desenvolvimento; Administrador-Executivo do Millennium *Bank* (Grécia); Vice-Presidente do *Bank* Europa (Turquia);

Diretor Coordenador do *Private Banking* e membro do Comité Executivo do *Private Banking* e Gestão de Ativos; Diretor-Delegado para a Região Autónoma da Madeira; Diretor Coordenador-Adjunto de Corporate e Empresas; Diretor da Banca

3. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO

De acordo com o Regulamento de Prestação de Serviços pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, as propostas de contratação ao auditor externo, de serviços adicionais não relacionados com o exame às demonstrações financeiras, estão sujeitas a parecer prévio da Comissão para as Matérias Financeiras, devendo contemplar:

- A descrição dos serviços e justificação para a sua contratação, bem como os procedimentos a observar na seleção, nomeadamente se terá por base consulta pública ou adjudicação direta;
- A proposta de caderno de encargos a submeter incluindo, designadamente, os requisitos exigidos aos concorrentes e o(s) critério(s) de análise e avaliação da(s) proposta(s);
- A previsão da exigência, nas peças do procedimento a lançar, de declaração do ROC, onde conste que tal serviço não representará uma ameaça à sua independência, nomeadamente de que não estará em causa uma situação de auto revisão ou de interesse pessoal que gere conflito de interesse;
- O preço base para a execução do serviço e minuta de contrato ou termos da prestação do serviço;
- No caso de procedimento de consulta a uma ou várias entidades, listagem das contratualizações já efetuadas às entidades a convidar, discriminada por data, natureza do serviço prestado e respetivo valor.

4. OUTRAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E, SE APLICÁVEL, DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos da IP compete ao Conselho Geral e de Supervisão:

- Emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento, sob proposta do Conselho de Administração Executivo;
- Aprovar o respetivo regulamento interno, que inclui as regras de relacionamento com os restantes órgãos sociais;
- Apreciar e emitir parecer sobre o relatório anual de gestão e de controlo orçamental, as contas do exercício e os demais instrumentos de prestação de contas;
- Pronunciar-se sobre o plano de investimentos e seu financiamento;

- Propor à assembleia geral a eleição ou designação do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas, ou propor a sua exoneração e pronunciar-se sobre as suas condições de independência e outras relações com a sociedade;
- Proceder ao acompanhamento permanente das atividades do revisor oficial de contas e do auditor externo da sociedade;
- Acompanhar de forma permanente e avaliar os procedimentos internos relativos a matérias contabilísticas e de auditoria;
- Assegurar a existência dos mecanismos na IP que garantam a observância das regras de bom governo da sociedade e, em especial, o cumprimento das obrigações específicas de prestação de informação e contas aos acionistas e entidades externas obrigatórias;
- Assegurar a existência e adequação dos sistemas de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e de auditoria, de acordo com as melhores regras de controlo;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados na IP conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Verificar a regularidade dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores detidos pela IP;
- Fiscalizar o processo de preparação e divulgação de informação financeira;
- Analisar, em cada ano, a adequação global dos relatórios da IP relativos às políticas de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, termos da prestação de serviço público, salvaguarda da competitividade da empresa, desenvolvimento, inovação e integração das novas tecnologias no processo produtivo, integrantes do relatório de sustentabilidade;
- Propor à assembleia geral a destituição de qualquer dos membros do conselho de administração executivo, quando reunidas justificadamente as razões para o efeito e desde que por deliberação unânime dos seus membros;
- Determinar a contratação de serviços de peritos que se afigurem como necessários ao exercício das suas funções, tendo em conta a situação económica da IP e os recursos existentes e disponíveis;
- Aprovar a constituição da comissão para as matérias financeiras e respetivas normas de funcionamento;
- Selecionar e substituir o auditor externo da IP, dando ao conselho de administração executivo as indicações relativas à sua contratação;
- Aferir do cumprimento das disposições relativas ao relatório de boas práticas de governo societário, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 54.º do regime do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Representar a sociedade nas relações com os administradores;
- Fiscalizar as atividades do conselho de administração executivo;
- Zelar pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;

- Pronunciar-se e deliberar sobre outros assuntos definidos ou atribuídos pela lei, pelos estatutos da sociedade ou a ele submetidos pelos restantes órgãos sociais.

Os dois membros do CGS integram a **Comissão para as Matérias Financeiras**. Para além da verificação da matéria financeira e de outras previstas na lei geral e no regime jurídico do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nesta Comissão foram delegadas pelo CGS as anteriores competências previstas nas alíneas f) a m) do artigo 21.º dos Estatutos da IP, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

5. INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO DOS MEMBROS, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25.º dos Estatutos da IP:

1. Os membros do conselho geral de supervisão e da comissão para acompanhamento das matérias financeiras são eleitos por um período de três anos, incluindo o ano da respetiva eleição, e terminam no dia 31 de dezembro do ano em causa.
2. O número de mandatos exercidos sucessivamente não pode exceder o limite de quatro, sem prejuízo das regras especiais que puderem resultar, relativamente a algum deles, da aplicação da lei ou de normativos de natureza profissional.
3. Os membros dos órgãos sociais mantêm-se em funções para além do termo dos respetivos mandatos, até à eleição de novos órgãos sociais.
4. Os membros que vierem a ser eleitos ou designados para preenchimento ou substituição no mandato dos órgãos sociais, completam o mandato que estiver em curso.

Por Deliberação Social Unânime por Escrito, de 28 de agosto de 2015, do acionista Estado Português, procedeu-se à eleição para o Conselho Geral e de Supervisão de três elementos, os quais, para além das funções deste órgão de fiscalização, integram, por força da mesma deliberação, a Comissão para as Matérias Financeiras. Estão atualmente designados para o Conselho Geral e de Supervisão dois membros.

Sendo o Estado o único acionista da empresa não foram, até à presente data, indicados novos representantes para integrar o Conselho Geral e de Supervisão, pese embora o número mínimo de elementos que, estatutariamente, aquele órgão deve integrar.

Para além dos Estatutos da IP, também o artigo 391.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de setembro, por remissão do artigo 435.º, n.º 2 do mesmo Código, os membros do Conselho Geral e de Supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação aquando da eleição dos membros dos outros órgãos estatutários, não houve alteração aos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

6. COMPOSIÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, AO LONGO DO ANO EM REFERÊNCIA, IDENTIFICANDO OS MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO DE CADA MEMBRO. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DE MANDATO DURANTE O ANO EM REPORTE, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OS MANDATOS RESPETIVOS

A constituição do Conselho Geral e de Supervisão da IP, cujos membros atualmente designados integram a Comissão para as Matérias Financeiras, é a seguinte:

MANDATO (INÍCIO - FIM)	CARGO	NOME	DESIGNAÇÃO	
			FORMA (1)	DATA
2015	Presidente	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	AG	28-08-2015
2015	Vogal	Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	AG	28-08-2015

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)
Nota: Os membros do Conselho Geral e de Supervisão mantêm-se em funções até nova designação.

7. IDENTIFICAÇÃO, CONSOANTE APLICÁVEL, DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS QUE SE CONSIDEREM INDEPENDENTES, NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 414.º DO CSC.

Todos os membros do CGS, os quais integram a Comissão para as Matérias Financeiras, são considerados independentes.

8. CARACTERIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO FISCAL, DA COMISSÃO DE AUDITORIA, DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO OU DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, INDICANDO DESIGNADAMENTE, CONSOANTE APLICÁVEL:

a) NÚMERO DE REUNIÕES REALIZADAS E RESPETIVO GRAU DE ASSIDUIDADE POR PARTE DE CADA MEMBRO:

NÚMERO DE REUNIÕES	LOCAL DE REALIZAÇÃO	INTERVENIENTES NA REUNIÃO	AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
19	Pragal Lumiar Teams	José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	0
		Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	1

b) CARGOS EXERCIDOS EM SIMULTÂNEO EM OUTRAS EMPRESAS, DENTRO E FORA DO GRUPO, E OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DAQUELES ÓRGÃOS NO DECURSO DO EXERCÍCIO.

MEMBRO DO CONSELHO GERAL DE SUPERVISÃO	ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES		
	ENTIDADE	FUNÇÃO	REGIME
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DG Tesouro e Finanças	Técnico especialista em orçamento e finanças públicas	Público
Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz	Nova *School of Business and Economics – Executive Education*	Professor de *Governance* e Banca	Público
	Nottingham Trent University – Nottingham Business School Doctoral School	Professor de programas de doutoramento	Privado
	Grupo Manuel Champalimaud SGPS	Membro do Conselho Fiscal	Privado
	Fundação D. Luís I	Membro do Conselho de Curadores *	Público
	Ivens - *Governance Advisors*, Sociedade Unipessoal Lda.	Sócio-Gerente	Privado

Membro do Conselho Geral de Supervisão	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
	Multicare Seguros de Saúde	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Fidelidade Assistência	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Círculo Eça de Queiroz	Presidente do Conselho Fiscal *	Privado
	Comissão de Acompanhamento do PRR da Região Autónoma da Madeira	Presidente *	Público
	CIN - Tintas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
	Caixa Geral de Depósitos - Comissão de Remunerações da Assembleia Geral (CRAG)	Vogal *	Público

* Cargo não remunerado

E. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS EFETIVO E SUPLENTE: SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (SROC) OU ROC E RESPETIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS (OROC) E NA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CMVM), CASO APLICÁVEL, E DOS SÓCIOS ROC QUE A REPRESENTAM. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O ROC EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA EMPRESA E/OU GRUPO. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DE MANDATO DURANTE O ANO EM REPORTE, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OS MANDATOS RESPETIVOS

De acordo com o quadro estatutário estabelecido para a IP, o exame das contas da empresa compete a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designado pelo titular da função acionista, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão, com os poderes e os deveres estabelecidos na lei. Em Assembleia Geral de 19 de março de 2019, o acionista procedeu à nomeação da sociedade Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o n.º 191, registada na CMVM com o n.º 20161491, representada pela sócia Carla Margarida Vicente Godinho (inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1560, registada na CMVM com o n.º 20161170), para Revisor Oficial de Contas da IP. Esta nomeação foi efetuada para o mandato de 2018-2020, mantendo-se em funções em 2024.

Os órgãos de fiscalização mantêm-se em funções até nova nomeação.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
		Nome	N.º inscrição OROC	N.º registo CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018-2020	SROC Efetivo	Vitor Almeida & Associados, SROC, LDA.	191	20161491	AG	19-03-2019	03-09-2019	8	8
2018-2020	ROC Efetivo	Carla Margarida Vicente Godinho	1560	20161170	-	15-08-2023	-	2	2
2018-2020	SROC Suplente	Não se encontra nomeado							
2018-2020	ROC Suplente	Não se encontra nomeado							

(1) Assembleia Geral (AG)

2. INDICAÇÃO DAS LIMITAÇÕES, LEGAIS E OUTRAS, RELATIVAMENTE AO NÚMERO DE ANOS EM QUE O ROC PRESTA SERVIÇOS À EMPRESA.

O ROC é designado pelo titular da função acionista, sob proposta do Conselho Geral e de Supervisão.

Em conformidade com o estabelecido no artigo 54.º, n.ºs 3 e 4 do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, o período mínimo inicial do exercício de funções de revisão legal das contas pelo ROC é de dois anos e o período máximo de três mandatos, o qual pode ser excecionalmente prorrogado até um máximo de 10 anos, desde que tal prorrogação seja aprovada pelo órgão competente, sob proposta fundamentada do órgão de fiscalização.

Ainda de acordo com o mesmo artigo, n.º 2, o período máximo de exercício de funções de revisão legal das contas pelo sócio responsável pela orientação ou execução direta da revisão legal das contas é de sete anos, a contar da sua primeira designação, podendo vir a ser novamente designado depois de decorrido um período mínimo de três anos.

3. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE A SROC E/OU O ROC EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA EMPRESA/GRUPO, BEM COMO INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O ROC PRESTA SERVIÇOS NESTA EMPRESA, INCLUINDO O ANO A QUE SE REFERE O PRESENTE RELATÓRIO, BEM ASSIM COMO A REMUNERAÇÃO RELATIVA AO ANO EM REFERÊNCIA

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda. manteve-se em funções em 2024, tendo sido nomeada para o mandato 2018-2020 em Assembleia Geral realizada em 19 de março de 2019. A Sociedade de Revisores é representada pela sócia Carla Margarida Vicente Godinho cuja designação ocorreu em 2023, mantendo-se em funções em 2024.

Unidade: euros

NOME	REMUNERAÇÃO BRUTA ANUAL
Vítor Almeida e Associados, SROC, Lda.	35 772,84
Total	**35 772,84**

4. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SROC À EMPRESA E/OU PRESTADOS PELO ROC QUE REPRESENTA A SROC

Para além da prestação de serviços referente à revisão legal das contas e auditoria, a sociedade Vítor Almeida e AssociaDFIdos, SROC, Lda., prestou serviços de elaboração de relatório independente de Certificação das Demonstrações Financeiras do ano 2022 de duas candidaturas no âmbito do Programa Connecting Europe Facility (CEF).

No exercício de 2024 foram pagos à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas os seguintes montantes (com IVA incluído):

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

unidade: euros

REMUNERAÇÃO PAGA À SROC (INCLUI CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS) *		
Valor da Prestação de serviços de revisão de contas	51 334,08	91%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	4 907,70	9%
Total pago pela entidade à SROC	**56 241,78**	**100%**
POR ENTIDADES QUE INTEGREM O GRUPO (INCLUI CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)		
Valor da Prestação de serviços de revisão de contas	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	-	-
Total pago pelas entidades do Grupo à SROC	**-**	**-**

* IVA incluído

F. CONSELHO CONSULTIVO

1. COMPOSIÇÃO, AO LONGO DO ANO EM REFERÊNCIA, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTES, DATA DA PRIMEIRA DESIGNAÇÃO E DATA DO TERMO DE MANDATO DE CADA MEMBRO. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DE MANDATO DURANTE O ANO EM REPORTE, A EMPRESA DEVERÁ INDICAR OS MANDATOS RESPETIVOS

Não Aplicável.

G. AUDITOR EXTERNO

1. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO DESIGNADO E DO SÓCIO ROC QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO O RESPETIVO NÚMERO DE REGISTO NA CMVM, ASSIM COMO A INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O AUDITOR EXTERNO E O RESPETIVO SÓCIO ROC QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES EXERCEM FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA EMPRESA E/OU DO GRUPO, BEM ASSIM COMO A REMUNERAÇÃO RELATIVA AO ANO EM REFERÊNCIA

Determinam os estatutos da IP, no seu artigo 21.º, alínea q), que compete ao Conselho Geral e de Supervisão selecionar e substituir o auditor externo da IP, dando ao Conselho de Administração Executivo as indicações relativas à sua contratação.

Em 26 de março de 2024, foi celebrado contrato com a sociedade BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. para a prestação de serviços de auditoria externa para os exercícios de 2023, 2024 e 2025.

A sociedade está inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e registada na CMVM com o n.º 20161384.

Identificação do Auditor			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	Nº OROC	Nº CMVM				
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	29	20161384	26-03-2024	2024-2027	5	5

unidade: euros

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços *			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2024			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	120 012,75	-	120 012,75	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

* IVA não incluído

2. EXPLICITAÇÃO5 DA POLÍTICA E PERIODICIDADE DA ROTAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DO RESPETIVO SÓCIO ROC QUE O REPRESENTA NO CUMPRIMENTO DESSAS FUNÇÕES, BEM COMO INDICAÇÃO DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E PERIODICIDADE COM QUE ESSA AVALIAÇÃO É FEITA

O auditor externo é contratado pela IP, sob indicação do Conselho Geral e de Supervisão.

Nos termos do Regulamento de Prestação de Serviços pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, compete ao Conselho Geral e de Supervisão proceder à avaliação do desempenho do ROC e do Auditor Externo, incluindo a avaliação da independência. Embora o Auditor Externo da IP não exerça as suas funções por mandato, é-lhe aplicada a mesma a política de rotação prevista no citado Estatuto da OROC.

5 Acompanhada de menção à legislação aplicável.

3. IDENTIFICAÇÃO DE TRABALHOS, DISTINTOS DOS DE AUDITORIA, REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO PARA A EMPRESA E/OU PARA EMPRESAS QUE COM ELA SE ENCONTREM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO, BEM COMO INDICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE TAIS SERVIÇOS E INDICAÇÃO DAS RAZÕES PARA A SUA CONTRATAÇÃO

Não foram realizados pelo auditor externo outros trabalhos para além da prestação de serviços de auditoria externa.

4. INDICAÇÃO DO MONTANTE DA REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA PELA EMPRESA E/OU POR PESSOAS COLETIVAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO AO AUDITOR E A OUTRAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS PERTENCENTES À MESMA REDE6 E DISCRIMINAÇÃO DA PERCENTAGEM RESPEITANTE AOS SEGUINTES SERVIÇOS, APRESENTADA SEGUNDO O FORMATO SEGUINTE:

No exercício de 2024 foram pagas à Sociedade de Auditores os seguintes montantes (com IVA incluído):

REMUNERAÇÃO PAGA À SROC (INCLUI CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)		
Valor da Prestação de serviços de revisão de contas	147 615,68	100%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	0%
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	-	0%
Total pago pela entidade à SROC	**147 615,68 €**	**100%**

POR ENTIDADES QUE INTEGREM O GRUPO (INCLUI CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)		
Valor da Prestação de serviços de revisão de contas	-	0%
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	0%
Valor de outros serviços que não os das alíneas anteriores	-	0%
Total pago pelas entidades do grupo à SROC	**- €**	**0%**

6 Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aprovado pelo artigo 2.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual.


5 A
4001

VI. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

1. INDICAÇÃO DAS REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA

A alteração dos Estatutos da IP é realizada nos termos do Código das Sociedades Comerciais, devendo os projetos de alteração ser devidamente fundamentados e aprovados, mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos conjugados do artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º dos Estatutos da IP.

2. CARATERIZAÇÃO DOS MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA EMPRESA

O Grupo IP tem definida uma Política de Comunicação de Irregularidades, revista em conformidade com o quadro legal aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, e que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações. Esta Política traduz o compromisso das empresas do Grupo IP na adoção das melhores práticas recomendadas pelo Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance*, com a disponibilização de um canal direto, idóneo e com a garantia da confidencialidade de todo o processo, para comunicar quaisquer situações detetadas que:

(i) Constituam infrações a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro;

(ii) Ou sobre as quais exista fundada suspeita de que violem ou prejudiquem:

- O cumprimento de princípios legais, regulamentares, deontológicos, éticos, bem como normativos e orientações internas;
- A integridade da informação financeira e as práticas contabilísticas aplicadas nas empresas do Grupo IP;
- O património das empresas do Grupo IP;
- A imagem das empresas do Grupo IP ou das boas práticas de gestão (incluindo domínios como conflito de interesses, desperdício de fundos, má gestão e abuso de autoridade, entre outros).

Qualquer irregularidade detetada deve ser reportada, por escrito, para o seguinte correio postal:

INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, SA
APARTADO 000533
EC PRAGAL – ALMADA
ALMADA

3. INDICAÇÃO DAS POLÍTICAS ANTIFRAUDE ADOTADAS E IDENTIFICAÇÃO DE FERRAMENTAS EXISTENTES COM VISTA À MITIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE FRAUDE ORGANIZACIONAL.

Desde março de 2016 que está em vigor o **Código de Ética do Grupo IP** o qual foi elaborado com o propósito de estabelecer **normas que orientem o comportamento ético dos colaboradores no desempenho das suas atribuições nas empresas do Grupo IP**.

O Código de Ética é o reflexo do compromisso da Organização, entre outros, com os princípios da prossecução do interesse público, da legalidade, da transparência, da eficiência, da integridade e regula matérias críticas para a organização, como as relativas ao conflito de interesses, transparência e prevenção da corrupção e a comunicação de irregularidades.

Decorridos três anos sobre a primeira revisão do Código de Ética, a segunda revisão foi **publicada em Diário da República Aviso n.º 5471/2024/2, 2ª Série, n.º 53, de 14 de março de 2024**.

À semelhança da metodologia adotada na versão original e na primeira revisão do Código de Ética, a segunda revisão resultou de uma alargada participação dos colaboradores e contou com a auscultação do conjunto de *stakeholders* cuja intervenção, neste domínio, se considera pertinente: ex-Conselho da Prevenção da Corrupção (atual MENAC - Mecanismo Nacional Anticorrupção), Conselho Geral e de Supervisão da IP, Comissão de Trabalhadores e Encarregada de Proteção de Dados das Empresas do Grupo IP.

A segunda revisão do Código de Ética ocorreu no contexto da identificação de oportunidades de melhoria e, bem assim, da necessidade de o conformar às alterações legislativas decorrentes da entrada em vigor do Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o MENAC e publicou, em anexo, o regime geral de prevenção da corrupção (RGPC), e da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabeleceu o regime de proteção de denunciantes de infrações.

A **comunicação da revisão do código de ética a cada trabalhador** foi acompanhada da "**Declaração de compromisso com o Código de Ética**", a qual é objeto de monitorização com o objetivo de garantir que todos os trabalhadores a subscrevem.

Em 2024, e no contexto das alterações legislativas acima referidas, foi aprovado o **Programa de Cumprimento Normativo** (PCN) enquanto documento agregador daqueles que são os instrumentos que constituem o respetivo conteúdo mínimo: **Código de Ética, Plano de Prevenção de Riscos de corrupção e infrações conexas (PPR), Canal de Denúncias e Plano de Formação**.

Em simultâneo, o PCN, publicado na intranet e nos sites institucionais das empresas do Grupo IP, cumpre uma função de divulgação dos instrumentos e de sensibilização e promoção de uma cultura de ética e integridade.

Também em cumprimento do RGPC, desde maio de 2023, que se encontram designados o Responsável pelo Cumprimento Normativo e o Responsável pela Execução, controlo e revisão do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, ambos para o grupo IP.

Ainda no contexto das alterações legislativas acima referidas, foram objeto de revisão, em 2022, **a Política de Comunicação de Irregularidades do Grupo IP** e o procedimento que a complementa, ambos em vigor desde fevereiro de 2016, e que visam o reforço das práticas de transparência e gestão do risco implementadas no Grupo IP e o cumprimento quer da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, quer das recomendações emanadas pelo Instituto Português de *Corporate Governance*.

Por via desta alteração passou a disponibilizar-se, a todos os interessados, um mecanismo de comunicação de irregularidades que cumpre com os requisitos legalmente definidos, é mais eficiente e que permite assegurar a confidencialidade da identidade dos envolvidos na denúncia, a observância do princípio da presunção da inocência, a prevenção de eventuais riscos de represálias, a confidencialidade das matérias objeto da denúncia e a opção pelo anonimato.

Na verdade, o canal de denúncias permite gerir e centralizar numa única plataforma digital todas as denúncias apresentadas, com garantia da segurança da informação proporcionada por uma ferramenta especificamente concebida para este efeito, a qual poderá ser acedida, quer através da intranet, quer através dos websites das empresas do Grupo IP, pelos colaboradores ou por terceiros.

No que concerne ao **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas**, os programas de ação/controlos para tratamento dos riscos potencialmente relacionados com fenómenos de fraude/corrupção encontram-se identificados no **Mapa dos Riscos do Grupo IP**, o qual tem ampla divulgação interna (*intranet*) e externa, como já referido.

O Mapa dos Riscos de Fraude contém, designadamente, os controlos já implementados e que continuam a contribuir para a mitigação dos riscos, assim como o apetite ao risco ("aceitar", "mitigar", "partilhar" e "evitar"), os novos controlos do risco a implementar, a identificação dos órgãos que participam na execução desses controlos e respetivos prazos previstos de implementação. Este mapa é sujeito a uma avaliação anual, podendo ser ainda revisto de forma intercalar no mês de outubro relativamente aos riscos de nível elevado e muito elevado, de forma a dar cumprimentos ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Integrado no Programa de Cumprimento Normativo, o **Plano de Formação para a Integridade**, constitui um controlo dos riscos nesta matéria por ser entendido como um fator chave para capacitar cada colaborador no âmbito da prevenção da corrupção. O Plano contempla 3 pilares de atuação: (i) realização de conferências e workshops; (ii) comunicação dos instrumentos e das suas atualizações/revisões; e, (iii) cursos de e-learning sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção e instrumentos implementados.

Neste particular, em 2024 foi criado o **curso e-learning sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção** e ao longo do ano prosseguiu-se com o **curso e-learning criado sobre o Código de Ética** e com a integração do tema da Ética nas atividades de receção aos novos colaboradores do Grupo IP, designadamente através da resposta ao questionário online etiquiz e na app "Somos IP".

No que respeita à **mitigação e prevenção da fraude organizacional**, destaca-se ainda (i) a monitorização anual do reporte do registo de ofertas; (ii) o relatório anual sobre as comunicações de irregularidades recebidas nas empresas do Grupo IP; (iii) a assinatura da declaração de inexistência de conflito de interesses pelos gestores dos contratos, membros do júri e peritos, conforme determinado pelo Código do Contratos Públicos e pelos colaboradores da Direção de Auditoria Interna; (iv) o relatório mensal sobre o cumprimento do Programa de Cumprimento Normativo, conforme determinado pelo MENAC através da Recomendação n.º 7/2024, de 24 de abril.

Por outro lado, tendo em conta as regras destinadas a garantir a isenção e independência dos decisores públicos consagradas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho e no Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro (Código das Sociedades Comerciais), todos na redação atual, os membros do Conselho de Administração da IP comprometem-se a cumprir (i) com as obrigações declarativas relativas a rendimentos e a registo de interesses no início, durante e após o exercício das funções; (ii) com a regra de abstenção de intervenção nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

No que respeita às ações relacionadas com os **investimentos integrados no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** foram aprovados, em 2022, a **Declaração Política Antifraude** (suportada no modelo constante da EGESIF_14-0021-00, de 16/06/2014) como instrumento de reforço das práticas de transparência e promoção de uma cultura de ética, e em 2023 o Procedimento de Gestão do Risco de Fraude o qual define a metodologia a aplicar na gestão dos riscos de fraude e irregularidades conexas, tais como corrupção ou conflito de interesses, nos projetos/contratos a executar no âmbito do PRR.

Ainda neste âmbito, salienta-se que foram elaborados e aprovados o mapa dos riscos de fraude e o plano de ação para a mitigação dos riscos de nível significativo e crítico, o qual é monitorizado anualmente durante o período de execução do PRR, sendo elaborado o respetivo relatório que reporta os resultados obtidos.

Refira-se ainda que as empresas do Grupo IP consideram, analisam e divulgam a informação emitida pelas autoridades ou entidades competentes na área da transparência e prevenção e combate à corrupção tais como o ex-Conselho de Prevenção da Corrupção - atual MENAC -, Tribunal de Contas, Autoridade da Concorrência.

Tendo em conta que a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, na redação atual, é aplicável a uma das empresas do Grupo IP – IP Património – em virtude de o seu objeto social e de a sua atividade se enquadrarem no âmbito imobiliário, desde 2020 que está em vigor o Procedimento de Comunicação de Transações ao DCIAP, à UIF e ao IMPIC – Prevenção e_Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo e, neste contexto e em cumprimento da determinação legal, está designado, desde 2019, o Responsável pelo Cumprimento Normativo do Grupo IP (RCN).

O Procedimento de Comunicação de Transações ao DCIAP, à UIF e ao IMPIC – Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, regula o dever de comunicação de operações suspeitas e demais transações legalmente previstas relativas à prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, e foi revisto em 2024 na sequência da identificação de oportunidades de melhoria relacionadas com a periodicidade das comunicações às autoridades competentes e com os formulários relacionados.

O cumprimento destes deveres de comunicação é monitorizado trimestralmente.

B. CONTROLO INTERNO E PREVENÇÃO DE RISCOS[7]

1. INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE UM SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI) COMPATÍVEL COM A DIMENSÃO E COMPLEXIDADE DA EMPRESA, DE MODO A PROTEGER OS INVESTIMENTOS E OS SEUS ATIVOS (ESTE DEVE ABARCAR TODOS OS RISCOS RELEVANTES PARA A EMPRESA)

Modelo de Gestão

O modelo de gestão do Grupo IP tem por base uma g**estão rigorosa dos seus ativos, tendo em vista a criação de valor para os *stakeholders*,** desenvolvendo-se em torno da estratégia e do propósito da organização e da análise dos contextos interno e externo.

O modelo está assente no ciclo da melhoria **PDCA (*Plan, Do, Check e Act*)** e numa arquitetura empresarial que integra vários modelos de referência (PRM, BRM, DRM, ARM, IRM e SRM) e que suportam a sua implementação.

É de vital importância que a IP assegure uma gestão rigorosa dos seus ativos, com vista a maximizar o valor criado para os *stakeholders*. Tal gestão permite a identificação de ações de melhoria de médio e longo prazo, suportadas por diversos mecanismos de planeamento e por uma metodologia de gestão de projetos (transversais, operacionais e de investimentos) robusta, envolvendo várias áreas de atividade do Grupo IP, com uma orientação permanente ao cliente / utilizador das infraestruturas rodoferroviárias.

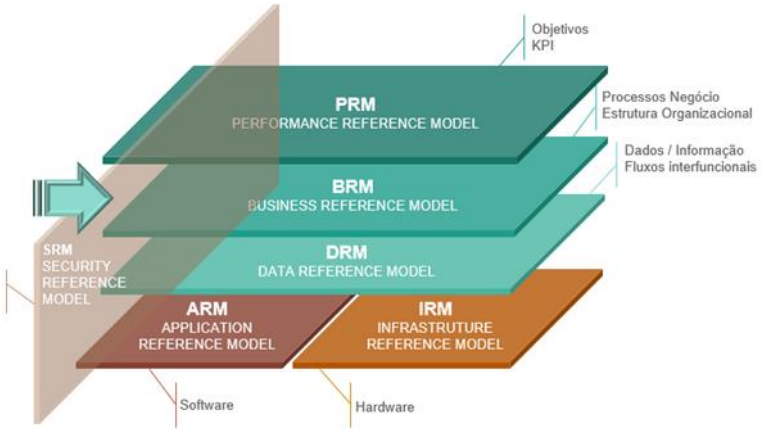
MODELO DE NEGÓCIO



[7] *Querendo, a empresa poderá incluir síntese ou extrato(s) de Manual ou Código que satisfaça(m) o requerido. Tal formato de prestação da informação implica que o texto seja acompanhado das adequadas referências que permitam identificar as partes da síntese ou extrato(s) que satisfazem cada uma das alíneas.*

Como suporte ao modelo de negócio foi definida a arquitetura empresarial do Grupo IP, a qual tem por base 6 modelos* de referências que se interrelacionam no sentido de garantir um alinhamento e concretização da estratégia aos vários níveis da organização (performance, organização e processos, aplicações TI, infraestruturas TI, informação/dados e segurança).

ARQUITETURA EMPRESARIAL DO GRUPO IP

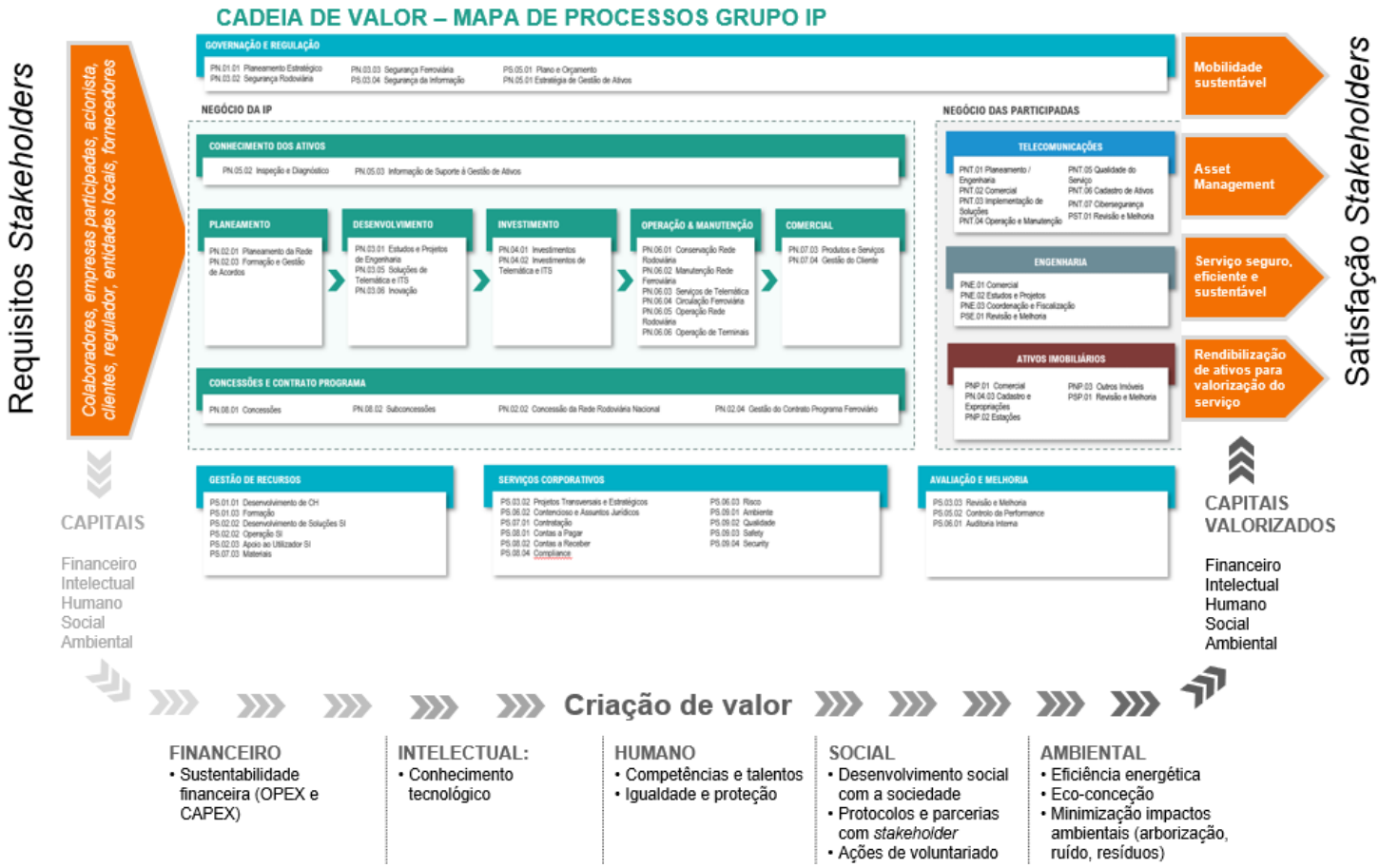


*Baseado em FEAF - *Federal Enterprise Architecture Framework*

CADEIA DE VALOR DO GRUPO IP

A materialização dos resultados pretendidos para o curto, médio e longo prazo está suportada no desempenho das atividades de todos os processos da organização conforme a Cadeia de valor - Mapa de Processos do Grupo IP, que é constituída pelas seguintes áreas de atuação:

- Regulação e governação;
- Conhecimento dos ativos, Planeamento, Desenvolvimento, Investimento, Operação & Manutenção, Comercial, Concessões e Contrato programa;
- Gestão de recursos, Serviços corporativos, Avaliação e Melhoria;
- Específicas das empresas participadas.



A cadeia de valor suporta a implementação do modelo de negócio da Organização nas várias fases do ciclo de melhoria PDCA (*Plan, Do, Check e Act*) e tem por base:

- Os requisitos e expetativas dos *stakeholders*;
- Os meios ou capitais necessários à transformação e criação do valor para o mercado (financeiro, intelectual, humano, social e ambiental) e;
- As orientações estratégia internas e externas à IP.

Complementarmente, a IP tem vindo a consolidar e dinamizar a abordagem para a melhoria do desempenho dos processos, tendo por base os princípios do BPM – *Business Process management*, os quais vão ao encontro da criação de uma dinâmica interna que potencia a identificação de atividades críticas e oportunidades de melhoria em benefício de um desempenho eficiente na "produção" dos *outputs* e, consequentemente, dos resultados pretendidos pela Organização (*outcomes*).

MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

A monitorização e controlo da atividade do Grupo IP são caraterizados por diversos instrumentos de gestão, a destacar os referidos no quadro abaixo:

INSTRUMENTO	FINALIDADE	ENQUADRAMENTO NOS MACROPROCESSOS
Controlo de Gestão	Contribuir para o cumprimento dos objetivos do Plano de Atividades e a execução dos Orçamentos, bem como gerar informação de apoio à gestão, tendo em vista minimizar desvios e possibilitar correções em tempo útil Monitoriza os indicadores-chave (KPI)	PS.05.01 - Plano de orçamento PS.05.02 - Controlo da performance
Monitorização das intervenções na rede	Disponibilização de informação, atualizada mensalmente pelas diversas áreas de negócio, permitindo uma visão única das intervenções na rede rodoferroviária	PN.02.01 – Planeamento da rede
Monitorização dos processos	Garantir a melhoria contínua do desempenho dos processos Mede os indicadores de performance dos processos (PPI)	PS.03.03 - Revisão e Melhoria PS.05.02 – Controlo da Performance GR.PR.035 – Gestão de Processos Organizacionais do Grupo IP
Inquéritos de satisfação aos clientes	Analisar a perceção da satisfação dos clientes	PN.07.04 – Gestão do Cliente
Programa Anual de Auditorias aos Sistemas de Gestão	Verificar a conformidade da execução dos processos de acordo com a regulamentação interna e externa	PS.03.03 - Revisão e Melhoria GR.PR.002 - Auditorias aos Sistemas de Gestão GR.PR.003 - Tratamento de Constatações e Ações a Desencadear
Auditorias internas Plano de Atividades de auditoria interna (PAI)	Providenciar avaliações objetivas e Independentes, que acrescentam valor e promovem a melhoria das operações do Grupo IP	Estatuto da Auditoria Interna GR.MN.003 – Manual de Auditoria Interna
Gestão dos riscos	Garantir a identificação, análise, avaliação, tratamento, monitorização e revisão dos riscos e respetivas medidas de tratamento	PS.06.03 - Risco GR.PR.006 – Gestão do Risco
Compliance	*Compliance* dos deveres de informação	GR.PR.018 – *Compliance* dos Deveres de Informação
Controlo de receita	Garantir que toda a receita que é devida à IP é corretamente valorizada, registada, cobrada e entregue	PN.07.03 – Produtos e serviços PN.07.04 – Gestão do cliente
Sistema de Gestão de Desempenho (individual)	Contribuir para a prossecução das principais orientações estratégicas através do envolvimento, promoção, desenvolvimento, valorização e melhoria contínua do seu capital humano.	GR.MN.02 – Manual do Sistema de Gestão de Desempenho

INSTRUMENTO	FINALIDADE	ENQUADRAMENTO NOS MACROPROCESSOS
Gestão de ocorrências operacionais: - XTran- Programa SGS (Sistema de Gestão das Subconcessões) - eGOC (Gestão de Ocorrência) - SIGMA (Sistema informático de Gestão da Manutenção) / Sistema de Gestão de Falhas - ARCO (Apoio e Resolução ao Cliente Online)	Detetar e tratar as ocorrências operacionais com vista a assegurar a disponibilidade dos canais ferroviários e rodoviários e respetiva mobilidade	PN.05.02 - Inspeção e Diagnóstico PN.05.03 - Informação de Suporte à Gestão de Ativos PN.06.01 - Conservação Rede Rodoviária PN.06.02 - Manutenção Rede Ferroviária PN.06.03 - Serviços de Telemática PN.06.04 - Circulação Ferroviária PN.06.05 - Operação Rede Rodoviária PN.08.01 – Concessões PN.08.02 - Subconcessões PN.05 – *Asset Management* PN.06 – Manutenção e Operação PN.08 – Gestão de Concessões

Legenda:

GR: Grupo; IT: Instrução; MN: Manual; PS: Processo de suporte; PN: Processo de negócio; PR: Procedimento

REPORTE, ANÁLISE E ATUAÇÃO

Existem vários instrumentos que asseguram o reporte de informação no âmbito do Grupo IP, os quais estão representados no quadro abaixo:

INSTRUMENTO	FONTES	DESTINATÁRIOS	ENFOQUE	PUBLICAÇÃO
Reporte estratégico				
Relatório Reunião de Controlo de Performance (mensal)	Controlo de Gestão	CAE Dirigentes 1º nível	Performance da atividade	Não publicado
Reuniões de controlo da Performance (RCP) (trimestral)	Controlo de Gestão	CAE Dirigentes 1º nível	Performance da atividade	Em reunião CAE e Dirigentes 1º Nível
Reporte tático / operacional				
Plano de Gestão do Riscos de Gestão / Relatório de Execução do Plano (anual)	Mapa de registo dos riscos	CAE Dirigentes *Stakeholders*	Performance do processo Gestão do risco	*Intranet* e *site* externo

INSTRUMENTO	FONTES	DESTINATÁRIOS	ENFOQUE	PUBLICAÇÃO
Dashboard da Gestão do Risco (anual)	Mapa de registo dos riscos	CAE Dirigentes	Performance do processo Gestão do risco	*Intranet*
Relatório de Monitorização das Oportunidades (semestral)	Mapa de registo das oportunidades (Plano de Ação)	CAE/CA Participadas Dirigentes	Performance do processo Gestão das oportunidades	*Não publicado*
Dashboard de Gestão de Ativos	Controlo Orçamental Grupo KPI	CAE Dirigentes Gestores dos processos *Stakeholders*	Performance dos Ativos e do Sistema de Gestão de Ativos	*Intranet*
Relatório mensal de controlo financeiro do PIR	Controlo Orçamental Gestão de contratos	CAE Dirigente	Performance da atividade	Não publicado
Relatório de execução orçamental (mensal / trimestral)	Controlo orçamental	CAE Dirigentes 1º nível	Orçamento	Não publicado
Relatório de Monitorização dos controlos (trimestral)	Mapa de registo dos riscos (Plano de Ação)	CAE Dirigentes	*Performance* do processo Gestão do risco	Não publicado
Relatório de Monitorização dos deveres de informação (trimestral)	Base de dados de CODI	CAE	*Performance* do processo *Compliance* dos deveres de informação	Não publicado
Relatórios Trimestrais e Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna	Plano de Auditoria Interna / Relatórios de Auditoria	PCAE	Atividades de Auditoria Interna realizadas / Principais *outputs*	Não publicado (natureza reservada)
Relatório da Revisão pela Gestão	Inputs conforme referenciais ISO	Vogais CA Dirigentes	Desempenho dos sistemas de gestão	*Intranet*
Resultados inquéritos da Satisfação dos clientes	Inquéritos	CAE Dirigentes	Conformidade do produto/serviço	Gestor documental
Relatório de atividade – Gestor de Cliente	Plataforma Gestor do Cliente	CAE Dirigentes	Eficiência e eficácia dos serviços prestados	*Intranet*
Relatório de Melhoria de Desempenho	TI operacionais	CAE Dirigentes	Medição desempenho circulação ferroviária	*Intranet*
Relatório mensal de receitas rodoferroviárias	TI operacionais	CAE Dirigentes	Controlo da receita	*Email*

INSTRUMENTO	FONTES	DESTINATÁRIOS	ENFOQUE	PUBLICAÇÃO
Relatório Mensal de Planeamento	Planeamento Setorial	Governo IMT CAE Colaboradores	Detalhe mensalmente atualizado da atividade produtiva da IP	Plataforma partilhada PIR, com atual processo de desenvolvimento em PGI
Documento de Monitorização do Progresso dos Planos Estratégicos Ferrovia2020, PETI (rodoviário) e PVAE	Relatórios de Planeamento Reuniões de coordenação e preparação específicas Instruções CAE e\ou Acionista	Governo CAE Dirigentes	Análise do progresso e orientações de alinhamento dos Planos Estratégicos com o CAE e Acionista	*Email*
Dashboards de Monitorização do Progresso dos Planos Estratégicos Ferrovia2020, PETI (rodoviário) e PVAE	Relatórios de Planeamento Reuniões de coordenação e preparação específicas	Governo CAE Dirigentes	Análise do progresso e orientações de alinhamento dos Planos Estratégicos com o CAE e Acionista	*Email*
Documento de monitorização do programa de gestão da conciliação	Inquéritos no âmbito da conciliação Dados da monitorização das medidas de conciliação	CAE Dirigentes	Análise do progresso das medidas de conciliação e respetivos objetivos	*Email*

2. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE RISCO QUE PERMITA ANTECIPAR E MINIMIZAR OS RISCOS INERENTES À ATIVIDADE DESENVOLVIDA.

O modelo de governação do Grupo IP incorpora na sua estrutura organizativa o modelo das três linhas do *IIA* com a seguinte composição:

- 1.ª linha - gestores operacionais, responsáveis pelo desenvolvimento e implementação de políticas, controlos e procedimentos internos, que asseguram que as atividades estão de acordo com as metas e objetivos definidos;
- 2.ª linha - incorpora a função de gestão do risco, a função de *Compliance* e um sistema de controlo interno (DAJ);

- 3.ª linha - Auditoria Interna – Direção de Auditoria Interna (DAI).

A Direção de Auditoria Interna tem como missão assegurar a atividade de auditoria interna no Grupo IP, independente e objetiva, que induza valor às operações de organização e melhoria nos processos de gestão de risco, de controlo e governação, de acordo com o "Estatuto de Auditoria Interna" e o "Manual de Auditoria Interna" compreendendo este, os princípios, enquadramento e gestão da função de auditoria interna e suas ações.

3. EM CASO DE EXISTÊNCIA DE UM PLANO ESTRATÉGICO E DE POLÍTICA DE RISCO DA EMPRESA, TRANSCRIÇÃO DA DEFINIÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO CONSIDERADOS ACEITÁVEIS E IDENTIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS ADOTADAS.

O processo de gestão dos riscos do Grupo IP foi definido em linha com os objetivos de negócio do Grupo, tendo por base uma estratégia corporativa de gestão dos riscos, integrada e transversal a todo o Grupo e suportada na NP ISO 31000:2018.

O modelo de gestão do risco constitui-se como um importante instrumento de suporte à gestão, que permite a identificação dos principais riscos a que as empresas do Grupo IP estão expostas[8], a respetiva análise[9] e a determinação do tratamento a aplicar com base nos pressupostos definidos no quadro seguinte:

<table>
<tr><th colspan="2">NÍVEL DE RISCO</th><th colspan="2" rowspan="2">RESPOSTA AO RISCO</th></tr>
<tr><th>INTERVALO</th><th>ESCALA</th></tr>
<tr><td>[1 ; 4]</td><td>Baixo</td><td>Aceitar</td><td>Não é identificada nenhuma ação para alterar a probabilidade ou o impacto do risco. São aceites as consequências do risco, caso este ocorra, com base numa decisão informada. (1)</td></tr>
<tr><td>[5 ; 9]</td><td>Moderado</td><td rowspan="3">Mitigar / Partilhar</td><td rowspan="3">Mitigar - São definidas ações para reduzir a probabilidade do risco, o seu impacto ou ambos.

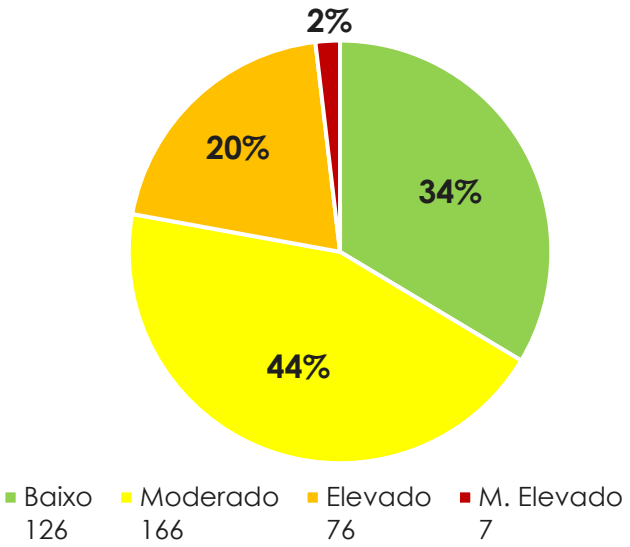
Partilhar - São determinadas ações para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco pela transferência ou partilha do mesmo ou de parte com terceiro(s).</td></tr>
<tr><td>[10 ; 16]</td><td>Elevado</td></tr>
<tr><td>[17 ; 25]</td><td>Muito Elevado</td></tr>
<tr><td>Qualquer intervalo</td><td>Qualquer nível de risco</td><td>Evitar</td><td>São eliminadas as atividades que dão origem ao risco (decisão de não iniciar ou não continuar a atividade portadora do risco).</td></tr>
</table>

(1) Exceto nos casos em que o risco tiver impacto de nível de 5 em alguma das quatro vertentes consideradas.

[8] *Incluindo os de corrupção, conluio, fraude e fuga de informação, bem como os respetivos e necessários controlos preventivos e de mitigação.*
[9] *Através da determinação da probabilidade de um risco ocorrer assim como o seu impacto medido em quatro vertentes (financeira, legal, reputacional e vida humana).*

Em acréscimo às atividades de apreciação do risco e determinação dos respetivos controlos, o modelo de gestão do risco do Grupo IP contempla igualmente mecanismos de monitorização, comunicação/divulgação e revisão do próprio processo.

A título informativo, e tendo por base dados reportados a 2024, constata-se que o mapa global dos riscos do Grupo IP compreende um total de 375 riscos, com a seguinte distribuição:



4. EXPLICITAÇÃO, AINDA QUE POR INCLUSÃO DE ORGANOGRAMA, DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS OU COMISSÕES DA EMPRESA.

Para dar resposta à missão, visão e valores anteriormente indicados, e após 9 anos de consolidação da fusão entre as empresas, **durante 2024 foram implementados ajustamentos na estrutura organizacional para potenciar a geração/criação de valor face às necessidades e expectativas dos *stakeholder***, através de uma maior eficiência entre as diversas áreas e empresas do Grupo IP.

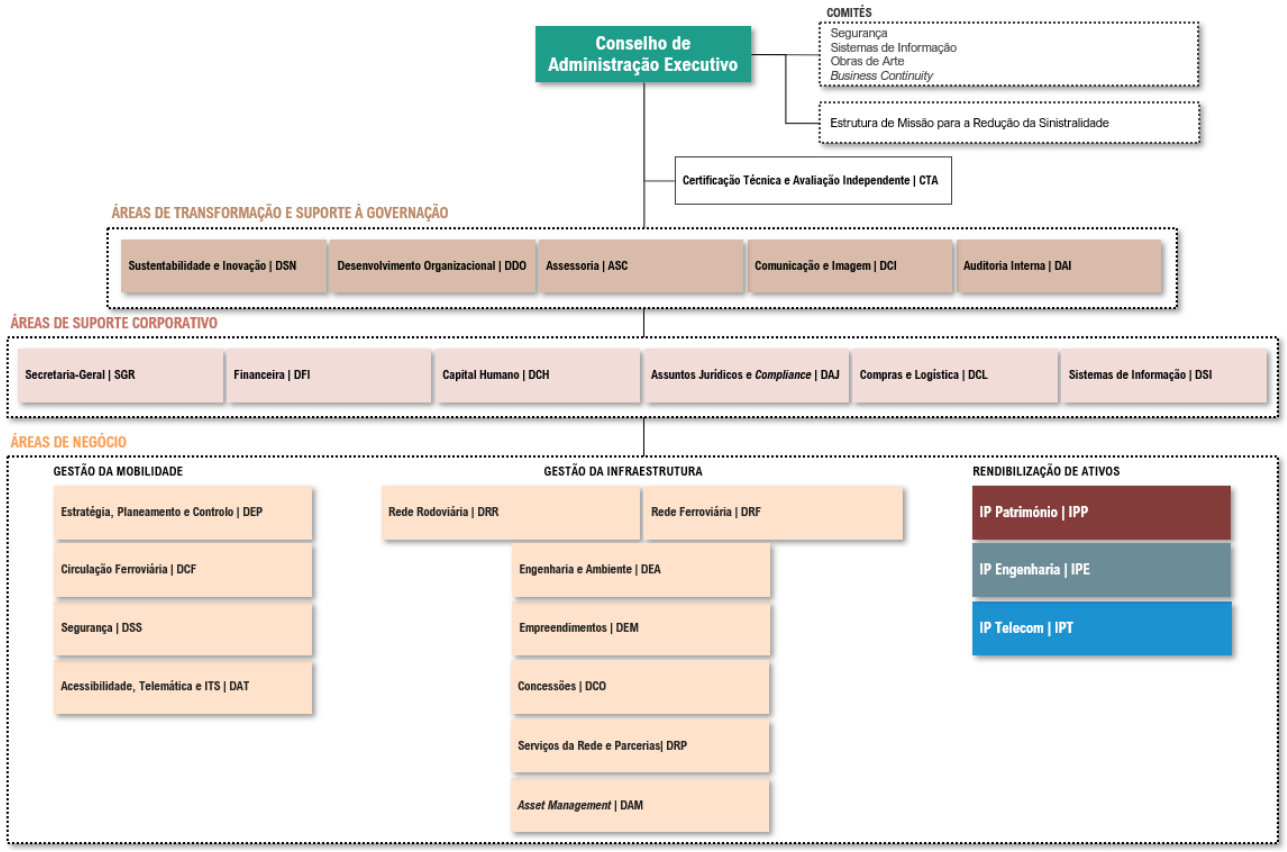
Assim, a macroestrutura do Grupo IP é constituída por:

- Áreas de Transformação e Suporte à Governação – composta pelas unidades orgânicas com objetivos de introdução e suporte da transformação/mudança/inovação ou com a missão de apoiar a governação;
- Áreas de Suporte Corporativo – onde se integram as unidades orgânicas que prestam serviços transversais e centralizados para todo o Grupo, ambas de valor acrescentado interno e, finalmente;
- Áreas de Negócio com as unidades responsáveis pelos outputs dirigidos ao exterior, concretizando o serviço prestado pelo Grupo IP.

No organograma estão ainda representadas entidades complementares à estrutura, de missão mais focalizada, não permanentes ou de natureza transitória:

- **Comités**: instrumentos de ligação e de gestão de interfaces, ao nível da gestão de topo, com representação do CAE e das Direções, que reúnem periodicamente.
- **Estrutura de Missão para a Redução da Sinistralidade**: equipa dedicada que integra elementos (interlocutores) de algumas das Direções envolvidas no seu objeto, com duração definida.

Assim, a macroestrutura do Grupo IP é constituída por:



MODELO DE GOVERNAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO IP

As empresas Participadas visam otimizar as receitas não core do Grupo IP, rentabilizando a capacidade excedentária dos ativos não utilizada nas atividades principais e os ativos não core.

Os CA são constituídos por um elemento do CAE da IP, que preside, e por dois outros elementos com funções executivas.

O Suporte Corporativo da IP serve a atividade das Participadas que se focalizam nas suas atividades core, sem contemplarem essas valências nos seus modelos orgânicos.

A estrutura orgânica das Participadas pode incluir uma Direção-Geral que tem na sua dependência direta diferentes níveis hierárquicos: Departamentos, Unidades ou Funções representadas ou não no Organograma.

5. INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

A gestão do risco é, por definição, uma atividade de âmbito transversal, que abrange a organização no seu todo. Nesse sentido, o próprio procedimento de gestão do risco do Grupo IP[10] já contempla uma alocação de responsabilidades dos principais intervenientes no processo de gestão do risco:

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES	
ENTIDADE / INTERVENIENTE	**RESPONSABILIDADE**
CAE	• Aprova a documentação produzida no âmbito da gestão do risco (planeamento da implementação do processo; procedimento de gestão do risco; Mapa Global dos Riscos do Grupo IP; matriz do risco; etc.); • Aprova o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, das empresas do Grupo IP, respetivas revisões e relatórios de execução.
Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance*	• Coordena a gestão do risco no Grupo IP, assegurando que a mesma é efetuada em alinhamento com os objetivos estratégicos; • Define e promove a metodologia e instrumentos específicos para implementar, monitorizar e rever o processo de gestão do risco do Grupo IP; • Apoia o Dono do Risco no processo de apreciação do risco, identificação e monitorização dos controlos e da sua eficácia; • Reporta/Divulga os riscos (construir e comunicar os Mapas dos riscos das empresas do Grupo IP); • Monitoriza o processo de gestão do risco; • Elabora, com uma periodicidade anual, o relatório de execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas, das empresas do Grupo IP, respetivas revisões e relatórios de acompanhamento;

[10] *Procedimento GR.PR.006 - Gestão do Risco, aprovado pelo CAE da IP em 24/9/2015 e revisto em 18/10/2018, aplicável transversalmente a todas as Unidades Orgânicas do Grupo IP.*

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES	
ENTIDADE / INTERVENIENTE	RESPONSABILIDADE
	• Dinamiza a promoção de uma cultura de gestão do risco em todo o Grupo IP.
"Dono do Risco"	• Identifica, analisa e avalia os riscos e propõe os respetivos controlos; • Implementa os controlos; • Monitoriza a eficácia dos controlos e reporta os resultados à DAJ.

6. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS, OPERACIONAIS E JURÍDICOS) A QUE A EMPRESA SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Na prossecução da sua Missão, a IP e as restantes empresas que integram o Grupo IP estão expostas a uma multiplicidade de riscos e, tal como preconizado no Procedimento de Gestão do Risco do Grupo IP, os riscos são agrupados em 6 categorias relevantes, cuja distribuição em 2024, foi conforme se segue:

CATEGORIAS DOS RISCOS	DEFINIÇÕES	DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA
Risco Financeiro	Riscos associados a liquidez, taxa de juro e de crédito	2,70%
Risco de Negócio	Riscos associados a planeamento, conceção, execução, monitorização e controlo, nas áreas que contribuem para o negócio das Empresas do Grupo	8,80%
Risco Operacional	Riscos associados a processos internos, infraestruturas, capital humano e recurso ao *outsourcing*	53,90%
Risco de Regulação e *Compliance*	Riscos associados a leis, regulamentação, normas, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos	27,20%
Risco Reputacional	Riscos associados à perceção da imagem pública da instituição por parte de acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, órgãos de imprensa, opinião pública em geral e demais *stakeholders*	0,80%
Risco Tecnológico	Riscos associados a infraestruturas tecnológicas críticas, de segurança de informação, de integridade e flexibilidade dos sistemas	6,60%

Em 2024, tiveram continuidade e reforço as atividades implementadas desde 2015:

- Atualização do Mapa dos Riscos do Grupo IP;
- Monitorização contínua da implementação dos controlos dos riscos da organização;
- Elaboração e divulgação do Relatório de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo IP (disponível para consulta no sítio da Infraestruturas de Portugal, S.A.)[11];
- Avaliação intercalar dos riscos de níveis Elevado e Muito Elevado identificados no Plano do Grupo IP 2023-2024, efetuada com os seguintes objetivos:
  - Validação do nível do risco, considerando eventuais alterações de contexto com impacto nos riscos identificados;
  - Monitorização da implementação dos controlos constantes dos Planos de Ação.

A situação de instabilidade geopolítica internacional tem repercussões sociais e económicas cujas consequências impactam a atividade da empresa, de forma assinalável. As limitações à circulação e ao transporte de materiais e o aumento de custos em consequência de restrições logísticas a nível mundial, são fatores externos que continuam a marcar a instabilidade no mercado da construção. O aumento generalizado do preço dos materiais e do custo da mão-de-obra, associados à dificuldade na sua aquisição, por escassez de oferta qualificada no reduzido mercado nacional (empreiteiros/ fornecedores/ prestadores de serviços), tem forte impacto na formação e na execução dos contratos para materialização dos investimentos sob responsabilidade das empresas do Grupo IP (PETI3+/ Ferrovia 2020 / PNI 2030 / PRR).

Ainda de entre os fenómenos externos mais impactantes, destaca-se pela magnitude, abrangência e influência das suas consequências nas decisões e estratégicas prosseguidas, o crescente efeito dos fenómenos naturais e ambientais na condição da infraestrutura, os fenómenos de ciberataque na manutenção dos equipamentos/ sistemas e integridade da informação, e ainda a subordinação da gestão ao enquadramento legal, regulamentar e processual complexo e dependente de decisões externas à organização

Aos constrangimentos associados à limitação dos recursos humanos, seja por parte dos prestadores de serviços em garantir as condições contratuais dos empreendimentos, seja nas equipas internas de fiscalização e acompanhamento dos mesmos, acresce a morosidade do processo de contratação (aplicação do quadro legal e orçamental) transversal a todas as fases do processo de investimento/intervenção na infraestrutura, e que são referidas, entre outras, como causas do atraso na implementação dos controlos identificados para tratamento dos riscos conexos a esta atividade.

A insuficiência de recursos humanos internos afeta, igualmente, a execução regular das atividades operacionais de inspeção e controlo, contínuo e sistemático da rede com particular criticidade na área tecnológica, pela dificuldade na captação/retenção de recursos com competências técnicas especializadas que assegurem a continuidade e desenvolvimento das aplicações e sistemas de suporte à atividade na gestão dos processos internos, com perda de eficiência para a organização.

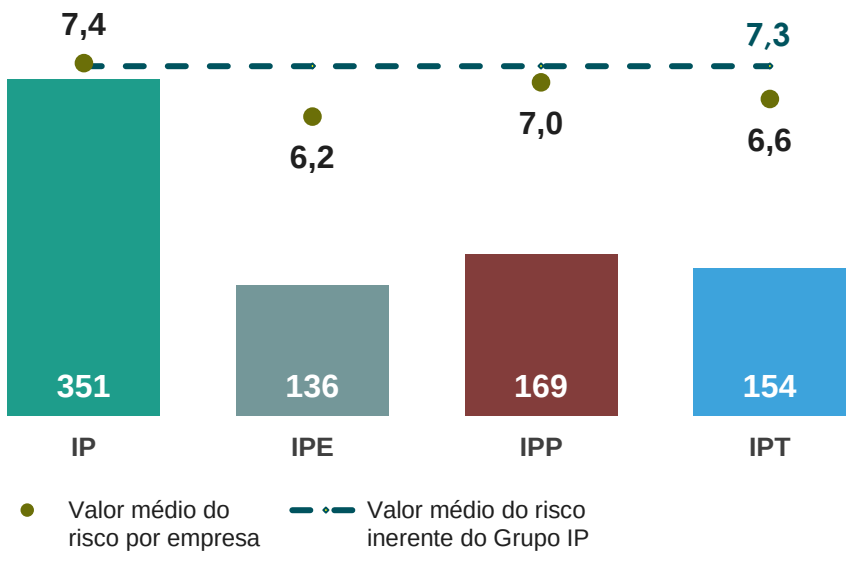
[11] https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

Não obstante as limitações identificadas na gestão da atividade, o investimento na modernização dos sistemas, tecnologias e equipamentos críticos é uma prioridade e tem progredido face ao desgaste/degradação e obsolescência observadas, designadamente, em áreas críticas do negócio, e para reforço da segurança e resiliência dos sistemas e informação, fortemente impactadas por eventos externos em tendência crescente de evolução.

Assim, e por forma a manter uma gestão equilibrada e adequada dos riscos ora analisados, os planos de ação para tratamento destes riscos preconizam, sobretudo, o reforço e continuidade dos controlos implementados avaliados regulamente no que respeita à sua eficácia e adequabilidade ao contexto, procedimentos que integram o sistema de controlo interno para a monitorizados dos riscos de gestão, incluindo os de corrupção e infrações conexas,

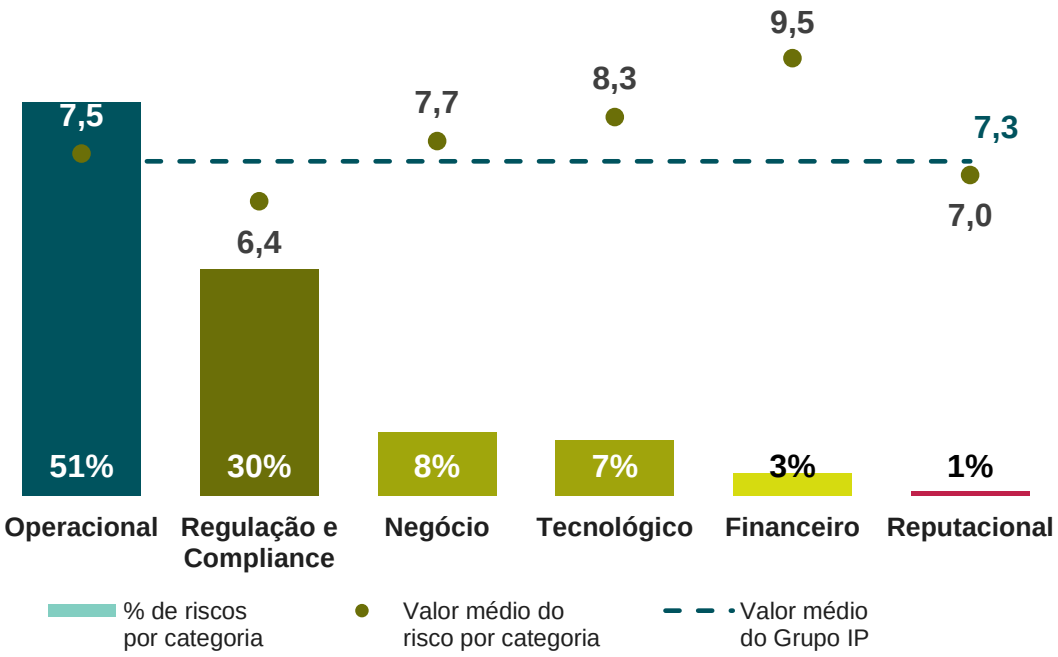
Em resultado das ações concertadas da i) auditoria interna, na identificação de fragilidades nos processos internos e identificação das consequentes ações corretivas, da ii) *Compliance* no âmbito do cumprimento normativo e ações para aplicação das recomendações aplicáveis, que incluem a divulgação, comunicação, formação e sensibilização para as matérias conexas com a Ética, Conflito de Interesses, a Proteção de Dados Pessoais, o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, o Canal de Denúncias, a Declaração de Política Antifraude Política de Comunicação de Irregularidades, a Cibersegurança e iii) da Gestão do Risco na identificação e tratamento das ameaças, o Grupo tem prosseguido e reforçado a estratégia implementada para deteção, prevenção e dissuasão da fraude e corrupção cujos riscos conexos se situam em nível relativamente moderado.

Em resultado da análise efetuada, confirma-se que o Grupo IP se encontra exposto a 375 riscos dos quais 21 são novas ameaças. Do universo dos riscos identificados no Grupo IP, verificou-se que 94% dos riscos têm potencial de impacto na IP, sendo que o nível de risco médio da IP (7,4) supera ligeiramente o valor do risco médio do Grupo (7,3).



Número total dos riscos com potencial de impacto nas empresas

Considerando a tipologia dos riscos que caracterizam a atividade, confirma-se a predominância dos riscos de categoria "Operacional" no universo global dos riscos do Grupo IP, em que se verificou um ligeiro acréscimo no nível médio do risco assim como na categoria "Reputacional" e de "Negócio" comparativamente ao período homólogo.



Percentagem total dos riscos por categoria e índice médio

Da análise aos 375 riscos identificados, que considera o efeito dos controlos implementados no controlo e mitigação dos riscos, verifica-se que o nível médio atual do Grupo IP é de 7,3.

A variação do nível do risco verificou-se em 22% dos riscos analisados, sendo que em 14% se traduziu numa diminuição do nível do risco.

Dos controlos implementados para a mitigação dos riscos mantêm-se as ações de monitorização e intervenção nas infraestruturas, a implementação das ações do plano tecnológico e desenvolvimento das aplicações e sistemas de suporte à atividade.

Acresce ainda a continuação i) do reforço de recursos humanos e realização de ações de formação, onde se inserem a realização de workshops e ações internas de sensibilização, referentes a matérias conexas com a Ética, Conflito de Interesses, a Proteção de Dados Pessoais, a Cibersegurança e a Gestão do Risco e ii) a realização de ações de Auditoria Interna/Monitorização, bem como o desenvolvimento de procedimentos e normativos específicos às diferentes áreas de atuação.

Nos planos de ação inscritos no atual mapa global do Grupo IP, estão previstos 385 controlos a implementar que dão continuidade e reforçam a mitigação dos riscos, designadamente no que respeita à continuidade das ações para o desenvolvimento e melhoria i) de aplicações e procedimentos para maior eficiência no desempenho dos processos e cumprimento da *Compliance* das atividades; ii) dos

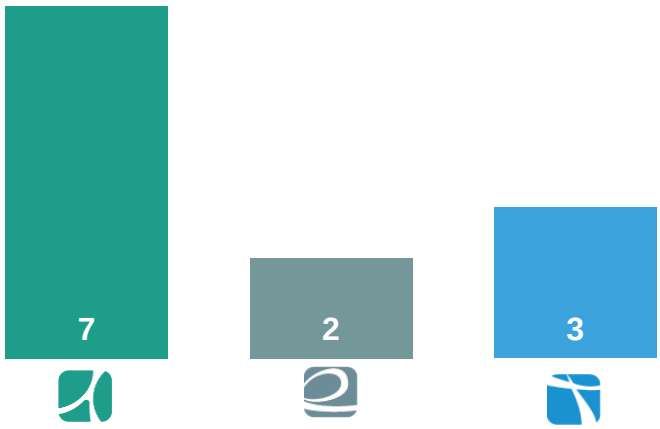
sistemas e infraestruturas tecnológicas e iii) de reforço de recursos humanos para colmatar as necessidades de rejuvenescimento e reforço das equipas.

A monitorização da implementação destes controlos será efetuada em articulação com o "Dono do Risco" e os intervenientes neste processo, sendo o respetivo resultado reportado às partes interessadas.

GESTÃO DAS OPORTUNIDADES

Estão atualmente identificadas 12 oportunidades para tratamento no Grupo IP.

As oportunidades em tratamento no Grupo IP são as identificadas em sede de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento das respetivas empresas[12] e têm a seguinte distribuição:



A natureza destas oportunidades na IP deriva particularmente do contexto externo, designadamente o aproveitamento dos incentivos que decorrem de vários programas de investimento (PNI 2030 / PRR / Plano Ferroviário) e incentivo à inovação tecnológica, da disponibilidade de fundos comunitários e a continuidade do processo de recrutamento.

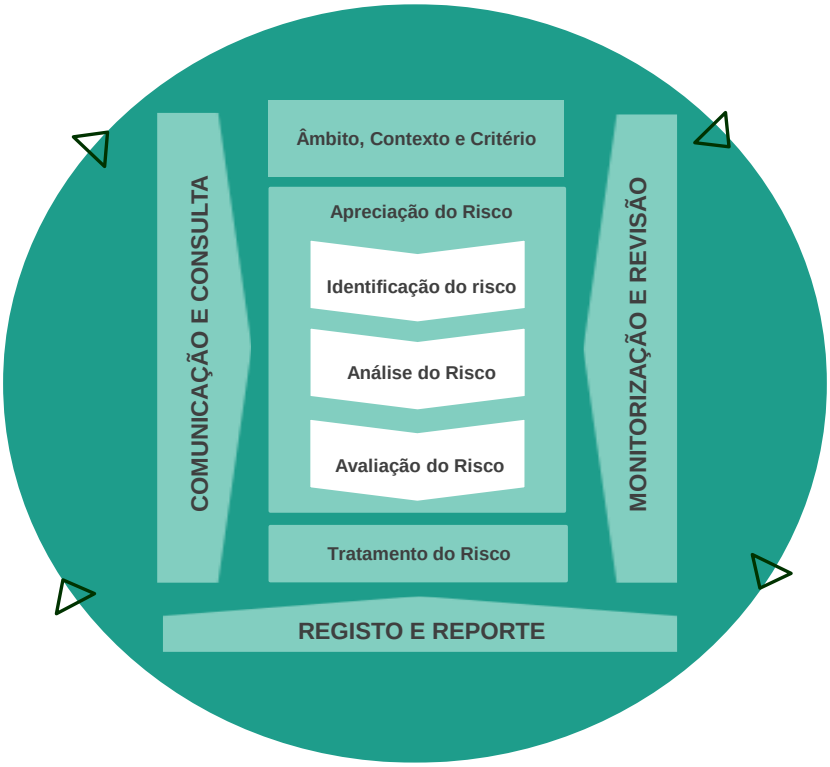
Nas empresas participadas, as oportunidades identificam-se com a especificidade do negócio; na IPT são as que incentivam o processo comercial e consolidação no mercado tecnológico; para a IPE estão orientadas ao relacionamento com os clientes no mercado internacional e de melhoria das sinergias com a IP.

Para o tratamento destas oportunidades estão identificados 16 controlos cuja implementação é monitorizada, semestralmente, pela "Gestão do Risco" em colaboração com o "Dono da Oportunidade" e o órgão de apoio de gestão transversal, interno a cada empresa. O resultado é reportado às partes interessadas.

[12] *O Plano de Atividades e Orçamento da IP Património não contempla a identificação de oportunidades.*

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO, PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS.

A abordagem[13] ao risco e oportunidade no Grupo IP é corporativa, integrada, transversal e contínua, ou seja, é regulada por princípios, metodologias e procedimentos de controlo e reporte definidos de modo centralizado, e em coordenação com as diversas UO /empresas, considerando a especificidade de cada área de "negócio".



Processo genérico de Gestão do Risco – Procedimento GR.PR.006-Gestão do Risco

A operacionalização do processo para tratar os riscos[14] e as oportunidades[15], está formalizada em procedimentos específicos que incluem a matriz de responsabilidades dos intervenientes (Conselho de Administração Executivo, Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance*, Donos do Risco, Dono da

[13] *Tem como enquadramento os princípios e a metodologia enunciada na norma NP ISO 31000:2019*

[14] Procedimento GR.PR.006 - Gestão do Risco, última versão aprovada pelo CAE da IP em 15/12/2022, aplicável transversalmente a todas as Unidades Orgânicas e empresas participadas do Grupo IP.

[15] Procedimento GR.PR.039 - Gestão das Oportunidades, aprovado pelo CAE da IP em 05/01/2023, aplicável transversalmente a todas as Unidades Orgânicas e empresas participadas do Grupo IP.

Oportunidade e Unidade de Apoio), a definição da metodologia a aplicar e a respetiva caracterização das atividades nas diferentes fases do processo.

A metodologia aplicada ao tratamento dos riscos e oportunidades consiste, genericamente, no reconhecimento e apreciação dos riscos e oportunidades intrínsecos à atividade do Grupo e, consequentemente, na monitorização dos controlos previstos nos planos de ação e a respetiva comunicação dos resultados obtidos às partes interessadas. A caracterização das respetivas atividades está representada nas figuras seguintes:

Monitorização e revisão					
Âmbito, contexto e critério →	**Identificação do risco** →	**Análise do risco** →	**Avaliação do risco** →	**Tratamento do risco** →	**Registo e reporte**
Definição do âmbito	Reconhecimento do risco	Probabilidade de ocorrência do risco	Definição do apetite ao risco	Definição dos Planos de Ação	Consolidação do Mapa dos Riscos
Definição dos contextos externo e interno	Designação do risco	Impacto da ocorrência do risco	Comparação		Análise dos resultados
Definição dos critérios do risco	Descrição do risco	Nível do risco (P x I)			Publicação
Comunicação e consulta					

Principais atividades da Gestão do Risco (Procedimento GR.PR.006 – Gestão do Risco)

Monitorização e revisão					
Âmbito, contexto e critério →	**Identificação** →	**Avaliação** →	**Tratamento** →	**Tratamento do risco** →	**Registo e reporte**
Definição do âmbito	Reconhecimento da oportunidade	Resposta à oportunidade	Definição dos Planos de Ação	Definição dos Planos de Ação	Consolidação do Mapa das Oportunidades
Definição dos contextos externo e interno	Designação da oportunidade				Análise dos resultados
Definição dos critérios da oportunidade	Descrição da oportunidade				Reporte
Comunicação e consulta					

Principais atividades da Gestão das Oportunidades (Procedimento GR.PR.039 – Gestão das Oportunidades)

No âmbito da dinâmica do processo aplicado à gestão do risco e oportunidades é assegurada, metódica e periodicamente, a reanálise ao contexto (interno e externo) e a confirmação da pertinência e atualidade dos riscos e oportunidades identificadas na prossecução da missão, assim como nos processos e principais atividades do Grupo.

As atividades a seguir descritas são aplicadas exclusivamente aos riscos. Estes são analisados ponderando a probabilidade da ocorrência do risco com o seu impacto (criticidade) aplicando-se, para o efeito, os seguintes critérios:

A probabilidade de ocorrência é analisada de acordo com a tabela seguinte:

		IMPROVÁVEL	REMOTA	OCASIONAL	PROVÁVEL	MUITO PROVÁVEL
CLASSIFICAÇÃO		**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Descrição	**Qualitativa**	A ocorrência do risco é praticamente impossível	A ocorrência do risco é remota, mas concebível	A ocorrência do risco pode verificar-se ocasionalmente	A ocorrência do risco é provável	É quase certo que o risco vai ocorrer
	Intervalos de probabilidade	0,00* ≤ P < 0,05 (*não se prevê ocorrência)	0,05* ≤ P < 0,15 (*ocorre 1 vez em cada 20 anos em média)	0,15* ≤ P < 0,35 (*ocorre 1 vez em cada 7 anos em média)	0,35* ≤ P < 0,65 (*ocorre 1 vez em cada 3 anos em média)	0,65* ≤ P < 1 (*ocorre pelo menos 1 vez em cada 1,5 ano em média)

Nota: Os intervalos de probabilidades só deverão ser tidos em consideração se houver conhecimento do histórico

O impacto de cada risco é analisado em 4 vertentes, conforme evidenciado no quadro seguinte:

		AMEAÇAS				
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
CLASSIFICAÇÃO		1	2	3	4	5
Impacto financeiro (1) (custo)		I ≤ €6.000	€6.000 < I ≤ €30.000	€30.000 < I ≤ €150.000	€150.000 < I ≤ €750.000	I > €750.000
Impacto na vida humana		Sem impacto (sem lesões corporais)	Lesões sem qualquer tipo de incapacidade	Lesões com incapacidade temporária	Lesões com incapacidade permanente	Vítima mortal
Impacto legal (1) (Multas/Coimas/Juros)		I ≤ €500	€500 < I ≤ €2.500	€2.500 < I ≤ €5.000	€5.000 < I ≤ €20.000	I > €20.000
Impacto Reputacional (1) e (2)	Qualitativa	Sem impacto	Afeta ligeiramente a imagem da IP	Afeta de forma considerável a imagem da IP	Afeta muito a imagem da IP	Má reputação
	Quantitativa	• Sem Projeção mediática negativa	• Projeção mediática negativa a nível regional inferior a 10 dias	• Projeção mediática negativa a nível regional durante 10 ou mais dias	• Projeção mediática negativa a nível nacional inferior a 10 dias	• Projeção mediática negativa a nível internacional • Projeção mediática negativa a nível nacional durante 10 ou mais dias

(1) Os montantes indicados reportam-se sempre ao somatório de todos os impactos que potencialmente possam ocorrer durante um ano.

A ocorrência de um risco é passível de aplicação de uma coima no valor de 3.000,00€

Se for expectável que o risco ocorra 3 vezes no período de 1 ano, o impacto a ter em conta deverá ser: 3 coimas x 3.000,00€ = 9.000,00€

Assim, a classificação a considerar deverá ser nível 4 **- ALTO**, relativo ao intervalo €5.000 < I ≤ €20.000

(2) A descrição quantitativa do nível de projeção mediática só deve ser tida em conta se houver conhecimento do histórico de notícias

O impacto final do risco é apurado com base na classificação atribuída a cada uma das quatro vertentes de impacto, conforme fórmula seguinte:

$$Impacto\ Final = \frac{Impacto\ Financeiro + Impacto\ na\ Vida\ Humana + Impacto\ Legal + Impacto\ Reputacional}{4}$$

A aplicação conjunta da classificação da probabilidade e do impacto final determina o nível de risco, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\textbf{\textit{Nível de Risco}} = \textbf{\textit{Probabilidade}}\ (\boldsymbol{P})\ \boldsymbol{X}\ \textbf{\textit{Impacto}}\ (\boldsymbol{I})$$

Considerando o resultado obtido na análise do risco, é avaliada a resposta a aplicar numa escala de quatro níveis, como ilustrado na figura seguinte:

NÍVEL DE RISCO		RESPOSTA AO RISCO	
INTERVALO	ESCALA		
[1 ; 4]	Baixo	Aceitar	Não é identificada nenhuma ação para alterar a probabilidade ou o impacto do risco. São aceites as consequências do risco, caso este ocorra, com base numa decisão informada. (1)
[5 ; 9]	Moderado	Mitigar / Partilhar	Mitigar - São definidas ações para reduzir a probabilidade do risco, o seu impacto ou ambos. Partilhar - São determinadas ações para reduzir a probabilidade ou o impacto do risco pela transferência ou partilha do mesmo ou de parte com terceiro(s).
[10 ; 16]	Elevado		
[17 ; 25]	Muito Elevado		
Qualquer intervalo	Qualquer nível de risco	Evitar	São eliminadas as atividades que dão origem ao risco (decisão de não iniciar ou não continuar a atividade portadora do risco).

(1) Exceto nos casos em que o risco tiver impacto de nível de 5 em alguma das quatro vertentes consideradas.

Na sequência da avaliação do risco[16], e sempre que aplicável, são definidos planos de ação com a identificação dos controlos para tratamento dos riscos e a previsão do risco residual esperado após a sua implementação. A implementação destes controlos é monitorizada e avaliada a sua eficácia na reapreciação anual ao universo dos riscos do Grupo IP, procedendo em outubro à revisão intercalar dos riscos "elevados" e "muito elevados".

No processo para gerir as oportunidades, os planos de ação definidos são monitorizados semestralmente procedendo-se à avaliação da eficácia dos controlos implementados quando aplicável, sendo o resultado divulgado e comunicado às partes interessadas.

O modelo de gestão do risco do Grupo IP prevê i) a revisão e monitorização sistemática das atividades para assegurar o necessário alinhamento deste instrumento de gestão ao contexto do negócio do Grupo

[16] *Cada um dos quatro intervalos do nível de risco, corresponde uma resposta – aceitar, tratar (mitigar e/ou partilhar) ou evitar*

e ii) a comunicação / divulgação dos resultados obtidos[17] às partes interessadas (internas e externas) através dos canais institucionais que asseguram a interação no Grupo IP: site institucional das empresas do Grupo; Portal interno; sistema de gestão documental e comunicação interna por correio eletrónico. Estas ações concretizam o envolvimento no processo e a disseminação do "pensamento baseado em risco" na organização.

8. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO SCI E DE PREVENÇÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA EMPRESA RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

A DAJ - Direção de Assuntos Jurídicos e *Compliance*, em articulação com as restantes áreas do Grupo, **monitoriza os deveres de informação financeira** que decorrem da atual legislação em vigor, efetuando o mapeamento de todas as obrigações de reporte com a sistematização da informação relevante para o seu cumprimento. Mensalmente, cada uma das áreas é informada das obrigações que requerem a sua participação (individual ou conjunta com outras áreas) e é monitorizado o cumprimento das mesmas.

A implementação do modelo de controlo de gestão na empresa, assegurada pela Direção de Estratégia, Planeamento e Controlo através da nomeação de um grupo de *controllers* afetos a cada Direção, permite a realização do **controlo financeiro** dos contratos e projetos e a produção de informação de *reporting*, garantindo a permanente atualização de informação.

A adequabilidade e qualidade da informação financeira divulgada são asseguradas pelos diversos mecanismos de controlo interno, por registos no sistema informático de gestão, sendo a informação financeira monitorizada através de um conjunto de relatórios definidos para o efeito e analisados nas reuniões periódicas de Controlo de Performance.

A Direção Financeira garante a divulgação da informação financeira em constante articulação com o Conselho de Administração.

[17] *Relatório de Execução Anual do Plano de prevenção de Riscos (abril), para o universo dos riscos do Grupo IP e o relatório da Avaliação Intercalar (outubro), para o universo dos riscos de nível "elevado" e "muito elevado".*

C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

1. REFERÊNCIA SUMÁRIA AOS REGULAMENTOS INTERNOS APLICÁVEIS E REGULAMENTOS EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ LEGALMENTE OBRIGADA, COM APRESENTAÇÃO DOS ASPETOS MAIS RELEVANTES E DE MAIOR IMPORTÂNCIA

Regulamentos internos

O Grupo IP detém um conjunto de procedimentos e normativos internos, como são os casos do Manual Interno de Contratação, que regulamenta toda a atividade de contratação da empresa e das empresas participadas, o Código de Ética, aplicável a todas as empresas do Grupo e ao universo dos seus trabalhadores, o Plano para a Igualdade de Género, Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, a Política de Proteção de Dados Pessoais, a Política de Gestão de Ativos, a Política de Segurança, a Política para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, entre outros documentos disponíveis no site da empresa em:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos

São adotados procedimentos internos adequados ao cumprimento do disposto na lei em matéria de contratação pública, através da:

- Implementação de regras e procedimentos internos que asseguram as exigências no âmbito do CCP;
- Criação de competências departamentais para a execução e monotorização dos processos de compras ao abrigo do CCP;
- Utilização de Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, em cumprimento do determinado pelo CCP.

As empresas do Grupo IP dispõem (i) de um Manual da Contratação que regula os procedimentos internos da IP relativos à contratação pública contribuindo para facilitar a compreensão e aplicação do CCP e outras obrigações legais conexas, em respeito pelos princípios norteadores da contratação pública nomeadamente os da transparência, imparcialidade e proporcionalidade; (ii) de um Manual de Gestão de Material em Depósitos. A IP aprovou um procedimento de inventariação.

A regulamentação interna aplicável à IP está definida para os seguintes âmbitos:

- Documentos relativos à normalização de atividades, serviços da empresa e decisões colegiais e específicas;

- Documentos de especialidade de engenharia relativos, especificamente, à normalização técnica das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias.

Segue abaixo uma lista de documentos normativos internos mais relevantes utilizados no âmbito das atividades da IP, os quais estão disponíveis na intranet do Grupo IP:

DOCUMENTOS NORMATIVOS INTERNOS	
Publicados em 2024:	
IP.MN.058	Sistema de Gestão de Obras de Arte
GR.PR.073	Gestão da Conciliação
GR.IT.084	Assistência Técnica em Obra
GR.IT.099	Encerramento de Contas 2024
IP.PR.045	Metodologia para atuação perante as condições de aderência da via
IP.PR.054	Sistema de Gestão da Manutenção de Veículos Ferroviários - Identificação e Gestão de Componentes Críticos para a Segurança
IP.IT.059	Imputação de Encargos ao Projetista
IP.IT.077	*Revenue Assurance* - Comparação de Dados de Portagens Vs. Dados de Tráfego
IP.IT.084	Guia Para Aplicação de Vedação à Rede Ferroviária Nacional
Publicados em anos anteriores:	
-------	Estatuto da Auditoria Interna
GR.IT.006	Tramitação das Comunicações com o TdC
GR.IT.009	Gestão de Contratos de Prestação de Serviços e Empreitadas de Manutenção Ferroviária
GR.IT.020	Dever Informação Instrução TdC
GR.IT.033	Parecer Prévio AMT
GR.IT.051	*Privacy by Design*
GR.IT.052	Avaliação de impacto sobre a proteção de dados
GR.IT.055	Subcontratantes
GR.MN.001	Manual da Organização
GR.MN.003	Manual de Auditoria Interna
GR.MN.009	Manual do Sistema de Gestão Empresarial IP
GR.MN.004	Manual de Gestão de Resíduos
GR.MN.007	Manual de Instruções de Segurança
GR.MN.011	Manual de Caracterização das Estações
GR.MN.013	Manual Sistema de Gestão da privacidade

DOCUMENTOS NORMATIVOS INTERNOS	
GR.MN.002	Manual do Sistema de Gestão de Desempenho
GR.PR.002	Auditorias ao Sistema de Gestão
GR.PR.003	Tratamento de Constatações e Ações a Desencadear
GR.PR.006	Gestão do Risco
GR.PR.013	Tratamento de Reclamações, Eventos, Pedidos de Informação e Sugestões
GR.PR.018	*Compliance* dos Deveres de Informação
GR.PR.035	Gestão de Processos Organizacionais do Grupo IP
GR.PR.039	Gestão das Oportunidades
GR.PR.044	Tratamento de Reclamações por Danos a Terceiros
GR.PR.051	Tratamento de dados através dos sistemas de videovigilância
IP.IT.048	PGI PIR Atualização sistemática
IP.MN.005	Manual do Sistema de Gestão da Segurança (Ferroviária)
IP.MN.009	Manual do Sistema de Gestão Empresarial
IP.MN.026	Manual para a Interoperabilidade
IP.MN.027	Manual de gestão de subconcessões
IP.MN.028	Manual Remuneração Concessões
IP.PR.001	Trabalhos em passagens de nível com interferência rodoferroviária, responsabilidade IP
IP.PR.023	Regras Técnicas de Gestão dos Contratos de Conservação Corrente
IP.PR.036	Instrução do processo de pedido de autorização de entrada em serviço das instalações fixas
IP.PR.050	Gestão dos riscos operacionais do sistema ferroviário
PN.01.01	Planeamento Estratégico
PN.03.02	Segurança Rodoviária
PN.03.03	Segurança Ferroviária
PS.02.04	Segurança da Informação
PS.05.01	Plano e Orçamento
PN.05.01	Estratégia de Gestão de Ativos
PN.05.02	Inspeção e Diagnóstico
PN.05.03	Informação de Suporte à Gestão de Ativos
PN.02.01	Planeamento da Rede
PN.02.03	Formação e Gestão de Acordos
PN.03.01	Estudos e Projetos de Engenharia
PN.03.05	Soluções de Telemática e ITS

DOCUMENTOS NORMATIVOS INTERNOS	
PN.03.06	Inovação
PN.04.01	Investimentos
PN.04.02	Investimentos de Telemática e ITS
PN.06.01	Conservação da Rede Rodoviária
PN.06.02	Manutenção da Rede Ferroviária
PN.06.03	Serviços de Telemática
PN.06.04	Circulação Ferroviária
PN.06.05	Operação da Rede Rodoviária
PN.06.06	Operação de Terminais
PN.07.01	Exploração de Portagens
PN.07.03	Produtos e Serviços
PN.07.04	Gestão do Cliente
PN.08.01	Concessões
PN.08.02	Subconcessões
PN.02.02	Concessão da Rede Rodoviária Nacional
PN.02.04	Gestão do Contrato Programa Ferroviário
PS.01.01	Desenvolvimento do Capital Humano
PS.01.03	Formação
PS.02.01	Desenvolvimento de Soluções SI
PS.02.02	Operação SI
PS.02.03	Apoio ao Utilizador SI
PS.02.05	Informação do cadastro da Gestão de Ativos
PS.07.03	Materiais
PS.03.02	Projetos Transversais e Estratégicos
PS.06.02	Contencioso e Assuntos Jurídicos
PS.07.01	Contratação
PS.08.01	Contas a Pagar
PS.08.02	Contas a Receber
PS.08.04	*Compliance*
PS.06.03	Risco
PS.09.01	Ambiente
PS.09.02	Qualidade
PS.09.03	*Safety*

DOCUMENTOS NORMATIVOS INTERNOS	
PS.09.04	*Security*
PS.03.03	Revisão e Melhoria
PS.05.02	Controlo da Performance
PS.06.01	Auditoria Interna

Legenda:
GR: Grupo; IT: Instrução; MN: Manual; PS: Processo de suporte; PN: Processo de negócio; PR: Procedimento

Regulamentos externos

A IP rege-se pelo Decreto-lei n.º 91/2015, de 29 de maio, e pelos **Contrato de Concessão Rodoviário** e **Contrato-Programa da Ferrovia** celebrados com o Estado.

Está, igualmente, sujeita a todas as normas jurídicas internacionais, comunitárias e nacionais subjacentes à sua atividade, das quais se destaca o Decreto-lei n.º 217/2015, de 7 de outubro que transpõe a Diretiva n.º 2012/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que estabelece um espaço ferroviário europeu único.

Face à dimensão e complexidade da área de atuação e responsabilidade do Grupo IP, evidenciam-se, as mais relevantes:

ENQUADRAMENTO GERAL	
Decreto-lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro	Dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus.
Portaria n.º 185/2024, de 14 de agosto	Aprova o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas abrangidas pelo Regime Geral da Prevenção da Corrupção.
Lei n.º 18/2024, de 5 de fevereiro	Regula o acesso a metadados referentes a comunicações eletrónicas para fins de investigação criminal, procedendo à alteração da Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.os 268/2022 e 800/2023, e da Lei da Organização do Sistema Judiciário
Regulamento n.º 258/2024, de 6 de março	Aprova o Regulamento de Normalização dos Procedimentos para o Registo Informático das Declarações Únicas de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos, Altos Cargos Públicos e Equiparados.

ENQUADRAMENTO GERAL	
Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de outubro	Regula o funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e aprova os modelos de dados a transmitir ao Portal BASE.
Regulamento Execução (UE) 2022/2303 da Comissão, de 24 de novembro de 2022	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação dos contratos públicos
Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto	Aprova o conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias. (revoga a P 701-H/2008).
Decreto-lei n.º 53/2023, de 5 de julho	Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno
RCM n.º 13/2023, de 10 de fevereiro	Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360.
Portaria n.º 42/2023, de 9 de fevereiro	Regulamenta o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2020/367, da Comissão, de 4 de março de 2020, a Diretiva Delegada (UE) n.º 2021/1226, da Comissão, de 21 de dezembro de 2020, e dá execução ao Regulamento (UE) n.º 2019/1010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019
Decreto-lei n.º 63/2022, de 26 de setembro	Atribui à Infraestruturas de Portugal, S. A., competências para promover, em regime de concessão, as atividades conexas com o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas.
Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto	Procede à atualização dos valores das classes dos alvarás e revoga a Portaria n.º 119/2012, de 30 de abril.
Resolução TdC n.º 2/2022-PG, de 6 de abril	Altera o Regulamento TdC
Portaria n.º 90/2022, de 8 de fevereiro	Fixa as taxas referentes à certificação de entidade formadora de curso de formação inicial e contínua de auditor de segurança rodoviária.
Decreto-lei n.º 20/2022, de 28 de janeiro	Aprova os procedimentos para identificação, designação, proteção e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nacionais e europeia
Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro	Regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de videovigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som, revogando a Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro
Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro	Estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União Europeia.
Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro	Cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção
Lei n.º 30/2021, de 21 de maio	Aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos, o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e o Decreto-Lei n.º 200/2008, de 9 de outubro

ENQUADRAMENTO GERAL	
Lei n.º 27/2021, de 17 de maio	Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital
Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2021, de 14 de maio	Revê e aprova os princípios orientadores do programa «Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030
Regulamento (UE) 2021/694 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021	Cria o Programa Europa Digital e revoga a Decisão (UE) 2015/2240
Decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro	Aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.
RCM n.º 104/2020, de 24 de novembro	Aprova o Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública para o período até 2030.
Decreto-lei n.º 91/2020, de 20 de outubro	Transpõe a Diretiva (UE) 2016/797, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na União Europeia.
Decreto-lei n.º 85/2020, de 13 de outubro	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2016/798, relativa à segurança ferroviária
Recomendação do CPC, de 6 de maio de 2020	Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas no âmbito das medidas de resposta ao surto pandémico da Covid-19
Recomendação TdC n.º 3/2020, de 8 de janeiro	Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, sobre gestão de conflitos de interesses no setor público.
Regulamento Delegado (UE) 202/2495 da Comissão, de 15 de novembro	Valores dos limiares comunitários a ter em conta nos procedimentos de adjudicação a partir de 1 de janeiro de 2024.
Regulamento Delegado (UE) 2023/2496 da Comissão, de 15 de novembro	Valores dos limiares comunitários a ter em conta nos procedimentos de adjudicação a partir de 1 de janeiro de 2024.
Regulamento Delegado (UE) 2023/2497 da Comissão, de 15 de novembro	Valores dos limiares comunitários a ter em conta nos procedimentos de adjudicação a partir de 1 de janeiro de 2024.
Resolução TdC n.º 2/2019, de 23 de outubro	Estabelece a disciplina aplicável à organização, documentação e remessa dos atos ou contratos que titule modificações a contratos de empreitada de obras públicas já visadas pelo Tribunal de Contas relativas a trabalhos a mais, de suprimento de erros e omissões ou complementares - Fiscalização Concomitante.
Recomendação do CPC, de 2 de outubro de 2019	Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública
Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro	Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado, e revoga a Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, e o Decreto-Lei n.º 47/98, de 7 de março.
Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto	Assegura a execução do RGPD na ordem jurídica nacional.
Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na redação atual	Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos
Portaria nº 174/2019, de 06 de junho	A presente portaria regulamenta os termos da aplicação e publicação da repreensão registada a que se refere o n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

ENQUADRAMENTO GERAL	
Decreto-lei n.º 2/2019, de 11 de janeiro	Institui o Sistema Nacional de Monitorização e Comunicação de Risco, de Alerta Especial e de Aviso à População
Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto	Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor
RCM n.º 41/2018, de 28 de março	Define orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais
Portaria n.º 72/2018, de 9 de março	Define os requisitos para a exigência de rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova (artigo 49.º-A do CCP)
Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro	Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos
Decreto-lei n.º 106/2017, de 29 de agosto	Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho.
Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto	Estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem
Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto	Estabelece o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa
Decreto-lei n.º 74/2017, de 21 de junho	Livro de reclamações on line – Livro de reclamações amarelo – Atendimento público avaliado – Alterações
Regulamento n.º 255/2017, de 16 de maio	Regulamento sobre prestação de informação de natureza estatística
Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto	Lei de Acesso aos Documentos da Administração Pública - LADA
Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016	RGPD - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados
Instrução TdC n.º 1/2016, de 12 de abril	Controlo e acompanhamento dos Contratos de Concessão e Subconcessão
Regulamento de Execução (UE) n.º 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016	Estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública
Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto	Regula a disponibilização e utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no CCP
Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto	Publicidade Institucional do Estado
Decreto-lei n.º 151/2015, de 6 de agosto	Estabelece a obrigatoriedade de verificação prévia da possibilidade de a aquisição de bens e serviços de TIC serem fornecidos por serviços ou organismos da Administração Pública, através RSPTIC
Lei n.º 41/2015, de 3 de junho	Regime Jurídico Exercício Atividade de Construção
Decreto-lei n.º 91/2015, de 29 de maio	Procede à fusão por incorporação da EP, S.A. na REFER, EPE, redenominando-a Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)
Instrução IMT n.º 1/2015 - Aprovada pela Deliberação n.º 374/2015, de 24 de maio	Normas Técnicas de Segurança Ferroviária

ENQUADRAMENTO GERAL	
Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro	Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação atual	Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas
Decreto-lei n.º 85/2014, de 27 de maio	Estabelece regras relativas a substâncias que empobrecem a camada de ozono, bem como à comunicação de informações sobre estas substâncias
Decreto-lei n.º 78/2014, de 14 de maio, na redação atual	Estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes
RCM n.º 18/2014, de 7 de março	Remunerações - Igualdade de género
Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 fevereiro, na redação atual	UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação atual	Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental
Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação atual	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto	Fundo de compensação do trabalho
Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, na redação atual	Aprova a lei-quadro das entidades reguladoras
Portaria n.º 273/2013, de 20 de agosto, na redação atual	Regulamenta o regime do exercício da atividade de segurança privada
Lei n.º 34/2013, de 16 de maio	Regime do exercício da atividade de segurança privada
Decreto-lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, na redação atual	Orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes
Decreto-lei n.º 190/2012, de 22 de agosto	Empreitadas de obras públicas – Liberação das cauções
Decreto-lei n.º 111/2012, de 23 de maio, na redação atual	Parcerias Público Privadas
Decreto-lei n.º 107/2012, de 18 de maio, na redação atual	Regula o dever de informação e a emissão de parecer prévio relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação
Decreto-lei n.º 76/2012, de 26 de março, na redação atual	Comissão para a igualdade no Trabalho e no Emprego - CITE
RCM n.º 19/2012, de 8 de março	Determina a Determinar a obrigatoriedade de adoção, em todas as entidades do sector empresarial do Estado, dos planos para a igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.
RCM n.º 36/2012, de 14 de fevereiro	Aprova a classificação das empresas públicas que se encontram sob a tutela setorial de cada ministério, para efeitos da determinação do vencimento dos respetivos gestores
RCM n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, na redação atual	Aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos

ENQUADRAMENTO GERAL	
Resolução TdC n.º 14/2011, de 16 de agosto	Instrução e Tramitação Processos de Fiscalização Prévia
Lei n.º 38/2010, de 2 de setembro	Controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos
Portaria n.º 55/2010, de 21 de janeiro, na redação atual	Atividade social da empresa – Relatório anual
Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, na redação atual	Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social
Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, na redação atual	Regulamentação Código do Trabalho
Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, na redação atual	Segurança e Saúde no Trabalho
Decreto-lei n.º 123/2009, de 31 de julho	Regime Aplicável às Infraestruturas de Comunicações Eletrónicas
Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro	Regime da Reparação de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
Lei n.º 9/2009, de 4 de março, na redação atual	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais.
Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na redação atual	Código do Trabalho
Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação atual	Qualificação Profissional dos Técnicos Responsáveis por Projetos de Obras Públicas ou Particulares
Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, na redação atual	Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios em Edifícios
Lei n.º 32/2008, de 18 de julho	Comunicações Eletrónicas - Dados
Lei n.º 22/2008, de 13 de maio	Lei do Sistema Estatístico Nacional
Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, na redação atual	Medidas de Combate à Corrupção
Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual	Código dos Contratos Públicos
Decreto-lei n.º 394/2007, de 31 de dezembro, na redação atual	Segurança dos caminhos de ferro da comunidade, regulando as competências e metodologias a aplicar pelo gabinete de investigação de segurança e de acidentes ferroviários (GISAF), organismo nacional responsável pela investigação de acidentes e incidentes ferroviários
Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, na redação atual	Regime da Responsabilidade Civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas
Lei n.º 24/2007, de 18 de julho	Segurança rodoviária - Direitos Utentes da Rodovia
Decreto-lei n.º 280/2007, de 13 de julho, na redação atual	Património imobiliário do Estado
RCM n.º 65/2007, de 7 de maio	Estratégia nacional para as compras públicas ecológicas
Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação atual	Estatuto do Gestor Público

ENQUADRAMENTO GERAL	
Lei n.º 51/2006, de 29 de agosto	Regula a instalação e utilização de sistemas de vigilância eletrónica rodoviária e a criação e utilização de sistemas de informação de acidentes e incidentes pela EP – Estradas de Portugal, E. P. E., e pelas concessionárias rodoviárias
Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na redação atual	Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos
Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de julho, na redação atual	Avaliação e gestão do ruído ambiente
Decreto-lei n.º 75/2006, de 27 de março, na redação atual	Rede Rodoviária Nacional e Transeuropeia – Medidas de segurança - Requisitos Mínimos Segurança Túneis
Decreto-lei n.º 207/2005, de 29 de novembro	Sistema de vigilância eletrónica rodoviária
Decreto-lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, na redação atual	Livro de Reclamações
Regulamento de execução (EU) n.º 2015/1986, da Comissão, de 11 de novembro de 2015	Estabelece os formulários-tipo para publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação de contratos públicos e revoga o Regulamento de Execução (UE) n.° 842/2011 (Texto relevante para efeitos do EEE)
Despacho MF n.º 13208/2003, de 7 de julho	Apreciação propostas em Parcerias Público-Privadas
Decreto-lei n.º 273/2003, de 29 de outubro	Segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis
Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, na redação atual	Código de Processo nos Tribunais Administrativos
Decreto-lei n.º 151-A/2000, de 20 de julho, na redação atual	Licenciamento de redes e estações de radiocomunicações
Decreto-lei n.º 503/1999, de 20 de novembro, na redação atual	Regime dos Acidentes em Serviço e das Doenças Profissionais
Lei n.º 168/1999, de 18 de setembro, na redação atual	Código das Expropriações
Decreto-lei n.º 135/1999, de 22 de abril, na redação atual	Modernização Administrativa - Informações ao Público
Regulamento CE n.º 530/1999 do Conselho, de 9 de março	Relativo às estatísticas sobre a estrutura dos ganhos e dos custos da mão-de-obra
Lei n.º 98/1997, de 26 de agosto, na redação atual	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC
Decreto-lei n.º 104/1997, de 29 de abril, na redação atual	Cria a REFER EP - Revogado pelo Decreto-lei n.º 191/2015, de 29 de maio com exceção do n.º 1 do artigo 1º e do artigo 5º
Lei n.º 25/1995, de 18 de agosto	Controlo da Riqueza dos Titulares dos Cargos Políticos
Lei n.º 10/1990, de 17 de março, na redação atual	Bases do Sistema dos Transportes Terrestres
Decreto-lei n.º 403/1986, de 3 de dezembro, na redação atual	Código do Registo Comercial
Decreto-lei n.º 262/1986, de 2 de setembro, na redação atual	Código das Sociedades Comerciais

ENQUADRAMENTO GERAL	
Decreto-lei n.º 118/1983, de 25 de fevereiro, na redação atual	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
Decreto-lei n.º 498/1972, de 9 de dezembro, na redação atual	Estatuto da Aposentação

ENQUADRAMENTO FINANCEIRO	
RCM n.º 3/2024, de 5 de janeiro	Aprova a prorrogação do contrato-programa para o setor ferroviário celebrado entre o Estado e a Infraestruturas de Portugal, S. A.
Portaria n.º 193/2021, de 15 de setembro	Estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do plano de recuperação e resiliência (PRR), no âmbito do mecanismo de recuperação e resiliência (MRR)
Portaria n.º 48/2021, de 4 de março, na redação atual	Estabelece os procedimentos de antecipação de fundos europeus de inscrição orçamental e de assunção de encargos plurianuais.
Decreto-lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro	Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
Lei n.º 7/2021, de 26 de fevereiro	Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual, alterando a Lei Geral Tributária, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Regime Geral das Infrações Tributárias e outros atos legislativos.
Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na redação atual	Lei de Enquadramento Orçamental
Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação atual	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC AP
Despacho MF n.º 1169/2014, de 24 de janeiro	Formulário Reporte Subvenções
Instrução TdC n.º 2/2013, de 4 de dezembro	Prestação Contas das Entidades do SPE
Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto	Publicitação e Reporte das Subvenções Públicas
Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação atual	Regulamenta a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
Resolução TdC n.º 2/2009, de 14 de dezembro	Prestação de Contas por Via Eletrónica
Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na redação atual	Sistema de normalização contabilística
Regulamento CMVM n.º 5/2008, de 1 de outubro de 2010	Deveres de Informação
Instrução TdC n.º 1/2008, de 9 de dezembro	Património financeiro público
Decreto-lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, na redação atual	Estabelece o regime jurídico aplicável à concessão de subvenções públicas

ENQUADRAMENTO FINANCEIRO	
Despacho MF n.º 14277/2008, de 23 de maio	Dever de Informação SPE
RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	Aprova o programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas
Regulamento (CE) n.º 1221/2002, de 10 de junho de 2002	Relativo às contas não financeiras trimestrais das administrações públicas
Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, na redação atual	Regime Geral das Infrações Tributárias
Decreto-lei n.º 491/1999, de 17 de novembro	Registo das Participações detidas pelo Estado e outros entes públicos
Decreto-lei n.º 486/1999, de 13 de novembro, na redação atual	Código dos Valores Mobiliários

ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE RODOVIÁRIA	
Decreto-lei n.º 84-C/2022, de 9 de dezembro	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/520, relativa à interoperabilidade dos sistemas eletrónicos de portagem rodoviária.
Decreto-lei n.º 84-B/2022, de 9 de dezembro	Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1936, relativa à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária.
Portaria n.º 281/2019, de 30 de agosto, na redação atual	Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.
Portaria n.º 163/2017, de 16 de maio	Estrutura nuclear da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
Portaria n.º 357/2015, de 14 de outubro	Taxas uso privativo domínio público rodoviário
Lei n.º 51/2015, de 8 de junho	Aprova um regime excecional de regularização de dívidas resultantes do não pagamento de taxas de portagem e coimas associadas, por utilização de infraestrutura rodoviária, efetuada até ao último dia do segundo mês anterior à publicação do presente diploma
Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na redação atual	Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional - EERRN
Decreto-lei n.º 87/2014, de 29 de maio	Regime Aplicável às Áreas de Serviço e ao Licenciamento de Postos de Abastecimento de Combustíveis
Decreto-lei n.º 48/2011, de 01 de abril, na redação atual	Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento Zero»
Decreto-lei n.º 67-A/2010, de 14 de junho	Procede à identificação dos lanços e dos sublanços de autoestrada isentos e dos que ficam sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das referidas taxas
Decreto-lei n.º 95/2008, de 6 de junho	Ponte 25 de Abril – Manutenção, conservação, beneficiação ou reparação

ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE RODOVIÁRIA	
Decreto-lei n.º 43/2008, de 10 de março	TRIR - Taxa Regulação Infraestrutura Rodoviária
RCM n.º 181/2007, de 11 de dezembro	Identifica novos empreendimentos prioritários de natureza rodoviária a desenvolver pela EP, em regime de parceria público-privada
RCM n.º 177/2007, de 10 de dezembro	Identifica empreendimentos prioritários de natureza rodoviária a desenvolver pela EP em regime de parceria público privada
Decreto-lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, na redação atual	Concessão do financiamento, conceção, projeto, construção, conservação, exploração, requalificação e alargamento da rede rodoviária nacional e aprova as bases da concessão
Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, na redação atual	Cria a contribuição de serviço rodoviário, que visa financiar a rede rodoviária nacional e determina as condições da sua aplicação
Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, na redação atual	Aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem
Decreto-lei n.º 182/2003, de 16 de agosto	Altera o plano rodoviário nacional
Decreto-lei n.º 261/2002, de 23 de novembro	Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública
Lei n.º 98/1999, de 26 de julho	Redefine o plano rodoviário nacional (PRN) e cria estradas regionais

ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE FERROVIÁRIA	
Regulamento de execução (UE) 2023/1694 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera os Regulamentos (UE) n.º321/2013, (UE) n.º1299/2014, (UE) n.º 1300/2014, (UE) n.º 1301/2014, (UE) n.º 1302/2014, (UE) n.º 1304/2014 e o Regulamento de Execução (UE) 2019/777.
Regulamento de execução (UE) 2023/1695 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Relativo à especificação técnica de interoperabilidade para os subsistemas de controlo-comando e sinalização do sistema ferroviário da União Europeia e que revoga o Regulamento (UE) 2016/919.
Regulamento de Execução (UE) 2023/1693 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/773 da Comissão relativo à especificação técnica de interoperabilidade para o subsistema «exploração e gestão do tráfego» do sistema ferroviário da União Europeia.
Decisão de Execução (UE) 2023/1696 da Comissão, de 10 de agosto de 2023	Altera a Decisão de Execução 2011/665/UE no que diz respeito à especificação do registo europeu dos tipos de veículos autorizados referido no Artigo 48.º da Diretiva (UE) 2016/797 do Parlamento Europeu e do Conselho.
Deliberação IMT n.º 34-A/2021, de 8 de janeiro	Disposição de um registo nacional de todos os trabalhadores que desempenham funções críticas para a segurança do sistema ferroviário.
Decreto-lei n.º 91/2020, de 20 de outubro	Transpõe a Diretiva (UE) 2016/797, relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na União Europeia.

ENQUADRAMENTO GERAL DA ATIVIDADE FERROVIÁRIA	
Decreto-lei n.º 85/2020, de 13 de outubro	Transpõe parcialmente a Diretiva (UE) 2016/798, relativa à segurança ferroviária
Regulamento Execução n.º 2020/572, de 24 de abril	Sobre a estrutura de comunicação de informações a respeitar nos relatórios de inquérito de acidentes e incidentes ferroviários
Deliberação IMT n.º 952/2019, de 18 de setembro de 2019	Aprovação do regulamento para a supervisão da atividade das empresas do setor ferroviário
Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro	Espaço ferroviário europeu único – Infraestruturas e transportes ferroviários
Instrução IMT n.º 1/2015 - Aprovada pela Deliberação n.º 374/2015, de 24 de maio	Normas Técnicas de Segurança Ferroviária
Regulamento IMT n.º 630/2011, de 12 de dezembro	Tarifação RFN
Decreto-lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, na redação atual	Regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário incluindo as regras sobre a sua utilização, desafetação, permuta e, bem assim, as regras aplicáveis às relações dos proprietários confinantes e população em geral com aqueles bens
Decreto-lei n.º 270/2003, de 28 de outubro, na redação atual	Transportes Ferroviários
Decreto-lei n.º 568/1999, de 23 de dezembro, na redação atual	Regulamento de passagens de nível

Os principais regulamentos externos encontram-se disponíveis no sítio da IP, em:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

2. CÓDIGO DE ÉTICA:

a) REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA DE UM CÓDIGO DE ÉTICA QUE CONTEMPLE EXIGENTES COMPORTAMENTOS ÉTICOS E DEONTOLÓGICOS, INDICANDO A DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO E A FORMA COMO É EFETUADA A SUA DIVULGAÇÃO JUNTO DOS SEUS COLABORADORES, CLIENTES E FORNECEDORES

O Código de Ética do Grupo IP está em vigor desde março de 2016 e aplica-se a todos os Colaboradores do Grupo IP, independentemente do vínculo contratual e da posição hierárquica que ocupam, neles se incluindo os quadros dirigentes, os membros dos órgãos sociais e os colaboradores em regime de mobilidade nas empresas do Grupo IP. Os princípios e valores éticos vertidos no Código devem igualmente ser respeitados pelo universo de mandatários, prestadores de serviços e fornecedores do Grupo IP, sem prejuízo de outras normas de conduta relativamente às quais estejam sujeitos.

Em linha com o preconizado nas orientações das Normas Portuguesas NP 4460-1-2007 e 4460-2-2010 relativas à elaboração e implementação dos Códigos de Ética, e na sequência da identificação de oportunidades de melhoria e de alterações legislativas, a primeira revisão do Código de Ética das Empresas do Grupo IP foi publicada no Diário da República de 21 de abril de 2020, através do Aviso n.º 6759/2020 e a segunda revisão foi publicada no Diário da República de 14 de março de 2024, através do Aviso (extrato) n.º 5471/2024/2.

O Código de Ética tem um Plano de Comunicação associado, o qual contempla a divulgação interna através do envio por correio eletrónico para todos os colaboradores, com a disponibilização do documento em permanência na intranet e com a publicação nos websites das empresas do grupo IP e o conjunto de ações destinadas a assegurar em contínuo a respetiva divulgação e implementação internas, das quais se destacam:

(i) a elaboração e divulgação das fichas de exemplos práticos em matéria de conflito de interesses e transparência e prevenção da corrupção;

(ii) questionários online destinados a monitorizar a apreensão do Código de Ética;

(iii) ações de formação e sensibilização nas quais a matéria do conflito de interesses e da transparência e prevenção da corrupção são temas privilegiados.

A divulgação é assegurada através do website institucional da IP:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/etica

b) MENÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO E DA REGULAMENTAÇÃO EM VIGOR SOBRE MEDIDAS VIGENTES TENDO EM VISTA GARANTIR UM TRATAMENTO EQUITATIVO JUNTO DOS SEUS CLIENTES E FORNECEDORES E DEMAIS TITULARES DE INTERESSES LEGÍTIMOS, DESIGNADAMENTE COLABORADORES DA EMPRESA, OU OUTROS CREDORES QUE NÃO FORNECEDORES OU, DE UM MODO GERAL, QUALQUER EMPRESA QUE ESTABELEÇA ALGUMA RELAÇÃO JURÍDICA COM A EMPRESA

(ARTIGO 47.º DO RJSPE)

As empresas do Grupo IP desenvolvem a sua atividade no estrito cumprimento do princípio da legalidade expressamente enunciado no Código de Ética o qual prevê no n.º 2.2. sob a epígrafe “normas de conduta externas” aqueles que são os comportamentos expectáveis na interação com (i) o acionista, entidades reguladoras e fiscalizadoras, (ii) a comunidade, (iii) clientes e operadores, (iv) fornecedores, (v) parceiros e (vi) comunicação social.

3. REGIME GERAL DA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO[18] (RGPC: ANEXO DO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO[19])

a) Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
(PPR, ARTIGO 6.º DO RGPC)

Em cumprimento da Recomendação do ex-Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009, sobre "Planos de Gestão dos riscos de corrupção e infrações conexas", o Grupo IP dispõe, desde 2015, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e elabora e divulga anualmente o respetivo relatório de execução, disponível para consulta no sítio da Infraestruturas de Portugal, S.A.[20].

b) Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo
(ALÍNEA A) DO N.º 4 DO ARTIGO 6.º DO RGPC)

Desde 2022 que o Grupo IP cumpre com a obrigação de elaboração do relatório intercalar para os riscos de corrupção e infrações de nível elevado e muito elevado. Na IP, está disponível para consulta em:

Relatorio Avaliacao Intercalar Gestao Risco Out2024

A avaliação intercalar dos riscos de níveis Elevado e Muito Elevado identificados no Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Grupo IP (PGRCIC) - 2023-2024, contempla a:

- Validação do nível do risco, considerando eventuais alterações de contexto com impacto nos riscos identificados;
- Monitorização da implementação dos controlos constantes dos respetivos Planos de Ação;
- Elaboração e divulgação do relatório referente a outubro de 2024.

---

18 *O RGPC é aplicável "aos serviços e às pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que empreguem 50 ou mais trabalhadores (...)" (n.º 2 do artigo 2.º do RGPC). "Os serviços e as pessoas coletivas da administração direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais e do setor público empresarial que não sejam considerados empresas abrangidas adotam instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses" (n.º 5 do artigo 2.º do RGPC).*

19 *O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, cria o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabelece o regime geral da prevenção da corrupção (RGPC). Entrou em vigor 180 dias após a sua publicação (artigo 29.º), tendo revogado a Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro (artigo 27.º), com efeitos a 6 de junho de 2023 (n.º 3 do artigo 28.º, que remete para o artigo 3.º da Portaria n.º 155-B/2023, de 6 de junho, que declara a instalação definitiva do MENAC).*

20 https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

c) REFERÊNCIA À ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL

(ALÍNEA B) DO N.º 4 DO ARTIGO 6.º DO RGPC E N.º 1 DO ARTIGO 46.º DO RJSPE, QUE REMETE PARA A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DA LEI N.º 54/2008, DE 4 DE SETEMBRO, A QUE CORRESPONDE A ATUAL ALÍNEA G) DO N.º 3 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 109-E/2021, DE 9 DE DEZEMBRO) [21]

O Grupo IP dispõe, desde 2015, do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e elabora e divulga anualmente o respetivo relatório de execução. Foi disponibilizado à UTAM o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para o biénio 2023-2024 e o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas intercalar de 2024 para serem publicitados no site da UTAM-Publicitações do SEE-Prevenção da Corrupção do Grupo IP.

Na IP, está disponível para consulta em:

2023-2024 RelatorioExecucao.pdf (infraestruturasdeportugal.pt)

d) REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA DE UM CÓDIGO DE CONDUTA, POR PARTE DAS ENTIDADES ABRANGIDAS, NOS TERMOS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ARTIGO 7.º DO RGPC

As Empresas do Grupo IP dispõem de um Código de Ética desde 2016, o qual foi revisto em 2020 com o objetivo, designadamente, de o conformar com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho. A primeira revisão do Código de Ética foi publicada no Diário da República de 21 de abril de 2020, através do Aviso n.º 6759/2020. A segunda revisão ocorreu em 2024, foi publicada no Diário da República de 14 de março de 2024, através do Aviso (extrato) n.º 5471/2024/2 e foram consideradas as obrigações decorrentes (i) do Regime Geral de Prevenção da Corrupção aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, nomeadamente o artigo 7.º e, bem assim, (ii) da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro em matéria de proteção de denunciantes.

21 Atendendo ao prazo para a elaboração do relatório de avaliação anual fixado na alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC (até abril), a menção em causa poderá ser para o relatório de avaliação anual do ano anterior ao do exercício que o RGS contempla.

D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

1. INDICAÇÃO DA PLATAFORMA UTILIZADA PARA CUMPRIMENTO DOS DEVERES DE INFORMAÇÃO A QUE A EMPRESA SE ENCONTRA SUJEITA, NOMEADAMENTE OS RELATIVOS AO REPORTE DE INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

(ALÍNEAS D) A I) DO N.º 1 DO ARTIGO 44.º DO RJSPE)

a) PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS EMPRESAS, MESMO NOS CASOS EM QUE ASSUMAM ORGANIZAÇÃO DE GRUPO;

b) GRAU DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS FIXADOS, JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS VERIFICADOS E INDICAÇÃO DE MEDIDAS DE CORREÇÃO APLICADAS OU A APLICAR;

c) PLANOS DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO, ANUAIS E PLURIANUAIS, INCLUINDO OS PLANOS DE INVESTIMENTO E AS FONTES DE FINANCIAMENTO;

d) ORÇAMENTO ANUAL E PLURIANUAL;

e) DOCUMENTOS ANUAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS;

f) RELATÓRIOS TRIMESTRAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ACOMPANHADOS DOS RELATÓRIOS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO.

A plataforma utilizada para o cumprimento dos deveres de informação, nomeadamente as relativas ao reporte económico e financeiro, são o site institucional da Infraestruturas de Portugal em *https://infraestruturasdeportugal.pt*, no separador "sobre nós" – "Informação de gestão" através da publicação dos relatórios de gestão, a que acresce, a informação disponibilizada ao acionista – Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado - SISEE e do Sistema de Informação de Gestão Orçamental da Direção-Geral do Orçamento (DGO) (*https://sigo.min-financas.pt*).

O Grupo IP criou internamente o procedimento GR.PR.018 – *Compliance* dos Deveres de Informação - através do qual se garante o cumprimento do normativo relacionado com obrigações de reporte de informação perante entidades externas.

Este processo desenvolve-se com o faseamento seguinte:



(i) identificação do normativo aplicável à atividade das empresas do Grupo IP; (ii) identificação dos deveres de informação, validação e registo dos mesmos em base de dados criada para o efeito; (iii) divulgação dos deveres de informação identificados e sistemas de alertas o qual consiste no apoio à organização no planeamento das atividades necessárias ao cabal e pontual cumprimento dos deveres de informação; (iv) definição de atribuições e afetação das responsabilidades com vista ao cumprimento do reporte; (v) monitorização trimestral do cumprimento dos deveres de informação e reporte ao CAE dos resultados da monitorização o qual assenta na regra "*comply or explain*"; (vi) verificação trimestral das evidências do cumprimento dos deveres de informação; (vii) melhoria e revisão – esta atividade está constantemente a ser verificada e atualizada.

No final de 2024 estavam identificados e ativos 318 deveres de informação a cumprir perante mais de 80 entidades externas e que decorrem de mais de 120 normativos.

No âmbito dos deveres de informação identificados foram registados 10.606 reportes.

E. SÍTIO NA INTERNET

1. INDICAÇÃO DA HIPERLIGAÇÃO PARA ACESSO DIRETO AO SÍTIO NA INTERNET DA EMPRESA ONDE SE ENCONTRAM DIVULGADOS OS SEGUINTES ELEMENTOS

(ARTIGO 53.º DO RJSPE):

a) SEDE E, CASO APLICÁVEL, DEMAIS ELEMENTOS MENCIONADOS NO ARTIGO 171.º DO CSC

No sítio da internet da IP em:

http://www.infraestruturasdeportugal.pt/;

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/quem-somos

b) ESTATUTOS E REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS E/OU COMISSÕES

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

c) TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E OUTROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E RESPETIVOS ELEMENTOS CURRICULARES, BEM COMO AS RESPETIVAS REMUNERAÇÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/dados-da-sociedade

As remunerações dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários estão divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.

d) DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS E, CASO APLICÁVEL, SEMESTRAIS

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/informacoes-de-gestao/relatorio-e-contas

e) OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA E OS TERMOS CONTRATUAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

f) MODELO DE FINANCIAMENTO SUBJACENTE E APOIOS FINANCEIROS RECEBIDOS DO ESTADO NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade

Para além destas plataformas, a que acresce, a informação disponibilizada ao acionista – Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado – SISEE, do Sistema de Informação de Gestão Orçamental da Direção-Geral do Orçamento (DGO) (*https://sigo.min-financas.pt*) e aos investidores através do sistema de difusão da informação da CMVM.

2. INDICAÇÃO DA HIPERLIGAÇÃO PARA ACESSO DIRETO AO SÍTIO NA INTERNET DA EMPRESA ONDE SE ENCONTRAM PUBLICITADOS OS SEGUINTES DOCUMENTOS

a) REGULAMENTOS INTERNOS APLICÁVEIS E REGULAMENTOS EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ LEGALMENTE OBRIGADA

O Grupo IP detém um conjunto de procedimentos e normativos internos, como são os casos do Manual Interno de Contratação, que regulamenta toda a atividade de contratação da empresa e das empresas participadas, o Código de Ética, aplicável a todas as empresas do Grupo e ao universo dos seus trabalhadores, o Plano para a Igualdade de Género, Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas, a Política de Proteção de Dados Pessoais, a Política de Gestão de Ativos, a Política de Segurança, a Política para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, entre outros documentos disponíveis no site da empresa em:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos

Os regulamentos externos são aplicados para a IP e todas as empresas Participadas e estão disponíveis no site das Infraestruturas de Portugal, S.A:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

A regulamentação interna aplicável ao Grupo IP (documentos normativos) está disponível na intranet do Grupo IP e os principais estão disponíveis no site das Infraestruturas de Portugal, S.A:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/enquadramento-legal

b) CÓDIGO DE ÉTICA

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/etica

c) PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PPR)

Plano de Prevenção de Riscos Incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

d) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR NAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS DE RISCO ELEVADO OU MÁXIMO

Avaliação Intercalar da Gestão do Risco do Grupo IP

e) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DO PPR[22]

Plano de Prevenção de Riscos Incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

f) CÓDIGO DE CONDUTA

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/etica

g) RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES POR GÉNERO, A QUE SE REFERE O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

[22] *Atendendo ao prazo para a elaboração do relatório de avaliação anual fixado na alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC (até abril), a hiperligação em causa poderá remeter para o relatório de avaliação anual do ano anterior ao do exercício que o RGS contempla.*

h) INFORMAÇÃO ANUAL DO MODO COMO FOI PROSSEGUIDA A MISSÃO DA EMPRESA, DO GRAU DE CUMPRIMENTO DOS SEUS OBJETIVOS, DA FORMA COMO FOI CUMPRIDA A POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS TERMOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO, E EM QUE MEDIDA FOI SALVAGUARDADA A SUA COMPETITIVIDADE, DESIGNADAMENTE PELA VIA DA INVESTIGAÇÃO, DO DESENVOLVIMENTO, DA INOVAÇÃO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO

(ARTIGO 45.º DO RJSPE)

A IP procede em conformidade através da publicação da informação no seu site *Início | Infraestruturas de Portugal*, dos documentos anuais de prestação de contas e dos relatórios trimestrais devidamente acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, ambos incluem os objetivos, as metas, o seu cumprimento e a justificação dos desvios.

Os documentos anuais de prestação de contas contemplam a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral, sobre o modo como foi prosseguida a missão da empresa, o grau de cumprimento dos objetivos, a forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável.

Deveres de informação de transparência	Divulgação			Comentários
	S	N	n.a.	
Existência de site	X			*Início | Infraestruturas de Portugal*
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			*Início | Infraestruturas de Portugal*
	X			*Relatório e Contas*
	X			*Relatório Governo Societário*
Identificação de comissões	X			*Dados da Sociedade | Infraestruturas de Portugal*
Titulares órgãos sociais e elementos curriculares	X			*Relatório e Contas*
	X			*Relatório Governo Societário*
Remuneração e outros benefícios dos órgãos sociais	X			*Relatório e Contas*
	X			*Relatório Governo Societário*
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			*Relatório e Contas*
	X			*Relatório Governo Societário*
Código de Ética	X			*Ética | Infraestruturas de Portugal*
Documentos Prestação contas anuais	X			*Relatório e Contas*
	X			*Plano de Atividades e Orçamento | Infraestruturas de Portugal*
Obrigações de serviço público e termos contratuais da prestação serviço público	X			*Enquadramento Legal | Infraestruturas de Portugal*
Modelos de financiamento e apoios financeiros recebidos do Estado, recebidos nos últimos três exercícios	X			*Governo da Sociedade | Infraestruturas de Portugal*
Site da Empresa	X			*Início | Infraestruturas de Portugal*

3. QUANDO APLICÁVEL, INDICAÇÃO DAS HIPERLIGAÇÕES PARA ACESSO DIRETO AO SÍTIO NA INTERNET DA EMPRESA ONDE SE ENCONTRAM PUBLICITADOS OS DOCUMENTOS OBJETO DE REMISSÃO NO RGS

Em cada um dos pontos, é identificado o sítio na internet da Empresa onde se encontram publicitados os documentos que são objeto de remissão no RGS.

O acesso direto ao Website da IP: *https://www.infraestruturasdeportugal.pt/*

4. NO CASO DE ENTIDADES ABRANGIDAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 2.º DO RGPC, INDICAÇÃO DAS HIPERLIGAÇÕES PARA ACESSO DIRETO AOS ELEMENTOS LISTADOS NO N.º 1 DO ARTIGO 12.º DO RGPC

A IP publica a sua informação no seu website: *https://www.infraestruturasdeportugal.pt/*

Al. a), n.º 1, artigo 12.º

Lei orgânica e outros diplomas habilitantes I Órgãos Sociais e fiscalização I Estrutura orgânica e organograma

Al. b), n.º 1, artigo 12.º

Documentos de enquadramento estratégico I Operação ferroviária I Rede Rodoviária I Portefólio de produtos e serviços

Al. c), n.º 1, artigo 12.º

PAO I Execução Orçamental I Relatório e Contas I Apresentação de resultados

Al. d), n.º 1, artigo 12.º

Enquadramento Legal

Al. e), n.º 1, artigo 12.º

Fale Connosco

Al. f), n.º 1, artigo 12.º

Serviços I Balcão Digital

Al. g), n.º 1, artigo 12.º

Portefólio de produtos e serviços I Diretório da Rede

Al. i), n.º 1, artigo 12.º

Subvenções

Al. j), n.º 1, artigo 12.º (Relação de doações, heranças, ofertas ou donativos recebidos, com indicação do respetivo valor)

Al. k), n.º 1, artigo 12.º (Avisos sobre o recrutamento de dirigentes e trabalhadores, bem como os despachos de designação dos dirigentes)

Recrutamento

Al. l), n.º 1, artigo 12.º

Anúncios I Informação I concurso I Concursos a decorrer

Al. m), n.º 1, artigo 12.º

Contactos I Reclamações, Elogios, Informações e Sugestões

Al. n), n.º 1, artigo 12.º

Acreditações

F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL

1. REFERÊNCIA AO CONTRATO CELEBRADO COM A EMPRESA PÚBLICA EM QUE LHE TENHA SIDO CONFIADA A PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL, RESPEITANTE À REMUNERAÇÃO DESSA ATIVIDADE

(N.º 3 DO ARTIGO 48.º DO RJSPE).

CONTRATO CONCESSÃO RODOVIÁRIO

O Estado celebrou com a EP, S.A. (agora integrada na IP) um contrato de concessão, cujas bases foram aprovadas através do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro, e posteriormente alteradas pela Lei n.º 13/2008, de 29 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 110/2009, de 18 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 44-A/2010, de 5 de maio. Uma das alterações mais importantes foi a introdução do conceito de disponibilidade que consiste na verificação da qualidade do serviço prestado aos utentes e na aferição dos níveis de sinistralidade rodoviária e dos níveis de externalidades por elas geradas, traduzidos nos indicadores de desempenho. O financiamento da Rede Rodoviária Nacional é assegurado, para além das taxas de portagem cobradas nas vias portajadas e outros rendimentos de exploração da concessão, pela Consignação de Serviço Rodoviário (CSR). Criada pela Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto, sendo a sua configuração atual definida pela Portaria n.º 288-A/2023, de 25 de setembro, que estabelece a afetação das receitas do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) ao financiamento da infraestrutura rodoviária.

CONTRATO PROGRAMA FERROVIÁRIO

Em 11 de março de 2016, o Estado celebrou com a IP um Contrato Programa para a Rede Ferroviária Nacional com a duração de 5 anos, em respeito pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro. Posteriormente, o contrato foi sendo prorrogado semestralmente desde o 1.º semestre de 2021, por períodos de seis meses, através de aditamentos determinados por Resoluções do Conselho de Ministros. A última dessas adendas estabeleceu o término do contrato em 30 de junho de 2022.

No âmbito deste Contrato plurianual, merecem realce as obrigações do Estado no financiamento da gestão das infraestruturas ferroviária e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, através de indicadores e critérios de qualidade abrangendo diversos elementos, como prestações dos comboios (velocidade, fiabilidade da linha e satisfação dos clientes), capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente. O contrato fixa, ainda, objetivos de eficiência financeira estabelecidos para a IP, na forma de indicadores de receita e despesa. O financiamento da Rede Ferroviária Nacional é realizado através das receitas tarifárias cobradas aos operadores ferroviários, dos excedentes resultantes de atividades complementares associadas à exploração da infraestrutura ferroviária e das indemnizações compensatórias que permitam cobrir os gastos decorrentes do cumprimento das obrigações de serviço público que não possam estar cobertos pelas receitas referidas.

Em janeiro de 2024, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, de 5 de janeiro, foi fixado o valor das indemnizações compensatórias relativas ao período compreendido entre julho de 2022 e dezembro 2023, mediante a celebração de um aditamento ao contrato programa anterior, bem como as relativas ao Contrato Programa 2024-2028, encontrando-se os respetivos contratos a aguardar a emissão de visto prévio pelo Tribunal de Contas.

CONTRATO CONCESSÃO SISTEMA DE CABOS SUBMARINOS

Pelo Decreto-Lei n.º 63/2022, de 26 de setembro, foi ampliado o objeto social da empresa, de modo a permitir que esta promova a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o continente e as Regiões Autónomas (anel CAM).

Em novembro de 2023, foi assinado o Contrato de Concessão do Estado com a IP relativo à conceção, construção, fornecimento, instalação, montagem e entrada em exploração do novo cabo de fibra ótica submarino que ligará o Continente às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o qual foi objeto de visto prévio do Tribunal de Contas em fevereiro de 2024.

A IP tem em curso a empreitada de "**Conceção, Construção, Fornecimento, Instalação, Montagem e Entrada em Exploração do Cabo de Fibra Ótica Submarino de Telecomunicações do *Atlantic* CAM**" no valor de 139.000.000 euros, contrato assinado em 13 de março de 2024 com Visto Tribunal de Contas de 9 de maio de 2024.

2. CASO NÃO TENHA CONTRATO CELEBRADO OU, TENDO, CASO HAJA APRESENTADO NOVA PROPOSTA, REFERÊNCIA ÀS PROPOSTAS DE CONTRATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO APRESENTADAS AO TITULAR DA FUNÇÃO ACIONISTA E AO MEMBRO DO GOVERNO RESPONSÁVEL PELO RESPETIVO SETOR DE ATIVIDADE (Nos 1, 2 E 4 DO ARTIGO 48.º DO RJSPE). A EMPRESA DEVE APRESENTAR DECLARAÇÃO[23] DO SEGUINTE:

a) QUE ELABOROU UMA PROPOSTA DE CONTRATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO:

A IP exerce a prestação de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional (RFN), em regime de delegação de competências, por efeito do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

No enquadramento prestado pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, foi celebrado em 11 de março de 2016, entre a IP e o Estado Português, o Contrato Programa para o setor ferroviário, que define e regula os termos e condições da prestação, pela IP, das obrigações de serviço público de gestão da infraestrutura integrante da Rede Ferroviária Nacional (RFN), para o período compreendido entre 01/01/2016 e 31/12/2020, bem como das indemnizações compensatórias decorrentes a pagar pelo Estado Português, tendo posteriormente sido realizados aditamentos para o período de 1/1/2021 a 30/6/2022.

No âmbito do processo de renegociação do Contrato Programa Ferroviário (CPF) celebrado com o Estado Português remeteu-se, em agosto de 2024, a proposta final de conteúdo do novo Contrato Programa e respetiva minuta do Contrato Programa a vigorar no período de 2024-2028. Esta proposta mantém no essencial o conteúdo da proposta submetida pela IP em 2020/2021, que já incorporava as propostas de melhoria decorrentes do conhecimento adquirido, de feedback da Comissão de

[23] *Esta declaração, no próprio RGS, pode apenas mencionar que foi cumprido o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*

Acompanhamento e Fiscalização do Contrato Programa (da qual fazem parte o IMT, a DGTF e Empresas Ferroviárias) e da UTAM, tendo essencialmente sido atualizadas as metas para os indicadores, as projeções financeiras e os montantes para as Indemnizações Compensatórias a pagar pelo Estado.

No enquadramento prestado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024 de 5 de janeiro, foi celebrado o aditamento ao Contrato Programa para o período de 1/7/2022 a 31/12/2023, e ainda o novo Contrato Programa para os anos de 2024 a 2028, contratos que aguardam apreciação por parte do Tribunal de Contas.

De acordo com a cláusula 11.ª e o Anexo III do Contrato, o Estado faz uma avaliação contínua do desempenho por via dos indicadores de avaliação de desempenho que se destinam a monitorizar o cumprimento dos objetivos estabelecidos entre as Partes.

Atendendo a que o último Aditamento ao Contrato Programa vigorou até 30 de junho de 2022 e que ainda decorre a apreciação do Tribunal de Contas ao aditamento para o período de 1 de julho de 2022 e 31 de dezembro de 2023 e para o novo Contrato Programa para os anos 2024 a 2028, foi decidido manter os mecanismos de reporte do Contrato original (2016-2020).

b) QUE ESSA PROPOSTA FOI APRESENTADA AO TITULAR DA FUNÇÃO ACIONISTA E AO MEMBRO DO GOVERNO RESPONSÁVEL PELO RESPETIVO SETOR DE ATIVIDADE

A IP enviou o Contrato Programa Ferroviário 2024-2028, para o Governo, em agosto de 2024, encontrando-se atualmente para visto do Tribunal de Contas.

c) QUE A PROPOSTA CUMPRE COM TODOS OS REQUISITOS LEGAIS DEFINIDOS NO N.º 1 DO ARTIGO 48.º DO RJSPE.

A IP rege-se pelo dever de desempenhar as atividades na gestão das infraestruturas ferroviárias e as obrigações da IP em cumprir objetivos de desempenho direcionados para os utilizadores, na forma de indicadores e critérios de qualidade, abrangendo elementos como prestações dos comboios, capacidade da rede, gestão de ativos, volumes de atividade, níveis de segurança e proteção do ambiente.

O contrato fixa ainda objetivos de eficiência financeira para a IP, na forma de indicadores de receita e despesa, de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento do serviço público adotando, para o efeito, os melhores padrões de qualidade disponíveis em cada momento.

Este conceito foi introduzido pelo Decreto-Lei n.º 217/2015, de 7 de outubro, e reúne os parâmetros de avaliação da prestação da IP, em concreto:

i. a qualidade do serviço prestado aos utentes das Vias;

ii. a aferição dos níveis de sinistralidade;

iii. os efeitos ambientais gerados pelas infraestruturas.

A melhoria continua destes parâmetros do serviço prestado, é promovida através da definição de metas de desempenho anual, cujo cumprimento é fiscalizado pelo IMT.



VII. REMUNERAÇÕES

A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

1. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA EMPRESA

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração Executivo (Art.º 13.º dos Estatutos da IP)

2. IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS [24] ADOTADOS PARA PREVENIR A EXISTÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSES, ATUAIS OU POTENCIAIS, ENTRE OS MEMBROS DE ÓRGÃOS OU COMISSÕES SOCIETÁRIAS E A EMPRESA, DESIGNADAMENTE NA APROVAÇÃO DE DESPESAS POR SI REALIZADAS

(ARTIGO 51.º DO RJSPE).

A génese dos mecanismos de prevenção adotados decorre, entre outros, de um conjunto de diplomas legais que enquadram a atividade dos órgãos da sociedade:

i. Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação atual);

ii. Regime jurídico do Setor Público Empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação atual);

iii. Regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos a que ficam sujeitos os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na redação atual);

iv. Diploma que estabelece o controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos (Lei nº 4/83, de 2 de abril, na redação atual).

Por sua vez, os referidos mecanismos materializam-se através:

[24] *Mecanismos diversos dos inerentes à evidenciação ou menção a que se refere o ponto 3 seguinte.*

a) Da abstenção de intervenção nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas, nos termos do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;

b) Da declaração de quaisquer participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente, na empresa ou em qualquer outra, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, e no artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual;

c) Da declaração de inexistência de incompatibilidades ou impedimentos, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, e no n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, na sua redação atual;

d) Da declaração, no início de funções, sobre o valor de património e rendimentos, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na sua redação atual;

e) Da declaração, na cessação das funções, sobre o valor de património e rendimentos, refletindo a evolução patrimonial durante o mandato a que respeita, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 2.º da Lei n.º 4/83, de 2 de abril, na sua redação atual.

3. DAR CONHECIMENTO DO CUMPRIMENTO POR PARTE DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO QUE DISPÕE O ARTIGO 51.º DO RJSPE, ISTO É, DE QUE SE ABSTÊM DE INTERVIR NAS DECISÕES QUE ENVOLVAM OS SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, DESIGNADAMENTE NA APROVAÇÃO DE DESPESAS POR SI REALIZADAS

A empresa definiu procedimentos com vista à prevenção da existência de conflito de interesses. As despesas incorridas por cada elemento do Conselho de Administração Executivo são aprovadas por dois elementos do mesmo órgão que não o próprio.

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não existe atualmente comissão de fixação de remunerações.

C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

1. DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO.

NO PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente: Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz

Vice-Presidente: Dr.ª Maria Amália Freire de Almeida e Eng.º Carlos Alberto João Fernandes

Vogais: Dr.ª Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa e Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel

Os termos do mandato e o estatuto remuneratório associado ao exercício dos cargos foram estabelecidos em reunião de Assembleia Geral que decorreu no dia 26 de agosto de 2022 (Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022), sendo que, no caso da Vogal do CAE, Dr.ª Gina Maria dos Santos Pimentel, constam da Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023, que remete, no que respeita ao estatuto remuneratório, para a Ata da Assembleia Geral n.º 06/2022.

Encontrando-se definido o estatuto remuneratório, aos valores ilíquidos apurados foi aplicada a redução de 5% prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, durante o ano de 2024.

Não foram atribuídas remunerações variáveis de desempenho aos seus gestores.

Encontra-se autorizada a acumulação de funções por parte do Presidente do Conselho de Administração Executivo, Professor Doutor Miguel Jorge de Campos Cruz, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 20.º, n.º 3, alínea c) do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprova o Estatuto do Gestor Público (EGP), para o exercício da atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO E REVISOR OFICIAL DE CONTAS

As remunerações dos membros do Conselho Geral e de Supervisão, que integra uma Comissão para as Matérias Financeiras, foram definidas em reunião de Assembleia Geral de 28 de agosto de 2015.

Após requerimento nesse sentido, o Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz exerce o cargo de Vogal do Conselho Geral e de Supervisão com participação na Comissão para as Matérias Financeiras sem auferir remuneração por passagem à situação de reforma, desde julho de 2017.

O Dr. José Coutinho Garrido Castel-Branco exerce, de forma remunerada, o cargo de Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras do Conselho Geral e de Supervisão, auferindo 30% da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração Executivo atualmente em funções.

De acordo com o artigo 391.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, por remissão do artigo 435, n.º 2 do mesmo Código, os membros do Conselho Geral e de Supervisão mantêm-se em funções até nova designação, pelo que, não existindo nova designação até à presente data, não houve alteração dos membros eleitos do Conselho Geral e de Supervisão.

Relativamente ao Revisor Oficial de Contas, foi fixado, em reunião de Assembleia Geral de 19 de março de 2019 (Ata da Assembleia Geral n.º 03/2019), para este cargo, como limite máximo para os honorários a atribuir, o montante equivalente a 35% da remuneração global do Presidente do Conselho Administração Executivo, à qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: a)

Vice-Presidente: b)

Secretária: Maria Isabel Louro Caria Alcobia

a) *O Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 24 de janeiro de 2020.*

b) *O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo a 19 de dezembro de 2022.*

2. INFORMAÇÃO SOBRE O MODO COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA DE FORMA A PERMITIR O ALINHAMENTO DOS OBJETIVOS DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE LONGO PRAZO DA EMPRESA

O estatuto remuneratório dos órgãos sociais obedece ao Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, bem como ao disposto nas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e n.º 30/2012, de 15 de março. As condições remuneratórias dos membros dos órgãos sociais foram aprovadas em reunião da Assembleia Geral da IP de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado em Despacho da Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças e do Secretário das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, respetivamente, de 26 de agosto de 2022 e Deliberação Social Unânime por Escrito de 1 de agosto de 2023 para o CAE e de 28 de agosto de 2015 para o CGS.

3. REFERÊNCIA, SE APLICÁVEL, À EXISTÊNCIA DE UMA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE EVENTUAL IMPACTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NESTA COMPONENTE.

Não aplicável*.

4. EXPLICITAÇÃO DO DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DA COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO, COM MENÇÃO DO PERÍODO DE DIFERIMENTO

Não aplicável*.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS PARÂMETROS E FUNDAMENTOS DEFINIDOS NO CONTRATO DE GESTÃO PARA EFEITOS DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO

Não aplicável*.

6. REFERÊNCIA A REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA PARA OS ADMINISTRADORES E DATA EM QUE FORAM APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL, EM TERMOS INDIVIDUAIS

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

* *Relativamente à não aplicabilidade destes tópicos, a mesma baseia-se no facto de no Grupo IP não estar instituída a prática de pagamento de remuneração variável, ou atribuição de prémios, aos órgãos sociais (ex.: prémios de desempenho).*

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

1. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA, PROVENIENTE DA EMPRESA, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM, PODENDO SER FEITA REMISSÃO PARA PONTO DO RELATÓRIO ONDE JÁ CONSTE ESTA INFORMAÇÃO

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Remuneração mensal fixada Estatuto Gestor Público			
	Fixado [Sim/Não]	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta	
			Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Miguel Jorge de Campos Cruz	Sim	A	6 145,48	2 458,19
Carlos Alberto João Fernandes	Sim	A	5 530,93	2 212,37
Maria Amália Freire de Almeida	Sim	A	5 530,93	2 212,37
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	Sim	A	4 916,38	1 966,55
Gina Maria dos Santos Pimentel	Sim	A	4 916,38	1 966,55

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Remuneração Anual Auferida				
	Fixa (1)	Variável * (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Miguel Jorge de Campos Cruz	115 535,00		115 535,00	5 776,70	109 758,30
Carlos Alberto João Fernandes	103 981,46		103 981,46	5 199,14	98 782,32
Maria Amália Freire de Almeida	103 981,46		103 981,46	5 199,14	98 782,32
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	92 427,92		92 427,92	4 621,43	87 806,49
Gina Maria dos Santos Pimentel	95 139,96		95 139,96	4 757,03	90 382,93
			511 065,80	**25 553,44**	**485 512,36**

Unidade: euros

Membro do Conselho de Administração Executivo	Benefícios Sociais									
	Subsídio de refeição		Regime de proteção social		Encargo anual seguro de saúde	Encargo anual seguro de acidentes pessoais	Outros			
	Valor/ dia	Montante pago ano	Identificar	Encargo anual			Identificar	Valor	Identificar	Valor
Miguel Jorge de Campos Cruz	9,60	2 064,50	Segurança Social	26 067,57	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	743,10	Bolsa de Mérito	1 100,00
Carlos Alberto João Fernandes	9,60	2 174,90	Segurança Social	23 460,80	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	665,00		
Maria Amália Freire de Almeida	9,60	2 229,90	Caixa Geral de Aposentações	23 460,92			Seguro de Acidentes de Trabalho	665,06		
Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa	9,60	2 120,60	Segurança Social	20 854,04	429,60	6,93	Seguro de Acidentes de Trabalho	592,08	Bolsa de Mérito	600,00
Gina Maria dos Santos Pimentel	9,60	2 246,90	Segurança Social	21 465,94			Seguro de Acidentes de Trabalho	609,87		
		10 836,80		**115 309,27**	**1 288,80**	**20,79**		**3 275,11**		**1 700,00**

Nota: Não existe Seguro de Vida dos membros do Conselho de Administração Executivo.

2. INDICAÇÃO DOS MONTANTES PAGOS, POR OUTRAS EMPRESAS EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO OU QUE SE ENCONTREM SUJEITAS A UM DOMÍNIO COMUM

Os membros do CAE auferem o vencimento relativo ao órgão executivo da IP, não sendo remunerados pela acumulação com outros cargos executivos no Grupo IP.

3. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO PAGA SOB A FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS E EXPLANAÇÃO DOS MOTIVOS POR QUE TAIS PRÉMIOS E/OU PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS FORAM CONCEDIDOS

Não está instituída a prática de pagamento de remuneração sob a forma de participação nos lucros, ou atribuição de prémios, aos órgãos sociais.

4. REFERÊNCIA A INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não foram pagas indemnizações durante o exercício.

5. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA EMPRESA

Os membros do Conselho Geral e de Supervisão, auferiram as seguintes remunerações:

Unidade: euros

Nome	Remuneração Anual Bruta
José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	25 863,43
Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz	-
Total	**25 863,43**

Nota: Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz, não é remunerado, desde julho de 2017, altura que passou à situação de reforma.

6. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Os membros da mesa da mesa da assembleia geral não receberam senhas de presença durante o ano de 2024.

Unidade: euros

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado	Remuneração Anual 2024 Bruta
	Presidente	Não Nomeado (*)	650,00	0,00
	Vice-Presidente	Não Nomeado (**)	525,00	0,00
2018-2020	Secretária	Maria Isabel Louro Carla Alcobia	400,00	0,00
			Total	**0,00**



VIII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS

1. APRESENTAÇÃO DE MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA EMPRESA PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS[25] E INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

O Grupo IP recorre aos serviços de uma entidade externa para revisão, análise e validação e controlo das transações com partes relacionadas, bem como para composição do *dossier* de preços de transferência da sociedade.

De acordo com este regime, nas operações comerciais ou financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, com a qual esteja em situação de relações especiais, devem ser contratadas, aceites e praticadas em termos ou condições substancialmente idênticas às que seriam entre entidades independentes em operações comparáveis.

O Grupo IP apresenta, anualmente, às autoridades fiscais relatório demonstrativo de que as transações realizadas entre as empresas do Grupo IP e partes relacionadas são efetuadas dentro de condições de mercado, ou seja, são praticadas seguindo a metodologia utilizada para transações com as restantes entidades do mercado.

Consideram-se partes relacionadas, as entidades em relação às quais a IP controla (empresas subsidiárias), seja controlada (Estado Português) ou em que exerça controlo conjunto (operações conjuntas) e outras entidades (Operadores Ferroviários).

Identificadas as entidades relacionadas, as mesmas são introduzidas com número de sociedade parceira na aplicação de contabilidade (SAP), ficando desde esse momento identificados todos os saldos e transações gerados de ali em diante.

Mensalmente, é efetuada uma reconciliação de saldos e transações, sendo internamente reportadas as diferenças apuradas com vista à sua análise e resolução. No final do exercício, os saldos e transações apurados são reportados aos consultores, acompanhados pelos contratos que lhes estão subjacentes de modo a preparar os *dossiers* de preços de transferência.

[25] *Para efeitos do conceito de parte relacionada tenha-se em conta o que se encontra definido na NCRF 5 (Norma contabilística e de relato financeiro 5. Divulgações de Partes Relacionadas), e também no n.º 4 do artigo 63.º do CIRC (Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas).*

2. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

a) PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A Infraestruturas de Portugal está abrangida pelo **Código dos Contratos Públicos** (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (e sucessivas alterações). Em cumprimento do CCP adotou como procedimentos pré-contratuais, o Concurso Público, o Concurso Público com Prévia Qualificação, a Consulta Prévia, o Ajuste Direto (Critérios: Valor e Material) e Ajuste Direto em regime simplificado.

A política de contratação da empresa assenta na **promoção da concorrência** para garantir as melhores condições de mercado, pelo que o procedimento de contratação preferencial é o Concurso Público (nacional e internacional) limitando-se os ajustes diretos para procedimentos de contratação específicos, quer em termos do objeto a contratar, quer em termos do enquadramento em que os mesmos se verificam.

Para desenvolvimento dos procedimentos contratuais, a IP recorre à plataforma eletrónica AnoGov e a uma plataforma interna de contratação para procedimentos que permitam o uso deste tipo de ferramentas eletrónicas, garantindo-se desta forma maior rigor e transparência nos procedimentos de contratação.

O Grupo IP detém um **Manual de Contratação**, que regulamenta toda a atividade de contratação da empresa e das empresas participadas (adaptadas ao setor tradicional e ao setor especial), tendo sido revisto e atualizado em 2021 na sequência da publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, passando a contemplar os novos procedimentos instituídos pelas medidas especiais de contratação pública, com prazo de vigência temporalmente limitado, em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de tecnologias de informação e conhecimento, de execução do Programa de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, de gestão de combustível no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), bem como alterações de natureza processual, tal como a necessária verificação do cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 113.º do CCP para procedimentos ao abrigo do regime simplificado, por ajuste direto ou consulta prévia. Foi iniciado, em 2024, a revisão do referido manual em função das alterações legislativas entretanto ocorridas, das quais se destacam as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro, que aprova um regime de fiscalização prévia especial pelo Tribunal de Contas dos atos e contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus. Este diploma aprova um regime excecional aplicável às ações administrativas urgentes de contencioso pré-contratual que tenham por objeto a impugnação de atos de adjudicação relativos a procedimentos de formação de contratos que se destinem à execução de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, bem como um regime de recurso à arbitragem nos contratos de empreitada de obra pública ou de fornecimento de bens ou serviços públicos que sejam financiados ou cofinanciados por fundos europeus;

- Decreto-Lei n.º 108/2024, de 18 de dezembro, que regula as condições para a dispensa de revisão prévia do projeto de execução de obra pública em projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus;
- Resolução n.º 4/2024-PG, de 16 de dezembro, relativa às instruções para a organização e tramitação dos processos de fiscalização prévia especial do Tribunal de Contas, bem como sobre as regras de utilização da Plataforma eContas;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2023, de 25 de outubro, que define os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado.

Em 2024 foi também publicada a Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, que aprovou o modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses destinada aos membros dos órgãos de administração, dirigentes e trabalhadores das entidades públicas. A referida portaria definia, como prazo de entrada em vigor, 30 dias após a sua publicação, contudo a Portaria n.º 38/2025/1, de 14 de fevereiro define, como data de entrada em vigor da Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto, um ano após a sua publicação

O processo continuo de adaptação das minutas tipo prosseguiu durante 2024, em função das alterações aplicáveis.

À semelhança de anos anteriores, no 4.º trimestre de 2024 procedeu-se à elaboração do **Plano de Contratação** para o ano de 2025, atualizado de acordo com as necessidades, permitindo aperfeiçoar o planeamento e desenvolvimento dos processos de contratação a serem promovidos.

Durante 2024 deu-se continuidade à implementação de melhorias na aplicação informática de contratação da IP, conhecida como DESCO, aplicável a todo o Grupo Infraestruturas de Portugal, tendo por base a atividade da empresa, as alterações ao Código de Contratação Pública e demais legislação aplicável e ao Manual de Contratação. Foram introduzidos novos campos para efeito da fundamentação da subcontratação e introduzida uma nova funcionalidade relativa às declarações de conflito de interesses, a subscrever pelos elementos do júri e gestor do contrato. Começou também a ser desenvolvida modificação da aplicação, para estender a funcionalidade para apoio às obrigações previstas na Portaria n.º 185/2024/1, de 14 de agosto.

Durante o ano de 2024 foram publicadas diversas fichas de *best practice* relacionadas com a utilização desta aplicação, designadamente sobre o regime de subcontratação previsto no artigo 318.º do Código dos Contratos públicos e relativamente às novas funcionalidades relacionadas com as Declarações de Inexistência de conflito de interesses relativas ao júri e aos gestores dos contratos.

No ano de 2024, registou-se a adjudicação dos seguintes procedimentos, de valor igual ou superior a 5 milhões de euros:

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração Contrato	Preço Contratual
10012012 - Cabos Submarinos-Componente Marítima (Cabos+SMART)	Consulta Prévia	Alcatel Submarine Networks	FR33389534256	20-02-2024	13-03-2024	139 000 000
10015833 - L. Vendas Novas-Modernização	Concurso Público Internacional	Domingos da Silva Teixeira SA	PT501489126	05-12-2024	-	116 818 015
10013953 - L. Douro - Marco-Régua - Eletrificação - Execução	Concurso Público Internacional	CASAIS - SOMAFEL, ACE EMP. DA LINHA DO DOURO-MARCO-REGUA	PT518285367	08-11-2024	12-11-2024	110 742 152
10013604 - IP3 Coimbra / Viseu - Troço Santa Comba Dão / Viseu - Duplicação / Requalificação	Concurso Público Internacional	Ferrovial Agroman SA	PT980064937	12-07-2024	26-07-2024	103 280 960
10015497 - L. Cintura E L. Norte - Estações de Concentração de Campolide, Oriente e Alverca e Azambuja - Sinalização (Digitalização do Transporte Ferroviário)	Concurso Público Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	07-11-2024	25-11-2024	52 176 535
LOTES 10017717 - Fornecimento de Energia Para As Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal 2024-2027	Concurso Público Internacional	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	26-09-2024	13-11-2024	29 240 128
		LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA	PT513172670	26-09-2024	30-10-2024	26 763 379
10016199 - IP2 - Variante Nascente Évora - Execução	Concurso Público Internacional	Construções Gabriel Couto SA	PT500072868	27-06-2024	01-08-2024	27 450 000
		Teixeira Duarte-Eng. Construções SA	PT500097488	27-06-2024	01-08-2024	27 450 000
10005537 - L. Norte - Alfarelos-Pampilhosa-Intervenções Complementares (Layout e EP Alfarelos e Desnivelamentos)-Execução	Concurso Público Internacional	Casais-Engenharia e Construção SA	PT500023875	11-04-2024	19-06-2024	21 997 342
		Somafel - Eng.Obras Ferroviárias SA	PT500272557	11-04-2024	19-06-2024	7 672 663
10013922 - EN10, KM 118+560, Ponte Marechal Carmona - Reabilitação e Reforço Estrutural	Concurso Público Internacional	Conduril - Engenharia, SA	PT500070210	21-11-2024	-	20 045 997

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração Contrato	Preço Contratual
10013822 - IP8 (EN121) - Ferreira do Alentejo (Km 51+280) (Rotunda com a ER2) / Beja (73+810) (Rotunda com o IP2), Incluindo Variante a Beringel	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	16-05-2024	22-07-2024	17 144 109
		TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	16-05-2024	22-07-2024	16 471 791
10016025 - EN103 - Vinhais (Km 228+000) / Bragança (Km 260+400) – Requalificação	Concurso Público Internacional	SOCORPENA ENGENHARIA E CONTRUÇÃO S.A.	PT503496251	21-06-2024	09-09-2024	16 949 268
10013534 - RAP Grande Lisboa - Conservação Corrente e Operação 2025-2028	Concurso Público Internacional	INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária,SA	PT503970352	21-06-2024	07-08-2024	15 547 857
10016689 - EN211 – Variante Entre Quintã E Mesquinhata	Concurso Público Internacional	CANDIDO JOSÉ RODRIGUES, LDA	PT500326517	08-11-2024	19-12-2024	14 665 085
10014833 - EN125 - Variante a Olhão	Concurso Público Internacional	Construções Gabriel Couto SA	PT500072868	01-02-2024	07-03-2024	14 405 000
10015118 - Aquisição de carril 60E1 para aplicação na Linha de Vendas Novas	Concurso Público Internacional	JSW Steel Italy Piombino SpA.	IT01804670493	09-05-2024	23-08-2024	12 738 000
10015120 - Aquisição de travessas de betão monobloco polivalentes para a Linha de Vendas Novas	Concurso Público Internacional	Satepor-Ind.Travessas de Betão, SA	PT506528286	28-03-2024	24-05-2024	9 743 500
10016439 - RAP A23 - Conservação Corrente e Operação – 2025-2028	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	02-08-2024	23-09-2024	9 241 017
LOTES 10010266 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional entre 1 de junho de 2023 e 31 de maio de 2028	Concurso Limitado Prévia Qualificação Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	01-02-2024	24-05-2022	9 204 705
		Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	01-02-2024	24-05-2024	9 100 174
		HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	01-02-2024	11-06-2024	6 188 543

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração Contrato	Preço Contratual
10013543 - ER206 V.N. Famalicão (Km 22+320) e Entroncamento com ER310 (Km 37+528). Reabilitação	Concurso Público Internacional	Domingos da Silva Teixeira SA	PT501489126	28-08-2024	26-09-2024	8 975 647
LOTES 10016120 - Renovação Licenciamento/manutenção Microsoft 2024-2027	Concurso Público Internacional	Claranet II Solutions, S.A	PT510728189	16-05-2024	29-05-2024	8 955 942
10002491 - RFN - Instalação De Sistemas Complementares De Segurança - Execução	Concurso Público Internacional	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	12-12-2024	31-01-2025	8 653 727
10014391 - EN263 - Variante a Aljustrel	Concurso Público Internacional	TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	15-02-2024	25-03-2024	8 496 000
LOTES 10015603 - Aquisição de carril 54E1 e 60E1	Concurso Público Internacional	Arcelor Mittal España, S.A.	A81046856	18-07-2024	19-09-2024	8 409 000
10016440 - RAP Norte - Conservação Corrente e Operação 2025-2028	Concurso Público Internacional	INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária,SA	PT503970352	04-07-2024	24-09-2024	8 251 172
10015259 - L. Algarve - Faro-VRSA - SST Olhão - Execução	Concurso Público Internacional	EDP Comercial Comercialização de Energia, SA	PT503504564	02-05-2024	26-07-2024	8 192 308
		Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	02-05-2024	26-07-2024	6 104 398
10013143 - L. Oeste (Meleças-Caldas da Rainha) e L. Norte (Sta Apolónia) - Instalação ETCS N 1 a EMULAR CONVEL	Ajuste Direto	ALSTOM FERROVIÁRIA PORTUGAL, S.A.	PT500274371	26-09-2024	11-11-2024	7 499 999
10012976 - IC1 - KM567+571, Ponte Sobre o Rio Sado - Reabilitação da Obra de Arte	Concurso Público Internacional	VSL Sistemas Portugal Pré-Esforço, Equip. e Montagens, SA	PT501517260	24-10-2024	29-11-2024	7 388 000
10016274 - Tecnologias de Informação e Rede de Dados – 2024/26 – IPT	Ajuste Direto	IP Telecom, SA	PT505065630	29-05-2024	24-06-2024	6 616 917
10012740 - IP7 Eixo N/S, KM5+720 ao KM 6+400: Reformulação do Nó de Telheiras/Carnide- Ligação à 2.ª Circular entre o Km 5+720 ao Km 6+100	Concurso Público Internacional	ABB Alexandre Barbosa Borges	PT500553408	29-05-2024	01-08-2024	6 267 827

Unidade: euros

Objeto	Tipo de Procedimento	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração Contrato	Preço Contratual
10010582 - Linha do Sul - Empreitada de Reforço da Ponte da Marateca ao PK 8+886	Concurso Público Internacional	Extraco - Const. Proxectos, S.A. Sucursal em Portugal	PT980427568	29-05-2024	26-07-2024	6 259 536
10015558 - L. Beira Alta - Pampilhosa-Vilar Formoso - CCO, Interfaces E Intervenções Na Sinalização Existente	Ajuste Direto	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	29-02-2024	15-04-2024	5 999 999
LOTES 10014533 - Processo de Migração para a Solução SAP S/4HANA	Concurso Público Internacional	SEIDOR PORTUGAL LDA	PT508096855	16-05-2024	19-07-2024	5 993 655
10016535 - L. Vouga - Espinho e Vila da Feira - Renovação da Superestrutura de Via - Execução	Concurso Público Internacional	Fergrupo - Construções e Técnicas Ferroviárias, SA	PT502156392	03-10-2024	09-12-2024	5 948 046
10008051 - EN347 - Acesso ao Terminal Ferroviário de Alfarelos (1ª FASE)	Concurso Público Internacional	Casais-Engenharia e Construção SA	PT500023875	01-02-2024	04-04-2024	5 849 086
10009974 - EN392 - km 77+660 ao km 88+478 - Intervenções De Emergência em Locais Afetados Pelas Obras da EDIA - Beneficiação	Concurso Público Internacional	Construções J.J.R. & Filhos, SA	PT502197714	01-02-2024	28-03-2024	5 786 554
10014010 - L. Douro - Marco-Régua - Eletrificação - Gestão e Fiscalização	Concurso Público Internacional	Tabique Engenharia, Lda	PT503888460	18-07-2024	19-09-2024	5 747 238
10014584 - L. Sines - R. da Petroquímica - Reabilitação - Execução	Ajuste Direto	TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	28-03-2024	17-05-2024	5 300 000
10016112 - Aquisição de travessas de betão monobloco polivalentes com fixação para carril 54E1 e carril 60E1	Concurso Público Internacional	Satepor-Ind.Travessas de Betão, SA	PT506528286	19-09-2024	18-11-2024	5 149 320
10017555 - Fornecimento de Energia para as Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal - Junho a Setembro 2024	Ajuste Direto	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	16-07-2024	05-08-2024	5 062 970
					Total	**984 943 562**

PARTES RELACIONADAS

As entidades tidas por relacionadas, no caso da IP, são todas as que se encontram incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como clientes e fornecedores estratégicos no âmbito do Grupo IP.

Em 2024, a IP realizou transações com as seguintes partes relacionadas e tipologias:

IP ENGENHARIA

- Gastos: Serviços de engenharia, estudos e projetos de fiscalização;
- Rendimentos: Prestação de serviços financeiros, jurídicos, recursos humanos e logísticos (serviços partilhados); Recebimento de Dividendos.

IP TELECOM

- Investimentos e gastos: Serviços de manutenção da subconcessão - Aluguer e Manutenção de Fibra Ótica; Aquisição de serviços especializados de informática, incluindo acesso a rede de dados;
- Rendimentos: Rendas no âmbito da suboncessão da infraestrutura de telecomunicações, equipamentos, redes e sistemas conexos e de suporte; Prestação de serviços financeiros, jurídicos, recursos humanos e logísticos (serviços partilhados).

IP PATRIMÓNIO

- Gastos: Prestação de serviços relativos a gestão do património.
- Rendimentos: Rendas no âmbito da Concessão de exploração de bens do domínio público ferroviário e de gestão dos bens do domínio privado atribuída à IP Património; Prestação de serviços financeiros, jurídicos, recursos humanos e logísticos (serviços partilhados) ; Fornecimento de energia elétrica e água.
-

Unidade: milhares de euros

EMPRESA	DESCRIÇÃO DE TRANSAÇÃO	MONTANTE
IP Engenharia	Investimentos	-2 754,84
	Fornecimentos e Serviços	-519,26
	Outros gastos	-5,55
	Dividendos recebidos	476,36
	Prestações de serviços	173,95
	Outros Rendimentos	45,24
	Total	**-2 584,09**

Unidade: milhares de euros

EMPRESA	DESCRIÇÃO DE TRANSAÇÃO	MONTANTE
IP Telecom	Fornecimentos e Serviços	-6 997,77
	Outros Gastos	2,04
	Outros Rendimentos	6 929,63
	Total	**-66,10**
IP Património	Fornecimentos e Serviços	12,67
	Dividendos recebidos	1 199,96
	Outros Gastos	0,38
	Prestação de Serviços	95,86
	Outros Rendimentos	9 498,34
	Total	**10 807,23**

Em 2024, as transações com entidades conjuntamente controladas foram as seguintes:

Unidade: milhares de euros

EMPRESA	DESCRIÇÃO DE TRANSAÇÃO	MONTANTE
AVEP	Investimentos, Fornec e Serviços e Outros Gastos	-3,12
	Total	**-3,12**
CP	Fornecimentos e Serviços	2 653,75
	Gastos com pessoal *	1 682,06
	Outros gastos	25,14
	Outros rendimentos	-274,42
	Prestações de Serviços	-77 341,93
	Investimento	4 623,69
	Total	**-68 631,71**

* Refere-se a concessões de transporte concedidas aos colaboradores da IP

b) IDENTIFICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

Unidade: euros

OBJETO	NATUREZA DO CONTRATO	LEGISLAÇÃO	FORNECEDOR	NIF	DATA DE ADJUDICAÇÃO	DATA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	PREÇO CONTRATUAL
10013143 - L. Oeste (Meleças-Caldas da Rainha) e L. Norte (Sta Apolónia) - Instalação ETCS N 1 a EMULAR CONVEL	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	ALSTOM FERROVIÁRIA PORTUGAL, S.A.	PT500274371	26-09-2024	11-11-2024	7 499 999
10016274 - Tecnologias de Informação e Rede de Dados – 2024/26 – IPT	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IP Telecom, SA	PT505065630	29-05-2024	24-06-2024	6 616 917
10015558 - L. Beira Alta - Pampilhosa-Vilar Formoso - CCO, Interfaces e Intervenções na Sinalização Existente	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	29-02-2024	15-04-2024	5 999 999
10014584 - L. Sines - R. da Petroquímica - Reabilitação - Execução	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	TECNOVIA-Sociedade de Empreitadas Lda	PT500280908	28-03-2024	17-05-2024	5 300 000
10017555 - Fornecimento de Energia para as Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal - Junho a Setembro 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	16-07-2024	05-08-2024	5 062 970
10015975 - Upgrade TMS CCO do Lisboa	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	06-06-2024	11-07-2024	4 800 000
10015934 - Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações do Grupo das Infraestruturas de Portugal janeiro a abril de 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	19-01-2024	08-02-2024	4 322 187

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10002739 - SIP - Upgrade Sistema Central (Ação Para Integrar nos CCO de Lisboa e Porto o SIP das Linhas do Minho, Douro, Norte, Beira Alta, Cascais, Corredor Internacional Sul e Algarve	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	21-11-2024	29-01-2025	2 500 000
10015843 - Elaboração, Revisão e Gestão de Estudos e Projetos no Âmbito do Programa PNI2030	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IP Engenharia, SA	PT500440131	15-02-2024	26-02-2024	1 790 353
10003698 - AT-ENE - Contrato Manutenção Telecomando e Supervisão - 2024-2027	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	EFACEC ENERGIA-Máquinas e Equipam Eléctricos, SA	PT504040847	18-04-2024	28-05-2024	1 352 500
10004450 - Sistemas de Telecomunicações Ferroviárias THALES - Prestação Serviços de 2ª Linha (24/26)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	19-07-2024	06-08-2024	1 260 000
10017152 - Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações do Grupo das Infraestruturas de Portugal - maio de 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IBERDROLA, Unipessoal Lda	PT502124083	16-05-2024	18-06-2024	1 101 906
10016006 - L. Algarve - SIP - Fase II	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	07-11-2024	-	1 050 000
10015871 - Ferrovia 2020 e PNI 2030 - Assessoria Técnica IPE - 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IP Engenharia, SA	PT500440131	10-01-2024	31-01-2024	948 411
10015872 - Elaboração, Revisão e Gestão de Estudos e Projetos no Âmbito dos Investimentos de Manutenção da Rede Ferroviária – 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IP Engenharia, SA	PT500440131	01-02-2024	19-02-2024	946 763
10016034 - L Beira Alta - Mangualde-Celorico da Beira - PS Pedonal de Mourilhe	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Mota-Engil, Eng. e Construção,S.A.	PT500197814	14-06-2024	19-07-2024	918 042

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10017597 - Fornecimento de Energia para as Instalações do Grupo Infraestruturas de Portugal - BTN- Junho a Setembro 2024 - Luzboa	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA	PT513172670	16-07-2024	31-07-2024	845 352
10014840 - Aquisição de magnetos de via para a Linha de Cascais "Nova sinalização".	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	09-02-2024	10-04-2024	719 791
10018952 - L. Beira Alta - Est. Pampilhosa + Concordância - CCO Materialização	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	28-11-2024	13-01-2025	716 517
10015938 - Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações do Grupo das Infraestruturas de Portugal janeiro a abril de 2024 - BTN	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA	PT513172670	18-01-2024	02-02-2024	673 690
10017027 - L. Cascais - Subestação de Tração do Cais do Sodré - Renovação	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	02-08-2024	27-08-2024	650 000
10016191 - RSE IP-MPLS e SDH - Contrato Manutenção	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Nokia Solutions and Networks Portugal S.A.	PT507834763	04-07-2024	30-08-2024	639 700
10017723 - L. Cascais - Cais do Sodré - Aquisição de Solução de Alimentação Modular Contentorizada	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	ElektroRail B.V.	NL 854941538B01	05-08-2024	06-09-2024	620 000
10017502 - L. Algarve - Faro-VRSA - Eletrificação - Trabalhos Complementares - Execução	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Sacyr Neopul, SA	PT501378375	18-07-2024	01-08-2024	583 458
10016311 - Renovação licenciamento Outsystems	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	OutSystems-Software em Rede, S.A.	PT504995634	23-04-2024	07-06-2024	541 728
10018100 – SMM Fecho e Acabamentos Diversos	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	SCOPLANO - Engenharias, Lda	PT516097350	10-10-2024	17-10-2024	500 000
10016853 - Lote A - L. Minho - Valença-Fronteira - Instalação ATP ASFA	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	18-07-2024	16-08-2024	489 457

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10017346 - RAP Grande Lisboa - Exploração da Rede em Mínimos Operacionais - 2024	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária,SA	PT503970352	14-08-2024	29-08-2024	425 000
10015441 - PF224_1B_EIA_LAV Porto/Vigo - Troço Braga/Valença – EIA	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Arqpais - Consult. de Arquitectura Paisagista e Ambiente, Lda	PT503400300	29-02-2024	04-04-2024	424 915
10016964 - L. Douro – PK122,600 AO PK122,650 - Estabilização Talude de Aterro TA122(LD)	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Mota-Engil, Eng. e Construção,S.A.	PT500197814	23-05-2024	25-07-2024	405 315
10008099 - GSM-R. Substituição/Fornecimento de Posição de Operação (Dispatcher) CCO Lisboa e Porto (2ª Fase)	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	Kontron Transportation Portugal Unipessoal, Lda	PT510484514	03-10-2024	29-10-2024	399 826
10015873 - Assessoria Técnica de Engenharia Rodoferroviária - 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	IP Engenharia, SA	PT500440131	01-02-2024	19-02-2024	394 968
10015839 - Nova Linha Porto-Lisboa - Ampliação da Estação do Oriente e do VFT - Verificação de Estruturas e Fundações e de Geologia E Geotecnia	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	GRID-Inter. Consul. Engineers, SA	PT513637990	22-02-2024	28-03-2024	384 950
10016135 - Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens na A21 – Ericeira/Malveira/Venda do Pinheiro (A8)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Geira S.A.	PT508320151	30-01-2024	15-02-2024	380 000
10013394 - Aquisição de Interruptor / disjuntor de catenária unipolar, tipo VSV 25 KV, COELME	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	SellOn-Soluções de Eng. Unip., Lda	PT513438866	09-02-2024	26-02-2024	375 040
10015853 - PF224_1A_EIA_LAV Porto/Vigo - Troço Porto/Braga – EIA	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	AGRI-PRO Ambiente - Consultores, SA	PT502614471	29-02-2024	04-04-2024	374 700

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016143 - Aquisição de material para o sistema Convel	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	ALSTOM FERROVIÁRIA PORTUGAL, S.A.	PT500274371	03-10-2024	29-10-2024	366 480
10015849 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 4 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	28-03-2024	30-04-2024	360 000
10017488 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 4 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	27-06-2024	01-08-2024	360 000
10017055 - L. Norte - Espinho-Gaia - PK 315+480 - Nova Escada de Acesso à PIR - Conceção-Execução	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	AZVI, S.A.	A41017088	03-09-2024	18-11-2024	329 000
10015945 - Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens na A23 – Torres Novas (A1)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Ascendi O&M, S.A.	508677688	11-01-2024	31-01-2024	303 000
10013398 - Aquisição de autómato himatrix	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	Optieng - Optimização de Processos Industriais, Lda.	PT507833058	25-03-2024	03-04-2024	294 100
10015846 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 1 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	28-03-2024	08-05-2024	290 000
10017485 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 1 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	27-06-2024	05-08-2024	290 000

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10018087 - Aquisição de lubrificador fixo de via Lubricurve e componentes	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	Llalco Fluid Technology SL	ESB81626244	10-10-2024	04-11-2024	287 150
10017333 - Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens na A21 – Ericeira/Malveira/Venda do Pinheiro (A8)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Geira S.A.	PT508320151	29-05-2024	25-06-2024	285 000
10018153 - Prestação integrada de serviços de cobrança de portagens na A21 – Ericeira/Malveira/Venda do Pinheiro (A8)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Geira S.A.	PT508320151	27-08-2024	24-09-2024	285 000
10018787 - L. Norte – Ovar-Gaia - PK296,600 a Pk315,380 - Subtroço 3.3 - Renovação Integral de Via - Revisão Conformidade Normativa e Novos Requisitos Técnicos	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	TECNOFISIL - Gabinete de Estudos e Projectos de Engenharia, Lda.	PT502001364	28-11-2024	14-01-2025	266 855
10017819 - L. Alta Velocidade - V. N. de Gaia - Plano de Pormenor	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	BAU-B Arquitectura i Urbanisme.SLP	B60126315	04-09-2024	09-10-2024	265 500
10015848 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 3 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	24-05-2024	30-04-2024	235 080
10017487 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 3 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	01-07-2024	02-08-2024	235 080
10017608 - Manutenção de Passagens de Nível da Linha do Oeste	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	07-08-2024	01-10-2024	230 000

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016826 - EN101 - Ponte Internacional de Monção Sobre o Rio Minho (Km1+441) - Alargamento do Tabuleiro	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Armando Rito Engenharia, S.A	PT501261320	16-07-2024	14-08-2024	222 578
10016175 - SMM – Adaptação a Uma Solução Metro Bus – Troço Coimbra B / Portagem e Linha do Hospital – Alterações ao PE	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PROFICO - Consultores de Engenharia, S.A	PT502668490	07-03-2024	26-03-2024	220 000
10017722 - EN378. Entroncamento com ER377 (Km 10+830) e Entroncamento com EN379 (Santana) (Km 20+900) - Reabilitação	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	OPTIMYZER, Optimização e Revisão de Sol. de Engenharia, Lda	PT508592747	13-11-2024	-	220 000
10013050 - Manutenção 2ª Linha Sensorização - 2024-2026	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	F.FONSECA,S.A.	PT500833982	25-03-2024	06-06-2024	215 303
10018030 - Assessoria e Patrocínio Jurídico para o Período de Outubro de 2024 a Outubro de 2027 aos Processos de Natureza Fiscal IVA.	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Eduardo Paz Ferreira e Associados Sociedade de Advogados	PT510780962	31-10-2024	16-12-2024	205 800
10018042 – Modelo de Mercadorias e Consultadoria no Modelo de Transportes	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VTM, Cons. de Engenharia, Lda.	PT501384456	04-11-2024	27-11-2024	205 760
10019177 - Aquisição de Serviços para a Prestação Integrada de Cobrança de Portagens na A21 – Ericeira/ Malveira/ Venda do Pinheiro (A8)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Geira S.A.	PT508320151	29-11-2024	17-12-2024	190 000
10015676 - Monitorização Geotécnica da Infraestrutura Ferroviária Para 2024-2026	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	LNEC-Laborat. Nac. Engenharia Civil	PT501389660	23-02-2024	18-03-2024	178 323
10016781 - Aquisição de serviços de parqueamento de Aparelhos de Via (AV) 2024 – Contratos fornecimentos Futrifer	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Futrifer-Indústrias Ferroviárias SA	PT503038113	15-05-2024	05-06-2024	175 685

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10017153 - Fornecimento de Energia Elétrica às Instalações do Grupo das Infraestruturas de Portugal - BTN - maio de 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	LUZBOA - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA, LDA	PT513172670	16-05-2024	24-06-2024	168 423
10017992 - Impactos de Novos Elementos na Exploração da Rede Ferroviária Nacional	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SMA und Partner AG	CH106183230	02-10-2024	31-10-2024	164 000
10017734 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 2 CT3 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	04-10-2024	09-10-2024	163 670
10016738 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha LOTE 2 CT2 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	11-05-2024	26-06-2024	163 670
10017486 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 2 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	01-07-2024	02-08-2024	163 250
10015950 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 1 Jan-Mar 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	15-01-2024	23-02-2024	160 885
10016737 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha LOTE 1 CT2 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	11-05-2024	20-06-2024	160 885
10017733 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha LOTE 1 CT3 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	27-08-2024	17-10-2024	160 885
10016162 - AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Telecomunicações Ferroviárias THALES (5 meses) 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	27-02-2024	18-03-2024	160 330
10016231 - Aquisição de MVS para aplicação na estação de Oeiras (AMV 6) - Modernização da Linha de Cascais	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	VAE GMBH - Sucursal em Portugal	PT980448492	07-03-2024	06-06-2024	160 320

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016657 - EN109 - Ponte Edgar Cardoso sobre o Rio Mondego - Assistência Técnica Especial	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Armando Rito Engenharia, S.A	PT501261320	24-05-2024	21-06-2024	160 000
10015805 - Manutenção Cinemómetros - 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	MICOTEC ELECTRONICA LDA	PT501344608	23-02-2024	12-06-2024	158 886
10016090 - SMM - Troço Alto São João-Serpins - Equipamentos de Segurança – Fiscalização e CSO	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PENGEST-Planeamento, Engenharia e Gestão, SA	PT501340114	25-03-2024	22-04-2024	149 220
10017009 - Inspeção de Carril em Contínuo - com Recurso a Veículo de Inspeção Pesado - 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	REDALSA SA	ESA28328847	25-06-2024	29-07-2024	147 000
10017502 - L. Algarve - Faro-VRSA - Eletrificação - Trabalhos Complementares - Execução	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Sacyr Somague, S.A.	PT503156000	18-07-2024	01-08-2024	145 864
10015140 - Aquisição de isolador de secção 25 KV	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	EIP – Serviços, S.A.	PT516165437	08-02-2024	05-03-2024	144 650
10015977 - Évora Norte e Elvas/Caia (Fronteira Com Espanha) - Nova Ligação Ferroviária - Assistência Técnica e de Coordenação Técnica – Prorrogação	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SENER-ENGIVIA Consultores de Engenharia, S.A.	PT501962336	14-03-2024	09-05-2024	143 918
10017779 - L.Norte - Alfarelos Pampilhosa-Assistência Técnica	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efeito Espiral Engenharia, Lda.	PT513229663	10-10-2024	06-02-2025	140 940
10015342 - Aquisição de material para o sistema Convel	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	ALSTOM FERROVIÁRIA PORTUGAL, S.A.	PT500274371	07-03-2024	15-07-2024	139 756
10017772 - Évora Norte / Elvas - Coordenação de Assistência Técnica e Assistência Técnica (Lote 3 - Alandroal / Linha do Leste)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SENER-ENGIVIA Consultores de Engenharia, S.A.	PT501962336	13-12-2024	28-01-2025	139 601

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10015880 - Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações Elétricas da especialidade Energia de Tração" Lote 2	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	25-03-2024	22-04-2024	134 044
10016397 - Assistência Técnica EM120	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Kurt Homme e CIA LDA	PT500492476	22-04-2024	13-05-2024	132 426
10015847 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 2 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	03-06-2024	30-04-2024	126 750
10016931 - L.Alta Velocidade_Soure_Carregado- Estudo Ferroviário da Nova Estação Leiria e Acessibilidades de 1º Nível	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	AVPL- SERVIÇOS DE CONSULTORIA, LDA	PT513794344	05-06-2024	01-07-2024	126 500
10018101 - Prestação de Serviços de assessoria para implementação dos requisitos e condições previstas nos Regulamentos da Comissão Europeia relativos à ETI-EGT (Especificação Técnica de Interoperabilidade – Exploração e Gestão de Tráfego)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Zertive, SA	PT510502725	14-11-2024	10-01-2025	125 000
10015848 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 3 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SISINT-Supervisão, Conservação, Manut. Gestão Redes Energia Lda	PT506596966	24-05-2024	30-04-2024	124 920
10017487 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 3 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SISINT-Supervisão, Conservação, Manut. Gestão Redes Energia Lda	PT506596966	01-07-2024	02-08-2024	124 920

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10015847 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 2 (1 de maio a 30 de junho de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SISINT-Supervisão, Conservação, Manut. Gestão Redes Energia Lda	PT506596966	03-06-2024	30-04-2024	123 250
10017867 - Manutenção Plataforma Drive - 2024 / 2025	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	ARMIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LDA	PT507349601	03-10-2024	22-10-2024	122 613
10015879 - Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações Elétricas da especialidade Energia de Tração" Lote 1	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	25-03-2024	22-04-2024	115 970
10015607 - L. Alta Velocidade - Estação Porto Campanhã - Gestor Plano de Urbanização Protocolo CMPorto	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Centro de Estudos e Desenvolvimento	PT501748318	10-01-2024	08-02-2024	108 144
10016216 - AT-ENE- Contrato De Manutenção TLC STI 2024 - 4 Meses	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	EFACEC ENERGIA-Máquinas e Equipam Eléctricos, SA	PT504040847	29-02-2024	21-03-2024	105 860
10016632 - Aquisição de IT para acesso das Estações às ASE Ferroviárias	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	A2ITwb - Tecnologia, S.A.	PT510688268	29-04-2024	15-05-2024	103 663
10017498 - SMM - Consultoria no Acompanhamento da Auditoria de Segurança Rodoviária (ASR) do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM): Fase 3 E Fase 4	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	ENGIMIND, LDA Consultores de Eng. e Planeamento	PT507783727	22-07-2024	16-09-2024	102 500
10016739 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 3 CT2 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VIATEL-Tec. de Comunicações, S.A.	PT502309105	10-05-2024	26-06-2024	102 198
10017735 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 3 CT3 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VIATEL-Tec. de Comunicações, S.A.	PT502309105	04-10-2024	09-10-2024	102 198

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10015613 - L. Alta Velocidade - Estação Coimbra - Gestor Plano de Pormenor Protocolo CM Coimbra	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Centro de Estudos e Desenvolvimento	PT501748318	10-01-2024	28-02-2024	102 050
10018457 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 2 CT4 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	02-12-2024	08-01-2025	101 741
10018456 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 1 CT4 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	26-11-2024	09-01-2025	100 010
10017612 - Aquisição de Serviços de Aceitação e Cobrança de Pagamentos com Cartões Bancários em Transações de Portagens para Condutores de Veículos de Matrícula Estrangeira	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PAGAQUI, S.A.	PT510293298	28-06-2024	02-08-2024	100 000
10016043 - L. Minho - Pte Internacional de Valença - Reparações Localizadas da Proteção Anticorrosiva	Empreitada	CCP (DL nº 18/2008)	Montaco-Tratamentos Anticorrosivos e Construção Civil, SA	PT500653941	24-05-2024	01-08-2024	99 997
10015662 - Serv. Vig. e Segurança – Vale de Figueira (PN km 84+031 da LN) e Granja (PN km 320+704 da LN)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PRAXIS - SEGURANÇA S.A.	PT515762083	10-01-2024	05-03-2024	99 840
10015414 - Prolongamento da plataforma de passageiros de Tavira. Trabalhos de sinalização.	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Siemens Mobility, Unipessoal Lda	PT514750901	20-02-2024	20-03-2024	98 300
10016897 - Renovação dos licenciamentos EMME e Plaxis 2D (01/08/2024 a 31/07/2027).	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Bentley Systems Intern. Limited	IE9729353D	15-08-2024	09-10-2024	98 254
10016912 - L. Alentejo - Estação Pinhal Novo - Estudos e Projetos (Fase 1)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PROF. EDGAR CARDOSO - Engenharia, Laboratorio de Estruturas, Lda	PT502813237	20-11-2024	20-12-2024	97 380

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10016846 - L. Oeste – Túneis – Reforço da Assistência Técnica Especial no Período de Encerramento	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	GIBB Portugal, S.A. Consultores de Engenharia	PT503838160	11-04-2024	-	97 000
10017659 - AT-TT Prestação Serviços de 2ª linha aos sistemas de Telecomunicações Ferroviárias THALES (3 meses) 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	11-07-2024	24-07-2024	96 198
10019076 - RRN-Manutenção Telemática Rodo CTA2	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	CME - Construção e Manutenção Electromecânica SA	PT501369295	04-12-2024	26-12-2024	90 500
10017334 - Consultoria de Engenharia - Apoio Técnico e de Coordenação: Conceção da Integração dos Projetos Ferroviários PNI2030 F2 (AML)- Componente Exploração E Sinalização	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Greentool - Gestão de Projectos e Investimentos, Lda	PT509092217	02-07-2024	17-07-2024	90 230
10019076 - RRN-Manutenção Telemática Rodo CTA2	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	CME - Construção e Manutenção Electromecânica SA	PT501369295	04-12-2024	26-12-2024	89 200
10018476 - LAV Porto -Lisboa ACB das Opções de Bitola para a LAV	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	TIS.PT, Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, SA	PT504527380	28-11-2024	18-12-2024	89 000
10016651 - L. Sintra - Estação de Campolide - Reabilitação Geral	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Viyella & Carvalho, Lda	PT500692564	11-07-2024	23-09-2024	88 800
10015589 - L. Alta Velocidade - Estação Gaia - Gestor Plano de Pormenor Protocolo CM VNGAIA	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Centro de Estudos e Desenvolvimento	PT501748318	10-01-2024	08-02-2024	88 100

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10015881 - Aquisição de Serviços para a "Manutenção de Instalações Elétricas da especialidade Energia de Tração" Lote 3	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	PT502533447	25-03-2024	22-04-2024	87 243
10019047 - L. Oeste - AT Especial 03/2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	GIBB Portugal, S.A. Consultores de Engenharia	PT503838160	21-11-2024	-	87 120
10017486 - Manutenção de 1.ª Linha dos Sistemas de Sinalização Eletrónicos Instalados na Rede Ferroviária Nacional - Lote 2 (1 de julho a 31 de agosto de 2024)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SISINT-Supervisão, Conservação, Manut. Gestão Redes Energia Lda	PT506596966	01-07-2024	02-08-2024	86 750
10015951 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 2 JAN-MAR 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	15-01-2024	23-02-2024	84 768
10015951 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 2 JAN-MAR 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VIATEL-Tec. de Comunicações, S.A.	PT502309105	15-01-2024	23-02-2024	84 768
10018967 - L. Norte - V.F.XIRA - Estação e Interface - EIA	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Miguel Arruda - Arquitectos Associados, Lda.	PT500944440	22-11-2024	12-12-2024	80 000
10017180 - Assessoria Técnica para Apoio da Especialidade Via Férrea	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	PVH - Projectos Técnicos, Lda	PT508655501	02-07-2024	14-08-2024	79 500
10015655 - L. Vendas Novas - Cintagem e Levantamento Topográfico de Árvores a Abater	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	AERO TOPOGRAFICA LDA	PT500316864	07-03-2024	07-05-2024	77 500
10016719 - Aquisição de serviços de parqueamento de Aparelhos de Via (AV) 2024 – Contratos fornecimentos VAE	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VAE GMBH - Sucursal em Portugal	PT980448492	02-08-2024	09-10-2024	75 996

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10018889 - Aluguer Operacional de 328 Viaturas para a IP (LP - B e C) por 1 mês	Locação de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	LeasePlan Portugal - Com. e Alug. de Autom. e Equip., Unip. Lda.	PT502167610	27-12-2024	03-01-2025	75 486
10016024 - Aquisição de Serviços de Assessoria para apoio à elaboração da 2ª fase da candidatura "ATLANTIC CAM – Segmento Continente-Madeira", ao Programa CEF Digital	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	DELOITTE TECHNOLOGY, S.A. Ex-Deloitte Consultores, S.A.	PT502310090	01-02-2024	19-02-2024	75 000
10018961 - Aquisição de serviços de Patrocínio judiciário na área laboral para o ano de 2025	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Saraiva Sousa, Gomes Almeida & Ass -Sociedade de Advogados	PT504002686	26-12-2024	-	75 000
10015838 - L.Beira Alta - Mangualde/Celorico. Estabilização Taludes. Assistência Técnica Especial	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	TPF-Cons. de Eng.e Arquitetura, SA	PT500963363	29-01-2024	06-03-2024	73 500
10017564 - Auditorias combinadas para o 3º ciclo de certificação ao Sistema de Gestão da IP de acordo com as normas ISO 9001 e ISO 55001	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	APCER-Assoc. Port. de Certificação	PT503731765	20-08-2024	05-09-2024	71 924
10018954 - L. Alta Velocidade - Lisboa-Madrid - TTT - Atualização Est Orçamental	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	GRID-Cons Estud Proj Engenharia,Lda	PT500948976	07-11-2024	-	71 550
10018677 - Prestação de serviços para o ano 2025 de patrocínio judiciário e assessoria pela sociedade de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados, RL	PT502101210	27-12-2024	16-01-2025	70 000
10017771 - L.Norte PK 227,680 AO PK 227,950 (LD). Est. Talude Aterro	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Engigeo-Eng. Geotecnica, Lda	PT514803991	01-10-2024	23-10-2024	69 500

Unidade: euros

Objeto	Natureza do contrato	Legislação	Fornecedor	NIF	Data de Adjudicação	Data Celebração do Contrato	Preço Contratual
10018341 - Renovação de apoio e manutenção ao Gesven GRH e etrabalho 2025	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SOFT2000 Soc. Portuguesa de Software, SA	PT501530932	05-11-2024	12-11-2024	69 300
10016984 - Serviços de manutenção do SGS 2024/2025 e Bolsa de horas	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	ARMIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LDA	PT507349601	27-12-2024	31-01-2025	67 100
10017520 - Recondicionamento de três pórticos móveis de apoio a preparação travessas de betão bibloco	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	MARCOVIL-Metalomecânica de Viseu,SA	PT501869174	21-08-2024	28-08-2024	65 310
10018458 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha LOTE 3 CT4 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VIATEL-Tec. de Comunicações, S.A.	PT502309105	04-12-2024	14-01-2025	63 529
10018045 - Aquisição de Empilhadores	Aquisição de Bens Móveis	CCP (DL nº 18/2008)	Jungheinrich Portugal, Equipamentos de Transporte, Lda.	PT504034871	25-09-2024	08-10-2024	63 000
10018359 - L. Beira Alta - Pampilhosa-Vilar Formoso - Conclusão - LNEC	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	LNEC-Laborat. Nac. Engenharia Civil	PT501389660	21-10-2024	06-11-2024	61 000
10017089 - L.Norte - Alhandra- Estudo de Integração Urbana	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Miguel Arruda - Arquitectos Associados, Lda.	PT500944440	26-06-2024	16-07-2024	58 880
10015933 - L. Norte - V.F. Xira - Estudo de Integração Urbana	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Miguel Arruda - Arquitectos Associados, Lda.	PT500944440	15-02-2024	08-03-2024	56 000
10015952 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 3 Jan-Mar 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	HITACHI RAIL GTS PORTUGAL , S.A.	PT507775597	15-01-2024	23-02-2024	55 633
10015952 - RFN - Manutenção Telemática 1ª Linha Lote 3 Jan-Mar 2024	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	VIATEL-Tec. de Comunicações, S.A.	PT502309105	15-01-2024	23-02-2024	55 633

Unidade: euros

OBJETO	NATUREZA DO CONTRATO	LEGISLAÇÃO	FORNECEDOR	NIF	DATA DE ADJUDICAÇÃO	DATA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	PREÇO CONTRATUAL
10016554 - Variante à EN14 Lanço Interface Rodoferroviário / Santana (En14), Incluindo Nova Ponte Sobre o Rio Ave - Assistência Técnica Especial	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	DIMECONSULT II - ENGENHEIROS CONSULTORES LDA	PT504914588	07-05-2024	07-06-2024	55 000
10018680 - Prestação de serviços de patrocínio judiciário e assessoria pela sociedade de Advogados Sérvulo & Associados para o ano de 2025	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Sérvulo & Associados, RL Sociedade de Advogados, SP	PT504344285	12-12-2024	16-01-2025	50 490
10016889 - Desenvolvimentos, manutenção corretiva e evolutiva SGOC	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	SOLVIT - Innovation & Development On Telecommunications, Lda	PT513432442	21-08-2024	11-09-2024	50 000
10017853 - Pontes Metálicas Ferroviárias - Avaliação de Fadiga (Lote 1 | Fase 3)	Aquisição de Serviços	CCP (DL nº 18/2008)	Civilser, Lda Estudos e Projectos de Engenharia	PT504409409	30-10-2024	22-11-2024	50 000

Nota: Legislação aplicável a todos os procedimentos CCP (DL nº 18/2008)

c) Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)

No quadro seguinte apresenta-se a lista de fornecedores cuja faturação foi, em 2024, superior a 19 milhões de euros:

Unidade: milhares de euros

Empresa	2024
ASCENDI NORTE, AUTO-ESTRADAS DO NORTE, S.A.	248 573
ASCENDI PINHAL INTERIOR – ESTRADAS PINHAL INTERIOR, S.A.	148 750
ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA, AUTO - ESTRADAS DAS BEIRAS LITORAL E ALTA, S.A.	139 126
SDI SUBCONCESSIONÁRIA DOURO INTERIOR, S.A.	100 715
ASCENDI GRANDE PORTO AUTO ESTRADAS DO GRANDE PORTO S.A.	97 169
Sacyr Somague, S.A.	77 453
NORSCUT CONCESSÃO DE AUTO - ESTRADAS, S.A.	75 892
AUTO ESTRADAS NORTE LITORAL - SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA – AENL, S.A.	69 404
SCUTVIAS - AUTOESTRADAS DA BEIRA INTERIOR, S.A.	66 872
AUTO-ESTRADAS XXI – SUBCONCESSIONÁRIA TRANSMONTANA, S.A.	60 034
AUTOESTRADA DO ALGARVE - VIA DO INFANTE - SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA - AAVI, S.A.	56 627
COMSA, S.A.	51 366
Sacyr Neopul, SA	49 039
SPER - SOCIEDADE PORTUGUESA PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO RODOVIÁRIA S.A.	48 853
Mota-Engil, Eng. e Construção, S.A.	48 382
ASCENDI COSTA DE PRATA, AUTOESTRADAS DA COSTA DE PRATA, S.A.	44 913
ASCENDI GRANDE LISBOA, AUTO - ESTRADAS DA GRANDE LISBOA, S.A.	42 636
BRISA - CONCESSÃO RODOVIÁRIA, S.A.	38 014
Construções J.J.R. & Filhos, S.A.	36 009
AEBT - AUTO-ESTRADAS DO BAIXO TEJO, S.A.	34 874
ASCENDI O&M, S.A.	34 801
Alcatel Submarine Networks	34 750
HITACHI RAIL GTS PORTUGAL, S.A.	33 862
INTEVIAL Gestão Int. Rodoviária, S.A.	31 135
FCC Construccion, S.A. Sucursal	30 600

Unidade: milhares de euros

EMPRESA	2024
AELO AUTO ESTRADAS DO LITORAL OESTE, S.A.	28 985
SOMEFER, A.C.E.	27 710
Construções Gabriel Couto S.A.	26 975
Conduril - Engenharia, S.A.	25 636
Contratas Y Ventas - Suc. em Portugal	25 020
Siemens Mobility, Unip. Lda.	23 792
Somafel - Eng.Obras Ferroviárias S.A.	22 471
Teixeira Duarte - Eng. Construções S.A.	20 288
Domingos da Silva Teixeira, S.A.	20 091
AEDL - Autoestradas do Douro Litoral, S.A.	20 039
Total	**1 940 858**


guias
sonoras
para sua segura
5199
SOS

IX. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

A Infraestruturas de Portugal tem vindo a assumir o desempenho da sustentabilidade como um vetor fundamental da governação da empresa. Aliar os objetivos estratégicos do negócio, às questões do ambiente, das relações com os *stakeholders*, da promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação, do combate à corrupção, incentivando os canais de comunicação de irregularidades e os planos de gestão de risco, num contexto de consolidação do modelo de gestão do Grupo, são um desafio permanentemente prosseguido e cuja demonstração se pretende aperfeiçoar, de acordo com as orientações emanadas da UE e transpostas para a ordem jurídica nacional.

A divulgação da informação não financeira segue os princípios orientadores da Diretiva Europeia 2022/2464, de 14 de dezembro, sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD), e cumpre a obrigatoriedade de publicação disposta no Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, e artigo 66.º B do Código das Sociedades Comerciais.

A este propósito, refira-se que a informação não financeira do Grupo IP será reportada no Relatório e Contas de 2024, que integra a informação sobre os temas de sustentabilidade.

Nos últimos anos tem-se verificado um aumento da complexidade regulatória, nomeadamente em termos da regulação ambiental e de sustentabilidade.

A CSRD exige que grandes empresas já sujeitas à Diretiva de Reporte não Financeiro (Non-Financial *Reporting Directive* (NFRD)) divulguem informação adicional sobre as suas práticas ESG (*Environment, social e Governance*), a partir de 1 de janeiro de 2025, e referentes ao exercício de 2024. A divulgação das questões de sustentabilidade deve seguir as Normas Europeias para Relatórios de Sustentabilidade (ESRS) publicadas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG). O Grupo IP, sabendo que, a partir de 2025 e relativamente ao exercício de 2024, se enquadra nos parâmetros de reporte da CSRD, iniciou o seu processo de transição para o alinhamento com estas novas orientações em cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Diretiva, apesar de a mesma ainda não se encontrar transposta para a legislação nacional.

Importa referir que o desenvolvimento das novas normas europeias (ESRS) assegura o alinhamento com os standards de reporte já existentes e internacionalmente aceites, designadamente as normas de reporte de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI).

Assim, e em resumo, dá-se destaque aos seguintes aspetos, no que respeita à sustentabilidade do Grupo IP, os quais têm o devido desenvolvimento no mencionado Relatório de Sustentabilidade:

1. ESTRATÉGIAS ADOTADAS E GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS FIXADAS

Este tema está devidamente desenvolvido no ponto Objetivos de Gestão 2024 (capítulo I do presente relatório).

2. POLÍTICAS PROSSEGUIDAS COM VISTA A GARANTIR A EFICIÊNCIA ECONÓMICA, FINANCEIRA, SOCIAL E AMBIENTAL E A SALVAGUARDAR NORMAS DE QUALIDADE.

Em 2024a IP prosseguiu o seu ambicioso Plano de Investimentos, cuja execução ascendeu a 775,8 milhões de euros, o que representa um crescimento de 25% face ao ano anterior. Este valor de investimento encontra-se associado às intervenções desenvolvidas na infraestrutura rodoferroviária sob gestão direta da IP, ou seja, no desenvolvimento de intervenções de expansão, modernização e requalificação da rede. Inclui ainda os equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade da empresa, enquanto responsável pela gestão da infraestrutura rodoferroviária. Não inclui os encargos assumidos com as Parcerias Público Privadas.

No ano em análise, o destaque continua a ser o **Programa Ferrovia 2020**, tendo o mesmo atingido uma execução financeira de cerca 472 milhões de euros, destacando-se a execução das obras no **Corredor Internacional Norte**, na Linha da Beira Alta (260 milhões de euros) e no **Corredor Internacional Sul**, na Linha Évora Norte – Elvas (115,5 milhões de euros).

No âmbito da rodovia, há a destacar a execução dos empreendimentos incluídos no **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, que realizou 92,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 90% face a 2023. A obra da Variante à EN14 Lanço Interface Rodoferroviário / Santana (EN14), Incluindo Nova Ponte Sobre o Rio Ave e a obra na EN14 Via Diagonal / Interface Rodoferroviário da Trofa - 2ª Fase, foram as ações com maior execução em 2024 (12 milhões de euros e 11,5 milhões de euros, respetivamente).

Perspetiva-se, um cenário de continuidade de aumento da atividade de investimento para os próximos anos, refletido no PAO 2025-2027 já aprovado pela Tutela, mantendo-se a tendência de crescimento anual que se tem verificado desde 2016.

Com a prossecução de políticas para **eficiência económica e financeira a IP** alcançou os seguintes resultados, no ano de 2024:

- **RENDIMENTOS OPERACIONAIS** 1.546,5 milhões de euros, mais 200,3 milhões de euros do que em 2023;
- **GASTOS OPERACIONAIS** 1.217,9 milhões de euros, mais 72,1 milhões de euros do que em 2023;
- **RESULTADO OPERACIONAL** de 331,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 125,4 milhões de euros face ao período homólogo de 2023;
- **RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS** foi de 161,2 milhões de euros, o que significa um aumento de 137,2 milhões de euros face ao ano anterior;
- **RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO** foi de 123,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 105,1 milhões de euros face a 2023.

3. FORMA DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS INERENTES A UMA ADEQUADA GESTÃO EMPRESARIAL

a) DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DOS TERMOS DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO, DESIGNADAMENTE NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DOS CONSUMIDORES

(ARTIGO 49.º DO RJSPE)

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO GRUPO IP

O Grupo IP, estando consciente da responsabilidade da sua missão e do seu impacte na sociedade, assenta a sua estratégia de sustentabilidade nos 3 pilares ESG, *Environmental, Social and Governance* estabelecendo para cada pilar de sustentabilidade, um conjunto de eixos de intervenção, que enquadram a gestão da empresa e orientam a sua atividade para investimentos de impacto ambiental e social benéfico, para uma mobilidade e gestão de ativos mais sustentável e inteligente, para a promoção ativa da responsabilidade social, não só nas suas áreas de negócio, mas também no seu relacionamento externo, e para o alinhamento da sua cadeia de valor com princípios éticos e responsáveis.

O financiamento da sustentabilidade tem um papel fundamental a desempenhar na concretização da estratégia de sustentabilidade, orientando o investimento para tecnologias e negócios mais sustentáveis e para uma atividade de baixo carbono, circular e resiliente.

Reconhecendo que as empresas devem ter um forte envolvimento na concretização da Agenda 2030, pois é nas suas cadeias de valor que ocorrem os principais impactes, a IP já identificou, ancorados no seu negócio e em alinhamento com os tópicos materiais, os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) prioritários.

Em 2024, a IP foi distinguida na 4.ª edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e promovido pelo Jornal de Negócios. Este prémio foi atribuído à iniciativa da IP - Programa de Eletrificação da RFN, na categoria Descarbonização, que pretende reconhecer iniciativas/projetos que criem um impacte positivo a nível da redução das emissões de gases com efeito de estufa e a promoção da luta contra as alterações climáticas.

Este prémio, a par de outras distinções, são um reconhecimento do trabalho das equipas do Grupo IP nas questões da sustentabilidade e da descarbonização, quer pela atividade da empresa, enquanto organismo público, com responsabilidades acrescidas neste âmbito, mas também pelas características e impacto da atividade na sociedade. No contexto dos ODS, este Prémio reconheceu o contributo desta iniciativa da IP para os ODS 9 – Inovação em infraestruturas, ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima e ODS 7 – Energia limpa e acessível.

Adicionalmente, a IPE foi distinguida, em 2024, no âmbito do reconhecimento de práticas de responsabilidade social e sustentabilidade pelo seu Programa de Assistência Técnica que visa a melhoria do planeamento do Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique, contribuindo para o ODS17. O Grupo IP tem desempenhado um papel relevante ao fomentar a colaboração e a

cooperação técnica entre Portugal e os Países de Língua Portuguesa. A parceria com Moçambique é um exemplo de como a cooperação pode fortalecer capacidades institucionais para melhorar a gestão de infraestruturas, gerando benefícios para a população.

A IP subscreveu em 2024 a Carta de Princípios do BCSD Portugal, documento que estabelece os princípios que constituem as linhas orientadoras para uma boa gestão empresarial. Ao subscrever a Carta de Princípios, a IP reconhece que a gestão sustentável das empresas é um fator diferenciador e de competitividade.

Os objetivos e os compromissos que regem a atuação sustentável da Empresa na sociedade, tendo em conta o interesse público inerente à sua atividade, encontram-se estabelecidos na Declaração de Política de Responsabilidade Social do Grupo IP, de 15 de julho de 2016

A IP reconhecendo a importância da sua missão corporativa ao serviço da sociedade, na criação de laços e relações mais estreitas com as comunidades aprovou, em fevereiro, o Programa e o Regulamento do Voluntariado Corporativo, que materializa um maior compromisso de intervenção social e espírito solidário, através da participação ativa de todos. “IP Solidária” é o slogan que sintetiza os valores e o espírito de solidariedade e partilha que nos norteiam, adotado para identificar e enquadrar as ações solidárias promovidas pela IP. O Regulamento do Voluntariado Corporativo estabelece a prática, as atividades e as condições da adoção do voluntariado nas empresas do Grupo IP, concedendo aos seus colaboradores horas laborais, para que possam participar em iniciativas solidárias. Alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os valores corporativos da Empresa, o Voluntariado Corporativo é *"um exercício cívico de corresponsabilidade em prol de interesses comuns da sociedade, segundo valores de solidariedade e compromisso"*. (Guia do Voluntariado Corporativo em Instituições de Economia Social, Grace 2016).

Ainda em 2024 o Grupo criou a Bolsa de Voluntariado, composta por cerca de 220 colaboradores que podem desta forma ajudar a mudar a vida das pessoas que os rodeiam, quer na Empresa, quer na comunidade.

A atuação do Grupo IP dirige-se, quer ao público interno, quer ao público externo e encontra-se estruturada em 4 eixos - qualidade de vida, ambiente, mobilidade e segurança, e assenta num conjunto de parcerias e iniciativas inovadoras.

GRUPO IP SOLIDÁRIO (EIXO DA QUALIDADE DE VIDA)

Em 2024, este eixo integrou o apoio a várias iniciativas sociais, nomeadamente:

- **“Juntos, abrimos caminhos e estradas de esperança” para ajudar o CASA**

Na data em que se celebrou o Dia Internacional do Voluntário, 5 de dezembro, data instituída pela ONU, com o lema "Voluntários diversificados, comunidades mais fortes", os colaboradores do Grupo foram convidados a serem voluntários por esta causa e a contribuírem para a Campanha Solidária de Natal da IP. Com o lema 'Juntos, abrimos caminhos e estradas de esperança', o objetivo foi recolher o maior número de donativos, direcionados para projetos de apoio alimentar, alojamento e reintegração social de pessoas em situação de vulnerabilidade, além de garantir o suporte a famílias com dificuldades financeiras. Os contributos (bens alimentares e de higiene, e vestuário), destinaram-se a apoiar as famílias beneficiárias do CASA, Centro de Apoio ao Sem Abrigo.

- **IP apoia o Banco Alimentar**

A IP apoiou as duas grandes campanhas de recolha de bens alimentares do Banco Alimentar Contra a Fome em 2024. A IP apoia permanentemente esta instituição, cedendo as instalações em Lisboa (armazém e espaço para parqueamento, junto à Estação de Alcântara-Terra), Caldas da Rainha, Évora, Covilhã, e através da recolha de alimentos nos supermercados dos espaços inseridos nas Estações de Sete Rios e Stª Apolónia, em Lisboa.

- **Aniversário da IP**

No 9.º Aniversário da empresa, sob o mote "Ligamos Pessoas", celebrado a 4 de junho, no Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, fomos mais solidários e demos as mãos pelos utentes da Associação dos Lares Ferroviários - Lar do Entroncamento, através da recolha e entrega de bens alimentares, que atingiu mais de 1,5 toneladas de bens. Parcerias (Eixo da Qualidade de Vida, Ambiente, Segurança e Mobilidade)

Qualidade de Vida/Inovação

Em 2024, este eixo integrou o apoio a várias iniciativas sociais, nomeadamente:

- **Mês Europeu da Diversidade**

O Grupo IP associou-se ao Mês Europeu da Diversidade, que se celebrou em maio, participando no dia 22, na iniciativa "STEM LABS: Laboratórios de Engenharia e Tecnologia", no Centro Cultural de Viana do Castelo. Esta ação, incluída no Programa Engenheiras Por Um Dia, assinalou ainda o "Girls in ICT Day". A IP marcou presença através da apresentação teórica e prática sobre a utilização dos Drones na Construção, Operação, Manutenção e Fiscalização da Rede Rodoviária.

O Grupo IP enquanto membro parceiro do Programa Engenheiras Por Um Dia, esteve de novo presente na 8.ª Edição deste Programa – o objetivo desta iniciativa é o de sensibilizar e promover a opção pelas engenharias e pelas tecnologias, junto das jovens estudantes dos ensinos básico e secundário, desconstruindo a ideia de que são áreas de domínio masculino, combatendo assim os estereótipos que tendem a condicionar as suas opções escolares e de carreira.

Ainda no âmbito deste Programa, a IP participou no Dia Internacional da Mulher, a par de várias organizações parceiras, participando no vídeo institucional que assinalou esta data, onde são apresentados testemunhos de engenheiras das várias empresas, desconstruindo o preconceito de que as TIC são um universo predominantemente masculino.

Saliente-se que o Grupo IP é, desde 2021, subscritor da Aliança para a Igualdade nas TIC.

Ambiente

Agir não só na sustentabilidade ambiental, mas cruzar esta linha de atuação com a linha da responsabilidade social corporativa, é um princípio expresso na *Declaração de Política de Responsabilidade Social da IP.* Enquanto parceiros do Electrão, a participação nas campanhas

possibilita a consciencialização dos colaboradores para as vantagens ambientais da reciclagem e para o papel cívico de cada um.

- **IP associa-se novamente à Campanha "Quartel Electrão"**

Em 2024, fomos novamente parceiros da Campanha "Quartel Electrão", que reverteu a favor dos Bombeiros Voluntários de Almada - Associação Humanitária, no distrito de Setúbal. Os temas da responsabilidade social e ambiental assumem um papel preponderante na vida de todos, e a IP reconhece a importância de agir de forma proativa, em prol das comunidades e do futuro coletivo. A Campanha "Quartel Electrão" tem como objetivo reconhecer o papel das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e sensibilizar a população para a importância da reciclagem e da proteção do ambiente.

- **Dia Mundial do Ambiente | IP reconhecida pelo Electrão na Campanha "Todos Pelo IPO"**

No dia 5 de junho, comemorou-se o Dia Mundial do Ambiente, sob o tema "A nossa terra. O nosso futuro.", apelando à restauração da terra. A IP parceira do Electrão desde 2021, foi reconhecida como umas das Organizações que mais contribuiu para a Campanha de 2023 "Todos Pelo IPO", onde foram recolhidos um total de 10 toneladas de pilhas, baterias e equipamentos elétricos e eletrónicos.

Estes resíduos resultam da entrega de materiais usados pelos próprios colaboradores, e outros resultantes da atividade das empresas do Grupo.

- **Dia Nacional da Sustentabilidade**

No Dia Nacional da Sustentabilidade, o Grupo IP associou-se a esta data através do seu compromisso com este desígnio e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Presidente do Conselho de Administração da IP, Miguel Cruz, é Embaixador em Portugal para os ODS das Nações Unidas/*Global Compact* Portugal, em particular para o ODS9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas.

- **IP planta arbustos com as crianças do Jardim-Escola João de Deus, em Coimbra**

No âmbito da empreitada do Metrobus, a IP organizou uma ação de carácter social e ambiental com o 2º Jardim-Escola João de Deus, em Coimbra, para a plantação dos canteiros incluídos na construção do troço Alto de S. João – Portagem, do Sistema de Mobilidade do Mondego, contribuindo para o aumento de espaços verdes na cidade e valorização ambiental no cumprimento dos objetivos da Empresa. Tratou-se de uma iniciativa ambiental e de proximidade com a comunidade mais jovem, promovendo-se o papel ativo que todos temos na criação de cidades mais sustentáveis. Dos 400 alunos da Escola participaram cerca de 250 crianças, com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos. Com uma enorme adesão e alegria, as crianças que participaram na iniciativa foram sensibilizadas para a importância de cuidar do ambiente, tendo a IP ainda convidado a Escola a colaborar na rega das plantas até ao final das atividades letivas.

- **IP associa-se à Hora do Planeta e desliga as luzes em Pontes e Estações**

O Grupo IP desligou, no dia 23 de março, as luzes decorativas na Ponte 25 de Abril, em Lisboa, na Ponte do Freixo no Porto, e em nove estações ferroviárias, associando-se novamente ao maior movimento global em defesa da natureza. A IP associa-se a esta iniciativa desde 2014, em parceria com a WWF Portugal.

- **Voluntários IP promovem a Reflorestação em Monforte**

No dia 22 de novembro reflorestámos o parque de merendas Norte de Monforte, adjacente ao IP2, no concelho de Monforte, distrito de Portalegre, em mais uma ação da "IP Solidária". Nesta iniciativa participaram mais de 30 voluntários da Bolsa de Voluntariado IP, aos quais se juntaram duas turmas do 7º e dos 8º anos do Agrupamento de Escolas João Maria Carriço, de Monforte. Esta iniciativa contou ainda com a participação da C.M. de Monforte como parceira. O Presidente da IP, Miguel Cruz, e a Vice-Presidente, Maria Amália Almeida, também marcaram presença na ação, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Monforte, Gonçalo Lagem, a Dirigente da Unidade Orgânica da Educação e Gestão do Parque Escolar, Vera Pegacha, e o Diretor do Agrupamento de Escolas, António Parreira, destacando a importância destas ações e o envolvimento da comunidade escolar, para um maior alcance da sustentabilidade ambiental. Os voluntários plantaram 200 árvores de espécies autóctones (pinheiros, azinheiras e medronheiros), concluíram a vedação do espaço e, ainda, pintaram a sinalização antiga colocada no terreno (marcos quilométricos e sinais de identificação de localidade), promovendo-se a reflorestação do parque de merendas e a valorização da paisagem.

- **Candidatura e metas climáticas da IP aprovadas pelo *Science Based Targets Iniative***

A IP tem apostado numa estratégia de descarbonização assente em várias iniciativas, onde se inclui a sua adesão ao compromisso climático mundial *Business Ambition* for 1.5º C, criado pela Nações Unidas (UN-Global *Compact), World Wilde Fund for Nature (WWF), World Resources Institute (WRI), CDP – Disclosure Insight Action* e o *Science Based Targets Iniative (SBt*i). No final de 2022 foi submetida a candidatura da IP ao SBTi, tendo esse organismo formalmente aprovado a candidatura da Empresa e respetivas metas de descarbonização em 2024.

- **IP apresenta o Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas**

No dia 24 de outubro, Dia Internacional contra as Alterações Climáticas, a IP realizou na sua sede, em Almada, uma sessão de divulgação do Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC). A sessão designada "Infraestrutura Resiliente e Adaptação Climática", teve como objetivo principal a apresentação do PRIAC. Trata-se de um documento estratégico, concretizado por um grupo de trabalho criado no seio da empresa, que identifica as vulnerabilidades e os riscos para as várias zonas de Portugal e que pretende propor medidas de adaptação às alterações climáticas para as Redes Ferroviária e Rodoviária e para os ativos da Telemática que suportam a exploração.

- **No Dia Internacional da Reciclagem a IP apresentou solução de reciclagem de misturas betuminosas na ER243**

A IP associou-se ao Dia Internacional da Reciclagem, assumindo o seu compromisso na promoção da minimização dos impactes ambientais negativos, adotando em obra soluções tecnológicas que contribuem para a reabilitação sustentável de infraestruturas rodoviárias e partilhando conhecimento adquirido com as partes interessadas. No dia 7 de maio, a IP promoveu uma sessão técnica para partilhar e divulgar o conhecimento adquirido sobre a aplicação de uma nova solução de reaproveitamento de material asfáltico na ER243, alicerçado numa lógica de economia circular, com vista a redução da pegada de carbono. Esta sessão realizou-se no Teatro Virgínia, em Torres Novas, tendo contado com cerca de 100 presenças, entre donos de obra, empreiteiros, colaboradores da IP e outros stakeholders externos.

Segurança

- **O Grupo IP junta-se à campanha nacional "Portugal Chama Por Si. Por Todos.**

À semelhança de anos anteriores, o Grupo IP associou-se novamente a esta campanha contra os incêndios florestais, promovida pela Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF). A limpeza das bermas nas vias rodoviárias e ferroviárias é uma das ações enquadradas nas medidas preventivas dos fogos rurais que a IP desenvolve com vários parceiros, em colaboração com as entidades. Anualmente estas intervenções são realizadas numa área superior a 20 000 hectares. Foram colocadas mensagens nos Painéis de Mensagem Variável nas estradas sob jurisdição da IP, de norte a sul do país.

- **Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível**

A IP associa-se, desde a sua primeira edição, ao Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível que, em 2024, se celebrou a 6 de junho. Numa iniciativa conjunta de vários países liderada pela União Internacional dos Caminhos de Ferro (UIC), assinalou-se a 6 de junho o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível" (ILCAD – *International Level Crossing Awareness Day*).

Tendo como objetivo a sensibilização da sociedade para esta problemática o "Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível", que se celebra pelo 16º ano consecutivo, envolvendo o setor ferroviário e rodoviário, entidades reguladoras, administração pública, forças de proteção e segurança e ONG, põe a ênfase nas medidas educativas, na promoção de práticas seguras e na consciencialização dos utilizadores de que os comportamentos que adotam são determinantes para evitar os acidentes.

- **IP assinala a Segurança nas Passagens de Nível com diversas iniciativas**

A IP assinalou o Dia Internacional para a Segurança nas Passagens de Nível com sessão dedicada ao tema na sede da Empresa e com a dinamização de um conjunto de ações que evidenciam o nosso compromisso. A sessão contou com a presença do Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Espírito Santo, do Presidente do Instituto de Mobilidade e Transportes (IMT), João Caetano, do Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Elvas, bem como de representantes de diversas entidades com responsabilidades na matéria. O Presidente da IP, Miguel Cruz, lembrou na sua intervenção que *"Cada acidente numa passagem de nível é um acidente a*

mais, cada morte numa passagem de nível é uma perda e um acontecimento que não podemos aceitar. Hoje é o Dia Internacional da Segurança em Passagens de Nível. Todos os dias têm de ser mais e mais e mais seguros no atravessamento de cada vez menos e menos passagens de nível. (...) Daí resulta, necessariamente, o compromisso da IP com um Plano de Atuação que não é fácil, desde logo porque o nível de investimento que consideramos necessário para atingir as metas de redução de sinistralidade - dando como assumida uma alteração de comportamentos das pessoas, peões e condutores - é praticamente tão elevado quanto aquele que foi necessários nos últimos 25 anos, e que foi de cerca de 400 milhões de euros. É bom termos esta dimensão presente."

Destacou, ainda, o papel das parcerias institucionais como elemento crucial da estratégia de prevenção e atuação concertada para a redução da sinistralidade ferroviária (IMT, AMT, Forças de Segurança, APA, Autarquias, etc.). Na sessão procedeu-se também à assinatura do Acordo entre a IP e a Câmara Municipal do Cartaxo para a supressão da passagem de nível ao km 60,090 da Linha do Norte, bem como à assinatura, com a Câmara de Elvas, do Memorando de Entendimento sobre a Supressão e Reclassificação de Passagens de Nível na Linha do Leste.

- **Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível - 2024-2030**

Até 2030 prevê-se a supressão de 135 Passagens de Nível (PN) e a reclassificação de 237 PN, envolvendo um investimento superior a 316 milhões de euros. Por ocasião do Dia Internacional para a Segurança em Passagens de Nível, que se assinalou no passado dia 6 de junho, a IP apresentou as Linhas Orientadoras do Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível para o período 2024-2030. Apesar da relevante diminuição do número de PN e da notória evolução positiva na sinistralidade em PN, com uma redução de 86% no número de acidentes nos últimos 24 anos, estas continuam a estar associadas a um número significativo de acidentes. Face a este cenário, e tendo em consideração as Linhas Orientadoras e os objetivos traçados pela IP de registar, em 2030, menos de dez acidentes em PN, comparando com os 22 verificados em 2023, foi apresentado a 23 de outubro o Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível para o período 2024-2030.

Este Plano preconiza um conjunto de medidas que incluem a supressão e reclassificação de PN e a melhoria das suas condições de segurança, assim como a adoção de novas soluções tecnológicas de mitigação de risco, novas estratégias para deteção e sanção de infrações, bem como novas formas e meios de sensibilizar os utilizadores. Até 2030, prevê-se a supressão de 135 PN e a reclassificação de 237 PN, envolvendo um investimento superior a 316 milhões de euros. Complementarmente, atuar-se-á sobre a interface das PN, de modo a dissuadir comportamentos de risco.

- **Segurança em Passagens de Nível | Ações de Sensibilização nas Escolas Secundárias em Aveiro e Olhão**

As ações de sensibilização, inscritas como um dos pilares do Plano para a Redução da Sinistralidade em Passagens de Nível, assumem um papel ainda mais relevante quando direcionadas a públicos específicos, com problemas e preocupações concretas. Neste contexto foram realizadas, no dia 8 de novembro, duas ações de informação e sensibilização na Escola Secundária Dr. Jaime Magalhães Lima, em Esgueira-Aveiro, e no dia 13 de dezembro foi desenvolvida uma iniciativa idêntica na Escola Secundária Dr. Francisco Fernandes Lopes, em Olhão, onde, para além das questões do atravessamento seguro da linha-férrea, foi abordado o risco de eletrocussão. No conjunto, foram

abrangidos cerca de 300 estudantes dos 10º, 11º e 12º anos com os quais foram partilhadas noções sobre o funcionamento do sistema ferroviário, seus principais riscos e respetivas medidas de segurança, habilitando-os e incentivando-os a adotarem comportamentos seguros no seu processo de decisão e interação com o caminho-de-ferro.

- **Peregrinação Segura a Fátima 2024**

No âmbito do combate à sinistralidade e assistência aos utentes nas estradas e no seguimento das comemorações da aparição de Nossa Senhora de Fátima, o Grupo IP realizou uma Campanha de sensibilização de apoio aos peregrinos. A Campanha, que decorreu nas estradas dos distritos de Coimbra, Leiria e Santarém, incluiu ações de sensibilização "direta" junto dos peregrinos e ações de comunicação envolvendo diversas entidades, no sentido de implementar medidas que previnam os acidentes rodoviários e em particular com peregrino

Em 2024 o Grupo IP associou-se, também, à divulgação de várias Campanhas de Segurança Rodoviária:

- O Grupo IP associou-se mais uma vez à campanha de Natal e Ano Novo "O melhor presente é estar presente", promovida pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), inserida na campanha de Natal e Ano Novo 2024/2025 do Ministério da Administração Interna, subordinada ao tema "Festas MAIs Seguras", com o objetivo de apelar a quem circula nas estradas e nas ruas que o façam em segurança, convocando-os a dar prioridade à vida na quadra festiva.
- Como valor intrínseco à prossecução da sua missão, a IP apela à segurança rodoviária de todos os cidadãos, tendo-se associado mais uma vez à ANCIA - Associação Nacional de Centros de Inspeção Automóvel, na campanha "Zero Mortos na Estrada". A campanha, que decorre anualmente durante a Semana Europeia da Mobilidade, tem como objetivo alcançar zero mortes em acidentes rodoviários, pelo menos, num único dia e insere-se no projeto europeu *Roadpol Safety Days*, um projeto da rede europeia de forças policiais de trânsito que conta com o apoio da Comissão Europeia.

Mobilidade

- **IP associa-se à Semana Europeia da Mobilidade**

A Semana Europeia da Mobilidade celebra-se todos os anos em setembro, data que a IP aproveita para reafirmar interna e externamente o seu envolvimento com o tema, apoiando também a campanha "Zero Mortos na Estrada". Mais mobilidade sustentável. Mais segurança rodoviária. A IP apoiou por mais um ano a Semana Europeia da Mobilidade (SEM), que se realizou de 16 a 22 de setembro, reafirmando o seu compromisso com a mobilidade sustentável e a promoção do transporte ferroviário, como uma forma eficaz de combater as alterações climáticas. A Empresa tem vindo, também, a dotar as suas estações de soluções de mobilidade alternativas mais amigas do ambiente, isto é, a instalação de parques de trotinetes e bicicletas, privadas e de uso coletivo. Considerando o espaço disponível nos centros urbanos na proximidade das Estações Ferroviárias, a IP tem vindo a estudar a gestão das zonas de tomada e largada de passageiros para a utilização eficiente do espaço, usado para várias finalidades, reduzindo assim a dependência do uso do automóvel particular. A IP, através da participada, IPP, contribui ainda para a valorização dos traçados de mobilidade sustentável com clara aposta na requalificação e

reutilização das linhas e canais ferroviários sem exploração, em diversas zonas do país, para a expansão da rede do Plano Nacional de Ecopistas.

- **Abertura de 13,656 km da Ecopista do Tua**

O Município de Mirandela inaugurou, no dia 1 de agosto, a totalidade do troço da Ecopista do Tua inserida nos limites do respetivo concelho, num total de 13,656 km, com início na Estação de Carvalhais, seguindo em direção a Macedo de Cavaleiros.

Esta obra permitiu a reconversão da antiga plataforma de via, numa via ciclável e pedonal reservada a deslocações não motorizadas que permitem a prática de passeios pedonais, em bicicleta, cadeira de rodas, patins e outros meios de mobilidade suave. Este novo troço vem acrescer aos, já concluídos e em uso, 37 km no concelho de Bragança e aos 5 km no concelho de Macedo de Cavaleiros sendo que, neste último município, estão mais 8 km em fase de conclusão, entre o Quadrassal e Grijó, e os restantes 11 km têm a obra já adjudicada, permitindo assim que a totalidade dos 75 km da Ecopista do Tua, projeto intermunicipal iniciado em 2017, em parceria com a IP e a sua participada IPP, que visa unir Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança num troço adaptado à mobilidade suave.

- **Nova Ecopista de Reguengos**

Enquadrada na Semana Europeia da Mobilidade, esta ecopista contribui para a promoção do património natural e cultural do Alentejo. A cerimónia de inauguração da nova Ecopista de Reguengos teve lugar na Antiga Estação Ferroviária de Machede, em Nossa Senhora de Machede, Évora.

A Ecopista faz parte do projeto intermunicipal “Grande Rota do Montado” e visa promover o património natural e cultural do Alentejo. O administrador da IPP, Nuno Neves, ressalvou o contributo das Ecopistas para a descarbonização da mobilidade, oferecendo opções de deslocação sustentáveis, associadas também ao turismo de natureza e ao turismo sustentável, potenciando a recuperação e manutenção da biodiversidade de espécies e diferentes tipos de habitats, salientando ainda que, ao recuperar a utilização das antigas linhas e ramais de caminho de ferro, ainda que para um fim diferente do inicial, as Ecopistas contribuem para recuperar e consolidar a coesão dos territórios, unindo-os e permitindo uma utilização conjunta e integrada dos mesmos. Com uma extensão de 39,7 quilómetros, a Ecopista de Reguengos está dividida em três etapas que valorizam o montado alentejano, um ecossistema característico da região. A infraestrutura integra o Plano Nacional de Ecopistas, desenvolvido pela IP Património, e proporciona condições para a prática de pedestrianismo, ciclismo e outras formas de mobilidade suave.

Cultura e Lazer

- **As estações são espaços de encontro e de vivência, geradores de emoções, abertos à comunidade e à cultura. A associação do Grupo IP à iniciativa da NOVA FCSH** (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa), em parceria com a CP – Comboios de Portugal foram distribuídos oito mil livros gratuitamente nas estações ferroviárias de Entrecampos e Rossio. Este projeto, integrado no 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas – Cidades e Comunidades Sustentáveis, pretende promover a literacia, a partilha de conhecimento e a inclusão social, associando a leitura ao prazer de viajar. Para além disso, permite

transformar as estações ferroviárias em espaços vivos de cultura e de aprendizagem, abertos à comunidade.

- **A Estação de São Bento, recebeu o Time Out Market do Porto** que abriu as portas a 3 de maio, na ala sul da Estação. Na cerimónia de abertura do espaço estiveram presentes o Presidente da IPP e Vice-Presidente da IP, Carlos Fernandes, acompanhado pela Diretora Geral da IPP, Helena Neves, pelo Vogal do Conselho de Administração da IPP, Nuno Neves. Carlos Fernandes, destacou a Estação como um dos símbolos da cidade do Porto, mas também como um local de partida e chegada de milhares de viajantes, e sobretudo de partilha de experiências. O projeto de revitalização deste espaço, que engloba a Sala de Prova e A Vida Portuguesa, é da autoria do arquiteto portuense Eduardo Souto de Moura, prémio Pritzker em 2011. De salientar, ainda, que a Sala de Prova, um espaço dedicado aos vinhos do Douro e do Porto, e que dará vida ao topo da torre desenhada pelo arquiteto Souto de Moura, foi inspirada nos antigos reservatórios de água que existiam nas estações ferroviárias. A Estação de São Bento é considerada uma das mais belas estações do Mundo pela sua arquitetura e pelos magníficos azulejos do pintor Jorge Colaço, estando classificada como imóvel de interesse público, tendo recebido vários prémios e distinções.
- No dia 30 de novembro, realizou-**se a cerimónia de entrega de prémios da 4ª Edição do Concurso Nacional de Desenho sobre o Transporte Ferroviário**, no Museu Nacional Ferroviário, com a participação de mais de 90 crianças e jovens. Uma iniciativa organizada pela IP, pela Fundação MNF - Museu Nacional Ferroviário e pela CP - Comboios de Portugal, em parceria com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, que tem como objetivo promover o caminho de ferro e o comboio como meio de transporte mais sustentável junto das gerações mais jovens. O Concurso, com o tema “Caminhos Cruzados”, destinou-se a estudantes do 1º e 2º Ciclos de todos os estabelecimentos de ensino de Portugal Continental, Madeira e Açores. Nesta edição foram destacadas as histórias, sensações e memórias que se constroem através das viagens de comboio, criando amigos, cruzando caminhos e destinos. Os estudantes que aceitaram o desafio, ousaram contar através dos seus desenhos a forma como veem o comboio e como este os transporta no seu mundo imaginário.

- **Estação de Mirandela transformada em Casa de Arte e Cultura -** Foi inaugurada a 25 de setembro, a reabilitação do Edifício de Passageiros e envolvente da Estação de Mirandela. Uma cerimónia realizada a poucos dias de se comemorarem 137 anos da chegada do primeiro comboio de passageiros, tracionado pela locomotiva a vapor “Trás-os-Montes”, a este emblemático edifício, estação de arquitetura única em Portugal, um local que viu partir e chegar muitos homens e mulheres, um lugar que faz parte da memória individual e coletiva, e muito da memória ferroviária. Na sequência do contrato de comodato, estabelecido em setembro de 2019, entre a IP e a Câmara Municipal de Mirandela, e depois de profundas obras de reabilitação, comparticipadas a 85% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, este edifício emblemático abriu portas com um conjunto diversificado de iniciativas culturais e de lazer. A inauguração contou com a presença da Diretora Geral da IPP, Helena Neves, que teve oportunidade de referir que a recuperação desta estação é a prova de que é possível recuperar e readaptar o património ferroviário desativado sem, contudo, perdermos o património arquitetónico existente, atentos aos seus detalhes, aos vestígios de memórias, como parte integrante da história do lugar, e adequar a solução construtiva às

exigências da atualidade, em perfeita coexistência, respeitando o carácter funcional e utilitário do imóvel, o legado da Linha do Tua e da cidade de Mirandela.

- **Para assinalar o Dia Nacional do Azulejo**, a 6 de maio, a IP celebrou a data promovendo um workshop de azulejaria na Estação de Aveiro. O evento mereceu a curiosidade de muitos passageiros da Estação, que se mostraram recetivos a este género de ações que, sendo de cariz criativo, teve também como objetivo sensibilizar para a necessidade de preservação e valorização do azulejo como património cultural nacional. O local escolhido, a Estação de Aveiro, construída em 1864, com projeto do arquiteto José Coelho, num estilo que se pode considerar próximo do ideal da «casa portuguesa» de Raul Lino (varandas, alpendres, telhados), é por si só um verdadeiro museu, com os seus notáveis painéis de azulejos, azuis e brancos, da Fábrica Fonte Nova, da autoria de Francisco Pereira e Licínio Pinto, produzidos entre 1915 e 1916.

- **A Campanha institucional dos 50 anos do 25 de abril** esteve em várias estações ferroviárias do país, promovida pela Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril. Em 2024, a mensagem patente na marca das Comemorações — 50×2, porque celebramos de 50 anos de liberdade e de democracia — ganha uma nova dinâmica. O ano decorre sob o mote 50xTodos, porque todos são chamados a participar.

- **Grupo IP nas Jornadas Europeias do Património 2024** - As Jornadas Europeias do Património realizaram-se em setembro sob o tema 'Rotas, Redes e Conexões', promovidas pela Direção-Geral do Património Cultural, responsável pela gestão do património cultural em Portugal continental. A participação do Grupo IP, na edição de 2024, consistiu na organização da visita e caminhada ao Ramal de Monção, pela empresa participada IPP, em parceria com o Município de Valença. Durante a visita, os participantes tiveram oportunidade de ouvir a história do Ramal de Monção, do seu património, edificado, cultural e azulejar e importância da sua preservação, disfrutando da Ecopista do Minho na sua plenitude. Ainda no âmbito das Jornadas, a IP realizou uma visita à obra da Ponte Edgar Cardoso com a Câmara Municipal da Figueira da Foz. A visita, aberta ao público em geral, teve como objetivo a vertente histórica da Ponte, na figura do Professor Eng.º Edgar Cardoso e no contributo que teve para o desenvolvimento da Figueira da Foz.

- **A IP é, foi uma vez mais, parceira da 35ª edição do Amadora BD - Festival Internacional de Banda Desenhada**, uma iniciativa promovida pelo município da Amadora. Sob o tema "Humanidade", o evento celebrou os 50 anos do 25 de abril apresentando inúmeras exposições que exaltam os valores da democracia, liberdade, justiça e igualdade. Apresentando-se como um Festival para todos, o Amadora BD apostou, em 2024, em conteúdos generalistas que vão ao encontro de um público mais vasto e alargado, promovendo assim a sua missão de criar e educar novos leitores de banda desenhada. Esta colaboração com a Câmara Municipal da Amadora passa pela promoção do Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora, através da afixação de lonas nas colunas da Estação da Amadora e a colocação de um totem alusivo ao evento na Estação da Reboleira.

- **A 28 de outubro comemorou-se o aniversário do Caminho de Ferro**. Em 2024, a IP relembrou o passado, explorando o presente e refletindo sobre o futuro da Ferrovia em Portugal. Em 168 anos, a Ferrovia alterou o panorama da mobilidade de pessoas e bens. Comboios, linhas, estações, pontes, túneis e viadutos mudaram a paisagem e a urbanidade, enriquecendo as pessoas com a descoberta de outros horizontes, de caminhos para novas oportunidades, tornando o longe mais perto.

- O Grupo IP, ao longo do ano de 2024, em parceria com a escola de dança Blues Swing Lisboa, promoveu o convívio que se realizou na Estação Ferroviária do Cais do Sodré. Em 2024, as Milongas de Tango argentino regressaram às estações da IP. Esta iniciativa, de entrada livre, é promovida pelo Tango na Rua (TNR) e conta com o apoio da Infraestruturas de Portugal.

- A IP apoia a divulgação de iniciativas de âmbito ambiental, cultural, social e de inclusão e bem-estar. através da sua rede de *mupis* e cedência de espaço nas estações ferroviárias.

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS/COMUNIDADES

Grupos Vulneráveis (Eixo da Qualidade de Vida)

- **O Grupo IP associa-se às Campanhas da Helpo, da Acreditar e do Instituto de Apoio à Criança (IAC)** – O Grupo IP, enquanto Empresa socialmente responsável, apoiou a divulgação das campanhas da Helpo, da Acreditar e do Instituto de Apoio à Criança (IAC) nas Estações, através da sua rede de mupis, promovendo a criação de valores sociais. Desde 1994, os voluntários da Acreditar acompanham todos os momentos da doença: diagnóstico, tratamento e pós-tratamento. A Helpo, Organização Não Governamental para o Desenvolvimento, lançou a campanha de apadrinhamento sob o mote "Apadrinhe uma criança e marque a vida de muitos mais", com o objetivo de sensibilizar para o apoio de todos à Educação das crianças e da Saúde Materno Infantil, em Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Portugal, a Helpo integra duas lojas sociais, nomeadamente na Estação Ferroviária de Ermesinde. Efetivamente, promover a defesa dos Direitos Humanos e em particular os Direitos das Crianças, é um dos temas que interessa relevar para uma sociedade mais justa e ao qual o Grupo IP dá a devida atenção, no quadro da sua Política de Responsabilidade Social.
- **O Grupo IP associa-se às Campanhas do Banco Alimentar - "A sua ajuda pode ser o que ainda falta à mesa de uma família."** – o Grupo IP apoia permanentemente o Banco Alimentar Contra a Fome, através da cedência das suas instalações em Lisboa, Caldas da Rainha, Évora, Covilhã, e através da recolha de alimentos nos supermercados instalados nos espaços das Estações, com o apoio da IPP, nomeadamente na Estação de Sete Rios e em Stª Apolónia.
- **O átrio da Estação de São Bento, espaço nobre e emblemático da cidade do Porto, acolheu uma vez mais o Mercado "Arca de Natal"** em dezembro. Trata-se de uma iniciativa organizada pela Câmara Municipal do Porto em parceria com o Grupo IP, que teve como objetivo a exposição e venda de trabalhos elaborados pelos utentes das instituições sociais da cidade do Porto e que visou promover o estreitamento de relações entre os diversos serviços de Ação Social da cidade.

- **Realizou-se no dia 18 junho, o lançamento do novo "Ciclo de Encontros: Sustentabilidade, Responsabilidade Social e Ética", dedicado ao tema "IP Solidária | Voluntariado Corporativo".** O objetivo foi sensibilizar para a importância do conceito e da prática do Voluntariado Corporativo, numa perspetiva global, transversal e reflexiva para as Organizações. A sessão, que decorreu na sede da IP, foi presidida por Miguel Cruz, Presidente do Conselho de Administração da IP, que deu as boas-vindas, destacando a responsabilidade e sustentabilidade corporativas como pilares na estratégia da organização, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas) e ODS 17 (Parcerias para a implementação dos Objetivos). Referiu, ainda, que este compromisso foi reforçado com a aprovação do Regulamento do Voluntariado Corporativo, que regula a prática, as atividades e as condições da adoção do voluntariado nas empresas do Grupo IP, promovendo uma maior intervenção social e criando um maior espírito solidário.

SAÚDE E COMBATE À DOENÇA (EIXO DA QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA)

Relativamente a temas relacionados com a promoção da saúde e o combate à doença, o Grupo IP foi particularmente ativo, tendo-se associado a diversas iniciativas:

- **O Grupo IP associa-se à Campanha "Semana da Mama 2024"** - No mês da Sensibilização para o Cancro da Mama, a Alameda da Universidade recebeu a campanha "Semana da Mama 2024", em outubro, em Lisboa. Uma iniciativa organizada pelo iMM-Laço Hub, e pelo Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (IMM), com o alto patrocínio de Sua Excelência, o Presidente da República, à qual a IP se associou com o objetivo de sensibilizar e alertar a sociedade civil para este tema, que se estima que possa afetar uma em cada oito mulheres, em Portugal.

- **O Grupo IP associa-se à campanha de alerta para a Fibrose Pulmonar**, de forma a sensibilizar a população em geral para o diagnóstico precoce da Fibrose Pulmonar, no Dia Mundial de Sensibilização para a Fibrose Pulmonar.

- **No Dia Internacional da Síndrome de Phelan-Mcdermid Syndrome, a IP associa-se à iniciativa global "Shine Green", no dia 22 de outubro, iluminando em tons de verde a Estação de Alcântara-Terra, em Lisboa, e o Painel IP, orientado para a Ponte 25 de Abril (sentido Norte-Sul).** Por todo o mundo, monumentos, edifícios e locais emblemáticos iluminaram-se de verde, promovendo a esperança a estas e às demais crianças e adultos, que fazem parte da comunidade de mais de 7.000 doenças raras. O Dia Internacional da Síndrome de Phelan-Mcdermid Syndrome (PMS) tem como objetivo a sensibilização da sociedade para uma doença raríssima com menos de 30 casos reportados em Portugal devido à ausência de diagnóstico, já que é estimado que 1% da População Autista possa ter origem nesta síndrome.

- **A IP divulgou através da sua rede de mupis, em várias estações do país e entre muitas outras instituições e empresas a campanha 'Desafio Vegetariano'** - A Associação Aliança Animal promoveu o "Desafio Vegetariano", para sensibilizar a população para a adoção de um comportamento alimentar mais saudável.

b) DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS ADOTADAS PARA A PROMOÇÃO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL E DO RESPEITO POR PRINCÍPIOS DE LEGALIDADE E ÉTICA EMPRESARIAL, ASSIM COMO AS REGRAS IMPLEMENTADAS TENDO EM VISTA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

(ARTIGO 49.º DO RJSPE)

O **Plano Estratégico do Grupo IP** tem por base a Missão, a Visão e os Valores da empresa, definindo a estratégia de atuação e os grandes objetivos, orientado à gestão rigorosa dos seus ativos, tendo em vista a criação de valor, focando-se, de forma consistente e equilibrada, no desenvolvimento integrado da rede rodoferroviária, no incremento das receitas (*core* e não *core*), na captura de sinergias internas e externas (escala e *know-how*), e na articulação da presença regional, sempre numa perspetiva de assegurar uma gestão sustentável das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias Nacionais.

A monitorização e controlo da atividade do Grupo IP são caraterizados por diversos instrumentos de gestão, com relevo para os instrumentos de controlo de gestão (e.g. Plano de orçamento e controlo de performance), a monitorização das intervenções na rede, a monitorização dos processo, os inquéritos de satisfação aos clientes, o programa anual de auditorias aos sistemas de gestão, as auditorias internas, a gestão do risco e *compliance*, o controlo de receita, o sistema de gestão de desempenho individual e a gestão de ocorrências operacionais.

No âmbito da ética e transparência, a empresa promove ações de formação, designadamente, cursos de e-learning e conferências, cumpre com todos os elementos do Programa de Cumprimento Normativo conforme determinado pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção e com as divulgações públicas aí determinadas. O Código de Ética, em vigor desde 2016, foi revisto em 2020 e 2024, e tem um plano de comunicação associado destinado a facilitar a apreensão da mensagem do Código de Ética e a fomentar uma cultura de ética. O Código é complementado por uma política de comunicação de irregularidades e respetivo procedimento que a regulamenta e pelo canal de denúncias.

A empresa dispõe do Plano de Prevenção de Riscos incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas o qual é monitorizado com emissão de relatórios em outubro e abril reportados às entidades definidas por Lei. A empresa está registada na plataforma RGPC do Mecanismo Nacional Anti-corrupção (MENAC) e responde aos pedidos de reporte de informação nesta plataforma.

Tem também uma Política para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, de abril de 2018, que tem por objeto a identificação de comportamentos suscetíveis de configurar assédio no trabalho e a definição de medidas de prevenção e de combate aos mesmos.

Um outro instrumento disponível é a Declaração de Política Antifraude, de julho de 2022, que configura uma ferramenta importante no reforço das práticas de transparência da IP e na promoção de uma cultura de ética, envolvendo os seus colaboradores e também os seus *stakeholders* mais relevantes.

Ainda outro instrumento disponível, com influência na atividade da IP, passou pela adoção do Regime Geral de Proteção de Dados, disponível no site da empresa em resposta às exigências das autoridades administrativas, pelo aumento legal do período de tempo de formação anual dos colaboradores, pelos contextos políticos nacionais, europeus e internacionais e o agravamento da disponibilidade e qualidade dos serviços contratados externamente à empresa.

Em termos de modelo global de desenvolvimento sustentável preconizado para a Europa, a IP encontra-se alinhada com a política para a mobilidade sustentável e descarbonizada, a qual incentiva a escolha de opções de mobilidade e de transportes mais sustentáveis, de forma que seja possível alcançar-se um continente neutro em emissões de carbono, em 2050, entretanto antecipado para 2045.

Uma vez que os transportes são responsáveis por um quarto das emissões de gases com efeito de estufa da União Europeia, a política de transportes continua a apostar, de forma determinada, no objetivo de recuperar quota de mercado para o caminho-de-ferro, tanto no transporte de passageiros, como no de mercadorias, através da manutenção do vasto programa de investimentos em infraestruturas ferroviárias, em políticas de incentivo à separação contabilística entre a infraestrutura e a operação de transporte, visando a abertura ao mercado e, por esta via, o estímulo da concorrência.

Neste contexto, a IP tem vindo a desenvolver a sua atividade tendo por base as orientações da Tutela com vista à modernização e expansão da infraestrutura ferroviária, devidamente enquadradas no Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, como alavanca financeira para o Plano de Investimentos Ferrovia 2020. A par com o ainda atual ciclo de fundos comunitários (2014-2020), emergiu em 2021 o novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, constituído pelos programas de gestão nacional (Portugal 2030) e de gestão direta pela Comissão Europeia (*Connecting Europe Facility* CEF).

No setor rodoviário, para além do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) em curso, com recurso a fundos europeus, continua a ser implementado o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI) e o Programa de Valorização de Áreas Empresariais (PVAE) assegurado por fundos próprios e com parcerias pontuais com as autarquias.

Reconhecendo a emergência climática em que o mundo se encontra e a necessidade premente do cumprimento do Acordo de Paris sobre o clima e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, a IP tem vindo a comprometer-se com algumas das estratégias de preservação do planeta e de combate às alterações climáticas, nomeadamente junto de 2 iniciativas principais:

- Programa *Business Ambition* for 1.5ºC, lançado pelo *United Nations Global Compact* (2019);
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, designadamente os ODS 7, 9, 12 e 13.

A empresa está particularmente atenta ao tema das alterações climáticas e eventos climáticos extremos, para os quais se exige que as infraestruturas sejam mais resilientes, de forma a minimizar a disrupção dos serviços.

Neste contexto, a IP tem vindo a desenvolver diversos Estudos de Avaliação da Adaptação às Alterações Climáticas e Resiliência a Catástrofes Climáticas (AAAC), para diversas linhas ferroviárias, e que têm resultado na consideração desde logo nesses projetos, das necessárias medidas de adaptação às AC, sendo estes estudos um elemento indispensável na obtenção de financiamento comunitário para os projetos.

Entretanto, e com o objetivo de abranger toda a rede rodoviária e ferroviária em exploração e os novos projetos, a IP desenvolveu o Plano de Resiliência das Infraestruturas às Alterações Climáticas (PRIAC).

O PRIAC concretiza uma avaliação dos riscos climáticos (atuais e futuros) das infraestruturas geridas pela IP (1ª fase concluída em 2023) e pretende identificar e planear medidas e ações que garantam a resiliência às alterações climáticas e a eventos climáticos extremos das suas redes (2ª fase em operacionalização em 2024), numa perspetiva de gestão adaptativa das infraestruturas, e ao longo do

tempo, antecipando e minimizando potenciais riscos climáticos, e concorrendo, por esta via, para a segurança, fiabilidade, sustentabilidade e plena capacidade de gestão e exploração das infraestruturas geridas pela IP.

Em termos mais globais, a empresa tem uma abordagem estratégica para a Sustentabilidade contextualizada nos principais desafios do setor e consistente com a Missão, Visão e Valores do Grupo IP, que pretende assegurar a prossecução dos 3 desígnios estratégicos:

Organização preparada para o futuro, investindo na inovação, na qualificação dos recursos humanos existentes e na retenção de novos talentos, garantindo que as transições a realizar integram princípios de responsabilidade social e que asseguram o alinhamento da cadeia de valor da atividade da IP com princípios éticos e responsáveis;

Mobilidade sustentável, apostando numa mobilidade menos intensa em carbono e mais ajustada às alterações sociais/comportamentais e demográficas que se perspetivam, mais acessível e inclusiva e apoiada em infraestruturas igualmente menos intensas em carbono;

Infraestruturas inteligentes, seguras e resilientes, digitalizando e sensorizando as infraestruturas, recorrendo a Inteligência Artificial para otimizar a tomada de decisões e tornar a gestão de ativos mais preditiva e eficiente, melhorando a segurança e capacitando adequadamente as infraestruturas para serem resilientes às alterações climáticas e aos eventos extremos, durante todo o ciclo de catástrofe.

Neste contexto, a IP tem vindo ainda a fazer um trabalho de acompanhamento da sustentabilidade das suas atividades e operações, de forma a tentar assegurar que o seu negócio possa contribuir para fazer avançar o desenvolvimento sustentável, quer minimizando impactes negativos da sua atividade quer otimizando impactes positivos nas pessoas e no planeta.

Por fim, e por via do contexto atípico da pandemia (COVID 19), passou a existir uma generalizada perceção favorável ao teletrabalho, essencialmente na perspetiva de conciliação familiar e também do respetivo potencial de redução de emissões de GEE associadas, por ex., à supressão de deslocações pendulares casa-trabalho-casa. Esta é uma matéria que se mantém continuamente em análise na IP, justificada pela necessária avaliação quanto aos seus efeitos em dimensões menos tangíveis, como sejam as relações interpessoais, a gestão de equipas e partilha de conhecimento e o impacto sobre cadeias de valor, entre outros.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vd. n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE)

Diversidade e Oportunidade

Igualdade de tratamento e de oportunidades

Portugal faz parte dos 16 países que possuem uma Carta da Diversidade e assumiram oficialmente o compromisso de respeitar, valorizar e otimizar todo o potencial da diversidade das pessoas, seguindo as recomendações e esforços da Comissão Europeia.

A IP assinou a Carta Portuguesa para a Diversidade, a qual surge em linha com os esforços encetados pela Comissão Europeia e com as prioridades da Estratégia Europa 2020.

No ano de 2024, a IP manteve a estratégia de continuidade da aplicação das boas práticas no domínio da igualdade no tratamento, respeito mútuo e repúdio por qualquer comportamento discriminatório em função de quaisquer tipos de características diferenciadas dos seus trabalhadores, entre as quais o sexo.

A igualdade de género e a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional mantiveram um lugar de destaque nas preocupações da empresa, paralelamente ao desenvolvimento dos restantes compromissos nesta área, nomeadamente nas atividades e responsabilidades assumidas com a ligação à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e a participação ativa no IGEN (Fórum de Organizações para a Igualdade).

A IP dispõe de um Plano para a Igualdade, que tem como objetivos gerais:

- Reconhecer, explicitamente, que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um direito elementar, pelo que se devem implementar políticas transversais e positivas que permitam que esse direito seja uma realidade,
- Promover uma mudança na cultura da organização que integre a igualdade nos seus atos de gestão,
- Reduzir os desequilíbrios detetados e prevenir possíveis desequilíbrios no futuro, e que visa atualizar o diagnóstico existente e planear e definir linhas de orientação para a concretização de ações em prol da igualdade de género na IP, que permitam ultrapassar heranças das anteriores empresas REFER e EP, e em linha com os diversos diplomas legais que regulam esta temática no setor público.

Refira-se ainda que, no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, que consagra a adoção de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, o Grupo IP tem elaborado periodicamente o relatório onde se procede ao diagnóstico das remunerações dos seus trabalhadores, de modo a identificar e mitigar situações de desigualdade salarial associadas ao género.

Estes relatórios, bem como o **Plano de Igualdade do Grupo IP** e o **Relatório de Igualdade (Perspetiva Salarial)** encontram-se divulgados no Portal Externo da empresa:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos/responsabilidade-social

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes

Está igualmente disponível a **Política de Conciliação Deliberação Sistema de Gestão da Conciliação** no site da empresa:

https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos/responsabilidade-social;

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro

Distribuição Homens/Mulheres e Igualdade de Género

Historicamente, o setor ferroviário sempre foi marcado pelo elevado peso da população masculina nos seus quadros. Este facto deve-se, sobretudo, à natureza da atividade desenvolvida nas suas áreas operacionais e de "terreno", onde estava concentrada a maioria dos colaboradores da ferrovia, marcada pela elevada exigência física e exposição a condições de risco.

Já na rodovia, o desequilíbrio entre o peso dos dois géneros era menor: cerca de 55% de população masculina, face a 45% de população feminina, no final de 2014.

Consequentemente, nove anos após a fusão, a IP tem uma distribuição entre ambos os sexos de 76% (homens) / 24% (mulheres), sendo que a nível dos cargos dirigentes, constata-se um maior grau de paridade entre ambos os géneros: cerca de 38% das chefias são mulheres.

	2023		2024	
	N.º	%	N.º	%
Dirigentes				
F	90	38%	92	38%
M	146	62%	147	62%
	236		**239**	
Todos os colaboradores (não inclui CAE)				
F	863	24%	876	24%
M	2767	76%	2 728	76%
	3630		**3604**	

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, que consagra a adoção de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres, o Grupo IP tem elaborado periodicamente o relatório onde se procede ao diagnóstico das remunerações dos seus trabalhadores, de modo a identificar e mitigar situações de desigualdade salarial associadas ao género.

Estes relatórios, bem como o Plano de Igualdade do Grupo IP, encontram-se divulgados no Portal Externo da empresa.

As medidas concretas estão desenvolvidas no Plano para a Igualdade, cujo acesso pode ser feito através do link, *https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/compromissos/responsabilidade-social* e a perspetiva salarial está disponível no Relatório de Igualdade (Perspetiva Salarial) através do link *https://www.infraestruturasdeportugal.pt/pt-pt/sobre-nos/governo-da-sociedade/outras-divulgacoes*

Em 2024, a IP manteve a política de respeito pelas boas práticas no domínio da igualdade no tratamento, respeito mútuo e repúdio por qualquer comportamento discriminatório em função de quaisquer tipos de características diferenciadas dos seus trabalhadores, entre as quais o género.

O desequilíbrio entre a representatividade de homens e mulheres no Grupo IP reflete ainda a assimetria que caracteriza os grupos profissionais dedicados às atividades *core* da gestão da circulação ferroviária e da manutenção de infraestruturas, atividades operacionais com maior exigência física e dispersão geográfica, tradicionalmente mais "masculinizadas".

Assim, destaca-se a predominância de homens nos grupos profissionais "Pessoal Operacional e Auxiliar" e "Técnico/a Intermédio, Especialista" em comparação com as mulheres.

No caso das mulheres, existe uma maior concentração nos grupos "Administrativo/a" e "Técnicos/as Superiores", em particular nas áreas corporativas e menos operacionais.

A participação ativa da IP no que respeita à igualdade de género é uma constante, corporizando-se nomeadamente nas atividades e responsabilidades assumidas com a ligação à CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) e ao IGEN (Fórum de Organizações para a Igualdade).

O Plano de Ação para a Igualdade, que integra o Plano para a Igualdade do Grupo IP para 2025 (publicado em 13 setembro 2024), assenta na análise de oportunidades de melhoria em áreas específicas com enfoque nas seguintes dimensões:

- Estratégia, Valores e Missão
- Formação Inicial e Contínua
- Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal
- Proteção na Parentalidade

A IP assegura, complementarmente, o compromisso que tem com a Carta Portuguesa para a Diversidade e com o GRACE, no sentido de contribuir para uma sociedade mais responsável e integrativa, através do desenvolvimento de iniciativas do foro da responsabilidade social, com impactos visíveis e concretos, em articulação com outros *stakeholders*.

PARENTALIDADE

A atribuição e divulgação de licenças para assistência à família, prevista no Código do Trabalho, é reforçada na intranet do Grupo IP, onde é possível consultar documentação que pretende sublinhar e esclarecer estas temáticas junto dos trabalhadores, designadamente Documento sobre Parentalidade - " Direitos e Deveres 2023" e Documento - Disposições legais Parentalidade.

Em 2024 gozaram licença parental 35 trabalhadoras e 80 trabalhadores.

CONCILIAÇÃO TRABALHO/FAMÍLIA

O processo de certificação do Grupo IP e suas participadas (IPE, IPP e IPT) no Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, de acordo com a norma NP4552:2012, foi desenvolvido em 2024, contemplando um conjunto de ações programáticas, de que se destacam:

- Plano de comunicação e promoção das medidas de Conciliação existente no Grupo;
- Auscultação às partes interessadas (PI), com vista a aferir níveis de satisfação face às medidas em vigor, bem como proceder à identificação das suas necessidades e expectativas, concretizada através do envio de questionários on-line, e em papel para os trabalhadores com acesso limitado ao digital;
- Divulgação dos principais resultados obtidos na auscultação às PI, assinalando-se as medidas mais valorizadas pelos trabalhadores, como os benefícios dirigidos aos descendentes, a vacina da gripe na área da saúde e bem-estar e o teletrabalho no âmbito da organização e acesso ao trabalho. A mobilidade funcional/ geográfica e a abrangência de certas medidas surgiram como temas a melhorar;

Foram ainda realizadas ações de sensibilização com informação sobre o SGC, o seu propósito e vantagens.

No que respeita à monitorização do desempenho do Sistema, salientam-se também a taxa de participação dos trabalhadores aos questionários de satisfação (26%) e a taxa de participação dos trabalhadores nas sessões de sensibilização (21%), as quais se podem considerar com significado no contexto de uma empresa com as características da IP.

Quanto às medidas de conciliação, em particular a mobilidade interna e a implementação da política de teletrabalho, foram concluídos 41 processos de mobilidade funcional e 44 de mobilidade geográfica, e encontram-se em regime de teletrabalho cerca de 1700 trabalhadores.

Para 2025, o Grupo IP irá continuar a sua política de conciliação, trabalhando no sentido de manter a certificação, garantindo os compromissos assumidos na revisão pela gestão, ou seja, a implementação de um Programa para a Conciliação que responda aos aspetos elencados pelas PI, nomeadamente quanto à definição de medidas que permitam responder a necessidades específicas de trabalhadores que exercem funções de caráter operacional e/ou em contexto de laboração contínua e, também, em estruturas descentralizadas (fora do âmbito geográfico da sede).

PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM ESTAR DOS TRABALHADORES

Mantendo as boas práticas do Grupo IP no âmbito da promoção da saúde e do bem-estar físico e mental dos trabalhadores/as, através de ambientes de trabalho saudáveis, destacamos as medidas com maior relevância que se concretizaram em 2024:

- Disponibilização do Programa de Assistência a Trabalhadores (PAT), que consiste no aconselhamento e acompanhamento, por técnicos especializados, com o objetivo de dar uma resposta orientada, estruturada e consolidada, a questões de cariz psicológico e emocional com que os/as trabalhadores/as possam ter dificuldades em lidar, contribuindo para ajudar a ultrapassá-las e a devolver-lhes maior tranquilidade e restabelecer o bem-estar.

  O aconselhamento e apoio psicológico traduz-se, inicialmente, em 3 sessões (presencial ou online) sendo possível a continuidade com mais sessões, caso esta necessidade seja identificada pelo técnico responsável pelo processo terapêutico.

Este programa é voluntário e deve ser solicitado pelo próprio ou por terceiros (hierarquia, colega ou familiar) desde que com consentimento do mesmo, sendo garantida a confidencialidade total do processo.

- Ainda na temática da prevenção, decorreu entre o mês de outubro e dezembro de 2024 a Campanha da Vacinação da Gripe Sazonal, para reforço da proteção dos/as nossos/as trabalhadores/as, principalmente dos/as mais vulneráveis a esta doença. Tratou-se duma campanha também de caráter voluntário e gratuito, tendo sido registadas 491 inscrições e administradas 449 vacinas.

  O processo da vacinação considerou ainda o registo das vacinas na plataforma da VACINAS (nos termos da Norma da DGS 007/2022).

- O impacto potencial de acidentes e incidentes de trabalho, nas áreas que constituem o objeto da Empresa, exige e justifica o máximo zelo e atenção de todos no respeito escrupuloso das regras e normas específicas de segurança e saúde no trabalho, como forma de prevenção dos fatores de risco para os trabalhadores/as e para os utilizadores das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. Neste âmbito, mantiveram-se com regularidade as ações de controlo do consumo de álcool e de substâncias psicoativas, através de prestador de serviços devidamente habilitado para o efeito.

- Ainda neste tema do Controlo do Álcool e das Substâncias Psicoativas, demos continuidade à campanha de comunicação e sensibilização sob o tema TRABALHO E ALCOOL…UMA LIGAÇÃO PERIGOSA, tendo sido distribuídos cerca de 1 900 cartazes para afixação nos centros de trabalho e distribuídos cerca de 1 700 *flyers* com informação sobre esta temática.

No Portal da empresa, foram disponibilizados conteúdos revelantes e abaixo identificados com o objetivo da promoção da saúde e bem-estar físico e mental:

- Cuidados Essenciais para uma Exposição Solar Segura
- Fibromialgia /Epicondilite
- Gripe A
- Hepatite
- Legionella
- Lesões Musculosqueléticas relacionadas com o trabalho
- Proteja-se do Frio

No decurso de 2024 foram realizados os seguintes Webinares:

- Gripe A (janeiro 2024)
- Viver em Saúde (março 2024)
- Do Fumo ao Vapor: Os Riscos Ocultos do Tabaco (maio 2024)
- Estratégias de Bem Estar e Recuperação do Trabalho (junho 2024)
- Saúde Mental Saber Mais Fazer Mais (outubro 2024)
- Combater a Ansiedade (dezembro 2024)

Foram assinaladas as datas comemorativas abaixo indicadas:

- 20 março – Dia Mundial da Saúde Oral
- 27 março – Dia Nacional do Doador de Sangue
- 7 abril – Dia Mundial da Saúde
- 28 abril – Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho
- 18 maio – Dia Nacional da Luta contra a Obesidade
- 31 maio – Dia Mundial Sem Tabaco
- 29 setembro – Dia Mundial do Coração

e) IDENTIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DEFINIDAS PELA EMPRESA, AS QUAIS DEVEM SER ORIENTADAS PARA A VALORIZAÇÃO DO INDIVÍDUO, PARA O FORTALECIMENTO DA MOTIVAÇÃO E PARA O ESTÍMULO DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, TRATANDO COM RESPEITO E INTEGRIDADE OS SEUS TRABALHADORES E CONTRIBUINDO ATIVAMENTE PARA A SUA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

(N.º 1 DO ARTIGO 50.º DO RJSPE)

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

O reforço do efetivo, autorizado pelo Despacho Conjunto do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas (DC de 28 de julho de 2020), foi uma medida muito positiva, com impacto relevante na empresa, desde logo porque permitiu contrariar a continuada diminuição do efetivo verificada na última década, contribuindo para o seu rejuvenescimento (ainda que de forma pouco expressiva face ao nível de envelhecimento atual) e capacitação técnica, decisivos para os exigentes compromissos e desafios que se colocam no presente e futuro da IP.

	2023	2024
Total de Colaboradores	3630	3598

Em 31 dezembro de 2024 o Grupo IP contava com 3.598 trabalhadores a cargo, o que se traduz numa redução de 32 efetivos (-0,9%) face ao que se verificava em dezembro de 2023. Esta evolução, para além de traduzir o saldo líquido entre admissões e cessações de contrato de trabalho, reflete ainda variação do quadro de pessoal do Grupo IP cujo vínculo à empresa se encontra suspenso.

A estratégia da empresa passa por estabilizar o efetivo, prosseguindo um objetivo constante de renovação e rejuvenescimento, através da substituição dos colaboradores que cessam o vínculo, com reforços pontuais em áreas críticas, nas quais se destacam as orgânicas operacionais da manutenção, inspeção e fiscalização de infraestruturas, de projeto e engenharia e demais áreas de suporte ao investimento. No curto/médio prazo verifica-se, ainda, a necessidade adicional de reforço das áreas

associadas ao cumprimento dos compromissos relativos aos planos de investimento em infraestruturas e acompanhamento dos projetos respetivos.

A idade média do universo de colaboradores do Grupo IP foi, em 2024, de 51,3 anos de idade, tendo-se mantido estável face aos 51,2 anos de 2023. O ritmo de admissões de pessoal mais jovem, por oposição à cessação de trabalhadores com idades mais avançadas, conseguiu impedir o envelhecimento normal decorrente da passagem de um ano, mas não permitiu favorecer o rejuvenescimento do efetivo.

Continua a verificar-se uma predominância do número de colaboradores com idades superiores a 50 anos (cerca de dois terços do total de colaboradores). A nível dos técnicos superiores, o escalão etário mais representativo é o intermédio.

Verifica-se, ainda, que a faixa etária abaixo dos 30 anos mantém um peso pouco expressivo (cerca de 4,4%), mesmo considerando as contratações de novos trabalhadores feitas ao longo dos últimos anos, o que também traduz a necessidade de recrutar trabalhadores já com alguma experiência profissional.

Em 2024 assinala-se, na continuidade dos anos anteriores, o grande volume de processos de recrutamento externo (176 admissões no total), decorrentes, sobretudo, da necessidade de substituição de trabalhadores que cessam o seu vínculo por motivo de reforma (121 em 2024), mas também de rescisões por iniciativa dos trabalhadores (47 em 2024), na sua maioria de faixas etárias mais jovens e com menor antiguidade na empresa.

Mantêm-se e acentuam-se as dificuldades sentidas no processo de recrutamento e seleção, resultante das características atuais do mercado de trabalho, que apresenta elevado dinamismo e competição na disputa de competências e qualificações. O desequilíbrio entre a oferta e a procura, no que respeita à maior parte dos perfis requeridos na IP, vem permitindo aos candidatos um papel mais preponderante, com maiores níveis de exigência quanto à remuneração, aos benefícios sociais e à conciliação, sendo, consequentemente, mais moroso recrutar e mais difícil reter. Para além da disputa de talento à escala nacional, verifica-se que o mercado de trabalho, nalgumas áreas de conhecimento, opera à escala mundial, sendo muitos os portugueses que desenvolvem a sua atividade remotamente, a partir de Portugal para empresas de outras geografias, com remunerações difíceis de acompanhar. As áreas tecnológicas (e não só) são um bom exemplo neste âmbito, sendo extremamente difícil conseguir integrar competências neste domínio, as quais são, porém, críticas à atividade da empresa.

A IP, em alinhamento com o mercado, tem vindo a sentir estas dificuldades críticas de escassez de talento generalizado no país, com a agravante de estar sujeita a enquadramento legal e normativo mais restritivo, o que condiciona a sua margem negocial de contratação. Assinala-se, entre outras consequências do já referido, a crescente morosidade dos processos de recrutamento e seleção, que não raras vezes sofrem revezes com as desistências de candidatos em fases adiantadas dos processos, ou mesmo já num período de atividade inicial, o que obriga a reiniciar todas as etapas.

Refira-se, ainda, que as saídas da empresa por motivo de outras oportunidades de trabalho têm abrangido também trabalhadores com vários anos de antiguidade na empresa (12 em 2024, 8 em 2023), o que não era anteriormente habitual numa empresa com a robustez da IP.

Para fazer face a necessidades de reforço de meios humanos, devidas a acréscimo temporário de trabalho e a atividades sazonais, foram desenvolvidos 10 processos de trabalho temporário que resultaram na ocupação de 35 postos de trabalho, ao longo de 2024.

Reitera-se a criticidade das necessidades nas áreas *core*, onde a descapitalização de *know how* se faz sentir e onde o envelhecimento está mais presente, traduzindo-se em permanentes saídas por motivo

de reforma, afetando seriamente a capacidade operacional das equipas, até porque o recrutamento de substituição só se pode realizar relativamente (após se verificar a saída dos trabalhadores).

A nível interno, manteve-se o lançamento de processos de concurso profissional, que permitem responder a necessidades da empresa de preenchimento de postos de trabalho em carreira com maior rigidez funcional e hierárquica, e à promoção de oportunidades de mobilidade interna, permitindo a evolução na carreira dos trabalhadores com base na avaliação do respetivo perfil e competências, de forma a garantir uma adequada seleção.

Neste contexto, foram concretizados 29 processos de mudança de categoria (24 por via de concurso profissional e 5 reconversões profissionais), exprimindo uma mobilidade profissional ascendente, 4 dos quais respeitantes a integrações na Categoria Técnica Superior.

No final do ano encontravam-se em fase de conclusão 115 processos de mudança de categoria, por via de concurso profissional.

Na área da circulação ferroviária, que se encontra em permanente reorganização, fruto dos processos de investimento em modernização e automatização em curso, foram concretizadas 11 alterações de local de trabalho, operadas por via de extinção de postos de trabalho em estações ferroviárias (com transição das operações de comando para estruturas centralizadas – CCO), com a consequente colocação dos trabalhadores em postos de trabalho mais críticos à operação da circulação ferroviária.

No que respeita aos processos de mobilidade geográfica e funcional, damos nota de 19 mobilidades entre diferentes direções, 13 dos quais a pedido do trabalhador e 22 mobilidades intra direção, 7 das quais a pedido do trabalhador.

Também mantendo a atenção aos pedidos dos trabalhadores, assinalamos 44 processos de alteração geográfica de local de trabalho, com o objetivo principal de aproximação da zona de residência.

Ao longo de 2024, foram iniciados 7 estágios profissionais e 7 curriculares, em diferentes áreas do Grupo IP. O programa de estágios profissionais, através do qual se proporciona a aquisição de experiência e a aprendizagem de novas competências a jovens recém-formados, pelo período de um ano, tem vindo a ser, também ele, influenciado pelo atual dinamismo do mercado de trabalho, fazendo diminuir as candidaturas neste âmbito. Verificou-se que a resposta do público-alvo às ofertas de vagas foi bastante menor do que em anos anteriores.

No âmbito dos recrutamentos autorizados, foi possível integrar nos quadros da empresa 10 estagiários oriundos do referido programa de Estágios Profissionais (do ano transato e anteriores), o que se revela uma mais-valia para ambas as partes.

Em 2025, teremos a continuidade do processo de recrutamento tendente à substituição das pessoas que saem, por motivos alheios à empresa, ao longo do ano, paralelamente com os processos de recrutamento de reforço, autorizados pela Tutela.

DIÁLOGO SOCIAL

A importância de que se revestem as matérias de cariz social na empresa é traduzida pela existência, na Direção de Capital Humano, de uma área a esta dedicada, cabendo-lhe:

- Promover a articulação entre a Empresa e as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa, com vista à obtenção de consensos entre as partes, não só através da negociação coletiva como também de reuniões com as referidas organizações sempre que tal se mostre necessário.
- Desenvolver ações no âmbito dos benefícios sociais e das condições das instalações sociais colocados ao dispor de todos os trabalhadores. Destaca-se, relativamente a este último ponto, a importância de que se revestem estas instalações no quadro da dispersão geográfica dos postos de trabalho que constituem a empresa, essencialmente no que diz respeito às estações e outras estruturas ferroviárias.

Encontra-se, igualmente, na sua esfera de atuação, o apoio das atividades e ações que favoreçam o clima social e a relação da empresa com os trabalhadores.

RELAÇÕES LABORAIS

Não obstante o referido no ponto anterior, o Grupo IP ainda se caracteriza pela coexistência de diferentes regimes laborais, que influenciam as condições de organização e prestação de trabalho, assim como a integração e evolução em distintas carreiras e categorias profissionais.

Sucintamente, subsistem na IP três regimes:

- Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) – enquadra os colaboradores do Grupo IP com contrato individual de trabalho que aderiam ao ACT, e corresponde à larga maioria das situações (91,2% do efetivo);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – enquadra os colaboradores com vínculo de origem à "função pública", oriundos da extinta Junta Autónoma de Estradas (JAE) que precedeu a empresa EP (8,6% do efetivo);
- Outras – enquadra os colaboradores do Grupo IP com contrato individual de trabalho que não aderiram ao ACT, trabalhadores cedidos de outras empresas e cedências de interesse púbico (0,2% do efetivo).

É em função destas três realidades que a Empresa se organiza, gere e classifica a prestação de trabalho, cumprindo os enquadramentos devidos a cada situação.

De referir que, desde 2020, os trabalhadores com vínculo público, nomeadamente do Quadro de Pessoal Transitório (QPT), tiveram a possibilidade de optar pela aplicação do Sistema de Carreiras anexo ao ACT sendo-lhes aplicado, igualmente, o subsídio de refeição decorrente deste IRCT, por força da alteração do artigo 17.º, n.º 2, do Decreto-Lei nº 91/2015, de 29-5, que criou a IP, operada pelo artigo 395.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março. Em 31 de dezembro de 2024, dos referidos trabalhadores, 98,1% tinham exercido esta opção.

Recorda-se ainda que, em 2019, a assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), entre as 4 empresas do Grupo IP e 22 organizações sindicais subscritoras, permitiu um regime laboral de referência para todos os colaboradores com contrato individual de trabalho (CIT), incluindo um Sistema de Carreiras. A taxa de adesão ao ACT no Grupo IP dos trabalhadores com contrato individual de trabalho que atingiu os 99,9%. Em 2024, o ACT do Grupo IP foi objeto de revisão, aqui se destacando a negociação de um novo Sistema de Carreiras, a qual foi subscrita por 21 organizações sindicais.

Assim, 99,8% dos trabalhadores (QPT e CIT) encontram-se já ao abrigo do mesmo Sistema de Carreiras.

SINDICALIZAÇÃO

A IP mantém uma taxa de sindicalização relativamente elevada, sendo que as organizações representativas dos trabalhadores ao serviço da Empresa desempenham um papel bastante ativo na mediação de questões entre os seus associados e a Empresa.

Estão criados canais de comunicação entre a Empresa e as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT), através dos quais são partilhadas as necessárias matérias e informações, sendo todas objeto de adequado tratamento. Além das reuniões de caráter regular com as ORT, podem ainda, e caso os temas o justifiquem, ser realizadas reuniões para discussão de assuntos específicos, estando a própria Administração disponível para participar nas mesmas.

Através da taxa de sindicalização é possível aferir a relevância que os sindicatos têm na vida da empresa, maioritariamente na área ferroviária. Em dezembro de 2024, verificou-se um total de 1.648 colaboradores sindicalizados, o que representa 45,8% do universo dos trabalhadores do Grupo IP, tendo-se verificado um decréscimo da taxa de sindicalização de 0,5% face ao ano anterior.

PAZ SOCIAL

Apesar da elevada percentagem de trabalhadores sindicalizados e do elevado número de organizações sindicais que os representam, a IP mantém um bom relacionamento com todas as ORT – Sindicatos e Comissões de Trabalhadores (da IP e da IPT).

Apesar da preponderância do diálogo e a predisposição para a paz social, em 2024 foram decretadas cinco greves apenas por um dos vários sindicatos representativos de trabalhadores ao serviço das Empresas do Grupo IP, sem impactos significativos no normal funcionamento das mesmas.

Em 2025, terá início o processo negocial com vista às atualizações remuneratórias, no entanto, a IP continuará a trabalhar na construção de uma Paz Social sólida, continuando o objetivo diálogo social aprofundado entre a empresa e as ORT, sempre na busca de plataformas de entendimento que conduzam a soluções consensuais e geradoras de mais-valias para trabalhadores e Empresa, com reflexos no bem-estar e produtividade.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

Durante o ano de 2024, a IP atualizou e manteve o plano de benefícios sociais que tem vigorado na empresa nos últimos anos, e que visa proporcionar aos seus trabalhadores um conjunto de apoios complementares à remuneração, em áreas sociais importantes como a saúde, educação, cultura e desporto.

No âmbito das condições das instalações sociais, prosseguiu-se com a análise e intervenção nas instalações que acompanham a rede ferroviária e idêntica atividade das instalações associadas à rede rodoviária, pretendendo dar-se continuidade a este trabalho em 2025.

ÁREA DA SAÚDE

É importante referir que a IP é uma empresa com uma assinalável dispersão geográfica dos seus trabalhadores, surgindo com um papel relevante um benefício como o seguro de saúde, na medida em que possibilita um acesso facilitado a cuidados de saúde em qualquer ponto do país.

- Seguro de Saúde – O seguro de saúde proporciona o acesso a uma rede convencionada de cuidados de saúde muito abrangentes, com cobertura de 90% das despesas. As consultas realizadas fora da rede convencionada beneficiam também de comparticipação, ficando esta limitada a 50%. O seguro prevê a possibilidade de inclusão de familiares do trabalhador, ficando nestes casos o prémio a cargo deste;
- Seguro de Acidentes Pessoais – Cobre qualquer tipo de riscos profissionais e extra- profissionais de invalidez permanente ou morte.

ÁREA DA EDUCAÇÃO

Neste âmbito, a empresa apoia os seus trabalhadores na fase de pré-escolaridade dos seus filhos, dada a relativa escassez de oferta da rede pública nesta área, bem como incentiva e fomenta o atingimento de boas classificações durante todo o ensino secundário e superior, consciente de que o bom desempenho escolar se poderá traduzir em melhores perspetivas académicas e profissionais:

- Infantário – a IP dispõe de uma infraestrutura própria (Infantário "O Ninho"), preferencialmente vocacionada para os filhos de colaboradores, mas que aceita igualmente inscrições vindas do exterior, como forma de potenciar a capacidade instalada para servir a comunidade. Em 2024 acolheu, em média, 63 crianças;
- Subsídio de Pré-Escolaridade – Atribuído mensalmente a filhos e equiparados dos trabalhadores, dos 4 meses aos 6 anos, e que frequentam creches, jardim-de-infância ou amas reconhecidas pela segurança social. O valor/criança destes subsídios varia entre os 30 euros e 90 euros, de acordo com o nível de remuneração auferida pelo colaborador e em 2024 permitiu apoiar cerca de 264 crianças;
- Bolsa de Estudo – Atribuída aos filhos e equiparados dos trabalhadores que consigam obter uma média igual ou superiores a 14 valores entre o 10.º ano de escolaridade e o final do ensino superior. Em 2024 foram concedidas 520 bolsas de mérito de classificação, por referência ao ano letivo 2023/2024;
- Como complemento destes apoios sociais à escolaridade, a IP concede passes de estudante aos filhos dos trabalhadores que deles necessitem. Em 2024, foram atribuídos 28 passes escolares, aos quais acrescem 49 beneficiários de duas viagens semanais em comboios de Longo Curso, num universo de 70 colaboradores abrangidos por esta medida.

ÁREA DE CULTURA E LAZER

Neste domínio, a empresa promove regularmente iniciativas que permitam aproximar os seus colaboradores (ou filhos), mantendo o espírito de grupo (festa de Natal), e também proporcionando o

acesso facilitado a serviços úteis (sem que daí decorram custos para a empresa) e que possam traduzir formas de conciliação entra a vida pessoal e familiar e aumento da perceção de bem-estar.

- Festa de Natal – Em 2024 ocorreu a habitual organização do espetáculo de Natal para os filhos dos colaboradores (até 12 anos), mantendo-se, igualmente, a atribuição de presentes até à referida faixa etária;
- Descontos e Parcerias – Protocolos estabelecidos com diversas entidades dos mais distintos setores como combustíveis, telecomunicações, hotelaria, produtos bancários, ginásios, farmácias, teatros entre outros, sem custos para a empresa, e que permitem o acesso a produtos e serviços com descontos e/ou facilidades. Para 2025, mantém-se o objetivo de aumentar o número de parcerias, e da respetiva qualidade, por forma a proporcionar a todos os trabalhadores o maior número possível de vantagens, nas mais variadas áreas.

Área de Concessões de Viagem

Os trabalhadores ao serviço da IP oriundos da ferrovia mantiveram, nos termos previstos na lei, o direito a viajar gratuitamente no transporte ferroviário. Trata-se de uma medida de extrema relevância no âmbito da atividade profissional, uma vez que esta exige deslocações frequentes por toda a rede ferroviária.

Não sendo possível a desejada extensão de tal medida a outros trabalhadores, por tal estar legalmente limitado, são disponibilizadas pela empresa, sempre que necessário, viagens de serviço aos restantes trabalhadores.

Iniciativas de Apoio a Associações e Entidades de caráter social, cultural e desportivo

A IP apoia algumas atividades específicas, de caráter social, cultural e desportivo, levadas a cabo por entidades com ligações diretas à empresa e aos seus trabalhadores.

No caso dos clubes desportivos, em 2024 foram atribuídos apoios ao Clube Ferroviário de Portugal, ao Grupo Desportivo dos Ferroviários de Campanhã e à FERROFER, para o desenvolvimento da prática desportiva.

Já à Associação dos Lares Ferroviários, foi concedido um apoio para ajuda em despesas de manutenção dos equipamentos detidos por esta associação.

À semelhança dos anos anteriores, foi atribuído um subsídio à Casa de Pessoal da IP para a prossecução das suas atividades no âmbito do desenvolvimento pessoal, cultural e social dos trabalhadores seus associados, em domínios tão variados como a prática desportiva, iniciativas de natureza social e recreativa, serviços médicos e de apoio de cariz social a crianças e jovens.

Desenvolvimento do Capital Humano

Em 2024, e à semelhança de anos anteriores, foram desenvolvidas ações no âmbito do Sistema de Gestão do Desempenho – SGD, tendo a campanha desse ano decorrido dentro do calendário previsto,

permitindo a homologação dos resultados pelo CAE, com os consequentes efeitos sobre as progressões salariais. Reforçamos a importância, para a IP e seus colaboradores, da existência de um sistema sólido e bem estruturado que sustente o desenvolvimento profissional e a evolução na carreira do conjunto dos seus colaboradores. Neste sentido, a gestão e avaliação do desempenho do Grupo IP insere-se na política de gestão da empresa, procurando contribuir para a prossecução das principais orientações estratégicas, através do envolvimento, promoção, desenvolvimento, valorização e melhoria contínua do seu capital humano

Relativamente ao Programa de *onboarding*/acolhimento de novos colaboradores, em 2024, deu-se continuidade à sua implementação, de modo a facilitar aos novos colaboradores o conhecimento do Grupo IP, estabelecerem redes de contacto entre os mesmos, criando relações fortes, que lhes permitam uma maior facilidade de relacionamento com as respetivas direções, contribuindo para que se sintam bem integrados na IP e para quererem continuar a crescer na empresa (retenção de talento). Foi realizado, a 12 de novembro de 2024, o evento anual de acolhimento para um universo de 133 novos colaboradores participantes.

No âmbito da Gestão do Talento, deu-se continuidade a um trabalho de reflexão, em conjunto com os Diretores, sobre os seus colaboradores, designadamente Quadros Técnicos e Chefias, em termos das competências críticas para conseguirem responder com eficácia aos novos desafios. Assim sendo, e tendo em consideração as necessidades de formação, as motivações e expectativas de desenvolvimento profissional destes colaboradores, foram promovidas diversas ações pela IP, tendo em vista ir ao seu encontro e permitir manter os colaboradores motivados e comprometidos com a empresa.

Neste âmbito, foram promovidas e desenvolvidas, no ano de 2024, iniciativas e ações de desenvolvimento de competências, nomeadamente dirigidas a Quadros Técnicos e Chefias, destacando-se as seguintes:

- **Quadros Técnicos:**

Com a finalidade de partilhar os resultados de um questionário realizado sobre o clima, melhorar a taxa de retenção dos jovens quadros técnicos da IP, desenhou-se um programa de formação para aprofundar o diagnóstico das suas motivações, expectativas de desenvolvimento e evolução profissional, assim como a implementação de ações especificamente dirigidas a este grupo-alvo para aumentar o seu bem-estar, sentimento de pertença e desejo de se manter e crescer na IP. Contratou-se para o desenvolvimento destas ações uma empresa externa e foram desenvolvidas as seguintes ações, em estreita colaboração com a equipa de desenvolvimento da IP: - *Focus Groups* com Jovens Quadros Técnicos Superiores da IP; - Entrevistas e Ação *Team Bonding.*

A IP promoveu a participação no GMC – *Global Management Challenge,* no ano de 2024, de 15 colaboradores da empresa e acompanhou de perto este grupo, proporcionando-lhe, para além da participação na competição, a realização de várias reuniões de trabalho entre os participantes, tutores do CAE, mentores e *buddy* da 1ª edição, pequeno-almoço com o CAE, identificação de necessidade de formação e momentos de partilha que contribuíram para o seu desenvolvimento profissional e social.

Foram inscritos na UIC *Train Rail Hackathon* 2024 – *European Region Competion*, em representação da IP, 5 colaboradores, que tiveram oportunidade de desenvolver e apresentar projetos inovadores, o que contribuiu decisivamente para a sua motivação e aprofundamento de competências.

A IP diligenciou o processo e tem a frequentar, na 4ª edição da Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária a decorrer no ISEL, 7 colaboradores. Este curso pretende responder às necessidades da IP em matéria de competências técnicas específicas do negócio e qualificações próprias da área ferroviária, através da formação de profissionais, com uma visão global e de pormenor na área da Engenharia Ferroviária, nas suas diversas vertentes, permitindo a aquisição de elevadas competências técnicas, bem como capacidades de integração e liderança em equipas multidisciplinares.

- **Chefias:**

Foram realizadas entrevistas entre chefias da IP e empresa externa para partilha de resultados de questionário anteriormente efetuado sobre o clima, levantamento de práticas adotadas para o engagement das suas equipas e sobre a política da empresa nesta área.

Foram desenvolvidos programas de formação em *coaching* executivo com entidade externa (*coaching* e *assessment*), tendo em vista desenvolver o autoconhecimento e competências das chefias, designadamente de gestão e liderança.

Programa de Gestão e Liderança – Iniciou-se a 9 de dezembro de 2024, no ISEG, o Programa de Gestão e Liderança para Gestores de Unidade e Funções Especiais de Responsabilidade, designado "Programa de Gestão e Liderança – *Empowering Management for Impact*". A IP planeou esta ação e inscreveu 32 participantes, que representam as diversas áreas funcionais ou corporativas da organização. O programa foca-se, principalmente, no desenvolvimento das competências core de um gestor eficaz no contexto empresarial atual e pretende capacitar o mesmo para o seu desenvolvimento e para a melhoria da sua performance.

Programa *Nine Box* – Foram identificadas, em outubro de 2024, as Direções críticas (DRR, DRF, DEA, DAT, IPT e DSI) para implementação do Programa *Nine Box* e foi desenvolvida, pela equipa interna, a ferramenta e questionário a aplicar para identificação de colaboradores com potencial e risco de saída. Foi realizada reunião presencial, a 5 de novembro de 2024, com os respetivos Diretores dessas Direções e foi apresentado o projeto e questionário a aplicar às chefias sobre os colaboradores envolvidos. O programa 9 Box só será lançado em 2025, uma vez que o CAE privilegiou o lançamento, em dezembro p.p., do Programa de Sucessão na IP.

Plano de Sucessão – O desenvolvimento do Plano de Sucessão na IP foi considerado um objetivo estratégico e foi preparado pela Equipa de Desenvolvimento e Talento, em conjunto com o CAE. Este plano tem como objetivo principal permitir e consolidar políticas de recrutamento e mobilidade interna, assegurar a continuidade dos projetos estratégicos da IP e promover a retenção e valorização do conhecimento dentro da organização. Este programa e a respetiva ferramenta informática de suporte foram também desenvolvidos internamente, tendo sido dirigidos aos Diretores de Direção e Diretores de Departamento do Grupo IP, com o objetivo destes identificarem colaboradores na IP com potencial para assumirem cargos de Direção de 1ª e 2ª linha, a curto/médio prazo. O prazo para submissão das respostas ao questionário decorreu entre o dia 27 de dezembro de 2024 e 10 de fevereiro de 2025, tendo sido obtida uma taxa de participação de 100%.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO

A atividade de formação no Grupo IP visa assegurar o desenvolvimento do conhecimento interno, essencialmente através da formação contínua, bem como dotar os colaboradores das competências necessárias à execução das atividades e ao exercício de funções relevantes do ponto de vista da segurança do sistema ferroviário, o que é conseguido através de formação inicial e de reciclagem, que pode ou não ser qualificante.

Em 2024, a atividade de Formação para o Grupo IP envolveu 12.887 formandos distribuídos por género e categoria profissional como segue, e representou cerca de 129.995 horas de formação.

	Género	2023	2024
Total de horas de Formação	F	16 615	14 540
	M	153 026	115 455
	Total	**169 641**	**129 995**

No quadro abaixo efetuamos a distribuição da formação e iniciativas de desenvolvimento pelas principais áreas do conhecimento:

Área de Conhecimento/Formação	Número de formandos abrangidos (número)		Volume de Formação (horas)	
	2023	2024	2023	2024
Engenharias				
Digitalização aplicada ao negócio	91	52	2249	523
Formação nas especialidades técnicas rodo e ferroviárias		1 911		32 491
Gestão				
Formação em áreas transversais e de suporte		3 004		15 970
Liderança e Desenvolvimento Pessoal				
Ética e Transparência	135	825	79	1731
Liderança e desenvolvimento pessoal	721	297	8606	4712
Operações e Segurança				
Comando e controlo da circulação	69	1 926	18300	36 066
Operações Rodoviárias		200		1406
Segurança de pessoas e bens	670	387	505	3314
Segurança Ferroviária		575		6813
Segurança no trabalho	708	1 889	5490	20 464
Segurança rodoviária	103	31	1733	747

Área de Conhecimento/Formação	Número de formandos abrangidos (número)		Volume de Formação (horas)	
	2023	2024	2023	2024
Tecnologias				
Cibersegurança	1686	298	888	83
Digitalização aplicada ao negócio		28		495
IA Gen		302		843
Informática-Aplicações		1 072		3 440
Informática-Tecnologias		90		898
Total Geral		**12 887**		**129 995**

Destacam-se de seguida as iniciativas que consideramos terem mais relevo nas principais Áreas de Conhecimento:

Engenharias

A Área de conhecimento das Engenharias inclui a formação realizada em todas as especialidades rodoferroviárias para técnicos superiores e chefias intermédias, pelo que representa o maior grupo em termos de formação de atualização e desenvolvimento do conhecimento técnico interno, incluindo-se aqui igualmente os eventos em Portugal e no exterior.

Para além da formação contínua, incluem-se também nesta área de conhecimento, os Programas de Formação Inicial e de reciclagem para os trabalhadores operacionais no âmbito das especialidades rodo e ferroviárias.

Destacamos, ainda, a 4ª edição da Pós-Graduação em Engenharia Ferroviária do ISEL, que envolveu no ano letivo de 2024-2025, 5 colaboradores IP.

No total, esta área envolveu em 2024, 1.963 formandos e representou cerca de 33.000 horas de formação.

De entre a formação realizada nesta área de conhecimento, podemos destacar como configurando o esforço de preparação para, ou de digitalização associada às áreas do negócio, Seminários e formação que incidiu em desenvolvimentos aplicacionais do negócio bem como formação especializada na ENPC – *École Nationale des Ponts et Chaussées* na área de inspeção de obras de arte, perfazendo um total de 523 horas de formação e envolvendo 52 formandos IP.

Operações e Segurança Ferroviária

O Sistema de Gestão de Competências de Segurança – SGCS surge em resposta ao Regulamento Delegado 2018/762, de 8 de março de 2018, e à Diretiva (EU) 2016/798 do Parlamento Europeu e do Conselho e visa garantir que os trabalhadores que realizam atividades consideradas relevantes no

âmbito da segurança do sistema ferroviário têm as competências adequadas para o desempenho das suas funções, podendo assim contribuir, de forma efetiva, para a concretização dos objetivos de segurança a que a IP se propõe e para a promoção de uma cultura de segurança no Grupo IP.

Na sequência do trabalho que vem sendo efetuado desde 2022, foram desenvolvidos em 2024, os Dossiers de Função Relevante Operacional, de Vigilante para trabalhadores internos e trabalhadores externos. Em 2025 e no âmbito do Grupo de Trabalho do SGCS, no qual a Academia tem participação permanente, dar-se-á continuidade a este trabalho, desenvolvendo-se outros Dossiers de Função Relevante Operacional.

Em termos de matéria formativa, da área de conhecimento das Operações e Segurança, fazem parte as ações de formação inicial e de reciclagem que conferem e mantêm a habilitação para o exercício de 6 das 7 Funções críticas identificadas no âmbito do SGS, as que atuam no âmbito do Comando e Controlo da Circulação, bem como toda a formação realizada nas áreas de Segurança no trabalho, Segurança de Pessoas e bens, Segurança ferroviária e Segurança rodoviária.

No que diz respeito à formação em Comando e Controlo da Circulação, decorreram em 2024 2 Programas de Formação inicial para 2 das Funções críticas identificadas, Operação Centralizada de Circulação e Operação Localizada de Circulação e ainda 1 Programa de Formação inicial para Técnicos de Exploração e Infraestruturas. No total, abrangemos com Formação inicial, 87 formandos e realizámos cerca de 21.400 horas de formação. A restante formação feita nesta área concorre para a reciclagem que decorre em ciclos de 5 anos, sensibilização e visitas ao terreno. No total, envolvemos numa das áreas de competência mais críticas do negócio IP, um total de 1.926 formandos tendo realizado cerca de 36.000 horas de formação.

Na área da Segurança do Trabalho, sem descurar as ações genéricas de sensibilização, foi ministrada formação com uma forte componente de índole pratica, com vista a assegurar conhecimentos relativos a procedimentos e técnicas de segurança no trabalho.

Demos bastante enfoque em 2024, igualmente, à área de Saúde e Bem Estar com diversas iniciativas de sensibilização.

Nesta área assume no entanto particular destaque a formação inicial e de reciclagem de colaboradores internos para qualificação nos níveis previstos para o exercício das funções definidas nas GR.IT.003, GR.IT.004 e GR.IT.005 (Funções relevantes operacionais) com cerca de 865 colaboradores envolvidos e 15.100 horas de formação realizada

No total, a área de conhecimento de Segurança no trabalho envolveu 1.889 formandos internos e representou 20.464 horas de formação.

Com vista ao reforço da cultura de segurança IP, continuamos a disponibilizar os produtos desenvolvidos internamente em 2023 em formato assíncrono, de sensibilização para as melhores práticas e promoção de comportamentos seguros, “Conceitos Gerais de Gestão da Emergência” e “Conceitos Gerais de Segurança no Trabalho”. Os cursos estão vocacionados para um público de trabalhadores recém-admitidos com perfis diferenciados, mas constituem igualmente uma oportunidade para todos os trabalhadores IP reverem conceitos e consolidarem regras e procedimentos em matéria de Segurança, de forma acessível.

Na área de Segurança de Pessoas e Bens, mantivemos a oferta de cursos de suporte básico de vida, combate a incêndios e procedimentos de evacuação de emergência.

Na área da Segurança Rodoviária, destacamos em 2024 a qualificação de 11 colaboradores internos para a atividade de auditor de segurança rodoviária, de acordo com os normativos legais em vigor, que realizámos em parceria com a PRP – Prevenção Rodoviária Portuguesa. Realizámos ainda eventos com o objetivo de promover a atualização de conhecimentos e o debate interno sobre a estratégia de Segurança Rodoviária para a construção de um Sistema Seguro. Nesta área foram envolvidos 31 formandos e realizadas cerca de 750 horas de formação.

Na área de Segurança Ferroviária, destacamos exclusivamente para colaboradores internos, a formação e iniciativas de sensibilização levadas a cabo no terreno, atualizações regulamentares e visitas ao terreno, envolvendo 575 formandos e representando 6.800 horas de formação.

Qualificação de trabalhadores externos para atuar na Infraestrutura ferroviária e sua proximidade

A IP tem, igualmente, como missão a de assegurar que todos os trabalhadores que atuam na Infraestrutura ferroviária ou na sua proximidade estão adequadamente qualificados para o fazer. Neste ponto abordamos exclusivamente a atividade de qualificação de trabalhadores externos. A Academia IP promoveu, só em 2024, a qualificação de 908 trabalhadores nas funções previstas na IET 77 no âmbito da GR.IT.003, 482 trabalhadores para a operacionalização de trabalhos nas IFTE, ao abrigo da GR.IT.004 e 1.259 trabalhadores para a realização de trabalhos em Vias interditas no âmbito da GR.IT.005. A nossa atuação neste âmbito é a de proceder à verificação das competências dos trabalhadores de empresas externas através da realização de provas específicas da responsabilidade da IP e emissão dos respetivos comprovativos de qualificação.

Gestão

Desenvolvemos ainda formação destinada a todos os colaboradores IP em áreas transversais e de suporte, como sejam Gestão, Jurídica, Contratação, Recursos Humanos, Qualidade, de acordo com as necessidades e objetivos de desenvolvimento individuais e/ou organizacionais. Beneficiaram de formação nestas áreas 3.000 formandos. Destaca-se o Programa de Acolhimento e Integração “Somos IP 2024”. A IP tem feito nos últimos anos um esforço muito significativo na renovação da sua estrutura de capital humano. Para promover o acolhimento dos novos colaboradores são desenvolvidos, anualmente, um conjunto de iniciativas que visam promover a sua rápida e efetiva integração e que contaram em 2024, entre outras iniciativas, com a dinamização de sessões de apresentação das Direções, apresentação ao CAE e sessões de apresentação entre colegas recém-admitidos e um Encontro Anual, para partilha de experiências e estabelecimento de uma rede de networking.

Este projeto designado por “Somos IP 2024”, no qual a Academia tem igualmente participação permanente envolveu neste ano, cerca de 300 novos colaboradores admitidos em 2023 e 2024 e representou 2.220 horas de formação.

Desenvolvimento Pessoal

Nesta área de formação continuámos a promover, em 2024, o desenvolvimento das competências pessoais dos nossos colaboradores, seja através de formação concebida internamente ou contratada, mas sempre em função de cada realidade e alicerçada numa forte componente prática e experiencial.

Dando continuidade ao trabalho que se iniciou em 2023, de revisão do portefólio de Competências Não Técnicas para operacionais, definidas como as capacidades de relacionamento interpessoal (por

exemplo, trabalho de equipa, liderança e comunicação), cognitivas (por exemplo, atenção, tomada de decisão, prontidão psicológica e organização e gestão da atividade) e de autorregulação (por exemplo, gestão do stress e gestão da fadiga) necessárias para um desempenho profissional seguro e eficaz, redesenhámos a formação que oferecemos no âmbito dos Programas de Formação inicial e de reciclagem das Funções criticas. Em 2025, continuaremos a trabalhar no modelo das competências não técnicas para todas as Funções críticas já identificadas. A formação na área de Liderança e Desenvolvimento Pessoal envolveu em 2024, 296 formandos e representou 4.710 horas de formação.

Ética e Transparência

Em 2024, enquanto empresa pública, investimos em ações específicas nas áreas da Prevenção da Corrupção e Proteção de Dados, em ambas as áreas foram disponibilizadas cursos em formato e-learning, que tiveram uma forte adesão.

Promovemos ainda a participação de 2 especialistas internos em formação especifica e avançada nas áreas da Prevenção da corrupção e Proteção de Dados.

Envolvemos 620 formandos IP em formação nos temas de Prevenção da Corrupção e Proteção de dados.

Mantivemos a oferta interna no tema da Ética, com a promoção da frequência de curso e-learning desenvolvido internamente.

Trabalhámos os temas da Inclusão, diversidade e responsabilidade social, que incluiu ações sobre a teoria e a prática da diversidade e da inclusão, bem como o tema do voluntariado;

No âmbito da estratégia *ESG - Environmental, Social and Governance*, promovemos iniciativas de capacitação dirigidas ao Conselho de Administração Executivo e Gestão de 1ª linha bem como a formação de especialistas no âmbito do relatório de sustentabilidade

No âmbito do processo de certificação da NP 4552:2022 sistema de gestão de conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, promovemos ações de sensibilização sobre a vida profissional, familiar e pessoal dirigidas a chefias e ao publico IP em geral.

No total, alcançámos um universo de 825 formandos.

Apoio a Formação por iniciativa do colaborador

A Academia apoia ainda a formação por iniciativa do colaborador. Em 2024, apoiámos 9 iniciativas referentes ao ano letivo de 2023-2024, num total de 3.980 euros para formação avançada nas áreas da gestão, e tecnologias, entre outras.

Em 2024-2025, recebemos até ao momento 12 pedidos de comparticipação em formação, das quais 5 são extensões relativas aos pedidos efetuados em anos anteriores, num valor total de 5.183 euros.

Tecnologias

Na área das Tecnologias, a aposta tem sido no desenvolvimento de competências instrumentais dos colaboradores IP para a utilização das aplicações do negócio ou de suporte e no desenvolvimento de competências de programação e desenvolvimento aplicacional.

Neste âmbito, envolvemos em 2024, 1.162 formandos e realizámos 4.300 horas de formação.

Cibersegurança

A Academia reforçou o compromisso com a Cibersegurança, continuando a disponibilizar quatro iniciativas formativas desenvolvidas internamente sobre *Phishing, Malware*, Palavras-passe e Resposta a Incidentes Cibernéticos. Estas iniciativas consistiram em ações online de curta duração, com o objetivo de sensibilizar para boas práticas sobre o tema. Aderiram a estas iniciativas 298 formandos.

IA Generativa

A IA tem sido, na área das tecnologias, um tema muito relevante e igualmente apelativo. A IA generativa traz consigo uma onda sem precedentes de inovação, oferecendo um grande potencial de benefícios ligados à melhoria da produtividade individual e eficiência interna, embora contribuindo também para lançar a discussão sobre os desafios da implementação de novos modelos de organização do trabalho.

A Academia promoveu em 2024 a frequência de cursos específicos e eventos sobre o tema da Inteligência Artificial aplicada e apoiou as iniciativas internas, da responsabilidade da Direção de Desenvolvimento Organizacional, de divulgação, partilha e sensibilização sobre soluções que utilizam a IA para, entre outras, o planeamento individual e das equipas e a automatização de tarefas no propósito de melhorar a produtividade individual e das equipas e a eficiência interna.

Foram envolvidos 308 formandos e realizadas cerca de 800 horas de formação.

Digitalização aplicada ao negócio

Também na área das Tecnologias e por via do desenvolvimento e upgrade aplicacional investimos, em 2024, na capacitação de cerca de 30 formandos e realizámos cerca de 500 horas de formação.

Contámos ainda com formação especializada em tecnologias de ponta para 4 colaboradores para a recolha de dados com UAV, processamento e geração de produtos fotogramétricos com drone.

Digitalização da formação

Em 2024 continuámos a apostar na capacitação de gestores de formação e formadores no planeamento e desenho de experiências de aprendizagem em ambientes digitais.

Adaptámos módulos de formação presencial para e-learning e concebemos novos. Desenhámos 2 cursos na área da Segurança Ferroviária: curso Nível NE da IET 77 e curso de Alterações ao RGSXII - Nova IET 12, que promove a aplicação das novas orientações nos contextos de trabalho; 1 recurso

digital sobre Circulação Alternada para integrar em formações no âmbito da Segurança do trabalho na rodovia e sua proximidade; 1 curso sobre Desenho e Desenvolvimento de Recursos Digitais que apresenta como principal objetivo desenvolver as competências audiovisuais e multimédia dos formadores IP; 1 curso sobre a aplicação de Suporte dos Sistemas de Informação "IPResolve" com o passo a passo relativamente aos procedimentos necessários para o preenchimento e validação de pedidos de serviço informáticos, e por fim, 1 curso e-learning gamificado sobre o Regime Geral de Prevenção da Corrupção. Estes são recursos versáteis, a utilizar em diferentes contextos de formação (e-learning síncrono e assíncrono, presencial e *blended*) que proporcionam uma abordagem flexível e adaptável e contribuem para melhorar a qualidade das nossas estratégias pedagógicas e a sua adaptação a estilos e preferências de aprendizagem de um publico mais jovem.

Com este projeto promovemos igualmente a capacitação dos formadores que connosco colaboraram no desenho de formação para ambientes digitais, através de sessões colaborativas de trabalho.

f) INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE ECONÓMICA, COM REFERÊNCIA AOS MOLDES EM QUE FOI SALVAGUARDADA A COMPETITIVIDADE DA EMPRESA, DESIGNADAMENTE PELA VIA DE INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DA INTEGRAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NO PROCESSO PRODUTIVO (N.º 1 DO ARTIGO 45.º DO RJSPE). REFERÊNCIA AO PLANO DE AÇÃO PARA O FUTURO E A MEDIDAS DE CRIAÇÃO DE VALOR PARA O ACIONISTA (AUMENTO DA PRODUTIVIDADE, ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE, REDUÇÃO DA EXPOSIÇÃO A RISCOS DECORRENTES DOS IMPACTES AMBIENTAIS, ECONÓMICOS E SOCIAIS DAS ATIVIDADES, ETC.).

A análise do contexto externo identifica um conjunto de ameaças e de oportunidades que também influenciaram a conceção do Plano de Atividades o Orçamento.

Gerir estas vulnerabilidades (ou oportunidades) de forma estruturada, integrada, transversal e contínua, contribui para a preservação e criação de valor, e, como tal, está intrinsecamente associada à sustentabilidade do negócio da IP. Assim, e de forma a melhor analisar estes mesmos pontos, tem-se, como ponto de partida, os princípios de "envolvimento generalizado", "acrescento de valor" e "ser suporte à tomada de decisão".

DO LADO DAS OPORTUNIDADES DESTACAM-SE:

- A disponibilidade de fundos comunitários para financiamento do investimento, o desenvolvimento de um plano de resiliência das infraestruturas (ferrovia, rodovia e telecomunicações), a incorporação de inovação tecnológica e outras (adaptação das infraestruturas às novas tendências de mobilidade do transporte terrestre, também com efeitos no aumento do nível de segurança e fiabilidade do funcionamento do sistema), o reconhecimento externo pela qualidade do modelo de seleção e priorização de investimentos utilizado na IP, bem como o consenso político em torno do PNI2030 e do PRR;
- O PRR é assumido como uma oportunidade também pelo facto de garantir o financiamento em infraestruturas críticas para o desenvolvimento e consolidação da rede rodoviária e da rede ferroviária, bem como para a dinamização económica dos territórios, através de investimentos

destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década;

- As medidas de adaptação, que têm vindo a ser identificadas e aplicadas nas infraestruturas, tornando-as mais resilientes aos eventos climáticos extremos e às catástrofes naturais;
- O forte investimento que a IP tem vindo a fazer na descarbonização das suas atividades (ex. eletrificação da Rede Ferroviária Nacional, aumento da quota de energia renovável consumida e produzida pela IP, definição de Metas Científicas de redução de emissões, aceleração da conversão da frota automóvel da IP para veículos menos intensos em carbono, expansão da rede de postos de carregamento elétrico);
- O Decreto-Lei n.º 84-C/2022, de 9 de dezembro, o qual entrou em vigor em janeiro de 2023, estabelece o serviço eletrónico nacional de portagens, revendo o quadro legislativo existente à data em matéria de cobrança de portagens, nomeadamente a respeito da interoperabilidade nacional e do acesso à atividade de fornecedor de serviços eletrónicos de portagens. Este novo contexto poderá promover a introdução de novas soluções de cobrança e/ou a entrada de novos players no setor, conduzindo a eventuais melhorias de eficiência no processo de cobrança da receita da IP. Por outro lado, introduzindo o diploma algumas alterações ao nível dos sistemas de pagamento, estabelece que as portageiras, onde se inclui a IP, e os fornecedores de serviços de portagem, dispõem do prazo de dois anos contados da data de entrada em vigor do decreto-lei, para se adaptarem aos mesmos, assumindo particular relevo o impacto no sistema Easytoll disponibilizado pela IP;
- O lançamento do Plano Ferroviário Nacional que garantirá estabilidade no que é a rede ferroviária de interesse nacional e internacional e, por conseguinte, ao seu planeamento e respetivas intervenções, a médio/longo prazo;
- As novas tendências e padrões ao nível da mobilidade e da sustentabilidade ambiental dessa mobilidade, que se afirmam decorridos 18 anos da assinatura do Contrato de Concessão Rodoviário, justificam que se promova uma adaptação do atual sistema de financiamento das infraestruturas rodoviárias, designadamente pelo ajustamento do conceito da Consignação de Serviço Rodoviário (CSR) à circulação de veículos elétricos, não abrangidos pelo atual sistema. Esta ação constitui uma oportunidade para se estabelecer um melhor alinhamento da IP com as políticas nacionais e europeias em matérias ambiental e de sustentabilidade, nomeadamente dando um contributo para uma mobilidade mais sustentável, mais eficiente do ponto de vista energético e descarbonizada;
- Por último, a conceção, projeto, construção, exploração, operação e manutenção, em regime de concessão, com faculdade de subconcessão, do sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira se apresenta como uma oportunidade, pela sua importância e centralidade, tendo a IP as responsabilidades acima descritas.

DO LADO OPOSTO, AMEAÇAS, TEMOS:

- Os procedimentos de aprovação da despesa e da contratação pública nos termos da moldura legal, bem como a autonomia condicionada para proceder a recrutamentos e determinar respetivas condições remuneratórias;

- As alterações climáticas e os seus efeitos nas infraestruturas e na sua resiliência e recuperação das respetivas condições iniciais;
- Os ataques à segurança tecnológica e as novas formas de terrorismo;
- O crescimento global da possibilidade de ciberataques aos sistemas informáticos, com acesso indevido a informação confidencial, alteração de dados e danos financeiros e reputacionais;
- A dificuldade de financiamento para a conservação e construção das infraestruturas em quantidade e qualidade necessária;
- O número elevado de investimentos a decorrer em simultâneo;
- A falta de capacidade do mercado para responder às necessidades de desenvolvimento de novos projetos e empreitadas da empresa;
- A falta de parceiros científicos e de I&D que permita o desenvolvimento deste tipo de projetos;
- A descarbonização da economia e do sistema de transportes, por via da crescente eletrificação da mobilidade rodoviária, sem alteração do atual sistema de financiamento das infraestruturas rodoviárias, em grande parte assegurado pela Consignação de Serviço Rodoviário – CSR;
- O PRR, que para além de constituir uma oportunidade, internaliza aspetos desafiantes, pelos ambiciosos marcos intermédios e prazo de execução disponível, cujos eventuais incumprimentos implicarão penalizações;
- O cumprimento das diretrizes legais em termos da economia circular e da incorporação obrigatória de materiais reciclados ou que incorporem materiais nas matérias-primas usadas em obra, que apresentará desafios em termos do custo desses materiais e à respetiva oferta do mercado, para além do cumprimento dos prazos para execução dos projetos;
- As perturbações ou paralisações dos serviços ferroviários, devido a catástrofes, calamidades com impacto na infraestrutura, falta de pessoal, greves ou outras condicionantes;
- A introdução, por decisão do Estado Concedente, de regimes de redução ou isenção do pagamento das taxas de portagem aplicáveis em autoestradas cuja receita é titulada pela IP, ou ainda a ausência de autorização para cobrança em determinados sublanços dessas autoestradas ou instalação de novos pontos de cobrança;
- O Decreto-Lei n.º 84-B/2022, de 9 de dezembro, o qual entrou em vigor em janeiro de 2023, estabelece um novo regime jurídico para a definição e aplicação de procedimentos relativos à gestão da segurança da infraestrutura rodoviária, entre os quais, impõe, obrigatoriamente, a participação de auditores de segurança rodoviária devidamente credenciados. De referir que a IP não dispõe atualmente de auditores de segurança suficientes para dar resposta às exigências do referido diploma legal, o mesmo acontecendo no mercado em geral, nomeadamente pela falta de formação que se tem vindo a verificar por parte do IMT. Este aspeto será decisivo nos estudos e projetos atualmente em curso, incluindo os associados à concretização do PRR. Simultaneamente, serão necessários auditores de segurança rodoviária para fazer face às inspeções específicas de segurança rodoviária que vierem a ser exigidas pela ANSR ao abrigo do mesmo diploma legal;

- Falta de capacidade de atração e retenção de recursos humanos, decorrente, entre outros aspetos, da falta de competitividade salarial relativamente ao setor privado nacional ou ao mercado de trabalho internacional;
- Por último, o sistema de cabos submarinos de comunicações eletrónicas entre o território de Portugal continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira é, para além de uma oportunidade, uma ameaça, pela novidade de negócio e pelos desafios que acarreta.

A inovação é, para o Grupo IP, um agente dinamizador da melhoria dos serviços prestados, criando novas soluções e produtos que incrementam a eficácia e originam novos negócios.

Neste âmbito deu-se continuidade, em 2024, à dinamização e implementação das atividades de IDI do Grupo IP.

No decurso do ano de 2024 o Grupo IP participou em 7 projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) cofinanciados por vários programas europeus nas mais diversas áreas (e.g. conetividade e telecomunicações, gestão de ativos, segurança rodoviária, energia, ambiente e resiliência). Foram concluídos, em 2024, 3 projetos de IDI.

Estes projetos envolveram em 2024 cerca de 30 colaboradores do Grupo IP. A participação do Grupo IP nestes projetos de inovação permitiu a construção de uma extensa rede, superior a uma centena de parceiros de IDI.

Foi aprovada a candidatura do projeto TB EDX, financiada através do PRR – Rede Nacional de Test Beds, que conta com a participação da IP Telecom, e que visa proporcionar uma infraestrutura para demonstração, experimentação, testes e formação às empresas que criam produtos e serviços baseados em dados. Visa ainda a promoção da interoperabilidade, em conformidade com as regras, políticas e regulamentos da Gaia-X e da IDSA.

No que toca ao SIFIDE (programa nacional de financiamento às atividades de Investigação e Desenvolvimento) é de destacar as seguintes atividades em 2024:

- Submissão de 19 candidaturas do Grupo IP referentes a atividades ID realizadas em 2023;
- Aprovação de 20 candidaturas do Grupo IP referentes a atividades ID realizadas em 2022 correspondendo a um crédito fiscal de 293 430 euros.

Em 2024 foi também dada continuidade ao Programa dos 50 Desafios de IDI da IP, através da realização de diversas interações com entidades empresarias e do meio académico e científico para aferição de iniciativas conjuntas, perfazendo um total de 11 desafios abordados. Neste contexto, em 2024, além das parcerias em curso, foi celebrado o Protocolo de Cooperação ISEL-IP que formaliza a colaboração das duas entidades e enquadra potenciais futuros acordos de desenvolvimento de ID. Salienta-se também a colaboração da IP na realização de testes de avaliação de validação de diversas tecnologias, em ambiente real na infraestrutura da IP e no desenvolvimento de teses de mestrado através do fornecimento de dados e do apoio na interpretação e validação dos resultados, designadamente, na realização de uma tese de mestrado em engenharia da energia e ambiente sobre o potencial solar das ferrovias em Portugal.

Destaca-se ainda, em 2024, a participação da IP nos seguintes demonstradores de inovação colaborativa:

- *Open Innovation Program powered by Vodafone Boost Lab* de dinamização e aceleração da aplicação da tecnologia 5G em diversas áreas da sociedade e economia;
- 3ª edição do Programa NextLap - NextLap Tech Hub, programa de aceleração de inovação em circularidade, promovido pela Beta-i, Valorpneu e Genan, no âmbito do qual foram selecionados 3 testes pilotos com potencial aplicação na IP, a desenvolver em 2025.

Em 2024 foram organizadas duas reuniões do *Think Tank* de Inovação da IP, uma subordinada ao tema de "Como tornar a IP numa das melhores empresas para trabalhar?" e outra subordinada ao tema de "Como preparar a IP para os desafios futuros de Gestão de Infraestruturas Críticas?".

Em termos de comunicação, importa destacar a organização do *Workshop "Projetos Internacionais de Especificação Técnica e Inovação"*. Foram apresentados os desenvolvimentos realizados em grupos de trabalho internacionais e em projetos de inovação repartidos pelos 3 temas do evento: "Energia e Eficiência"; "Resiliência e Adaptação às Alterações Climáticas" e "Digitalização"

Importa também referir a participação na PFP - Plataforma Ferroviária Portuguesa, organização fundada em 2015, e que foi reconhecida como um dos Clusters de Competitividade da economia portuguesa, tendo como motivação reunir todos os *stakeholders* da ferrovia nacional para a promoção de Portugal como país inovador na indústria ferroviária.

Em 2024, a IP continuou o mandato de presidência da Direção da PFP, tendo-se realizado neste âmbito as seguintes ações:

- Organização do Portugal Railway Summit, o maior evento do setor ferroviário português, que decorreu no Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento a 21 e 22 de maio de 2024;
- Elaboração da Carta Aberta para a Ferrovia Nacional, com as principais prioridades para o setor.
- Organização da missão empresarial nacionais à Innotrans, em Berlim.

Por último, de referir que em 2024, a IP realizou um inquérito interno relativo à incorporação da atividade de inovação da IP no negócio. Concluiu-se que a maioria dos projetos produziram resultados que já foram incorporados ou estão em processo de o serem na empresa, em que as incorporações mais significativas são a criação de uma rede de *networking*, com transferência de conhecimento de valor acrescentado para as atividades da IP.



X. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. MENÇÃO À DISPONIBILIZAÇÃO EM SISEE OU SIRIEF DA ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, DELIBERAÇÃO UNÂNIME POR ESCRITO OU DESPACHO QUE CONTEMPLE A APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS (INCLUINDO O RELATÓRIO E CONTAS E O RGS) RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2023 POR PARTE DOS TITULARES DA FUNÇÃO ACIONISTA OU, CASO NÃO SE TENHA AINDA VERIFICADO A SUA APROVAÇÃO, MENÇÃO ESPECÍFICA DESSE FACTO.

Os documentos de Prestação de Contas de 2023, nomeadamente o Relatório de Gestão com a Aplicação de Resultados, o Relatório de Governo Societário e a Certificação Legal de Contas foram carregados em SiRIEF/SISEE em 01 de maio de 2024.

Foi ainda carregado em SIRIEF/SISEE a Ata da reunião de Assembleia Geral de 29 de maio de 2024, em que o representante do acionista Estado votou favoravelmente à aprovação do ponto 1 e do ponto 2 da ordem de trabalhos, no sentido da aprovação dos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício de 2023, incluindo os relatórios de gestão e do governo societário, atentas as Certificações Legais das Contas, os relatórios do auditor externo, e as ênfases neles expressas, o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, e o Relatório de Análise n.º 134/2024, de 2 de maio, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), e subsequente ofício n.º 170/UTAM/2024, de 02 de maio, bem como do relatório anual de atividades do Conselho Geral e de Supervisão referente a 2023 e a aprovação da proposta de aplicação de Resultados do exercício de 2023.

2. VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES RECEBIDAS[26] RELATIVAMENTE À ESTRUTURA E PRÁTICA DE GOVERNO SOsocietário (ARTIGO 54.º DO RJSPE), ATRAVÉS DA IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DESSAS ORIENTAÇÕES. PARA CADA RECOMENDAÇÃO[27] DEVERÁ SER INCLUÍDA:

a) INFORMAÇÃO QUE PERMITA AFERIR O CUMPRIMENTO DA RECOMENDAÇÃO OU REMISSÃO PARA O PONTO DO RELATÓRIO ONDE A QUESTÃO É DESENVOLVIDA (CAPÍTULO, SUBCAPÍTULO, SECÇÃO E PÁGINA)

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
0				**Formal**				
		1		Documentos devidamente assinados	1215	●		
I				**Síntese (Sumário Executivo)**				
		1		Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2024	982	●		
II				**Missão, Objetivos e Políticas**				
		1		Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a empresa	986	●		
		2		Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida		●		
			a)	Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	988	●		
			b)	Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar	993	●		
		3		Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	999	●		
		4		Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	1002	●		

26 Reporta-se também às recomendações que possam ter sido veiculadas a coberto de relatórios de análise da UTAM incidindo sobre Relatório de Governo Societário do exercício anterior.

27 A informação poderá ser apresentada sob a forma de tabela com um mínimo de quatro colunas: "Referência"; "Recomendação"; "Aferição do Cumprimento"; e "Justificação e mecanismos alternativos".

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
III				**Estrutura de Capital**				
		1		Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	1005	•		
		2		Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	1006	•		
		3		Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da empresa e possam conduzir a eventuais restrições	1006	•		
IV				**Participações Sociais e obrigações detidas**				
		1		Identificação das participações sociais que a empresa pública detém	1008	•		
		2		Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer empresas de natureza associativa ou fundacional	1010	•		
		3		Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das pessoas indicadas no n.º 2 do artigo 447.º do CSC, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.	1013	•		
		4		Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a empresa.	1013	•		
V				**Órgãos Sociais e Comissões**				
	A			**Modelo de Governo**				
		1		Identificação do modelo de governo adotado	1015	•		
	B			**Mesa da Assembleia Geral**				
		1		Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim). Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos	1016	•		
		2		Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	1017	•		
	C			**Administração e Supervisão**				
		1		Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	1018	•		
		2		Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	1019	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		3		Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com identificação dos membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos	1019	•		
		4		Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	1021	•		
		5		Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	1021	•		
		6		Dar conhecimento de que foi apresentada declaração por *cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse*	1026	•		
		7		Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	1027	•		
		8		Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da empresa, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da empresa	1027	•		
		9		Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo				
			a)	Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	1031	•		
			b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	1034	•		
			c)	Órgãos da empresa competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores	1034	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
				executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos				
			d)	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	1035	•		
	D			**Fiscalização**				
		1		Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	1040	•		
		2		Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização	1040	•		
		3		Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	1043	•		
		4		Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	1043	•		
		5		Indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros e duração estatutária do mandato dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras	1045	•		
		6		Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, identificando os membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos	1046	•		
		7		Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º do CSC	1046	•		
		8		Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável				
			a)	Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro, apresentados segundo o formato seguinte	1047	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
			b)	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	1047	•		
	E			**Revisor Oficial de Contas (ROC)**				
		1		Identificação dos membros efetivo e suplente: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) ou ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam. Indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos	1049	•		
		2		Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à empresa	1050	•		
		3		Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta empresa, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	1050	•		
		4		Descrição de outros serviços prestados pela SROC à empresa e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	1051	•		
	F			**Conselho Consultivo (caso aplicável)**				
		1		Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a empresa deverá indicar os mandatos respetivos				n.a.
	G			**Auditor Externo (caso aplicável)**				
		1		Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da empresa e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	1052	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		2		Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	1053	•		
		3		Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a empresa e/ou para empresas que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como *indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação*	1054	•		
		4		Indicação do montante da remuneração anual paga pela empresa e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços	1054	•		
VI				**Organização Interna**				
	A			**Estatutos e Comunicações**				
		1		Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da empresa.	1056	•		
		2		Caraterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na empresa.	1056	•		
		3		Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.	1057	•		
	B			**Controlo interno e gestão de riscos**				
		1		Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a empresa).	1060	•		
		2		Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de prevenção e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.	1066	•		
		3		Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da empresa, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.	1067	•		
		4		Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da empresa.	1068	•		
		5		Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	1070	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		6		Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a empresa se expõe no exercício da atividade.	1071	•		
		7		Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, prevenção e mitigação de riscos	1076	•		
		8		Identificação dos principais elementos do SCI e de prevenção de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	1081	•		
	C			**Regulamentos e Códigos**				
		1		Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância.	1082	•		
		2		Código de Ética				
			a)	Referência à existência de um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, indicando a data da última atualização e a forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores	1096	•		
			b)	Menção relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor sobre medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer empresa que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa	1097	•		
		3		Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC: anexo ao Decreto-lei nº. 109-E/2021, de 9 de dezembro)				
			a)	Referência à existência do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR, vd. artigo 6.º do RGPC)	1098	•		
			b)	Referência à elaboração de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo	1098	•		
			d)	Referência à elaboração de relatório de avaliação anual (vd. alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do RGPC e n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, que remete para a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, a que corresponde a atual alínea g) do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro)	1099	•		
	D			**Deveres especiais de informação**				

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		1		Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vd. alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE)				
			a)	Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras empresas, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	1100	•		
			b)	Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	1100	•		
			c)	Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;	1100	•		
			d)	Orçamento anual e plurianual;	1100	•		
			e)	Documentos anuais de prestação de contas;	1100	•		
			f)	Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.	1100	•		
	E			**Sítio de Internet**				
		1		Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram divulgados os seguintes elementos				
			a)	Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;	1102	•		
			b)	Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;	1102	•		
			c)	Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;	1102	•		
			d)	Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;	1102	•		
			e)	Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;	1102	•		
			f)	Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.	1103	•		
		2		Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os seguintes documentos				
			a)	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a empresa está legalmente obrigada	1103	•		
			b)	Código de Ética	1104	•		
			c)	Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR)	1104	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
			d)	Relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;	1104	•		
			e)	Relatório de avaliação anual no âmbito da execução do PPR	1104	•		
			f)	Código de Conduta;	1104	•		
			g)	Relatório sobre remunerações por género, a que se refere o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;	1104	•		
			h)	Informação anual do modo como foi prosseguida a missão da empresa, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	1105	•		
		3		Quando aplicável, indicação das hiperligações para acesso direto ao sítio na internet da empresa onde se encontram publicitados os documentos objeto de remissão no RGS	1106	•		
		4		No caso de entidades abrangidas, nos termos do artigo 2.º do RGPC, indicação das hiperligações para acesso direto aos elementos listados no n.º 1 do artigo 12.º do RGPC	1106	•		
	F			**Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)**				
		1		Referência ao contrato celebrado com a empresa pública em que lhe tenha sido confiada a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade	1108	•		
		2		Caso não tenha contrato celebrado ou, tendo, caso haja apresentado nova proposta, referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade				
			a)	que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;	1109	•		
			b)	que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e	1110	•		
			c)	que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.	1110	•		
VII				**Remunerações**				
	A			**Competência para a Determinação**				
		1		Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da	1112	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
				comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da empresa				
		2		Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a empresa, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	1112	•		
		3		Dar conhecimento do cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	1113	•		
	B			**Comissão de Fixação de Remunerações**				
		1		Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio				n.a.
	C			**Estrutura das Remunerações**				
		1		Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	1114	•		
		2		Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da empresa	1115	•		
		3		Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	1116	•		
		4		Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	1116	•		
		5		Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	1116	•		
		6		Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	1116	•		
	D			**Divulgação das Remunerações**		•		
		1		Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da empresa, proveniente da empresa, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	1117	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		2		Indicação dos montantes pagos, por outras empresas em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	1120	•		
		3		Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.	1120	•		
		4		Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	1120	•		
		5		Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da empresa, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação	1121	•		
		6		Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	1121	•		
VIII				**Transações com Partes Relacionadas e Outras**				
		1		Apresentação de mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	1123	•		
		2		Informação sobre outras transações		•		
			a)	Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;	1124	•		
			b)	Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;	1132	•		
			c)	Lista de fornecedores com transações com a empresa que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	1149	•		
IX				**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental**				
		1		Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	1152	•		
		2		Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	1153	•		
		3		Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial				
			a)	Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	1154	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
			b)	Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	1167	•		
			c)	Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	1169	•		
			d)	Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	1171	•		
			e)	Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	1175	•		
			f)	Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista	1190	•		
X				**Avaliação do Governo Societário**				
		1		Menção à disponibilização em SISEE ou SiRIEF da ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2023 por parte dos titulares da função acionista ou, caso não se tenha ainda verificado a sua aprovação, menção específica desse facto	1196	•		
		2		Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações		•		
			a)	Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página)	1197	•		
			b)	Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela empresa para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	1210	•		

Relatório de Governo Societário 2024					Página	Cumpre		Observações
						sim	não	
		3		Outras informações: a empresa deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	1210	•		
XI				**Anexos**				
		1		Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE	1212	•		
		2		Demonstração não financeira relativa ao exercício de 2024: aplicável às empresas de interesse público que à data do encerramento do seu balanço excedam um número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual – cf. n.º 1 do artigo 66.º-B do CSC	1212	•		

Legenda:

n.a.	Não aplicável
V	O tema foi objeto de análise

b) EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO OU CUMPRIMENTO PARCIAL, JUSTIFICAÇÃO PARA ESSA OCORRÊNCIA E IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAL MECANISMO ALTERNATIVO ADOTADO PELA EMPRESA PARA EFEITOS DE PROSSECUÇÃO DO MESMO OBJETIVO DA RECOMENDAÇÃO.

Os últimos Relatórios de Análise da UTAM consideram que, os Relatórios de Governo Societário da IP, "reúnem as condições para merecer a aprovação por parte do titular da função acionista", para os exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023.

Para o relatório de 2020, a UTAM considerou "que o documento reunirá as condições para merecer a aprovação por parte do titular da função acionista desde que, (…)" apresentasse disponível no sítio da empresa na internet o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens.

Essa referência da UTAM passou a ser incluída nos Relatórios da IP.

No relatório de Análise da UTAM nº133/2023 relativo a 2022, considerou-se "que o documento reunirá as condições para merecer a aprovação por parte do titular da função acionista, desde que a versão do documento a sujeitar ao processo de apreciação dos documentos anuais de prestação de contas contemple a correção a que se refere o ponto I.2 do anexo a este relatório".

O presente documento foi produzido tendo em consideração todas as condições apresentadas pela UTAM referente a anteriores relatórios.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES: A EMPRESA DEVERÁ FORNECER QUAISQUER ELEMENTOS OU INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE, NÃO SE ENCONTRANDO VERTIDAS NOS PONTOS ANTERIORES, SEJAM RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DO MODELO E DAS PRÁTICAS DE GOVERNO ADOTADAS.

Nada a acrescentar.



XI. ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da empresa deverão ser incluídos pelo menos os seguintes documentos:

1. **RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O N.º 2 DO ARTIGO 54.º DO RJSPE OU, CASO A EMPRESA ESTEJA A AGUARDAR A NOMEAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELA TUTELA, DECLARAÇÃO DANDO CONTA DESTA SITUAÇÃO.**

A Certificação Legal de Contas, que inclui os pareceres do Conselho Geral de Supervisão, do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo, constitui a Parte VII do R&C 2024.

2. **DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2024: APLICÁVEL ÀS EMPRESAS DE INTERESSE PÚBLICO QUE À DATA DO ENCERRAMENTO DO SEU BALANÇO EXCEDAM UM NÚMERO MÉDIO DE 500 TRABALHADORES DURANTE O EXERCÍCIO ANUAL – CF. N.º 1 DO ARTIGO 66.º-B DO CSC [28]**
DEVERÁ CONTER INFORMAÇÃO REFERENTE AO DESEMPENHO E EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE QUANTO A QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES, IGUALDADE DE GÉNERO, NÃO DISCRIMINAÇÃO, RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS, COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO
(artigo 66.º-B do CSC).

A IP apresenta no Relatório de Sustentabilidade 2024, a demonstração não financeira, em conformidade com o n.º 1 e n.º 2 do artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, assim como do Artigo 508.º-G do mesmo Diploma Legal, seguindo os princípios orientadores da Diretiva Europeia 2022/2464, de 14 de dezembro, sobre Reporte de Sustentabilidade Corporativo (CSRD).

28 O n.º 8 do artigo 66.º-B do CSC dispõe que "*uma empresa que elabore um relatório separado do relatório de gestão, correspondente ao mesmo exercício anual, que inclua as informações exigidas para a demonstração não financeira previstas no n.º 2 e seja elaborado nos termos previstos nos n.ºs 3 a 6, fica isenta da obrigação de elaborar a demonstração não financeira prevista no n.º 1*". Assim, caso a empresa pretenda ser dispensada da apresentação da demonstração não financeira, deve atestar que o RGS inclui toda a informação e cumpre todas as formalidades exigidas pela lei.

Almada, 04 de abril de 2025

O Conselho de Administração Executivo

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Carlos Alberto João Fernandes Documento Assinado Digitalmente
Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa Documento Assinado Digitalmente
Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel Documento Assinado Digitalmente

Infraestruturas de Portugal



ASSINATURA DIGITAL

Parte VI

Almada, 4 de abril de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente	Miguel Jorge de Campos Cruz		
Diretora Financeira	Maria do Carmo Almiro do Vale Duarte Ferreira	**Vice-Presidente**	Carlos Alberto João Fernandes
		Vice-Presidente	Maria Amália Freire de Almeida
Contabilista Certificado	Diogo Mendonça Lopes Monteiro	**Vogal**	Alexandra Sofia Vieira Nogueira Barbosa
		Vogal	Gina Maria dos Santos Pimentel

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Parte VII

Infraestruturas de Portugal

PARECER DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Relatório e Contas - Exercício 2024

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis à Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP ou Sociedade), e no desempenho do mandato que nos conferiram, damos Parecer sobre o "Relatório e Contas 2024 da IP", que contém o Relatório de Gestão de 2024, as Demonstrações Financeiras Separadas e Consolidadas e Notas anexas às mesmas, as Demonstrações Orçamentais e Anexos e o Relatório do Governo Societário, bem como a Tabela GRI Standard e os correspondentes Relatórios de Auditoria e Certificações Legais das Contas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados.

O Conselho Geral e de Supervisão (CGS) acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas "Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda." e pelo Auditor Externo, BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Como referido, o CGS acompanhou os trabalhos regularmente e apreciou as Certificações Legais das Contas e os Relatórios de Auditoria sobre a Informação Financeira Separada e Consolidada, bem como as Matérias Relevantes de Auditoria e as Ênfases expressas nas referidas Certificações e Relatórios, as quais foram consideradas nos trabalhos realizados e na formação da opinião.

O trabalho da Comissão das Matérias Financeiras e do CGS, nomeadamente no que diz respeito ao sistema de controlo interno e à certificação e auditoria das demonstrações financeiras, foi baseado no trabalho da sociedade de Revisores Oficiais de Contas e do Auditor Externo. Expressamos o nosso acordo às Certificações Legais das Contas e aos Relatórios de Auditoria sobre a Informação Financeira Separada e Consolidada, os quais foram emitidos sem Reservas, mas com Ênfases e menção das Matérias Relevantes da Auditoria, que consideramos aqui reproduzidas integralmente, constituindo parte integrante deste Parecer, sublinhando ainda a importância do conteúdo do Relatório Anual de Atividades do Conselho Geral e de Supervisão – Exercício de 2024, datado de 16 de abril de 2025, que deve ser lido em complemento e em conjunto com este Parecer.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Sociedade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, na medida em que seja relevante para a atividade da IP, da apresentação das demonstrações financeiras separadas e consolidadas, do governo societário, do sistema de gestão de risco, de

conformidade, contratos e logística e da auditoria interna. Verificámos também a observância da lei e dos estatutos.

Foi verificada a adequação da compreensão da situação financeira da IP, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações ao capital próprio e dos fluxos de caixa na base separada e consolidada, expressas nas respetivas demonstrações financeiras e nas Notas Anexas às Demonstrações Financeiras, complementados com as Certificações Legais das Contas emitidas pela "Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda." e pelos Relatórios de Auditoria Externa emitidos pela BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., nos termos requeridos na alínea b) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração Executivo propõe que, o resultado apurado no exercício de 2024 de € 123.909.231,70 (cento e vinte e três milhões, novecentos e nove mil e duzentos e trinta e um euros e setenta cêntimos) seja aplicado em:

- Resultados acumulados: €18.774.068,07 e,
- Reserva legal: €105.135.163,63

Nos termos e para os efeitos do artigo 420.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, o CGS e os seus membros individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as informações financeiras analisadas, incluindo nomeadamente as contas separadas e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos capitais próprios e dos fluxos de caixa, bem como da situação financeira e dos resultados da Empresa que o CGS considera estarem adequadamente incluídos no Relatório e Contas, bem como a informação relativa à evolução dos negócios, ao desempenho e à posição da IP.

Dentro deste âmbito reportamos o seguinte:

- Em 2024, a Lei do Orçamento do Estado estabelece que o crescimento global do endividamento das Empresas Públicas fica limitado a 2%, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos. Assim, se ao valor do aumento de capital expurgarmos os montantes alocados à cobertura dos pagamentos de Concessões do Estado e Subconcessões rodoviárias, o rácio fixa-se em 3,0%.
- Em 31 de dezembro de 2024, relativamente ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a IP mantinha no IGCP – Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a quantia de €391 milhões das suas disponibilidades financeiras. O restante montante, residual, foi depositado no sistema financeiro nacional ao abrigo da autorização concedida pelo IGCP, através da informação n.º 0792/2024 de 21 de outubro, que autorizou a dispensa do cumprimento da UTE, para os anos de 2024 e 2025, para alguns serviços bancários.

2. ATIVIDADE DA IP EM 2024

Da atividade desenvolvida pela IP em 2024, destacamos os seguintes pontos:

- O novo Benefício Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE) tem um impacto significativo no apuramento de imposto corrente da IP em 2024 e anos seguintes de cerca de €36,4 milhões.
- O resultado líquido do exercício de 2024, foi € 123,9 milhões, o que comparando com o resultado líquido verificado em 2023, corresponde a um acréscimo de € 142,7 milhões, estando previsto em orçamento €70,1 milhões.
- As Vendas e Prestações de Serviços ficaram cerca de €105 milhões aquém do valor previsto em orçamento (7%).
- O rendimento correspondente às indemnizações compensatórias ascendeu a €117,9 milhões, menos €12,9 milhões (-10%) que o previsto no orçamento. O valor do rendimento reconhecido em 2024 foi o apresentado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2024, acrescido do valor definido pela Cláusula 6.ª do Contrato Programa Ferroviário para os anos 2024-2028, que prevê a "(…) atualização das projeções financeiras da prestação do serviço público, (…), com base na execução real do exercício findo (ano n-1) (…)", não tendo a IP recebido qualquer verba durante o ano de 2024.
- A CSR registou um montante €691 milhões, €15,7 milhões acima do previsto em orçamento (2%). Comparativamente com período homólogo de 2023, verifica-se também um acréscimo de €49,3 milhões (8%).
- A perda direta de receita potencial associada à aplicação do desconto de 50/65% no tarifário das ex-SCUT ascende a cerca de €257,2 milhões no montante acumulado em 31 de dezembro de 2024.
- A redução dos gastos de depreciação e amortização de aproximadamente €21,1 milhões, resultou da redução da taxa de amortização por via da atualização do Plano de Negócios da IP, da qual resultou uma revisão em alta das receitas futuras das concessões do Estado.
- A execução global dos Investimentos Ferrovia 2020, no valor de €530,9 milhões, corresponde a 85% do previsto em orçamento.
- Continuam por resolver algumas situações relativas aos Contratos de Subconcessão, nomeadamente, Algarve Litoral, Baixo Tejo e Douro Interior, mantendo-se para as restantes a aplicação dos Contratos de Subconcessão Alterados (CSA).
- No final de 2024, o capital social totalizava €14.403.880.000 tendo sido realizadas operações de aumento de capital social ao longo do ano de 2024, no total de €1.817.210.000,00.

3. ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS

As orientações legais apresentadas neste ponto, são as que estão definidas nas "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2024" da DGTF, para efeito de elaboração dos documentos de prestação de contas. Assim, destacamos as seguintes:

Objetivos de Gestão

Os objetivos de gestão do Grupo IP integram um conjunto de indicadores corporativos que, no seu conjunto, abarcam transversalmente a atividade do Grupo e permitem controlar, ao longo do ano e no âmbito do Sistema de Controlo de Gestão, implementado no Grupo IP, a performance da empresa.

Apresentam-se, de seguida, os resultados dos indicadores do acionista (7) obtidos em 2024, encontrando-se as respetivas justificações detalhadas no Relatório de Gestão. Destaca-se o não cumprimento de 4 dos referidos objetivos.

Indicador	Unidade	Meta 2024	Real 2024	Δ%
Receitas *core (cash)*	(M€)	1 405	1 197	-15%
Cash Flow Total	(M€)	-1 645	-950	42%
Indicador Agregado Investimentos Estratégicos	%	85%	72%	-13 p.p.
Indicador Agregado Plano de Intervenções na Rede (Exceto Investimentos Estratégicos)	%	85%	73%	-12 p.p.
Grau de cumprimento dos níveis serviço rodoviários	%	100%	109%	9 p.p.
Grau de cumprimento dos níveis serviço ferroviários	%	100%	76%	-24 p.p.
Receita não core	(M€)	26	29	14%

Investimentos

O valor de investimento ascendeu, em 2024, a €775,8 milhões, o que representa uma taxa de execução de 75% do valor previsto no PAO.

Destaca-se a execução global dos Investimentos Ferrovia 2020 que, em 2024, atingiu €530,9 milhões, o que corresponde a uma execução de 92% face ao que estava previsto em PAO e representa 81% do investimento total realizado pela empresa neste exercício.

No que diz respeito à rodovia, destaca-se o investimento realizado no âmbito do programa PRR, no montante de €92,7 milhões, com uma execução de 67% do valor previsto no PAO.

Parcerias Rodoviárias

No ano de 2024 foram efetuados pagamentos às Parcerias Rodoviárias no valor de €1.083,9 milhões (sem IVA), menos €158,9 milhões do que o previsto no PAO, o que representa uma execução de 87% do valor previsto.

Eficiência Operacional
Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios

Em 2024, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, registou uma melhoria. Foi de 72,3%, o que representa um desvio de menos 4,9 p.p. face aos 77,2% previsto no PAO 2024-2026, conforme quadro seguinte.

No entanto, é importante referir que este indicador é afetado pelo aumento da atividade de investimento, quer na rede rodoviária por via do Plano de Recuperação e Resiliência, quer na rede ferroviária decorrente dos projetos estratégicos de índole governamental, como o são o Plano de Investimentos Ferrovia 2020 e o Plano Nacional de Investimentos 2030.

Unidade: euros

Eficiência Operacional	Real 2023	Real 2024	PAO 2024	Δ 2024/ PAO 2024		Δ 2024/2023	
				valor	%	valor	%
(1) CMVMC	323 027 101	428 321 142	515 421 806	-87 100 664	-16,9%	105 294 042	20,4%
(2) FSE	382 207 919	377 275 120	423 675 992	-46 400 873	-11,0%	-4 932 799	-1,2%
(3) Gastos com o pessoal	141 012 036	147 318 537	158 979 493	-11 660 956	-7,3%	6 306 501	4,0%
(4) Impactos decorrentes Obrigações Legais	0	0	0	0		0	
(5) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	**846 247 055**	**952 914 799**	**1 098 077 291**	**-145 162 492**	**-13,2%**	**106 667 744**	**9,7%**
(6) Gastos Operacionais Ajustados = (5) - (4)	**846 247 055**	**952 914 799**	**1 098 077 291**	**-145 162 492**	**-13,2%**	**106 667 744**	**9,7%**
(7) Volume de Negócios (VN)	1 163 193 726	1 318 582 144	1 423 038 592	-104 456 448	-7,3%	155 388 418	10,9%
(8) Peso dos Gastos Operacionais / Volume de Negócios = (6) / (7)	**72,8%**	**72,3%**	**77,2%**	**-4,9 p.p**		**-0,5 p.p**	

4. ORÇAMENTO DO ESTADO – 2024

O Orçamento do Estado aprovado para 2024 (OE 2024) contemplou alterações significativas ao orçamento proposto pela IP. Para além desse facto, o CGS refere os seguintes pontos:

- Os cortes no orçamento da despesa e da receita face ao proposto pela IP totalizam cerca de €458 milhões.
- O saldo global de execução em 2024 evidencia uma melhoria de €301,4 milhões, face ao período homólogo de 2023, e reflete uma taxa de execução de 59% face ao OE 2024 aprovado.
- Os encargos com as Parcerias Público-Privadas (PPP) foram os principais responsáveis pelo apuramento de um défice de €950,3 milhões, o qual, acrescido das amortizações de dívida, originaram um valor de necessidades de financiamento de €1.523,1 milhões. Face aos valores recebidos sob a forma de dotações de capital (€1.817,2 milhões), a IP terminou o ano com um reforço de €274 milhões no saldo de gerência, com origem principalmente no valor de €284,6 milhões de financiamento comunitário (adiantamento) para cobertura do projeto de Alta Velocidade (LAV).
- A execução das receitas face ao orçamentado representou 91% do previsto, sendo de referir o recebimento de apenas 66,7% das verbas relativas às Vendas e Prestações de Serviços, motivado pelo não recebimento da tarifa de utilização, por parte dos operadores.

Destaca-se o principal operador (CP) e o recebimento de 100% das verbas relativas à CSR.

- Em 2024 não foi recebido qualquer valor relativo às Intempéries e, no que diz respeito ao Mecanismo de apoio às portagens, ficaram por receber as verbas referentes ao 4º trimestre.
- As necessidades de financiamento aumentaram €379 milhões, em resultado do aumento da despesa, essencialmente no investimento e serviço da dívida.
- A gestão orçamental da IP recorreu ainda a diversos pedidos de autorização, determinantes para uma boa e regular execução do seu orçamento.

5. RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA-ESTADO

No âmbito da Assembleia Geral n.º 08/2023, as contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram apreciadas pelo Acionista-Estado em Assembleia Geral no dia 29 de maio de 2024.

O representante do Acionista-Estado votou favoravelmente a aprovação dos documentos de prestação de contas separadas e consolidadas do exercício de 2023, incluindo os relatórios de gestão e do governo societário, atentas as Certificações Legais das Contas, os relatórios do auditor externo, e as ênfases neles expressas, o parecer favorável do Conselho Geral e de Supervisão, e o Relatório de Análise n.º 134/2024, de 2 de maio, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) sobre o Relatório de Governo Societário.

6. MODELO DE GOVERNO E DE FINANCIAMENTO

O CGS salienta os seguintes assuntos ligados ao modelo de governo e de financiamento da Sociedade. Assim:

- Por iniciativa do Conselho de Administração Executivo foi iniciada, formalmente em janeiro de 2024, uma reflexão com a presença da Tutela Setorial do XXIII Governo Constitucional, nomeadamente, o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, à data, Eng.º Frederico Francisco e a participação de diversas entidades e partes interessadas públicas e privadas com especial incidência sobre o meio académico, tendo sido criado um Grupo de Trabalho na IP dedicado ao estudo da sustentabilidade do modelo de financiamento da IP.

  O CGS realça, igualmente, a importância de o Acionista-Estado ter presente o contributo deste trabalho para a autonomia financeira da IP e a consequente exclusão do perímetro de consolidação orçamental, de forma a agilizar a sua gestão e ultrapassar os constrangimentos impostos pela disciplina própria do Orçamento do Estado.

Adicionalmente, como o CGS vem alertando em relatórios anteriores, considera que o modelo atual não é sustentável e coloca uma exigência grande no apoio que o Acionista-Estado tem de dar –como tem acontecido– para assegurar a continuidade das operações (*on-going concern*).

- Face à evolução da CSR com o aumento da circulação de viaturas exclusivamente elétricas ou de consumo combinado, as alterações ao regime de portagens que constituem receita da Sociedade, ao aumento dos custos de conservação da rede ferroviária e da rede rodoviária, o CGS reforça a recomendação sobre a necessidade de definição de um novo modelo de financiamento da IP, compatível com a sustentabilidade do setor e o equilíbrio do contrato de concessão da rede rodoviária, nomeadamente, nos anos vindouros em que se verificará a reversão de várias concessões.
- A receita das portagens registou um decréscimo de cerca de €5 milhões. A redução do preço das portagens das ex-SCUT decretada pela LOE 2021, contribuirá para uma perda direta de receita muito significativa, associada ao desconto de 50% no tarifário das ex-SCUT, bem como, com a eliminação das portagens nas ex-SCUT (Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto. Face à relevância do valor, o CGS mantém a recomendação de, junto do Concedente-Estado, ser encontrada uma solução estrutural que restabeleça o equilíbrio financeiro da IP.
- O novo Contrato Programa 2024-2028, celebrado com o Estado Português, irá permitir a estabilidade da gestão da Sociedade e o seu relacionamento com o Concedente. Encontra-se assinado por ambas as partes, mas aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas.

RECOMENDAÇÕES, CONCLUSÃO E PARECER

Tendo presente as Certificações Legais das Contas e os Relatórios de Auditoria sobre a Informação Financeira Separada e Consolidada, os quais foram emitidos sem Reservas, mas com Ênfases e menção das Matérias Relevantes da Auditoria, com as quais concordamos e que consideramos aqui reproduzidas integralmente, constituindo parte integrante deste Parecer, o CGS sublinha a importância do suporte do Acionista-Estado à Continuidade das Operações da IP e, consequentemente, a atuação do CAE, nomeadamente, na definição das seguintes situações:

a) Dar seguimento, junto do Governo, aos trabalhos iniciados pelo CAE em janeiro de 2024, relativamente ao modelo de financiamento da Sociedade, uma vez que o modelo atual requer um apoio financeiro substancial do Acionista-Estado para ser garantida a continuidade das operações.

b) Avanço no diferendo com a Subconcessionária do Algarve Litoral, quanto ao contrato em vigor, a decorrer no âmbito do processo arbitral contra a Sociedade, em curso, cuja ação principal, visa a rescisão do contrato reformado, e uma outra segunda relativa a um pedido de indemnização, interposta pelas entidades financiadoras, conforme referido no ponto 32

das notas às demonstrações financeiras, desconhecendo-se ainda, eventuais impactes decorrentes do seu desfecho.

c) Clarificação dos principais pressupostos considerados na revisão do modelo financeiro da atividade rodoviária, designadamente, tendo em atenção as medidas compensatórias pela perda de receita associada aos descontos nas portagens e eliminação das portagens nas ex-SCUT a partir de 2025, bem como pela inclusão de novos troços das concessões e do modelo de cobrança, tendo presente os impactes negativos mais significativos, e imediatos, que podem resultar da eventual não atribuição de medidas compensatórias por parte do Concedente. Mantemos a recomendação de uma revisão estrutural do modelo de negócio

d) Procurar chegar a uma solução para evitar o avolumar da situação relativamente ao contencioso com a AT no que respeita ao direito de dedução do IVA dos inputs que concorrem para a atividade rodoviária, como referido nos relatórios anteriores da CMF e do CGS.

   O ponto 10 das notas às demonstrações financeiras, realça a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos com um valor de €2.443.536.000,00, respeitante a IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar desde o período de janeiro de 2008 a outubro de 2009. A AT já emitiu liquidações adicionais que ascendem a €2.806.763.000,00 mais €187.594.000,00 de juros. A IP contestou todas as liquidações estando atualmente em impugnações judiciais ou reclamações administrativas, razão pela qual não foram reconhecidas contabilisticamente as respetivas responsabilidades potenciais. O diferendo respeita ao IVA da Contribuição do Serviço Rodoviário, atualmente designada por Consignação do Serviço Rodoviário (CSR). Apesar de diversas decisões judiciais favoráveis à IP das quais a AT interpôs recurso, a IP adotando uma ótica prudencial e conforme divulgado no ponto 14 das Notas às Demonstrações Financeiras, a Entidade engloba no Passivo não Corrente, na rubrica de Provisões, o montante de €581.097.000,00 que respeita ao IVA deduzido ao longo dos anos, associado às atividades financiadas pela CSR, o que permite amenizar o impacto de uma possível decisão desfavorável à empresa, da qual resultaria uma mera reclassificação de contas, ao nível do ativo.

   Em termos económicos, poderia verificar-se um aumento das amortizações do ativo intangível, cujo volume seria incrementado pelos valores liquidados com impacto em resultados anuais, os quais serão maiores quanto mais perto estiver o fim da concessão.

Adicionalmente o CGS destaca o ponto 4. da Certificação Legal das Contas Separadas, com o qual concorda:

> "*Conforme referido, designadamente, nos pontos 2.2.6., 2.3. e 6. das notas às demonstrações financeiras, a Entidade amortiza o seu direito de concessão rodoviário, cujo valor reconhecido no Ativo Intangível ascende a 22.172.499 milhares de euros, pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo essa amortização baseada na: i) estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na ii) valorização da totalidade dos investimentos, já efetuados e a realizar no futuro, pela Entidade.*

Em particular no ponto 2.3 das notas às demonstrações financeiras são explicitados os principais pressupostos considerados para a estimativa dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo, os quais envolvem um elevado grau de incerteza, divulgando-se nesta mesma nota, num contexto de análise de sensibilidade, os impactes líquidos que seriam gerados no resultado do exercício, caso ocorressem alterações em alguns destes pressupostos.

Os impactes negativos mais significativos, e imediatos, decorrem da eventual não atribuição de medidas compensatórias por parte do Concedente para fazer face à perda de receita decorrente dos sucessivos regimes de descontos nas taxas de portagem, cujos efeitos mais determinantes decorrem do Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro, regulado pela Portaria n.º 418/2023, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2024. Importa no entanto ter presente que as disposições legais que fixaram estes descontos são suscetíveis de se enquadrar na previsão da alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a Entidade em 23 de novembro de 2007, que dispõe que as "alterações legislativas de caráter específico que tenham impacte direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades integradas na Concessão" são suscetíveis de conferir à Concessionária o direito à reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, tendo a Entidade já formalizado a respetiva reserva de direitos, na sequência das alterações legais que foram ocorrendo ao nível do regime de portagens."

As Demonstrações Orçamentais, que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e cuja preparação e aprovação são da responsabilidade do órgão de gestão, na opinião do CGS foram preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, o CGS é de parecer que o Relatório de Gestão, que corresponde a um relatório único, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante está de acordo com as demonstrações financeiras apresentadas. Assim, considerando o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não foram identificadas incorreções materiais, apesar de dever serem consideradas as ênfases e as matérias relevantes de auditoria, com as quais concordamos e consideramos como integralmente reproduzidas neste Parecer.

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do CSC, o CGS refere que a Sociedade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do CSC.

As demonstrações financeiras da Infraestruturas de Portugal, S. A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF). Na opinião do CGS, suportada pela análise dos auditores, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Após a apreciação do Relatório de Governo Societário de 2024, apresentado pelo CAE, na Parte V do Relatório e Contas de 2024, o CGS confirma que este documento contém a informação exigida, atual e completa, sobre todas as matérias previstas no capítulo II, do RJSPE e que a IP seguiu as instruções enviadas pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, através do Ofício SAI_DGTF/2025/255, de 24 de fevereiro de 2024, para a elaboração do mencionado

relatório. O CGS, igualmente, atesta que o mesmo Relatório inclui os elementos constantes do Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, na parte que lhe é aplicável enquanto entidade emitente, detida exclusivamente pelo Estado.

Tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração Executivo e das direções da Sociedade, bem como as conclusões constantes da certificação legal das contas e do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras separadas e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão, o Relatório de Governo Societário, a informação não financeira, as demonstrações financeiras separadas e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2024, pelo que somos do parecer que nada obsta à sua aprovação.

Em resultado dos trabalhos efetuados e considerando o reportado neste relatório e no Relatório Anual do CGS, emitido separadamente, o Conselho Geral e de Supervisão dá parecer favorável ao Relatório e Contas da IP, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentado pelo Conselho de Administração Executivo na apreciação feita às contas do exercício.

O Conselho Geral e de Supervisão, expressa o seu agradecimento ao Conselho de Administração Executivo da IP pela disponibilidade e colaboração com o Conselho Geral e de Supervisão no exercício das suas funções.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração Executivo e de outros órgãos e direções da IP, e as opiniões e as Ênfases e menção das Matérias Relevantes da Auditoria expressas nas Certificações Legais das Contas e nos Relatórios de Auditoria, sobre a informação financeira consolidada e separada, somos do Parecer que a Assembleia Geral aprove:

1. O Relatório e Contas de 2024 da IP, o qual inclui o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras separadas e consolidadas e correspondentes Notas anexas às Demonstrações Financeiras (Parte II e IV), as Demonstrações Orçamentais (Parte III) e o Relatório de Governo Societário de 2024 (Parte V do Relatório e Contas).

2. A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo CAE, nos termos da qual o resultado líquido do exercício de 2024, no montante de € 123.909.231,70, seja aplicado em:
    - Resultados acumulados: €18.774.068,07
    - Reserva legal: €105.135.163,63

Almada, 23 de abril de 2025

O Conselho Geral e de Supervisão

Assinado por: **José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco**
Num. de Identificação: 06007002
Data: 2025.04.23 01:20:05+01'00'

José Emílio Castel-Branco

Assinado por: **Duarte Manuel Ivens Pita Ferraz**
Num. de Identificação: 07103911
Data: 2025.04.23 00:16:36 +0100

Duarte Ivens Pitta Ferraz

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO

Rua Augusto Macedo, 10 C - Escritório 3
1600-794 Lisboa
Site: www.vasroc.pt

Tel.: +351 21 715 57 89
Fax:. +351 21 715 57 91
E-mail: vasroc@vasroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 31.578.539 milhares de euros e um total de capital próprio de 14.805.026 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 123.909 milhares de euros), a demonstração do rendimento integral, a demonstração da alteração dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ENFASES

1. Conforme relatado no ponto 5.6.1. do relatório de gestão, o Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 13/2019, confirmou a recusa da concessão de Visto ao Contrato de Subconcessão Alterado do Algarve Litoral, acordado com a Subconcessionária no âmbito de um processo de renegociação. A Entidade recorreu da decisão para o Tribunal Constitucional.

Em 2020, e após uma decisão inicial de não admissão de recurso, a Entidade reclamou para o plenário, tendo este, através do Acórdão n.º 58/2021, de 22 de janeiro, tomado a decisão final e definitiva de não admissão do recurso. Perante o esgotamento das vias de recurso da decisão do Tribunal de Contas, a Entidade entende que se encontra em vigor o anterior Contrato de Subconcessão Reformado, de 28 de maio de 2010, de acordo com o qual só seriam devidos pagamentos à Subconcessionária quando a construção do objeto inicial estivesse concluída, o que não sucedeu, nem se perspetiva que venha a suceder.

A Subconcessionária, discordando deste entendimento, solicitou que fosse declarada a resolução do contrato de subconcessão, por impossibilidade da sua execução, o que não foi aceite pela Entidade e levou ao desencadeamento de um processo arbitral que ainda decorre. Neste mesmo processo foi deduzido, pela Subconcessionária, um pedido cautelar, cuja decisão, de 9 de março de 2021, condenou a Entidade ao pagamento de 30.007.923 euros, acrescido de um valor mensal mínimo, até que seja proferida a decisão final, de 1.162.806 euros, o qual foi acrescido para 1.262.806 euros, após a retomada, pela Subconcessionária, dos trabalhos de operação e manutenção de todos os lanços compreendidos no Contrato de Subconcessão Reformado, o que veio a suceder em 18 de julho de 2021. Os valores em causa estão a ser pagos pela Entidade. Note-se, contudo, que se trata de pagamentos relacionados com os investimentos já realizados pela Subconcessionária e que, como tal, já se encontram reconhecidos no ativo da Entidade, bem como a respetiva responsabilidade, no passivo, a qual é reduzida de acordo com os pagamentos que vão sendo efetuados.

A ação principal, visando a rescisão do contrato reformado, bem como uma outra ação com pedido de indemnização, interposta pelas entidades financiadoras, ainda se encontram em curso, conforme referido no ponto 32 das notas às demonstrações financeiras, pelo que se desconhecem eventuais impactes decorrentes do seu desfecho. Recentemente, foi desencadeado pela Subconcessionária um novo processo arbitral visando igualmente a resolução do contrato de subconcessão, por impossibilidade da sua execução, embora com algumas diferenças ao nível da respetiva fundamentação, que também se encontra em curso.

2. Conforme divulgado no ponto 10 das notas às demonstrações financeiras, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, posicionada no ativo corrente, no montante de 2.443.536 milhares de euros, respeita a IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar, dos quais foi já solicitado o reembolso de 227.562 milhares de euros, relativos ao período de janeiro de 2008 a outubro de 2009.

Em resultado de ações de inspeção realizadas pela Autoridade Tributária foram emitidas diversas liquidações adicionais de IVA, que ascendem a 2.806.763 milhares de euros. Acresce ainda o montante total de 190.288 milhares de euros de juros, calculados à data das respetivas liquidações adicionais.

Todas estas liquidações se encontram em fase de contestação, quer por via de impugnações judiciais, quer por via de reclamações administrativas, razão pela qual não foram reconhecidas contabilisticamente as respetivas responsabilidades potenciais. Estas liquidações adicionais resultam de a Autoridade Tributária assumir que, contrariamente ao perfilhado pela Entidade, a Contribuição do Serviço Rodoviário, atualmente designada por Consignação do Serviço Rodoviário (CSR) não é uma receita sujeita a IVA, não conferindo por isso o direito à dedução o IVA suportado com as atividades financiadas por esta receita.

De acordo com o divulgado no mesmo ponto 10, a Entidade foi notificada, em 17 de outubro de 2017, do Acórdão que revoga a sentença recorrida relativamente a um dos processos judiciais que se encontra em fase mais avançada (imposto de 64.506 milhares de euros), considerando totalmente procedente a impugnação judicial efetuada e anulando as liquidações adicionais emitidas pela Autoridade Tributária, a qual recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo que, em 9 de dezembro de 2021, decidiu pela anulação deste Acórdão e a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, a fim de serem supridas diversas nulidades que foram invocadas pela Autoridade Tributária, com a prática dos atos omitidos. A Entidade apresentou, em 25 de fevereiro de 2022, novas alegações estando o processo a aguardar decisão. Salienta-se que para as liquidações adicionais relativas aos anos de 2011 a 2018 foram já proferidas decisões de 1ª instância favoráveis à IP, tendo a AT interposto recurso sobre estas decisões.

Adotando uma ótica prudencial e conforme divulgado no ponto 14 das Notas às Demonstrações Financeiras, a Entidade engloba no Passivo não Corrente, na rubrica de Provisões, o montante de 581.097 milhares de euros que respeita ao IVA deduzido ao longo dos anos, associado às atividades financiadas pela CSR, não se incluindo nesta provisão o efeito dos juros que possam vir a ser apurados, se a decisão final for desfavorável à Entidade.

Salienta-se, contudo, que caso o entendimento perfilhado pela Autoridade Tributária venha a prevalecer em instância final, o impacte resultante de uma eventual não recuperação do IVA deduzido ao longo dos exercícios teria essencialmente como consequência o seu reconhecimento como componente do custo de aquisição do Ativo Intangível, não gerando consequências imediatas ao nível do resultado do período em que tal decisão viesse a ser conhecida, dado que tal apenas se refletiria numa reclassificação de contas, ao nível do ativo.

No entanto, e em termos económicos, iriam ocorrer impactes, de forma diluída ao longo do período restante da concessão, por via do acréscimo da amortização do referido Ativo Intangível a reconhecer em cada um dos exercícios restantes da concessão da rede rodoviária, até 2082, com a consequente redução do resultado líquido a apurar em cada um destes exercícios. Em termos financeiros, naturalmente que as consequências seriam mais gravosas, decorrentes do não recebimento do montante de 2.443.546 milhares de euros, que se encontra reconhecido no ativo corrente.

3. Conforme referido no ponto 12.3.2. das notas às demonstrações financeiras, o Estado, enquanto acionista, concedeu financiamentos à Entidade, entre 2011 e 2013, cujo montante, à data de 31 de dezembro de 2024, ascendia a 2.332.667 milhares de euros, incluindo 117.089 milhares de euros de juros vencidos, posicionados no passivo corrente e cuja data inicialmente contratada para a sua amortização já foi ultrapassada, tendo sido obtida nova moratória até 30 de abril de 2026, sem cobrança de juros.

   No entanto, esta situação não desvirtua o cumprimento contratual por parte da Entidade, dado que, no ativo, figura igualmente um crédito a receber do Estado, no montante líquido de 5.513.437 milhares de euros, posicionado no ativo corrente, conforme referido no ponto 12.2.1., das notas às demonstrações financeiras, relativo a investimentos efetuados pela Entidade, por conta do Estado, em ILD – Infraestruturas de Longa Duração, deduzido de subsídios, recebimentos ocorridos e imparidades reconhecidas.

4. Conforme referido, designadamente, nos pontos 2.2.6., 2.3. e 6. das notas às demonstrações financeiras, a Entidade amortiza o seu direito de concessão rodoviário, cujo valor reconhecido no Ativo Intangível ascende a 22.172.499 milhares de euros, pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo essa amortização baseada na: *i)* estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na *ii)* valorização da totalidade dos investimentos, já efetuados e a realizar no futuro, pela Entidade.

   Em particular no ponto 2.3 das notas às demonstrações financeiras são explicitados os principais pressupostos considerados para a estimativa dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo, os quais envolvem um elevado grau de incerteza, divulgando-se nesta mesma nota, num contexto de análise de sensibilidade, os impactes líquidos que seriam gerados no resultado do exercício, caso ocorressem alterações em alguns destes pressupostos. Os impactes negativos mais significativos, e imediatos, decorrem da eventual não atribuição de medidas compensatórias por parte do Concedente para fazer face à perda de receita decorrente dos sucessivos regimes de descontos nas taxas de portagem, cujos efeitos mais determinantes decorrem do Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro, regulado pela Portaria n.º 418/2023, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2024.

   Importa no entanto ter presente que as disposições legais que fixaram estes descontos são suscetíveis de se enquadrar na previsão da alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a Entidade em 23 de novembro de 2007, que dispõe que as "*alterações legislativas de caráter específico que tenham impacte direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades integradas na Concessão*" são suscetíveis de conferir à Concessionária o direito à reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, tendo a Entidade já formalizado as respetivas reservas de direitos, na sequência das alterações legais que foram ocorrendo ao nível de regime de portagens.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria que efetuámos. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados**
Reconhecimento do Ativo Intangível – Direito de Concessão Rodoviária	
Conforme referido nas notas às demonstrações financeiras, em especial nos pontos 2.2.6, 2.3 e 6, a Entidade celebrou com o Estado (acionista único) um contrato de Concessão que permite o reconhecimento do Direito de Concessão da Rede Rodoviária Nacional até ao final do ano de 2082. Em resultado do referido contrato, a Entidade reconhece este direito como um ativo intangível, de acordo com a IFRIC12, sendo incrementado pelo investimento já realizado e pela estimativa de investimento a realizar na Rede Rodoviária Nacional, quer na que se encontra sob exploração direta, quer na concessionada, traduzindo o montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional. Associado a este direito de concessão, há a obrigação de manter o índice de qualidade médio da rede rodoviária, sendo para o efeito considerada uma estimativa anual de encargos de 55.665 milhares de euros, sendo este apuramento efetuado com base em estimativas internas que consideram a tipologia de rede e as estratégias de intervenção específicas. A diferença face ao valor real anual suportado em cada ano é reconhecida na rubrica de Credores por Acréscimo de Gastos, que evidencia um saldo de 358.476 milhares de euros (354.151 milhares de euros em 2023). A amortização do ativo intangível tem por base o método das unidades de produção, correspondentes à melhor estimativa de receitas inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos adquiridos pela Entidade.	Para mitigar os riscos de distorção material do Ativo Intangível – Direito de Concessão, foi desenvolvida uma metodologia ajustada de auditoria, baseada na compreensão dos controlos e procedimentos implementados e mantidos pela Entidade. Adicionalmente, foi desenvolvido um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam: ▪ Análise da informação de suporte aos movimentos contabilísticos, validação dos pressupostos subjacentes e replicação dos cálculos de aumentos e diminuições do ativo bruto e da respetiva amortização; ▪ Análise crítica do processo de revisão do modelo de negócio que suporta a mensuração do ativo intangível e o reconhecimento da sua amortização, com particular atenção à razoabilidade dos respetivos pressupostos da fundamentação da sua atualização anual; ▪ Desenvolvimento de análises de sensibilidade adicionais, considerando pressupostos menos favoráveis relativamente à estimativa de receitas futuras e avaliação do respetivo impacte líquido no resultado do exercício; ▪ Recálculo dos efeitos associados aos diversos cenários de análise de sensibilidade considerados; ▪ Confirmação do direito contratual da Entidade à reposição do equilíbrio financeiro da Concessão e da formalização junto do Concedente das respetivas reservas de direitos, na sequência das alterações legais do regime de portagens.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Não obstante não estar em causa o direito contratual da concessão atribuído à Entidade, que lhe confere o direito à reposição do equilíbrio financeiro caso ocorram alterações legislativas de caráter específico que tenham impacte direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades integradas na Concessão, importa ter presente que já decorreu mais de uma década após a última revisão estrutural do modelo financeiro que suporta a valorização deste direito. Neste período ocorreram alterações significativas no setor rodoviário, com potenciais consequências futuras relevantes. Estas alterações refletem-se quer ao nível dos gastos, particularmente dos relacionados com a conservação da totalidade das vias que integram a rede rodoviária abrangida pela concessão, bem como com a necessidade de investimentos em novas vias, quer dos rendimentos, designadamente por via das eventuais dificuldades relacionadas com a manutenção da atual estrutura das fontes de financiamento, suportadas no regime de portagens incidente apenas sobre algumas vias com perfil de autoestrada, bem como na CSR que só incide sobre os combustíveis fósseis, que poderão tender para alguma perda de importância relativa. Justifica-se assim, em nossa opinião, uma revisão profunda dos critérios e pressupostos subjacentes à valorização do Ativo Intangível e, consequentemente, do modelo de sustentabilidade financeira da Entidade. Com efeito, estamos perante um elevado nível de julgamentos, estimativas e incertezas que estão implícitos na valorização do direito da concessão rodoviária, atento o horizonte temporal bastante alargado da concessão de serviço rodoviário, que carecem de uma profunda revisão e ajustamento face à realidade atual e perspetiva de evolução futura, com consequências potenciais na própria sustentabilidade financeira da rede rodoviária nacional.	▪ Análise de contratos e respetivos anexos relevantes, incluindo a validação da sua consistência e conformidade com os valores reconhecidos contabilisticamente; ▪ Verificação documental, numa base de amostragem, do montante de investimento do ano, bem como da capitalização de gastos financeiros com a construção; ▪ Validação da confirmação externa de Entidades Concessionárias e Subconcessionárias com os respetivos saldos e análise das reconciliações efetuadas; ▪ Verificação da correção e plenitude das divulgações constantes das notas às demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Conjugando esta incerteza, que decorre igualmente de fatores exógenos à Entidade, nomeadamente de decisões políticas e de alterações socioeconómicas, com impactos significativos ao nível do seu desempenho económico-financeiro, a interpretação das demonstrações financeiras tem de ser efetuada neste contexto peculiar, particularmente relevante atendendo ao facto de este ativo representar 70,2% do ativo total, pelo que se considera assim este conjunto de temas como uma matéria relevante de auditoria.	
Reconhecimento do Ativo Financeiro – Contas a receber – Concedente Estado (Ferrovia)	
Conforme referido nas notas às demonstrações financeiras, em especial no ponto 2.2.9, 2.3 e 12.2.1, a Entidade assegura a construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração, de acordo com as diretrizes do Estado, sendo o seu financiamento assegurado através de capital, subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo acionista, assumindo a Entidade o papel de "*agente*". Neste contexto, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12, considerando que a atividade de investimentos em ILD consubstancia a existência de uma concessão com o Estado, assumindo a forma de "conta a receber" (ativo financeiro) imputada à entidade "Estado concedente". O ativo financeiro, que ascende no final de 2024 ao valor líquido de 5.513.437 milhares de euros, reflete o valor líquido a receber do Estado, sendo gerado pelos encargos suportados com o investimento efetuado na infraestrutura ferroviária, acrescido dos juros suportados com os empréstimos contraídos que são considerados como imputados à concessão e deduzido dos subsídios que sejam recebidos, relacionados com os investimentos em causa e dos valores decorrentes da rentabilização destes ativos. Atendendo a que o ativo financeiro resulta da imputação direta, de forma unilateral pela Entidade, de gastos	De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do Ativo Financeiro – Contas a receber – Concedente Estado (Ferrovia), desenvolvemos os seguintes procedimentos substantivos de auditoria: ▪ Análise da informação de suporte aos movimentos contabilísticos associados à valorização deste ativo financeiro, validação dos pressupostos que lhe estão subjacentes e replicação dos cálculos de aumentos e diminuições ocorridas com este ativo financeiro; ▪ Análise dos contratos e validação da sua consistência e conformidade com os cálculos e pressupostos assumidos; ▪ Verificação documental, numa base de amostragem do montante de investimento realizado no ano em ILD; ▪ Verificação documental e análise dos financiamentos considerados como afetos ao financiamento das ILD, bem como da imputação dos respetivos gastos financeiros; ▪ Confirmação da aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios anteriores, por parte do acionista Estado, que assume igualmente o papel de Concedente da infraestrutura ferroviária, assumindo-se que, ao aprovar sistematicamente estas demonstrações financeiras está, implicitamente, a

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
associados ao investimento na Rede Ferroviária Nacional, incluindo encargos financeiros, o risco associado resulta da própria imputação desses montantes ao Estado-Concedente, bem como do respetivo reconhecimento por este, considerando-se assim uma matéria relevante de auditoria.	reconhecer o valor dos encargos suportados com o investimento das ILD que ainda não ressarciu à Entidade.
Reconhecimento do rédito associado às atividades relevantes desenvolvidas pela Entidade	
Conforme referido nas notas às demonstrações financeiras, em especial no ponto 2.2.13, no ponto 3 e no ponto 15, destaca-se o rédito associado ao setor rodoviário reconhecido em 2024, no montante de 1.122.520 milhares de euros, decorrente essencialmente da CSR (61%) e de receita de portagens (28%), sendo, no entanto, de salientar que a parcela desta receita de portagens gerada nas Concessões do Estado é igualmente reconhecida em gastos e, consequentemente, deduzida ao custo do Ativo Intangível - Direito de Concessão, o que acontecerá até ao termo do período inicial de cada uma destas concessões, que integram a Concessão global da Entidade. Associado ao setor ferroviário destaca-se o rédito reconhecido em 2024, no montante de 196.062 milhares de euros, decorrente essencialmente da gestão da infraestrutura ferroviária, a que acresce o valor da indemnização compensatória reconhecida no exercício, no montante de 117.932 milhares de euros. Atendendo ao impacto do rédito na demonstração do rendimento integral e das especificidades que lhe estão associadas, considera-se este tema como uma matéria relevante de auditoria.	De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do reconhecimento do rédito das atividades relevantes desenvolvidas pela Entidade foi adotada uma metodologia baseada na compreensão dos controlos e procedimentos implementados e mantidos pela Entidade e no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam: ▪ Confirmação da receita cobrada referente à CSR, mediante verificação das transferências ocorridas e replicação dos respetivos cálculos. Adicionalmente, procedeu-se à replicação do cálculo global deste rédito reconhecido no período, com base na informação disponível no sítio da Autoridade Tributária, relativa ao volume de combustíveis introduzidos no consumo, aos quais foram aplicados os quantitativos aplicáveis por tipologia de produto, para efeitos de apuramento da CSR, tendo sido solicitados, e obtidos, os esclarecimentos necessários, decorrentes de tal análise; ▪ No que se refere ao rédito decorrente de portagens, foram efetuadas confirmações externas junto das Entidades concessionárias e subconcessionárias, com o objetivo de confirmar os valores contabilisticamente reconhecidos no exercício e, quando necessário, analisada a informação reportada pelas mesmas à própria Entidade; ▪ Relativamente ao rédito associado aos serviços de construção de infraestruturas rodoviárias, a sua validação foi assegurada através da análise dos custos incorridos e de confirmações externas dos mesmos; ▪ No que se refere ao rédito relativo à gestão de infraestrutura ferroviária, procedeu-se à verificação documental, numa base de amostragem, do montante reconhecido e da sua conformidade com os registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório único de gestão, incluindo o relatório de governo societário e a demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada liquida de 3.866.674 milhares de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3.385.393 milhares de euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório único de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abarcando as contas individuais e consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6 do art.º 508.º - C do daquele código. Conforme referido no n.º 7 do artigo 451.º, do mesmo código, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão único.

SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório do Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão único a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (ESEF)

As demonstrações financeiras da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisor Oficial de Contas da Entidade pela primeira vez em 13 de abril de 2017, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, para um mandato compreendendo os exercícios de 2016 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de março de 2019 para um segundo mandato, compreendido entre 2018 e 2020, não tendo ocorrido qualquer deliberação posterior neste âmbito.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e já entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade, nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade no exercício de 2024 serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor, relacionados com a certificação de mapas de despesa relativas a projetos de investimento que beneficiaram de apoios comunitários, nos domínios rodoviário e ferroviário, cujos honorários globais ascenderam a 4.908 euros.

Lisboa, 23 de abril de 2025

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Carla Margarida Vicente Godinho

Carla Margarida Vicente Godinho
(Inscrita na OROC sob o n.º 1560 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20161170)

Rua Augusto Macedo, 10 C - Escritório 3
1600-794 Lisboa
Site: www.vasroc.pt

Tel.: +351 21 715 57 89
Fax:. +351 21 715 57 91
E-mail: vasroc@vasroc.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 31.618.314 milhares de euros e um total de capital próprio de 14.836.371 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 115.550 milhares de euros), a demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a demonstração consolidada da alteração dos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a politica contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição consolidada financeira da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ENFASES

1. Conforme relatado no ponto 5.6.1. do relatório de gestão, o Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 13/2019, confirmou a recusa da concessão de Visto ao Contrato de Subconcessão Alterado do Algarve Litoral, acordado com a Subconcessionária no âmbito de um processo de renegociação. A Entidade-mãe do Grupo recorreu da decisão para o Tribunal Constitucional.

Capital Social 5.500 Euros Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 507 047 249
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 191

Em 2020, e após uma decisão inicial de não admissão de recurso, a Entidade-mãe do Grupo reclamou para o plenário, tendo este, através do Acórdão n.º 58/2021, de 22 de janeiro, tomado a decisão final e definitiva de não admissão do recurso. Perante o esgotamento das vias de recurso da decisão do Tribunal de Contas, a Entidade-mãe do Grupo entende que se encontra em vigor o anterior Contrato de Subconcessão Reformado, de 28 de maio de 2010, de acordo com o qual só seriam devidos pagamentos à Subconcessionária quando a construção do objeto inicial estivesse concluída, o que não sucedeu, nem se perspetiva que venha a suceder.

A Subconcessionária, discordando deste entendimento, solicitou que fosse declarada a resolução do contrato de subconcessão, por impossibilidade da sua execução, o que não foi aceite pela Entidade-mãe do Grupo e levou ao desencadeamento de um processo arbitral que ainda decorre. Neste mesmo processo foi deduzido, pela Subconcessionária, um pedido cautelar, cuja decisão, de 9 de março de 2021, condenou a Entidade-mãe do Grupo ao pagamento de 30.007.923 euros, acrescido de um valor mensal mínimo, até que seja proferida a decisão final, de 1.162.806 euros, o qual foi acrescido para 1.262.806 euros, após a retomada, pela Subconcessionária, dos trabalhos de operação e manutenção de todos os lanços compreendidos no Contrato de Subconcessão Reformado, o que veio a suceder em 18 de julho de 2021. Os valores em causa estão a ser pagos pela Entidade-mãe do Grupo. Note-se, contudo, que se trata de pagamentos relacionados com os investimentos já realizados pela Subconcessionária e que, como tal, já se encontram reconhecidos no ativo da Entidade-mãe do Grupo, bem como a respetiva responsabilidade, no passivo, a qual é reduzida de acordo com os pagamentos que vão sendo efetuados.

A ação principal, visando a rescisão do contrato reformado, bem como uma outra ação com pedido de indemnização, interposta pelas entidades financiadoras, ainda se encontram em curso, conforme referido no ponto 33 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, pelo que se desconhecem eventuais impactes decorrentes do seu desfecho. Recentemente, foi desencadeado pela Subconcessionária um novo processo arbitral visando igualmente a resolução do contrato de subconcessão, por impossibilidade da sua execução, embora com algumas diferenças ao nível da respetiva fundamentação, que também se encontra em curso.

2. Conforme divulgado no ponto 12 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a rubrica de Estado e Outros Entes Públicos, posicionada no ativo corrente, no montante de 2.443.866 milhares de euros respeita a IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a recuperar, dos quais foi já solicitado o reembolso de 227.562 milhares de euros, relativos ao período de janeiro 2008 e outubro de 2009.

Em resultado de ações de inspeção realizadas pela Autoridade Tributária foram emitidas diversas liquidações adicionais de IVA, que ascendem a 2.806.763 milhares de euros. Acresce ainda o montante total de 190.288 milhares de euros de juros, calculados à data das respetivas liquidações adicionais.

Todas estas liquidações se encontram em fase de contestação, quer por via de impugnações judiciais, quer por via de reclamações administrativas, razão pela qual não foram reconhecidas contabilisticamente as respetivas responsabilidades potenciais. Estas liquidações adicionais resultam de a Autoridade Tributária assumir que, contrariamente ao perfilhado pela Entidade-mãe do Grupo, a Contribuição do Serviço Rodoviário, atualmente designada por Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), não é uma receita sujeita a IVA, não conferindo por isso o direito à dedução o IVA suportado com as atividades financiadas por esta receita.

De acordo com o divulgado no mesmo ponto 12, a Entidade-mãe do Grupo foi notificada, em 17 de outubro de 2017, do Acórdão que revoga a sentença recorrida relativamente a um dos processos judiciais que se encontra em fase mais avançada (imposto de 64.506 milhares de euros), considerando totalmente procedente a impugnação judicial efetuada e anulando as liquidações adicionais emitidas pela Autoridade Tributária, a qual recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo que, em 9 de dezembro de 2021, decidiu pela anulação deste Acórdão e a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, a fim de serem supridas diversas nulidades que foram invocadas pela Autoridade Tributária, com a prática dos atos omitidos. A Entidade apresentou, em 25 de fevereiro de 2022, novas alegações estando o processo a aguardar decisão. Salienta-se que para as liquidações adicionais relativas aos anos de 2011 a 2018 foram já proferidas decisões de 1ª instância favoráveis à Entidade-mãe do Grupo, tendo a AT interposto recurso sobre estas decisões.

Adotando uma ótica prudencial e conforme divulgado no ponto 16 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade-mãe do Grupo engloba no Passivo não Corrente, na rubrica de Provisões, o montante de 581.097 milhares de euros que respeita ao IVA deduzido ao longo dos anos, associado às atividades financiadas pela CSR, não se incluindo nesta provisão o efeito dos juros que possam vir a ser apurados, se a decisão final for desfavorável à Entidade-mãe do Grupo.

Salienta-se, contudo, que caso o entendimento perfilhado pela Autoridade Tributária venha a prevalecer em instância final, o impacte resultante de uma eventual não recuperação do IVA deduzido ao longo dos exercícios teria essencialmente como consequência o seu reconhecimento como componente do custo de aquisição do Ativo Intangível, não gerando consequências imediatas ao nível do resultado do período em que tal decisão viesse a ser conhecida, dado que tal apenas se refletiria numa reclassificação de contas, ao nível do ativo.

No entanto, e em termos económicos, iriam ocorrer impactes, de forma diluída ao longo do período restante da concessão, por via do acréscimo da amortização do referido Ativo Intangível a reconhecer em cada um dos exercícios restantes da concessão da rede rodoviária, até 2082, com a consequente redução do resultado líquido a apurar em cada um destes exercícios. Em termos financeiros, naturalmente que as consequências seriam mais gravosas, decorrentes do não recebimento do montante de 2.443.546 milhares de euros, que se encontra reconhecido no ativo corrente.

3. Conforme referido no ponto 14.3.2. das notas às demonstrações financeiras consolidadas, o Estado, enquanto acionista, concedeu financiamentos à Entidade-mãe do Grupo, cujo montante, à data de 31 de dezembro de 2024, ascendia a 2.332.667 milhares de euros, incluindo 117.089 milhares de euros de juros vencidos, posicionados no passivo corrente e cuja data inicialmente contratada para a sua amortização já foi ultrapassada, tendo sido obtida nova moratória até 30 de abril de 2026, sem cobrança de juros.

   No entanto, esta situação não desvirtua o cumprimento contratual por parte da Entidade-mãe do Grupo, dado que, no ativo, figura igualmente um crédito a receber do Estado, no montante líquido de 5.513.611 milhares de euros, posicionado no ativo corrente, conforme referido no ponto 14.2.1., das notas às demonstrações financeiras consolidadas, relativo a investimentos efetuados pela Entidade-mãe do Grupo, por conta do Estado, em ILD – Infraestruturas de Longa Duração, deduzido de subsídios, recebimentos ocorridos e imparidades reconhecidas

4. Conforme referido, designadamente, nos pontos 2.3.6., 2.4. e 7. das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade-mãe do Grupo amortiza o seu direito de concessão rodoviário, cujo valor reconhecido no Ativo Intangível ascende a 22.172.499 milhares de euros, pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo essa amortização baseada na: *i)* estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na *ii)* valorização da totalidade dos investimentos, já efetuados e a realizar no futuro, pela Entidade-mãe do Grupo.

   Em particular no ponto 2.4 das notas às demonstrações financeiras consolidadas são explicitados os principais pressupostos considerados para a estimativa dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo, os quais envolvem um elevado grau de incerteza, divulgando-se nesta mesma nota, num contexto de análise de sensibilidade, os impactes líquidos que seriam gerados no resultado do exercício, caso ocorressem alterações em alguns destes pressupostos. Os impactes negativos mais significativos, e imediatos, decorrem da eventual não atribuição de medidas compensatórias por parte do Concedente para fazer face à perda de receita decorrente dos sucessivos regimes de descontos nas taxas de portagem, cujos efeitos mais determinantes decorrem do Decreto-Lei n.º 97/2023, de 17 de outubro, regulado pela Portaria n.º 418/2023, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2024.

   Importa no entanto ter presente que as disposições legais que fixaram estes descontos são suscetíveis de se enquadrar na previsão da alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado entre o Concedente e a Entidade-mãe do Grupo em 23 de novembro de 2007, que dispõe que as "*alterações legislativas de caráter específico que tenham impacte direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades integradas na*

Concessão" são suscetíveis de conferir à Concessionária o direito à reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, tendo a Entidade-mãe do Grupo já formalizado as respetivas reservas de direitos, na sequência das alterações legais que foram ocorrendo ao nível de regime de portagens.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados**
Reconhecimento do Ativo Intangível – Direito de Concessão Rodoviária	
Conforme referido nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, em especial nos pontos 2.3.6., 2.4. e 7., a Entidade-mãe do Grupo celebrou com o Estado (acionista único) um contrato de Concessão que permite o reconhecimento do Direito de Concessão da Rede Rodoviária Nacional até ao final do ano de 2082. Em resultado do referido contrato, o Grupo reconhece este direito como um ativo intangível, de acordo com a IFRIC12, sendo incrementado pelo investimento já realizado e pela estimativa de investimento a realizar na Rede Rodoviária Nacional, quer na que se encontra sob exploração direta, quer na concessionada, traduzindo o montante total global dos custos incorridos e responsabilidades assumidas no âmbito da concessão geral da infraestrutura rodoviária nacional. Associado a este direito de concessão, há a obrigação de manter o índice de qualidade médio da rede rodoviária, sendo para o efeito considerada uma estimativa anual de encargos de 55.665 milhares de euros, sendo este apuramento efetuado com base em estimativas internas que consideram a tipologia de rede e as estratégias de intervenção específicas. A diferença face ao valor real anual suportado em	De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do Ativo Intangível – Direito de Concessão, foi desenvolvida uma metodologia ajustada de auditoria que envolveu, em síntese, os seguintes procedimentos: Adicionalmente, foi desenvolvido um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam: ▪ Análise da informação de suporte aos movimentos contabilísticos, validação dos pressupostos subjacentes e replicação dos cálculos de aumentos e diminuições do ativo bruto e da respetiva amortização; ▪ Análise crítica do processo de revisão do modelo de negócio que suporta a mensuração do ativo intangível e o reconhecimento da sua amortização, com particular atenção à razoabilidade dos respetivos pressupostos da fundamentação da sua atualização anual; ▪ Desenvolvimento de análises de sensibilidade adicionais, considerando pressupostos menos favoráveis relativamente

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
cada ano é reconhecida na rubrica de Credores por Acréscimo de Gastos, que evidencia um saldo de 358.476 milhares de euros (354.151 milhares de euros em 2023). A amortização do ativo intangível tem por base o método das unidades de produção, considerando-se esta como a melhor estimativa de receitas inerentes aos réditos diretamente associados aos direitos adquiridos pela Entidade-mãe do Grupo. Não obstante não estar em causa o direito contratual da concessão atribuído à Entidade-mãe do Grupo, que lhe confere o direito à reposição do equilíbrio financeiro caso ocorram alterações legislativas de caráter específico que tenham impacte direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades integradas na Concessão, importa ter presente que já decorreu mais de uma década após a última revisão estrutural do modelo financeiro que suporta a valorização deste direito como Ativo Intangível. Neste período ocorreram alterações significativas no setor rodoviário, com potenciais consequências futuras relevantes. Estas alterações refletem-se quer ao nível dos gastos, particularmente dos relacionados com a conservação da totalidade das vias que integram a rede rodoviária abrangida pela concessão, bem como com a necessidade de investimentos em novas vias, quer dos rendimentos, designadamente por via das eventuais dificuldades relacionadas com a manutenção da atual estrutura das fontes de financiamento, suportadas no regime de portagens incidente apenas sobre algumas vias com perfil de autoestrada, bem como na CSR que só incide sobre os combustíveis fósseis, que poderão tender para alguma perda de importância relativa.	à estimativa de receitas futuras e avaliação do respetivo impacte líquido no resultado do exercício; ▪ Recálculo dos efeitos associados aos diversos cenários de análise de sensibilidade considerados; ▪ Confirmação do direito contratual da Entidade-mãe do Grupo à reposição do equilíbrio financeiro da Concessão, bem como da formalização junto do Concedente das respetivas reservas de direitos, na sequência das alterações legais que foram ocorrendo ao nível de regime de portagens. ▪ Análise de contratos e respetivos anexos relevantes, incluindo a validação da sua consistência e conformidade com os valores reconhecidos contabilisticamente; ▪ Verificação documental, numa base de amostragem, do montante de investimento do ano, bem como da capitalização de gastos financeiros com a construção; ▪ Validação da confirmação externa de Entidades Concessionárias e Subconcessionárias com os respetivos saldos e análise das reconciliações efetuadas. ▪ Verificação da correção e plenitude das divulgações constantes das notas às demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Justifica-se assim, em nossa opinião, uma revisão profunda dos critérios e pressupostos subjacentes à valorização do Ativo Intangível e, consequentemente, do modelo de sustentabilidade financeira da Entidade-mãe do Grupo. Com efeito, estamos perante um elevado nível de julgamentos, estimativas e incertezas que estão implícitos na valorização do direito da concessão rodoviária, atento o horizonte temporal bastante alargado da concessão de serviço rodoviário, que carecem de uma profunda revisão e ajustamento face à realidade atual e perspetiva de evolução futura, com consequências potenciais na própria sustentabilidade financeira da rede rodoviária nacional. Conjugando esta incerteza, que decorre igualmente de fatores exógenos à Entidade-mãe do Grupo, nomeadamente de decisões políticas e de alterações socioeconómicas, com impactos significativos ao nível do seu desempenho económico-financeiro, a interpretação das demonstrações financeiras tem de ser efetuada neste contexto peculiar, particularmente relevante atendendo ao facto de este ativo representar 70,2% do ativo total, pelo que se considera assim este conjunto de temas como uma matéria relevante de auditoria.	
Reconhecimento do Ativo Financeiro – Contas a receber – Concedente Estado (Ferrovia)	
Conforme referido nos pontos 2.3.10., 2.4. e 14.2.1. das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a Entidade-mãe do Grupo assegura a construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração, de acordo com as diretrizes do Estado, sendo o seu financiamento assegurado através de capital, subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo acionista, assumindo o Grupo o papel de "*agente*". Neste contexto, os efeitos referentes a esta atividade são reconhecidos e mensurados de acordo com a IFRIC 12,	De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do Ativo Financeiro – Contas a receber – Concedente Estado (Ferrovia), desenvolvemos os seguintes procedimentos substantivos de auditoria: ▪ Análise da informação de suporte aos movimentos contabilísticos associados à valorização deste ativo financeiro, validação dos pressupostos que lhe estão subjacentes e replicação dos cálculos de aumentos e diminuições ocorridas com este ativo financeiro;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
considerando que o investimento em ILD consubstancia a existência de uma concessão com o Estado, assumindo a forma de "conta a receber" (ativo financeiro) imputada à entidade "Estado concedente". O ativo financeiro, que ascende no final de 2024 ao valor líquido de 5.513.611 milhares de euros, reflete o valor líquido a receber do Estado, sendo gerado pelos encargos suportados com o investimento efetuado na infraestrutura ferroviária, acrescido dos juros suportados com os empréstimos contraídos que são considerados como imputados à concessão e deduzido dos subsídios que sejam recebidos, relacionados com os investimentos em causa e dos valores decorrentes da rentabilização destes ativos. Atendendo a que o ativo financeiro resulta da imputação direta, de forma unilateral pelo Grupo, de gastos associados ao investimento na Rede Ferroviária Nacional, incluindo encargos financeiros, o risco associado resulta da própria imputação desses montantes ao Estado-Concedente, bem como do respetivo reconhecimento por este, considerando-se assim uma matéria relevante de auditoria.	▪ Análise dos contratos e validação da sua consistência e conformidade com os cálculos e pressupostos assumidos; ▪ Verificação documental, numa base de amostragem do montante de investimento realizado no ano em ILD; ▪ Verificação documental e análise dos financiamentos considerados como afetos ao financiamento das ILD, bem como da imputação dos respetivos gastos financeiros; ▪ Confirmação da aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios anteriores, por parte do acionista Estado, que assume igualmente o papel de Concedente da infraestrutura ferroviária, assumindo-se que, ao aprovar sistematicamente estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, está, implicitamente, a reconhecer o valor dos encargos suportados com o investimento das ILD que ainda não ressarciu ao Grupo.
Reconhecimento do rédito do volume de negócios associado às atividades relevantes desenvolvidas pelo Grupo	
Conforme referido nas notas às demonstrações financeiras Consolidadas, em especial nos pontos 2.3.14., 4 e 17, destaca-se o rédito associado ao setor rodoviário reconhecido em 2024, no montante de 1.122.520 milhares de euros, decorrente essencialmente da CSR (62%) e de receita de portagens (28%), sendo, no entanto, de salientar que a parcela desta receita de portagens gerada nas Concessões do Estado é igualmente reconhecida em gastos e, consequentemente, deduzida ao custo do Ativo Intangível - Direito de Concessão, o que acontecerá até ao termo do período inicial de cada uma das concessões, que integram a concessão global da Entidade-mãe do Grupo.	De forma a mitigar os riscos de distorção material ao nível do reconhecimento do rédito das atividades relevantes desenvolvidas pelo Grupo foi adotada uma metodologia baseada na compreensão dos controlos e procedimentos implementados e mantidos pelo Grupo e no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos substantivos de auditoria, de que se destacam: ▪ Confirmação da receita cobrada referente à CSR, mediante verificação das transferências ocorridas e replicação dos respetivos cálculos. Adicionalmente, procedeu-se à replicação do cálculo global deste rédito

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
Associado ao setor ferroviário destaca-se o rédito reconhecido em 2024, no montante de 198.722 milhares de euros, decorrente essencialmente da gestão da infraestrutura ferroviária, a que acresce o valor da indemnização compensatória reconhecida no exercício, no montante de 117.932 milhares de euros. Atendendo ao impacto do rédito na demonstração consolidada do rendimento integral e das especificidades que lhe estão associadas, considera-se este tema como uma matéria relevante de auditoria.	reconhecido no período, com base na informação disponível no sítio da Autoridade Tributária, relativa ao volume de combustíveis introduzidos no consumo, aos quais foram aplicados os quantitativos aplicáveis por tipologia de produto, para efeitos de apuramento da CSR, tendo sido solicitados, e obtidos, os esclarecimentos necessários, decorrentes de tal análise; ▪ No que se refere ao rédito decorrente de portagens, foram efetuadas confirmações externas junto das Entidades concessionárias e subconcessionárias, com o objetivo de confirmar os valores contabilisticamente reconhecidos no exercício e, quando necessário, analisada a informação reportada pelas mesmas ao próprio Grupo; ▪ Relativamente ao rédito associado aos serviços de construção de infraestruturas rodoviárias, a sua validação foi assegurada através da análise dos custos incorridos e de confirmações externas dos mesmos; ▪ No que se refere ao rédito relativo à gestão de infraestrutura ferroviária, procedeu-se à verificação documental, numa base de amostragem, do montante reconhecido e à sua conformidade com os registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório único de gestão, relatório de governo societário e a demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O Órgão de Fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao Órgão de Fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, na matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. De salientar que a Entidade optou pela apresentação de um relatório de gestão único, abarcando, quer as contas separadas, quer as consolidadas, conforme permitido pelo n.º 6 do art.º 508.º - C do Código das Sociedades Comerciais.

SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório do Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo, nos termos do artigo 29.º - H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo preparou um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira consolidada, conforme previsto no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da **INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- A obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido;

- A identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisor Oficial de Contas da Entidade-mãe do Grupo pela primeira vez em 13 de abril de 2017, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, para um mandato compreendendo os exercícios de 2016 e 2017. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de março de 2019 para um segundo mandato, compreendido entre 2018 e 2020, não tendo ocorrido qualquer deliberação posterior neste âmbito.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da empresa-mãe do Grupo nesta mesma data.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade-mãe do Grupo no exercício de 2024 serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor, relacionados com a certificação de mapas de despesa relativas a projetos de investimento que beneficiaram de apoios comunitários, nos domínios rodoviário e ferroviário, cujos honorários globais ascenderam a 4.908 euros.

Lisboa, 23 de abril de 2025

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:

Carla Margarida Vicente Godinho

Carla Margarida Vicente Godinho
(Inscrita na OROC sob o n.º 1560 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20161170)

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Infraestruturas de Portugal, SA (adiante designada por IP ou Empresa), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 31 578 539 milhares de euros e um total de capital próprio de 14 805 026 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 123 909 milhares de euros), a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Infraestruturas de Portugal, SA, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme divulgado no ponto 5.6.1 do Relatório de Gestão e na Nota 32 do Anexo às demonstrações financeiras, o Tribunal de Contas confirmou, através do Acórdão nº 13/2019, de 31 de maio, na sequência de recurso interposto pela IP à decisão constante do Acórdão nº 29/2018, a recusa de concessão de visto ao Contrato de Subconcessão Alterado do Algarve Litoral, acordado com a Subconcessionária no âmbito de um processo de renegociação. A IP apresentou recurso da decisão para o Tribunal Constitucional, o qual, em setembro de 2020, foi objeto de rejeição, tendo a IP apresentado reclamação para o Plenário do Tribunal Constitucional, o qual através do Acórdão nº 58/2021, de 22 de janeiro, tomou a decisão final e definitiva de não admissão do recurso. Em 17 de julho de 2019, a Subconcessionária apresentou pedido para a declaração de resolução do contrato de subconcessão, nos termos da lei aplicável, que, não tendo sido aceite, levou ao desencadeamento pela Subconcessionária, no início de

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384. A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

setembro de 2019, de um processo arbitral contra a IP, cujo Tribunal Arbitral foi formalmente constituído em 2020 e que ainda decorre. Recentemente, foi desencadeado pela Subconcessionária um novo processo arbitral visando igualmente a resolução do contrato de subconcessão. Adicionalmente, as entidades financiadoras interpuseram ação de indemnização que, conforme divulgado na referida Nota 32, está ainda em curso.

2. Conforme divulgado na Nota 10 do Anexo às demonstrações financeiras, o ativo corrente relevado na rubrica Estado e Outros Entes Públicos respeita, praticamente na totalidade, a IVA apurado no âmbito da concessão rodoviária pela extinta EP - Estradas de Portugal, SA (EP) e pela IP, desde a fusão com a REFER, no total de 2 443 536 milhares de euros. Em virtude do enquadramento dado pela Autoridade Tributária à atividade exercida pela IP, e em particular à Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), têm vindo a ser emitidas diversas liquidações adicionais de IVA, que para os exercícios inspecionados até 2020 ascendem a 2 806 763 milhares de euros, a que acrescem juros contados até à data das liquidações de 190 288 milhares de euros. Todas as liquidações se encontram em fase de contestação, quer por via de reclamações administrativas, quer por via de impugnações judiciais. A IP foi já notificada de algumas decisões favoráveis de 1ª instância que têm sido objeto de recursos pela Autoridade Tributária. A IP tem vindo a constituir provisão específica correspondente ao total do IVA deduzido em atividades financiadas pela CSR, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 ascende a 581 097 milhares de euros. Salienta-se que qualquer risco associado ao IVA deduzido não considerado no âmbito da provisão terá repercussão contabilística essencialmente no custo do direito de concessão da rede rodoviária nacional.

3. De acordo com o divulgado na Nota 12.3.2 do Anexo às demonstrações financeiras, parte significativa do financiamento da IP tem sido assegurada pelo acionista Estado, sendo o total dos financiamentos/suprimentos, em 31 de dezembro de 2024, incluindo juros, de 2 332 667 milhares de euros, integrando 2 215 578 milhares de euros de financiamentos relacionados com o segmento de rodovia, com maturidade já atingida, relativamente aos quais foi concedida moratória com suspensão de juros até 30 de abril de 2026. Como também referido na Nota 12.2.1 o ativo corrente inclui 5 513 437 milhares de euros de investimentos efetuados pela IP, por conta do Estado, em infraestruturas ferroviárias de longa duração.

4. Conforme mencionado nas Notas 2.2.6., 2.3. e 6. do Anexo às demonstrações financeiras, a IP amortiza o direito de concessão rodoviário pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo a amortização baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela IP. Como divulgado na Nota 2.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no que se refere aos efeitos i) da eliminação das taxas de portagem em diversas concessões (ex-SCUT) introduzida pela Lei nº 37/2024, de 7 de agosto, a partir de 1 de janeiro de 2025 e, ii) da aplicação de descontos em outras autoestradas da rede própria da Empresa, introduzidos pela Portaria nº 418/2023, a IP considerou o direito à obtenção de compensação financeira a pagar pelo Concedente Estado pela perda de receita associada aos referidos descontos e eliminação das taxas de portagem, atento o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado em 23 de novembro de 2007, que confere o direito a reequilíbrio financeiro.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
1. Ativo Intangível - Direito de concessão rodoviário	
Conforme divulgado nas Notas 2.2.6, 2.3 e 6 do Anexo às demonstrações financeiras, o Direito de Concessão Rodoviário atribuído pelo Contrato de Concessão Rodoviário celebrado com o Estado e classificado como ativo intangível, nos termos da IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços, que representa 72% do ativo da IP, é mensurado de acordo com o modelo do custo, sendo anualmente incrementado da prestação de serviços de construção direta quer por via das subconcessões, incluindo gastos financeiros, e dos pagamentos de disponibilidade e de serviço, líquidos de recebimentos de portagens relativos à rede concessionada. O direito de concessão é amortizado pelo método da unidade de produção previsto na IFRIC 12, sendo a amortização baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela IP na vigência do contrato de concessão. A amortização anual é calculada pela aplicação da taxa que resulta da proporção dos rendimentos elegíveis previstos para o período, face aos rendimentos totais elegíveis previstos para o período de vigência do direito de concessão, aos custos totais previstos desse mesmo direito. Idêntico critério é aplicado ao reconhecimento em resultados dos subsídios para investimento. Os rendimentos e custos previstos que suportam a amortização do período baseiam-se em pressupostos e estimativas que envolvem elevado grau de julgamento e constam de projeções económico-financeiras revistas anualmente pela Administração, levando em consideração os impactos da conjuntura económica e análise de sensibilidade decorrentes de possíveis alterações no cenário base.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: i) Análise do modelo adotado pelo Grupo na mensuração do ativo intangível e no reconhecimento da amortização, verificação da coerência e consistência dos pressupostos. Avaliação de incertezas significativas, decorrentes de alterações legislativas, decisões políticas, mudanças socioeconómicas, e à necessidade crescente de conservação e investimento em vias rodoviárias que possam remeter para a necessidade de uma revisão aos pressupostos e critérios do modelo financeiro, considerando o impacto potencial destas incertezas na sustentabilidade financeira do Grupo e na eventual necessidade de revisão do modelo; ii) Análise dos controlos instituídos e realização de testes de auditoria numa base de amostragem às adições e reduções registadas no direito de concessão e análise dos contratos de concessão e subconcessões, incluindo, entre outros, análise de pagamentos da rede concessionada, custos de construção, juros, reequilíbrios financeiros e receitas de portagens; iii) Verificação do cálculo do gasto com amortização do direito de concessão; iv) Análise do impacte das medidas legislativas que foram tomadas, relativamente às taxas de portagem, no Plano de Negócios da Entidade e seu enquadramento no Contrato de Concessão; v) Confirmações externas de saldos e outras informações junto das Entidades Concessionárias e Subconcessionárias e análise das reconciliações; vi) Análise dos custos de conservação periódica imputados ao exercício e da utilização do respetivo acréscimo de gastos por trabalhos efetuados no ano;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
1. Ativo Intangível - Direito de concessão rodoviário	
O direito de concessão envolve a obrigação de manter o índice de qualidade médio da rede rodoviária, pelo que anualmente é contabilizada estimativa para gastos com conservação periódica que no exercício de 2024 ascendeu a 55 665 milhares de euros, sendo o valor total registado até 31 de dezembro de 2024 de 358 476 milhares de euros. As estimativas internas tomam em consideração a tipologia da rede e estratégias de intervenção especificas com conservação periódica tendo por base estudo efetuado para a implementação do plano de negócios. Atendendo aos montantes envolvidos e elevado nível de julgamentos e pressupostos implícitos no cálculo da taxa de amortização do ativo intangível, como sejam o montante global dos investimentos e dos rendimentos previstos até ao termo da concessão e considerando que frequentemente os acontecimentos futuros podem não ocorrer da forma esperada, nomeadamente por efeito de fatores exógenos à IP, tais como evolução de variáveis macroeconómicas, decisões políticas e alterações socioeconómicas, o desempenho financeiro e económico da Concessão poderá ser significativamente afetado, caso os pressupostos considerados sofram alterações, esta matéria constitui matéria relevante de auditoria.	vii) Confirmação pelo Órgão de Gestão que os pressupostos e estimativas utilizados tiveram por base a melhor informação disponível e estudos realizados à data do relato financeiro; viii) Revisão dos efeitos associados aos diversos cenários de análise de sensibilidade; ix) Verificação das divulgações nas demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
2. Infraestruturas ferroviárias de longa duração: Concedente - Estado - Conta a receber	
Conforme divulgado nas Notas 2.2.9, 2.3 e 12.2.1 do Anexo às demonstrações financeiras, a IP assegura a construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração de acordo com diretrizes do acionista Estado, sendo esta atividade financiada através de capital, subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a IP a função de "Agente". As infraestruturas ferroviárias são propriedade de Domínio Público Ferroviário, tendo a IP acesso às mesmas para a prestação de serviço público de gestão de infraestruturas. Os ativos encontram-se registados na Demonstração da Posição Financeira na rubrica Concedente - Estado - Conta a Receber, por consubstanciarem um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados, pelo que esta atividade foi enquadrada no âmbito dos acordos de concessão de serviços de acordo com a IFRIC 12, considerando-se para o efeito o modelo do ativo financeiro. O ativo financeiro ascende em 31 de dezembro de 2024 a 5 513 437 milhares de euros e corresponde fundamentalmente ao valor dos ativos concessionados existentes a data da fusão, acrescido do valor dos ativos adquiridos ou construídos posteriormente e dos juros de financiamento imputados ao Estado - Concedente, deduzido do valor dos subsídios recebidos e ainda de compensações efetuadas com os suprimentos vencidos. Esta dívida a receber não tem maturidade definida pelo que é considerada vencida na data do débito, estando classificada no ativo corrente. O risco de distorção material associado a esta matéria está relacionado com a imputação dos custos incorridos com as infraestruturas ferroviárias incluindo os gastos de financiamento desta atividade.	A resposta de auditoria envolveu, essencialmente, os seguintes procedimentos: i) Confirmação da aprovação das demonstrações financeiras relativas aos exercícios anteriores por parte do acionista Estado e Concedente das infraestruturas ferroviárias; ii) Análise dos controlos instituídos e realização de testes de auditoria numa base de amostragem às aquisições de bens e serviços registadas no período como dívida a receber do Concedente, e verificação dos critérios utilizados na imputação dos gastos de financiamento às infraestruturas ferroviárias de longa duração; iii) Confirmação pelo Órgão de Gestão da adequação dos pressupostos associados ao débito de gastos ao Concedente - Estado; iv) Verificação das divulgações nas demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
3. Reconhecimento do rédito de vendas e serviços prestados	
O rédito da IP resulta fundamentalmente da atividade rodoviária que decorre do contrato de concessão rodoviário celebrado pelo Estado com a ex - EP, em 23 de novembro de 2007, e da gestão da infraestrutura ferroviária no âmbito do contrato no âmbito do contrato programa ferroviário. Conforme divulgado nas Notas 2.2.13 e 15 do Anexo às demonstrações financeiras, o rédito com vendas e serviços prestados totaliza 1 318 582 milhares de euros, sendo os valores mais significativos relacionados com: a receita da Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), de 691 040 milhares de euros; as receitas de portagens rodoviárias de 323 456 milhares de euros; os rendimentos das Tarifas de Utilização de Infraestruturas Ferroviárias, de 80 929 milhares de euros; os contratos de construção de novas infraestruturas rodoviárias e encargos financeiros capitalizados de 104 437 milhares de euros; e os investimentos ferroviários de longa duração (ILD) debitados ao Concedente - Estado, de 97 446 milhares de euros. Face à significância do rédito na Demonstração do Rendimento Integral e ao facto dos valores recebidos relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) serem deduzidos ao investimento da IP na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede concessionada, sendo essa dedução registada por contrapartida da rubrica Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (Nota 17), considera-se esta matéria relevante para efeito da auditoria.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: i) Análise das principais componentes do rédito previstos no Plano de Atividades e Orçamento da IP para o ano de 2024 e dos rendimentos obtidos; ii) Verificação das transferências de fundos realizadas pela Direção-Geral do Orçamento relacionadas com a CSR, análise e confrontação do rédito reconhecido no período com a informação disponível no sítio da Autoridade Tributária e confirmação externa da receita cobrada referente à CSR; iii) Em relação ao rédito de portagens os procedimentos de auditoria compreenderam a análise dos controlos instituídos pela IP para assegurar o reconhecimento integral do rédito, a realização de testes de auditoria numa base de amostragem e confirmações externas de saldos junto das subconcessionárias e análise das reconciliações dos saldos; iv) Quanto ao rédito dos serviços de construção de infraestruturas rodoviárias e relativo a investimentos ferroviários de longa duração (ILD) debitados ao Concedente - Estado, foram testados numa base de amostragem os custos incorridos e realizadas confirmações externas de saldos; v) Verificação numa base de amostragem do montante do rédito associado à gestão da infraestrutura ferroviária e de outras vendas e serviços prestados, incluindo confirmações externas dos saldos dos principais clientes;

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e a demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451° do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 3 866 674 milhares de euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 3 385 393 milhares de euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, que corresponde a um relatório único conforme permitido no n° 6 do artigo 508°-C do Código das Sociedades Comerciais, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.º 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Empresa incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Infraestruturas de Portugal, SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade em 24 de junho de 2020 para os exercícios de 2020 a 2022 e em 5 de março de 2024 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da IP, nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5º, nº 1, do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria: i) efetuámos a revisão limitada das demonstrações financeiras semestrais consolidadas e a revisão das demonstrações financeiras individuais prospetivas da IP, nos termos do procedimento de concurso de Auditoria Externa; e ii) uma entidade nossa relacionada, efetuou uma auditoria/verificação pós-AIA da fase de construção de um projeto de remodelação de uma ferrovia, ao abrigo do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua atual redação).

Lisboa, 23 de abril de 2025

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC nº 995, inscrita na CMVM sob o nº 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Infraestruturas de Portugal, SA (IP ou Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 31 618 314 milhares de euros e um total de capital próprio de 14 836 371 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 115 550 milhares de euros), a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Infraestruturas de Portugal, SA, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme divulgado no ponto 5.6.1 do Relatório de Gestão e na Nota 33 do Anexo às demonstrações financeiras, o Tribunal de Contas confirmou, através do Acórdão nº 13/2019, de 31 de maio, na sequência de recurso interposto pelo Grupo à decisão constante do Acórdão nº 29/2018, a recusa de concessão de visto ao Contrato de Subconcessão Alterado do Algarve Litoral, acordado com a Subconcessionária no âmbito de um processo de renegociação. A IP apresentou recurso da decisão para o Tribunal Constitucional, o qual, em setembro de 2020, foi objeto de rejeição, tendo a IP apresentado reclamação para o Plenário do Tribunal

Constitucional, o qual através do Acórdão nº 58/2021, de 22 de janeiro, tomou a decisão final e definitiva de não admissão do recurso. Em 17 de julho de 2019, a Subconcessionária apresentou pedido para a declaração de resolução do contrato de subconcessão, nos termos da lei aplicável, que, não tendo sido aceite, levou ao desencadeamento pela Subconcessionária, no início de setembro de 2019, de um processo arbitral contra a IP, cujo Tribunal Arbitral foi formalmente constituído em 2020 e que ainda decorre. Recentemente, foi desencadeado pela Subconcessionária um novo processo arbitral visando igualmente a resolução do contrato de subconcessão. Adicionalmente, as entidades financiadoras interpuseram ação de indemnização que, conforme divulgado na referida Nota 33, está ainda em curso.

2. Conforme divulgado na Nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras, o ativo corrente relevado na rubrica Estado e Outros Entes Públicos respeita, praticamente na totalidade, a IVA apurado no âmbito da concessão rodoviária pela extinta EP - Estradas de Portugal, SA (EP) e pela IP, desde a fusão com a REFER, no total de 2 443 866 milhares de euros. Em virtude do enquadramento dado pela Autoridade Tributária à atividade exercida pela IP, e em particular à Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), têm vindo a ser efetuadas correções de IVA, cujo montante, para os exercícios inspecionados até 2020 ascende a 2 806 763 milhares de euros, a que acrescem juros contados até à data de 190 288 milhares de euros. Todas as liquidações se encontram em fase de contestação, quer por via de reclamações administrativas, quer por via de impugnações judiciais. A IP foi já notificada de algumas decisões favoráveis de 1ª instância que tem sido objeto de recursos pela Autoridade Tributária. A IP tem vindo a constituir provisão específica correspondente ao total do IVA deduzido em atividades financiadas pela CSR, cujo montante em 31 de dezembro de 2024 ascende a 581 097 milhares de euros. Salienta-se que qualquer risco associado ao IVA deduzido não considerado no âmbito da provisão terá repercussão contabilística essencialmente no custo do direito de concessão da rede rodoviária nacional.

3. De acordo com o divulgado na Nota 14.3.2 do Anexo às demonstrações financeiras, parte significativa do financiamento do Grupo tem sido assegurada pelo acionista Estado, sendo o total dos financiamentos/suprimentos, em 31 de dezembro de 2024, incluindo juros, de 2 332 667 milhares de euros, integrando 2 215 578 milhares de euros de financiamentos relacionados com o segmento de rodovia, com maturidade já atingida, relativamente aos quais foi concedida moratória com suspensão de juros até 30 de abril de 2026. Como também referido na Nota 14.2.1 o ativo corrente inclui 5 513 611 milhares de euros de investimentos efetuados pelo Grupo, por conta do Estado, em infraestruturas ferroviárias de longa duração.

4. Conforme mencionado nas Notas 2.3.6., 2.4. e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, a IP amortiza o direito de concessão rodoviário pelo método das unidades de produção equivalentes, sendo a amortização baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pela IP. Como divulgado na Nota 2.4 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no que se refere aos efeitos i) da eliminação das taxas de portagem em diversas concessões (ex-SCUT) introduzida pela Lei n.º 37/2024, de 7 de agosto a partir de 1 de janeiro de 2025, e ii) da aplicação de descontos em outras autoestradas da rede própria da Empresa, introduzidos pela Portaria nº 418/2023, a IP considerou o direito à obtenção de compensação financeira a pagar pelo Concedente Estado pela perda de receita associada aos referidos descontos e eliminação das taxas de portagem, atento o disposto na alínea c) da Cláusula 87.1. do Contrato de Concessão celebrado em 23 de novembro de 2007, que confere o direito a reequilíbrio financeiro.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
1. Ativo Intangível - Direito de concessão rodoviário	
Conforme divulgado nas Notas 2.3.6, 2.4 e 7 do Anexo às demonstrações financeiras Consolidadas, o Direito de Concessão Rodoviário atribuído pelo Contrato de Concessão Rodoviário celebrado com o Estado e classificado como ativo intangível, nos termos da IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços, representa 70% do ativo do Grupo, é mensurado de acordo com o modelo do custo, sendo anualmente incrementado da prestação de serviços de construção direta quer por via das subconcessões, incluindo gastos financeiros, e dos pagamentos de disponibilidade e de serviço, líquidos de recebimentos de portagens relativos à rede concessionada. O direito de concessão é amortizado pelo método da unidade de produção previsto na IFRIC 12, sendo a amortização baseada na estimativa da totalidade dos rendimentos a gerar pela concessão até ao seu termo e na valorização da totalidade dos investimentos a efetuar pelo Grupo na vigência do contrato de concessão. A amortização anual é calculada pela aplicação da taxa que resulta da proporção dos rendimentos elegíveis previstos para o período, face aos rendimentos totais elegíveis previstos para o período de vigência do direito de concessão, aos custos totais previstos desse mesmo direito. Idêntico critério é aplicado ao reconhecimento em resultados dos subsídios para investimento. Os rendimentos e custos previstos que suportam a amortização do período baseiam-se em pressupostos e estimativas que envolvem elevado grau de julgamento e constam de projeções económico-financeiras revistas anualmente pela Administração, levando em consideração os impactos da conjuntura económica e análise de sensibilidade decorrentes de possíveis alterações no cenário base.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: i) Análise do modelo adotado pelo Grupo na mensuração do ativo intangível e no reconhecimento da amortização, verificação da coerência e consistência dos pressupostos. Avaliação de incertezas significativas, decorrentes de alterações legislativas, decisões políticas, mudanças socioeconómicas, e à necessidade crescente de conservação e investimento em vias rodoviárias que possam remeter para a necessidade de uma revisão aos pressupostos e critérios do modelo financeiro, considerando o impacto potencial destas incertezas na sustentabilidade financeira do Grupo e na eventual necessidade de revisão do modelo; ii) Análise dos controlos instituídos e realização de testes de auditoria numa base de amostragem às adições e reduções registadas no direito de concessão e análise dos contratos de concessão e subconcessões, incluindo, entre outros, análise de pagamentos da rede concessionada, custos de construção, juros, reequilíbrios financeiros e receitas de portagens; iii) Verificação do cálculo do gasto com amortização do direito de concessão; iv) Análise do impacte das medidas legislativas que foram tomadas, relativamente às taxas de portagem, no Plano de Negócios da Entidade e seu enquadramento no Contrato de Concessão; v) Confirmações externas de saldos e outras informações junto das Entidades Concessionárias e Subconcessionárias e análise das reconciliações; vi) Análise dos custos de conservação periódica imputados ao exercício e da utilização do respetivo acréscimo de gastos por trabalhos efetuados no ano;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
1. Ativo Intangível - Direito de concessão rodoviário	
O direito de concessão envolve a obrigação de manter o índice de qualidade médio da rede rodoviária, pelo que anualmente é contabilizada estimativa para gastos com conservação periódica que no exercício de 2024 ascendeu a 55 665 milhares de euros, sendo o valor total registado até 31 de dezembro de 2024 de 358 476 milhares de euros. As estimativas internas tomam em consideração a tipologia da rede e estratégias de intervenção especificas com conservação periódica tendo por base estudo efetuado para a implementação do plano de negócios. Atendendo aos montantes envolvidos e elevado nível de julgamentos e pressupostos implícitos no cálculo da taxa de amortização do ativo intangível, como sejam o montante global dos investimentos e dos rendimentos previstos até ao termo da concessão e considerando que frequentemente os acontecimentos futuros podem não ocorrer da forma esperada, nomeadamente por efeito de fatores exógenos ao Grupo, tais como evolução de variáveis macroeconómicas, decisões políticas e alterações socioeconómicas, o desempenho financeiro e económico da Concessão poderá ser significativamente afetado, caso os pressupostos considerados sofram alterações, esta matéria constitui matéria relevante de auditoria.	vii) Confirmação pelo Órgão de Gestão que os pressupostos e estimativas utilizados tiveram por base a melhor informação disponível e estudos realizados à data do relato financeiro; viii) Revisão dos efeitos associados aos diversos cenários de análise de sensibilidade; ix) Verificação das divulgações nas demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
2. Infraestruturas ferroviárias de longa duração: Concedente - Estado - Conta a receber	
Conforme divulgado nas Notas 2.3.10, 2.4 e 14.2.1 do Anexo às demonstrações financeiras Consolidadas, a Empresa-Mãe assegura a construção e renovação das infraestruturas ferroviárias de longa duração de acordo com diretrizes do acionista Estado, sendo esta atividade financiada através de capital, subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado, assumindo a Empresa-Mãe a função de "Agente". As infraestruturas ferroviárias são propriedade de Domínio Público Ferroviário, tendo a Empresa-Mãe acesso às mesmas para a prestação de serviço público de gestão de infraestruturas. Os ativos encontram-se registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica Concedente - Estado - Conta a Receber, por consubstanciarem um direito incondicional de receber dinheiro do Estado pelos investimentos realizados, pelo que esta atividade foi enquadrada no âmbito dos acordos de concessão de serviços de acordo com a IFRIC 12, considerando-se para o efeito o modelo do ativo financeiro. O ativo financeiro consolidado ascende em 31 de dezembro de 2024 a 5 513 611 milhares de euros e corresponde fundamentalmente ao valor dos ativos concessionados existentes a data da fusão, acrescido do valor dos ativos adquiridos ou construídos posteriormente e dos juros de financiamento imputados ao Estado - Concedente, deduzido do valor dos subsídios recebidos e ainda de compensações efetuadas com os suprimentos vencidos. Esta dívida a receber não tem maturidade definida pelo que é considerada vencida na data do débito, estando classificada no ativo corrente. O risco de distorção material associado a esta matéria está relacionado com a imputação dos custos incorridos com as infraestruturas ferroviárias incluindo os gastos de financiamento desta atividade.	A resposta de auditoria envolveu, essencialmente, os seguintes procedimentos: i) Confirmação da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios anteriores por parte do acionista Estado e Concedente das infraestruturas ferroviárias; ii) Análise dos controlos instituídos e realização de testes de auditoria numa base de amostragem às aquisições de bens e serviços registadas no período como dívida a receber do Concedente, e verificação dos critérios utilizados na imputação dos gastos de financiamento às infraestruturas ferroviárias de longa duração; iii) Confirmação pelo Órgão de Gestão da adequação dos pressupostos associados ao débito de gastos ao Concedente - Estado; iv) Verificação das divulgações nas demonstrações financeiras de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos analisados
3. Reconhecimento do rédito de vendas e serviços prestados	
O rédito do Grupo resulta fundamentalmente da atividade rodoviária que decorre do contrato de concessão rodoviário celebrado pelo Estado com a ex - EP, em 23 de novembro de 2007, e da gestão da infraestrutura ferroviária no âmbito do contrato programa celebrado com o Estado, em 11 de março de 2016. Conforme divulgado nas Notas 2.3.14 e 17 do Anexo às demonstrações financeiras Consolidadas, o rédito consolidado com vendas e serviços prestados totaliza 1 359 117 milhares de euros, sendo os valores mais significativos relacionados com: a receita da Consignação do Serviço Rodoviário (CSR), de 691 040 milhares de euros; as receitas de portagens rodoviárias de 323 456 milhares de euros; os rendimentos das Tarifas de Utilização de Infraestruturas Ferroviárias, de 80 929 milhares de euros; os contratos de construção de novas infraestruturas rodoviárias e encargos financeiros capitalizados de 104 437 milhares de euros; e os investimentos ferroviários de longa duração (ILD) debitados ao Concedente - Estado, de 100 376 milhares de euros. Face à significância do rédito na Demonstração do Rendimento Integral e ao facto dos valores recebidos relativos a portagens em concessões do Estado (líquidos dos gastos de cobrança) serem deduzidos ao investimento do Grupo na aquisição dos direitos sobre esta mesma rede concessionada, sendo essa dedução registada por contrapartida da rubrica Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (Nota 19), considera-se esta matéria relevante para efeito da auditoria.	A resposta de auditoria envolveu, em síntese, a realização dos seguintes procedimentos: i) Análise das principais componentes do rédito previstos no Plano de Atividades e Orçamento da IP para o ano de 2024 e dos rendimentos obtidos; ii) Verificação das transferências de fundos realizadas pela Direção-Geral do Orçamento relacionadas com a CSR, análise e confrontação do rédito reconhecido no período com a informação disponível no sítio da Autoridade Tributária e confirmação externa da receita cobrada referente à CSR; iii) Em relação ao rédito de portagens os procedimentos de auditoria compreenderam a análise dos controlos instituídos pela IP para assegurar o reconhecimento integral do rédito, a realização de testes de auditoria numa base de amostragem e confirmações externas de saldos junto das subconcessionárias e análise das reconciliações dos saldos; iv) Quanto ao rédito dos serviços de construção de infraestruturas rodoviárias e relativo a investimentos ferroviários de longa duração (ILD) debitados ao Concedente - Estado, foram testados numa base de amostragem os custos incorridos e realizadas confirmações externas de saldos; v) Verificação numa base de amostragem do montante do rédito associado à gestão da infraestrutura ferroviária e de outras vendas e serviços prestados, incluindo confirmações externas dos saldos dos principais clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário e a demonstração não financeira consolidada nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451° do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451°, n° 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão, que corresponde a um relatório único conforme permitido no n° 6 do artigo 508°-C do Código das Sociedades Comerciais, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.°, n.° 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.°-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do n.° 1 do referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451°, n.° 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508°-G do Código das Sociedades Comerciais.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Infraestruturas de Portugal, SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e

- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL.

Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade em 24 de junho de 2020 para os exercícios de 2020 a 2022 e em 5 de março de 2024 para os exercícios de 2023 a 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo, nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5º, número 1, do Regulamento (EU) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria;
- Informamos que, para além da auditoria: i) efetuámos a revisão limitada das demonstrações financeiras semestrais consolidadas e a revisão das demonstrações financeiras individuais prospetivas da IP, nos termos do procedimento de concurso de Auditoria Externa; e ii) uma entidade nossa relacionada, efetuou uma auditoria/verificação pós-AIA da fase de construção de um projeto de remodelação de uma ferrovia, ao abrigo do Decreto-Lei nº 151-B/2013, de 31 de outubro (na sua atual redação).

Lisboa, 23 de abril de 2025

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC nº 995, inscrita na CMVM sob o nº 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC

Infraestruturas de Portugal, SA

Campus do Pragal · Praça da Portagem
2809-013 ALMADA · Portugal

+(351) 212 879 000
ip@infraestruturasdeportugal.pt
infraestruturasdeportugal.pt

Capital Social · 14 403 880 000,00 €
NIF · 503 933 813

